

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA GERAL E ROMÂNICA



**UNIVERSIDADE
DE LISBOA**

**LINGUAGEM DO SUESTE DA BEIRA
NO TEMPO E NO ESPAÇO**

Fernando Jorge Costa Brissos

DOUTORAMENTO EM LINGUÍSTICA

Especialidade: Linguística Histórica

Dissertação orientada pelo Professor Doutor Ivo Castro

2011

Resumo

Esta dissertação estuda a linguagem do Sueste da Beira nos planos diacrónico e sincrónico. Começa por, partindo do que a tradição científica identifica, apresentar as principais questões e os principais traços definidores da referida linguagem e por fazer uma breve caracterização (apontada ao foco da dissertação) dos falares de Espanha confinantes com a mesma linguagem. Depois faz estudos descritivos dessa linguagem nas suas fases antiga — partindo de um *corpus* de documentos produzidos na região nos séculos XIII e XIV — e contemporânea — partindo de dados do Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza e de dados de recolha própria. Finalmente, junta os elementos apurados nas análises anteriores.

Palavras-chave

história do português; dialectos; sueste da beira

Abstract

This dissertation studies the language of southeastern Beira in its diachronic and synchronic aspects. Taking off from what has to this day been defined on the subjects, we start by presenting the main problems and features of the above mentioned language and by briefly characterizing (aiming only at what specifically concerns us) the neighbouring dialects of Spain. We proceed to describe southeastern Beira's language in two of its phasis: ancient — based on a *corpus* of documents of the XIIIth and XIVth centuries produced in the region — and contemporary — based on data from both the Linguistic and Ethnographic Atlas of Portugal and Galicia and own inquiries. In the end, the issues coming out of the above analyses are put together.

Keywords

history of portuguese language; dialects; southeastern beira

Agradecimentos

Os agradecimentos são feitos, em certa maneira, a contragosto; prefiro fazê-los onde eles, por natureza, pertencem, que é no contacto directo. Obedecerei contudo à tradição, embora restringindo os agradecimentos à esfera institucional ou profissional; os outros ficam no plano próprio.

Começo por agradecer — e dedicar-lhes a tese, se ela merecer — aos professores que decidiram arriscar em mim (risco por vezes grande). Felizmente foram vários, e nos vários níveis de escolaridade. Não mencionarei nomes para não ser injusto.

Agradeço ao grupo do Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza (João Saramago, Gabriela Vitorino, Luísa Segura da Cruz) as excelentes condições de trabalho que me proporcionaram. J. Saramago merece um agradecimento especial, pois foi ele que me acompanhou de perto e que, desinteressadamente, me convidou para uma proveitosa campanha de inquéritos de projecto autónomo.

Na Faculdade de Letras da Universidade Coimbra, para consultar o ILB, o prof. João Corrêa Cardoso forneceu-me também as melhores condições.

A prof.^a Iria Gonçalves, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, aceitou discutir comigo questões de documentação medieval do Sueste da Beira; deu-me a indicação do *corpus* que aqui edito e, com notável boa vontade, manteve contacto ao longo da tese para me dar outras indicações.

Boa vontade tiveram também a prof.^a Cristina Cunha, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e a investigadora Cristina Pimenta, do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (Porto), para discutir aspectos respeitantes a documentação de ordens militares.

Também deve ser referido o prof. Bernardo de Sá Nogueira, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, que me ajudou a resolver algumas dúvidas de cariz paleográfico e diplomático, para além de fornecer informações sobre a documentação pesquisada.

O prof. Luís Filipe Oliveira, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, teve todo o gosto em rever a edição de documentos medievais que aqui se inclui e fez comentários importantes, que utilizei.

Daniel Pereira deu uma ajuda preciosa com os mapas.

NOTAS PRÉVIAS

1] **Finalidade do trabalho e definição da região estudada**, que é designada genericamente por “Sueste da Beira” ou equivalente.

Esta dissertação tem como objectivo fundamental aduzir elementos para o conhecimento da história linguística do Sueste da Beira e, por arrasto, para o conhecimento da história da língua portuguesa. Como veremos na **Introdução**, o Sueste da Beira tem sido identificado pelos estudos dialectológicos como área de transição Norte-Sul (para além do evidente carácter de área transicional português-espanhol da zona Este da região, devido à sua localização fronteiriça) e como fazendo parte de uma região sub-dialectal de características muito destacadas. Não obstante, a linguagem do Sueste da Beira sofre de uma marcada falta de estudo e apresenta um conjunto importante de questões por resolver, quer no âmbito da mera descrição factual (ou seja, do conhecimento detalhado dos factos gramaticais que lá se verificam) quer no âmbito da interpretação desses factos. Algumas dessas questões remetem para a fase de formação da língua (período medieval), e é por isso que não nos limitamos à linguagem contemporânea da região (descrita no **Capítulo I**) mas também consideramos a sua fase antiga (descrita no **Capítulo II**, depois da edição do único *corpus* relevante que se conhece). Será no final (**Conclusão**) que, tomando em conjunto e sistematizando os principais elementos que pudemos apurar para as duas fases, abordaremos as principais questões respeitantes à linguagem da região: quer questões já assinaladas na literatura quer questões evidenciadas somente pelos nossos dados. Os aspectos extra-linguísticos (históricos, geográficos, etc.) que se apresentam relevantes para a compreensão da identidade da linguagem do Sueste da Beira serão também abordados aí.

A delimitação da região compreendida no estudo obedeceu mais a propósitos práticos do que a propósitos teóricos: o objectivo ideal de estudar uma área o mais possível recolhida no canto Sueste da Beira teve de se haver, em primeiro lugar, com a escassez de remanescente documentação medieval produzida na zona; e em segundo lugar com a necessidade de abranger, no estudo da linguagem contemporânea, uma área suficientemente significativa para poder produzir dados o mais fiáveis e extensos possível. Assim, podemos definir, nos seus termos fundamentais, a região estudada — e, portanto, a expressão Sueste da Beira — no presente trabalho como *a maior parte do distrito de Castelo Branco (consequentemente, também da província da Beira Baixa), excluindo-se apenas (i) a zona da Serra de Estrela — concelhos de Belmonte e Covilhã, grosso modo — e (ii) a zona do Sudoeste — aproximadamente os concelhos de Vila de Rei e Sertã*.¹

2] **Notação fonética.**

As transcrições fonéticas surgem entre parêntesis rectos — []² — e seguem a seguinte notação, que corresponde essencialmente à utilizada pelo Grupo do Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza³:

¹ Pode ver-se no final do trabalho, em anexo, o mapa dos municípios do distrito de Castelo Branco.

² Entre barras — // — surgem as representações fonológicas, que só são necessárias raramente.

1. Sinais transversais às consoantes e às vogais.

- 1) Dois pontos a seguir à representação de uma consoante ou vogal indicam uma realização longa (i.e. prolongada no tempo) da mesma. E.g. [s:] — a fricativa pré-dorso-dental tem uma realização alongada; [a:] — a vogal central aberta tem uma realização alongada.
- 2) Uma representação acima da linha de uma consoante, vogal ou semivogal indica que a mesma tem uma realização reduzida em intensidade. E.g. [ʃ̥] — a fricativa palatal sonora é realizada com pouca intensidade; [ḁ] — a vogal central aberta é realizada com pouca intensidade; [j̥] — a semivogal palatal é realizada com pouca intensidade.

2. Consoantes.

a) Lista das consoantes:

p	oclusiva bilabial surda
b	oclusiva bilabial sonora
t	oclusiva alveo-dental surda
d	oclusiva alveo-dental sonora
k	oclusiva velar surda
g	oclusiva velar sonora
m	oclusiva nasal bilabial sonora
n	oclusiva nasal alveo-dental sonora
ɲ	oclusiva nasal palatal sonora
ts	africada pré-dorso-dental surda
dz	africada pré-dorso-dental sonora
tʃ	africada palatal surda
dʒ	africada palatal sonora
β	fricativa ⁴ bilabial sonora
f	fricativa lábio-dental surda
v	fricativa lábio-dental sonora
ð	fricativa ⁵ interdental sonora
s	fricativa pré-dorso-dental surda
z	fricativa pré-dorso-dental sonora
ʃ	fricativa ápico-alveolar surda
ʒ	fricativa ápico-alveolar sonora

³ A respeito deste conhecido projecto de cartografia linguística da Universidade de Lisboa, cujos dados utilizamos no **Capítulo I**, cf. o que se diz na **Secção A** do mesmo capítulo.

⁴ Também conhecida, na tradição portuguesa, como oclusiva fricativizada, devido à relação que mantém com [b] (é, no português padrão, variante contextual desta).

⁵ Também conhecida, na tradição portuguesa, como oclusiva fricativizada, devido à relação que mantém com [d] (é, no português padrão, variante contextual desta).

ʃ	fricativa palatal surda
ʒ	fricativa palatal sonora
ɣ	fricativa ⁶ velar sonora
l	lateral alveolar sonora com relação com a velarização (tem tendência a velarizar; é o <i>l</i> inicial de sílaba do português padrão)
ɭ	lateral alveolar sonora com a ponta da língua mais recuada do que [l] e sem qualquer tipo de velarização
ɫ	lateral alveolar sonora velarizada
ʎ	lateral palatal sonora
r	vibrante alveolar simples sonora
̃r	vibrante alveolar múltipla sonora
ʀ	vibrante uvular múltipla sonora

b) Aos símbolos listados se juntam os gerais vistos em **1** e o seguinte diacrítico particular: Um círculo por baixo de uma consoante indica uma realização desvozeada da mesma (e.g. [ɹ̥] — a fricativa pré-dorso-dental sonora tem uma realização desvozeada).

3. Vogais e semivogais

a) Semivogais e vogais sem diacríticos: ⁷

j	semivogal palatal fechada
w	semivogal velar fechada
i	vogal palatal fechada
e	vogal palatal semifechada
ɛ	vogal palatal semiaberta
æ	vogal palatal aberta
ɨ	vogal central fechada
ɐ	vogal central semiaberta
a	vogal central aberta
u	vogal velar fechada
o	vogal velar semifechada
ɔ	vogal velar semiaberta

⁶ Também conhecida, na tradição portuguesa, como oclusiva fricativizada, devido à relação que mantém com [g] (é, no português padrão, variante contextual desta).

⁷ Onde se lê “palatal” e “velar” pode ler-se também, respectivamente, “anterior” e “posterior”.

b) Lista de diacríticos que afectam a representação das vogais: ⁸

- 1) Um til por cima de uma vogal indica que a mesma é nasal. E.g. [ĩ] — a vogal tem a realização do português padrão ‘cinto’, ‘fintar’.
- 2) O símbolo ['] é colocado antes da vogal tónica. E.g. [s'ĩtu] ‘cinto’.
- 3) Uma vírgula invertida por baixo de uma vogal indica uma realização mais aberta da mesma. E.g. [i̇] — a vogal tem uma realização mais aberta do que o português padrão [i], mas sem chegar a próprio *ê*.
- 4) Um ponto por baixo de uma vogal indica uma realização mais fechada da mesma. E.g. [ɛ̣] — a vogal tem uma realização mais fechada do que o português padrão [ɛ], mas sem chegar a próprio *e*.
- 5.1) Um ponto por cima de uma vogal indica uma realização ligeira ou medianamente avançada da mesma. E.g. [ù] — a vogal tem uma realização ligeira ou medianamente avançada, entre o *u* português e o *u* francês.
- 5.2) Dois pontos horizontais por cima de uma vogal indicam uma realização forte ou totalmente avançada da mesma. E.g. [ü] — a vogal é realizada como uma palatal fechada arredondada, semelhante ao *u* francês.
- 6.1) Uma vírgula por baixo de uma vogal indica uma realização ligeira ou medianamente recuada da mesma. E.g. [ạ] — a vogal tem uma realização ligeira ou medianamente recuada, entre o *a* português e a vogal do inglês ‘laugh’.
- 6.2) Duas vírgulas por baixo de uma vogal indicam uma realização forte ou totalmente recuada da mesma. E.g. [ạ̣] — a vogal tem uma realização semelhante à vogal do inglês ‘laugh’.

No decurso do texto utilizaremos, ao invés dos termos “avançado” e “recuado”, os correspondentes respectivos “palatalizado” e “velarizado”, que também permitem explicar os fenómenos que estarão em causa e são a designação que a literatura tradicionalmente aplica a esses fenómenos: “a palatalização de *u*”, “a velarização de *e*”, etc..

Questões a respeito do grau dos fenómenos — p. ex., se o símbolo [ạ] corresponde a uma vogal ligeiramente ou de facto medianamente velarizada — que se apresentem relevantes têm o seu lugar de discussão no decurso do texto.

3] A **terminologia dialectológica** é ainda hoje um assunto pouco pacífico, sendo um dos pontos mais problemáticos, no âmbito português, a distinção entre dialecto e falar. Inserimo-nos aqui na tradição da chamada escola dialectológica de Lisboa, que tem em Lindley Cintra o seu fundador; nesta escola, como dizem Ferreira / Carrilho / Lobo / Saramago / Segura da Cruz 1996:483, “o termo **dialecto** é utilizado para variedades [linguísticas] que definem uma zona, enquanto **falar** é reservado a variedades [linguísticas] que ocupam apenas uma localidade”.

Afastamo-nos da tradição na definição de **norma linguística portuguesa**, ou seja, do que é o **português padrão**. Norma não corresponderá neste trabalho à(s) variedade(s) falada(s) pelas classes cultas de entre Lisboa e Coimbra, mas sim à(s) variedade(s) falada(s) e difundida(s) nos *media* ou outros trabalhos culturais de referência pelas classes

⁸ Estes diacríticos são os diacríticos particulares das vogais, que se juntam aos sinais gerais vistos em 1.

cultas da própria Lisboa (e, bem assim, da sua área metropolitana). É uma definição que corresponde ao crescente centralismo na capital que o país sofre e à crescente importância dos produtos culturais aí filiados (com algum destaque para a televisão) como meio de estandardização etnográfica.

INTRODUÇÃO

Tal como nos tem sido apresentada, a identidade do português contemporâneo falado no Sueste da Beira compagina-se à volta de dois grandes pontos: é uma variedade de transição, nacional como internacional; inclui-se numa área dialectal com caracteres profundamente idiossincráticos. Estes assuntos são tratados a seguir em **1** e **2**. Ressalta deles a necessidade de conhecer a tipologia que tem sido feita dos falares portugueses existentes no lado de lá da fronteira, na Extremadura espanhola; trata-se disso em **3**.

1. Região de transição

Em termos extra-linguísticos, o Sueste da Beira é reconhecidamente uma zona de transição, pois aí começam as terras planas ou semi-planas do Sul e acabam as terras montanhosas e acidentadas do Centro e Norte. Na região diz-se mesmo que “o Alentejo começa no Ponsul” (rio que passa na zona de Idanha), ideia corroborada pelo ilustre geógrafo Orlando Ribeiro, que conhecia bem a Beira Baixa; cf. p. ex. Ribeiro 1944:5, artigo que faz a caracterização da economia agrícola da região à época e onde não deixam de ressaltar as duas características principais da Geografia (tomada em sentido lato, que liga com a Etnografia) do Sueste da Beira — o seu marcado arcaísmo isolante e periférico e o seu carácter de região de transição.⁹

Como acontece tantas vezes, a língua acompanha a geografia e, na matéria linguística propriamente dita, também não é problemático o carácter transicional da região. Um bom exemplo é a fronteira definida por Cintra na «Nova Proposta» (Cintra 1971 (1983)) para demarcar os dois grandes grupos de dialectos do território português, “dialectos portugueses setentrionais” e “dialectos portugueses centro-meridionais”: tal fronteira passa exactamente no Sueste Beirão.¹⁰ Veja-se a respeito o mapa 2 dessa obra

⁹ O arcaísmo / conservadorismo etnográfico da região, que não é um factor de primeira ordem nas interpretações de conjunto que têm sido feitas dos dialectos portugueses, não deixa de ser intuitivo e advém de dois principais factores. Em primeiro lugar, da proximidade ou inserção na faixa raiana oriental do país, área que, como refere O. Ribeiro, forma uma unidade de “terras orientais, segregadas do núcleo atlântico da Nação, [que] guardam, no seu isolamento, uma vida popular mais que todas conservadora: na habitação, no trajar, nas comidas, nas formas de convivência, na riqueza do folclore e até nos módulos arcaicos da canção, rimada pelo adufe, que desenrola, por cima do ondulado solene do terreno, melodias rituais da igreja primitiva” (Ribeiro 1945 (1998:133)). Em segundo lugar, da coerência geográfica que a região (considerada também no seu aspecto meramente administrativo, na medida da sua inserção no distrito de Castelo Branco e na província da Beira Baixa) apresenta, fechada que está por rios a Este e a Sul e por montanhas e rio a Oeste e Norte.

¹⁰ Para questões de tipologia dialectológica do território político português, sigo neste trabalho a «Nova Proposta», estudo que tem como principais virtudes, em relação às outras propostas de classificação dos dialectos portugueses (que lhe são todas anteriores), o maior rigor científico dos dados utilizados, a importância, incomparável com todas as outras propostas, que dá aos factores exclusivamente linguísticos e a tentativa de sistematização e simplificação que lhe preside.

Para a comparação e crítica das outras propostas, a principal referência é ainda hoje o próprio Cintra 1971 (1983:117-139), mas com três ressalvas (que respeitam a cada uma das outras propostas). A primeira concerne à *Gramática da Língua Portuguesa* de Pilar Vázquez Cuesta e Maria Albertina Mendes da Luz (a proposta surge no capítulo «Estado actual del Portugués en la Península Ibérica»); como lembra Castro

(reproduzido como **Anexo I** desta Introdução), devendo ter-se presente que a zona a Norte da citada fronteira se insere no sub-conjunto dos “dialectos baixo-minhotos-durienses-beirões” e a zona a Sul no sub-conjunto dos “dialectos do centro-interior e do sul”.

Um outro exemplo é o restante mapa de Cintra 1971 (reproduzido no **Anexo II** adiante), onde estão indicadas as isófonas dos traços considerados pelo A. como os mais fortemente caracterizadores das grandes zonas dialectais galego-portuguesas (cf. o desenvolvimento em Cintra 1971 (1983:142 ss.)). Nesse mapa se nota imediatamente o acentuado carácter de transição da região em estudo, zona de proximidade de isófonas.

Outros exemplos, a partir de outras fontes, poderiam ser citados, mas estes chegam para fazer notar o que interessa: o decisivo carácter transicional do Sueste Beirão no panorama dialectológico português.

Se deixarmos o panorama dialectológico do português e considerarmos o panorama linguístico do território, a região em estudo surge mais uma vez como área transicional: a parte Este do Sueste da Beira é fronteira com a Espanha.

Temos, portanto, no Sueste Beirão uma charneira linguística do português: quer ao nível dos dialectos da língua, quer ao nível mais elevado do confronto da língua com outra língua.

2. Inclusão numa área dialectal idiossincrática

1] De acordo com a literatura, podemos dizer que o Sueste da Beira é parte integrante de uma área dialectal com caracteres profundamente idiossincráticos, os quais dizem respeito ao sistema vocálico. Cintra 1971 destaca essa área como uma das três únicas “regiões subdialectais com características peculiares bem diferenciadas” (v. o **Anexo I** desta Introdução, onde elas estão delimitadas), chamando-lhe “Variedade da Beira Baixa e Alto Alentejo” (designação que adoptarei) e aplicando-lhe a seguinte definição geral: “[...] uma região que tem como principais núcleos urbanos Castelo Branco e Portalegre e cujos dialectos se caracterizam por uma profunda alteração de timbre de todo o sistema vocálico, principalmente do tónico”.¹¹

No entanto, já na primeira proposta de classificação dialectológica do português — publicada por José Leite de Vasconcelos em 1893 — aparece individualizada a região dialectal de Castelo Branco-Portalegre. Na *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, de

2006:27-28, as críticas de Cintra eram dirigidas à 2.^a edição da *Gramática* (de 1961) e, após ele as ter comunicado a Pilar Vázquez Cuesta, foram tidas em conta na feitura da 3.^a edição (de 1971). Não obstante, vários dos pontos de Cintra, mesmo que em menor conta, permanecem plenamente aceitáveis (até porque alguns dizem respeito à orientação geral do estudo). A segunda ressalva concerne à proposta de Manuel Paiva Boléo e Maria Helena Santos Silva: a proposta sai primeiro a lume em 1962 — embora o mapa respectivo tivesse sido já apresentado em 1958 no *Atlas de Portugal* de Amorim Girão, como não deixa de lembrar Cintra 1971 (1983:123) — e, na reedição que Boléo faz do artigo nos seus *Estudos de Linguística Portuguesa e Românica*, publicados em 1974, adopta algumas correcções que Cintra 1971 havia feito ao texto; todavia, não mexe, nem poderia mexer, de forma profunda no estudo: o artigo é fundamentalmente o mesmo, e a proposta, concretizada no seu mapa 1, a mesma. Por último, a terceira ressalva respeita a algumas imprecisões na crítica às propostas de Leite de Vasconcelos.

¹¹ Para Cintra, o destaque daquelas três regiões era evidente. Na *Nova Gramática*, por exemplo, diz: “Merecem menção especial — mesmo numa apresentação panorâmica dos dialectos portugueses — três regiões em que, a partir dos traços gerais que acabamos de apontar, aparecem características fonéticas peculiares que afastam muito vincadamente os dialectos nela falados de todos os outros do mesmo grupo” (Cunha / Cintra 1984:17).

1901, o mesmo autor apresenta proposta diferente, aprofundando o carácter essencialmente geográfico-administrativo que segue nas suas propostas e fazendo desaparecer a individualização de Castelo Branco-Portalegre; e continua com essa perspectiva na reedição, “com alterações”, que faz da proposta de 1893 no vol. IV dos *Opúsculos* (publicado em 1929).¹² Em sentido contrário, Boléo / Silva 1962 voltam a destacar a individualidade dialectal da região, agora com a classificação de “falar de Castelo Branco e Portalegre”: cf. Boléo / Silva 1962 (1974:1.º mapa, anexo ao artigo, e também o excerto das pp. 333-334 transcrito adiante no §2¹³). A restante proposta de classificação dos dialectos portugueses, o capítulo «Estado actual del Portugués en la Península Ibérica» de Cuesta / Luz 1971, não desce ao nível das sub-regiões; faz apenas uma divisão macro-dialectal: Norte, Centro e Sul, e inventaria e comenta alguns traços que têm sido notados para essas regiões ou outras suas integrantes, sem proceder a uma esquematização transparente (cf. Cuesta / Luz 1971 (1980:58ss.)).

Temos portanto que os principais dialectólogos portugueses observaram a existência de uma variedade dialectal destacada na Beira Baixa-Alto Alentejo. O seu registo nas propostas de classificação dialectológica tem também uma inquestionável tradição; o facto de a variedade não surgir destacada nas últimas propostas de Leite de Vasconcelos e na proposta de Cuesta / Luz tem mais a ver com os critérios que presidem a essas propostas — critérios demasiado baseados na geografia e na divisão administrativa, no primeiro caso, e critérios que não procuram (de forma legítima, dado o âmbito da obra) uma visão detalhada da realidade, no segundo — do que com a sua efectiva existência¹⁴. Os fenómenos linguísticos que caracterizam a variedade não deixam margem para dúvidas do seu destaque na paisagem dialectológica portuguesa.

2] Os traços linguísticos que, segundo a tradição dialectológica, dão à variedade dialectal da Beira Baixa-Alto Alentejo um carácter unitário e destacado pertencem por norma ao sistema vocálico; pertencem dessa forma à área da fonética, que é a base tradicional das propostas de classificação dialectológica. A discriminação desses traços na literatura não é uniforme, pelo que é apresentada a seguir, comentada com algumas notas, uma esquematização dos mesmos traços.

¹² Para uma visão aprofundada do papel da dialectologia do Sueste Beirão nos trabalhos de Leite de Vasconcelos, veja-se o **Anexo do Capítulo I**. Aí se sistematiza e aborda de forma pormenorizada o que o A. escreveu sobre a linguagem do Sueste Beirão e também o que sobre ela recolheu *in loco*.

¹³ Na parte final do artigo, em que se comentam os dados que os AA. apresentaram, são mesmo acrescentados alguns comentários paralelos sobre o referido falar, sobretudo no que toca à sua unidade destacada. O passo mais interessante é o seguinte, onde se abordam algumas questões que já vimos: “[...] a «unidade» Castelo Branco — Portalegre. Na verdade, às afinidades do falar correspondem muitos outros pontos de contacto, até no próprio modo de viver e nalguns costumes. É curioso salientar que muitos habitantes do Alto Alentejo (Nisa, Alpalhão e outras povoações) se deslocam com muito mais facilidade e frequência a Castelo Branco que a Portalegre, sendo inclusivamente naquela cidade que a maior parte dos jovens frequenta o Liceu [...].

Já semelhante por muitos aspectos ao Alto Alentejo, a Beira Baixa — como o notou Oliveira Martins — é uma zona de transição entre a parte norte e a parte sul do País. E Amorim Girão ([*Esboço duma carta regional de Portugal*, 2.ª ed. 1933], p. 99) salienta essas semelhanças no que respeita às condições do relevo, do clima, do revestimento vegetal e até mesmo nos próprios tipos de casas de habitação” (Boléo / Silva 1962 (1974:347)).

¹⁴ Nos materiais publicados por Maria Valle Cintra em 1985 como vol. VI dos *Opúsculos* de Leite de Vasconcelos, que dizem respeito às informações linguísticas que o A. foi recolhendo ao longo da sua vida sobre a linguagem da região (sobretudo por meio de confronto *in loco*), podemos constatar, de resto, que ele não deixou pura e simplesmente de notar os traços destacados que já antes tinha notado. Esses materiais estão sistematizados e interpretados no **Anexo do Capítulo I** adiante.

Duas notas prévias. 1) Utilizarei, naturalmente, os estudos dialectológicos de conjunto de que dispomos; mesmo que, pelas suas características, não nos possam dar um inventário desenvolvido e absoluto (a expressão “traços mais salientes” é comum), são esses estudos, pela visão geral que procuram, que nos podem indicar os caracteres peculiares de determinada região. — 2) Com a excepção de Cuesta / Luz 1971, é público que todos os textos ou partes de textos que constituem o esquema foram escritos por autores com experiência de campo no Sueste da Beira, quer no âmbito de inquéritos linguísticos para projectos de cartografia dialectológica, quer no âmbito de meras visitas em que se recolhem dados. No segundo âmbito está Leite de Vasconcelos; no primeiro estão: (i) Paiva Boléo, que efectuou “inquéritos complementares” para o Inquérito Linguístico Boléo (ILB), entre outros sítios, na Beira Baixa (cf. Boléo / Silva 1962 (1974:321)) — para além de que era natural de Idanha-a-Nova e tinha naturais ligações históricas à região; (ii) Lindley Cintra, que fez parte da equipa de dois investigadores que realizou os inquéritos da região (entre muitos outros) para o Atlas Linguístico da Península Ibérica; (iii) os restantes textos são da autoria de membros do projecto Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza (ALEPG) que, coincidentemente, levaram a cabo um ou mais inquéritos no Sueste Beirão¹⁵.

■ Esquematização das características destacadas da “Variedade da Beira Baixa e Alto Alentejo” referidas na literatura

A. «Nova Proposta de Classificação dos Dialectos Galego-Portugueses» (i.e. Cintra 1971) e seguidores¹⁶

1. Interessam os seguintes textos:

- (1) Cintra 1971 (1983)
- (2) Cunha / Cintra 1984, cap. 2 «Domínio actual da língua portuguesa», da autoria de Lindley Cintra
- (3) Ferreira 1992
- (4) Ferreira / Carrilho / Lobo / Saramago / Segura da Cruz 1996
- (5) Ferreira 1996
- (6) Segura / Saramago 2001

2. Nota sobre a *questão da tonicidade* — Só Lindley Cintra refere que a “profunda alteração do timbre das vogais” não se dá apenas no sistema tónico: em (1) diz, como vimos no §1, que os dialectos da região de Castelo Branco-Portalegre “se caracterizam

¹⁵ Cumpre no entanto dizer que é este um dado que, apesar de apelativo, não deve, obviamente, ser sobrevalorizado.

¹⁶ Assume especial relevância nesta parte a segunda nota prévia a este esquema. Isto porque os textos seguidores de Cintra 1971, precisamente porque o são, podem ter apenas a ambição de apresentar uma síntese do que a obra basilar defende. Tal propósito pode provocar que não procurem dar o inventário completo dos traços dos dialectos; logo, através de uma selecção desse tipo ficamos a saber quais são os caracteres fulcrais, os indispensáveis, na opinião dos autores. De qualquer das formas, nem todas as obras referidas têm propósitos limitados; Segura / Saramago 2001, como veremos, é um exemplo.

por uma profunda alteração de todo o sistema vocálico, *principalmente do tónico*” (pág. 155; *itálico meu*); isto depois de ter já dito na pág. 135, n. 29, que a “articulação palatalizada do *u*” — o traço que considera o principal da “Variedade” e cuja isófono é utilizada para a demarcar (p. 155) — se dava também, “por vezes”, em contexto átono. Em (2), é referido apenas que “temos uma extensa área da Beira-Baixa e do Alto-Alentejo [...] em que se regista uma profunda alteração do timbre das vogais” (p. 17). Todas as outras obras se referem apenas ao sistema tónico.

3. De todos os textos, aquele que apresenta o excerto mais explícito é também o mais actual: Segura / Saramago 2001. Os dados que os AA. utilizam merecem uma chamada de atenção, de acordo com o que dizem em nota de pé de página: “Seguimos Lindley Cintra na classificação dos dialectos continentais, bem como na extensão e localização dos traços e na delimitação de fronteiras. Contudo, complementamos, em vários aspectos, as suas indicações com dados disponíveis resultantes das recolhas efectuadas para o Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza (ALEPG)” (p. 222). Segura / Saramago apresentam assim dados mais elaborados e actuais. Cintra não pôde dispor dos dados do ALEPG, que são posteriores.

Transcrevo na íntegra o excerto em que Segura / Saramago 2001 tratam dos caracteres identitários da variedade sub-dialectal em que o SE Beirão se inclui, e a descrição aí apresentada serve-nos de base para a relação que veremos depois.

Dentro da extensa área ocupada pelos dialectos do Centro-Interior e Sul – e que vai desde o Ribatejo e Beira-Baixa até ao Algarve – destacam-se duas variedades localizadas em extremidades opostas, nordeste e sudoeste e que apresentam profunda alteração de timbre do sistema vocálico acentuado:

Variedade da Beira Baixa e Alto Alentejo

Os traços mais salientes desta variedade são:

- palatalização do [u] em [y], ou seja, o *u* é pronunciado como o *u* francês;
- palatalização de [a] em [ɛ], em determinados contextos, ou seja, quando na sílaba anterior existe, ou existiu, [i] ou [u] ou as semivogais [j] ou [w] ou ainda quando a vogal é precedida de uma consoante palatal;
- palatalização do [o] proveniente da monotongação do antigo ditongo [ow] em [ø], ou seja, a vogal é pronunciada com um som próximo da vogal da palavra francesa *feu*;
- labialização da vogal [e] em [œ], isto é, a vogal é produzida com um som próximo da vogal da palavra francesa *peur*;
- desaparecimento da vogal final não-acentuada [u], grafada -o, ou a sua redução a [i], ou seja, a uma vogal como a vogal final da palavra *monte*.

Exemplos recolhidos nos textos orais:

Malpica do Tejo:

lume [l'ymi];

alguidar [aɫgið'er], *bordado* [burd'ɛð];

roupa [r'øpɐ];

cozer [kuz'ær], *ferver* [friv'ær], *torcer* [turs'æ], *cesto* [s'æʃt].

Castelo de Vide:

tudo [t'yd], *cru* [kr'y];

tosquiar [ti'kj'er], *asseado* [ɛsj'ɛði], *pisado* [piz'ɛði], *coado* [ku'ɛði];

vou [v'ø], *soube* [s'øb], *sou* [s'ø].

O limite territorial desta variedade é traçado pela isófona da palatalização de [u], que L. Cintra usou igualmente para demarcar o limite da variedade do Barlavento do Algarve. (*Segura / Saramago 2001:226-227*)

4. Vemos agora a relação dos seis traços que são referidos nos textos como caracterizadores da variedade dialectal em questão.¹⁷

4.1. Os seguintes dois são apontados em todos os textos:

a) A palatalização do *u*, que, como já vimos, é considerado o fenómeno mais importante, sendo o utilizado para delimitar a Variedade.

b) A realização do antigo ditongo [ow] como um *o* palatal(izado).

b') Ferreira 1992:34 diz: “[...] além do «ô» das palavras *poço*, *troco*, e do «ó» de *logo*, *roda*, existe um «ö» semelhante ao do francês *feu* que surge em vez dos ditongos *ou* e *oi* (em *pouco*, *couve*, *coisa*).” Um leitor desprevenido poderia ver aqui que qualquer *oi* seria realizado como o referido monotongo palatal, esquecendo a relação entre os dois ditongos na língua portuguesa em geral. Cf. a respeito dessa relação, p. ex., Vasconcelos 1901 (1970:91-92&93); numa das “ementas gramaticais” publicadas na *Revista Lusitana*, diz sinteticamente o mesmo A. que “É conhecida a alternativa que existe entre estes dois ditongos. De AV originário veio *ou*, e de *ou* por dissimilação veio *oi*, que também tem outras origens. Não admira, por conseguinte, que o falar corrente confunda *oi* com *ou*” (Vasconcelos 1934:288). A questão da evolução e alternância *ou—oi* é muito mais complexa, mas aqui chega-nos perceber que se pode dar nos dialectos portugueses uma relação de “alternativa” e “confusão” entre os dois ditongos.

É difícil supor que Ferreira quisesse dizer que o ditongo *oi* passa, indiscriminadamente, a [ö]; além do mais, o próprio exemplo que dá — “coisa” — é derivado de *ou*: CAUSA > cousa > coisa. No texto (5) (Ferreira 1996), a mesma autora já menciona apenas “[ow]”.

É-nos suficiente, por agora, notar a mencionada relação entre os dois ditongos, aceitando que o que a literatura em geral refere é que *ou* tónico etimológico passa na Variedade a um *o* palatal; devido à “alternativa” entre esse ditongo e *oi*, existem também naturais casos de passagem deste último ao mesmo monotongo, o que pode levar a confusões.

4.2. Os outros quatro traços são:

c) O enfraquecimento do [u] átono final, que passa a [i] ou chega mesmo a cair. Fenómeno mencionado em Cunha / Cintra 1984, Ferreira 1992 (só refere a queda), Ferreira / Carrilho / Lobo / Saramago / Segura da Cruz 1996 (refere a queda mas a redução a [i] e não à vogal neutra — provavelmente uma gralha), Ferreira 1996 (tal como

¹⁷ O timbre exacto das vogais não nos interessa nesta fase do trabalho. Há algumas *nuances* (incluindo omissões) na literatura — em termos gerais, não apenas no que toca à tradição da *Nova Proposta* — que não têm grande importância e seria fastidioso discriminar aqui; o excerto transcrito de Segura / Saramago, como já foi mencionado, serve-nos de referência para esta sistematização.

no texto de 1992, a A. só refere a queda) e Segura / Saramago 2001. O texto restante do inventário, Cintra 1971 (1983), refere o traço numa nota de rodapé bibliográfica, feita enquanto caracteriza a Variedade: determinado autor, num artigo, “ocupa-se da queda das vogais finais -u, -i (ou -e), outro dos fenómenos mais típicos desta região, *mas cujos limites não coincidem perfeitamente com os dos primeiros*” (Cintra 1971 (1983:156, n. 58), último itálico meu; os “primeiros fenómenos” são, naturalmente, os que o autor destaca para a Variedade, que estamos a ver). Temos portanto que para Cintra, em 1971 — e não já em 1984 —, o fenómeno não era de primeira ordem para caracterizar a Variedade.

d) A labialização ou velarização de *e* fechado, mencionada por Cintra 1971 (1983), Ferreira 1992, Ferreira / Carrilho / Lobo / Saramago / Segura da Cruz 1996, Ferreira 1996 (que refere contudo que o monotongo resultante de *ej* escapa a esse fenómeno: *ej* > [e] normal¹⁸) e Segura / Saramago 2001.

e) A palatalização de *a* em *e* em determinados contextos, cuja indicação não é uniforme.

Cintra 1971 (1983) refere a palatalização “do *a* tónico, quando em contacto com consoante ou semi-vogal palatal ou quando, na sílaba anterior, se encontra ou encontrou uma das vogais ou semi-vogais átonas *i* ou *u*” (p. 156).

(Em Cunha / Cintra 1984 o fenómeno não é mencionado.)

Ferreira 1992 não se lhe refere explicitamente; depois de ter mencionado a palatalização do [u], a queda do [u] átono final, a labialização de [e] e a monotongação de [ow] / [oj] em [õ], diz apenas: “Além destas diferenças [com a Norma], que têm a ver com o inventário das vogais, existem algumas regras contextuais de modificação do timbre que não vamos aqui especificar” (p. 35). É obviamente provável que se estivesse a referir, implicitamente, à palatalização do *a*.

Ferreira / Carrilho / Lobo / Saramago / Segura da Cruz 1996 referem a “palatalização de [a] em [ɛ], devido a um fenómeno de harmonização vocálica, sempre que na sílaba anterior existe (ou existiu) [i] ou [u] ou as semivogais [j] ou [w] ou ainda quando a vogal se encontra em contacto com uma consoante palatal” (p. 496).

Ferreira 1996 refere somente “le passage [a] > [ɛ] dans certains contextes” (p. 23).

E Segura / Saramago 2001 mencionam a “palatalização de [a] em [ɛ], em determinados contextos, ou seja, quando na sílaba anterior existe, ou existiu, [i] ou [u] ou as semivogais [j] ou [w] ou ainda quando a vogal é precedida de consoante palatal” (p. 226).

f) A par da labialização / velarização de *e* fechado, também a de *e* aberto é citada por Cintra 1971 (1983) e Ferreira / Carrilho / Lobo / Saramago / Segura da Cruz 1996.

B. Outros textos

Cintra 1971 — e, bem assim, a tradição a que deu azo — é a referência fundamental seguida neste trabalho para a dialectologia do território político português; mas é

¹⁸ Como veremos no **Cap. I**, está aqui uma observação muito pertinente, que corresponde à realidade.

pertinente ver também o que os seus antecedentes dizem, porque se notam novas questões nessa comparação.

5. *Propostas de Leite de Vasconcelos*

A imagem da dialectologia do Sueste Beirão nos trabalhos do fundador da dialectologia científica em Portugal, compreendendo os materiais por ele recolhidos directamente na região e publicados postumamente, está pormenorizadamente abordada no **Anexo ao Capítulo I**. Para aqui transplantaremos os seguintes factos sintéticos.

1) Leite publica três propostas de classificação dialectológica (sendo a terceira uma reedição, com alterações, da primeira), mas só na segunda — a *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*, sua tese de doutoramento apresentada em França e publicada em 1901 — desce ao nível da apresentação de traços linguísticos para a lista de áreas dialectais que define. Nessa proposta, não considera a existência de uma área dialectal idiossincrática no Centro-Interior. O Sueste Beirão fica incluído no “sub-dialecto *baixo-beirão*” — sendo que “Beira Baixa”, na divisão administrativa utilizada por Leite de Vasconcelos, compreende não só o distrito de Castelo Branco mas também o da Guarda —, para o qual o A. destaca as seguintes características (Vasconcelos 1901 (1970:124)): (i) a realização do ditongo *ou* como *õ* (i.e. com a monotongação em *o* palatal), *o* (com a monotongação em normal [o]) ou *õu* (com a conservação como ditongo, mas com a vogal a ser realizada como *o* palatal); (ii) a palatalização de *u* tónico; (iii) a palatalização de *a* tónico em *e* aberto, sem definição de regra (os exemplos que o A. dá ao tratar o fenómeno, na p. 78 da 2.^a ed., não correspondem totalmente às regras da tradição da «Nova Proposta»: *crivér* = ‘crivar’, *giéda* = ‘geada’ e *kéma* = ‘cama’); (iv) a monotongação de *eu* em *e* fechado nos pronomes *eu*, *meu*, *teu* e *seu* quando ocorrem em próclise antes de consoante; e (v) a existência da forma *traquer* = ‘trazer’.

Vê-se portanto que, do conjunto dos fenómenos que são destacados por um ou mais textos da tradição da «Nova Proposta» (vistos em **A**), o autor refere três — as palatalizações de *a*, *o(u)* e *u* — e não refere outros três — as labializações de *e* fechado e aberto e a apócope ou realização como vogal neutra do [u] átono final. Em contrapartida, cita dois que aquela tradição não considera: a monotongação de *eu* e a forma *traquer*. Esta última merece destaque, pois respeita a um traço morfológico, área gramatical que a tradição da «Nova Proposta» não considera. Todas estas notas têm contudo de ser consideradas com cautela pois, como se disse, o “sub-dialecto baixo-beirão” respeita a muito mais do que o Sueste da Beira.

2) Nos materiais linguísticos recolhidos localmente nas Beiras por Leite de Vasconcelos e que, até serem inventariados e publicados postumamente em 1985 por Maria Adelaide Valle Cintra como vol. VI dos *Opúsculos* (Vasconcelos 1985), estavam inéditos, podemos ver o que o A. foi registando ao longo da sua vida científica sobre a linguagem do Sueste da Beira.¹⁹ Fazendo uma colação com os traços notados pela tradição da «Nova Proposta», observamos que, pelo menos em algum ponto da região, só a velarização / labialização de *e* aberto não foi notada por L. de Vasconcelos. A redução de [-u] átono, todavia, só está notada em apontamentos de 1933 respeitantes a Proença-a-Velha (concelho de Idanha-a-Nova) e, aparentemente, também em apontamentos não datados respeitantes a Medelim (concelho de Idanha-a-Nova) e Oleiros; não temos portanto indicações de que o A. conhecia o fenómeno para a região à data da feitura da *Esquisse* (1901) — pelo que se pode ver uma coerência entre os materiais citados e o que

¹⁹ Os materiais de Leite relativos ao Sueste da Beira vão da década de 1890 à década de 1930.

é destacado na *Esquisse*.²⁰ Pode também ver-se algo que ressalta já da colação dos inventários de traços que a «Nova Proposta» e a sua tradição indicam: a *fragilidade* da velarização / labialização de *e* aberto. Com efeito, só dois textos dessa tradição — um deles a própria «Nova Proposta» — citam esse fenómeno, que é o único não observado por Leite de Vasconcelos; como podemos ver no **Capítulo I**, isto não sucede por acaso, pois também nos dados que utilizamos para este estudo aquele fenómeno é o mais restrito.

6. «O «Mapa dos Dialectos e Falares de Portugal Continental»» (Boléo / Silva 1962 (1974))²¹.

O artigo apresenta a seguinte passagem:²²

Ao sul do beirão existe o FALAR DE CASTELO BRANCO E PORTALEGRE, que possui, como principal característica, a passagem frequente do *a*, quer em posição livre quer entravada, a *e*, p. ex. [ʒi'ɛdɐ] 'geada', [aʎgid'er] 'alguidar', [kuɾ'eʃ] 'curral', etc. [...].

O ditongo *ei* já se reduz a [e], como no sul: [ʒɐn'eru], [ɐz'eti], [ɐzet'onɐ].

O *i* pretónico soa como [i]: r[i]b[e]ra, f[i]g[e]ra, v[i]d[e]ra 'videira'.

O *-ã* recebe com frequência um *i* paragógico: [mɐɲ'ej] 'manhã'. O ditongo *-ão* soa muitas vezes como *-ẽũ*: [iʎkurid'ẽw] 'escuridão'. O *o* final passa com frequência a *-e*: *oite*, *cinque* 'cinco', *domingue*.

O *s* e o *z* reversos, bem como a paragoge de tipo dos falares estudados [d'ezi], [nɐr'izi], são limitados a uma pequena zona vizinha do beirão.

Neste falar há a considerar duas subdivisões: subfalar de Castelo Branco e subfalar de Portalegre.

As características do *subfalar de Castelo Branco* são, além das já citadas, as seguintes:

- 1) o *-ã* e o *-ẽ* pronunciam-se como *-ãj* e *-ẽj*: [k'ejgɐ] 'canga', [t'ej'mpu];
- 2) o [e] tem uma pronúncia próxima do [ɐ]: [kɐb'ɐlu] 'cabelo';
- 3) nalgumas localidades, o *-ã* passa a *-ão*: [mɐɲ'ẽw] 'manhã', [mɐs'ẽw] 'maçã'.

Quanto ao *subfalar de Portalegre*, observa-se já em certas povoações um descuido de pronúncia na sílaba final, traço próprio do meridional: [ɐsubi'a] 'assobiar', [kusp'i] 'cuspir', [trev'ẽ] 'trovão'.

Leite de Vasconcelos, que na primeira edição do seu *Mapa dialectológico*, reúne os falares de Castelo Branco e Portalegre como uma subdivisão do beirão, separa-os um do outro na segunda edição, incluindo o de Castelo Branco no beirão e o de Portalegre no meridional.

Com base no material do *I.L.B.* e outras fontes de informação, julgamos que os traços comuns que reunimos justificam que não se separem os falares dos distritos de Castelo Branco e Portalegre. (Boléo / Silva 1962 (1974:333-334))

²⁰ Note-se lateralmente que o A. não regista na *Esquisse* a apócope ou passagem a vogal neutra de [u] átono final para nenhuma região portuguesa. O fenómeno, como é sabido, apresenta muita saliência no Barlavento Algarvio.

²¹ Como já ficou dito, o próprio mapa da proposta surge pela primeira vez em 1958 no *Atlas de Portugal* de A. Girão, e a reedição de 1974 incorpora ligeiras correcções que levaram em conta a crítica que Cintra 1971 havia feito à versão de 1962.

²² Actualizo a transcrição fonética para o alfabeto aqui utilizado, segundo o que é possível depreender da notação fonética que a obra utiliza, que não é totalmente explícita. Fui obrigado a fazer algumas alterações de pormenor em alguns grafemas, mas o significado não é posto em causa, igualmente como a fidelidade máxima ao texto.

Pode ver-se que, dos seis traços mencionados em Cintra 1971 e seguidores, Boléo / Silva 1962 (1974) referem apenas a palatalização do *a*, o enfraquecimento do *-o* e provavelmente, pelo que se pode depreender do texto, a labialização ou velarização do *e* fechado. Não referem o traço que aquela tradição considera o principal (a palatalização do *u*) nem o outro traço que é assinalado em todos os textos (a palatalização de *ou*). Merece também destaque o facto de considerar a palatalização do *a* a principal característica do “Falar de Castelo Branco e Portalegre”. Cintra 1971 (1983:135, n. 29) diz, a propósito da caracterização que os AA. fazem desse falar:

[...] não posso deixar de estranhar ainda a ausência, na caracterização do *falar de Castelo Branco e Portalegre*, de qualquer referência ao que é talvez o seu «traço geral» mais típico, para qualquer «pessoa alheia a estudos filológicos», traço que é, por outro lado, também de grande importância para qualquer dialectólogo: a articulação palatalizada do *u* tónico (e por vezes também do átono) que o aproxima do *u* norueguês, sueco e, em menor grau, do *ü* francês [...]. [...] No que se refere a esse mesmo *falar de Castelo Branco e Portalegre*, está, em compensação, mencionada a palatalização do *a* tónico; mas, infelizmente, falta a indicação do condicionamento hoje bem conhecido dessa palatalização. (A indicação que Cintra 1971 faz desse condicionamento está atrás em A, ponto 4.2-e; na continuação do excerto que se acaba de transcrever estão indicações bibliográficas sobre o assunto.)

Cintra faz observações muito pertinentes sobre a proposta de Boléo / Silva no seu todo (i. é, deixando de parte a visão de um específico *falar* / *dialecto*), das quais vale a pena citar aqui as seguintes:

À acertada preocupação em distinguir: 1) «traços gerais, comuns a uma região», 2) «traços limitados a uma sub-região» e 3) «traços comuns a uma zona limítrofe» [...], não correspondeu igual acerto na escolha e hierarquização dos referidos traços. Os «traços gerais» seleccionados para caracterizar um falar são, na minha opinião, de muito desigual valor distintivo. Por vezes, encontram-se simultaneamente em regiões muito diversas, ao mesmo tempo que nem sempre são, como em alguns casos o revelam os próprios autores, realmente «gerais» na região a caracterizar [...]. Por outro lado, não foram considerados entre esses «traços gerais» alguns cuja relevância é indiscutível e foi reconhecida pelos estudiosos anteriores; entre eles estão algumas características que são sentidas como muito típicas, mesmo para as [«]pessoas alheias a estudos filológicos», como justificadamente desejam os autores para as características a seleccionar [...]. Quanto aos traços «limitados a uma sub-região» e aos «comuns a uma zona limítrofe» — traços julgados, portanto, de valor distintivo menor, mas ainda assim capazes de servir para destacar regiões menores — nem sempre os autores encontraram a oportunidade de os indicar no texto do artigo [...] e, quando o fizeram, observamos que muitos deles se reencontram noutras regiões apesar de parecer evidente que, em princípio, este facto deveria ter desaconselhado a sua selecção [...]. Aliás, muitas vezes (e é fácil encontrar para este pormenor uma explicação na própria natureza dos materiais do ILB, na sua maior parte recolhidos por correspondentes), os traços fonéticos registados pelos autores como particularidades locais encontram-se na realidade em muitas outras regiões [...] além da indicada, e, inversamente, particularidades fonéticas importantes para o isolamento de certas sub-regiões não foram tidas em conta, certamente porque esses correspondentes — naturais do lugar sobre que informavam ou nele residentes há muito e habituados à pronúncia local — não observaram ou não se preocuparam em chamar a atenção sobre características muito sensíveis e aparentes, mas só para observadores de outra origem [...]. (Cintra 1971 (1983:131-137); entre os excertos omitidos contam-se as notas de rodapé em que o autor exemplifica as questões)

Este excerto permite-nos pôr em perspectiva os dados e a proposta de Boléo / Silva. Apesar de pecar por excesso num ou noutro ponto, Cintra — cujos dados, formados pelo ALPI, também não eram os ideais — não deixa de tocar em todos ou quase todos os principais problemas da proposta de Boléo / Silva. Proposta que, não obstante, tem vários pontos muito meritórios — sendo um deles precisamente a reconsideração de uma unidade dialectal em Castelo Branco-Portalegre, depois do abandono dessa identificação por Leite de Vasconcelos na *Esquisse* e nos *Opúsculos*.

7. A proposta da *Gramática* de Cuesta / Luz 1971 (capítulo «Estado actual del Portugués en la Península Ibérica») não desce ao nível das sub-regiões dialectais e não procede a uma esquematização transparente dos fenómenos linguísticos que, um tanto ‘atomicamente’ — e, ao que parece, baseando-se apenas em dados indirectos, ou seja, “com base nos trabalhos que as autoras puderam consultar” (Cintra 1971 (1983:139)) —, refere no sub-capítulo «Zonas dialectais portuguesas e suas características principais» (p. 58 ss. da tradução portuguesa, a versão que doravante citarei).

Um pouco à semelhança da *Esquisse* (que parece aliás ter exercido grande influência nas AA., o que não é de estranhar), referências vagas do tipo “grande parte da Beira”, “pontos do Norte”, etc. são comuns ²³. No que toca à fonética, encontram-se referências específicas à Beira Baixa: ²⁴

a) Quanto aos fenómenos salientados em Cintra 1971 e seguidores:

Palatalização de *u*: “A palatalização do *u* tónico em [ü] dá-se numa vasta área do Sul e do Centro de Portugal que abrange desde o Fundão e a Sertã (Beira Baixa) até Portalegre (Alto Alentejo) com pontos da Beira Litoral e Ribatejo e todo o ocidente do Algarve. A palatalização do *u* pode ser mais ou menos intensa e não se dá em posição átona: *maduro* [ü] mas *madurar* [u]” (pág. 61).

Palatalização de *a*: 1) Excerto que apresenta mais uma formulação diferente do contexto de *a > e* — podendo constatar-se que a palatalização de *a* não parece ter uma regra *fácil* —, e em que também está referida, implicitamente, a monotongação palatalizada de *ou*: “Na Beira Baixa e parte do Alto Alentejo o *a* tónico palataliza-se chegando a tornar-se [‘ɛ] por um complicado processo de harmonia vocálica, quando na sílaba anterior aparece um [e] representando o ditongo *ei* do port. padrão, um [ö] representando o *ou*, um *u*, ou um [ə] representando o *i*. Assim, em Monsanto, ouve-se [sef’erⁱ] por *ceifar*, [fum’erⁱ] por *fumar* ou [fæk’erⁱ] por *ficar*, etc.” (p. 62) ²⁵. — 2) Aqui, num excerto respeitante à nasalização de vogal por consoante nasal seguinte em início de sílaba, vê-se mencionado o facto de que o *a* também palataliza quando nasal, questão pertinente que a literatura, em geral, tende a descurar: “Como sucede no Brasil a nasalização por nasal posterior não travante é muito forte no Minho, Trás-os-Montes,

²³ Problema que, naturalmente, terá sido potenciado pelos recursos, indirectos, em que as autoras se puderam basear para a descrição linguística; com recursos desse tipo é mais fácil não se ter a melhor panorâmica e, conseqüentemente, cair-se em erros de sub- ou sobre-valorização dos dados. Nada disto obsta, por outro lado, ao conhecido rigor científico da obra.

²⁴ Actualizo, no mínimo indispensável, a notação fonética das AA. para a aqui utilizada.

²⁵ Na continuação exacta do excerto, as autoras dizem: “Esta mesma evolução de *á* a *é* é assinalada por Paiva Boléo em grande parte do Minho, sobretudo na zona que denomina de minhoto central, em palavras como *bureco* por *buraco*, *bacalheu* por *bacalhau*, etc.” A existência de regular palatalização de *a* no Minho é mais do que problemática: cf. o que Cintra 1971 (1983:132-133, n. 28) refere a propósito de palatalizações esporádicas de *a*, em crítica à própria classificação de Boléo / Silva 1962 que as autoras citam.

Beira Alta e Baixa e no Algarve. Em grande parte do Minho, mas principalmente na zona oriental, e em Trás-os-Montes, na Beira Baixa e Alto Alentejo o *a* tónico nasalizado por nasal travante ou nasal não travante torna-se [’ẽ] nas mesmas condições que o oral: *criança* [’ẽn], *pestanas* [’ẽ]” (p. 63) ²⁶.

A monotongação palatal de *ou* é referida explicitamente no seguinte passo: “Em parte da Beira Baixa, Estremadura e Alto Alentejo, *ou* monotongou numa espécie de *e* labializado, mas em posição final absoluta produz-se uma ditongação deste *e* labializado em [’öw] análoga à que sofrem as outras vogais finais: sou [’öw], pó [’öw] [sic]” (p. 64; evidentemente, o símbolo [ö] em *pó* será gralha).

Velarização de *e* fechado: “Na Beira Baixa, o *é* fechado etimológico tende a velarizar-se” (p. 62).

Enfraquecimento do [u] átono final: As autoras negam-no para a Beira Baixa: ao referirem que o *e* átono final tende a passar a *i* no Sul, dizem que “este *i* é muito relaxado no Algarve — cuja língua é caracterizada por uma enorme brandura das vogais finais —, e também na Beira Baixa, que conserva, pelo contrário, tanto o *-a* como o *-o*” (p. 63).

A velarização do *e* aberto não é referida.

b) No tocante a outros fenómenos, um merece referência especial — a velarização de *a*: “Na Beira Baixa, quando o *á* se mantém [ou seja, quando não palataliza] toma um ligeiro matiz velar, mas a velarização do *á* torna-se mais marcada em toda a parte ocidental do Algarve, onde chega a tornar-se quase [’ɔ]” (p. 62). Com efeito, este traço, a verificar-se, além de ser mais um traço destacado do dialecto do Sueste Beirão, é também mais um traço a aproximá-lo do dialecto do Barlavento do Algarve, questão significativa que veremos no §3.

Cunha / Cintra 1984 também têm algo significativo a dizer sobre a velarização de *a*. Caracterizando a “Variedade do Barlavento do Algarve”, referem: “[...] o *a* tónico evoluiu para um som semelhante a *o* aberto: *bata* é pronunciado quase *bota*, alteração de timbre que não é estranha a alguns lugares da mencionada zona da Beira-Baixa e Alto-Alentejo, embora seja aí mais frequente a passagem, em determinados contextos fonéticos, de *a* a um som [ä] semelhante a [ɛ] aberto [i.e. a palatalização do *a*], por exemplo: *afilhédo*, por *afilhado* [...]” (p. 17). Se do excerto de Cuesta / Luz 1971 se depreende que o *a* é velarizado por defeito, este último é dúbio.

c) São ainda referidas as ditongações de *ã*: (i) “Em posição final, a terminação nasal tónica *-ã* do port. padrão aparece representada pelo ditongo [’ãw] no Minho e Douro Litoral e, também, nalguns pontos da zona de Castelo Branco e do Baixo Alentejo” (p. 63); (ii) “[...] na região de Castelo Branco o *a* nasal tónico em posição interior ditonga em [’ẽj]: *canga* [’ẽjɨ]” (*id.*).

Apesar das questões que foram referidas sobre a obra, podemos observar que a descrição de Cuesta / Luz fornece alguns dados significativos, fundamentalmente sobre a velarização de *a* e a palatalização de *a* nasal. Além do mais, o facto de a *Gramática* não distinguir na classificação a Variedade da Beira Baixa e Alto Alentejo e a consequente descrição linguística que leva a cabo — onde, como se pôde ver, não há problema

²⁶ Não nos interessam as referências a Minho e Trás-os-Montes e à forma *pestenas*, problemáticas e interligadas (em *pestenas* não se verifica o contexto fonético de palatalização de *a* definido pelas AA.); cf. a nota anterior e o excerto de Cintra 1971 aí indicado (onde inclusive aparece mencionada a forma *pestenas*).

nenhum em referir a “região de Castelo Branco” — lembram-nos que, apesar de essas regiões formarem uma unidade idiossincrática clara, nada obsta a que haja sub-unidades dentro dela. O Sueste da Beira não tem pouco para explorar neste âmbito, como poderemos ver nos dados fornecidos no **Capítulo I**.

Ficou apresentado o que nos interessa, numa introdução, sobre a relação dos traços linguísticos salientes da área dialectal do Centro-Interior, tal como eles têm sido observados até hoje por aquelas obras que se ocupam de uma visão de conjunto dos dialectos portugueses. É fácil agora constatar dois pontos fundamentais que tinham sido mencionados previamente: (i) o carácter destacado dessa variedade é significativo, (ii) e é fundamentalmente através do sistema vocálico que ele tem sido notado.

3] Embora esse carácter destacado da linguagem de Castelo Branco-Portalegre seja pacífico, assim como, numa dimensão mais relativa, uma relação dos seus traços principais também o seja, têm sido apontadas questões de delimitação, identidade e afinidade com outras variedades que remetem para a necessidade de se estudar de forma aproximada essa linguagem. Diz Cintra, a respeito da isófona da palatalização do *u*:

Os pontos onde observámos a palatalização, mais ou menos acentuada do *u* são: ...Reguengo... Belver... Montalvão..., muito acentuada; poderia indicar-se como centro da região... Alcains... Monsanto... Oleiros... Ourondo... Curiosamente *ü* já não se regista no Rosmaninhal, conc. de Idanha-a-Nova, junto da fronteira com Espanha ...; julguei preferível não considerar este facto no mapa. Mas é provável que num mapa mais pormenorizado se tenha de suprimir uma zona vizinha da fronteira (assim como nela se não pode incluir o conjunto dos dialectos galego-portugueses de Eljas, Valverde e S. Martín de Trevejo). O fenómeno da palatalização, assim como as outras alterações do sistema vocálico, é totalmente desconhecido dos dialectos espanhóis que se encontram do outro lado da raia. (Cintra 1971 (1983:156, n. 56))

Esta separação em relação aos dialectos espanhóis sugere que a caracterização do dialecto se definiu posteriormente ao traçado da fronteira política; ainda mais quando se observa que Montalvão, o “centro da região”, está junto à fronteira, e que na parte mais a Este do Sueste da Beira (onde está o Rosmaninhal) Cintra supõe uma área de exclusão da Variedade.²⁷ Mas as afinidades da linguagem do Centro-Interior com a do Barlavento algarvio (onde está outra das três “regiões subdialectais com características peculiares bem diferenciadas” que a «Nova Proposta» identifica, como se pode ver no **Anexo I** a esta Introdução) podem apontar para uma antiga unidade entre as duas manchas dialectais, interrompida pelo movimento diagonal da Reconquista alentejana entre Alcácer e o Guadiana. Para uma descrição esquemática, com bons exemplos, dos caracteres destacados da Variedade do Barlavento Algarvio, v. Segura / Saramago 2001:227, que modificam em alguns aspectos a relação de Cintra 1971 (1983:157-158). Em Ferreira / Carrilho / Lobo / Saramago / Segura da Cruz 1996:496, expõe-se sinteticamente:

²⁷ A este propósito, o A. refere pouco depois que todos os traços que indica como característicos da Variedade “alcançam um máximo de clareza e uma quase regularidade no centro da zona e esbatem-se gradualmente nos seus extremos, onde, sem dúvida, o traço que permanece mais perceptível é a alteração do timbre do *u* (apesar de muito menos acentuada que no centro) [...]” (Cintra 1971 (1983:156)).

Na variedade do Barlavento do Algarve, menos extensa do que a anterior [NB: a da Beira Baixa e Alto Alentejo], constata-se uma deslocação em cadeia das vogais acentuadas; as vogais anteriores são mais abertas, surgindo uma vogal extremamente aberta, [æ], a corresponder a [ɛ]; a vogal central [a] sofre uma velarização sendo pronunciada muito próxima de [ɔ]; o timbre de [ɔ] aproxima-se de [o]; o [u] sofre palatalização em [y] como na variedade da Beira Baixa e Alto Alentejo e, tal como aí, a vogal final não-acentuada -[u] desaparece (Segura da Cruz, no prelo).

A velarização do *a* também pode ser um traço em parte comum às duas variedades, como vimos no § anterior.

A possibilidade de pelo menos alguns dos caracteres destacados da variedade da Beira Baixa-Alto Alentejo terem origem em substrato — nomeadamente céltico — não tem passado despercebida, tal como a possibilidade do superstrato, onde pontifica a teoria do influxo francês das ordens militares que protagonizaram a reconquista da região (Ordem do Templo (depois Ordem de Cristo) e Ordem do Hospital). As opiniões não são, contudo, consensuais; assim, por exemplo, Menéndez Pidal 1926 (1980:113), reportando-se às palatalizações de *a* e *u*, aceita a origem céltica, mas Leite de Vasconcelos não a vê com bons olhos nem para um nem para outro fenómenos (cf. Vasconcelos 1884 (1985:242-243), a respeito da palatalização de *a*, e Vasconcelos 1901 (1970:83), para a palatalização de *u*). Mais recentemente, Lindley Cintra 1970 (1983:53-54) constata a improbabilidade da hipótese do substrato céltico e inclina-se para a do superstrato francês — hipótese que, não tendo depois desenvolvido, parecia favorecer, segundo testemunham antigos discípulos. Hipóteses que, por outro lado, vejam a origem dos caracteres destacados da região somente em factores internos do sistema (sendo a formação dos caracteres, portanto, espontânea e enquadrável apenas na evolução estrutural da língua) têm tido menos expressão.

Para além das coincidências entre as duas “regiões subdialectais com características peculiares bem diferenciadas” do Centro-Sul, são também sugestivas as coincidências entre estas duas e os dialectos insulares, sobretudo o de S. Miguel (Açores). Diz Ferreira 1992:35-36:

Um dos interesses do estudo dos dois últimos dialectos mencionados [NB: os dialectos de Castelo Branco-Portalegre e do barlavento algarvio] está no facto de o dialecto da ilha de S. Miguel conter elementos comuns a ambos: a queda da vogal final -o; o mesmo timbre do *u*; o «ö» proveniente do ditongo *ou* como em Castelo Branco-Portalegre; a deslocação em cadeia das vogais como no barlavento algarvio. Isto mostra como o cotejo dos dialectos açorianos com os do continente pode ser significativo para a própria história do povoamento das ilhas. [...]

Se em S. Miguel são patentes os laços, simultaneamente, com o centro interior e com o barlavento algarvio, já a Terceira mostra algumas influências do centro interior muito modificadas (cf. Ana M. Martins e G. Vitorino, 1989).

(Para uma descrição esquemática dos dialectos insulares e seus traços destacados, cf. Segura / Saramago 2001:228 ss.; Cunha / Cintra 1984:19 também é muito útil. Aí facilmente se constata que as semelhanças do Centro-Interior e do Barlavento Algarvio com S. Miguel são notórias.)

A visão tradicional é a de que as parecenças dos dialectos insulares com os dialectos do Centro-Interior e do Barlavento Algarvio se justificam por meio de uma

influência dos segundos sobre os primeiros, e não o inverso; esses caracteres terão assim origem não nas ilhas, mas no continente. Está aí uma teoria naturalmente provável, mas os conhecimentos da história da língua portuguesa ainda são limitados para se poder ter a certeza; faz falta conhecer melhor a evolução dos dialectos (todos, incluindo os de prestígio) ao longo dos tempos. É um facto que a história dos dialectos antes da segunda metade do séc. XIX (quando começa a dialectologia científica em Portugal) está quase toda por fazer: muito pouco se conhece dos dialectos em Portugal antes da época contemporânea.

Nos capítulos seguintes veremos o contributo do nosso trabalho para estes e outros pontos. É antes necessário, porém, conhecer o panorama dos falares que envolvem o Sueste Beirão do lado de lá da fronteira.

3. Apontamento sobre os falares de Espanha confinantes com o Sueste Beirão

Veremos aqui, sempre focados nos objectivos da dissertação, uma síntese crítica dos resultados a que a investigação sobre os falares que confinam com o SE Beirão a partir do lado de lá da fronteira tem chegado.

1] Todos os referidos falares estão localizados na região administrativa espanhola da Extremadura, que envolve o Sueste da Beira. Os dialectos propriamente espanhóis — há na Extremadura dialectos que fogem ao domínio linguístico do espanhol, como veremos — não apresentam quaisquer similaridades com o vocalismo distintivo de Castelo Branco-Portalegre; cf. e.g. Cintra 1971 (1983:156, n. 56), passo citado no §3 de 2 atrás, e Montero Curiel 2006:33.²⁸

Já no que toca aos dialectos galego-portugueses, a situação não é tão linear. J. Carrasco González, professor da Universidad de Extremadura, é quem mais tem estudado a cartografia e tipologia desses dialectos (no gabinete ou no campo); apresentou dois artigos em 1996 e 1997 que funcionam para eles como a «Nova Proposta» para os do território de Portugal Continental: formam a proposta mais seguida e também a mais fiável²⁹. Os seus mapas 1 (Carrasco 1996b:146; como o autor refere na nota 1, pág. 135, este mapa tinha sido já apresentado em Carrasco 1996a, onde está também o fundamental da sua proposta) e 4 (Carrasco 1997:79), reproduzidos adiante respectivamente como **Anexos III e IV** da Introdução, apresentam a proposta, que mantém uma fundamental actualidade.

²⁸ Para uma introdução à dialectologia da Extremadura, pode começar-se por consultar este pequeno manual, que, além de actual, tem “como finalidad la de poner en las manos de los lectores interesados por la dialectología hispánica una síntesis organizada de todo lo que se ha dicho y se ha escrito sobre las modalidades lingüísticas de las provincias de Cáceres y Badajoz” (pág. 10). Úteis no mesmo âmbito, sobretudo para algumas questões que escapam àquela obra, continuam a ser Viudas / Ariza / Salvador 1987 e a introdução de Viudas 1980.

²⁹ Isso dá-se sobretudo porque, para além de ser Carrasco quem mais se tem dedicado ao assunto, o autor procede a uma visão próxima e detalhada, ao contrário do que é a tradição da literatura a este respeito. O próprio tem a oportunidade de dizer: “Basta observar los mapas de los principales manuales de dialectología peninsular para constatar que ni siquiera aparecen todos los grupos dialectales. [...] Otro aspecto que llama rápidamente la atención es la adscripción de todas las hablas fronterizas a las variantes colaterales portuguesas sin ninguna distinción, como si fuesen una mera prolongación de la lengua hablada al otro lado de la frontera” (Carrasco 1996b:139).

Tomando em consideração não apenas “rasgos linguísticos” mas também “aspectos relativos al origen y a la pervivencia de estas hablas (en una perspectiva sociolingüística, y con especial atención a sus relaciones transfronterizas)” (Carrasco 1996b:135), o autor distingue “cuatro grupos dialectales perfectamente definidos” (*id.*), como se pode ver nos mapas citados.

O primeiro — zona do Valle de Jálama, no Noroeste da Extremadura, confinando com a província de Salamanca e Portugal e formado pelos municípios de San Martín de Trevejo, Eljas e Valverde del Fresno — e o quarto — zona de Olivença, no Ocidente da província de Badajoz — não apresentam aspectos que os aproximem da Variedade da Beira Baixa e Alto Alentejo.

2] O Grupo 1 foi já excluído por Cintra da Variedade (cf., além do Mapa 2 da «Nova Proposta» — **Anexo I** desta Introdução —, também a já aludida nota 56 da p. 156 desse trabalho (edição de 1983)), e Carrasco González partilha da mesma perspectiva; de facto, é pacífico que o grupo dialectal do Valle de Jálama está claramente separado da região sub-dialectal de Castelo Branco-Portalegre, sob todos os pontos de vista.

Trata-se de um dialecto fortemente idiosincrático cuja classificação, desde sempre, é polémica. Montero 2006:83 sintetiza assim as diferentes perspectivas:

Son variedades [NB: as três variedades de que se compõe a região dialectal do Valle de Jálama, a saber: o “mañegu”, de San Martín de Trevejo; o “lagarteiru”, de Eljas; e o “valverdeiru”, de Valverde del Fresno] de dudosa identificación: algunos investigadores las han considerado como hablas de origen portugués o gallego (cargadas de leonesismos), o como dialectos de transición entre el gallego-portugués medieval y el asturleonés occidental. Otros las han analizado como ejemplos de hablas portuguesas o galaico-portuguesas en Extremadura. Las hipótesis más recientes aluden a una repoblación de origen gallego que se asentó en fechas antiguas [NB: sécs. XII-XIII] en la llamada Transierra leonesa, y que favoreció el hecho de que las hablas de los tres lugares puedan hoy analizarse a través del gallego-portugués medieval con influjos posteriores del leonés, del portugués vecino y del castellano en su modalidad sureña.

Carrasco 1996b:140 ss. faz uma crítica das diferentes propostas e, não partilhando da visão ‘galeguista’, que considera o dialecto do Valle de Jálama como mera variedade do galego³⁰, opta por uma espécie de terceira via: trata-se de “un dialecto que ha evolucionado autónomamente a partir del tronco común medieval galaico-portugués que daría origen, a partir del siglo XIV, al gallego por un lado y al portugués por otro. En cierta medida se trata de una tercera rama: la rama extremeña de la fértil familia lingüística que se extiende por el extremo occidental de la península” (Carrasco 1996b:140). Mais tarde, em Carrasco 2000, o autor abandona a ideia da “terceira rama” e, com argumentos interessantes, opta por considerar o carácter e a filiação fundamentalmente galegos do dialecto como a mais acertada perspectiva (cf. Carrasco 2000:151, n. 11). Interessante é também a tese do “dialecto de transição”, de Viudas Camarasa (veja-se a respeito Viudas 1982), apesar de utilizar aquilo que, em condições normais, é um conceito demasiado vasto³¹.

³⁰ Uma referência importante para essa teoria são os trabalhos de Xosé E. Costas González (e.g. Costas 1999).

³¹ Carrasco 1996b:140-143 faz uma crítica relativamente detalhada a essa proposta, mas deixa alguns pontos a necessitarem de maior explicitação.

Não alongaremos aqui a questão da filiação do grupo dialectal do Valle de Jálama, que se alonga por aspectos laterais como o da definição de língua vs. dialecto (aplicado ao caso do panorama galego-português).³² Interessa-nos apenas notar que os falares de Jálama não são considerados minimamente próximos à Variedade da Beira Baixa e Alto Alentejo. A sua relação é com a Beira Alta e a sua filiação aparenta ser afastada, num povoamento galego medieval; é, como Carrasco 1996b:136 diz, um caso à parte, claramente fora do âmbito estrito do português: “El origen galaico-portugués medieval de estas hablas, así como sus contactos lingüísticos con el leonés y el castellano meridional, han conformado un grupo dialectal perfectamente diferenciado y definido que en nada tiene que ver con el portugués moderno hablado al otro lado de la frontera [...] ni con el resto de hablas fronterizas extremeñas.”

3] O Grupo 4 apresenta uma situação mais linear: fala-se português ali porque, como é sabido, a região foi território de Portugal até ao princípio do século XIX, altura em que, na sequência da Guerra das Laranjas, foi anexada pela Espanha.

O português oliventino é um “portugués moderno de tipo alentejano con algunos rasgos antiguos de origen español, como ocurre también en los *concelhos* portugueses de Alandroal, Elvas y Campo Maior (debido al antiquísimo contacto con la lengua castellana, sin duda favorecido por las vicisitudes que atraviesa el señorío de Albuquerque en la Edad Media)” (Carrasco 1996b:137). Devido aos seus dois séculos de integração na Espanha — e talvez também, embora em menor medida, ao seu carácter ainda mais fronteiriço —, apresenta fortes influências do espanhol moderno, pelo que se distingue também dos dialectos fronteiriços do Alandroal, de Elvas e de Campo Maior (cf. **Anexo IV** desta Introdução e Carrasco 1997:73-76).

O Grupo 4 fica assim fora do raio de acção da Variedade da Beira Baixa e Alto Alentejo. No entanto, ao contrário do dialecto do Grupo 1, o do Grupo 4 tem fraca

³² Veja-se por exemplo o que Gargallo 2007:35 diz a respeito da consideração dos falares de Jálama como meras variedades do galego: “La concepción de la *fala* [i.e. os referidos falares] como una variedad dialectal del gallego (y no del portugués) presupone ver en el gallego de hoy una lengua autónoma con respecto al portugués. Lo que no deja de sorprender a quien, como yo, mira el conjunto gallego-portugués de lejos, desde el otro lado peninsular (oriental). Me choca que la postura autonomista (*isolacionista* o “aislacionista”, dirán otros) para con el gallego del noroeste peninsular se torne reintegracionista en relación a este otro “gallego” del noroeste extremeño. Algo que he dado en llamar “reintegracionismo a la inversa”. Já na página anterior o A. tinha deixado claro que não considerava os falares de Jálama como pura e simplesmente galegos: “Que presente mayor afinidad con el romance gallego [...] que con el vecino portugués dialectal [...] a mí no me parece obstáculo para clasificar la *fala* de los tres lugares como parte del conjunto gallego-portugués peninsular.

A la pregunta de si la *fala* es portugués o gallego creo adecuado responder que gallego-portugués, aun si puede conceder que probablemente algo más “gallego” que portugués. Pero, en cualquier caso, no gallego sin más. Gallego-portugués tiznado de (viejos) leonesismos y cada vez más influido por la lengua-techo castellana. Encrucijada lingüística, orográfica, político-administrativa e histórica.”

De facto, o repovoamento galego que terá transplantado na região a sua *fala* particular ocorreu em data muito recuada (sécs. XII-XIII, como ficou dito). Depois dessa data, muito passou; até que ponto o percurso da *fala*, com: (i) o afastamento da Galiza e da sua língua, tanto no plano físico como no cultural (o galego, como se sabe, sofreu um ocaso como sistema linguístico de prestígio e cultura desde o final da Idade Média até à época contemporânea), (ii) a proximidade, em sentido contrário, com Portugal (o Valle de Jálama é fronteiriço com Portugal e desde sempre manteve intenso contacto com o lado de cá da fronteira, favorecido pela proximidade linguística) e (iii) a pertença a território espanhol (com a consequente influência do leonês e do castelhano a fazer-se sentir), — não é demasiado particular para poder proporcionar uma mera variedade do galego? Mas, nesse caso, o que são então os falares de Jálama? Uma língua independente? Para responder a essa questão, temos de comparar detalhadamente a gramática dos falares de Jálama com os relevantes de Portugal e da Galiza; tanto no plano actual como, na medida do possível, no medieval.

vitalidade; estará mesmo em vias de extinção, como dizem p. ex. Matias 2001 e Carrasco 2006. Olivença, devido à divergência histórica sobre a legitimidade da sua posse por parte de Espanha e ao consequente afastamento político dos dois países no tocante aos assuntos que lhe interessam, não parece apresentar, desde a sua anexação a Espanha, uma relação significativa com Portugal; acabou por sofrer um afastamento do seu antigo país, e bem assim da área linguística em que está filiada.

4] Não é apenas a linguagem do Grupo 4 que está em risco de extinção; de facto, apenas a do Grupo 1 parece fugir a esse estado (cf. Carrasco 2006:630-631). Em Herrera de Alcántara (Grupo 2), o dialecto local está praticamente extinto, e em Cedillo e restantes localidades do Grupo 3 a situação, apesar de menos extrema, não parece ser muito diferente ³³.

Vários factores concorreram para essa situação, desde a inevitabilidade do avanço do espanhol por via das circunstâncias sócio-históricas gerais das últimas décadas (aumento da escolarização, aumento e melhoria das vias e dos meios de comunicação, etc.) até factores mais ou menos específicos como a elevadíssima emigração (nalguns casos mesmo fomentada pelo governo espanhol) que, desde os anos 1950' e 1960', se tem dado um pouco por toda a Extremadura (sendo as pequenas povoações fronteiriças como Herrera e Cedillo logicamente mais frágeis). Para um ponto da situação da actual vitalidade e das perspectivas de futuro dos falares fronteiriços extremenhos, veja-se Carrasco 2006. Aí se definem as décadas de 50' e 60' do séc. XX como o momento charneira a partir do qual esses falares entram numa acentuada regressão.

Não espanta portanto que o bilinguismo, nos habitantes que ainda conservam os falares, se encontre já generalizado, o que tem importantes consequências nocivas na preservação dos caracteres específicos de cada dialecto.

Em toda esta conjuntura é apenas natural que, mesmo que se consiga preservar o português nessas localidades, essa preservação seja *artificial* (p. ex. recorrendo a cursos de português), i. é, a preservação forçada de algo que já se perdeu na sua essência, havendo a necessidade de se importar o mais parecido que é possível conseguir. Vejam-se p. ex. as palavras de Carrasco 1996a:90, a respeito de Cedillo: “[...] de ellos depende conseguir la preservación de su cultura y aprovechar su condición de bilingües. Los rasgos dialectales propios desaparecerán sin duda, sustituidos por el español y por el portugués estándares.”

5] O Grupo 3, contínuo dialectal que vai desde Cedillo (junto ao Tejo), no seu extremo setentrional, até sensivelmente El Marco, já na província de Badajoz — constituído assim em termos genéricos, como nos indica o **Anexo III**, por Cedillo e franjas fronteiriças de Valencia de Alcántara e La Codosera —, tem relação com a Variedade da Beira Baixa e Alto Alentejo.

Todas as povoações desse grupo são recentes — surgiram a partir dos sécs. XVII-XVIII, fundadas por portugueses que procuravam melhores condições de vida — e a língua aí falada é a continuação linear do que temos do lado português, embora com

³³ Veja-se a este respeito o que C. Vilhena já na década de 1960' dizia: “Tanto o falar de Herrera como o de Cedillo, apesar da vitalidade que ainda possuem, são falares condenados a um rápido desaparecimento. Proibidos pela escola, abandonados pelas crianças, a sua extinção dar-se-á com o desaparecimento dos mais jovens que agora os falam, portanto dentro de um espaço que não deve ir muito além do ano 2000” (Vilhena 2000:490).

naturais influências, cada vez mais significativas, do espanhol (ao que parece, sobretudo no léxico). É isso que diz Carrasco 1996b:138:

Todas las localidades del Grupo 3 surgen en época muy reciente (desde el siglo XVIII) a partir de inmigraciones de portugueses provenientes de las comarcas vecinas del Alentejo y, en el caso de Cedillo, la Beira. Las relaciones transfronterizas de todas estas localidades y los asentamientos humanos se han mantenido desde sus orígenes hasta nuestros días y, por ello, el portugués hablado en la zona dialectal es el mismo portugués moderno que se habla en las localidades vecinas del otro lado de la frontera, aunque con frecuentes interferencias (sobre todo en el léxico) del castellano.

Neste sentido, pelo menos parte do Grupo 3 pertence à região sub-dialectal de Castelo Branco-Portalegre, tal como do lado de cá: comparem-se os mapas de Carrasco González reproduzidos nos **Anexos III e IV** adiante com o Mapa 2 de Cintra 1971, reproduzido no **Anexo I** (mapas detalhados do Grupo 3 podem ser também encontrados em Carrasco 1996a:79 e Carrasco 2001:147, este último relativo à fronteira codoserana). Onde acaba exactamente essa região sub-dialectal não está exactamente definido, nem para o lado de cá da fronteira — temos ainda apenas a fronteira da «Nova Proposta», formulada há várias décadas e que, como o próprio A. refere (Cintra 1971 (1983:157, n.59)), parte de uma rede de pontos de inquérito pouco densa —, nem para o lado de lá — ainda pouco estudado. Apesar de as informações não serem sempre coincidentes, podemos contudo ter como válido que, acompanhando a situação conhecida para o lado de cá da fronteira, no extremo Sul do Grupo 3 os traços destacados da região de Castelo Branco-Portalegre não se fazem sentir; há aliás a percepção geral, por parte dos investigadores que têm confronto directo com esses falares, que se verifica um decréscimo desses traços de Norte para Sul (vejam-se p. ex. Carrasco 2001, Ossenkop 2006). Tal decréscimo corresponde, mais uma vez, à situação definida por Cintra para o lado de cá, pois o Norte do Grupo 3 está paralelo com a zona central da Variedade, cujos traços “alcançam um máximo de clareza e uma quase regularidade no centro da zona e esbatem-se gradualmente nos seus extremos [...]” (Cintra 1971 (1983:156)).

Por via do estudo que Conceição Vilhena lhe dedicou em meados dos anos 1960’ para a sua dissertação de licenciatura (editada depois em 2000), o mais bem estudado de todos os falares do Grupo 3 é o de Cedillo, localizado no extremo Norte. Dos traços que a tradição da «Nova Proposta» destaca para a Variedade da Beira Baixa e Alto Alentejo, Vilhena 2000 observa nessa localidade, sem margem para dúvidas, o *e* fechado velarizado, a monotongação em *o* palatal de *ou*, o *u* palatal (cf. pp. 56-58) e a apócope de *-o* final átono (realizado normalmente nos dialectos portugueses como [u]). Vilhena não observa, portanto, todos os traços mencionados. Para além disso constata, para três dos quatro traços que pôde observar, uma menor acuidade do que a que tem sido notada para o lado de cá da fronteira:

- 1) O *e* velarizado apenas ocorre (i) depois de consoante labial, (ii) antes ou depois de consoante velar, (iii) depois de fricativa alveolar e (iv) antes de consoante palatal (pp. 68-69) — regra que não faz, *a priori*, sentido — e “registra-se principalmente na pronúncia das pessoas mais idosas e mesmo nessas oferece grande instabilidade, alternando frequentemente com [e]. [...] Dá a impressão de um fenómeno fonético em regressão” (p. 69).
- 2) *Ou* > *o* palatal dá-se apenas junto de consoante labial ou velar (pp. 111-112) e parece também ser um fenómeno em regressão (*id.*).

- 3) Com respeito ao *u* palatal, é referido significativamente que se observa ao *u* tónico, “por vezes, uma leve tonalidade palatal, muito débil e pouco frequente” (p. 70).

Pode portanto ver-se que nem no falar de Cedillo, que está no Norte do Grupo 3 — a área desse grupo onde, correspondendo ao que se verifica do português, os traços salientes da Variedade da Beira Baixa e Alto Alentejo mais se verificam —, os mesmos traços foram notados com tanta saliência como no território português.

Duas importantes questões se colocam: porque é que os caracteres distintivos da Variedade parecem, em termos gerais, apresentar uma menor força do lado de lá da fronteira política? E qual é a dimensão exacta dessa clivagem fronteiriça no todo do sistema linguístico? Escapa ao nosso âmbito resolver estas questões mas, a respeito da primeira, os seguintes pontos devem ser assinalados:

a) Carrasco 1997:75, no seguimento do que Cintra 1971 (1983:156; passo citado atrás no §3 de 2) refere a propósito do maior vigor dos traços da Variedade no centro da região, adverte que a “*alteración en el timbre de las vocales (especialmente las palatalizaciones de «o» y «u», y las velarizaciones de «e» y «a» [...])*” que permite incluir pelo menos parte do Grupo 3 nessa Variedade “no afecta en todos los casos a todas las vocales y que, en general, está muy atenuada *por tratarse de un área extrema de la región subdialectal*” (sublinhado meu). Todavia, a não ser que o carácter de “extrema” se deva exclusivamente à situação transfronteiriça da região, não se pode, pelo menos para a zona mais a Norte do Grupo 3, invocar o carácter de área extrema da região sub-dialectal como justificação para uma menor presença dos seus traços linguísticos distintivos; veja-se por exemplo o mapa do **Anexo IV**, onde é evidente a proximidade de Cedillo com o centro da Variedade. De facto, Cedillo está muito próximo da localidade portuguesa de Montalvão, que Cintra 1971 (1983:156) aponta como centro da Variedade (pelo menos no que toca ao seu traço mais característico, a palatalização do *u*); Cedillo tem mesmo em Montalvão, segundo Vilhena 2000:26-27, historicamente a terra portuguesa com mais próxima relação.

Como se vê p. ex. em Carrasco 1996b:138 (passo citado neste § atrás), o Grupo 3 tem mantido as suas relações com Portugal. A respeito de Cedillo, a própria C. Vilhena diz que, apesar de as relações transfronteiriças não serem então — anos 1960’ — tão intensas quanto o eram 50 anos antes, o contacto ainda era muito forte: e.g. “É raro o dia em que não há pessoas de Montalvão em Cedillo e de Cedillo em Montalvão” (Vilhena 2000:27).

b) No seguimento do que vimos no §3 de 2 a respeito da separação da Variedade em relação à fronteira, uma hipótese tentadora para justificar um menor vigor dos seus fenómenos principais em território espanhol é supor uma formação relativamente moderna desses fenómenos, com duas alternativas gerais:

- 1) Os traços em questão eram relativamente recentes por alturas das migrações que originaram os falares do Grupo 3 (i.e. a partir do séc. XVII), sendo ainda, ou podendo ser, muito insípidos. Nesse raciocínio, os falares do Grupo 3, devido ao seu contexto de formação e desenvolvimento, têm um carácter arcaizante e atestam, em certa medida, um estado de língua mais recuado e resistente.
- 2) Os traços surgem apenas depois das referidas migrações, tendo sido disseminados para os falares do Grupo 3 devido ao seu contacto intenso com Portugal. Possíveis

tendências arcaizantes e resistentes desses falares surgem aqui, portanto, já num segundo domínio de análise.

c) Qualquer que seja a hipótese considerada, uma questão é decisiva: a real dimensão dos efeitos do inevitável contacto com o espanhol na Extremadura, sistema em que não existem os fenómenos. É sempre necessário considerar a hipótese de que um menor vigor de todos ou alguns dos caracteres da Variedade nos falares do Grupo 3 se deve a influxo espanhol, podendo esses caracteres existir plenamente do lado de cá desde os inícios da língua; e é sempre muito problemático inferir do estado desses caracteres em séculos anteriores a partir do estado recente dos falares do Grupo 3, os quais, como já foi visto, têm vindo a perder vitalidade e a sofrer uma forte pressão do espanhol pelo menos a partir de meados do século passado.

6] O falar de Herrera de Alcántara forma o restante grupo tipológico da proposta de Carrasco González: o Grupo 2, cuja localização pode ser vista nos **Anexos III e IV** desta Introdução. Segundo o autor, trata-se de “un portugués arcaico, con rasgos propios de la Edad Media y del Siglo XVI, alterado sustancialmente por una gran influencia del español moderno” (Carrasco 1996b:136); apesar da proximidade com o Grupo 3, não se confunde minimamente com ele: “Al hacer la distinción entre el Grupo 2 [...] y el Grupo 3 [...], ya advertíamos cómo el dialecto de Herrera en nada tenía que ver (ni por sus rasgos dialectales, ni por su origen, ni por su situación sociolingüística) con Cedillo, y cómo éste, en cambio, no era más que el extremo septentrional de una extensa región fronteriza de habla portuguesa. Por lo tanto, la proximidad entre ambas localidades no debe llevarnos a error [...]” (Carrasco 1997:62). Em Carrasco 1996a:77&80 está a seguinte síntese das suas principais características:

Herrera de Alcántara posee un portugués arcaico, con rasgos propios del siglo XVI o de la Edad Media que se mezclan con una reciente influencia del español moderno. La explicación de ello, según el laborioso estudio [...] de Maria da Conceição Vilhena [NB: A sua já mencionada dissertação de licenciatura, de 1965, que estuda de forma pormenorizada os falares de Herrera de Alcántara e Cedillo], se encuentra en los orígenes de la población y en las consecuencias de la guerra de la Restauración portuguesa. El pueblo nace alrededor de un castillo construido por los portugueses para defender su frontera con el reino castellano-leonés. En el siglo XIV, en virtud de un acuerdo firmado por los dos reinos, Herrera pasa a integrarse en Castilla y León, y formará parte del territorio español de forma ininterrumpida desde entonces hasta nuestros días. Sin embargo, el origen portugués de sus gentes y la lejanía de poblaciones más grandes en España, trajo como consecuencia que a lo largo de toda la Edad Media, y aun en el siglo XVI, sus habitantes prácticamente sólo se relacionan con la población vecina portuguesa. Salvo los soldados del destacamento militar allí desplazado, ningún habitante de Herrera hablaba castellano. La guerra de la Restauración portuguesa (iniciada en 1640) va a suponer un cambio radical en esta situación, pues Herrera de Alcántara es ocupada y arrasada por completo, hasta el punto de hacer irreconocible su aspecto anterior: nada queda de su recinto amurallado ni de su castillo. Tras la firma de la paz, Herrera es devuelta a España, pero la administración española ya no restablece allí su destacamento militar y se limita a cerrar el paso aduanero que había funcionado hasta el siglo XVII. De esta manera, si ya antes estaba aislada de España (lo que explica la conservación de la lengua portuguesa), a partir de ese momento va a quedar incomunicada con Portugal (lo que explica que su lengua no siga evolucionando como lo hace en las localidades más próximas del país vecino). El aislamiento con Portugal se ha mantenido hasta la actualidad, pero la llegada en el siglo XX de todos los factores de normalización lingüística del castellano (la escuela de

estudios primarios, la radio, la televisión, los funcionarios sanitarios, la Guardia Civil, y hasta párroco foráneos) ha permitido una rapidísima incursión del castellano, influyendo primero en su dialecto propio (como constata Maria da Conceição Vilhena) y sustituyéndolo casi al completo en la actualidad. Todo ello se vio favorecido, además, por la baja estima en que tenían a su propia expresión lingüística: un sentimiento de inferioridad que percibían por igual frente a la lengua portuguesa moderna y frente al español.

J. Carrasco González exclui o falar de Herrera da Variedade da Beira Baixa e Alto Alentejo (veja-se o que diz p. ex. em Carrasco 1997:63), o que está em consonância com o que C. Vilhena notou: “Ao contrário do que se verifica em relação ao de Cedillo, o falar de Herrera não apresenta quaisquer particularidades que o aproximem do falar português mais próximo, o de Malpica do Tejo” (Vilhena 2000:490). O aparente carácter arcaizante do falar — que necessita de mais explicação do que a dada pelos dois AA. —, o facto de não estar muito afastado das zonas nucleares da Variedade e a sua separação em relação ao lado de cá da fronteira levam-nos, tal como para o Grupo 3 (§ anterior), a colocar a hipótese de uma formação relativamente moderna — pelo menos não antiga — das principais peculiaridades dessa Variedade. Mas também aqui a hipótese de que esses caracteres possam ter desaparecido devido a influxo espanhol se apresenta legítima — possivelmente até mais do que no caso do Grupo 3, devido à longa história da integração de Herrera em Espanha e ao carácter fortemente desprestigiado que o português aí adquiriu. Como diz Carrasco 2006:627, “Maria da Conceição Vilhena constata a principios de los años 60 un habla local con enorme influencia española: yeísmo, ceceo, aspiración o elisión de s trabante, betacismo, etc. Naturalmente, esto se explica por un contacto muy prolongado e intenso con el castellano [...]”.

Se surgem no falar de Herrera aspectos como esses por influxo espanhol, é perfeitamente possível que, pelo mesmo processo, fenómenos tão salientes como o *u* palatalizado ou o *e* velarizado possam desaparecer; por muito que, como refere Vilhena 2000:490, o falar de Herrera seja, em termos gerais, “conservador quanto ao vocalismo” — sistema no qual, pelo contrário, até tem as vogais médias por influência espanhola (cf. Vilhena 2000:56) — e “inovador quanto ao consonantismo”.

Além do mais, Vilhena notou em Herrera algumas ocorrências de *e* velarizado e *ou* > *o* palatal. Diz a respeito do primeiro fenómeno: “Em alguns casos, embora raros, pareceu-me notar uma leve velarização do *e* tónico fechado: [ʃɐ'kœtɐ] “jaqueta”, [kɐ'βœlu] “cabelo”, [kɐ'βœθɐ] “cabeça”” (Vilhena 2000:67); como se vê, são apenas dados exemplos em que a vogal segue uma consoante labial ou velar, pelo que a velarização da vogal pode ser contextual. A respeito de *ou* > *o* palatal diz a A., reportando-se a Cedillo e a Herrera, que “junto de consoante labial ou velar, o ditongo *ou* quando tónico, adquiriu uma tonalidade velar [*sic*; “velar” *está evidentemente por “palatal”, como se vê seguidamente*]” (Vilhena 2000:111; todos os exemplos que a A. aduz têm o ditongo monotongado); mas “Em Herrera, não só registei menos casos de palatalização de *o* (< *ou*, *oi*), como ainda esta se me apresentou num grau muito menos intenso. Apareceu-me como leve vestígio de um fenómeno outrora, porventura, mais extenso” (Vilhena 2000:112). A justificação que a autora dá para a irregularidade do fenómeno prende-se com o que temos estado a ver:

Situadas [Herrera e Cedillo] no triângulo encravado entre a Beira Baixa e Alto Alentejo, províncias em que *o* (<*ou*) aparece palatalizado com frequência, e por outro lado em contacto directo e permanente com o castelhano que *o* não possui, é fácil compreender as oscilações aí verificadas. Herrera, que desde 1925 (altura em que terminaram as relações

económicas com Portugal devido à extinção da alfândega) raro ouve falar português, quase não apresenta vestígios de *o* [palatalizado]. Cedillo, em contacto directo com Montalvão, conserva-o ainda, mas já com pouca vitalidade alternando frequentemente [o] com [ø]. (Vilhena 2000:112)

Tanto a velarização de *e* como a monotongação palatalizada de *ou* são fenómenos referidos na sub-parte «B) FONÉTICA EVOLUTIVA» do «CAPÍTULO 1.- FONÉTICA» (dentro da «PARTE II ESTUDO LINGUÍSTICO»), na qual a autora leva a cabo uma análise exaustiva dos fenómenos fonéticos passo a passo; atrás, na sub-parte «A) FONÉTICA DESCRITIVA», onde é feita uma apresentação esquemática dos sistemas vocálico e consonântico, tanto o *e* velarizado como o *o* palatal são incluídos no segmento «III. Sons existentes só em Cedillo». Obviamente, tal divergência não retira valor ao que vimos, até porque deve ser explicada por certas preocupações sociolinguísticas: como se pode ver na sub-parte «RECOLHA DE MATERIAIS», o objectivo do trabalho foi, acima de tudo, estudar “a pronúncia média, geral, duma colectividade, num determinado local e numa determinada época. [...] O que tentei foi [...] captar aquelas características que me pareceram mais gerais, colocá-las em primeiro plano, e deixar para segundo plano as que me apareceram como reflexo de certas particularidades individuais [...]” (Vilhena 2000:41). Para tal, “consciente das diferenças linguísticas existentes” entre as três gerações “linguisticamente diferentes” que estipulou em Cedillo e Herrera — a primeira “a dos mais idosos, entre 60 e 80 anos, dos quais a maioria, em Cedillo, fala apenas português”, a segunda “a dos de idade entre 30 e 50 anos, na quase totalidade bilingues” e a terceira “a dos jovens” (Vilhena 2000:40-41) —, a autora escolheu como alvo os informadores da “geração [...] intermédia, por ser a mais numerosa e representativa” (*id.*); ou seja, praticamente apenas bilingues. As diferenças linguísticas entre as gerações não são pouco significativas:

Em Cedillo, os jovens que ainda usam o falar local, apresentam uma pronúncia mais próxima do português padrão que os mais velhos, por neles se terem perdido certas características vocálicas, como a velarização do *e* ou a palatalização do *o* e do *u*. Em Herrera, a pronúncia dos jovens está de tal modo afastada do português padrão que é mais fácil compreendê-los quando falam castelhano que ao exprimirem-se na linguagem local. A língua que falam é um misto de castelhano e português, em que a individualidade dialectal está quase desaparecida, devido à penetração intensa de castelhan[ism]os em todos os sectores de linguagem. [...] Um estudo linguístico do falar desta geração apresentaria resultados muito diversos daqueles a que cheguei neste trabalho, como diferente seria se, ao ter escolhido como informadores pessoas entre 40 a 60 anos, os tivesse escolhido entre os mais idosos, que são aqueles que possuem a pronúncia mais próxima do português padrão, apesar dos traços arcaicos conservados. (Vilhena 2000:40)

Fica a ideia de que Carrasco González deveria ter explanado mais esses pontos — a efectiva presença de caracteres típicos da Variedade da Beira Baixa e Alto Alentejo em Herrera e as diferenças linguísticas entre os sistemas dos vários escalões etários — na sua proposta. Por tudo o que já se viu, as últimas décadas foram decisivas no desenvolvimento dos falares portugueses da Extremadura; consequentemente, uma tipologia dos mesmos deve dedicar especial atenção às divergências entre gerações.

7] Um último ponto deve ser referido a propósito das semelhanças ou divergências dos falares dos grupos 2 e 3 de Carrasco 1996-1997 com a região sub-dialectal de Castelo Branco-Portalegre: sobretudo em Herrera e Cedillo foram, com maiores ou menores

restrições de contexto, notados claramente o *a* velarizado e o *e* baixo com maior abertura do que o da Norma (cf. Vilhena 2000:51 ss.). Carrasco 1997:72-73, considerando a inclusão ou exclusão de outros falares do Grupo 3 na Variedade, destaca também dois casos de *a* velarizado para informantes de Jola e Fontañera (ambas as localidades parte integrante do grupo 3, vertente setentrional; cf. a localização exacta no **Anexo IV** adiante).³⁴ Os casos são *cama* e *balhe* (= ‘baile’) e têm tudo para ser contextuais: no primeiro será a consoante velar a proporcionar a velarização da vogal, no segundo a consoante labial.

São traços que, em princípio, não se devem a influxo espanhol e apresentam evidentes analogias com a Variedade do Barlavento Algarvio; podem, portanto, apontar para a putativa antiga unidade entre o Centro-Interior e o Sudoeste portugueses que abordámos no §3 de 2 (no mesmo sítio se cita um excerto de Ferreira / Carrilho / Lobo / Saramago / Segura da Cruz 1996:496 em que são apresentadas as principais características da Variedade do Barlavento). Esses fenómenos devem no entanto ser analisados numa perspectiva total do sistema linguístico dos falares em causa, pois, por exemplo, em Herrera também foram notados o *e* e o *o* médios (tal como no espanhol) e tanto em Herrera como em Cedillo foi registado o *o* baixo mais aberto do que o da Norma (cf. Vilhena 2000:51 ss.).

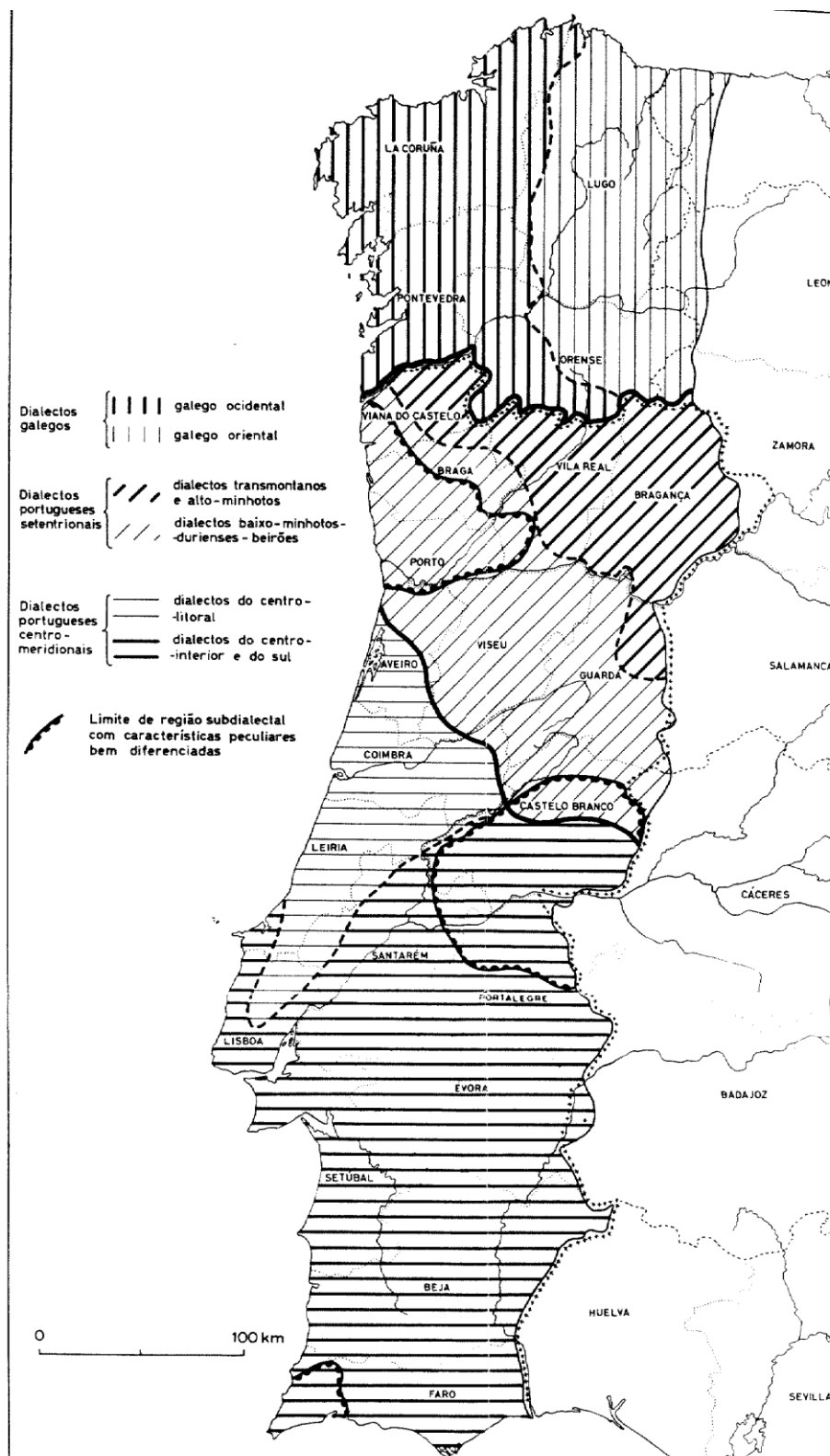
8] Esquematizaremos, em jeito de nota final, dois pontos de âmbito geral que ressaltam do que se viu sobre os falares portugueses da Extremadura que podem relacionar-se com a Variedade da Beira Baixa e Alto Alentejo (i. é, os falares dos grupos 2 e 3 da proposta de J. Carrasco González):

1. O contributo desses falares para o estudo da linguagem da Variedade não é tão linear como possa parecer à primeira vista; vários aspectos necessitam de maior investigação, a começar pelas descrições linguísticas dos falares (apoiadas tanto quanto possível num estudo profundo da sua história, que também se encontra demasiado incompleto).
2. O conhecimento detalhado dos falares do lado de cá é da maior importância para o conhecimento dos do lado de lá — que sofrem uma erosão galopante (influência do meio linguístico estranho em que se encontram) e estão filiados naqueles.

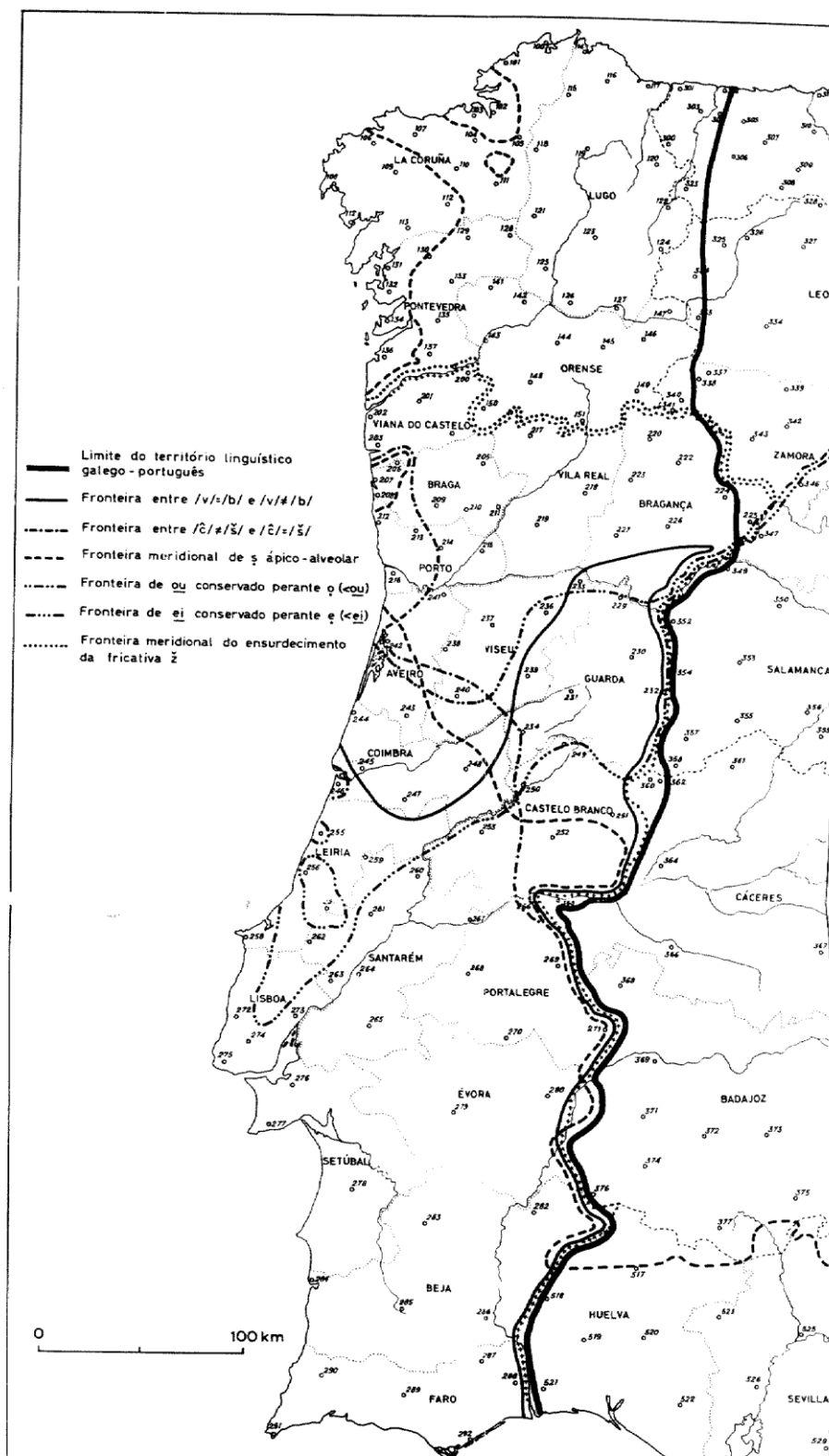
³⁴ O autor parece aliás sobrevalorizar o valor distintivo desse traço para a Variedade da Beira Baixa e Alto Alentejo; a «Nova Proposta», que ele segue para a classificação dos dialectos do território português, não o destaca para essa região sub-dialectal (como se pode ver no esquema apresentado no §2 de 2 atrás; aí se pode ver ainda que os seguidores da «Nova Proposta» também não adoptam a velarização de *a* para caracterizar a Variedade).

ANEXOS À INTRODUÇÃO

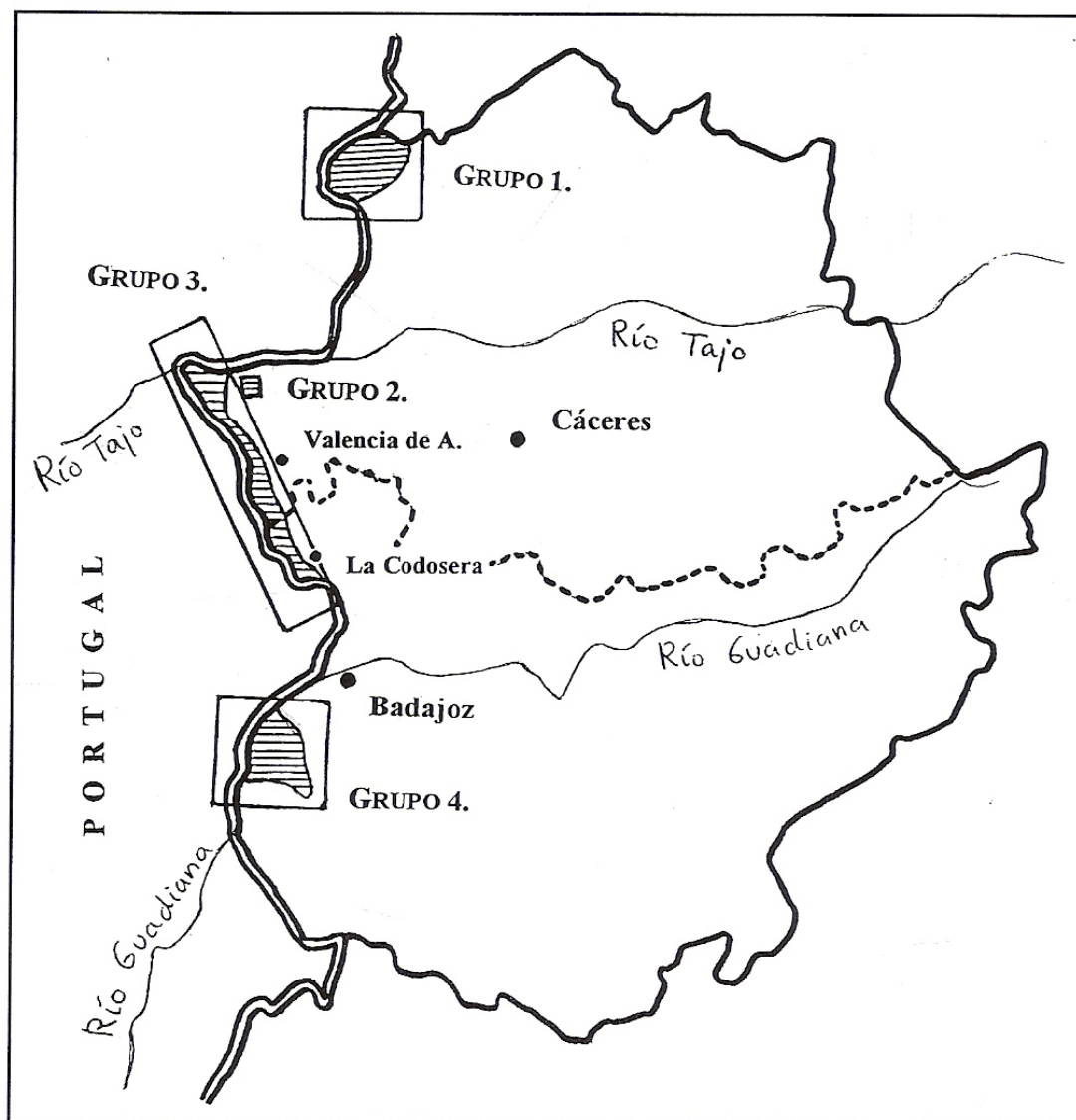
I — Mapa 2 «Classificação dos dialectos galego-portugueses» de Cintra 1971



II — Mapa 1 «Alguns traços fonéticos diferenciadores dos dialectos galego-portugueses» de Cintra 1971



III (in Carrasco 1996b)

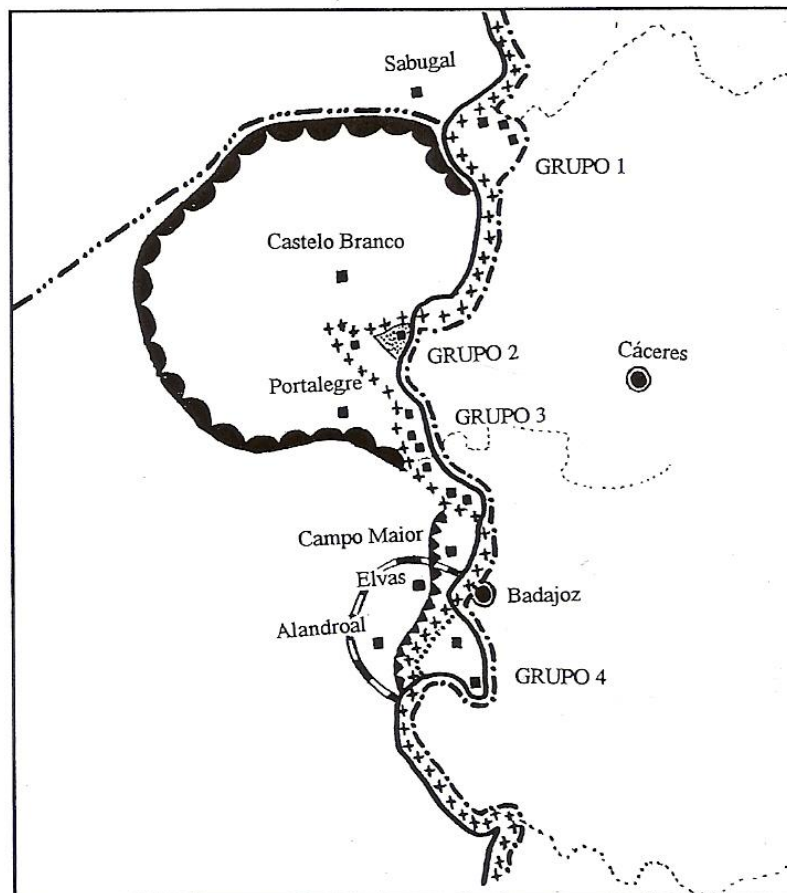


MAPA 1

- Hablas fronterizas de Extremadura. Grupos dialectales:
- Grupo 1: Valle de Jálama (dialecto propio de origen galaico-portugués medieval).
 - Grupo 2: Herrera de Alcántara (portugués arcaico).
 - Grupo 3: Cedillo y franja fronteriza de Valencia de Alcántara y La Codosera (portugués moderno de transición entre beirano y alto-alentejano).
 - Grupo 4: Olivenza (portugués moderno alentejano).

Mapa 4

Clasificación de los dialectos gallego-portugueses hablados en la frontera de Extremadura



- ++++ Frontera entre España y Portugal
- Límite de la lengua portuguesa.
- .-.- Diptongación de E y O tónicas (límite entre español y gallego-portugués).
- ...- Límite meridional de la conservación de «ei» (dialectos meridionales del portugués).
- Límite de la región subdialectal de Castelo Branco y Portalegre (alteración en el timbre de las vocales).
- Ceceo (Herrera de Alcántara).
- ▲ Límite del yeísmo en el área lingüística portuguesa.
- Límite de «galleta» en el área lingüística portuguesa.
- Límite de aspiración de 's' final en el área lingüística portuguesa (Olivenza).

Localidades de los grupos dialectales representadas en el mapa (en orden de Norte a Sur)

GRUPO 1: Valverde, Eljas, San Martín de Trevejo.

GRUPO 2: Herrera de Alcántara.

GRUPO 3 (Septentrional): Cedillo, Fontañeta, Jola, El Pino.

GRUPO 3 (Meridional): La Rabaza, La Tojera, El Marco.

GRUPO 4: Olivenza, Táliga.

³⁵ Onde está "Fontañeta" ("GRUPO 3 Septentrional") deve ler-se "Fontañera".

CAPÍTULO I

LINGUAGEM CONTEMPORÂNEA DO SUESTE DA BEIRA

SECÇÃO A

*Elementos formais: natureza dos dados,
metodologia, objectivos, procedimentos*

1] Neste capítulo, descreve-se a linguagem contemporânea do Sueste da Beira nos seus principais traços e com base nos materiais seguidamente indicados. De acordo com as orientações gerais da dissertação, o tipo de uso linguístico que se procura descrever é o mais conservador, ou seja, o uso mais genuíno da linguagem propriamente filiada no SE Beirão.

De acordo com as mesmas orientações, o objectivo deste capítulo não é apresentar uma gramática total e exaustiva daquela linguagem. O critério utilizado para definir os fenómenos de interesse baseia-se (i) na tradição — i. é, no que até hoje tem sido notado e / ou destacado para a linguagem da região e para os dialectos portugueses em geral — e (ii) nos elementos recolhidos no confronto com a linguagem em causa. Qualquer elemento que se apresente relevante a partir desse duplo critério será objecto de estudo.

Correspondências básicas com o sistema linguístico geral do português — como a existência de *a*, *e* e *o* orais semifechados e semiabertos, a elevação e centralização das vogais átonas, etc. — não são objecto de tratamento ou referência; só os desvios.

2] Os materiais utilizados são os seguintes.

a) O principal recurso é constituído pelos materiais do conhecido projecto de cartografia etnográfica e linguística Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza (ALEPG). Para uma descrição da história e do carácter desse projecto, vejam-se as páginas iniciais do vol. I do seu questionário (concretamente o «Prefácio» e a «Introdução»; a referência da obra, que é de 1974, está adiante na Bibliografia, epígrafe «Questionário Linguístico»), Gottschalk 1977, Saramago 2006 e referências citadas no primeiro e no último trabalho. Na página web do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (a instituição em que o ALEPG está filiado ³⁶), encontra-se uma descrição sintética do projecto e do seu estado actual; aí se declara:

O projecto de atlas nacional foi iniciado em 1970 por uma equipa, dirigida por Luís F. Lindley Cintra, que se encarregou, nos quatro primeiros anos, da elaboração do Questionário Linguístico cuja aplicação guiaria a recolha de dados para o ALEPG. Trata-se de um questionário essencialmente lexical, de base onomasiológica.

³⁶ Os investigadores actualmente encarregados do ALEPG são: João Saramago, Investigador Responsável; Gabriela Vitorino, Investigadora; Luísa Segura, Investigadora.

O questionário inicialmente aplicado contém aproximadamente 3.500 perguntas, mas veio a ser reduzido para cerca de 2.000, por forma a acelerar a sua aplicação e viabilizar a prossecução do projecto.

O actual questionário reduzido incide principalmente sobre o léxico ligado às tecnologias tradicionais, à agricultura e à agro-pecuária.

A rede de inquéritos deste atlas é constituída por um total de 212 pontos distribuídos da seguinte forma: 176 em território continental, 17 no arquipélago dos Açores, 7 no arquipélago da Madeira e 12 em território espanhol (zonas fronteiriças).

Os inquéritos foram realizados a partir de 197[3], tendo o questionário integral sido aplicado em 70 localidades e o reduzido em 142. [...]

Com as recolhas previstas para o ALEPG finalizadas, a principal tarefa da equipa nos próximos anos prender-se-á com a transcrição fonética do material recolhido e respectiva introdução numa base de dados, tendo em vista a sua publicação. [...]

(<http://www.clul.ul.pt/pt/investigacao/205-linguistic-and-ethnographic-atlas-of-portugal-and-galicia-alepg?showall=1>)

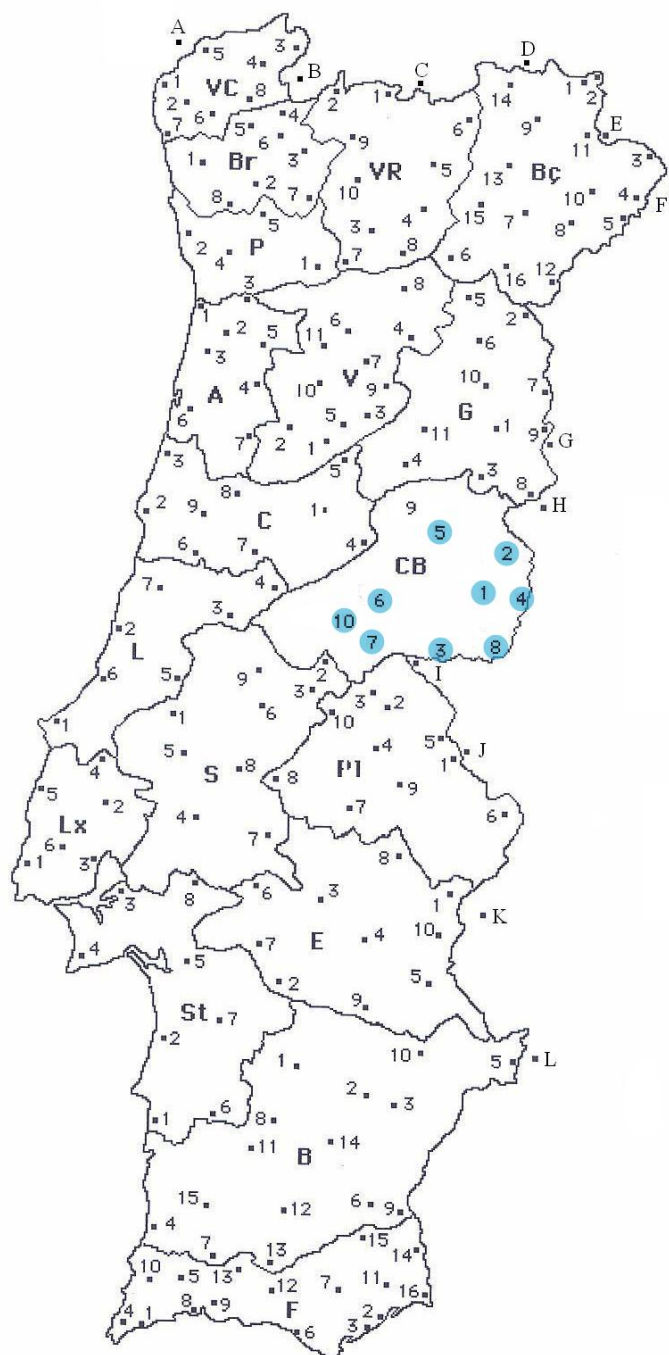
Os materiais estão, portanto, inéditos. No presente trabalho, eles foram explorados em duas vertentes: (i) audição metódica das gravações dos inquéritos seleccionados, ao que se acrescentou (ii) a consulta das transcrições fonéticas dos inquéritos que já as têm disponíveis.

Apresenta-se a seguir o mapa da rede de pontos de inquérito do ALEPG em território continental, com discriminação dos seleccionados para este trabalho.³⁷

³⁷ O ALEPG procura fazer uma cobertura territorial tão exaustiva quanto possível; sobre esse assunto, diz Saramago 2006:283, numa passagem em que é citada a região que aqui estudamos: “Os critérios que estiveram subjacentes à escolha das localidades e da respectiva distribuição foram os que normalmente têm sido usados neste tipo de projectos: o maior ou menor grau de variação linguística de cada uma das regiões*¹ e o da sua densidade populacional.*²”

*¹Nota: “Também entraram em linha de conta factores de ordem geográfica — cobertura mais ou menos uniforme do território estudado — e de ordem histórica — regiões cujo povoamento inicial influenciou ou poderá ter influenciado a actual realidade linguística, por exemplo a zona de Miranda, a zona que abrange o sul da Beira Baixa e norte do Alto Alentejo, a zona do Barlavento algarvio.”

*²Nota: “O Algarve, quando comparado com as restantes regiões, apresenta uma rede de pontos um pouco mais densa. A razão desta discrepância deve-se ao facto de, na altura em que os inquéritos foram efectuados nessa região, estar ainda prevista uma rede com um número total de pontos super[ior] aos 212 que acabaram por constituir a rede final.”

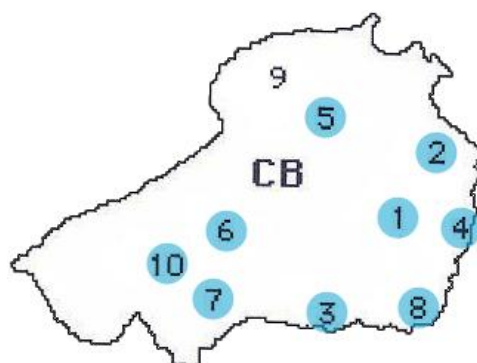


Mapa dos pontos de inquérito do ALEPG (extraído de Saramago 2006:291)

Legenda:

- 1) O Mapa de Portugal está dividido por distritos, onde A = Aveiro, B = Beja, Bç = Bragança, Br = Braga, C = Coimbra, CB = Castelo Branco, E = Évora, F = Faro, G = Guarda, L = Leiria, Lx = Lisboa, P = Porto, Pl = Portalegre, S = Santarém, St = Setúbal, V = Viseu, VC = Viana do Castelo, VR = Vila Real.
- 2) Para o nome de todos os pontos de inquérito, cf. a hiperligação acima citada ou Saramago 2006:292-294. O nome dos pontos de inquérito estudados no presente trabalho é, segundo a numeração do mapa (a qual segue a ordem cronológica por que os inquéritos foram feitos): 1- Idanha-a-Nova; 2- Monsanto; 3- Malpica do Tejo; 4- Salvaterra do Extremo; 5- Alconçosta; 6- Cardosa; 7- Foz do Cobreão; 8- Rosmaninhal; 10- Isna.

Uma apresentação em destaque do distrito de Castelo Branco, seguindo a mesma legenda do mapa anterior:



Foram portanto escolhidos 9 dos 10 inquéritos realizados no distrito de Castelo Branco. A razão da escolha desses 9 inquéritos não é dilemática: como é fácil de ver consultando os mapas, são esses 9 pontos que apontam mais fielmente para uma caracterização da linguagem do canto Sueste da Beira. O inquérito do distrito de Castelo Branco que não é utilizado foi feito na Serra de Estrela (localidade de Unhais da Serra), remetendo assim para um espaço que extravasa os nossos objectivos. Como **Anexos Gerais** da dissertação, encontram-se um mapa dos municípios do distrito de Castelo Branco e mapas das freguesias de cada município.

O perfil do informante alvo do ALEPG é o clássico neste tipo de trabalho: plenamente conservador e ligado à terra, pois é precisamente a linguagem aí filiada que ele deve representar. Diz Saramago 2006:283 a este respeito: “Procurou-se, sempre que possível, que os informantes pertencessem a uma camada etária acima dos 50 anos; no máximo, com a escolaridade primária; com o mínimo de ausências da localidade e por curtos espaços de tempo; com pais e cônjuge oriundos da localidade ou, então, de localidades próximas. Deviam igualmente possuir boa capacidade de resposta, para além de boas características articulatórias.” Acrescenta que “Em cada inquérito existe um informante principal, para os capítulos mais genéricos do questionário e vários informantes secundários, em número variável, para os capítulos mais específicos (moagem, tecelagem, olaria, cestaria...).” Dessa forma, é natural que nem todos os informantes de um mesmo ponto de inquérito pertençam exactamente à localidade que dá o nome a esse ponto de inquérito; mas pertencem sempre a localidades próximas e que, para todos os efeitos, representam o mesmo ponto de inquérito.

Para além disso — no que é de ressaltar —, os inquiridores tiveram sempre a preocupação de recolher elementos que, não fazendo parte do estrito âmbito do questionário, são da maior importância para o estudo da linguagem e da etnografia locais; por exemplo: trechos de conversa livre ou paralela ao questionário, registos de cantigas, ladainhas, rezas, etc.. Estes elementos, que não são escassos nos inquéritos, foram por vezes decisivos no estudo que aqui se apresenta, e dão um valor ainda mais elevado ao notável arquivo de linguagem e etnografia que é o ALEPG.

Apresentam-se a seguir informações pormenorizadas dos inquéritos e dos informantes. Informações relativas às localidades específicas de naturalidade e / ou

residência dos informantes serão, sempre que relevantes, discutidas no próprio estudo linguístico; em igual caso estão eventuais particularidades articulatórias.

Inquérito: Idanha-a-Nova (concelho de Idanha-a-Nova)			
Informações gerais			
Data		1976	
Tempo de gravação ³⁸		992 mins (16,53 horas)	
Questionário aplicado		original	
Informantes			
Número	Género	Idade	Instrução
1	F	48	4.ª classe
2	M	68	analfabeto
3	F	64	analfabeta
4	M	69	n.d. ³⁹
5	F	82	n.d.
6	M	15	4.º ano de liceu ₄₀
7	M	55	n.d.
8	M	78	n.d.

Inquérito: Monsanto (freguesia de Monsanto, concelho de Idanha-a-Nova)			
Informações gerais			
Data		1980	
Tempo de gravação		1474 mins (24,57 horas)	
Questionário aplicado		original	
Informantes			
Número	Género	Idade	Instrução
1	M	44	analfabeto
2	F	44	n.d.
3	F	81	analfabeta
4	F	76	analfabeta
5	F	cerca de 45	n.d.
6	F	68	analfabeta
7	M	cerca de 60	n.d.
8	M	50	n.d.
9	F	77	analfabeta

³⁸ Valor aproximado. — Nota que vale para as tabelas respeitantes aos inquéritos seguintes.

³⁹ I.e. informação não disponível.

⁴⁰ Corresponde ao actual 8.^o ano.

10	M	70	n.d.
11	M	65	n.d.
12	M	60	n.d.

Inquérito: Malpica do Tejo (freguesia de Malpica do Tejo, concelho de Castelo Branco)			
Informações gerais			
Data		1989	
Tempo de gravação		1600 mins (26,67 horas)	
Questionário aplicado		original	
Informantes ⁴¹			
Número	Género	Idade	Instrução
1	F	65	analfabeta
2	F	58	n.d.
3	F	34	n.d.
4	M	83	n.d.
5	M	80	n.d.
6	M	n.d.	n.d.
7	F	n.d.	n.d.
8	F	n.d.	n.d.
9	F	n.d.	n.d.
10	F	65	n.d.

Inquérito: Salvaterra do Extremo (freguesia de Salvaterra do Extremo, concelho de Idanha-a-Nova)			
Informações gerais			
Data		1990	
Tempo de gravação		626 mins (10,43 horas)	
Questionário aplicado		reduzido	
Informantes			
Número	Género	Idade	Instrução
1	M	73	3.ª classe
2	F	70	analfabeta
3	M	60	3.ª classe
4	F	61	3.ª classe
5	M	66	analfabeto

⁴¹ Este inquérito não tem ainda a transcrição fonética feita; por essa razão, as informações que a seguir se citam estão sujeitas a alterações.

Inquérito: Alcongosta (freguesia de Alcongosta, concelho do Fundão)			
Informações gerais			
Data		1990 e 1995 ⁴²	
Tempo de gravação		575 mins (9,58 horas)	
Questionário aplicado		reduzido	
Informantes			
Número	Género	Idade	Instrução
1	M	77 e 82	analfabeto
2	F	84	analfabeta
3	F	58	3. ^a classe ⁴³
4	M	74	n.d.
5	M	à volta de 60	n.d.
6	M	à volta de 20	n.d.
7	M	60	n.d.

Inquérito: Cardosa (freguesia de Sarnadas de S. Simão, concelho de Oleiros)			
Informações gerais			
Data		1994	
Tempo de gravação		696 mins (11,6 horas)	
Questionário aplicado		reduzido	
Informantes			
Número	Género	Idade	Instrução
1	F	53	3. ^a classe
2	F	à volta de 60	4. ^a classe
3	M	55	3. ^a classe
4	M	78	n.d.
5	F	78	n.d.
6	F	56	n.d.
7	F	70	n.d.
8	M	40	n.d.
9	F	n.d.	n.d.
10	F	n.d.	n.d.
11	F	77	n.d.

⁴² O grosso do inquérito foi feito em 1990; os mesmos inquiridores voltaram em 1995 ao local, para realizar uma pequena parte que tinha ficado por fazer 5 anos antes. Nessa segunda fase, entrevistaram os informantes 1, 6 e 7, num total de sensivelmente 54 minutos de gravação.

⁴³ A informante diz, contudo, que “mal sabe fazer o nome”.

Inquérito: Foz do Cobreão (freguesia e concelho de Vila Velha de Ródão)			
Informações gerais			
Data		1995	
Tempo de gravação		826 mins (13,77 horas)	
Questionário aplicado		reduzido	
Informantes			
Número	Género	Idade	Instrução
1	M	80	4.ª classe
2	F	78	analfabeta
3	F	49	4.ª classe
4	F	75	analfabeta
5	M	79	n.d.

Inquérito: Rosmaninhal (freguesia do Rosmaninhal, concelho de Idanha-a-Nova)			
Informações gerais			
Data		1995	
Tempo de gravação		659 mins (10,98 horas)	
Questionário aplicado		reduzido	
Informantes			
Número	Género	Idade	Instrução
1	F	66	3. ^a classe
2	M	n.d.	4. ^a classe
3	M	80	analfabeto
4	M	n.d.	analfabeto

Inquérito: Isna (freguesia de Isna, concelho de Oleiros)			
Informações gerais			
Data		1997	
Tempo de gravação		519 mins (8,65 horas)	
Questionário aplicado		reduzido	
Informantes			
Número	Género	Idade	Instrução
1	M	68	3.ª classe
2	F	58	2.º ano ⁴⁴

⁴⁴ Corresponde ao actual 6.^o ano; não há indicação de se o 2.^o ano foi feito em Liceu, Escola Comercial ou Escola Industrial.

Têm transcrição fonética todos os inquéritos com excepção do de Malpica. A transcrição do inquérito de Idanha não foi feita por um investigador do projecto do ALEPG, mas pelo autor do presente trabalho; aguarda por isso revisão por parte de um daqueles investigadores.

Aos dados do inquérito de Cardosa, incorporou o grupo do ALEPG os dados recolhidos no inquérito do *Atlas Linguarum Europae* (ALE) feito em Tinalhas, sede de freguesia do concelho de Castelo Branco; trata-se o ALE de outro conhecido projecto de geografia linguística, iniciado em 1970 na Holanda com o fito de cartografar todas as línguas europeias e seus principais dialectos ⁴⁵. Tinalhas é assim considerada dentro do mesmo ponto de inquérito de Cardosa ⁴⁶, mas, se os seus dados estão nos materiais do ALEPG agregados aos do inquérito de Cardosa (ou seja, as duas transcrições estão fundidas, etc.), mantêm sempre a discriminação da sua diferente proveniência. O inquérito de Tinalhas é, tal como todos os inquéritos que o ALE fez em território português, de 1975; tem a duração de sensivelmente 100 minutos (subordinados a um questionário de cerca de 550 perguntas) e apenas uma informante, de idade aproximada 50 anos e com a 4.^a classe. Os seus dados serão também considerados aqui.

O ALE realizou ainda outro inquérito na região que nos interessa, em Monsanto. Devido a termos no ALEPG um inquérito exactamente da mesma localidade feito apenas cinco anos depois (1980), não utilizaremos aqui os seus dados (o próprio grupo do ALEPG, de resto, não integrou os dados do inquérito do ALE nos do do ALEPG).

b) Aos dados do ALEPG, juntar-se-ão dados de recolha própria que o autor deste trabalho teve a oportunidade, ocasional — pois os dados do ALEPG são e serão os principais do estudo —, de coleccionar em viagens feitas na região durante o período de elaboração da tese.

Destacam-se de entre esses dados os coligidos em 11/08 no concelho de Penamacor, nas localidades de Águas, Aranhas, Benquerença e Meimão. Todas elas são sede de freguesia: cf. o **Anexo Geral II** para a sua localização exacta, onde se vê que têm uma representatividade interessante do concelho de Penamacor. Esse concelho, note-se, não tem inquéritos do ALEPG.

Os dados de Penamacor foram coligidos no âmbito de um projecto local e independente de recolha de informação etnográfica e linguística típica da região, que ainda está em fase preparatória. Os dados foram, dessa maneira, coligidos no âmbito de inquéritos; esses inquéritos foram coordenados pelo investigador responsável do ALEPG João Saramago, que proporcionou ao autor desta dissertação a oportunidade de o acompanhar e assim recolher informação de interesse para este trabalho (para além de ter uma plena acção de formação de recolha dialectológica).

O perfil de informante é o mesmo do do ALEPG, que já foi visto. Os quatro inquéritos, no âmbito em que são aqui utilizados (que é independente do âmbito do referido projecto), dispõem dos seguintes informantes: 1) Águas: 1 informante masculino, de 75 anos, analfabeto; 2) Aranhas: 6 informantes, 5 mulheres e 1 homem, com idades entre os 65 e os 82 anos e com estudos nulos ou mínimos; 3) Benquerença: 1 informante

⁴⁵ Ver para mais informação a respeito deste projecto:

http://www.clul.ul.pt/sectores/variacao/projecto_ale.php, e bibliografia aí citada. O informante alvo deste projecto é, como seria de esperar pelas semelhanças de objectivos, o mesmo do ALEPG, já identificado.

⁴⁶ Para a localização exacta de Tinalhas, ver o **Anexo Geral II** da dissertação, mapa das freguesias de Castelo Branco.

masculino, de 80 anos, com a 4.^a classe; 4) Meimão: (i) informante principal: masculino, 77 anos, analfabeto; (ii) informante secundária: mulher, mais de 70 anos, analfabeta.

O período de permanência em cada localidade foi de sensivelmente 1 meio-dia (assim, dois dias completos no total). Foram recolhidos ficheiros áudio com a seguinte duração (em valores aproximados): 1) Águas: 115 mins; 2) Aranhas: 165 mins; 3) Benquerença: 65 mins; 4) Meimão: 120 mins.⁴⁷ Esses ficheiros respeitam quase sempre apenas aos elementos respeitantes ao questionário; mas as informações que veremos aqui não se cingem, naturalmente, a esses ficheiros áudio, como não se cingem aos informantes dos inquéritos. Demais informação pertinente a respeito dos inquéritos e dos informantes terá o seu lugar na exposição dos dados linguísticos.

Para além dos materiais de Penamacor, há a considerar dados soltos, aos quais será feita alusão caso a caso, juntamente com a informação formal pertinente, no estudo linguístico. Importa reter desde já, no entanto, que estes dados se restringem aos concelhos de Idanha-a-Nova e Castelo Branco.

c) De forma complementar, utilizar-se-á a bibliografia relevante. Chama-se a atenção para o **Anexo** a este capítulo, onde se faz uma sistematização dos dados, elaborados e não elaborados, que Leite de Vasconcelos recolheu, durante a sua longa vida científica, da linguagem da região; esses dados, como se sabe, formam um *corpus* importantíssimo para o estudo dos dialectos portugueses em geral.

Os materiais do Inquérito Linguístico Boléo (ILB), segundo maior projecto português de cartografia dialectal, foram abordados, mas não têm condições de utilização no âmbito deste trabalho.

O ILB, que abrange todo o território de Portugal Continental e dos Arquipélagos de Açores e Madeira, foi organizado pelo Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra Manuel de Paiva Boléo (daí o nome), numa primeira fase por correspondência (1942), e depois por meio de inquéritos locais (1943-1974).⁴⁸ Na primeira fase, o inquérito foi enviado aos párocos e professores do ensino primário do país e por eles preenchido, para o que se baseariam no conhecimento que tinham, ou para esse efeito obtiveram, da linguagem local; na segunda fase, foi preenchido, por meio de inquéritos *in loco*, por alunos da cadeira de Linguística Portuguesa, que Boléo leccionava. Esses alunos tinham, para além do preenchimento do questionário, a tarefa de elaborar um relatório final, “constituído geralmente por uma introdução geográfico-histórica e económica, uma parte etnográfic[a] e folclórica, e uma parte mais propriamente linguística (fonética, morfologia, sintaxe, onomasiologia e vocabulário mais característico)” (Boléo 1978:VII). Desse relatório deveria constar, nessa sequência, uma síntese dos principais caracteres da linguagem local.

O tipo de linguagem abrangida pelo ILB, e consequentemente o tipo de informante, são fundamentalmente os mesmos que o ALEPG ministra; apenas no ILB se evitaram os

⁴⁷ Resulta portanto um total de 7,75 horas.

⁴⁸ Há vária literatura dispersa com informação sobre o ILB. Para o mais importante, vejam-se os seguintes trabalhos: (i) obras explicativas da natureza e da história do projecto: Boléo 1974a, Boléo 1974b:66-93 (i.e. o «Apêndice» a esse trabalho) e Boléo 1978:IV-XI (i.e. o «Prefácio», onde está uma boa síntese histórica do ILB). (ii) Nas obras citadas se podem achar informações sobre as diferentes versões que o questionário foi tendo e publicações respectivas (a primeira versão está incluída em Boléo 1942, trabalho de que Boléo 1974a é reedição sem o questionário); em Boléo 1974c, está uma «Lista alfabética dos vocábulos do questionário do inquérito linguístico e aditamentos posteriores», «Publicada agora pela primeira vez» — como se está já em 1974, essa referência serve para a fase final do ILB. (iii) Em Boléo 1974d, está uma relação, com mapa, das localidades abrangidas pelo ILB.

falantes idosos. O ILB funciona, de resto, como um precursor do ALEPG, i.e. um primeiro projecto de atlas linguístico nacional; é devido à falta de recursos financeiros para levar a cabo uma empresa que só 30 anos mais tarde, com o mesmo ALEPG, teria começo, que surge como um inquérito por correspondência, depois continuado pelo trabalho de alunos do ensino superior. Sabendo que as exigências financeiras seriam sempre de muito difícil solução e que a normativização avançava, ou aparentava avançar, rapidamente nas linguagens locais, Boléo não esperou pelas condições ideais e fez o projecto que entendeu possível, ganhando assim o país o seu primeiro inquérito linguístico. O projecto obteve uma rede excepcionalmente densa de dados — tem mais de 2500 povoações abrangidas, num total de mais de 3000 inquéritos preenchidos (pois há localidades que dispõem de mais do que um) — e baseia-se num questionário que se iniciou com 550 e terminou com 757 perguntas (pois foi sofrendo adendas sucessivas).

O ILB tem, no entanto, valor sobretudo para o léxico, área não abrangida pelo presente estudo. Para a fonética ou a morfo-sintaxe, os dados são muito limitados: por um lado, os professores e párocos que responderam ao questionário em 1942 não tinham a preparação necessária para apresentar dados verdadeiramente fiáveis para essas duas áreas, assim como nem sempre se preocuparam em preencher o questionário todo ou em fazer transcrições minimamente fonéticas; por outro lado, os alunos também nem sempre apresentam dados fiáveis, devido a falta de rigor. Os relatórios podem ser falhos de interesse linguístico, limitando-se a enunciar aspectos gramaticais secundários — por vezes, não abordam mesmo aspectos gramaticais, ficando-se pela etnografia, história do inquérito, etc. —, assim como a notação fonética deixa amiúde muito a desejar (inconsistência na transcrição, falta de explicitação dos critérios, etc.); isto mesmo pude constatar numa consulta que fiz de vários inquéritos do distrito de Castelo Branco. Sendo o lugar do ILB no presente trabalho apenas o de esclarecer questões muito precisas — quer pelo facto de dispormos de dados mais valiosos, como os do ALEPG, quer para não estendermos demasiado o trabalho —, foi considerado não ter as características correctas para uma utilização fiável.⁴⁹ O próprio Manuel de Paiva Boléo sabia (e não deixou de o escrever) das limitações e virtudes, todas elas em boa parte *genéticas*, dos materiais do ILB: valor excelente para o léxico, mas valor limitado para a fonética e morfo-sintaxe.

3] A metodologia seguida tanto na análise dos dados como na sua exposição é, predominantemente, a tradicional. Valoriza-se a audição da linguagem e prima-se por uma dimensão qualitativa, mais do que quantitativa, pois não só (i) o actual ritmo acelerado de imposição do padrão cultural da região de Lisboa no resto do país tende a desencadear muita irregularidade em qualquer dialecto, como (ii) nem todos os informantes e nem todos os segmentos de fala têm o mesmo valor⁵⁰. É essa a metodologia mais eficiente, tendo em vista os objectivos do trabalho (descrição global de um segmento conservador)

⁴⁹ Um exemplo: ao tentar esclarecer a presença ou ausência de *e* velarizado fechado na zona do extremo Leste da região considerada (como veremos na Secção B, ressalta dos nossos dados uma questão importante a este respeito), não me foi possível, nos inquéritos do ILB respeitantes a essa área, chegar perto de resolver a questão. Nem os inquéritos dos párocos / professores, nem os inquéritos / relatórios dos alunos tinham valor formal suficiente. As informações são, no conjunto, demasiado superficiais e a notação fonética, quando existe, é demasiado opaca e inconsistente para um verdadeiro esclarecimento da questão; sobretudo quando se dispõe de dados, como os do ALEPG ou os de Penamacor, que possibilitam um confronto directo com a linguagem da região.

⁵⁰ A diferença de linguagem entre um contexto de produção espontânea e com à-vontade para um contexto de constrangimento e conformação com determinado padrão de prestígio pode por vezes ser abissal, como qualquer falante tem oportunidade de verificar no seu dia-a-dia.

e os dados utilizados (que têm um grande volume); o aporte relevante que estudos quantitativos trarão partirá da descrição abrangente que é a primeira lacuna a suprir.⁵¹

Não se estudará o léxico, devido à dispersão que um estudo dessa área gramatical de características tão específicas, e ao mesmo tempo genéricas (no sentido da interacção com áreas extra-linguísticas), exigiria, e ao facto de não estarem ainda concluídas todas as transcrições dos inquéritos do ALEPG que utilizamos.

⁵¹ Nesta sequência, uma ressalva deve ser feita: a interpretação que aqui faço dos dados do ALEPG não filia os responsáveis do projecto, nomeadamente na transcrição que fazem dos inquéritos. Para além das naturais divergências de opinião sobre qualquer tipo de produção linguística que surgem entre qualquer falante / ouvinte, linguista ou não linguista, é necessário ter em consideração que os dados do ALEPG serão publicados com base nas transcrições das respostas ao questionário. Ora, estas não têm de corresponder sempre e absolutamente à produção linguística normal dos informantes; antes é verdade que, devido à natureza consecutiva e por vezes monótona das respostas ao questionário, a linguagem *genuína* mais facilmente fica aí ocultada. Esta condicionante, claro está, é independente das competências dos inquiridores; estes apenas a podem tentar minimizar. Em todo o caso, praticamente nunca senti, no conjunto dos dados do ALEPG, dificuldades de acesso à linguagem genuína da região; com melhor ou pior informante, com mais ou menos horas de gravação, com fala mais ou menos espontânea, tem-se sempre, no final da audição de cada inquérito e desde que se dê o privilégio à audição da fala (e não à mera leitura das listas de respostas), acesso à linguagem alvo deste estudo.

SECÇÃO B

Descrição linguística

Comentaremos já a questão da influência espanhola na linguagem contemporânea da região.

Pelo que podemos ver nos dados, a linguagem falada em toda a região estudada é pleno português. De facto, apesar de as relações transfronteiriças terem sempre sido uma constante da maior importância na região — com destaque para o contrabando, que foi, até ao desvanecimento da importância das fronteiras provocado pela integração na Comunidade Europeia (primeiro CEE, hoje UE), uma verdadeira instituição no modo de vida das populações da região, sobretudo das mais próximas da fronteira (em paralelo a outras povoações fronteiriças de Portugal), mas também para as migrações sazonais de lavoura em Espanha —, o espanhol é e aparenta ter sido sempre tratado como pura língua estrangeira. A proximidade com Espanha, a importância do contrabando e a intensidade da comunicação com o lado de lá da fronteira implicam, em primeiro lugar, que seja fácil encontrar na região quem domine plenamente o espanhol; e, em segundo lugar, que também não seja difícil ouvir expressões ou palavras específicas nessa língua (desde ditos, aforismos, até palavras particulares, como *fiesta* em Salvaterra do Extremo). Mas, como ficou dito, é hoje pleno português, sem traços sensíveis espanhóis, a linguagem de toda a região.

Tal quadro concorda com o que já em meados do século XIX — época em que muito menos influências normativas se faziam sentir no povo da região — António Pedrosa Barreto assinalou em Monfortinho, localidade raiana do concelho de Idanha-a-Nova: “Sua linguagem he regularmente a portuguesa, apesar do muito contacto q. tem com os hespanhóes”. A. Barreto profere essas palavras num manuscrito de 1862, *Memorial ou História dos Banhos da Fonte Sancta de Monfortinho*, que chegou inédito às mãos do baixo-beirão José Lopes Dias, o qual fez dele duas edições: a primeira em 1950 (Barreto 1862 (1950)), a segunda dez anos depois (Barreto 1862 (1960)). São edições de conteúdo idêntico (apenas há variações ao nível do pormenor formal da 1.^a para a 2.^a), com prefácio do editor. Nesse prefácio, onde Lopes Dias faz uma pequena nota biográfica do A. a pp. 21-25 (utilizando a 2.^a edição), se vê que: Barreto era médico público do município de Idanha-a-Nova, tendo contacto directo e indirecto, prolongadamente, com as termas e o lugar de Monfortinho; era natural de Viana do Castelo e, formado em Coimbra em 1831, exerceu em vários sítios do País, não sendo Idanha-a-Nova o último; esteve em Idanha desde 1857 (quando ouviu pela primeira vez falar das termas de Monfortinho) até data não identificada; era um entusiasta das termas de Monfortinho, tendo o manuscrito surgido nessa sequência: houve uma primeira versão do mesmo, também manuscrita e ainda hoje inédita, enviada em 1861 ao Governo Civil de Castelo Branco a alertar para a necessidade de investimento nas referidas termas (a datação de ambos os textos é fiável, desde logo pela investigação que Lopes Dias fez com recurso a fontes directas e indirectas da biografia de Barreto, mas também, no caso da segunda versão, pela data que figura na capa: “Março de 1862”⁵²).

⁵² Como local está: “Feita, e escrita na Villa de Idanha a Nova”. Pode também acrescentar-se o título com que o A. se apresenta: “Médico de partido do sobredito Concêlho de Idanha a Nova e Membro correspondente da Sociedade de Sciencias Médicas de Lisbôa”.

I. Fonética

Um fenómeno de natureza transversal merece uma nota prévia a este ponto: aquilo a que se poderá chamar a guturalização do falar. Em algumas localidades, foi observada uma tendência gutural do falar, que, mais do que um fenómeno estritamente gramatical / formal, se apresentou como um fenómeno intrinsecamente pragmático, como um acto de fala relacionado com a expressividade e o empenho comunicativo. Faz parte de um modo de falar espontâneo, natural e ‘genuíno’ e, se a situação de fala não se apresentar propícia a estas características, é geralmente muito atenuado, tornando-se em certos falantes quase inexistente.

Apresentou-se também como um fenómeno mais incisivo nas mulheres, o que não é de admirar; é sabido que é no sexo feminino que a expressividade ganha maior relevo.

No ALEPG, notei o fenómeno nas seguintes localidades: Monsanto, Idanha-a-Nova — onde atingiu o expoente máximo por via da informante 1, que o tinha extremamente saliente —, Malpica do Tejo, Cardoso, Alcongosta (pouco), Isna — a seguir à Idanha, a localidade com maior saliência — e Foz do Cobre. O mesmo é dizer, portanto, que o fenómeno só não foi registado nas duas localidades mais próximas da raia do Erges: Salvaterra do Extremo e Rosmaninhal. Martins 1954:134 nota guturalização do falar em Tinalhas e Alcongosta, exponencialmente na primeira.

In loco, pude ouvir o fenómeno claramente: (i) no concelho de Penamacor, nas Aranhas e em Meimão, o que tem uma perfeita amplitude Norte-Sul do concelho; (ii) em Idanha-a-Velha e Monsanto.

A guturalização do falar influi sobretudo no fechamento dos dois o, fenómeno visto adiante em 1.4.

1. Vocalismo

1.1. A

1] Timbre do *a* oral fechado — Esta vogal acompanha fundamentalmente o *a* oral aberto nas suas propriedades, atenuando-as mais ou menos significativamente. Devido ao fenómeno da nasalização de vogal por contacto com consoante nasal seguinte em início de sílaba, que se dá regularmente na região (cf. adiante 1.7, §1), o *a* fechado tónico é, por defeito, nasal; não existe, assim, um fonema /*v*/ no SE da Beira, pois a existência do mesmo em português depende da oposição entre *a* oral aberto e fechado na 1.^a pessoa do plural do presente do indicativo e do pretérito perfeito dos verbos da 1.^a conjugação: jogamos (com [‘*v*]) ~ jogámos ([‘*a*]). Embora, por influxo normativo, se possa ouvir essa divergência no SE da Beira, aquele *a* é, pela aplicação da regra acima mencionada, nasal na linguagem própria da região.

Nessa sequência, o que há a dizer a respeito do timbre do *a* oral fechado integra-se por norma nos §§ seguintes.

Apenas há a notar a abertura do *a* final átono, que foi observada nos inquiridos do ALEPG de Rosmaninhal e Malpica do Tejo — terras próximas. Concretamente, o *a* final átono apresentou-se aí ligeiramente mais aberto do que o da Norma; e.g. *cas*[*ə*] “casa”, *ru*[*ə*] “rua”, *Malpic*[*ə*] “Malpica”. O fenómeno atingiu o seu nível mais elevado em

Malpica, onde se mostrou muito saliente, e apresentou-se com maior incisividade nas mulheres. É um fenómeno potenciado pelos contextos enfáticos, o que concorda com a maior presença no género feminino: o discurso feminino é normalmente mais emotivo do que o masculino.

É também um fenómeno independente do da nasalização das vogais átonas finais, que se dá naquelas duas localidades e em outras (§2 de 1.7); o *-a* pode aparecer só nasalizado ou só aberto. No entanto, o fenómeno da maior abertura do *-a* átono potencia a nasalização dessa vogal específica, pois dá-lhe realce. Em Malpica, onde o fenómeno da abertura atingiu maior importância, a realização dessa vogal como [ɐ̃], com a nasalização não muito forte, apresentou-se mesmo como o regular nas mulheres.

2] Timbre do *a* oral aberto — Notaram-se diferenças significativas entre localidades, com dois timbres destacados:

a) A velarizado — Nos dados do ALEPG, essa realização dá-se nas localidades de Monsanto, Idanha-a-Nova (onde o fenómeno mais saliente se manifestou, através da informante 1), Isna (segue Idanha na hierarquia) e, de forma muito irregular, Cardosa; a realização regular desse timbre é [a].⁵³ A velarização pode ser potenciada pela guturalização do falar, de que se falou acima; mas a relação do fenómeno da velarização de *a* com o da guturalização não se apresenta muito próxima (nada que se pareça com a relação entre esse traço e o fenómeno do fechamento dos *o*, como se verá adiante). A velarização do *a* não tem as mesmas restrições contextuais que a guturalização; não é um traço dos mais marcados, sendo tanto quanto possível um fenómeno ‘para toda a hora’ — embora, como sempre, possa ser reduzido por razões pragmáticas. De qualquer das formas, quando o carácter gutural do falar se torna muito acentuado, não é difícil o [a] passar a [a̠].

In loco, pude obter dados a esse respeito para: (i) município de Idanha-a-Nova: ouvi o fenómeno como claro em Idanha-a-Velha e Monsanto; (ii) município de Penamacor: ouvi o fenómeno pouco incisivo nas Aranhas.

b) A anterior, i.e. [æ] — Relevam para aqui os inquéritos do ALEPG de Alcongesta e de Cardosa.

Verifiquei com clareza o timbre referido como realização regular de *a* aberto no inquérito de Alcongesta, no informante 7 (que não é exactamente de Alcongesta, mas de Telhado, localidade próxima⁵⁴).

Afora esse informante, apenas registei o que se pode entender como o fenómeno em causa na informante 11 do inquérito de Cardosa (sendo que a informante também não é

⁵³ O facto de a velarização do *a* se ter apresentado muito irregular em Cardosa leva, naturalmente, a que se coloque a interrogação: trata-se apenas de velarização causada por contexto fonético propício (e.g. contacto com consoante velar(izada)), algo que também a Norma conhece? Assim não é, não só pela comparação com as localidades em que não assinalai a velarização de *a* como também pelos contextos em que foi notada em Cardosa: cf. e.g. [mən'aðɐ] “manada”, [kwo'ʌðɐ] “coalhado”, [kən'aðɐ] “canada”, [kɛt'arⁱ] “cantar”, [t'ʌkɐ] “tasca”. No inquérito de Cardosa notei também o referido na alínea *b* a seguir. — Refira-se ainda a respeito das velarizações esporádicas de *a* por contexto propício, fenómeno perfeitamente físico, que são bem conhecidas de todo o Sueste da Beira, tendo maior proeminência do que na Norma.

⁵⁴ Para a sua localização exacta, cf. o **Anexo Geral II**, mapa do município do Fundão.

exactamente de Cardoso, mas sim de Póvoa de Rio de Moinhos, no concelho de Castelo Branco). Aqui, contudo, a situação é mais complexa, pois ocorre uma alternância significativa entre a realização [æ] e uma realização correspondente à da Norma. Eis a relação de todas as palavras que a informante pronunciou que tinham um *a* tónico (oral ou nasal, aberto ou fechado):⁵⁵

1. Nos seguintes casos, apresentou o *a* tónico anterior: “está”, “sachar”, “regar”, “desgraçada”, “semeava-se”, “largar”, “espada”, “amaciá-lo”, “fiado”, “fiavam-no”, “idade”, “baptizada”, “temporada”, “casa”. (Como se vê, apenas se registam casos em que o *a* é oral aberto no português normal.)
2. Nestes casos, não apresentou o *a* anterior: (i) oral aberto: “estragado”, “está” (mais que 2x), “água” (mais que 2x), “estar”, “paus”, “preparado”, “acaso”, “estava”, “braço”, “data” (mais que 2x), “arrancá-lo”, “Maio”, “baixo”, “já” (mais que 2x), “lá”, “explicava” (mais que 2x), “mato” (mais que 2x), “gado”, “fiavam-na”, “abalado”, “arranjavam”, “arrancá-lo”, “malhavam-no” e casos de contracção (“para a”, “minha avó”); (ii) oral fechado: só registei um caso que poderia ter esse *a* (“anos”, mais que 2x), mas, devido ao fenómeno da nasalização de vogal por consoante nasal seguinte em ataque (§1-*a* de 1.7), ele acabou por representar apenas mais um caso de *a* nasal; (iii) nasal: “campo” (mais que 2x), “tanto”, “não”, “então” (i.e. *atão*), “criação” (2x), “televisão” e a já citada forma “anos”.

Dada essa alternância e o facto de, no que respeita ao timbre do *a* oral aberto, haver a notar no inquérito de Cardoso apenas mais uma esporádica velarização (alínea anterior), coloca-se a hipótese de termos nas realizações de *a* anterior da informante 11 desse inquérito meros casos de palatalização irregular de *á*, devidos a hiper-correcção / confusão causada por esforço de conformação para com a Norma.⁵⁶ No entanto, (i) tal comportamento seria muito singular: em nenhum outro falante observei uma confusão nem de perto tão aguda na palatalização de *a*, para além de que o timbre resultante desse processo é normalmente [ɛ] ou relacionável, e não [æ] (mais próximo de [a]); e (ii) o que se nota no informante 7 de Alcongosta (terra próxima) não pode ser ignorado e aponta para que aquela informante represente, linguisticamente, um sistema que tem ou teve *a* aberto anterior por defeito (i.e. fonémico). Nesse sentido, as realizações correspondentes à Norma é que se deveriam a influxo de outro sistema linguístico e / ou a restrições contextuais (que a amostra de que dispomos não permite aprofundar), embora se possa admitir alguma variação de base (que é muito frequente nas variedades linguísticas). Se isso é provável, mais ainda fica com o facto de Gonçalves 1989:41 registar o *a* anterior regular para Bogas-de-Baixo, localidade, tal como Telhado, do concelho do Fundão (do qual a informante 11 de Cardoso está próxima).

Os dados mostram assim uma clivagem entre o *a* velarizado e o *a* anterior: o primeiro foi bem notado na metade Este como na Oeste, mas o segundo exclui claramente

⁵⁵ A informante apenas falou durante 7 minutos para o inquérito, para responder a um ponto particular.

⁵⁶ Cf. a respeito do fenómeno da palatalização contextual de *á*, um dos fenómenos destacados da linguagem da região, o §5 a seguir, onde se vê que é um traço muito marcado. — Para além da natureza do fenómeno da palatalização do *á*, ajuda também a hipótese mencionada de a informante estar em confusão / hiper-correcção o contexto em que ela se encontra: está no primeiro confronto com os inquiridores (pensava até, ao princípio, que a sua ‘entrevista’ se destinava a passar na televisão), portanto em toda uma conjuntura de natural insegurança linguística. — A essa luz, a diferença quantitativa entre os casos de *a* anterior / palatalizado e os de *a* não anterior / palatalizado não se apresenta relevante.

o Este. Pode-se dizer, nesse seguimento, que o primeiro tem uma presença muito mais significativa no Sueste Beirão; essa subordinação do *a* anterior pode ajudar uma hipótese da sua formação a partir de uma generalização da palatalização contextual do *a* tónico (que, como veremos, tem uma regra complexa).

3] Timbre do *a* nasal — Não é fácil fazer uma identificação exacta do timbre do *ã* da região, mas uma coisa é evidente: o tónico, e já não o átono, difere salientemente do da Norma. Não é fácil fazer uma identificação exacta porque se pode ouvir quer uma realização mais aberta — [ẽ], normalmente, e raramente verdadeiro [ã] — quer uma realização velarizada — [ẽ̃] mais frequentemente do que [ẽ] — quer ainda uma realização mista — i.e. uma vogal contendo simultaneamente uma abertura e uma velarização em relação à Norma.

É esse o quadro de toda a região, mas, porque está claramente mais espalhado na zona e porque é mais fácil de ouvir — ou seja, é menos ocultado na linguagem dos falantes e surge em maior número de falantes —, o *ã* velarizado apresenta-se como a principal realização do SE da Beira. Concordam com isso os factos de ter muito maior presença na região uma velarização intensa ([ẽ̃]) do que uma abertura intensa ([ã]) e de, em contacto com consoante velar, ser o *ã* velarizado quase sempre o normal (apenas em falantes que têm o *ã* aberto muito incisivo a velarização contextual não se dá). Este ponto sugere um processo histórico: o *ã* velarizado começou por ser uma mera distribuição contextual, expandindo-se depois para todos os contextos. Essa expansão seria facilitada pelo facto de a ocorrência junto de consoante velar — e de consoante labial, que também é um contexto propício — ser muito frequente, e não estaria ainda concluída — daí a alternância que se pode registar.

Uma vez que se encontra o *ã* aberto em falantes muito conservadores, que ostentam perfeitamente traços marcados, a hipótese de esse *ã* ser um passo, a partir do *ã* velarizado, em direcção ao *ã* da Norma fica desmentida; antes se pode ver um indício do processo histórico que se referiu antes.

4] Em toda a região o *ã* átono inicial tem uma tendência para passar a [ĩ] ou [ẽ] (sendo este segundo raro).⁵⁷ Embora o fenómeno seja mais frequente quando há *i* tónico na sílaba seguinte (numa harmonia vocálica, portanto), não há verdadeiras restrições contextuais.

Exs.: [ĩ]tigo e derivados (forma específica em que o fenómeno se dá sempre), [ĩ]zol, [ĩ]polas, [ĩ]cinho.

Leite de Vasconcelos notou na *Esquisse* que “L’*ã* initial a une tendance à devenir *ẽ* dans l’Algarve (du moins): *entigamente*, *endar*. Mais dans tout le Sud, dans la Beira et dans le Minho, on trouve des exemples où *ã* est devenu soit *ẽ*, soit *ĩ*: *Imbrosio* = Ambrosio, *inguiã* < a n g u i l a , *emparar*, *empóla*” (Vasconcelos 1901 (1970 :85)). Na continuação, aduz dados que atestam já o fenómeno no séc. XVIII: “Madureira dans l’*Orthographia*, 2^e édit., 1739, cite: *imbição* = ambição, *empolheta* = ampulheta, *enzol*, *enguia*, *Ingola* = Angola. Carmelo dans l’*Orthografia*, 1767, cite *Engola* = Angola, *entena* = antena”. *Enguia* é, como sabemos, uma palavra que se generalizou no Padrão.

⁵⁷ Não obstante, notei muito pouco do fenómeno na Foz do Cobre — onde notei mais frequente, pelo contrário, o fenómeno no *ã* interior, que se refere a seguir.

Também por toda a região o *ã* átono interior passa frequentemente a [ĩ] (ou a [ẽ]), mas de forma menos frequente do que o fenómeno anterior. Mais uma vez, a mudança ocorre mais quando está *i* tónico na sílaba seguinte, mas não se afiguram regras contextuais. Exs.: *mel[ẽ]cia*, *al[ẽ]bique*, *irm[ĩ]dade*, *arr[ĩ]car*, *l[ĩ]ber*, *fr[ĩ]zida*, *l[ĩ]terna*, *br[ĩ]quinho*.

Podemos encontrar na região os fenómenos simétricos dos que acabamos de ver, ou seja: 1) *ẽ* > *ã* (e.g. *[ẽ]trar*, *[ẽ]peno*) e *-ẽ-* > *-ã-* (e.g. *v[ẽ]der*, *m[ẽ]tira*) (sendo [ĩ] a realização normal do *ẽ* átono não final, e [ẽ] realização esporádica: cf. a esse respeito o §5 da vogal *e* adiante); 2) *ĩ* > *ã* (e.g. *[ẽ]pecável*, *[ẽ]grediente*) e *-ĩ-* > *-ã-* (e.g. *t[ẽ]tura*, *av[ẽ]dimér* ‘vindimar’) (por confusão com *ẽ* átono não final, que tem [ĩ] como realização regular, *ĩ* pode surgir raramente como [ẽ]: cf. a respeito o § 2-d da vogal *i*). Estes fenómenos são menos frequentes do que aqueles em que é *ã* a sofrer a mudança — não são, na verdade, muito salientes —, mas a verdade é que podemos ver aqui uma alternância geral, ou seja, uma certa instabilidade / confusão entre *ã*, *ẽ* e *ĩ* átonos não finais.

Uma menção particular merecem as localidades de Malpica do Tejo — em que todos os fenómenos se apresentaram frequentes — e da Foz do Cobreão — que se distinguiu por (i) a evolução de *ã* inicial para *ẽ* ou *ĩ* ocorrer muito pouco e (ii) a evolução correspondente de *ã* medial (*-ã-* > *-ẽ-*, *-ĩ-*), pelo contrário, ocorrer com facilidade.

5] Palatalização de *a* tónico — A palatalização contextual de *a* tónico é apontada pela literatura como um dos fenómenos mais característicos da linguagem da região sub-dialectal de Castelo Branco-Portalegre, em que o SE Beirão se insere. Abordaremos o fenómeno a partir dos pontos mais importantes.

a) Características sociolinguísticas — Trata-se de um fenómeno extremamente marcado, para o que contribui decisivamente a saliência fónica das vogais que mais alternam no processo: *e* e *a* abertos. Isto é exponencial nos falantes que não são analfabetos e podem portanto associar o som à grafia.

Não espanta, nessa sequência, que o fenómeno esteja em acelerado processo de extinção, num grau superior à generalidade dos outros traços mais salientes da linguagem da região.⁵⁸ Já em 1933, de resto, Leite de Vasconcelos notava em Castelo Branco que o fenómeno “vai desaparecendo, mas ainda se ouve” (dados recolhidos *in loco* pelo A. e sistematizados no **Anexo** deste capítulo, §1 de 2.2.1.1).

b) Distribuição geográfica — Nos dados do ALEPG, registei o fenómeno em toda a região. Duas precisões, contudo, se impõem: (i) de forma genérica, pode dizer-se que, nas zonas da raia, o fenómeno ganha intensidade — ou, melhor, que perde intensidade, fora da raia, pelo influxo crescente da Norma (que está na direcção contrária à raia); (ii) num facto menos significativo, em Isna o traço apresentou-se especialmente marcado — aí, praticamente todos os casos que pude registar dependem de dados indirectos (ou seja, estão registados a partir de informações explícitas e conscientes de informantes, e não de produções linguísticas espontâneas).

Afora esses dados é mais difícil apresentar ideias definitivas, pois, à luz do carácter muito marcado do fenómeno, necessitaria de informações mais ricas. Todavia, registei,

⁵⁸ Como diz a certa altura a informante 1 de Malpica, “Agora já digo *buraco*, mas dantes dizia *bureco*”.

em Penamacor, o fenómeno nas Aranhas; para Benquerença, não há informações relevantes a comentar, mas, nas Águas e em Meimão, o fenómeno podia ter ocorrido e não ocorreu. Melhor: ocorreu uma vez em Meimão — “chib[’ε]to” = ‘chibato’ —, mas em imitação, por parte do informante, do que o inquiridor disse (que tinha solicitado a forma). Dado serem os informadores de Meimão e das Águas precisamente os mais conservadores dos dados de Penamacor — o informante principal de Meimão, p. ex., apresentou uma regularidade plena de um traço tão marcado como a africada palatal surda —, essa ausência do fenómeno dá que pensar; mas, tendo sido o fenómeno tão bem registado a Norte dessas localidades (cf., p. ex., registos no Sul do distrito da Guarda em Martins / Vitorino 1989:343), bem como noutras próximas (cf. a citada obra, para além dos dados que aqui aduzimos), é improvável que ele não tenha passado por ali.

c) Regra.

c-1) Há uma regra contextual, mas ela não é, normalmente, de fácil percepção; isto devido ao carácter marcado do traço e à complexidade inerente da regra, o que, tudo junto, faz com o que o fenómeno se possa apresentar com uma irregularidade acentuada. Já vimos na **Introdução**, de resto, que várias regras têm sido formuladas na literatura.

Para o Sueste da Beira, contudo, aplica-se a seguinte formulação: o *a* tónico (qualquer: oral ou nasal, aberto ou fechado) passa a *e* quando na sílaba anterior existem, ou existiram, *i* ou *u* ou as semivogais correspondentes. Tanto a vogal que sofre a palatalização como as vogais que a despoletam podem ser nasais; no entanto, apesar de não bloquear o fenómeno, a nasalidade tende a restringi-lo quantitativamente.

A esse quadro é necessário acrescentar os seguintes pontos.

1) A regra distingue [u]/[w] etimológico de [u]/[w] proveniente da elevação de *o* átono; só com o primeiro se aplica, o que é, naturalmente, um indicador de que o fenómeno se terá desenvolvido antes de o *o* átono ter evoluído para [u]. Temos um bom exemplo desta distinção no inquérito de Malpica do Tejo, no seguinte segmento de conversa:

Inquiridora: “Um sítio onde há melancias é...?”

Informantes: “[m’lēs]’ε[ɫ].”

Inquiridora: “E aquele onde há melões é o [m’lu’εɫ].”

Informantes: “Não; é [m’lu’aɫ].”

A inquiridora passou uma rasteira, mas as informantes (boa parte deste inquérito desenvolveu-se inquirindo conjuntamente um grupo de mulheres) não caíram; na verdade, até se riram depois da última resposta, como que a dizer que não foram apanhadas.

Um caso parecido está nos conceitos 565 e 565.1 do inquérito de Idanha-a-Nova, que foram perguntados de seguida: para o primeiro a resposta é [(t’ar) ēbru]’εδu] “(estar) embruxado”, onde se espera o fenómeno, e para o segundo [mal uɫ’əδ^u] “mal-olhado”, onde já não se o espera.

2) O que foi dito a respeito de [u]/[w] etimológico vs. [u]/[w] não etimológico pode ser também dito a respeito de [i]/[j] etimológico e não etimológico (i.e. proveniente da elevação de *e* átono), com a excepção de quando o [i]/[j] não etimológico está junto do *a*: aí, a palatalização apresentou-se sempre regular. Exs.: [zi’εδε] “geada”, [s’mj’εɾ] “semear”, [mj’εδε] “meada”.

c-2) Como já ficou dito, o fenómeno pode apresentar uma irregularidade significativa. É a esse respeito interessante observar que já em 1881 o bispo de Angra do Heroísmo D. João Pimentel notava para a sua terra natal, Oleiros, fenómenos de hiper-correcção: “...a pronúncia de *a* agudo (*á*) é trocada algumas vezes pela gente sem instrução pela de *e* (*é*), dizendo: *Felicidade* em lugar de *Felicidade*, *cidede* em lugar de *cidade*. E a gente nova da villa, notando-se-lhe este erro, começava em nosso tempo a cair no oposto, dizendo: *Pulcharia* em lugar de *Pulcheria*, *tijala* em lugar [*sic*] de *tigela*, etc.” (Pimentel 1881:168, *apud* Vasconcelos 1884 (1985:241-242); cf. o excerto completo no **Anexo**, §1 de 2.2.1.1).

Os casos *legítimos* apresentados pelo bispo de Angra respeitam ambos a nossa regra, tal como os hiper-correctos. O mesmo se pode dizer da generalidade dos casos atestados na literatura — que é formada predominantemente por obras não especializadas —, embora não seja propriamente difícil encontrar excepções.

Assim, p. ex., para Monforte da Beira Leitão 2001:38 regista vários exemplos da palatalização de *á* — 26 no total —, entre os quais se incluem os seguintes que não respeitam a regra: *arrocheda*, *descorçoedo* ‘descoroçoado’, *doudeger* ‘doudejar’, *estafeguer* ‘atafegar’, *goreda*, *modorredo*. Devemos observar, todavia, que em todos os 6 casos há originários *e* ou *o* pré-tónicos, i.e. [i], [j], [i], [u], [w] (ou realização nula); temos aí, portanto, as mesmas realizações fonéticas de quando há próprios *i* ou *u* pré-tónicos originários. O fenómeno respeita, normalmente, a etimologia, mas é natural que, sendo as realizações fonéticas idênticas, haja expansões esporádicas de contexto.

Raciocínio idêntico se pode fazer a respeito dos dados de Julião 1958, que se reporta à Zebreira (concelho de Idanha); podem ver-se na lista lexical que o A. apresenta a pp. 231 ss. 37 casos do fenómeno, só dois fugindo à regra: “chavelhêum” = chavelhão (p. 246) e “Lexendre” = Alexandre (p. 257). Tanto um como o outro têm [i] na pré-tónica, portanto uma realização semelhante à de próprio *i*.

E o mesmo se pode dizer dos dados de Cordeiro 1939, que respeitam a Penamacor: temos os seguintes casos de *á* > *é* atestados pelo A. (p. 81): *deixé-lo* ‘deixá-lo’, *marmeleda*, *olvel* ‘olival’, *triguel*. É o segundo caso que foge à regra, mais uma vez com [i] pré-tónico.

Na sequência do que vimos, os casos excepcionais têm normalmente a sua razão de ser numa *confusão* entre [i]/[j],[u]/[w] pré-tónicos etimológicos e não etimológicos (i.e. correspondentes respectivamente a *i,u* ou *e,o*); como já se disse, o comportamento geral do fenómeno é distinguir as etimologias, mas não estranha que, com realizações fonéticas idênticas, possa haver cruzamentos esporádicos de contextos.

Todas essas alternâncias favorecem, contudo, uma hipótese que referimos no §2 a propósito da origem do *a* anterior não contextual: este fonema (associável ao *e* aberto) viria por influxo de todas as variações e complexidades do fenómeno contextual da palatalização do *á*. A coincidência que se verifica no Sueste Beirão dos dois tipos de sistema — aqueles que têm *á* > *é* apenas contextual e aqueles que têm [‘æ] onde na língua padrão há apenas [‘a] —, com uma presença muito mais significativa da palatalização contextual, deixa essa imagem como sugestiva. Deixa também a hipótese de que nem todos os casos de *á* > *é* que não respeitam a regra formulada (ou qualquer outra apresentada na literatura) representam apenas confusões ou excepções, mas sim um sistema em que todo o *á* tende ou tendeu para a palatalização ou em que há somente tentativas de espraçamento contextual da palatalização de *á*. Só um estudo de pormenor do fenómeno, que se verifica em mais regiões do que o SE Beirão e, porque muito marcado, é de difícil abordagem, pode esclarecer satisfatoriamente o quadro.

d) Timbres — O mais comum na região é o timbre da vogal resultante da palatalização corresponder linearmente ao do *a* ‘originário’: *a* oral aberto > *e* oral aberto, *a* oral fechado > *e* oral fechado, *a* nasal > *e* nasal. Todos estes *e*’s se inserem nos timbres gerais dos *e*’s correspondentes, que vemos a seguir em 1.2, mas não sofrem velarização (fenómeno que os *e*’s orais podem sofrer regularmente, como veremos). Exs.: [kri'ɛd^u] “criado”, [ʃ^uβ'et^u] “chibato”, [kɐrts'ɛj] “castiçais”, [ɐzɛt'ɛr] “ajeitar”, [mur'ɛʎɐ] “muralha”, [b^ur'ɛk^u] “buraco”, [f^um'ɛr] “fumar”, [kaɫder'ɛw] “caldeirão”.

Foge a essa regra apenas Isna, em que se notou muito pouco o fenómeno e, segundo informações dos informantes 1 e 2, o timbre regular da palatalização do *a* oral aberto seria um *e* fechado, que ouvi basicamente como [ɛ]. Passa-se a conversa assim: ao responder ao conceito 240 do inquérito — “pousar” — a forma [pòz'ar], diz logo de seguida o informante 1, de sua iniciativa (interrompendo o inquiridor, que estava já perguntando outra coisa): “A gente agora diz [pòz'ar], mas antigamente diziam [pòz'ɛr]. E um [bur'ɛk^u] era um [bur'ek^u]. ...as pessoas antigas, era tudo assim. Noutros lados era um [bur'ek^u]...” Pergunta de seguida o inquiridor: “E com o cigarro, era?...”, ao que o inf. responde: “Era [f^um'ɛrⁱ]; mas eles não diziam [f^um'ɛrⁱ], diziam [f^um'er] ou [f^um'ɛr], ou... [risos]”. Pergunta outra vez o inquiridor: “E o seu pai ainda falava assim, ou já não?”, respondendo o inf. que o seu pai já não, mas ainda “havia muitas pessoas a falar assim”. A inf. 2, também presente, diz então que “ainda há muita gente” a falar assim, nomeadamente os “velhos”: “um [bur'ek^u]... um [bur'ek^u]... — cá na Isna dizem muito ‘um [bur'ek^u]’”⁵⁹.

Tais dados concordam com o que Leite de Vasconcelos recolheu para a região: tendo registado a palatalização de *a* numa extensa área do distrito de Castelo Branco, apenas em Madeirã, localidade próxima de Isna e freguesia do mesmo concelho (Isna é, de todos os inquéritos do ALEPG, o mais próximo de Madeirã), registou o resultado como um *e* fechado. Em todas as outras localidades o A. notou um *e* aberto como a vogal resultante; cf. a esse respeito o **Anexo** deste capítulo, §1 de 2.2.1.1. Fica claramente indicada uma zona, no Oeste da área considerada, de *e* fechado como resultado da palatalização; timbre esse excepcional no Sueste da Beira.

6] Em Isna, o *a* final átono oral (em posição final absoluta ou seguido da marca de flexão) é realizado como vogal neutra, podendo também desaparecer totalmente, quando na sílaba anterior existe ou existiu um *i* ou quando é antecedido de consoante palatal. Exs.: *tangerin*[ⁱ] “tangerina”, *tangerineir*[ⁱ] “tangerineira”, *romãzeir*[ⁱ] “romãzeira”, *laranj*[ⁱ] “laranja”, *loj*[ⁱ] “loja”, *coruj*[ⁱ] “coruja”, *choch*[ⁱ] “chocha”. O fenómeno atingiu a regularidade máxima na terminação *-eira*.

Noutras localidades, apenas notei casos esporádicos do fenómeno quando a vogal é antecedita por consoante palatal; exs.: *rox*[ⁱ] “roxa” (Foz do Cobreão), [k'of] “cocha” (Idanha-a-Nova), *forj*[ⁱ] “forja” (Rosmaninhal), *varj*[ⁱ] “varja” (‘várzea’) (Salvaterra do Extremo), ou *loj*[ⁱ] “loja”, que surge por toda a região e é mesmo fácil de encontrar pelo país.

Não é, de resto, difícil de encontrar nos dialectos portugueses uma tendência para neutralizar a vogal átona *-a* nos contextos referidos acima; cf. p. ex. os dados de Peixoto

⁵⁹ A inf. 2 não é exactamente de Isna, mas do Braçal; trata-se contudo de uma localidade muito próxima, da freguesia de Oleiros.

1968:69 (Germil (concelho de Ponte da Barca, distrito de Viana do Castelo)), Baptista 1967:38 (Escusa (Marvão, Portalegre)) ou Carreiro 1948:6 (Nisa (Portalegre)), que, tendo sido interpretados de outra forma ou não tendo de todo sido interpretados do ponto de vista contextual, me parece claro que registam o mesmo paradigma assinalado no Sueste da Beira. Isna aparece assim como uma localidade em que o traço atingiu uma intensidade exponencial.

O fenómeno, que não tem sido notado para o Sueste Beirão — o próprio ALPI não o atesta — e surge como uma assimilação análoga à palatalização de *a* tónico — estando a vogal neutra por *-e* átono, tal como é o sistema do português —, não pode ser identificado, pelo menos directamente, com a realização de *-a* final como próprio [e]/[ɛ] (e não vogal neutra) que se deu em asturiano e leonês e, em zonas fronteiriças da Beira Alta e Trás-os-Montes sujeitas à influência daquele, também tem sido registado, tanto de forma contextual (quando há ou houve *i* ou *u* na sílaba antecedente) como absoluta; cf. a esse respeito, com bibliografia, Maia 1977:149-151 e Braga 1971:100-103.⁶⁰ É claro que não se pode fazer aquela identificação, não só pelo timbre da vogal em causa como pelos próprios parentescos dialectais que podemos e não podemos fazer.

7] A ditongação de *á* aberto final oral em *au* é apontada como um dos traços típicos da linguagem do Barlavento Algarvio (cf. Segura / Saramago 2001:227). Como refere Segura 1987:163, onde se menciona o fenómeno pela primeira vez, só para essa região ele tem sido registado, fundamentalmente para o seu Litoral Sul.

No inquérito do ALEPG de Monsanto, contudo, pude ouvir [m'aw] “má” e [m'awʃ] “más” (onde a consciência da marca de plural leva a manter o fenómeno que se deu no singular); ambos os casos ocorrem em segmento de conversa contínuo.

Não pude registar mais nenhum caso do fenómeno e, tendo levado a cabo uma pesquisa exaustiva nas transcrições fonéticas disponíveis dos inquéritos ouvidos no ALEPG, também apenas foi possível encontrar o caso de Monsanto. Considerando indiscriminadamente todas as classes de palavras, e considerando os verbos conjugados com enclíticas e as formas relevantes de todas as classes flexionadas no plural; e não considerando a variável próclise, — podemos sistematizar os resultados na seguinte lista, por localidade:

1. Alcongosta — 5 casos possíveis: pá (3x), amanhã-lo, tosquiá-las.
2. Cardoso — 14 casos possíveis: pá (8x), lá, já, está (2x), agarrá-la, capá-los.
3. Foz do Cobre — 10 casos possíveis: pá (3x), chá, cá, está-se, está (2x), tosquiá-las, embordalá-las.
4. Idanha-a-Nova — 16 casos possíveis: pá, pás (i.e. o plural de pá), más (i.e. o plural de más, que contudo dá *mázes*), chá (6x), acolá, lá, cá, já, está (2x), vá.
5. Isna — 10 casos possíveis: pá (3x), pás (plural de pá, 2x: uma ‘regular’, *pás* e outra ‘irregular’, *pázes*), está, tocá-las, raspá-la, descascá-las, açubá-lo.
6. Monsanto — Afora o caso acima referido, houve os seguintes 16 casos possíveis em que se não registou o fenómeno: pá (3x), pás (i.e. o plural de “pá”), chá (3x), cá, já, lá, está (3x), vá (2x), especá-lo. Em p’á (“para a” reduzido), também registado na transcrição, o traço igualmente não se verifica.
7. Rosmaninhal — 5 casos possíveis: pá (2x), está, está-se, arrodilhá-los.
8. Salvaterra do Extremo — 16 casos possíveis: pá (6x), chá, chá-bravo, cá-vai (pássaro), lá, rabejá-las, está-se, chamuscá-lo, tosquiá-las, varejá-la, podá-la.

⁶⁰ Tanto Maia como Braga estudam localidades de uma região confinante, pelo Nordeste, com a que aqui estudamos, mas que, como é sabido, tem uma história linguística e geral muito diferente.

Tal escassez de atestações não atenta contra a fidelidade da ocorrência que pudemos registar, pois:

(i) As ocorrências parecem seguras, como se vê do seu contexto:

Inquiridor: “Olhe, se o dia não está bom, pode estar?...”

Informante: “Pode estar mau.”

Inquiridor: “E a noite também pode estar?...”

Informante: “Mau.”

Inquiridor: “E... E se fossem umas noites para trás, dizia assim: Olhe, estas noites têm estado?...”

Informante: “Também têm estado maus.”

(Note-se que a palavra “noite” é, de facto, do género feminino; p. ex., pouco depois na mesma gravação, o mesmo informante (que é o I) diz “noites boas”).

Pode-se colocar a hipótese de estarmos apenas perante uma confusão provocada pelo facto de se ter usado antes “mau”, para adjectivar “dia”; mas tal confusão iria contra todo o comportamento normal dos informantes naquele tipo de situação e implicaria uma agramaticalidade demasiado flagrante para se ficar apenas com as respostas com que se ficou. Em muitas perguntas do tipo — ou seja, em casos em que se solicitam os dois géneros de um adjectivo —, quer por experiência própria quer por experiência indirecta, nunca ouvi — inclusive no informante em causa — uma confusão do tipo; antes pelo contrário, os informantes percebem com facilidade o que se está a inquirir, não deixando de pronunciar as formas relevantes dos adjectivos.

(ii) Não são muitas as palavras da língua com *a* tónico final, e entre elas contam-se sobretudo verbos (“deixá-los”, “está”, etc.) e as partículas “cá”, “lá” e “já”; uns e outros podem apresentar uma natural tendência a restringir o fenómeno em causa.

(iii) A própria Segura da Cruz 1987:162-164 apenas regista o fenómeno nas palavras “má” (i.e. *mau*) e “pá” (i.e. *pau*) (não deixando de referir a escassez mencionada em (ii)).

Dessa forma, temos aqui, com toda a probabilidade, mais uma importante semelhança entre a linguagem do Sueste da Beira e a do Algarve Ocidental.

8] Um fenómeno que se pode querer relacionar com o anterior é a ditongação de *ã* tónico final em *-ão* (ou *-êo*, devido à palatalização contextual de *a* tónico) em formas nominais, sobre o que Maia 1981 observa dados interessantes. Estudando os resultados da terminação latina *-ANA* nas palavras ‘irmã’ e ‘manhã’ a partir dos materiais do ILB, cujo questionário compreende essas formas, assinala a A. a ditongação de *-ã* em *-ão* (i.e. *irmão*, *manhã*) concentrada em três regiões: Noroeste (Minho, Douro Litoral, Norte da Beira Litoral), Centro-Interior (eixo Castelo Branco-Portalegre) e Algarve-Sul do Baixo Alentejo; no Centro-Interior, devido ao fenómeno contextual da palatalização de *a* tónico, pode surgir também a variante *-êo*, tal como ficou dito. Para além destas regiões — que não formam um nexó geográfico —, aparece também um número significativo de formas com *-ão* em zonas fronteiriças (ou perto da fronteira) da província de Trás-os-Montes, a que a A. talvez não tenha dado o relevo merecido; noutras regiões, há apenas *-ão* esporádico e difuso. V. a respeito de toda essa distribuição Maia 1981:77-78, 85, 92-95 e mapas.

No Centro-Interior, Maia regista o fenómeno abundantemente no distrito de Castelo Branco e pouco no de Portalegre. Neste há apenas duas formas (*manhão* e *manhão*), no concelho de Nisa — no Norte do distrito, portanto, que forma uma sub-unidade dialectal com a zona de Castelo Branco (como já se viu na **Introdução**). No distrito de Castelo Branco, as abundantes atestações estão distribuídas de forma desigual e restritas a um nexo Centro-Oriental: encontram-se sobretudo nos concelhos de Idanha-a-Nova e Castelo Branco, surgindo ainda nos de Penamacor e Vila Velha de Ródão. Para o concelho de Castelo Branco, assinalou também Martins 1954:190 o fenómeno, ao dizer: “No Sobral [do Campo] e em Tinalhas o substantivo *irmão* é tratado como se fosse comum-de-dois. Diz-se: o meu irmão, a minha irmão.” Martins estuda ainda duas outras localidades: Póvoa de Atalaia e Alcongosta, que pertencem ao concelho do Fundão; ao não registar o fenómeno nelas, ao contrário das que pertencem a Castelo Branco, está a coincidir com Maia.

Também pude registar o fenómeno apenas em áreas compreendidas por esses dados, mas de forma muito esporádica e muito menos extensa. Ouvi somente as formas, todas nos materiais do ALEPG: *sãos*, a par do normativo ‘sãs’ (ou seja, o plural feminino do adjetivo ‘são’), em Idanha-a-Nova; *hortelão* (= ‘hortelã’), em Malpica do Tejo; *suão* (= ‘suã’), *osso-suão* (= ‘osso-suã’) e *de manhão* (= ‘de manhã’), no Rosmaninhal. Uma pesquisa exaustiva nas transcrições disponíveis de todos os inquéritos aqui utilizados do ALEPG (ou seja, todas as transcrições excepto a do inquérito de Malpica do Tejo, que ainda não foi concluída) regista as formas citadas e ainda *mação*, juntamente com o normativo ‘maça’, na Foz do Cobreão.⁶¹ Podemos sistematizar os resultados dessa pesquisa na seguinte tabela:

Formas relevantes para o estudo de -ã tónico em formas nominais nas transcrições do ALEPG		
Inquérito	Casos com -ão ⁶²	Casos com manutenção de -ã (ou realização -ẽ)
Idanha-a-Nova	<u>sãos</u>	amanhã, até amanhã 2x, hortelã 2x, irmã, irmãs, maçã, maçãs, maçãzeira, maçãzinha, manhã, estrelas da manhã, manhãs, órfã, rã, rãs, romã, romãzeira, sã, sãs, sertã
Monsanto	—	amanhã, até amanhã, ao depois de amanhã, avelã, avelãzeira, hortelã, irmã, irmãs, lâ 2x, maçã, maçãs, maçãzeiras, manhã, clarão da manhã, estrela da manhã, manhãs, meã, milhã, rã, <i>arrãs</i> (i.e. ‘rãs’), sertã
Salvaterra do Extremo	—	avelã, couve bacalã, hortelã 2x, irmãs, lâ, maçã 2x, rã 2x, rãs, romã, sertã
Alcongosta	—	hortelã, lâ, maçã, maçãs, rã, rãs, romã, romãzeira, osso da suvã
Cardosa	—	amanhã 2x, até <i>amanhẽ</i> , depois de amanhã, ferrã, hortelã, irmã 2x, lâ 2x, maçã 3x, maçãs 2x, maçãzeira, manhã, romper da

⁶¹ Não se registaram portanto formas em -ẽo, mas só os dois casos de *suão* no Rosmaninhal o admitiriam (devido ao contexto fonético em que o fenómeno que leva a -ão > -ẽo, ou -ã > -ẽ, se verifica; esse fenómeno, a palatalização de *a* tónico, está tratado atrás no §5).

⁶² Os casos que têm correspondente com a manutenção de -ã no mesmo inquérito ficam sublinhados.

		manhã, meã, rã 2x, rãs, romã, romãzeira, sertã
Foz do Cobreão	<u>mação</u>	hortelã 2x, hortelã brava, irmã, lã, maçã, maçãs, marra, milhã, rã, rãs, romã, romãzeira, suã 2x, osso da suã
Rosmaninhal	de manhã, suão, osso-suão	avelã, hortelã, lã, maçã, maçãs, maçãzeira, meã, sertã, <i>arrã</i> , <i>arrãs</i>
Isna	—	<i>abelãs</i> (i.e. ‘avelãs’), <i>abelãzeira</i> (i.e. ‘avelãzeira’), hortelã, lã, maçã, maçã de guarda, maçã malápia, maçãs, meã, milhã, <i>arrã</i> (i.e. ‘rã’), rãs, <i>arrãzes</i> (i.e. ‘rãs’), romã, romãzeira, suã

Os dados do ALEPG fornecem-nos um panorama mais completo do que os dados de Maia 1981, que se baseiam em apenas duas palavras; os primeiros apoiam-se no maior número de palavras possível, registadas em todos os contextos e com repetição eventual (i.e. com repetição por ex. da unidade ‘manhã’ em várias expressões como ‘até amanhã’, ‘depois de amanhã’). Para além disso, o ALEPG propicia o confronto directo (pela audição dos registos sonoros) com a linguagem em causa. Sendo assim, podemos ver nos materiais do ALEPG que o fenómeno da ditongação de -ã em -ão, existindo indubitavelmente no Sueste da Beira, (i) se verifica muito esporadicamente mas (ii) não parece ter uma forte restrição lexical (vejam-se os casos registados, que têm boa amplitude). (iii) Em conjugação com os dados já vistos de Maia 1981 e Martins 1954, para além de podermos estender, através do caso *irmão* = ‘irmã’, a amplitude lexical do traço, é também notório que ele se verifica numa coerência centro-oriental na região: o ALEPG e Maia 1981 registam o traço precisamente na mesma zona, e a literatura específica sobre a linguagem sudeste-beirã vai no mesmo sentido. (iv) Por último, notaremos que a partir da facilidade com que os dados do ILB, ao contrário dos nossos, registam o fenómeno em ‘irmã’ e ‘manhã’, se afigura que ele tem estado em acentuado retrocesso nas últimas décadas (os dados do ILB respeitam a 1942-1974, e os do ALEPG aqui utilizados vão de meados dos anos 1970’ a 1997); tal facto não supreende, dada a saliência acústica do fenómeno (a troca de -ã por -ão não passa despercebida a nenhum falante de português que conheça o sistema normativo, assim como a larga maioria dos dialectos).

1.2. E

1] E oral tónico fechado.

a) Foi registada em grande parte do Sueste da Beira a velarização desta vogal, cujo timbre resultante é regularmente [ɐ̃]; em contextos de ênfase, também pode chegar a [ɐ̃]. E.g. [pr'ɛz̃] “preso”, [d'ɛð̃] “dedos”, [tr'ɛ̃] “três” (palavra em que o fenómeno se conserva particularmente bem), [ukr'ɛz̃] “Ocreza”.

Vemos por vezes na literatura o fenómeno referido como uma labialização, mas ele consiste mais numa velarização (recoo da articulação) do que numa própria labialização — embora, sobretudo na parte ocidental da região, a vogal possa ser também acentuadamente labializada. O carácter velarizado da vogal faz com que ela se aproxime do *a* fechado ([ɐ]), timbre ao qual até pode passar esporadicamente; esse facto atingiu o seu expoente em Malpica do Tejo. É portanto a velarização um fenómeno muito saliente do ponto de vista acústico; possivelmente por causa disso, é um traço socialmente muito marcado, dos mais marcados dos fenómenos mais distintivos da região. Apenas os falantes mais conservadores o apresentam hoje.

A velarização de *e* fechado tónico dá-se em todos os contextos, mas nem todos os *e* sofrem o fenómeno: o *e* resultante da palatalização de *a* (cf. a respeito desse fenómeno o §5 da vogal *a* atrás) não velariza, assim como o *e* resultante da monotongação dos ditongos *ei* e *eu* (cf. a esse respeito os §§5 e 7 de **1.6** adiante). Neste caso o timbre é, em algumas localidades, ligeiramente mais aberto do que o [ɐ] comum do português: [ɛ̃]. No entanto, se os ditongos se mantêm, mantém-se [ɛ̃] nas localidades que têm a velarização de *e*; nas outras, há [ɛ̃] ou [e], de acordo com o quadro sistematizado nos §§5 e 7 de **1.6**).

A ausência da velarização no resultado da palatalização de *a* explica-se pelo facto de aquela ser anterior a esta; se não, deveria ter-se estendido também a esse contexto. No caso das monotongações de *ei* e *eu* o panorama não é, por si, nítido, devido ao diferente timbre da vogal *e* ao facto de os ditongos se conservarem em certos contextos. No entanto, pode datar-se, indirectamente, a velarização de *e* para antes daquelas monotongações pelo facto de a palatalização de *a*, que é posterior à velarização de *e*, ser anterior às monotongações; pois a palatalização de *a*, despoletada por *i* ou *u* (vogais ou semivogais) que ocorram antes do *a*, também se dá quando esses *i* e *u* já não existem mas existiram em ditongos entretanto monotongados.

Passo para a relação das localidades em que o *e* fechado velarizado foi observado.

1. Dados do ALEPG:

1.1. Nos seguintes inquéritos, o fenómeno foi notado de forma óbvia e, apesar do seu carácter marcado, ainda com considerável vitalidade: Monsanto, Idanha-a-Nova, Malpica do Tejo ⁶³, Alcongosta, Cardoso e Isna.

1.2. Na Foz do Córrego, o fenómeno apresentou-se mais retraído do que nas anteriores localidades: aparentemente já moribundo, mas ainda com relativa obriedade.

1.3. Em Salvaterra do Extremo não notei o fenómeno.

1.4. Por último, o Rosmaninhal apresentou-se como um caso duvidoso. Notei o que me pareceram ser vestígios do fenómeno, mas, para além de ser muito difícil, sem estudo acústico adequado, ter certezas absolutas a esse respeito, as dúvidas são incrementadas pelo que (não) notei em Salvaterra, localidade próxima e também da raia do Erges.

2. Outros dados.

2.1. No concelho de Penamacor, registei o fenómeno em todas as localidades consideradas (Águas, Aranhas, Benquerença e Meimão).

⁶³ Nesta localidade, para além de, como já referi, ter notado particularmente incisiva a relação entre o *e* velarizado fechado e o *a* fechado, ouvi também, por vezes, uma realização ligeiramente mais aberta do *e* velarizado fechado (mas não chegando a [ɛ̃]).

2.2. Relativamente a outras localidades, pode registar o fenómeno em Idanha-a-Nova, Monsanto (localidades repetidas do ALEPG) e Idanha-a-Velha.

Há portanto a destacar a perda de força do traço no extremo Leste da região (eixo Salvaterra do Extremo—Rosmaninhal). O ALPI fornece dados que vão no mesmo sentido, pois nos inquéritos efectuados em localidades do distrito de Castelo Branco — Belmonte, Ourondo, Monsanto, Oleiros, Alcains e Rosmaninhal — apenas não regista *e* velarizado / labializado precisamente no Rosmaninhal.⁶⁴

b) Quando final, o *e* fechado tónico pode sofrer em toda a região, sobretudo em contextos enfáticos, a paragoge de [j]; e.g. *bomecêi*, *vossemecêi* = ‘vossemecê’, *o quêi* = ‘o quê’. Essa paragoge em nada interfere com o timbre do *e*, que não perde a velarização; mas na região ocidental, tal como acontece no ditongo *ei* (1.6, §5), o *e* pode dissimilar-se para *a* fechado ou próximo.

Em Malpica do Tejo, Cardosa e Alcongosta o fenómeno apresentou-se intenso; nas outras localidades, apenas esporádico. Tal dispersão geográfica necessariamente nos faz pensar que o fenómeno teria outrora uma presença mais saliente em todo o Sueste Beirão; o facto de se ter apresentado como um fenómeno marcado ajuda a essa ideia.

Quando não-final, verificou-se, mas de forma ténue, a mesma junção de [j] a *e* fechado tónico (agora num fenómeno de epêntese) na parte central e ocidental da região, sobretudo nas zonas de Cardosa e Alcongosta; e.g. *fêibras* ‘febras’, *têisto* ‘testo’, *êiste* ‘este’. Mais uma vez, o timbre do *e* não sofre alterações ao descrito na alínea *a*, sendo de referir também a possibilidade de dissimilação completa da vogal do ditongo em direcção a pleno [e]. Leite de Vasconcelos registou este fenómeno no Fundão, como vemos no **Anexo** ao presente capítulo, §1 de 2.2.1.2; e Martins 1954:142 registou-o na Póvoa de Atalaia (conc. do Fundão), de forma frequente, e raramente em Tinalhas e Sobral do Campo (ambas conc. de Castelo Branco) (em Alcongosta, não o ouviu). Ao Ocidente da região estudada mas ainda na Beira Baixa — Vila de Rei —, Félix 1985:535 regista o traço, assim como Branco 1966:112 para a Covilhã e localidades próximas de Bouça, Sobral de Casegas e Casal da Serra.

2] *E* oral tónico aberto.

a) Em algumas localidades, foi registada a velarização desta vogal, valendo para aqui quase todas as informações que foram dadas a respeito de idêntico fenómeno no *e* fechado (§1-a). São exs. do fenómeno: [t'ɛʃtɐ] “testa”, [z'ɛj] “Zé”, [p'ɛlʲ] “pele”.

Apenas há a acrescentar: (i) que nos ditongos aqui relevantes — *éi* e *éu* —, quando se dá monotongação (cf. a esse respeito os §2 e 8 de 1.6 adiante), o timbre da vogal é o normal *e* aberto da zona (ao contrário do que se passa na monotongação de *ei*, com *e* fechado); (ii) que este é um traço ainda mais marcado do que a velarização de *e* fechado;

⁶⁴ Os dados do ALPI, recorde-se, respeitam ao início da década de 1950'. Apresentam palavras com *e* tónico, para todas ou apenas parte das localidades referidas, as seguintes cartas do ALPI: 2-Denominação do lugar; 3-Denominação dos habitantes; 6-Abelha; 11-Ferrão (Aguilhão); 19-Vespa; 22-Enxada; 30-Cabeça; 36-Caracol; 37-Castelo; 41-Sobrancelhas; 42-Cepa; 43-Cereja; 45-Percevejo; 51-Coice, Couce; 57-Colher (Subst.); 58-Faca (Cutelo); 59-Coiro, Couro; 62-(não quer) Dizê-lo; 63-Dedo; 64-Direita; 69-Dente; 70-Dez; 75-Eixo.

(iii) que a velarização, quando é mais acentuada, tende a produzir um ligeiro fechamento da vogal ⁶⁵; (iv) e há a considerar uma diferente distribuição geográfica.

Foi observada a velarização de *e* tónico aberto em menos localidades do que a velarização de *e* tónico fechado; registei-a apenas nos seguintes inquéritos do ALEPG: 1) de forma significativa, em Alcongosta e Isna, atingindo o fenómeno na segunda localidade nitidamente a sua máxima intensidade, com uma regularidade muito apreciável; 2) na Foz do Cobreão, observei somente realizações que pareceram ser restos de uma sincronia em que o fenómeno seria regular ou, pelo menos, muito mais saliente; 3) nas restantes localidades, não se registaram mais do que casos meramente esporádicos: e.g. em Monsanto duas ténues realizações num trecho cantado, em Malpica “qui[’ɛ]ta”, em Cardoso “p[’ɛ]rnas”, em Idanha-a-Nova [’ɛ]ram “eram”.

Pode portanto afirmar-se que a velarização de *e* tónico aberto tem no Sueste da Beira uma distribuição geográfica mais restrita do que a velarização de *e* tónico fechado, assim como um cariz não-oriental.

b) Quando o *e* aberto não tem pronúncia velarizada, é fácil de encontrar na região com uma realização ligeiramente mais aberta do que o [ɛ] normal do português. É uma realização que tende para [æ] mas que se encontra normalmente entre essa vogal e [ɛ], podendo transcrever-se como [ɛ̃]. O puro [æ], contudo, não é propriamente estranho. São exemplos do fenómeno, que se verifica independentemente do contexto fonético: [ɛʃtɐ] “esta”, [p’ɛj] “pé”, [fɐr’æɫ] “farelo”.

É um traço que assume maior intensidade nas mulheres e, em termos gerais, nos grupos linguísticos mais conservadores. Apresentou-se também algo condicionado à existência de um acto de fala espontânea e genuína, mas de maneira nenhuma se restringe a esse contexto.

Pude observar o fenómeno nos inquéritos do ALEPG de Monsanto, Idanha-a-Nova, Salvaterra do Extremo (embora apenas no informante 5, que é da localidade próxima da Torre, freguesia de Monfortinho), Cardoso (terra onde o puro [æ] se mostrou muito frequente nas mulheres, sendo mesmo o regular, pelo menos, na informante 2), Alcongosta, Isna e Foz do Cobreão. *In loco*, registei ainda o traço nas Aranhas (Penamacor), Monsanto, Idanha-a-Velha e Castelo Branco.

Na informante 3 de Alcongosta, a vogal apresentou o fenómeno inverso, ou seja, uma realização ligeiramente mais fechada do que a da Norma: [ɛ̃]. Pode representar um influxo negativo da maior abertura da vogal em relação a [ɛ], o *e* aberto normal do português.

c) Por todo o Sueste da Beira se dá a inserção de [j] a seguir a *e* aberto tónico final, e.g. *caféi*, *Joséi*; o timbre normal do *e* não é alterado, i.e. não deixa de manter a velarização (cf. alínea a) ou a maior abertura (alínea b). Em Isna, o fenómeno apresentou-se muito reduzido, e noutras localidades (sobretudo na Foz do Cobreão) já se apresentou fundamentalmente limitado ao contexto de ênfase. É este, aliás, um fenómeno potenciado pela pronúncia enfática, tal como o correspondente do *e* fechado (cf. §1-b atrás).

⁶⁵ O mesmo nota Martins 1954:138-139, que, segundo podemos entender da exposição, regista o traço em Alcongosta e Tinalhas (localidades, como veremos, que estão integradas na área em que observámos o traço). É em Tinalhas que a A. nota maior fechamento.

Também tem correspondência no *e* aberto a inserção de [j] quando a vogal não está em posição final, e.g. *éista*, *léivo* = ‘levo’, do verbo ‘levar’. Mais uma vez, não são despoletadas mudanças no timbre do *e*. É um fenómeno que se dá igualmente na área central e ocidental, sobretudo na zona de Cardoso; é contudo um fenómeno ligeiramente mais marcado do que o do *e* fechado. Martins 1954:138 regista este traço na Póvoa de Atalaia (conc. do Fundão); já fora da nossa área de estudo, Branco 1966:111 regista-o na Covilhã e nas localidades próximas de Bouça e Sobral de Casegas.

3] *E* oral átono.

O *e* oral átono não velariza, ao contrário do tónico.

a) Em posição inicial absoluta de palavra, e quando não está seguido de *s* final de sílaba, a realização é [i] e, amiúde, também a variante nasalada: [ĩ]. E.g. [i]lena / [ĩ]lena ‘Helena’, [i]conómico / [ĩ]conómico ‘económico’. Este panorama corresponde ao que Vasconcelos 1901 (1970:86) define para a área geográfica em que o Sueste da Beira se insere.

A nasalização apresentou-se mais saliente em Malpica do Tejo.

Quando se segue *s* final de sílaba, o *e*- elide-se: *strela*, *spojar*.

b) Em posição interior de palavra, a realização normal é [i], ou seja, a vogal neutra: f[i]char, económ[i]co, etc.. No entanto, a elisão total da vogal, em qualquer contexto, é também frequente.

Por influxo da Norma e da alfabetização, a pronúncia [i] para o contexto pós-tónico vai aumentando.

Em contexto pré-tónico, a realização [i] também surge em alguns casos, embora como traço marcado: [siɣ^ur'er] “segurar”, [did'alⁱ] “dedal”, [ʃɨn'or] “senhor”. A respeito desta última forma, conta certa informante do inquérito de Cardoso que sente necessidade de corrigir muitas vezes as pessoas: “não é [ʃɨn'or] que se diz, é [ʃɨn'or]”. Realizações do *e* pré-tónico interior como [i] não são minimamente estranhas aos dialectos portugueses; cf. e.g. Leite de Vasconcelos na sua *Esquisse*, que refere sem explicitar regiões: “L’*e* [átono e não em hiato] medial peut se changer en *i* sous l’influence des palatales (...). Dans une syllabe initiale, il devient aussi parfois *i*, par exemple *dipois*, *Climente* (...)” (Vasconcelos 1901 (1970:86-87)).

O *e* átono interior está sujeito a passar a [ɐ] por contacto com certas consoantes:

1. Por contacto com *r* simples — e.g. [frəm'ɛtⁱ] “fermento”, [pɛrd'iʃ] “perdiz”, [ɐmɛrik'ɛn^u] “americano”, [trɛm'os] “tremoço”.
2. Por contacto com *n* — e.g. [pⁱkɛn'ɨn^u] “pequenino”, [tɛn'aʃ] “tenaz”.
3. Por contacto com sibilante — e.g. [ʒɛz'ùʃ] “Jesus”, [ʃɐβ'olɐ] “cebola”, [sɐmi'arⁱ] “semear”.

Nenhum dos três casos atinge propriamente a regularidade, embora o primeiro seja muito frequente. Uma vez que a realização normal do *e* átono interior é [i]/[iⁱ], o fenómeno que estamos a ver também se dá, de forma natural, com *i*, *o* e *u* átonos interiores — que têm também tendência para ser realizados com a vogal neutra, ou seja, identificam-se com *e*.

Todavia, naquelas vogais faz-se sentir uma consciência, respectivamente, de [i] e [u] subjacentes, que são realizações que de modo nenhum o sistema eliminou (havendo portanto variação); isto ao contrário de *e* átono interior, que se identifica plenamente com a vogal neutra. Assim, (i) em *i*, *o* e *u* átonos interiores as realizações de [ɐ] nos contextos acima referidos são raras; (ii) [ɐ] nesses contextos é verdadeiramente próprio de *e*, i.e. da vogal neutra: [i] e [u] repelem o processo.

Por contacto com consoante labial, *e* átono interior tem uma tendência assimilatória para evoluir para os timbres *u* ou *o* muito fechado; e.g. [pɔp'in^u] “pepino”, [bu'er],[bw'er] “beber”, [p^uð'iɐ̃] “pedives” = ‘pevides’. O traço atingiu a máxima intensidade em Isna (Sudoeste da região considerada), onde se apresentou saliente. Seguindo um raciocínio análogo ao que vimos a respeito do fenómeno anterior, cumpre dizer que (i) também o *i* átono anterior (que pode ter o mesmo timbre do *e* átono anterior) se pode assimilar a consoante nasal contígua, posto que esporadicamente, e (ii) *o* e *u* átonos interiores sofrem maior preservação do seu timbre próprio ([u]) no mesmo contexto (também por razões assimilatórias).

c) No contexto final de palavra, pode dizer-se que o Sueste da Beira é ainda hoje região de elevação do *e* final átono em [i] / [i̯], à moda do Sul, apesar de se notar cada vez mais a tendência de nivelação com a Norma (i.e. da evolução para vogal neutra).⁶⁶ E.g. [m'iɐ̃ si] “miga-se”, [ɛlɐbr'ɛdiʃ] *alemblandes* “lembrais”, [s'ɛgⁱ] “sangue”, [gr'ɛdiʃ] “grandes”, [ɐv'oziʃ] *avóses* “avós”.

Em Isna notei já muito pouco do traço, e na Foz do Cobre ele só apareceu basicamente em casos de pronúncia enfática. Com efeito, pode fazer-se a observação geral de que o fenómeno é exponenciado pelos contextos de ênfase (e fundamentalmente indiferente ao contexto puramente fonético, i.e. aos sons vizinhos); tal facto, relacionado com a típica entoação do Sul do país, explicará que ele não atinja no Sueste da Beira a saliência que tem naquela área.⁶⁷ Em contextos de fala não enfática ou expressiva, uma realização entre [i] e [i̯] é muito frequente.

4] *E* nasal tónico.

Ao contrário do *e* oral tónico, aberto ou fechado, esta vogal não velariza mais do que esporadicamente — o que notei com maior incidência na parte ocidental da região, sobretudo na zona de Cardosa.

A realização normal é ao invés, em todo o Sueste da Beira, ligeiramente mais aberta do que a da Norma: [ɛ̃] (apenas raramente [ɛ̃]). E.g. [ʃm'ɛ̃tⁱ] “semente”, [l'ɛ̃t^u] “lento”.

Na parte central e ocidental da região — com especial enfoque para a zona de Cardosa — dá-se, de forma análoga a *e* tónico oral aberto e fechado, ditongação de *ẽ* inicial ou interior; o timbre do *ẽ* mantém-se de acordo com o que vimos ou, mais

⁶⁶ A elevação de *e* átono final é um fenómeno que se dá sobretudo no Sul, como Vasconcelos 1901 (1970:87) refere. Por outro lado, no Barlavento Algarvio, que tem tantas parecenças com o Sueste da Beira, o *-e* átono cai regularmente (cf., entre outros, Segura da Cruz 1987:71, Maia 1975:62).

⁶⁷ Vasconcelos 1901 (1970:128) faz uma interessante nota a respeito da entoação do Sul (que ele deveria perceber abertamente, pois era um beirão do Norte): “A titre de curiosité, je cite une observation de l’archevêque Cenaculo (écrivain du XVIII^e siècle), que j’ai trouvée à la p. 4 du «caderno» 18 de ses mss., à la Bibliothèque d’Évora. Il dit que les derniers accents d’une phrase prononcée par un habitant de Beja «não são desaprazíveis, pois são dados em *mi*, *fa*, *sol* — *mi*, *re*, *sol*». — Les habitants du Nord, quand ils entendent parler ceux du Sud, Lisbonne comprise, imaginent que ceux-ci chantent.”

frequentemente, dissimila-se em direcção a *ã*. E.g. *semẽite* / *semãite*, *lẽito* / *lãito*, *ẽicho* / *ãicho* (= ‘encho’, de ‘encher’). Como podemos ver no §1 de 2.2.1.2 do **Anexo**, Leite de Vasconcelos ouviu este fenómeno no Fundão; Martins 1954:143-144 também o regista na região que estuda, a qual abrange parte dos concelhos de Castelo Branco e Fundão. Fora da nossa região, Branco 1966:113 regista o fenómeno na Covilhã e localidades próximas de Casegas, Sobral de Casegas, Bouça e Casal da Serra.

Em posição final ⁶⁸, há um quadro heterogéneo. Podemos encontrar para o *ẽ* final tónico as seguintes realizações no Sueste Beirão: *ãi* (i.e. *a* nasal fechado, com as cambiantes de timbre que foram referidas no §3 da vogal *a*, seguido de glide palatal), *ẽi* e *ẽ* (o *ẽ(i)* conserva normalmente o seu timbre mais aberto do que [ẽ], a que já fizemos referência). E.g. *tãi*, *tẽi* e *tẽ* “tem”; *bãi*, *bẽi* e *bẽ* “bem”. Apesar de ser possível encontrar qualquer destas realizações em qualquer parte da região, podemos fazer o seguinte esquema:

1. A realização com dissimilação — *ãi* — domina na parte ocidental da região (zonas de Alcongosta, Cardosa, Isna e Foz do Cobreão).

2. As realizações restantes dominam na parte oriental (Malpica do Tejo, Rosmaninhal, Idanha-a-Nova, Salvaterra do Extremo e Monsanto). No inquérito do ALE de Tinalhas (incorporado, no âmbito do ALEPG, no inquérito de Cardosa, como se referiu na Secção A), vemos a pertença dessa localidade a este sistema. É um exemplo de que a área deste sistema é, na região estudada, maior do que a de *ãi*, ocupando não apenas as zonas exclusivamente orientais.

A realização *ẽi* surge em pausa ou antes de palavra começada por vogal, enquanto *ẽ* surge antes de palavra começada por consoante; e.g. *tẽi*, *tẽi um*, *tẽ muitos*. Deve-se notar, contudo, que mero *ẽ*, em pausa ou antes de palavra iniciada por vogal, é também muito frequente; a semivogal paragógica tem uma acentuada tendência para a redução, incluindo a queda total.

A esse esquema devemos acrescentar duas precisões importantes: 1) Apesar de *ãi* ser plenamente regular em Alcongosta, Cardosa e Isna, na Foz do Cobreão a realização *ẽ*, sem paragoge da semivogal (que é o que causa, por dissimilação, a passagem a *ãi*), apresentou-se também muito frequente; a zona da Foz do Cobreão estabelece a transição para as zonas de *ẽi* / *ẽ*, e isso faz-se sentir no seu sistema linguístico. 2) Em Monsanto, *ãi* também se apresentou incisivo, ao contrário de mero *ẽ* (a variante sem paragoge); parece haver também nesta localidade, com o mesmo tipo de efeitos que na Foz do Cobreão, uma espécie de transição, posto que em sentido contrário (i.e. das zonas de *ẽi* / *ẽ* para as de *ãi*)⁶⁹.

5] *E* nasal átono.

Em posição não final, *ẽ* átono é por defeito [ĩ]; e.g. *[ĩ]sacar*, *av[ĩ]tei*. Próprio [ẽ] pode surgir em qualquer contexto fonético, mas esporadicamente e como variante menor. A respeito das evoluções para [ẽ] e de uma certa instabilidade entre *ẽ*, *ĩ* e *ã* átonos não finais, cf. o §4 da vogal *a* atrás.

⁶⁸ Apenas os dados do ALEPG fornecem informação suficientemente desenvolvida a este respeito.

⁶⁹ Faz-se sentir neste tipo de situação, de forma particularmente aguda, a dificuldade de distinção entre *ẽi* e *ãi* a que Vasconcelos 1901 (1970:82) alude: muitas vezes, o que temos não é *ẽi*, nem *ãi*, mas algo no meio, do tipo de [ẽj].

Quando final átono ⁷⁰, *ẽ* apresenta, tal como quando tónico, mais realizações: [ẽj], [ẽj̃], [ẽ̃], [ṽ], [ĩ] e redução total. ⁷¹ I.e. *ontãĩ, ontẽĩ, ontẽ, onta, onte* e *ont* “ontem”. A distribuição está assim delimitada:

a) As realizações com *a* e com vogal neutra ou redução total não se dão nos verbos: **coma, *come, *com* “comem”. Já as restantes correspondem genericamente ao que se verifica na posição tónica: na parte ocidental, *comãĩ*; na parte oriental, *comẽ / comẽĩ* — mas com prevalência do mero *ẽ*, sem paragoge, devido à tendência de redução da semivogal paragógica que se referiu ao ver-se a posição tónica e que, como seria de esperar, se torna mais aguda em posição átona.

Foz do Cobre e Monsanto estabelecem aqui as mesmas transições que vimos para o contexto tónico.

b) Já no que toca às formas não verbais, as duas realizações principais da região são *a* e vogal neutra ou elidida — ou seja, preferem-se realizações com desnasalização. São realizações que alternam nas mesmas palavras — podemos ter, numa mesma localidade e num mesmo falante, para e.g. “homem”, *oma, ome* ou *om* — e que se podem notar com facilidade em toda a região; mas a realização com vogal neutra ou totalmente reduzida apresentou-se globalmente como a mais significativa (sendo a elisão muito menos frequente do que a realização com vogal neutra). Para a menor incidência de *-a* pode concorrer a sua semelhança com as realizações do tipo de *ãĩ*, semelhança que aumenta quando estas realizações são atenuadas; é algo que não é difícil de acontecer em posição átona: e.g. [k'ɔʎẽ̃], [k'ɔʎ̃] “colhem”. De facto, podemos ver na origem da realização *-a* um enfraquecimento, com desnasalização, de *ãĩ*. Para além disso, a realização *-a* parece ser sentida pelos falantes como arcaizante.

Particularizando casos, refira-se: em Isna, Foz do Cobre, Salvaterra do Extremo e, em menor medida, no Rosmaninhal, a realização com vogal de timbre reduzido ou elisão apresentou-se muito mais frequente; em Monsanto e, em menor grau, Malpica do Tejo, foi *a* que se apresentou muito saliente, embora não se possa falar de um domínio esmagador; nas restantes localidades, nota-se nos dados alternância mais significativa, embora, como já se referiu, seja a realização do tipo de *om(e)* “homem” aquela que se apresenta genericamente como a principal.

As realizações *ãĩ* e *ẽĩ / ẽ* são alternativas, quando se quer corrigir aquelas realizações — cuja divergência com a Norma é facilmente perceptível —, e ocorrem da mesma forma que vimos para os verbos. Devido ao avanço crescente da Norma, estas realizações verificam-se cada vez mais, sobretudo nas gerações mais novas; têm já, aliás, uma presença muito considerável.

O *s* final não influi nas variações que vimos, mas pode por elas ser influenciado. Isso dá-se quando se conjugam dois factores: (i) antes da vogal está uma fricativa palatal; (ii) a vogal tem realização [ĩ] ou nula. Então, o *-s* pode sofrer redução e até cair, podendo então a fricativa palatal sofrer alongamento e, devido à sua posição agora final, também ensurdecer; e.g. [pɐʃt'aj̃^{is}] “pastagens”, [b'aj̃:] “vagens”, etc..

⁷⁰ Apenas disponho, sobre este assunto, de elementos suficientemente desenvolvidos a partir dos inquéritos do ALEPG.

⁷¹ As realizações com [ĩ] (alternativa a [ẽ̃]) e [ĩ] (alternativa a [ĩ]), que representa um *-e* também podem ser encontradas na região, mas de forma muito esporádica.

O -ê átono pode ainda sofrer, nos verbos, um fenómeno exclusivamente morfológico (evolução para -am), tratado adiante em **II. Morfo-Sintaxe**, §4 do ponto **3. Verbos**.

1.3. I

1] O *i* tónico oral apresentou nos seguintes inquéritos do ALEPG um timbre ligeiramente mais fechado do que o da Norma: Monsanto (também Buescu 1958 (1984:83) o nota), Idanha-a-Nova (menos), Cardoso e Isna (pouco). É portanto um traço que foge ao extremo Leste e às partes mais a Norte e a Sul; é todavia um traço pouco saliente.

Há ainda a referir a respeito do *i* tónico dois fenómenos que, se se apresentam interessantes e sob certo aspecto relacionáveis, não produzem resultados transparentes.

a) Muito raramente, verificou-se uma ligeira inserção de vogal neutra antes do *i* (que perde o acento para aquela), a seguir a sibilante — e.g. [ɐs'iĩ] “assim” (forma regular no Rosmaninhal) —, à semelhança do que se ouve em falares do Norte do país. Também se podem querer ver aqui semelhanças com o *í* madeirense; nessa região, como é sabido, dá-se de forma muito saliente (embora não geral) a “ditongação da vogal [i] acentuada em [ej] ou [ii]: *navâio* por *navio* [nɐv'ɐju] ou [nɐv'iju], *vâilha* por *vila* [v'ɐjʎɐ] ou [v'ijʎɐ]” (Segura / Saramago 2001:228). Em S. Miguel (Açores) o fenómeno também tem sido notado, embora de forma menos saliente e menos estendida geográfica e socialmente (cf. Medeiros 1964:18, Bernardo / Montenegro 2003:29-32).

Em Malpica do Tejo, o plural de “funil” foi realizado como [fʉn'iʃ] “funis”, verificando-se o fenómeno, portanto, a seguir a *n*.

Levei a cabo uma busca exaustiva nas transcrições fonéticas disponíveis dos inquéritos do ALEPG ouvidos para este trabalho (apenas o inquérito de Malpica não dispõe de transcrição), pesquisando todas as realizações possíveis do segmento vogal neutra-vogal *i* na notação fonética utilizada no Atlas (em contexto átono ou tónico, oral ou nasal). O resultado foi significativo: apenas se encontrou um caso de inserção de vogal neutra antes de *i*, e em contexto átono: [ʃimɛt'iɲɐʃ] “sementinhas”, registado em Alcongosta. Pode-se explicar o caso por uma hesitação entre [i] e [i] para o *e* ante-pré-tónico.

São dados, contudo, que não espantam: o fenómeno, por um lado, é muito raro, e por outro é muito ténue, não sendo filtrado por todos os critérios de transcrição fonética.

Continuarei a abordar este fenómeno na alínea seguinte.

b) No inquérito do ALEPG de Idanha-a-Nova, a palavra “polícia” ocorreu com um *i* velarizado, à semelhança do que se passa com o *e* fechado tónico; não é mesmo, na verdade, um som muito diferente deste. Semelhante fenómeno ocorreu no informante das Águas (Sul do concelho de Penamacor, confinando com o Norte do concelho de Idanha-a-Nova), que apresentou esse timbre esporadicamente; e.g. “estribos”.

Tal como no fenómeno da alínea anterior, os dados são muito escassos; mas não deixaremos de salientar dois aspectos: 1) Uma certa semelhança desta realização com a vista na alínea anterior (semelhança natural, tendo em conta que a velarização de [i] se dá

em direcção às áreas de articulação de [i] e [ɐ], vogais que estão no centro do fenómeno dessa alínea). 2) A relação que se pode estabelecer entre os dois fenómenos registados e a abertura que *i* tónico pode sofrer (i) pelo menos em certos contextos, no Barlavento Algarvio e (ii) sem delimitação contextual, em S. Miguel dos Açores; tudo isto integrado na aparente deslocação em cadeia que o vocalismo acentuado dessas duas regiões sofreu⁷². Com efeito:

1. Realizações de *i* tónico oral velarizado não parecem ter uma presença estendida nos dialectos portugueses (Vasconcelos 1901 (1970:83), p. ex., apenas nota, em contexto nasal e em Sátão (Viseu), o que parece ser um *i* do tipo do que notámos), mas no Barlavento do Algarve Segura da Cruz 1987:60 regista-as, definindo um contexto: “Quando a vogal se encontra em sílaba travada por *l* e também, mas em menor medida, quando está seguido de *l* inicial de sílaba, o [i] pode apresentar uma coloração velarizada [...]”. No contexto de *i* + *l* em coda, pode-se explicar a velarização do *i* por assimilação ao *l* velarizado que ocorre nessa posição; mas no contexto *i* + *l* em ataque não se pode ir no mesmo sentido. — Göran Hammarström e Helmut Lüdtké assinalam também, numa região mais extensa do Algarve, fenómenos mais do que relacionáveis: “Parfois, les [i] ont présenté une nuance difficile à saisir, mais, en plus d’un cas, nous y avons perçu une certaine labialisation, c’est-à-dire que la voyelle s’est rapprochée quelque peu d’un y suédois, ainsi dans ‘pedidos’ (Sagres) et ‘fitas’ (Faro). La nuance semble plus nette si la voyelle est tendue. Notons que notre impression auditive d’une voyelle labialisée est peu sûre, parce qu’il est possible de prononcer, sans arrondir les lèvres, un son très proche de l’y suédois: il s’agit sans doute d’une sorte d’[i] postérieur assez ouvert. — Selon Lüdtké (§ 479) [Lüdtké, Helmut, Der lateinisch-romanische Vokalismus in struktureller Schau. Thèse dactylographiée, Bonn, 1952], l’[i] s’est transformé, dans la région Loulé-Faro-Olhão, en une voyelle centrale ou vélaire non arrondie, qui serait proche de l’«*i* dur» russe ou de l’î (*â*) roumain et qui, très probablement, est identique à l’[i] perçu par nous comme labialisé. Pourtant, aucun des [i] contenus dans nos matériaux ne présente avec l’[i] du portugais normal une différence aussi considérable que celle que signale H. Lüdtké.” (Hammarström 1953:126-127). A p. 161, G. Hammarström fornece dados que vão no mesmo sentido: “Bien qu’il n’ait pas été facile de déterminer avec précision les nuances de l’[i], il nous paraît assez clair que leur trait le plus caractéristique est le déplacement vers l’arrière du point d’articulation, lequel s’accompagne d’une certaine ouverture”. A abertura do *i* tónico tem, portanto, relação com o recuo articulatório — i.e. um processo de velarização, mais ou menos acentuado — do *i*.
2. O mesmo tipo de relação entre abertura e recuo vamos encontrar, no dialecto de S. Miguel, descrito por Medeiros 1964:18; a vogal *i* tónica, “Embora geralmente conserve o timbre da língua normal, em algumas localidades [...] apresenta-se com um timbre aberto e posterior”. — Significativamente, a A. nota essa realização exactamente nas mesmas localidades em que notou a ditongação referida na alínea *a*, dizendo mesmo que “É por vezes difícil fazer a distinção entre” as duas realizações. Já acima aludimos a uma certa semelhança entre as realizações ditongadas e as realizações recuadas / velarizadas.

⁷² Vejam-se breves descrições do vocalismo tónico do Barlavento Algarvio e do dialecto micaelense em Segura / Saramago 2001:227 e 229, respectivamente. Descrições pormenorizadas encontram-se, entre outros, em Bernardo / Montenegro 2003 (S. Miguel) e Segura da Cruz 1987 (Barlavento).

3. Se deixarmos de parte o Barlavento Algarvio e S. Miguel e nos integrarmos na região sub-dialectal de Castelo Branco-Portalegre, para a qual não é tradicionalmente destacado o fenómeno de abertura de *i*, vemos Baptista 1967:18-19 referir para Escusa (Marvão, Portalegre) que, não obstante a pronúncia de *i* tónico oral ser, normalmente, semelhante à do padrão, “Nalguns casos [...] verifica-se um matiz levemente aberto e posterior [...]”; exemplifica com ‘pina’, ‘bonito’, ‘preguiça’, ‘dia’. Para o Sueste Beirão, vemos Martins 1954:144 dizer apenas que o *i* tónico “Em Tinalhas passa frequentemente a *e* sobretudo quando nasal”; mas Lüdtke 1957:108 refere, para “muitos locais” da Beira Baixa e Alto Alentejo, uma “despalatalização” (i.e. um recuo / uma velarização) de *i*. E ainda na Beira Baixa — zona da Covilhã —, Branco 1966:114 regista para o *i* tónico oral: (i) passagem a [e] na localidade de S. Jorge da Beira; (ii) sempre que está precedido de *u*, passagem a 1) *u* palatal ou 2) a ditongo de *u* palatal + semivogal palatal quando está seguido de consoante palatal ou *a*; fenómeno este que se dá em S. Jorge da Beira (mais uma vez), Sobral de Casegas, Casegas e Trigais. A A. exemplifica o fenómeno de (i) com *Crist[e]na*, *f[e]go*, *gra[e]nha*, *erm[e]da* e o fenómeno de (ii) com *judúia* ‘judia’, *amontulúia* ‘almotolia’, *cuzúinha* ‘cozinha’, *furquíilha* ‘forquilha’, *andurusco* ‘andorisco’, *curtuça* ‘cortiça’. Vemos portanto registados para a zona da Covilhã não só uma maior abertura de *i* como também labialização ou recuo e ditongação.

Os dados de que dispomos respeitantes ao SE Beirão, repetimos, são escassos; mas não deixa de ficar aludido um parentesco entre a linguagem da região e a linguagem de regiões (Barlavento Algarvio, S. Miguel, Portalegre) que lhe são similares em muitos outros caracteres destacados (palatalização de *u*, velarização de *e*, etc.).

2] A respeito do *i* átono, há a destacar os seguintes aspectos.

a) A redução muito frequente que em toda a região a vogal sofre, enquanto não nasal ou nasalizada, em posição pretónica interior (acompanhando o *e* e as vogais velares, embora nestas o fenómeno se dê, a começar pela distribuição geográfica, de forma menos significativa ⁷³). Essa redução, não sujeita a contextos fonéticos, dá-se sobretudo na evolução para vogal neutra, mas também pode ocorrer elisão total; e.g. [jⁱvⁱet^u] “chibato”, [pⁱrdⁱg^ot^u] “perdigoto”, [dⁱr^et^e] “direita”, [o^lv^er^e] “oliveira”, [tⁱv^er] “tiver”, [p^kɛr] “picar”. Representa este fenómeno uma pronúncia que se distancia notoriamente da Norma. Leite de Vasconcelos, na *Esquisse*, destaca-o para o Algarve (Vasconcelos 1901 (1970:88)).

b) A nasalização que, em toda a região, se pode dar amiúde do *i* inicial átono, e.g. [ĩ]gual “igual”. É fenómeno que se dá também no *e* inicial átono (pois a sua realização regular é também [i], confundindo-se com próprio *i*) e é fácil de encontrar no país (Vasconcelos 1901 (1970:86,88) identifica-o com o Norte e o Centro). Nos nossos dados, atingiu maior saliência em Malpica do Tejo.

⁷³ A respeito do *e* pré-tónico interior, cf. atrás o §3-b dessa vogal; a respeito de *o*, os §§4-6; e do *u*, o §2.

c) Sobre a realização de *i* átono interior como *a* fechado por contacto com determinadas consoantes, cf. o §3-*b* de *e* atrás. Cf. sítio idêntico sobre a realização como *o* fechado ou *u* por contacto com consoante labial.

d) Sendo a realização normal de *i* nasal átono (que apenas tem existência em posição não final) o expectável [ĩ], pode surgir também muito esporadicamente, sem restrição de contextos, a variante [ẽ]: e.g. *l[ĩ]dar*, *l[ẽ]dar* ‘lindar’; *[ĩ]pagável*, *[ẽ]pagável*. As realizações de [ẽ] devem-se a influxo de próprio *ẽ*, que tem como realização normal [ĩ] — confundindo-se portanto com *ĩ*.

Existem também realizações de [ẽ]; sobre esse facto e sobre a instabilidade geral que, em certa medida, se dá entre *ĩ*, *ẽ* e *ã* átonos não finais, cf. o §4 da vogal *a*.

1.4. O

A respeito da existência de um *o* palatal na região, cf. adiante 1.6, §§13 e 14. Essa vogal pode surgir no ditongo *ou* e, quando sujeito a identificação com este, também em *oi*; não pode, a não ser em regime excepcional, ter timbre nasal.

Em 1.5, trataremos da palatalização de *u*; a vogal *o*, que quando átona pode ser pronunciada [u], não apresenta, a não ser em contexto final e numa localidade específica (facto que comentaremos a seguir no §3), palatalização mais do que esporádica. Concorde com *u*, que só palataliza regularmente quando tónico; o que mais interessa saber sobre o fenómeno, tanto a respeito de *o* como de *u*, está em 1.5.

1] Foi na maior parte da região observado um ligeiro fechamento das duas vogais tónicas orais de articulação exclusivamente velar de que a linguagem sudeste-beirã dispõe: o [ɔ] e o [o] (o *u* tónico é palatalizado: §1 de 1.5). Esse fechamento concretiza-se precisamente em [ɔ̞] e [o̞]; são exs. [t'ɔ̞kⁱ] “toque”, [ɔ̞ʒⁱ] “hoje”, [ˈɔ̞rɐ] “hora”, [t'ɔ̞rⁱ] “torre”.

Não obstante (i) o traço ter sido notado em segmentos de fala significativos nos quais não se registava guturalização do falar — cf. a respeito deste fenómeno acima a nota inicial de **I. Fonética**: como aí se diz, a guturalização tende a influir no fechamento dos dois *o*'s — e (ii) ter sido notada, na Foz do Córrego, guturalização com pouco ou nenhum fechamento das vogais, o fenómeno do fechamento dos *o*'s apareceu geralmente associado à tendência gutural do falar da região. Na verdade, o fechamento das vogais velares e a guturalização do falar quase se confundem. Tal relação íntima é fácil de perceber em termos físicos / articulatórios.

Sem guturalização, não há diferenças significativas na propensão das duas vogais para se fecharem; mas, com guturalização, é no *o* aberto que o fechamento se mostra mais proeminente. Isso é, uma vez mais, perfeitamente entendível em termos articulatórios.

Acima foi referido que o fechamento do *o*'s foi notado na maior parte da região; preciso agora a extensão geográfica do traço.

1. Afora ALEPG, pude registá-lo claramente em: (i) no concelho de Penamacor, em Aranhas e Meimão, que se situam no extremos Norte e Sul do mesmo; (ii) no concelho de Idanha-a-Nova, em Idanha-a-Velha e em Monsanto.

2. Os dados do ALEPG, sendo mais ricos, proporcionam informações mais precisas. Assim: (i) em Idanha-a-Nova, na informante 1, o facto apresentou-se extremamente saliente; (ii) a seguir à Idanha, foi em Isna que o fenómeno mais se registou, onde também se apresentou bastante incisivo; (iii) nas seguintes localidades, foi notado de forma mais ténue: Monsanto, Malpica do Tejo (especialmente pouco), Cardoso e Alcongosta (especialmente pouco); (iv) na Foz do Córrego, como já ficou dito, a guturalização que aí se verifica só muito pouco influiu no fechamento das vogais velares, que se apresentou muito ténue; (v) finalmente, em Salvaterra do Extremo e no Rosmaninhal não observei guturalização ou fechamento sensíveis.

Ressalta que, à semelhança da guturalização do falar, o fechamento dos *o*'s se atenua ou desaparece na raia do Erges, tendo uma presença forte nas localidades distantes de Isna e Idanha-a-Nova.

2] O *o* nasal, tónico ou átono (exponencialmente este), tende por toda a região a ser ligeiramente mais fechado do que o da Norma: [õ]. Exs.: [m'õtⁱ] “monte”, [t'õt^u] “tonto”, [s'õ] “som”. Não se apresentou particularmente sensível à guturalização do falar, e apresentou-se menos saliente do que os fenómenos referidos para *ã* e *ẽ*.

Escapa marcadamente à generalização vista Aranhas, no concelho de Penamacor: aí, nas várias informantes, ouvi o traço como muito incisivo, não sendo verdadeiramente raro próprio [ũ].

3] A apócope ou passagem à vogal neutra do *o* átono final, realizado [u] na Norma, é, conforme a tradição dos estudos dialectológicos, um dos fenómenos destacados da região. Há várias coisas a dizer sobre essa vogal, que apresenta, se olharmos para a região como um todo, uma heterogeneidade de comportamento muito interessante. Preliminarmente, notaremos dois pontos. 1) De forma muito natural, qualquer fenómeno concernente ao *o* átono final compreende o contexto em que ele é seguido de -s do plural; ou seja, não tem de ser absolutamente final. 2) Igualmente, quando a seguir se falar de ausência de contextos fonéticos condicionadores, deve entender-se a exclusão de quando o -o é antecedido de vogal ou semivogal, i. é, deve entender-se a referência ao contexto em que a vogal segue consoante (que é o mais frequente); seguindo vogal ou semivogal, a realização é como no padrão: [u] ou [w].

Para além da realização [u]/[^u] — i.e. a da Norma —, que se pode encontrar com facilidade em qualquer contexto e virtualmente em qualquer parte do SE Beirão, há outras que são, pelo menos em certos casos, mais representativas da linguagem verdadeiramente genuína da região. Passo a indicá-las.

a) Apócope ou realização como vogal neutra, ou ainda realização como [i]/[ⁱ] — Pude notar o fenómeno da apócope ou passagem a [i]/[ⁱ], de forma significativa, somente nos inquéritos do ALEPG de: ⁷⁴

⁷⁴ É de notar paralelamente que se tem de ser um pouco exigente com este fenómeno, pois, como é sabido, realizações esporádicas de neutralização ou desaparecimento do [u] átono final também na Norma, que não

1. Cardoso, nomeadamente nos informantes 4 e 11 — que não são exactamente da localidade de Cardoso, mas de Póvoa de Rio de Moinhos —, e na informante do inquérito de Tinalhas (i.e. o inquérito feito em 1975, nesta localidade, para o ALE e incorporado nos dados do inquérito do ALEPG de Cardoso); informantes que, no entanto, apresentaram o fenómeno bastante saliente e regular. Tinalhas e Póvoa de Rio de Moinhos são freguesias adjacentes do concelho de Castelo Branco e situadas ao Leste de Cardoso, que é do concelho de Oleiros; isto indica um foco de existência do fenómeno que não se pode confundir com a exacta localidade de Cardoso.
2. Isna.
3. Foz do Cobreão, que se apresentou como o expoente máximo do fenómeno.
4. Malpica do Tejo, onde, para além da passagem à vogal neutra, também a passagem a [i]/[i̥] (mais frequente este último) se revelou possível quando a vogal não cai; apresentou-se mesmo como a realização preferida na ausência de apócope. E.g. [póki] “pouco”, [aɫm'osⁱ] “almoço”, [ɛz'adⁱ] “asado”.⁷⁵ Malpica é, assim, um caso singular — veremos que não só a respeito desta realização de -o.
5. Por último, Idanha-a-Nova, apenas na informante 3.

Este traço apresentou-se, em termos gerais, de índole distintamente conservadora.⁷⁶ São palavras privilegiadas para o seu surgimento “tudo”, “arado” e “aquilo”.

A realização do -o como *i* em Malpica está filiada, claramente, no fenómeno da apócope / neutralização (ficando o -o átono com realizações idênticas às de -e átono: [i], [i̥] ou realização nula); cf. também a alínea *b* a seguir para uma possível explicação do seu desenvolvimento.

b) Realização como *u* palatalizado, i.e. [ũ]/[ũ̥]⁷⁷ — Este facto verificou-se apenas no inquérito do ALEPG de Malpica do Tejo; e.g. [pókũ] “pouco”, [aɫm'os^ũ] “almoço”. É uma realização frequente e sem restrição de contextos, que compete com o descrito na alínea *a*; no entanto (no que não é de estranhar), surge privilegiadamente em fala pausada (mais do que propriamente enfática).

Poderemos conjecturar como sua origem um influxo negativo do fenómeno da apócope ou passagem à vogal neutra, ou seja, para evitar o enfraquecimento do [u] final, os falantes hiper-corriger-se-iam e acabariam por produzir a vogal com uma certa ênfase

tem verdadeiramente o traço, se verificam (sobretudo em contexto propício, como depois de fricativa, cujo forte carácter de continuidade potencia o fenómeno). É aliás bem conhecida dos falantes do português como língua segunda a marcada fraqueza intrínseca dessa vogal na língua.

⁷⁵ Como referi em Brissos 2007:5, este fenómeno apresenta-se de forma incomparavelmente mais significativa do que nos três casos esporádicos de -i que Buescu 1958 (1984:89, §34), depois de dizer que o [u] átono final não “[tem] em Monsanto a tendência para cair que [apresenta] por exemplo, no Algarve”, comenta; cf. o §35 da mesma obra, onde a A. explica aliás que o timbre daquele -i não é próprio [i] “mas um som intermédio entre *æ* e *i*” (Buescu 1958 (1984:90)).

⁷⁶ Por este motivo, não é propriamente incomum ver informantes que têm o traço na sua linguagem mais genuína proferirem os *o*'s finais com especial nitidez, com certa ênfase, no sentido da conformação com a Norma.

⁷⁷ Como se viu na **Introdução**, um dos traços típicos da linguagem do SE da Beira é a palatalização de *u* tónico; a descrição desse traço encontra-se adiante em 1.5, §1.

— que se associa à tonicidade —, levando à sua palatalização ⁷⁸; essas realizações ganhariam espaço na língua, acabando por não ficar restritas a contexto propriamente enfático. Esta explicação também pode, aliás, colher no caso do *i* que se encontra substituindo -o naquela localidade.

Trata-se de um fenómeno que ainda não tinha sido notado para o Sueste da Beira; pelo contrário, é tradicionalmente apontado como típico do Barlavento Algarvio, região que também tem o *u* palatal tónico e a apócope / neutralização do -o átono (cf. para a descrição do -o átono no Algarve, entre outros, Vasconcelos 1901 (1970:88), Hammarström 1953:*passim*, Maia 1975:67-68, Segura da Cruz 1987:261-263). Tem sido apontada também no Algarve uma relação entre o surgimento do -*ü* e uma articulação enfática ou pausada (cf. Vasconcelos e Segura da Cruz, *id.*); com efeito, o enfraquecimento, e não a palatalização, é, tudo o indica, o resultado mais característico dessa vogal. Note-se ainda que as realizações de -*ü* no Algarve têm de ser associadas às realizações esporádicas do mesmo *ü* em posição átona não final, que se verificam, segundo parece das descrições, muito mais do que no SE Beirão (para a descrição geral desse comportamento no Algarve, cf. as referências citadas).

c) Realização como próprio *o*, concretamente [ɔ]/[°] — Pode ouvir-se esta realização — que não é pleno [o] mas é claramente distinta de [u]/[^u] — um pouco por toda ou quase toda a região. É um fenómeno que, não estando restrito a qualquer tipo de contexto, nunca pode, por outro lado, atingir a regularidade quantitativa; e, expectavelmente, tem uma relação geográfica inversa à da apócope ou realização como vogal neutra: quanto maior é a presença de um traço, menor é a presença do outro. Em Isna e na Foz do Cobreão, não dei mesmo por índices significativos de ocorrência (apenas um ou outro caso em ênfase, contexto em que é natural que o fenómeno surja mais), ao passo que em Salvaterra do Extremo se apresentou especialmente saliente. Também não ouvi o fenómeno no concelho de Penamacor, mas aí os dados não têm a mesma densidade dos do ALEPG e não permitem uma visão definitiva.

É este um traço que acaba por apresentar uma pronúncia reforçada do -o, podendo portanto ter uma motivação semelhante à que se conjecturou para as realizações com *i* e com *u* palatal. Seja como for, temos aí uma conservação do timbre etimológico do -o, num arcaísmo muito interessante.

A total ou quase total generalização nos dialectos portugueses de [u], mais ou menos atenuado, para a pronúncia do -o átono (mesmo as regiões de apócope / neutralização e *u* palatalizado têm, seguindo a Norma, disponível a pronúncia [u]), quando confrontada com uma área tão extensa de conservação de próprio *o* no SE Beirão — que de maneira nenhuma se restringe às zonas perto da fronteira, onde poderiam sofrer influxo do espanhol (que conserva aquele timbre) —, favorece uma explicação idiossincrática para aquela conservação na região que aqui se estuda.

Só se pode esclarecer essa questão com um estudo de panorama dos dialectos portugueses; entre outros pontos, importa analisar os restantes dialectos em que há apócope ou neutralização do -o átono (no mínimo os da vizinha região de Portalegre, que forma uma individualidade dialectal com o SE da Beira, e os do Barlavento Algarvio) e em que não tem sido notada, pelo menos de forma tão extensa, a conservação de timbre *o* para aquela vogal.

⁷⁸ Deve observar-se que a apócope ou passagem a schwa do -o átono não é um fenómeno fácil de inverter, pois aquela vogal é sempre muito fraca na Norma; não é fácil dar mais força ao [u] final na medida certa.

Numa análise geográfica geral dos dados, diremos que: (i) a apócope / neutralização se apresenta na região como um fenómeno de cariz Sul-Occidental/Central — i. é, existe sobretudo no Sudoeste e no Centro apontado a Sul —, (ii) existe um fundo, mais geral mas de competição aberta com o primeiro fenómeno, de conservação do timbre de próprio o e (iii) Malpica é um ponto muito individualizado.

Não é por Leite de Vasconcelos (cf. o **Anexo** deste capítulo, §1 de 2.2.1.4) ter registado a neutralização de -o, no que ao Sueste da Beira diz respeito, apenas em Proença-a-Velha (localidade do Norte do concelho de Idanha-a-Nova) e, tudo o indica — embora de forma aparentemente não deliberada —, também Medelim (confinante com Proença-a-Velha) e ainda Oleiros (esta já próximo de Isna e Cardoso), que deixa de haver o referido cariz geográfico: não só os nossos dados são mais ricos como também não deixámos de assinalar o fenómeno no próprio concelho de Idanha (por via da informante 3 do inquérito de Idanha-a-Nova)⁷⁹. De facto, o que está em causa não é a possível existência, nos dialectos contemporâneos, de focos mais ou menos fortes de apócope / neutralização onde quer que seja no SE da Beira (região onde, devido ao fenómeno estar bem atestado, tal não pode ser verdadeiramente surpreendente); mas sim a maior presença do fenómeno no Centro/Oeste-Sul, o que é evidente.

Os dados do ALPI, incomparavelmente menos ricos do que os do ALEPG (e também metodologicamente menos aperfeiçoados), podem comprovar pelo menos parte da distribuição que este proporciona. O ALPI, cujos dados portugueses respeitam à década de 1950', dispõe, na estrita região que aqui estudamos, dos inquéritos de: Monsanto (freguesia do município de Idanha-a-Nova), para onde o ALEPG também dispõe de um inquérito; Oleiros (município de Oleiros), com cuja freguesia a freguesia de Isna, onde o ALEPG realizou um inquérito, confina; Alcains (município de Castelo Branco), junto de cuja freguesia estão as de Póvoa de Rio de Moinhos e Tinalhas, para onde dispomos de dados, já comentados, no inquérito do ALEPG de Cardoso; e Rosmaninhal (freguesia do município de Idanha-a-Nova), para onde também dispomos de um inquérito do ALEPG. Veremos a seguir uma sistematização dos resultados de -o átono no ALPI, considerando as questões da apócope / neutralização ou não apócope / neutralização, nos inquéritos referidos, aos quais juntarei os seguintes próximos: (i) no distrito de Castelo Branco, ao Norte-Noroeste da nossa região, os de Ourondo (freguesia do município da Covilhã) e Belmonte (município de Belmonte); (ii) no Norte do distrito de Portalegre, portanto ao Sul da nossa região, os inquéritos de Belver (município de Gavião) e Montalvão (município de Nisa).

⁷⁹ A referida informante, diga-se, é plenamente representativa da linguagem desse ponto de inquérito: é analfabeta, tem quase 65 anos e é natural, tal como os pais, de Idanha-a-Nova, de onde nunca saiu. O marido, pastor, está em condições similares; apenas, quando solteiro, trabalhou nas ceifas em Espanha e na Zebreira (localidade também do concelho de Idanha-a-Nova), mas morando sempre na Idanha (apenas se deslocava pelo período do trabalho). De acordo com o que já se viu, neste informante, tal como em todos os outros do inquérito, não se nota a apócope / redução.

É ainda interessante notar que Leite de Vasconcelos, na *Esquisse*, não refere o traço para os dialectos portugueses continentais e insulares (o o átono final está tratado nessa obra (utilizo aqui a 2.^a edição, Vasconcelos 1901 (1970)), para os dialectos continentais, a p. 88, alínea e; para os dialectos insulares, o A. dispõe de muito poucos elementos, resumindo os principais caracteres nas pp. 129-130).

Palavras ⁸⁰	Belmonte		Ourondo		Monsanto		Oleiros		Alcains		Rosmaninhal		Belver		Montalvão	
	A / N ₈₁	≠ ⁸²	A / N	≠	A / N	≠	A / N	≠	A / N	≠	A / N	≠	A / N	≠	A / N	≠
2, Oleiros	— ⁸³		—		—			✎	—		—		—		—	
2, Monsanto	—		—			✎	—		—		—		—		—	
2, Ourondo	—			✎	—		—		—		—		—		—	
3, lagarteiros	—		—			✎	—		—		—		—		—	
7, bebedouro	—		—		—		—		—		—			✎	—	
9, aço		✎		✎		✎		✎	—		—			✎	A	
25, branco		✎		✎		✎		✎		✎		✎		✎	A	
27, braço		✎		✎		✎		✎	N			✎		✎	A	
29, cavalo ⁸⁴		✎		✎		✎		✎	A			✎		✎	A	
33, caminho		✎		✎		✎		✎	N			✎		✎	A	
34, cântaro		✎		✎		✎		✎	? ⁸⁵			✎		✎	A	
37, castelo		✎		✎		✎		✎	N			✎		✎	A	
42, troço	—		—		—		—		A		—		—		A	
44, ferrolho	—			✎		✎		✎	A			✎		✎	A	
45, percevejo ou percebelho		✎		✎		✎		✎	A			✎		✎	A	
47, cinco		✎		✎		✎		✎		✎		✎		✎		✎
48, cravo		✎		✎		✎		✎	A			✎		✎		✎
50, coxo		✎		✎		✎		✎	A			✎		✎	A	
55, quadrado		✎		✎		✎		✎	A			✎		✎	A	
56, quatro		✎		✎		✎		✎		✎		✎		✎		✎
58, cutelo	—			✎		✎	—		—			✎		✎	A	
59, couro ou coiro		✎		✎		✎		✎	A			✎		✎	A	
61, cunhados		✎		✎		✎		✎		✎		✎		✎		✎
62, dizê-lo		✎		✎		✎		✎	A			✎		✎		✎
63, dedo		✎		✎		✎		✎	N			✎		✎	A	
65, desenfreado	—			✎	—			✎ ⁸⁶	—			✎		✎ ⁸⁷	A	

⁸⁰ O número que surge antes de cada palavra é o da carta do ALPI em que ela figura. As palavras são citadas de acordo com a sua realização escrita.

⁸¹ A = Apócope do -o; N = passagem à vogal neutra, com pronúncia mais ou menos atenuada.

⁸² Por este símbolo entenda-se a não apócope ou passagem à vogal neutra do -o. Devido a certos aspectos metodológicos do ALPI (concretamente procedimentos como a notação fonética pouco clara, que condicionam o seu uso num estudo que não se ocupe detalhadamente das variantes articulatórias dos sons da língua), ao que se conjuga a necessidade de um enquadramento pormenorizado de todos os dialectos portugueses continentais, não mobilizaremos aqui os dados desse projecto para as questões que vimos acima nas alíneas b e c (ou seja, a realização do -o como *u* palatal ou como próprio *o*); mas pode referir-se que esses dados de maneira nenhuma vão contra os que recolhemos no ALEPG.

⁸³ I.e. a palavra em questão não foi recolhida nesta localidade.

⁸⁴ É conhecida para esta palavra a pronúncia popular *caval*, com apócope, e o plural correspondente *cavaís*, pelo que poderíamos ter aqui um caso de dúvida e, portanto, sujeito a exclusão do que estamos a ver. Todavia, o ALPI nota em todo o país uma grande coerência da manutenção do -o em ‘cavalo’: em todos os outros pontos do País, incluindo o Barlavento Algarvio, regista a manutenção da vogal. Dessa forma, não poderíamos rejeitar aqui ‘cavalo’. Igualmente apresentarei nesta tabela todos os casos com o segmento -lo que surgem no ALPI, onde se vê, de resto, uma coerência fundamental de manutenção do -o nesse segmento.

⁸⁵ Está registada a forma, em adaptação da transcrição fonética, *cantra*; não é possível portanto retirar lições desse caso.

⁸⁶ Na forma ‘desfreado’.

⁸⁷ Na forma ‘desemboado’.

temos estado a ver e a seguir citarei, nos distritos de: ⁸⁹ Lisboa, Santarém, Viseu, Braga e Bragança; neste último há também *-i*, realização que igualmente se verifica, mas de forma exclusiva, no distrito de Vila Real. Dessa forma, o caso ‘eixo’ tem tudo para não poder ser utilizado com segurança. Os inquéritos do ALPI que temos analisado fornecem os seguintes dados: em Belmonte, há *-o* (i.e. [u], adaptando a notação fonética); Ourondo, idem; Monsanto, idem; Oleiros, *-e*; Alcains, apócope; Rosmaninhal, *-o*; Belver, idem; Montalvão, *-e*. Em Montalvão e Alcains, devido a tudo o que temos visto, não haveria problema em especular-se sobre a efectiva existência de *eixo* com redução; mas em Oleiros, onde também há *-e*, tal é demasiado inseguro. Com efeito, já vimos plenamente atestadas para o país realizações de *eixe* que tanto podem formar uma coerência geográfica como serem apenas esporádicas.

Os dados do ALPI mostram assim dois focos exclusivos de apócope / neutralização do *-o* final: Alcains, na zona central do Sueste da Beira, e Montalvão, no extremo Norte do distrito de Portalegre. A falta do fenómeno, segundo esses dados, para Oleiros — cuja freguesia confina com a freguesia de Isna, onde, no ALEPG, registámos claramente o traço —, é menos significativa do que possa parecer à primeira vista, pois: (i) convém recordar que Leite de Vasconcelos terá registado o mesmo fenómeno em Oleiros, como já foi visto; (ii) o que os dados do ALEPG mostram é uma coerência Centro/Oeste-Sul, que também já se referiu — ora, essa coerência salta à vista dos dados do ALPI, pois é nessa área geográfica que se define o paralelo Alcains-Montalvão. Os dados do ALEPG, como mais pormenorizados e ricos que são, mostram a existência do fenómeno ao longo daquele paralelo; em conjunto com os do ALPI — onde se tem de ressaltar a ausência do fenómeno em Belmonte, Ourondo, Monsanto e Rosmaninhal, em concordância muito significativa com tudo o que vimos no ALEPG —, mostram mesmo mais do que isso: é essa a área por excelência, no SE da Beira, do fenómeno do enfraquecimento do *-o*. Está aqui um nexa notório.

Por meio de Oleiros e Belver, o ALPI acaba por apontar para algo que, à luz do que tem sido dito sobre o traço, também é de esperar: o seu enfraquecimento em direcção a Oeste. Mais um facto que ajuda à definição da área privilegiada do fenómeno na linguagem sudeste-beirã que acima ficou exposta. Claro está que essa área sugere pistas para entender o centro de difusão do fenómeno — seja na zona de Portalegre seja já na Beira Baixa.

3’] Exposta a realização sistemática do *-o* final, resta fazer menção a um fenómeno que, de modo muito esporádico, se pode ouvir dispersamente pela região: a passagem da referida vogal ao ditongo nasal, também átono, *-am*: [mur’ëgẽwʃ] “morangos”, [muy’ëgẽw] “mogango” (variedade da abóbora), [sɐr’ẽpẽw] “sarampo”. Parece viável a ideia de Buescu 1958 (1984:90): “Nalguns casos, geralmente quando na sílaba anterior existe uma nasal, a terminação *u* é substituída por *ãw*”. Casos como [m’õdẽw] “modo” ou [kr’ẽdẽw] “credo”, que a autora aduz, são os que fogem à regra da nasalidade. Nasalidade que só existe, quer nos exemplos recolhidos por mim, quer nos exemplos referidos por Buescu, por meio de um *a* (*morang[ẽw]s*, etc.); mas em Martins 1954:157 o fenómeno está registado, para além de casos semelhantes ou iguais aos citados (“sarampo”,

⁸⁹ Note-se que as realizações podem surgir em pontos perfeitamente isolados — ou seja, de forma esporádica em termos geográficos — ou em grupos mais ou menos coerentes de localidades.

“morango”, “frango”, “relâmpago”), em “furúnculo” (que, adaptando a notação fonética da autora, se pode ler como [fr'ũkẽw]) e, a p. 182, “carbúnculo” ([kẽbr'ũkẽw]), para além de “credo” ([kẽr'ẽðẽw]). Em Cordeiro 1939:71, que trata a linguagem de Penamacor, está “morângãos”.

4] Dois traços menores respeitantes ao *o* pré-tónico oral apresentaram uma distribuição geográfica interessante: a elevação, por defeito, daquela vogal (i) em posição inicial absoluta e (ii) em posição interior antes de *l* final de sílaba. Não sendo impossíveis de encontrar por toda a região, os fenómenos só se apresentaram salientes em Salvaterra do Extremo, Rosmaninhal, Isna e Foz do Córrego (onde, claramente, atingiram o máximo de intensidade); o mesmo é dizer nas duas localidades da raia do Erges e nas duas localidades do Sudoeste da região considerada. São exemplos: (i) da elevação em início absoluto *uvelha*, *uleiro*, *hurtaliça*, *Ucresa* “Ocresa” (rio da Beira Baixa), *hurtelã*, *ussinhos*; (ii) da elevação antes de *l* em coda: *culmeiro*, *vultar*, *culmeia*, *suldado*. O timbre normal de ambos os traços é, como se vê, [u].

Leite de Vasconcelos trata dos dois fenómenos na *Esquisse*, dizendo a respeito do primeiro: “L’o [átono] inicial (qui, dans la langue littéraire, se prononce u-) est généralement représenté par ô- ou ó- dans l’Estrémadure, dans la plus grande partie de l’Alentejo et dans l’Algarve; par öu- dans quelques points du Nord de Trás-os-Montes, par u- dans le reste du pays. Exs.: *ôrelha*, *órelha*, *urelha* (*ureilha*), *öubedecer*” (Vasconcelos 1901 (1970:87)). E a respeito do segundo: “L’o atone devant l se prononce ô dans le Sud, u dans le Centre et dans le Nord [...]: *sôldado*, *suldado*” (Vasconcelos 1901 (1970:103)). Tal extensão geográfica indicada pelo A. para os dois fenómenos concorda com os dados que vimos; apenas nestes se pode estranhar uma maior presença no Sul da região estudada, mas não só sabemos que há sempre variações inter-regiões como os dados de L. de Vasconcelos não são pormenorizados o suficiente. Concorde com uma maior presença de ambos fenómenos no Sul do SE Beirão o facto de Buescu 1958 (1984), na sua óptima monografia sobre o falar Monsanto, não registar nem um nem outro.

5] No mais, o *o* pretónico interior, pronunciado na Norma e na maior parte dos dialectos [u], acompanha *e*, *i* e *u* (embora, com este, de forma claramente menos frequente do que nos dois primeiros) e sofre uma tendência de redução, sobretudo na zona ocidental (concretamente nas localidades do ALEPG Alconço, Cardosa, Isna e Foz do Córrego)⁹⁰. Esse facto linguístico concretiza-se na passagem à vogal neutra e possível, menos frequente, elisão. Exemplos: (i) da passagem à vogal neutra: [kit'ũp^u] “cotinhos”, [diβ'ar] “dobar”; (ii) da redução: [kutb'ie] “cotovia”.

As palatalizações esporádicas que se registam na região de *o* pretónico são abordadas no §2 de 1.5.

6] A respeito da realização de *o* átono interior como *a* fechado por contacto com determinadas consoantes, cf. atrás o §3-b de *e*. Cf. o mesmo sítio a respeito da maior conservação do timbre [u] por contacto com consoante labial.

⁹⁰ Cf. a respeito do *e* pré-tónico interior atrás o §3-b dessa vogal; a respeito do *i* o §2-a; e do *u*, o §2.

1.5. U

1] *U* tónico — Em toda a região se verifica o fenómeno da palatalização do *u* tónico, que surge, de resto, muito claramente⁹¹. É um fenómeno não sujeito a contextos fonéticos. O seu timbre não se confunde com o [ü] francês ou de S. Miguel dos Açores; é mais correctamente definido como uma palatalização ligeira ou ligeira-média, para cuja transcrição adopto o símbolo [ũ]⁹². O fenómeno também se dá, de forma plena, em contexto nasal, embora aí a palatalização tenha tendência para diminuir ligeiramente, quer quantitativa quer qualitativamente; a transcrição, nesse contexto, é [ũ̃].

São exemplos do fenómeno da palatalização de *ú*: [l'ũ̃] “lua”, [n'ũ̃] “nu”, [ʒ'ũ̃ʂ] “junça”, [f'ũ̃d] “fundo”.

Não obstante a clareza do traço, a simples realização não palatalizada ([u]/[ũ]) nunca se apresentou propriamente incomum. Isso atesta, além da cada vez maior influência da Norma, também uma certa fraqueza intrínseca do mesmo, patente desde logo no grau pouco acentuado da palatalização; sendo natural que para aquele comportamento possa concorrer ainda o facto de o sistema conhecer, por via do contexto átono — em que, como se verá no §2, a palatalização é muito esporádica —, perfeitamente o *u* não palatalizado.

A palatalização total, [ü]/[ũ̃], também não se apresentou invulgar, mas apenas em contextos de ênfase. Pode portanto dizer-se que o *u* tónico normal de todo o Sueste Beirão é [ũ̃]/[ũ̃̃].

Uma observação particular merece, por outro lado, o ponto de inquérito do ALEPG da Foz do Cobre: aí, não obstante — na sequência do que já foi visto — o fenómeno da palatalização ser também um traço nítido e indiscutível, foi assinalado com particular debilidade. A seguir à Foz do Cobre, o fenómeno apresentou-se mais débil na zona da raia do Erges (i.e. nos inquéritos do ALEPG de Salvaterra do Extremo e Rosmaninhal). Em sentido contrário, apresentou-se especialmente saliente em Cardosa. Estes três pontos, é claro, podem ter lições para a origem do fenómeno; abordá-las-emos na **Conclusão**.

⁹¹ Nesta generalização geográfica incluo, naturalmente, os dados recolhidos para o concelho de Penamacor. Notarei a esse propósito que o fenómeno se apresentou muito saliente em Meimão, localidade situada no extremo Norte desse concelho — e, consequentemente, no extremo Norte da área tradicionalmente definida para o *u* palatal (cf. a esse respeito o mapa 2 da *Nova Proposta* de Cintra, reproduzido aqui como **Anexo I** da **Introdução**, e também as considerações e os mapas de Segura da Cruz 1987:290-302). Esta existência clara do fenómeno em todo o concelho de Penamacor vai em sentido contrário ao que Leite de Vasconcelos aí notava em 1933: cf. o **Anexo** a este capítulo, §1 de 2.2.1.5. Devemos ver aqui, com toda a probabilidade, uma fraqueza dos materiais de Leite para esse fenómeno nesse sítio específico, e não um avanço da palatalização de *u* nos últimos 80 anos. Para além disso, é de notar que o A. também regista o fenómeno em Penamacor, numa nota não datada (que, na sistematização dos materiais feita por M. Valle Cintra, é citada antes da nota de 1933). No mais, os dados de Leite de Vasconcelos confirmam, em traços gerais, os dados que depois se conhecem, atestando, com uma boa variedade de localidades, o fenómeno para quase toda a região que aqui estudamos (apenas ficam de fora zonas em que o A. não recolheu materiais).

⁹² Este é, de resto, o timbre geralmente apontado pela literatura: cf., por exemplo, Buescu 1958 (1984:83), ou o mesmo símbolo “ü” que Leite de Vasconcelos concomitantemente utilizou, nas suas notas de campo, para registar o *u* palatalizado que encontrou no SE Beirão (esses materiais estão sistematizados no **Anexo** a este capítulo, §1 de 2.2.1.5; como aí digo em nota, a própria editora que sistematiza os materiais indica, em certo passo, que aquele símbolo é utilizado pelo A. para representar apenas uma “leve palatalização” da vogal).

Observarei por último que em Cardoso se fez sentir amiúde uma muito ligeira inserção da semivogal palatal antes do *ú*; e.g. [ɐʃtʰi'utʰ] “astuto”. Esse facto dá-se sem restrições de contexto, o que até é natural: provavelmente, a glide palatal estará lá para fazer o *arranque* do *u* palatal que, como já se referiu, foi notado com especial saliência no inquérito do ALEPG de Cardoso.

1'] Foi observado na palavra “tudo” um comportamento particularmente incisivo da palatalização do *ú*. Segura da Cruz 1987:278 notou o mesmo no Barlavento Algarvio.

2] *U* átono — Há a notar a respeito do comportamento dessa vogal, acima de tudo, uma tendência de, quando pré-tónica, interior de palavra e oral, se reduzir para vogal neutra ou apócope: cf. a esse respeito o §5 da vogal *o*, onde se dá a formulação completa do fenómeno. São exemplos [fʰm'ɛr] “fumar”, [br'ɛkʰ]/[bʰr'ɛkʰ] “buraco”.

Em posição átona, a palatalização de *u*, oral ou nasal, apresentou-se na fala corrente apenas muito esporádica e fundamentalmente restrita a contextos de ênfase (que se associam a contextos de tonicidade, em que a palatalização é regular). Na vogal *o*, como se viu no §3 de 1.4, a palatalização do timbre [u] (ou seja, no *o* átono) só se verificou de forma significativa em contexto final e na localidade de Malpica do Tejo; há portanto uma concordância geral com *u*.

Não pude notar, na linguagem vulgar da região, a indexação de *u* palatal átono aos derivados de *Ū* latino registada por Segura da Cruz 1987:259-263&286-288 para o Barlavento do Algarve e directa ou indirectamente por outros AA. para dialectos insulares que também têm palatalização de *u* (Viana 1889:224 (Ponta Delgada), Vasconcelos 1892b:292-293 (Arrifes), Ferreira 1984:10-11 (Vila Franca do Campo, S. Miguel), *apud* Segura da Cruz:288). Tal indexação, sabendo-se que *Ū* latino deu [u] em latim vulgar e em português e *Ū, Ō, Ŏ*, por sua vez, deram [o], permite inferências cronológicas: o fenómeno do *u* palatal será anterior à elevação de [o] átono na língua, que não se produziu na mesma época para os diferentes contextos.

Das transcrições disponíveis dos inquéritos do ALEPG aqui utilizados (apenas ainda não tem transcrição o de Malpica do Tejo), constam os seguintes casos de *u* palatal átono:

1) Derivam de *Ū* latino: posição interior pré-tónica: [ɐlʉ'ɛðɐ] 3x e [ɐlʉ'aðɐ] “aluada” (Cardosa; de “lua” < *LŪNA*-), [ɐmɐðʉr'ar] “amadurar” (Isna e Rosmaninhal; < *MATŪRU*-), [ɐʁʉð'ɛw] “arrudão” (Foz do Cobre; de “arruda” < *RŪTA*-), [fʉm'ɛrʉ] “fumeiro” (Cardosa; < *FŪMARIU*-, *FŪMU*-), [ʃtrʉm'ɛrɐ] “estrumeira” (Cardosa; de “estrume” < **STRŪMĬNE*- por *STRĀMĬNE*-, com troca de sufixo, ou < “estrame”, com a mesma troca).

2) Derivam de *Ū* ou *O* latinos: (i) posição inicial absoluta: [ɔjv'ar] (Idanha-a-Nova) e [ɔv'ɛr] “uivar” (Cardosa) (< *ŪLŪLARE*), [ɔrd'iũ] “urdiam” e [ɔrd'iɐ ʃ] “urdi-se” e [ɔrd'iɪ] “urdir” e [ɔrd:'ejrɐ, ɔrd'ið'ejrɐ] “urdideira” (Cardosa; < *ORDIRI*); (ii) posição interior pré-tónica: [ɐɣʉɫ'ɛðɐ] “agulhada” (Cardosa; de “agulha” < *ACŪCŪLA*-), [kʉr'ið'orɐ, kʉr'ið'orɐ] “corredoura” (Cardosa; de “correr” < *CŪRRERE*), [kʉz'i'm'ɛtʰʃ] “cozimentos” (Monsanto; de “cozer” < *COQUERE*), [kʉʃp'iɪ] “cuspir” (Cardosa; < **CO(N)SPUIRE* < *CONSPUERE*), [kʉt'ɛlʉ] “cutelo” (Cardosa; < *CŪLPELLU*-), [ʒʉ'eɪrɐ]

“joeira” 2x e [ʒuɐˈr̃ar] “joeirar” (Cardosa; de “joio” < LOLIU-), [ʒũtˈör̃ə] “juntoura” (Foz do Córrego; de “junto” < JŮNCTU-), [mũˈĩp̃u] “moinho” (3x; Cardosa; < MOLINU-), [mũrtɐjˈer̃e] por “murtinheira” (Rosmaninhal; de “murta” < MŮRTA-), [nũviðˈãð̃i] “novidade” (Cardosa; < NOVITATE-), [pũvˈʌˈel̃i] “povilhal” (Salvaterra do Extremo; do esp. “polvo”, “polvillo” < PŮLVIS, -ĒRIS), [pũlmõˈj̃] “pulmões” (Cardosa; < PŮLMONES), [p̃uˈnˈað̃u] “punhado” (Monsanto; de “punho” < PŮGNU-), [rũmˈẽ] “romã” (Cardosa; < ROMANA-), [tẽpũrˈẽw] “temporão” (Isna; < *TEMPORANU- por TEMPORANĚU-); (iii) posição final: [ˈaβr̃e ˈoʌ̃j̃] “abra-olhos” (Monsanto; < (...) OCULOS).

3) Têm, pelo menos no que toca à vogal que nos interessa, etimologia duvidosa ou obscura (no que se incluem, naturalmente, questões relativas a origem em outras línguas): [bũrˈk̃i] por “berbequim” (Cardosa; pode haver analogia com “buraco”, mas a etimologia do *u* também não é aí clara), [kũrˈz̃ar] por “carujar” (Monsanto; mesmo que haja etimologia popular com “coruja”, a origem da vogal não é clara), [kũrˈũt̃u] “coruto” (Cardosa), [kũtˈṽiɐ] “cotovia” (Cardosa), [kũrˈaʎ] “curral” (3x; Cardosa), [fũrð̃ẽw] e [fũrð̃ẽw] “furdão” (Cardosa), [sũvˈĩnɐ] “sovina” (Cardosa), [ũrˈer] “urrar” (Cardosa).

Como se vê, só há um caso com a vogal em contexto nasal — “juntoura” — e há muitos mais casos com origem em Ū, O do que em Ū.

Se no entanto retirarmos dos casos de 2) aqueles que contêm ou podem conter, a seguir ao *u* palatalizado (na mesma sílaba ou não), um *i* ou um *u* (vogais ou semivogais) na palavra, contexto em que, na língua antiga, podia ocorrer a elevação de *o* pré-tónico (que, na regularidade dos contextos, mantinha a pronúncia [o]), ficamos com muito menos formas. Contudo, (i) a elevação, na língua antiga, de *o* pré-tónico por influxo de *i* ou *u* seguintes estava longe de ser, de acordo com o que os textos nos dizem, regular (a vogal *i* era contexto especialmente propício), (ii) e menos ainda quando era semivogal em sílaba seguinte a desencadear o processo (veja-se o que é dito sobre o fenómeno adiante no **Capítulo II, Secção B, I. Fonética, 1.4**, §§4-1 e 4-2; note-se também que as semivogais representadas nos exemplos que estamos a utilizar do ponto 2 desapareceram regularmente na linguagem do Sueste da Beira: no que toca ao ditongo *ei*, já temos inclusive claras atestações nos textos antigos editados no **Cap. II: Secção B, I. Fonética, 1.8.1, §1**).

Para além disso, e como Segura da Cruz 1987:293 correctamente faz notar a partir dos dados de Carreiro 1948 para Nisa (zona de Portalegre), a presença de *i* seguinte pode por si só provocar a palatalização (atestada, nesse regime, também em falares provençais e franco-provençais: Bouvier 1976:445-446 (com bibliografia), *apud* Segura da Cruz 1987:293). Nessa sequência, pode-se querer retirar dos casos de 1) acima “fumeiro” e “estrumeira”, restando apenas três formas: “aluada”, “amadurar” e “arrudão”.

Por outro lado, se incluirmos, como se deve, nos casos de *u* primário todos aqueles que, não obstante serem derivados de Ū, O latinos ou terem etimologia obscura, dependem já na língua antiga de regular *u* (pelo menos “uivar”, “agulhada”, “juntoura”, “punhado”, “curral”, “urrar”⁹³), o volume de casos de *u* próprio ou primário engrossa consideravelmente, desde logo pela variedade de contextos fonéticos. E os casos de *o* (incluindo os do ponto 3) continuam a surgir maioritariamente em contextos

⁹³ Vejam-se atestações nos s.vv. relevantes de, entre outros, Machado 2003, Houaiss 2001 e Lorenzo 1977.

(proximidade de vogal palatal ou palatalizada) em que se pode conjecturar harmonia vocálica como explicação para a palatalização.

Por outro lado ainda, não são raras, nos dados dos pontos 1, 2 ou 3, as formas em que “u”/“o” átono palatalizado está junto de consoante labial, contexto que pode potenciar a palatalização (como Leite de Vasconcelos registou, em nota ainda inédita, na localidade de Vila do Bispo, no Barlavento Algarvio, em 1894: Segura da Cruz 1987:305, n. 21).

Deve também ter-se em conta que o grosso dos casos de “u”/“o” palatalizado átono está registado no inquérito de Cardoso, que foi onde a palatalização de *u* tónico se apresentou mais saliente (§1). De todos os casos dos grupos 1, 2 e 3 acima, apenas não foram registados em Cardoso: do grupo 1, “amadurar” (Isna e Rosmaninhal) e “arrudão” (Foz do Cobreão); do grupo 2, a variante de “uivar” sem palatalização do *a* (Idanha), “cozimentos” (Monsanto), “juntoura” (Foz do Cobreão), “murtinheira” (Rosmaninhal), “povilhal” (Salvaterra), “punhado” (Monsanto), “temporão” (Isna) e “abra-olhos” (Monsanto); do grupo 3, “carujar” (Monsanto). Em números: das 48 ocorrências de *u* palatal átono, Cardoso tem 36 (72,9%).

Pode observar-se, no conjunto dos questionários aplicados em todos os inquéritos, que as ocorrências de “u”/“o” palatalizado átono, se são perfeitamente esporádicas em qualquer dos inquéritos, afora Cardoso elas são mais do que raras.

É claro, porém, que o valor de proporções desse tipo não é linear, pois elas dependem de respostas a inquéritos que, naturalmente, nunca são iguais. E deve também ter-se em conta que *o* e *u* pré-tónicos sofrem uma tendência de redução para vogal neutra; só com um estudo estatístico elaborado, que não pode ser feito aqui (são milhares as formas a considerar), se poderá aferir do verdadeiro peso das diferentes realizações de *o* e *u* pré-tónicos em cada inquérito e no conjunto de todos. Não obstante, também é verdade que devem ser tidos em atenção dois pontos: *a*) no inquérito de Cardoso, ao contrário dos de Monsanto e Idanha (e em semelhança com os restantes), foi aplicado já o questionário reduzido do ALEPG, consideravelmente mais curto do que o original; *b*) nenhum dos casos de *u/o* palatal átono do inquérito de Cardoso pertence ao sub-inquérito de Tinalhas, realizado para o ALE e integrado nos dados do ponto de inquérito do ALEPG localizado em Cardoso (o mesmo é dizer: o inquérito de Cardoso não sai beneficiado no volume de *u/o* palatal pelo facto de ter integrado, ao contrário de todos os outros inquéritos do ALEPG que aqui utilizamos, um inquérito do ALE).

Numa apreciação geral dos dados de *u/o* palatal átono que aqui podemos utilizar, diremos: (i) As ocorrências em contexto de *u* primário (i.e. regular na língua antiga) são mais ecléticas e, aparentemente, substanciais do que as em contexto de *o*, mas (ii) são ambas extremamente esporádicas e não se pode ver um quadro nítido. (iii) Para além dessa raridade, os dados do confronto directo com a linguagem da região apenas mostraram, por parte do surgimento de *u/o* palatal átono, uma relação de dependência fundamental da pronúncia enfática, mais do que de palavras específicas; (iv) os dados das transcrições, na medida em que praticamente não registam palatalização no contexto final de palavra, também favorecem, no mínimo, uma ligação do fenómeno a uma articulação pouco enfraquecida (a posição final átona tem normalmente pronúncia mais fraca do que a sílaba inicial, que faz o arranque da palavra e, por isso, necessita de energia articulatória privilegiada⁹⁴). (v) Não se pode portanto fugir à especulação sem se partir de uma relação estatística de todas as ocorrências de *u* e *o* átonos nas transcrições dos inquéritos, com a necessária averiguação das etimologias e dos contextos fonéticos; por agora, o que

⁹⁴ Daí, por exemplo, a prótese de *a* que se regista com tanta facilidade nos dialectos (e.g. *avoar* “voar”, *amandar* “mandar”): a intenção é dar força ao arranque da palavra.

podemos dizer é que a palatalização de *u* e *o* átonos é ocasional e está indexada, mais do que a um contexto etimológico específico — que, repito, não pudemos averiguar com total segurança —, a um contexto prosódico: ênfase. (vi) Os estudos da linguagem do Sueste da Beira concordam com isso, pois também não notaram qualquer regularidade etimológica nas ocorrências, no máximo esporádicas, de *u/o* átonos palatais; tenham-se em conta acima de tudo o que diz Buescu 1958 (1984:83) para Monsanto⁹⁵ e a ausência de atestações de palatalização de *u/o* átonos por Leite de Vasconcelos nos materiais dialectológicos que ao longo dos anos recolheu na região (esses materiais estão adiante sistematizados no **Anexo** a este capítulo)⁹⁶.

Noutro âmbito, há a notar que a questão da etimologia da palatalização de *u/o* átonos — e consequente contributo para a datação do fenómeno — só se coloca, nos nossos dados (ao contrário dos de Segura da Cruz 1987, para o Barlavento, e de outros AA. para as ilhas) em posição pré-tónica, em que a elevação de todo o *o* átono só se deu já depois do próprio português antigo (tanto quanto se sabe, entre os sécs. XVI ou XVII e XVIII; veja-se o que diz Castro 2006:194-195 sobre o assunto). Uma datação que considere esse período cronológico não é muito relevante para as principais hipóteses que têm sido propostas com o objectivo de explicar o surgimento de *u* palatal nos dialectos portugueses (cf. uma síntese dessas hipóteses em Segura da Cruz 1987:263 ss.; também abordamos a questão, no presente trabalho, na **Introdução**, ponto 2, §3, e na **Conclusão**, §5).

A respeito da realização de *u* átono interior como *a* fechado por contacto com certas consoantes, cf. atrás o §3-*b* da vogal *e*. Sobre a influência de contacto com consoante labial para manter o timbre [u], cf. o mesmo lugar.

1.6. Ditongos, hiatos

Sobre o desenvolvimento de semivogais entre consoantes labiais e vogais tónicas, v. o §1 de 2.1 adiante; sobre o desenvolvimento de semivogais entre consoantes velares e vogais tónicas, v. o §1 de 2.4. No §2-*a* de 2.2.1 a seguir e no §2-*d*-2 de II. **Morfo-Sintaxe**, ponto 1. **Nomes e Adjectivos**, vêem-se fenómenos em que mais do que um ditongo acaba reduzido.

1] Insere-se em todo o Sueste da Beira [j] entre *a* e *i* (oral ou nasal) tónico interiores de palavra. E.g. [aʎkɐˈiʃ] “Alcains”, [kɐjˈir] “cair”, [sɐˈiðɐ] “saída”, [sɐjˈi] “saí”, [ɐˈi] “aí”. Como se pode deduzir dos exemplos, muitas vezes a glide apresenta fraca perceptibilidade, o que, do ponto de vista articulatorio, faz sentido (pois a glide palatal antecede a sua vogal fonémica).

2] Os ditongos *ai* e *éi* (i.e. [aj] e [ej] da Norma) têm em toda a região uma tendência para se simplificarem antes de consoante; e.g. *andame* “andaime”, *caxa* “caixa”, *caxão* “caixão”, *cáxinha* “caixinha”, *más* “mais” (a realização regular da palavra na Foz do Cibrão), *vás* “vais” (2.^a pessoa do presente do indicativo do verbo “ir”), *papés* “papéis”,

⁹⁵ “[...] a palatalização de *u* não se verifica na vogal átona, mas apenas na tónica, e, assim, temos [a palatalização em “mudo”, “maduro”], a par de [ausência de palatalização em “mudar”, que deriva de Ū: MŪTAREJ]”.

⁹⁶ Para o Algarve, o A. conhecia bem a palatalização de -o átono: cf. Vasconcelos 1901 (1970:88).

rés “réis”. É um fenómeno que se dá sobretudo antes de consoante palatal e se concretiza apenas sob a forma de uma tendência mais ou menos ligeira.

3] Ditongo *ão / am* — Por toda a região o ditongo final [ẽw]⁹⁷, tónico ou átono e em fonética sintáctica, se reduz amiúde a [ẽ]. Existe também a variante [ɐ], que é rara em geral e não aparece mesmo nos verbos, para evitar confusão com a 3.^a pessoa do singular do pretérito mais-que-perfeito.

O fenómeno pode dar-se antes de consoante ou de vogal, embora neste último caso seja menos frequente. O contexto tónico, acima mencionado, é apenas teórico, pois o fenómeno só ocorre em posição de próclise (portanto em fonética sintáctica, como ficou dito). São exemplos: *dã dois* “dão dois”, *grã a grão* “grão a grão”, *cantã muito bem* “cantam muito bem”, *mã squerda* “mão esquerda”.

É um traço que apenas ocorre frequentemente e não atinge a proeminência que tem no Sul do país; nos verbos, surge mesmo com alguma dificuldade.

Como seria de esperar, o fenómeno mantém-se quando o ditongo sofre derivação, a qual é iniciada por um sufixo começado por *-z-* (*-zinho*, *-zeiro*, etc.). E.g. *cãzinho*, *pãzinho*, *mãzeira* “mãozeira”, *mãzada* “mãozada”.

3'] Como se vê adiante em **II. Morfo-Sintaxe**, §1 do ponto 4, o advérbio “não” é um caso especial.

4] Ditongo *au* (i.e. [ʼaw] da Norma) — Tem este ditongo um comportamento que se pode relacionar com o de *ão*.

Au originalmente tónico tem por toda a região uma tendência para se reduzir em fonética sintáctica (i.e. em posição proclítica e já não verdadeiramente tónica) antes de consoante (já não, normalmente, antes de vogal, seguindo o comportamento regular dos ditongos no que toca à monotongação: conservação antes de vogal ou pausa, monotongação antes de consoante). São exemplos *pá leve* “pau leve”, *má moço* “mau moço”.

Em interior ou início de palavra e quando átono, o fenómeno, de forma muito natural, também se dá: *pàzito* “pauzito”, *màzinho* “mauzinho”, *Àgusta* “Augusta”, *Àrélho* “Aurélho”, *Pàlino* “Paulino”.

Refere Leite de Vasconcelos na *Esquisse*: “L’*au* atone a une tendance à se réduire à à dans l’Alentejo et Algarve: *àmento* = au(g)mento; le même phénomène s’observe plus ou moins partout, dans certains cas de proclise: *mà pelo* = mau pelo (où *au* est devant une consonne)” (Vasconcelos 1901 (1970:90)). Mais um parentesco entre a linguagem do SE Beirão e a do Sul do país.

4'] Para a existência na região de um *au* originado da ditongação de *a* tónico final (e.g. ‘má’ > *mau*), cf. atrás o §7 da vogal *a*.

⁹⁷ Em rigor [ẽw] ou [ẽw̃], que respeitam as realizações normais de *a* nasal no Sueste da Beira e das quais nos abstrairamos aqui por facilidade de exposição; cf. a respeito das realizações de *a* nasal na região o §3 de 1.1.

5] Ditongo *ei* (sem *e* aberto, correspondendo ao [ej] da Norma) — Pode dizer-se que, em termos gerais, toda a região estudada é área de monotongação de *ei*, tónico ou átono, em *e*. A monotongação dá-se regularmente antes de consoante, incluindo em fonética sintáctica — *azête* ‘azeite’, *na’ sé disso* ‘não sei disso’ —, mas antes de vogal e em pausa, embora também possa haver monotongação, a conservação é o normal — *meio*, *lei*. Apenas em Isna e Foz do Cobre (localidades do Sudoeste da região estudada), e sobretudo na primeira, se apresentou, tanto quanto se pode deduzir num traço que sofre importante influência da Norma, regular a monotongação antes de vogal: *pavêa* ‘paveia’, *chêas* ‘cheias’, *centêo* ‘centeio’, *frêos* ‘freios’.

Deixando de parte Isna e Foz do Cobre (que apontam a Sul), a Ocidente a monotongação é menos frequente, não sendo propriamente difícil ouvir o ditongo conservado; tal dado concorda com a fronteira de monotongação de *ei* definida por Cintra 1971 (1983:Mapa 1, reproduzido como **Anexo II à Introdução** atrás), que põe a isófona a passar na zona.

O timbre da vogal do ditongo, quando este se conserva, é (i) nas terras de velarização de *e*, o normal *e* velarizado que se verifica nos outros contextos em posição tónica: [ɐ], e.g. [s'ɐj] “sei”, [f'ɐj^u] “feito”; (ii) fora da área de *e* velarizado, o mesmo *e* que ocorre na monotongação. O *e* da monotongação é, consoante as localidades, [e] ou uma vogal ligeiramente mais aberta, [ɛ]; e.g. [dɛ/et'arⁱ] “deitar”, [l'ɛ/etⁱ] “leite”.

Foi verificada a realização [ɐ] nos seguintes inquéritos do ALEPG: Idanha-a-Nova, Salvaterra do Extremo, Rosmaninhal, Malpica do Tejo, Cardoso, Foz do Cobre (embora apenas na informante 3, que é da localidade próxima de Alvaiade) e Alcongosta (pouco); verifica-se portanto uma presença estendida na região.

Tal pronúncia do *e* é típica das zonas de conservação do ditongo, como diz Cintra 1970 (1983:42):⁹⁸

[...] em toda a zona do norte e do centro de Portugal, em que [o ditongo] se mantém, é mais frequente encontrá-lo realizado na forma [ej] que apresenta em Lisboa, ou pelo menos nas formas [ɛj], com [ɛ] aberto ou [ɛj] com [ɐ] médio, do que na forma [ej] com [e] fechado. Esta encontra-se principalmente representada no falar das classes cultas do Sul do país (como no das classes cultas brasileiras) em que é, como já o fez notar H. Lüdtkke (*BdF*, XIV, p. 217), o resultado da restauração do ditongo com base na própria ortografia e não em qualquer pronúncia viva.

A maior abertura, como também refere Cintra 1970 (1983:49), representa apenas um processo de dissimilação, para conservar o ditongo.

A existência dessa pronúncia no SE da Beira faz crer que a monotongação não é autóctone na região, o que, à luz da área de distribuição do fenómeno no país (que põe o SE da Beira como região limite da monotongação: cf. o já citado Mapa 1 da *Nova Proposta* de Cintra) e do que é conhecido do processo histórico do ditongo (cf. a esse respeito o que é dito no **Capítulo II, Secção B, I. Fonética, 1.8.1, §1**), está longe de ser desajustado.

Na parte ocidental da região, nos casos de conservação de *ei* a vogal pode surgir ainda mais dissimilada da semivogal, numa realização semelhante à da Norma: [ɐj];

⁹⁸ Adapto a notação fonética do A. à que aqui utilizamos.

timbres intermédios entre *êi* e *âi*, num processo de instabilidade típico de região de transição, são contudo mais frequentes.

5'] A respeito do surgimento de *ei* em contextos de *oi*, cf. o § do ditongo *eu* a seguir.

6] O ditongo *éi* ([ɛj] da Norma) está tratado atrás no §2.

7] Ditongo *eu* (com *e* fechado, i.e. o [ew] da Norma) — Em próclise antes de consoante, este ditongo monotonga-se em toda a região nos pronomes ‘eu’, ‘meu’, ‘teu’ e ‘seu’: *ê sei de um* ‘eu sei de um’, *o mê dia começava* ‘o meu dia começava’, *vi o tê mais-que-tudo* ‘vi o teu mais-que-tudo’, *num quero o sê carro* ‘não quero o seu carro’. Em outras palavras, o fenómeno é esporádico; e.g. *vendê dois* ‘vendeu dois’, com a entoação principal a recair em ‘dois’. Em posição interior antes de consoante, apenas registei o fenómeno em *Dês* ‘Deus’; também registam essa forma Leitão 2001:41-42&68 (Monforte da Beira), Buescu 1958 (1984:76) (Monsanto), Julião 1958:242 (Zebreira). Em próclise antes de vogal a monotongação já é mais frequente — e.g. *o mê amigo* ‘o meu amigo’ —, embora não se possa considerar o regular na linguagem mais genuína da região.

Quando o ditongo se conserva, o timbre da vogal é (i) onde há velarização de *e*, esse mesmo *e* velarizado, e (ii) onde não há velarização de *e*, o corrente [e] ou, por influxo de *ei*, [ɛ] (cf. sobre o ditongo *ei* e sobre as localidades onde há [ɛ] o §5). Quando há monotongação, o timbre é [e] ou [ɛ], num paralelo com o que se acabou de dizer em (ii).

De forma esporádica, encontram-se confusões entre *eu* e *ou* / *oi* ⁹⁹; e.g. “Esta é que me doou” (por “doeu”), “fiqueu o conto acabado” (por “ficou”). É sabido que desde os primórdios da língua está atestada uma tendência de o ditongo *eu*, sobretudo inicial átono, evoluir para *ou* (v. p. ex. Nunes 1919 (1960:78)); exs. são as formas, ainda hoje fáceis de encontrar nos dialectos e na linguagem popular em geral, *O(u)génia*, *O(u)gena* < EUGENIA, *O(u)lalia*, *O(u)lalha*, *Olaia* < EULALIA, ou, para contexto não inicial, realizações do dia-a-dia como *mo(u) irmão*. ¹⁰⁰ Todavia, se a evolução no SE da Beira teve certamente o contributo desse fenómeno — é natural que da passagem esporádica de *eu* a *ou* se origine, sobretudo em falantes analfabetos (pois não têm uma identificação gráfica a que recorrer em caso de dúvida), uma alternância dos dois ditongos nas mesmas palavras —, teve também outro contributo importante: a proximidade do *o* palatal de *ou* / *oi* com o *e*, velarizado / labializado ou não. A isto ainda se acrescenta um contributo autónomo de *oi*: o contacto com a semivogal palatal, e.g. [peʲ] “pois”. São estas realizações, contudo, esporádicas; e não registei casos de *oi* no lugar de *ei*.

8] Ditongo *éu* (i.e. [ɛw] da Norma) — Apresenta, nos seus fundamentos, o mesmo comportamento que *au* (§4), mas de forma mais moderada; a redução é aqui um traço mais evitado e, embora não disponha de dados suficientemente ricos a este respeito, penso que não se verifica de forma saliente em interior de palavra. E.g. *cé da boca* “céu da boca”.

⁹⁹ Refiro-me aqui, portanto, aos ditongos que a Norma realiza como [ew], [ow] e [oj], ou seja, excluo os que têm uma vogal aberta: [ɛw] e [ɔj]. O ditongo *oi* está integrado em todo este assunto devido à sua relação com *ou*.

¹⁰⁰ A evolução de *eu* para *ou* consiste num fenómeno de assimilação.

9] Ditongo *io* (i.e. [iɐ] da Norma).

a) Em posição tónica — Apresentou-se regular a redução da semivogal (i) nos inquéritos do ALEPG de Idanha-a-Nova, Salvaterra do Extremo, Rosmaninhal, Malpica do Tejo, Foz do Córrego e, no inquérito de Cardoso, o sub-inquérito do ALE de Tinalhas; e (ii) afora ALEPG, no inquérito das Águas (Penamacor). A área do fenómeno pode, naturalmente, ser maior, mas há aqui uma coerência Leste-Sul da região.

Três soluções são possíveis para essa redução:

1. Redução total da semivogal com alongamento do *i* (que ocupa o *tempo* da semivogal), e.g. [r̥ⁱɐδⁱ:] “regadio”.
2. Redução total da semivogal com manutenção do *tempo* do *i*, e.g. [r̥ⁱɐδⁱ] “regadio”.
3. Redução não total, para regime de um vestígio muito fraco, da semivogal (com natural manutenção das condições de *i*), e.g. [r̥ⁱɐδⁱ^w] “regadio”.

O facto de 1 é o mais representativo, ao qual se segue o de 3.

b) Em posição átona, há uma tendência mais abrangente na região para a redução, que se concretiza mais geralmente na síncope do *i* ou, quando a consoante antecedente o permite, na palatalização desta — sobretudo *l* e *n*. E.g. [v̥ⁱɣ^uer^u] “vigário”, [r̥^udⁱz^u] “rodízio”, [betr̥^uak^u] “batráquio”, [r̥ⁱl̥^uɔz^u] “relógio”, [im̥ⁱil̥^u] “Emílio”, [t̥^uɔnu] “(An)tónio”. Quando o timbre da vogal da sílaba tónica é diferente de *i* e pode ser formado um ditongo aceite pelo sistema, também se verifica a mera antecipação da semivogal: [t̥^uɔnju], [s̥^uɔjs^u] “sócio”, etc.. Este resultado, todavia, apresentou-se menos representativo.

Em casos como [r̥ⁱl̥^uɔz^u], é difícil saber se temos lá propriamente a antecipação da glide ou apenas o fenómeno da inserção da glide palatal entre vogal tónica e consoante palatal (2.3, §4).

10] O ditongo final tónico *iu*, que surge nas terceiras pessoas do singular do pretérito perfeito dos verbos da terceira conjugação, diverge do correspondente *io* e mantém-se, para evitar homofonia com a primeira pessoa do singular: (ele) [dr̥^umⁱw] “dormiu” vs. (eu) [dr̥^umⁱ] “dormi”. Quando fica antes de consoante, no entanto, faz-se sentir uma esperada tendência para a redução: [p̥ert̥ⁱil̥^u] “partiu-lho”, [el̥^u v̥ⁱit̥^uδⁱ] “ele viu tudo”.

11] O hiato tónico (acentuado na primeira vogal) *oa* conserva-se regularmente na região, ou seja, não se faz sentir, ao contrário de outros dialectos, a inserção da semivogal velar para quebrar o mesmo. Assim, *boa* e não *boua*, *destoa* e não *destoua*, etc..

Leite de Vasconcelos, nas suas notas de campo sobre a linguagem local, dedicou alguma atenção a este traço, verificando sempre o mesmo que nós (**Anexo**, §3 de 2.2.1.6). Fez o A. notas a esse respeito em Belmonte, Covilhã, Penamacor e Monsanto; são localidades ao Norte da região, o que talvez se prenda com o facto de a quebra daquele hiato ser característica dos dialectos nortenhos (que é onde se conserva o ditongo *ou* primário).

12] O normal ditongo *oa* (i.e. [wɐ],[wa]) e o correspondente tónico, que sofre o acento na segunda vogal, merecem as seguintes observações.¹⁰¹

a) Enquanto pretónico — Neste contexto, *oa* surge sobretudo antes de consoante palatal, apresentando a linguagem da região uma notória tendência para a redução em *o* aberto do segmento (o que notei sobretudo em Cardoso e Foz do Córrego, seguidos de Isna, Rosmaninhal e zona de Penamacor). E.g. *c[ɔ]lhar* “coalhar”, *c[ɔ]lhada* “coalhada”, *(a)c[ɔ]nhar* “(a)coanhar”, *s[ɔ]lheira* “soalheira”.

J[ɐ]quim “Joaquim” é forma excepcional, que se ouve por todo o país e a que o Sueste da Beira não foge à regra.

b) Em posição átona final, reduz-se também por vezes, mas a *a* fechado: *póv[ɐ]* “Póvoa”, *név[ɐ]* “névoa”.

c) Posição tónica — Mais uma vez é campo privilegiado o contexto antes de consoante palatal, onde observei, numa correspondência com o que se passa no contexto pretónico, algumas reduções em *o* aberto: *c[ɔ]nha* “coanha” (Isna, Foz do Córrego, Meimão), *c[ɔ]nhos* “coanhos” (Águas, a par de *c[w'ɐ]nhos*; Meimão), *c[ɔ]lha* “coalha” (Foz do Córrego), *s[ɔ]lho* (Salvaterra do Extremo). Tal como em contexto pretónico, vê-se que a redução em *o* aberto é o resultado mais representativo da linguagem popular.

13] Ditongo *ou* — Há duas questões fundamentais a considerar na abordagem a este traço: a monotongação / conservação (alínea a) e a(s) vogal(is) pronunciada(s) (alínea b).

a) Antes de consoante, o ditongo *ou*, tónico e átono, monotonga regularmente em toda a região estudada; nos outros contextos (ou seja, em pausa ou antes de vogal da palavra seguinte), a realização regular é a conservação do ditongo.

Não obstante, não são propriamente escassas as ocorrências de ditongo conservado também antes de consoante, sobretudo tónico ou átono em pronúncia enfática; com efeito, não há aqui qualquer confusão com as incisivas monotongações meridionais do país.

b-1) Tónico — Em todo o Sueste Beirão (de forma bastante proeminente, aliás), *ou* tónico é pronunciado com um *o* palatal, que é único nos casos de monotongação e se faz acompanhar da semivogal velar nos casos de conservação. Essa semivogal não interfere no timbre normal do *o* palatal, que é [ö], posto que a versão mais atenuada [ò] também seja frequente. Exs.: [l'ör^u] “louro”, [ʃ'öβⁱ] “soube”, [k'ötu] “couto”, [tʰz'ò^wrɐ] “tesoura”.

O fenómeno atinge, sem dúvida, a sua saliência máxima na zona de Isna; já mais intuitivamente, a Foz do Córrego parece estar num ponto intermédio entre Isna e a restante zona.

b-2) Átono — Neste contexto, o resultado normal na região é, sempre que se dá a monotongação, um *o* médio, entre [o] e [ɔ] (que se pode transcrever por [ɔ], dada a maior

¹⁰¹ Este ditongo pode surgir, quer nos dialectos quer na própria Norma, e sobretudo em pronúncia pausada, como hiato (com [u] antes do *a*, naturalmente). No Sueste Beirão, é mesmo mais frequente como tal do que na Norma.

semelhança com o *o* aberto). Quando não se dá a monotongação, o resultado é o mesmo do contexto tónico; de facto, *ou* está aí a ser pronunciado com maior intensidade e, consequentemente, a ser identificado com o contexto tónico. E.g. “roupeiro” como: [r̥ɔp'er^u], em pronúncia normal; [r̥o^wp'er^u], em pronúncia enfática.

Não obstante, foram muito frequentemente notados casos em que o ditongo, átono, monotongado e sem ênfase, apresenta na mesma *o* palatal. Num paralelo com a gradação geral da saliência do fenómeno do *o* palatal inter-localidades que foi feita a respeito do contexto tónico, o patamar mais elevado do *o* palatal átono foi claramente atingido em Isna — onde, em boa verdade, é difícil dizer qual é a realização verdadeiramente regular, na linguagem mais conservadora, do *ou* átono: se *o* não palatal, se *o* palatal. Por outro lado, na zona oriental (concelhos de Idanha-a-Nova e Penamacor e ainda a localidade de Malpica do Tejo), a realização não palatal apresentou-se claramente como o regular. Temos aqui, portanto, uma divergência entre zonas, uma colocada a Ocidente e outra a Oriente. Vemos em outros fenómenos significativos um desfazamento igual ou parecido.

São exemplos de palavras em que o ditongo, embora plenamente átono e monotongado, apresenta sistematicamente o *o* palatal um pouco por toda a região: ¹⁰² “t[õ]cinho”, “p[õ]cochinho”, “p[õ]zio”, “p[õ]pado”, “ch[õ]riço”.

A respeito de esporádica confusão entre *ou* e *eu* e da passagem do *o* palatal a *e* por influxo da semivogal de *oi* e de puro [e], cf. o § de *eu* acima. No § do ditongo *oi* a seguir se tratará da relação de proximidade que há entre *ou* e *oi*.

Uma referência ainda para uma forma particular: em Malpica do Tejo, a sequência contraída ‘ao’ — i.e. preposição ‘a’ + artigo definido ‘o’, que na Norma é comumente [ɔ] (e.g. “fomos [ɔ] cinema”) — apresenta-se sempre com um *o* palatalizado. Tal é apenas um vestígio da evolução daquela sequência para *ou*, que se deu já na fase mais antiga da língua mas não vingou no dialecto padrão. No *corpus* de textos antigos que se edita neste trabalho, surgem vários exemplos; cf. a esse respeito o **Capítulo II, Secção B, II. Morfo-Sintaxe, 1, §1**.

É esta uma forma que destaca a linguagem de Malpica da do resto da região. No § do ditongo *oi*, abordarei formas relacionadas que também remetem para eventuais sub-áreas linguísticas.

Se compararmos os nossos dados com os que Leite de Vasconcelos recolheu na região — cf. o **Anexo** a este capítulo, §1 de **2.2.1.6** —, merecem comentário específico os seguintes pontos.

1) Leite de Vasconcelos parece notar com mais saliência a monotongação do ditongo em posição final de palavra; no entanto, esses dados não são conclusivos. A verdade é que, não sendo propriamente raro ouvir plena monotongação em posição final de palavra, o comportamento verdadeiramente regular da linguagem mais genuína do SE Beirão é conservar aí o ditongo.

2) Os dados do A. referentes ao *ou* átono, apesar de pouco extensos, vão no mesmo sentido dos que aqui apresentamos; inclusive no timbre do monotongo.

3) A extensão que o A. identifica para o *o* palatal tem algumas divergências com a que pudemos constatar.

¹⁰² Note-se que, quando se adjungem sufixos a estes lexemas, tal não provoca o desaparecimento da palatalização; antes se mantém intacta.

Com efeito, nos dados do A. vemos o fenómeno desaparecer em direcção ao Norte(-Nordeste), pois não é registado em Belmonte e tem notas heterogéneas em Penamacor e na Covilhã (que podem indicar já regiões de transição). No mais, está bem atestado na zona, apresentando-se apenas a Sertã, com notas de índole semelhante às de Penamacor e Covilhã, como um caso problemático: por um lado, pode representar um efectivo caso de apagamento do fenómeno; por outro, ele está atestado em Cernache do Bonjardim (mais para Ocidente, direcção em que o traço se tende a apagar), tal como nas localidades próximas de Vila de Rei, Oleiros, Proença-a-Nova. Pode ser de considerar a segunda nota da Sertã (i.e. a que não regista o *o* palatal), que é de 1934, ou seja, das mais recentes; especulando-se, pode-se querer ver aqui um avanço da Norma.

Para o âmbito do nosso trabalho, interessa comentar sobretudo o caso de Penamacor. Nos dados que recolhi *in loco* nesse concelho, obtive clara atestação do *o* palatal em todas localidades ouvidas; inclusive na localidade mais a Norte, Meimão (que está no extremo Norte da região aqui considerada), ele apresentou-se bastante saliente. Como não é crível um avanço do fenómeno nos tempos mais recentes (i. é, entre a época de Leite de Vasconcelos e a actual), os dados do A. não reflectem a linguagem mais genuína da região.

A respeito da questão da Sertã, aduzirei que foi em Isna, a localidade que lhe está mais próxima sobre que tenho dados, precisamente onde o traço do *o* palatal se apresentou mais saliente. Dessa forma, e levando em consideração a restante geografia do traço do *o* palatal que os dados do A. indicam, a nota de 1934 sobre a Sertã está longe de ter de patentear um processo de enfraquecimento do traço.

14] Ditongo *oi* ¹⁰³ — Devido à conhecida “relação de alternativa” ou “confusão” entre este ditongo e o ditongo *ou*, a que se fez referência na **Introdução** (sub-ponto 4.1-*b*’ da «Esquematização» presente no §2 do ponto **2. Inclusão numa área dialectal idiossincrática**), *oi* tem, em muitos aspectos, um comportamento semelhante àquele. A respeito do comportamento desse ditongo, cf. o § anterior. Abordaremos *oi* nos mesmos moldes em que abordámos *ou*.

a) Monotongação — Quando é próprio *oi* que está realizado, não há monotongação regular. Todavia, devido à referida alternância entre *ou* e *oi*, casos há em que, se se verifica *oi* na pronúncia, *ou* exerce um influxo tal que o próprio *oi* que se está a realizar sofre tendência para monotongar. Tal trata-se, contudo, de uma mera tendência, i. é: a semivogal enfraquece, pode até ficar quase imperceptível, mas não cai totalmente. Há assim uma diferença com *ou*, que tem a ver com os elementos constitutivos do ditongo e com a origem da monotongação: em *oi*, a vogal e a semivogal são de pontos articulatorios opostos, pelo que não se faz sentir uma propensão para a monotongação. ¹⁰⁴

¹⁰³ Tratarei aqui apenas o ditongo correspondente ao [oj] da Norma; no ditongo [ɔj] não foram verificados fenómenos que mereçam comentário.

Como vemos no **Anexo**, §2 de **2.2.1.6**, Leite de Vasconcelos terá registado, em nota feita sobre a linguagem de Castelo Branco em 1916, que “Aos ditongos [ôi] e ôi da pronúncia normal corresponde sempre ôi com um *o* palatalizado: ôito, dôï” (a nota é da editora que compilou os apontamentos de Leite). O ditongo ôi será tratado no decurso do texto; quanto a ôi, afigura-se uma divergência entre os dados que pude observar e os do A. — que, em boa verdade, são demasiado escassos para um desenvolvimento da questão. (Note-se que esses dados se resumem, no que toca a ôi, à forma dôï = ‘dói’, pois no Sueste da Beira ‘oito’ não é, no que concorda com a maior parte do País, pronunciado com *o* aberto.) De facto, não tem sido notada palatalização do ditongo ôi no SE da Beira.

¹⁰⁴ É verdade que em *ou* a linguagem da região tem um *o* palatal, que acaba por distanciar os elementos constitutivos; mas nem essa distanciação tem necessariamente de ser suficiente (joga a favor disso o facto

Em todo o caso, quando há a tendência referida o ditongo *oi* insere-se no comportamento de *ou*: a monotongação dá-se, normalmente, apenas antes de consoante, e não é o fenómeno extremamente incisivo e quase absoluto dos dialectos meridionais.

b-1) Timbre da vogal em contexto tónico — A não ser em posição interior de palavra antes de vogal, que é o contexto em que *oi* não se pode identificar com *ou* (pois este não ocorre nesse contexto), a realização da vogal de *oi* é, de forma regular, a mesma da de *ou*. Dessa forma, temos, em palavras como ‘moio’ ou ‘joio’, o etimológico [o] por defeito: [m'oju], [ʒ'oju]¹⁰⁵; mas em palavras como ‘noite’ ou ‘toiro’, um [õ] ou [ò], tal como *ou*: [n'õtʰ], [t'õjrʰ].

b-2) Timbre da vogal em contexto átono — O quadro aqui não é muito diferente, mas há uma divergência de interesse. Quando *oi* se pode identificar com *ou*, a vogal é: ou palatal, com as mesmas limitações que se viu para *ou*; ou — e aqui está a diferença — [o], com a conservação do timbre etimológico a par da conservação da semivogal (pois *oi* não tem, como já ficou dito, o regime de monotongação que tem *ou*).

Tanto para o contexto tónico como para o átono, as demais questões respeitantes ao *o* palatal que foram referidas no § de *ou* aplicam-se, de forma natural, aqui.

Farei referência ainda a duas palavras de uso frequente que, apresentando divergências nas realizações, podem indicar zonas linguísticas particulares. Para tal, basear-me-ei apenas nos materiais do ALEPG.

1. ‘Pois’ e derivados — Na generalidade das localidades, a semivogal predilecta é a palatal, que se conserva normalmente. Formam excepção Malpica do Tejo e Foz do Cobreão, onde não só a semivogal palatal não é utilizada, como a semivogal utilizada, a velar, foge normalmente à total elisão (ou seja, a monotongação não se dá de forma regular nesta palavra).

Para além disto, e mais uma vez ao contrário das outras localidades, em Malpica e na Foz a forma sem palatalização também é frequente.

de existir na região, apesar de tudo, a monotongação e de esta só se verificar de forma regular antes de consoante, ou seja, distingue contextos, o que indica que não está abstraída de uma razão de ser), nem o fenómeno da monotongação tem de ser autóctone na linguagem da região (antes não parece ser, pois é menos incisiva aí do que no Sul do país). Uma coisa é contudo certa: o *o* palatal vem de um sistema em que o ditongo *ou* ainda não tinha monotongado, pois é a esse contexto que ele está restrito.

¹⁰⁵ Formas como estas mostram portanto, de forma concludente, que *oi* só tem o palatal por influxo de *ou*; tem de haver uma alternância possível entre os dois ditongos.

Como se pode ver no §2 de **2.2.1.6** do **Anexo** a este capítulo, Leite de Vasconcelos fez, em 1916, apontamentos sobre a linguagem de Medelim (conc. de Idanha-a-Nova) que levaram a editora que os interpretou e sistematizou a escrever: “O ditongo *oi* pronuncia-se *õi*: *mõio*, *dõix*, *bõi*”. Fica por saber se a nota é plenamente geral ou se restringe aos exemplos aduzidos mas, em todo o caso, avulta a forma *mõio*; é porém apenas uma forma isolada, que não tem força para contradizer os dados que aqui utilizamos. Noutra nota, respeitante a Castelo Branco e feita em 1916 (que já aqui citámos a respeito de outra questão), regista a editora: “Aos ditongos [*õi*] e *ói* da pronúncia normal corresponde sempre *õi* com um *o* palatalizado: *õito*, *dõi*”. O caso de *ói* já ficou comentado; a respeito de *õi*, os dados são aqui ainda mais vagos: o único exemplo aduzido é *õito*, em que há pelo menos alguma alternativa histórica com *ou* (i.e. *outo* / *oito*; cf. e.g. Huber 1933 (2006:200), Vasconcelos 1934:288).

Temos assim que, em Malpica e na Foz, ocorre *pous*, com ou sem o palatal e com a glide mais ou menos atenuada; nas outras localidades, *pois*, com o palatal ¹⁰⁶.

2. ‘Dois’ — A maioria das localidades tem um comportamento semelhante ao visto para ‘pois’ e derivados: as realizações regulares são *dois*, com o palatal e a glide normalmente mantida. Malpica foge, mais uma vez, à regra, apresentando um comportamento parecido ao de ‘pois’: a forma normal é *dous*, com o palatal.

Fica por comentar de forma definitiva apenas a Foz do Córrego, pois não disponho para essa localidade, a respeito deste fenómeno, de dados inteiramente conclusivos. Os dados de que disponho vão no sentido de que a Foz marca um meio-termo entre Malpica e as restantes localidades: tende às realizações de Malpica mas não tão radicalmente, sendo aí as realizações com semivogal palatal menos improváveis.

Tendo presente a posição geográfica das localidades, podemos dizer que: (i) os dados respeitantes a ‘pois’ e derivados apontam claramente para uma sub-área linguística do Sul da região em estudo; (ii) sub-área que, nos dados respeitantes a ‘dois’, se não pode ficar totalmente confirmada, fica-o de certeza para Malpica; (iii) na verdade, o que esses dados sugerem é que Malpica representa mais perfeitamente essa sub-área.

14’] A respeito de esporádica confusão entre *ou* e *eu* (com *e* fechado), que leva por arrasto, nos casos em que pode haver identificação *ou* / *oi*, este ditongo, cf. o §7 acima; aí também se trata da passagem do *o* palatal a [e] por influência do próprio [e] e da semivogal de *oi*.

14’’] Nos casos em que temos *oi* derivado da inserção da semivogal palatal entre o tónico e consoante palatal (fenómeno que se insere no fenómeno geral da inserção de semivogal entre vogal tónica e consoante palatal, tratado adiante em 2.3, §4), a palatalização é apenas esporádica e, de regra, mais ténue. São exemplos com palatalização: [b'òʲʌ] “bolha”, [t'òʲʒʷ] “tojo”, [ɐm'òʲʒʷ] “amojo”, formas que se podem ouvir por toda a região.

Esse carácter esporádico não tem de dizer que o fenómeno da inserção de semivogal palatal entre vogal tónica e consoante palatal é posterior ao da palatalização de *o*; o carácter do primeiro fenómeno é, intrinsecamente, mais ténue — a semivogal tem normalmente uma pronúncia débil, tal como pode ser omitida com facilidade —, ao mesmo tempo que uma consciência do contexto, aplicando-lhe um carácter distinto dos contextos de *ou*, é fácil.

15] Ditongo *ua* (i.e. [wɐ],[wa]).

a) Em contexto pretónico, num evidente paralelo com o correspondente fonético (mas divergente etimológico) *oa* visto no §12 atrás, *ua* pode por toda a região vir reduzido a *o* aberto: *c[ɔ]resma* “quaresma”, *c[ɔ]renta* “quarenta” (formas que se ouvem por todo o país), *c[ɔ]rtel* “quartel” (no sentido de “uma refeição qualquer”, capturado na Foz do Córrego).

¹⁰⁶ Nestas localidades pode também ocorrer *poi*, com apócope da consoante (que não interfere no timbre da vogal); cf. a esse respeito **II. Morfo-Sintaxe**, 6, §2.

C[a]lquer “qualquer” apresenta o *a* devido ao elemento formativo ‘qual’, onde, devido ao factor tonicidade, é *a* o esperado (cf. a seguir alínea c).

b) Em contexto postónico pode verificar-se com facilidade uma tendência etimológica, que se faz sentir ainda em algumas palavras, de antecipar a semivogal para junto da *a* ou *e* abertos tónicos quando entre aquela e estas está uma oclusiva ou fricativa velar; normalmente, é deixada também uma *cópia* da semivogal na posição de origem. E.g. [ʔawɣ^wɐ] “água”, [ʔɛwɣwɐ] “égua”. É fenómeno que se verifica em toda a região.

Notem-se ainda os casos de: 1) “tábua”, que é em toda a região regularmente [tʔawβwɐ] — dando-se assim a antecipação num contexto em que a glide era originariamente antecedita de oclusiva ou fricativa bilabial; 2) [awɣwɛtʔar] “aguentar”, realização que se verifica também por toda a região e em que o *a* não é tónico mas é aberto, percepções que se podem confundir (se não há etimologia popular com ‘água’); e 3) [iwɣwɛlʔar] “igualar”, forma que ouvi no concelho de Idanha-a-Nova e em que o fenómeno se dá junto de *i*. Buescu 1958 (1984:86), ao falar do fenómeno que estamos a ver, também regista o caso de [iwɣwɛlʔar], junto de [ɛwɣwɛlɐrʔɛmuʃ] “igualaremos”, este com *a-* por *i-*. Talvez a primeira forma venha por arrasto de um subjacente “igualar” com *a-* no lugar de *i-*, tornando assim menos estranho o caso; mas também não seria verdadeiramente estranha a extensão do fenómeno a *i*.

Buescu apenas nota a antecipação de *u* quando este é antecedido de oclusiva (ou fricativa) velar; não nota casos do tipo de *táubua* (cf. Buescu 1958 (1984:86-87)). Por outro lado, nota o fenómeno também em “trago” (portanto [trʔawɣu]).

c) No contexto tónico, também há diferenças com o segmento visto no §12 (que, como ficou dito, é correspondente fonético mas divergente etimológico, o que explica as diferenças): em *ua* há também muita redução, mas em direcção de *a*. E.g. *glʔa[rda-chuva]* (Isna), *(a)c[ɛ]ndo* “(a)quando” (Isna, Monsanto, Benquerença, Meimão, Águas (aqui a par da conservação de [wɛ]), etc.), *c[ɛ]ntas* “quantas” (Monsanto, etc.), *mong[ʔa]l* “mangual” (Idanha-a-Nova, Alcongosta), *c[a]ise* “quase” (Benquerença), *c[a]l* “qual” (Cardosa). A redução em *a* é o resultado normal na linguagem genuína da região, posto que o influxo da Norma ou de outros dialectos se faça sentir.

16] Inserção de semivogais em fonética sintáctica — Quando duas vogais, pelo menos uma tónica ou átona mas aberta, entram em contacto em fonética sintáctica, e nenhuma é velar, insere-se em toda a região a semivogal palatal entre elas para quebrar o hiato. E.g. “a [j] água”, “uma [j] eira”, “uma [j] erva”, “é [j] ele”, “é [j] isto”, “era [j] à mão”, “era [j] isto”. Na Foz do Córrego, notei ainda o caso “a [j] andar”, onde não se esperaria o fenómeno.

Quando uma dessas vogais é velar (podendo ser palatalizada), insere-se frequentemente a semivogal velar, embora com clara menor intensidade (quer qualitativa quer quantitativa). Em Malpica do Tejo e Isna, notei mesmo muito pouco do fenómeno; mas entre essas duas localidades, na Foz do Córrego, o fenómeno apresentou-se muito saliente¹⁰⁷. E.g. “a [w] horta”, “marca [w] outro”, “ó [w] Ana”.

¹⁰⁷ Está nessa distribuição geográfica um bom exemplo de que podem por vezes existir diferenças importantes entre localidades próximas.

1.7. Outros fenómenos respeitantes a vogais

1] Nasalização de vogal por contacto com consoante nasal.

a) Em todo o Sueste da Beira se dá regular nasalização de vogal tónica por contacto com consoante nasal seguinte em início de sílaba. E.g. *câma* “cama”, *bânho* “banho”, *ãno* “ano”. Como se vê dos exemplos, qualquer consoante nasal desencadeia o fenómeno, mas não desencadeiam todas com a mesma facilidade: *n* é a que mais facilmente desencadeia, e o *n* palatal está na outra ponta da escala.

Na região de Penamacor o fenómeno é marcado; em Malpica do Tejo e na Foz do Córrego (as duas localidades mais a Sul de que analisamos aqui dados), ele deu também a impressão de decrescer em relação ao resto do SE da Beira, embora pareça existir mais do que em Penamacor. No resto, apresentou-se muito saliente e incisivo.

A respeito do contexto átono, pode-se dizer tudo o que se disse acerca do tónico, mas com uma decisiva ressalva: aqui o fenómeno, dependente da intensidade da vogal — uma vogal átona com forte ênfase tende, naturalmente, a comportar-se como uma tónica —, dá-se apenas de forma fundamentalmente esporádica e com a nasalização diminuída. No contexto tónico, apenas esporadicamente se diminui a nasalização.

b) Quando uma vogal tónica sofre contacto com uma consoante nasal antecedente, também pode nasalizar, mas de forma esporádica (a excepção foi a localidade de Isna, onde o fenómeno se apresentou, quando a consoante é *m* e a vogal não é *a*, muito frequente). E.g. “alm[’õ]ço”, [mẽw] “meu”.

Também esporádica, e agora atenuada, é a nasalização de vogal átona nestas condições; cf. o que se disse a respeito de idêntico contexto no que está tratado na alínea *a*.

Pode fazer-se para estes fenómenos uma relação geográfica semelhante à que foi feita para os fenómenos da alínea *a*.

2] Nasalização das átonas finais — Genericamente na margem esquerda do Ponsul — precisamente nos inquéritos do ALEPG de Malpica do Tejo, Rosmaninhal, Salvaterra do Extremo e Idanha-a-Nova —, registou-se frequente nasalização das vogais átonas finais (qualquer uma, paragógica ou não). E.g. *malĩ* “mal”, *senhorã* “senhora”, *braçũ* “braço”. A nasalização não é muito intensa, podendo mesmo amiúde ser bastante ténue; mas é sempre bem perceptível.

Pode-se dizer que o fenómeno se restringe fundamentalmente a contextos de ênfase, mas a própria ênfase depende da entoação da fala, e certos falares têm uma entoação mais expressiva do que outros. A entoação dos falares do Sul de Portugal é distintamente conhecida no país, e a nasalização das vogais átonas finais tem sido apontada como um traço característico do Sul: cf. e.g. Vasconcelos 1901 (1970:73), Florêncio 2001 (2005:40).

Citarei a este propósito, mais uma vez (já o fiz na **Introdução**, onde foi acrescentada a opinião, concordante, de Orlando Ribeiro), que na Beira Baixa se diz que “o Alentejo começa no Ponsul” — o que coincide com os dados vistos —, mas Martins 1954:156&186 refere, para Alconçosa e Póvoa de Atalaia (localidades do concelho do

Fundão, que estão à sombra da serra da Gardunha e fogem à zona do Ponsul), o que parece ser a nasalização enfática de *e*, *i* e *o* átonos finais. São esses, na verdade, dados imprecisos e que não podem contrariar o carácter geral que os dados do ALEPG patenteiam. Diremos que (i) é muito natural (dada a necessária relação entre as localidades) que o fenómeno da nasalização das átonas finais também se verifique, no Sueste Beirão, em mais zonas / terras do que aquelas em que o notámos; e (ii) que esse é um fenómeno que, devido à sua estreita relação com a entoação enfática (e, por aí, o discurso mais espontâneo e emotivo), deve ser analisado com especial cuidado e só pode ter o seu verdadeiro carácter plenamente estabelecido usando de contactos muito prolongados e privilegiados com um grande número de falantes e localidades da região; mas (iii) para todos os efeitos, ele só surge nos nossos dados de forma saliente em localidades que formam uma clara coerência geográfica, não só entre si mas também com a distribuição geográfica geral que tem sido notada para o mesmo fenómeno. (iv) Apresenta-se claro à luz desses factos, portanto, que podemos dizer que o fenómeno da nasalização das átonas finais tem, na região, uma forte identificação com a sua parte Sueste, i.e. uma zona globalmente plana que é tradicionalmente identificada com o Alentejo / Sul do país (por contraposição às zonas de relevo irregular, abundante em serras, do Norte / Ocidente da Beira Baixa); Sul do país de onde é característico o traço.

Quanto à ausência do fenómeno na Foz do Cobreão — a localidade, das estudadas, mais imediatamente confinante com o Alentejo —, diremos que está longe de ser impossível supor a respeito do traço em questão uma idiosincrasia / diferente filiação da referida localidade, ou até da área em que ela se insere — o que, claro está, pode também ser dito a respeito da margem esquerda do Ponsul. Mas não precisamos de ir por esse caminho, pois há aqui um aspecto que pode ser decisivo: o facto de o inquérito da Foz do Cobreão ser dominado quase totalmente por um informante masculino. Com efeito, o fenómeno da nasalização das átonas finais apresentou-se sempre como um traço de cariz muito mais feminino do que masculino; a isso não é alheia a mencionada relação do fenómeno com a pronúncia / entoação enfática.

Em Malpica do Tejo e no Rosmaninhal, provavelmente devido ao fenómeno de abertura do *a* átono final (1.1, §1), a nasalização dessa vogal apresentou-se muito frequente; mesmo fundamentalmente regular, pelo menos nas mulheres, na primeira localidade.

3] Prótese vocálica — Como é a norma nos dialectos portugueses, apenas a vogal *a* pode protagonizar este fenómeno de forma importante no sistema.

Em toda a região é frequente a prótese dessa vogal (naturalmente de timbre fechado) em palavras iniciadas por consoante: *alâmpada*, *aloja*, *aleite*, *avoar*, *aquando*, etc. Quando sofrem prefixação, essas mesmas palavras tendem a manter o *a*-; assim *avoar*—*desavoar*, *amontar*—*desamontar*, etc..

Trata-se de um fenómeno que atingiu muito nitidamente a sua intensidade máxima na Foz do Cobreão, onde se apresentou extremamente frequente. Pode-se querer relacionar esse facto com o que Vasconcelos 1901 (1970:102) diz a respeito da distribuição do traço: “La prothèse d’un *a* est un phénomène très fréquent dans le langage de tout le pays, par ex. *alembra*, *arrã* «*ã*», *alinterna* «*lanterna*», *arreceber* «*receber*» (surtout devant *l* et *r*); mais dans l’Alentejo (Alandroal), ce phénomène a une grande extension: *abomba* = bomba, *axumaço* = chumaço.” Para todos os efeitos, a Foz é a localidade mais próxima da zona em questão.

3'] A consciência do fenómeno provoca de vez em quando hiper-correcções / aféreses. E.g. *pagar* “apagar” em Idanha-a-Nova; *marelo* por “amarelo” é forma estendida na região (registei-a em Malpica do Tejo, Foz do Cobreão, Cardoso e Idanha-a-Nova, aqui a par da forma com *a-*; apenas registei a forma com *a-* em Monsanto, Rosmaninhal, Alcongosta e Isna).

4] Na maior parte da região, notei muito regular o desenvolvimento de [n] entre verbo terminado por vogal ou ditongo nasais e vogal oral seguinte. Exs.: “Vêm *n* os caçadores a apanhar caça”, “Picavam *n* as pernas às mulheres”, “Os chibos têm *n* a mania”, “Quando vêm *n* a acarretar o vinho”, “Iam *n* a buscar porcos”, “Tem *n* assim uns aguilhões”, “Têm *n* idade para ter juízo”.¹⁰⁸ Quando o *n* ocorre antes da vogal que representa o artigo definido, pode ver-se aí uma sobrevivência, depois de assimilação ao segmento nasal antecedente, do *l* do artigo antigo (*lo* < *ILLU-*, etc.; a etimologia do artigo é idêntica à do clítico acusativo *-no(s)*, *-na(s)*); mas voltaremos a esta questão.

Nos dados do ALEPG, apenas não dei pelo fenómeno em Alcongosta, ao passo que em Cardoso perdeu alguma proeminência. Nos dados de Penamacor, que são diminutos em comparação com aqueles, o fenómeno também pareceu perder intensidade. Em Meimão ouvi, por outro lado, “Fecharam-a num quarto e deixaram-a lá morrer”, onde o fenómeno, etimologicamente (e na Norma), tem de surgir — pois aqui é o clítico acusativo que segue o verbo, onde há sempre *n*. É uma expressão hiper-correcta, que demonstrará confusão no fenómeno.

Em todo o caso, de acordo com o padrão dos dados de Penamacor e sua conjugação com os do ALEPG o traço abranda no Norte da região estudada. Cardoso aponta para uma perda também em direcção em a Oeste.

Buescu 1958 (1984:103) refere a propósito do fenómeno que “Quando [...] uma palavra termina em vogal ou ditongo nasal, seguindo-se uma vogal, desenvolve-se entre ambas um som *n* de transição”, estendendo o contexto para lá de quando há um verbo na estrutura; no entanto, apenas aduz exemplos com essa construção, nomeadamente:¹⁰⁹ “chamam *n* o homem”, “fizeram *n* ali uma casa”. Por outro lado, a p. 104, ao abordar outra vez o fenómeno no seguimento do sub-caso dos artigos definidos, já é aduzido um exemplo extra construção verbal: *em-no*, exactamente no caso “Em na aba do tchapéu...”; essa expressão, regular na língua antiga — que nos chegou sob a forma “no”, depois de aférese do *e-* — e um claro caso particular, não pode por si só representar uma verdadeira extensão de contextos do fenómeno. Note-se ainda que, aqui, a A. já não apresenta uma visão tão regular e absoluta do mesmo; cf. Buescu 1958 (1984:104).

Nos dados que aqui utilizamos, o fenómeno não surgiu com boa presença afora construção com forma verbal antecedente, embora, quer pela natureza fonética do traço, quer pelos casos desse tipo que se podem encontrar pela linguagem popular de todo ou quase todo o país (“não *n* a comi”, etc.), seja perfeitamente aceitável a sua extensão de contextos.

De qualquer das formas, uma maior ligação do fenómeno ao contexto verbal favorece decididamente a hipótese analógica da sua origem, do tipo do que Buescu expõe: “Este fenómeno poderá ter sido facilitado pela analogia com as formas *no*, *na*, *nos*, *nas* do artigo e do pronome pessoal depois de vogal nasal [...]” (Buescu 1958 (1984:103)).

¹⁰⁸ Como seria de esperar, o pronome clítico acusativo *-no(s)*, *-na(s)* mantém o *n* na linguagem da região: “viram o pato e mataram-no”, etc..

¹⁰⁹ Modifico ligeiramente a forma como a A. apresenta os exemplos, para facilidade de exposição.

Favorece também esta hipótese o facto de o fenómeno (que exclui os clíticos *-no(s)*, *-na(s)*) atingir o seu nível máximo quando há um artigo definido na estrutura; fica claro um comportamento do artigo análogo ao do clítico.

4'] Raramente, o *n* dissimila em *l*: “Têm *l* as muito compridas”, “Co’ *l* o burro” (caso em que, depois da dissimilação, se deu a desnasalação da preposição).

5] Paragógica de semivogal ou vogal átona — Nos inquéritos do ALEPG de Alcongosta — embora apenas no informante 7, que é da povoação próxima de Telhado (cf. a localização desta terra, freguesia do município do Fundão, no **Anexo Geral II**) — e Isna, pude registar a inserção de um *schwa* a seguir a quaisquer semivogal ou vogal átona finais em pausa (embora sobretudo [u]/[w]). E.g. [ɐmɐp'ã lui] “amanhá-lo”, [nẽwi] “não”, [ɐr'ẽzɐi] “arranja”.

Trata-se de um fenómeno que, apesar de ser evidente, não atinge níveis muito elevados de frequência; é marcado e está num processo de progressivo apagamento. Notei-o mais no inquérito de Alcongosta do que no de Isna.

2. Consonantismo

Cumprir fazer as seguintes notas prévias.

1] Encararemos as consoantes a partir do seu ponto de articulação, que é a abordagem que melhor atende aos fenómenos dos dialectos portugueses.

A respeito do modo de articulação, há a referir a maior lenição, por comparação com a Norma, que as oclusivas sonoras (/b,d,g/) sofrem na linguagem do Sueste da Beira (apenas na Foz do Cobre não pude notar o fenómeno de forma inquestionável); i.e. as oclusivas sonoras não só passam mais facilmente a fricativas / oclusivas fricativizadas ([β,δ,ɣ]) como o seu abrandamento é mais intenso, podendo mesmo, esporadicamente, dar-se a síncope. É assim que temos, p. ex., [ʃɛk'ɔvj ɐ] “sacode-a” (Monsanto) ou [rʰfueð'oru] “refogadouro” (Alcongosta); no primeiro caso, /d/([δ]) evoluiu para /v/, a fricativa *pura*¹¹⁰ mais próxima (Monsanto não dispõe de /z/, mas apenas de /ʒ/); no segundo, como /g/([ɣ]) não tem fricativa *pura* em que se apoiar, sincopou *pura* e simplesmente. Casos de evolução de /b/ para /v/ são mais difíceis de distinguir, devido ao fenómeno superior de confusão entre *b* e *v*.

O que se mencionou vale para o contexto intervocálico — a posição por defeito das oclusivas fricativizadas da Norma — e mesmo, amiúde (caso de que estão excluídas, em princípio, as síncope), para o contexto junto de qualquer segmento sonoro contínuo; com efeito, na linguagem da região as oclusivas sonoras têm uma grande facilidade de assimilação a segmentos sonoros e, conseqüentemente, de abrandarem.

É este um traço que afasta a linguagem da região da do Sul, onde as próprias oclusivas intervocálicas têm pouca ou nenhuma tendência a fricativizar; pelo contrário, o

¹¹⁰ [δ], apesar de ser, articulatoriamente, uma fricativa, mantém uma relação facilmente perceptível com /d/; é uma *oclusiva fricativizada*.

traço aparenta a linguagem do SE Beirão com o Centro-Norte do país. Concordam com isso os seguintes factos: a já mencionada ausência aparente do fenómeno na Foz do Cibrão, a localidade das estudadas que está mais próximo, geograficamente, do Alentejo; a maior saliência que o fenómeno, em termos gerais, apresenta em falantes de ápico-alveolares.

1'] Poder-se-á referir ainda a respeito do modo de articulação a maior instabilidade que as líquidas (laterais e vibrantes), por comparação com o resto do sistema consonântico, sofrem; é este um facto muito conhecido nas línguas do mundo. Assim, *l* e *r* têm especial propensão para sofrerem, entre elas, metáteses, dissimilações, etc; e.g. *Barnaldo* “Bernardo”, [pl iz'ẽpl^u] “por exemplo”, “chegam à idade de eles começarem a [s'el 'õmẽf] ‘ser homens’”, *Calros* “Carlos”, *bolboreta* “borboleta”, *Galireia* “Galileia”, [almtr'ie] “almotolia”. É [r] a consoante que mais sofre instabilidade, o que está coerente com a sua maior proximidade, por comparação com as restantes consoantes, das vogais.

Devido à sua proximidade articulatória com *l* e *r*, também a nasal *n*, embora menos frequentemente, se pode ver envolvida em processos análogos: *alimal* (ou *alimel*) “animal”, *jorlaneiro* “jornaleiro”, etc..

2] Não há na região *r* múltiplo uvular, apenas alveolar; assim, as duas vibrantes serão tratadas no sub-ponto dedicado às consoantes alveolares e dentais (2.2.2).

É tratado no mesmo ponto o *l* final de sílaba, que na Norma é sempre velarizado ([ɫ]).

3] As consoantes possíveis em final de palavra no dialecto da região, como no português em geral, são as duas líquidas — *l* e *r* — e as sibilantes *s* ou *z* (realizadas: (i) como fricativa palatal *a*) surda em pausa ou quando seguidas de consoante surda na cadeia falada, *b*) sonora quando seguidas de consoante sonora na cadeia falada; (ii) como próprio *z* quando seguidas de vogal na cadeia falada). No entanto, como se vê nos §§ respectivos: 1, dá-se na região normalmente a paragoge de uma vogal de timbre entre o neutro e *i* a seguir às líquidas finais em pausa (fora de pausa as consoantes estão, para todos os efeitos, dentro de *palavra* fónica); e 2, pode dar-se a seguir a *s,z* no mesmo contexto a paragoge de uma vogal de timbre sujeito ao da vogal da sílaba antecedente. Temos assim que, quando o sistema atinge o cúmulo — ou seja, quando se dão regularmente os dois tipos de paragoge, o que não acontece em toda região —, deixa de haver consoantes em final de palavra; apenas vogais ou semivogais. Isto manifesta uma aversão à existência de consoantes em final de enunciado (i.e. em pausa).

2.1. Labiais

1] Desenvolvimento de semivogal entre consoante labial (i.e. *p*, *b*, *m*, *f* e *v*) e vogal tónica.¹¹¹

¹¹¹ Apenas disponho para este traço de dados suficientemente abundantes relativos aos inquiridos do ALEPG; os restantes dados que colhi *in loco*, contudo, vão no mesmo sentido das informações referidas.

a) Semivogal velar — As consoantes labiais podem apresentar um prolongamento, por meio de [w], antes de vogal tónica, sobretudo *a* e *e* oral fechado (velarizado ou não velarizado) ou nasal. E.g. [m^waj^u] ‘Maio’, [pw^warvɐ] ‘parva’, [kɐb^wʌʂɐ] ‘cabaça’, [irm^wɛ̃] ‘irmã’, [v^wɛr]/[v^wɛr] ‘ver’, [f^wɛʃ]/[f^wɛʃ] ‘fez’, [kɐb^wɛʃ^u]/[kɐb^wɛʃ^u] ‘cabeço’, [p^wɛt̪] ‘pente’.

Quando a vogal tónica é *u*, o fenómeno virtualmente não se dá, pois resultaria uma sequência — [w^u] — com elementos demasiado próximos; quando a vogal é *i*, o fenómeno é também muito raro; com as vogais *o*, pode surgir com maior facilidade mas nunca com grande saliência (e.g. [f^wɔl̪] ‘fole’ (Rosmaninhal), [rɐp^wozɐ] ‘raposa’ (Cardosa)); com *e* aberto, velarizado ou não velarizado, surge com facilidade na área ocidental (sobretudo na Foz do Córrego, e.g. [p^wɛðrɐ] ‘pedra’, [ajvw^wɛkɐʃ] ‘aivecas’) e com esporadicidade na área oriental; com *e* médio (i.e. o *e* proveniente da montongação de *ei*, *eu*), surge mais uma vez esporadicamente.

Há uma divisão geográfica a fazer. 1) No eixo Alcongosta—Foz do Córrego, o fenómeno dá-se sobretudo antes de qualquer *e*; antes de *e* fechado oral (velarizado ou não) e nasal, atinge grande saliência e regularidade (sobretudo em Alcongosta, Isna e Foz do Córrego). 2) Na restante parte da região o fenómeno é mais eclético, surgindo com maior facilidade relativa em qualquer contexto e com menos intensidade em qualquer deles do que a que se regista antes de *e* na outra parte do SE da Beira (com excepção do informante 5 de Malpica do Tejo, em que no contexto antes de *a* o fenómeno se apresentou muito frequente); não obstante, surge sobretudo antes de *a* e *e* fechado (velarizado ou não velarizado).

Como se pode ver no §2 de 2.2.1.2 do **Anexo** a este capítulo, de todos os fenómenos citados Leite de Vasconcelos registou apenas *in loco*, nas partes central e ocidental do distrito de Castelo Branco, o desenvolvimento de semivogal velar entre consoante labial e *e* tónico oral (fechado ou aberto). Tendo em conta que os dados do A. a respeito da linguagem da região não são os mais abundantes e que foi precisamente naquela área que notámos o desenvolvimento de [w] antes de *e* como mais saliente, podemos verificar uma coincidência entre os dados que utilizamos aqui e os que Leite de Vasconcelos recolheu. A respeito de outras regiões, do Norte ao Sul, o A. nota na *Esquisse* fenómenos que se podem querer relacionar (Vasconcelos 1901 (1970:78-83)).

b) Semivogal palatal — Muito raro e ténue, embora estendido na região, é o desenvolvimento de [j] entre consoante labial e vogal tónica. As ocorrências são muito escassas e marcadas para se poder estipular uma regra com certeza, mas parece haver uma harmonia vocálica a reger o fenómeno: o seu contexto próprio será quando (i) está antes de vogal palatal que não *i* (i. é, uma vogal palatal como a semivogal que se desenvolve mas que não seja *i*, que lhe é demasiado próxima) e (ii) quando na sílaba anterior está ou esteve um *i*. E.g. [tiv^jɛrɐw] ‘tiveram’ (Cardosa), [ʃɛf^jɛr] ‘ceifar’ (Salvaterra do Extremo), [pim^jɛt̪^uʃ] ‘pimentos’ (exemplo recolhido em Salvaterra do Extremo, mas é forma que se pode ouvir um pouco por toda a região).

Leite de Vasconcelos ouviu em Alpedrinha o caso *miel* (cf. o §2 de 2.2.1.2 do **Anexo**), que se relaciona com o que vimos; como a palavra surge citada sem contexto, ficamos sem saber se pode ter sido proferida com um *i* antecedente em fonética sintáctica.

Mais nada há a notar a respeito de *p*, *m* e *f*.

2] Alternância entre as consoantes *b* e *v* — Para a região abrangida pelo ALEPG (ou seja, deixando de fora o concelho de Penamacor), veremos, complementarmente às informações recolhidas no confronto com a linguagem local, dados estatísticos obtidos nas transcrições dos inquéritos; estamos na presença de um fenómeno que, sem dados estatísticos, não pode ser abordado convenientemente. Esses dados não descerão, a não ser em dois casos em que tal se exige, ao nível dos informantes, pois há informantes que intervêm muito pouco nos inquéritos e sobre os quais se dispõe de poucos dados biográficos.

No que toca aos dados de Penamacor, direi já o que pude observar: confusão esporádica entre as duas consoantes, sendo o estado de língua, claramente, de oposição /b/~/v/; havendo alguma ‘troca de *v* por *b*’ e vice-versa — sobretudo a primeira, i.e. mais *baca* ‘vaca’ do que *voi* ‘boi’ —, essa troca não deixa de ser ocasional e o estado de língua não deixa de ter os dois fonemas /b/ e /v/ — identificando-se portanto com a Norma. O mesmo se pode concluir de Cordeiro 1939, que trata *A língua e a literatura popular de Penamacor*; o A. aborda a relação *b-v* a pp. 76-77 e limita-se a apresentar casos específicos tanto de *b* > *v* como de *v* > *b*.

Passamos a ver os dados relativos à região compreendida pelo ALEPG, onde figura um quadro heterogéneo. Apresenta-se nas tabelas a seguir uma sistematização dos dados das transcrições disponíveis dos inquéritos aqui utilizados do ALEPG (dos 9 inquéritos utilizados, apenas não tem transcrição o de Malpica do Tejo) no que respeita às consoantes *b* e *v*. Porei em nota de rodapé, nos sítios relevantes, os casos de troca de *b* por *v* e vice-versa que se encontram nos dados. Deixarei de parte o inquérito de Isna, pois, como se verá, os seus resultados são transparentes.

Consoante <i>b</i>												
Inquérito	Em início de palavra											
	Antes de vogal				Antes de consoante				/b/		/v/	
	/b/ ¹¹²		/v/		/b/		/v/					
	VT ¹¹³	VP ¹¹⁴	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP
Alcongosta	83	97,65	2 ¹¹⁵	2,35	18	90	2 ¹¹⁶	10	101	96,19	4	3,81
Cardosa	160	99,38	1 ¹¹⁷	0,62	24	100	—	—	184	99,46	1	0,54
Foz do Cobreão	113	98,26	2 ¹¹⁸	1,74	17	100	—	—	130	98,48	2	1,52
Idanha-a-Nova	139	98,58	2 ¹¹⁹	1,42	26	96,3	1 ¹²⁰	3,7	165	98,21	3	1,79
Isna	106	100	—	—	16	100	—	—	122	100	—	—

¹¹² Aqui incluo, naturalmente, os alofones [b] e [β].

¹¹³ = Valor total.

¹¹⁴ = Valor percentual.

¹¹⁵ *Valdorega* (= baldorega, por ‘beldroega’), *vaquear*.

¹¹⁶ *Vravo*; *abelhão vravo*.

¹¹⁷ *Velga*.

¹¹⁸ *Velga*, *valdoregas* (= baldoregas, por ‘beldroegas’).

¹¹⁹ *Valdio*, *velga*.

¹²⁰ *Porco vravo*.

Monsanto	214	99,53	1 ¹²¹	0,47	24	82,76	5 ¹²²	17,24	238	97,54	6	2,46
Rosmaninhal	94	100	—	—	26	100	—	—	120	100	—	—
Salvaterra do Extremo	127	98,45	2 ¹²³	1,55	15	100	—	—	142	98,61	2	1,39
TOTAL	1036	99,04	10	0,96	166	95,4	8	4,6	1202	98,52	18	1,48
Inquérito	Dentro de palavra											
	Entre vogais				Entre vogal e consoante				Entre consoante e vogal			
	/b/		/v/		/b/		/v/		/b/		/v/	
	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP
Alcongosta	49	98	1 ₁₂₄	2	25	100	—	—	7	100	—	—
Cardosa	150	99,34	1 ₁₂₅	0,66	53	100	—	—	15	—	—	—
Foz do Córrego	108	99,08	1 ₁₂₆	0,92	23	100	—	—	14	100	—	—
Idanha-a-Nova	140	99,29	1 ₁₂₇	0,71	43	100	—	—	7	100	—	—
Isna	99	100	—	—	22	100	—	—	5	100	—	—
Monsanto	169	98,83	2 ₁₂₈	1,17	53	96,36	2 ₁₂₉	3,64	8	100	—	—
Rosmaninhal	101	99,02	1 ₁₃₀	0,98	19	100	—	—	9	100	—	—
Salvaterra do Extremo	108	100	—	—	30	96,77	1 ₁₃₁	3,23	7	100	—	—
TOTAL	924	99,25	7	0,75	268	98,89	3	1,11	72	100	—	—

Consoante v				
Inquérito	Em início de palavra			
	Antes de vogal			
	/b/		/v/	
	VT	VP	VT	VP
Alcongosta	5 ¹³³	10,87	41	89,13

¹²¹ *Velga.*

¹²² Sempre o adjectivo *vravo*, nos seguintes sintagmas: *trevo vravo*, *salada vrava*, *furão vravo*, *bago vravo*, *pinho vravo*.

¹²³ *Velga*, *velgear*.

¹²⁴ *Lavaça.*

¹²⁵ *Avelgava.*

¹²⁶ *Tendeiro anvilante.*

¹²⁷ *Gavazola.*

¹²⁸ *Seve 2x.*

¹²⁹ *Fevra 2x.*

¹³⁰ *Chiveto* (= ‘chibato’).

¹³¹ *Fevra.*

¹³² *Alvroque* (= ‘alb(o)roque’).

¹³³ *Baja* (= ‘vagem’), *bajas* (= ‘vagens’), *bassouro 2x*, *bisgo* (= visgo, por ‘visco’).

Cardosa					9 ¹³⁴				10,59				76				89,41			
Foz do Córão					7 ¹³⁵				12,96				47				87,04			
Idanha-a-Nova					9 ¹³⁶				8,41				98				91,59			
Isna					29				63,04				17				36,96			
Monsanto					18 ¹³⁷				14,06				110				85,94			
Rosmaninhal					17 ¹³⁸				42,5				23				57,5			
Salvaterra do Extremo					13 ¹³⁹				18,31				58				81,69			
TOTAL					107				18,54				470				81,46			
Inquérito	Dentro de palavra																			
	Entre vogais				Entre vogal e consoante				Entre consoante e vogal				Entre consoantes				/b/		/v/	
	/b/		/v/		/b/		/v/		/b/		/v/		/b/		/v/					
	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP
Alcongosta	4 ₁₄₀	5,48	69	94,52	3 ₁₄₁	100	—	—	—	—	14	100	—	—	—	—	7	7,78	83	92,22
Cardosa	25 ₁₄₂	14,45	148	85,55	1 ₁₄₃	50	1	50	6 ₁₄₄	20,69	23	79,31	—	—	1	100	32	15,61	173	84,39
Foz do Córão	9 ₁₄₅	7,96	104	92,04	3 ₁₄₆	50	3	50	1 ₁₄₇	4,17	23	95,83	—	—	—	—	13	9,09	130	90,91
Idanha-a-Nova	7 ₁₄₈	3,85	175	96,15	1 ₁₄₉	50	1	50	—	—	22	100	—	—	—	—	8	3,88	198	96,12
Isna	73	76,04	23	23,96	3	100	—	—	19	70,37	8	29,63	—	—	—	—	95	75,4	31	24,6
Monsanto	4 ₁₅₀	1,87	210	98,13	1 ₁₅₁	12,5	7	87,5	1 ₁₅₂	4	24	96	—	—	—	—	6	2,43	241	97,57
Rosmaninhal	32 ₁₅₃	39,51	49	60,49	1 ₁₅₄	20	4	80	2 ₁₅₅	13,33	13	86,67	—	—	—	—	35	34,65	66	65,35

¹³⁴ Bereda, beredas, bassoura, baja (= ‘vagem’) 2x, baginha (= ‘vagina’), binho, barredouro, belro (= velro, por ‘velo’).

¹³⁵ Bassouro, benenoso, benenosos, baja (= ‘vagem’) 2x, bajas (= ‘vagens’), belro (= velro, por ‘velo’).

¹³⁶ Binho, barrer, barro (verbo), barra (v.), bassoura, bassourinha, birilha, baja (= ‘vagem’) 2x.

¹³⁷ Bereda, belar, barejas (= ‘varejas’ = ‘varejeiras’), birilha, baje, bajam, baja 2x (= ‘vagem’), bajens (= ‘vagens’), bideiras, baguear, beio (nome), barredouro, barrer, barra (v.), bassoura, bassourinha, bésperas.

¹³⁸ Barredouro 2x, benenoso, benenosos, bassoura 2x, bioleta, boar, barejeira, bermelho, bara 4x, bagem, bereda, baca.

¹³⁹ Bassouro 2x, barredouro, barejeira, bíbora, bolandeira, bage (= ‘vagem’) 2x, bages (= ‘vagens’), binha (n.), bereda, belar, bésperas.

¹⁴⁰ Aboar (por ‘voar’), abeia, pinho brabo, lameiro brabo.

¹⁴¹ Labrandeira (= lavrandeira, com influxo de ‘lavar’, por ‘lavandeira’), labrar 2x.

¹⁴² Abespa (por ‘vespa’) 3x, abespeiro 2x, trobão, trebo, gatos brabos, gato brabo, porco brabo, [pʃiβ'ɛʒ^u] ‘percevejo’, [psu^βɐʎu] ‘percevelhos’, aboa (por ‘voa’), abíbora (por ‘víbora’), abeia, cebada, gabela, uba, oliveira braba, nobeleira, chabe, brabo, cabalo, sobela, crabo.

¹⁴³ Labrandeira (= lavrandeira, com influxo de ‘lavar’, por ‘lavandeira’).

¹⁴⁴ Ferbe (i.e. ‘ferve’, v.), silba, madressilba, carbalho, corbo, calbo.

¹⁴⁵ Azebinhou, azebinhos, brabo, loureiro brabo, porco brabo, gabela, pinheiro brabo 2x, Primabera.

¹⁴⁶ Labrar 3x.

¹⁴⁷ Ferber.

¹⁴⁸ Abíbora (por ‘víbora’), abíbara (por ‘víbora’), abibra (id.), cabo (v.), cabe (v.), trabinca, fabas.

¹⁴⁹ Labrandeiras (= lavrandeiras, com influxo de ‘lavar’, por ‘lavandeiras’).

¹⁵⁰ Abíbaro (por ‘víbora’), pobeia (= ‘paveia’), lebada (n.), abespas (por ‘vespas’).

¹⁵¹ Lambrandeira (= lavrandeira, com influxo de ‘lavar’, por ‘lavandeira’).

¹⁵² Femelba.

Salvaterra do Extremo	31 156	21,99	110	78,01	3 157	50	3	50	3	17,65	14	82,35	—	—	—	—	37	22,56	127	77,44
TOTAL	185	17,24	888	82,76	16	45,71	19	54,29	32	18,5	141	81,5	—	—	1	100	233	18,17	1049	81,83

Conjugando estes dados com o que pude observar no confronto propriamente dito com a linguagem da região, há a fazer as seguintes observações.

a) Sofre muito mais *confusão* a consoante *v* do que *b* — i.e. há mais troca de *v* por *b* do que o contrário —, o que, à luz do panorama dialectal português (e também do do lado de lá da fronteira), é de esperar; o que temos em dialectos portugueses (da maior parte do Norte e de parte do Centro-Oeste) e na maior parte do espanhol é o fenómeno do betacismo — inexistência de /v/, figurando apenas /b/ — e não o contrário.¹⁵⁸

Dessa forma, o que está latente nos ‘desvios’ que se encontram na região é a existência de betacismo, e é sob essa perspectiva que os encararemos.

b) A confusão pode, em alguns falantes, surgir preferencialmente em determinadas palavras (como *vravo* ou *brabo* por ‘bravo’). No entanto, observa-se no todo da linguagem da região que a confusão não deixa de ser, no seu fundamento, pouco sensível ao léxico; isto porque se pode dar virtualmente em qualquer palavra do uso corrente. Igualmente, foi rara a palavra em que ouvi confusão e que não registei também, no mesmo ponto de inquérito, sem confusão.

b’) Em Idanha-a-Nova, pude notar maior presença da confusão nos segmentos cantados, que podem ser campo propício para a conservação de arcaísmos. Deve ter-se presente contudo que, nesses segmentos, cantados por mulheres, estas estavam na presença de informantes masculinos, género no qual a confusão parece ser mais incisiva.

c) A respeito dos contextos fonéticos em que a variação entre as duas consoantes se pode dar, faremos apenas observações gerais.

¹⁵³ *Leba* (n.), *traboada* (= ‘trovoada’), *trebo*, *crabo* 2x, *salva braba*, *crabalho* (= ‘carvalho’), *ubar* (= ‘uivar’), *gato brabo* 2x, *coba*, *porco brabo*, *porcos brabos*, *abibra* (por ‘víbora’), *cabar*, *gabela*, *pabeia*, *chabelhão*, *coube*, *faba* 2x, *pebide*, *pinheiro brabo*, *cabaca*, *cabacas*, *cabalo*, *cabalinho*, *obo*, *obos*, *abêspira* (= avêspira, por ‘vespa’), *abelha braba*, *nabalha*.

¹⁵⁴ *Labrador*.

¹⁵⁵ *Silba*, *pecebelho* (por ‘percevelho’).

¹⁵⁶ *Crabos*, *abíbaro* (por ‘víboro’), *chebam* (= ‘chiavam’), *sobar*, *crabo*, *chá brabo*, *gato brabo*, *cebada*, *gabela* 2x, *cribo*, *criba*, *cribar*, *aibeca* 3x, *chabelhão* 3x, *chabelha*, *trabessa*, *trabão*, *chabe*, *chabeta coibe* (= ‘couve’), *bacelo brabo*, *craboeira*, *obos*, *abêspira* (= avêspira, por ‘vespa’), *abespereiro*, *abó*.

¹⁵⁷ *Labrar* 2x, *labrador*.

¹⁵⁸ Tradicionalmente, deixa-se de fora da área portuguesa de uniformização de *v* e *b* em /b/ todo ou quase todo o distrito de Castelo Branco. Assim, Cintra 1971 (1983:mapa 1, reproduzido no presente trabalho como **Anexo II da Introdução**) (seguindo estudo anterior: Cintra 1961 (1983)), que se baseia em materiais do ALPI recolhidos nos princípios dos anos 1950³, define uma isófona para o traço que passa perto mas deixa de fora todo o distrito. Os estudos saídos do ILB, por outro lado, incluem uma pequena parte Ocidental do distrito: cf. a esse respeito Pinto 1980, que apresenta quatro mapas em que sistematiza comparativamente os resultados que individualmente recolheu com os que apresentam Boléo 1974e (artigo primeiramente dado à luz em 1951) e Duarte 1950; são dados que, no conjunto, vão de 1950 a 1973. É de notar que, *a priori*, a isófona de Cintra é mais fiável do que a dos estudos do ILB, pois estes baseiam-se num conjunto restrito de palavras (Boléo 1974e numa só, ‘chuva’).

1. Consoante *b* — As percentagens são quase sempre equilibradas, mas nota-se, em posição inicial de palavra, uma ligeira maior tendência para a passagem a *v* antes de consoante do que antes de vogal. Essa tendência tem, no entanto, o contributo decisivo dos dados de Monsanto, em que o adjectivo “vravo” = ‘bravo’, que sustenta os dados, surge cinco vezes. Não devemos deixar de concluir, também aqui, pela existência de um fundamental equilíbrio contextual.

Em posição interior de palavra há, no contexto entre consoantes, uma percentagem de *v* destacada; mas o volume de dados é nesse contexto muito diminuto, não permitindo inferências suficientemente seguras.

O facto principal a salientar, que tem apoio em dados seguros (pois dispõe de um volume mais do que expressivo), é o grande equilíbrio na variação em posição inicial ou interior de palavra: 98,52% de *b* no primeiro caso, 99,14% no segundo.

2. Consoante *v* — Também aqui se verifica um equilíbrio na variação em posição inicial e interior de palavra: 81,46% de *v* contra 81,83%, respectivamente. Nos sub-contextos interiores de palavra, destaca-se o contexto entre vogal e consoante (em que é quase sempre *r* que segue o *v/b*), com 45,71% de *b* contra o total médio de 18,17%. No contexto entre consoantes a percentagem, embora noutro sentido, é ainda mais destacada do conjunto (100% de *v*), mas apenas há um caso relevante a suportar os dados.¹⁵⁹ Nos dois restantes contextos interiores de palavra — entre vogais e entre consoante e vogal —, que são os que possuem maior volume de dados, o equilíbrio é notório.

d) Há divisões regionais importantes a fazer.

1. Isna, localidade do concelho de Oleiros, é terra de betacismo, ou seja, não há aí, historicamente, /*v*/, apenas /*b*/ . A consoante *v*, na terra, é resultado do influxo da Norma ou de dialectos que a tenham.

Se os dados estatísticos o indicam, no confronto directo com a linguagem local tal apresentou-se ainda mais nítido. Com efeito, na transcrição do ALEPG haverá uma quantidade artificialmente elevada de *v*, devida a um esforço de conformação para com a Norma, que surge sempre mais facilmente na resposta a um questionário do que na fala corrente.

O betacismo histórico da localidade não deixa, por outro lado, de estar sob pressão; é um facto que *v* não é totalmente desconhecido da terra. Mas essa pressão não parece dar azo a uma mudança premente: não há na transcrição do inquérito nenhum caso de troca de *b* por *v*, facto sempre indicador de pressão do sistema normativo. Mesmo em informantes de perfil conservador, como os aqui utilizados, este facto não deixa de ser significativo.

2. Cardoso, terra próxima, também apresenta valores de *v* > *b* acima da média; sendo indiscutivelmente terra de /*b*/~/*v*/, a confusão entre os dois fonemas atinge contudo um patamar que nos permite ver um nexo geográfico entre Isna e Cardoso.

Outro ponto de interesse no inquérito de Cardoso é a informante de Tinalhas, que apresenta valores relativamente destacados, no todo do inquérito, de troca de *v* por *b*.

¹⁵⁹ O caso em questão é *árvore*, variante de ‘árvore’. Esta palavra está sujeita a algumas confusões, pois a sua forma normal na linguagem da região é *arve* (com apócope de uma sílaba para eliminar uma palavra esdrúxula e ficar com uma palavra grave, o padrão da língua).

Apresento a seguir os dados estatísticos das consoantes *b* e *v* nessa informante. Como ficou dito na **Secção A**, ela representa o inquérito que foi realizado para o ALE, em 1975, em Tinalhas; os dados respectivos foram pelo grupo do ALEPG incorporados no inquérito de que dispunham para essa área: inquérito de Cardoso.

Consoante <i>b</i> na informante de Tinalhas (inquérito de Cardoso)															
Em início de palavra															
Antes de vogal				Antes de consoante				/b/		/v/					
/b/		/v/		/b/		/v/									
VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP				
26	100	—	—	3	100	—	—	29	100	—	—				
Dentro de palavra															
Entre vogais				Entre vogal e consoante				Entre consoante e vogal				/b/		/v/	
/b/		/v/		/b/		/v/		/b/		/v/					
VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP
24	100	—	—	11	100	—	—	3	100	—	—	38	100	—	—

Consoante v na informante de Tinalhas (inquérito de Cardoso)																			
Em início de palavra																			
Antes de vogal																			
/b/										/v/									
VT					VP					VT					VP				
2 ¹⁶⁰					11,76					15					88,24				
Dentro de palavra																			
Entre vogais				Entre vogal e consoante				Entre consoante e vogal				Entre consoantes				/b/		/v/	
/b/		/v/		/b/		/v/		/b/		/v/		/b/		/v/					
VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP
6 ¹⁶¹	20,69	23	79,31	1 ¹⁶²	100	—	—	2 ¹⁶³	28,57	5	71,43	—	—	1	100	9	23,68	29	76,32

Estes dados indicam uma extensão, em direcção ao Centro da região estudada — Cardoso está no Oeste e Tinalhas afasta-se para Leste, em direcção ao Centro do Sueste da Beira —, do foco de *v* > *b* que Isna e Cardoso, posto que em moldes diferentes, parecem

¹⁶⁰ *Bassoura, baja* (= vaju, por 'vagem').

¹⁶¹ *Trobão, trebo*, [pʃiβ'ẽʒ^u] 'percevejo', *abeia, cebada, cabalo*.

¹⁶² *Labrandeira* (= lavrandeira, com influxo de 'lavar', por 'lavandeira').

¹⁶³ *Silba, carbalho*.

patentear. Os dados do ALPI, como veremos, vão no mesmo sentido, pelo que as conclusões se apresentam pacíficas: temos aqui um contínuo.

Acrescentarei ainda a respeito do inquérito de Cardoso que, a certa altura, duas informantes dessa localidade dizem que aí nunca se pronunciou *chober* “chover”; isso era em Sarnadas de S. Simão, a sede da freguesia a que Cardoso pertence. Acrescentam as informantes, seguidamente, mais casos em que se dá essa divergência; o que elas estão a dizer, por outras palavras, é tão-somente que Cardoso nunca foi, no seu tempo, terra de betacismo, ao contrário de Sarnadas de S. Simão. São informações que vão no mesmo sentido de tudo o que já vimos.

3. Apresentam valores muito destacados de $v > b$ Salvaterra do Extremo — onde, no confronto directo com a linguagem da terra, senti o fenómeno como mais saliente do que os dados estatísticos mostram — e Rosmaninhal, as duas localidades mais instaladas na raia do Erges (i. é, no extremo Leste da região). No informante 5 do inquérito de Salvaterra — informante que não é exactamente de Salvaterra mas da localidade próxima da Torre, pertencente à freguesia de Monfortinho —, a uniformização em *b* apresentou-se mesmo maioritária em termos estatísticos:¹⁶⁴

Consoante <i>b</i> no informante 5 do inquérito de Salvaterra do Extremo											
Em início de palavra											
Antes de vogal				Antes de consoante				/b/		/v/	
/b/		/v/		/b/		/v/					
VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP
4 ¹⁶⁵	100	—	—	1 ¹⁶⁶	100	—	—	5	100	—	—
Dentro de palavra											
Entre vogais				Entre vogal e consoante				/b/		/v/	
/b/		/v/		/b/		/v/					
VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP
5 ¹⁶⁷	100	—	—	1 ¹⁶⁸	100	—	—	6	100	—	—

Consoante <i>v</i> no informante 5 do inquérito de Salvaterra do Extremo											
Em início de palavra											
Antes de vogal											
/b/						/v/					

¹⁶⁴ Devido à quantidade relativamente reduzida de palavras relevantes proferidas por esse informante, apresentarei em nota nos sítios respectivos das tabelas seguintes todas as formas em que os dados se suportam.

¹⁶⁵ *Burecos* (= ‘buracos’), *bucha*, *belfa*, *berrar*.

¹⁶⁶ *Brocho*.

¹⁶⁷ *Rabiço*, *rebanho* 2x, *trabalhar*, *cabanal*.

¹⁶⁸ *Pobre*.

VT		VP		VT		VP					
—		—		1 ¹⁶⁹		100					
Dentro de palavra											
Entre vogais				Entre vogal e consoante				/b/		/v/	
/b/		/v/		/b/		/v/					
VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP
7 ¹⁷⁰	58,33	5 ¹⁷¹	41,67	1 ¹⁷²	100	—	—	8	61,54	5	38,46

O informante 5 de Salvaterra é o mais conservador do inquérito (o que se vê pela dimensão que nele atingem fenómenos como a palatalização de *u* ou a palatalização de *a*), tornando estas informações ainda mais interessantes. De facto, os dados sugerem que no extremo Leste da região considerada — na raia do Erges — reside uma área de betacismo histórico (que não tem de ter ficado concluído em todos os lados), o qual depois, com a pressão normativa ou de áreas próximas em que *v* tem maior presença, fica em vias de desaparecimento.

4. Nas restantes localidades — incluindo Malpica do Tejo, que não dispõe ainda de transcrição —, havendo sempre alguma confusão latente entre as duas consoantes (o que causa distanciamento com a Norma), o estado de língua é todavia, sem discussão, de */b/~/v/*. Destacaram-se na confusão Monsanto e Alcongosta.

Se recordarmos o que foi dito na alínea *a* e o conjugarmos com: (i) o que acabou de se dizer (a existência de confusão latente na zona em estudo); e (ii) a relação geográfica que vimos ao longo da enumeração anterior (com um foco de *v > b* no Oeste-Centro da região considerada (expoente em Isna) e outro na raia do Leste, que tem tudo para ser zona conservadora), — fica sugerido que houve anteriormente na região uma tendência genérica ou transversal, concretizada ou não concretizada, de betacismo.

Isna não está longe da isófona que Cintra 1961 (1983:103) delimitou para a oposição */b/~/v/* (isófona utilizada depois pelo autor na *Nova Proposta*: Cintra 1971 (1983:Mapa 1, reproduzido no **Anexo II** da **Introdução**)), e nas isófonas dos trabalhos do ILB fica mesmo em pura zona de transição (cf. o já citado trabalho de Pinto 1980); poderia portanto explicar-se apenas a partir da sua posição geodialectal. Mas a extensão de *v > b* significativo ao centro da região estudada (v. p. ex. o caso da informante de Tinalhas), a par da presença forte do traço na raia do Leste, apontam para a existência de um nexa geográfico entre os dois extremos; isso fica favorecido pela já referida confusão latente que se apresenta em valores estatísticos interessantes um pouco por toda a região. Explicar-se a dimensão do betacismo na raia do Erges por influência espanhola não é aceitável, pois não se encontra interferência semelhante noutros aspectos da linguagem da zona; é muito melhor ver um nexa com o que está ali perto a Ocidente.

¹⁶⁹ *Virgem*.

¹⁷⁰ *Chebam* (= ‘chiavam’), *aibeca*, *chabelha*, *chabelhão*, *trabessa*, *trabão*, *abó*.

¹⁷¹ *Revirer* (= ‘revirar’), *olivais*, *oliveira*, *enseirava-se*, *ovelhas*.

¹⁷² *Labrar*.

Fica, portanto, indicado um ponto interessante para a história da língua, que só pode ser propriamente concluído com uso de uma abordagem geral dos dialectos portugueses e até de línguas relacionáveis; igualmente se deverá, ao contrário do que até aqui foi feito, fazer uso de dados estatísticos.

Pela nossa parte, deixaremos ainda referido que a literatura sobre a linguagem do SE Beirão não fornece dados diferentes dos que apresentámos, o que é particularmente interessante no caso de obras que foram publicadas há várias décadas. Assim, L. Buescu, tratando a linguagem de Monsanto na década de 1950¹⁷³, diz que “A confusão de *b* e *v* não se apresenta com a generalidade com que aparece noutros falares e verifica-se em Monsanto nalguns casos isolados apenas, pronunciando-se *b* onde existe *v* na linguagem normal e vice-versa. Em geral, porém, mantém-se a forma corrente no português normal” (Buescu 1958 (1984:96); a A. prossegue a exposição adicionando exemplos dos fenómenos e restringindo contextos). Martins 1954, que trata a linguagem de quatro localidades — Póvoa de Atalaia, Alcongosta (sede de um inquérito do ALEPG), Tinalhas (sobre que se dispõe de dados no inquérito de Cardoso, por via do inquérito que foi aí realizado para o ALE) e Sobral do Campo —, dá dados superficiais, limitando-se a dizer: (i) que *b* “é substituído frequentemente por *v*”, aduzindo quatro casos (*travalho*, *travallar*, *vrvura* e *fevre*; p. 169); e (ii) que *v* “com certa frequência é substituído por *b*”, aduzindo seis casos (*bolta*, *baranda*, *basar*, *bassoura*, *brabo*, *aboar*; p. 180). Leitão 2001:38-39, que se reporta a Monforte da Beira (localidade próxima de Malpica do Tejo e que, tal como esta, se situa na área da fronteira que o Tejo faz com Espanha), dá também informações que apenas permitem verificar uma certa confusão latente, sem betacismo: “Nalgumas palavras troca-se o *b* pelo *v* e noutras o *v* pelo *b*”, dando depois exs.. Da pouco transparente exposição de Gonçalves 1989:43-51, conclui-se que Bogas-de-Baixo, freguesia do extremo Oeste do município do Fundão (e portanto mais próxima da isófona tradicionalmente definida para *v* > *b*, tal como Isna), é historicamente terra de betacismo, estando agora *v* em processo de expansão. Os dados recolhidos por Leite de Vasconcelos *in loco* não são muito significativos, embora, com uma certa abrangência geográfica — compreendem explicitamente as localidades de Penamacor, Castelo Branco, Covilhã e Fundão —, não registem focos de betacismo; cf. a respeito desses dados o **Anexo** a este capítulo, §2 de 2.2.2.

Nas tabelas seguintes apresento os dados do ALPI relativos a *b* e *v* nos inquéritos realizados por esse projecto no distrito de Castelo Branco. Uma vez que os dados não são abundantes, cito em nota, nos sítios respectivos, todas as palavras em que figuram essas consoantes. Note-se que apenas quatro inquéritos — Monsanto, Oleiros, Alcains e Rosmaninhal — se integram na área que aqui estudamos.

Consoante <i>b</i>												
Inquérito	Em início de palavra											
	Antes de vogal				Antes de consoante				/b/		/v/	
	/b/		/v/		/b/		/v/					
	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP
Alcains	4 ¹⁷³	100	—	—	2 ¹⁷⁴	100	—	—	6	100	—	—
Belmonte	4 ¹⁷⁵	100	—	—	2 ¹⁷⁶	100	—	—	6	100	—	—

¹⁷³ *Balhe* (= ‘baile’), *baú*, *boca*, *boi*.

¹⁷⁴ *Branco*, *braço*.

Monsanto	4 ¹⁷⁷	100	—	—	2 ¹⁷⁸	100	—	—	6	100	—	—
Oleiros	4 ¹⁷⁹	100	—	—	2 ¹⁸⁰	100	—	—	6	100	—	—
Ourondo	4 ¹⁸¹	100	—	—	2 ¹⁸²	100	—	—	6	100	—	—
Rosmaninhal	4 ¹⁸³	100	—	—	2 ¹⁸⁴	100	—	—	6	100	—	—
Inquérito	Dentro de palavra											
	Entre vogais				Entre vogal e consoante				/b/		/v/	
	/b/		/v/		/b/		/v/					
	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP
Alcains	3 ¹⁸⁵	100	—	—	1 ¹⁸⁶	100	—	—	4	100	—	—
Belmonte	3 ¹⁸⁷	100	—	—	—	—	1 ¹⁸⁸	100	3	75	1	25
Monsanto	2 ¹⁸⁹	100	—	—	—	—	—	—	2	100	—	—
Oleiros	2 ¹⁹⁰	100	—	—	1 ¹⁹¹	100	—	—	3	100	—	—
Ourondo	2 ¹⁹²	100	—	—	—	—	—	—	2	100	—	—
Rosmaninhal	2 ¹⁹³	100	—	—	—	—	—	—	2	100	—	—

Consoante v				
Inquérito	Em início de palavra			
	Antes de vogal			
	/b/		/v/	
	VT	VP	VT	VP
Alcains	—	—	—	—
Belmonte	—	—	—	—
Monsanto	—	—	—	—

¹⁷⁵ Baile, baum (= ‘baú’), boca, boi.

¹⁷⁶ Branco, braço.

¹⁷⁷ Balho (= ‘baile’), baú, boca, boi.

¹⁷⁸ Branco, braço.

¹⁷⁹ Balho (= ‘baile’), baú, boca, boi.

¹⁸⁰ Branco, braço.

¹⁸¹ Balho (= ‘baile’), baú, boca, boi.

¹⁸² Branco, braço.

¹⁸³ Balho (= ‘baile’), baú, boca, boi.

¹⁸⁴ Branco, braço.

¹⁸⁵ Abelha 2x, cabeça.

¹⁸⁶ Sombrancelhas (= ‘sobrancelhas’).

¹⁸⁷ Abelha 2x, cabeça.

¹⁸⁸ Sovrancelhas.

¹⁸⁹ Abelha, cabeça.

¹⁹⁰ Abelha, cabeça.

¹⁹¹ Sobrancelhas.

¹⁹² Abelha, cabeça.

¹⁹³ Abelha, cabeça.

Oleiros	<i>1</i> ¹⁹⁴				100				—		—		
Ourondo	—				—				—		—		
Rosmaninhal	—				—				—		—		
Inquérito	Dentro de palavra												
	Entre vogais				Entre consoante e vogal				/b/		/v/		
	/b/		/v/		/b/		/v/						
	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP	VT	VP	
Alcains	2 ¹⁹⁵	33,33	4 ¹⁹⁶	66,67	—	—	1 ¹⁹⁷	100	2	28,57	5	71,43	
Belmonte	1 ¹⁹⁸	20	4 ¹⁹⁹	80	—	—	1 ²⁰⁰	100	1	16,67	5	83,33	
Monsanto	1 ²⁰¹	16,67	5 ²⁰²	83,33	—	—	1 ²⁰³	100	1	14,29	6	85,71	
Oleiros	3 ²⁰⁴	50	3 ²⁰⁵	50	—	—	1 ²⁰⁶	100	3	42,86	4	57,14	
Ourondo	1 ²⁰⁷	16,67	5 ²⁰⁸	83,33	—	—	1 ²⁰⁹	100	1	14,29	6	85,71	
Rosmaninhal	2 ²¹⁰	33,33	4 ²¹¹	66,67	—	—	1 ²¹²	100	2	28,57	5	71,43	

Embora haja sempre a ter conta o parco volume de dados do ALPI, a verdade é que tais dados, recolhidos no princípio da década de 1950', não deixam de apresentar interesse. Há a destacar os seguintes pontos, que mostram uma concordância fundamental entre esses dados e os do ALEPG, recolhidos décadas depois.

1. Há sempre muito mais $v > b$ do que $b > v$, tal como seria de esperar.

2. Não se registam focos de puro betacismo, mas as localidades que se destacam nos valores de $v > b$ são: (i) nitidamente num primeiro plano, Oleiros, que está próximo de Isna — onde o ALEPG também regista o seu principal foco de betacismo; (ii) Rosmaninhal, o inquérito mais a Leste feito pelo ALPI — também no ALEPG, quer

¹⁹⁴ *Bespa*.

¹⁹⁵ *Abêspera* (= avêspera, por 'vespa'), *p'cebelho* (= percebelho, por 'percevelho' = 'percevejo').

¹⁹⁶ *Avô, cavalo, cravo, dívidas*.

¹⁹⁷ *Arfes* (= 'árvores'; considero que através do que o ALPI nota, talvez excessivamente, como um [f], se mantém, para todos os efeitos, v).

¹⁹⁸ *Abô*.

¹⁹⁹ *Cavalo, puçuelho* (= percevelho = 'percevejo'), *cravo, dívidas*.

²⁰⁰ *Arves* (= 'árvores').

²⁰¹ *Abespa* (= avespa, por 'vespa').

²⁰² *Avô, cavalo, pecevejo* (= percevejo), *cravo, dívidas*.

²⁰³ *Arfes* (cf. o que se disse a respeito de idêntico caso encontrado em Alcains).

²⁰⁴ *Abô, abespa* (= avespa, por 'vespa'), *purcebejo* (= percevejo).

²⁰⁵ *Cavalo, cravo, dívidas*.

²⁰⁶ *Arves* (= 'árvores').

²⁰⁷ *Abêspera* (= avêspera, por 'vespa').

²⁰⁸ *Avô, cavalo, pecevelho* (= percevelho = 'percevejo'), *cravo, dívidas*.

²⁰⁹ *Árvores*.

²¹⁰ *Abô, abêspera* (= avêspera, por 'vespa').

²¹¹ *Cavalo, p'cevelho* (= percevelho = 'percevejo'), *cravo, dívidas*.

²¹² *Arves* (= 'árvores').

através do inquérito do Rosmaninhal quer do de Salvaterra do Extremo, constatámos um aumento de $v > b$ na raia do Leste; (iii) e ainda Alcains, próximo de outro sítio em que verificámos valores destacados de $v > b$: Tinalhas.

3. De resto, o ALPI mostra, tal como o ALEPG, alguma confusão latente entre b e v , sobretudo (cf. ponto 1) no sentido da troca de v por b .

4. Em termos gerais diremos que, a partir do confronto entre os nossos dados e os do ALPI, não se registam evoluções importantes entre a década de 1950' e as décadas de 1970'ss. (os dados do ALEPG aqui utilizados vão de meados dos anos 1970' (inquérito de Idanha-a-Nova e sub-inquérito de Tinalhas integrado no inquérito de Cardoso) até 1997 (Isna)); e a mera concordância geográfica entre os dois grupos de dados não pode deixar de ser considerada elucidativa.

Pinto 1980 também constata um carácter estacionário do fenómeno entre 1950 e o princípio dos anos 1970'; para a A., a fronteira manter-se-á mesmo fundamentalmente estacionária desde o séc. XVIII, pelo menos (cf. Pinto 1980:651, que depende dos pontos iniciais desse estudo).

2.2. Alveolares, dentais

2.2.1. Sibilantes

1] Sistema de sibilantes — Tal como tem sido assinalado na literatura, passa no Sueste Beirão a fronteira entre a área portuguesa de sibilantes exclusivamente ápico-alveolares ($/\text{ʃ}, \text{z}/$) e a área de sibilantes exclusivamente pré-dorso-dentais ($/\text{ʃ}, \text{z}/$); v. p. ex. o Mapa 1 da *Nova Proposta* (reproduzido atrás no **Anexo II** da **Introdução**), que traça a isófona respectiva.²¹³

Os nossos dados fornecem as informações que veremos seguidamente, não sem antes ficar dito que, tal como seria de esperar, as terras de sibilantes ápico-alveolares têm por defeito essas sibilantes em final de sílaba, assim como as terras de sibilantes pré-dorso-dentais palatalizam as sibilantes, nesse contexto, em $[\text{ʃ}, \text{ʒ}]$; há contudo mais a dizer sobre as sibilantes finais de sílaba, como veremos nas alíneas a e b de 1' adiante.

a) Dados do ALEPG.

1. Pertencem à zona de sibilantes exclusivamente ápico-alveolares Salvaterra do Extremo, Monsanto e Alcongosta. Não obstante, notaram-se em Alcongosta, no

²¹³ Uma descrição por extenso dessa isófona é feita pelo A. no interior do texto: Cintra 1971 (1983:149-150). Totalmente fora do Sueste da Beira fica a região do Norte Interior português em que se conservam os dois pares de fricativas — $/\text{ʃ}, \text{z}/, /s, \text{z}/$ —, que na Norma desapareceram no final do séc. XVI ou já no XVII. Cintra 1971 (1983:152-153 & Mapa 2) também delimita essa área, que é revista e aumentada, fundamentalmente pela inclusão de uma zona que abrange o Centro-Sul do distrito de Viseu e o Centro Ocidental do distrito da Guarda, por Martins / Saramago 1993; Ana Maria Martins e João Saramago utilizam para tal dados do ALE (que respeitam a 1975) e dados recolhidos por Leite de Vasconcelos (que se localizam entre finais do séc. XIX e a década de 1930'), e chegam à conclusão de que o sistema que conserva os dois pares fricativas está a perder força em direcção a uma exclusividade pré-dorso-dental — ou seja, segue em processo de conformação com a Norma.

informante 6 e apenas nele, as pré-dorso-dentais, embora com evidentes vestígios das ápico-alveolares (sobretudo na fala mais seguida e espontânea, o que é significativo); esse informante, com cerca de 20 anos, falou apenas na segunda campanha do inquérito, em 1995. Como é óbvio, não é por ele — um jovem — saber articular as pré-dorso-dentais, e procurar usá-las na gravação, que temos aqui já a mudança ápico-alveolares > pré-dorso-dentais quase consumada em Alcongosta; mas vê-se em todo o caso uma evidência da progressiva influência do sistema sulista (o mesmo é dizer normativo), i.e. da cavalgada do sistema de /s,z/ em direcção a Norte.

2. Pertencem já à zona de sibilantes exclusivamente pré-dorso-dentais Idanha-a-Nova, Rosmaninhal, Malpica do Tejo, Foz do Cobre e Isna. Não obstante, em Idanha, Isna e Rosmaninhal — as terras mais perto da zona de sibilantes apicais — surgiu esporadicamente, sobretudo em final de sílaba, uma articulação não propriamente pré-dorsal, mas entre esta e a apical (praticamente esta, por vezes); é um fenómeno que deve ser visto como um vestígio do anterior estado de língua que dispunha das sibilantes apicais, representando uma solução específica de articulação. Pode ser entendida aí uma evidência de que a extinção das apicais nessas localidades é recente; mas deve ter-se cuidado, pois estamos a falar de uma região de transição. De facto, por muito que determinada zona do Sueste da Beira pertença a uma ou a outra zona de sibilantes, pertence sempre, acima de tudo, a uma área de transição / de contacto, o que pode trazer consigo situações excepcionais e *irregulares*. Uma última nota para o contexto fonético: a conservação de vestígios das apicais privilegiadamente em final de sílaba faz sentido, pois a articulação apical é mais próxima da palatal (que é a articulação das sibilantes na zona de pré-dorsais) do que a articulação pré-dorsal.
3. O inquérito restante, Cardosa, apresentou uma situação particular. Estritamente em Cardosa, a mudança das ápico-alveolares para as pré-dorsais já está quase consumada, tendo-se ainda vestígios do anterior estado de língua (no inf. 3, foram observadas as pré-dorsais com alguns vestígios claros da anterior articulação apical); tal convivência de sistemas mostra que existe ainda uma mudança em curso e não é um facto notável numa região de transição. Por outro lado, nas localidades próximas — sempre a Leste — em que se ouviram outros informantes, registaram-se sistematicamente as apicais; assim o foi nos informantes 4 e 11 (de Póvoa de Rio de Moinhos, freguesia do concelho de Castelo Branco ²¹⁴), 5 (Ninho do Açor, idem), 6 (Vale de Figueiras, freg. de S. Vicente da Beira, conc. de C. Branco), 7 (Mourelo, mesma freg.) e 8 (Partida, idem). No inquérito do ALE realizado em 1975 em Tinalhas (mais uma freguesia de C. Branco), associado do de Cardosa, notei também apenas as sibilantes ápico-alveolares.

b) Outros dados — A região de Penamacor, localizada na parte Nordeste da Beira Baixa, apresenta o esperado: toda ela é zona de sibilantes apicais. Entre Monsanto (terra de apicais) e Idanha-a-Nova (terra de pré-dorsais), Idanha-a-Velha concorda com a primeira, apresentando as apicais; igualmente Penha Garcia, localidade situada entre Monsanto e Espanha.

Por outro lado, também nestas zonas se podem ver as gerações mais novas — fundamentalmente os jovens que se inserem em segmentos sociais menos conservadores — abdicar progressivamente das apicais em detrimento do sistema normativo. Esse processo origina normalmente, pelo menos nos primeiros estádios de evolução, um

²¹⁴ Todas as freguesias do distrito de Castelo Branco podem ser vistas em mapa no **Anexo Geral II**.

sistema misto: um sistema que procura as pré-dorsais mas ainda tem fortes vestígios do sistema adquirido na infância e ainda em vigor nas gerações mais velhas (o sistema das apicais).

Todos estes dados nos mostram uma verdadeira região de transição que sofre paulatinamente o avanço da Norma, i.e. a substituição das apicais pelas pré-dorsais. Em todo o caso, as sibilantes apresentam nos falantes mais conservadores (que são o nosso objecto fundamental) do Sueste da Beira uma distribuição geográfica que concorda fundamentalmente com a isófona definida por Cintra na *Nova Proposta*; os dados que Cintra utiliza nesse trabalho são, recorde-se, os do ALPI, que respeitam aos primeiros anos de 1950’.

Concordância análoga se regista com os dados recolhidos por Leite de Vasconcelos na região, que se estendem do final do século XIX à década de 1930’: cf. a alínea *a* do §1 de 2.2.2 do **Anexo** a este capítulo. Há a atentar, contudo, no caso de Idanha-a-Nova, que ressalta dos dados do A. como terra de apicais e, nos dados do ALEPG, é pacificamente terra de pré-dorsais; temos aqui um avanço da isófona em direcção a Norte ou apenas dados pouco válidos de Leite de Vasconcelos? Pode jogar a favor da primeira hipótese o terem-se registado nessa localidade as articulações entre pré-dorsal e apical, como acima ficou dito. No entanto, (i) como vemos no passo citado de Leite de Vasconcelos, os seus dados são muito limitados, assim como (ii) os dados do inquérito de Idanha-a-Nova — feito ainda em 1976 — nos levam, no que reporta à data de nascimento e aquisição linguística dos informantes — e ainda, no caso dos mais velhos, à maior parte da vida —, a finais do séc. XIX-primeira metade do séc. XX, ou seja, precisamente à época das recolhas dialectológicas de Leite. Tem de se admitir a hipótese de os dados de Leite de Vasconcelos reflectirem apenas algo que ainda hoje (como pude comprovar *in loco*) sucede: Idanha-a-Nova, sede de concelho, é palco privilegiado (por migrações, por meras desolcações temporárias, etc.) para a convivência dos dois sistemas — de apicais e de pré-dorsais — que, cada um, vigoram em partes significativas do concelho. Com efeito, ainda actualmente é fácil ouvir as sibilantes apicais pelas ruas de Idanha-a-Nova, mas isso não quer dizer que o sistema próprio da localidade seja esse — como os dados do ALEPG mostram.

Devemos também considerar, a respeito dos dados de Leite de Vasconcelos, a ambivalência das informações relativas a Castelo Branco; pode ser vista como um sintoma do carácter de transição que, no inquérito de Cardoso, não deixámos de registar para essa zona.²¹⁵

1’] Outros factos a destacar a respeito dos sistemas de sibilantes do Sueste da Beira:

a) As sibilantes apicais de toda a região são extremamente palatalizadas, não se confundindo com as de, por exemplo, Viseu ou Trás-os-Montes.

Em final de sílaba, essas sibilantes tendem a ser ainda mais palatalizadas, surgindo por vezes uma fricativa áptico-alveolar com articulação também praticamente palatal ou mesmo verdadeiro [ʃ,ʒ]. Coloca-se a questão: deve-se isso a uma tendência genética para palatalizar as sibilantes apicais em final de sílaba, num paralelo do sistema do português padrão — o qual palataliza as suas sibilantes, que são pré-dorsais, nesse contexto —, ou a

²¹⁵ Deixamos de parte o caso aparentemente problemático de Belmonte, que não está na região de que nos ocupamos.

um mero influxo desse sistema (que também se verifica na região)? Tal questão só pode ser resolvida com um estudo dedicado às sibilantes portuguesas no seu todo, mas, a verificar-se a primeira hipótese, temos aqui um contributo para a definição da origem, tão problemática, da palatalização das sibilantes portuguesas em coda.

Um ponto que vai contra essa hipótese é o facto já visto de, em terras da região que pertencem ao sistema das pré-dorsais, se verificar o inverso: em posição final de sílaba podem surgir, esporadicamente, articulações próximas das apicais. Nessa sequência, pode querer ver-se, tanto na maior palatalização das apicais em final de sílaba como nas articulações específicas das sibilantes no mesmo contexto em terras de pré-dorsais, apenas consequências de uma região de contacto entre dois sistemas diferentes.

b) Nos informantes 3 e 4 do inquérito de Idanha-a-Nova, as sibilantes finais atenuam, ficando apenas um vestígio (em notação fonética, [ʃ] e [ʒ]). E.g. rapa[ʃ] “rapaz”. É interessante a coincidência com os dialectos espanhóis do lado de lá da fronteira (ou seja, da Extremadura espanhola) que, concordando com os dialectos andaluzes e outros, aspiram ou elidem totalmente as consoantes correspondentes ²¹⁶. No entanto, devido à falta de influências espanholas significativas na fonética do português da região, é mais certo termos aqui representado um fenómeno exclusivamente português. Vai nesse sentido o ter Leite de Vasconcelos ouvido em Alpedrinha, terra afastada da fronteira, o mesmo fenómeno (cf. o **Anexo**, §1-b de 2.2.2).

c) Em Monsanto, localidade que pertence à área de sibilantes ápico-alveolares, notei três casos de articulação pré-dorso-dental: nomeadamente nos numerais ‘onze’ ([ʔ̃z̃ⁱ]), ‘doze’ ([dʔ̃^wz̃ⁱ]) e ‘treze’ ([trʔ̃^wz̃ⁱ]). ²¹⁷ O fenómeno foi notado em todos os informantes que pronunciaram as respectivas palavras — as quais têm sempre a articulação pré-dorso-dental — e em vários contextos, como p. ex. nas expressões “do[z]e ovos é uma dú[z̃]ia” e “do[z]e e tre[z̃]entos”, onde se vê bem a distinção.

Como disse em Brissos 2007:3-4, tal fenómeno remete-nos para o que Leonor Buescu observou na mesma localidade nos inícios da década de 1950’ e representa um facto de língua extremamente arcaico: observa Buescu 1958 (1984:99-100) a existência da africada [dz] precisamente nas palavras em que a registámos e ainda em ‘quinze’, casos

²¹⁶ É este um facto bem conhecido; veja-se o que diz Montero Curiel 2006:41-43, em particular: “La aspiración de la -s en posición implosiva (final de sílaba o palabra) es otro de los rasgos característicos del extremeño. Como ocurre en la mayor parte de las hablas meridionales, también se aspira la -z implosiva, al lado de otras consonantes como, *b, c, d, j, l, r* cuando van en la misma posición: *Jacoh* ‘Jacob’, *Isah* ‘Isaac’, [*pareh* ‘pared’, *reh* ‘red’, *reloh* ‘reloj’], *árboh* ‘árbol’, *comé* ‘comer’. En ocasiones, se llega a la pérdida total del sonido aspirado, sin modificaciones en el vocalismo, salvo en algunos pueblos del sur de Badajoz (Valencia del Ventoso, Valdivia), donde, como ya se ha apuntado, se producen alargamientos en el plural para marcar las diferencias de número, similares a los que se registran en las hablas andaluzas orientales.

La aspiración de -s implosiva es uno de los fenómenos fonéticos más importantes del habla extremeña; se encuentra en todos los niveles socioculturales y goza de extraordinaria vitalidad en todo tipo de hablantes, como ocurre en otras hablas y dialectos del sur de la Península y en amplias zonas del español de América. La erudición filológica ha interpretado esta peculiaridad del habla como un meridionalismo fonético. No obstante, pueden rastrearse sus huellas en amplias zonas del norte y del centro de España (en Salamanca, en buena parte de las provincias castellano-manchegas, en la región de Murcia, en algunos pueblos de la comunidad de Madrid y en las Islas Canarias), sobre todo entre las clases populares” (pp. 40-41).

²¹⁷ Talvez devido ao esforço dos falantes para produzir um som de uso extremamente restrito, a sibilante pré-dorso-dental tende a ser ligeiramente desvozeada.

esses únicos de articulação não apical no falar Monsanto. ²¹⁸ Os nossos dados atestam, portanto, um processo de desafricação. É este um facto de língua, insiste-se, notavelmente arcaizante, que não deixa intocável o perfil da linguagem Monsanto em particular e da região em que ela se insere em geral.

2] Vogal paragógica de sibilante ²¹⁹ — Quando o fenómeno da paragógica de sibilante atinge a sua realização total, todas as sibilantes finais deixam de o ser, ou seja, adjunge-se-lhes uma vogal paragógica. Para melhor compreensão do fenómeno, interessa desde já dividi-lo em dois sub-tipos:

a) Contexto seguinte a semivogal palatal — Quando a sibilante final é precedida de semivogal palatal, os dois segmentos fundem-se, dando lugar a uma fricativa palatal; essa fricativa é sonora devido à inserção paragógica que se dá nesse contexto de [i]/[j] (mais frequente o primeiro). E.g. [kuml'õʒⁱ] “comilhões”, “as [taʒⁱ] ‘tais’ formigas”, [r'ɛʒⁱ] “réis”.

Devido à consciência do fenómeno, pode também, secundariamente, dar-se que ele fique numa espécie de meio caminho, i.e. com a paragoge e com a fricativa palatal mas com a conservação do ditongo: [kuml'õjʒⁱ], etc..

b) Restantes contextos — Quando a sibilante final é precedida de vogal ou da semivogal velar, vê adjungir-se-lhe uma vogal paragógica, mas não palataliza e, devido à posição intervocálica, é sempre sonora. A vogal paragógica, por sua vez, está condicionada a uma regra de harmonia vocálica: quando a vogal que antecede a sibilante é de timbre [u] (excluindo-se, portanto, o *u* palatal), ou quando é a semivogal velar a anteceder a sibilante, a paragógica tem também timbre [u]; quando é qualquer outra vogal que antecede a consoante, a paragógica é [i]/[j] (preferencialmente o primeiro, tal como no fenómeno da alínea a). São exemplos [v'ɛʒⁱ] “vez”, [p'ɛʒⁱ] “pés”, [br'aʒuʒ^u] “braços”, [k'arduʒ^u] “cardos”, [m'alteʒⁱ] “maltas”, [m'ẽdizⁱ] “Mendes”; como já referi, quando a vogal que antecede a sibilante é o *u* palatal, notei também a inserção da vogal alta não velar: [pir'ũʒⁱ] “perus”. ²²⁰

²¹⁸ Como também se diz em Brissos 2007:3, podemos verificar que, dos derivados de -DĚCIM latino que chegaram ao português actual, só em ‘catorze’ não se atestou a presença de [ɖʒ]; portanto, só quando -DĚCIM não está antecedido de vogal ou *n* (que nasala a vogal antecedente e cai). Pode querer ver-se aí o evitar de uma tripla articulação consonântica alveolar ([rɖʒ]), já depois da neutralização do -e. A outra hipótese colocada no referido passo — “uma evolução individual do pelo menos contemporaneamente marcado lexema *catorze* (devido ao *qua*- latino)” — é claramente menos provável.

²¹⁹ Este fenómeno apenas respeita à sibilante originariamente final em pausa, i.e. não respeita a quando a sibilante, embora final de palavra, é seguida de outro fonema (consonântico ou vocálico) na cadeia falada.

²²⁰ Tanto o fenómeno desta alínea como o da alínea anterior se dão, portanto, a seguir a -s como a -z; não observei nenhuma restrição do fenómeno ao contexto de -z, como parece resultar das notas tiradas *in loco* por Leite de Vasconcelos no Fundão (**Anexo** a este capítulo, alínea b do §1 de 2.2.2). Tal restrição seria atractiva do ponto de vista etimológico, pois a vogal final poderia não ser de facto paragógica mas verdadeiramente etimológica (representando assim o *e* do Acusativo latino; e.g. CRUCE(M) > *cruze*). No entanto, é essa uma restrição claramente abusiva: para além de nos nossos dados ela de forma nenhuma se ter verificado, também não tem sido notada noutros estudos sobre a região; de facto, exemplos do fenómeno com -s estão sempre na ordem do dia. Igualmente temos de dizer que as notas de Leite de Vasconcelos são demasiado escassas a respeito deste ponto.

Posta esta divisão, passemos para a definição geográfica das realizações dos dois sub-tipos no Sueste da Beira; de nenhum modo a região apresentou um comportamento uniforme.

Verifiquei o primeiro sub-tipo (o da semivogal antecedente da fricativa) por praticamente toda a região, embora geralmente sem grande frequência, pois se apresentou quase sempre como um traço marcado ²²¹. Destacou-se do conjunto o informante das Águas (concelho de Penamacor), que apresentou o fenómeno muito saliente e regular. Só não assinalei realizações significativas do fenómeno no inquérito do ALEPG da Foz do Cobrão; tendo presente a localização da Foz, pode conjecturar-se nessa divergência um nexó geográfico Norte-Sul, sendo o fenómeno de cariz setentrional. Nos plurais em *-ões* vemos dados que vão de encontro a essa ideia: cf. adiante **II. Morfo-Sintaxe, 1. Nomes e Adjectivos, §2-d**.

O segundo sub-tipo manifestou-se muito menos ao longo da região. Esporádicas ocorrências quando a sibilante é antecedita de vogal palatal foram verificadas um pouco por todo o lado; mas o fenómeno na sua dimensão total, com inserção regular de [u] quando a sibilante é antecedita por [u]/[w] e inserção de [i]/[i] nos restantes contextos, só foi notado no informante 4 do inquérito de Cardoso (que não é de Cardoso, mas de Póvoa de Rio de Moinhos, freguesia de Castelo Branco; estando portanto ao Leste de Cardoso, que pertence ao município de Oleiros, freguesia de Sarnadas de S. Simão) e em vários do de Alcongosta. Em Isna, ouvi apenas realizações esporádicas; e na região de Penamacor, para que disponho, acerca deste ponto, de dados limitados, ouvi o fenómeno pelo menos em Benquerença e Meimão, mas nunca de forma muito saliente. Uma vez que Buescu 1958 (1984:101) — que usa dados dos anos 1950' — refere o traço para Monsanto, será de supor que a divergência geográfica se deve, em primeiro lugar, ao carácter muito marcado do traço; mas, claro está, não deixa de ser significativa a perda de incisividade em direcção à parte sul-oriental da região. Com efeito, temos nessas informações sugerida a área de origem do fenómeno na região; ou, se se quiser, a área em que ele não tem a sua origem: o Sul-Este.

Em parte de acordo com essas informações, podemos constatar nas referidas variações geográficas uma relação do segundo sub-tipo de paragógica de sibilante com a área das sibilantes apicais ²²²: o informante 4 de Cardoso é falante de ápico-alveolar, tal como os de Alcongosta; Penamacor também é região de apicais; em Isna, terra de sibilantes pré-dorsais próxima de outras de sibilantes apicais, já só se apuraram realizações esporádicas (como se apuraram realizações esporádicas de sibilantes de tipo próximo do apical também em final de sílaba); e Monsanto, onde Buescu nota o fenómeno, é, para todos os efeitos, plena terra de apicais.

Já o primeiro sub-tipo não apresentou essa co-relação; tal dever-se-á ao facto de a sibilante passar a [ʒ], não se identificando portanto o fenómeno com uma articulação apical da fricativa. Por outro lado, esse sub-tipo, ao não se ter manifestado na Foz do Cobrão, permite, como já foi dito, que lhe seja conjecturado um carácter de índole setentrional; isso está na mesma linha da identificação do segundo sub-tipo com a área das sibilantes apicais (que são traço de característica setentrional no país).

²²¹ No inquérito do ALEPG de Idanha-a-Nova deu-se um bom exemplo desse carácter marcado: certa informante, que não tinha o traço saliente, ao caricaturar um indivíduo utiliza o mesmo traço com grande regularidade e consciência.

²²² Cf. a respeito dos sistemas de sibilantes alveolares / dentais na região o §1 atrás.

Apesar de os dois sub-tipos serem traços marcados, o segundo sub-tipo é-o mais do que o primeiro; isso vê-se não só pela maior dimensão geográfica deste, mas sobretudo pelo facto de ele ser sempre menos evitado, menos escondido do que o segundo sub-tipo nos falantes que os têm aos dois.

3] Em toda a região o segmento medial *sc* (= <*sc*>, <*sç*>) se reduziu a apenas uma fricativa surda, pré-dorso-dental ou ápico-alveolar consoante a localidade: i. é, consoante o sistema de sibilantes dentais / alveolares que vingou no processo de simplificação que o sistema do português antigo sofreu na região, como na maior parte de Portugal (a geografia dos sistemas de sibilantes do SE Beirão está feita atrás no §1).

Assim, enquanto na Norma temos p. ex. “acrescentar” = acre[ʃ]entar (ou, subalternamente, acre[ʃs]entar), “desça” = de[ʃ]a (de[ʃs]a), “nascente” = na[ʃ]ente (na[ʃs]ente), no Sueste da Beira temos respectivamente acre[s]entar ou acre[ʃ]entar, de[s]a ou de[ʃ]a, na[s]ente ou na[ʃ]ente. É este, ainda hoje, o estado de língua conservador e *genuíno* da linguagem do Sueste da Beira. No entanto, a pressão da Norma faz-se sentir e já não é difícil, mesmo em falantes conservadores, ouvir as soluções da Norma. A mudança já deu passos significativos, portanto.²²³

A solução de simplificação referida corresponde tão-só ao tratamento normal que o grupo latino medial <SC>, que ocorre na língua maioritariamente em formas derivadas de verbos incoativos daquela língua, teve em português.²²⁴ Nesse sentido, apesar de uma pronúncia do tipo de *nacer* = ‘nascer’ se apresentar muito distintiva para o ouvido de um falante que apenas tenha contacto com a Norma, não é, de forma nenhuma, estranha ao que deve ser considerado o sistema geral do português (na sua sincronia como na sua diacronia); é pronúncia fácil de encontrar nos dialectos portugueses, fundamentalmente nos do Centro e Norte²²⁵.

2.2.2. Líquidas (i.e. laterais e vibrantes)

Os §§1 e 2 tratam das laterais e vibrantes alveolares do ponto de vista exclusivo; o §3 trata de um fenómeno comum a ambas, a inserção de vogal paragógica.

²²³ Costa 2007, depois de fazer um quadro da evolução da sequência verbal latina <*sce/i*> do português antigo para o contemporâneo (séc. XIX) através do estudo de um amplo *corpus* documental (fazendo uso portanto da análise de variações gráficas), tenta um estudo do mesmo segmento no português actual; para tal utilizou os dados do ALEPG, ouvindo e analisando 36 inquéritos seleccionados segundo critérios explicitados a p. 175. O objectivo foi o de procurar compreender melhor, numa primeira abordagem, a mudança que se está a dar nesse segmento (o A. não deixa de notar que a rede de inquéritos é curta para uma visão detalhada da mudança). Todavia, podem ver-se nas transcrições dos três inquéritos do distrito de Castelo Branco utilizados pelo A. — Alcongosta, Cardosa e Idanha-a-Nova — vários casos relevantes para o seu estudo que não foram utilizados e reveriam o cômputo geral dos dados do A. a respeito dessa área geográfica. (As transcrições, note-se, de forma nenhuma correspondem à totalidade da linguagem produzida pelos informantes; apenas registam o que é de interesse para o questionário, deixando de parte muitos segmentos de fala que, naturalmente, podem acrescentar ainda mais informação.)

²²⁴ A respeito da evolução desse segmento no português e do seu estado (que apresenta a simplificação previsível) no *corpus* medieval do Sueste Beirão que aqui editamos, cf. adiante o **Cap. II, Secção B, I. Fonética, 2.2, §1-d.**

²²⁵ Isso mesmo ressalta dos dados de Costa 2007:179ss (que contudo devem ser utilizados com especial prudência, na sequência do que já se disse; o uso que o A. faz dos mesmos também não é sempre pacífico).

Para a maior instabilidade geral das líquidas, fenómeno corrente nas línguas do mundo, cf. acima o §1' das notas iniciais de **2. Consonantismo**.

1] Laterais consideradas especificamente.

a) Vê-se nos falantes mais conservadores que o *l* da região é, em posição inicial de sílaba como em posição final de sílaba, diferente do da Norma. Tem articulação alveolar como o da Norma, mas é produzido com a ponta da língua um pouco mais recuada e sem tendência nenhuma para a velarização; aproxima-se (sendo contudo menos saliente) do conhecido *l* dos Açores, ou dos *l* francês, castelhano, etc.. Transcrevo esse som por [l]; não se confunde com as duas realizações do *l* da Norma, [l] — que surge sempre em posição inicial de sílaba (em grupo consonântico ou isolada) e, para além de ser produzido com a ponta da língua avançada em relação a [l], tem tendência a velarizar — e [ɫ] — que é a variante de final de sílaba e é propriamente velarizada. Assim, se na Norma “leite” é [l]eite, na região em estudo é [ɫ]eite; se na Norma “solto” é so[ɫ]to, no SE Beirão é so[ɫ]to.

Se é esse o quadro da linguagem mais característica (i.e. mais representativa) do Sueste da Beira, há todavia uma pressão normativa para aproximar as realizações das do dialecto padrão. Essa pressão dá-se sobretudo onde na Norma há *l* velarizado, que se distingue mais acentuadamente do *l* da região; de facto, em final de sílaba já é muito fácil ouvir nos falantes menos conservadores uma concordância com o sistema da Norma.

Cumprе também dizer que o fenómeno se apresentou com nítida menor intensidade na zona ocidental, sobretudo sul-ocidental; e que se apresentou especialmente intenso no Centro e Norte do concelho de Idanha-a-Nova (inquéritos do ALEPG de Idanha-a-Nova, Monsanto e Salvaterra do Extremo).

b) *L* apresenta forte tendência para a palatalização quando seguido de iode, absorvendo este; e.g. *familha* “família”, *Emilha* “Emília”, *Julho* “Júlio”, *Lucilho* “Lucílio”²²⁶. Este fenómeno, continuação de uma regra que se deu na formação da língua (e.g. lat. FILĬU- > *filho*), tem um paralelo no grupo *n* + iode (cf. a esse respeito adiante 2.2.3, §2) e, como se sabe, não é difícil de encontrar em dialectos portugueses (cf. e.g. Nunes 1919 (1960:143), Vasconcelos 1901 (1970:94-95) (que dá uma distribuição (Alentejo) demasiado restrita para *familha*)).

c) Em “genro” e “tenro” (e derivados), deu-se o desenvolvimento de *l* entre o *ẽ* e a vibrante múltipla: [ʒ'ẽɫʀ^u] “genro”, [t'ẽɫʀu] “tenro”, [tĩɫʀ'ijə] “tenrinha”, etc.. Leite de Vasconcelos regista o fenómeno sobretudo no Sul: “Epenthèse d’*l* entre voyelle nasale et *r* (Sud): *gẽlro* = genro, *õlra* = honra (cf. fr. *gendre*, esp. arch. *ondra*). J’ai remarqué aussi ce phénomène près de Bragança.” A p. 100, para onde remete, o A. tinha registado o fenómeno também em *tẽlro*.

As informações de Leite de Vasconcelos dão, para o Sul, um carácter mais geral do fenómeno (pois aparece também em “honra”, que foge ao contexto *ẽ*+*r*). Para o Sueste da

²²⁶ Em Pinheirinho 2001:269 (numa lista lexical) encontra-se a forma “quezilhento” = ‘quezilento’; deve ver-se aí não palatalização do próprio *i* (com ou sem o concurso do *e* seguinte) mas apenas o influxo da palavra de que ‘quezilento’ deriva: *quezilha* = ‘quezília’, onde a palatalização já é regular, pois está um iode a seguir ao *l*. Também ouvi *quezilha* na região.

Beira, não conheço o fenómeno registado em mais palavras do que “genro” e “tenro” e correlatos; assim está Buescu 1958 (1984:101), que atesta os casos *gêlro*, *Tĩlrinho*, *Tĩlreira* e *têlro*. No próprio Alentejo, também não surge, nos materiais de Leite de Vasconcelos estudados por Manuela Florêncio, abonação mais do que em *têlro* e *gêlro* (cf. Florêncio 2001 (2005:49)).

Em todo o caso, temos aqui um fenómeno que parece dar-se mais no Sul; pelo que temos aqui mais um possível traço de comunhão entre os dialectos do Sul e os do Sueste Beirão.

2] Vibrantes consideradas especificamente.

a) A vibrante múltipla é, ao contrário da Norma mas de acordo com a maior parte dos dialectos portugueses, alveolar: [r̥]. Mesmo na Norma, a vibrante múltipla alveolar só foi substituída pela uvular ([R]) há muito pouco tempo: cf. a esse respeito o que se diz no **Capítulo II, Secção B, I. Fonética, 2.5, §1**; a pronúncia alveolar da vibrante múltipla é a etimológica.

Por outro lado, a vibrante múltipla não tem no Sueste da Beira uma correspondência de contextos perfeita com o [R] da Norma: para além de ocorrer em todos os contextos deste — i. é, em posição inicial de sílaba —, pode ainda ocorrer, embora não de forma total, antes de *n* e *l*. Ocorre portanto em final de sílaba, contexto reservado na Norma para o *r* simples ([r]), o qual pode ainda ocorrer em início de sílaba em grupo consonântico (e.g. *prato*). É assim que temos na linguagem do SE da Beira, p. ex., [k'aɾn̥ⁱ] “carne” e [bɪɾl̥ⁱɪd̥ⁱ] “berlinde”, [t'oɾn̥^u] “torno” e [k'aɾl̥^u] “Carlos”.

A ocorrência de [r̥] antes dessas duas consoantes (que, mais uma vez, está longe de ser difícil de encontrar nos dialectos) justifica-se como uma dissimilação: *l*, *n* e *r* simples são consoantes muito próximas do ponto de vista articulatorio (daí poderem permutar frequentemente, sob a forma de metáteses, entre si), pelo que as sequências *-rl-* e *-rn-* causam dificuldades que levam o *r* simples a dissimilar para múltiplo. Essa dissimilação, contudo, não se pretende extrema: é assim que na Norma não se dá o processo, pois o *r* múltiplo é aí uvular — não está, portanto, disponível uma articulação múltipla alveolar, que é um acrescento linear de vibrações ao *r* simples, também de pronúncia alveolar — e uma dissimilação para [R] seria uma inflexão demasiado forte: [k'aɾn̥ⁱ], [bɪɾl̥ⁱɪd̥ⁱ], etc.. Pode pois concluir-se que a necessidade de dissimilação do *r* nas sequências *-rl-* e *-rn-* não é máxima; isto concorda com o já aludido carácter não absoluto do fenómeno, ou seja, o tratar-se de um facto linguístico que não atinge a regularidade absoluta (como atinge a presença de [r̥] em início de sílaba: aí, nunca há na linguagem da região outro *r*).

Importa ainda dizer que o carácter múltiplo do *r* antes de *l* e *n* não é tão intenso como em posição inicial de sílaba, i. é, há antes daquelas duas consoantes menos vibrações do [r̥]; por vezes, o carácter múltiplo pode ficar mesmo muito ténue nesse contexto. Também este facto está de acordo com o carácter não absoluto do fenómeno.

As transcrições disponíveis dos inquéritos aqui estudados do ALEPG²²⁷ corroboram o perfil que definimos para a existência do *r* múltiplo na região, assim como patenteiam uma clivagem geográfica muito significativa. Passamos a ver esses dados.

²²⁷ Dos 9 inquéritos que utilizamos do ALEPG apenas o de Malpica do Tejo não tem ainda transcrição fonética disponível.

Há nas 8 transcrições um total de 1737 casos de *r* seguido de consoante ²²⁸, nos mais variados contextos; apenas se encontra [r̄] quando são *l* ou *n* que se lhe seguem. Uma lista de todos os casos de *r* seguido de *l* e *n* está nas duas tabelas seguintes: ²²⁹

Inquérito	<i>r</i> antes de <i>l</i> nas transcrições do ALEPG: lista de casos			
	[r]		[r̄]	
	Sílaba tónica	Sílaba átona	Sílaba tónica	Sílaba átona
Alcongosta	merlo	—	—	—
Cardosa	—	garlopa	—	—
Foz do Cobreão	—	garlopa	merlo	—
Idanha-a-Nova	—	—	—	—
Isna	—	garlopa	—	—
Monsanto	—	—	borla	—
Rosmaninhal	—	garlopa	—	—
Salvaterra do Extremo	—	garlopa	—	jorlaneiro 2x

Inquérito	<i>r</i> antes de <i>n</i> nas transcrições do ALEPG: lista de casos			
	[r]		[r̄]	
	Sílaba tónica	Sílaba átona	Sílaba tónica	Sílaba átona
Alcongosta	bigórnia, carne 2x, corno, cornos, dorna, forno, forno, inferno, taberna, torno	afornear, burnil, carniceiro, codorniz, fornada, forneira, jornal, jornaleiro, taberneiro, tornadouro, torneira	inferno	carneiro 2x, cornuda, enfornar
Cardosa	bigorna 2x, carne, corna, corno, cornos, dorna 2x, forno 3x, inferno, Inverno 2x, jorna, perna 4x, taberna, tiborna, torno, urna 2x	bornais, bornal, burnil, carnaval, carneiro 4x, codorniz, corneira, forneira, pernada 2x, taberneiro, tornadouro 2x, tornar, torneira 3x, tornozelo	—	—

²²⁸ I.e. em final de sílaba interior de palavra ou ainda em sintagmas em que o *r*, estando em posição final de palavra, fica por via da construção sintagmática seguido de consoante — portanto como se estivesse em posição final de sílaba interior de palavra; e.g. “lar_do forno”.

²²⁹ Apresento as palavras pela sua forma gráfica o mais simplificada possível.

Foz do Cobreão	alverna (i.e. 'alvéola'), bigorna, carne 2x, corna, corno, cornos, enfarna, forno 4x, fornos 2x, inferno, Inverno, jorna, lanterna, pernas, sarna, taberna, torno 2x	burnil 2x, carneiro 2x, codorniz, cornadura, estorninho, jornaleiro, pernadas, pernis, taberneiro, torneira	—	cornecho
Idanha-a-Nova	carne, governo, inferno 2x, jorna, perna 3x, pernas	encarnada, encarnado 2x, encarnizada, estorninho, inverniço, jornaleiro	bigorna, corna, corno, forno 2x, fornos, hérnia, inferno, Inverno 2x, jorna, luzerna, perna, sarna, urna	burnil, carnaval, carniceiro, cornechos, forneiro, jornaleiro 2x, tornadouro 2x, tornozelo
Isna	bigorna, cadernos, carne, corna, corno, cornos, enfarna, forno, fornos, inferno 2x, inverna, jorna, pernas, taberna	bornal, carneiro, codorniz, codornizes, cornadura, desenfornar, estorninhos, farnel, fornada, jornal, jornaleiro, pernada, taberneiro	—	burnil
Monsanto	bigorna 2x, carne, cisterna 2x, governo, tornos	carniceiro, enfornadouro, pernadas, tornadouro	corna, corno 2x, cornos, dorna 2x, forno 2x, fornos 3x, hérnia 2x, inferno 3x, Inverno 2x, jorna, perna 3x, pernas 2x, sarna, taberna, tiborna, torno	bornal, carnagões, carnaval, carneiro, codorniz, estorninhos, forneira, jornal, jornaleiro, pernada, taberneiro, tornadouro 3x, torneira, tornozelos
Rosmaninhal	forno 2x, fornos 2x, jorna 2x, torna	carnaval, estorninho, forneiros, pernada, pernada 2x, piorneira	carne, corna 2x, corno, cornos, fornos, inferno 2x, taberna	carneiro, codorniz, cornadura, fornadas, forneira 2x, piorneira, taberneiro,

				torneira
Salvaterra do Extremo	taberna, tornos	bornal, estorninho, jornal 3x, pernada, taberneiro	bigórnia 3x, carne, corna, corná, corno, cornos 2x, dorna 2x, forno, fornos, inferno 3x, torna, torno 2x	bornais, burnis, carneiro, carniceiro, cornamenta, cornuda 2x, forneira 2x, piorneira 2x, torneira 2x

Se no caso do contexto antes de *l* os dados são, quer do ponto de vista da variedade lexical quer do ponto de vista meramente quantitativo, escassos (o segmento *rl* não é frequente na língua) e portanto pouco conclusivos, já no contexto antes de *n* há abundância.²³⁰ Antes de fazermos qualquer inferência veremos as duas próximas tabelas, que aproveitam os dados num âmbito estatístico.

Relação estatística de <i>r</i> seguido de <i>l</i> nas transcrições do ALEPG												
Inquérito	Sílabo tónica				Sílabo átona				VALORES TOTAIS			
	[r]		[r̃]		[r]		[r̃]		[r]		[r̃]	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Alcongosta	1	100	—	—	—	—	—	—	1	100	—	—
Cardosa	—	—	—	—	1	100	—	—	1	100	—	—
Foz do Cobreão	—	—	1	100	1	100	—	—	1	50	1	50
Idanha-a-Nova	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Isna	—	—	—	—	1	100	—	—	1	100	—	—
Monsanto	—	—	1	100	—	—	—	—	—	—	1	100
Rosmaninhal	—	—	—	—	1	100	—	—	1	100	—	—
S. do Extremo	—	—	—	—	1	33,33	2	66,67	1	33,33	2	66,67
TOTAL DOS INQUÉRITOS	1	33,33	2	66,67	5	71,43	2	28,57	6	60	4	40

Relação estatística de <i>r</i> seguido de <i>n</i> nas transcrições do ALEPG												
Inquérito	Sílabo tónica				Sílabo átona				VALORES TOTAIS			
	[r]		[r̃]		[r]		[r̃]		[r]		[r̃]	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Alcongosta	11	91,67	1	8,33	11	73,33	4	26,67	22	81,48	5	18,52
Cardosa	24	100	—	—	21	100	—	—	45	100	—	—
Foz do Cobreão	23	100	—	—	12	92,31	1	7,69	35	97,22	1	2,78
Idanha-a-Nova	9	37,5	15	62,5	7	41,18	10	52,82	16	39,02	25	60,98
Isna	15	100	—	—	13	92,86	1	7,14	28	96,55	1	3,45
Monsanto	7	20	28	80	4	20	16	80	11	20	44	80

²³⁰ Não valerá a pena referir que as transcrições do ALEPG incidem apenas sobre os conceitos-alvo do questionário ou questões associadas; na minha recolha, qualquer segmento de linguagem era de potencial interesse. É assim que as formas [biʁl̃ˈd̃i] “berlinde” e [k’aʁl̃ˈʃ] “Carlos”, que atestei acima e recolhi na região, são formas que, não fazendo parte dos interesses do questionário, não surgem nas transcrições.

Rosmaninhal	7	43,75	9	56,25	7	43,75	9	56,25	14	43,75	18	56,25
S. do Extremo	2	9,52	19	90,48	7	35	13	65	9	21,95	32	78,05
<i>TOTAL DOS INQUÉRITOS</i>	98	57,65	72	42,35	82	60,29	54	39,71	180	58,82	126	41,18

Há a comentar os seguintes pontos a partir de todos estes dados.

1. No cômputo geral, [r̄] está numa posição subordinada a [r]; com efeito, [r̄], ao contrário de [r], não atinge normalmente valores totais — há apenas a excepção, apoiada numa única ocorrência, de Monsanto na tabela de *rl* —, e quando não há valores totais, a presença de [r] é sempre maior do que a de [r̄]. Isto demonstra a falta de regularidade plena do traço de que já falámos.

2. Também numa perspectiva geral, a ocorrência de [r̄] tem valores muito iguais antes de *l* e antes de *n*: 40% de [r̄l] e 41,18% de [r̄n].

3. O mais interessante a comentar é, no entanto, a notória clivagem que se verifica entre o Ocidente e o Oriente.

3.1. Os dados mostram-nos que em Idanha-a-Nova, Monsanto, Rosmaninhal e Salvaterra do Extremo, [r̄] domina claramente antes de *n*, ao passo que nas outras localidades o comportamento é totalmente inverso: aí, [r] é, de forma esmagadora, a variante dominadora. Se tivermos presente o mapa dos inquéritos, sabemos que Idanha-a-Nova, Monsanto, Rosmaninhal e Salvaterra do Extremo são localidades, todas do concelho de Idanha-a-Nova, que se colocam claramente na parte mais oriental do Sueste Beirão; as outras localidades — Alcongosta, Cardosa, Isna e Foz do Cobre — afastam-se daquelas quatro e inserem-se, sobretudo Cardosa, Isna e Foz do Cobre, na parte ocidental da região. Alcongosta está num virtual eixo central da região, mas de maneira nenhuma se aproxima da Terra de Idanha. É pena não termos ainda uma transcrição do inquérito de Malpica do Tejo (que está na parte Sul do mesmo eixo de Alcongosta), para vermos se a individualidade está de facto, como resulta dos dados de que dispomos, na Terra de Idanha.

Em todo o caso, temos aqui (i) uma notória clivagem entre o Oriente e o Ocidente do Sueste da Beira, (ii) clivagem essa que parece concretizar-se numa individualidade da Terra de Idanha.

São esses os dados a partir do contexto *-rn-*; no contexto *-rl-*, como já foi referido, os dados são muito escassos para permitir uma abordagem segura.

3.2. Questão: há, no surgimento de [r̄], uma preferência por um contexto acentual específico, i.e. o surgimento de [r̄] é condicionado pela sua presença em sílaba tónica / átona? É verdade que os valores de [r̄] em sílaba tónica são sempre superiores: na tabela de *rl*, a vibrante múltipla tem 66,67% nesse contexto contra 28,57% em sílaba átona, e na tabela de *rn* 42,35% contra 39,71%. Todavia, (i) os dados para o grupo *rl* são escassos e não podem ser utilizados de forma conclusiva; (ii) nos dados de *rn*, que são abundantes, as percentagens são muito próximas; (iii-a) nas quatro localidades em que [r̄n] surge mais do que [rn] (as localidades do concelho de Idanha), só em duas (Idanha e Salvaterra) a

sílaba átona tem menos [r̃n] do que a tónica — nas outras duas (Monsanto e Rosmaninhal), há um empate; (iii-b) nas localidades em que [r̃n] surge menos do que [rn] (Alcongosta, Cardoso, Isna e Foz do Córão), há mesmo mais [r̃n] na sílaba átona do que na tónica — apenas em Cardoso não há, quer em contexto tónico quer em contexto átono, a variante [r̃n]. Constatamos pois que os dados não apresentam, a respeito da possível divergência entre posição tónica e posição átona, informações lineares.

No cômputo geral, diremos que não ressalta dos dados um carácter significativo da variação entre contexto tónico e contexto átono; mas há aqui, mais uma vez, uma clivagem geográfica entre a terra de Idanha e o resto — ou, se se quiser, uma clivagem entre a área em que [r̃] domina e a área em que [r] domina. Na primeira, há alguma, não muito acentuada, preferência pela sílaba tónica para o surgimento da vibrante múltipla; na segunda, há uma clara preferência pela sílaba átona. São portanto padrões diferentes.

b) O *r* simples não tem particularidades articulatórias a assinalar. Para além do fenómeno que se viu na alínea anterior e também respeita ao *r* múltiplo, há a registar dois processos fonéticos: as antecipações de [r] e a queda de [r] final.

b-1) Antecipações de *r* — Por vezes, [r] antecipa-se uma sílaba, e.g. *drento* “dentro”, *Grabiel* “Gabriel” (exemplos também referidos para Monsanto em Buescu 1958 (1984:102)).

Mais frequente é a antecipação de [r] de coda para ataque da mesma sílaba, formando também grupo; e.g. *crapinteiro* “carpinteiro”, *froquilha* “forquilha”, *braqueiro* “barqueiro”, *cravalho* “carvalho”, *troneira* “torneira”, *proque* “porque”, *froja* “forja”. Em sílaba átona o fenómeno é muito frequente, mas em sílaba tónica já não se apresentou mais do que esporádico.

Ambos os traços se manifestaram de forma especialmente intensa em Salvaterra do Extremo, Monsanto e Idanha-a-Nova, embora se verifiquem em toda a região. Em Cardoso apresentaram-se residuais, mas em Isna, localidade próxima (e inclusive mais para Ocidente, se se quiser ver aí umnexo), já se apresentaram muito salientes.

Na medida em que derivam da genética instabilidade das líquidas, não são estes fenómenos — que são metáteses — propriamente rebuscados do estrito ponto de vista formal. Mas, acusticamente, mostram-se para um falante que conheça a Norma muito salientes; conferem um timbre bem distinto às palavras em que se verificam.

As regiões da Norma também conhecem algumas antecipações de *r* (e.g. *dromir* “dormir”, *trocer* “torcer”), mas a incisividade no Sueste Beirão é claramente outra.

Por vezes, num processo de hipercorreção dos fenómenos, os falantes aumentam o número de sílabas, inserindo, no caso do primeiro fenómeno que vimos, uma vogal antes do sítio de destino do *r* — e.g. [dʲr̃et̃ʷ] “dentro”; no caso do segundo fenómeno, insere-se antes do *r* uma cópia da vogal da sílaba em que o facto ocorre, e.g. [k̃er̃ʷp̃it̃'eru] “carpinteiro”. Isto faz com que o *r* fique isolado em ataque de uma nova sílaba, adoptando-se para as palavras uma estrutura CVCV..., ao invés de CCV...; vai-se portanto ao encontro de uma estrutura silábica preferencial: CV.

b-2) Queda de -*r* — O *r* final de palavra tem tendência para cair quando se segue uma consoante na cadeia falada, nomeadamente em fala despreocupada; e.g. *nunca consegui gostá dela* “nunca consegui gostar dela”, *colhê tudo* “colher tudo”.

Quando se segue uma vogal, a vibrante cai também com alguma frequência — e.g. *tascá o linho* “tascar o linho” —, apesar de o normal aí ser, como na língua portuguesa em geral, a consoante se apoiar na vogal que se segue: *tasca[r]_o linho*. No entanto, quando a queda se dá nesse contexto, e quando à vogal que antecedia o *-r* se segue na frase uma vogal fonologicamente igual, a primeira vogal tende a alongar: [tir'a:ɐ.t'etɐ] “tirar a teta”; resulta assim uma vogal longa que ocupa a sua posição métrica e a do *r* ²³¹.

3] Vogal paragógica de líquida.

a) Em toda a região se insere, a seguir a *l* e *r* finais em pausa, uma vogal paragógica de intensidade reduzida e timbre entre [i] e [ɪ]. Essa vogal paragógica cada vez mais se aproxima da vogal neutra, e também se vai registando cada vez mais a anulação do fenómeno; puro [i] é a realização arcaizante. ²³² E.g. [k^um^wɐrⁱ] “comer”, [s'ɐlⁱ] “sal”.

Também Buescu 1958 (1984:100) nota que “As consoante finais *-r* e *-l* adquirem uma vogal paragógica reduzida”, de timbre “intermédio entre *i* e *ə*”. Vilhena 2000, a respeito de Cedillo (não nota o fenómeno em Herrera de Alcántara, devido à queda regular de *-l* e *-r* finais que aí regista), apresenta-nos a seguinte descrição do timbre da paragógica: “Em Cedillo, como já foi dito, as consoantes finais *l* e *r* costumam apoiar-se levemente num elemento vocálico próximo de *i* que não chega a ser plenamente articulado” (p. 143); também num falar português em território espanhol próximo a paragógica de líquida tem o carácter pouco determinado que foi visto.

Nota-se o traço em todo o Sueste da Beira, mas (i) ele não atinge a grande saliência que tem nos dialectos do Sul do país — num aspecto, portanto, que afasta os dialectos do SE Beirão dos do Sul; e (ii) em Isna e Foz do Córrego — ou seja, *grosso modo* na parte Sudoeste da zona aqui estudada — ele apresentou-se (exponencialmente em Isna) débil e fundamentalmente dependente da pronúncia enfática. É aliás nas realizações enfáticas que, genericamente, o traço adquire maior dimensão.

b) Espalhada na região encontrei a forma *qualquera* “qualquer” (sendo o *-a* naturalmente fechado). Buescu 1958 (1984:101), que descreve o falar Monsanto, refere mais casos, mas também só com a consoante *r* em jogo: ²³³ “Em certas palavras invariáveis, a vogal de apoio de *r* final absoluto é a [NB: a fechado]: *qualquera* “qualquer”, *sequera* “sequer”, *quera* “quer” (conjunção)”. O facto de Buescu utilizar dados da década de 1950' pode justificar o maior volume de casos que recolheu, que contudo está longe de apresentar um fenómeno com bom raio de acção. De facto, não nos devemos esquecer de que (como foi visto na alínea anterior) é uma vogal de timbre entre [i] e [ɪ] que se insere regularmente a seguir a *l* e *r* finais em pausa.

Em Vila de Rei, sede de um município do distrito de Castelo Branco mas já fora da estrita região que aqui estudamos, sabemos que Leite de Vasconcelos registou a paragoge de *a* nas palavras *doutora* “doutor” e *pintora* “pintor” (**Anexo** ao presente capítulo, §4 de 2.2.2). Mais uma vez apenas está *-r* em causa.

As ocorrências de *a* paragógico de líquida — quer *r* quer *l*, ao contrário do SE Beirão — estão registadas sobretudo para os falares do Sul (cf. e.g. Vasconcelos 1901

²³¹ Num processo análogo p. ex. ao que aconteceu no inglês com a queda do *r* final de sílaba e.g. em *card*: o *a* alongou-se para ocupar a posição métrica deixada vaga pela queda do *-r*.

²³² Muito esporadicamente, notei o timbre [e] ou fundamentalmente igual.

²³³ Simplifico a notação fonética da A. para formas que evidenciam o fenómeno que aqui nos interessa.

(1970:96,98,102)); a pouca intensidade do fenómeno no SE da Beira é um traço que afasta a linguagem da região da daqueles falares.

2.2.3. *Restantes consoantes da zona alveo-dental*

1] *T* e *d* mantêm-se regularmente.

A respeito da lenição de *d*, assim como das outras duas oclusivas sonoras, cf. acima o §1 das notas iniciais de **2. Consonantismo**.

T apresenta um fenómeno esporádico que consiste na sua evolução para fricativa palatal surda antes de vogal palatal etimológica, e.g. [ʃʹʒ'olɔ] “tijolo”, [ʃʹʒ'elɐ] “tijela”, [ɐʃʹʃ] “antes”; ocorre mais quando à vogal palatal se segue uma fricativa palatal, como nos dois primeiros exemplos citados. Foi um traço que se apresentou com clara maior intensidade em direcção à raia e a respeito do qual não pude recolher dados (confirmadores ou infirmadores) em Penamacor.

2] No que toca à nasal *n*, há a notar, tal como para *l* (2.2.2, §1-b), uma tendência para a palatalização quando seguido de iode, junto com a absorção deste. E.g. (*An*)tonho “António”, *damonho* “demónio”. Tal como se disse para o fenómeno paralelo de *l*, está aqui uma continuação de um facto linguístico que ocorreu na formação de língua (cf. SENIÖRE- > *senhor*, etc.) e que é fácil de encontrar na linguagem popular contemporânea do país.

A respeito da semelhança com *l* e *r* em certos processos esporádicos (metáteses, etc.), cf. acima o §1' das notas prévias de **2. Consonantismo**.

2.3. *Palatais*

Os §§1-3 analisam cada grupo de consoantes palatais do ponto de vista exclusivo; o §4 trata um fenómeno comum a todas elas: o destacamento de glide palatal entre vogal tónica e consoante palatal.

1] Fricativas palatais consideradas exclusivamente — Há duas questões a abordar acerca destas consoantes.

a) Características articulatórias — As fricativas palatais dos falantes que têm sibilantes ápico-alveolares não são iguais às dos que têm sibilantes pré-dorso-dentais²³⁴: as primeiras são produzidas com o dorso da língua mais avançado. Leite de Vasconcelos disse algo que vai por este caminho: “L’x de l’Alentejo, etc. n’est pas celui du Nord; il est plus voisin du *ch* français” e “Le *j* du Sud est plus voisin du *j* français que celui du Nord” (Vasconcelos 1901 (1970:99)).

²³⁴ Cf. a respeito dos sistemas de sibilantes dentais / alveolares na região o §1 de 2.2.1 atrás.

Não obstante a correlação entre a articulação das fricativas palatais e a articulação das fricativas pré-dorso-dentais~ápico-alveolares, é natural, numa zona de transição entre pré-dorso-dentais e ápico-alveolares, que se verifiquem casos de sistemas linguísticos que, apesar de terem já consumada ou praticamente consumada a mudança das sibilantes ápico-alveolares em pré-dorso-dentais — a tendência da *normalização* —, ainda apresentem as suas fricativas palatais semelhantes às da zona de ápico-alveolar. Assim, no Rosmaninhal e em Isna foram observadas fricativas palatais, posto que já não totalmente iguais às da zona de apicais, ainda fundamentalmente semelhantes. A informante 3 de Idanha-a-Nova, falante de pré-dorsais, apresentou mesmo fricativas palatais idênticas às dos falantes de apicais.

b) Possível convergência no sistema das africadas palatais, pelo menos no caso das surdas — Ficou a questão, particularmente no inquérito do ALEPG de Salvaterra do Extremo, de se se terá dado, sob a forma de tendência ou não e de forma pouco estendida na região ou não, a passagem das fricativas palatais a africadas palatais (as africadas palatais — notaram-se na região as duas — são tratadas no §2 a seguir). Ou seja, se não ocorreu uma convergência de fricativas e africadas palatais num sistema com apenas estas últimas, em processo contrário ao da Norma (em que, aparentemente no séc. XVIII, *ch*, *x* > *x*, depois de há muito a sonora ter sofrido o mesmo processo ²³⁵). Seria esse um processo contrário ao da Norma mas, no caso de Salvaterra e demais terras de fricativas ápico-alveolares, um processo que iria num sentido semelhante ao da escolha que fizeram nesse mesmo sub-sistema de sibilantes: inversamente à Norma, preferência por (i) [ʃ,z] em detrimento de [s,z], e (ii) [tʃ,dʒ] em detrimento de [ʃ,z].

Três factos motivaram a questão mencionada:

1. A esporádica ocorrência de *ch* no lugar de *x*, e.g. Idanha-a-Nova [tʃ]arope “xarope” (mais que 1*x*), Salvaterra [fr'eʃʷ] “freixo”, [pʲtʃ'er] “puxar”, Aranhas [k'aʃvɐ] “caixa”, Meimão “deixar”, em várias formas, sempre com africada.
2. A esporádica ocorrência, em Salvaterra, da fricativa ápico-alveolar surda no lugar da africada palatal surda, como se, ao tentar omitir o sempre marcado *ch*, apenas se tivesse como alternativa o *s* ápico-alveolar, não a fricativa palatal. E.g. [ʼaʃ k ɐtɐ l'evõ v'itʲ] “acho que até levam vinte”.
3. Por último, o carácter ligeiramente africado, com um ligeiro *arranque* articulatorio oclusivo, com que as fricativas palatais se apresentaram em Salvaterra. Esse carácter africado, todavia, pode ser apenas um fenómeno irrelevante devido ao timbre específico que as fricativas palatais dos falantes de *s* apical têm (facto tratado na alínea anterior); só com um estudo acústico que considere vários dialectos se pode aclarar essa questão.

Com excepção do terceiro ponto, os dados remetem-nos apenas para a africada palatal surda; a isso não será alheio o carácter muito marcado que o par sonoro apresenta hoje. Dessa forma, posto que teoricamente o putativo fenómeno de convergência de *x* > *ch* possa ter tido correspondência nos respectivos pares sonoros, a verdade é que os dados não permitem mais do que especulações.

²³⁵ Cf. a respeito da evolução da africada palatal surda Teyssier 1980 (2001:53-54), Pinto 1981, Prista 1994 e Castro 2006:198-199. A respeito da evolução da sonora, ponto menos claro, veja-se o que fica dito adiante no estudo linguístico do *corpus* medieval aqui editado: **Cap. II, Secção B, I. Fonética**, §2 de 2.3.

O ALPI não dispõe, nos inquéritos feitos no distrito de Castelo Branco — Belmonte, Ourondo, Monsanto, Oleiros, Alcains e Rosmaninhal —, de palavras com africada palatal surda etimológica, e nas poucas palavras com fricativa palatal etimológica surge sempre a fricativa²³⁶. As palavras em que poderia surgir a africada palatal sonora também apresentam apenas a fricativa, mas aqui, devido ao carácter especialmente marcado da africada, a ausência é pouco relevante²³⁷.

Se considerarmos o território português na sua totalidade, encontramos a unificação de *ch, x* em *x* registada por Leite de Vasconcelos no Noroeste: “A Vila-do-Conde *x* est remplacé par *ch*, par ex.: *baicho* = baixo, *cáicha* = caixa, *faicha* = faixa (facha), *cuôicho* = coixo (coxo)”, continuando: “phénomène vraiment remarquable, mais pas du tout surprenant, parce que l’on constate un échange semblable entre *s* et *ç*” (Vasconcelos 1901 (1970:99)). Em concordância, Netto 1949:134-135 virá mais tarde a registar a fusão de fricativa e africada nesta última para essa área, dizendo que “A africada *tch* corresponde geralmente às fricativas *ch* e *x*” mas dando exemplos claros como “*baitcho*” = baixo, “*catchão*” = caixão, “*brutchá*” = bruxa (isto a par de exemplos com a africada etimológica, como “*tchama*” = chama (N.), etc.).²³⁸

Não seria nada de insólito ter-se dado o mesmo, pelo menos sob a forma de alguma tendência, no SE da Beira. Mas a falta de referência ao fenómeno até hoje na literatura sobre a região limita ainda mais as inferências, tal como a história pouco clara da evolução de *ch, x* > *x*. Um estudo de conjunto desse traço no todo dos dialectos portugueses, com dados de grande dimensão (como os do ALEPG), permitirá avançar a questão.

2] Africadas palatais consideradas exclusivamente — O uso do plural deixa ver que se notam quer [ʃ] quer [dʒ] na região.

a) Africada palatal surda — Em todas as localidades do ALEPG, assim como em todas as localidades do concelho de Penamacor de que aqui se utilizam dados, pude verificar a conservação, em maior ou menor medida, da africada [ʃ]. E.g. [ʃ] *amar* “chamar”, *a[ʃ]o* “acho”, *arro[ʃ]o* “arrocho”. Com excepção de alguns casos em que a africada surge no lugar etimológico da fricativa palatal surda — questão tratada no §1 —, o contexto é <ch>, ou seja, o etimológico (por oposição a <x>, o contexto da fricativa); a respeito da questão mais lata de as africadas palatais poderem ter tomado, em alguma medida, o lugar da fricativas palatais na região, cf. o referido §1.

O verbo “chamar” é por todo o lado palavra em que a africada mais facilmente se conserva. Igualmente é mais fácil a conservação da africada em contexto inicial de palavra, o que se deverá a dois aspectos: a maior perceptibilidade que a consoante adquire em posição intervocálica, facto que só pode estorvar o aparecimento de um traço marcado; e a comodidade articulatória que a africada dá em início de palavra, pois

²³⁶ Essas palavras são quatro e foram registadas em todos os 6 inquéritos: mapa 22, ‘*enxada*’ (‘*enxada*’, em Ourondo); 32, ‘*caixa*’; 50, ‘*coxo*’; 75, ‘*eixo*’.

²³⁷ Relevam os mapas do ALPI: 21, ‘*Jejuar*’ (que surge sempre sob a forma *juar*); 43, ‘*cereja*’ (< lat. CERESIA-, com a fricativa etimológica); 45, ‘*percevejo*’ (que surge apenas com *j* em Oleiros e Monsanto; nas outras localidades há ‘*percevelho*’, com *lh*).

²³⁸ Num âmbito mais restrito, pois não representam visões de conjunto de sistemas linguísticos mas tão-somente a recolha da pronúncia de palavras específicas, dados extraídos do ILB já registaram a africada no lugar de fricativa etimológica; assim estão Boléo 1974e:211 que assinala [ʃ] para ‘*enxada*’, “entre outros” pontos, em Sanfins (concelho da Feira), e Duarte 1950 (*apud* Prista 1994:220), que regista “*metcha*” = ameixa em Vilar de Cunhas (Cabeceiras de Basto) e S. João do Rei (Póvoa de Lanhoso).

proporciona um arranque forte. Outros AA. têm obtido dados diferentes; Boléo 1974e:212 conclui, a partir do mapa que traça das respostas a «chave», «chuva» e «cacho» nos questionários do ILB, que “a africada tem bastante mais vitalidade quando medial, em palavras como *cacho*. A sua área é mais extensa que a de *chuva* e bastante mais que a de *chave*”; os dados de Boléo são limitados (três palavras, em respostas ao ILB), e Pinto 1981:143, que também utiliza materiais do ILB, nota igualdade de tratamento nos dois contextos: “Quanto à africada em posição medial, a avaliar por elementos colhidos nos relatórios [do ILB], nos inquéritos directos [que a A. realizou nos distritos de Bragança, Vila Real e Guarda] e pelo conhecimento global dos questionários do I.L.B., pode afirmar-se que o seu tratamento nesta posição não difere geralmente do que ocorre em posição inicial”.

É [ʃ] um traço marcado, em processo de extinção (tudo o indica), que só se apresentou com regularidade nos falantes mais conservadores (sendo também um traço com maior presença no género masculino).

Apesar de todo o Sueste da Beira ser área de africada palatal surda, ela não se verifica na actual sincronia com a mesma intensidade em todos os sítios; em termos genéricos, constatou-se um aumento da intensidade do traço em direcção à raia, onde pode ter uma presença ainda muito forte. Em Alcongosta e Isna, o traço apresentou-se especialmente retraído — sobretudo em Isna, onde só notei ocorrências directas no verbo “chamar”. De facto, na parte ocidental a presença do traço já é geralmente muito escassa, embora não se possa limitar a sua ocorrência a actos de fala específicos (não obstante, pode, como é natural, surgir mais em discurso propício, como o afectivo); diremos que a africada existe já só em regime de vestígio de um estado de língua em que era regular, sem limitação especial de contextos que não seja a linguagem mais conservadora. Tal distribuição da africada palatal surda no SE da Beira não está longe das áreas (também elas, no cômputo geral, não distantes entre si) que foram definidas nos mapas respectivos por Cintra 1971 (1983), Pinto 1981 e Boléo 1974e; se se adoptar um critério de cartografia que valorize a conservação da africada em regime de vestígio, e não apenas em regime de fala corrente — podem utilizar-se os dois, consoante os objectivos —, expandiremos um pouco em direcção a Oeste a área de conservação média indicada nesses estudos.²³⁹

Os dados recolhidos por Leite de Vasconcelos *in loco* na região indicam já para finais do séc. XIX-1.^a metade do XX um carácter marcado do traço (cf. o **Anexo** a este

²³⁹ Cintra baseia-se nos materiais do ALPI (1953-4), Boléo e Pinto em respostas a três perguntas do ILB (1942-1950 para Boléo, que primeiro publicou o estudo em 1951; 1950-1973 para Pinto, que surge na sequência de Boléo). Naturalmente, não devemos constatar expansão territorial da africada nas últimas décadas; apenas, se se considerar haver alguma omissão naqueles estudos — que não têm exactamente a mesma orientação, posto que o critério com que estabeleceram as isófonas, ou escolheram as palavras que as permitiriam formar, não seja transparente —, encontraremos a justificação no facto de os materiais do ALEPG serem mais ricos e permitirem um melhor conhecimento da linguagem da região.

Note-se já agora que Pinto 1980:140-153 regista uma coincidência entre os seus dados e os de Boléo, i. é, que a fronteira definida para a conservação de [ʃ] se manteve fundamentalmente estacionária nos 30 anos que compreendem os dois artigos; tendo em conta o desenvolvimento de comunicações, migrações, etc. que se deu nesse período, está aí um ponto interessante, que pode mostrar (exemplarmente, pois a africada palatal surda é um traço dos mais marcados no panorama dialectal português) a tenacidade que os caracteres dialectais não raro apresentam. É claro que 30 anos formam um período curto, mas os dados do ALEPG, que são posteriores e estão já plenamente sujeitos à importante interferência da televisão nos dialectos, não mostram retracção geográfica do traço. Por outro lado, é também evidente a retracção da africada nas gerações mais novas; o que temos aqui é, de facto, um exemplo de como os falantes tendem a preservar o mais possível a linguagem que formaram na idade da aquisição. Por isso a africada se conserva com facilidade neles; nos mais novos, a pressão sobre a consoante tem campo fértil, e não deixa de se fazer sentir esmagadoramente.

capítulo, §3 de 2.2.2, esp. notas relativas a Castelo Branco e Fundão). Também se pode querer ver na não atestação do fenómeno na parte ocidental da região e, acima de tudo, na nota explícita que o A. faz para Proença-a-Nova (dizendo que não observou o traço), uma perda de intensidade do mesmo em direcção a Oeste, o que está de acordo com os nossos dados.

b) Africada palatal sonora — Ouvi em várias localidades vestígios dessa consoante ([dʒ]). Está aí um traço notavelmente arcaizante, que não tem verdadeira tradição na literatura sobre outras regiões de Portugal ²⁴⁰ mas, para o Sueste da Beira, já foi notado por Buescu 1958 (1984:98-99) para Monsanto e por Gonçalves 1989:49-50 para Bogas-de-Baixo (Fundão).

É um traço marcado, mais do que a africada palatal surda; no entanto, apresentou-se sempre em contexto etimológico. São exemplos da africada: [dʒa] “já”, [dʒuɣ^war] “jogar”, [dʒ^jestɐ] “giesta”, [dʒ^çitⁱ] “gente”, [dʒ^uɣ^u] “jugo”, [pw^edʒos] “poejos”.

Notei [dʒ] nas seguintes localidades e condições específicas:

1. Nas quatro localidades do concelho de Idanha-a-Nova ouvidas no ALEPG, ou seja, Monsanto, Idanha-a-Nova, Salvaterra do Extremo e Rosmaninhal. O traço apresentou aqui, sobretudo em Salvaterra, ainda alguma vitalidade; deixou transparecer que, apesar de já só se cingir a vestígios na linguagem ouvida, não vai longe o tempo em que seria regular, tendo ainda possivelmente boa presença na linguagem mais genuína e familiar.
2. Em Alconçosta, notei apenas duas ocorrências de [dʒ], uma vez em “já” e outra em [b^adʒɐ] “vagem”. O contexto do último caso pode ser significativo: o inquiridor está a mostrar ao informante desenhos de plantas e legumes, que vê a “vagem” e diz “É a [b^aʒɐ]”; o inquiridor pergunta “Porque é que chama a *baja*?”, e o inf. responde “É... Aqui há quem lhe chame fei[ʒ]ão-verde, e há quem lhe chame [b^aʒɐ]: “Vamos à praça comprar a [b^adʒɐ]”. Apesar de ter dito o lexema antes sem a africada, o inf. pronuncia-o, provavelmente não por acaso, com a africada quando está a citar / parafrasear um conterrâneo numa situação em que diz que vai comprar a *baja*.
3. Em Cardosa, situação menos clara: registei apenas uma ocorrência da articulação [dʒ], em “já”, num segmento de fala muito rápido (em que qualquer falante pode perder algum controlo da articulação da fala). O informante em que notei o caso, o 3, tinha o [ʃ] (i.e. o par surdo) saliente. — Trata-se, sem dúvida, de um caso problemático mas, como se regista o fenómeno em localidades perto, é possível que em Cardosa ele se tenha também evidenciado.
4. Por último, duas localidades do concelho de Penamacor: Águas, em [l^adʒɐʃ] *lajas* “lajens” e em “já”; e Meimão, onde o fenómeno se apresentou ainda com alguma vitalidade (e.g. [dʒ^jestɐ] “giesta”, [dʒ^çitⁱ] “junta”). Nos informantes de Meimão a africada palatal surda apresentou-se totalmente regular, não falhando um caso. — Nas duas outras localidades do concelho de Penamacor, Aranhas e Benquerença, os dados não se apresentam claros; registei aí situações semelhantes a Cardosa.

²⁴⁰ Não obstante, Santos 1967:201 (tb 218) assinala em falares fronteiriços de Trás-os-Montes vestígios muito escassos, e apenas restritos aos falantes mais idosos, da consoante.

Temos assim, à semelhança de [ʃ], um claro aumento de intensidade em direcção a Este. Está aqui um facto que atribui um cariz conservador aos dialectos dessa zona.

Como terá ressaltado dos dados, a palavra “já” forma um contexto especialmente favorável para a preservação de [dʒ]; outra palavra é o substantivo “gente”.

A respeito da possibilidade de ter existido na região uma absorção, bem ou mal sucedida, das fricativas palatais por parte das africadas palatais, cf. o §1 atrás.

3] Sobre as restantes consoantes palatais — a nasal ([ɲ]) e a lateral ([ʎ]) — consideradas especificamente, nada há a tratar.

4] Semivogal destacada de consoante palatal — Entre vogal tónica (excepto *i*) e consoante palatal, desenvolve-se em toda a região uma semivogal palatal (que não surge com *i* porque *lhe* é demasiado semelhante). E.g. “reló[j]gio”, “barra[j]gem”, “pu[j]nho”, “ve[j]lho”, “r[ɐj]chos”; o fenómeno ocorre também antes de africada palatal — e.g. [m'ajʃ^u] “macho” —, o que demonstra bem da identidade fonológica das africadas. Quando é uma vogal átona que antecede a consoante palatal, o fenómeno só se dá fundamentalmente em contextos de ênfase (pois esses contextos podem relacionar-se com a tonicidade).

O fenómeno é atenuado:

1. Quando as vogais relevantes são *a* ou *e* abertos, devido à tendência geral da linguagem da região de simplificar [aj] e [ɛj] antes de consoante (sobretudo palatal; cf. a respeito desse fenómeno o §2 de 1.6). — Temos aqui um bom exemplo de regras em conflito no mesmo sistema linguístico; conflito esse provavelmente proporcionado pelo carácter transicional da linguagem do SE Beirão, uma vez que o desenvolvimento de semivogal palatal entre vogal e consoante palatal é um traço de cariz setentrional e a simplificação daqueles ditongos é um traço de cariz meridional (cf. e.g. Vasconcelos 1901 (1970:103)). — De qualquer das formas, prevaleceu na linguagem da região, pelo menos historicamente, o primeiro fenómeno; a simplificação de [aj] e [ɛj] apresenta-se apenas como uma tendência fundamentalmente ligeira.
2. Quando a vogal relevante é um *e* fechado, devido à monotongação de *ei* que se dá em toda a região (1.6, §5). Neste contexto, o fenómeno é especialmente diminuído, tanto quantitativa como qualitativamente. E.g. “fe[j]cho”, com ou sem africada, “espe[j]lho”. — Temos assim mais um exemplo de regras em conflito, em quase tudo semelhante ao do ponto anterior. Apenas aqui o fenómeno condicionador, a monotongação de *ei*, se apresenta mais forte do que o desenvolvimento da glide palatal; mas o *clash* geográfico propiciador do conflito (*ei* > *e*, traço meridionalizante, vs. desenvolvimento da glide palatal, traço setentrionalizante) está uma vez mais presente. Ser linguagem de transição tem os seus custos.

Em termos gerais, o fenómeno do desenvolvimento de semivogal palatal entre vogal e consoante palatal não é um dos mais incisivos na linguagem da região. Em Isna, encontrei-o muito retraído.

2.4. Velares

1] Desenvolvimento de semivogais ([j,w]) entre as oclusivas velares (/k,g/) e vogais tónicas.

Qualquer dos fenómenos que a seguir são tratados ocorre mais quando é a oclusiva velar surda que está presente do que quando se verifica o par sonoro; todavia, qualquer dos fenómenos pode surgir com qualquer das consoantes.

a) Desenvolvimento de semivogal velar — Em toda a região se verifica o desenvolvimento de [w] entre oclusiva velar e *a* aberto tónico; o fenómeno pode dar-se em qualquer contexto, mas ocorre sobretudo quando na sílaba anterior está ou esteve um [u]. E.g. [buʃk^wˈaɾ] ‘buscar’, [tuk^wˈaðɐ] ‘tocadas’, [sɐɾɐɣ^wˈas^u] ‘sargaço’, [k^wˈa] ‘cá’, [k^wˈaʒɐ] ‘casa’, [ɐð^uk^wˈað^u] ‘educado’, [buk^wˈað^u] ‘bocado’ (palavra em que o fenómeno é mais frequente).

É um fenómeno pouco frequente, embora não seja difícil de ouvir. Constituíram excepção os inquéritos do ALEPG de Malpica do Tejo e Idanha-a-Nova e ainda o informante 7 do inquérito de Alcongesta (informante que não é exactamente de Alcongesta, mas da localidade próxima de Telhado); nesses três casos, o fenómeno apresentou-se muito saliente²⁴¹. É sempre, no entanto, traço marcado.

No concelho de Idanha-a-Nova e em Malpica do Tejo²⁴², verificou-se ainda a inserção, esporádica, de semivogal velar entre consoante velar e qualquer outra vogal tónica com excepção de *u*²⁴³. O fenómeno não parece ter contexto específico de ocorrência, ao que não será alheia a sua raridade. São exemplos: [f^urk^wˈiʎɐ] ‘forquilha’ (Malpica do Tejo), [bikwˈiɲɐ] ‘biquinha’ (Idanha-a-Velha), [pɐɣ^wˈɔðⁱ] ‘pagode’ (Rosmaninhal), [bɐtuk^wˈöw] ‘batucou’ (Monsanto), [ɐk^wˈorð^u] ‘acordo’ (Monsanto), [nĩ sik^wˈɛɾi] ‘nem sequer’ (Rosmaninhal), [k^wˈɛʒ^u] ‘queijo’ (Idanha-a-Nova), [u k^wˈɛt^u] ‘o canto’ (Idanha-a-Nova), [pɐɣ^wˈɛj] ‘paguei’ (Malpica do Tejo). Antes de *o*, aberto ou fechado, o fenómeno é quase inexistente, e pouco mais antes de *e* não velarizado e antes de *i*; antes de *e* velarizado pode, em informantes dos mais conservadores, surgir com alguma facilidade, mas é sempre esporádico.

O desenvolvimento de [w] antes de *a* aberto não é difícil de ouvir no Norte e no Centro do país, e é mesmo percebido por um falante do Sul como típico dessa área. O desenvolvimento de [w] antes de outras vogais não tem sido notado pelos principais estudos dialectológicos, mas, num traço globalmente ténue, isso pode não ser surpreendente.

b) Desenvolvimento de semivogal palatal — Entre oclusiva velar e *e* tónico não velarizado — portanto em sobreposição parcial ao fenómeno visto na alínea anterior —, registei o desenvolvimento de [j] em Monsanto, Idanha-a-Nova, Salvaterra do Extremo,

²⁴¹ Deve observar-se contudo que só posso fazer observações com este grau de detalhe (se o fenómeno é esporádico ou não, etc.) respeitantes aos dados do ALEPG.

²⁴² Não disponho para este facto de dados com consistência suficiente para acrescentar informação sobre localidades não compreendidas no ALEPG; a excepção são as formas que cito a seguir de Idanha-a-Velha e Monsanto.

²⁴³ É claro porque não ocorre antes de *u*: originar-se-ia uma sequência articulatoriamente problemática, [k^wu].

Alcongosta e ainda na informante 10 de Malpica do Tejo (que é natural da localidade próxima de Monforte da Beira, vivendo contudo há 44 anos em Malpica).²⁴⁴ Tal como o desenvolvimento de [w] antes de *a*, não tem verdadeiras delimitações contextuais, mas surge mais quando na sílaba anterior está um *i* (ou seja, [i]/[i]/[∅]²⁴⁵). E.g. [k^her] ‘quer’, [pk^hɛvɐ] ‘picava’, [fk^hɛʃɛ] ‘ficassem’, [fɣ^herɐ] ‘figueira’, [pik^hɛn^u] ‘pequeno’. É um fenómeno marcado, surgindo sempre em regime esporádico (sempre menos do que o desenvolvimento de [w] antes de *a*). Notei-o mais no concelho de Idanha-a-Nova; igualmente o notei mais antes de *e* aberto, mas quer aí quer no *e* fechado é muito mais frequente do que o fenómeno visto na alínea anterior.

Antes de *e* velarizado o fenómeno é muito raro. Em terra sem velarização de *e* — Alandroal, Baixo Alentejo —, registou Vasconcelos 1896a:240 um fenómeno análogo ao nosso: o desenvolvimento, sem contexto definido, de [j] entre oclusiva velar e *e* fechado e aberto tónicos.

Tendo em consideração os padrões de distribuição que vimos, pode formular-se o seguinte quadro.

1. As oclusivas velares apresentam antes de vogal tónica uma tendência de continuidade articulatória, expressa por meio de uma semivogal.
2. Essa semivogal está sujeita às características da vogal que se segue: o princípio é o de que (i) antes de vogal [+ recuada] é a semivogal [+ recuada] que está disponível e (ii) antes de vogal [- recuada] está a semivogal [- recuada] latente. Um princípio de harmonia vocálica, portanto.
3. Esse princípio é no entanto condicionado pelas sequências concretas que se originam. Assim, o fenómeno não se verifica antes de *u* porque daí resultaria uma sequência que seria, articulatoriamente, demasiado complexa (por ter os elementos muito próximos); antes de *o* aberto ou fechado dá-se muito pouco, também pela proximidade articulatória; antes de *a* aberto, com a diferenciação máxima, é sem surpresa que vemos o fenómeno atingir a sua dimensão máxima, podendo ser em alguns falantes muito saliente; a seguir a esse contexto, é antes de *e* velarizado que o desenvolvimento de [w] mais se dá, o que faz sentido — a seguir a *a*, é o *e* velarizado que mais se diferencia da semivogal velar —, assim como faz sentido o desenvolvimento de [w], e não de [j], antes dessa vogal — com a *velarização*, ela afasta-se da articulação *palatal* e aproxima-se da articulação *velar*; os casos, raros, que se possam encontrar de desenvolvimento de [j] antes de *e* velarizado vêm naturalmente por influxo do desenvolvimento de [j] antes de *e* não velarizado, conjugado com o carácter marcado do *e* velarizado (o qual por isso está sujeito a alternância com as variantes não velarizadas); antes de *i*, não há desenvolvimento de [j] pela mesma razão por que não há desenvolvimento de [w] antes de *u*; antes de *e* não velarizado, o desenvolvimento de [j] não se dá de forma tão saliente como o desenvolvimento de [w] antes de *a*, também por se perceber alguma complexidade articulatória nas sequências resultantes; será mesmo por isso, conjugado com a influência do desenvolvimento de [w] antes de *e* velarizado e *a*, e com o carácter marcado de todos os fenómenos (cf. o n.º 5 a seguir), que se verificam casos de

²⁴⁴ Afora ALEPG, não tenho dados suficientes para construir afirmações sólidas; mas talvez seja possível dizer que o fenómeno não é desconhecido de Penamacor.

²⁴⁵ Como vemos no §2-a da vogal *i* atrás, essa vogal tende, em posição pré-tónica interior, para uma realização como vogal neutra ([i]) ou totalmente reduzida ([∅]).

desenvolvimento de [w] antes de *e* não velarizado e *i* (outro contributo pode ser a maior proximidade das oclusivas *velares* com a semivogal *velar* por comparação com a semivogal *palatal*). — É claro que se vêem aqui tendências contraditórias, mas é nesse terreno que a língua real se movimenta muitas vezes — exponencialmente a língua oral de falantes pouco ou nada escolarizados.

4. Nenhum dos fenómenos tem uma verdadeira delimitação contextual, mas: (i) no caso dos mais salientes (o desenvolvimento de [w] antes de *a* aberto e o desenvolvimento de [j] antes de *e* não velarizado), há uma preferência pelos casos em que está ou esteve na sílaba anterior um segmento fónico condizente com a semivogal desenvolvida — constituindo esse padrão mais um elemento de harmonia vocálica; (ii) no caso dos fenómenos menos salientes, a sua ocorrência é tão limitada que a questão dos contextos não se levanta de forma decisiva.
5. Importante para a compreensão de todos os fenómenos é o facto de qualquer um deles ser socialmente marcado (bastante estigmatizado, de facto, nas camadas não-conservadoras). O mesmo é dizer: particularmente sujeito a hesitações e oscilações.
6. A geografia merece também uma nota: o desenvolvimento de [w] antes de *a* aberto dá-se em toda a região, mas os restantes fenómenos são típicos das áreas recolhidas na raia e Alcongoستا (ou seja, afastam-se do Oeste); significativamente, foi também nessas áreas que o desenvolvimento de [w] antes de *a* aberto foi notado com maior incisividade.

2] A respeito do abrandamento de *g* e das restantes oclusivas sonoras, cf. o §1 das notas iniciais de **2. Consonantismo**.

O par surdo conserva-se também normalmente na região, com uma ressalva: em Cardosa e Isna, /k/ inicial abranda muito frequentemente, chegando a [g] ou quase. São exemplos [g]ardosa “Cardosa”, [g]atorze “catorze”, [g]öce “coice”, etc..²⁴⁶ Pode ter sido um fenómeno muito intenso noutra época.

²⁴⁶ Não é de incluir aqui *gacho* “cacho”, forma que se verifica em toda a região e que Paiva Boléo, com base no ILB, aponta como característica de uma área do Centro-Norte que “se estende ao longo das duas margens do Douro, abrange a parte meridional do distrito de Bragança, parte da província da Beira Alta e, particularmente, a Beira Baixa, até aos limites com a Beira Litoral” e que parece inserir-se num mais abrangente paradigma de sonorização esporádica de *k*- já desde o latim: cf. Boléo 227-229, com Mapa.

II. Morfo-Sintaxe

1. Nomes e Adjectivos

1] Género — Não são muitos os nomes que apresentam género diferente do da Norma. São exs. de divergência: *gam(b)zinas*, por “gambozinos” (Rosmaninhal); *alcunho*, por “alcunha” (Foz do Cobreão); *(a) sistema* (Alcongosta), onde se nota a tendência da linguagem popular de fazer corresponder sempre à terminação *-a* o género feminino.

Em Monsanto, ouvi “uma pastor”, no que parece ser um caso de conservação da ausência de género gramatical que as palavras terminadas em *-or* tinham na língua antiga. Relaciona-se com este o caso seguinte, que ouvi na mesma localidade: “uma molhada de cobertores boas” (i.e. pela ausência de género gramatical na palavra, podemos ter *-or* com feminino). L. Buescu registou, para a mesma localidade, o seguinte: “Nos textos orais encontrámos dois exemplos de palavras que se mantiveram uniformes no género, tal como na língua arcaica: *Don’Infante [...]* *senhor [...]*. Pode ver-se também um vestígio desta última na resposta a qualquer chamamento: «Senhor!»” (Buescu 1958 (1984:105)).

2] Plurais.

a) Nas zonas de sibilantes pré-dorso-dentais, há uma clara tendência para formar os plurais cujo singular termina em vogal acentuada por meio do acrescento de *-ses* = [zɨʃ] (e não *-s*, como no português padrão); e.g. *nuses* “nus”, *máses* “más”, *nóses* “nós” (Idanha-a-Nova), *cafêses* “cafés” (Rosmaninhal), *vocêses* “vocês”, *páses* “pás”, *bate-cuses* “bate-cus” (espécie de insecto) (Isna), *enxóses* “enxós” (Foz do Cobreão), *avóses* “avós”.²⁴⁷ Dá-se o mesmo quando a vogal do singular é nasal: *irmãses* “irmãs” (Malpica do Tejo), *arrãses* “arrãs” (Isna).

Não notei este traço nas terras de sibilantes apicais, nem em Cardosa, localidade em que a transição regional apicais / pré-dorsais se mostra particularmente presente (cf. a respeito dos sistemas de sibilantes apicais / pré-dorsais na região acima **I. Fonética, 2.2.1, §1**). É naturalmente possível que o fenómeno se verifique, nalgum caso, em localidades / falantes de sibilantes apicais; mas terá uma dimensão claramente inferior.

b) Nas palavras que terminam no singular em “l” (e.g. “azul”), encontra-se amiúde, um pouco por toda a região, a formação do plural por meio de *(-l)es* (com [i] normalmente, [i] raramente): *azule* por “azuis”, etc..

²⁴⁷ Em mais do que uma localidade, ouvi *nó* “noz”. Podemos supor que, sendo o plural “nozes”, se interpretou o singular como “nó”, colocando-se a palavra no mesmo tipo de *má* “má”—*máses* “más”, etc.; mas essa hipótese sai muito desfavorecida pelo facto de ter notado a forma *nó* “noz” em terras de ápico-alveolar, onde, como se verá, não pude notar o fenómeno do tipo de *máses*. Para além disso, tem de se ressaltar o carácter excepcional que *nó* “noz”, ao integrar-se no paradigma de *máses*, adquiriria (por contraposição a tantas outras palavras terminadas em *-z* em que não se nota o fenómeno); pode supor-se uma analogia, conjuntamente com ou separada do fenómeno referido (que assim se anularia), com “nó”. Esta palavra, no Padrão, forma o plural “nós” (com a mesma realização fonética de “noz”, portanto) e — mais uma vez com o contributo ou separadamente do fenómeno — pode-se-lhe associar a forma característica da “noz” (que tem o que se poderia assemelhar a “nós”). É de lei que a língua não percorre sempre um caminho linear.

Tal dever-se-á ao facto de essas palavras, no singular, não terem o *l* como verdadeiramente final de palavra, devido à normal inserção paragógica de um *-e* ([i]/[i]), portanto) de apoio a *-l* (como se vê atrás em **I. Fonética, 2.2.2, §3**). O plural ficará assim regular: *azule—azules*. Mais exs.: *níveis* “níveis” (Monsanto), *túneles* “túneis” (Idanha-a-Nova), *burniles* “burnis”, *manguals* “manguais” (Foz do Cobreão).

Ao acrescentar-se *-es* no plural das palavras terminadas em no singular em “*l*”, fica-se com a regra de *-es* para formar todos os plurais com singulares terminados em consoante na língua padrão: *mês—meses*, *vez—vezes*, *senhor—senhores*, *nível—níveis*.

b’) Em sentido contrário, pode notar-se também um pouco por toda a região que, por influxo simultâneo do fenómeno da paragógica de *l* e dos plurais do tipo de “azuis”, certas palavras que teriam o plural regularmente terminado em “*les*” o podem ter em *-[j]s* (i.e. com supressão do *l*); e.g. *péis* “peles”, *móis* “moles”. Ou seja: uma vez que (i) os tipos “*pele*” e “*azul*” são pronunciados fundamentalmente da mesma forma e (ii) plurais do tipo de *azules* são correntes e também não se distinguem de “*peles*”, temos que (iii) sentindo-se o tipo *azules* como incorrecto, se generaliza o tipo “azuis” para todas estas palavras, que só se distinguem na escrita e são interpretadas como pertencendo a um mesmo tipo.

É este um fenómeno, no entanto, de dimensão consideravelmente inferior à do referido em *b*.

b’') Em *mais* “*males*” (Malpica do Tejo), temos a aplicação da regra geral; “*males*” é excepcional na língua, devido certamente à homofonia que a forma regular, *mais*, teria com a própria palavra “*mais*” (advérbio, substantivo, etc.).²⁴⁸

c) Nos plurais do tipo *[o]vo—[ɔ]vos*, *p[o]rco—p[ɔ]rcos*, em que o singular sofreu metafonía, não há divergências significativas com a Norma; pode-se registar um ou outro caso divergente, sobretudo no sentido de estender o fechamento da tónica ao plural (e.g. *car[o]ços*, Monsanto), mas sem grande dimensão.

d) No que toca aos plurais nasais, excluídos os que têm o singular a terminar em vogal acentuada, que já vimos, há a notar os seguintes aspectos.

1. Dá-se alguma confusão na região — e.g. *sacristões* “sacristãos / sacristães”, *chões* “chãos” —, mas de forma apenas esporádica. A direcção dessa confusão parece ser sobretudo a de substituir os plurais *-ães* e *-ãos* (mais este último) por *-ões*, numa interpretação de regularidade em *-ões*.

2. Quando não se dá a paragógica de sibilante a seguir a *-ões* (cf. a respeito desse fenómeno, que se concretiza em formas do tipo *coraçõe* “corações”, acima **I. Fonética, 2.2.1, §2**), podemos ter *-ôs* — e.g. *pisões* “pisões”, *febrôs* “febrões”, *agriôs* “agriões” —, sobretudo nas zonas mais a Sudoeste.²⁴⁹ Na Foz do Cobreão (a única localidade em que

²⁴⁸ Houve no português antigo, contudo, a forma regular: *maes* (cf. Williams 1938 (1961:129), com refs.). Mas, devido à razão apontada, não vingou.

²⁴⁹ A nota do artigo relativo a Cebolais de Cima de Vasconcelos 1985 (cf. o **Anexo** a este capítulo, §2 de 2.3), que refere que o A. terá notado na localidade que “Os nomes terminados em *-ão* têm o plural terminado em *õns*, com o aberto” mas não aduz exemplos (nem cita directamente a nota do A.), apresenta-

não pude notar significativa paragógica de sibilante), esse fenómeno apresentou-se perfeitamente regular, dando-se também a redução de *-ães*: *cãs* “cães”.

Nessa mesma localidade, o plural de “pão” oscilou entre [p'ɐ̃w] e [p'ɐ̃]: temos neste último caso a redução de *-ãos* (representado linearmente na primeira forma, [p'ɐ̃w]) “pãos”) ou a de *-ães* (que é o plural etimológico: PANES > *pães*)? O caso de *pãos* pode, como é óbvio, ser apenas fortuito, devido à confusão que se verifica amiúde neste tipo de plural; não pude encontrar mais casos que nos ajudassem a esclarecer a questão. Pode contudo relevar a esse respeito, no sentido de favorecer a hipótese de termos na Foz atestada a passagem *-ãos* > *-ãs*, o ter sido notado em Herrera de Alcántara e Cedillo por C. Vilhena que “os nomes que no latim terminavam em -ANU e -ANE fazem o plural em *-ãos* [...]” (cf. Vilhena 2000:156 ²⁵⁰).

De qualquer das formas, temos aqui dados que permitem ver o sub-tipo de paragógica de sibilante em causa como um traço de cariz setentrional (cf. o citado §2 de I, 2.2.1), e indicam um cariz meridional para as outras reduções sem paragoge.

A respeito da possibilidade de os plurais em *-ôs* serem já visíveis em documentos medievais da região, cf. o **Capítulo II, Secção B, I. Fonética**, §4 de 1.7.

3] Diminutivos — Utiliza-se sobretudo o sufixo *-(z)inho*: “cadeirinha”, “porquinho”, “chapeuzinho” etc.. O sufixo *-(z)ito* — “cadeirita”, “porquito”, “chapeuzito” — também não é difícil de encontrar, embora bastante menos usual.

Também é vulgar preferir-se uma construção perifrástica, NOME + ADJECTIVO, podendo-se colocar o sufixo diminutivo neste último (e apenas neste, de regra): “cadeira pequenina” / “cadeira pequenininha”, por oposição a “cadeirinha”. Prefere-se assim uma construção analítica a uma construção sintética, processo gramatical que a linguagem popular utiliza mais, em termos genéricos, do que a linguagem culta.

Em Cardoso, *-ito* apresentou-se muito frequente, disputando o lugar predominante com *-inho*.

Não ouvi na região a conservação do *n* intervocálico do radical latino em palavras com *-ito* — e.g. *canito*, *manita*, de CANE-, MANU- —, fenómeno característico da linguagem do Sul do país.

2. Pronomes e Artigos

1] Factos transversais.

a) Reduções em próclise — Os factos mais importantes a mencionar a este respeito são:

se como uma sobre-generalização por parte da editora. No mesmo sentido vai a continuação do artigo: “Como diz o autor, trata-se de plurais formados na época em que se dizia no singular *-om*, e o plural regularizou-se com o acrescentamento de um simples *s*”; só parte dos singulares terminavam em *-ô*, como se sabe: havia ainda *-ã* e *-ão*. Em todo o caso, ficará registado o plural em *-ôs* numa localidade, Cebolais de Cima (freguesia do município de Castelo Branco), situada perto do Sudoeste da região considerada.

²⁵⁰ Herrera e Cedillo são localidades espanholas, do lado de lá da raia Sul do SE Beirão, em que se fala português; abordámos esses e todos os outros falares que confinam com o SE Beirão a partir de Espanha na **Introdução**, ponto 3.

1. Os pronomes “eu”, “meu”, “teu” e “seu”, como se disse em **I. Fonética**, §7 de **1.6**, são realizados em próclise antes de consoante respectivamente como *ê*, *mê*, *tê* e *sê*. Elimina-se a semivogal do ditongo, portanto.
2. Os possessivos femininos correspondentes: “minha”, “tua” e “sua”, também podem sofrer reduções em próclise, sobretudo em fala espontânea e descontraída; respectivamente a: *m’ nha* ou *’ nha*, *tu’* e *su’* (passando portanto a monossílabos). E.g. *a ’ nha tia*, *a tu’ tia*, *a su’ tia*. Os fenómenos podem dar-se antes de vogal ou consoante.
3. O artigo indefinido feminino reduz-se frequentemente em próclise, tornando-se monossilábico: *’ma rapariga que vi na Sertã*, *’mas couves*.

b) Formas de tratamento — Sobre o uso de “vós”, v. o §2 de **3. Verbos** adiante. Para além disso, destaquem-se apenas os usos comuns de “vossemecê” (< vossa mercê) e “tio”, “tia” (em próclise, *ti’*, e.g. *ti’ Maria*; é forma de tratamento apenas informal ou não reverencial).

Há 70 anos, referia Cordeiro 1939:127-128 para Penamacor o uso de “vossemecê” como mais polido do que o de “você”:

O tratamento de «vossemecê» é usado pelos filhos para com seus pais, seus parentes mais velhos e para com tôdas as pessoas de sua categoria, mas de mais idade e certo respeito. [...] Também usamos, em Penamacor, «você» [...] como tratamento desdenhoso e desprezível, e como maneira cerimoniosa de tratar uma pessoa com quem temos boas relações e até intimidade, ligada a muito respeito e consideração. A gente simples do povo não gosta e até se magoa, quando é tratada por «você», respondendo ou resmungando, invariavelmente. «Você é estrebaria».

Também Leitão 2001:40, para Monforte da Beira, diz que “O termo *ocê* só nos últimos tempos passou a ser usado; antigamente era considerado até ofensivo”.

Com efeito, “vossemecê” tinha antigamente na linguagem popular em geral (e não apenas na linguagem sudeste-beirã) muito maior presença; hoje em dia, o uso do seu derivado reduzido “você” está muito mais estendido.

2] Pronomes pessoais.

A respeito da redução de “eu” em próclise, cf. o §1-a. Sobre a 2.^a pessoa do plural, cf. adiante o §2 de **3. Verbos**.

a) Em toda a região o clítico “lhe(s)” é *le(s)*, ou seja, tem *l* alveolar em vez de palatal.

A forma do plural, “lhes”, não obstante existir perfeitamente por toda a região, tem alguma tendência para ser absorvida pela forma do singular, “lhe”. E.g. “Chamam-lhe ‘os verdes’”.

Tanto a realização *le(s)* como a convergência em “lhe” são registadas por Leite de Vasconcelos um pouco por todo o lado, dizendo mais: “[...] nous avons *le* «lhe» partout, soit au singulier, soit au pluriel, forme qui est tout simplement le lat. (il) li (cf. en espagnol *le*); l’emploi de *le* au pluriel peut s’expliquer par analogie avec *se*.” (Vasconcelos 1901 (1970:107)).

b) Por todo o Sueste da Beira, em vez do pronome pessoal átono “nos”, se tem “mos”. E.g. “É aquela como a Luísa mos deu”, “Dê-mos isso”, “Temos que mos ir embora”, “Amamos-mos”, “Isto é que foi nós mos rirmos”. Aparentou contudo ser um fenómeno sob forte pressão, em progressivo desaparecimento (naturalmente, em detrimento de “nos”).

Vasconcelos 1901 (1970:107) aponta a existência deste traço sobretudo no Norte.

A respeito da origem gramatical do fenómeno, Buescu 1958 (1984:106), que também o notou em Monsanto, propõe pertinentemente que ele “se deve à analogia com singular *me, mim*, e ao mesmo tempo para estabelecer uma diferenciação entre esta forma e a forma *nos*, 3.^a pessoa do plural, quando precedida de nasal”.

c) No SE Beirão não permanece hoje, no pronome pessoal átono acusativo *o(s)*, em ênclise e quando antecedido de *s* ou *z*, o *l* originário (< lat. ILLUM, etc.); conserva-se antes a sibilante. Pode também verificar-se a semivogal [j] formando uma espécie de transição entre a sibilante e o clítico, havendo, tanto quanto foi possível apurar, a seguinte regra geral:

- 1- Quando estão em causa formas verbais não oxítonas (que são terminadas por -s), o *i* não se apresenta como regular: Norma “leva-lo”, SE Beirão “levas-o”, não “levas-i-o”; Norma “partimo-la”, SE Beirão “partimos-a”, não “partimos-i-a”; Norma “travávamo-lo”, SE Beirão “travávamos-o”, não “travávamos-i-o”.
- 2- Em formas verbais oxítonas, o *i* já é o regular: Norma “trá-lo”, SE Beirão “traz-i-o”, não “traz-o”; Norma “fi-lo”, SE Beirão “fiz-i-o”, não “fiz-o”; Norma “pu-la”, SE Beirão “puz-i-a”, não “puz-a”.

Há contudo alguma insegurança, com a consequente alternância, no uso das duas variantes. Para tal insegurança contribuirá certamente o português padrão.

Em todo o caso, a maior ocorrência do fenómeno nas formas do tipo 2, onde há -*i* (e) etimológico (TRACI(T) > *traz*, FECI > *fiz*, etc.), mostra-nos claramente a origem do mesmo: temos aqui tão-somente a conservação regular daquela vogal final em contexto etimológico e o seu espraçamento analógico aos restantes contextos (i.e. ao tipo 1, cujas formas verbais terminam etimologicamente em consoante: LEVAS > *levas*, PARTIMUS > *partimos*; esse *s*, como se sabe, assimilou-se ao *l*- do pronome: PARTIMUS (IL)LU(M) > *partimos-lo* > *partimol-lo* > *partimo-lo*). Temos aqui, portanto, um arcaísmo; ainda na fase inicial da língua as formas do tipo 2, inseridas na regular conservação de vogal postónica de penúltima sílaba (pois o verbo e o clítico formam uma unidade), se verificavam: *feze-o*, etc.. Só depois, mas ainda no quadro do português antigo, o processo actual do Padrão se formou, tal como refere, entre outros factos, Williams 1938 (1961:156):

Enquanto *i* ou *e* precedidos de *s* ou *c* caíram em português arcaico quando finais [...], não caíram quando vogais postónicas de penúltima sílaba [...]. Nessa conformidade, a primeira e a terceira pessoas do pretérito terminadas em *i* ou *e* precedidos de *s* ou *c* desenvolveram-se diferentemente, consoante estivessem ou não estivessem seguidas pelas formas acusativas *lo, la*, etc.: **fece* (por *fēcit*) > *fêz*, mas **fece-lo* > *feze-o* [...]. Sómente em justaposições novas apareceram combinações sem a vogal postónica de penúltima sílaba: **fêz-lo* > *fê-lo*. Estas não são encontradas no português escrito primitivo. Dentre os mais

antigos exemplos há *poss-lo* [...] e *pô-la* [...]. As mais antigas formas do tipo *feze-o* são ainda encontradas em português dialectal, em que as formas como *disse-o* e *trouxe-o* talvez tenham contribuído para preservá-las.

Vasconcelos 1901 (1970:77-78&107) regista este fenómeno espalhado pelo país, embora “Le pronom accusatif, quand il est agglutiné aux formes verbales terminées par -s (-z) ou -r, garde la forme ancienne *lo* dans la langue littéraire [...] et dans la langue populaire de la plus grande partie du pays” (p. 107).

d) Nas estruturas comparativas emprega-se, em toda a região, “ti” por “tu” e “mim” por “eu”, i. é, o pronome complemento na função de sujeito. Trata-se de um uso que não é absoluto — pode-se perfeitamente encontrar o uso da Norma, “tu” e “eu” —, mas é porém dominante. São exemplos: “Pouco mais sabia se calhar contar ca mim”, “Ele é tão grande coma ti”, “Para semear para grão, há-de haver pouco coma ti”, “Ela era assim mais velha, coma mim”, “Também anda torto, coma mim”.

Em Monsanto: “Tão bruto és tu com’ eu mim”, num caso esporádico de redobro.

Afora estas construções, não registei significativo uso de pronome complemento como sujeito.

e) Embora sem grande intensidade, registam-se na região, como por todo o país, construções com “ele” expletivo: “Ele há cada uma!”, “Acho que ele amanhã vai fazer frio”, “Ele em Março começa a gente a tratar da terra”²⁵¹.

Em Isna, por outro lado, num verbo típico de sujeito expletivo: “Se ela chover muito”. Deveremos interpretar o pronome como um sujeito activo, em que “ela” está por “a chuva”.

f) A forma “a gente”, que pode substituir “nós”, emprega-se normalmente com o verbo na 3.ª pessoa do singular: “A gente, se sente comichão” (Malpica do Tejo), “A gente era garoto” (Salvaterra do Extremo).

Notei esse comportamento também na região de Penamacor, mas Cordeiro 1939:122, que trata dessa terra, diz que a concordância com “a gente” se dá sempre no plural: “a gente fomos”, “a gente estávamos” (exs. do A.). Podemos querer ver aí algum nexos Norte-Sul, pois Vasconcelos 1901 (1970:122) refere que a concordância de “a gente” com um verbo na 1.ª pessoa do plural é característica do Sul; ou seja, em Penamacor, localizado no Norte da região em estudo, o comportamento sulista já não seria tão consistente. Outra hipótese, claramente pouco provável (desde logo pela pouca diferença sincrónica), é que o estado de língua sulista se tenha estendido a Penamacor depois de 1939 (a data da obra de Cordeiro).

g) A interpolação de determinados constituintes entre um clítico pré-verbal e o verbo, estrutura marcadamente arcaizante que, segundo Martins 2004:3, desapareceu da Norma a partir do séc. XVI, é perfeitamente regular em todo o SE da Beira. Alguns exemplos:

²⁵¹ Exemplo, registado em Monsanto, também citado por Martins 2004:4. Cf. essa obra, p. citada, para exemplos da vasta gama de construções com “ele” expletivo que se podem encontrar na linguagem dialectal portuguesa — que suplanta a Norma, da qual, como refere a autora, o expletivo “ele” “timidamente faz parte” (*id.*).

- (1) Coisas que se cá usam, eu conheço tudo, sabe? (Monsanto)
- (2) Isso chama-se-lhe uma belga. É a terra talhada em belgas, e o homem vai com o sementeiro, a semear para se não perder, para orientar onde chega a semente. (Monsanto)
- (3) ...porque é que me tu mandas fazer... (Idanha-a-Nova)
- (4) Quando me eu casei? (Idanha-a-Nova)
- (5) Nunca se cá fez. (Idanha-a-Nova)
- (6) Isso é uma coisa que se pouco usa cá. (Idanha-a-Nova)
- (7) Nem se lá gente vê. (Rosmaninhal)
- (8) Para se ele alimentar. (Malpica do Tejo)
- (9) Também já o lá vi. (Malpica do Tejo)
- (10) Ainda se aí semeia muito milho. (Isna)
- (11) A gente também se não lembra. (Isna)
- (12) Eu sei como se ela chama. (Isna)
- (13) Mas também não sei como é que se isso chama.” (Isna)
- (14) ...com a força que se aquilo malhava... (Isna; com a elipse de “com”, i.e. por “com a força com que se aquilo malhava”)
- (15) Vieram aqui para lhes eu vender aquele bocado de terra. (Foz do Cobrão)
- (16) O professor já me lá não quer. (Benquerença)
- (17) A gente às vezes é que até os lá passava. (Benquerença)
- (18) 3 de Janeiro, ainda se lá andava a colher. (Meimão)
- (19) Ainda as cá há. (Meimão)

É este um tipo de estrutura que se pode encontrar com facilidade em dialectos portugueses (cf. e.g. os exemplos citados por Martins 2004:3, que se localizam no Alto Minho e no Alto Alentejo).

3] Pronomes Demonstrativos.

a) Formas reforçadas dos demonstrativos — A par das formas simples “este(s)”, “esta(s)”, “isto”; “esse(s)”, “essa(s)”, “isso”, existem ainda hoje no Sueste Beirão as correspondentes formas chamadas ‘reforçadas’ dos demonstrativos: “aqueste(s)”, “aquesta(s)”, “aquistos”; “aquesse(s)”, “aquessa(s)”, “aquisto”. O significado das formas reforçadas é fundamentalmente o mesmo do das formas simples; apenas mais expressivo e com um nível referencial de ligeira maior proximidade (ou seja, têm um carácter *reforçado*). É este um traço notavelmente arcaizante; como refere Martins 2004:3, é tradicionalmente apontado o séc. XVI como o marco final da existência, em português, das formas reforçadas.

Pude notar o fenómeno nos inquéritos do ALEPG de Monsanto, Idanha-a-Nova, Cardosa, Alcongosta e Foz do Cobrão, ou seja, espalhado pela região. Em jeito de confirmação, as transcrições disponíveis dos inquéritos ouvidos no ALEPG ²⁵² coincidem nos dados: registam o fenómeno nas localidades em que o registei, não o registam nas outras. No entanto, Pinheirinho 2001:249 atesta o fenómeno para o Rosmaninhal, dizendo: “Empregam-se as seguintes formas: **aqueste, aquesta, aquisto, aquisto, aquesse, aquessa**, que coexistem com este, esta, isso, isto, esse, essa.” Como vemos no **Anexo**, §1-a de 2.3, também Leite de Vasconcelos notou o fenómeno na região: no

²⁵² Dos 9 inquéritos do ALEPG aqui utilizados, apenas não tem ainda transcrição o de Malpica do Tejo.

Fundão (em 1916, formas *aqueste*, *aquesta*, *aquisso*), em Castelo Branco (em 1916, *aqueste*), em Idanha-a-Velha (dados não datados, *aquessa*, *aquisso*) e em Monsanto (também sem data, *aquisso*). Em Monsanto nota também o traço Buescu 1958 (1984:107), em todas as formas: *aqueste*, *aquesta*, *aquisto*, *aguesse*, *aguesa*, *aquisso*. Para Aldeia de Santa Margarida, no Noroeste do mesmo concelho (Idanha-a-Nova), Alves 1892 dá informações que veremos adiante a respeito de outra questão. Também pertencente ao concelho de Idanha é a Zebreira, para onde Julião 1958:253 atesta as formas “aguesse” e “aqueste”. Martins 1954:200-201, por seu lado, nota: *aqueste* e *aquesta* para a Póvoa de Atalaia (concelho do Fundão); *aguesse* e *aguesa* para Póvoa de Atalaia e Tinalhas; e ainda, também nessas duas localidades, *aquisto* e *aquisso*, que substituem “quase sempre” as formas simples respectivas (“isto” e “isso”). Para perto da Foz do Cobre (Gavião de Ródão, freguesia e concelho de Vila Velha de Ródão), regista Belo 1966-1970 as formas “aqueste” e “aquisto”. E para Penamacor, onde não pude registar o fenómeno — os dados são a esse respeito muito limitados —, Cordeiro 1939:70&93 regista as formas não neutras: “aqueste(a)(es)(as)”, “aguesse(a)(es)(as)”.

Temos assim o fenómeno muito espalhado na região, sendo claro que não se podem tirar grandes deduções da ausência de abonações em todas as localidades consideradas ou da ausência de atestação de todas as possíveis formas em todas as localidades em que o traço ficou de alguma forma registado (e.g. em Penamacor as formas neutras não foram atestadas por Cordeiro 1939): por um lado, o traço apresentou-se genericamente marcado, basicamente restrito, no uso indiscriminado, aos falantes mais conservadores e de maior idade.²⁵³ Por outro lado, a natureza do fenómeno — uma (sub-)classe morfológica, que tem concorrentes próximos e conformes ao dialecto normativo (as formas simples) — torna-o especialmente atreito a certezas quanto à sua inexistência (sobretudo em localidades que fazem parte dos mesmos núcleos populacionais e administrativos básicos de outras em que o fenómeno é tão claramente patente). C. Vilhena passa em Cedillo por uma situação parecida: “Em Cedillo disseram-me que as pessoas mais antigas ainda empregavam as formas “aqueste” e “aquesta”. No entanto, não as ouvi empregar a nenhum daqueles com quem falei, tanto velhos como novos” (Vilhena 2000:169). (Para Herrera, não refere o fenómeno.) Em todo o caso, será valioso, num estudo de pormenor das formas reforçadas dos demonstrativos, fazer uma precisão das variantes absolutas e geográficas que se encontram no país²⁵⁴.

As formas reforçadas dos demonstrativos, note-se ainda, podem surgir tanto em contexto de determinante como em contexto pleno: “Aqueste carro é meu” / “O meu carro é aqueste”, etc..

A respeito da possível existência de formas do tipo *asqueste* na região, cf. a alínea seguinte; será nesse âmbito que veremos os dados já mencionados de Alves 1892.

b) Em Idanha-a-Nova ouvi, para o plural de “aquela” e “naquela”, *asquelas* e *nasquelas*, e em Meimão (Penamacor) também *nasquelas*. A origem destas formas (sendo que “aquele” < *ACCUILLE: cf. Williams 1938 (1961:161), etc.) estará no feminino plural *asquelas*, em que *a-* foi reinterpretado como artigo, alastrando-se depois o facto às restantes formas por analogia.

²⁵³ Em Alconqosta o traço manifestou, contudo, maior vitalidade, ainda sendo genericamente vulgar na linguagem local, mais conservadora ou não. Mas a tendência de retraimento do traço acaba por ser inevitavelmente geral.

²⁵⁴ Os dados que Leite de Vasconcelos recolheu ao longo da vida atestam-no, para além da Beira Baixa, em Trás-os-Montes (Moncorvo, no Sudeste; Vasconcelos 1901 (1970:108)) e no Alentejo (Tolosa, mun. de Nisa (Norte) e Sousel (Alentejo Central, Norte do distrito de Évora); Florêncio 2001 (2005:61)).

Notam formas similares na região vários AA.. Está assim Leite de Vasconcelos, que registou *in loco* (**Anexo** ao presente capítulo, §1-*b* de **2.3**): (i) *asqueles, asquelas* (“mas não *aquilo*”, diz o A.), em nota de 1934 tirada na Covilhã; e (ii) em Penamacor (1933), dizendo o artigo redigido pela editora: “Regista-se o emprego das formas *asqueles* e *asquelas*: «uma *dasquelas* pedras»; mas *aquel*, no singular”. Martins 1954:201 regista *asqueles* e *asquelas* em Póvoa de Atalaia e Tinalhas. Alves 1892:241-242, tratando da linguagem de Aldeia de Santa Margarida (freguesia do Noroeste do município de Idanha-a-Nova), apenas refere explicitamente o facto para o singular: “*Aquella, aquella* têm a forma *asquelle asquella*”; em composição com as preposições “de” e “em”, o facto mantém-se: “*na-squelle*”, “*da-squella*”. Buescu 1958 (1984:107; trabalho que trata da linguagem de Monsanto) nota o facto, como todos os outros AA., apenas no plural: “Os pronomes *aquela, aquela*, formam o plural *asqueles, asquelas*.” Também Cordeiro 1939:93 (Penamacor) apenas regista o facto no plural: *asqueles, asquelas*. E o mesmo se pode dizer de Julião 1958:253, com a atestação de idênticas formas. Os dados de Alves 1892 surgem, portanto, de forma absolutamente excepcional, talvez — também pelo que veremos seguidamente — injustificada.

Igualmente é apenas Alves 1892:241-242 que regista esse processo nas formas reforçadas dos demonstrativos, sendo aqui as informações ainda mais opacas. Nota o A. primeiro que “*este, esta* têm a forma *aqueste, aquesta*” — negando portanto a existência das formas simples “*este*”, etc., facto que não é notado pela literatura nem pudemos observar no confronto com a linguagem da região —, registando em seguida, em formas compostas com “de” e “em”, os casos “*Na-squeste’ stantes*” (i.e. *nasquestes instantes*) e “*Da-squestas horas*”. Fica o fenómeno, assim, apenas assinalado no plural; mas adiante, em «Texto com a pronúncia figurada aproximadamente» (ou seja, num texto exemplificativo da pronúncia de Aldeia de Santa Margarida), vemos surgir “*nasquesta conversa*”. São de facto dados que não proporcionam uma interpretação segura.

Para bem perto da Aldeia de S.^{ta} Margarida, nota Buescu 1958 (1984:107) explicitamente a ausência do fenómeno nas formas reforçadas dos demonstrativos; após dizer o que acima se citou, refere a A. que “*Aqueste e aquesse*, porém formam [o plural] *aquestes, aquesses*” (e não *asquestes, asquesses*). No entanto, não seria propriamente espantosa a existência, no Sueste da Beira, de *asquestes*, etc., pois já Leite de Vasconcelos, no Alentejo, assinalou esse fenómeno: vemos em Florêncio 2001 (2005:61) as formas *asquestas* e *asquesses* registadas para Tolosa (no extremo Norte do Alentejo) e / ou Sousel (no Norte do distrito de Évora) ²⁵⁵.

3. Verbos

A respeito da conservação do -*e* etimológico em formas como *feze-o* “fê-lo”, *traze-o* “trá-lo”, cf. o §2-*c* de **2. Pronomes e Artigos** acima. Sobre a concordância em número com a expressão pronominal “a gente” (por “nós”), cf. a alínea *f* do mesmo §.

1] -*s* no pretérito perfeito da P2 — Como na linguagem popular de todo ou quase todo o país, pode ser adicionado um -*s* à 2.^a pessoa do singular no pretérito perfeito do indicativo: *viestes* por ‘vieste’, *cantastes* por ‘cantaste’, etc.. É fenómeno que se deve a

²⁵⁵ Digo “e / ou” porque as formas estão integradas numa nota mais geral que respeita às duas localidades referidas, sem discriminação da proveniência.

analogia com os outros tempos verbais da mesma pessoa gramatical, em que se verifica sempre -s.

2] Segunda pessoa do plural — Só disponho para este traço de informações respeitantes aos inquéritos do ALEPG. Aí, pude ouvir em todas as localidades, por via dos pronomes e / ou do verbo, a 2.^a pessoa do plural (que designarei seguidamente por P5). Apresentou-se genericamente, porém, com um uso limitado: em todas as localidades menos Malpica do Tejo e Alcongosta, só registei a P5 em uso indirecto (embora nunca provocado), i.e. numa situação em que o falante relata uma conversa em que podemos ouvir que ele ou outrem teriam utilizado a P5. Em Malpica do Tejo e Alcongosta, o traço já apresentou maior vitalidade, surgindo em conversa quotidiana e espontânea.

Em qualquer dos casos, no entanto, só pude ouvir a P5 em informantes de meia-idade para cima, o que, devido ao progressivo desaparecimento dessa forma no português, não é de estranhar; temos sempre na P5, de qualquer das formas, um traço marcado.

A P5 pode dirigir-se tanto a uma como a várias pessoas.

No presente do indicativo, a forma da P5 é, em certas localidades, *-andes / -endes / -indes*: *amandes* “amais” / *fazendes* “fazeis” / *saindes* “saís”. Nasaliza-se portanto a tónica, havendo a conservação, possibilitada por esse travamento nasal, do *-d-* etimológico. As localidades em que notei esse fenómeno são: Monsanto, Idanha-a-Nova, Salvaterra do Extremo, Rosmaninhal, Malpica do Tejo e Foz do Córrego. Em Cardosa, Alcongosta e Isna, ouvi as formas normais: “amais” / “fazeis” / “saís”. Nota-se portanto nestes dados uma certa coerência geográfica: *-(...)ndes* verifica-se no Sul e no Este da região estudada.

Afora o Presente, parece ter-se actualmente na região, para todos os tempos do indicativo e do conjuntivo e para o infinitivo flexionado, a terminação *-eis* (por vezes com nasalização — *-êis* —, principalmente nas zonas do Centro e Oeste) como o regular na 5.^a pessoa: *quisésteis* “quisestes”, *amásteis* “amastes”; *fôreis* “fordes” / “fôreis”, *sêreis* “serdes”, *dormíreis* “dormirdes” / “dormíreis”, *comêreis* “comerdes” / “comêreis”, etc.. Foi essa a situação, mas sem nasalização, que Buescu 1958 (1984:108) verificou em Monsanto; a ausência de nasalização concorda com a maior incidência que registámos para o fenómeno no Centro-Oeste.

Não obstante, surgem muitos fenómenos particulares e desviantes na P5, que é uma área gramatical sujeita a muita confusão (certamente com o contributo do facto de a Norma já há bastante tempo ter praticamente eliminado o seu uso). É assim que, em Salvaterra do Extremo, ouvi *criássendes* “criásseis”, com *-ndes* no pretérito imperfeito do conjuntivo; o próprio enunciado em que a forma surge, a saber: “Eu só andava a dar tempo que vós vos *criássendes*, que estivessem capazes de trabalhar” (relato, por parte de certo informante, de uma conversa de um pai com os filhos), não mostra o uso mais regular da P5, pois a seguir a *criássendes* já ocorre “estivessem” (que tem a flexão da 3.^a pessoa do plural). Esse facto relaciona-se com a generalização de *-ndes* a todos os tempos que Vilhena 2000:178 nota em Cedillo e Herrera (exceptuando neste caso o perfeito); veja-se também Gonçalves 1989:54-64, que nota *-indes / -endes* em vários tempos, mas não de forma regular, na localidade de Bogas-de-Baixo (freguesia do extremo Sudoeste do concelho do Fundão). Martins 1954:205, por seu lado, refere que em Póvoa de Atalaia, Alcongosta e Tinalhas (a A. estuda ainda Sobral do Campo, que não está integrada neste fenómeno ²⁵⁶), a terminação *-eis* é sempre nasalada: *-êis* (com variantes fonéticas laterais

²⁵⁶ As duas primeiras localidades são freguesias do Fundão, e as outras duas freguesias de Castelo Branco; pode ver-se a sua localização exacta no **Anexo Geral II**.

que aqui não discrimino). Como se pode ver no **Anexo** a este capítulo, alíneas *c* e *e* do §3 de 2.3, também Leite de Vasconcelos notou na região várias formas particulares, envolvendo sempre alguma espécie de nasalização, na P5.²⁵⁷

3] *-emos* por *-amos*, *-émos* por *-ámos*. As informações que apresento seguidamente valem apenas para os dados do ALEPG, onde não têm carácter exaustivo; nos dados recolhidos *in loco* (entre os quais se destacam os de Penamacor), não obtive informações suficientemente pormenorizadas. Apenas posso dizer que, na localidade de Aranhas (Penamacor), ouvi esporadicamente o fenómeno da alínea *a*.

a) Em Malpica do Tejo, Rosmaninhal, Salvaterra do Extremo (sempre de forma muito esporádica) e Cardoso (já muito frequente), verificou-se a terminação *-amos* realizada como *-emos*, i.e. o *a* tónico da 1.^a pessoa do plural do presente do indicativo dos verbos da 1.^a conjugação (a vogal temática, portanto) passa a *e* (sempre fechado, quer seja ou não nasalizado pela consoante seguinte; essa nasalização é regular, de acordo com o §1 de **I. Fonética**, 1.7). Exs.: *chamemos* “chamamos”, *cortemos* “cortamos”, *gastemos* “gastamos”, *gostemos* “gostamos”.

Parece verificar-se o fenómeno já em texto da região de 1290: cf. **Capítulo II, Secção B, II. Morfo-Sintaxe, 1. Preliminar**, §1.

Em Cardoso, o fenómeno provoca uma acentuada confusão entre o presente do conjuntivo e o presente do indicativo: [ɛsuβi'ẽmuʃ] “assobiamos” / “assobiemos”, [kuʎ'ẽmuʃ] “colhemos” / “colhamos”. São formas sempre na 1.^a pessoa do plural.

b) Em Idanha-a-Nova, é a vogal temática da 1.^a pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo que passa a *e*, o qual pode ser aberto ou fechado *e*, pelo contacto com a consoante nasal seguinte, também nasal. Exs.: *andemos* “andámos”, *descontemos* “descontámos”, *entremos* “entrámos”, *ganhémos* “ganhámos”, *joguem* “jogámos”.

Tanto as passagens *-amos* > *-emos* (presente do indicativo) como *-ámos* > *-émos* (pretérito perfeito do indicativo) são fenómenos que se verificam em mais regiões do país; Vasconcelos 1901 (1970) vê assim a sua distribuição geográfica, a par da explicação linguística de cada um: *a*) relativamente ao fenómeno do presente do indicativo: “dans une grande partie du pays, au Nord, aussi bien qu’au Sud, on dit *-emos*, ex. *amemos*, — peut-être sous l’influence de *temos* (et aussi *havemos*), qui est d’un emploi si fréquent dans la conjugaison périphrastique” (pp. 111-112); *b*) relativamente ao fenómeno do perfeito: “Dans le Nord et dans le Centre, la terminaison *-emos* (*-êmos*, *-émos*, *-iêmos*, d’après les lois phonétiques) est très fréquente dans la I^e conjug.²⁵⁸, par analogie avec la 1^{re} personne du sing. (*-ei*): < > lat. - a m u s (- a u i m u s)” (p. 112).

Do lado de lá da fronteira, C. Vilhena nota o fenómeno do presente do indicativo em Cedillo (cf. Vilhena 2000:180) nos mesmos moldes que vimos. Já o fenómeno do perfeito é notado com maior amplitude: “O Pretérito [Perfeito] dos verbos da 1.^a conjugação apresenta, em ambos os falares, alteração da vogal temática que, por analogia

²⁵⁷ Vejam-se também os dados que o A. fornece na *Esquisse*: Vasconcelos 1901 (1970:113-114). Aí se pode observar que a ocorrência de variações significativas na P5 está longe de ser exclusiva do SE da Beira.

²⁵⁸ [Nota do A. posterior à feitura da *Esquisse*, aproveitada na edição de 1970:] Tendence à distinguer du présent; cf. aussi *demos*, *estivemos*.

com a 1.^a pessoa, passou a *e*” (*id.*:179); essa alteração dá-se em todas as pessoas excepto a 3.^a do singular (cf. *id.* para exemplos).

4] Terminações verbais *-am* e *-em* (átoto) — Tratamos neste § o fenómeno da passagem da terminação verbal *-am* a *-em* — e.g. *andem* “andam” — e o seu inverso, i.e. a passagem da terminação verbal *-em* átona a *-am* — e.g. *fazam* “fazem” —, que se verificam, sob diferentes formas, no Sueste Beirão. Nem um nem outro fenómeno têm restrições contextuais (dão-se em qualquer tempo verbal, etc.); representam portanto, num putativo expoente absoluto, a uniformização das terminações verbais átonas *-am* e *-em* em (i) *-am* ou (ii) *-em*.

Os dados aqui utilizados dizem respeito apenas aos inquéritos do ALEPG; os dados recolhidos em Penamacor, ou os dispersos também recolhidos *in loco*, não apresentam informação suficiente para uma abordagem plenamente segura. Poder-se-á dizer, no entanto, que a passagem *-am* > *-em* não será desconhecida da zona de Penamacor; Cordeiro 1939:57, a propósito de outro facto, atesta as formas *sejem* = ‘sejam’ e *estejem* = ‘estejam’.

a) Nota prévia sobre as realizações fonéticas de *-am* e *-em* — A realização fonética de *-em* átono em verbos está tratada especificamente atrás em **I. Fonética, 1.2, §5**. No que toca à realização de *-am*, o normal na região é a existência do ditongo, como no [ẽw] da Norma; o timbre do ã, que se insere nas regras da região, é contudo diferente do [ẽ] da Norma, sendo tendencialmente velarizado ou aberto: cf. a esse respeito o §3 de **I. Fonética, 1.1**. A realização sem ditongo — como [ẽ], sem considerar as especificidades do timbre *a* nasal da região — também aparece frequentemente, no que se afigura mais a redução do ditongo do que propriamente uma conservação da realização arcaica; com efeito, essa realização aparece mais em próclise. A realização atenuada intermédia [ẽ^w] também é comum na região.

Relativamente fácil de encontrar no Sueste da Beira é ainda a realização [õ]; em Salvaterra (localidade junto à fronteira do Erges), apresentou-se mesmo o regular. Deve notar-se que esse som, em qualquer localidade, não tem restrições de tempos; ou seja, não aparece apenas em contexto etimológico (o pretérito perfeito do indicativo, que deriva de -ERUNT). Exs.: *jogom* “jogam” (< -ANT; Idanha-a-Nova), *picavom* “picavam” (< -ABANT; Salvaterra do Extremo). Essa realização pode, no entanto, representar na mesma uma sobrevivência do arcaico [õ] < -ERUNT, que se espalharia por analogia aos outros tempos verbais (tal como, no Padrão, [ẽw] se espalhou aos domínios de [õ] e [ẽ], embora aqui, ao contrário da região em estudo, o fenómeno não se tenha dado apenas nos verbos).

[ũ] e [u], com desnasalação, são variantes enfraquecidas de [õ] e são raras. Apresentaram-se mais difíceis de encontrar nas partes mais a Sul.

Todas estas realizações de *-am* estão plenamente atestadas nos dialectos portugueses: cf. e.g. Vasconcelos 1901 (1970:114 e 86). De acordo com esses dados, aliás, temos aqui mais um exemplo do carácter de transição do Sueste da Beira no panorama dialectal português, pois vemos aí que as realizações em [õ] são típicas do Sul e da Estremadura e as em [ẽw] são a regra na Beira.

b) Próprio fenómeno da passagem de *-am* a *-em* e vice-versa — Os dados recolhidos podem ser sistematizados da seguinte forma.

1. Apenas em dois informantes pude notar o fenómeno da passagem de *-am* a *-em* plenamente regular:

- (1) Na informante 4 do inquérito da Foz do Cobre, natural do sítio próximo Vale do Homem (pertencente à freguesia vizinha de Sarnadas do Ródão). E.g. *prestavam* “prestavam”, *atavam-no* “atavam-no”, *levavam-no* “levavam-no”, *chamavam* “chamavam”.
- (2) No informante 7 do inquérito de Alcongosta, que é de Telhado, sede de freguesia próxima. E.g. *ficavam* “ficavam”, *eram* “eram”, *andam* “andam”, *apareceram-me* “apareceram-me”, *fizeram-me* “fizeram-me”. Pude ainda recolher nesse informante um caso de *-em* > *-am*: “É pena cá não [ʃt'arẽw]” (i.e. *estaram* por “estarem”), no que se afigura como uma hiper-correcção, devida a consciência do fenómeno.

Vê-se pela localização que nenhum dos dois informantes se aproxima da parte oriental do SE da Beira.

2. Em Malpica do Tejo, temos o fenómeno inverso: *-em* > *-am* apresentou-se como um fenómeno verdadeiramente sistemático e regular nesse inquérito, posto que vá sofrendo natural pressão da Norma. E.g. *fazam* “fazem”, *queram* “querem”. Nessa localidade, notei também um ou outro caso de *-am* > *-em*.

3. De resto, notei ocorrências episódicas de *-am* > *-em* em quase toda a região: só em Cardosa o fenómeno não se manifestou. São exs.: *estejam* “estejam” (Alcongosta); *eram* “eram”, *sejam* “sejam” (Isna); *acordem* “acordam”, *pesem* “pesam”, *tiverem* “tiveram” (Foz do Cobre); *sintem* “sintam”, *mandem* “mandam” (Idanha-a-Nova); *ordenhem* “ordenham”, *deixarem* “deixaram” (Rosmaninhal); *chamem* “chamam” (Salvaterra); *disserem-lhe* “disseram-lhe”, *fugem* “fujam” (Monsanto).

No Concelho de Idanha, a essas ocorrências juntaram-se casos igualmente episódicos de *-em* > *-am*, numa espécie de confusão *-am* / *-em*. Em Monsanto, tais casos apresentaram-se até algo frequentes; são exemplos: [d'ejẽw] “dêem”, *assobiam* “assobiem”, [v'ejẽw] “vêem”, *emprestam* “emprestem”, *semeiam* “semeiem”, [m'ojẽ] “moem”, [p'õjẽw] e [p'õjẽ] “põem”, *rodearam* “rodearem”, [t'ejẽw] “têm”.²⁵⁹

4. Temos portanto três grupos na região: uma zona de cariz ocidental ou centro-ocidental, de Alcongosta à Foz do Cobre, onde se nota de forma significativa apenas *-am* > *-em*; Malpica, onde temos regular *-em* > *-am* (e algum *-am* > *-em*); e o concelho de Idanha, onde se dá uma aparente confusão nas duas terminações verbais.

Considerando os fenómenos em si, temos que (i) *-am* > *-em* é transversal a toda a região, mas (ii) atinge o seu expoente numa coerência ocidental, (iii) área onde não tem concorrência significativa de *-em* > *-am*; (iv) este é fenómeno de cariz oriental mas atinge o seu expoente em Malpica, localidade situada num virtual eixo geográfico central da

²⁵⁹ L. Buescu também registou alguns casos desse fenómeno na localidade, escrevendo: “As formas *fazam*, *podam*, *têm*, *põem* («fazem», «podem», «têm», «põem») são analógicas da 1.ª conjugação: *andam*, *falam*” (Buescu 1958 (1984:109)). O fenómeno *-am* > *-em* não é referido pela A..

região: é a localidade menos a Oriente (e mais a Sul) da área de *-em* > *-am*. (v) O Centro é área heterogênea: ao Norte do referido eixo geográfico central está Alcongosta, onde é *-am* > *-em* que impera.

Destaca-se o caso de Malpica, com o saliente traço *-em* > *-am*, que não tem sido notado, pelo menos de modo sistemático, na dialectologia portuguesa. Podemos encontrar nessa terra também ocorrências, aqui e ali, de *-am* > *-em*, o que é explicável pela variação que encontramos à volta e por esforço de hiper-correcção.

5. Para todas estas alternâncias e heterogeneidades contribui o carácter marcado que ambos os fenómenos — facilmente perceptíveis por qualquer falante — assumem genericamente na região. Com efeito, só em (poucos) casos específicos eles atingiram níveis de verdadeira regularidade, o que ainda se torna mais significativo se levarmos em linha de conta o perfil de informante (conservador) utilizado nestes materiais.²⁶⁰

Este carácter marcado e esta irregularidade quase geral não são de estranhar. Já na viragem do séc. XIX para o XX, refere Leite de Vasconcelos na *Esquisse* a respeito de *-am* > *-em*: “Dans le «districto» de Portalegre, on dit fréquemment *-im* dans les formes atones de tous les temps et de tous les modes: *fártim-se* «fartam-se» [...]. A côté, on trouve dans le même «districto», *-om* (*-um*)” (Vasconcelos 1901 (1970:114); *-im* está, evidentemente, pelo *-em* do Sueste Beirão). O A. remete para Vasconcelos 1896a:221, onde dizia a respeito do Concelho de Avis: “[...] a par destas formas em *-im* [i.e. resultantes de *-am* > *-im*], também se ouvem formas em *-om* (e *-um*), correspondentes a *-ão*: *fôrom*, *trôcérom*, *curévom*, *andérum*; e formas em *-ê*, correspondentes a *-em*: *mâtê*, «*handê-se* prantar» (*handem-se*, por *hã de*), *crivérê* (crivarem). — Respectivamente entre *-im* — *-om*, e entre *-im* — *-em* ha esta diferença: *-om* e *-em* tem-se como mais polidas do que *-im*. Um homem do povo, se se lhe notarem as formas em *-im* por *-ão*, emenda-las-ha em *-om*.”

Na *Esquisse*, o fenómeno *-em* > *-am* não é referido por Leite de Vasconcelos, tal como não o é *-am* > *-em* para fora do distrito de Portalegre e da província de Trás-os-Montes (cf. Vasconcelos 1901 (1970:114 e 86)). Todavia, podemos ver no volume VI dos *Opúsculos*, o qual, postumamente (1985, tendo Leite de Vasconcelos a cronologia 1858-1941), publica notas que o A. tirou *in loco* sobre a linguagem de povoações de Trás-os-Montes e Beiras, a referência a *-am* > *-em* em algumas localidades do distrito de Castelo Branco; cf. o **Anexo** ao presente capítulo, §3-*b* de 2.3, onde essas informações são sistematizadas²⁶¹. O timbre do *-em* resultante é sempre grafado pelo A. como *-im*, ao contrário do que aqui se nota; no entanto, os dados de Leite de Vasconcelos a respeito deste traço são, para a região aqui em estudo como para todo o distrito de Castelo Branco, escassos. Terá de ser dito, em todo o caso, que resulta desses dados que o fenómeno não se mostrou, no distrito de Castelo Branco, com grande força a Leite de Vasconcelos; isto porque (i) ele foi registado em poucas localidades e (ii) podemos ainda ver referências implícitas e, num caso (Oleiros), mesmo explícita à sua não existência. A passagem *-em* > *-am* não é referida pelo A..

6. A ausência de atestações da passagem *-am* > *-em* em Cardoso, que está em área onde por princípio se esperaria o contrário, pode ser apenas um exemplo do carácter

²⁶⁰ Naturalmente, ao falarmos em regularidade de *-em* > *-am* em Malpica não nos devemos esquecer do perfil de informante utilizado neste estudo, ou seja, a sua linguagem-alvo.

²⁶¹ Nem todas essas notas têm data mas, devido à não referência do traço na *Esquisse* para a região, podemos naturalmente supor que foram feitas em ocasião posterior a 1901.

marcado do traço. No entanto, são de notar as seguintes palavras de Martins 1954:147:²⁶² “O ã das 3^{as} pes. do pres. ind. e pret. perf. é sempre ãw na Póvoa [de Atalaia] e Sobral [do Campo]; é quase sempre ãj ou ãj em Alcongosta; em Tinalhas embora predomina ãw, quase toda a *malta nova* pronuncia ãi por influência de Alcains [...]”. Sobral do Campo, onde a A. não nota o traço, e Tinalhas, onde lhe dá um carácter inovador, são localidades próximas de Cardoso. Póvoa de Atalaia, onde a A. mais uma vez não assinala o fenómeno, não é tão próxima, mas pode, em conjunto com as outras informações, representar algo que concorda com os dados recolhidos *in loco* por Leite de Vasconcelos: uma presença não muito intensa do traço no todo da região. Os nossos dados também concordam, em certo modo, com esse panorama pois, se pudemos atestar o traço para várias localidades, ele só se apresentou regular em muito poucos informantes.

Outro ponto que concorda com a ausência do fenómeno em Cardoso é a também notada ausência, por parte de Leite de Vasconcelos, na localidade próxima de Oleiros (cf. o já citado **Anexo**, §3-*b* de 2.3); está aqui mais uma informação que ajuda a ver na área de Cardoso uma zona de, se não ausência total do traço — que seria pouco natural —, pelo menos menor força. Noutro âmbito, também se aproxima dos nossos dados o facto de Martins 1954 registar o traço com maior presença em Alcongosta, sede de um dos inquéritos onde assinalámos, embora por meio de um informante que não é exactamente dessa localidade, o fenómeno com regularidade.

De qualquer das formas, ficarão sempre aqui levantadas questões sobre a verdadeira dimensão do traço na região. Só uma pesquisa de campo especificamente dirigida poderá admitir resolver com certeza esse ponto, tal como, de resto, outros pontos especialmente problemáticos que ressaltam dos dados que vimos: p. ex. a precisa determinação da linha de clivagem entre o Oriente e o Ocidente, a possível existência de mais focos intensos, etc.. Questões que se colocam não só para *-am* > *-em* como para *-em* > *-am*.

5] Perfeitos nasalados — Em Cardoso, Isna e Foz do Cobreão, verificou-se a nasalização da vogal tónica da 1.^a pessoa do singular do pretérito perfeito dos verbos das 2.^a e 3.^a conjugações. Exs.: [vĩ] “vi”, [k’ĩm’ĩ] “comi”, [kup’ĩs’ĩ] “conheci”, [vĩd’ĩ] “vendi”, [òv’ĩ] “ouvi”, [nẽs’ĩ] “nasci”, [sẽ’ĩ] “saí”, [f’ũj] “fui”, [f’ĩj] “fiz”, [p’ũj] “pus”. Na 3.^a pessoa do singular, o fenómeno apenas pode vir por influxo de formas relacionáveis da 1.^a: [d’ĩsi] “disse”, [k’ĩj] “quis”, formas idênticas para a 1.^a como para a 3.^a pessoa; de facto, o fenómeno não é próprio da 3.^a pessoa. O mesmo se pode dizer da 1.^a conjugação: só em formas sujeitas a influxo das outras duas conjugações o fenómeno pode surgir, como em [t’ĩvi] “estive” (de “estar”), que sofrerá a influência de [t’ĩvi] “tive” (de “ter”).

Em Cardoso notei muito pouco do traço, que se apresentou já muito saliente nas outras duas localidades — exponencialmente na Foz do Cobreão. São dados que, por um lado, correspondem ao timbre tendencialmente meridional que tem sido evidenciado para o traço nos dialectos portugueses (cf. e.g. Vasconcelos 1901 (1970:111)); por outro, ao não apresentarem o traço para localidades do Norte e Este da região considerada, coincidem com as notas linguísticas de Leite de Vasconcelos na zona: cf. o **Anexo** ao presente capítulo, §3-*a* de 2.3, onde se vê que o A. atesta o traço apenas nas áreas em que nós o atestamos. É ainda notória a coincidência entre os dados do A. e os nossos no tocante aos aspectos puramente gramaticais do fenómeno. Afora Leite de Vasconcelos, a literatura também coincide em tudo com o que ficou exposto.

²⁶² Modifico a notação da A. por razões formais.

6] Passagem a -i do -ei da 1.^a pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo dos verbos da 1.^a conjugação — Apenas em Meimão, concelho de Penamacor, se verificou este fenómeno, através da forma *andí* = ‘andei’. É um fenómeno que se dá por analogia com os verbos das outras conjugações; isso mesmo diz Vasconcelos 1901 (1970:110), que também determina a área do fenómeno: “dans le Riba-Tejo, dans certains endroits de la Beira-Baixa, et plus ou moins dans tout le Sud. Ce phénomène résulte de l’influence des autres conjugaisons, et il est déjà connu depuis le XVII^e siècle [...]. Ex. *amí* «amei» (cf. *bebí* dans la II^e conj.; *acudi* dans la III^e).”

Pela distribuição geográfica de Leite de Vasconcelos, esperaríamos ter encontrado o traço em mais localidades do Sueste Beirão, mas há a considerar os seguintes aspectos: (i) a literatura específica sobre a região não tem notado o fenómeno, pelo menos de forma destacada; (ii) Leite de Vasconcelos, como era ainda corrente ao tempo, utiliza a nomenclatura “Beira Baixa” para designar os distritos de Castelo Branco e Guarda; (iii) vemos no **Anexo, 2.3**, §3, que o A. não tirou notas *in loco* sobre a existência do fenómeno no distrito de Castelo Branco (ou não chegaram à compilação que a editora utiliza); (iv) pelo contrário, o A. assinalou o fenómeno em localidades do distrito da Guarda: Castelo Rodrigo (Vasconcelos 1985:235; propriamente, o A. baseia-se em texto de R. Bluteau publicado em 1727-1728, que se refere principalmente a Castelo Rodrigo) e Rapa (*id.*:391; concelho de Celorico da Beira; os apontamentos do A. em que se baseia a editora não estão datados ²⁶³). Parece portanto que Meimão, localidade do extremo Norte do distrito de Castelo Branco, representa a transição para o distrito da Guarda; não tendo o fenómeno presença saliente no primeiro distrito. Por outro lado, o fenómeno também não tem uma presença muito intensa no segundo distrito; mas isso concorda apenas com o carácter tendencialmente meridional do traço que ressalta da distribuição geográfica que vimos a *Esquisse* apresentar e a que o próprio Leite de Vasconcelos alude em mais de um sítio (veja-se por exemplo o excerto mencionado de Vasconcelos 1985:235, que é a reedição de um artigo publicado na *Revista de Estudos Livres*, II, 1884-1885 (com separata: Porto, 1984, Tipografia de Silva Teixeira)). Boléo / Silva 1962:101 destacam mesmo o fenómeno apenas para o «Falar Meridional» que, incluindo toda a área a Sul do Tejo e áreas a Norte do Tejo, exclui todavia a Beira Baixa.

7] Substituição do pretérito perfeito pelo pretérito mais-que-perfeito — Observei, em Malpica do Tejo, Cardosa, Alcongosta, Isna e Foz do Cobre (plenamente regular nas últimas quatro, muito raro na primeira), a substituição do pretérito perfeito pelo mais-que-perfeito na 1.^a pessoa do plural. Exs.: *cortáramos* “cortámos”, *corrêramos* “corremos”, *dormíramos* “dormimos”, *tivêramos* “tivemos” *fôramos* “fomos” (de “ir”), *fizêramos* “fizemos”, *trouxêramos-o* “trouxemo-lo”. Pela relação das localidades, podemos constatar que o traço se afasta do Oriente, tendo portanto um cariz ocidental ou centro-ocidental na região estudada.

A terminação é sempre -ramos e não outras que, a par dessa, têm sido notadas para o fenómeno: cf. a esse respeito o que fica dito no **Anexo**, §3-d de **2.3**, onde se indica a forma como Leite de Vasconcelos registou o fenómeno *in loco* no Sueste Beirão. É patente a correspondência geográfica entre os nossos dados e os do A., tal como, de resto, na literatura em geral: vejam-se sobretudo as atestações do traço em Gonçalves

²⁶³ Em Vasconcelos 1985 estão compilados os trabalhos que Leite de Vasconcelos publicou sobre a linguagem de localidades ou áreas de Trás-os-Montes e Beira e as notas inéditas que o A. tirou sobre linguagem nas ditas regiões; estas notas foram sistematizadas pela editora em artigos referentes a cada localidade ou conjunto de localidades. No **Anexo** ao presente capítulo, em que se sistematizam esses dados, a obra citada está caracterizada com pormenor.

1989:54ss. (para Bogas-de-Baixo, concelho do Fundão; o traço parece ser, pelos dados da A., plenamente regular) e Martins 1954:205 (em todas as quatro localidades compreendidas no estudo, que fazem parte dos concelhos de C. Branco e Fundão; o traço também parece ser regular). Nos dois trabalhos a terminação é sempre *-ramos*, tal como, já fora da nossa região mas ainda próximo (mesmo distrito), em Vila de Rei (Félix 1985:553) ou Covilhã (Branco 1966:157) (ambas as obras dão o traço como regular).

A origem do fenómeno parece estar em fenómeno análogo que se deu em português antigo: cf. o **Capítulo II, Secção B, I. Fonética, §2-a de 1.7.**

8] Alongamento do infinitivo flexionado — Em Malpica do Tejo e Alcongosta registou-se um alongamento do infinitivo flexionado na 1.^a pessoa do plural, nomeadamente pela epêntese de *a* antes da desinência de pessoa e número; e.g. *aparecêramos* por “aparecermos”, *vindiméramos* por “vindimarmos”, *estáramos* por “estarmos”, *íramos* por “irmos”.

Em Malpica, o traço apresentou-se muito frequente. No inquérito de Alcongosta apenas surgiu no informante 7, que não é exactamente de Alcongosta mas de Telhado, povoação próxima para o Noroeste e também freguesia do conc. do Fundão; nesse informante, contudo, o traço apresentou-se plenamente regular.

Buescu 1958 (1984:108) regista o fenómeno para Monsanto, o que faz pressupor uma maior dimensão do mesmo na região, pelo menos noutra sincronia. Por outro lado, pode querer dizer alguma coisa sobre a dimensão do traço que, nos dados que aqui utilizamos, ele só surja em localidades em que também se dá a substituição, na 1.^a pessoa do plural, do pretérito perfeito pelo mais-que-perfeito — fenómeno parecido com este (cf. sobre esse fenómeno o § anterior). A substituição do perfeito pelo mais-que-perfeito tem uma distribuição mais concentrada a Oeste; pode ver-se um nexo entre os dois fenómenos, que têm aversão às zonas mais a oriente.²⁶⁴

9] Gerúndio — O gerúndio apresentou-se sempre invariável na linguagem da região. Não registei portanto na linguagem do SE da Beira, em nenhuma parte, o gerúndio flexionado, fenómeno muito distintivo no português e que, típico do Sul, se encontra já no distrito de Portalegre²⁶⁵.

Martins 1954:207, por outro lado, indica a existência de flexão no gerúndio numa parte da Beira Baixa, embora com informações pouco transparentes: a p. 207, ao tratar-se a flexão verbal, é assinalada, para as quatro localidades estudadas (Alcongosta e Póvoa de Atalaia, conc. do Fundão; Sobral do Campo e Tinalhas, conc. de Castelo Branco), a flexão na 2.^a pessoa do singular: “O gerúndio quando precedido do pronome *tu* toma um *s*: *ĩ tu vĩdzo* [i.e. *em tu vindos*]”; a p. 220-221, ao tratar-se certo fenómeno sintáctico, é

²⁶⁴ Note-se ainda a respeito do infinitivo flexionado, lateralmente, que a sua sintaxe na linguagem popular da região é um pouco mais flexível do que na linguagem literária, o que não apresenta estranheza nenhuma. Não podemos aqui estudar a sintaxe do inf. flexionado; são exs. de construções não permitidas pelo Padrão: “Foram para a cama deitarem-se” (Monsanto); “Há tantas coisas onde se porem [as galinhas]” (Idanha-a-Nova).

²⁶⁵ Também há registos do fenómeno no Norte: cf. Azevedo 1929:159, que o assinala, sob o tipo *saindomos* = “saindo” — i.e. com flexão na 1.^a pessoa do plural, e apenas nessa pessoa —, em Ervedosa do Douro (município de S. João da Pesqueira, Norte do distrito de Viseu). Em Nisa, no extremo Norte do Alentejo (e junto ao SE Beirão), regista Carreiro 1948:79 flexão completa: (adaptando a notação da A.) *saindo, saindos, saindo, saindomos, saindem*. O fenómeno está registado a toda a longitude do Sul, mas nem sempre com flexão total; assim está p. ex. Segura da Cruz 1991:117 que, em Odeleite (Algarve), apenas observa a flexão na 2.^a pessoa do singular e na 3.^a pessoa do plural (“Nas restantes pessoas, emprega-se a forma do português padrão”): *indos, querendes, comprandes*, na P2; *sendem, tendem, setindim*, na P6.

indicada uma flexão total do gerúndio, embora, aparentemente, apenas para a localidade de Póvoa de Atalaia: “Na Póvoa, a expressão – *quando* *vier* – é sempre substituída pela locução prepositiva *à vinda* ou pelo gerúndio regido da preposição *em*: *ĩ vindo*. O gerúndio é depois flexionado de acordo com as pessoas a que se refere: *ĩ eu vindo*, *ĩ tu vindos*, *ĩ ele vindo*, *ĩ nós vindamos*, *ĩ vós vindeis* [...], *ĩ eles vindem*”. Talvez a discrepância de informações tenha a ver com o facto de ser para a Póvoa de Atalaia que a A. tem mais dados linguísticos (como declara no «Prefácio», p. 12).

Diremos que o gerúndio flexionado não escapou, de algum modo, ao SE da Beira, mas é um traço sem uma presença saliente na linguagem actual da região.

10] Uso do infinitivo pelo imperativo — Em Idanha-a-Nova, Salvaterra do Extremo, Malpica do Tejo e Benquerença verificou-se a possibilidade, perfeitamente normal, de expressão do imperativo por meio do infinito: “Ir a pastar!” (Idanha), “Deixá-los ser!” (Salvaterra), “Deixar já!” (Malpica), “Varrer já!” (Malpica), “Ir-vos embora” (Benquerença). O infinitivo também pode ser usado pelo imperativo na Norma (veja-se por exemplo o caso citado de Salvaterra, que pode perfeitamente ouvir-se num falante do sistema normativo), mas nas áreas relevantes do SE Beirão surge não só em muito mais contextos como é um recurso plenamente corrente, de toda a hora e de todos os registos.

Buescu 1958 (1984:117) também registou o fenómeno em Monsanto (e também em frases negativas, que nos dados que recolhi não estão representadas), assim como Cordeiro 1939:88 em Penamacor; são localidades da parte oriental da região estudada, tal como todas aquelas em que pude registar o traço. No entanto, Martins 1954:206 diz: “A forma imperativa do plural é sempre, pelo menos na Póvoa [de Atalaia], expressa pelo infinito: olhar aqui; fugir daí, etc.”. A A. estuda localidades que não pertencem já à zona oriental do SE Beirão: para além de Póvoa de Atalaia (freguesia do conc. do Fundão), Alcongosta (também freguesia do Fundão; é localidade para que dispomos de um inquérito do ALEPG), Tinalhas (freguesia do conc. de Castelo Branco) e Sobral do Campo (também freguesia de C. Branco). São dados que, se negam que o traço exista apenas nas partes orientais do Sueste da Beira, se apresentam, por outro lado, insuficientes para desmentir um timbre oriental do traço na região, que ressalta manifestamente dos nossos dados.

11] Algumas formas ou construções particulares.

a) No Rosmaninhal, “Calei com cal branca [a parede]”. I.e. a “cal” se juntou *-ar*, construindo-se o verbo *calar* = ‘caiar’, que fica homónimo de “calar” = ‘silenciar’, etc.. O novo verbo pertence à 1.^a conjugação, como é norma da língua portuguesa: é esta conjugação, a que tem maior peso lexical, que acolhe de regra novas formações verbais no português, e o SE da Beira não foge à regra.

b) No verbo “beber”, um pouco por toda a região, o segundo *b* só se conservou quando segue vogal tónica (ou seja, nas formas rizotónicas): *bebo*, *bebes*, *beba*, mas *buer* (o *u* representa [u]/[w] < *beber*, por contacto com labial), *buía*, *buesse*, *bueu*, etc.. É realização, posto que muito diferente da do português padrão (onde o *b* se mantém sempre), mais do que fácil de encontrar na linguagem popular portuguesa.

c) Redução de ‘estar’ a ‘tar’ — Este fenómeno apresenta na região um cariz meridional: nas zonas mais a Sul, a tendência de redução é clara; nas zonas mais a Norte, o verbo apresenta-se normalmente sem redução, ou resiste muito mais à mesma. Parece haver uma relação da manutenção do verbo com a zona de sibilantes áptico-alveolares; ou, melhor, parece haver uma relação da redução do verbo com a zona de sibilantes pré-dorso-dentais. Não notei divergências Este-Oeste.

d) O verbo “haver” pode ser flexionado na preposição que se aglutinou, “de”, como um pouco por todo o país (cf. Vasconcelos 1901 (1970:116)): *havidem* “havam de” (Idanha-a-Nova e Foz do Córrego), etc..

Em Alconçosa, o verbo “haver” é *houver*, e de acordo com esse paradigma flexionado: e.g. *havia* “havia”, *houveria* “haveria”; apenas parece haver a excepção dos dois tempos do presente, que têm flexão idêntica à Norma. Está aqui um influxo do futuro do conjuntivo em particular (“houver”, “houveres”, etc.) e do radical dos tempos do sistema do perfeito (*houv-*) em geral. Martins 1954:209 também regista, na região que estuda (próxima de Alconçosa, e incluindo também esta localidade), *houver* “haver”, com várias flexões condizentes (infinitivo, imperfeito do indicativo, particípio passado, gerúndio, futuro do conjuntivo mas não o presente do indicativo).

e) Em toda a região se substitui o particípio passado “ouvido” por “ouvisto”, num evidente cruzamento de “ouvir” com “ver”; tal deve-se ao significado, que se pode aproximar, desses verbos.

Tão saliente para um falante do português padrão, é este um fenómeno que se pode ouvir na linguagem popular de todo o país ou quase: cf. e.g. Vasconcelos 1901 (1970:117), que o dá para todo o país.

f) Na Foz do Córrego, conserva-se ainda a forma arcaica *prantar* = “plantar” (que também existia na língua antiga; *chantar* era todavia, ao contrário das outras duas, a forma verdadeiramente vulgar, representando a evolução normal do grupo latino PL-: < PLANTARE²⁶⁶). O significado é, não pleno “plantar”, mas “pôr”.

Prantar está atestado para outras regiões do país, parecendo que com a significação “pôr”, “colocar” como normal; vejam-se por exemplo as seguintes referências, colhidas na *Revista Lusitana*: Santos 1899:173, que se reporta a Trancoso (concelho do distrito da Guarda) e regista também como significado “pôr”; Pires 1907:101, que se reporta a Elvas (conc. do distr. de Portalegre) e regista o mesmo significado; Ribeiro 1930:123, que se reporta a Turquel (freguesia do conc. de Alcobaça, distr. de Leiria) e, na linha dos anteriores, dá a seguinte definição: “Pôr, colocar: *prantar o chapéu na cabeça*. (O verbo *pôr* é parcimoniosamente usado pelos aldeões, que lhe preferem *prantar* ou *pantar*. «*Quem põe é a galinha*», dizem alguns)”; Barreiros 1937:272, que se reporta à região do Barroso (Norte do distrito de Chaves) e dá definição na linha das que vimos. Em Moncorvo (conc. do distr. de Bragança), regista Teixeira 1910:122 a expressão *prantar figueiras* = “cair nos caminhos”; em Atalaia (conc. de Pinhel, distr. da Guarda), regista Amaral 1908:161: “**prantar-se a**, pôr-se, collocar-se. *Prantou-se a bailar*”; e, na região que aqui estudamos, regista Alves 1892:251 (Aldeia de Santa Margarida, conc. de

²⁶⁶ Cf. a respeito da evolução de PL- Williams 1938 (1961:74-75), Nunes 1919 (1960:95-96), Huber 1933 (2006:99-100&143).

Idanha-a-Nova) expressão similar: “**Prantar-se a...**—Pôr-se a... «*prantou-se a desingçar*», pôs-se a comer um cacho d’uvas”.

g) Em Salvaterra do Extremo, ouvi *saba* “saiba” (P3 do presente do conjuntivo). Buescu 1958 (1984:108) regista para Monsanto: “Os verbos *saber* e *caber* têm, no presente do conjuntivo, as seguintes formas: *saba / sabas / saba / etc.*; *caba / cabas / caba / etc.*”. São formas devidas a analogia com o infinitivo; cf. o que se diz a esse respeito adiante, no estudo linguístico do *corpus* medieval do SE Beirão que editamos (**Cap. II, Secção B**), em **II. Morfo-Sintaxe, 2.3. Verbos irregulares**, alínea c-2, ponto 3. ‘Caber’, onde se comenta a atestação de *caba* em texto antigo da região.

h) Verbo ser.

h-1) Por todo o Sueste da Beira podemos ouvir *sems* por “somos”; dever-se-á a analogia com “temos”, como Vasconcelos 1901 (1970:116), com um argumento importante — o também se encontrar nos dialectos *sendes*, como “tendes” — propõe.

h-2) Num fenómeno curioso registei, nos inquéritos do ALEPG de Salvaterra do Extremo, Idanha-a-Nova, Rosmaninhal, Malpica do Tejo e Foz do Córrego, muito frequente realização da 3.^a pessoa do singular do presente do indicativo do verbo “ser”, na construção da Norma “é que” (estrutura clivada), como “á” (i.e. *a* aberto tónico, que se insere nas leis fonéticas de cada falar). Exs.: “O Pedro *á* que fez isso, não fui eu”, “Ele *á* que me viu, não tu”, “Como *á* que dizem?”, “Era o homem *á* que semeava o linho”, “Aquando se quer fazer *á* que se mexe”, “Então o que *á* que era?”.

Há na relação das localidades uma coerência geográfica Este-Sul. Deve ter-se em conta, no entanto, que os meus dados relativos a Penamacor — que se situa no Nordeste da região — não são, a respeito deste fenómeno, suficientes para excluir essa zona. Leite de Vasconcelos, por seu lado, notou que na Estremadura, no Alentejo e no Algarve “on dit *á que* pour *é que* dans des phrases comme «hoje *á que* chove muito» (peut-être à l’origine: *ah! que*)” (Vasconcelos 1901 (1970:121)). O traço parece ter, de facto, um carácter sulista no país, que no SE da Beira se concretiza primacialmente no eixo oriental; a falta de dados densos para Penamacor não permite perceber se, para além de oriental, o traço é também sulista na região em estudo.

Quanto à origem do fenómeno: parece mais plausível tratar-se de um emprego específico do verbo “haver” (i.e. “há”, *Hoje há que chove muito*) do que “ah! Que”, como Leite propõe.

i) Forma *traquer* “trazer” — Pude encontrar a forma *traquer* por “trazer” — devida a analogia com a 1.^a pessoa do singular do presente do indicativo —, que Vasconcelos 1901 (1970:124) destaca nas características do “sub-dialecto baixo-beirão”, apenas em Malpica do Tejo. É contudo, como veremos, forma mais estendida na região; apenas não parece ter projecção ocidental.

É uma forma flexionável como qualquer outro verbo, proporcionando, teoricamente, uma conjugação plena. No entanto, é um traço marcado (e portanto alvo de hesitações e confusões) e, como outros estudos que referem o fenómeno não deixam de assinalar, há cruzamentos de leis e restrições à abrangência de *trag-*. Com efeito, *traquer* é normalmente, à semelhança de *trazer*, um verbo irregular.

Buescu 1958 (1984:109) regista *traquer* para Monsanto, embora em concorrência com “trazer”: “O infinito *traquer*, que concorre com *trazer*, origina uma conjugação completa. No pretérito perfeito, porém, concorrem as duas formas:

<i>traqui</i>	<i>troixe (troiche)</i>
<i>traqueste (ou trouqueste)</i>	<i>troixeste</i>
<i>trougue</i>	<i>troixe</i>
<i>trouguemos</i>	<i>troixemos</i>
<i>trouquestes</i>	<i>troixestes</i>
<i>trougeram</i>	<i>troixeram</i> ”

Martins 1954:210-211 regista, sempre para a localidade de Póvoa de Atalaia (uma das quatro consideradas nesse estudo): (adapto a notação da A. ao que aqui nos interessa ver) no infinitivo, *traquer*; no presente do indicativo, *traquemos*, *traqueis* a par do divergente *trazem*; no pretérito imperfeito do indicativo, a conjugação de todas as seis formas com *traqu-*; a p. 206 tinha a A. citado a respeito de outra questão, para a mesma localidade, a forma do futuro *traquerei* e a forma do condicional *traqueria*. Em Leitão 2001 (Monforte da Beira, concelho de Castelo Branco) podemos ver, nas notas vocabulares que o A. faz, “*traquer*” e “*trouqueste*”. Em Cordeiro 1939:81 (Penamacor), a propósito de outro fenómeno, mais uma vez se encontra abonada a forma “*traquer*”, que Julião 1958:256 (Zebreira, conc. de Idanha-a-Nova), em lista vocabular, também cita. Igualmente para o concelho de Idanha, Pinheirinho 2001:250 (Rosmaninhal) assinala, como flexões destacadas de “trazer”, “traigo, traguia; traqui; traqueste; truce”, e a p. 273, numa lista vocabular, cita o infinitivo “*traquer*”²⁶⁷. E ainda no mesmo concelho, Alves 1892:242 (Aldeia de Santa Margarida) refere: “O verbo *trazer* faz no pres. ind. *trago*, *traques*, *traque*, *traquemos*, *traqueis*, *traquem*; pret. ind. *trougue*, *trouqueste*, *trougue*, *trouguemos*, *trouquestes*, *trouguérão*; pret. p. *traquido*”. Leite de Vasconcelos, por seu lado, registou em 1891 na Covilhã as formas *trazer*, *traquer* e *truixe* (**Anexo** ao presente capítulo, §3-e de 2.3).

As formas em *troug-* não podem ser confundidas com as em *trag-*; as primeiras têm a sua origem em *TRACUI, perfeito analógico de *TRACERE, que vem de *TRACO, o qual por sua vez vem da analogia com outros verbos com perfeitos em *-xi*. Como Vasconcelos 1928a:569-572 propõe: (i) “Pois que a alguns verbos latinos cujo presente termina em *-co* e *-go* no indicativo correspondem pretéritos em *-si*, por exemplo, *dico* — *dixi*, *rego* — *rexii*, fez o povo, às avessas, corresponder ao pretérito TRAXI, de *traho* [que corresponde ao infinitivo TRAHĒRE, a forma do latim clássico], os presentes *TRACO e *TRAGO. De *TRAGO veio *TRAGERE, que explica o português arcaico *trager*; e de *TRACO veio *TRACERE, que explica o português corrente *trazer*”; (ii) e mais adiante: “Como *placere* tem o pretérito *placui*, e *jacere* o pretérito *jacui*, também **tracere*, que tinha entrado para a 2.^a conjugação, tomou o pretérito **tracui*, que explica a forma popular *trougue* [...], como *placui* e JACUI explicam *prougue* e *jougue*, formas arcaicas (...)”. *Traquer*, já vimos que se deve a analogia com *trago*, forma da 1.^a pessoa do presente do indicativo.

²⁶⁷ “Traigo” e “truce” não nos interessam: a segunda é conhecida até das regiões da Norma, e a primeira encontra paralelo com o espanhol (sendo forma analógica: Menéndez Pidal 1904 (1982:291-293)) mas também existe, a par do Conjuntivo correspondente (“traiga”), em mais sítios de Portugal (cf. e.g. Nunes 1919 (1960:334-335,n.1), que atesta as formas para “o Alentejo e a Beira”; Vasconcelos 1901 (1970:117), que atesta o conjuntivo para o “Alentejo”).

4. Advérbios

1] Formas de “não” — A forma tónica é no Sueste da Beira pleno “não”, tal como normal na maior parte do país. É assim que temos: “Foste lá? — [nẽw].”

Já a forma proclítica é em toda a região, normalmente, [nũ]; e.g. *Eu num vou lá*. Esporadicamente, em contexto de pronúncia especialmente débil, pode surgir sem nasalização: [nu]. Também se podem encontrar as formas típicas do Sul, [nẽ] e [nɐ].²⁶⁸

A coexistência das formas *nam(na)* e *num(nu)* no Sueste da Beira, que também se pode ver na literatura (vejam-se por exemplo as notas tiradas *in loco* por Leite de Vasconcelos no **Anexo** ao presente capítulo, §5 de 2.3), exemplifica o carácter transicional da região: as primeiras são formas típicas do Sul, enquanto as segundas são típicas do Norte e do Centro; como explica o próprio Leite de Vasconcelos na sua *Esquisse*:

Dans le Sud, on emploie *nã* en proclise, ce qui est très caractéristique des parlers de cette région; dans le Nord et dans le Centre, on emploie dans les mêmes conditions *nũ* et *nu*. Cette différence s’explique ainsi: *nã* provient de *não*, qui a remplacé dans le Sud la forme archaïque *nom*; les formes centrales et septentrionales *nũ* et *nu* reposent sur *nom*, qui a formé corps avec les mots qui les suivaient: *nu* est une forme tout à fait atone et négligée. (Vasconcelos 1901 (1970:118)).

2] Outras formas particulares.

a) “Muito” é em toda a região *munto*, i.e. com *u* nasal em vez do ditongo *ui* (que é propriamente *ũi* na pronúncia normal portuguesa). Tanto a redução do ditongo em abstracto como a forma concreta *munto* estão longe de ser estranhas ao sistema, tal como nota Vasconcelos 1901 (1970:118): “On dit partout *mũto* «muito», et dans quelques endroits *múito*, qui est une forme archaïque; *mũto* s’explique par la tendance à simplifier la diphtongue *ui*, soit orale, soit nasale: cf. dans la langue commune *chuva* = arch. *chui*va, *fruto* = arch. *frui*to, *enxuto* = arch. *enxui*to, *cutelo* = arch. *cuitello*, pop. *cular* = litter. *cuidar* [...], *lutar* = arch. *luitar*.”

b) Regista-se dispersa na região a forma “adonde” = ‘aonde’ / ‘onde’. É forma que surge estendida no país (cf. e.g. Azevedo 1929:189 (Ervedosa do Douro, Norte do distrito de Viseu), Ribeiro 1930:222 (Turquel, no meio do triângulo Caldas da Rainha—Rio Maior—Alcobaça), Vasconcelos 1892a:29 (Alandroal, distrito de Évora, em direcção à fronteira)).

c) Em Cardoso, registei regular e trivial uso de “algures”.

d) Em toda a região “mais” tem, em próclise, normalmente a forma *mai*’; e.g. “É *mai*’ grande do que o outro”, “Não queria *mai*’ um que o outro”. Antes de vogal, no entanto, o fenómeno pode amiúde ser evitado.

²⁶⁸ Ao não ter como realização regular [nẽ] ou [nɐ], “não” foge ao comportamento típico do ditongo [ẽw] em próclise na região: cf. o §3 de **I. Fonética**, 1.6 acima

e) São vulgares no Sueste da Beira locuções adverbiais construídas com o substantivo “riba”: “por riba”, “em riba”, “de riba”, “para riba”.

5. Preposições

1] Formas particulares.

Em Isna, vive ainda a forma arcaica *antre* para a preposição ‘entre’.

Em toda a região se pode ouvir *inté* = “até”, forma também muito estendida no país.

2] No âmbito do emprego das preposições, é “a” que apresenta os fenómenos principais.

a) Infinitivo regido da preposição “a” — Não é nada desconhecido do português geral o emprego de infinitivo complemento de verbos antecedido de “a”: “Começaram a dormir”, “Aprender a ler”, “Ensinei a jogar”; mas no Sueste Beirão o fenómeno tem uma abrangência muito maior, estendendo-se a outros verbos / estruturas.

Os verbos “ir” e “vir” assumiram destaque nesse tipo de estrutura: em toda a região, e de forma absolutamente regular, se constroem com “a” quando regem um infinitivo complemento. São exemplos:

- (1) É a terra talhada em belgas, e o homem vai com o sementeiro, a semear para se não perder, para orientar onde chega a semente. (Monsanto)
- (2) Para ires a casar com ela. (Monsanto)
- (3) Vai-se a colher. (Monsanto)
- (4) O tempo vai-se a escangalhar. (Idanha-a-Nova)
- (5) Aqui há caça; vêm os caçadores a apanhar [...]. (Idanha-a-Nova)
- (6) Ia para a estrada a ensiná-los. (Salvaterra do Extremo)
- (7) Uma vai-se agora a casar. (Salvaterra do Extremo)
- (8) Iam a comer à casa da rapariga. (Malpica do Tejo)
- (9) Iam a buscar porcos. (Malpica do Tejo)
- (10) Fui a fazer um canteiro. (Foz do Cobreão)

Não é uma estrutura marcada, passando perfeitamente para o plano escrito; em Marcelo 1993 (obra cujo autor, não sendo natural do Sueste da Beira, lá é residente há longa data) podemos registar, por exemplo: “Contudo, a parte mais emocionante aconteceu quando um dos filhotes, na precipitação de sair do ninho, caiu à água e foi por nós recolhido e colocado perto do ninho para a progenitora o poder vir a alimentar” (p. 148). Ou: “Segundo a lenda, era aí que a esposa do governador do castelo viria a servir aos pobres a sopa de que lhes fazia esmola” (p. 173). Ou: “[...] e até os juízes eleitos em Ferreira do Zêzere vinham a ser ajuramentados à vila” (p. 298).

Pude ainda registar o mesmo tipo de construção:

1. No verbo “costumar”, um pouco por toda a região:

- (1) A gente nem gosta dessas galinhas, costuma a matá-las. (Salvaterra do Extremo)
- (2) Costumam a podar a vinha cedo. (Rosmaninhal)
- (3) Costumam a trabalhar lá. (Malpica do Tejo)
- (4) Nós aqui pelo S. João não costumamos a ter figos. (Cardosa)
- (5) A gente costuma a gastar isso primeiro. (Isna)
- (6) Costumava a pagar o vinho. (Isna)
- (7) A gente costuma a pô-las às vezes no fundo de uma parede. (Foz do Cobrão)
- (8) Aqui costuma-se a fazer isso desta maneira: [...]. (Aranhas)
- (9) Não costumava a trabalhar em [...]. (Meimão)

2. No verbo “deixar”:

- (1) Para não os deixar a fazer mal. (Rosmaninhal)
- (2) Nós deixamos a chover; a gente deixa a chover.²⁶⁹ (Isna)

3. No verbo “mandar”:

- (1) Mandaram-nos a fazer este trabalho. (Malpica do Tejo)

Cordeiro 1939:87 também regista o caso em Penamacor: “Mandei-te *a* estudar”, “Mandou-me *a* escrever-te”.

4. Finalmente, no verbo “usar” registei a construção completamente regular em Isna; exs.:

- (1) Usam mais a chamar é [...].
- (2) O trigo, usavam às vezes a ser pisado à palha.
- (3) Uns chamam uma cuba, outros chamam uma pipa; agora, é mais pipa que usam a dizer.
- (4) Agora, já usam a fazer [...].

O verbo “custar” também pode apresentar a construção com “a” + infinitivo, sendo aqui este não complemento mas sujeito:

- (1) Não me custa nada a trazer. (Salvaterra do Extremo)
- (2) Não me custa nada a fazer. (Águas)

A Norma também tem estruturas desse tipo, como “custa(-me) a crer” ou “custou(-me) a ganhar”; mas o que a linguagem do SE Beirão patenteia é uma maior abrangência da construção.

b) Uso de “a” para indicar locais — Não é desconhecido da região o uso da preposição “a”, por “em”, para indicar locais específicos, como: “(está) ao sobreiral”,

²⁶⁹ As duas frases foram pronunciadas num momento de humor; estava a chover lá fora, o que condicionava um pouco as actividades — eles *deixavam* assim que chovesse.

“(fica) à rua que sai da povoação”. Cf. o **Anexo**, §1 de **2.4**, onde se vê que Leite de Vasconcelos notou o facto em Castelo Branco, redigindo uma nota interessante.

É este um fenómeno muito frequente na linguagem de Lisboa (“(está) ao Chiado”, “(fica) ao Cais do Sodré”), que muitos falantes de fora da cidade, mesmo de perto, notam como saliente e típico dessa cidade.

6. Conjunções

1] Conjunções comparativas.

a) ²⁷⁰ Em toda a região, às conjunções comparativas “como” e “(do) que” da Norma correspondem (com o índice de uso adiante referido) as formas, respectivamente, *coma* (com o *a* fechado) e *ca* (igualmente *a* fechado). E.g.: 1, *coma*: “Ninguém cá toca *coma* ele”, “Era mesmo *coma* isto”, “Tanto faz serem porcas *coma* porcos”, “É tão vigarista *coma* ela”; 2, *ca*: “Estas são mais fortes *ca* nenhuma delas”, “Gosta mais da mais nova *ca* da mais velha”, “Tinha um irmão que era mais velho *ca* mim”, “Vale mais a pena aturar um burro ou uma mula *ca* certas mulheres e homens”.

Trata-se da sobrevivência de formas arcaicas da língua, que são ainda no português contemporâneo frequentes na linguagem popular de todo o país (cf. e.g. Vasconcelos 1901 (1970:119)). No Sueste da Beira, são hoje plenamente correntes na linguagem dos falantes mais conservadores, embora as formas normativas vão entrando cada vez mais no sistema.

b) É frequente, em todo o Sueste Beirão, *coma* (= “como”, cf. a alínea anterior), quando não faz parte de uma construção de gradação de adjectivos, ser seguida da estrutura clivada “é que” ²⁷¹, à qual se adiciona o verbo “ser” quando não há uma forma verbal a seguir. Esse verbo — “ser” ou o verbo pré-existente — pode, quando o tempo do verbo principal é o presente, ser realizado (i) no conjuntivo ou no indicativo e (ii) no presente ou no pretérito imperfeito. E.g.: “É com’ é que é um saco”, “É com’ é que seja um círculo com um metro de largo”, “É com’ é que estão a semear batatas”, “Nasce com’ é que a gente se queimasse com o azeite”, “É com’ é que era umas engarelas”, “Uma coisa que lá temos, com’ é que é um chocalho”. Quando o tempo do verbo principal é o pretérito, apenas o conjuntivo é utilizado no segundo verbo: “Era com’ é que fosse um pico”, “Comecei a assobiar com’ é que fosse o raspa”, “Agarrei-me logo ao trabalho com’ é que se nada tivesse acontecido”.

2] A conjunção “pois”, como se vê na alínea *b-2* do §14 de **I. Fonética, 1.6**, é realizada *pous* em Malpica do Tejo e na Foz do Cobre e *pois* nas outras localidades. Nestas, assume frequentemente a forma *poi’*, em próclise antes de consoante e em posição absoluta; e.g. “Era assim que a senhora fazia isso antigamente? — *Poi’!*”, “*Poi’* fez!”. Em próclise antes de vogal o fenómeno também se dá, embora menos; “*Poi’* então”.

²⁷⁰ Disponho de dados seguros para este traço apenas a partir dos inquéritos do ALEPG. Todavia, o uso de “ca” é também atestado para Penamacor por Cordeiro 1939:94.

²⁷¹ Que pode em certas localidades ser realizada como *á que*, cf. acima a alínea *h-2* do §11 do ponto **3. Verbos**.

7. Outros

1] Em todo o SE da Beira ocorre uma acentuada confusão nos segmentos iniciais *es-* e *des-*: *destribos* “estribos”, *dexplicar* “explicar”, *destragar* “estragar”, mas *esperdício* “desperdício”, *escascar* “descascar”, *escansado* “descansado”, etc..

Parece levar a vantagem *es-* > *des-* em detrimento de *des-* > *es-*, talvez por *des-* ser mais encorpado.

2] A forma de agradecimento verdadeiramente típica da região é a frase “Bem haja”, não o “Obrigado/a” do português padrão (forma que contudo ocupa cada vez mais o lugar daquela, num processo previsível de normativização). Usa-se “Bem haja”, que se flexiona de acordo com a pessoa verbal: “bem hajas”, etc., em qualquer situação, formal ou informal.

ANEXO AO CAPÍTULO I

DIALECTOGIA DO SUESTE DA BEIRA EM LEITE DE VASCONCELOS

Nota introdutória

Apresenta-se neste anexo a imagem que José Leite de Vasconcelos, no conjunto do seu trabalho, nos deixou da linguagem do Sueste da Beira. A expressão “Sueste da Beira” remeterá essencialmente para a unidade administrativa do distrito de Castelo Branco; terá, portanto, um sentido geograficamente mais amplo do que o que tem no resto do presente trabalho. Tal extensão do sentido de “Sueste da Beira” deve-se apenas a um propósito de facilitação de manuseamento dos dados. Não será (nem poderia ser) nossa preocupação aqui estabelecer fronteiras ou delimitações exactas.

Fazem parte da referida imagem tanto o lugar do(s) dialecto(s) da região no todo português — o que se trata em **I** a seguir — como a discriminação dos principais fenómenos notados pelo autor no seu confronto com a linguagem da zona (considerando-se também variações diatópicas que possam ressaltar dos dados mas não se abordando a área do léxico) — o que se trata em **II**, partindo do vol. VI dos *Opúsculos*. Foi nesse volume que, em edição póstuma, foram publicados os apontamentos tirados *in loco* por L. Vasconcelos sobre a linguagem da região, entre outras.

A motivação deste anexo, que é uma sistematização da informação contida na obra do fundador da dialectologia científica em Portugal sobre uma zona dialectal específica, resulta de dois pontos conhecidos: (i) a grande importância, tanto pela quantidade como pela qualidade, dos dados dialectológicos que L. Vasconcelos recolheu ao longo de toda a sua vida científica, marcada por uma grande longevidade; (ii) a forma relativamente *em bruto* como boa parte desses dados chegaram até nós (o que se compreende pela sua abundância). Os dados situam-se entre a segunda metade do séc. XIX e a primeira metade do XX (L. Vasconcelos nasceu em 1858 e faleceu em 1941) e formam, a seguir ao ALEPG e ao ILB, a maior colecção dialectológica portuguesa; aquela datação é um ponto importante, pois não só proporciona uma anterioridade em relação aos dados do ALEPG e do ILB como, precisamente por essa anterioridade, proporciona dados de uma época em que mais fácil seria obter o falar genuíno das regiões (na medida em que mais incipiente se encontrava a tendência globalizadora e uniformizadora da sociedade contemporânea).

Uma nota formal: onde se vir o símbolo / utilizado por Leite de Vasconcelos, está-se na presença da fricativa áptico-alveolar sonora, [z]; era aquele o símbolo utilizado de ordinário pelo A. para essa consoante.

I. Papel da linguagem do Sueste da Beira nas propostas de classificação dialectal de Leite de Vasconcelos²⁷²

Como se viu na **Introdução** a esta dissertação, a identidade da linguagem contemporânea do Sueste da Beira no panorama dialectal português concretiza-se em dois aspectos fundamentais: (i) é uma área de transição, tanto a nível nacional como internacional, e (ii) existe na região um sistema linguístico profundamente individualizado (a unidade dialectal Castelo Branco-Portalegre).

O carácter de transição internacional é muito evidente em qualquer abordagem que se faça. O carácter de transição nacional, por seu lado, também é algo manifesto e não deixa, expectavelmente, de ter lugar na visão de Leite de Vasconcelos: o Sueste da Beira forma uma extremidade daquilo a que o autor chama o “dialecto Beirão” e este “fait la transition entre les parlers du Nord et ceux du Sud” (Vasconcelos 1901 (1970:125)).

Mais complexa é a identificação da idiossincricidade do dialecto da região, mas uma coisa está clara: Leite de Vasconcelos conhecia-a desde sempre, pois já na sua primeira proposta (1893), que é também a primeira proposta do português, a destaca. Assim, Vasconcelos 1893, Mapa, individualiza, dentro do “Dialecto das Beiras”, o “Sub-dialecto de Fundão Castello Branco, [...] até Portalegre”.²⁷³

Nas propostas subsequentes, todavia, o autor abandona essa distinção: em 1901, na *Esquisse*, decompõe o “Dialecto beirão” apenas nos “sub-dialectos” *alto-beirão* (i.e. da Beira Alta), *baixo-beirão* (da Beira Baixa) e *ocidental* (dos distritos de Coimbra e Aveiro) (cf. Vasconcelos 1901 (1970:28)); em 1929, na reedição do «Mappa Dialectologico», a classificação é menos clara, mas, para o que nos interessa, mantém-se a não individualização da região sub-dialectal de Castelo Branco-Portalegre (cf. Vasconcelos 1929:794-795).

A verdade é que a *Esquisse* e a reedição do *Mapa* em 1929 acentuam o carácter fundamentalmente geográfico-administrativo que Leite de Vasconcelos seguia nas suas propostas, e a não consideração — ou seja, o abandono da consideração, relativamente à proposta fundadora — da variedade dialectal do Centro-interior, claramente idiossincrática e destacada do conjunto dos falares portugueses, é um erro de visão. Aí se pode ver aquele que terá sido, entre as muitas virtudes, o principal defeito do cientista L. de Vasconcelos: a falta de aptidão para fornecer visões de conjunto incisivas e analíticas dos variados assuntos que tratava, o que fazia normalmente com recurso a abundantes

²⁷² Leite de Vasconcelos publicou *duas mais uma* propostas de classificação dialectológica do português. A primeira é o «Mappa dialectologico do Continente Português», publicado originalmente em 1893, com o título de «Carta dialectologica do Continente Português», na 1.^a edição da *Corographia de Portugal* de Ferreira-Deusdado, e com separata (de utilização mais corrente) de 1897 (v. Bibliografia). A segunda surge em 1901 na *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*, pp. 28-31 da primeira edição e 27-30 da segunda (1970) e da terceira (1987), que é um *fac-simile* da anterior. A restante consiste na reedição do «Mappa dialectologico» nos *Opúsculos*, IV (Vasconcelos 1929:791-796), que, como diz Cintra 1971 (1983:123), se apresenta “com várias modificações que transformam esta reedição numa espécie de terceira proposta de classificação”.

Cintra 1971 é ainda hoje, como se disse em nota ao ponto 1. **Região de transição da Introdução**, a principal referência para a crítica das outras propostas de classificação dos dialectos portugueses, todas feitas antes da «Nova Proposta». Há, contudo, ressalvas a ter em conta na leitura dessas críticas: a respeito das propostas de Leite de Vasconcelos, há a considerar a existência de algumas imprecisões, que não interessam para aqui; existem também ressalvas tocantes às outras propostas, a respeito das quais remeto para a citada nota.

²⁷³ Note-se que a inclusão desse sistema linguístico particular no Dialecto da Beiras acaba por assumir uma posição relativamente à sua filiação, embora seja um facto muito implícito e relativo, ao qual não deveremos dar demasiada importância.

materiais fraccionários que sempre recolheu (directamente nas fontes primárias ou no escrutínio excepcional que fazia da literatura) e parcelarmente estudou e analisou.

Quanto a traços linguísticos: é apenas na *Esquisse* que o autor desce a esse nível de descrição; tanto em Vasconcelos 1893-1897 como em Vasconcelos 1929 as propostas não fazem descrição linguística, discriminando apenas as áreas propostas, juntamente com outras considerações laterais. Na *Esquisse*, no «Résumé des caractères dialectologiques» do “Dialecto beirão” (cf. Vasconcelos 1901 (1970:124-125)), é destacado para o “sub-dialecto baixo-beirão”:²⁷⁴

1. “ô et ö (ou öu) pour ou”. I.e., respeitando ao ditongo <ou> (não sendo indicadas na obra restrições a respeito da tonicidade): (i) a sua monotongação em *o* fechado; (ii-a) a sua monotongação em *o* fechado palatalizado; e (ii-b) a sua conservação como ditongo, com a vogal a ser realizada mais uma vez como *o* fechado palatalizado. O fenómeno está tratado especificamente a pp. 91-92 da obra, §56-e.
2. “ü pour u”. I.e. a realização palatalizada do *u* tónico. Fenómeno tratado na p. 83, §47.
3. “é pour á” I.e. a palatalização de *a* tónico em *e* aberto. Fenómeno tratado na p. 78, §43-a.
4. “ê pour eu [...]” I.e. a monotongação de *eu* em *e* fechado, em próclise antes de uma consoante, nos pronomes “eu”, “meu”, “teu” e “seu”. Fenómeno tratado na p. 90, §56-b.
5. “la forme *traquer*” = ‘trazer’. Nada a especificar, a não ser que o autor entende como origem da forma a analogia com a 1.^a pessoa do singular do presente do indicativo, “trago”. Fenómeno tratado na p. 117, §75-n.²⁷⁵

²⁷⁴ Lembre-se contudo que o autor utilizava a nomenclatura “Beira Baixa” no sentido do agrupamento provincial dos distritos de Castelo Branco e da Guarda, como era corrente ao tempo (embora cada vez menos). No caso da *Esquisse*, tal pode ser visto e.g. no mapa, p. 81 da 2.^a edição.

Para uma breve síntese introdutória da história da delimitação, em documentos com ou sem valor legal, da província da Beira Baixa, cf. Mattoso / Daveau / Belo 1997:5-6. Uma boa síntese da evolução do conceito mais abrangente de “Beira” (i.e. a província, a que na Idade Média se chamava comarca ou apenas terra, da Beira, com as sub-divisões que entretanto surgiram) ao longo da história de Portugal foi apresentada pelo próprio Leite de Vasconcelos ao 1.º Congresso Beirão; foi publicada seguidamente em “folha volante” (1921, Sintra) e republicada no vol. I de *De Terra em Terra*: Vasconcelos 1927a:223-230. As informações aí apresentadas são, como nos diz o A., extraídas do vol. I da sua *Etnografia Portuguesa*, onde o assunto é tratado de forma mais pormenorizada; para uma visão detida de toda a taxonomia geográfica portuguesa é a *Etnografia* de Leite, aliás, uma das principais referências ainda hoje. (Na mesma *Etnografia*, o A. mantém a delimitação da Beira Baixa que acima se referiu (cf. o vol. III da obra citada, p. 250), já depois de a identificação genérica da província com o distrito de Castelo Branco ter sido consagrada oficialmente (cf. Santos 1985, *apud* Mattoso *et al* 1997:6). Mas o autor explica-se na «Prefação», VI, do referido vol. III: “Já ia adiantada a publicação d’esta *Etnografia*, quando veio a lume o novo Código Administrativo Português. Faz-se aí uma divisão provincial muito diferente da antiga, por onde o Autor havia regulado os seus apontamentos e plano. Evidentemente não podia, de modo nenhum, alterá-los por várias razões, entre as quais é de forte peso a irremediável falta de tempo”.)

²⁷⁵ Note-se lateralmente o mais que o autor refere, no «Résumé des caractères dialectologiques», acerca das propriedades linguísticas do “Dialecto Beirão”: “L’alto beirão présente dans les «concelhos» de Rêsende et Cinfães des phénomènes de transition à l’*interamnense* [...]; dans certains endroits de son domaine, on trouve -*ü*- et -*ä*- atones, dans d’autres -*ö*- et -*ê*-, et dans d’autres *öu*. Dans le *beirão* occidental, il y a -*ü*- et -*ĩ*- atones [...]. Dans toute la province, on confond *b* avec *v*, mais on distingue *ch* d’*x*. Dans quelques localités de la Beira Baixa et Alta, on remplace *ç*—*z* par *s*—*f*; dans d’autres, on distingue ces sons l’un de l’autre. Le parler des montagnes du «concelho» de Sátão constitue une variété du *beirão*, à cause de sa richesse en diphtongues. Le *beirão* fait la transition entre les parlers du Nord et ceux du Sud” (Vasconcelos 1901 (1970:124-125)).

Podemos assim observar que os grandes feixes caracterizadores da linguagem do Sueste Beirão eram conhecidos e foram já assinalados por Leite de Vasconcelos. No entanto, se sempre conheceu a individualidade dialectal de Castelo Branco-Portalegre — e, por atacado, do Sueste Beirão —, o A. preferiu, a partir da *Esquisse*, não a considerar em mapa / visão de conjunto; isto porque tomou em excesso um padrão geográfico-administrativo para a identificação dialectal. Dessa forma, não se pode dizer que a doutrina leiteana de classificação dialectológica do português consagra uma unidade dialectal Castelo Branco-Portalegre: quem só olhar para as suas últimas propostas — e principais, pois está aqui a *Esquisse* — não encontrará um destaque dialectal naquela região.

Está posta de parte qualquer hipótese de os caracteres linguísticos mais salientes da região terem deixado de ser notados pelo A., como veremos a seguir.

II. Sistematização dos dados linguísticos dos *Opúsculos*, VI relativos ao distrito de Castelo Branco

1. *Natureza dos dados*

1.1. *Natureza geral dos dados*

Os *Opúsculos* de José Leite de Vasconcelos são uma colecção que o autor, sob proposta do então administrador da Imprensa da Universidade de Coimbra, Joaquim de Carvalho, empreendeu a partir de 1928 (data dos dois primeiros volumes) com o objectivo de agrupar e re-publicar, com melhoramentos em certos casos, as ‘obras menores’ que estavam dispersas em revistas, folhetos, etc.; trabalhos aos quais acrescentaria alguns inéditos, baseados genericamente em materiais que havia muito vinha recolhendo e que tinham então a oportunidade de serem sistematizados e dados a lume.²⁷⁶ Tudo isto segundo um plano em que cada trabalho era inserido numa suficientemente abrangente área científica, tal como o A. as entendia, área que depois ocupava um ou mais volumes. A respeito da natureza dos *Opúsculos*, cf. sobretudo o «Prólogo» do vol. I e a «Notícia Introdutória» do vol. VI, escrita em 1980 por Orlando Ribeiro (discípulo do A.).

Infelizmente, Leite de Vasconcelos não pôde concluir o projecto. Foram publicados em sua vida os vols.: I — Filologia, Parte I, 1928; II — Dialectologia, Parte I, 1928; III — Onomatologia, 1931; IV — Filologia, Parte II, 1929; V — Etnologia, Parte I, 1938; e VII — Etnologia, Parte II, 1938. Ficou ainda a Parte II da Dialectologia, o vol. VI, no prelo (cf. o «Prólogo» do vol. V, onde o A. já o menciona).²⁷⁷

O plano de Leite de Vasconcelos para a Dialectologia nos *Opúsculos* já nos é explicado pelo próprio no «Prólogo» do vol. II (ou seja, a Parte I dessa área):

²⁷⁶ Para uma relação do que é inédito e do que é republicado nos *Opúsculos* publicados em vida do A. (retomaremos adiante esta questão), cf. Cepeda 1960.

²⁷⁷ Maria Adelaide Valle Cintra, a editora do vol. VI, refere no «Prólogo» exactamente o que ficou no prelo: “100 páginas [...] (72 consistindo na reedição de artigos, com algumas correcções e aditamentos, as restantes completamente inéditas), todas relativas a várias povoações de Trás-os-Montes” (*Opúsculos*, VI, pág. XVIII).

Os materiais que constituem o presente volume, e constituirão ainda outros seguintes do mesmo género, tencionava eu publicá-los em folhetos, como de facto publiquei alguns que aqui se reproduzem ou irão reproduzindo: de todos extrairia por fim um trabalho geral e desenvolvido de dialectologia portuguesa.

Pôsto que a vida já não me chega para compôr êsse trabalho, resolvi, no entanto, continuar a publicação dos materiais já coligidos, ou que ainda fôsse coligindo: e um discípulo, um amigo, enfim, um continuador fará um dia o que eu próprio não posso fazer. De amostra do meu projecto serve a *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*, que publiquei em Paris em 1901, como tese de doutoramento na Sorbona: nela resumi e sintetizei os materiais que colhêra até então. (Opúsculos, II:5)

Mercê do esforço de, sobretudo, Orlando Ribeiro e Maria Adelaide Valle Cintra, retomou-se posteriormente a edição do vol. VI, que foi publicado em 1985, “organizado por Maria Adelaide Valle Cintra”, como consta do sub-título. Publicam-se nesse volume os materiais de Leite de Vasconcelos relativos aos dialectos “Transmontano” e “Beirão” (conforme a terminologia do A.²⁷⁸), reeditando os artigos que o A. publicou e dando pela primeira vez a lume os materiais inéditos que ele coligiu respeitantes a esses dialectos; materiais inéditos que foram organizados e redigidos, sob a forma de artigos relativos a cada localidade específica sobre que o A. colheu dados, pela editora M. A. Valle Cintra. Para a metodologia seguida no volume — que procura naturalmente seguir a metodologia do próprio L. de Vasconcelos — e demais questões relacionadas com a natureza da obra, remeto para os citados «Notícia Introdutória» (de Orlando Ribeiro) e «Prólogo» (da editora), pp. V-XXIV, onde está tudo explicado ao detalhe.

Não deixarei contudo de ressaltar o grande acervo de materiais dialectológicos inéditos que foram encontrados no espólio leiteano, o que indicia fortes preocupações de abrangência de dados por parte do iniciador da dialectologia científica em Portugal; como refere M. Valle Cintra:

Nas inúmeras excursões que, infatigavelmente, realizou por todo o território português nunca deixou [L. de Vasconcelos] de tomar um apontamento, rápido que fosse, sobre a linguagem das povoações visitadas. Muitas vezes são notas num papel de qualquer natureza, bilhetes de comboio, margens de jornal, contas de pensão, outras apontamentos provenientes de uma investigação pensada e mais ordenada, recolhidos em cadernetas de viagem. O conjunto forma maços e maços de papéis soltos, cadernos de todos os tamanhos, preenchidos com a letra miúda e nervosa de todas as épocas da sua longa vida científica, a que é preciso acrescentar as cartas, informações, fichas, listas de palavras que lhe foram fornecidas por solícitos e amigos informadores de todos os pontos do País. («Prólogo» de Opúsculos, VI, pág. XIX)

Uma palavra, por último, sobre a metodologia seguida por Leite de Vasconcelos nas suas recolhas dialectológicas; não nos poderemos alongar, no âmbito deste anexo, em considerações — mas tal não é, em boa verdade, necessário. A metodologia do A. é a tradicional sua, que, com maiores ou menores *nuances*, é a mesma da *Dialectologia Tradicional*; consistia sobretudo em investigações sem carácter puramente sistemático e desprovidas de um questionário elaborado segundo os padrões actuais, confrontando-se a linguagem-alvo *in loco* e frequentemente, em maior ou menor grau, ao sabor da ocasião. É uma metodologia que, não obstante contenha importantes e muito conhecidas

²⁷⁸ O “Dialecto Interamnense” havia sido o objecto de estudo do vol. II, e o “Dialecto Meridional” sê-lo-á do vol. VIII, no prelo — cf. os já citados «Prólogo» e «Notícia Introdutória» do vol. VI.

limitações, é por vezes injustificada, tanto no caso específico de Leite de Vasconcelos, como em termos gerais. Embora não tanto como o desejável ou necessário, muito de útil se consegue na mesma reunir e analisar com esses métodos, cujo perfil é primário em mais do que um sentido: (i) foram os primeiros métodos utilizados, (ii) estão hoje desactualizados, mas (iii) o seu tipo de confronto com a linguagem forma a necessária base de qualquer confronto dialectológico; não sendo tão surpreendente quanto se poderia pensar reconhecer-se maior sensibilidade na realização de abordagens a linguagens locais (procurando condicionar o mínimo possível a genuinidade da linguagem dos informantes, etc.) em *dialectólogos tradicionais* do que em *dialectólogos modernos* (particularmente em trabalhos avulsos). No caso de José Leite de Vasconcelos, temos acréscimo de valor advindo da sua inegável autoridade — e, acerca da utilidade dos seus materiais, convém não esquecer que estão longe de serem muitos os dados de que dispomos, sobretudo no que toca a períodos mais recuados, para o estudo dos dialectos portugueses que sigam o tipo de metodologia hoje exigido. Fecha-se este ponto com mais uma citação de M. Valle Cintra, que contém uma citação de Leite de Vasconcelos:

José Leite de Vasconcellos não reuniu os materiais sistematicamente como aconselha a linguística moderna. Não utilizava um questionário bem organizado. Mas interrogava e ouvia o que geralmente era fundamental e característico de certas regiões. Não seguia princípios rigorosos de escolha quanto aos seus informadores. No entanto, preferia as respostas espontâneas ou obtidas por meio de perguntas indirectas. Muitas vezes ao lado de uma nota escreve «ouvi espontaneamente» ou «em flagrante». No prólogo do II volume dos *Opúsculos*, lê-se: “Para se recolherem certos sons e frases característicos de uma língua que se quer estudar da boca do povo, o melhor meio é esperar a ocasião oportuna do acaso e apanhar isso em flagrante: fiz isso sempre que pude; no entanto, muitas vezes tive de proceder a interrogatórios, embora, quando eu o julgava conveniente, dirigidos de tal modo que os interrogados respondessem espontaneamente, sem eu lhes indicar de antemão o som ou a flexão que eu queria saber ou averiguar.” (*«Prólogo» de Opúsculos, VI, pp. XVI-XVII; retirei a citação que o texto faz de Leite de Vasconcelos da posição de destaque inter-textual e adicionei-lhe as aspas*)

1.2. Natureza específica dos dados

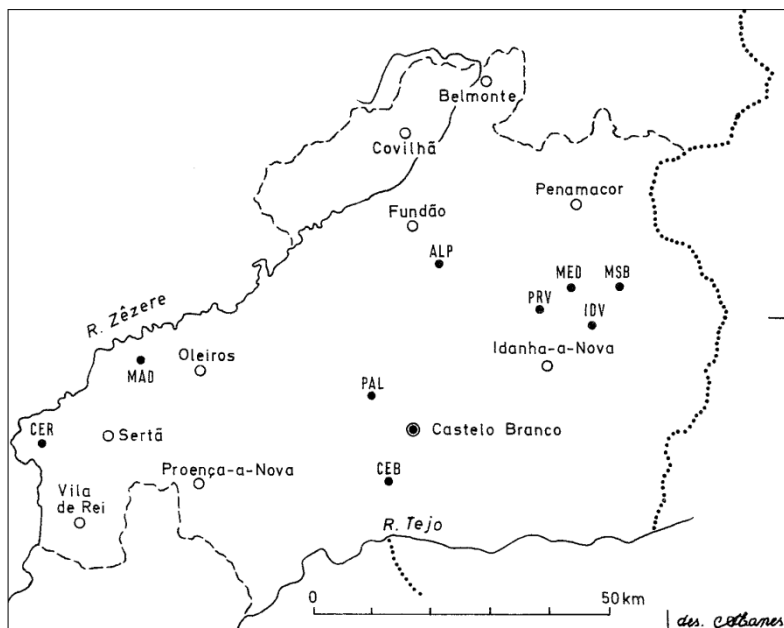
Os artigos dos *Opúsculos* que tratam especificamente a linguagem de localidades do distrito de Castelo Branco (apenas interessando o vol. VI, na sequência do que já foi dito) pertencem todos, com uma excepção, à categoria dos baseados em materiais inéditos que, seguindo o formalismo usual de Leite de Vasconcelos, foram “organizados e redigidos pela editora” Maria Adelaide Valle Cintra (*op. cit.*, p. 289). É seguindo esse formalismo que são consideradas nos artigos as áreas gramaticais da fonética, da morfologia e da sintaxe, juntando-se ainda textos que o A. recolheu (não tendo todos os artigos, como é natural, informações a respeito de todas estas áreas, pois o volume de informação varia de localidade para localidade).

No que toca aos materiais lexicais, escreve a editora no «Prólogo», p. XX, referindo-se aos dados relativos a Trás-os-Montes ²⁷⁹: “Uma vez separado e reunido todo o material referente a Trás-os-Montes, agruparam-se as notas por povoações ou regiões, formando com elas vários maços. Depois s[e]pararam-se, de cada maço, os materiais lexicais para formar um capítulo à parte só de vocabulário, de acordo com o que o autor

²⁷⁹ Trás-os-Montes é a outra região tratada no vol. VI. A editora começou pelos materiais daquela província, passando depois para os dados da Beira.

fizera no primeiro volume. É o que leva o título de «Messe de vocábulos transmontanos», por analogia com o capítulo correspondente desse primeiro volume”. Muito estranhamente, apenas é apresentada uma sùmula desse tipo para os materiais da Beira, nomeadamente o «Vocabulário da Beira» (sito a pp. 429-444); não se encontra a referida «Messe de vocábulos transmontanos». O léxico, que coloca questões específicas e é tradicionalmente considerado à parte nos estudos dialectológicos, não será visto aqui.

A obra apresenta mapas das localidades tratadas; as do distrito de Castelo Branco são:



Extraído e adaptado de *Opúsculos*, VI; rede das localidades pertencentes ao distrito de Castelo Branco para onde se conhecem materiais dialectológicos recolhidos por José Leite de Vasconcelos (os quais estão publicados nessa obra).

Legenda: ● : sede de distrito. ○ : sede de concelho. ● : outros lugares. Ponteados: fronteira. Tracejado: limite de distrito. Traço contínuo: rios.

O que temos é a seguinte relação, incluindo as datas das recolhas: ²⁸⁰

1. Concelho de Belmonte:
 - 1.1. Belmonte. Materiais de 1933.
2. Concelho da Covilhã:
 - 2.1. Covilhã. Materiais de 1891, 1916, 1934 e outros não datados.
3. Concelho do Fundão:
 - 3.1. Fundão. Materiais de 1892, 1896, 1916 e outros não datados.
 - 3.2. (ALP) Alpedrinha. Materiais — “quase todos”, diz o texto (p. 414) — de 1929, outros — “apenas duas [notas]” (*id.*) — de 1916 e outros sem data.
4. Concelho de Penamacor:

²⁸⁰ Todos os artigos estão a pp. 410-428. (É desnecessário referir a importância destes dados para o conhecimento da linguagem do Sueste da Beira no período compreendido entre finais do séc. XIX e princípios do século XX; são os únicos de semelhante abrangência de que dispomos para essa altura.)

- 4.1. Penamacor. Materiais de 1933.
5. Concelho de Oleiros:
 - 5.1. Oleiros. Materiais sem data.
- 5.2. (MAD) Madeirã (“a quatro léguas de Cernache”, acrescenta o texto (p. 418)).
Materiais sem data.
6. Concelho de Castelo Branco:
 - 6.1. Castelo Branco. Materiais de 1892, 1916 e 1933.
 - 6.2. (CEB) Cebolais de Cima. Materiais de 1916.
 - 6.3. (PAL) Palvarinho. Materiais de 1916.
7. Concelho de Idanha-a-Nova:
 - 7.1. Idanha-a-Nova. “Só uma nota datada de 1895, outra de 1936 e as restantes não datadas” (p. 422).
 - 7.2. (MED) Medelim. Materiais de 1916, com outros não datados.
 - 7.3. (IDV) Idanha-a-Velha. Materiais não datados.
 - 7.4. (MSB) Monsanto da Beira. Materiais não datados.
 - 7.5. (PRV) Proença-a-Velha. Materiais de 1933.
8. Concelho da Sertã:
 - 8.1. Sertã. Materiais de 1934, 1936 e outros sem data.
 - 8.2. (CER) Cernache do Bonjardim. Materiais de 1900.
9. Concelho de Proença-a-Nova:
 - 9.1. Proença-a-Nova. Materiais de 1894 e outros sem data.
10. Concelho de Vila de Rei:
 - 10.1. Vila de Rei. Materiais de 1895.

Para além destes artigos interessa-nos, lateralmente e respeitando apenas a um fenómeno fonético, o artigo «Uma particularidade fonética: *é* = *á*», escrito e publicado pelo A., em conjunto com outros cinco estudos também dialectológicos — agrupados sob o título «Dialectos Beirões (Contribuições para o estudo da Dialectologia Portuguesa)» —, na *Revista de Estudos Livres*, II, Porto, 1884-1885; foi reeditado no vol VI dos *Opúsculos* (pp. 241-243). O seu conteúdo será utilizado adiante no sítio próprio.

2. Sistematização dos dados propriamente dita

2.1. Procedimentos

Os principais procedimentos seguidos na sistematização: indicam-se sempre as datas, ou a ausência delas, dos materiais; conserva-se sempre, nos exemplos de cada fenómeno citados da obra, a grafia original; com a excepção de restritos casos em que tal não releva minimamente para a exposição, transcrevem-se, em itálico e sem aspas, todos os exemplos apresentados para cada fenómeno pela obra; as datas que frequentemente seguem cada exemplo citado devem ser entendidas como as datas não só dos exemplos, mas também de eventuais apontamentos / materiais mais precisos do autor.

Podem naturalmente ser vistos nos artigos, quer nos exemplos aduzidos a respeito dos fenómenos tratados quer nos «Textos» recolhidos por L. de Vasconcelos e aí reproduzidos (nos quais o A. utilizou normalmente uma ortografia tendencialmente *fonética*), vários factos linguísticos. Por vezes esses factos contêm informação relacionada com outros pontos dos artigos; e, por vezes mesmo, podem atestar fenómenos que não estão tratados nos artigos. Considerou-se pertinente adicionar à sistematização alguns desses casos, o que surge sob a designação de “*Apêndices*” e está colocado a

seguir ao segmento de texto relevante. Ao verem-se os casos concretos, fica evidente a natureza desses dados, mas é de ressaltar já o seguinte. 1) Ressalva-se, como é evidente, a autoridade da editora, que teve os materiais do autor à disposição e os elaborou de forma competente (como Orlando Ribeiro atesta na «Notícia Introdutória», p. VIII ²⁸¹); apenas se referem factos que podem trazer mais informação, mais pistas de investigação. 2) Só são referidos os casos mais relevantes, com um critério apertado ²⁸².

2.2. Fonética

2.2.1. Vocalismo

2.2.1.1. Vogal a

1] Palatalização de a tónico — Regista Leite de Vasconcelos casos de palatalização de *á* em *é* em várias localidades, numa área estendida. Apenas em uma localidade o resultado do fenómeno é um *e* fechado; nas outras, temos sempre *e* aberto. As localidades e os casos são:

1. É em Madeirã que se nota o *e* fechado; só foi registado um caso, *busquêr* (s.d.).
2. Fundão. Casos *fikér*, *buskér*, *venégre*, *ciguérro*, *dexéva*, *dependuréva* (1898). Assinala-se também a este propósito *casa*, *andar*, *chapa*, *jantar* (1898), que não têm o fenómeno.
3. Penamacor. Casos *buréco*, *buréca* (1933); e ainda (da mesma data): “às vezes: *vinégre*”, nota do A. citada pela ed..
4. Castelo Branco. Casos *insinér*, *cruzédo* (1916); em 1933, nota o A., tal como citado pela ed.: “vai desaparecendo, mas ainda se ouve: *vinégre*, *buréco*”.
5. Palvarinho. Um só caso, *pintéda* (1916).
6. Idanha-a-Velha. Casos *Salguêrel* (“= Salgueiral, nome de um ribeiro em Monsanto da Beira”, como refere a ed.), *piçerra*, *trérão-nas* ‘tiraram-nas’ (s.d.).
7. Proença-a-Velha. Casos *busquer*, *peçerra* (1933).
8. Sertã. Um só caso: *vinégre* (s.d.).
9. Proença-a-Nova. Casos *vinégre*, *Frexéda* ‘Freixada’ (1894).
10. Vila de Rei. Apenas um caso, *buskér* (1895).

Em Oleiros (s.d.), o A. não registou o fenómeno mas, como diz a ed., “tinha transcrito nos seus apontamentos” um excerto das *Memorias da villa de Oleiros e do seu concelho*, do bispo de Angra D. João Maria Pereira d’Amaral e Pimentel (1881; o excerto está a pp. 168), em que este fala da passagem *á* > *é* na vila. Esse excerto, numa citação mais extensa, já tinha pelo A. sido utilizado no seu artigo «Uma particularidade fonética: *é* = *á*» (Vasconcelos 1884), no qual, como o título denuncia, trata o fenómeno da

²⁸¹ Nomeadamente: “Com a minúcia e o rigor de Maria Adelaide Valle Cintra, pode o leitor ficar tranquilo que o próprio Leite, se a vida lhe tivesse chegado aos 100, não teria, pela urgência de dar a público os materiais, levado mais longe a elaboração”.

²⁸² Nos «Textos», por exemplo, cada palavra registada atesta, em abstracto, um ou mais factos linguísticos — positivos ou negativos, explícitos ou implícitos. Tomemos como exemplo a palavra “c’rôa”, que surge num dos versos de um texto recolhido no Fundão: aí vemos a redução de o pré-tónico, a manutenção do hiato *oa* (i.e. sem a inserção da semivogal velar para o desfazer, no que daria *oua*), a realização do o tónico como fechado (não aberto, não palatal), etc.. Não podemos evidentemente descer à minúcia da análise de todos estes factos, que frequentemente ultrapassaria mesmo qualquer interesse dialectológico.

palatalização de *á*. Não são propriamente materiais de Leite de Vasconcelos, mas a referida citação contém informação relevante para este fenómeno:

(transcrevo a passagem maior utilizada no artigo da Revista de Estudos Livres) Porque a villa d'Oleiros fica isolada no meio de altas montanhas, sem estradas comodas, meios facéis de comunicação, nem comercio com outras terras, tem resultado daí o conservar-se nela a pureza da língua portuguesa. Até a pronúncia é da melhor que tenho encontrado, sendo natural, sem affectação, nem os requebros e entonações desagradaveis, que em outras terras se dão. Apenas a pronúncia de *a* agudo (*á*) é trocada algumas vezes pela gente sem instrução pela de *e* (*é*), dizendo: *Felcidade* em lugar de *Felicidade*, *cidede* em lugar de *cidade*. E a gente nova da villa, notando-se-lhe este erro, começava em nosso tempo a cair no oposto, dizendo: *Pulcharia* em lugar de *Pulcheria*, *tijala* em lugar [sic] de *tigela*, etc. (Pimentel 1881:168, apud Vasconcelos 1884 (1985:241-242))

No citado artigo, sempre por meio de informações indirectas — i. é, obtidas através de outras pessoas, sobre as quais dá de regra informações gerais ou particulares —, o A. regista a passagem *á* > *é* em várias localidades: Pena Lobo (concelho do Sabugal), com os seguintes exs. aduzidos: *buréco* 'buraco', *aguilhéda* 'aguilhada'; Cernache do Bonjardim (Sertão), com os exs.: *giéda* 'geada', *carréda* 'carrada', *madrughéste* 'madrugaste', *Cernéche* 'Cernache', "etc."; Alpedrinha (Fundão), com os exs.: *bàtezédo* 'baptizado', *aguilhéda* 'aguilhada', "etc."; e Padrões (Pampilhosa), sem exs..²⁸³ Sobre o timbre do *e*, pôde o A. apenas referir, em nota de rodapé após os exemplos de Pena Lobo (a primeira localidade mencionada no artigo): "Será o *æ* de *bad* (ingl.)? Eu não pude ouvir nenhum natural, fiz por informes".

Entre a referência às duas primeiras localidades e a referência às últimas duas (e depois da citação do livro do bispo de Angra), o A. propõe uma regra para o fenómeno:

Eis aí bem determinada em três pontos da Beira Baixa, aliás muito distantes geograficamente (Pena Lobo, Cernache, Oleiros), a mudança de *á* em *é*.

Qual é a lei desta mudança?

A avaliar pelos factos expostos, e por outras informações que tomei, o *a* deve ser tónico, a palavra deve ter mais de duas sílabas, e a sílaba em que está o *a* deve ser a penúltima. (Vasconcelos 1884 (1985:242))

Leite de Vasconcelos aborda ainda no trabalho a origem do fenómeno, manifestando o seu cepticismo de que ela se encontre em substrato celta: cf. Vasconcelos 1884 (1985:242-243); o A. cita opiniões de Ascoli, Schuchardt (correspondentes à tese do celtismo) e G. Paris (esta favorável ao ponto de vista do A.).

2] Nasalização por consoante nasal seguinte em início de sílaba — Regista-se no Fundão que o *a* "seguido de consoante nasal articulada" é "aberto e ligeiramente nasalado"; casos *cãma*, *pãno* (1898).²⁸⁴

Apêndice: Como vemos a seguir no §7 de 2.2.1.2, regista-se no artigo de Alpedrinha (dados de 1929) que a pronúncia da terminação *-enho(a)* é *ãho(a)* (sendo o *ã*

²⁸³ Temos portanto uma localidade do distrito da Guarda, Pena Lobo, uma do distrito de Coimbra, Padrões, e duas do distrito de Castelo Branco, Cernache e Oleiros.

²⁸⁴ Não se pode reproduzir aqui, mas no texto do artigo os *ã* têm um acento agudo por cima do til, marcando a abertura da vogal.

fechado); este facto atesta também a nasalização de vogal tónica (nomeadamente *a* < *e*) por contacto com consoante nasal seguinte em posição de ataque silábico (nomeadamente *n* palatal).

3] A nasal especificamente tomado — Apenas temos notas sobre este aspecto no Fundão. Assinala-se aí, através de dois casos, a labialização de *ã* tónico por contacto com oclusiva labial; os casos são *moanta* e *boanco* (1898, presumivelmente). Já em *sáto* e *cámpo* (1898), o *ã* é aberto — pelo que podemos supor uma regra: o *ã* tónico dessa localidade é por defeito aberto, labializando-se em contacto com pelo menos oclusiva labial antecedente.²⁸⁵

4] (Não) Velarização de *a* antes de *l* (não) final — No Fundão, faz-se uma nota a referir especificamente a não velarização de *a* num contexto em que na Norma, devido à não existência de outro fenómeno, ela se dá: “O *a* tónico em palavras como *cale*, em que o *l* se apoia num *e* paragógico, não sendo por isso velarizado, não apresenta a velarização que é normal na pronúncia padrão (1898)”.

2.2.1.2. Vogal *e*

1] *E* tónico: labialização e ditongação decrescente — Nas seguintes localidades, o A. registou o fenómeno da labialização de *e* tónico fechado:

1. Fundão. São apresentados os casos: *fazær*, *furvær* (1892); *vær* (1898). Regista-se ainda — e apenas nesta localidade — um caso em que a vogal labializada é também nasalada: *poêma* (sem discriminação de data). A respeito do *e* nasal no Fundão, v. contudo o que se diz a seguir a esta lista.
2. Palvarinho. Só um caso, *vær* (1916).
3. Medelim. Casos *træx*, *sædo*, *dædo*, *pæra* (s.d.).²⁸⁶
4. Proença-a-Velha. Só um caso: mais uma vez *vær* (1933).
5. Vila de Rei. Casos *mædo*, *dædo*, *vær*, *sabær* (1895).

No Fundão, para além da labialização, regista-se a ditongação de *e* tónico fechado: “Por vezes ouve-se, em lugar do som *æ*, um ditongo que o autor regista sob a forma *âi*: *fâino* (= feno), *mâinos* (= menos); nasalado em *mâiza* (= mesa) (s.d.)”. Esta ditongação dá-se também no *e* puramente nasal (i.e. não “nasalado”): “O *e* [nasal] tónico interior aparece ditongado em *âi*, com *a* fechado, em *vâito*, *fazâida*, *câite* (s.d.)”.²⁸⁷

²⁸⁵ Para um caso de *ã* labializado proveniente de *ẽ*, v. a alínea *b* do §5 de 2.2.1.2 a seguir. (Nesse § e no §1 do mesmo ponto registam-se ainda, acompanhados de ditongação, *ã* e *â* correspondentes a *e* nasal e oral etimológicos.)

²⁸⁶ No artigo, estes exs. apresentam um acento circunflexo por cima do *o* de *æ*, que não se pode reproduzir aqui.

²⁸⁷ A respeito da difícil hipótese de termos também registada em Alpedrinha a ditongação *-ẽ- > -âi-*, cf. a seguir o §5, alínea *a*; a respeito do *e* nasal específica e geralmente considerado, cf. o mesmo §5. (— O que se refere no §4 a seguir, a menos que haja, por parte do A., uma intenção subjacente a essa nota de indicar a ausência de labialização de *e* aberto em Alpedrinha, apenas pode relevar para este § de forma mínima e indirecta.)

2] Desenvolvimento de semivogal antes de e tónico — Foi notado o desenvolvimento de semivogal velar entre consoante labial e *é* em várias localidades, de formas diversas:

1. No Fundão, apenas se nota o *ê* e notam-se as consoantes *b*, *f* e *v*. O artigo diz precisamente: “Depois de consoante labial ou lábio-dental e antes de *ê* desenvolveu-se um elemento semivocálico *ũ* em *sabũer*, *precebũer*, *percebũêjo*, *cabũêlo*, *cabũer*, *vũer*, *fũêze*, *fũêvra* (s.d.)”.
2. Em Alpedrinha, apenas se nota o fenómeno com fricativa lábio-dental *e*, tanto quanto se pode perceber, *e* aberto: “Depois das lábio-dentais *f* e *v* e antes de *e* desenvolve-se um elemento semivocálico [w] ²⁸⁸: *v[w]elhos*, *v[w]elha*, *f[w]erro* (1916)”.
3. Em Castelo Branco, nota-se só *ê* e especula-se sobre a consoante que antecede a vogal: “Entre o *e* tónico fechado e a consoante anterior desenvolve-se um elemento semivocálico [w] ²⁸⁹. A respeito das condições em que se dá este fenómeno, em 18[92], o autor observa: «pelo menos junto de labial, como o rapaz de Lavião, que dizia: *Belvũer*, e como no Fundão»: *m[w]êdo*, *v[w]êr* (1892) e *Lam[w]ego* (1933)”.
4. Na Sertã, escreve o artigo: “Entre o *e* tónico, aberto ou fechado, e uma consoante labial precedente (*b*, *p* e *f*) desenvolveu-se uma semivogal [w] ²⁹⁰: *fuêto*, *fruêsta*, *fuêbre*, *puêra*, *buêsta*, *bubuêr*, *puêssego* (s.d.)”. Note-se contudo que, apesar de apenas se referir como consoante antecedente *p*, *b* e *f*, em *fruêsta* o fenómeno está registado depois do grupo *fr-*.

Em Alpedrinha, a par do que já vimos, regista-se um caso em que *é* a semivogal palatal que se desenvolve antes da vogal: *miel* “mel” (1916).

3] Ditongação de e aberto final — Regista-se a ditongação de *é* final em *éi* em Belmonte e Alpedrinha. Casos mencionados para Belmonte: *Jozéi*, *péi*, *féi*, *éi* (1933); casos mencionados para Alpedrinha: *féi*, *péi* (1916), *péi* (1929).

4] E aberto tónico interior sem fenómenos — Em Alpedrinha, faz-se uma nota a identificar especificamente a pronúncia de *é* aberto interior, em dois casos, com a da Norma: “O *e* tónico em meio de palavra pronuncia-se *e* aberto, como na língua padrão, em *térria*, *tésta* (1916)”. É uma nota que não vai contra os fenómenos dos §§ anteriores, podendo-se especular se ela não se deve a uma intenção do A. de, por oposição, delimitar contextualmente algum deles.

5] E nasal especificamente tomado.

a) Tónico — Já vimos no §1 que, no Fundão, se registou (i) um caso de *e* tónico nasalado labializado (em *poêma*), e (ii) várias ocorrências de ditongação, em *ãi* (com o *a*

²⁸⁸ [NB: A obra utiliza agora a letra *u* com o micrón invertido por baixo para representar a semivogal velar, símbolo que não se pode reproduzir aqui.]

²⁸⁹ [Cf. a nota anterior. Em *Belvũer* a seguir, *é* contudo *ũ* que está no texto.]

²⁹⁰ [Cf. as notas anteriores. No caso que estamos a ver, já só se utiliza, nos exemplos, *u* para representar a semivogal.]

fechado), de *e* nasal tónico interior. Para além disto, temos os seguintes factos assinalados.

A respeito de *ẽ* final, dão-se várias realizações na região:

1. Em Alpedrinha, “À terminação gráfica *-em* corresponde a pronúncia *ãi*, como no português normal”; registam-se para a posição tónica os casos *vintãi* e *bãi* (dados de 1929).
2. Já em Cebolais de Cima, o que temos é “*ẽ*, com *e* médio nasal: *bèm*, *bèns*, *vintèm*, *vintèns*” (1916).
3. Em Idanha-a-Nova, dá-se “a pronúncia *eĩ*: *téĩ*, *vintéĩ*, «minh’*mãi téĩ* frio»” (s.d.).

O *ẽ* tónico interior é apenas tratado numa localidade, Alpedrinha; escreve o artigo: “Ao *ẽ* tónico nasal da pronúncia padrão corresponde *ãe* (= *é* nasal aberto?): *tãempo*, *vãento*, *sãempre*” (1929).²⁹¹

Apêndice:

1. Posição interior: Temos um caso transparente de *ẽ* tónico interior aberto em Medelim, no «Texto» transcrito (sem datação no artigo), patente na forma *tèmpo*. É essa a única forma com *e* nasal nesse «Texto», que consiste apenas numa quadra.

2. Posição final: Temos alguns casos de *ẽ* final tónico ou pseudo-tónico (no caso de palavras gramaticais) em exemplos de outros fenómenos ou em «Textos». Na Sertã, “*quẽ*” = ‘quem’, em próclise antes de consoante (1934). Em Penamacor, três casos, na expressão: “Nũ *tei êra nẽ bera nẽ* pé de *figuêra*” (1933; sublinhados meus, itálicos do artigo); observando-se a presença da semivogal antes de vogal (*tei êra*), e a sua ausência antes de consoante (restantes casos). E nos «Textos» do Fundão (que consistem em três quadras), surgem as formas “*tâi c’rôa*” (2.^a quadra, 1892) vs. “tem teu peito” e “Quem me dera” (3.^a quadra, sem datação indicada no artigo); esta terceira quadra, contudo, não será muito valiosa no aspecto linguístico, pois não se apresenta com uma grafia que indique intenções nesse sentido.

b) Átono — Sobre *ẽ* átono interior, temos duas notas:

1. Em Alpedrinha, dados incertos: “Quanto à pronúncia do *ẽ* átono do português normal, o autor regista apenas dois exemplos: *vênder* e *limbrei-me*, no segundo dos quais se apresenta transformado em *ĩ*” (1929).
2. Já na Sertã, a passagem *ẽ* átono > *ĩ* é o que se regista; exs. aduzidos *vinder*, *alimbrar-se*, *stinder*, *arrepinder-se* (1934).

A respeito da posição final temos os seguintes dados:

²⁹¹ Poderíamos questionar-nos se a grafia *ãe* não pode, ao invés, representar a ditongação em [ẽj] da vogal, ao jeito do que foi notado no Fundão; mas, para além do que a ed. nota e do facto de tal hipótese implicar uma mudança de notação, de umas notas para outras, por parte do A., vimos no n.º 1 uma nota, da mesma data e do mesmo local, em que o A. regista com *ãi* a referida pronúncia [ẽj] (nomeadamente para o *ẽ* tónico final) — o que implica, portanto, uma mudança de notação mais rebuscada, pois dar-se-á dentro da mesma localidade. Não nos podemos alongar aqui em considerações sobre esta questão (as notas do Fundão em que se trata a referida ditongação não estão datadas, o que seria sempre um ponto a explorar); mas é evidente que a hipótese aludida se apresenta muito rebuscada, ainda para mais depois do que vemos já a seguir no *Apêndice*.

1. Na Covilhã, *moãi* “moem” (1934) patenteia a ditongação em *ãi* — sendo o *ã* labializado.
2. Em Alpedrinha (1929), como vimos na alínea anterior, refere o artigo que a terminação se pronuncia “*ãi*, como no português normal”; o caso aduzido para a posição átona é *comãi*.
3. Em Vila de Rei, dá-se a subida da vogal: “À terminação gráfica -em átona corresponde a pronúncia *ĩ*: *sábĩ, hómĩ, mórrĩ, déspĩ, fúgi*” (1895).

Em Cebolais de Cima e Idanha-a-Nova, refere-se nos artigos: (i) para a primeira localidade, que “A terminação gráfica -em pronuncia-se *ẽ*, com *e* médio nasal”; (ii) para a segunda, que “Ao -em gráfico final corresponde a pronúncia *ei*”. Mas só são aduzidos casos em que a terminação é tónica (os que vimos na alínea anterior); tratar-se-á de um excesso de generalização na interpretação das notas do A..

Apêndice: Em Alpedrinha, entre várias formas soltas de verbos que o A. registou (1929), encontramos *vivẽi* — contrastando portanto com a nota que se viu.

6] Terminação -elho, -elha — Abordada em Belmonte (1933) e Alpedrinha (1929). Na primeira localidade, a pronúncia é -*êlho*, -*êlha*, i.e. com o *e* fechado; não se aduzem exs.. Em Alpedrinha, diz o artigo: “À terminação gráfica -*elho*, -*elha* umas vezes corresponde a pronúncia *êlho*, *êlha*, com *e* fechado, outras *élho*, *élha*, com *e* aberto: *orêlha*, *têlha* e *télha*, *juêlho*, *vêlho*”. No entanto, só se averbou um exemplo com pronúncia fora do padrão: *télha* (que está até em alternativa com *têlha*, a forma da Norma).

7] Terminação -enho, -enha — Tratada em Alpedrinha (1929); corresponde-lhe a realização com *a* fechado nasal: *lânha*, *tânho*. Cf. também o que se diz no *Apêndice* ao §2 de 2.2.1.1.

2.2.1.3. Vogal i

(*Apêndice*:) Não são feitas notas a respeito desta vogal, mas, em exemplos de outros fenómenos, vêem-se em diversas localidades vários casos da redução (i.e. passagem à vogal neutra ou síncope) de *i* pré-tónico (expectavelmente, a par de vários outros em que o fenómeno não é assinalado): Fundão (*venégre* ‘vinagre’, *rebêro* ‘ribeiro’, *premêro* ‘primeiro’); Cebolais de Cima (*resestim* ‘resisti’²⁹², e diversas formas do verbo ‘querer’: *quejestes*, *q’jérimos*, *q’jéstindes* e *q’jérim*); Idanha-a-Velha (*trérão-nas* ‘tiraram-nas’); Monsanto (*olevêras* ‘oliveiras’); Proença-a-Velha (*peçêrra* ‘piçarra’).

2.2.1.4. Vogal o

A existência do fonema *õ* na região é tratada adiante em 2.2.1.6, §§1 e 2.

²⁹² Aqui, por dissimilação, antes de *í*, contexto em que também na zona da Norma a redução se dá.

1] Redução de o átono final — Foi notada em Proença-a-Velha a redução para “e mudo (ə)” desta vogal, realizada na Norma como [u] / [ʊ]. Exs. aduzidos: *örə* “ouro”, *möquə* “mouco”, *pöquə* “pouco” (1933).

Apêndice: Em duas localidades relativamente distantes — Oleiros e Medelim — temos, em exemplos aduzidos a respeito de outros fenómenos, duas formas que aparentemente patenteiam a redução de o final átono: *Ulérez* ‘Oleiros’ (s.d., Oleiros) e *òvide* ‘ouvido’ (s.d., Medelim).

2] Pronúncia ‘normal’ do o fechado tónico — Na Sertã, assinala-se especificamente: “A pronúncia do o tónico fechado não difere da normal em *fogo*, *porco* (s.d.)”. Nota que terá a ver com a metafonía em palavras do tipo e seus plurais.

3] O nasal — A respeito do tónico, é notado o seu fechamento, para *ũ*, no Fundão (exs. *munte*, *funte*, *cumpro*, *cumpra* (1892)) e em Castelo Branco, referindo aqui o artigo: “Ao *õ* tónico nasal da pronúncia padrão corresponde *ũ*, como em S. Miguel (Açores): *Belmunte* (1892)”. Na Sertã, como vemos a seguir, é notada explicitamente, pelo menos no que respeita a uma palavra específica, a manutenção do timbre da Norma (por oposição ao *õ* átono).

Nota-se também o fechamento do *õ* átono para *ũ*, e em mais localidades: Fundão (correspondendo assim ao tónico), exs. *cumprar*, *cumprava* (1892); Alpedrinha, no caso *cumprar* (1929); Medelim, exs. *cumprar*, *tumböu* (1916); e Sertã, exs. *rumper*, *cumprar*, *pumbinha* — vs. *pômba*, como o artigo nota (1934). Em Monsanto, pelo contrário, “A pronúncia do *õ* átono não difere da normal: *Mônsanto*” (s.d.).

Assinale-se a analogia que o A. estabelece, a respeito do *õ* tónico, com S. Miguel, cujo falar tem destacadas semelhanças com os da área Castelo Branco-Portalegre.

2.2.1.5. Vogal u

1] Palatalização de u.

a) É registada palatalização de *u* tónico nas seguintes terras, da seguinte forma e com os seguintes exemplos:²⁹³

1. Covilhã. Exs. *nü*, *tü*, *lúa*, *túa* (1916); *düra* (com a nota do A. “em flagrante, a uma mulher do povo”; 1934); *crü*, *crúa*, *minüto*, *rúa*, *sürdo*, “etc.” (nota da editora; dados não datados). Refira-se ainda a seguinte nota do autor (1916): “O *ü* não me parece geral; no entanto em *nü*, *tü*, etc., o *ü* é claro”.
2. Fundão. Exs. *lua* (1892); *üva*, *rúa* (1898); *tü*, *tüdo*, *müro* (1916); *azül* (com a nota do A.: “a um indivíduo ilustrado de Alpedrinha e que tem andado por várias terras”; s.d.). Entre parêntesis rectos, a editora acrescenta a seguinte nota do A.: “Na aldeia ouvi em flagrante *tüdo*. Em S. Vicente da Beira, a um padre de lá, ouvi em flagrante *saüde*. A um rapaz de S. Vicente também ouvi *minüto*s. Ainda a cultos se ouve

²⁹³ Deve depreender-se da grafia *ü*, que o autor utiliza amiúde, “leve palatalização” da vogal, como a editora refere para o caso das notas de Penamacor (p. 416).

dizer *ü* na Vila” (s.d.). Segue-se outra nota do A., sem discriminação de datação registada pelo artigo: “Diz o Viana que no Fundão há o *u* sueco (= *u* açoriano)”. Por Viana entenda-se o conhecido linguista (especializado em fonética) Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, amigo de Leite de Vasconcelos.

3. Castelo Branco. Exs. *miro* (1892); *dúas, rúa, lúa* (1916). Nota ainda o artigo: “Em 1933, o autor reafirma que ouviu *ü* «em flagrante», mas não regista exemplos”.
4. Em todos os materiais do concelho de Idanha-a-Nova. Exs.: (i) Idanha-a-Nova, *rúa* (1895)²⁹⁴; (ii) Medelim, *túa* (s.d.), *lúa* (1916); (iii) Idanha-a-Velha, *rúa, fundüra, adüfe* (s.d.); (iv) Monsanto, *lua* (s.d.); (v) Proença-a-Velha, *crúa, rúa, üm* (1933).
5. Cernache do Bonjardim. Ex. *túdo* (1900).²⁹⁵
6. Proença-a-Nova. Exs. *tü, rúa* (s.d.).
7. Vila de Rei. Exs. *dúas, lüz, fündo, münto* (1895).

Como se vê, não é apenas o *u* oral que palataliza: em Proença-a-Velha e Vila de Rei, são dados exemplos com *u* palatal nasal.²⁹⁶

b) Penamacor constitui um caso à parte; escreve a ed.: “Numa nota não datada, o autor apontou *üva, túdo*, com leve palatalização do *u* tónico. No entanto, em 1933 afirma: «não há *ü*»”.

c) Em Belmonte (1933), nota-se especificamente a ausência do fenómeno da palatalização de *u*.²⁹⁷

2] Em Penamacor, nota o artigo que “o autor ouviu um *u* nasalado na expressão «tratar alguém por *tũ*»” (dados de 1933).

2.2.1.6. Ditongos, hiatos

1] Ditongo *ou*.

a) Um dos fenómenos mais característicos da linguagem da região é a realização de um *o* palatal no ditongo tónico *ou*, que por sua vez tem uma tendência geral de monotongação (contextual ou não contextual). Isto está tratado em quase todos os artigos (constituem as exceções Madeirã, Cebolais de Cima e Idanha-a-Velha); dividimos a análise em dois aspectos, que naturalmente se inter-relacionam.

²⁹⁴ No artigo está precisamente: “A vogal *u* apresenta-se palatalizada em *rúa*”. (É a única nota relativa a esta localidade datada de 1895.)

²⁹⁵ Nota do artigo: “Ao *u* tónico da pronúncia normal corresponde *ü* palatalizado em *túdo*”.

²⁹⁶ Sendo que no artigo de Vila de Rei é referido: “O *u* tónico, tanto oral como nasal, é palatalizado [...]”. Nas outras notas, não há este tipo de referência.

²⁹⁷ O fenómeno apenas não é tratado, portanto, nos materiais de Alpedrinha, Oleiros, Madeirã, Cebolais de Cima, Palvarinho e Sertã.

a-1) Existência de o palatal — Podemos inferir a normal existência de *ö* nas seguintes localidades: Fundão (dados de 1898 e 1916), Alpedrinha (1916), Oleiros (s.d.), Castelo Branco (1892, 1916 e 1933), Palvarinho (1916), Idanha-a-Nova (1895 e 1936), Medelim (1916), Monsanto (s.d.), Proença-a-Velha (1933), Cernache do Bonjardim (1900), Proença-a-Nova (1894 e s.d.) e Vila de Rei (1895). Os exemplos são citados em **a-2**.

Nas seguintes localidades, vemos informações heterogêneas:

1. Covilhã. Faz-se a seguinte nota: “Em 1916 o autor observou a monotongação do ditongo *ou* em *ô* (não em *ö*): «não há *ö*»: *pôco*, *ôro*, *ôço*, *sô*, *stô*. Mas em 1891 tinha recolhido «no campo» os seguintes exemplos de *ö*: *môco*, *vö*, *pöco*, *röco*.”
2. Penamacor. Nota do artigo: “Em 1933, o autor observou que o ditongo *ou* se monotongou em *ô* em *ôtro*, e apontou: «não há *ö*». Mas num apontamento não datado encontram-se registadas as formas *ôro*, *pöco*”.
3. Sertã. Escreve-se no artigo: “Numa nota não datada, o autor regista a monotongação do ditongo *ou* em *ö*, em posição interior, e a conservação do ditongo com a vogal palatalizada, *öu*, em posição final: *pöco*, *öve*, *vö* já, *vöu*, *söu*, *andöu*. Contudo, num apontamento datado de 1934, só recolhe exemplos de *ou* monotongado em *ô*, em qualquer posição: *ôro*, *môco*, *andô*, «ê já lá vô»”.

Em Belmonte (1933), assinala-se expressamente a inexistência de o palatal.

Apêndice: Em Cebolais de Cima o fenómeno não é tratado, mas vemos, na conjugação do pretérito perfeito do verbo “andar” que o A. registou (1916), a forma *andö* = ‘andou’, onde se evidencia o o palatal.

a-2) Contextos de monotongação — Em todas as localidades em que o ditongo *ou* é tratado se regista a sua monotongação, que porém não é registada sempre da mesma forma: há variações em posição interior e final de palavra (absoluta ou em próclise).

Foram notadas restrições nas seguintes localidades:

1. Fundão: “O antigo ditongo *ou* aparece monotongado em *ö*, no interior e geralmente também no fim de palavra: *röco*, *pöco*, *ôro*, *côro*, *ôtro*, *öve*, *nöte*, *sö*, *vö* e *vö lá*, *stö* (1898 1916). No entanto, num apontamento de 1916, o autor registou para a posição final, as formas: *döu*, *söu*, *andöu* (a par de «*sö* alto», «*andô* muito»), certamente ouvidas a algum informador”.
2. Alpedrinha: “Em 1916, o autor observou que o ditongo *ou* em próclise se pronuncia *ö* e antes de consoante: «*ândö* mûto», *ôro*. Mas *andöu*, em «*andöu* a cavar»”.
3. Medelim: “O ditongo *ou* tónico monotongou-se em *ö* no início e no interior de palavra. Em posição final pronuncia-se *öu* com uma semivogal muito ténue: *pöco*, *ôro*, *möça*, *tumböü*, *andöü*, *trabalhöü*, *vöü*, *söü*, mas «*sö* de cá», em contraste com «de cá *söü*» (1916)”.²⁹⁸
4. Sertã; nota já transcrita em **a-1**.
5. Proença-a-Nova: “O ditongo *ou* pronuncia-se *öu* em posição final de palavra: *vöu* (1894). Numa nota não datada, o autor regista: *ôro*, *pöco*, com a monotongação do ditongo no interior de palavra em *ö*”.

²⁹⁸ Note-se o caso de *moça*, sem ditongo gráfico, mas todavia de etimologia obscura.

Nas restantes localidades, não são notadas restrições (sendo referida explicitamente a monotongação de *ou* em posição interior ou final em Belmonte e Vila de Rei). Os exemplos do comportamento de *ou* que ainda não vimos são os seguintes:²⁹⁹

1. Belmonte: *môco*, *andô* (1933).
2. Castelo Branco: *pôco* (1892); *pôco*, *ôro*, *sô*, *vô* (1916); *ôve*, *andô* (1933).
3. Palvarinho: *ôça*, *acabô*, *lôça* (1916).
4. Idanha-a-Nova: *pôco* (1895); *ôro*, *môco*, *vô* (1936).
5. Monsanto: *ôro*, *andô* (s.d.).
6. Proença-a-Velha: *ôra* “ouro”, *môqua* “mouco”, *pôqua* “pouco” (1933).
7. Cernache do Bonjardim: *môco*, *pôco* (1900).
8. Vila de Rei: *ôro*, *rôpa*, *trôce*, *sôbe*, *trocô*, *namorô*, *passô*, *acabô* (1895).

b) Em Medelim (s.d.) e Monsanto (s.d.), é comentado o *ou* átono; em ambos os artigos se refere que o ditongo monotonga em “ò médio” (não se apontando restrições de contexto). Exs.: (i) Medelim, *òvir*, *òvide*; (ii) Monsanto, *òvido*, *òlevêras*.

c) Nos materiais da Covilhã, regista-se *roibar* “roubar”, i.e. *oi* por *ou*.

d) No artigo de Oleiros (s.d.), assinala-se o *o* palatal em *dôze*: “A palatalização estende-se à vogal fechada *ô* em *dôze*”. É uma forma que pressupõe um estado prévio *douze*, realização atestada em falares portugueses.

e) Em Oleiros (s.d.), é registada a inserção de um *e* paragógico a seguir a *-ou* tónico, “em posição final e quando não está em próclise”; casos *jantôe*, *voe* por oposição a *oro*, *vô* já.

2] Ditongo *oi*.³⁰⁰

a) A palatalização de *oi*, num processo semelhante ao de *ou*, é tida normalmente como um fenómeno não autónomo, que deve a sua existência a influxo da regular palatalização de *ou*; influxo esse devido à confusão que conhecidamente se verifica, em certos casos, entre os dois ditongos. Temo nos materiais dos *Opúsculos*, contudo, alguns dados interessantes:

1. No Fundão, escreve o artigo: “O ditongo *ôi* apresenta o primeiro elemento palatalizado em *ôito* (s.d.), *dôis*, *bôi* (1892)”.
2. Em Castelo Branco: “Aos ditongos *ôi* [*sic*; como fica claro do contexto, a ed. queria dizer *ôi*] e *ói* da pronúncia normal corresponde sempre *ôi* com um *o* palatalizado: *ôito*, *dôi* (1916)”.
3. Em Medelim: “O ditongo *oi* pronuncia-se *ôi*: *môio*, *dôix*, *bôi* (1916)”.
4. E na Sertã: “O ditongo *oi* pronuncia-se *ôi* em: *fôi*, *bôi*, *nôite* (s.d.)”.

Não se comentou o ditongo *oi*, a este respeito, em mais localidades.

²⁹⁹ Para Oleiros não são dados exemplos, estando referido apenas: “O ditongo *ou* monotongou-se em *ô*.”

³⁰⁰ Para um caso de *oi* por *ou*, ver o § anterior, alínea c.

b) No Fundão, pode ainda verificar-se a inserção de semivogal velar entre *b* e *õi*: “Por vezes, entre *b* e *õi*, o autor registou o desenvolvimento de uma semivogal *ũ*: *bũõi* (s.d.)”. A expressão “por vezes” contrasta com a atestação de apenas um exemplo do fenómeno, que, para todos os efeitos, não está notado em mais nenhum local do distrito.

3] (Não) Quebra do hiato interior *oa* (por meio da semivogal velar) — Em quatro artigos se faz nota a respeito deste fenómeno, referindo-se sempre que ele não se deu: artigos de Belmonte (1933), Covilhã (s.d.), Penamacor (1933) e Monsanto (s.d.). Exs. *Lisbôa* (não *Lisbôua*), *vôa* (não *vôua*), etc..

4] Ditongo *ei*.

a) Monotongação — É registada a monotongação do ditongo *ei* um pouco por toda a região, mas com divergências significativas.

Assim, nas seguintes localidades não se apontam restrições à monotongação:

1. Fundão. Exs. aduzidos *fêto*, *rebêro*, *premêro*, *Janêro* (s.d.); *azête*, *rê* (1892).³⁰¹
2. Idanha-a-Nova. Exs. *Janêro*, *Fevrêro*, *andê* (1936).
3. Monsanto. Exs. *olevêras*, *pêto* (s.d.).
4. Vila de Rei. Ex. *Janêro* (1895).

Nas seguintes, regista-se a conservação do ditongo em posição final, a par da sua monotongação em posição interior:

5. Alpedrinha. Exs. *Janêro*, *Fevrêro*, *afête* (1929), *pêto* (1916); vs. posição final *andêĩ*³⁰², *trabalhêĩ*, *rêĩ* (1916?, 1929? — o artigo não instrui da(s) data(s) de forma inequívoca). Em fonética sintáctica antes de consoante, dá-se a monotongação, tal como em interior de palavra: escreve o artigo precisamente que “No interior da frase, perde-se a semivogal deste ditongo em exemplos como «*andê mûto*», «*nã sê ca disso*» (1916)”.³⁰²
6. Medelim. Exs. *Janêro*, *primêro* (s.d.?); vs. *andei* (s.d.). (Ao contrário de Alpedrinha, o *e* é fechado em qualquer das palavras.)

Nestas localidades, regista-se alternância pura:

7. Covilhã. Exs. *lête*, *primêro* (1891); vs. *ribêira*, *ariêira*, *arêia* (1916) e *Janeiro*, *ceia* (s.d.).
8. Penamacor. Escreve o artigo: “Quanto ao ditongo *ei*, o autor regista *êi*, com *e* fechado, em *êira*, *Janêiro*, *cêia*, *aldêia*, mas depois acrescenta: «O povo também diz: *êra*, *Janêro*, *lête*, *afête*; ‘Nũ tei *êra* nê *bêra* nê pé de *figuêra*’»”. Dados de 1933.

³⁰¹ A nota do artigo refere expressamente: “O ditongo *ei* apresenta-se monotongado, em qualquer posição”.

³⁰² A pronúncia da vogal é tratada na alínea seguinte. Aí se vê também que, antes de consoante palatal, a monotongação tem como resultado em Alpedrinha um *e* aberto.

Na Sertã, nota-se: “O ditongo *ei*, em posição interior ou final, apresenta-se monotongado em *ê* em *Janêro*, *primêro*, «eu *fechê*-nas», «eu *dobrê*-nas», *trabalhê* (1934), *Janêro*, *Fevrêro*, *fêra* (s.d.). Quando está seguido da vogal *a*, o ditongo persistiu e pronuncia-se *éi*: *céia* (1934) e *cêia* (s.d.). (Numa nota de 1936, contudo, o autor recolheu a forma *Janâiro*.)”.³⁰³

Outras localidades apresentam dados mais vagos:

10. Em Idanha-a-Velha, refere-se um caso de posição átona: “O ditongo *ei* aparece monotongado em posição átona em *Salguérel* [*sic*; a ed. queria dizer *Salguêrel*, que é a forma citada, noutra nota do mesmo artigo, a propósito de outro fenómeno]” (s.d.).
11. Em Oleiros: “É possível que o ditongo *ei* se apresente monotongado em *e* aberto; no entanto, apenas dispomos do exemplo *Ulérez* (= Oleiros)” (s.d.).

Finalmente, nas seguintes localidades são feitas notas referindo a não monotongação:

12. Belmonte: “O ditongo *ei* pronuncia-se *éi*, com *e* aberto: *céia*” (1933).
13. Castelo Branco: “O ditongo *ei* pronuncia-se com *e* aberto: *céia*, *chéio* (1933)”.
14. Cernache do Bonjardim: “O ditongo *ei* pronuncia-se *éi*, com *e* aberto: *réi*” (1900).

b) Pronúncia — Em algumas localidades, o A. registou a realização do *e* do ditongo — ou já apenas monotongo — como aberto: Belmonte, Oleiros, Castelo Branco, Sertã, Cernache do Bonjardim e Alpedrinha. Já foram transcritas na alínea anterior as notas dos artigos correspondentes às primeiras cinco terras, onde se vêem os casos especiais de Oleiros (com a dificuldade de generalização que a ed. aponta) e Sertã (cujos dados apresentam um quadro assaz complexo e opaco).

No que toca a Alpedrinha, o *e* aberto é restringido a quando o ditongo é final (contexto em que não se dá a monotongação, como vimos em *a*) ou quando há monotongação, mas antes de consoante palatal. Refere o artigo precisamente para este caso: “Antes de palatal, *ei* reduz-se a *e* aberto: *béjo*, *quéjo*, (1929)”.³⁰³ De resto, o que temos é *e* fechado (e com monotongação): cf. a alínea anterior, onde se citam os restantes exemplos que o artigo aduz a respeito deste traço.

Apêndice geral ao §4: Em exemplos de outros fenómenos ou em «Textos», podem ser vistas nos artigos muitas formas em que está representado, em diferentes realizações, o ditongo *ei*. Essas formas, numa visão de conjunto e à luz das notas dos artigos e do próprio A., não aparentam ser significativas; talvez se possa apenas referir que em Cebolais de Cima e Proença-a-Nova, localidades em que o ditongo *ei* não é tratado, encontramos respectivamente as formas *andê* ‘andei’ (1916) e *Frexéda* ‘Freixada’ (1894), que atestam a monotongação.³⁰⁴

5] Ditongo *eu* — É assinalada a monotongação do ditongo *eu*, em contexto de próclise e tendo como resultado *e* fechado, em várias terras, que compreendem uma vasta

³⁰³ Note-se que apenas são apresentados casos em que a consoante palatal é a fricativa palatal sonora.

³⁰⁴ No segundo caso, o (antigo) ditongo é átono, mas isso não é significativo para o fenómeno.

área: Penamacor (1933), Oleiros (s.d.), Castelo Branco (1933), Medelim (s.d.), Monsanto (s.d.), Fundão (s.d.) e Idanha-a-Nova (1936).

Em todas essas localidades se registam exemplos com o pronome “meu” (i.e. *mê*), sendo que, nas primeiras cinco, apenas são aduzidos exs. do fenómeno por meio dessa forma. No Fundão, registam-se também casos com “eu” (“ê quero”) e “teu” (“tê pai”); e em Idanha-a-Nova, com “eu” (“ê vo”). Note-se ainda que, de todos os exs. do fenómeno, apenas em um o ditongo está antes de vogal: “*mê avô*”, Castelo Branco.

Na Sertã, o artigo nota a conservação do ditongo: “O ditongo *eu* do pronome *meu* em próclise não perde o seu segundo elemento: *mêu*, *mêu* pai (s.d.)”.³⁰⁵ E na Covilhã refere-se, no que parece ser uma generalização da não monotongação: “O ditongo *eu* nos pronomes *meu*, *seu* pronuncia-se *êu*, com *e* fechado (1916)”.

Apêndice: Na Sertã (1934), num exemplo de outro fenómeno, podemos ver a monotongação no pronome *eu*: “ê já lá vô” (sublinhado *meu*, itálico do artigo). Acima, vimos que se registou a conservação do ditongo nesta terra, através do sempre utilizado caso “meu”; pode-se querer ver aqui uma área de alternância do fenómeno.

6] (Não) Ditongo *iu* — Apenas em Castelo Branco se comenta este segmento: “Nem em nomes nem na terminação verbal do perfeito se ouve o ditongo *iu*: *ri-o*, *ti-o*, *fugi-o* (1936)”.

2.2.2. Consonantismo

1] Sibilantes.

a) Sistemas de sibilantes — Afiguram-se terras de convergência do antigo sistema de dois pares de sibilantes pré-dorso-dentais e ápico-alveolares nestas últimas, embora nalgumas apenas tenham sido registados exemplos com a consoante surda (facto que não se apresenta significativo): Alpedrinha (1929), Fundão (1892 e s.d.), Medelim (sem indicação de data no artigo) e, tudo o indica, Penamacor (1933) e Idanha-a-Nova (dados não datados, pelo que se depreende). As notas dos artigos destas duas terras são, respectivamente: “As antigas quatro sibilantes parecem estar reduzidas às apicais: *sinco*, *seis*, *sete*”; “Quanto à pronúncia do *s* e do *c*, *ç* gráficos, parece apenas existir a ápico-alveolar *s*. Mas o autor só regista *sinco*, *seis*, *sete*”. Pode-se colocar a hipótese de o A. estar apenas a atestar uma analogia entre a consoante inicial de ‘cinco’ e a dos dois numerais que se seguem; essa analogia encontra-se atestada no português antigo, como se sabe: v.g. a grafia “simquo”. Todavia, se essa hipótese já parece rebuscada à partida, a nota que veremos adiante para Castelo Branco desfavorecê-la-á decisivamente — e para Idanha-a-Nova temos, como se verá na alínea *b*, registada a articulação apical em final de palavra.

Em sentido oposto, são terras de convergência nas pré-dorsais: Oleiros (s.d.), Sertã (1934), Proença-a-Nova (s.d.) e ainda, num raciocínio análogo ao que fizemos para Idanha-a-Nova e Penamacor, Belmonte (1933). Nesta localidade, pela sua posição geográfica, tal fenómeno pode ser surpreendente; a nota do artigo é a seguinte, onde se vê que cabe aqui uma nota similar à que vimos para Idanha-a-Nova e Penamacor: “As duas sibilantes *s* e *ç* convergem na dorso-dental *ç*: *çinco*, *çeis*, *çete* («ouvi a uma rapariga que nunca saiu de cá»)”.

³⁰⁵ Mais uma vez, só se dispõe de casos com o pronome “meu”.

Nova / Penamacor, indicar a mudança para pré-dorsal, por um lado, e a conservação das apicais, por outro, tem de convir-se que os exemplos não são os melhores.³⁰⁶

Em Castelo Branco não resulta um quadro linear, notando a ed.: “Segundo um apontamento de 1892, as duas antigas fricativas *s* e *ç* estariam reduzidas à ápico-alveolar, *s* (o chamado «*s* beirão»), tanto nas aldeias como na própria cidade de Castelo Branco: «*s* beirão sempre». No entanto, em 1916 e 1933 o autor regista: *çinco*, *çeis*, *çete*, *çapo*, e diz claramente: «Tudo *ç* [não *s* beirão] na cidade e nas aldeias».” Esta nota favorece fortemente, como se referiu, a interpretação que fizemos dos dados de Idanha-a-Nova, Penamacor e Belmonte.

É claro que essa interpretação apenas é dificultada pelo processo histórico das sibilantes portuguesas e consequente carácter transicional que tem a esse respeito a região em consideração: carácter transicional que acabamos por ver nos dados de L. V., inclusive pela alternância de sistemas em Castelo Branco.

Refira-se por último que, no Fundão, o artigo regista, em casos de paragoge, a sonora *z* (i.e. [z]); as sibilantes em posição final, contexto que coloca questões específicas, são tratadas na alínea seguinte.

b) Sibilante final de sílaba (palatalização, paragoge, etc.) — Há grande diversidade de notas a este respeito, com vários factos interessantes.

1. No Fundão, como já foi dito, nota-se a fricativa pré-dorso-dental em contexto de paragoge; diz o artigo precisamente: “Ao *z* gráfico final corresponde a dorso-dental *z* apoiada num *e* paragógico: *cruze*, *nóze* (s.d.)”. Para própria posição final de sílaba, nota o mesmo artigo noutra alínea que “Ao *s* final de sílaba corresponde a ápico-alveolar surda *s* em *basta* e sonora em *nêfga* (s.d.)”; para além disso, ao ter sido referido em alínea anterior que “As duas antigas sibilantes *s* e *ç* confundiram-se na ápico-alveolar *s*: *são*, *sinco*, *sêis* (1892)” acabamos por ter, em *sêis*, *s* final de palavra, sem paragoge, com articulação apical. — São estes dados que levantam muitas questões, a começar pela patente correspondência etimológica <*z*> final = pré-dorso-dental sonora com vogal paragógica ~ <*s*> em coda = ápico-alveolar surda ou sonora consoante o contexto, e sem paragoge; mas não dispomos de mais desenvolvimentos nos materiais. — *Apêndice*: A respeito de outro fenómeno, está registado para esta localidade *fũêze* (i.e. presumivelmente a 3.^a pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo do verbo ‘fazer’; s.d.); mais um caso de aparente paragoge com *z*, portanto.
2. Regista-se também paragoge, a par da realização da fricativa como uma palatal sonora, em Oleiros, concretamente quando o *s* final é antecedido de semivogal palatal; exs. aduzidos *çêje* “seis”, *pôje* “pois”.
3. Em Alpedrinha, regista-se o enfraquecimento e a palatalização contextual da sibilante, em dados mais uma vez algo incompletos; pôde concluir a ed.: “Ao -*s* gráfico final e de fim de sílaba corresponde *f* muito ténue, a não ser quando esta consoante é precedida de [semivogal palatal]; neste caso, o autor regista-a como totalmente palatalizada (*j*): *trej*, *lejma*, *boj*, *noj*, *doij*, *seij*. (Para *cruz*, *luz*, o autor

³⁰⁶ Note-se ainda que Belmonte é a única das quatro localidades de convergência em pré-dorsais em que apenas se menciona no artigo a pré-dorso-dental surda; é sabido que, para um falante de ápico-alveolares, é tipicamente mais fácil articular a pré-dorso-dental surda do que a sonora, mas, como já se viu, também para terras em que foi notada a simplificação na direcção das apicais se atestou apenas o par surdo.

registou as formas *cru*, *lu*, parecendo não ter ouvido qualquer consoante final.)”. Dados de 1929.

4. Em Castelo Branco, assinala-se apenas a assimilação do *s* final a uma sibilante pré-dorso-dental surda seguinte: *trê'çapos* “três sapos” (1933).
5. Em Idanha-a-Nova, terra presumivelmente de ápico-alveolares, como vimos na alínea *a*, regista-se a realização do *s* final como sibilante ápico-alveolar; ex. aduzido *dois* (apontamentos não datados, depreende-se).
6. Já em Medelim, que também é terra de sibilantes ápico-alveolares, nota-se a realização do mesmo *s* final como palatal surda; exs. aduzidos *döix*, *böix* (nota sem data assinalada no artigo). — *Apêndice*: A propósito de outro fenómeno, está registada para esta localidade a forma *træx* (i.e. ‘três’; sem indicação de data no artigo); não se deverá portanto ver nos exemplos aduzidos *döix* e *böix* uma exclusividade da palatalização da sibilante final a seguir a semivogal palatal (deve observar-se que, sendo Medelim terra de ápico-alveolares, se esperaria a realização também ápico-alveolar da sibilante final, como é o normal nas zonas portuguesas de sibilantes exclusivamente ápico-alveolares).
7. Na Sertã, por último, regista-se apenas a coincidência das (antigas) sibilantes finais de sílaba com o dialecto-padrão; exs. *mejma*, *lejma*, *trex textox*, *paxto*, *pax* (s.d.).

2] Confusão *b* / *v* — Em Penamacor (1933) e Castelo Branco (1916) temos as referências de que o A. não observou a passagem *v* > *b*. Na Covilhã (1891) apenas se verifica, “por vezes”, tanto a passagem de *v* a *b* como o oposto; exs. aduzidos *voi*, *binho*. Na restante localidade em que o A. abordou este fenómeno, Fundão, dispomos de dados menos pormenorizados: “Em 1892, o autor nota que a consoante *v* passou a *b* e outras vezes *b* passou a *v*, mas não regista exemplos”.

Apêndice: Na Sertã, a respeito de outro fenómeno, regista-se a forma *tîbe* (1.^a pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo do verbo ‘ter’; 1934), que é um caso de betacismo.

3] Africada palatal surda — Em Proença-a-Nova, o A. não ouviu a africada *ch*. Nas seguintes localidades notou o fonema, da seguinte forma:

1. Fundão. Refere o A., tal como citado pela ed., que o fonema “se vai perdendo”, acrescentando que “Todavia *ch* existe”. Exs. aduzidos *chapa*, *sacho*. Dados de 1892.
2. Alpedrinha. Diz o artigo que “Num apontamento sem data, o autor afirma a existência da africada palatal surda *ch*, mas não regista exemplos”.
3. Também se regista a africada em Penamacor. Ex. aduzido *chave* (1933).
4. Em Castelo Branco, “em 1916 o autor diz: «ouve-se *ch*»; mas em 1933 diz que a conservação desse fonema «não é geral”.
5. Por último, em Palvarinho temos mais um caso em que, sem registar exemplos, o A. assinalou a conservação da africada. Dados de 1916.

4] Paragoge de *a* em vibrante — Em Vila de Rei (1895) assinala-se, nas palavras *doutora* e *pintora*, e em contexto de pausa, a paragoge de um *a* fechado (as palavras citadas estão portanto no género masculino).

5] *Apêndice a 2.2.2: paragógica de líquida* — Os factos vistos atrás no §4 de 2.2.1.1 atestam também a inserção de “um e paragógico”, a seguir a *l*, no Fundão.

2.3. Morfologia

1] Pronomes.

a) Foram notadas as chamadas formas reforçadas dos demonstrativos:

1. No Fundão: *aqueste, aquesta, aquisso* (1916).
2. Em Castelo Branco: *aqueste* (1916). “Em flagrante”, como escreve o A..
3. Em Idanha-a-Velha: *aquéssa, aquisso* (s.d.).
4. E em Monsanto: *aquisso* (s.d.).

b) O A. registou formas do tipo de *asqueles* “aqueles”:

1. Na Covilhã: *asqueles, asqueles* — “mas não *asquilo*”, como nota o artigo. Dados de 1934, supõe-se.³⁰⁷
2. E em Penamacor, onde vemos o contraste com o singular e a possibilidade de as formas surgirem aglutinadas à preposição “de”; diz o artigo: “Regista-se o emprego das formas *asqueles* e *asqueles*: «uma *dasqueles* pedras»; mas *aquel*, no singular”. Dados de 1933.

2] **Nomes** — Não há muita informação significativa a este respeito nos materiais. Em Belmonte (1933), nota-se que “noitibó” é uma palavra do género feminino; como cita a ed., “uma *noitibó*”, assinalou o A..

Em Cebolais de Cima, temos duas notas sobre plurais nasais:

1. Sobre o plural dos nomes em *-ão*, é dito pelo artigo: “Os nomes terminados em *-ão* têm o plural terminado em *òns*, com o aberto”. Acrescenta-se: “Como diz o autor, trata-se de plurais formados na época em que se dizia no singular *-om*, e o plural regularizou-se com o acrescentamento de um simples *s*”. Apontamentos de 1916.
2. Em segundo lugar, nota também o artigo: “O plural de *vintèm* é *vintèns*, de *bèm*, *bèns*, e de *mõe*, *mões*”.

3] Verbos.

a) **Perfeitos nasalados** — Nota-se a nasalação de formas do pretérito perfeito do indicativo em várias localidades, com vários tipos de notas:

³⁰⁷ No texto do artigo está 1933, o que será um lapso: na referência inicial do artigo sobre as datas das notas, vemos que apenas há notas datadas de 1891, 1916 e 1934, ao que se acrescentam outras não datadas; no corpo do artigo, também não há notas com a referência de 1933.

1. Madeirã. Escreve aqui o artigo que “A terminação *-ĩ* da 1.^a pessoa do perfeito dos verbos aparece nasalada: *vim* (= vi), *ouvim* (= ouvi), *sentim* (= senti)” (s.d.).
2. Castelo Branco. “Observam-se nasalações do *i*, tanto nas terminações como no interior de formas verbais: *dĩsse, fuĩ, vĩ* (= vi) (1916), *corrĩ, vĩ* (= vi) (1933)”.
3. Cebolais de Cima. “A vogal *i* tónica final da primeira pessoa dos perfeitos apresenta-se nasalada: *morrĩm, resestĩm, partĩm*. Também aparece nasalada a vogal tónica de *quĩs, tĩve, fuĩ, stĩve, etc.*”. Dados de 1916. — *Apêndice*: Nas formas soltas de verbos registadas nesta localidade (cf. adiante alínea *e*; dados de 1916), vemos ainda os casos — sempre apenas na 1.^a pessoa — *buĩm* (de ‘beber’), *partĩm* (mais uma vez; de ‘partir’), e *puns* (de ‘pôr’). Nota-se a ausência do fenómeno nas formas *quis* (de ‘querer’) e *andê* (de ‘andar’, verbo da primeira conjugação; voltaremos à questão da conjugação dos verbos).
4. Sertã. “A vogal tónica da 1.^a pessoa dos perfeitos aparece-nos nasalada, quer se encontre em posição final, quer se encontre em posição interior: *comĩ, bubĩ, fũĩ, quĩs, tĩbe, dĩsse* (1934)”.
5. Proença-a-Nova. “Observam-se nasalações da 1.^a pessoa do singular dos perfeitos: eu *trũce*, eu *vĩ* (= vi), eu *quĩs* (mas ele *quis*), eu *fuĩ*, eu *võm*” (dados não datados, presume-se). Note-se a forma *võm*, que é presente e não perfeito.
6. Vila de Rei. “A vogal tónica *i* da 1.^a pessoa do singular de certos perfeitos aparece-nos nasalada tanto quando se encontra em posição final como quando é interior: *screvĩ, perdĩ, dormĩ, dĩsse, fĩz, quĩx*” (1895).

Como se vê, com a excepção do caso *stĩve* (Cebolais), de ‘estar’, que é verbo irregular e pode sofrer influxo de *tĩve*, de ‘ter’ (forma aliás representada na mesma localidade), não se registaram casos com verbos da 1.^a conjugação.

b) Terminação *-am* — O A. assinalou na região a passagem *-am > -im* na 3.^a pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo: em Proença-a-Nova, através da forma *andarim* (s.d., depreende-se); e na Covilhã, através de *cantárim* e *cortárim* (1934).

Já em Oleiros (s.d.), não parece haver fenómenos nesta terminação, i. é, a sua pronúncia é notada como correspondendo à da Norma.

Apêndice: 1) Como se pode ver na alínea *e* a seguir, registam-se em alguns artigos formas verbais soltas; em algumas se vêem factos relacionados com esta alínea. Em Cebolais de Cima, por um lado, em todas as cinco conjugações do pret. perf. assinaladas pelo A. a terminação *-am* surge como *-im*; temos ainda registos dessa terminação em Fundão e Alpedrinha, mas aí a realização corresponde à Norma: *andêrão* no Fundão, *forão* e *vivêrão* em Alpedrinha. — 2) Também temos a mesma realização da Norma no caso *trêrão-nas* = ‘tiraram-nas’, Idanha-a-Velha (s.d.), aduzido a respeito de outro traço.

O que temos aqui é, evidentemente, o fenómeno dialectal da convergência das terminações átonas verbais *-am* e *-em* nesta última (realizada como [ẽj], [ẽj]/[ẽ] ou [ĩ]), em todos os tempos e modos (e que o A. refere na *Esquisse*, mas apenas no distrito de Portalegre e em Trás-os-Montes: cf. Vasconcelos 1901 (1970:114 & 86)).

c) Formas em *-ndêis* — Em Alpedrinha, regista-se como “muito frequente” (palavras do artigo, sem citação directa do A.) a terminação da 2.^a pessoa do plural ser *-ndêis*; exs. aduzidos *partindêis, trabalhandêis, vendendêis, tendêis, vindêis* (1916).

Apêndice: Há mais exemplos nas formas soltas de verbos notadas nesta localidade, sitas na alínea *e* a seguir. Poderão também relevar, de forma negativa (uma vez que não

vemos aí o fenómeno), as formas da 2.^a pessoa do plural registadas em outras localidades: Penamacor e Cebolais.

d) Mais-que-perfeito por perfeito — O artigo da Covilhã faz a seguinte nota: “A 1.^a pessoa do plural dos pretéritos termina em *-áramos*, *-ôramos*, *-íramos* em *andáramos*, *víramos* (1916), *creáramos* (1934), *andáramos*, *fôramos* (s.d.)”. O que isso quer dizer é que se regista na Covilhã a substituição do pretérito perfeito do indicativo pelo mais-que-perfeito na 1.^a pessoa do plural, fenómeno conhecido para a região (e que Leite de Vasconcelos já tinha notado, entre outros trabalhos, na *Esquisse*, embora para outras regiões: cf. Vasconcelos 1901 (1970:112)).

Apêndice: Nas formas soltas de verbos registadas em várias localidades (v. a seguir alínea **e**) temos, em Cebolais (1916), o mesmo fenómeno em todos os verbos; sendo os casos concretamente: *andárimos* ‘andámos’, *buêrimos* ‘bebemos’, *partírimos* ‘partimos’, *pujérimos* ‘pusemos’, e *q’jérimos* ‘quisemos’. Não se deve estranhar a realização *-rimos*, que será forma intermédia entre *-ramos* e *-rmos*; esta última é registada pelo A. — mesmo como a forma principal do fenómeno — no passo citado da *Esquisse*.

e) Formas e conjugações soltas — Em 6 artigos se registam formas ou conjugações verbais soltas, sem qualquer comentário.

1. Covilhã. Do verbo ‘trazer’: *trazer*, *traquer*, *truixe* (1891).
2. Fundão. Do verbo ‘andar’: *andive*, *andêste*, *andérão* (s.d.).
3. Alpedrinha. Dos verbos: (i) ‘dormir’: *dormiréi*, *dormirás*, *dormiremos*, *dormirandêis*, *dormirão* (1916); (ii) ‘ser’: *sô*, *és*, *sâmos*, *sândêis*, *são*; *erâis*; *fui*, *fostes*, *fôî*, *fomos*, *fostâis*, *forão* (1916); (iii) ‘viver’: *vivo*, *vivêi*; *vivêrão* (1929); e (iv) ‘haver’: *hê*, *has*, *hamos*, *heis* (1916).
4. Penamacor. Apenas formas da 2.^a pessoa do plural do presente do indicativo, todas registadas em interrogativas directas; escreveu o A., tal como citado pela ed.: “onde vandes vós?” (= ‘ides’); “que standeis a fazer?” (= ‘estais’); e “donde sandeis vós?” (= ‘sois’). Notas de 1933.
5. Castelo Branco. Do verbo ‘beber’: *buí* (= ‘bebi’), *buer* (= ‘beber’). Dados de 1916.
6. Cebolais de Cima. Dos verbos: (i) ‘andar’: *andê*, *andastes*, *andô*, *andárimos*, *andástindes*, *andárim*; (ii) ‘beber’: *buím*, *buêstes*, *buêu*, *buêrimos*, *buêstindes*, *buêrim*; (iii) ‘partir’: *partim*, *partistes*, *partiu*, *partírimos*, *partístindes*, *partírim*; (iv) ‘pôr’: *puns*, *pujestes*, *pôs*, *pujérimos*, *pujéstindes*, *pujérim*; (v) ‘querer’: *quis*, *quejestes*, *quis*, *q’jérimos*, *q’jéstindes*, *q’jérim*. Materiais de 1916.

Vemos nestas formas soltas muitos fenómenos, quer explícitos quer implícitos (alguns estão tratados pelo A. na *Esquisse*, cf. p. 109 ss. da 2.^a ed.); as principais contribuições dessas formas para os fenómenos que são tratados nos artigos estão colocadas em *Apêndice* aos respectivos §§ ou alíneas.

Assinale-se apenas a forma *traquer*, registada a par de *trazer* (Covilhã), e que já vimos ser um dos traços — o único de morfologia — que o A. destacou para o “sub-dialecto *baixo-beirão*” na sua *Esquisse*; como também foi visto, o A. vê a origem da

forma em ‘trago’, da 1.^a pessoa do presente do indicativo: cf. Vasconcelos 1901 (1970:117)³⁰⁸.

4/ Apêndice 1.^o a 2.3. — Nos artigos de Alpedrinha (2x, casos diferentes; data de ambos: 1916) e Vila de Rei (1895) podemos ver, na exemplificação de outros traços, a redução do ditongo em ‘muito’: grafa-se concretamente *mũto* na segunda localidade e *mũto* na primeira.³¹⁰

5/ Apêndice 2.^o a 2.3. — Em «Textos» ou em exemplos aduzidos acerca de outros fenómenos, são patentes nos materiais diferentes realizações do advérbio ‘não’ em próclise: (i) no Fundão (sem indicação de data no artigo), regista-se a forma *nu* (“nu’ha” = ‘não há’); (ii) em Penamacor (1933), assinala-se *nũ* (“Nũ tei” = ‘Não tem’); e (iii) em Alpedrinha (1916) e Oleiros (s.d.), há *nã* (“nã sê” = ‘não sei’ no primeiro caso, “Nã quero”, 2x (dois versos seguidos de uma quadra), no segundo).

2.4. *Sintaxe*

1] Preposição *a* em locativos — Em Castelo Branco (apontamento de 1933, depreende-se) o A. nota, citado pela ed.: “Usa-se a preposição *a* para indicar sítios”, acrescentando: “Informe-me e também vi o seguinte no jornal *Acção Regional* (Castelo Branco), de 17 de Setembro de 1925:

Arrendam-se no conjunto ou em separado os seguintes prédios:

- Terra com oliveiras, sobreiros e vinha, à *Rafeira*;
- Terra com oliveiras, ao *Pereiro*;
- Terra com oliveiras, à *Quinta* das Pinas;
- Chão com oliveiras, às *Hortas* do Ribeiro, etc.”

2] Dos artigos de Castelo Branco e Idanha-a-Velha constam notas sobre um facto que é de natureza fundamentalmente lexical (já vimos que os materiais considerados lexicais foram na edição tratados e colocados à parte), mas que não deixa de ter algum interesse sintáctico.³¹¹ Escreve-se no artigo de Castelo Branco: “A expressão «ir ver de» emprega-se no sentido de «procurar»: «vai ver d’ele», «vai ver do chapéu» (1933). «Em Castelo Branco e no Fundão»”; e em Idanha-a-Velha: “A expressão «ir a ver dela» significa: ir saber dela. O autor diz: «cf. saber dele (*dele* é o respeito)»” (s.d.).

³⁰⁸ Nos *Opúsculos*, I, 569-572, na nota «Trazer, Trager, e Trager» (que, como lá é indicado, é uma reedição da *Revista Lusitana*, II, 269-271 e 349), o A. trata de forma pormenorizada a origem de várias formas problemáticas do paradigma do verbo literário ‘trazer’, entre as quais *trager*, sobre cuja origem a perspectiva é a mesma da da *Esquisse*.

³⁰⁹ As formas *andéste* e *andérão*, do Fundão, não se apresentam como contributo significativo para o específico fenómeno da palatalização de *á* em *é*. Ou representam o que Vasconcelos 1901 (1970) regista, respectivamente, nas págs. 111 e 114 noutros verbos e noutra região (Trás-os-Montes), ou representam influxo de outras passagens *a > e* que se dão nos verbos em dialectos portugueses, incluindo os da região (cf. e.g. Vasconcelos 1901 (1970:109 ss.)); podem ainda representar hiper-correcções (p. ex. da palatalização do *á*, que tem um forte carácter marcado), etc..

³¹⁰ Podem interessar os contextos em que se registam as formas: (i) em Alpedrinha, “*andê* mũto” e “*ândõ* mũto”; (ii) em Vila de Rei, não se indica contexto. (Não se vê aqui o factor próclise, portanto.)

³¹¹ Tanto assim é que a ed. coloca a nota de Castelo Branco debaixo da designação de «Léxico», e a de Idanha-a-Velha debaixo da de «Sintaxe». Todos sabemos da interacção que há entre as diferentes áreas da gramática e quão difícil é por vezes classificar um facto linguístico como pertencendo a uma específica área gramatical.

3) Apêndice a 2.4. — Acabámos de ver notada em Idanha-a-Velha a expressão “ir a ver dela”, onde podemos registar a preposição “a” antecedendo o infinitivo complemento de “ir”.

2.5. Nota final

Apesar de o Sueste da Beira ser das regiões menos estudadas, ao nível linguístico, por Leite de Vasconcelos, o contributo do fundador da dialectologia científica portuguesa para o conhecimento da linguagem da região é, notoriamente, da maior importância.

Os seus materiais — únicos, pela sua dimensão, para o período que vai dos fins do século XIX até praticamente à época do Inquérito Linguístico Boléo (1940') — mostram-nos os principais fenómenos linguísticos que têm sido apontados para a linguagem da região — posto que o façam numa perspectiva *genérica e semi-vaga*, i.e. sem preocupações cartográficas. Se, por exemplo, confrontarmos a lista dos traços mais salientes apresentada por Segura / Saramago 2001:226-227 para a região sub-dialectal de Castelo Branco-Portalegre, vemos todos esses traços, em maior ou menor medida, notados pelo A. na zona; o problema está na “maior ou menor medida”, pois o volume de informação é heterogéneo. De facto, a ausência de um questionário tanto quanto possível uniforme e a falta de sistematicidade e abrangência metódica de recolha de dados (tanto ao nível linguístico como geográfico) são pechas do método dialectológico de Leite de Vasconcelos; pechas contudo correntes ao tempo, apesar de a Geografia Linguística ser já da sua época (mas tardiamente, o que se deve ressaltar). Assim, o que temos são dados que nos permitem dizer que determinado fenómeno existe em determinada região, embora sem ir ao detalhe; por vezes mesmo, para fenómenos mais complexos, os materiais também não chegam para uma descrição gramatical completa (embora neste caso a sensibilidade de quem faz a recolha seja frequentemente mais importante do que qualquer tipo de método pré-determinado).

Seja como for, a extraordinária qualidade científica do A. confere a correspondente qualidade científica aos seus dados; isso está bem visível nas vastas similaridades, explícitas ou implícitas, e tanto ao nível do panorama como do pormenor, que se podem encontrar entre as informações que o ALEPG e todas as fontes dialectológicas em geral nos possibilitam e as informações que o A. foi de sua iniciativa recolhendo.³¹² A inteligência dos factos, a precisão técnica e a agudez interpretativa, num pioneiro deste tipo de trabalho, chegam a ser impressionantes. A qualidade dos materiais que vimos é, aliás, um dos melhores argumentos que podem existir a favor do valor científico por que L. de Vasconcelos é conhecido: já ao nível das meras notas de campo, das impressões tiradas ao sabor da ocasião, o A. apresenta índices de falha muito reduzidos. A *invasão de privacidade* que, ao consultar os materiais, fazemos — invasão muito da vontade do A., como se sabe — acaba por mostrar também isso.

³¹² No texto do **Capítulo I** atrás, onde se faz a descrição da linguagem contemporânea do SE da Beira, podemos ver as várias semelhanças que, a respeito de fenómenos linguísticos específicos, fomos encontrando entre os dados de LV e todos os outros que utilizámos. Também já no ponto **I** deste **Anexo** foi possível constatar, a partir das propostas de classificação dos dialectos portugueses de Leite de Vasconcelos (ou seja, da sua visão de panorama daqueles dialectos), que desde sempre ele conheceu o lugar destacado que a linguagem do SE da Beira tem no fundo dialectológico português.

CAPÍTULO II

LINGUAGEM ANTIGA DO SUESTE DA BEIRA

Faz-se neste capítulo um estudo da linguagem antiga (i. é, medieval) do Sueste Beirão. Para tal, parte-se de um *corpus* de documentos dos séculos XIII e XIV produzidos na região, editado na **Secção A**; na **Secção B**, procede-se ao estudo linguístico respectivo.

SECÇÃO A

Edição de documentos antigos do Sueste da Beira

A. Introdução

1. Notícia da edição e do *corpus*

Editam-se aqui 99 documentos tabeliônicos produzidos no actual distrito de Castelo Branco nos sécs. XIII e XIV, numa prossecução genérica do caminho trilhado por Maia 1986 e Martins 1994 e 2001, tal como nesta última referência é apontado:

Os documentos [publicados na obra] (...) formam uma colecção organizada de modo a constituir uma base de trabalho para estudos de linguística histórica, possibilitando enfoques comparativos de pendores diversos. Juntamente com os documentos da mesma natureza publicados por Clarinda de Azevedo Maia (1986) — 136 documentos da Galiza e 32 do Noroeste de Portugal — são um contributo para o preenchimento de um espaço deficitário no domínio da Filologia Portuguesa, o da edição de textos não literários de proveniência regional diversa. (*Martins 2001:13*)

Estudaremos adiante os aspectos linguísticos e ortográficos que se apresentam de interesse para o foco deste trabalho; agora, damos uma notícia pormenorizada da natureza da edição e dos documentos que a compõem.

1] Todos os documentos estão a cargo do Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo. Pertencem à colecção da Ordem de Avis e fazem parte de um conjunto de 1986 docs. enviados da Repartição de Finanças de Portalegre (em data obscura, questão que veremos), sendo por isso designado de Núcleo Procedente da Repartição de Finanças de Portalegre. Esse conjunto documental está organizado em 20 maços, tendo sido sumarizados os primeiros 9 e parte do 10.º, ou seja, do doc. 1 ao 850.³¹³

No âmbito dos objectivos do plano de trabalhos desta dissertação, e consequentemente da disponibilidade que ele condiciona, foi pesquisada apenas a documentação sumarizada, tendo sido recolhidos todos os documentos que podem ser apontados, com certeza, como tendo sido produzidos na região que aqui se estuda (a região está indicada atrás nas **Notas Prévias**, §1).

Os 99 documentos resultantes, que não constituem um conjunto linear no arquivo (i. é, não estão todos juntos na disposição e consequentemente na numeração atribuída pelo arquivo: antes pelo contrário), formam o único *corpus* conhecido, com dimensão significativa, de documentação medieval produzida localmente no Sueste Beirão; e a sua origem primeira, apesar de não nos ser aqui do máximo interesse — pois temos a tipologia e a localização bem definidas —, merece uma nota especial. Uma mera leitura dos seus sumários deixa perceber que quase todos têm carácter particular, representando actos de e entre indivíduos / famílias específico(a)s, como vendas, escambos, testamentos, etc., e envolvendo bens que não pertencem à Ordem de Avis. Ou seja: não têm,

³¹³ Os sumários foram feitos pelo conservador da Torre do Tombo Mário Alberto Nunes Costa, nos anos de 1951 a 56.

aparentemente, interesse directo para a Ordem de Avis, a cujo fundo pertencem. As excepções são os documentos 73, 74, 75 e 83.

Parte desses documentos de carácter particular é imediatamente relacionável com a família — mais precisamente com os irmãos e antecedentes — de D. Fernão Rodrigues de Sequeira, último Mestre eleito de Avis (e que exerceu de 1387 a 1433 ³¹⁴). Isso partindo precisamente do último doc. do *corpus*, que é um testamento da sua mãe, e depois andando para trás no tempo, em que se pode ver o desfilar dos seus antepassados. É neste fundo documental que Castelo Branco 1974, fazendo a genealogia do referido mestre de Avis, se baseia, conseguindo utilizar muitos dos documentos que aqui se publicam. Uma das suas conclusões tem-nos interesse directo:

Os documentos que servi[r]am de base ao Esquema Genealógico pertencem [...] ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, para onde foram transferidos da Direcção de Finanças de Portalegre.

No entanto é evidente que, embora incluídos na Colecção designada por Ordem de Avis, não dizem respeito ao seu Convento, pois consistem de alguns testamentos e, de dezenas de cartas de venda, doação, escambo e quitação entre particulares e, relativas a bens que não pertenciam nem vieram a pertencer à Ordem.

Então de que se trata afinal? A resposta aparece-nos sem grande esforço de imaginação. Estes documentos eram pertença particular do 24.º Mestre da Ordem de Avis, D. Fr. Fernando Rodrigues de Sequeira e, diziam respeito ao seu património, isto é, constituíam uma colecção de papeis da sua família, legitimando a posse que haviam de determinados bens, situados em especial na vila e termo de S. Vicente da Beira. ³¹⁵ (C. Branco 1974:71-72)

Quase tudo o que o A. refere está certo. No seguimento dele, podemos dizer:

1. É claro, pelas suas características, que os documentos em que vemos desfilar os antepassados de D. Fernão Rodrigues de Sequeira (o seu pai, Rodrigo Eanes, é quem mais aparece representado no *corpus*) representam um seu arquivo particular, i.e. um arquivo de diplomas da sua família com fins práticos evidentes. ³¹⁶
2. Os outros documentos que, tendo as mesmas características — repetindo-se as personagens em vários deles e dizendo respeito à mesma região —, não se conseguiram, até agora, relacionar com Fernão Rodrigues (que são principalmente os mais antigos) pertencem, com toda a probabilidade, ao mesmo arquivo (para além de todas as outras razões, seria difícil explicar a sua inclusão, junto aos outros, nos fundos de Avis). Serão: a) documentos que, não reportando a indivíduos da mesma família, foram no entanto considerados ter algum interesse para essa família

³¹⁴ Cf. a respeito da biografia desse mestre Oliveira 2009:238-248, onde é referido que o apelido “de Sequeira” se trata somente de um enxerto, tardio, ao nome original: Fernão Rodrigues. Esse enxerto teria sido promovido pelo próprio Fernão Rodrigues ou por próximos para rever as origens modestas (não fidalgas) do mestre.

³¹⁵ “Além dos documentos mencionados neste trabalho (e, são umas dezenas), existem muitos outros na referida colecção, que suponho igualmente respeitantes ao património do Mestre na vila de S. Vicente da Beira e seu termo.”

³¹⁶ A respeito da presença de Rodrigo Eanes no *corpus* note-se, como curiosidade, que ele surge pela primeira vez no doc. 30; daí para a frente, aparece como interessado directo em todos os docs. excepto: 33-36, 38, 40, 42, 55, 57, 61, 67, 70, 77, 97, 98 e 99 (para além dos já mencionados 73-75 e 83). O pai de D. Fernão Rodrigues de Sequeira desenvolveu uma política sistemática de aquisição de propriedades na região, aumentando consideravelmente o património da sua família; Silva 2006 estuda e faz uma sistematização dessas aquisições. Já o último mestre eleito de Avis apenas aparece referido no testamento da sua mãe.

(em princípio na sequência de uma colação, habitual na época, dos documentos aos prédios a que diziam respeito, i.e. no acto de venda de um prédio podiam ser entregados ao comprador os documentos referentes a esse prédio que o vendedor guardava); ou b) documentos que dizem efectivamente respeito directo à família de Rodrigues de Sequeira, mas apenas é mais difícil estabelecer neles essa relação genealógica.³¹⁷

3. Por último: porque é que os documentos foram incorporados nos fundos da Ordem de Avis, se dizem respeito a particulares? Porque, como é sabido, D. Fernão Rodrigues de Sequeira anexou os referidos bens aos da Ordem quando foi eleito Mestre, em 03/X/1387 (cf. e.g. Silva 2006, esp. p. 22).³¹⁸

2] Dado que não foi possível abranger a documentação não sumarizada, terá de se deixar em aberto a questão da presença de documentos medievais (o alvo da dissertação) produzidos no Sueste da Beira nos restantes 10 maços. Não deixarei contudo de fazer algumas notas elementares a respeito do assunto, que permitem criar expectativas do que será a sua resolução e permitem, também, abordar a questão lata da documentação medieval do SE Beirão tomada em sentido geral.

Primeiramente, notarei de forma lateral que, num par de investidas relativamente superficiais e sem preocupação sistemática que fiz nos documentos não sumarizados, não encontrei nenhum produzido na região-alvo.

Notar-se-á também que a organização dos documentos nos 10 primeiros maços segue globalmente uma ordem cronológica linear (i. é, avançando dos docs. mais antigos para os menos antigos). Deve contudo ter-se presente que essa organização cronológica é uma imagem que se aplica apenas ao grande quadro do conjunto documental, pois há inúmeras excepções ao procedimento (que poderemos qualificar de ‘geral’). Combate-o sobretudo o facto, que de forma nenhuma é de estranhar, de poderem aparecer juntos documentos que, sendo afastados na data, são todavia próximos nalgum tipo de contexto (como por exemplo bulas papais respeitantes a direitos da Ordem).

No pouco que vi da restante documentação, ela seguia o mesmo processo (mais uma vez, de forma apenas genérica).³¹⁹ Especificamente, pode interessar dizer que o doc. 850, o último sumarizado, é de 14/I/1469; o maço a que esse doc. pertence, o 10, vai até ao doc. 912, e tem como padrão documentos do séc. XV. O maço que se segue continua o avanço cronológico e tem como padrão documentos do séc. XVI. Já o último maço, o 20, tem como padrão claramente as primeiras décadas do século XIX (numa busca não

³¹⁷ Não aprofundaremos aqui esse assunto, porque foge ao que nos ocupa e pode haver mais documentos no mesmo fundo documental que, não sendo alvo da presente edição, podem dar informações importantes a esse respeito (como por exemplo documentos em latim de tabeliães aqui representados, de que, prontamente, posso referir pelo menos um caso: o doc. classificado na colecção com o n.º 257, do tabelião Pedro Moniz).

³¹⁸ Refiro lateralmente que o doc. 851, já integrando o lote dos não sumarizados e por isso pouco conhecidos, é um bom exemplo desta questão. Trata-se de uma carta de emprazamento, dada em Lisboa a 26/VI/1469 e assinada pelo Príncipe D. João, governador do mestrado de Avis, de certos bens que a Ordem tem “em S. Vicente da Beira e seu termo e fora dela” que foram de D. Fernão Rodrigues de Sequeira; o emprazamento é feito a “monde anes” Castanheira, escudeiro e morador nessa vila, sendo esses bens referidos como integrantes do “património” de Rodrigues Sequeira. Veja-se a seguinte passagem, do início do texto (com transcrição literal, mas sem notar os desenvolvimentos nem as mudanças de linha): “[...] perante nos pareceo monde anes castinheira / escudeiro morador ã a nossa villa de ssam viçente da beira . // pedindonos que a nos prouesse lhe enprazarmos . / hũus bẽes que nos E a dicta hordem teemos ã a dicta villa de ssam vicente e sseu termo E fora della . / que ssom do patrimoneo de dom frey ffernã Rodriguiz . / meestre que foy da dicta hordem [...]”.

³¹⁹ O prof. Luís Filipe Oliveira, que também percorreu esta documentação, pôde confirmar-me o facto.

exaustiva, vi apenas documentos balizados entre 1799 e 1830); é constituído, pelo menos predominantemente, por alvarás régios empossando indivíduos na Ordem, seguidos das certidões confirmativas relevantes³²⁰.

A origem do Núcleo Documental Procedente da Repartição de Finanças de Portalegre também tem interesse para este assunto. Ao contrário de todos os outros fundos que integram a colecção da Ordem de Avis, não se sabe quando esse foi incorporado na Torre do Tombo; sabemos contudo que já lá estaria em 1951, pois, como vimos, os sumários foram feitos entre 1951 e 1956 por um conservador da Torre. Consultando o Arquivo da Torre do Tombo, chega-se à conclusão de que há duas principais hipóteses:

1. Nas palavras do próprio Arquivo (na sequência de um pedido de informação que lhe dirigi), sabemos que “Em 1861, a 21 de Outubro, por ofício do Governador Civil de Portalegre, foi remetida a relação dos documentos anteriores a 1600, do extinto convento de S. Bento de Avis, a serem entregues na Torre do Tombo, em virtude do disposto na Portaria do Ministério do Reino de 8 de Maio de 1856. Remessa essa com a referida relação dos caixotes, volumes e designações dos papéis que continham, num total [de] 2 caixotes com 12 volumes.” Apresenta-se naturalmente provável que o fundo tenha vindo na sequência imediata desse ofício — é essa, aliás, a hipótese para que o Arquivo se inclina.
2. Outra hipótese é considerar que a documentação veio em 1938, o ano em que o Arquivo Distrital de Portalegre recebeu a documentação que contém proveniente da referida Repartição. (Há, portanto, documentação original do mesmo fundo no arquivo de Portalegre, a qual vai de 1505 a 1832.)

Nada nos diz, por outro lado, que todo o fundo veio na mesma altura. Pode ter vindo fraccionado, o que, se se valorizar a indicação vista no ponto 1 dos “documentos anteriores a 1600”, sairá até favorecido (devido ao já mencionado padrão cronológico dos documentos do maço 20: séc. XIX). Ainda mais o ficará se se quiser identificar os “12 volumes” com os 12 primeiros maços do fundo; tal identificação, de acordo com o que foi dito a respeito da datação dos docs. dos maços 1-10 e 11, tem toda a possibilidade de conferir com a cronologia.

Mais rebuscado é supor que nem tudo o que está classificado como Núcleo Procedente da Repartição de Finanças de Portalegre pertencerá realmente ao mesmo fundo original, mas essa é uma especulação que não podemos avançar. Já o facto de apenas os primeiros 850 documentos estarem sumarizados, e de o terem sido entre 1951-6, nada nos diz de minimamente seguro; não é aqui que vamos buscar algum contributo.

Todas estas questões conduzem a um ponto que tem de ser ressaltado: se, *a priori*, pesquisar documentação medieval do Sueste da Beira, sempre tão escassa, necessitaria impreterivelmente de uma visão lata e de um plano o mais abrangente possível, em quaisquer fundos que fossem, nos fundos que aqui utilizamos isso coloca-se com especial acuidade. Aqui, de forma paradigmática, é necessária uma pesquisa tentacular e extremamente abrangente.

Não pode ser esquecido, também, que não será a Ordem de Avis o principal recurso de documentos medievais feitos no Sueste Beirão. Essa Ordem tinha, de facto, importantes interesses na zona e proximidades, pelo menos advindos das três comendas

³²⁰ Os alvarás são da casa real porque, como se sabe, fazia longo tempo que a Coroa detinha a administração dessa Ordem, entre as outras.

que aí detinha: S. Vicente da Beira, Covilhã e Casal (terra de localização algo obscura mas que parece ser o Casal do actual concelho de Seia ³²¹). No entanto, se estas comendas tinham elevada importância para a Ordem, tal não quer dizer que fosse Avis a principal força senhorial da região; como se sabe, o Centro Interior era região dominada pela Ordem do Templo / Cristo, que era secundada pela Ordem do Hospital (esta menos próxima da fronteira). A Ordem de Avis estava apontada ao Sul do Tejo, com interesses localizados sobretudo na zona da bacia do Sorraia e, em segundo plano, entre o Guadiana e a fronteira (cf. e.g. Fernandes / Oliveira 2005 ou o Guia de Bernardo Vasconcelos e Sousa *et al.* 2005 (com a parte relevante sobre a Ordem de Avis a pp. 487-488)). Embora seja sempre mais do que possível encontrar documentos antigos baixo-beirões nos fundos da Ordem de Avis (como os docs. 73-75 e 83, de resto, ilustram), não será de facto aí que, à partida, se depositarão as maiores esperanças; o próprio *corpus* que aqui temos a oportunidade de editar apresenta, pelo seu raio de interesses muito específico e a sua situação temporal bem definida, um notório cariz de excepção.

Nessa sequência deve ser notado: uma vez que (i) os bens que pelo menos a maior parte do *corpus* representa foram incorporados no património da Ordem de Avis quando D. Fernão Rodrigues de Sequeira foi eleito mestre e (ii) os maços seguem globalmente um avanço cronológico linear, — então, para além da óbvia possibilidade de estarem espalhados acidentalmente pelo grupo não sumarizado (ou outros fundos) alguns (muito provavelmente poucos) documentos daquele arquivo particular, tem de se depender da própria intervenção da Ordem na região para obter documentos aí produzidos. Necessariamente, as esperanças de obtermos um *corpus* documental abundante, com pré-requisitos tão exigentes, não serão as mais elevadas — e, mais uma vez, implicam uma pesquisa com vista panorâmica.

Concluiremos o assunto com a resposta a duas questões que de certeza ressaltaram: Como foi possível chegar a este conjunto documental tão rebuscado? Por sorte: foi a ilustre medievista prof.^a Iria Gonçalves que forneceu a indicação. E porque foi dada prioridade a esse *corpus*, ao invés de se proceder a uma pesquisa nos arquivos da Ordem de Cristo (e, talvez, também na do Hospital)? Porque os respectivos fundos não estão suficientemente catalogados e sistematizados para, num projecto como o desta dissertação, se poder levar a cabo a pesquisa necessária — cujos resultados seriam sempre demasiado arriscados. Documentação medieval escrita em português e produzida na região que aqui se estuda é um bem extremamente raro.

3] Já foi visto que todos os 99 documentos foram produzidos por tabeliães — sendo pois classificáveis como *documentos de carácter jurídico* — e são datados dos séculos XIII e XIV. Alguns, sobretudo os mais antigos, não têm local de produção discriminado, mas é claro (até pelo que se vê nos que têm o local discriminado) que os documentos têm de ser identificados com a terra em que o tabelião responsável exercia a sua actividade — e essa informação já aparece sempre explicitamente indicada.

Na tabela seguinte pode ver-se uma sistematização dos documentos que formam o *corpus* e os tabeliães por eles responsáveis. A organização cronológica dos documentos é relativa: são organizados por tabelião, do mais antigo para o mais recente por ele produzidos, sendo os tabeliães organizados, também pela ordem da sua produção, do que tem como primeiro documento o mais antigo para o que tem como primeiro documento o

³²¹ No sentido do que diz Silva 2006:10, que expõe também que em meados do séc. XIV as comendas de Casal e de S. Vicente da Beira eram, no mínimo, das “maiores e mais rentáveis da Ordem de Avis” (p. 23).

mais recente.³²² Na disposição que se fez dos documentos na edição propriamente dita seguiu-se o mesmo processo, pelo que os números que os tabeliões e os documentos têm na tabela são os mesmos que têm na edição. É de notar que, nessa organização, não se pode verificar progressão temporal linear de tabelião para tabelião, pois não só não temos o mesmo volume documental para todos os tabeliões, como há efectiva sobreposição temporal na produção de vários deles.

Sistematização dos documentos do <i>corpus</i> editado	
Tabelião, com a localidade em que exerce	Documento(s), com a data de produção
Domingos Viegas, S. Vicente da Beira	1 doc.: 1 (IX/1274)
Julião Domingues, Castelo Novo	1 doc.: 2 (XII/1283)
Pedro Moniz, S. Vicente da Beira	5 docs.: 3 (I/1285), 4 (VII/1287), 5 (I/1290 & 15/III/1290), 6 (I/1292), 7 (XII/1292)
Pedro (E)Anes, S. Vicente da Beira	18 docs.: 8 (19/IV/1293), 9 (10/IX/1293), 10 (30/XI/1293), 11 (4/I/1294), 12 (IX/1296), 13 (VII/1297), 14 (XII/1297), 15 (I/1298), 16 (III/1298), 17 (IV/1298), 18 (14/II/1299), 19 (X/1299), 20 (XII/1299), 21 (XII/1299), 22 (10/XII/1299), 23 (22/V/1301), 24 (11/VI/1302), 25 (7/I/1304)
Estêvão Peres, S. Vicente da Beira	8 docs.: 26 (29/XII/1306), 27 (2/IV/1307), 28 (9/II/1308), 29 (7/I/1311), 30 (13/IX/1311), 31 (26/IX/1311), 32 (26/IX/1311), 33 (4/III/1312)
Francisco Soares, S. Vicente da Beira	5 docs.: 34 (2/II/1317), 35 (7/I/1319), 36 (1/I/1320), 37 (24/VI/1325), 38 (29/XI/1325)
Afonso Domingues, S. Vicente da Beira	16 docs.: 39 (10/V/1327), 40 (22/IV/1328), 41 (25/IX/1328), 42 (14/IX/1329), 43 (13/VI/1332), 44 (5/IX/1333), 45 (29/I/1334), 46 (9/IV/1335), 47 (9/IV/1335), 48 (5/I/1336), 49 (6/VI/1339), 50 (23/V/1342), 51 (3/XI/1342), 52 (5/X/1343), 53 (22/V/1349), 54 (23/V/1350)
Pedro Gonçalves, Proença	1 doc.: 55 (11/VIII/1331)
Antoninho Clemente, S. Vicente da Beira	23 docs.: 56 (11/XII/1332), 57 (1/V/1333), 58 (22/VI/1333), 59 (22/VI/1333), 60 (8/IX/1333), 61 (20/IX/1333), 62 (20/II/1334), 63 (19/II/1335), 64 (6/VIII/1335), 65 (6/IX/1336), 66 (1/XII/1338), 67 (11/I/1342), 68 (24/VIII/1342), 69 (29/I/1347), 70 (8/III/1348), 71 (28/I/1351), 72 (3/II/1354), 73 (14/VII/1354), 74 (5/VIII/1354), 75

³²² Nem todos os documentos têm informação de data completa; em todos vêm o mês e o ano em que foram feitos, mas o dia não é sempre discriminado. Os docs. 20, 21 e 22 foram produzidos no mesmo mês, mas só no último vem o dia; foi por isso colocado a seguir aos outros, que por sua vez foram ordenados com base na cota original (o 20 é o doc. n.º 182 e o 21 o 205, ambos do maço 2). Certos documentos foram feitos no mesmo dia; com excepção de um caso, os documentos nessa situação estão sempre no mesmo pergaminho, adoptando-se como anterior o que está escrito mais acima no suporte. A excepção é formada pelos docs. 58 e 59, que aparecem em pergaminhos diferentes. A ordem foi aí estabelecida com base na cota original dos docs.: o 58 corresponde ao n.º 425, maço 4, e o 59 ao n.º 427, mesmo maço.

	(14/II/1359), 76 (13/XI/1360), 77 (22/IV/1363), 78 (8/V/1363)
Martim Jordão, Castelo Branco	1 doc.: 79 (17/VI/1333)
Martim Anes, Castelo Novo	1 doc.: 80 (28/IV/1342)
Gonçalo Esteves, Castelo Branco	2 docs.: 81 (20/III/1351), 82 (21/VIII/1358)
Domingos Miguens, S. Vicente da Beira	8 docs.: 83 (24/VIII/1355), 84 (15/V/1357), 85 (7/XI/1361), 86 (18/I/1363), 87 (19/III/1363), 88 (28/VI/1363), 89 (6/VIII/1366), 90 (26/III/1368)
Antoninho Peres, Castelo Novo	1 doc.: 91 (3/X/1359)
Vasco Domingues, S. Vicente da Beira	1 doc.: 92 (4/IV/1366)
Gonçalo Martins, S. Vicente da Beira	3 docs.: 93 (5/V/1376), 94 (11/V/1376), 95 (1/IX/1376)
João (E)Anes, S. Vicente da Beira	1 doc.: 96 (15/VII/1377)
Vasco Clemente, Castelo Branco	2 docs.: 97 (27/VII/1386), 98 (19/XII/1386)
Afonso Anes, Castelo Branco	1 doc.: 99 (3/VII/1397)

Se se quiser aplicar uma ordem cronológica absoluta aos documentos — ou seja, construindo uma disposição que não esteja submetida à organização por tabelião —, tem-se o arrolamento constante da tabela que segue.

Ordem temporal dos documentos	Números dos documentos na edição e sua data de feitura	Ordem temporal dos documentos	Números dos documentos na edição e sua data de feitura	Ordem temporal dos documentos	Números dos documentos na edição e sua data de feitura
1.º	1 (IX/1274)	34.º	34 (2/II/1317)	67.º	51 (3/XI/1342)
2.º	2 (XII/1283)	35.º	35 (7/I/1319)	68.º	52 (5/X/1343)
3.º	3 (I/1285)	36.º	36 (1/I/1320)	69.º	69 (29/I/1347)
4.º	4 (VII/1287)	37.º	37 (24/VI/1325)	70.º	70 (8/III/1348)
5.º	5 (I/1290 & 15/III/1290)	38.º	38 (29/XI/1325)	71.º	53 (22/V/1349)
6.º	6 (I/1292)	39.º	39 (10/V/1327)	72.º	54 (23/V/1350)
7.º	7 (XII/1292)	40.º	40 (22/IV/1328)	73.º	71 (28/I/1351)
8.º	8 (19/IV/1293)	41.º	41 (25/IX/1328)	74.º	81 (20/III/1351)
9.º	9 (10/IX/1293)	42.º	42 (14/IX/1329)	75.º	72 (3/II/1354)
10.º	10 (30/XI/1293)	43.º	55 (11/VIII/1331)	76.º	73 (14/VII/1354)
11.º	11 (4/I/1294)	44.º	43 (13/VI/1332)	77.º	74 (5/VIII/1354)
12.º	12 (IX/1296)	45.º	56 (11/XII/1332)	78.º	83 (24/VIII/1355)
13.º	13 (VII/1297)	46.º	57 (1/V/1333)	79.º	84 (15/V/1357)
14.º	14 (XII/1297)	47.º	79 (17/VI/1333)	80.º	82 (21/VIII/1358)
15.º	15 (I/1298)	48.º	58 (22/VI/1333)	81.º	75 (14/II/1359)
16.º	16 (III/1298)	49.º	59 (22/VI/1333)	82.º	91 (3/X/1359)
17.º	17 (IV/1298)	50.º	44 (5/IX/1333)	83.º	76 (13/XI/1360)
18.º	18 (14/II/1299)	51.º	60 (8/IX/1333)	84.º	85 (7/XI/1361)

19.º	19 (X/1299)	52.º	61 (20/IX/1333)	85.º	86 (18/I/1363)
20.º	20 (XII/1299)	53.º	45 (29/I/1334)	86.º	87 (19/III/1363)
21.º	21 (XII/1299)	54.º	62 (20/II/1334)	87.º	77 (22/IV/1363)
22.º	22 (10/XII/1299)	55.º	63 (19/II/1335)	88.º	78 (8/V/1363)
23.º	23 (22/V/1301)	56.º	46 (9/IV/1335)	89.º	88 (28/VI/1363)
24.º	24 (11/VI/1302)	57.º	47 (9/IV/1335)	90.º	92 (4/IV/1366)
25.º	25 (7/I/1304)	58.º	64 (6/VIII/1335)	91.º	89 (6/VIII/1366)
26.º	26 (29/XII/1306)	59.º	48 (5/I/1336)	92.º	90 (26/III/1368)
27.º	27 (2/IV/1307)	60.º	65 (6/IX/1336)	93.º	93 (5/V/1376)
28.º	28 (9/II/1308)	61.º	66 (1/XII/1338)	94.º	94 (11/V/1376)
29.º	29 (7/I/1311)	62.º	49 (6/VI/1339)	95.º	95 (1/IX/1376)
30.º	30 (13/IX/1311)	63.º	67 (11/I/1342)	96.º	96 (15/VII/1377)
31.º	31 (26/IX/1311)	64.º	80 (28/IV/1342)	97.º	97 (27/VII/1386)
32.º	32 (26/IX/1311)	65.º	50 (23/V/1342)	98.º	98 (19/XII/1386)
33.º	33 (4/III/1312)	66.º	68 (24/VIII/1342)	99.º	99 (3/VII/1397)

Se se pretender uma sistematização geográfica dos documentos, considerar-se-á uma evidência em primeiro lugar: a filiação de grande parte do *corpus* com S. Vicente da Beira, dado que 89 dos 99 documentos foram feitos por tabeliães dessa terra (quase 90%, portanto, que correspondem a 11 dos 19 tabeliães, i.e. 60 %). Temos ainda documentos de Castelo Branco — 6, correspondendo a 4 tabeliães —, Castelo Novo — 3, de 3 tabeliães diferentes — e “Proença” (a actual Proença-a-Velha) — com 1. No **Anexo Geral II** deste trabalho, onde constam em mapa todas as freguesias do distrito de Castelo Branco, pode ver-se a localização precisa das terras em que foram produzidos os documentos do *corpus*, tendo em conta que: S. Vicente da Beira é freguesia do município de Castelo Branco; Castelo Branco é obviamente freguesia do mesmo município; Castelo Novo é freguesia do município do Fundão; Proença-a-Velha é freguesia do município de Idanha-a-Nova.

4] Quase todo o *corpus* está inédito. Têm edição conhecida apenas os documentos 96 e 99, ambos em: Castelo Branco, Manuel da Silva. «Uma Genealogia Medieval», em *Estudos de Castelo Branco*, 48-49. 1974 (Abril-Junho), Castelo Branco: s.n..

A reedição desses dois documentos justifica-se pela correcção de alguns erros de leitura do A.; pelo facto de o A. não indicar as abreviaturas desenvolvidas, o que impossibilita um uso sólido dos documentos para estudos de ordem linguística (e não tanto em estudos de ordem histórica, como o do A.); e, naturalmente, pela necessidade de constituição de um *corpus* orgânico na presente edição.

5] O estudo linguístico dos documentos será feito na **Secção B** do presente capítulo. A respeito de a utilização de textos deste tipo — i.e. não-literários — poder produzir resultados linguísticos relevantes e fiáveis (tanto para a sincronia como para a diacronia, e para as várias áreas gramaticais), apesar do seu carácter eminentemente formal e fixamente estruturado e estereotipado, não é hoje preciso fazer alegações de maior; os resultados de trabalhos de fôlego como Maia 1986 e Martins 1994 estão aí para o provar. Maia 1986 concentra-se na fonética, na fonologia e na morfologia; Martins 1994 dedica-se à sintaxe, a área gramatical que, *a priori*, mais reticências deixaria (devido à

mencionada questão da estereotipagem e rigidez estrutural) mas que não deixa de fornecer dados de pleno valor. No que toca ao vocabulário, menos estudado, a utilidade deste tipo de texto é evidente; é essa talvez mesmo a área onde a utilidade é mais evidente, devido: (i) à particular riqueza que textos deste tipo oferecem para a onomástica, para a toponímia ou para léxicos específicos (sobretudo apontados ao concreto, como o rural); e (ii) à menor importância que aqui assumem certas questões fundamentalmente formais (como oscilações grafemáticas, ou os factores condicionadores do dispositivo textual que já foram referidos).

Mas, se os resultados linguísticos de textos não-literários podem ser muito interessantes, é importante ter sempre presente que são resultados indirectos; são o produto do que o estudioso conhece, pressupõe, reconstrói, estipula, i.e. aplica a uma realidade com que não tem contacto directo. Realidade essa que, por soma, tem várias especificidades importantes. Daí as especiais cautelas da linguística moderna, como faz notar, em visão de conjunto, Castro 2006:79-80:

Os *textos não-literários* são há muito a fonte preferida dos linguistas, por razões compreensíveis: escritos para servir finalidades práticas relacionadas com a administração, o direito público ou privado e a actividade económica (caso dos actos de governo, escrituras de venda de propriedades, testamentos, etc.), estes textos são geralmente explícitos quanto ao local e à data em que foram escritos e quanto aos participantes nos diversos níveis da sua produção. Como esses elementos constam do próprio texto e podem ser sujeitos a crítica histórica, permitem ao linguista avaliar o grau de correspondência e de identificação entre o texto e o dialecto falado no local e na época em que ele foi escrito, de modo a saber se o pode utilizar como fonte satisfatória para o conhecimento desse dialecto e, por extensão, da língua oral da época. Mas a confiança na eficácia directa e imediata do documento como retrato da língua não é, hoje, tão absoluta como era no tempo de Menéndez Pidal, topicalizando no grande filólogo uma atitude científica que influenciou profundamente, e por gerações, a linguística histórica não só de Espanha como também de Portugal (Lindley Cintra foi, convém não esquecer, um discípulo directo de Menéndez Pidal).

Conclui com um exemplo que tem interesse imediato para aqui:

A este respeito, são típicas as cautelas manifestadas por Clarinda de Azevedo Maia que, depois de ter analisado um extenso *corpus* de escrituras notariais produzidas na Galiza e no norte de Portugal durante a Idade Média, concluiu:

Embora os documentos notariais de carácter particular não sejam um espelho fiel, uma reprodução da linguagem local, eles deixam transparecer certos factos da linguagem falada da época. Uma interpretação crítica desses documentos [...] permit[e] compreender a verdadeira natureza da língua escrita dos documentos não literários da Idade Média e manifest[a] ser impossível uma plena reconstrução dos estados pretéritos da língua. Tratando-se de uma linguagem escrita, e além disso, de carácter bastante artificial, a linguagem desses documentos medievais nunca reflecte fielmente a linguagem falada da época e da região a que se referem [...]. O seu valor como fontes de informação para o conhecimento da língua na Idade Média é [...] bastante variável: cada documento deixa transparecer, em diferentes proporções, certos traços da linguagem falada, de acordo com determinadas circunstâncias que podem influenciar, de modo mais ou menos acentuado, a maneira como cada notário escreve. Podem considerar-se factores verdadeiramente decisivos a educação e o grau de cultura do notário ou do escriba e a época em que o documento foi escrito. Relativamente a este último aspecto, pude comprovar que os documentos do século

XIII e do início do século XIV, devido à influência da tradição latina notarial e, também em virtude de uma menor diferenciação das variedades regionais compreendidas na área estudada, deixam transparecer menos traços da linguagem falada do que os correspondentes ao período posterior. (Maia, 1986:950)

A interpretação do que o texto nos diz está longe de poder ser linear.

2. Características da edição e normas de transcrição

Utilizaremos neste trabalho fundamentalmente as normas de Martins 2001, indicadas a pp. 42-52 em sub-capítulo também designado de «Características da Edição e Normas de Transcrição».

Disse “fundamentalmente” porque há algumas divergências menores em relação às normas de Martins. Não só por normal conduta de leitor crítico, mas também devido à natureza diferente do *corpus* alvo desta edição, houve alguns pontos das normas de Martins 2001 que pareceu melhor alterar aqui. Teve-se como razão principal diminuir, na medida do possível, as intervenções do editor e a perda de informação na passagem do manuscrito para a sua versão editada (questões que, nas normas de Martins, já estão muito limitadas); nesse sentido, *eleva*r o papel do leitor e *reduz*ir o do editor.

Transcreve-se seguidamente, em tipo de letra diferente, todo o texto do citado sub-capítulo de Martins 2001. Os pontos revistos nas nossas normas — ou que não foram aplicados apenas por a questão não se ter colocado no *corpus* — são antecedidos do sinal “☞” e seguidos, em itálico, no tipo de letra normal deste texto e com a seta “→” anteposta, da formulação válida na presente edição.

5. CARACTERÍSTICAS DA EDIÇÃO E NORMAS DE TRANSCRIÇÃO

A edição de um manuscrito é sempre uma manipulação que extrai o texto do seu «habitat natural» e o transfere para outro tipo de ambiente ou ‘medium’, despojando o texto da sua materialidade grafémica, paleográfica e codicológica original. A edição resulta de uma intencionalidade de mediação (melhor, de transmediação) do texto que depende sempre, explícita ou implicitamente, de uma perspectiva sobre o texto: a edição pressupõe sempre um modelo e um programa. [...] A função do editor é, adoptando critérios bem fundamentados, claros e consistentes, proceder a essa «transplantação» [infligindo] o mínimo de distorções à realidade textual original, ou [infligindo] as estritamente necessárias para preencher o seu objectivo editorial específico. O objectivo último de uma edição é sempre, convém recordá-lo, seja qual for o tipo de edição em vista, o de fixar e preservar um texto ou um testemunho de um texto, pondo-o à disposição de um determinado conjunto de leitores. (A. Emiliano 1995: 108)

A presente edição destina-se, prioritariamente, a constituir uma base de trabalho para filólogos e linguistas (medievistas e diacronistas). Como tal, impunha-se o equilíbrio entre uma extrema fidelidade à letra dos manuscritos, que assegurasse a fiabilidade da edição enquanto fonte de conhecimento linguístico (e scripto-linguístico), e alguma intervenção adulteradora da realidade textual original conduzida no sentido de tornar a edição acessível também ao linguista não familiarizado com fontes manuscritas. As intervenções do editor, enquanto mediador entre os textos manuscritos e os seus correlatos na edição, limitaram-se assim a uma leve

normalização, atingindo apenas os aspectos do sistema de representação gráfica dos manuscritos que são linguisticamente irrelevantes.

A realidade paleográfica dos manuscritos é necessariamente violentada pela intervenção manipuladora do editor (por isso o paleógrafo, ao contrário do linguista, tem sempre como objecto de trabalho o próprio manuscrito). O uso de caracteres de imprensa impõe desde logo uma inevitável simplificação de certos traços dos manuscritos, como a diversidade de sinais de pontuação, o uso de maiúsculas, semimaiúsculas e minúsculas ou a variação alográfica. No que diz respeito a este último aspecto, alguns editores têm conservado nas suas transcrições a distinção entre diferentes tipos de <s>, <z>, <ç> ou <r> representados nos manuscritos (cf. Duarte 1986 e Maia 1986). Nesta edição, optei por representar uniformemente as variantes morfológicas dos símbolos gráficos em causa, porque tal variação se tem mostrado linguisticamente irrelevante (veja-se Maia 1986: 438-468). Assim foram evitados desequilíbrios de normalização decorrentes de distinguir entre variantes alográficas nuns casos e não noutros (cf. Maia 1986: 24-26) e a mancha gráfica dos textos editados foi mantida, no que diz respeito à representação grafémica, livre de sinais estranhos a um sector dos leitores a quem a edição se destina.

A variação alográfica foi no entanto mantida no que diz respeito aos grafemas <i> e <u> [.] Assim, <i> curto é transcrito por <i>, enquanto <i> caudato é transcrito por <j>³²³; <u> redondo é transcrito por <u>, mas <u> de base angular é transcrito por <v>. A decisão de manter nestes casos a variação alográfica deve-se ao seu carácter particular. As variantes em causa vieram a dar origem a grafemas distintos; conservando a distinção na edição, é possível rastrear eventuais tendências precoces para a passagem dos elementos em causa de alógrafos a grafemas. Por outro lado, a representação na edição da variação alográfica não implica, neste caso, o recurso a caracteres especiais, o que decorre da mudança de estatuto das entidades gráficas em análise.

No que diz respeito aos erros, repetições, omissões manifestas e hesitações dos copistas, foram mantidos sem qualquer intervenção correctora. O âmbito das intervenções do editor é definido a seguir.

5.1. Abreviaturas

Desenvolvem-se, aparecendo em itálico as letras introduzidas.

5.1.1. Nasais

a) Um sinal de nasalidade sobre vogais é transcrito por til, colocado sobre a vogal imediatamente anterior à consoante nasal etimológica. Esta regra não se aplica às formas latinas, ou pseudolatinas, sendo neste caso a abreviatura desenvolvida pelo acrescentamento de uma consoante nasal.

Exemplos: *testēmōyō* → *testemõyo*, *poēte* → *põēte*, *Sātare* → *Sātarē*; *bees* → *bêes*;
mas: *mediū* → *medium*, *cōparauit* → *comparauit*, *Sciat* → *Sciant*;

Formas ambíguas, quanto ao seu carácter romance ou (pseudo)latino, podem ser transcritas de uma ou outra forma conforme o documento e o contexto em que ocorram.

Exemplo: *ī* → *ĩ* / *in*

³²³ A distinção entre <i> alto (I) — que raramente ocorre nos documentos editados — e <i> caudato maiúsculo (J) não é, no entanto, sistematicamente mantida; a sua distribuição é geralmente normalizada, nomeadamente em posição inicial. Exceptuam-se, todavia, os documentos anteriores a 1255 e ainda os documentos n.º 110, do ano de 1260, e n.º 11, do ano de 1274 — os dois últimos por terem características idênticas às dos documentos da produção primitiva.

Quando ocorre vogal dupla não etimológica, é colocado um til sobre cada uma das vogais.

Exemplo: māāo → mão

☞ b) Quando a nasalidade está simultaneamente marcada por uma consoante e por um sinal de abreviatura, suprime-se este.

Exemplo: v̄endo → vendo

→ Cf. o que se refere na alínea e de 5.1.2.

☞ c) Quando não é claro se um sinal de abreviatura é supérfluo ou marca de nasalidade, este pode ser transcrito por til ou, em palavras do tipo de «mha», suprimido, sendo tal procedimento registado em nota.

Exemplo: ānō → ãno; mas: m̄ha → mha, t̄ermhos → termhos

→ Cf. o que se refere na alínea e de 5.1.2.

☞ d) A resolução de uma abreviatura de vogal nasal é feita de acordo com a ortografia actual.

Exemplo: estrumtō → instrumento, for₇ → foram

→ Cf. o que se refere na alínea b de 5.1.2.

5.1.2. Outras abreviaturas

☞ a) Desenvolvem-se de acordo com a ortografia actual sempre que a forma resultante tenha existência, a par de outras, nos textos transcritos ou em textos da mesma época.

Exemplos: D̄gs → Domingos, L^o → Lourenço, t̄s → testemunhas

No entanto, quando a própria abreviatura sugere um desenvolvimento, segue-se essa indicação.

Exemplos: t^{am} → tabeliam, mas: t^{om} → tabeliom; L^{co} → Lourenço, mas: L^{co} → Lourenço; st^o → stromento, mas: st^{or} → stormento e st^v → strumento

→ Cf. o que se refere na alínea seguinte. As alterações, contudo, só respeitam ao primeiro princípio enunciado nesta alínea; o segundo — o de seguir a sugestão da abreviatura — não é revisto.

☞ b) Nos casos em que a forma gráfica actual nunca está representada nos textos de uma determinada época (por razões de natureza linguística), desenvolve-se de acordo com uma das grafias da época.

Exemplos: p̄ort → portugaeses, até à data em que num dos textos do corpus surja «portugueeses» ou «portugeeses»; então desenvolver-se-á a abreviatura «p̄ort» por «portugueeses», até que surja «portug(u)eses»;

$\overline{mgiz}$ → migueiz [*Itálico introduzido por mim*] , até que apareça «migueiz» (ou «miguel», «migel»)

→ *O que se expõe a seguir advém da revisão das três últimas alíneas.*

Nos desenvolvimentos, segue-se o princípio de adoptar as formas que são utilizadas nos textos; i. é, todas as abreviaturas são desenvolvidas exactamente e apenas de acordo com o que surge nos textos dos tabeliões em causa. Indexa-se esse procedimento às palavras específicas, e não ao sinal de abreviatura em si.³²⁴

Exemplos: no(s) texto(s) de tabelião X dispomos, para o actual “que”, apenas de “qe”; surgindo “q̄” num texto seu, faz-se “qe” (e não o actual “que”). Para o actual “Domingos”, dispomos apenas de “Domjgos”; surgindo esse nome abreviado como, p. ex., “D^os”, é “Domjgos” que adoptamos. Para o actual “testemunho”, dispomos apenas de “testimũyo”; é esta forma então que adoptamos nos desenvolvimentos respectivos (como p. ex. de “ $\overline{testmõ}$ ”), e não a primeira (que, como se sabe, está também atestada para a época e, representando o n palatal, é, à luz das leis fonéticas da evolução do latim vulgar para o português, regular).

Claro está que nem sempre se dispõe da forma relevante para cada tabelião: quando não se dispõe da forma extensa em causa e não se pode deduzir imediatamente dos procedimentos de escrita (incluindo vocábulos relacionáveis) patentes no(s) texto(s) do tabelião qual seria o desenvolvimento a utilizar, faz-se um equilíbrio entre (i) as formas notadas nos restantes tabeliões do corpus, (ii) o que se nota, em termos gerais, na escrita da época, e (iii) tanto quanto possível, entre procedimentos de escrita do mesmo tabelião que se possam relacionar.

Claro está também que, por vezes, dispomos de mais de uma forma para um tabelião; nesses casos, adopta-se a última variante registada num texto seu, a menos que, apesar de a última variante ser Y, Z tenha claramente a posição de privilegiada pelo autor³²⁵.

Este procedimento permite uma maior fidelidade e uma maior proximidade com a escrita — com a ligação que daí advém para a linguagem — que estamos a passar para edição; escrita e linguagem essas que, além do mais, são de uma região quase nada representada em textos da época. O procedimento é facilitado, também, pelo número restrito de autores materiais que temos neste corpus, ao contrário de Martins; podemos, no nosso caso, procurar uma ligação maior aos textos.

É evidente que o facto de se discriminarem os desenvolvimentos em itálico diminui a importância destas questões. No entanto, para além de: (i) não se poder esquecer a falibilidade tipográfica, se se quiser, desses itálicos — há sempre omissões, por inevitáveis falhas editoriais, na versão final —, e (ii) não ser a mesma coisa, para o leitor, ter de se preocupar ao extremo com os itálicos ou não, — o princípio defensivo de ‘desenvolver de acordo com o que a escrita em causa nos oferece’ é sempre, parece-me, o cientificamente mais exacto. É o que mais facilmente contorna os inevitáveis abusos

³²⁴ Como se disse na nota à alínea a, são no entanto tiradas as devidas consequências quando a própria abreviatura sugere algum procedimento; cf. os exs. de Martins.

³²⁵ Como por exemplo devido a uma desproporção estatística aguda, ou a uma mudança de certos procedimentos de escrita do autor que afectem a forma em causa. E.g. deixar de aparecer grafado o “u” entre “q” e “i”; assim, se se tiver para o actual “quinze” apenas formas com “u”, representadas em textos anteriores, pode-se fazer “qi...” em desenvolvimento, se não houver evidências em contrário no futuro e, de um modo geral, o perfil do tabelião em causa o permitir.

editoriais e o que mais próximo está da realidade com que nos deparamos; valorizando o papel do leitor e relativizando o do editor.

O procedimento de Martins, ao privilegiar a grafia actual (ou as grafias mais modernas) nos desenvolvimentos, permite por exemplo que, num texto ou num autor em que temos apenas “martijz”, se faça, a partir de e.g. “mrz”, “martinz”; ou, num texto ou autor em que temos apenas “testemôyo”, “testemũhas”, se faça, em desenvolvimentos e.g. de “testmô” e “ts”, “testemunho” e “testemunhas”; ou, num texto ou autor em que o e nasal aparece sempre ou quase sempre com “m”, ou sempre ou quase sempre com mero traço sobreposto, e isso restringido ou não a vocábulos específicos, se aplique sempre a grafia actual, independentemente do que é a escrita da época e do autor. Tudo isto é, aliás, exigido se os critérios forem satisfeitos, os quais se confrontam demasiado com questões tão problemáticas como a da cronologia das formas e de como elas são atestadas (quando está plenamente representada determinada forma? E devo privilegiar os textos do meu corpus, os do autor específico, os da mesma região, os da mesma época?), ou a da mudança linguística e / ou scriptológica (as diferentes variantes que surgem nos textos têm valor linguístico? E não são scriptologicamente significantes, o que poderia implicar que não fossem omitidas?), etc.. Com efeito, deve ser dito que o procedimento de Martins, parecendo mais prático, impõe, pelo contrário, muitas dificuldades ao transcritor / editor — as quais, num corpus como o que nos ocupa (com um número restrito de autores materiais e respeitando a uma região praticamente desconhecida no contexto), se apresentam especialmente relevantes. O que se poderia fazer num corpus como o de Martins é outra questão.

c) Quando existe desfasamento entre um símbolo gráfico presente numa abreviatura (de carácter latinizante) e a grafia de uma forma extensa (romance), substitui-se o referido símbolo.

Exemplos: $\overline{dco} \rightarrow \text{dito}$, $\overline{dcco} \rightarrow \text{dicto}$, $\overline{scarem} \rightarrow \text{Santarem}$, $\overline{sco} \rightarrow \text{santo}$, $\overline{Ouchr} \rightarrow \text{Outubro}$, $\overline{C^o ca} \rightarrow \text{Custa}$, $\overline{fca}$ [Traço sobreposto introduzido agora] $\rightarrow \text{feita}$, $\overline{fcca} \rightarrow \text{fecta}$, $\overline{Pet^o} \rightarrow \text{Pedro}$, $\overline{st} \rightarrow \text{soldos}$, $\overline{\zeta'ca} \rightarrow \text{\zeta certa}$, $\overline{c^u ca} \rightarrow \text{carta}$, $\overline{Dat} \rightarrow \text{Dada}$

Esta regra não se aplica aos textos da produção primitiva (anteriores a 1255).

☞ d) Desenvolvem-se parcialmente as abreviaturas redundantes.

Exemplos: $\overline{poqurador} \rightarrow \text{procurador}$, $\overline{aqelha} \rightarrow \text{aquella}$, $\overline{t'ijnta} \rightarrow \text{trijnta}$, $\overline{p'eyto} \rightarrow \text{preyto}$

→ Lateralmente, é de notar que as abreviaturas são definidas como redundantes à luz do que se encontra nos restantes procedimentos de escrita do autor em causa, na sequência do que foi exposto a seguir à alínea b deste ponto. Se nos textos de determinado tabelião encontrarmos p. ex. “preeyto” pelo menos como forma privilegiada, será essa, naturalmente, a desenvolvida.

☞ e) Suprimem-se os sinais de abreviatura que estão sobrepostos a formas extensas.

Exemplos: $\overline{alujsq̄uer} \rightarrow \text{alujsquer}$, $\overline{obligamos} \rightarrow \text{obligamos}$, $\overline{liuro} \rightarrow \text{liuro}$

→ O procedimento que a seguir se descreve também diz respeito às alíneas b e c de 5.1.1..

Na presente edição, nunca se omitem os sinais de abreviatura que não dão azo a desenvolvimentos — ou seja, os sinais de abreviatura supérfluos ou que, havendo dúvidas de se o são ou não, apontam para que não dêem azo a desenvolvimentos; trata-se de uma situação que, naturalmente, só pode ser avaliada caso a caso.

É colocado o sinal “⁺” a seguir à última letra das palavras em questão. Exemplos, partindo dos que vimos em Martins: *vendo*⁺ (alínea b de 5.1.1.); *mha*⁺, *termhos*⁺ (alínea c de 5.1.1.); *alujsquer*⁺, *liuro*⁺ (alínea e de 5.1.2.). O caso *oblíganos* (idem) não parece pertencer a este tipo, mas sim ao dos que representam efectiva nasalidade (como *āno* → *āno*, citado por Martins em 5.1.1., c).

Mais três pontos importantes:

1. Quando a abreviatura não desenvolvida é o mero traço sobreposto (como nos exemplos de Martins), faz-se apenas como foi discriminado; quando, por outro lado, se trata de um sinal de abreviatura com significado específico (e.g. o sinal de *er/re/etc.*), pondo-se também o sinal “⁺”, acrescenta-se nota de rodapé a indicar a abreviatura que não foi desenvolvida e o sítio onde ela está. E.g. *car*^u*ta* → *carta*⁺, com nota: “Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ar/etc.* (por cima de entre “*r*” e “*t*”).” — Borges Nunes 1981:2-3 cita como “sinais de significaçã[o] geral” o traço sobreposto, o ponto “(em siglas)” e o traço oblíquo. Neste último, a questão das abreviaturas supérfluas não se colocou no nosso corpus; quanto ao segundo, quando ocorre juntamente com o sinal de abreviatura que representa o segmento em falta, é transcrito. Ex.: *. p .* → *pedro*; mas: *. p^o .* → *. pedro .*. Isto devido à polivalência do ponto, que pode ser um sinal de pontuação ou um sinal de abreviatura.
2. Quando estão presentes numa palavra mais do que um sinal de abreviatura que não dá azo a desenvolvimento, sejam meros traços sobrepostos ou não, indica-se o seu tipo em nota, juntamente com o sítio onde foram colocados; isto depois de, como sempre, se colocar o sinal “⁺”. Exemplos: *uendessēm* → *uendesse*⁺, com nota: “Duas abreviaturas não desenvolvidas, ambas traços de significação geral: o primeiro por cima de “*uend*” e o segundo por cima de “*em*”. ” — *cār*^u*ta* → *carta*⁺, com nota: “Duas abreviaturas não desenvolvidas: um traço sobreposto (por cima de “*ca*”) e um sinal de *ar/etc.* (por cima de entre “*r*” e “*t*”). ”
3. Quando temos uma vogal sobrescrita numa forma extensa, essa vogal é na mesma desenvolvida; e.g. *quatro*^o → *quatroo*. Se essa vogal puder contudo representar um sinal de abreviatura com significado diferente, é tratada como tal; e.g. o caso *car*^u*ta* atrás citado. Quando a vogal não está numa forma extensa, respeita-se a alínea d atrás, tal como, para a definição de forma extensa, o que lá foi anotado.

☞ f) As formas abreviadas a que falta o sinal de abreviatura não se desenvolvem.

Exemplo: *dgiz* → *dgiz* (sic)

→ Referência apenas para o facto de nesta edição, como se verá no ponto 5.8., não se usar o símbolo “*sic*”. Assim, temos *dgiz* → *dgiz*.

5.2. Ligação e separação de palavras

a) Normaliza-se de acordo com a ortografia actual em todos os casos não mencionados nas alíneas b) a f).

b) Representam-se unidas duas palavras quando entre elas há contracção de que resulta uma crase, elisão vocálica ou assimilação total entre duas consoantes. Não se utiliza o apóstrofo.

Exemplos: sobresto (= sobre esto) → sobresto; dalcobaca (= de alcobaça) → dalcobaca; poreuel (= por reuel) → poreuel; comeu (= como eu) → comeu; Asuas (= As suas) → Asuas; samjgell (= sam mjgell) → samjgell; mẽvyou (= me ãvyou) → mẽvyou; naldea (= na aldeia) → naldea; peras (= pera as) → peras; nãtrelinha (= na ãtrelinha) → nãtrelinha; santesteuã (= santo esteuã) → santesteuã; nouãnos (= noue ãnos) → nouãnos

c) Representam-se unidos os elementos das formas gramaticais resultantes das seguintes contracções: entre as preposições «em» e «com» e o artigo definido; entre a preposição «em» e os pronomes «ele», «ela», «este», «esta», «esse», «essa». As formas ambíguas, quanto à existência ou não de contracção, são mantidas conforme ocorrem nos manuscritos.

Exemplos: $\overline{en\acute{o}}$ → êno, en no → enno, $\overline{c\acute{o}no}$ → cõno, éesse → éesse, ééla → ééla, eenla → eenla, enela → enela (mas: en ela → en ela)

☞ d) Os arcaísmos que etimologicamente se compõem de dois elementos representam-se como uma única palavra desde que estejam dicionarizados como tal e/ou já ocorram frequentemente ligados nos textos transcritos.

Exemplos: ben feytorias → benfeytorias, per dãte → perdãte, dauã dito → dauãdito, en ssenbra → enssenbra, sobre dicto → sobredicto

→ *Serão deixadas sem intervenção — i.e. sem junção ou separação de fragmentos — quaisquer palavras (actuais) que possam constituir casos lexicais de dúvida sobre se o autor as interpretava como uma só ou como mais do que uma palavra. Ressalvam-se apenas eventuais contradições advindas do disposto nas outras alíneas deste ponto de Martins, o qual, com a excepção desta alínea, se segue na totalidade.*

Exemplos: ben feytorias → ben feytorias, benfeytorias → benfeytorias; sobre dicto → sobre dicto, sobredicto → sobredicto; por que → por que, porque → porque; qual quer → qual quer, qualquer → qualquer; quatro çentos → quatro çentos, quatroçentos → quatroçentos; os advérbios em -mente.

e) Mantêm-se as sequências apresentadas pelos manuscritos nos casos em que a sua separação ou junção implicaria a formulação de um juízo de natureza morfofonológica ou sintáctica.

Exemplos: da Ranhóó (topónimo: «Ranhóó» (fem.) ou «aRanhóó»?) → da Ranhóó; Johaneanes (= «Johane anes» ou «Johan eanes»?) → Johaneanes; iohã 7 Anes → iohã e Anes; Johãe anes → Johãe anes; prometo a téélas e aguardalas (= «aguardalas» ou «a guardalas»?) → prometo a téélas e aguardalas; e ametade he do casal do outeiro e ametade do casall do amedo («a metade» ou «ametade» = «metade»?) → e ametade he do casal do outeiro e ametade do casall do amedo

f) As enclíticas mantêm-se ligadas ou separadas conforme se apresentam nos manuscritos. Não se utiliza o hífen.

Exemplos: obligome → obligome, rapeya → rapeya, britala → britala, outorgamos uos → outorgamos uos, Julgou o → Julgou o

g) Não se unem as palavras cortadas por mudança de linha, nem se usa o hífen como sinal de translineação. A mudança de linha é assinalada na transcrição por uma barra (/), rodeada ou não de espaços conforme separa duas palavras ou ocorre no interior de uma palavra, e as linhas são numeradas (... /²... /³... /⁴...) ³²⁶. A mudança de f[ó]lio é assinalada por dupla barra e os f[ó]lios são numerados.

Exemplos: día /⁵ de ssa morte; cõffe/⁶ssamos; e quis e ouue //^{fol.2v} por bem que posto que em qualquer tempo /⁷⁷ pareça; este estor//^{fol.3r}mento foy continuado aos quatro dias /¹⁰² do dito mes

☞ 5.3. Acentuação

O único sinal que pode ser posto em paralelo com os modernos sinais de acentuação é a plica que, simples ou dupla, ocorre quase sempre sobre vogais, como em «martíjz» ou «migéél».

As plicas colocadas sobre vogais foram conservadas.

As plicas colocadas sobre consoantes, que muito raramente surgem nos manuscritos, são, em geral, assinaladas apenas em nota. Contudo, uma dupla plica é conservada quando recai sobre um par formado de consoante, representada pelo grafema <u>, e semivogal ou vogal representadas por idêntico grafema, como em «ouúidas».

→ *Conservam-se as plicas colocadas sobre consoantes.*

5.4. Pontuação

☞ a) Conservam-se os sinais de pontuação do manuscrito. «Não sem uma dose de esquematização simplificadora, para os reduzir aos sinais tipográficos disponíveis». (cf. Borges Nunes 1969). Os sinais de pontuação usados na edição são a letra capital, o caldeirão (¶), o ponto (.), o duplo ponto (..), a vírgula (,), a dupla vírgula (,,), o ponto e vírgula (;), duplo ponto e vírgula (;;), os dois pontos (:), duplos dois pontos (::), travessão (—) e ainda três pontos em disposição triangular (∴) ou horizontal (...). Três pontos em linha vertical foram reduzidos a dois pontos (:).

→ *No nosso corpus, existem apenas os seguintes sinais de pontuação: o caldeirão (¶), o ponto (.), o ponto-e-vírgula invertido (⁂), a barra (/), a dupla barra (//), o travessão (—), os três pontos em forma triangular (∴) e ainda, no sentido de Martins, a letra capital. O referido por Martins na alínea seguinte também acaba por ser um sinal de pontuação.*

b) O ponto final de texto, que pode ser constituído por vários pontos variavelmente dispostos, um traço horizontal, desenhos, ou diversas combinações destes elementos, é representado por um ponto final de dimensão aumentada (cf. Borges Nunes 1969).

☞ c) Um ponto colocado no meio de uma palavra suprime-se.

Exemplos: des.poys → despoys, Mary/.a → Mary/a

³²⁶ No documento n.º 217 da presente edição (Mosteiro de Chelas, ano de 1544), as linhas são, excepcionalmente, numeradas de cinco em cinco, devido ao seu elevado número.

(→ Esta questão não se coloca no corpus. Se tal acontecesse, seria mantido o ponto.)

5.5. Capitalização

a) São conservadas todas as maiúsculas sem que, no entanto, se faça qualquer distinção entre os diferentes tipos de maiúsculas que ocorrem nos manuscritos (as maiúsculas iniciais de texto, por exemplo, têm normalmente um desenho próprio).

b) Transcrevem-se como maiúsculas todas as não minúsculas, incluindo portanto todos os níveis de semimaiúsculas.

A norma acima enunciada justifica-se porque as semimaiúsculas, tal como as maiúsculas, são geralmente iniciais de palavra e, tal como elas, ou correspondem a sinais de pontuação ou parecem estar preferentemente associadas a certas palavras dentro de cada texto. Por exemplo, «Sentença», «Alma», «Era», todos os nomes de meses, alguns antropónimos. Note-se, no entanto, que as semimaiúsculas, diferentemente das maiúsculas, podem aparecer generalizadas à posição inicial de palavra; isto acontece, em alguns documentos, com as letras 'a' e 'j', nomeadamente.

O critério usado para distinguir as semimaiúsculas das minúsculas é o desenho e não a dimensão.

5.6. Letras mal traçadas e letras sugeridas

☞ a) Letras a que falta um traço ou que têm um traço a mais (o que acontece com alguma frequência com as letras 'm', 'n', 'u' e combinações das mesmas) são reconstituídas sem qualquer indicação.

→ Em letras cujo traçado irregular pode dar azo a confusão com outras letras (i.e. em letras em que um traço a mais ou um traço a menos as faz transformarem-se noutra letra, como "m" ↔ "n"), transcreve-se tal como está no manuscrito. Em casos que nunca poderiam dar azo a confusão (por exemplo um "t" com dois traços horizontais, ou até um "m" em que, faltando a última perna com desenho pleno, está lá contudo um traço horizontal indicador do início da mesma), transcreve-se a forma regularizada e assinala-se o procedimento em nota.

☞ b) Adota-se o conceito de letra sugerida proposto por Borges Nunes (1969: 106):

Chamo «sugeridas» às letras não formalmente escritas, mas também não formalmente omitidas (por abreviatura, esquecimento ou erro). Elas aparecem substituídas por um prolongamento de traço, um traço deixado, a evidência de um conjunto; e devemos supô-las assistidas da intenção de que tais indícios bastassem para elas serem lidas.

As letras «sugeridas» são reconstituídas sem qualquer indicação.

(→ Esta questão não se colocou no corpus. Se tal tivesse sucedido, todavia, o critério para a reconstituição seria tão exigente quanto possível e o facto assinalado em nota.)

☞ 5.7. Números

Os símbolos numéricos que ocorrem nos manuscritos são sempre mantidos, não sendo substituídos por formas extensas.

Quando representado por «X» asgado, o número «40» é transcrito por «X^L».

(→ *Apenas a notar que não há X asgado no corpus. A norma, no entanto, seria seguida.*)

☞ 5.8. Símbolos editoriais

Como instrumentos auxiliares da edição foram usados os símbolos abaixo discriminados, denotando procedimentos, juízos ou hesitações do editor, bem como características materiais ou supra-grafémicas dos documentos (com implicações no que diz respeito à sua decifração linear).

[]	Reconstituição do editor
(...)	Parte de um documento não transcrita ³²⁷
[...]	Fragmento não legível, por deterioração material
[.]	Símbolo gráfico não legível, por deterioração material
[?]	Símbolo gráfico de leitura difícil
[???]	Vocabulo ou fragmento de leitura difícil
< >	Entrelinhado
{ }	Riscado
{{ }}	Borrado ou apagado
(?)	Leitura duvidosa
(.?.)	Desenvolvimento de abreviatura duvidoso
(...?)	Abreviatura não desenvolvida
(sic)	Erro não corrigido ou forma bizarra
[≈]	Leitura alternativa

→ *Utilizaremos uma lista diferente e mais económica de sinais editoriais. Ao estipular menos conceitos transplantados para procedimentos automáticos — ou seja, ao estipular menos sinais editoriais (procurou-se firmemente o mínimo) —, é uma lista que diminui a confusão que por vezes pode surgir entre conceitos que se querem estanques e claros, ao mesmo tempo que exige menos esforço de memorização e confrontação por parte do leitor. Uma consequência necessária desta procura do mínimo de sinais editoriais é privilegiarem-se as notas de rodapé; considera-se isso não um defeito, mas uma virtude, pois é apenas nas notas que se pode dar informação desenvolvida — o que qualquer edição escrupulosa amiúde tem de fazer, não obstante os sinais editoriais de que disponha. As notas são sempre uma realidade com que temos de nos confrontar com alguma frequência; entre abusar dos sinais e abusar das notas — e assumindo que o*

³²⁷ Nos casos em que no interior de um documento escrito em latim se reproduz um documento em português, transcrevi apenas o documento em português. Também não transcrevi documentos em latim reproduzidos no interior de documentos em português. Do mesmo modo, não transcrevi textos no interior de um documento quando são exteriores à região que o mesmo representa. Por exemplo no que diz respeito ao documento n.º 52 (S. Miguel de Vilarinho, ano de 1329), não transcrevo o texto de uma procura feita em Lisboa por um tabelião desta cidade.

perfeito meio-termo, o que obviamente sempre se procura, é impossível —, será menos prejudicial o segundo.

Segue a lista dos sinais editoriais utilizados na presente edição.

[]	Reconstituição do editor
	Borrado (tem sub-procedimento enunciado a seguir)
{ }	Riscado, supuntado, raspado — i.e. tanto quanto se consegue perceber, cancelado intencionalmente pelo autor; inclui-se aqui o acto de escrita em que a correcção consiste apenas na escrita do segmento novo no mesmo sítio do anterior (tem sub-procedimento enunciado a seguir)
< >	Entrelinhado
+	Abreviatura não desenvolvida (na sequência do exposto em 5.1.2, alínea e)
*	Qualquer segmento com leitura duvidosa
†	Qualquer segmento que não se conseguiu ler (tem sub-procedimento enunciado a seguir)

Importa também referir:

a) A respeito do 2.º e 3.º sinais:

- 1. Quando esses sinais não têm na transcrição espaçamento da palavra que os antecede, é porque também o não têm no manuscrito. Exceptuam-se os casos em que conseguimos ler o suficiente dos segmentos em questão para os separar do que os antecede por razões morfológicas (seguindo as normas já enunciadas para o efeito).*
- 2. Quando os sinais não têm espaçamento da palavra que os segue, é porque esta foi escrita no mesmo sítio (e não ao lado, em baixo ou em cima) do que ficou anulado. E.g. no texto 89, o escriba faz “{domjgiz}diaz”, i. é, escreveu o último nome no mesmo espaço do anterior; se tivesse escrito e riscado o primeiro e depois escrito ao lado o segundo, teríamos “{domjgiz} diaz”.*

b) A respeito do último sinal (a chamada cruz do desespero, não sendo difícil perceber porquê):

- 1. Se não surgir dentro dos sinais || ou {}, a ilegibilidade deve-se a deterioração material.*
- 2. Quando o sinal não surge espaçado de alguma palavra transcrita, é porque o não está no ms.; quando surge espaçado no ms. é porque também o está na transcrição. E.g. em “Mar†”, o excerto ilegível está junto de “Mar” no ms.; em “Mar †”, está separado.*
- 3. Um só † significa uma só unidade gráfica ilegível (por unidade gráfica entende-se cada conjunto de letras escritas sem espaço entre elas ou cada letra escrita isoladamente no texto, numa espécie de palavra gráfica; podem corresponder a uma, mais ou parte de uma unidade morfológica). Dois † (i.e. † †) significam dois fragmentos ilegíveis; e por aí fora.*
- 4. Quando se sabe que há mais do que um fragmento ilegível no ms., mas não se sabe quantos são, põem-se dois sinais separados por reticências (†...†). Quando não se*

sabe ao todo quantos fragmentos ilegíveis estão no ms., põe-se o sinal com reticências em expoente (†^{...}).

5. Quando há informações seguras e pertinentes sobre o número ou o tipo da(s) letra(s) e / ou sinal(is) omitido(s), abre-se nota de rodapé.

Os procedimentos vistos correspondem a, ou cobrem, os sinais de Martins: 1.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, 11.º e 12.º. O conceito correspondente ao 2.º sinal de Martins (a indicação de partes de documentos não transcritas) é aplicado em nota de rodapé, na qual se podem acrescentar comentários sobre o documento não transcrito. O 13.º (a indicação de erro não corrigido ou forma bizarra) não é utilizado; qualquer erro não corrigido pelo autor ou qualquer forma bizarra são deixados sem intervenção. Isto poupa-nos as arbitrariedades que sabemos serem frequentes nesse tipo de procedimento; para além disso, poupa-nos muitas referências e comentários laterais que seriam necessários para um uso rigoroso do mesmo. Finalmente, o 14.º (a indicação de leitura alternativa) é aplicado em nota, onde também se podem fazer comentários relevantes.

As notas de rodapé são vistas especificamente em 5.10.

☞ 5.9. Cabeçalhos

A transcrição de cada documento aparece precedida por um cabeçalho contendo a informação a seguir discriminada:

Linha 1: número do documento na presente edição (centrado);

Linha 2: identificação do mosteiro a cujo fundo o documento pertence (no limite esquerdo da linha); data do documento, limitada à menção do ano, ou indicação de que o documento não tem data (no limite direito da linha);

Linha 3: restante identificação arquivística, i. e., número de maço e número de documento dentro do fundo monástico a que pertence (no limite esquerdo da linha);

Linhas 4 e seguintes: sumário do conteúdo do documento, iniciado pela menção do tipo de documento ('notícia', 'testamento', 'emprazamento', 'venda', 'doação', etc.) e incluindo, sempre que possível, identificação das partes e dos bens que consubstanciam o acto jurídico, do autor material do documento e do local de emanção do mesmo.

→ *Adopta-se aqui uma estrutura diferente:*

Linha 1: igual a Martins.

Linha 2: (i) *Limite esquerdo da linha:* uma vez que todos os documentos do corpus pertencem ao mesmo fundo (Ordem de Avis, Convento de S. Bento de Avis), não é colocada neste sítio a identificação da sua proveniência. É registado aqui, ao invés, o seu local de produção. — (ii) *Limite direito da linha:* indica-se a data, mencionando, sempre que tal surja no documento, não só o ano como o dia e o mês.

Linha 3: tal como em Martins, indicam-se aqui os números do maço e do documento.

Linha 4 ss.: sumário do documento, iniciado, como em Martins, pela menção do tipo diplomático. Ao contrário de Martins, não vêm discriminados o

autor material do documento (pois os docs. estão organizados por tabelião) nem o local de emanação (que está referido na Linha 2).

Os sumários que já existem nas Cadernetas da Ordem de Avis, feitos por um conservador da Torre do Tombo (cf. o ponto 1, §1 desta Introdução), contêm demasiados erros para poderem ser utilizados sem escrutínio; os sumários da edição, obviamente não ignorando esses sumários — até utilizando algumas vezes a sua parte descritiva e, em geral, a estrutura dessa parte —, foram contudo feitos directamente sobre os textos, sem excepção.

A grafia de todos os nomes é actualizada, a não ser nos casos em que pode haver dúvidas sobre qual seria ao certo o nome que o escriba interpretaria (é um exemplo a alternância “Eanes” / “Anes”); nesses casos, põe-se no sumário, entre aspas, a exacta forma que surge no manuscrito.

☞ **5.10. Notas de rodapé**

Os sinais auxiliares de edição estabelecidos em 5.8 permitem reduzir ao mínimo o recurso a notas de rodapé, visto que transmitem, de forma económica e clara, grande parte da informação devida pelo editor ao leitor. Ainda assim, alguns apontamentos cabem em notas de rodapé, nomeadamente:

- a) as referências bibliográficas relativas a anteriores edições de alguns dos documentos;*
- b) notas respeitantes a questões de datação;*
- c) qualquer informação sobre traços materiais ou grafémicos dos manuscritos que não possa ser representada pelos símbolos editoriais apontados em 5.8;*
- d) intervenções do editor, no sentido da supressão de sinais gráficos, como [a]s mencionadas em 5.1.1 e 5.3.*

→ As notas a e c de Martins mantêm-se. A nota b não tem aplicação aqui, porque não há questões respeitantes a datação a serem referidas nas transcrições. A respeito da nota d, o que importa referir é que, na presente edição, não se suprimem sinais gráficos. Em todos os casos previstos nestas normas há um sinal específico para esse tipo de questão; em casos não previstos, faz-se nota.

Resta mencionar os cinco procedimentos de notas de rodapé que foram registados ao longo das normas:

- 1. A indicação de parte de documento não transcrita (vista em 5.8).*
- 2. A indicação de leitura alternativa (vista em 5.8).*
- 3. A indicação de abreviatura não desenvolvida, quando há mais do que uma abreviatura não desenvolvida numa mesma palavra ou quando há apenas uma, mas com significado específico (vista em 5.1.2, e).*
- 4. A indicação de intervenção em letras mal traçadas (vista em 5.6, a).*
- 5. A indicação de pormenores relativos a segmentos não lidos (vista em 5.8).*

☞ 5.11. Documentos de duplo testemunho (variantes)

Na medida em que um acto jurídico (dispositivo) envolve, pelo menos, duas partes, dará normalmente origem a, pelo menos, dois testemunhos escritos, ‘tal um como o outro’, destinados a dar a cada uma das partes contratantes a capacidade de fazer prova do acto. Por vezes, encontramos entre os documentos guardados por um mosteiro não só a cópia que pertenceria ao mosteiro enquanto parte no acto jurídico (geralmente autor moral) como também a cópia que seria devida ao outro interveniente (normalmente destinatário).

Em situações deste tipo, transcreve-se apenas um dos testemunhos, discriminando logo abaixo as variantes do outro.

(→ *Não temos casos destes no corpus. Seria contudo seguido o procedimento de Martins.*)

Refiram-se ainda dois aspectos. Em primeiro lugar, que acidentes do documento como buracos, manchas, etc. só são notados em casos excepcionais. Em segundo lugar, uma nota sobre um facto que, apesar de não ser referido por Martins, se vê em alguns dos exemplos que vai dando para os vários pontos: as letras superiores à linha que implicam desenvolvimento (i.e. quando não são uma emenda na entrelinha, caso discriminado nos sinais) são passadas para a linha regular e postas em itálico, como os demais desenvolvimentos; e.g. Pet^o → *Pedro*, citado no ponto 5.1.2, alínea c. Aqui, faremos o mesmo (como também já se viu implicitamente)³²⁸.

³²⁸ Não é essa uma questão da maior importância, mas, tendo em conta que o procedimento oposto — deixar a letra superior à linha, não obstante o desenvolvimento de outro(s) segmento(s) a partir do mesmo sinal — tem uma tradição considerável na paleografia portuguesa (e.g. Borges Nunes, no seu *Álbum*), seria sempre melhor discriminar o procedimento escolhido. Quer um quer outro procedimentos são plenamente razoáveis.

B. Documentos

I. Documento com o sinal de Domingos Viegas, tabelião em São Vicente da Beira.

1

[S. Vicente da Beira]

IX/1274

Maço 2, 233

Venda de Martim Peres Louriceiro e Domingas Miguéis, sua mulher, a D. Bartolomeu e a D. Ausenda, sua mulher, de herdamentos, vinhas, casa e moinhos, no Lourical, termo de S. Vicente da Beira.

[Jn] nomine dominj amen . Esta é carta de uêdição e de perdurauel firmidon a qual /² encomêdamos a facer ensenbla . Eu Martj perez Lauriceyro . e mha moller /³ Domĩgas migeeyz A uos dõ Bartholameu . e a uossa moller /⁴ dõna Ousêda . ffaçemos carta derdamêtos e de vinas e de Casa e de /⁵ Moyos cõ todas sas pertéenças e cõ todas sas entradas ã môte e en fonte /⁶ que nos auemos En termo de santo vicête . hu chamã o LouricaL cõmo /⁷ parte cõ heréés que forõ de Johãmo do Adro . E da outra parte cõ don /⁸ Sauastao pelo cume uertête Agua . E da outra parte cõ fillos de vicête /⁹ motúú E da outra parte cõ Johã pááez ó ouelleiro . E da outra parte cõ /¹⁰ fillos de Johã galego . vendemos a uos por preço que de uos recebemos /¹¹ cõuê a saber xxxx v . marauidis . qua tâtu ³²⁹ a nos e a uos bẽ plougue /¹² e de sto preço nẽ hũa rrem nõ reméêceu por dar . Agades uos /¹³ essa uêda assj cõmo é de suso o dito pera todo tẽpo . E se pela uẽtura /¹⁴ alguẽ uéer da nossa parte ou da estrãna que este feyto queira britar /¹⁵ ou demãdar no lhj seia outorgado . E se nos en cõcelho nõ queremos /¹⁶ ou nõ podemos a uos outorgar esta uêda dublemos a uos é cãto /¹⁷ for mellorada e ou senhor da terra . C marauidis . ffeyta a Karta /¹⁸ no Mes de Setẽbro na Era – M^a – CCC – e xij . Reynaua en Portugal /¹⁹ e no Algarue don Affonso . Sẽnores ³³⁰ da terra Dõna Orracha /²⁰ fernãdiz . e Martj migéeyç priol do Monesteyro de san Jorge . Alcayde /²¹ Steuã gõçaluiz . Alcaldes Domĩgos rodrigyz . e don Méendo /²² e Johã pááez ouelleiro . Juíz Domĩgos pááiz regoyn . e Nos /²³ de suso ditos nomeados que esta carta encomêdamos a fazer cõ nossas /²⁴ Maos proprias á rouoramos e outorgamos é cõfirmamos . Que presêtes /²⁵ Migeel steuaiz . Pedro pááiz ouelleiro . Egas iohanes . Steuam /²⁶ alqueire . ffernã óorigiz . Meen gõçaluit . Johã mesurado . e /²⁷ Domĩgos gõçaluit uaqueiro . Eu Domĩgos ueegas Tabaliõ /²⁸ [ẽ] santo vicête esta carta escreuj e meu sinal hj pussj /²⁹ ●

³²⁹ Leitura alternativa: “qua atãtu”.

³³⁰ Leituras alternativas, posto que menos prováveis: “Señores”, “Senõres”.

II. Documento com o sinal de Julião Domingues, tabelião em Castelo Novo.

2

[Castelo Novo]

XII/1283

Maço 2, 221

Venda de Fernão Joanes e sua mulher, a D. Bartolomeu e D. Ausenda, sua mulher, duma herdade situada no Lourical, termo de S. Vicente da Beira.

Jn nomine dominj . ¶ eu ffernã Joanes . e mha moller do[na J]oyãa /² A uos dõ bertolameu e a uossa moller do[n]a ousenda . ff[azemos] ka/³rta dũa erdade . qe auemos ã termho de sã uiçete eno lourical /⁴ como parte cõ . Joã ioanes . Item cõ pedro martiiz . Item cõ /⁵ vosco cõprador . vêdemos a uos essa erdade per preço qe de /⁶ vos reçebemos cõuẽ saber j̃j̃j̃j̃ Marauidis . e do preço nõ ficou por dar /⁷ e se algẽ ueer qe esta karta qera qebrãtar e nos ã conçe/⁸llo nõ qisermos ou nõ podermos outorgar . pectemos a uos essa /⁹ erdade dubrada e quanto for mellorada e ao ssennor da terra /¹⁰ . C . Marauidis . feita karta no mes de dezẽbro da . Era . M^a . C^a . C^a . C^a . /¹¹ e xxj^a . Regnaua ã portugal dõ dinis . Sẽnores da terra /¹² os ffreires do tẽple alcaldes ã castel nouo . Afõso rodrigiz /¹³ e pedro nauarro . Testemõias . Martj ioanes bẽfalãte . e Martj ioanes . /¹⁴ da soelleira . e Martj martiiz crerigo . e nos uẽdedores qe esta /¹⁵ karta mãdamos cõ nossas maos rouoramos . e eu Joyao domigiz /¹⁶ tabaliõ ã castel nouo . a rrogo das partes esta karta escreui e /¹⁷ ela este meu sinal pugj . ã testemõio de uerdade ●

III. Documentos com o sinal de Pedro Moniz, tabelião em São Vicente da Beira.

3

[S. Vicente da Beira]

I/1285

Maço 2, 209

Venda de Pedro Martins e Maria Fernandes, sua mulher, Martim Joanes e Domingas Peres, sua mulher, Martim Reixa (por si e como procurador de D. Giraldo e da mulher deste, Geralda Soares) e D. Maior, sua mulher, e Domingos Reixinho, a Pedro Franco e D. Ermesinda, sua mulher, e a Estêvão Domingues e D. Maior, sua mulher, dum herdamento situado a par da Cabeça da Zebreira, na Malada de Fernão Coelho.

Jn nome de deus eu Pedro . martíjt e mha moler Marîa fernâdiz . eu /² . Martj . ioanes e mha moler Domîgas perez eu . Martj reyx/³a e mha moler dona Mayur eu . Domîgos reyxîho a uos . Pedro . frã/⁴cho e a uosa moler e a uosa moler dona Ermesenda e a /⁵ uos . Steuã domîguit e a uosa moler dona Ma/⁶yur fazemos Carta dũu erdamto que nos auemos a par /⁷ da cabeça da zebreyra en logar que chamã A malada /⁸ de ffernã coelo vedemos a uos câto nos y auemos por pe/⁹co que de uos recebemos . scilicet . xij . marauidis que tâto a nos e a /¹⁰ uos aprougue e do preco⁺ ³³¹ nã remaeceu e se alguẽ quiser /¹¹ a uos demãdar câto demãdar tâto ã duplo a uos /¹² cõpona e se nos ã Concelo nã quisermos a uos outorgar /¹³ coponamos a uos dubrado ou senhor da terra . C . marauidis feyta /¹⁴ a carta no mes de Janeyro da Era . M^a . CCC^a xxiiij^a . Dõ /¹⁵ Denis Rey de Portugal e do Algarue senores da terra Jnfante /¹⁶ dõ . Afonso . e ffernã gonçalujz Priul de s[an] vicête Alcayde . Pedro . mar/¹⁷tíjt Alcaldes . Martj . perez . Martj . uicête Sauastao martíjt Juyz /¹⁸ Migeel bugieyro e nos de suso nomeados que esta carta /¹⁹ cõ nossas maos reuoramos Eu . Martj reyxu uêdo a uos o quinõ /²⁰ desa erdade de dõ Giraldo e de ssa moler Giralda soaríz per pro/²¹curacõ que a mj derõ feyta per mao de Joã perez tabaliũ de sou/²²sel e seelada do Concelo dj . que a mj derõ poder de u uêder /²³ Jtem obrigome eu Martj reyxu a uos cõparadores que cãdo for /²⁴ meu filho Ayras de reuora que eu uola chegue a reuorar /²⁵ esta Carta per mj e per meu auer *testimũias* cando reuorarõ . esta carta /²⁶ Martj reyxu e . Martj ioanes e ssas moleres dõ Abril . Joã . escu/²⁷deyro Pedro ioanes Joã martíjt . *Testimũias* . cãdo reuorou . Pedro . martíjt /²⁸ e ssa moler dõ . Mateus Domîgos . domîguit de Casteleyo *testimũias* cãdo /²⁹ reuorou . Domîgos . reyxu . Martj martíjt Martj durã eu . Pedro . /³⁰ moníz tabeliunt en san vicête que presente foy e a procuraçõ /³¹ uij e meu sinal aqui fizj •

³³¹ Abreviatura não desenvolvida: sinal de or/ro/etc. (traço cortando o “p”).

4

[S. Vicente da Beira]
Maço 2, 253

VII/1287

Venda de Maria Peres a D. Bartolomeu e a D. Ausenda, sua mulher, duma herdade situada no Lourical, termo de S. Vicente da Beira.

³³² Jn nome de deus amen eu *Marã* . *perez* . a uos dõ Bertolameu e a uosa /² moler dona Ousenda faço Carta dunha erdade *que* nos auemos ã ter/³mo de san vicête ã loguar *que* dizẽ laurical *parte* cõ uoscho cõ/⁴paradures *Item* cõ **Martj* . *paez* . *Item* pelo riho docresa cõtra soeleira /⁵ vêdo ³³³ [a u]os essa essa erdade *por* peço *que* de uos recebj . *scilicet* . /⁶ *vij [marauidis] ³³⁴ *que* tâto a mj e a uos aprougue . aiades uos essa erdade /⁷ pora sêpre ³³⁵ e se uola alguẽ demãdar cãto demãdar tâto /⁸ ã [du]bro a uos cõpona *Domino* terre . C . *marauidis* feita . Carta no /⁹ mes de . Julho . Era . M^a . CCC^a . xxv . Dõ Denis Rey de *portugal* /¹⁰ e do Algarue Senores da terra Infante dõ . *Afonso* . e ffernã . goncal/¹¹uiz . [pri]ul de san Jorgue . Alcayde *Domigos* . pasqual Alcaldes . vicête *perez* /¹² *Joã* de coyra . dõ . Beyto Joyz . *Martj* durã e eu de suso dicta /¹³ *que* esta . Carta cõ nosas mhaos roberamos *testimũias* *Joã* de coyra Alcayde /¹⁴ *Joã* ³³⁶ frutuso . *Martj* . *perez* . Durã seu neto Eu . *Pedro* . moníz Tabeiunt /¹⁵ de ³³⁷ san vicête *que* meu sinal aqui fiz •

5

DIVIDE-SE EM DOIS SUB-DOCUMENTOS:

5-1

[S. Vicente da Beira]
Maço 2, 247

I/1290

Venda de João Joanes Mesurado e D. Susana, sua mulher, a Durão Domingues e Maria Martins, sua mulher, duma herdade situada no lugar de Ocrea, termo de S. Vicente da Beira.

JN nome de deus amen . eu *Joã* . iohanes mesurado e mha mo/²ler dona Susana a uos Durã domiguiz e a uossa moler /³ *marã* . *martijz* . fazemos a uos Carta dũa erdade *que* nos auemos ã /⁴ termo de san uicête ã loguar *que* dizẽ Ocrea *parte* cõ /⁵ *Martj* iohanes e cõ seus fillos *Item* cõ *Domigos* domiguiz *Item* cõ . Adam⁺ /⁶ iesus *Item* cõ . Sauastao tabardo . *Item* pelos penedos dos /⁷ moços uelos auguas uertêtes descontra fontáa pora ocre/⁸sa . *Item* como uerte augua . descontra a mata pora ocrea ven/⁹demos a uos essa

³³² O pergaminho tem, no lado esquerdo mas no interior do texto, dois buracos, que serão anteriores à feitura do doc.. Esses buracos, que estão nas linhas 5-7 e 14-15, vão assinalados na transcrição.

³³³ Buraco no pergaminho.

³³⁴ Buraco no pergaminho.

³³⁵ Buraco no pergaminho.

³³⁶ Buraco no pergaminho.

³³⁷ Buraco no pergaminho.

erdade feita e por fazer por preco que de uos rece/¹⁰bemos cõuem a saber . Lx^{ta} . marauidis que tâto a nos e a uos aprougue /¹¹ aiades uos esse erdamento pora senpre e se uola alguem /¹² demãdar câto demãdar tâto ã dubro a uos cõpona /¹³ e pete ou senhor da terra C . marauidis e se uos nos ã /¹⁴ Concello nõ quisermos ou nõ podermos a uos outorguar /¹⁵ essa erdade cõponamos a uos dubrada e câto for me/¹⁶lorada f*|ei|<ei>ta³³⁸ Carta no mes de Janeyro Era . M^a . /¹⁷ CCC^a . xx viij^a . Dõ Denis Rey de portugal e do Algarue /¹⁸ senores da tera Infante dõ . Afonso . e . Pedro . perez priol de san /¹⁹ Gorgue Alcayde . Joã martijz Alcaldes Martj perez . Martj . /²⁰ caseguel . Joã . perez ioíz dõ viuas e nos de suso dictos /²¹ que esta Carta cõ nossas mhaos roboramos *testimũias* . Steuam . /²² da calça Domĩgos . mēēdiz baesteiro Diogo perez . Pedro . migueez . /²³ Martj . beitz . eu . Pedro . moníz tabeliunt de san uicēte que meu /²⁴ sinal aqui fizj ●

5-2

[S. Vicente da Beira]
Maço 2, 247

15/III/1290

Colaço de Domingos Domingues e Maria Bartolomeu, sua mulher, à venda referida no sub-doc. anterior, por terem pago metade do preço.

Conoscam câtos esta carta deste erdamento uirẽ como /² eu³³⁹ . Durã domĩguiz e mha moler Marĩa . martijz colemos a esta er/³dade . Domĩgos domĩguiz e ssa moler Marĩa . bertolameu . que a aiamos Per /⁴ meio . porque eles . pagarõ . ende a meiadade dos . marauidis *testimũias* /⁵ Martj perez . Joã . perez . Alcaldes de san vicēte . Adã iesus [pedro mēē]/⁶diz . eu Pedro moniz tabeliunt de san vicēte que meu sinal /⁷ aqui fizj . xv . dias de Marco . Era . M^a . CCC^a . xx viij^a³⁴⁰ /⁸ e se nos alguẽ demãdar este erdamento sairnos anbos a ela [●]

6

[S. Vicente da Beira]
Maço 2, 217

I/1292

Venda de Maior Eanes a Martim Reixa e Maria Estevais, sua mulher, do seu quinhão num moinho situado em Rio de Moinhos, termo de S. Vicente da Beira.

Jn nome de deus amen . eu Mayor eanos uobis . Martj /² reyx e a uossa moller Marĩa steuaíz faço karta /³ de meu quinõ dũ Moĩho que eu ey ã termo de san /⁴ uicēte ã loguar que dizẽ Ryho de moĩhos . parte . cõ /⁵ uoscho cõparadores . vẽdo a uos o meu directo de/⁶sse moĩ cõ ssas pertẽencas . por peço que de uos recebj /⁷ cõuẽ a saber v . marauidis e meio que tâto a nos e a uos /⁸ aprougue aiades uos esse moĩho pora senpre e se /⁹

³³⁸ A dúvida respeita apenas (i) a se o segmento considerado como borrado o está efectivamente e (ii) à leitura da(s) letra(s) que o integra(m).

³³⁹ Antes de “eu” mas não propriamente à margem (i.e. surge dentro da mancha do texto), está o que se afigura como um “o” sobrescrito e de tamanho reduzido, sem significado aparente.

³⁴⁰ Mancha no ms. não deixa perceber se está alguma coisa escrita no final desta linha.

uol{o}os alguẽ demãdar pete ou senhor da terra /¹⁰ . C . marauidis e auer delo outorguado per meu auer fei/¹¹ta . karta no mes de Janeiro Era . M^a . CCC^a . xxx /¹² Reynaua ã portugal e no Algarue . dõ Dinis /¹³ senores da terra Infante dõ Afonso . e . Pedro . perez priol de /¹⁴ san Gorgue Alcaide Durã domĩguiz Alcaldes dõ . Beito /¹⁵ Sauastao martiiz Pedro mēẽdiz Jayz . Joã . galego /¹⁶ eu . de suso dita que esta . karta . reuoro *testimũias* Durã /¹⁷ pregoeyro . Martj . cãsado dõ ffrutuso carpẽteiro /¹⁸ eu . Pedro . moniz tabeliunt de san uicẽte que meu si/¹⁹nal aqui fiz •

7

[S. Vicente da Beira]

XII/1292

Maço 2, 218

Venda de Pedro Menino e Maria Peres, sua mulher, a Estêvão Domingues e D. Godinha, sua mulher, duma herdade situada em Vale Feitoso, termo de S. Vicente da Beira.

³⁴¹ Jn nome de deus amen eu . Pedro . menino e mha moler /² Marã . perez uobis . Steuã domĩguiz e a uossa moler dona /³ Godinha fazemos . karta . dũa erdade que nos aue/⁴emos ã termo de san vicẽte u dizẽ val feyto/⁵so parte cõ dõ Abril Jtem cõ . Laurẽco vẽde/⁶mos uobis essa erdade por peco que de uos recebemos /⁷ cõuẽ a saber . x . marauidis que tãto a nos aprougue /⁸ aiades uos essa erdade pora senpre /⁹ e se uola alguẽ demãdar pete ou /¹⁰ senhor da terra . C . marauidis e auer dela ou/¹¹torgada per nossos aueres . feita karta /¹² no mes de Dezẽbro Era . M^a . CCC^a xxx /¹³ Reynaua ã Portugal e no Algarue . el Rey /¹⁴ dõ . Denis Senores da terra . Infante /¹⁵ dõ . Afonso . e . Pedro . perez priol de san Gorgue Alcaide /¹⁶ Sauastao martiiz . Alcaldes Domĩgos . pas/¹⁷qual Adã iesus vicẽte perez jaiz Gun/¹⁸calo mouro . *testimũias* Pedro uicẽte . Martj /¹⁹ domĩguiz Afonso . Laurẽco eu Pedro moniz tabeliunt /²⁰ de san uicẽte que meu sinal /²¹ aqui fiz •

³⁴¹ Antes do texto que se transcreve, está, no topo do pergaminho, em letra normal e em mancha normal: “Jn nome de deus amen Eu Pedro menino a uos Marã /² perez”, seguido de traço cancelando a linha (i.e. equivalente a ‘•’). Como se vê pelo texto que segue, trata-se de um começo abortado, devido a erro, do documento.

IV. Documentos com o sinal de Pedro (E)Anes, tabelião em São Vicente da Beira.

8

[S. Vicente da Beira]

19/IV/1293

Maço 2, 198

Venda de Sebastião Sebastães e Maria Peres, sua mulher, a João Pais, duma vinha com árvores, no Souto.

Jn dej *nomine* amen Eu Sauascaao sauaschayz e ma molher *Marã* periz vendemos a uos Joã paez hũa vina e cõ sas aruores /² no souto *que parte* cõ Joã soariz e cõ Joã paez e per careyra pu[l]uega e per môte uertente agua a esa vina vendemos a uos o no/³so quinõ desas vinas cõ sas aruores cõ sas perteenças todas por xv *marauidis* e meyo *que* de uos reçebemos e somos ia paga/⁴dos E se algẽ da nosa parte ou da outra uéer *que* este noso feyto quiser britar peyte ao senhor da terra C *marauidis* e se nos ẽ cõ/⁵cello esta uenda a uos nõ quisermos ou nõ poderemos outorgar cõponamos ela a uos dubrada e melorada ffeyta a carta /⁶ xix dias dabrill da Era M^a . CCC xxxj ano *testimũhas* Sauaschãão martijz Domjgos esteuaze Joã iesus eu pedreanes Taballiõ de /⁷ san viçente esta carta escreuj este meu sinal hi pusi ●

9

[S. Vicente da Beira]

10/IX/1293

Maço 2, 197

Venda de João Viegas e Martim Viegas, filhos de Egas Lobo e de D. Olaia, a Durão Mourisco e a Domingas Jesus, sua mulher, dum herdamento no Boldrão, em S. Vicente da Beira.

Jn dej *nomine* amen Sabhã quãtos esta carta virẽ e ouirẽ Como nos Joã ueegas /² e Martj ueegas fillos de Egas Lubu e de dona OLaya en outro tenpo /³ moradores en san viçente vendemos a uos durã mourisco e a uosa moler /⁴ Domjgas iesus o nosso erdamẽto *que* auemos en san viçente no boldrõ cõ/⁵ven a saber vina cõ seu tereo e cõ sas Lousas vendemos a uos o noso dereyto desa /⁶ vina e dese tereo e de Lousas parte a vina e o tereo cõ ereos de paay caldeyra /⁷ E cõ Steuã galego E pela careyra puluega vendemos a uos esa vina esas /⁸ lousas ese tereo pera uos e pera quẽ de uos for por . dez . *marauidis* *que* de uos reçe/⁹bemos . E se algẽ da nosa parte ou da outra uéer *que* este noso feyto quiser britar /¹⁰ peyte ao senhor da terra . C . *marauidis* e quãto demãdar tanto en dubro cõpona /¹¹ e se nos en conçelho esta venda a uos nõ quisermos ou nõ poderemos outorgar cõ/¹²ponamos ela a uos dubrada e melorada ffeyta a carta . x . dias de Setẽbro da Era M^a /¹³ CCC^a xxxj . ano *testimũhas* Mateus esteuaze Joã das ramadas . Eu pedreanes Taballiõ de san /¹⁴ viçente esta carta escreuj este meu sinal y pugi en *testimũio* de uerdade

10

[S. Vicente da Beira]
Maço 2, 244

30/XI/1293

Venda de Pedro Domingues a Martim Reixa e Maria Estevais, sua mulher, duma herdade situada na Zebreira.

Jn dej nomine amen Eu Pedro domjgiz vendo a uos [Martj r]eyxa e a uosa moler Marĩa esteuaez /² quãta erdade ey na zeuereyra que parte uosco e [cõ uosos jr]mããos vendo a uos esa erdade /³ cõ sas perteeças por viij marauidis que de uos recebj e sóo ia pagado . E se Algẽ da ma parte e da /⁴ outra uéer que este mey feyto quiser britar peyte ao senhor da terra . C . marauidis e dubre quãto demã/⁵dar . E se eu en Conçelo esta uenda a uos nõ quiser ou nõ poder outorgar cõponhamos ela a /⁶ uos dubrada e melorada feyta a carta xxx dias de Nouẽbro da Era M^a . CCC^a xxxj . *testimũhas* Mateus est/⁷euaez Domjgos ffernandiz ³⁴²pedro domjgiz Domjgos méédiz . Eu Pedreanes Taballiõ de san viçente esta carta escreuj /⁸ este meu sinal hy pugi en Testymũio desta cousa ●

11

[S. Vicente da Beira]
Maço 2, 204

4/I/1294

Venda de “Giral domjgiz” (ou “Girald migeiz”, na sequência do que se anota no texto) e Geralda Soares, sua mulher, representados por Pedro Domingues, a Pedro Franco e Ermesinda Jesus, sua mulher, do foro de metade dum casal na Zebreira.

Sabhã quãtos esta carta uirẽ e ouirẽ Comho eu <pedro domjgiz> procurador de /² Giral domjgiz ³⁴³ e de sa molher giralda soariz⁺ vendo a uos pedro /³ ffranco e a uosa molher Ermesenda ieselus hũu Meyo dũu Casal /⁴ na zeuera que foy de parte de pedro meediz de Canbas vendo a uos /⁵ o foro e a razõ dese Meyo do casal pera uos e pera quẽ de uos /⁶ for pera fazerdes dele o que quiserdes a este foro dese foro e /⁷ dessa razõ por xvj marauidis e x ssoldos que de uos recebj e de todo /⁸ são ia pagado e nõ fficou nemigalla por dar ffeyta a carta ííj /⁹ dias de Janeyro da Era . M^a . CCC^a xxx^aij anos *testimũhas* Domjgos doze . Martj /¹⁰ paez uizõs de san vizẽte Eu pedreanes Taballiõ de san vi/¹¹çente per rogo de pedro domjgiz e Jrmãão e procurador de Giral /¹² domjgiz ³⁴⁴ e de sa molher Giralda soariz per hũa procuraçõ feyta per /¹³ † ³⁴⁵ o Taballiõ de sousel . e do Cano esta carta escreuj este meu sinal /¹⁴ i pugi que tal he en testimũio de uerdade ●

³⁴² Desenvolvido apenas a partir do sinal de *er/re/etc.*, que está colocado por cima de entre “ff” e “n”.

³⁴³ Leitura alternativa: “Girald migeiz”. Cf. também a forma análoga na l. 12.

³⁴⁴ Leitura alternativa: “Giral/¹²do migeiz”. Cf. também forma análoga na l. 2.

³⁴⁵ Não ocupa espaço horizontal para mais do que duas letras; estende-se na vertical.

12

[S. Vicente da Beira]
Maço 2, 200

IX/1296

Venda de Domingos Jesus e Domingas Martins, sua mulher, com Domingos Martins e Maria Martins, sua mulher, a João Sobrinho, Maria Domingues, mulher deste, e a Sebastião Domingues, numa casa situada em S. Vicente da Beira.

Sabhã quãtos esta carta uirẽ e ouirẽ Como nos Domjgos iesel /² e ma moler Domjgas martijz eu Domjgos martijz e ma moler Mariã /³ martiz vendemos a uos . Joã . sobriõ e a uosa molher Mariã domjgiz e a /⁴ ty Sauaschãõ domjgiz hũa casa que auemos en san vicẽte /⁵ que parte conos coybrãos Jtem pela careyras do cõçelho /⁶ por xviii marauidis que de uos regebemos e somos ia pagados /⁷ e se algẽ ueer da nosa parte ou da outra que este nosso fey/⁸to quiser britar peyte . C . marauidis ao senor da terra . ffeyta a /⁹ carta no mes de Setẽbro da Era . M^a CCC xxxiiij . anos /¹⁰ testimũhas diego periz Lourenço iohanes . Seruido eu pedeanes Taba/¹¹lliõ de san viçente esta carta escreuj este meu sinal y /¹² pugi que tal e en testymũio desta coussa •

13

[S. Vicente da Beira]
Maço 2, 202

VII/1297

Venda de Martim Pais e Domingas Martins, sua mulher, Pedro Domingues e Domingas Peres, sua mulher, e Domingos Ramos, a Domingos Domingues e Maria Bartolomeu, sua mulher, numa casa com forno, situada em S. Vicente da Beira.

Sabhã quãtos esta carta uirẽ e ouirẽ Como nos Martj paez e mha⁺ molher /² Domjgas martijz eu pedro domjgiz e mha⁺ molher Domjgas periz / eu Domjgos ramos /³ vendemos a uos Domjgos domjgiz e a uosa molher Mariã bertolameu hũa casa cõ seu /⁴ forno en san viçente que parte cõ Sauaschãõ martiz Jtem cõ Domjgos iesel /⁵ Jtem pela careyra puluega Jtem cõ Mayor iesel vendemos a uos esa casa /⁶ e o forno cõ sas perteenças por Lviij marauidis que de uos regebemos e somos /⁷ ia pagados . E se algẽ da nossa parte ou da outra uéer que este nosso ffeyto /⁸ quisser britar peyte ao senhor da terra . C . marauidis e dubre quãto demãdar ffeyta /⁹ a carta no Mes de Jullo da Era . M^a CCC xxx v testimũhas Adã iesel Domjgos pasqual⁺ /¹⁰ Sauaschãõ cojiõ Domjgeanes . Eu pedreanes Taballiõ de san viçente /¹¹ esta carta escreuj este meu sinal y pusi que tal he •

14

[S. Vicente da Beira]
Maço 2, 183

XII/1297

Venda de Pedro Estevais e Clara Martins, sua mulher, a Pedro Peres e Maria Estevais, sua mulher, duma herdade situada no Gosendo.

Jn dei . *nomine amen* Sabhã quãtos esta carta virẽ e ourẽ co/²mo nos pedro esteuaiz e ma molher Crara martijz vendemos /³ a uos pedro periz e a uosa molher Maria esteuaez hũa erdade no Gosen/⁴do *que parte cõ Martj casegas Jtem cõ nosco uendedores Jtem conos da* /⁵ Sayçeyra vendemos a uos esa erdades cõ sas entradas e saydas /⁶ por ix *marauidis que de uos reçebemos e somos ia pagados E se algẽ* /⁷ da nossa parte ou da outra uéer *que este nosso feyto quiser britar pey/⁸te ao senhor da terra . C . marauidis e dubre quãto demãdar ffeyta a* /⁹ carta no Mes de Dezẽbro Era . M^a CCC^a xxx^av anos *Testimũhas Domjgos* /¹⁰ da calçada Martj balarõ . Sueyro iesus do ffreyxeal : eu Pedreanes /¹¹ Taballiõ de san viçente esta carta escreuj . este meu sinal hy pusi /¹² *que tal he en Testimũio desta cousa* ●

15

[S. Vicente da Beira]
Maço 2, 203

I/1298

Venda de João Gens e Domingas Peres, sua mulher, a Pedro Peres e Maria Estevais, sua mulher, duma vinha situada na Mata, termo de S. Vicente da Beira.

Sabhã quãtos esta carta uirẽ e ourẽ Como eu Johã gees e mha⁺ /² molher Domjgas periz vendemos a uos Pedro periz e a uossa molher Marĩa esteuaez /³ hũa vinha⁺ *que auemos na Mata en Termo de san viçete que parte nosco uẽde/⁴dores Jtem cõ Johã iehsus noso {Jer} Jenro Jtem pela careyra vendemos* /⁵ a uos esa vinha⁺ cõ sas entradas e saydas por preço *que de uos reçebemos* /⁶ cõuẽ a saber Sessasenta *marauidis e do preço somos ia pagados . E sse algẽ da no/⁷ssa parte ou da outra uéer que estta nosa venda quiser britar peyte ao senor* /⁸ da terra . C . *marauidis e dubre quãto demãdar ffeyta a carta no Mes de Janeyro*⁺ /⁹ da Era . M^a . CCC^a . xxxvj . anos *Testimũhas Joã de uez Johã gago viçete periz* /¹⁰ Domjgos soariz garauato . eu Pedreanes Taballiõ de san viçete esta carta escreuj /¹¹ *este meu sinal hy pussi en testymũio de uerdade* ●

16

[S. Vicente da Beira]
Maço 2, 201

III/1298

Venda de Sentil Fernandes e Maria Peres, sua mulher, a Pedro Peres e Maria Estevais, sua mulher, dumas vinhas situadas na Mata, S. Vicente da Beira.

Sabhã quãtos esta carta virẽ e ouirẽ Como eu Sentil fernandiz ³⁴⁶ e ma molher Marãa /² periz vendemos a uos Pedro periz e a uosa molher Marãa esteuaez hũas vinas que auemos /³ en san viçente na Mata que partem cõ Johã ffereyro Jtem cõ Pedro iesel /⁴ Jtem cõ Lourenço iesel Jtem cõ Pedro periz Jtem cõ fernã dos Collos vendemos a uos esas /⁵ vinas cõ sas entradas e saydas por . L . marauidis que de uos reçebemos e somos /⁶ ia pagados . E se algẽ da nosa parte ou da outra uéer que est{e}a nosa ven/⁷da quiser desfazer peyte ao senhor da terra . C . marauidis e dubre quãto de/⁸mãdar ffeyta a carta no Mes de Março da Era M^a . CCC^a xxxvj . anos Testimũhas Joã /⁹ galego albardeyro Pedro gonçaluz ffereyro . Eu pedreanes Taballiõ de san /¹⁰ viçente esta carta escreuj este meu sinal y pugi •

17

[S. Vicente da Beira]
Maço 2, 181

IV/1298

Venda de Marcos Domingues e Domingas Sebastiãoes, sua mulher, a João Sobrinho e Maria Domingues, sua mulher, dum terreno em S. Vicente da Beira.

Sabhã todos como eu Marcos domjgiz e ma moler Domjgas sauaschaez vendemos a uos Joã /² sobriõ e a uosa moler Marãa domjgiz hũu Tereo que auemos en san viçente que parte uosco cõprador /³ Jtem cõ Sauaschaa domjgiz Jtem pela careyra puluega vendemos a uos esse Tereo cõ /⁴ sas aruores entradas e saydas por preço que de uos reçebemos cõuẽ a saber . vij . marauidis e x . ssoldos e somos /⁵ ia pagados E se algẽ da nosa parte ou da outra uéer que este noso feyto quiser britar /⁶ peyte ao senhor da terra . C . marauidis e dubre quãto demãdar ffeyta a carta no mes dabril /⁷ da Era M^a . CCC^a xxxvj Testimũhas Joã da Costa Domjgos esteuaez ienro do Tamardo Domjgos periz /⁸ Eu pedreanes Taballiõ de san viçente esta carta escreuj este meu sinal hy pugi que /⁹ tal he en Testimũio de uerdade •

³⁴⁶ Desenvolvido apenas a partir do sinal de *er/re/etc.*, que está colocado por cima do “n”.

18

[S. Vicente da Beira]
Maço 2, 206

14/II/1299

Venda de Domingos Manso e Domingas do Porto, sua mulher, a Estêvão Domingues e Maior Jesus, sua mulher, duma herdade situada em Rio de Moinhos.

Sabhã quãtos esta carta uirê e ouirê . Como eu Domjgos mãso /² e ma molher Domjgas do porto vendemos a uos Steuã domjgiz /³ e a uosa molher Mayor iesus hũa erdade que auemos en Ry/⁴o de Moços que parte cõ uosco cõprador Jtem cõ Johã fruytoso /⁵ Jtem cõ Domjgos mēēdiz coylbãão Jtem vertente aguas do ramalooso /⁶ por xxv marauidis marauidis e Meyo que de uos recebos . E nos Domjgos mã/⁷so e ma moller obrigamos nos que quãdo forẽ de reuora Johãne e /⁸ pasquela que os chegemos a esta uenda e se os nã poderemos /⁹ chegar auerdes uos pela nosa vina do Outeyro outro tanto /¹⁰ quãto eles leuarẽ desta erdade asy obrigamos esta vina feyta /¹¹ a carta xiiij dias de ffeureyro . Era . M^a CCC xxxvij . anos *testimũhas Domjgos* /¹² martiz Alcalde Joã galego Paaj⁺ caluo Johã paz . Eu pedreans /¹³ Taballiõ de san viçete esta carta escriuj este meu sinal y pu/¹⁴gi que tal e . en *testimũio* desta cousa •

19

[S. Vicente da Beira]
Maço 2, 199

X/1299

Venda de Aires Martins a João Domingues e Margarida Martins, sua mulher, duma vinha situada em S. Vicente da Beira.

Sabhã quãtos esta carta uirê e ouirê Como eu Ayras martiz vendo a uos Johã /² domjgiz e a uosa molher Margarida martijz hũa vina que ey en san viçete que parte cõ /³ uosco Jtem cõ Johã ssobrão carnyçeyro Jtem cõ Rodrigo periz vendo a uos esse meu /⁴ quinõ desa vinha⁺ cõ sas entradas e saydas e aruores e perteenças por . iiij marauidis /⁵ e meyo que de uos regebj e sóo ia pagado . E se algẽ da mha parte ou da outra /⁶ uéer que este meu feyto quiser britar peyte ao senhor da terra . C . marauidis e dubre /⁷ quãto demãdar . ffeyta a carta no mes de Oytubro⁺ da Era M^a CCC xxxvij anos /⁸ *testimũhas pedro martiz carpenteyro Martj* boldrõ Steuã martijz clerigo Pedro gonçaluiz dos pées /⁹ Eu Pedreanes Plubico Taballiõ de san viçente esta carta escreuj este meu sinal /¹⁰ y pugi que tal e en *teymũio* desta cousa

[S. Vicente da Beira]
Maço 2, 182

XII/1299

Aforamento de Apariço, filho de João Salvadores, a João Peres e Joana Peres, sua mulher, duma herdade na Malpartida, termo de S. Vicente da Beira.

Sabhã quãtos esta carta uirẽ e ouirẽ . Como eu Apariço ffilho de Johã salua/²doriz . dou a uos Johã periz e a uossa molher Johãna periz hũa erdade que ey en Termo /³ de san viçente na mal partida a qual deu o Conçelho de san viçente a meu padre /⁴ pera uos e pera quẽ de uos ffor pera uender e enprazar . Su esta condiçõ que uos /⁵ ou quẽ de uos for de mj ou a quẽ de mj ffor de seys quinhõdes hũu do pã /⁶ e de vinho e de linho⁺ e do al que deus hy der E dardes mj de fforo en cada /⁷ hũu ano por natal hũu almude de Trigo e hũa gallã e x . ouos . E se /⁸ ouerdes a uender ou enprazar esta erdade dar della a tal homẽ que de a mj /⁹ este foro cada ano e saluo en san viçete e nõ seia ffreyre nõ caualeyro /¹⁰ nõ crerigo nõ outro homẽ se nõ a tal que de este fforo sen contenda /¹¹ E outro sy uos aronperdes desta herdade tanta cada ano en que caba hũa /¹² Teeyga de pã en sementeira . E uos ou quen⁺ essa Erdade teuer receber /¹³ me ela mj ou quẽ de mj ffor come Senhor . E quẽ isto nõ quiser téer /¹⁴ peyte a parte obidiẽte . L . libras e o ffeyto seer estauil . ffeyta a carta no /¹⁵ Mes de dezenbro⁺ . Era . M^a{*a} ³⁴⁷ CCC^a xxxvij anos Testimũhas Adam iesus Marij martiz /¹⁶ vaasco martiz Domjgos ramos Pedro domjgiz . Eu Pedreanes Taballiõ de san viçente⁺ /¹⁷ esta carta escreuj este meu sinal y pussi

[S. Vicente da Beira]
Maço 2, 205

XII/1299

Venda de Rui Peres e sua mulher, Maria Mendes, a João Fernandes e a sua mulher Constança Pais, duma casa em S. Vicente da Beira.

Sabha quãtos esta carta virẽ e ouirẽ Como eu Ruy periz e mha⁺ molher Mariã meediz vendemos /² a uos Johã fernandiz ³⁴⁸ e a uosa <moler> Costança paez hũa casa que auemos en san viçente que parte cõ uosco /³ conprador Jtem cõ Abril lourenço e pela rua vendemos a uos esa casa cõ sas entra/⁴das e saydas por preço que de uos réebos cõuẽ a saber xxij marauidis e somos ia pagados . /⁵ . E se algẽ da nosa parte ou da outra uéer que este noso feyto quiser britar peyte ao se/⁶nor da terra C . marauidis e dubre quãto demãdar . ffeyta a carta no Mes de Dezẽbro Era /⁷ M^a CCC^a xxxvij anos Testimũhas Mẽẽ domjgiz Çibrao pasqual Pedro periz ienro de donegas /⁸ Eu pedreanes Taballiõ de san viçente esta carta escreuj este meu si/⁹nal y pusi

³⁴⁷ A estar lá um “a”, terá sido escrito antes do “a”, que está colocado por cima do “M”.

³⁴⁸ Desenvolvido apenas a partir do sinal de *er/re/etc.*, que está colocado por cima de entre “f” e “n”.

22

[S. Vicente da Beira]
Maço 2, 184

10/XII/1299

Contrato de parceria entre Pedro Martins e Leonor Peres, sua mulher, duma parte, e Pedro Peres, dito Franco, e Maria Estevais, sua mulher, da outra, relativo a um herdamento na Arrancada, que os primeiros traziam de aforamento.

Sabhã quãtos esta carta . uirẽ e ouirẽ . Como Pedro martiz e ma moler leonor periz rece²bemos uos Pedro periz dito⁺ ffrãco e a uosa moler Maria esteuaze no Erdamẽto que a nos deu /³ o Conçelho Na arancada que parte cõ Mateus esteuaze e cõ Sauaschão martiz e pela /⁴ careyra de sea que a aiamos per meyo e pagemos o foro per meyo e sayrmos todos a /⁵ demãda desa erdade e a todo feyto e andar Todo a boa fe . En testimuo desta /⁶ cousa mãdamos fazer estas cartas partidas per a . b . c . feytas forõ x dias de dezẽbro /⁷ Era M^a CCC^a xxxvij . anos *testimũhas Domjgos gonçalviz* seruido Pedro iesus çapateyro Pedro goteriz /⁸ Eu pedreanes Taballiõ de san viçente estas cartas escreuj este meu sina/⁹ y pusi e qẽ isto nõ quiser teer nẽ aguardar peyte x *marauidis*

23

[S. Vicente da Beira]
Maço 3, 336

22/V/1301

Escambo por que Pedro Peres e Maria Estevais, sua mulher, dão a João Pais e Domingas Vivas, sua mulher, um casal de herdade situado no Gosendo, termo de S. Vicente da Beira, por uma vinha situada no Souto.

Conhoscã quãtos esta carta uirẽ é ouirẽ . Como eu Pedro periz é ma moller . Maria esteuaz /² Damos a uos Johã paze e a uosa moller Domjgas uiuas hũu casal derdade que nos /³ teemos no Gosendo de Termo de san viçente o qual nos téemos de Martj esteuaz caual/⁴eyro . Damos a uos ese casal cõ sas perteenças entradas e saydas cõ seu fforo asi comó ó /⁵ nos tãamos ese casal de Martj esteuaz pera uos e pera quẽ de uos for <cõ seu foro> por hũa uossa /⁶ vina que uos auedes no Souto que parte cõ Johã soariz Item cõ Johã paze Item pela /⁷ careyra <e cõnos outros ereos> . E nos Johã paze é Domjgas uiuas outorgamos este escambo pera senpre E se algẽ /⁸ de nos ou da nosa parte uéer que este noso {feyto} escambo nõ quiser outorgar peyte a o/⁹tra parte . L . *marauidis* de pea este escambo seia estauil pera senpre . En Testimũho desta cousa /¹⁰ mãdamos fazer duas cartas partidas per . a . b . c . ffeytas forõ xxij . dias de Mayo Era M^a /¹¹ CCC^a xxxviii *Testimũhas Domjgos martiz pirliteyro viçente afonsso Johã gago* . Eu Pedro anes Taballiõ /¹² de san viçente esta carta escreuj este meu sinal y pusi que tal he en *testimũho*

[S. Vicente da Beira]
Maço 3, 335

11/VI/1302

Partilha entre Martim Esteves cavaleiro, por si e como procurador de sua mulher, Domingas Vicente, e Apariço, filho de João Salvadores, Pedro Peres, por si e como procurador de sua mulher, Maria Estevais, e João Domingues, por si e como procurador de sua mulher Luzia Estevais, duns herdamentos situados na Arrancada, termo de S. Vicente da Beira.

Sabhã todos . Que en presença de m^j Pedro anes Taballiõ en san viçête ^{/2} é das testimûhas que aqui son escritas . Segûda ffeyra onze dias⁺ de ^{/3} Jûyo da Era Mîl e trezentos é quaraenta anos ‘ Mart^j esteuiz calualeyro ^{/4} por ssy e por Dom^jgas uiçente sa molhr per sa procuraçõ çerta ffoy á ^{/5} partir na Arancada hûus erdamentos que hy auîã en termo ^{/6} de san viçête cõ Apariço ffilho de Johã ssaluadoriz é cõ Pedro periz ^{/7} e cõ Johã domîgiz . E o dito⁺ Mart^j esteuz cõ outorgamêto de Dom^jgas uiçête sa ^{/8} molher e Pedro periz cõ outorgamêto de Maria esteuz sa molher é Johã domîgiz cõ ^{/9} outorgamêto de sa molher Luzia esteuaz . e Apariço partirõ eses erdamentos ^{/10} e acaçceu Mart^j esteuz cõtra Pedro martiz e cõtra ereos de Pedro ffrãco que ffoy de ^{/11} Domîgos mealla ‘ Estas son as diuissóoes e marcos meudos como parte pelo ^{/12} ribeyro do gossendo Jtem como se uaj a estrada E noutra parte parte pela porte^{/13} la que era partido . E o dito⁺ Mart^j estuiz ficou cõ aquillo que ia auya partido do er^{/14} damêto da Arâcada . En testimûho desta coussa as ditas⁺ partes mada^{/15} rom a m^j Taballiõ ffazer desta partilha dous estormêtos partidos per a b ^{/16} . c . testimûhas Mart^j casegas Sauaschão martiz Domîgeanes Domîgos pasqual Domîgos martiz Mêê ^{/17} domîgiz Sauaschao cojiõ . Eu Taballiõ de suso dito⁺ este estormêto escreuj este ^{/18} meu sinal aquí pussi que tal hé en testimûho desta cousa

[S. Vicente da Beira]
Maço 4, 400

7/I/1304

Venda de João Martins e Geralda Peres, sua mulher, a João Domingues e Margarida Martins, sua mulher, dum terreno situado em S. Vicente da Beira.

Sabhã todos Como eu Johã martiz é mha⁺ moler ^{/2} Giralda periz vendemos A uoss Johã domîgiz é ^{/3} a uossa molher Margarida martiz hûu tereo que auemos ^{/4} en san v[îce]nte que parte cõ Pedro mêêdiz Jtem ^{/5} [cõ] †... Jtem pelas ruas vendemos a uos ^{/6} ese tereo cõ sas entradas e ssaydas por doze ^{/7} marauidis que de uos reçebemos⁺ ³⁴⁹ e somos ia pa^{/8} gados e se algê uêér da nossa parte ou ^{/9} dastrâya que este nosso feyto quisser britar ou ^{/10} nos en Conçelho esta uenda a uos nã quiser^{/11} mos ou nã podermos outorgar cõponamos ^{/12} ela a uos dubrada e melhorada e ao Senhor ^{/13} da terra . C . marauidis ffeyta a carta vij dias de ^{/14} Janeyro Era⁺ Mîl e trezentos é quaraenta e dous ^{/15} Eu pedro anes taballiõ en san viçête esta carta ^{/15} escriuj este meu sinal aquí pussi testimûhas ^{/16} Domîgos martiz Domîgeanes Mart^j beytiz Steuã perez taballiõ

³⁴⁹ Abreviatura não desenvolvida: sinal de ir/ri/etc. (por cima do 2.º “e”).

V. Documentos com o sinal de Estêvão Peres, tabelião em São Vicente da Beira.
350

26

S. Vicente da Beira
Maço 3, 277

29/XII/1306

Venda de Pedro Frade a João Domingues e a Margarida Martins, sua mulher, de dois terços e meio duma casa situada em S. Vicente da Beira.

Jn dey nomine amen Eu ‘Pedro ffrade o que ffuj de Maria do Castelo uêdo a uos ‘ /² Jhoã domjgiz e a uosa molher Margarida martíjz ³⁵¹ dous terços e meyo dũa casa que ey en /³ ssan vicête a qual parte cõ Afonso steuijz Item cõ Pedro mēêdiz Item cõ Domjgas martíjz ³⁵² e pela rrua /⁴ publica ‘ uêd{emos}o a uos os ditos dous tercõs e meyo de casa cõ sas pertêêças por /⁵ treze marauidis e noue alqueyres de tríjgo que de uos cõpridamente rrêcebj os quaes fforõ pa/⁶gados a Juffes iudeu ‘ que lleu deuia ‘ e se algẽ uéer da mĩa ou da estranha par/⁷te que esta carta quera ‘ corrõper ou se eu en Cõcello nõ quisser ou nõ poder ela a uos /⁸ outorgar cõponha ela a uos dobrada ‘ e mellorada ‘ e ao ssenhor da terra ‘ çen marauidis /⁹ testemñyas Sauasthááo martíjz ³⁵³ e Pedro mēêdiz Alcaldes e Domjgeanes Alcayde e Pedro martíjz ³⁵⁴ e eu Steuã /¹⁰ perez taballiõ en san vicête que esta carta escriuj e ééla este meu ‘ sjnal que tal /¹¹ e pugj ffeyta en san vicête víjtenoue dias de dezẽbro da Era M^a e trezẽtos /¹² e quareçta e quatro Anos •

27

S. Vicente da Beira
Maço 3, 310

2/IV/1307

Venda de Domingos Jesus de Janeiro e Sebastiana Martins, sua mulher, a João Domingues e Margarida Martins, sua mulher, de todos os seus herdamentos de pão, com matos e pertenças, que têm em S. Vicente da Beira e seu termo.

Jn dey nomine amen Eu / Domjgos iesus de Janeyro ‘ E mha molher Sauasthaa martíjz ³⁵⁵ uêdemos a uos Johã domjgiz /² e a uosa molher Margarida martíjz ³⁵⁶ quantos

³⁵⁰ Os documentos deste tabelião têm normalmente, antes e depois de cada unidade gráfica, pontos do tipo do actual ponto final (por unidade gráfica entende-se cada conjunto de letras escritas sem espaço entre elas ou cada letra escrita isoladamente no texto, numa espécie de palavra gráfica e que podem corresponder a uma, mais ou parte de uma unidade morfológica). Pode ser por vezes problemático discernir esses pontos, por razões normais de legibilidade dos textos (estado de conservação do doc., etc.); esses pontos não vão transcritos.

³⁵¹ Plica no “j” desenvolvida.

³⁵² Plica no “j” desenvolvida.

³⁵³ Plica no “j” desenvolvida.

³⁵⁴ Plica no “j” desenvolvida.

³⁵⁵ Plica no “j” desenvolvida.

herdamentos de pã e cõ sseus matos e pertêêças nos auemos en san vicête /³ e en seu termho en môte e en fôte u quer que os posades achar por vñtedous marauidis que de uos cõpridamente rreçebe/⁴mos e se algẽ uéer da nosa ou da ‘ estranha parte que esta carta quera corrõper ou se nos en Cõçello nõ quissermos ou ‘ /⁵ nõ podermos ela a uos outorgar cõponhamola a uos dobrada e mellorada / e ao ssenhor da terra ‘ çen marauidis /⁶ *testemũyas* Steuã perez dito de uis[eu] e Reymõdeanes e Martj perro e eu Steuã perez tabelliõ en ssan vicête que esta carta escriuj /⁷ e ééla este meu sjnal que tal e pugj ffeita en san vicête dous dias dabríl da Era M^a e trezêtos /⁸ e quareêta e çinquem Anos ●

28

S. Vicente da Beira
Maço 3, 308

9/II/1308

Venda de Mem Domingues e Teresa Vivas, sua mulher, a Pedro Peres e Maria Esteves, de três quartos duma casa e sua quintã; e de Martim Galego aos mesmos, do restante quarto dos bens, situados em S. Vicente da Beira.

Jn dey nomine amen Eu ‘ Mẽẽ . domjgiz e mha molher Tareyia ‘ uiuas uêdemos a uos Pedro perez /² e a uosa ‘ molher Maria steuijz tres quartos dũa casa e de sa ‘ quintáa e eu Martj galego ‘ uos uêdo o outro quarto /³ desta dita casa e de sa ‘ quintáa as quaes son en san vicête e parten cõ Apariçeanes Jtem cõ casas que /⁴ fforõ de Pedro moníz Jtem nosco cõpradores uêdemos a uos a dita casa e quintáa cõ sas pertêêças /⁵ como dito e por quareêta e quatro marauidis que de uós cõpridamente rreçebemos e se algẽ uéer /⁶ da nosa ou da estranha parte que esta carta quera corrõper ou se nos en Cõçello . n|o|õ quissermos ou ‘ /⁷ nõ podermos ela a uos outorgar cõponhamola a uos dobrada e mellorada e ao ssenhor da ‘ /⁸ terra / cen marauidis *testemũyas* Martj boldrõ e vicête Lourenço Domjgos nicolááo ³⁵⁷ e eu Steuã perez tabelliõ en san vicente que /⁹ esta carta escriuj e ééla este meu ‘ ssjnal que tal e pugj ‘ ffeyta en san vicête noue dias de /¹⁰ ffeureyro da Era M^a e trezêtos e quarêêta e seys Anos ●

³⁵⁶ Plica no “j” desenvolvida.

³⁵⁷ Leitura alternativa: “nicalááo”.

S. Vicente da Beira
Maço 3, 284

7/I/1311

Venda de Afonso Esteves almocreve e Marinha Domingues, sua mulher, a João Domingues e Margarida Martins, sua mulher, de metade da vinha, das almuinhas e do souto que compraram de Domingos Bartolomeu e sua mulher Catalina Jesus, os quais bens estão situados na ribeira a par de S. Vicente da Beira.

Jn dey nomine amen Eu † Afonso steuíjz † almocreve e mha † molher Marinha domjgiz uẽ/² demos a uos Jhoã domjgiz e a uosa molher Margarida † martíjz ³⁵⁸ a meyadade da vínha † e das /³ almoynhás e do souto † cõ todas ssas pertêças que nos cõpramos de Domjgos bertolameu † e /⁴ de ssa molher Catalina iesel os quaes sson na rribeyra † a par de ssan vicête por que conhoçemos /⁵ que rreçebemos de uós a meyadade de todolos dinheyros que nos a eles por elas demos cõpridamente por /⁶ ende outorgamos a uós a meyadade da dita cõpra que a aiades pera ssenpre pera uos e pera quen de /⁷ uos ffor E sse nos ou algẽ da nosa parte esta uẽda quisser desffazer cõponháa /⁸ a uos en dobro cõ todo sseu melloramento e peyte ao senhor da terra † cen maraudidis e /⁹ a uẽda seiá a uos stauil Testemũyas Steuã perez alcalde e Pedro perez ouelleyro † e Lourenço eanes alffayate /¹⁰ e Domjgos rrapado e Domjgos das rramadas e eu Steuã perez publico † tabeliõ en ssan vicête que esta /¹¹ carta cõ mha mááo propria † esscriuj e éela este meu ssjnal que tal e pugj /¹² ffeyta en san vicête ssete días de Janeyro da Era de Mil e Trezêtos e quareêta /¹³ [e] noue – Anos •

S. Vicente da Beira
Maço 3, 341

13/IX/1311

Venda de Vicente “mjgééz”, filho de Miguel “bugeyro”, a Margarida Martins e a Rodrigo, Estêvão e Maria, filhos desta e de João Domingues, já falecido, duma courela de vinha situada no Souto.

Jn dey nomine amen Eu vicête mjgééz que ffuj † ffillo † de Migéél bugeyro uẽdo a uos /² Margarida martíjz ³⁵⁹ e a uossos ffillos Rodrigo e Steuã e Maria que fforõ ffillos de Jhoã domjgiz hũa quayrela /³ de vinha cõ sa pertêça no ssouto a qual parte cõ Afonso ssteuíjz ³⁶⁰ almocreue Jtem cõ Pedro eanes da mata pelas /⁴ carreyras publicas por Noue maraudidis que de uos cõpridamente rrecej † e sse algẽ uéer da mĩa ou da /⁵ estranha parte que esta carta quera corrõper ou sse {nos} <eú> en Cõçello nõ quisser ou nõ poder ela † a uos outor/⁶gar cõponháa a uos † dobrada † cõ quanto ffor mellorada e ao ssenhor⁺ ³⁶¹ da terra † cen maraudidis testemũyas Lourenço eanes /⁷ e Marij perez alffayates e Johã perez piliceyro e ffernã de gããça e eu † Steuã perez publico † tabeliõ en ssan vicête que a /⁸ esto pressête ffuj † e esta carta cõ mha mááo propria † esscriuj e eela este meu ssjnal

³⁵⁸ Plica no “j” desenvolvida.

³⁵⁹ Plica no “j” desenvolvida.

³⁶⁰ Plica no “i” desenvolvida.

³⁶¹ Abreviatura não desenvolvida: sinal de os/etc. (por cima do “e”).

que tal /⁹ e pugj ‘ ffeyta a carta en ssan vicête treze días de Setêbro da Era de Mil e trezentos e qua/¹⁰ reêta e noue Annos ●

31

S. Vicente da Beira
Maço 3, 341

26/IX/1311

Venda de Maria Jesus, dita Beiçuda, a Margarida Martins e a Estêvão, Rodrigo e Maria, seus filhos, de duas courelas de almuinhas situadas no Souto.

Jn dey nomine amen Eu ‘ Maria ieselus dita beyçuda ‘ uêdo a uos Margarida ‘ martíjz³⁶² e a uosos ffillos Steuã /² e Rodrigo ‘ e Maria duas⁺ quayrelas dalmuñas cõ sas pertêêcas no ssouto ‘ que parten cõ Clemente /³ anes e cõ Afonso steuíjz e pela Ribeyra ‘ e pela leuada ‘ por Çinquem marauidis e çerta que de uos ‘ cõpridamente /⁴ rreçebj e sse algê uéér da mña ou da estranha parte que esta carta quera corrõper ou se eu én Cõçello nõ /⁵ quisser ou nõ poder ela a uos outorgar cõponháá a uos dobrada ‘ e mellorada ‘ e ao ssenhor da terra ‘ /⁶ cen marauidis testemũyas Domjgos doce e Martj perez ‘ e Pedro íees e eu Steuã perez publico ‘ tabeliõ en san vicête que a esto /⁷ pressente ffuj ‘ e esta carta cõ mha mááo propria escriuij e ééla este meu sjnal que tal e pugj ‘ /⁸ ffeyta a carta en san vicête vijteseys días de Setêbro da Era ‘ de M^a e trezêtos e quare/⁹êta ‘ e noue Annos ●

32

S. Vicente da Beira
Maço 3, 341

26/IX/1311

Venda de Lourenço Domingues e Maria Peres, sua mulher, a Margarida Martins e a Rodrigo, Estêvão e Maria, seus filhos e de João Domingues, já falecido, duma courela de herdade situada na Mata.

Jn dey nomine amen Eu ‘ Lourenço domjgiz e mha ‘ molher Maria perez uêdemos a uos ‘ Margarida martíjz³⁶³ e a uo/²ssos ffillos Rodrigo e Steuã e Maria que fforõ ffillos de Jhoã domjgiz hũa quayrela derdade cõ /³ ssa pertêêça na mata a qual parte cõ Pedro murganho Jtem cõ Domjgos enffe e cõ Tareyia ‘ gil /⁴ Jtem cõ Martj beeytíz por Tríínta marauidis que de uos cõpridamente rreçebemos e sse algê uéér /⁵ da nosa ou da estranha parte que esta carta quera corrõper ou se nos en Cõçello nõ quisermos /⁶ ou nõ podermos ela a uos outorgar cõponham ela a uos dobrada cõ quanto ffor mello/⁷rada e ao ssenhor⁺
³⁶⁴ da terra ‘ Cen marauidis testemũyas Pedro steuíjz e Domjgos ffalageyra e Pedro ieas /⁸ e eu ‘ Steuã perez publico ‘ tabeliõ en san vicête que a esto pressête ffuj ‘ e esta carta cõ

³⁶² Plica no “j” desenvolvida.

³⁶³ Plica no “j” desenvolvida.

³⁶⁴ Abreviatura não desenvolvida: sinal de os/etc. (por cima do “e”).

mha /⁹ mááo propria escriuj e eela este meu ssjnal que tal e pugj ffeyta a carta [en] san /¹⁰ vicête vijteseys días de Setêbro da Era^{+ 365} de M^al e trezêtos e quareêta e noue /¹¹ Annos •

33

[S. Vicente da Beira]
Maço 3, 348

4/III/1312

Composição entre Sebastião Domingues, por si, por sua mulher Sancha Domingues e por sua mãe Maria Jesus, e Martim Esteves, de Castelo Novo, por si e por sua mulher Maria Jesus, filha de João Sobrinho, sobre herança de bens.

Sabhã quantos estestromento uirê e ouuirê como ‘ per dâte m̃j ‘ Steuã perez pu²blico Tabelliõ en ssan vicête e per dâte as testemũyas que adeâte sson escritas Sabado quatro /³ dias de Março da Era de Mil e trezêtos e çinquêta Anos ssobre demâda qual ffa⁴rya Sauasthááo dom̃giz cõ outorgamento de sa molher Sãcha dom̃giz e de sa madre /⁵ Maria iesus a Mart̃j steuĩjz³⁶⁶ de Castel nouo que rrespõdia cõ outorgamento de sa molher /⁶ Maria iesus que ffoy ffilha de Jhoã ssobrinho per rrazõ que dizía o dito Sauasthááo /⁷ dom̃giz que este dito Jhoã ssobrinho cuios ‘ herdeyros ‘ cõditos Mart̃j steuĩjz³⁶⁷ e sa molher erã /⁸ seuera ‘ casado cõ Maria dom̃giz que ffora irmáá do dito Sauasthááo dom̃giz que áá morte /⁹ da dita Maria dom̃giz fficara hj hũu sseu ffilho que herdara ‘ os béés desta dita /¹⁰ sa madre e que depois que er morrera ‘ o dito móço e herdara ‘ este ssobre dito Mart̃j /¹¹ steuĩjz³⁶⁸ seu ‘ padre nós béés que lhj fficarã da sobre dita sa madre E pedía /¹² porende o dito Sauasthááo dom̃giz que por que os béés descêderõ da sa auoêga e ffo¹³rõ da dita ssa irmáá e ficarõ ao dito sseu ‘ ssobrinho ‘ e ele herdara e eles o dito /¹⁴ sseu ‘ padre pois que ele morto ‘ era ‘ {que} e os béés ficauã uagos que ssegũdo /¹⁵ o que e custume escrito mãdaua que sse deuiã de tornár a eles derãça a erãça /¹⁶ E outrosj dizya que por que este dito Jhoã ssobrinho era casado no tẽpo quando sse /¹⁷ uéera a casar cõ esta dita ssa ‘ irmáá que o casamento era ffeyto cõtra dereyto ‘ e enga¹⁸nosamente e como nõ deuía pois que ele outra molher auía e que asj nõ deuya de /¹⁹ ualer e que pois que o casamento nõ ualia que ele nõ deuía auer nẽ quen dele ffo²⁰sse nẽhũa cousa do que llj ffora ‘ cõ ela dado en casamento nẽ do mouil nẽ da ‘ /²¹ rraíz que hj achado fosse E ssobresto ‘ sseêdo múytas rrazóes rrazoadas dũa /²² e da outra parte as ditas partes de sseu ‘ prazer ueerõ á átal auêêça ‘ e cõposisçóm /²³ que todolos béés que aos ditos Mart̃j steuĩjz³⁶⁹ e sa ‘ molher aqueecerõ e de dereyto ‘ deuyã a aquéé²⁴çer asj de mouil come de rraíz tâben en Castel nouo e en sseu ‘ termho come /²⁵ en san vicête e en seu termho da parte do dito Jhoã ssobrinho ‘ ou dele ouuerõ per qual /²⁶ quer maneyra ‘ que eles desen ende a meyadade aos ditos Sauasthááo dom̃giz e ssa ‘ molher e ssa ‘ ma /²⁷ madre e os ouuessen per meyo ‘ e E que outrosj per meyo como dito e pagassen as mã²⁸dás e a sa parte das diuydas ‘ que lljs aquééçesse de pagar e todó ó al auereno ‘ per meio /²⁹ E mãdarõ e outorgarõ . q{ua}ue qual quer das partes que cõtra esto ffosse en parte ou en todo /³⁰ ou o nõ quissese cõprir e aguardar que peytasse aa parte aguardâte Çincoêta libras e /³¹ todauya ‘ caber En testemũyo da qual cousa ‘ todos ensinbra

³⁶⁵ Abreviatura não desenvolvida: sinal de ar/ra/etc. (por cima do “E”).

³⁶⁶ Plica no “i” desenvolvida.

³⁶⁷ Plica no “i” desenvolvida.

³⁶⁸ Plica no “i” desenvolvida.

³⁶⁹ Plica no “i” desenvolvida.

outorgarõ e mãda/³²rõ a mĩ {T} dito Tabeliõ *que ffezessende ao dito Sauasthááo domĩgiz este estestromento E outro/³³ssj os ditos Martĩ steuířz ³⁷⁰ e sa mulher rrelinquirõ ao dito Sauasthááo domĩgiz e ssa mulher o tâto por tâto /³⁴ de todos los béés *que eles cõprarõ que aquéeçerõ dás netás do dito João ssobrinho que mo/³⁵rã en melgãço dos seus béés que eles nũca os podessen demãdar nẽ auer per /³⁶ nẽhũa maneyra ‘ so a pea ‘ ssobre dita testemũyas Martĩ bééytiz e Mateus steuířz ³⁷¹ e Pedro martĩřz ³⁷² e /³⁷ Steuã perez e João perez outros e eu dito Tabeliõ *que a esto presẽte ffuj e per mãdado das /³⁸ ditas partes estestromento cõ mha mááo propria escriuj e éele este meu ssjnal /³⁹ que tal e pugj ffeyto no día e na Erá ditos •***

³⁷⁰ Plica no “i” desenvolvida.

³⁷¹ Plica no “i” desenvolvida.

³⁷² Plica no “j” desenvolvida.

VI. Documentos com o sinal de Francisco Soares, tabelião em São Vicente da Beira.

34

S. Vicente da Beira
Maço 3, 342

2/II/1317

Testemunho de Pedro Martins, alcaide de S. Vicente da Beira, perante Francisco Soares, tabelião da dita vila, de como Durão Domingues demandou Rui Martins, prior da vila, e Estêvão Peres, testamenteiros de Sebastião Martins, por terem vendido as vacas de alma de Martim Vaqueiro.

Sabhã quantos este testemuyo virẽ e ouuyrẽ como Pedro martíjz ^{/2} alcalde de san viçete dise a m̃j ffrãçisco ssoariz Taballyõ ^{/2} da dita villa qe Durã dom̃jgiz ffezera demãda per dantele ^{/4} a Roy martijz priol de ssan viçete e Steuã periz testamẽtey/⁵ros de Sauastao martíjz dizẽdo Durã dom̃jgiz qe oss ditos ⁺ ^{/6} testamẽteyros lhi uẽderã ass vaças dalma de Martj ual/⁷qeyro e o dito alcalde dise qe os ditos Testamẽteyros conho/⁸çerã per dantele qe lhas uẽderã e qe el Julgara qe poys ^{/9} [eles] conhociã qe lhas uẽderã qe a noue dias qe lhas desẽ ^{/10} assi como he costume da tera Testemuyas Dom̃jgos ardido e Jhoã ^{/11} martijz da ffonte e Jhoã da noqueira e Lourẽceanes alffayate ^{/12} ã testemuyo desta cousa o dito Durã dom̃jgiz pedio ende a m̃j ^{/13} dito Taballyõ qe lhi dese ende estestemuyo eu deylho cõ es/¹⁴te meu ssinal qe tal ffeyto na igreia de ssan viçete dous ^{/15} dias de ffeureyro da Era de Mil e trezentos ⁺ e ^{/16} çinquenta e çinque anos •

35

[S. Vicente da Beira]
Maço 2, 187

7/I/1319

Doação de Domingos Redondo e Luzia Domingues, sua mulher, João Domingues clérigo, Domingas Domingues, Domingos “m̃jgééz” e sua mulher Ausenda Domingues, todos com grau de parentesco discriminado no texto, a Sebastião Domingues e Sancha Domingues, sua mulher, dum mato a par da ribeira de Ocresa.

Sabhã todoss quãtoss esta carta virẽ qe noss Domjgoss redõdo e mha molher ^{/2} Lozia dom̃jgiz Eu Jhoã dom̃jgiz clerigo ⁺ Jrmááo desta dita Lozia dom̃jgiz ffilha ereoss ^{/3} de Domjgoss dom̃jgiz e de Maria bertolameu Eu Domjgass dom̃jgiz ffilha de Domjgos ^{/4} dom̃jgiz *bily *e neto destess sobre ditoss Eu Domjgoss m̃jgééz e mha molher Ou/⁵ssẽda dom̃jgiz ffilha destes ditoss Domjgoss dom̃jgiz e Maria bertolameu ã nossa uy/⁶da e ssaude e de nossa liure uõtade e ssen rrema nẽ hũa todoss ã ssenbra e ^{/7} cada hũu no sseu dereto damoss e outorgamoss a uoss Sauaschao dom̃jgiz e a uosa ^{/8} molher Sancha dom̃jgiz todoloss deretoss qe noss auyamoss e de dereto deuyamoss ^{/9} á áuer ã hũu Mato o qual e a par de aribeira doclessa aoss Moĩoss nossos e de ^{/10} Durã dom̃jgiz o qual a noss aqééçeo ³⁷³ de partilha qe ffezemoss cõ este Durã dom̃jgiz o ssobre ^{/11} qe noss ele por

³⁷³ Plica desenvolvida no segundo “e”.

cõtenda e cõ sseus ffilhos de parte deste ssobre dito nosso padre e au/¹²óó . Domjgos domjgiz o qual ele auya cõ este Durã domjgiz e cõ sseus ffilhoss damoss e /¹³ outorgamoss ende a el todoloss nossos deretoss e cõ ssas pertéécass asi com{e}<e> oss ³⁷⁴ nos /¹⁴ de dereito⁺ deuyamoss auer qe oss aiã pera ssenpre per u qer qe oss eless mylhor poderẽ /¹⁵ achar e auer e ffaçã deless ééless toda ssa propria uõtade e come de sseu por diuydo qe /¹⁶ cõ eless auemoss e por bẽ e ajuda qe deless recebemoss Testemuyas Jhoã martíjz rapado /¹⁷ e Jhoã giraldez⁺ e Pedro âness uaqueiro e Pedro âness sseu Jrmáoo e Domjgoss ssauaschaez e /¹⁸ Steuã perez qe ffoi Tabalyõ e Martj ssirgado e Martj martíjz estalegeiro e ffernã de gááça /¹⁹ ffeita ssete diass de Janeiro da Era de Mil e trezëtoss e Çinquenta e ssete anoss Eu /²⁰ ffrãçisco ssoariz Taballyõ de ssan viçete a rogo e per mãdado doss sobre ditoss esta /²¹ carta escreuy ela este meu ssinal hi ffigj qe tal e ●

36

[S. Vicente da Beira]
Maço 3, 350

1/I/1320

Venda de Fernão Galego vaqueiro e Domingas Durães, sua mulher, moradores em S. Vicente da Beira, a “Pro” Peres e a Margarida Martins, sua mulher, duma herdade situada na Mata, em termo de S. Vicente da Beira.

Jn dei nómiñe ³⁷⁵ amen Eu ffernã galego vaqeyro e mha molher /² Domjgass duraééz moradoress ã ssan viçete uêdemoss a uos /³ Pro periz e a uossa molher Margarida martíjz hũa Erdade qe /⁴ auemos ã Termho de ssan viçete hu chamã a Mata e por ben /⁵ cõ Domjgos martíjz caluo e cõna Murossa e cõ sseus ffilhos e cõ ereos /⁶ de Mateuss esteuééz uêdemoss a uos a dita Erdade cõ êtradas /⁷ e cõ ssaidass e cõ [to]dass ssas pertéécass por preço qe de uoss rreçebe/⁸moss cõuẽ a ssaber quarêta marauidis e do preço rẽ nõ fficou por /⁹ dar e sse algẽ uéér qe esta carta derõper qiser e noss ã Conçelho /¹⁰ outorgar nõ qissermoss ou nõ podermoss cõponhamoss a /¹¹ uoss a dita Erdade dubrada e peytemoss ao ssenhor da tera /¹² Cen marauidis ffeyta a carta ³⁷⁶ primeyro dia de Janeyro Era de Mil e Tre/¹³zëtoss e çinquenta e oyto anoss Testemuyas Reymõdeaness e Domjgos este/¹⁴ueez ffilho dana e Steuã ihoãnes gẽro de canhesstro e Domjg/¹⁵goss periz procurador e noss ssobre ditos qe esta carta rreuoramos /¹⁶ Eu ffrãçissco ssoariz Tabellyõ de ssan viçete a rogo dass partes /¹⁷ esta carta esscreuy ela esste meu ssynal hi ffiz qe tal /¹⁸ e ●

³⁷⁴ Este acto de escrita explica-se assim: foi escrito primeiro “comess”, tendo o autor corrigido depois o “e” para “o” (ou seja, o “o” ocupa o mesmo sítio do “e”) e acrescentado um “e” superior à linha; no ms. está tudo junto, mas aqui, por critérios morfológicos de transcrição, faz-se a separação vista. — Uma vez que o que se interpreta como “o” ficou com a tinta excessivamente carregada, surgem dúvidas que levam a três leituras alternativas principais. As primeiras duas formam um grupo: “com|e|<e>ss” e “com{o|<e>ss”; apresentam-se pouco prováveis porque há mais segmentos com tinta carregada no doc. e porque dão azo a uma estrutura irregular do ponto de vista linguístico. A terceira é “com<e> oss”, ou seja, considerando que está lá um “o” desde o início e que não houve cancelamentos, voluntários ou involutários; pelo que se vê no ms., também se apresenta pouco provável, pois parece de facto ter lá estado um “e” antes do “o”. — Poderíamos, claro, elaborar ainda mais leituras alternativas (e.g. “com{e}{o}<e>ss”), mas criando interpretações menos prováveis.

³⁷⁵ Nenhum sinal de abreviatura propriamente dito no ms., mas considera-se que as plicas servem essa função.

³⁷⁶ Forma desenvolvida apenas a partir de “c” com o sinal de ar/ra/etc..

[S. Vicente da Beira?]
Maço 3, 293

24/VI/1325

Venda de Deulodeu Joanes, morador na Sarzeda, a Rui Chim e a Maria Sebastião, mulher deste, duma courela de vinha com sua oitava de lagar, situada em S. Vicente da Beira.

Enome de deuss amẽ eu Deuss lo deu iohãnes morador na Sarze/²da . uẽdo a uoss Roy chĩ e a uossa molher Maria ssauasthééz hũa /³ coirela de vĩaia cõ ssa oytava de Lagar a qual ey⁺ ã ssan viçẽte /⁴ a qual parte⁺ cõ Pedro ãness da costa e cõ Maria martíjz e per careyra /⁵ puluega . vẽdo a uoss a dita vĩaia cõ entradas e cõ ssaidas . /⁶ e cõ todass . ssas pertéẽças por preço qe de uoss regebi cõuẽ a /⁷ ssabéer . dez oito marauidis e do preço rẽ nõ fficou por dar e sse algẽ /⁸ uéer . qe esta carta derõper . qisséer eu ã Conçelho . outorgar /⁹ nõ qisséer ou nõ poder cõponha a uoss a dita vĩaia dubrada /¹⁰ e peite ao . ssenhor da tera Çem . marauidis Testemuyas Steuã gil çapa/¹¹teiro e Jhoã fflagũdijz⁺ e Gõçalo mjgééz e Jhoã martíjz rapado /¹² ffeita ante cass Martj domjgiz o longo . vĩte e quatro diass de Jũho /¹³ da Era de Mil . e trezẽtoss e Sasséeta e tres anos eu sobre /¹⁴ dito qe esta carta reuorey Eu ffrãçisco ssoariz Tebelyõ de /¹⁵ ssan viçẽte a rogo das partes esta carta escreuy ela este meu /¹⁶ ssnal . hi ffiz qe tal . he ●

[S. Vicente da Beira?]
Maço 3, 294

29/XI/1325

Venda de Constança Afonso, moradora em S. Vicente da Beira, a Margarida Martins, dum herdamento situado no Peral.

Enome de deuss amẽ eu Costãçafonsso morador ã ssan viçẽte /² uẽdo a uos Margarida martíjz todo o meu dereito de hũa herdamẽto /³ qe ei . no ParaL e parte⁺ cõ eréẽs de Martj . Couylhã vẽdo a uoss /⁴ o dito herdamẽto cõ entradass e ssaidas e cõ todass . ssas pertéẽçass /⁵ por preço qe de uoss regebi cõuẽ a ssaber {†} ³⁷⁷ dez e ssete marauidis e do preço /⁶ rrẽ nõ fficou por darr e sse algẽ uéer . qe esta carta derõper qizer eu ã Con/⁷çelho outorgar nõ qizer ou nõ poder cõponha a uoss o dito herda/⁸mẽto dubrado e peite ao ssenhor da tera Çen marauidis Testemuyas Jhoã martjz /⁹ clerigo⁺ e Jhoã fflagũdíjz e Domjgoss ffilho de Migéel uyçẽte ffeita /¹⁰ ante cass Domjgos esteuéez vĩte e noue diass de Nouẽbrre da /¹¹ Erra de Mil e trezẽtoss e ssasséeta e tres anoss eu ssobre dita qe esta /¹² reuorey Eu ffrãçissco ssoariz Tebelyõ de ssan viçẽte a rrogo dass /¹³ partess esta carta esscreuy e meu ssnal hi ffiz qe tal e⁺ ●

³⁷⁷ Pode ter havido primeiramente um borrão e o escriba apenas depois ter riscado o segmento, que corresponderá, provavelmente, a apenas uma letra ou a um ponto.

VII. Documentos com o sinal de Afonso Domingues, tabelião em São Vicente da Beira.

39

[S. Vicente da Beira]
Maço 3, 291

10/V/1327

Escambo por que Lourenço Martins e Maria Anes, sua mulher, moradores em S. Vicente da Beira, dão a “Rodrigue Anes” Chim e a Maria Sebastião, sua mulher, moradores na mesma vila, certas herdades, vinhas, almuinha e quinhão que têm no termo da vila, recebendo certas casas na mesma vila e um souto com almuinha situado na ribeira a par da referida.

Enome de deus Amẽ eu Lourẽço martíjz eu ssa molher Marya anes⁺ moradores /² en ssan viçẽte da beyra A uoss Rodrigue anes⁺ Chin e A uossa molher Marya ssauas/³chãs moradoress na dita vila ffazemoss carta descãbho A uoss e aqueless que de uos /⁴ uéerẽ de todo o nosso dereito dass erdadess e dass vinhas⁺ que noss auemoss ã termho /⁵ da dita vila ass quées erdadess e vinhass A noss aquaeçerã de parte de Jhoã Chin /⁶ cõ o quynhõ dalmoyinha que yas ao moyinho de Steuã Joanes⁺ cõ todo o nosso dereito que /⁷ noss auemoss na coyrella do ssouto que ffoy do bogeyro Reçaluada a erdade do pe/⁸rar ass quaes⁺ erdadess e vynhas e Almoyinha e quynõ sson en termho da dita villa /⁹ as quaes⁺ couzass noss de ssuzo ditos Al damoss por todo o dereyto que eles An en hua<s> /¹⁰ cassass na dita vila ass quaes⁺ fforã de Jhoã Chin Item polo dereito dúú ssouto que eles /¹¹ an cõ {o quynhõ} hũa Almoyinha que noss auemoss hu chamã a ribeyra a par da dita vila /¹² assy como parte cõ Marynhagaryda e da outra cõ o rybeyro dentouca uelhas que uoss /¹³ e aqueless que de uoss uéerẽ ayadess ass couzass ssuzo ditas cõ ssass êtradass e cõ ssas /¹⁴ ssaydass e cõ todass ssass pertéenças assy como ass noss de dereito deuyamoss dauer e melhor /¹⁵ sse ass uoss melhor poderdess auer e quaL quer de noss que cõtra este escãbo uéer ã parte ou /¹⁶ en todo que o queyra dessffazer tâbẽ dass nossass partess come dass estranhass peyte ao sse/¹⁷nhor da terra Çẽ marauidis e todauya o escãbho sséer ffirme pera ssẽpre ffeyta a carta en /¹⁸ cassa de m̃j Tabeliõ dez dias Andados de Mayo da Era de Mil e trezẽtos e ssaséén/¹⁹ta e Çinque Anos testemunhas Domjgos Lourẽço e Martin giraldit e Domjgos móógo e Jhoã amado /²⁰ e Perelinho o pequeno capateyro e Jhoã giraldit e outros Eu Affonso domjgiz Tabeliõ /²¹ de nosso ssenhor el Rey ã ssan viçẽte da beyra que per mãdado doss de ssuzo ditos esta /²² carta escreuy e en ela este meu ssynal ffiz que tal he ●

S. Vicente da Beira
Maço 3, 290

22/IV/1328

Venda de Diogo Famariques, morador na Covilhã, a Sebastião Domingues e sua mulher Sancha Domingues, ambos moradores em S. Vicente da Beira, de toda a propriedade que tem no Lourçal, termo de S. Vicente da Beira.

Enome de deus Amẽ eu Diago ffamarygiz morador ẽ Couilha A uoss Sauasscháó /² domjgiz e A uossa molher Sãcha domjgiz moradores ẽ ssan viçete da beyra e aqueless que de uoss uée/³rẽ ffaço carta de uediço e de perdurauil ffirmydóe de todasslass couzass que eu ey e de dereyto /⁴ deuo auer assy mouil come rays aroto e por arõper ẽ môte e ẽ ffonte no lourçal termho de ssã viçete /⁵ da beyra oss quaes⁺ béess e erãçass a mj fficarã e acaeçerã de parte de Padre e madre de mj dito /⁶ uêdedor que uoss ayadess oss ditos béess e erãçass e pertéenças cõ ssass êtradass e cõ ssass ssaydas /⁷ assy como ass eu de dereito deuya dauar e melhor se ass uoss melhor poderdess auer per preço nomea/⁸do que deless cõpryamẽte Reçeby cõuẽ a ssaber treze libras e meya e quẽ quer que cõtra esta uẽ/⁹da uéer tãbẽ da mha parte come da estranha que esta uẽda queyra dessffazer quanto demãda/¹⁰rẽ tãto A uoss ẽ dobro cõponhã e peyte Ao ssenhor da terra Çẽ marauidis e a uẽda seya ffirmẽ e esta/¹¹uil e sse a uoss ẽ cõçelho outor nõ quyzer ou {e}ou deffender nõ poder a dita uẽda cõpoer uola eu do/¹²brada e quanto Mays ffor melhorada eu dito uêdedor esta carta mãdey ffazer e outorgueya /¹³ por reuorada ffeyta ffoy ẽ ssan viçete da beyra ante Cass de mj Tabeliõ vjnte e douss dias /¹⁴ dabrill da Era de Mil e trezẽtos e ssasséenta e sseys Anos testemunhas Jhoã giraldit e Jhoã delgado e Jhoã /¹⁵ bernaldit e Domjgos enffe e outros eu Affonso domjgiz Tabeliõ de nosso senhor el Rey ẽ ssan viçete da beyra /¹⁶ que per mãdado do dito uêdedor esta carta esscleuy e en ela este meu ssynal ffiz que tal he •

S. Vicente da Beira
Maço 3, 295

25/IX/1328

Venda de Maria Martins, mulher que foi de Deulodeu e moradora em S. Vicente da Beira, a Rodrigo Eanes e a Maria Sebastião, sua mulher, ambos moradores na dita vila, duma peça de vinha com o oitavo dum lagar, na Mata, termo de S. Vicente da Beira.

Enome de deus Amẽ eu Marya martijz molher que ffuy de deulodeu morador ẽ ssan viçete /² da beyra A uoss Rodrygue eanes⁺ e A uossa molher Marya ssauasschãães moradoress na dita /³ vila e aqueless que deless uéerẽ ffaço carta de uediço e de perdurauil ffirmydóe dũa peça /⁴ de vynha cõ o oytauo dúu lagar que eu ey hu chamã a mata termo da dita vila assy come /⁵ parte cõ oss ditos cõpradoress e cõ Pereanes⁺ da costa e cõ o redondo e cõ o esscóóra/⁶do e cõ a molher que ffoy doguardess e cõ a portella da Mata que uoss e aqueless que de uoss ueerẽ /⁷ ayadess ass ditas couzass cõ ssass êtradass e cõ ssass ssaydas e cõ tossdass ssa pertéén/⁸cass assy como ass eu de dereyto deuya dauar melhor sse ass uoss melhor poderdes /⁹ auer por preço nomeado que deless cõpryamẽte reçeby cõuẽ a ssaber quynze libras /¹⁰ e quẽ quer que cõtra esta uẽda

uээр тãбê da Mha parte come da estranha que a /¹¹ uêda queyrã dessffazer quanto demãdarê tãto A uoss ã dobro cõponhã e peytê /¹² áo Senhor da terra Çê marauidis e a uêda sséer firme e estauil e sse a uoss en Concelho /¹³ outor nõ quizer ou deffender nõ poder a dita uêda cõpoer uola eu dobrada e quanto /¹⁴ Mayss ffor melhorada Eu dita uêdedor esta carta mãdey ffazer e outorgueya /¹⁵ por reurada ffeyta foy en sã viçete da beyra ante cass de mj Tabeliõ víjnte e Çin/¹⁶ que dias de ssetebro da Era de Mil e trezêtos e ssasséenta e sseys Anoss testemunhas Mouro /¹⁷ çapateyro e Jhoã delgado e Jhoã martijz rapado e Jhoã ffoucinho e Jhoã martijz /¹⁸ gẽro de ssaváásscháó do prado Eu Affonso domjgiz Tabeliõ de nosso senhor /¹⁹ el Rey en ssan vicete da beyra que per mãdado da dita Marya martijz esta carta ess/²⁰ cleuy e en ela este meu ssynal ffiz que tal he ●

42

S. Vicente da Beira
Maço 3, 282

14/IX/1329

Venda de Domingos “pez”, filho de Pedro Vivas, da Soalheira, termo de Castelo Novo, a Sebastião Domingues e Sancha Domingues, sua mulher, moradores em S. Vicente da Beira, duma courela de vinha, com quinhão de lagar, situada no Ribeiro de S. Domingos, a par da dita vila.

Enome de deus Amen eu Domjgos pez ffilho de Pedro vyuas da ssoelhey/²ra termho de Castelnouo A uoss Saváásscháó domjgiz domjgit e A uosa molher Sancha /³ domjgiz moradoress ã ssã viçete da beyra e aqueless que deless uээрê ffaço /⁴ carta de uedyçõ e de perdurauyll ffirmjdoe dũa coyrella de vynha cõ o quy/⁵nhõ dúú lagar que eu ey áo {lagar} Rybeyro de ssã Domjgos a par da dita /⁶ vila assy como parte cõ eréos de Domjgos pez o méestre e cõ oss ditos cõpra/⁷doress e pello Rybeyro e cõ o camjnho do Concelho que uoss ayadess a dita /⁸ coyrella e quynhõ de lagar cõ ssass êtradas e cõ ssas ssaydas e pertéén/⁹çass assy como ass {noss}eu de dereyto devya dauer e melhor sse ass uoss poderdes /¹⁰ auer por preço nomeado que deless cõpryamête Reçebj cõuê a ssaber /¹¹ doze marauidis e quẽ quer que cõtra esta uêda uээр тãбê da Mha parte come /¹² dass esstranhas que a queyrã desfazer quãto demãdarê tãto A uoss ã do/¹³bro cõponhã e peytê áo Senhor da terra Çê marauidis e a uêda sséer /¹⁴ ffirme e estauil e ssé á uos ã cõcelho outor nõ quizer ou deffêder nõ po/¹⁵der a dita uêda cõpoer uola eu dobrada e quãto Mays for Melhorado eu /¹⁶ dito uêdedor esta carta mãdey ffazer e outorgueja por reurada ffeyta /¹⁷ ffoy ã ssã viçete da beyra ante case ³⁷⁸ de mj Tabeliõ quatorze djas dagos/¹⁸to da Era de Mil e trezêtos e saséenta e ssete Anos testemunhas Jhoã delgado e /¹⁹ Jhoã gyraldit e Steuã pez e outros Eu Afonso domjgiz Tabeliõ del Rey /²⁰ ena dita vila que per mãdado do dito uêdedor esta carta [e]sscley e enela /²¹ este meu ssynal ffiz que tal he ●

³⁷⁸ Leitura alternativa: “cas⁺”; a expressão ‘ante cas’, com ou sem o e de ‘ante’ abreviado, surge noutros textos do tabelião. O sinal de abreviatura em questão é um traço sobreposto. Interpretar “casa” é claramente mais rebuscado.

S. Vicente da Beira
Maço 4, 416

13/VI/1332

Venda de Lourenço Martins, com Maria Anes, sua mulher, e Afonso, irmão dela, todos moradores em S. Vicente da Beira, a “Rodrigue Anes”, irmão desses dois e morador na dita vila, do direito dum pardieiro situado numa séssega dum moinho a par de S. Vicente da Beira, ao ribeiro que chamam Rio de Moinhos.

Enome de deus Amẽ eu Lourẽço martijz e[u] ssa molher Marja Anes⁺ eu Affonso Jrmáo da /² dita Marja anes⁺ moradoress ẽ ssan viçẽte da bejr[a] A uos Rodrigue Anes⁺ Jrmáo de nos /³ ditos uẽdedoress morador ena dita villa ffazemos carta de uẽd[i]çõ e de perdurauil ffirmjdóe /⁴ de todo o nosso deRejto dúú pardejro que nos Auemos ẽ hũa ssessega dúú mojnho que nos Aue/⁵moss a par da dita villa áo Rjbejro que chamã Rjo de mojnhos a ssobrello mojnho de { *Pernáá } *Steuã /⁶ ioanes⁺ que uoss ayades o dito nosso deRejto cõ ssass ẽtradas e ssajdas e pertéẽças assj como /⁷ ass noss de deRejto deujamos dauer e melhor ssé ás uoss melhor poderdes auer por preço nomeado /⁸ que delle cõprjdamẽte Reçebemos cõuẽ a ssaber Çinquoẽta e ssejs ssoldos e quẽ quer que cõtra /⁹ esta uẽda ueer tâbẽ dass nosas partes come das esstranhas que a quej[r]ã dessffazer quãto de/¹⁰mãdarẽ tâto A uos ẽ dobro cõponhã e pejtẽ áo Senhor da terra Çẽ marauidis e a uẽda sséer ffirm/¹¹me e estauil e ssé á uos ẽ cõçelho outor nõ quizermos ou deffẽder nõ podermos a dita uẽda cõ/¹²poermos uolla noss dobrada e quãto Majs ffor melhorado E noss ditos uẽdedoress esta carta mã/¹³damos ffazer e outorgamossla por reuorada ffejta ffoj ena dita villa ante cass de mj Tabeljõ /¹⁴ treze djas de Junho da Era de Mil e trezẽtos e ssatéẽta Anos testemunhas viçẽte domjgit cleligo /¹⁵ e Jhoã dalcaruas e Pissoro e Gararã e Jhoã dAalẽtejo e outros Eu Affonso domjgit Tabe/¹⁶ljõ del Rej ena dita villa que per mãdado dos ditos uẽdedores esta carta esscleuj e ẽ ella este meu ssjnal ffiz que tal he •

S. Vicente da Beira
Maço 4, 398

5/IX/1333

Venda de Lourenço Martins e sua mulher Maria Anes, moradores em S. Vicente da Beira, a “Rodrigue Anes”, morador na mesma vila, de todas as herdades calvas que têm na vila e seu termo.

Enome de deus Amẽ eu Lourẽço martíjz eu ssa molher Marja anes⁺ moradores ẽ ssan viçẽte da bejra /² A uoss Rodrigue anes⁺ morador ẽna dita villa ffazemos carta de uẽdiçõ e de per/³durauil ffirmjdóe de todalass erdadess caluass que nos Auemos ẽ ssan viçẽte e ẽ sseu termho /⁴ ass quaeéss A nos ffirmarã e acaẽçerã de parte de padre e madre de mj dita uẽdedor /⁵ que uoss ajadess ass ditas erdadess cõ ssass ẽtradas e cõ ssass ssajdas e pertéẽças assj /⁶ como ass noss de deRejto deujamos dauer e melhor sse ass uos melhor poderdes /⁷ auer por preço nomeado que dele cõprjdamẽte Reçebemos cõuẽ a ssaber dezeojto /⁸ marauidis e quẽ quer que cõtra esta uẽda ueer tâbẽ dass nosas partes come dass estranhas /⁹ que a quejrã dessffazer quãto demãdarẽ tâto A uos ẽ dobro cõponhã e pejtẽ áo sse/¹⁰nhor da terra Çẽ marauidis e a uẽda sséer ffirm e stauil e sse a uos ẽ cõçelho outor /¹¹ nõ quizermos ou deffẽder nõ podermos a dita uẽda cõpoermosuolla /¹²

nos dobrada e quanto Majs ffor melhorada E nos ditos uêdedoress esta carta /¹³ mãdamoss ffazer e outorgamosla por reuorada Testemunhas Béénto domjgiz e Steuã /¹⁴ de vjzeu e Mjguéél ioanes⁺ e outros Eu Affonso domjgiz Tabeljõ de nosso senhor /¹⁵ el Rej ãna dita villa que per mãdado doss ditos uêdedores esta carta esscleuj e enela /¹⁶ este meu ssjnal ffiz que tal he ffejta ffoj ã cassa dos ditos uêdedores /¹⁷ Çinque djas de ssetẽbro da Era de Mil e trezẽtos e ssatéenta e húú Anos

45

S. Vicente da Beira
Maço 4, 409

29/I/1334

Venda de Domingos Esteves, dito Tinhoso, a “Rodrigue anes”, ambos moradores em S. Vicente da Beira, de duas courelas de vinhas situadas na Mata, termo da referida vila.

Enome de deus Amẽ eu Domjgos steuéez dito tjnhosso morador ã ssan viçẽte da beira A uos /² Rodrigue anes⁺ morador ãna dita villa ffaço carta de uêdiçõ e de perdurauil ffirmj/³dóe de duas cojrelas de vjnhas que eu ej ena mata termho da dita villa assj como parte hũa /⁴ delas cõ Passqual pez e cõ Jhoã dá álmojnha e cõ Antonjnho clemẽte e cõ Pedro uaquejro /⁵ Jtem a outra parte cõ o dito Passqual pez e cõ Jhoã ueegas e cõ Pedro murganho e cõ Domjgos /⁶ Lourẽço e cõ o dito cõprador que uoss e quẽ de uoss ueer ajades ass ditas cousas pera sẽpre cõ sas /⁷ êtradas e cõ ssass ssajdas e cõ todas ssas pertéenças assj como ass enoss de deRejto deuja /⁸ dauer e melhor ssé áss uoss melhor poderdes auer por preço nomeada que dele cõprjda mẽte Reçe/⁹bj cõuẽ a ssaber dez libras e quẽ quer que cõtra esta uẽda uéer tã bẽ dass mhas partes come /¹⁰ dass estranhass que a quejrã dessffazer quanto demãdarẽ tãto A uos ã dobro cõponhã e pejtẽ /¹¹ áo Senhor da terra Çẽ marauidis e a uẽda sséer ffirm e stauil e sse a uos ã Conçelho outor /¹² nõ qujzer ou deffẽder nõ poder a dita uẽda cõpoeruolla eu dobrada e quanto Majs /¹³ ffor melhorada Eu dito uêdedor esta carta mãdej ffazer e outorgueja por reuo/¹⁴rada testemunhas Domjgos mjguéez Jujz e Jhoã Lourẽço das tjnhalhas e Domjgos ioanes⁺ da pobóá /¹⁵ de durã domjgiz e Jhoã paéez çapatejro e outros Eu Affonso domjgiz Tabeljõ de nosso /¹⁶ ssenhor el Rej ãna dita villa que per mãdado do dito uêdedor esta carta escluj e enela /¹⁷ este meu ssynal ffiz que tal he ffejta ffoj ã cassa do dito uêdedor víjnte e /¹⁸ noue djas de Janejro da Era de Mil e trezẽtos e ssatéenta e dous Anos

S. Vicente da Beira
Maço 4, 410

9/IV/1335

Venda de Maria “pez”, mulher que foi de João Almoço, por si e por sua filha Domingas, a “Rodrigue anes”, morador, como a primeira, em S. Vicente da Beira, do quarto duma adega que foi de João Ferreiro, situada na referida vila.

Enome de deus Amẽ eu Marja pez molher que ffuj /² de Jhoã Almoço morador ẽ ssan viçete da beira A uoss Rodrij/³gue anes⁺ morador ẽna dita villa por mj e por mha /⁴ ffilha Domjgas pera cõprar e pagar diujda que o meu ma/⁵rjdo deuja ffaço carta de uediçõ e de perdurauil ffirmj/⁶dóe do quarto dá ádega que noss Auemoss ẽna dita villa /⁷ a qual ffoj de Jhoã fferejro assj como parte cõ Jhoã páez /⁸ e cõ Pedro do gozẽdo e per Rua puluega que uoss e quẽ de uos ue/⁹er pera ssẽpre ajadess a dita coussa cõ ssass ẽtradass e ssaj/¹⁰das e pertéencas assj como ass noss de derejto deujamoss dauere /¹¹ melhor sse ass uos melhor poderdess auer por preço nomeado que de/¹²le cõprjda mẽte Reçebj cõuẽ a ssaber por noue marauidis e quẽ quer /¹³ que cõtra esta uẽda ueer tãbẽ dass nossass partes come dass estra/¹⁴nhass que a quejrã dessffazer quãto demãdarẽ tãto A uos ẽ dobro cõ/¹⁵ponhã e pejtẽ áo ssenhor da terra Çẽ marauidis e a uẽda sséer ffirmẽ e /¹⁶ stauil e sse a uoss ẽ cõçelho outor nõ qujzer ou deffẽder nõ po/¹⁷der a dita uẽda cõpoeruola eu dobrada e quãto Majss ffor me/¹⁸lhorada eu dita uẽdedor esta carta mãdej ffazer e outorgueja por /¹⁹ reuorada testemunhas . Poto çapatejro e Domjgos Rodrijgit e /²⁰ viçete corço e Affonso sserodéio e outros Eu Affonso domj/²¹git Tabeljõ de nosso ssenhor el Rej ẽna dita villa que per mãda/²²do da dita uẽdedor esta carta esscleuj e ẽ ela este meu ssjnal /²³ ffiz que tal he ffejta ẽna dita villa ante cass de mj Ta/²⁴beljõ noue djas dabrill da Era de Mil e trezẽtoss e ssatéẽ/²⁵ta e tres Anos •

S. Vicente da Beira
Maço 4, 410

9/IV/1335

Venda de Pedro Sobrinho e Teresa Lourenço, sua mulher, a “Rodrigue anes”, todos moradores em S. Vicente da Beira, dum quarto de adega que foi de João Ferreiro, situada na referida vila.

Enome de deus Amẽ eu Pedro ssobrinho eu ssa molher Tarej/²ya Lourẽço moradoress ẽ ssan viçete da beira A uoss Rodrijgue /³ anes⁺ morador ẽna dita villa ffazemos carta de uediçõ e de /⁴ perdurauil ffirmjdóe dúu quarto dadega que noss Auemoss ẽna /⁵ dita villa a qual ffoj de Jhoã fferejro assj como parte cõ Jhoã /⁶ paes⁺ e cõ Pedro do gozẽdo e per Rua puluega que uoss e quẽ de uos /⁷ uéer pera ssẽpre ajadess a dita coussa cõ ssass ẽtradass e ssajdas /⁸ e pertéencas assj como ass noss de deRejto deujamoss dauere e me/⁹lhor sse ass uoss melhor poderdess auer por preço nomeado que dele cõprjda /¹⁰ mẽte Reçebemos cõuẽ a ssaber por noue marauidis e quẽ quer que cõtra /¹¹ esta uẽda ueer tãbẽ dass nosass partess come dass estranhass que a /¹² quejrã dessffazer quãto demãdarẽ tãto A uoss ẽ dobro cõponhã /¹³ e pejtẽ áo ssenhor da terra Çẽ marauidis e a uẽda sséer ffirmẽ e stauil /¹⁴ pera ssẽpre e ssé á uoss ẽ cõçelho outor nõ qujzer ou deffẽder nõ po/¹⁵der a dita uẽda cõpoermossuolla noss dobrada e quãto Majs /¹⁶ ffor

melhorada E noss ditos uêdedoress esta carta mãda/¹⁷ moss fazer e outorgamossla por reuorada *testemunhas* Martin giraldit e Steuã /¹⁸ gináo e Domjgos daluarêga e outros Eu Affonso domjgit /¹⁹ Tabeljõ de nosso ssenhor el Rej ãna dita villa que per mãdado /²⁰ doss ditos uêdedores esta carta esscleuj e en ella este meu /²¹ ssynal ffiz que tal he ffejta ffoj ãna dita villa ã cassa /²² dos ditos cõpradoress noue djass dabil da Era de /²³ Mil e trezêtos e ssatéenta e tres Anos •

48

S. Vicente da Beira
Maço 4, 440

5/I/1336

Venda de João Viegas e Maria Domingues, sua mulher, a “Rodrjgue Anes”, todos moradores em S. Vicente da Beira, duma courela de vinha situada na Mata, termo da dita vila.

Enome de deus Amẽ eu Jhoã uéégas eu ssa molher Marja domjgit moradores /² en ssan viçête da beira A uoss Rodrjgue Anes⁺ morador ãna dita villa ffazemos /³ carta de uêdiçõ e de perdurauil ffirmjdóe dũa cojrella de vjnhã que nos Auemos ãna ma/⁴ta termho da dita villa assj como êtesta eno Rjbejro que uẽ Dad[an] ioanes⁺ e como par/⁵te cõ o dito cõprador e cõ Domjgos Lourêço e cõ o rjbejro dajolos que uoss e [quẽ] de uoss uéér pera /⁶ ssẽpre ajadess a {*j} dita cousa cõ sas êtradas e sajdã e pertéén[ças a]sy como Ass nos /⁷ de deRejto deujamoss dauar e melhor se as uoss melhor poderdes auer por p[reç]o nomeado que dele /⁸ cõprjda mête regebemos cõuẽ a ssaber por noue marauidis e quẽ quer que cõtra esta uêda uéér /⁹ tã bẽ dass nosas partes come das estranhas que a quejrã desfazer quãto demãdarẽ /¹⁰ tãto A uoss ã dobro cõponhã e pejtẽ áo senhor da terra Çẽ marauidis e a uêda séér firme e /¹¹ stauil e sse a uos ã Conçelho outor nõ qujzermoss ou defêder nõ podermoss a dita /¹² uêda cõpoermoss uolla nos dobrada e quãto Majss for melhorada E nos ditos /¹³ uêdedores esta carta mãdamoss ffazer e outorgamos la por Reuorada *testemunhas* . Sauass/¹⁴cóó pez e Jhoã negro e Martin cabrejro e outras Eu Affonso domjgit Tabeljõ del Rej ã/¹⁵na dita villa que per mãdado dos ditos uêdedoress esta carta esscleuj e enella /¹⁶ este meu ssynal ffiz que tal he ffejta ffoj ãna dita uilla ã cassa de Sauasscháó /¹⁷ Lagos Çinque djas de Janejro da Era de Mil e trezêtos e satéenta e qua/¹⁸tro Anos •

49

[S. Vicente da Beira]
Maço 4, 402

6/VI/1339

Venda de João Martins, dito Neto, e sua mulher Sancha Domingues, moradores no Freixial, termo de S. Vicente da Beira, a “Rodrjgue anes” e Maria Afonso, sua mulher, duma courela de souto situada na Ribeira do Souto.

Enome de deus Amẽ eu Jhoã martíjz dito neto eu ssa molher Sancha domjgit mo/²radoress do ffrejxheaL termho de ssan viçête da beira A uoss Rodrjgue anes⁺ e a ssa

/³ mulher Marjaffonso moradoress êna dita villa ffazemoss carta de uêdjçõ e de /⁴ perdurauil ffirmjdoe dũa cojrella de sso[ut]o que noss Auemoss êna Rjbejra /⁵ do ssouto aÇima da villa aÇima do Lagar que ffoj de Martin abril assj como parte cõ /⁶ eréós de Martin domjgit *mol|eljro e cõ Domjgos ssteuéez dana e cõ caRejra puluega /⁷ por preço nomeado que deless regebemoss cõuê a ssaber por treze marauidis e quẽ quer que /⁸ cõtra esta uêda uéér tâbê dass nosass partes come dass estranhass que a quejrã /⁹ dessffazer quanto demãdarê tâto A uos ã dobro cõponhã e pejtê áó ssenhor da terra /¹⁰ Cẽ marauidis e a uêda sséér ffirm e stauil e se a uoss ã cõçelho outor nõ qujzermoss /¹¹ ou deffêder nõ poderemoss a dita uêda cõpoermoss uolla noss dobrada e quã/¹²to majss ffor melhorado E noss ditos u[êd]edoress esta carta mãdamoss ffazer /¹³ e outorgamosslla por Reuorada testemunhas Steuã gjraldit e Martin bertollameu do ffrej/¹⁴xheal e Steuã filho de Pedro mééndit e outros Eu Affonso domjgit Tabeljõ del /¹⁵ Rej êna dita villa que per mãdado doss ditos uêdedoress esta carta esscleuj /¹⁶ e ã ella este meu ssjnal ffiz que tal he ffejta ffoj ã cassa de mj Tabeljõ /¹⁷ ssejs djas de Junho {nal ffiz que} ³⁷⁹ da Era de Mil e trezêtos e ssatéenta /¹⁸ e ssete Anos •

50

[S. Vicente da Beira]
Maço 4, 429

23/V/1342

Venda de Martim da Almuinha, morador em S. Vicente da Beira, como testamenteiro de sua filha Joana, a “Rodrigue Anes” e sua mulher Maria Afonso, moradores na mesma vila, duma courela de vinha situada na Mata, termo da dita vila.

Enome de deus Amẽ eu Martin dá álmojnha morador ã ssan viçẽ/²te da bejra come testamẽtejro de Jhoãna mha ffilha pera cõ/³prir ssa mãda e ssass djujdas A uoss Rodrigue Anes⁺ e a ssa mulher /⁴ Marjaffonso moradoress êna dita villa ffaço carta de uêdjçõ e de per/⁵durauil ffirmjdóe dũa cojrella de vjnha que eu ej cõ Domjgas ga/⁶ga mha mulher e cõ Jhoãna mha ffilha ãna mata termho da dita /⁷ villa assj como parte cõ Jhoã da almojnha e per o RjbejRo dajollos /⁸ e per o Ribejro que uẽ dass ujnhas daDan Jhoanes⁺ que uos e quẽ de /⁹ uoss ueer pera ssẽpre ayadess a dita cousa cõ sas êtradas e ssajdas e pertéén/¹⁰çass assj como ass noss de deRejto deujamos dauer e melhor sse ass uos /¹¹ melhor poderdess auer por preço nomeado que deless cõprjdamẽte Reçebj /¹² cõuê a ssaber por vjnte e Çinque marauidis e quẽ quer que cõtra esta uêda uéér /¹³ tâbê dass nosas partess come das estranhass que a quejrã desffazer quã/¹⁴to demãdarê tâto A uos ã dobro cõponhã e peytê áó senhor da terra /¹⁵ Çẽ marauidis e A uêda sséér ffirm e stavil e

³⁷⁹ Este segmento surge a seguir ao sinal do tabelião, que interrompe a linha de cima e a presente. O que temos aqui é o seguinte: o escriba continuou a l. 16, a seguir ao local do sinal de tabelião, por meio deste segmento, que foi depois riscado quando foi decidido escrever essa linha um pouco mais acima no pergaminho; este segmento passou assim a fazer parte da l. 17 e, como vemos a seguir na transcrição, surge logo depois dele a continuação do texto. Não temos aqui, portanto, uma repetição de parte do texto que já vimos na própria l. 16 (i.e. “nal ffiz que”), mas sim uma correcção na mancha gráfica do texto. Refira-se ainda que essa correcção não se deve a falta de espaço no pergaminho, que suportaria perfeitamente mais uma linha, mas a uma harmonia na disposição das linhas: continuando a l. 16 onde o escriba o fez inicialmente, teríamos essa linha com o segmento que está antes do sinal de tabelião a uma altura consideravelmente diferente da do segmento que vem depois, ficando a mesma linha e a 15 anormalmente afastadas a seguir ao referido sinal (o que se agravaria com um avanço linear da escrita); ficar-se-ia com uma inestética disposição gráfica do texto.

ssé á uoss ã cõçelho outor nõ ^{/16} quizer ou deffêder nõ poder cõpoer uolla eu dobrada e quãto majs ^{/17} ffor melhorrada Eu dito uêdedor esta carta mãdej ffazer e outor/¹⁸ gueja por Reuorrada *testemunhas* Jhoã gõçalujt e *Domjgos* mãço e aParço de ^{/19} fondo de villa e outros Eu Afonso *domjgiz* Tabeljõ del Rej ãna dita ^{/20} villa que per mãdado do dito uêdedor esta carta escleuj e en ella este ^{/21} meu ssynal ffiz que tal he ffejtã ã cassa de mj Tabeljõ vjñte e tres ^{/22} djas de Majo da Era de Mil e trezêtos e oytéenta Anos ●

51

[S. Vicente da Beira]

3/XI/1342

Maço 4, 435

Venda de Martin Mouro a “Rodrigue anes” e sua mulher Maria Afonso, todos moradores em S. Vicente da Beira, do quarto e oitavo da metade duma herdade que fora de sua mãe, situada em Rio de Moinhos, termo da dita vila.

Enome de deus Amẽ eu Martin mouro morador ã ssã vjçête da ^{/2} beira A uoss Rodrigue anes⁺ e a ssa molher Marjaffonso mo/³[r]adoress ãna dita villa e aqueless que deless ueerẽ ffa/⁴ço *a *uos carta de uêdjçõ e de perduravil ffirmjdóe do quarto e ^{/5} oytauo da meatade dũa erdade que eu ej cõ eréóss de Clemẽ/⁶te Anes⁺ a quaL ffoj de Mha madre Marja paééz que yaz ã rjo ^{/7} de Mojnhos⁺ termho da dita villa como parte cõ Pedro motúú ^{/8} [e cõ] eréóss de Pedro pez ffoucjnho⁺ e como sse uaj ao Cume de ^{/9} ual Mourjsco e cõ Rejmõde Anes⁺ e como sse uẽ áo ual daffonso *domjgiz* ^{/10} e cõ eréóss de Martin ssjrgado e cõ Martin gago que uoss e quẽ de uos ueer pera ssêpre/¹¹ ajadess a dita coussa cõ ssas êtradas e ssajdass e pertéénças assy ^{/12} [co]mo ass eu de deRejto deuja dauer e melhor se ass uos melhor poder/¹³ dess auer por preço nomeado que deles cõprjdamẽte Reçebj cõuẽ a ssa/¹⁴[b]er por vjñte e dous marauidis e quẽ quer que cõtra esta uêda uêér tâbẽ da ^{/15} mha parte como dass estranhass que quejrã desffazer quãto de/¹⁶mhãdarẽ tãto A uoss en dobro cõponhã e pejtẽ áo ssenhor da ^{/17} [ter]ra Çẽ marauidis e a uêda séér ffirme e stavil e ssé á uoss ã cõçelho ^{/18} [o]utor nõ quizer ou deffêder nõ poder a dita uêda cõpoer ^{/19} uolla eu dobrada e quãto Majs ffor melhorrada Eu dito uẽ/²⁰[d]edor esta carta mãdej fazer e outorgueja por Reuorrada *testemunhas* ^{/21} [J]hoã fferejro e vjçête torto e Affonso que ffoj pregoejro e outros Eu A[ffon]so ^{/22} *domjgiz* Tabeljõ del Rej ãna dita villa que per mãdado do dito uẽ/²³dedor esta carta escleuj e ã ella este meu ssynal [ffi]z que tal ^{/24} he ffejtã ã casa de mj Tabeljõ tres djass de nouẽbr[o] ^{/25} [da] Era de Mil e trezêtos e ojtéenta Anos [●]

S. Vicente da Beira
Maço 4, 433

5/X/1343

Venda de Domingas Joanes, mulher que foi de Pedro Esturão, e seu filho Martinho, moradores em S. Vicente da Beira, a “Rodrigue Anes” e Maria Afonso, sua mulher, moradores na mesma vila, de todos os bens que lhes ficaram no Peral, termo da dita vila.

Enome de deus Amẽ eu Domjgas ioanes⁺ e Eu Martjnho⁺ sseu /² ffilho molher que ffuj de Pero esturáo moradores ã ssan vjçẽte /³ da beira A uoss Rodrigue Anes⁺ e a ssa molher Marjaffonso morado/⁴ress ãna dita villa ffazemoss carta de uẽdjçõ e de perdurauil fir/⁵mjdóe de todoloss béess erãçass aRotoss e por aRõper que nos Aue/⁶moss e de deRejto deuemos dauar ãno peral termho da dita villa /⁷ que a noss fficarã e acaecerã de parte de Pero esturáo assj come parte /⁸ cõ oss ditos cõpradoress e cõ eréoss de Jhoã ujçẽte e cõ eréoss /⁹ de Pero pez que uos e quẽ de uoss uéer pera ssẽpre ajadess as ditas /¹⁰ cousas cõ sas êtradas e ssajdass e pertéenças assj como ass nos /¹¹ de deRejto deujamos dauar e melhor sé ás uos melhor poderdes /¹² auer por preço nomeado que deless cõprjda mẽte Recebemos cõuẽ /¹³ a ssaber por ojto marauidis e quẽ quer que cõtra esta uẽda uéer tãbẽ das nosas /¹⁴ partess come dass estranhas que a quejrã desfazer quãto demãda/¹⁵Rẽ tãto A uos ã dobro cõponhã e pejtẽ áo senhor da terra Çẽ /¹⁶ marauidis e a uẽda sséer ffirmo e stauil e se a uoss ã cõçelho outor nõ /¹⁷ qujzermos ou deffẽder nõ podermos a dita uẽda cõpoermos /¹⁸ uolla nos dobrada e quãto majs ffor melhorado E noss ditos /¹⁹ uẽdedores esta carta mãdamos fazer e outorgamoslla por Reuo/²⁰rada testemunhas Jhoã domjgjz e Ljass steuéez e Steuã ffilho de Pero esturáo e /²¹ Pero pez dá água de canbas e outros Eu Afonso domjgjz Tabeljõ /²² del Rej ãna dita v[i]ll[a] que per mãdado dos ditos uẽdedoress esta carta ess/²³cleuj e ã ella este meu sjnal ffiz que tal he ffejta ffoj ã casa /²⁴ da dita uẽdedor Çinque djas doutubro da Era de Mil /²⁵ e trezẽtos e ojtéenta e húú Anos •

[S. Vicente da Beira]
Maço 2, 228

22/V/1349

Venda de Gonçalo Bentes, filho de Bento Domingues, e Maria “mjguéez”, sua mulher, moradores em S. Vicente da Beira, a “Rodrigue Anes” e sua mulher, Maria Afonso, moradores na mesma vila, de todas as herdades, vinhas, casas, árvores e possessões que têm no Ninho do Açor, termo da dita vila.

Enome de deus Amẽ eu Gonçalo béentjz ffilho de Béento do/²mjgjt eu ssa molher MaRja mjguéez [m]oRador[ess ã ssã] vjçẽte /³ da beira A uoss Rodrigue Anes⁺ e a ssa molher MaRjaffonso e aqueles /⁴ que deLess uéerẽ moRadoress ena dita villa ffazemoss carta /⁵ de uẽdjçõ e de perduRauil ffjrmjdóe de todaLass erdadess e vjnhas e /⁶ cassass e Aruoress e possjssóéss assj ARotass come por aRõper que noss Aue/⁷moss e de deRejto deuemos dauar ãno njnho do açor termho da dita /⁸ vjLa assj como parte cõ eRéoss de Jhoã martjz o abade que ffoj der/⁹mello e per o cume de val de ssando uertẽte agua pera o njnho do a/¹⁰çor e cõ Affonso cljssouáez e da outra per o cume do baRejRo e cõ eréoss /¹¹ de Pedro mouRo uertẽte agua pera o njnho do açor que uoss e quẽ de /¹² uos véer pera ssẽpre ajadess ass ditas cousas cõ ssass êtradass /¹³ e ssajdass e pertéenças assj como ass noss

de deRejto devjamos /¹⁴ dauer e melhor sse ass uoss melhor poderdess auer por preço nomea/¹⁵do que deLess cõprjdamête Reçebemoss cõuê a saber por Çêto /¹⁶ e quatro marauidis e quẽ quer que cõtra esta uêda uéer tâbê das nosas /¹⁷ partess come dass estranhass que a quejRã dessffazer quãto de/¹⁸Mãdarê tâto A uos ã dobro cõponhã e pejtê áo ssenhor da terra /¹⁹ Çê marauidis e A uêda sséer ffjrme e stavil e sse a uoss ã cõçelho ou/²⁰tor nõ qujzermoss ou deffêder nõ poderemoss a dita uêda cõpo/²¹ermos uoLa noss dobrada e quãto Majss ffor melhorada e /²² nos ditos uêdedoress esta carta mãdamos ffazer e outorga/²³mosLa por reuoRada testemunhas Domjgos steuéez çapatejRo e Jhoã do/²⁴mjgjt carnjçejRo e váássco AbrijL e outros Eu Afonso do/²⁵mjgjt TabeLjõ deL Rej ena dita villa que per mãdado dos ditos /²⁶ uêdedoress esta carta esscleuj e ã eLa este meu ssjnaL /²⁷ ffjz que tal he ffejta ffoj ã cassa de mj TabeLjõ vjnte e dous /²⁸ djass de Majo da Era de Mil e trezêtos e ojtéenta e sete /²⁹ Anos •

54

S. Vicente da Beira

23/V/1350

Maço 4, 449

Venda de “Gjralde anes” e Constança Peres, sua mulher, a “Rodrigue anes” e Maria Afonso, sua mulher, todos moradores em S. Vicente da Beira, da metade de certas vinhas em S. Vicente da Beira e seu termo e do oitavo e meio oitavo de certo lagar na Mata, termo da dita vila.

Enome de deus Amẽ eu Gjralde anes⁺ eu ssa molher Costãça perez mo/²Radoress ã ssã vjçête da bejRa A uoss Rodrigue anes⁺ e a ssa molher /³ MaRjaffonso moRadoress ãna dita villa e aqueLess que deLess uéeRẽ ffa/⁴zemoss carta de uêdjçõ e de perduRavjL ffjrmidóe da meatade /⁵ de todaLass vjnhas que Martin caluo Jrmáo de mj dito uêdedor avja /⁶ ã ssã vjçête e ã sseu termho que A noss ffjcaRã e acaçerrã per ssua morte /⁷ e outrossj o ojtauo e mejo ojtauo do Lagar que ffoj doss ffalaguej/⁸Ross que esta ãna mata assj como parte cõ Antonio clemête e cõ Gonçalo /⁹ domjgjt e cõ oss ditos cõpradoress e ass vjnhas assj como parten cõ /¹⁰ oss ditos cõpradoress e cõ o dito Gonçalo domjgjt e cõ o ffilho de GjraL /¹¹ ffrãcjssco Ressaluãdo a cojreLa que yaz ãno uerdugaL onde noss A/¹²uemoss dauer a meatade que uoss e quẽ de uoss uéeR pera ssẽpre /¹³ ajadess ass ditas coussas cõ ssass êtradas e ssajdass e pertéenças /¹⁴ assj como ass noss de deRejto devjamos dauer e melhor se as /¹⁵ uoss melhor poderdess auer por preço nomeado que deLes cõprjda /¹⁶ mête Reçebemoss cõuê a ssaber por vjnte libras e quẽ quer que cõ/¹⁷tra esta uêda qujzer vjjr tâ bẽ dass nossass partess come dass estra/¹⁸nhass que a quejrã dessffazer quãto demãdaRẽ tâto A uoss ã do/¹⁹bro cõponhã e pejtê áo ssenhor da terra Çê marauidis e A uêda sséer /²⁰ ffjrme e stavjL e sse a uoss ã cõçelho outor nõ qujzermoss ou de/²¹ffêder nõ poderemoss a dita uêda cõpoermossuoLa nos dobra/²²da e quãto Majss ffor melhoRada E noss ditos uêdedoress esta /²³ carta mãdamos ffazer e outorgamosLa por ReuoRada testemunhas Affonso /²⁴ páéz e Jhoã domjgjt gẽro de canjnhas e Domjgos Andre e outros /²⁵ Eu Affonso domjgjt TabeLjõ deL Rej ãna dita villa que per mã/²⁶dado doss ditos uêdedoress esta carta escleuj e ã eLa este meu ssjnaL /²⁷ ffjz que tal he ffejta ffoj ã cassa doss ditos uêdedoress vjnte e tres /²⁸ djass de Majo da Era de Mil e trezêtoos e ojtéenta e ojto Anos

VIII. Documento com o sinal de Pedro Gonçalves, tabelião em Proença.

55

Proença

11/VIII/1331

Maço 4, 420

Venda de Maria Peres, mulher que foi de Lourenço Domingues, que foi morador em S. Vicente da Beira, a João Martins, filho de Martim Sebastião, clérigo de S. Vicente da Beira, da herdade que tem em Rio de Moinhos, termo da mesma vila.

Sabhã quantos esta carta uirẽ e léér ouuirẽ que eu Maria perez molher que ffuy de lourẽço domjgiz morador que ffoy de san viçete /² da Beyra vendo a uos Johã martijz ³⁸⁰ filho de Martj sauastãez clerigo do dito logo quanta erdade eu ey en Río de Moynhos termho /³ da dita vila de san viçete assy arrote cõme por arronper e assy feyta come por ffazer e assy en rribeyras come ã mõtes cõ quẽ /⁴ quer que parta e per u quer que parta e per u uos a dita erdade melhor e mais cõpridamẽte poderdes auer por preço que de uos /⁵ Reçebj cõuen a ssaber . Vijnte . marauidis de dinheyros Portugéeses que tâto a m̃ e a uos ben Aprouge e do preço Ren nõ fficou por /⁶ dar Porende Aiades uos e todos uossos susçessores a dita erdade pera todo senpre iamaís cõ entradas e saidas /⁷ e cõ todas sas pertẽças e se alguẽ uéer da mha parte ou da estranha que este meu ffeyto queira Britar E eu en cõçelho /⁸ outorgar nõ quisser ou deffender nõ poder cõponha A uos a dita venda dobrada e quanto for melhorado cõ /⁹ Çinquoeẽta marauidis E ao senhor da terra peytar outro tâto e a carta fficar en sa rreuora E eu que esta carta . Man/¹⁰do ffazer cõ mhas mããos a rreuoro e outorgo feyta a carta en Proẽça encas de m̃ tabeliõ Onze dias /¹¹ de Agosto era de Mil e trezẽtos e sasseẽta e noue anos testemunhas affonso eanes de Proẽça e Steuão giral/¹²dez Marido de Maria iohanes molher que ffoy de Loureçe anes Alffayate de san . viçete . e Domjgos gõçaluiz samjgeel⁺ /¹³ da acha termho de Proẽça . e Domjgos passqual Juiz ã Proẽça E eu Pero /¹⁴ gõçaluiz pobríco tabeliõ del Rey en Proẽça que esta carta per mãdado da dita Maria perez esta /¹⁵ carta escreuj e en ela meu ssinal ffiz que tal he En testemunho de uerdade ●

³⁸⁰ Plica no “j” desenvolvida.

IX. Documentos com o sinal de Antoninho Clemente, tabelião em São Vicente da Beira.³⁸¹

56

[S. Vicente da Beira?]

11/XII/1332

Maço 4, 417

Venda de Gonçalo Viviães, morador em Castelo Branco, por si e por sua mulher Constança Sebastião, e Martim Gago e sua mulher Maria Sebastião, moradores em S. Vicente da Beira, a “Rodrigeanes”, morador na mesma vila, dum oitavo do direito que Sebastião Martins, pai das referidas, tinha num moinho que jaz derribado na Ribeira.

En nome de deus amê Eu Gonçalo vyuiááez morador em Castel brâco por /² m̃ e por mha molher cuio procurador Eu sóo assj como he cõteudo ã hũa procuraçõ /³ que Eu Antonjnho Crimête Tabeliõ vy ffeita per mão de Ramos martíjz Tabeliõ /⁴ de Castel brâco e assinaada do seu ssinal na qual procuraçõ hera cõteudo que Costãça /⁵ ssauaschááez daua conprido poder ao dito sseu Marido que ele uêdesse todolos bẽes /⁶ ou parte deles que eles auyã e de dereito deuyã á áuer em ssam viçete e em /⁷ sseu termho tã bem da parte de Sauaschãão martíjz sseu padre come da de /⁸ Martim ssauaschaayz sseu irmão na qual procuraçõ ssyam por testemunhas Affomso barriga /⁹ e Domjgos Affomso e Steuã domjgiz e Affomso anes colcheyro a qual ffora ffeita dez /¹⁰ dias de Setẽbro da Era de Mĩl e trezẽtos e Seteẽta anos e Eu /¹¹ ssobre dito Gonçalo vjuiaáez per poder da dita procuraçõ e Eu Martim gago /¹² e Eu Maria ssauaschaajz ssa molher moradores em ssam viçete uẽdemos /¹³ a uos Rodrigeanes morador na dita vila hũu oytauo do dereito que o dito /¹⁴ Sauaschãão martíjz nosso padre auya em hũu Moynho que iaz derri/¹⁵bado na ribeyrra aÇima do de Steuã ihoanes o qual dereito uoss nos uẽ/¹⁶demos ã ssas entradas e ssaidas e cõ todas ssas perteeças assj como /¹⁷ o nos de dereito deuyamos dauar por preço que de uos conprida mête /¹⁸ rreçebemos cõuem a ssaber ssex marauidis e do preço ssomos bẽ paga/¹⁹dos e rrem nõ fficou por dar e sse algẽ ueer da nossa ou da est/²⁰ranha parte que esta carta carta conrronper quisser e a nos ã Conçelho /²¹ outorgar nõ quissermos ou deffender nõ podermos cõponha/²²mos a uoss a dita uẽda dubrada e quanto ffor melhorada e peitem/²³os ao Senhor da Terra çem marauidis e a ueda fficar ffirmes testemunhas /²⁴ johã paez⁺ çapateyro e johãne ffilho de Domjgos martíjz e bẽeto domjgiz /²⁵ e Saluador çapateyro e Eu Antonjnho Crimête Tabeliõ del Rey /²⁶ em ssam viçete que per outorgamẽto dos ditos uẽdedores esta /²⁷ carta esscreuy e este meu ssinal aqui pugj que tal he /²⁸ ffeita nas Cassass de Domjgas martíjz a ffeyreyra onze /²⁹ dias de Dezẽbro da Era de Mĩl e trezẽtos e Seteẽta /³⁰ anos •

³⁸¹ Verifica-se nos textos deste tabelião a mesma questão de pontuação que foi referida em sítio idêntico a respeito do tabelião Estêvão Peres; a resolução é a mesma.

[S. Vicente da Beira]
Maço 4, 399

1/V/1333

Doação de Sebastião Domingues a Martim Sebastião e Estêvão Sebastião, seus filhos e de Sancha Domingues, e a João, filho de Rodrigo Anes e de Maria Sebastião, seu neto, de toda a herdade que tem no Barreiro, abaixo de S. Vicente da Beira, e de todas as vinhas que tem acima da Ribeira do Souto que foram de João Gonçalves e João da Várzea.

En nome de deus Amem Sabhã quantos esta carta de doaçõ virem cõmo /² Eu Sauaschãõ domjgiz em mha paz e em mha ssaude e de mha liure /³ uoõtade ssem prema nẽ hũa conhoçendo bóó diuydo que ey cõ Martim ssa/⁴uaschããez e cõ Steuã ssauaschããez meus ffilhos e de ssancha domjgiz e cõ /⁵ johãne ffilho de Rodrigo anes e de Maria ssauaschããez nosso Neto E outrossj /⁶ pera³⁸² ssérem Eles melhores e mays honrrados e pera auerem móór algo /⁷ de sseu porẽ lhis dou e dóó e Outorgo pera ssenpre por auir dErda/⁸de a eles rreçebentes por ssj e por sseus Erdeiros que depois poderẽ sséer /⁹ toda a Erdade que Eu ey e de dereito deuo á áuer hu chamã o barreiro /¹⁰ a sso a vila de ssam viçẽte assj cõmo parte polo Camjnho que uay pera a põte /¹¹ e do outro cabo polo camjnho que uay pera os Moinhos da enpora que ssom /¹² da ordem E outrossj lhis dou totalas vinhas que eu ey aÇima da /¹³ rribeyra do ssouto que fforõ de johã gonçaluz e de johã da uarzeá á /¹⁴ qual doaçõ lhis eu ffaço ssem nẽ hũa condiçõ E outorgolhis que a a/¹⁵iã e possã auer eles e sseus Erdeiros pera todo ssenpre pera ffazer dela /¹⁶ e em ela todo o que quisserem assj come de sseu méésmo e doulhela cõ /¹⁷ todas ssas entradas e ssaidas e cõ todas ssas pertéças quantas ha e de /¹⁸ dereito deue a auer de dereito e de ffeito de mõte em ffonte ffeitas e por /¹⁹ ffazer assj cõmo a eles melhor e mays conprida mête poderẽ auer e E ou/²⁰torgolhis poderio que possam per ssj méésmos entrar a tẽça da dita /²¹ doaçõ quando quisserem ssem outorgamẽto de juiz nẽ doutro homẽ e /²² prometo que esta doaçõ auerey por ffirm e por estauil pera todo ssenpre que /²³ nõca contra ela uenha em parte nẽ en todo em nẽ hũa maneira nẽ /²⁴ per nẽ hũa gissa e prometo que nõca a rreuoge ahinda que mha des/²⁵gradescã oss ditos meus ffilhos e meu Neto eu ffazẽdo cõtra /²⁶ mĩ algũa dass coussas que deffendem as lex per que possam sseer rre/²⁷uogadas ass doações E outrossj prometo de lhis enparar a dita do/²⁸açõ de qual quer que lhela quaeira enbargar e sse cõtra ela uéer em /²⁹ parte ou ã todo per mĩ ou per outrẽ que dobre aos ssobre ditos esta /³⁰ doaçõ em nome de pea E a esto obrigo todos meus béés pagada /³¹ a pea ou nõ pagada a doaçõ ssenpre seer validoyra E ssobre todo /³² rrenuçõ toda ley e dereito e fforo e Custume que por mĩ poderia auer pera /³³ hir cõtra ela que a nõ possa auer nẽ ajudarme dela ã nẽ hũa tẽpo /³⁴ nẽ per nẽ hũa maneyra E pera sséer esto çerto e nõ víjr ã nẽhũa /³⁵ duujda mãdeylhis ffazer esta carta de doaçõ a qual ffoy ffeita em /³⁶ cassa de Rodrigo anes primeyro dia de Mayo da Era de Mĩll e trezẽtos /³⁷ e Seteẽta e hũa Anos Testemunhas Steuã anes clerigo e Martim giraldez e /³⁸ johã bertolameu e Eu Antonjnho Crimẽte Tabeliõ del Rey em /³⁹ ssam viçẽte que per outorgamẽto do dito Sauaschãõ domjgiz esta carta escriuj e /⁴⁰ eeste meu ssynal aqui pugj que tal he •

³⁸² Abreviatura não desenvolvida: “r” sobrescrito, indicando “por”.

S. Vicente da Beira
Maço 4, 425

22/VI/1333

Venda de Vicente Domingues, filho de Domingos Doce, e Francisca Domingues, sua mulher, moradores em S. Vicente da Beira, a “Rodrigeanes”, duma courela de almuinha e doutra courela, situadas na Ribeira.

En nome de deus amem Eu viçete domjgiz ffilho de Domjgos doce /² Eu ffrãisca domjgiz ssa mulher moradores em ssam viçete uendemos /³ a uos Rodrigeanes hũa coyrela dalmoyinha que auemos na rribe/⁴yra asso a ponte tã bem a sso a leuada come aÇima dela /⁵ assj cõmo parte cõ uosco cõprador danbalas partes e cõmo ãtesta cõ /⁶ domjgos escoorado jtem uos uẽdemos outra coyrela no dito logo que parte /⁷ cõ uosco cõprador danbalas partes e ãtesta ã Çima cõ Marinha /⁸ stiuẽez e jusso cõna ffamelaria uendemos a uos as ditas Coirelas cõ /⁹ todas ssas entradas e ssaidas e cõ todas ssas perteeças pera todo /¹⁰ ssenpre pera uos e pera quem ³⁸³ de uos ffor pera ffazer delas toda uossa /¹¹ uoõtade come daquelo que uosso propio he por preço que de uos rreçebemos /¹² cõuẽ a ssaber ssete marauidis e mẽyo onde ssomos bem pagados /¹³ e rrem nõ fficou por dar e sse algũu ueer da nosa ou da stra/¹⁴nha parte que esta carta cõrronper quisser e a nos ã conçelho outorgar nõ /¹⁵ quissermos ou deffender nõ poderemos cõponhamos a uos a dita /¹⁶ uenda dubrada e quanto ffor melhorada e peytemos ao ssenhor da /¹⁷ Terra çem marauidis e a uenda fficar ffirme testemunhas Martim ayras e viçete /¹⁸ domjgiz clerigo e Eu Antonjnho Crimẽte Tabeliõ del Rey em ssam /¹⁹ viçete que esta carta escriuy e este meu ssinal aqui pugj que taL /²⁰ he ffeita ante cassa dos uendedores vjnte e dous /²¹ dias de jujnho da Era de Mill e trezẽtos e Seteẽta e hũu /²² anos •

S. Vicente da Beira
Maço 4, 427

22/VI/1333

Venda de Maria Domingues, mulher que foi de Pero Peres ovelheiro, a “Rodrigeanes”, ambos moradores em S. Vicente da Beira, duma courela de almuinha e doutra courela, situadas em termo da dita vila.

En nome de deus amem Eu Maria domjgiz mulher que /² ffoy de Pero perez ouelheyro morador em ssam viçete /³ uendo a uos Rodrigeanes morador na dita vila e aaque/⁴les que de uos uéerem hũa coyrela dalmoyinha que ey a sso a /⁵ ponte tã bem a sso a leuada come aÇima dela assj co/⁶mo parte ã ffondo cõ Sauaschãõ domjgiz e viçete doce e em /⁷ Çima cõ Martim ssauascháãez clerigo e cõ o dito viçete doce /⁸ e ãtesta cõ Domjgos escóórado e cõ ffilhos de Steuã martjz /⁹ clerigo jtem uos uendo outra Coyrela no dito logo assj /¹⁰ cõmo parte cõ domjgos escoorado e cõ o dito viçete doce e cõmo ã/¹¹testa cõ Marinha stiuẽez e cõna ffamelaria uendo a uos /¹² as ditas Coirelas cõ ssas entradas e ssaidas e cõ todas /¹³ ssas perteeças pera todo ssenpre pera ffazerdes delas toda /¹⁴ uosa uoõtade come daquelo que uosso propio he por preço que de /¹⁵ uos cõprida mẽte rreçeby cõuem a saber Noue marauidis on/¹⁶de me dou por bem pagada e rrem nõ fficou por pagar /¹⁷ e sse

³⁸³ Desenvolvido apenas a partir de “q” com traço sobreposto.

algũu ueer da mjnha ou da strana parte que esta carta /¹⁸ cõrronper quiser a Eu a En cõçelho outorgar nõ quisser ou de/¹⁹ffender nõ poder cõponha a uos a dita uenda dubrada e /²⁰ quanto ffor melhorada e peyte ao Senhor da Terra çem /²¹ marauidis e a uenda fficor ffirmte testemunhas Gonçalo anes alffaiate e Sauaschãõ /²² ffilho de Martim Lourêço e Pero do gossendo e Eu Antonjnho /²³ Crimête Tabeliõ del Rey em ssam viçête que esta carta escriuy /²⁴ e este meu ssynal aqui pugj que tal he ffeita an/²⁵te casa da uêdedor vijnte⁺ e dous dias de /²⁶juynho da Era de Mïll e trezêtos e lxx hũu /²⁷ Anos •

60

[S. Vicente da Beira]

8/IX/1333

Maço 4, 396

Avença entre Maria Peres, mulher que foi de Sebastião Domingues, duma parte, e Martim Sebastião, Estêvão Sebastião e Rodrigo Anes por seu filho João, herdeiros do dito Sebastião Domingues, da outra parte, na partilha dos bens do último.

Sabham⁺ todos cõmo demãda esspera[ua] a sseer antre Maria perez molher que ffoy de Sa/²uaschãõ domjgiz da hũa parte e Martim ssauaschááiz e Steuã ssauaschááez e Rodrigo anes por /³ sseu ffilho Johan⁺ Erdeiros do dito Sauaschãõ domjgiz da outra per rrazõ dos bẽes que fforõ /⁴ do dito Sauaschãõ domjgiz a ssobredita Maria perez ueo cõ eles á átal auêça e amjgauei cõpo/⁵ssiçõ cõuem a ssaber que a dita Maria perez ouuesse todolos bẽes assj mouees⁺ come rraiz /⁶ quaaiz e quantos ela auya quando Cassara cõ o dito Sauaschãõ domjgiz E outrossj os ssobre ditos ffilhos /⁷ do dito Sauaschãõ domjgiz fficassem cõ todolos outros bẽes assj mouees⁺ come rraiz que o dito sseu /⁸ padre auya quando cõ ela Cassara E os ditos ffilhos e Neto do dito Sauaschãõ domjgiz ffica/⁹rõ a dar aa dita Maria perez Trijnta libras em dinheiros ³⁸⁴ E ssobre todo esto a dita Maria perez /¹⁰ rrenuçyou todo o sseu dereito que ela podera auer cõtra oss ditos bẽes que nõca contra eles /¹¹ podesse hir e parte nõ e todo pera todo ssenpre E outorgou que oss ssobre ditos ffilhos /¹² e neto do dito Sauaschãõ domjgiz ffilhassem e ouuessem a posse dos ditos bẽes per ssj méésmos /¹³ ssem coomha e ssem pea nõ hũa e ssem outorgamêto doutro juiz E ffezessem da /¹⁴ posse e dos ditos bẽes toda ssa uoõtade come de todo aquelo que sseu propio era e outro/¹⁵ssj oss ssobre ditos Martim ssauaschaaiz e Steuã ssauaschááiz e Rodrigo anes polo dito sseu /¹⁶ ffilho rrenuçyarõ todo o dereito que poderiã auer nos bẽes que a dita Maria perez auja e ou/¹⁷torgarõ que ffilhasse a posse deles per ssj méésma ssem coomha nõ hũa e ssem pea e sã /¹⁸ outorgamêto doutro juiz E que a dita Maria perez fficasse teuda a pagar totalas [diujdas] /¹⁹ e emCarregos de qual natura quer que sseiam que ela ouuesse ffeitos ante que [cassase] /²⁰ cõ o ssobre dito Sauaschãõ domjgiz E outrossj oss ditos Erdeiros do dito Sauaschãõ domjgiz ffica/²¹rõ teudos a pagar totalas diujdas e emCarregos que ele teuesse ffeitos ante⁺ /²² que cassase cõ a dita Maria perez E pera esto sseer ffirmte todos enssenbra e cada /²³ hũu per ssj mãdarõ E outorgarõ que qual quer deles da hũa e da outra parte que contra /²⁴ esto ffosse en parte ou en todo que peytasse aa parte obydiête Çincoenta libras de pea /²⁵ a qual pea pagada ou nõ toda uira a auêça e cõpossiçõ ualer e téer en todo /²⁶ assj cõmo dito he E pera esto sseer mays ffirmte e a depois nõ podesse /²⁷ víjr em douyda mãdamos e rrogamos a Antonymho Crimête Tabeliõ del Rey /²⁸ em ssam viçête da beira que ffezesse

³⁸⁴ Desenvolvido a partir do símbolo de ar/etc..

dous estromêtos ssemelhauées⁺ hũu ao /²⁹ outro anbos dũu Teor partidos per A b c Testemunhas Reymõdeanes e Martim /³⁰ gago e Domjgos domjgiz da Cruz e johã nynho e Gonçalo da mata e Eu /³¹ ssobre dito Tabeliõ que a Rogo e per outorgamẽto das partes este stromẽto e outro /³² ssemelhãte a ele scriuy e meu ssinal aqui ffiz que tal he ffeito /³³ nas Cassas que fforõ do dito Sauaschãão domjgiz oyto dias de ssetẽbro /³⁴ Era de Mĩl e trezẽtos e Seteẽta e hũu Anos •

61

[S. Vicente da Beira]

20/IX/1333

Maço 4, 397

Testamento de Sebastião Domingues, marido de Maria Peres.

En nome de deus amẽ esta he a mãda que ffaz Sauaschãão domjgiz /² cõ sseu ssiso e cõ sseu Entedymẽto primeyra mẽte mãda a alma a deus /³ e cõ sseu corpo aa igreja xx ssoldos por ffalhas hũa tééiga de pã ao nouo /⁴ e hũu ssesteyro de vinho jtem por Trigessimo tres ssoldos Aa cãdea e áá /⁵ lanpada ij ssoldos jtem a meu abade çinqui ssoldos por missa pressente /⁶ x ssoldos jtem mãdo a todolos clerigos que me ffezerẽ onrra dous dous /⁷ ssoldos e mẽyo jtem mãdo que me obradem hũu Ano de pã e de vinho e /⁸ de cãdea e hũu dinheiro dofferta e rrogo Maria perez mha molher que me /⁹ obrade e polo affom que hj ffilhar mãdolhj sseis couados dabouujla ³⁸⁵ /¹⁰ e hũu par de çapatas uermelhas cabrũas jtem mãdo ááss my/¹¹ssas do Sabado dous quarteyros de pã mẽyado e tres marauidis pera /¹² pescado e quatro almudes de vinho jtem mãdo aas mayores hũu /¹³ mõyo de pã meyado e hũa uaca cõ sseu coyro todo em carne e /¹⁴ hũu puçal de vinho jtem mãdo o meu pelote a Martim giraldez /¹⁵ e mãdo a Capa a Steuã giraldez jtem que me Cantẽ hũu /¹⁶ Trijnta trairo por mha alma jtem mado e Rogo Martim ssauaschãiz /¹⁷ e Steuã ssauaschããez meus ffilhos que sseiã meus testamẽteyros /¹⁸ e conpram mha mãda per meu auer e polo affam que hj ffilharẽm /¹⁹ mãdolhis sseis sseis libras ³⁸⁶ jtem mãdo a meus affilhados sseis /²⁰ sseis dinheiros ‘ – jtem mãdo e outorgo que ahinda que outra mãda que eu /²¹ ffezesse paresca per escritura ou ffora descritura que nõ ualha /²² nõ tenha nõ sse possa nõ hũa pessoa dela ajudar / e mãdo /²³ que esta ualha e tenha assj cõmo em ela e cõteudo e qual quer /²⁴ que contra ela quisser hir em parte ou en todo peyte Çincoẽta /²⁵ marauidis os mẽyos ao Senhor⁺ da Terra e os mẽyos a meus /²⁶ Testamẽteyros e a mãda fficar ffirme testemunhas johã das /²⁷ rrochas e johã gonçaluez dalcaruas e perelynho pequeno /²⁸ e Eu Antonyinho Crimẽte Tabeliõ del Rey em ssam viçẽte da /²⁹ beyra que per outorgamẽto do ssobre dito Esta mãda escriuy é /³⁰ meu ssynal aqui pugj que tal he ffeita a mãda xx /³¹ dias de Setẽbro Era de Mĩl e trezẽtos e seteẽta e hũu /³² Anos •

³⁸⁵ Leitura alternativa: “aboiiuylã”.

³⁸⁶ Desenvolvido apenas a partir do sinal de *ar/etc.*, que está colocado por cima do “r”.

S. Vicente da Beira
Maço 3, 337

20/II/1334

Venda de Gonçalo Peres, dito Ferreiro, e Maria Domingues, sua mulher, moradores em S. Vicente da Beira, a “Rodrigeanes”, duma courela de almuinha com suas figueiras, situada na Ribeira.

En nome de deus Amê Eu Gonçalo /² perez dito fferreiro e Eu Maria domjgiz ssa molher /³ moradores em sam viçete uendemos a uos Rodri/⁴geanes hũa Coirela dalmoyinha cõ ssas ffi/⁵geiras a qual auemos na rribeira asso a pôte assj /⁶ cõmo parte cõna fflamelaria e cõ Eréés de Pero /⁷ domjgiz do Açouge e em fffondo pola rribeyra uẽ/⁸demos a uos esa Almoyinha cõ entradas e ssa/⁹idas e cõ ssas pertêças pera uos e pera quem ³⁸⁷ de uos /¹⁰ ffor por quatro libras que de uos rreçebemos onde /¹¹ ssomos bem pagados e rrem nõ fficou por /¹² dar e sse algũu uéer da nosa ou da strana /¹³ parte que esta carta conrronper quiser e a nos em cõçe/¹⁴lho outorgar nõ quisermos ou deffender nõ po/¹⁵dermos cõponhamos a uos a uenda dubrada /¹⁶ e quanto ffor melhorada e ao ssenhor⁺ da Terra /¹⁷ çem marauidis e a uêda ffficar fffirme testemunhas bẽeto domjgiz /¹⁸ e Johã Çamarro e viçete molleyro e Eu Anto/¹⁹nynho Crimête Tabelyõ del Rey em ssam viçete /²⁰ que esta carta escriuy e meu ssjnal aqui ffiz /²¹ que tal he ffeita em casa dos uêdedores /²² xx dias de ffeureyro Era de Mill e trezêtos /²³ [e] sseteçta [e] dous Anos ●

S. Vicente da Beira
Maço 4, 408

19/II/1335

Venda de Maria Martins, mulher que foi de Estêvão Joanes, filho de João Frutoso, e moradora em S. Vicente da Beira, a “Rodrigeanes”, filho de João Chim, do seu direito num moinho derribado situado na Ribeira da dita vila.

En nome de deus Amem Eu Maria martijz molher que ffoy de Steuã ihoanes ffilho de johã ffruitoso morador em sam viçete da beira /² uendo a uos Rodrigeanes ffilho de johã chĩ e aaqueles que de uos ueerẽ todo o meu direito que eu ey e de direito deuo á áuer /³ em hũu Moinho rribado que esta na Ribeyra da dita vila aÇima do outro Moinho que eu e o dito meu marido leixa/⁴mos pera a nosa Capela o qual direito uos eu uendo cõ todas ssas entradas e ssaidas e pertêças assj como o Eu ey e melhor /⁵ sse o uos melhor poderdes auer por preço que de uos rreçebi comuẽ a ssaber sseis marauidis onde sóo bẽ pagada e rrem nõ fficou /⁶ por pagar e sse per uëtura algũu uéer da minha ou da strana parte que esta carta conrronper quiser e a Eu em cõçelho outorgar /⁷ nõ quiser ou deffender nõ poder conponha a uos essa uenda dubrada e quanto Mais ffor melhorada e ao ssenhor da Terra /⁸ çẽ marauidis testemunhas Martim abril e johã perez piliceiro e Affonso perez Juiz e Eu Antonyinho Crimête Tabeliõ del Rey em sam viçete /⁹ da beyra

³⁸⁷ Desenvolvido apenas a partir de “q” com traço sobreposto.

que esta carta escriuy e meu ssynal aqui ffiz que tal he ffeita em casa da uendedor dez e noue dias de /¹⁰ ffeureiro da Era de Mill e trezêtos e Seteêta e tres Anos •

64

[S. Vicente da Beira?]
Maço 4, 414

6/VIII/1335

Venda de João Lourenço e Eulália Peres, sua mulher, a “Rodrigeanes”, de dois dos doze quinhões duma adega situada em S. Vicente da Beira que foi de João Ferreiro e Margarida Lourenço, sua mulher.

En nome de deus Amem Eu Johã Lourêço e Eu olalha perez sa molher uendemos a uos Rodrige/²anes de doze quinhoes os dous dũa adega que auemos em ssam viçêta aÇima da ffonte /³ a qual ffoy de Johã fferreyro e de Margarida Lourêço sa molher onde nos ouuemos os ditos quinhoes /⁴ que uos e aqueles que de uos fforê aiades todo este nosso dereito cõ ssas entradas e ssaidas e pertêêças /⁵ por noue marauidis que de uos rreçebemos a qual adega parte cõ Johã pááiz çapateyro e da outra /⁶ parte cõ Pedro domjgiz da ffonte e cõmo êtesta detras polo fforno que ffoy de Sauaschãão domjgiz e pola /⁷ rrua puluega e sse per uêtura algũu uêér da nosa ou da strana parte que esta carta cõ/⁸rronper quiser e a nos em cõçelho outorgar nõ quiseremos ou deffender nõ poderemos /⁹ cõponhamos a uos a uêda dubrada e quanto ffor melhorada e ao Sênhor da Terra /¹⁰ çẽ marauidis testemunhas Domjgos pááiz e Tome colmeeyro e viçêta molleyro e Eu Antonjnho cri/¹¹mête Tabeliõ del Rey em ssam viçêta da beyra que esta carta escriuy e meu ssynal aqui /¹² ffiz que tal he ffeita ẽ cassa dos uendedores sseix dias dagosto e Era /¹³ de Mill e trezêtos e Seteêta e tres anos •

65

[S. Vicente da Beira?]
Maço 4, 411

6/IX/1336

Escambo entre Domingos Peres, dito Da Guarda, Clara Domingues, sua mulher, e Catalina, filha de ambos e representada pelo pai, duma parte; e “Rodrigeanes”, Maria Afonso, sua mulher, e João, filho deste, da outra; pela qual os primeiros dão aos segundos o seu direito em uma sêssega dum moinho derribado situado na Ribeira de Rio de Moinhos, recebendo duas courelas de cortinhais situadas ao fundo da vila.

En nome de deus amẽ Sabhã quantos esta carta descambho virẽ cõmo /² eu Domjgos perez dito da guarda e eu Clara domjgiz sa molher E outrossj eu dito /³ domjgos perez per Catalyna mha ffilha que eu tenho ẽ meu poder damos /⁴ e outorgamos a uos Rodrigeanes e a uosa molher Mariaffonso e a Johãne /⁵ ffilho do dito Rodrigo eanes todo o nosso dereito que auemos e de dereito deuemos /⁶ á áuer assj ffeito come por ffazer aRoto e por aRonper em hũa ssesega dũu /⁷ Moynho rribado que iaz na rribeyra de Ryo de moynhos aÇima do outro /⁸ moynho que ffoy de Steuã ihoanes E nos ssobre ditos

Rodrigeanes e Mariaffomso /⁹ por nos e polo dito joham⁺ damos ã escanbho a uos ssobre ditos duas coy/¹⁰relas de cortynhááys que iazẽ ã ffoundo da uyla as quaaís partem ã esta /¹¹ gisa a hũa cõ Affonso ffilho de Pedro perez do gosendo e cõ johã do prado e cõmo ãtesta /¹² cõ Migeel dom̃giz e pola vinha da capela e a outra Coirela er parte cõ esta /¹³ vynha meesma e cõ o dito Affonso perez e cõ Martim pelado e entesta cõ carpalho /¹⁴ [e] do outro cabo ã ffoundo ãtesta cõ o dito Rodrigo eanes e cõ erees⁺ de Pedro perez e /¹⁵ †... durããiz o qual escanbho outorgamos por ffirmo e por estauel pera /¹⁶ todo senpre que nẽ hũu de nos nõca o possa contra dizer ã nẽ hũu tẽpo /¹⁷ [e] per nẽ hũa maneyra testemunhas Pedro ssobrinho e Crimẽte anes e Gil Rodrigez /¹⁸ assoborgã do pedrogõ e Eu Antonjnho Crimẽte Tabeliõ del Rey em /¹⁹ ssam viçẽte da beyra que esta carta escriuy e meu ssynal aqui ffiz que tal e /²⁰ ffeita ante casa do dito dom̃gos perez vj dias de Setẽbro e Era /²¹ de Mill e trezẽtos e Seteẽta e quatro anos •

66

[S. Vicente da Beira?]

1/XII/1338

Maço 4, 439

Contratação de “Rodrigeanes”, morador em S. Vicente da Beira, por Lourenço Esteves e Geraldo Esteves, moradores na cidade de Évora, para accionar judicialmente Maria Salvadores, viúva de Estêvão Esteves, irmão dos ditos, acusando-a da morte do mesmo; dão para o efeito procuração ao referido “Rodrigeanes” e doam-lhe todos os bens que lhes haviam ficado por morte do dito seu irmão em S. Vicente da Beira.

Sabhã todos cõmo nos Lourẽço stiuẽez e Giraldestiuẽez moradores na Çidade /² dEuora anbos Jrmããos dSteuã stiuẽez que ffoy morador no ffreixial termho de /³ Sam viçẽte damos E outorgamos a uos Rodrigeanes morador em Sam /⁴ viçẽte todolos Bẽes e hrãças assj mouees⁺ cõme rraiz quaaís e quantos /⁵ a nos aqueeçerõ e de dereyto deuyã daqueeçer⁺ de parte do dito nosso hirmãão /⁶ os quaaís bẽes ssom no ffreixial termho da dita vila de ssam viçẽte e alhur hu /⁷ quer que os ele ouuesse de dereyto e de ffeito que uos aiades todolos ditos bẽes /⁸ e hrãças pera uos e pera quem³⁸⁸ de uos ffor pera todo ssenpre em nõme de ssolayro /⁹ come avogado da Justiça pera aCussardes a morte do dito Steuã stiuẽez contra /¹⁰ Maria ssaluadorez que ffoy ssa molher da qual nos ia demos querela que era Culpa/¹¹da na dita ssa mõrte E que Cayra em Casso daleyue ssegũdo sse most/¹²rara pola dita querela E uos deuedes de demãdar e aCussar a dita /¹³ molher per rrazõ da dita mõrte assj come vogado ssegũdo o uos melhor /¹⁴ e mais conpridamẽte poderdes e entẽderdes E porẽ uos damos as ditas /¹⁵ Coussas todas e cada hũa delas cada hu as uos poderdes auer /¹⁶ e achar e outorgamosuos todo nosso poder que as possades ffilhar e auer per /¹⁷ uos E pera demãdardes todos aqueles tẽẽte ou tẽẽtes enbargate ou enbar/¹⁸gãtes per qual gissa quer que uolos detenhã perdãte quaaís⁺ quer Justiça /¹⁹ hu eles sseiam achados E demãdandoos⁺ uos e rreçebendoos⁺ ã nosos nomes /²⁰ pera uos nos nos damos deles por entregos assj come sse nos per /²¹ pessoas pressentes ffossemos E demays damos por quites e por liures pera ssenpre /²² aqueles de que os uos rreçeberdes que nos nẽ outrẽ por nos que nõca os poreu /²³ demãdemos En testemunho destõ mãdamos a Antonjnho Crimẽte Tabelyõ /²⁴ del Rey em Sam viçẽte que ffezesse este stromẽto do contrauto ao dito Rodrigeanes /²⁵ cõ outorgamẽto de nos pera demãdar e auer

³⁸⁸ Desenvolvido apenas a partir de “q” com traço sobreposto.

os ditos bẽes *testemunhas* lourẽço /²⁶ *domjgiz* çapateyro e Steuã giraldez e Sauasthãõ Curtinho e Eu Tabelyõ /²⁷ ssobre dito *que* este stromẽto escriuy e meu ssynal aqui ffiz *que* tal he /²⁸ ffeito em casa do dito Lourẽço *domjgyz* primeyro dia de Dezẽbro da /²⁹ Era de Mĩll e Trezẽtos e Seteẽta e sseix Anos •

67

S. Vicente da Beira

11/I/1342

Maço 4, 432

Venda de “Domjgeanes”, morador na Covilhã, a Afonso Peres e sua mulher Clara Domingues, moradores em S. Vicente da Beira, de certos bens e heranças situados em termo desta vila e da anterior.

En nome de deus Amẽ Eu Domjgeanes morador em Couylhãa uẽdo a uos Affonso perez e a uosa molher /² Clara *domjgyz* moradores em Sam viçẽte da beyra todolos bẽes e hrãças quaaais e quantos Eu ey e de /³ *dereito* deu a auer na dita vila de sam viçẽte e de seu termho de parte de Marinha galega mha /⁴ madre e de *Domjgos* do gáádo E outrossj uos uẽdo todo o *dereito que* eu ey de parte de meu padre na de /⁵ Pááy negral termho de couylhãa *que* uos e *quem* ³⁸⁹ de uos ffor pera ssenpre aiades os ditos bẽes e hrãças /⁶ assj os aRotos come os por arronper de môte en ffonte per hu quer *que* os uos melhor e mais /⁷ conpridamẽte poderdes auer e achar por preço *que* de uos rreçebemos cõuẽ a ssaber duzẽtas /⁸ libras e sse per uẽtura algũu uẽer da mjna ou da outra parte *que* esta carta cõrronper quiser /⁹ quanto demãdar tâto a uos em dubro cõponha e peite ao Senhor da Terra çẽ marauidis e a /¹⁰ uẽda fficar a uos ffirme *testemunhas* Pero martíjz e Johã martíjz Pero *domjgiz* da ffonte e Martim ssauasthaiz clerigo /¹¹ e Eu Antonjnho crimẽte Tabeliõ del Rey em ssam viçẽte *que* esta carta escriuy e meu ssynal aqui /¹² ffiz *que* tal he ffeita a carta {†...†} no adro de ssam viçẽte onze dias de Janeyro da /¹³ Era de Mĩll e trezẽtos e oiteẽta Anos •

68

[S. Vicente da Beira]

24/VIII/1342

Maço 4, 430

Venda de Clara Vicente, mulher que foi de João da Ervideira, a “Rodrigeanes” e sua mulher Maria Afonso, moradores em S. Vicente da Beira, da quarta parte de três courelas de herdades situadas nos Carvalhais da Arrancada, termo da dita vila, e de outro direito no Gosendo e na Arrancada.

En nome de deus amẽ Eu Clara viçẽte molher *que* ffoy de Johã da Eruedeira uẽdo a uos Rodrigeanes e a uossa molher /² Maria Affomssso moradores em ssam viçẽte a quarta parte de tres Coyrelas dErdades *que* eu ey nos Carualhaays⁺ da aRancada /³ termho da dita vila assj cõmo parte a hũa cõ Erees⁺ de Pero perez do gosendo e polo uale *que* ffoj de

³⁸⁹ Desenvolvido apenas a partir de “q” com traço sobreposto.

Sauasthãão martíjz e pola /⁴ agua que uê do gosendo E a outra que parte cõ a Erdade que ffoy de Martim Cassegas e per este uale méésmo que ffoy de Sauasthãão /⁵ martíjz E da outra parte cõ Erees⁺ de Domjgos perez das tynhalhas E a outra Coyrela que parte cõ ffilha de Pereanes das tynhalhas e cõ ffilhos /⁶ de Domjgos mlgêêz e cõ Erees⁺ de Johã canhestro e cõmo chegã a agua do Gossendo e polo dito uale de Sauasthãão martíjz E todo /⁷ outro meu dereito que uos cõpradores poderdes auer e achar em estas Coyrelas meesmas e ã outras quaays quer que eu aia /⁸ dessno gossendo que ffoy de pedreanes ata ARancada que ffoy dApariceanes que uos e quem³⁹⁰ de uos pera ssenpre aiades todo o meu /⁹ dereito cõmo dito he pera ffazerdes dele e ã ele toda uossa uoõtade come de uossa Coussa propa cõ todas ssas entradas e ssaidas /¹⁰ e perteeças e dereitos por preço que de uos Reçeby cõuê a ssaber quatro marauidis E sse algũ uêr da mjnha ou doutra parte que a uos /¹¹ esta carta cõRonper quisser e a Eu em Conçelho a uos outorgar ã quisser ou deffender ã poder cõponha a uos a uêda du/¹²brada e quanto ffor melhorada e peyte ao Senhor da Terra çẽ marauidis testemunhas Migeel⁺ domjgyz das tynhalhas e Mĩgotes e /¹³ Martim Pjrixil e Johã martíjz ffilho de Martinego de Castelnouo e Eu Antõjõ crimête Tablyõ dEl Rey em ssam viçete que esta /¹⁴ carta escriuj e meu ssynal ffiz que taL he ffeita vijnte e quatro⁺ 391 dias dagosto da Era de Mĩll e trezêtos e oyteêta /¹⁵ Anos •

69

[S. Vicente da Beira]

29/I/1347

Maço 4, 394

Venda de Sebastião Peres, filho que foi de Pero Domingues do Tortosendo e morador em S. Vicente da Beira, a “Rodrigeanes” e Maria Afonso, sua mulher, da metade duma casa situada na Rua de “vaasqueanes”, na dita vila.

En nome de deus Amẽ Eu Sauasthãão perez ffilho que ffoy de Pero domjgyz do /² Troytossendo que moro em Sam viçete uêdo a uos Rodrigeanes e a uossa molher /³ Maria Affomssso A meyatade dũa Cassa que eu ey na dita vila na Rua de /⁴ vaasqueanes a qual Cassa parte cõ A ffamelaria E da outra parte cõ Johã das /⁵ rrochas e cõmeço uêdedor uêdo a uos a dita meya da dita Cassa pera ssenpre /⁶ pera uos e pera quem³⁹² de uos ffor que a aiades cõ ssas Entradas e ssaidas e pertêêças /⁷ e dereitos por dez e sseix marauidis que de uos Reçebj E sse algũ uêr da mjnha ou /⁸ da Estranha parte que a uos esta carta cõrronper quisser e a Eu em Conçelho /⁹ outorgar ã quiser ou a deffender ã poder cõponha a uos essa uêda /¹⁰ dubrada e quanto ffor melhorada e peyte ao Senhor da Terra çẽ marauidis /¹¹ E a uêda fficar ffirme ffeita a carta vijnte e noue dias de Janeyro da Era /¹² de Mĩll e trezêtos e oyteêta e Çinque anos testemunhas Affomssso pouchõ e Johã domjgyz /¹³ e Johãne do ssouto da Cassa e Eu Antonjnho Crimête Tabiliõ del Rey /¹⁴ em ssam viçete que esta carta escriuj e meu ssynal ffiz que tal he •

³⁹⁰ Desenvolvido apenas a partir de “q” com traço sobreposto.

³⁹¹ Abreviatura não desenvolvida: sinal de ua/ar/etc., por cima do “q”.

³⁹² Desenvolvido apenas a partir de “q” com traço sobreposto.

S. Vicente da Beira
Maço 4, 455

8/III/1348

Escambo entre Martim Domingues e Margarida Palos, sua mulher, moradores em S. Vicente da Beira, e Martim Sebastião clérigo, por que os primeiros dão certo direito numa adega em S. Vicente da Beira que foi de Sebastião Domingues e de sua mulher Sancha Domingues, em troca duma courela de vinha situada nos Aldeãos e dum chão que jaz abaixo das casas de “Rodrigeanes”.

En nome de deus Amẽ Sabhã quantos esta carta descanbho vyrẽ /² comó Eu Martim domjgyz e Eu Margarida palos ssa molher moradores /³ em ssam viçete da beyrá damos E outorgamos a uos Martim ssauast⁴haayz clerigo e aaqueles que de uos ueerẽ todo o dereyto que Palos domjgyz /⁵ e ssa molher de Castel nouo Aujã e de dereyto diujã dauer de parte /⁶ de Maria domjgyz irmãa do dito Palos domjgiz em hũa Adega /⁷ que esta ẽ ssam viçete a qual ffoy de Sauasthãão domjgiz e de sa /⁸ molher Sancha domjgiz assj cõmo parte cõ o dito Martim sauasthãiz /⁹ E da outra parte cõ a Cassa que ffoj do Albardeyró e cõmo em /¹⁰ Testa pola Cassa de Diego e pola rrua puluega o qual dereyto /¹¹ da dita Adega a uos ssobre ditos ffoy dado em Casamẽto polo /¹² dito Palos domjgiz e sa molher ‘ polo qual dereyto da dita Adega /¹³ Eu dito Martim sauastha³⁹³áayz dou E outorgo ẽ escanbho /¹⁴ aos ditos Martim domjgiz e a ssa molher E aos que deles fforẽ hũa /¹⁵ Coyrela de vynha que Eu ey ao lagar que ffoy de Perelynho /¹⁶ hu chamã os Aldeyáãos assj cõmo parte cõ Johã da Ramada /¹⁷ e cõ Domjgos alffaiate E outrossj lhis dou E outorgo hũu /¹⁸ chãão que iaz asso as Cassas de Rodrigeanes o qual parte cõ o dito /¹⁹ Martim domjgiz danbalas partes e cõmo Entesta no Rego da agua /²⁰ o qual chãão e vynha lhis Eu dou pera senpre pera ffazerẽ de /²¹ todo ssa uoõtade come de ssa Couse propia E nos ssobre /²² ditos Escanbhadores por nos e por nossos Erdeyros outorga /²³ mos que sse algũu de nos quisser dar Enbargo aa outra parte /²⁴ ou er ffor enbargado ou demãdado per outra pessoa algũa /²⁵ que aquele per Cuia rrazõ ffor Enbargado o liure e deffenda /²⁶ ³⁹⁴ [e] ẽpare áá outra parte e lho ffaça de paz liure é éysento /²⁷ sso pea do dobro E pera esto deffender obrigamos nossos /²⁸ bẽes auudos e por auer ‘ ffeita a carta ẽ sam viçete /²⁹ oyto dias de Março da Era de Mill e trezẽtos e oyteẽta /³⁰ e sseix anos testemunhas Rodrigeanes e Johã martjz ³⁹⁵ uogados e /³¹ váasco do Casteleio e Eu Antõjo Crimẽte Tabeliõ /³² dEl Rey em ssam viçete que per outorgamẽto das ditas partes /³³ esta carta escriuy e meu ssynal ffiz que tal he ●

³⁹³ Buraco no pergaminho, que, pela forma como a palavra foi escrita, se vê ser anterior à feitura do instrumento.

³⁹⁴ Buraco no pergaminho no início desta e das duas linhas seguintes. Vemos pelo conteúdo do texto que este, tal como o buraco da l. 13, é anterior à feitura do instrumento. Desta forma, a reconstrução que a seguir se segue deve-se ao facto de o pergaminho estar gasto nesta zona, e não a supressão pelo buraco no suporte.

³⁹⁵ Plica no “j” desenvolvida.

S. Vicente da Beira
Maço 5, 541

28/I/1351

Composição entre “Steueanes” da Covilhã, filho de João Peres advogado, por si e por sua mãe Margarida Afonso, e “Rodrigeanes”, por si e por sua mulher Maria Afonso, sobre o justo preço de bens, situados em S. Vicente da Beira e seu termo, que os primeiros haviam vendido aos segundos.

Sabhã todos que vijnte e oyto dias de Ja[neyro da Era de Mïll e trezêtos e] oyteêta e noue /² anos en pressença de mñ Antonjo cremête [pubrico Tabalyô dEl Rey] em Sam viçête da /³ beyra e das testemunhas que adeâte ssom escritas perdâte Johã da Ramada alcalde da dita vila /⁴ sseendo no adro de Sam viçête pareceu Steueanes de Couylhã ffilho de Joham⁺ /⁵ perez uogado por ssy e por ssa madre come seu procurador da hũa parte e Rodrigeanes /⁶ cõ poder de ssa molher Maria Affonsso da outra e polo dito Steueanes ffoy mostrada hũa /⁷ procuraçõ ffeita e assynaada per mão de Lourêço stiuêez Tabalyô da dita vila de Couylhã /⁸ ssegũdo em ela Pariçia na qual era cõteudo antre as outras Classulas e fforças que em ela /⁹ erã escritas e cõteudas que Margaridaffonsso morador em Couylhã ffazia sseu procurador /¹⁰ auõdosso o dito Steueanes sseu ffilho contra o dito Rodrigeanes e Maria a dita ssa molher per rrazõ /¹¹ dos bẽes Mouees⁺ e rraiz de vynhas e Cassas e herdades e Soutos e cõ choussos e outros /¹² bẽes que dizyã que deles Tragiã per uêda que lhi deles ffezera os quaaays bẽes erã em Sam /¹³ viçête e em sseu termho na qual uêda dizia que fficara Enganada E que ssobre esto o ffazia /¹⁴ o dito sseu ffilho seu procurador que por ela e ã seu nome podesse demãdar e deffender /¹⁵ e Responder e avíjr e cõpoer e ffazer e dizer todalas outras Coussas que uerdadeyro procurador /¹⁶ pode e deue ffazer e o que ela ffaria e daria sse pressente ffose e que auya por ffirme e por estaujL /¹⁷ todo aquelo que polo dito sseu procurador ffosse ffeito e dito sso obrigaçõ de todos sseus bẽes /¹⁸ A qual procuraçom cõtaua que ffora ffeita ã Couylhã na portela do ual de trebelho vijnte⁺ /¹⁹ e Çinque dias de Janeyro da Era doyteêta e noue Anos testemunhas Affonsso paaiz procurador /²⁰ e Mateus eanes e Affonsso martíjz³⁹⁶ do Pereyro e viçête martíjz³⁹⁷ do Troytossendo em /²¹ Que polo qual poder da dita procuraçom o dito Steueanes por ssj e pola dita ssa madre E outrossj /²² o dito Rodrigeanes por ssj e pola dita ssa molher come seu procurador pera esto ffezerõ sa /²³ Auêêça que tal he Sabhã todos que vijnte e oyto dias de Janeyro da Era de Mïll e trezêtos /²⁴ e oyteêta e noue Anos en pressença de mñ Antonjo cremête Tabalyô dEl Rey em Sam /²⁵ viçête da beyra e das testemunhas que adeâte ssom escritas pareceu Steueanes por ssj e por /²⁶ Margarida Affonsso sa madre come seu procurador da hũa parte e Rodrigeanes por ssj e pola /²⁷ dita ssa molher da outra dizêdo o dito Steueanes que sseendo o dito Rodrigeanes seu pro/²⁸curador e da dita ssa madre pera partir bẽes e hrãças que lhis aquaeçerom de parte de /²⁹ Tareiga anes e de Johã perez Marido da dita Margarida Affonsso mouees⁺ e rraiz /³⁰ Cuios erdeyros erã que o dito Rodrigeanes enganossa mête lhis⁺ dissera /³¹ que os ditos bẽes e hrãças erã emCarregados de moytas diujdas e que lhos⁺ /³² vendessem e que eles creendosse aa ssa palaura que lhos uêderõ por noue libras /³³ e que o dito Rodrigeanes sse parasse aás diujdas que hj Recreçessem da parte da /³⁴ dita Tareiga anes as quaaais ffezera cõ sseu Marido Martim caluo E que o dito Rodri/³⁵geanes fficara cõ todolos bẽes e hrãças cõplados polas ditas noue libras e que sse parasse /³⁶ aas⁺ ditas diujdas E dizyã que em esto Reçeberom erro e emgano por que os

³⁹⁶ Plica no “j” desenvolvida.

³⁹⁷ Plica no “j” desenvolvida.

ditos /³⁷ bẽes ualyã majs ao tẽpo da uenda *que* o dobro E pidiã *contra* o dito Rodrigeanes /³⁸ *e contra* a dita ssa mulher *que* lhj dessem o *dereito* *preço* *que* mays ualya ou lhj abrissem /³⁹ mãão dos ditos bẽes segũdo majs cõpridamẽte ã ssa pitiçõ era cõteudo E durãdo /⁴⁰ ssobre esto ffeito perante o dito Johã da Ramada alcalde as ditas partes de sseu prazer /⁴¹ e de ssas liures uoõtades pera partirẽ demãda e contẽda *que* antre eles pola dita rrazõ /⁴² Auya E podya Recreçer E outrossj perdas e Custas e danos ueerõ a atal auẽça /⁴³ e amygaujl cõpossiçõ *que* o dito Steueanes por ssj e pola dita ssa madre cuio procurador he /⁴⁴ sse qitou de todo *dereito* e Auçõ *que* aujã *contra* o dito Rodrigeanes e ssa mulher E outro ssy /⁴⁵ *contra* os ditos bẽes e hrãças *que* assj uẽderõ posto *que* mays ualessem *que* o Justo /⁴⁶ *preço* E *que* os ditos Rodrigeanes e ssa mulher lhis dessem e entregassem logo qijnze /⁴⁷ libras pera ssj e pera a dita ssa madre as quaaais qijnze libras logo o dito Steueanes rreçebeu /⁴⁸ per ante mĩ Tabaliõ e sse deu delas por entrege e bem pagado polo dito Rodrigeanes /⁴⁹ *que* lhas entregou E *que* o dito Rodrigeanes o ffezesse qite e sse parasse aas diujdas /⁵⁰ E o dito Steueanes por ssj e pola dita ssa madre sse obrigou ao dito Rodrigeanes a deffender /⁵¹ e ãparar os ditos bẽes e hrãças come herdeyros assj come husso e Custume da /⁵² Terra E demajs deu E outorgou o dito Steueanes cõprido poder aos ditos Rodri/⁵³geanes e ssa mulher dentrarẽ e demãdarẽ e deffemderẽ os ditos bẽes come seus /⁵⁴ propios *que* som E ffezessem deles e em eles toda ssa uoõtade e os ouuessem pera /⁵⁵ ssj e pera seus erdeyros e E esto todo ouuerõ as ditas partes por ffirmẽ e por /⁵⁶ EstaujL pera ssenpre E prometerõ a nõca hir *contra* elo em parte nẽ en todo e qual quer /⁵⁷ *que* das ditas partes *contra* esto ffosse *que* peytasse aa outra parte Çincoenta libras de pea /⁵⁸ E todo uirá ualer esto *que* dito he E pera esto sseer mays çerto e ffirmẽ pidirõ e rrogarõ /⁵⁹ ao dito Johã da Ramada alcalde *que* de sseu prazer deles assi o Julgasse E o dito alcalde /⁶⁰ visto o dito ffeito de prazer das ditas partes per sa sentença assi o Julgou E mãdou *que* assj /⁶¹ o mãteuesem e guardassem cõmo aqy he cõteudo *testemunhas* o dito alcalde e Pero martiyz e Pero /⁶² ssoarez e vaasco abril e Martim domjgyz e viçẽte domjgiz e Steuã Affomssso mõteyro do Conde /⁶³ e outros e Eu Tabelyõ ssobre dito *que* eesto pressente ffoy e A pitiçõ de Rodrigeanes⁺ /⁶⁴ este stromẽto escriuy e meũ ssynal ffiz *que* tal he ffeito no logo e dya e Era /⁶⁵ ssobre dita •

72

[S. Vicente da Beira]
Maço 5, 523

3/II/1354

Venda de Gonçalo Domingues e Maria Anes, sua mulher, moradores em Castelo Novo, “vaasqeanes”, filho de João Domingues, clérigo que foi, morador no mesmo lugar, e maior de 14 anos, e Vicente Fernandes, tutor de João, filho de Afonso Fernandes, neto do dito João Domingues; a “Rodrigeanes”, filho de João Chim, e a sua mulher Maria Afonso, moradores em S. Vicente da Beira, de certos direitos fraccionados nos moinhos de Ocrea, termo de S. Vicente da Beira.

En nome de deus amẽ Eu Gonçalo domjgiz e Eu Maria anes ssua mulher moradores em Castel nouo e Eu vaasq[e]²anes ffilho de Joham⁺ domjgiz clerigo qe ffoy morador do dito logo sseendo Maior de quatorze anos e Eu /³ viçẽte fferrnandiz Totor de Johãne ffilho dAffonssso fferrnandiz neto do dito Johã domjgiz uẽdemos a uos Rodrigea/⁴nes ffilho de Johã chj e a uosa mulher Mariaffonssso moradores em sam viçẽte da quinta parte qe o dito /⁵ Johã domjgiz clerigo Auya nos Moynhos doclessa termho de sam viçẽte cõ toda ssa Erdade qe iaz a Redor /⁶ dos ditos Moynhos qe ffoy de Domjgos domjgiz da soelheyra os

tres qinhos do dito qinto E doutro /⁷ qinhõ qe hj Auya Margarida ffilha do dito Johã domjgiz cõ seu Marido lopo uos uêdo Eu dito Gonçalo /⁸ domjgiz e mha molher e Eu vaasqeanes ffilho do dito Johã domjgiz de tres qinhos os dous qe nos aqeeçerõ /⁹ per morte da dita Margarida nosa irmãa qe nos erdou em eles qe uos e qem ³⁹⁸ de uos ffor pera senpre aiades /¹⁰ os ditos nossos dereitos dos ditos Moynhos e Erdamêtos e pertêças qe ditos ssom cõ ssas entradas e /¹¹ ssaydas e dereytos por preço qe de uos Reçebemos cõuê a ssaber Eu dito Gonçalo domjgiz e mha molher /¹² tres libras e dez e sseis ssoldos e oito dinheyros Eu dito vaasqeanes tres libras e dez e sseix ssoldos e oyto dinheyros /¹³ e Eu dito viçête ffermandiz polo dito Johãne tres libras e sseix ssoldos e oyto dinheyros do qual preço ssomos /¹⁴ pagados e entregues e sse algũu ueer da nossa parte ou da Estranha qe esta carta cõrronper /¹⁵ qiser e a nos em Conçelho a uos outorgar nõ qisermos ou a deffender nõ poderemos cõ /¹⁶ ponhamos a uos a uêda dubrada e quanto ffor melhorada e peytemos ao Senhor da Terra /¹⁷ çê marauidis e a uêda fficar ffirmefeita a carta nos cortynhaays de Tras as Cassas do dito /¹⁸ Rodrigeanes tres dias de ffeuereyro da Era de Mill e trezêtos e noueêta e dous anos /¹⁹ testemunhas Lourêço perez çeuadeiro do Conde e Steuã perez e Affonso perez piqite e Eu Antonjo /²⁰ crimête Tabeliõ dEl Rey em sam viçête qe esta carta escriuy e meu ssynal /²¹ ffiz qe tal he •

pagou quatro ssoldos

73

[S. Vicente da Beira]
Maço 5, 544

14/VII/1354

Traslado em pública-forma de Carta de Aforamento dada por D. João Peres, Mestre da Ordem de Avis, aos povoadores do herdamento de Rio de Moinhos, em termo de S. Vicente da Beira, a qual carta é de 1291 (mês ilegível) e foi dada em Avis.

Sabhã todos qe quatorze dias de Julho da Era de Mill e trezêtos e noueêta e dous anos perdãte Steuã perez juiz /² de Sam viçête da beyra en pressença de m̃ Antonjo crimête pubrico Tabeliõ dEl Rey emna dita vila perdãte as [testemunhas] /³ adeãte escritas Estando ante as Cassas de Rodrigeanes Steuã perez Mãposteyro dos Moradores da poba de Ryo [de] /⁴ Moynhos mostrou e léer ffez per m̃ Tabelyõ hũa carta escrita em purgamjnho de Coyro e sseelada dũ sseelo pen[dente] /⁵ Redondo cõ corda uermelha e cõ hũa Cruz no meyogoo⁺ do dito sseelo da qual carta o teor dela tal he ³⁹⁹ : A qual carta de fforo assj mostrada e leuda ffrey váasco Affon[ssso Comê]/³¹ dador da dita vila de sam viçête pidio ao dito alcalde qe desse ssobre esto ssua outuridade e mãdasse [ao] /³² dito Tabeliõ qe lhj desse o Tralado da dita carta em pobrica fforma cõ meu ssinal E o dito alcalde ueendo o qe era /³³ pedido polo dito comêdador mãdou a m̃ Tabeliõ qe lhj desse o Tralado <da> dita carta cõ meu ssinal testemunhas Rodrigeanes /³⁴ e Affonso perez e Lourêco domjgiz e vaasco martiyz e Lourêço perez e outros e Eu dito Tabeliõ qe este Tralado da dita carta /³⁵ escreuy e meu ssynal ffiz qe tal he •

³⁹⁸ Desenvolvido apenas a partir de “q” com traço sobreposto.

³⁹⁹ Segue-se a referida carta, que não se transcreve aqui por ter sido dada originalmente em Avis. O texto retoma na linha 30 (sensivelmente a meio da mesma).

[S. Vicente da Beira?]
Maço 5, 466

5/VIII/1354

Traslado em pública-forma de Carta de Aforamento dada por D. Fernão Rodrigues Monteiro, Mestre da Ordem de Avis, e seu convento, aos povoadores da herdade de Ocrea, a qual carta é de Abril de 1186 e não tem local de feitura discriminado.

Sabhã todos qe Çinque dias dAgosto da Era de Mïll e trezêtos e noueêta e dous Anos perdãte Steuã /² perez e Domjgos perez Juizes de Sam viçête da beyra en pressença de m̃ Antonjo crimête pubrico Tabelyõ /³ dEl Rey em Sam viçête e das *testemunhas* adeãte escritas Estando ante as Cassas qe fforom de vaasco perez Lourêco /⁴ perez e Domjgos domjgyz vyzinhos e moradores em Sca termho da dita vila mostrarõ e léér ffezerõ per m̃ /⁵ Tabeliõ hũa carta fforal escrita em purgamjnho de coyro aberta e sseelada dũu sseelo pendente cõ hũa /⁶ Correia de baldreu o qual sseelo Era Redondo e Tynha hũa cruz na mēyatade e ssynaays de duas Aues /⁷ ã Çyma da dita cruz e duas Traues ã ffoundo E a dita carta era escrita per laty de ueruo a ueruo qe tal he ⁴⁰⁰ ¶ . A qual carta assj mostrada e leuda ffrey váasco Affonso /²⁸ Comēdador da vila de Sam viçête pidio a m̃ Tabeljõ qe lhj desse o Tralado dela cõ meu /²⁹ ssinal *testemunhas* os ditos Juizes e Johã Lourêço de Couylhaa vassalo dEl Rey e johã da rra/³⁰ mada uasalo do Jnffâte e johã martijz ⁴⁰¹ e johã perez e viçête anes e Lourêço domjgiz e outros e Eu /³¹ Tabelyõ ssobre dito qe este Tralado da dita carta escriuy e meu ssjnal hj ffiz /³² qe taL he ●

S. Vicente da Beira
Maço 2, 238

14/II/1359

Testemunho de ajuramentação, feito perante Vicente Peres, ouvidor do Mestre de Avis, pelo mordomo do concelho de S. Vicente da Beira, Domingos André, em consequência de exposição feita ao primeiro pelo comendador de S. Vicente da Beira, Fr. Vasco Afonso, das irregularidades que mordomos não ajuramentados vinham cometendo. O ouvidor determina também que o juramento dos Mordomos passe a ser obrigatório.

Sabhã todos qe quatorze dias de ffeurejro da era de Mïll e trez[êtos e n]oueêta e ssete /² anos em sam viçête da beyra ante as Cassas de Rodrigeanes sseendo hj viçête perez ouuj/³ dor do Meestre daujs ouuõdo os ffeitos qe pertêçyã aa ssa Correyçõ ‘ ffrey váasco /⁴ Affonso Comēdador da dita vila disse cõmo o Conçelho do dito logo de Sam viçête /⁵ em cada hũa Ano por dia de Sam Joham⁺ bautista pressentauã dous homens pera /⁶ ffilhar o Senhoryo hũu deles pera Móórdomo pera Tirar vozes e Coomhas e qe /⁷ Estes qe assj ssom dados por Moordomos qe as uozarias qe lhj ssom dadas qe as ã /⁸ dizẽ ao Senhoryo nēnas póem per Recado outrossj aqueles *dinheyros* qe tirã das dizj/⁹ mas E dos

⁴⁰⁰ Segue-se o referido foral, que não se transcreve aqui por estar em latim e, ademais, ser da responsabilidade do mestre de Avis (sendo que “Laurecjus ihnus cancellarius Magistri notauit”; não há informação sobre o local de feitura, como se referiu no sumário). O texto retoma na linha 27 (sensivelmente a meio da mesma).

⁴⁰¹ Plica no “j” desenvolvida.

outros direitos qe am dauer qe apoderã de todo É o am pera ssj e nõ dam ao /¹⁰ Senhoryo ssenõ aqelo qe lhj qerem dar assj qe ssobre esto Reçebem os Senhorios /¹¹ qe o am⁺ dauer grãm perda e gram⁺ dano daqelo qe sseu he E qe todo este dano rre/¹²çebem por qe nõ ssom Jurados E pera sséer Tolheyto Tamanho dano cõmo sse ssobre /¹³ esto ssigio e ssege ao Senhorio E eles assj nõ auerẽ o sseu *contra* ssas uoõtades /¹⁴ qe pidia ao dito viçẽte perez qe desse ssobre esto Juramẽto dos auãielhos a Domjgos /¹⁵ andre qe hj estaua pressente qe ora Era Moordomó E o dito Ouujdor disse ao dito *domjgos* /¹⁶ andre qe dizia *contra* o aqelo ou sse poynha algũu Enbargo a nõ ffazer o dito Juramẽto /¹⁷ E o dito Moordomó disse qe os outros Moordomos qe ante ele fforõ qe nõca Jurarõ /¹⁸ nõ hussarõ de Jurarẽ E qe o Conçelho visse o sseu direito ssobre esto E o dito ou/¹⁹uydor visto o qe polo [dito] Comẽdador era pidido E outrossj o qe polo dito Móórdomo /²⁰ era dito nõ Enbargando o qe dizia mãdou qe Jufasse E o dito Domjgos andre /²¹ ffez logo o dito Juramẽto qe bem e dereitamẽte obrasse do Moordomado em qe era posto /²² tã bem polo Conçelho come polos Senhorios e qe totalas uozarias qe lhj ffossem /²³ dadas qe as ffezesse ssaber ao dito Comẽdador ou aaqeles qe esteuesem ã logo /²⁴ do Senhoryo pera sse poerẽ em rrecado e auerẽ delas o sseu direito outrossj qe os /²⁵ *dinheyros* e as outras Coussas qe ouuesem de sseus ssolayros e de ssas dizimas qe /²⁶ polo dito Juramẽto nõnos negasse e os desse ao Senhoryo fficãdo ã ssalaio a /²⁷ eles pera auerẽ ssas Setemas cõmo ssenpre ouuerõ E ffeito assj o dito Juramẽto /²⁸ o dito ouujdor mãdou logo qe assi se ffezesse em cada hũu ano e qe os qe en/²⁹trasem por Moordomos ffezessem o dito Juramẽto ca lhj páriçia qe esto nõ /³⁰ era dano nõ preJuizo do Conçelho das quaays Coussas o dito Comẽ/³¹dador pidio ‘ este stromẽto *testemunhas* Johã *domjgiz* e Johã perez e Johãneanes criado /³² do Meestre scola e Pedro *domjgiz* das Sarzedas e Gonçalo perez e Gomez *Lourẽco* /³³ Tabeliõ dauys e Roy *martjz* ⁴⁰² omẽ do dito ouuidor e Eu Antonjnho Crimẽte /³⁴ Tabeliõ dEl Rey em ‘ sam viçẽte qe eesto pressente ffoy e este stromẽto /³⁵ escreuj e meu ssynal ffiz qe tal he ●

pagou quatro ssoldos

76

[S. Vicente da Beira]

13/XI/1360

Maço 5, 529

Venda de Martim Domingues e Catalina Esteves, sua mulher, moradores em S. Vicente da Beira, a “Rodrigeanes” e Maria Afonso, sua mulher, dum pardieiro que foi de Martim de Aguiar e está na Quintã.

En nome de deus Amẽ Eu Martim *domjgyz* e Eu Catalyna /² stiuẽez sa molher moradores em sam vicẽte uẽdemos /³ a uos *Rodrigeanes* e a uosa molher *Mariaffonsso* hũu par/⁴deeyro qe ffoy de Martim dagiar qe esta na qintáa assj /⁵ cõmo parte cõ uosco cõpladores e da outra parte cõ a /⁶ ffamelarya qe uos e *qem* ⁴⁰³ de uos ffor pera senpre aiades o dito /⁷ Pardeeyro cõ sas entradas e ssaydas e pertẽças por /⁸ tres libras e mẽya qe de uos Reçebemos e sse algũu /⁹ uẽer da nossa ou da Estranha parte qe esta carta /¹⁰ cõrronper qiser e a nos em Conçelho a uos outorgar /¹¹ nõ qisermos ou deffender nõ

⁴⁰² Plica no “j” desenvolvida.

⁴⁰³ Desenvolvido apenas a partir de “q” com traço sobreposto.

podermos cõ/¹²ponhamos a uos essa uêda dubrada e quanto ffor /¹³ melhorada e peytemos ao Senhor da Terra /¹⁴ çẽ ma{y}rauidis e a uêda ffixar ffirmẽ ffeita a carta /¹⁵ xiiij^e dias de Nouẽbro da Era de Mill /¹⁶ e trezêtos e noueêta e oyto Anos testemunhas Johã domjgiz /¹⁷ Çeremenho e Martim domjgyz Alfaiate e Eu Antonjo /¹⁸ cremẽte Tabelyõ dEl Rey em sam viçẽte /¹⁹ da beyra qe esta carta escreuy e meu ssynaL /²⁰ ffiz qe taL he •

pagou iiiij^o ⁴⁰⁴ soldos

77

[S. Vicente da Beira?]

22/IV/1363

Maço 5, 560

Testamento de “Steueanes” clérigo.

Enome de deus amẽ Este he o Testamẽto qe ffaz Steueanes clerigo cõ sseu ssiso e Entẽdimẽto /² temẽdo deus e dia de seu passamẽto primeyramẽte mãdo E outorgo a mha Alma a deus e a ssa madre /³ Santa Maria E mãdo cõ meu corpo aa jgreia de sam viçẽte v ssoldos E por ffallhas hũa teéyga de /⁴ pã e hũu ssesteyro de vinho todo ao nouo e por mẽefesto e por trigesimo v ssoldos aA cãdea e áá /⁵ lanpada ij ssoldos e mẽyo E por Misa presente v ssoldos e denos a domjgos domjgiz qe a diga E mãdo a todolos /⁶ clerigos qe fforẽ em mha onrra v ssoldos a cada hũu E mãdo qe me obradẽ hũu Ano dalqeyre /⁷ e mẽyo de trigo polo mes e dũu dinheyro de vinho e doutro dofferta cada dia e cãdea qe auõde /⁸ E obradem⁺ Orraca periz e madolhj por seu Affam⁺ sseix alas dũa boa biffa e Çinque /⁹ libras ã dinheyros e hũas çapatas cabrũas E mãdo pera Missas hũu Moyo de pã meyado /¹⁰ carne dũa uaca cõ seu coyro e dous carneyros e vinho qe auõde E mãdo qe dous /¹¹ quartos e oytauo qe Eu ey no lagar qe ffloy de Mateus stiuẽez qe ffiqe hũu quarto a alber/¹²garia de santispiritus ⁴⁰⁵ a qe Eu mãdo os outros meus bẽes segũdo se adeãte ssege /¹³ E o quarto e oytauo mãdo qe o aia Antonjo cremẽte pera ssj e pera qem ⁴⁰⁶ dele ffor pera senpre /¹⁴ E ele ffaçame Cantar hũu Trijnta nayro de missas por mha Alma aa custa /¹⁵ dos seus bẽes E mãdo a giralda a mha ssaya e o meu pelote e o Tabardo e mãdo /¹⁶ qe sse uẽer hũu homẽ qe mora em Alcayz [iẽr]ro dAuiziboa Affonsso qe diz qe del Tra/¹⁷go hũa peqena de vjnha na Mata qe ssobre esta diuyda uenha hj Steuã domjgiz /¹⁸ Ramalho e diga qual he esta vjnha e denlha E mãdo e rrogo Rodrigeanes e domjgos /¹⁹ martijz ⁴⁰⁷ qe sseiam meus Testamẽteyros e cõplã Este meu Testamẽto polos meus /²⁰ bẽes E mãdo a Rodrigo anes por seu Affam⁺ Todolos ssoutos e vjnhas e cortynháais /²¹ e pertẽçças qe Eu ey na rribeyra do soufo qe eu cõprey de parte de Costãça viçẽte /²² e qe Escanbhey cõ Gonçalo domjgiz E mãdo a domjgos martijz ⁴⁰⁸ as Coyrelas qe tenho /²³ no bregio e o chãão qe esta asso Casa de domjgos de uóuga e a Coyrela da /²⁴ Erdade qe tenho na Mata qe parte cõ a vjnha de boffõ e cõ johã do plado /²⁵ e o meu Asno E mãdo a saluadeyra hũu chãão assó ó çaffarixo qe parte /²⁶ cõ domjgos pasquaL e cõ a cãdea e cõ Gonçalo uyuiáais e este chãão lhj mãdo em /²⁷ ssa ujda e a sa morte dela ffiqe a

⁴⁰⁴ Não parece legítima a leitura alternativa “iiiij^o”.

⁴⁰⁵ Leituras alternativas: “santispiritos”, “santispritos”.

⁴⁰⁶ Desenvolvido apenas a partir de “q” com traço sobreposto.

⁴⁰⁷ Plica no “j” desenvolvida.

⁴⁰⁸ Plica no “j” desenvolvida.

santspiritus ⁴⁰⁹ E mado a johã mygeez meu sso/²⁸brinho todolos bẽes qe ey na Alpereedinha E mado qe meus Testamẽteyros cõplẽ hũa /²⁹arroua de çera bela aa Custa dos meus bẽes E ffaça dela Çyrios cõ qe me enterrẽ /³⁰e cõ qe me obradẽ E mado qe viçete ffilho de Johã cauatorgõ sse qisser ffalhar or/³¹déés e sséer de Missa qe sseia apresentadó aos meús bẽes qe Eu mado aa dita alber/³²garia e outrossj polos outros qe ela ha e Rogo os cõffrades dela qe o pressentẽ a eles e lhj dem /³³os Moordomos dela o Custo qe el ffeizer em hir ordynhar sse e pera as cartas das ordéés /³⁴ca esto he a sserujço de deus e da dita albergarya de sse ffazer obra de mjssericordya E maddolhy /³⁵o meu calandayro e os outros meus liuros qe ey E dou cõprido poder a meus Testamẽteyros /³⁶qe me cõplã logo este meu Testamẽto tãto qe eu deste mudo passar e qe nõ dem nõ en/³⁷tregẽ aa dita albergarya nõ hũa Coussa dos meus bẽes ata qe esto sseia cõprido e aca/³⁸badó todo pola gissa qe o Eu mado E mado qe todolos outros meus bẽes qe eu ey Assj Mouees⁺ /³⁹come de rraiz qe os aia e ffigem ⁴¹⁰ todos a albergaria de santspiritus ⁴¹¹ qe Eu ffaço ã eles /⁴⁰mha Erdeyra qe sseiam hj dados pera os pobres de Jeso cristo e mado qe a dita alberga/⁴¹rya me ffaça em cada hũu ano por dia de santspiritus ⁴¹² cãtar hũu vnjuerssayro /⁴²na Jgreia de sam viçete e dem dos ditos meus bẽes qe eu hj leixo vynte ssoldos pera /⁴³os clerigos e pera o qe diseĩ a Missa do dito vnyuersayro E mado qe este Testamẽto /⁴⁴ualha e Tenha pera senpre e rreuogo todolos outros qe ata este ey ffeitos per qual gissa qer /⁴⁵ffeito nas Cassas do dito Steuã anes vynte e dous diãs dabrill da Era de Mill /⁴⁶e quatro⁺ ⁴¹³ çẽtos e hũu Anos testemunhas domjgos perez e Affonso perez e viçete domjgiz e Affonso viçete /⁴⁷e domjgos stiuẽez e Giral martiyz e Pedro Cuqinho e Gonçalo domjgyz ouelheyró e outros e Eu /⁴⁸Antonjo cremetẽ Tabeliõ dEl Rey em sam viçete qe este Testamẽto escreuy /⁴⁹e meu ssjnal ffiz qe taL he •

78

[S. Vicente da Beira]
Maço 5, 556

8/V/1363

Venda de Lourenço Martins e Joana Domingues, sua mulher, moradores em S. Vicente da Beira, a “Rodrigeanes” e Maria Afonso, sua mulher, de todo o seu direito nos moinhos de Ocesa e nas herdades e rossios a eles pertencentes.

En nome de deus Amẽ Eu Lourẽço martijz ⁴¹⁴ e Eu Joana domjgyz sa molher moradores em /² Sam viçete uẽdemos a uos Rodrigeanes⁺ e a uosa molher Maria affonso todo o nosso dereito /³ qe nos auẽmos e de dereito deuemos dauer nos Moynhos doclessa assj nos ffeitos come /⁴ nos por ffazer E outrossj nas Erdades e Ressios qe perteeçem aos ditos Moynhos /⁵ qe fforõ de domjgos domjgiz e de Maria bertolameu qe fforõ moradores na Soelheyra os /⁶ quaays dereitos a nos fficarõ e aquaeçerom de parte de Martim domjgjz padre de mĩ dito Lourẽco /⁷ martiyz assj cõmo partem cõ Margarida palos mha madre e cõ Eréés dAffonso anes /⁸ qe ffoy seu Marido e cõ os outros Eréés da Erãça do

⁴⁰⁹ Leituras alternativas: “santspiritos”, “santispritos”.

⁴¹⁰ Desenvolvido apenas a partir de “q” com traço sobreposto.

⁴¹¹ Leituras alternativas: “santspiritos”, “santispritos”.

⁴¹² Leituras alternativas: “santspiritos”, “santispritos”.

⁴¹³ Abreviatura não desenvolvida: sinal de ua/ra/etc..

⁴¹⁴ Plica no “j” desenvolvida.

dito *domjgos domjgyz* /⁹ *qe uos e qem* ⁴¹⁵ *de uos ffor pera ssenpre aiades o nosso dereito*
cõmo dito he dos ditos /¹⁰ *Moynhos e Erdades cõ ssas entradas e ssaydas e pertẽças por*
sseyx libras /¹¹ *e ssete ssoldos qe de uos Reçebemos E sse algũu uéer da nossa ou da*
outra /¹² *parte qe esta carta cõrronper qiser e a nos em Conçelho a uos outorgar nõ*
qiser /¹³ *mos ou a deffender nõ poderemos cõponhamos a uos essa uêda du* /¹⁴ *brada e quanto*
ffor melhorada e peytêmos ao senhor da Terra çem marauidis /¹⁵ *ffeita a carta oyto dias*
de Mayo da Era de Mill e quatro ⁴¹⁶ *çêtos e hũu* /¹⁶ *Anos testemunhas domjgos mjpgêz*
Tabeliõ e Lourêco domjg[jz] çapateyro e domjgeanes do saL /¹⁷ *geyro e Eu Antõjo*
cremête Tabelyõ dEl Rey em Sam viçête da beyra /¹⁸ *qe esta carta escreuy e meu ssjnal*
ffiz qe taL he ●

⁴¹⁵ Desenvolvido apenas a partir de “q” com traço sobreposto.

⁴¹⁶ Abreviatura não desenvolvida: símbolo de *ua/ar/etc.*, por cima do “q”.

X. Documento com o sinal de Martim Jordão, tabelião em Castelo Branco.

79

[Castelo Branco?]

17/VI/1333

Maço 4, 426

Venda de Vasques Anes e Eulália Martins, sua mulher, a “rrodríge anes”, de S. Vicente da Beira, do direito de séssega dum moinho situado em S. Vicente da Beira, na Ribeira de Rio de Moinhos.

Jnomine dominj Amẽ eu váásquez anes e mha molher Olalha martíjz ⁴¹⁷ A uos rro/²dríge anes . de ssan viçete ffazemos carta de uêdicon e de perdu/³rauel ffirmidoen de todo o nosso dereyto de ssessega dũu Moço /⁴ que nos Auemos ãno dito logo de ssam viçete na Ribeira de rryo /⁵ de Moços o qual A nos Acaeçu⁺ de parte . de ssauastãão martíjz ⁴¹⁸ co/⁶mo parte cõ Steuã . iohanes . e cõ uosco cõprador vêdemos A uos o noso /⁷ dereyto da dita ssessega de Moço como dito he cõ ssas ãtra[⁸das] /⁸ e ssaydas e cõ todas ssas pertêças por viçte e çinque [marauidis que de uos] /⁹ Recebemos . E nos uêdedores sse esta uêda en [Cõçelho ou] /¹⁰torgar ão quissermos ou ão poderemos cõponhamos [A uos A dita] /¹¹ uêda en dobro e quanto ffor melhorada e Ao ssenhor⁺ da [terra Çẽ] /¹² marauidis e A uêda sseia ffirmy e estauel pera todo ssenpre [ffeyta A carta] /¹³ en cas do dito váásquez anes dez e ssete días de Junho⁺ Er[a de] /¹⁴ Míl e trezêtos e sseteêta e hũu Anos Testemunhas Gil martíjz ⁴¹⁹ clerigo e ffer[nã] /¹⁵ pez e viçete anes e ffernã domjgiz caldeira e Martjn Affonsso e outros E eu /¹⁶ Martjn Juidã Tabelyõ dEl Rey ẽ Castelbrãco que esta carta /¹⁷ sCriuy e meu ssignal Aqui ffíz que tal he ●

⁴¹⁷ Plica no “j” desenvolvida.

⁴¹⁸ Plica no “j” desenvolvida.

⁴¹⁹ Plica no “j” desenvolvida.

Atalaia, termo de Castelo Novo
Maço 4, 431

28/IV/1342

Venda de Martim Domingues e Antoninha Esteves, sua mulher, moradores na Atalaia, termo de Castelo Novo, a “Rodíge anes” e a sua mulher Maria Afonso, moradores em S. Vicente da Beira, duma vinha situada em S. Vicente da Beira, na Mata.

Sabhã quantos esta carta de pura vendiçõ virẽ Como Eu Martin domĩgiz E eu Antonĩha esteuẽes ssa molher moradores /² naTa{t}laya Termho de CastelNouo vendemos A uos Rodíge anes⁺ E a uossa molher Maria affonssso moradores /³ ã Sam viçente da beyra hũa vĩha qe nos auemos na dita villa de ssam viçente qe iaz no logo qe chamã amata /⁴ Assy como parte a dita vĩa da hũa parte cõ Domĩgos esteuẽes E da outra parte cõ antoniho Cremente E da outra parte /⁵ cõ Domĩgos escoorado E da outra parte cõuossco cõpradores A qual vĩa pelos Logos qe son diuisados uos vẽdemos cõ /⁶ todas sas êtradas E saidas E ssas pertẽças E seus dereytos por Dez marauidjs qe nos de uos rreçebemos de qe somos /⁷ bẽ pagados E porende Mãdamos E outorgamos qe aiades uos a dita vĩa deste día pera todo senpre E todos uossos /⁸ susores qe de pos uos veerẽ E ffaçades della todo aquilo qe a uos aprouger assy come de uossa propia posísom E nos /⁹ ssobre ditos uẽdedores Renuçamos todo o dereyto qe auemos na dita vĩa E poemolo ã uos ditos cõpradores E outrosy /¹⁰ uos damos liury E cõprido poder a uos ditos cõpradores per poder desta carta pera êtrar ã pose E tẽça da dita vĩa /¹¹ sem Mãdado do Juiz ou doutra pessoa qual qer E obrigamonos per todos nosos bẽes mou<i>s E rraiz gaanhados E por gaanhar /¹² a uos ãparar E deffender a dita vĩa de qẽ qer qe uola demãdar ou enbargar sso pea do dobro E de quanto Maís for /¹³ a dita vĩa melhorada e se uola nos ã juizo ou ffora de juizo outorgar nõ qissermos ou deffender nõ podermos /¹⁴ pella dita pea séermos nos cõdanados E ao Senhor da terra çẽ marauidjs E a dita venda seer fĩrme E estauel pera todo /¹⁵ ssenpre e nos ditos uẽdedores esta carta mãdamos ffazer E outorgamoLa por rreuorada ffeyta a dita carta no dito logo /¹⁶ daTalaya ante a adega de johã domĩgiz vijnte E oyto dias daBriL Era de m^aill E trezẽtos E oyteẽta anos testemuyhas /¹⁷ qe a esto forã prezẽtes chamadas E rrogadas pera esto johã vaasqiz⁺ ⁴²¹ dalpeyredĩha E Mateus esteuẽes E Meteus eanes /¹⁸ E Johã sauaschaaes E Martim moreno E Domĩge anes çapateyro Jenrro de garçia da dita Alpeyredĩha E outros E eu Martim anes /¹⁹ Tabeliõ de Noso Senhor El rrey na dita villa de castelnouo qe per Mãdado E per outorgamẽto dos ditos uẽdedores esta carta /²⁰ scriuy *ela *o meu sinaL [ffi]z qe taL he testemuyho de uerdade

⁴²⁰ Verifica-se neste tabelião, de que só dispomos deste texto no *corpus*, a mesma questão de pontuação que foi referida em sítio idêntico a respeito dos tabeliões Estêvão Peres e Antoninho Clemente; adoptou-se a mesma resolução.

⁴²¹ Abreviatura não desenvolvida: “r” sobrescrito (por cima do “i”).

XII. Documentos com o sinal de Gonçalo Esteves, tabelião em Castelo Branco.

81

Castelo Branco

20/III/1351

Maço 5, 535

Venda de João Rodrigues e Maria Esteves, sua mulher, vizinhos e moradores em Castelo Branco, a “Rodrige anes” e Maria Afonso, sua mulher, moradores em S. Vicente da Beira, de todos seus bens em S. Vicente da Beira e seu termo, e nos termos da Covilhã, Cerzedas e Castelo Novo.

SAbhã todos Como eu Johã Rodrigez E eu Marya esteuééz ⁴²² molher do dito Johã Rodrigez vjzinhos E mo/²[ra]dores em CasteL brâco vendemos a uos Rodrige anes E a uossa molher Maryaffonso moradores em ssam /³ vyçête da beyra Todolos béés erças assy mouees come Rajz quaees E quantos nos auemos E de /⁴ dereyto deuemos dauemna dita vjla de ssam vjçête E ã sseu termho E em termho de Cuuylháá en /⁵ termho das cerzedas E em termho de CasteL nouo os quaees béés erças a nos fycarõ E acaeçerõ nos ditos /⁶ logares da parte de Marya sauestããez madre de mÿ dito Johã Rodrigez E de Sauestááo domÿgjz E de ssan/⁷cha domÿgjz auoos de mÿ dito Johã {ff} Rodrigez vendemos E outorgamos a uos todo o dito noso dereyto de /⁸ todos os ditos nossos béés assy como dito he cõ ssas emtradas E ssaydas E cõ todas ssas pertêças /⁹ por preço que de vos Reçebemos cõuem a ssaber por trezentas libras de dinheyros purtugéeses de que ssomos /¹⁰ bem entregues E bem pagados E sse nos vendedores esta venda em Conçelho outorgar ã quissemos {nẽ} /¹¹ ou ã podermos que vos cõponhamos a dita venda dubrada E quanto ffor melhorada E pera esto obrigamos /¹² todos nossos béés guanhados E por guanhar E dos nosos ssoçessores a uos ffazermos a dita venda ffirme /¹³ E ssaa E quẽ cõtra ela veer peyte ao Senhor da terra Cem marauidis E a dita venda sseya ffirme esta/¹⁴uyL pera todo ssenpre E outrossy vos vendemos polo dito preço todolos novos E ffruytos que dos /¹⁵ ditos bees ssayrõ ata o dya desta carta ffeyta E outorgamos que sse os ditos béés mays va/¹⁶lerem que aquelo que aqui he cõteudo E os ffruytos E novos que o que mays valerẽ que o ayades /¹⁷ em doaço que vos nos deles ffazemos come a nosso padre em testemunho destõ mãdamos /¹⁸ E Rogamos a gonçale esteuééz ⁴²³ Tablyõ que asy vos de ende hũa carta ffeyta em CasteL brâco na Ru/¹⁹a do aRessayõ nas cassas do dito Johã Rodrigez vjnte dyas de Março Era de mÿL E trezento/²⁰s E oyteẽta E noue anos testemunhas gonçalo martjz E vaasco perez vassalos del Rey E gonçalo affonso E vaasco /²¹ affonso E Roy vaasquiz E gyL perez E outros e Eu Gonçale esteuééz ⁴²⁴ Tablyõ del Rey em Cast/²²eL brâco que esta carta sscriuy E meu ssygnal aqui ffiz que tal he •

pagou iiijº soldos

⁴²² Plica no último “e” desenvolvida.

⁴²³ Plica no último “e” desenvolvida.

⁴²⁴ Plica no último “e” desenvolvida.

Castelo Branco
Maço 5, 533

21/VIII/1358

Venda de João Rodrigues e Maria Esteves, sua mulher, moradores em Castelo Branco, a “Rodrige anes” e Maria Afonso, sua mulher, moradores em S. Vicente da Beira, duma herdade a que chamam a Bagulha, situada no sesmo do Freixial, termo de S. Vicente da Beira.

Sabhã quantos esta carta de vendyçõ vyrẽ como Eu Johã Rodrigez E eu Marya esteuééz⁴²⁵ /² mulher do dito Johã Rodrigez Moradores em CasteL brãco vendemos a uos Rodrige anes /³ E a uossa molher Maryaffonso moradores ã ssam vyçente da Beyra hũa erdade que nos auemos no sses/⁴mo do ffreyxeaL termho de sson vyçente a que chamã a bagulha como parte cõ Johã dalffaya /⁵ E cõ ereeos de Pero domjgiz {ve} cõ todolos outros cõ que de dereyto deue de partyr vendemos /⁶ E outorgamos a uos a dita Erdade como dito he cõ ssas entradas E ssaydas E cõ todas ssas per/⁷têças por quareeta libras de dinheyros purtugeesses que de vos Recebemos de que ssomos bem /⁸ êtreges E bẽ pagados E sse nos vendedores esta venda em Conçelho outorgar ãõ quissermos /⁹ ou ãõ podermos que cõponhamos a uos cõpradores a dita venda dubrada E quanto ffor melhorada /¹⁰ E pera esto obrigamos todos nossos béés ganhados E por ganhar E dos nossos socessores a uos ffaze/¹¹mos a dita venda ffirme E ssaa E quẽ cõtra ela veer peyte ao Senhor da terra Cem /¹² marauidis E a dita venda sseya ffirme estauyL pera todo ssenpre ffeyta a carta em CasteL brãco na /¹³ Rua do ARessayo ante as cassas do dito Johã Rodrigez vynte E hũ dyas dagosto Era /¹⁴ de myL E trezentos E noueêta E sseys anos testemunhas Johã ayras E Affonso martjz botelho E DomjgoS perez /¹⁵ perequito E outros E eu goncalo esteuééz Tabelyõ del Rey ã CasteL brãco que esta carta sscriuy /¹⁶ per mãdado E per outorgamento do dito Johã Rodrigez E da dita ssa molher E meu ssygnal aqui /¹⁷ ffiz que taL he •

pagou quatro ssoldos

⁴²⁵ Plica no último “e” desenvolvida.

XIII. Documentos com o sinal de Domingos Miguens, tabelião em São Vicente da Beira.

83

S. Vicente da Beira
Maço 5, 528

24/VIII/1355

Auto de posse dada por “Gonçaleanes”, juiz da Covilhã, representando “Gonçaleanes” Lobo, corregedor de Entre-Douro-e-Tejo, a Fr. Vasco Afonso, comendador de S. Vicente da Beira, da jurisdição desta vila e seu termo, a qual havia sido disputada pelo concelho e D. Afonso IV, rei de Portugal, sentenciara a favor da Ordem de Avis.

Sabhã todos Como⁺ vinte E quatro dyas dagosto da Era de MiL /² E Trezêtos E noueêta E Tres Anos En⁺ sã uiçête da beira Eno Adro da dicta vila /³ ⁴²⁶ *buscô *enda fazer Cõçelho ssêdo no dicto Logo Gonçaleanes Juiz⁺ de Cuilháá /⁴ E Rodrigeanes E Pero martiz Juizes⁺ da dicta vila E Johã {martiz}ssauastãêz per /⁵ ouuidor do Cõçelho⁺ E outros muitos oméês Boos Juntos per /⁶ †... ⁴²⁷ frey vasco Afonso Comêdador da dicta vila most[rou] e per /⁷ [m] Domjgos mjpgêz Tabelyõ] Del Rey na dicta uila Leer⁺ ffez hũa carta /⁸ de Gonçaleanes Lobo Coregedor Por El Rey Antre doiro e teyo Aberta /⁹ E sseelada do sseelo da dicta Coreiçõ segũdo ã ela pareçya da qual carta o /¹⁰ tehór dela de ueruo A ueruo Tal he ⁴²⁸ Era Asinada pelo dicto Coregedor /²¹ ssegũdo ã ela pareçya Outro ssy mostrou hũa carta de noso Senhor⁺ El Rey scrita /²² ã purgaminho Aberta e sseelada⁺ nas Costas do seu uerdadeiro sséelo Redondo ssegũdo ã /²³ ela pareçya na qual carta o dicto Senhor⁺ Rey mãdaa Ao dicto Coregedor qe metese ã /²⁴ Pose o dicto Comêdador das Juridiçóes da dicta vila de sã uiçête E Logo o dicto Comêdador /²⁵ Pidyo Ao dicto Gonçaleanes qe Presête sya qe cõprise o qe lhj Pelo dicto Coregedor /²⁶ Era mãdado E logo o dicto Gonçaleanes Per Poder E outuridade das dictas cartas /²⁷ dise qe metya ã Pose o dicto ffrey uasco Affonso Comêdador da dicta vila de /²⁸ ssã uiçête enas dictas Juridiçóes Cõteudas na carta do dicto Senhor⁺ Rey /²⁹ E meteu Logo ã Pose Per Esta gisa mãdou Aos dictos Juizes⁺ qe quando Algẽ /³⁰ Apelase Tãbẽ ã ffectos Crimináaes Come Çiuys deles qe lhj desẽ Apelaçõ pera /³¹ o mestre dauys ou perá áqeL qe no dicto Logo Teuessẽ o seu poder E deffêdeulho /³² da parte Del Rey qe ha nõ dessẽ doutra gissa nõ pera outrẽ E outro ssy dy/³³ sse A m] Domjgos mjpgêz Tabelyõ qe Pressente ssya qe dese o Estado Ao dicto /³⁴ Comêdador E mãdoume qe lho dese Cada qe mho El pidise E qe outro ssy ho /³⁵ mãdaa Aos outros Tabelyõs Como⁺ qer qe hj <nõ> esteuesẽ E outro ssy /³⁶ disse Aos dictos Juizes⁺ E cõçelho⁺ qe lhj nõ Enbargasẽ a Coreiçõ /³⁷ na uila nõ no termho E outro ssy lhjs mãdou qe quando ouuessẽ mester /³⁸ cartas Justificadas pera ffazer deirito⁺ ⁴²⁹ qe has demãdasẽ Ao dicto Co/³⁹ mêdador E outro ssy

⁴²⁶ O que, de forma duvidosa, se transcreve a seguir como “buscô enda”, está junto no ms. no que parece ser “buscôenda”; insere-se em parte manchada; há dúvidas de leitura sobretudo no “n” e no “a”, o que, sem mais, transforma em duvidosa toda a leitura.

⁴²⁷ O segmento “frey vasco Afonso Comêdador”, que se segue e se insere numa parte manchada do texto, foi reescrito em acto posterior; i.e. por razões de inteligência do texto, foi por leitor aparentemente de sincronia posterior renovado na sua tinta. É com base nessa reescrita que se transcreve o segmento.

⁴²⁸ Segue-se a referida carta, que não se transcreve aqui por ter sido dada originalmente em Trancoso. O texto retoma na linha 20 (a cerca de um terço do final da mesma).

⁴²⁹ O que temos é “deirito” com um “r” sobrescrito, o qual tem início por cima do “e”. O caso — que, evidentemente, está por ‘direito’ e representa uma confusão — pode dar azo a várias leituras. Temos a forma “dereito” na l. 41.

deffêdeu da Parte Del Rey Ao dicto Cõçelho⁺ /⁴⁰ qe nõ Posesê êbargo Ao dicto Comêdador quando quisesse ouir os ffectos /⁴¹ das Pessóas de qe os Juizes⁺ da dicta vila nõ Podessê ffazer direito /⁴² E outro ssy mãdou A marty nobre mordomo do Senhoryo qe Entregasse E Respon/⁴³dese Ao dicto Comêdador de todas Rêdas qe Pertêçyã Ao Senhoryo qe /⁴⁴ EL Auya de procurar En⁺ synaL de Pose Entrega foy lhj Logo êtregar *dinheiros* /⁴⁵ da moeda de Portugal E outro ssy mãdaua A m̃j Tabelyõ E aos outros qe hj nõ /⁴⁶ ssyã Como⁺ qer qe hj nõ ssyã qe dessê E Respondesê Cada hũu Ano Ao dicto co/⁴⁷mêdador da Rêda qe Auyã de dar Polos offjçyos Cõuê A saber quinze Ly/⁴⁸bras⁺ E mãdou Ao dicto Cõçelho⁺ qe ê Cada hũu ⁴³⁰ Ano Por dya de ssã johã /⁴⁹ Bautista Presêtasê Ao Comêdador da dicta vila dous vizinhos da dicta /⁵⁰ vila pera Tomar hũu deles qual quiser pera ho ssiruir noffiçyo do /⁵¹ mordomado Como⁺ Pertêçe Ao Senhoryo das quais Coussas o dicto Comê/⁵²dador Pidyo A m̃j Tabelyõ qe lhj desse hũu estormêto qe ffouy ffecto dya era /⁵³ suso dictos Testemunhas Pero ssoarez⁺ E Steuã periz filho de Pereanes da Costa E Johã /⁵⁴ periz filho de Pero martiz E uasco martiz E lourêço Periz E viçête doçe E a/⁵⁵ffonso Periz hírmááo de Rodrigeanes E outros Eu Domjgos m̃jgêz Ta/⁵⁶Belyõ Del Rey ê sã uiçête qe A esto Presente ffuy este stormêto scriuy e ê /⁵⁷ eL meu ssinaL ffiz qe tal he • pagou iiij^o ssoldos •

84

S. Vicente da Beira
Maço 6, 597

15/V/1357

Venda de Vasco Lourenço e Catalina Anes, sua mulher, moradores em S. Vicente da Beira, a “Rodrigeanes” e Maria Afonso, sua mulher, moradores na mesma vila, de dois pardieiros situados em S. Vicente da Beira, a par das casas dos compradores.

Enome de deus Amê Eu vaasco Lourêço Eu Catalina Anes sa molher moradores ê sã /² viçête da beira vêdemos A uos Rodrigeanes E a uosa molher Mariafonso moradores na dita /³ vila dous pardeiros qe nos Auemos ena dicta vila A par das Casas de uos Cõpradores e partê /⁴ Anbolos Pardeiros sobre dictos Cõuosco Cõpradores de duas partes E da outra parte /⁵ cõ A neta de Marty dagyar e pela quitáá E da outra parte pelos Curtinháães E ê hũu pardeiro e/⁶sta A pereira E o outro foy casa vêdemouos os dictos pardeiros cõ Entradas E cõ saidas e /⁷ cõ todas sas pertêças por preço qe de uos Reçebemos Cõuê A saber noue *marauidis* onde /⁸ somos bẽ pagados E por ende Ayades uos e qẽ ⁴³¹ de uos ffor A dicta vêda pera senpre e se Algẽ /⁹ véer da nosa parte ou da estranha qe esta vêda desfazer quiser E nos vêdedores ê Cõçelho⁺ /¹⁰ outorgar nõ quisermos ou deffêder nõ podermos Cõpoermos A uos A dicta vêda e/¹¹n dobro quanto ffor melhorada e peitarmos Ao Senhor⁺ da Tera Çem⁺ *marauidis* E a uêda /¹² fficar ffirme Estauil ffecta A carta ê sã uiçête da beira Enas casas de my Tabelyõ quinze⁺ /¹³ dyas de Mayo da Era de MiL e trezêtos e noueêta e Çinque Anos *testemunhas* vaasqeanes /¹⁴ E Marty durã E Rodrigairas Terçeiro E vaasco domjgiz {ff}{Tabelyõ} ffilho de my Tabelyo e /¹⁵ outros Eu Domjgos m̃jgeez Tabelyõ Del Rey en sã uiçête da beira qe esta carta /¹⁶ scriuy enela meu sinaL ffiz qe tal he • pagou iiij^o ssoldos •

⁴³⁰ O segundo “u” parece ter sido acrescentado depois, mas pela mesma mão e durante a feitura do doc..

⁴³¹ Desenvolvido apenas a partir de “q” com traço sobreposto.

S. Vicente da Beira
Maço 5, 557

7/XI/1361

Quitação dada por Gonçalo Domingues, como tutor de Beatriz Rodrigues, criada de João Rodrigues, freire da Ordem de Cristo, a “Rodrigeanes”, da importância de trezentas libras que este tinha guardado e a Beatriz Rodrigues haviam sido dadas quando do seu casamento com Afonso Rodrigues, filho de “Rodrigeanes”.

[Sabhã todos] como⁺ Eu Gonçalo domjgiz titor de beatriz Rodrigez criada de ffrey Johã Ro/²[drigez] ffreire da ordem⁺ de cristos Conhosco e Cõfesso qe Eu Receby por A dicta beatriz /³ E sã bẽ pagado Por Rodrigeanes trezẽtas Libras⁺ As quays Tinha ẽ guarda pera as /⁴ dar aa dicta moça das qe lhj forã dadas ẽ casamẽto cõ Affonso Rodrigez ffilho do /⁵ dicto Rodrigeanes Por qe lhj forã Julgadas Per viçẽte periz ouuydor do Mee/⁶stre trezẽtas E ouiteẽta E noue Libras⁺ qe forã Achadas qe o dicto Rodrigeanes Re/⁷cebera das quays trezẽtas E ouitẽta E noue Libras⁺ Eu gonçalo domjgiz Reçeby as /⁸ dictas trezẽtas Libras⁺ perã às dar áá dicta beatriz desto Pidyo o dicto Rodrigeanes /⁹ A m̃j Tabelyõ qe lhe desse ende hũu Estormẽto qe fouy ffecto En sã uiçẽte da beira Eno /¹⁰ quintaaL do dicto Gonçalo domjgiz sete dyas de nouẽbro da Era de Mil E trezẽtos e /¹¹ noueẽta E noue Anos testemunhas Marty domjgiz Alfayate E gonçalo martiz seu filho e gomez Lou/¹²rẽço scriuã E Aluaro Afonso qe Anda cõ ho ouuydor E outros Eu Domjgos m̃jgẽz /¹³ Tabelyõ Del Rey En sã uiçẽte da beira qe Este stormẽto scriuy En EL meu sinaL /¹⁴ ffiz qe tal he • pagou iiij^o ssoldos •

S. Vicente da Beira
Maço 5, 573

18/I/1363

Venda de Martim Domingues, genro de Domingos Escorado, por si e como procurador de sua mulher Catalina Domingues, a “Rodrigeanes” e sua mulher Maria Afonso, dum chãõ situado em S. Vicente da Beira, por trás das casas dos compradores.

[Enõ]me de Deus Ame Eu Marty domjgiz jenro de Domjgos Escorado Por m̃j E come procu/²[rado]r de mha molher Catalina domjgiz Per hũua procuraçõ ffecta Per Domjgos m̃jgẽz Ta/³[belyõ] En qe me Per Ela he dado Poder Pera uẽder os nosos Bées E parte deles E pera /⁴ [Reçe]ber o Preço⁺ ou Preços E pera lhjs mãdar ffazer carta ou cartas Eu Por Ende⁺ uẽdo A uos /⁵ [Ro]drigeanes E a uosa molher maryaffonso hũu chááo qe nos Eu E a dicta mha molher Aue/⁶[mo]s En sã uiçẽte da beira Tras As Casas de uos Cõpradores qe Parte cõ os ffilhos da/⁷†[s]tiala E johã domjgiz Ceromenho E cõ Afonso Cristouẽz vedemolo cõ Entradas E cõ say/⁸[da]s E cõ todas sas Pertẽẽças Por Preço⁺ qe de uos Por m̃j E Por A dicta mha molher /⁹ [R]eçeby cõuẽ A saber quatro Libras⁺ En dinheiros Portugeeses qe de uos Reçeby E Por ẽde /¹⁰ Ajades uos E qẽ⁴³² de uos for A dicta uẽda Pera senPre cõ todo o dereito E auçõ cõ qe ha Eu e /¹¹ A dicta mha molher Auyamos E se Algẽ uẽer da nosa Parte ou da Estranha qe Esta /¹² nosa uẽda desfazer quiser E nos uẽdedores En Cõçelho outorgar nõ quisermos ou de/¹³ffẽder nõ Podermos

⁴³² Desenvolvido apenas a partir de “q” com traço sobreposto.

CõPoermos A uos A dicta vêda En dobro quanto ffor melhora/¹⁴da E Peitarmos Ao Senhor da terra Çem⁺ marauidis E a uêda fficar ffirme Estauil ffecta A carta /¹⁵ En sã uiçête da beira Eno Adro da dicta uila dez ouito dias de janeiro da Era de MiL E qua/¹⁶tro çêtos E hũu Anos testemunhas váásqo Lourêço E diego gonçaluez E johã domjgiz Çapatiro E mar/¹⁷Ty migêz do Ramalhoso E outros Eu Domjgos migêz Tabelyõ Del Rey En sã uiçête /¹⁸ da beira qe Esta carta scriuy En Ela meu sinaL ffiz⁺ qe tal he • Pagou quatro soldos •

87

S. Vicente da Beira

19/III/1363

Maço 8, 783

Venda de Sebastião Joanes, Dona Antoninha, sua mulher, Martim Sebastião, filho do dito, e Domingas Antoninha, mulher de Martim, todos moradores na Soalheira, termo de Castelo Novo, a “Rodrigeanes” e Maria Afonso, sua mulher, moradores em S. Vicente da Beira, de direitos nos moinhos de Ocresa.

Enome de deus Amẽ Eu sauastááo johanes Eu dona Antoninha sa molher Eu Marty sauastaa/²ez ffilho do dicto sauastãáo johanes Eu domjgas Antoninha sa molher do dicto marty sauastááez todos moradores e/³na soeieira termho de Castelnouo vêdemos A uos Rodrigeanes E a uosa molher maryafonso moradores ã sã uiçête da /⁴ beira todos los direitos qe nos Auemos Enos moinhos docresa ffectos E Por fazer os quays forã de Domjgos domjgiz /⁵ E de Marya bertolameu qe forã moradores no dicto Logo da soeieira E outro sy uos uêdemos Toda A nosa parte das /⁶ Erdades qe pertêçê A os dictos moinhos qe forã do dicto Domjgos domjgiz E da dicta marya bertolameu dos quays moinhos /⁷ uos uêdemos de dez quinhos hũu E as Erdades qe lhj Assy uêdemos ã qe nos Auemos Parte som⁺ A /⁸ meatade de tres Couirelas As quays parte de Permeyo cõ gonçalo uasqez E cõ Antoninha cremête E da outra Parte /⁹ cõuosqo Cõuosqo CõPradores E cõ Erééos de charneqo E destas uos uêdemos A meatade o quaL direito dos /¹⁰ dictos moinhos E meatade das dictas Erdades uos uêdemos Cõ todo o direito E auçõzo E açudadas E leuadas /¹¹ E direitos Entradas E saidas E Pertêçças cõ qe as nos Auemos E de direito deuemos dauar Por Pre/¹²ço qe de uos Reçebemos cõuẽ A saber dez marauidis onde somos bẽ Pagados qe de uos Reçebemos E Por Ende /¹³ Ayades uos E qẽ⁴³³ de uos for A dicta uêda pera senpre⁺ E se Algem⁺ uẽer da nosa Parte ou da Estra/¹⁴nha qe Esta uêda desfazer quizer E nos uêdedores Em Cõçelho outorgar no quizermos ou defẽ/¹⁵der nõ Podermos CõPoermos A uos A dicta uêda En dobro quanto for melhorada E Pitarmos Ao Senhor /¹⁶ da terra Çem⁺ marauidis E a uêda fficar ffirme Estauil E outorgamos qe Posto qe A dicta vêda mays ualha qe A dicta /¹⁷ may|o|orya qe ha Ajades En doaço Por bẽ E aJuda E amizade E diuydo qe Cõuosqo Auemos En Testemunhos /¹⁸ desto mãdamos A Domjgos mlgêz Tabelyõ qe faça Esta carta fecta En sã uiçête da beira Enas Casa dos /¹⁹ dictos CõPradores dez E noue dyas de Março da Era de MiL E quatro çêtos E hũu Anos testemunhas domjge /²⁰ Anes botelho E andreu periz do AzinhaL E uiçête Anes foucinho E johã bertolameu do freixeaL E ou/²¹tros Eu Domjgos mlgêz Tabelyõ Del Rey En sã uiçête da beira qe Esta carta scriuy En Ela meu ssy/²²naL ffiz qe taL he • pagou quatro soldos •

⁴³³ Desenvolvido apenas a partir de “q” com traço sobreposto.

S. Vicente da Beira
Maço 5, 575

28/VI/1363

Venda de “johaneanes”, filho de João Peres Charneco, e Domingas Peres, sua mulher, moradores na Soalheira, termo de Castelo Novo, a “Rodrigeanes” e Maria Afonso, sua mulher, moradores em S. Vicente da Beira, da sua parte nos moinhos de Ocresa, termo de S. Vicente da Beira.

Enõme deus Amẽ Eu johaneanes filho de johã periz charneco Eu Domjgas Periz sa molher moradores e/²na soeieira termho de Castelnouo vẽdemo A uos Rodrigeanes E a uosa molher maryafonso moradores ãna uila /³ de sã uiçẽte toda A nosa Parte qe nos Auemos enos moinhos docresa termho de sã uiçẽte cõ o nosso direito das Er/⁴dades qe Pertẽẽcẽ A os dictos moinhos qe forã de domjgos domjgiz E de Maria bertolameu Auos⁺ do dicto johã periz E bisauos⁺ de my /⁵ johãneanes os quays nosos direitos dos dictos moinhos Erdades qe Pertẽẽcẽ A os dictos moinhos Como⁺ dicto he cõ /⁶ Entradas e cõ saidas E açudadas E leuadas E moos⁺ E feramẽtas E Pertẽẽças qe A os dictos moinhos Pertẽẽcẽ /⁷ Por Preço⁺ qe de uos Reçebemos Cõuẽ A saber sete Libras⁺ onde somos bẽ Pagados E Por Ende Ayades uos e qẽ⁴³⁴ /⁸ de uos for A dicta vẽda pera senpre⁺ E se Algẽ uẽer da nosa Parte ou da Estranha qe Esta uẽda desfazer quy/⁹ser E nos uẽdedores En Cõçelho outorgar nõ quiseremos ou deffẽder nõ Poderemos cõpoermos A uos A /¹⁰ dicta vẽda En dobro quanto for melhorada E Pitarmos Ao Senhor⁺ da Terra Çem⁺ marauidis E a uẽda ficar fir/¹¹me Estauil fecta A carta En sã uiçẽte da beira Enas Casas dos dictos CõPradores dez ouito dyas de Junho da Era /¹² de Mil E quatro Çẽtos E hũu Anos Testemunhas johã Bertolmeu do freixeaL E mjgeel Eanes E Lourçõ viuas todos /¹³ tres do freixeaL E Pero féeo de Castelbrãço E outros Eu domjgos mjgẽz Tabelyõ del Rey ẽ sã uiçẽte da beira qe esta /¹⁴ carta scriuy En ela meu synal ffiz qe taL he • pagou quatro soldos •

S. Vicente da Beira
Maço 5, 593

6/VIII/1366

Venda de Salvador Esteves, morador em Montalvão, por si e como procurador de sua mulher Constança Dias, filha de Diego Joanes e de Maria Domingues, que foram moradores de S. Vicente da Beira, a “Rodrigeanes” e Maria Afonso, sua mulher, moradores em S. Vicente da Beira, duma courela de herdade situada na Ribeira de Rio de Moinhos, termo de S. Vicente da Beira.

Sabhã todos Como⁺ seis dyas dagosto da Era de MiL E quatro Çẽtos E quatro Anos En sã uiçẽte da beira Enas Casas de Rodrigeanes En Prezẽça de mj Domjgos /² mjgeez Tabelyõ Del Rey Ena dicta uila e das Testemunhas Adeante scritas saluador Esteuẽz morador ẽ monte Aluã marido de Costãça {domjgiz}diaz filha de diego johãnes E de marya /³ domjgiz qe forã Enoutro Tẽpo moradores⁺ ẽ sã uiçẽte da beira mostrou E per mj domjgos mjgeez Tabelyõ da dicta uila Léer fez hũua procuraçõ fecta E asináada per gil martiz /⁴

⁴³⁴ Desenvolvido apenas a partir de “q” com traço sobreposto.

Tabelyõ de Nisa segũdo ẽ Ela <a>Pareçya A qual procuraçõ Conta⁺ qe foy fecta En monte Aluã Enas Casas de johã domjgiz quinze dyas de Julho Era de MiL E quatro Çetos E qua⁵tro Anos E syã hj Por Testemunhas Domjgos martiz E johã domjgiz E Pero mēdez E johã domjgiz Pregoeiro Ena qual procuraçõ he Cõteudo Antre As outras Cousas qe A dicta Costança diaz /⁶ da CõPrido Poder Ao dicto Saluador Esteuēez seu marido qe Por El E Por Ela En seu nome Posa uēder Todolos bees Erças qe Eles Am⁺ En sã /⁷ uiçete En Todolos outros Logares ou parte deles E pera dar E doar E pera fazer E dizer Todalas Cousas E Cada hũa delas qe uerdadeiro Lydimio procurador /⁸ Pode E deue fazer E dizer E qe Ela farya E diria se Per sa pesooa⁺ Presente fose Ainda qe Táães Cousas seyã qe lhj demãdẽ E requeirã EspiçiaL mādado E qe outorga /⁹ totalas Cousas qe totalas Cousas qe pelo dicto seu marido E seu procurador for fecto E dicto E procurado E pelos seus so Estabeleçudos nas dictas Cousas /¹⁰ ou En Parte delas so obrigaçõ de todos seus béés qe pera esto obriga E outras Cousas Cõteudas Ena dicta procuraçõ E o dicto Saluador⁺ Esteueez Per Poder da /¹¹ dicta procuraçõ Por sy E Por A dicta sa mulher uēdeu A Rodrigeanes E a sa mulher maryaffonso moradores En sã uiçete da beira hũa Couirela derdade qe /¹² jaz Ena ribe[i]ra de Ryo de moinhos termho da uila de sã uiçete A qual iaz En duuas Partes Como⁺ Parte Aqẽ da ribeira Cõ uáásqo Lourço E da outra Parte /¹³ Cõ A da famelaria Entesta ẽ Çima Pelo Cume de fremusinho E alẽ da ribeira Parte Cõ hos CõPradores E cõ uáásqo Lourço E cõ bertolameu Couqiy/¹⁴nho Entesta Pelo Caminho qe uay da de gonçalo fernandez pera ho Ramalhoso Eu dicto saluador Esteuēez Por m̃j E por A dicta mha mulher Costança dyaz uẽ/¹⁵do A uos Rodrigeanes E a dicta uosa mulher maryafonso A dicta Couirela da dicta Erdade Pelas dictas diuisõões Como⁺ dicto he Cõ Entradas e /¹⁶ cõ saidas E cõ todas sas Perteeças Por Preço⁺ qe de uos Reçeby Cõuẽ A saber doze Libras⁺ de dinheiros Portugeeses onde sóo bẽ Pagado E por Ende Aya/¹⁷des uos E qẽ de uos for A dicta uẽda pera senpre E se Algẽ uẽr da mha⁺ Parte ou da Estranha ou da dicta mha mulher qe Esta uẽda desfazer /¹⁸ quiser E nos uēdedores ẽ Cõçelho ouTorgar nõ quise[rmos] ou defẽder nõ Podermos CõPoermos A uos A dicta uẽda En dobro quanto for me/¹⁹lhora E Pitarmos Ao Senhor⁺ da Terra Çem⁺ mris E a uẽd[a fic]ar firme Estauil ẽ Testemunhos desto mādõ A domjgos njgēēz Tabelyõ qe faça Esta {proc†}{scri†} ⁴³⁵ /²⁰ carta qe foy ffecta Ena dicta uila de sã uiçete Enas Casas d[e Rodr]igeanes dya Era suso dictos Testemunhas johã domjgiz Çapateiro E johã uaqueiro E uas/²¹qo domjgiz Tabelyõ E váásqo Periz do louriçal E johã martiz filho [de mar]ty uiçete E outros Eu domjgos mjgēēz ia dicto Tabelyõ qe Esta carta scriuy /²² En ela meu sinaL ffiz qe taL he • pagou viij^o [soldos] •

⁴³⁵ Temos aqui, evidentemente, que o autor tentou escrever, primeiro, ‘procuração’, e depois ‘escritura’; apenas não se consegue ler mais letras, sendo de referir, contudo, que as palavras não conseguiriam ser terminadas ainda nesta linha.

S. Vicente da Beira
Maço 5, 566

26/III/1368

Venda de João Domingues sapateiro e Margarida Domingues, sua mulher, moradores em S. Vicente da Beira, a “Rodrigeanes” e a Maria Afonso, sua mulher, moradores na mesma vila, dum chão com oliveiras que jaz além do Ribeiro de Santa Margarida e doutro chão que jaz aquém da Ribeira dos moinhos dos compradores.

Enome de deus Amẽ Eu Johã domjgiz çapateiro Eu margarida domjgiz sa molher moradores ẽ sã uy/²çẽte da beira uẽdemos <A uos> Rodrigeanes E a uosa molher mariafonso moradores Ena dicta uila húú chááo cõ sas /³ oliueiras qe iaz Alẽ do ribeiro de sãta margarida Asy como⁺ Parte cõ húú chááo da ordem⁺ dauys e como⁺ /⁴ Entesta ẽ fundo cõ maria Johanes e cõ o filho do Cortiço e cõ Domjgos migẽẽz Laurador E cõ Eréeos da patáa e /⁵ outro sy uos uẽdemos hũu chááo qe iaz Aqẽ da ribeira dos moinhos de uos cõPradores qe Parte pe/⁶La dicta Ribeira E cõ os dictos uẽdedores E cõ Antoninho martiz frãquino os quays chááos E [o]Liueiras uos /⁷ uẽdemos cõ Entradas E cõ saidas E cõ todas sas Perteças pera uos E pera qẽ de uos for pera todo sẽPre /⁸ Por Preço⁺ qe de uos Reçebemos cõuẽ A saber vinte E duuas Libras⁺ onde somos bẽ Pagados E /⁹ Por Ende Aiades uos E qẽ⁴³⁶ de uos for A dicta uẽda E dizemos E outorgamos qe uos CõPradores Per /¹⁰ uos filhede A Pose E o Senhorio dos dictos chááos E oLiueiras sẽ outuridade doutro Juiz⁺ E fa/¹¹çades ẽ Eles E deles Come de uosa Propia Pusionom E se Algẽ uéer da nosa ou da Estranha parte /¹² qe Esta nosa uẽda quira desfazer E nos uẽdedores En cõçelho outorgar nõ quisermos ou defẽder no /¹³ Podermos Cõpoermos A uos A dicta uẽda En dobro quanto for melhorada E Pitarmos Ao Senhor⁺ da /¹⁴ Terra Çem⁺ marauidis facta A carta ẽ sã uiçẽte da beira Enas casas dos CõPradores uinte E seis dias de março /¹⁵ da Era de MiL E quatro Çẽtos E seis Anos Testemunhas johã crespino E pedro martiz filho doraca Periz E Domjgos /¹⁶ mjpgẽẽz mãço datoninho Cremẽte E Pedro qe mora cõ Afonso Periz E uaso Lourẽco mãço de mỹ Tabelyõ E ou/¹⁷tros Eu Domjgos mjpgẽẽz Tabelyõ Del Rey En sã uiçẽte da beira qe Esta carta Per mãdado E outorga/¹⁸mẽto dos dictos uẽdores scriuy ẽ ELa meu sinaL fiz⁺ qe TaL he • pagou iiij^o soldos •

/¹⁹ nospeito Antre duuas Regas hu diz⁺ A uos ca Eu tabelyõ o scri/²⁰uy •

⁴³⁶ Desenvolvido apenas a partir de “q” com traço sobreposto.

XIV. Documento com o sinal de Antoninho Peres, tabelião em Castelo Novo.

91

Castelo Novo

3/X/1359

Maço 5, 530

Venda de Martim Domingues e Estácia Domingues, sua mulher, moradores em Castelo Novo, a “RodrigeAnes” e Maria Afonso, sua mulher, moradores em S. Vicente da Beira, de todo o seu direito nos moinhos de Ocresa, em termo da dita vila, e na herdade que pertence a tais moinhos.

Sabhã quantos esta carta de uêdiçõ virẽ como eu Martim dom̃giz E eu Estaçia dom̃giz sa molher moradores ã castel nouo uêdemos a uos RodrigeAnes /² E a uossa molher María Afonso moradores ã san uiçente da beira todo o nosso derejto ⁴³⁷ que nos auemos E de derejto deuíamos daver /³ nos moinhos docressa . tã bẽ nos feitos come nos por fazer termho de san uiçente outrossj uos uêdemos todo o nosso derejto /⁴ que nos auemos na herdade que perteçe aos ditos moinhos tã bẽ feita come por fozer como partẽ os ditos moĩnhos E a dita herdade /⁵ cõ uosco cõpradores danbalas partes uos⁺ uêdemos todo o noso derejto dos ditos moĩnhos E da dita herdade cõ sas êtradas /⁶ E saidas E seus derejtos E pertenças por quatro marauidis de dinheiros portugueses que nos de uos Recebemos E de que somos bẽ pagados /⁷ E nos ditos uêdedores se esta uêda ã cõçelho outorgar ãõ quisermos ou defender ãõ poderemos cõpoermos a uos /⁸ a dita uenda dubrada . E quanto for melhorada per nos nosos bẽes que nos pera esto obrigamos⁺ E quẽ cõtra ela peite /⁹ çem marauidis ao senhor da terra E a uenda seia firme E estauil pera todo senpre E outorgamola por reuorada feita a carta ã castel /¹⁰ nouo ênas casas de m̃j tabaliõ {çique} tres dias do mes dojtubro da Era de m̃ll E trezêtos E nouêta E sete Anos testemunhas pere/¹¹ Anes azinheiro E gil Afonso E Johã frãcisco moradores ã castel nouo E outros Eu Antoninho perez tabaliõ del Rey ãna dita vila⁺ /¹² que a Rogo dos ditos uêdedores esta carta escreuj E ã ela meu signal fiz que taL he • pagou quatro soldos •

⁴³⁷ Desenvolvido a partir do símbolo de *ar/et*.. O caso repete-se no texto (é sempre assim que o autor grava a palavra); não é mais destacado com nota.

XV. Documento com o sinal de Vasco Domingues, tabelião em São Vicente da Beira.

92

S. Vicente da Beira
Maço 5, 592

4/IV/1366

Venda de Antoninho Peres e Domingas Eanes, sua mulher, moradores em S. Vicente da Beira, a “Rodrigeanes” e Maria Afonso, sua mulher, moradores na mesma vila, duma courela de herdade situada no Ninho do Açor, em termo da dita vila.

Enome de deus amẽ Eu antonjnho Perjz Eu domjgas ianes ssa molher moradores ẽ ssã vjçẽte vẽdemos /² a uos Rodrigeanes E a vossa molher marjaffomssso moradores na dita⁺ vjlla hũa Courela derdade que /³ nos auemos no njnho do achor termho da dicta villa que parte cõ vossco Cõpradores de duas par/⁴tes i da outra parte cõ erréeos de johã ssimoez do bareirro E pelo Cume Contra o bareirro agua /⁵ vertẽte pera a djta⁺ Errdade vẽdemouos a dita⁺ courela derdade cõ ẽtradas i cõ ssajdas /⁶ i cõ todas ssas perteeças por preço⁺ que de uos Reçebemos cõuẽ a ssaber tres libras⁺ onde /⁷ ssomos bẽ pagados e Por ẽde aiades vos i quẽ⁴³⁸ de uos ffor a dita⁺ vẽda Pera ssẽpre i /⁸ sse algẽ véer da nossa parte ou da estranha que a dicta vẽda dessffazer quisser E a noss vẽ/⁹dedores ẽ cõçelho outorgar nõ qujssermos ou deffẽder nõ Podermos cõpoermos a /¹⁰ uos a dicta vẽda ẽ dobro E quãto ffor melhorada <E peitarmos ao Senhor da tera cem⁺ marauidis> E a uẽda fficar ffirme estaujL /¹¹ pera ssẽpre ffecta a carta ẽ ssã viçẽte ante as cassas de vaassco Lourẽço quatro dj/¹²as dabriL Era mjL i quatro çẽtos i quatro anos testemunhas vaassco Lourẽço E aluaro pe/¹³rjz e martj anes grego E domjgos ssancho E outros E Eu vaassco domjgiz tabelyo deL /¹⁴ Rej⁺ ẽna dita⁺ villa que esta carta escriuj⁺ i ẽ ella meu ssinaL ffiz⁺ que tal he /¹⁵ nõ sosspeito huu diz⁺ antre duas Regas pejtarmos ao Senhor /¹⁶ da tera cem⁺ narauidis Eu tabelio o esscriuj⁺ •

pagou quatro ssoldos

⁴³⁸ Desenvolvido apenas a partir de “q” com traço sobreposto.

XVI. Documentos com o sinal de Gonçalo Martins, tabelião em São Vicente da Beira.

93

S. Vicente da Beira
Maço 5, 517

5/V/1376

Venda de Domingos Martins, filho de Martim Palos, e Maria Esteves, sua mulher, a “Rodrygyães” e Maria Afonso, sua mulher, todos moradores em S. Vicente da Beira, do direito e acção que têm em moinhos, açudadas, levadas e herdades situados em Ocrea, termo do dito lugar.

Sabhã quantos esta carta de uêdycô vyrê Como⁺ Eu domygos Martyz ffylho /² de Marty palos E eu Marrya⁺ steuez ssua⁺ Molher uêdemos A uos Rodry/³gyães E A uossa Molher Marryaffomss⁺ todos Moradores em⁺ ssam⁺ uj/⁴cête da beira⁺ ⁴³⁹ todo o dereyto E oucô que nos Auemos E de derreyto⁺ ⁴⁴⁰ E de /⁵ ffeyto⁺ ⁴⁴¹ deuêmos Auer⁺ ⁴⁴² em⁺ todos oss muynhos E acudadas E leuadas E /⁶ <erdades> ⁴⁴³ ffeytos⁺ ⁴⁴⁴ E por ffazer⁺ ⁴⁴⁵ que nos Auêmos E de derreyto⁺ ⁴⁴⁶ E de ffecto deuemos /⁷ Auer em⁺ todolos dytos⁺ Muynhos⁺ ⁴⁴⁷ que stã em⁺ ocressa termo⁺ ⁴⁴⁸ do /⁸ dyto⁺ logo que partê cõ uosco cõpradores E cõ Aluaro ffernãdez E cõ gô/⁹calo uasquez E cõ todolos outros cõ que de dereyto⁺ ⁴⁴⁹ E de ffeyto⁺ ⁴⁵⁰ deuê /¹⁰ partir por preco⁺ certo que nos de uos Recebemos cõuê A ssaber cõco/¹¹êta ssoldos de dinheiros portugeeses⁺ onde nos ssomos bẽ pagados E être/¹²ges⁺ ⁴⁵¹ por em⁺ AJades uos E quẽ de uos pera⁺ ⁴⁵² ssempre⁺ ass dytas coussas /¹³ E sse Algẽ da nossa parte ou da stranha⁺ ⁴⁵³ esta nossa carta desffazer⁺ ⁴⁵⁴ quisser⁺ ⁴⁵⁵ /¹⁴ E nos ã cõcelho outorgar nõ quissermos ou deffêder nõ poder/¹⁵mos cõponhãmos A uos a dyta⁺ vêda dobrada E quanto ffor /¹⁶ melhorada⁺ E Ao ssenhor da tera⁺ ⁴⁵⁶ cẽ marauidis E a dyta⁺ uêda ffycar /¹⁷ ffirme⁺ pera⁺ todo ssempre⁺ ffecta A carta ⁴⁵⁷ <ẽ san⁺ vycête> ante Ass cassas do dyto⁺ domygos /¹⁸ Martyz cõco⁺ dyas de Mayo⁺ ⁴⁵⁸ da era⁺ ⁴⁵⁹ de MyL E quatro

⁴³⁹ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ir*/etc. (por cima de “i”).

⁴⁴⁰ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ir*/etc. (por cima do “y”).

⁴⁴¹ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ir*/etc. (por cima do “y”).

⁴⁴² Abreviatura não desenvolvida: sinal de *er*/etc. (por cima do “u”).

⁴⁴³ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ir*/etc. (por cima do “y”).

⁴⁴⁴ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *er*/etc. (por cima de “ze”).

⁴⁴⁵ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ir*/etc. (por cima do “y”).

⁴⁴⁶ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ir*/etc. (por cima do “y”).

⁴⁴⁷ Duas abreviaturas não desenvolvidas: um sinal de *er*/etc. (por cima do “t”) e um traço sobreposto (por cima de “mo”).

⁴⁴⁸ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ir*/etc. (por cima de “ey”).

⁴⁴⁹ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ir*/etc. (por cima do “y”).

⁴⁵⁰ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *er*/etc. (por cima do “r”).

⁴⁵¹ Duas abreviaturas não desenvolvidas: um sinal de *ar*/etc. (por cima de “er”) e um traço sobreposto (na continuação da perna do “a”).

⁴⁵² Duas abreviaturas não desenvolvidas: um sinal de *ar*/etc. (por cima do “r”) e um traço sobreposto (na continuação da perna do segundo “a”).

⁴⁵³ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *er*/etc. (por cima do “z”).

⁴⁵⁴ Abreviatura não desenvolvida: traço cortando os “s”, que simboliza *er*/etc..

⁴⁵⁵ Duas abreviaturas não desenvolvidas: um sinal de *ar*/etc. (por cima do “r”) e um traço sobreposto (na continuação da perna do “a”).

⁴⁵⁶ O segmento entrelinhado que se segue tem tinta mais escura e representa um acto de escrita posterior à feitura do doc.. Todavia, a letra não permite ter certezas de se foi feito pela mesma mão do texto ou não.

⁴⁵⁷ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ir*/etc. (por cima do “y”).

cêtos *E* quatorze ^{/19} Anos testemunhas vasco steuez *E* Affomsso domÿgjz gẽro dazcarygo⁺ ⁴⁵⁹ *E* uycête co/²⁰tas *E* eu goncalo Martÿz . tabelyõ del Rey⁺ ⁴⁶⁰ ãno dyto⁺ logo este estro/²¹mêto escreuy⁺ ⁴⁶¹ *E* aqui Meu ssynal ffyz que tal he⁺ hu⁺ dyz⁺ ^{/22} erdades namtre lynha⁺ nõ sseJa ssospeyto ca⁺ eu tabelyõ hoo⁺ ^{/23} escreuy⁺ •

94

[S. Vicente da Beira]

11/V/1376

Maço 5, 515

Venda de João Anes Charneco e Domingas “pez”, sua mulher, moradores na Lardosa, termo de Castelo Novo, a “Rodrygyãnes” e Maria Afonso, sua mulher, moradores em S. Vicente da Beira, de direitos em moinhos e herdades situados na Ribeira de Ocesa, termo de S. Vicente da Beira.

Sabhã quantos esta carta de uêdycom⁺ virem⁺ Como eu Johã anes charnecho *E* ^{/2} eu domÿgas pez ssua⁺ Molher Mooradores⁺ ⁴⁶² na lardossa termo⁺ ⁴⁶³ de casteL nouo uêde/³mos a uos . Rodrygyãnes *E* a uossa Molher Maryaffomsso moradores⁺ em⁺ [ssam⁺] ^{/4} uycête da beyra⁺ todo o dereyto⁺ *E* oucõ que nos auemos *E* de dereyto deuemos ^{/5} auer⁺ ⁴⁶⁴ nos muynhos *E* erdades que sse tem⁺ C{e}om⁺ oss dytos muynhos *E* erdades oss quays⁺ ⁴⁶⁵ muynhos ^{/6} *E* erdades fforã de domÿgos domÿgjz *E* de Marya⁺ bertolameu ssua⁺ molher moradores que ^{/7} ffomrom⁺ ⁴⁶⁶ ã outro tẽpo na ssoelheira termo do dyto Logo que stã no Rybeira do{cress}⁸cressa termo⁺ ⁴⁶⁷ de ssam⁺ uycête uêdemos a uos oss dytos muynhos *E* erdades que stam⁺ ^{/9} no dyto Logo tâbẽ os ffeytos come oss por ffazer oss quays a nos aqueecerõ⁺ da parte de nosso ^{/10} padre *E* de nossa madre⁺ ⁴⁶⁸ nastassya⁺ Johãnes *E* de Joham pez charneco *E* outro ssy oss quinhoys ^{/11} que nos auemos de uasche anes nosso Jrmãã⁺ ⁴⁶⁹ *E* outrossy todo o dereyto que domj/¹²gos⁺ ujnagre⁺ ⁴⁷⁰ auya⁺ nos dytos muynhos *E* erdades *E* outrossy uos uêdenos to/¹³do o dereyto dos dytos muynhos *E* erdades ffeytos *E* por ffazer oss quays nos aue/¹⁴mos da parte de Johã pez charnecho⁺ nosso⁺ padre o qual⁺ ⁴⁷¹ el ouue da parte de Luzya⁺ domÿgjz ^{/15} *E* doutras⁺ ⁴⁷² partees quays quer que a nos aqueecessem⁺ ⁴⁷³ onde de dereyto deuẽ daqueecer⁺ ^{/16} de qual⁺ ⁴⁷⁴

⁴⁵⁸ Duas abreviaturas não desenvolvidas: um sinal de *ar/etc.* (por cima do “r”) e um traço sobreposto (na continuação da perna do “a”).

⁴⁵⁹ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ir/etc.* (por cima do “y”).

⁴⁶⁰ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ir/etc.* (por cima do “y”).

⁴⁶¹ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ir/etc.* (por cima de “uy”).

⁴⁶² Leitura alternativa: M|o|<o>radores⁺.

⁴⁶³ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *er/etc.* (por cima do “t”).

⁴⁶⁴ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *er/etc.* (por cima do “e”).

⁴⁶⁵ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ua/etc.* (por cima do “q”).

⁴⁶⁶ Duas abreviaturas não desenvolvidas: ambas traços de significação geral, feitos na continuação da última perna dos “m”.

⁴⁶⁷ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *er/etc.* (por cima do “t”).

⁴⁶⁸ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *er/etc.* (por cima do “r”).

⁴⁶⁹ Leituras alternativas: “Jrmãã”, remotamente “Jrmãão”. Temos apenas o traço sobreposto, na continuação da perna do último “a”.

⁴⁷⁰ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *er/etc.* (por cima de entre “g” e “r”).

⁴⁷¹ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ua/etc.* (por cima do “q”).

⁴⁷² Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ar/etc.* (por cima do “r”).

⁴⁷³ Três abreviaturas não desenvolvidas, todas traços de significação geral; apenas o “a” não está coberto.

quer⁺ parte quer⁺ que oss nos ouuessemos ou aquecessem⁺ 475 ou de dereyto deuẽẽ 17
daqueecer⁺ assy Como partem⁺ cõ uosco cõprador E cõ goncalo uasquez⁺ E cõ aluaro⁺ 18
ffernãdez E cõ ass erdades de uaLLongo⁺ E peLo cume uertemtaguas⁺ 476 contra
ocre/19ssa E como ãtesta Com⁺ Aluaro Lourẽco uẽdemos a uos ass dytas erdades 20 E
Muynhos Como dyto he⁺ Cõ todas ssas emtradas⁺ E ssaydas E cõ todas ssas per/21tẽcas
por preco certo que nos de uos Recebemos cõuẽ a ssaber uỹte⁺ libras 22 de dinheiros
portugeesses⁺ onde nos ssomos bẽ emtregees⁺ E bẽe pagados por em⁺ aJa/23des uos ass
dytas coussas E Melhor sse ass uos melhor poderdes auer E Mãdamos 24 E outorgamos
que uos aJades a dyta posse E ffylhede da dyta erdade E muynhos sem⁺ 25 outoridade
doutro Juyz E sse aLgem⁺ uyer da nossa ou da outra parte que este noso 26 ffeyto
cõRomper quisser E nos ã cõcelho outorgar⁺ 477 nõ quissermos ou deffender nõ
po/27dermos cõponhamos a uos a dyta uẽda dobrada⁺ 478 E quanto⁺ 479 ffor melhorada E ao
ssenhor da 28 tera⁺ cẽ marauidis E a dyta uẽda ffycar ffirme E stauel pera todo ssempre⁺
ffeyta a carta 29 nas cassas do dyto Rodrygo anes onze dyas de Mayo⁺ era de myL E
quatroo cẽtos E quator/30ze⁺ 480 anos testemunhas Martỹ anes ffylho de Marinha Roma E
Martỹ galego E goncalo pez 31 E eu goncalo Martỹz tabelyom⁺ del Rey emno⁺ dyto logo
de ssam⁺ uycente da beira e/32esta carta escreuj⁺ E aqui meu ssynal ffyz que tal he⁺ •

95

[S. Vicente da Beira]

1/IX/1376

Maço 8, 762

Venda de “vasque Anes”, filho de João “pez” Charneco, morador na Soalheira, termo de Castelo Novo, a “Rodrygyãnes” e a Maria Afonso, sua mulher, todos moradores em S. Vicente da Beira, do seu direito nos moinhos de Ocrea e nas herdades que foram de Domingos Domingues e Maria Bartolomeu, sua mulher, as quais vertem águas contra Ocrea.

Sabhã quantos esta carta de uẽdycõ virẽ Como⁺ eu vasque Anes ffylho 2 de Johã pez charnecho Morrador⁺ 481 na ssoelheyra⁺ 482 Termo⁺ 483 de castelno sseẽ/3do eu Mayor⁺ 484 de vỹte anos nõ Temdo⁺ tytor nẽ Currador⁺ 485 emtem/4dẽdo⁺ 486 qui era⁺ 487 Maa prol

474 Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ua*/etc. (por cima do “q”).

475 Duas abreviaturas não desenvolvidas, ambas traços de significação geral: o primeiro sobre “quec” e o segundo feito na continuação da última perna do “m” (abrangendo desse modo o segmento “em”).

476 Duas abreviaturas não desenvolvidas, ambas traços de significação geral: o primeiro, na continuação da última perna do “m”, abrangendo “em”; o segundo sobre as três últimas letras.

477 Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ua*/etc. (por cima do “g”).

478 Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ar*/etc. (por cima do “r”).

479 Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ua*/etc. (por cima do “q”).

480 Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ua*/etc. (por cima do “q”).

481 Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ar*/etc. (por cima de “rr”).

482 Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ar*/etc. (por cima de “ra”).

483 Abreviatura não desenvolvida: sinal de *er*/etc. (por cima de “Te”).

484 Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ir*/etc. (por cima de “ay”).

485 Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ar*/etc. (por cima do “r”).

486 Duas abreviaturas não desenvolvidas, ambas traços sobrepostos que ocupam a totalidade do fragmento que ficou na l. 3.

487 Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ar*/etc. (por cima das duas últimas letras).

vêdo A uos Rodrygyães E A uossa Mo/⁵lher Maryaffomsso todos Moradores⁺ 488 em⁺ ssam⁺ vycête Todo o meu derrej/⁶to⁺ 489 que eu ey E de derreyto⁺ 490 deuo Auer emnos Muynhos⁺ 491 docressa⁺ 492 /⁷ ffeytos⁺ E por ffazer⁺ 493 ouTrossy vos vêdo Todo o meu derreyto⁺ 494 que eu /⁸ ey nas erdades qui fforô de domygos domygyz E de Marya bertolameu⁺ 495 ssua /⁹ Molher A qual eu ey⁺ 496 <da . parte> do dyto⁺ Meu padre⁺ 497 E de derreyto⁺ 498 deuo⁺ dauer /¹⁰ vertê Aguas contra oressa os quays Muynhos E errdades⁺ 499 vos vedo /¹¹ Por Preco certo⁺ 500 que eu de uos Receby⁺ Cõvê A ssaber tres⁺ 501 /¹² libras 502 de dinheiros portugesses⁺ os quays muynhos E erdades⁺ 503 partem⁺ /¹³ cõ uosco Cõpradores E cõ todos outros cõ que de derreyto⁺ 504 deuê de /¹⁴ partyr que vos E quẽ de uos ffor perra⁺ 505 Todo ssemPre⁺ AJades⁺ /¹⁵ Ass dytas⁺ erdades E Muynhos⁺ 506 Cõ todas ssas emtradas⁺ 507 E ssaydas⁺ 508 E cõ /¹⁶ todas ssas pertêcas E sse alguẽ da nossa ou da strana parte /¹⁷ esta nossa carta desffazer⁺ 509 quisser⁺ 510 E eu em⁺ Cõcelho outorgar⁺ 511 /¹⁸ nõ quisser⁺ 512 ou deffêder nõ poder cõponhamos A uos cõpra/¹⁹ dores⁺ 513 a dyta⁺ vêda dobrada E quanto⁺ ffor Melhorada E peytar/²⁰ Mos Ao Senhor da teraa⁺ 514 Cem⁺ marauidis E a dyta⁺ uêda ffycar /²¹ ffirme E stauel perra⁺ 515 todo ssempre⁺ 516 ffeyta A carta Ante Ass cassas /²² do dyto⁺ cõprador⁺ 517 primeyro dya de ssetebro da erra⁺ 518 de Myl E qua/²³ tro cêtos E quatorze Anos testemunhas gôçalo steuez daJuã E bernal⁺ 519 gõ/²⁴ çaluez E Johã Lourremco⁺ 520 E vasque Anes do ffreyxal E eu gôçalo /²⁵

⁴⁸⁸ Duas abreviaturas não desenvolvidas: um sinal de *ar/etc.* (por cima de “ra”) e um sinal de *er/etc.* (por cima de “re”).

⁴⁸⁹ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *er/etc.* (por cima de “re”).

⁴⁹⁰ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *er/etc.* (por cima de “re”).

⁴⁹¹ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ir/etc.* (por cima de entre “u” e “y”).

⁴⁹² Abreviatura não desenvolvida: sinal de *er/etc.* (por cima de “cr”).

⁴⁹³ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *er/etc.* (por cima de “zer”).

⁴⁹⁴ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *er/etc.* (por cima de “re”).

⁴⁹⁵ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *er/etc.* (por cima de “rto”).

⁴⁹⁶ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ir/etc.* (por cima das duas letras).

⁴⁹⁷ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *er/etc.* (por cima de “re”).

⁴⁹⁸ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *er/etc.* (por cima de “re”).

⁴⁹⁹ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ar/etc.* (por cima de “rr”).

⁵⁰⁰ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *er/etc.* (por cima de “re”).

⁵⁰¹ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *er/etc.* (por cima de “re”).

⁵⁰² Desenvolvido a partir do sinal de *ar/etc.*.

⁵⁰³ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ar/etc.* (por cima do “r”).

⁵⁰⁴ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *er/etc.* (por cima de “re”).

⁵⁰⁵ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ar/etc.* (por cima de “err”).

⁵⁰⁶ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ir/etc.* (por cima de entre “u” e “y”).

⁵⁰⁷ Duas abreviaturas não desenvolvidas: um traço sobreposto (por cima de “em”) e um sinal de *ar/etc.* (por cima do “r”).

⁵⁰⁸ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ir/etc.* (por cima do “y”).

⁵⁰⁹ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *er/etc.* (por cima de “zer”).

⁵¹⁰ Abreviatura não desenvolvida: traço cortando os “s”, que simboliza *er/etc.*.

⁵¹¹ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ua/etc.* (por cima do “g”).

⁵¹² Abreviatura não desenvolvida: traço cortando os “s”, que simboliza *er/etc.*.

⁵¹³ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ar/etc.* (por cima do “p”).

⁵¹⁴ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ar/etc.* (por cima do “r”).

⁵¹⁵ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ar/etc.* (por cima de “rr”).

⁵¹⁶ Duas abreviaturas não desenvolvidas: um traço sobreposto (por cima de “em”) e um sinal de *er/etc.* (por cima de “re”).

⁵¹⁷ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ar/etc.* (por cima do “p”).

⁵¹⁸ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ar/etc.* (por cima de “rr”).

⁵¹⁹ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *er/etc.* (por cima do “r”).

⁵²⁰ Duas abreviaturas não desenvolvidas: um sinal de *er/etc.* (por cima de “re”) e um traço sobreposto (por cima das duas últimas letras).

Martjz tabelyõ del Rey⁺ ⁵²¹ no dyto⁺ logo este estromêto escreuy⁺ E aqui /²⁶ Meu synal
ffyz qui tal he⁺ pagou iiij ssoldos ●

⁵²¹ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ir*/etc. (por cima de “ey”).

XVII. Documento com o sinal de João (E)Anes, tabelião em São Vicente da Beira.

96⁵²²

S. Vicente da Beira

15/VII/1377

Maço 5, 502

Testamento de “Rodrige Anes”, marido de Maria Afonso e pai de Afonso Rodrigues, entre outros.

Enome de deus amẽ esta he a mãda que eu Rodrige anes faço Con meu siso e Intẽdimẽto /² Temẽdo deus e dia . de mjna⁺ morte primeiramente mãdo a mjna⁺ alma a deus e a santa marja sua madre /³ e mãdo enterar o meu Corpo ena Igreja de sã vjçente e mãdo Cõ meu Corpo aa dita Igreja dez ssoldos e /⁴ por mjsa presente dez ssoldos e *offereterna doutros dez ssoldos e por ffallhas⁺ hũu puçal de ujnho⁺ e hũa /⁵ Colmea e hũa Teejga de Centeo e aa cãdea e aa lãpeda dous⁺ ssoldos e mejo⁺ a cada hũa e mãdo a dj/⁶ego ffernãdez meu abade hũa Colmea e por Tregesimo Çjco ssoldos // E mãdo a todos Clerigos que ffo/⁷rẽ en mhas⁺ onrras e me djserẽ Cada hũu hũa mjsa ante que me soterẽ dez ssoldos a cada hũu e os /⁸ que forẽ en mhas⁺ onrras e nõ djsserẽ mjsas dẽlhj⁺ seis ssoldos a cada hũu e mãdo que me obradem /⁹ hũu ano cada mes hũu almude de Trijgo e Cada dja dous⁺ dinhejrros de ujnho⁺ e hũu dinhejrro /¹⁰ doferta e Cãdea que auõde E mãdo que me obrade mariaffonso mjna⁺ molher e pollo⁺ afan que To/¹¹mar mãdolhj⁺ Todo a roupa que nos auemos que see enas casas en que moramos // ¶ jtem en outra /¹² parte mãdo aa dita mariaffonso mjna⁺ molher en doaço por mujto⁺ serujço que me ffez a mjna⁺ mejatade⁺ /¹³ dos moinhos⁺ que nos ambos auemos ena Rjbejra de Rjo de moinhos que està a see da dita /¹⁴ ujlã⁺ Camjnho⁺ da mal partida Cõ entradas e saidas e derejtos e perteenças e Cõ seus açudes /¹⁵ e leuadas // Outrosi mãdo aa dita mariaffonso mjna⁺ molher a mjna⁺ mejatade⁺ do noso fforno que am/¹⁶bos auemos Como parte cõ ereeos de domjgos mjgeenz laurador e pella⁺ Rua do cõçelho⁺ e hũu /¹⁷ par de çapatas cabrrũas // ¶ jtem mãdo por mjna⁺ alma hũu mojo de Çenteo aos pobres desta /¹⁸ ujlã⁺ // ¶ jtem mãdo por mjna⁺ alma aos ditos pobres Trinta uaras de burel Talhado⁺ e /¹⁹ Coseito e mãdo que logo Como me soterarẽ que meu Testemẽtejro me mãde Cãtar hũu trintajro /²⁰ por mjna⁺ alma // E mãdo Cãtar hũu anal por mjna⁺ alma e de meu padre e de mjna⁺ madre /²¹ E por aquelles⁺ de que ouue algũa Cousa e auenhase⁺ meu Testemẽtejro o melhor que poder Cõ hũu /²² Clerigo que o Cãte // ¶ jtem faço meus Testemẽtejros mariafonso mjna⁺ molher e afonso Rodrj/²³gez meu fjlho⁺ e doulhjs⁺ Cõprido poder que elles⁺ posã Cõprir o dito meu Testamẽto pellos⁺ /²⁴ meus beens e posam soestabelleçer outro Testemẽtejro ou Testemẽtejros que posã Cõprir /²⁵ E acabar o dito meu Testamẽto elles⁺ ou oseus soestabelleçudos // E pollo⁺ afã que o dito /²⁶ Afonso Rodrjgez⁺ meu fjlho⁺ Tomar en cõprir o dito meu Testemẽto mãdolhj⁺ çjco allas⁺ ⁵²³ de boa /²⁷ bjffa de bruges // E mãdo aa dita mariaffonso mjna⁺ molher por este affã e por Todo o al /²⁸ aquello⁺ que lhj⁺ mãdo que Ja dito ej en cjma e pera seer guardada

⁵²² Tem edição em: Castelo Branco, Manuel da Silva. «Uma Genealogia Medieval», em *Estudos de Castelo Branco*, 48-49. 1974 (Abril-Junho), Castelo Branco: s.n..

⁵²³ Leitura alternativa: “allna”, nome de medida de comprimento. É contudo leitura improvável, pois: há “sseix alas dũa boa biffa”, sem qualquer abreviatura, no 77; o escriba do texto presente redige vários traços sobrepostos *supérfluos* a seguir a “l” (e “h”, que tem forma próxima); uma mera abreviação do “n”, como a suposta, não é o procedimento mais comum; *ala* por *alna* está atestada para o período medieval (cf. o *Elucidário* de Viterbo, em nota do editor crítico, s.v. «Alna», onde estão registadas as variantes “ulna”, “alla”, “alda” e “ala”).

hlgualdade antre os meus /²⁹ Erdejros meus fjlhos⁺ e meus netos Todos lydmos e erdeiros
 deCraro em este /³⁰ meu Testamêto os casamêtos *que* lhj⁺ dej primejramente dej a affonso
 Rodrjgez quatroçentas /³¹ librras e casas e e ujnhas⁺ e e erdades e e dez cabeças de uacas
 paridas asi *que* /³² pellas⁺ ditas ujnhas⁺ e casas e erdades e uacas per todo som as ditas
 quatroçêtas /³³ librras // ¶ jtem dei a gjl Rodrjgez outras quatroçentas librras e ujnhas⁺ e e
 casas e /³⁴ En erdades e e chããos e e çjcoenta librras *que* lhj⁺ dei e *dinhejrros* e e hũu
 souto /³⁵ *que* Jaz camjnho⁺ da orada acima do lagar de martjm abrl // ¶ jtem dej A uaasco
 Rodrjgez⁺ /³⁶ meu fjlho⁺ e casamêto Cõ domjgas afonso sua molher quatroçêtas librras en
 dobras douro /³⁷ *que* a dita domjgas affonso de mĵ Reçebou pollas⁺ ditas quatroçentas
 librras pollo⁺ dito /³⁸ Casamêto e Esta decraraçõ destes casamêtos lhjs⁺ faço pera seerẽ
 certos da /³⁹ uerdade per mĵ e nũ uyr duujda antre elles⁺ Ena Erãça dos meus beens e
 mã⁴⁰ dolhjs⁺ a todos *que* asi o gardẽ so pea da mjnha⁺ beençõ e Eu dito Rodrjge anes
 ou⁴¹ Torgo esta mãda e mãdo *que* esta ualha⁺ e Tenha⁺ e nũ outra *que* esta he a mjnha⁺
 prestu⁴² mejra uoontade ffeita esta mãda en sã vjçente enas casas do dito Rodrjge anes /⁴³
 quinze djas de Julho⁺ Era de mjl e quatroçentos e quinze anos Testemunhas domjgos
 martjz da /⁴⁴ partjda e esteuã domjgjz Terçeiro e gjl ujçente beestejro e vaasco ffjlho⁺ de
 martjn galego /⁴⁵ E outros e Eu Johãne anes Tabaljõ del Rej En sã vjçente *que* per
 mãdado e outorga⁴⁶ mêtto do dito Rodrjge anes esta mãda Escriuj e en ella⁺ meu sinal
 aqui ffjz⁺ *que* Tal /⁴⁷ he ●

XVIII. Documentos com o sinal de Vasco Clemente, tabelião em Castelo Branco.

97

Castelo Branco

27/VII/1386

Maço 5, 543

Venda de Gonçalo Esteves e Maria Peres, sua mulher, a Gil Afonso e Catalina Domingues, sua mulher, todos moradores em Castelo Branco, duma casa e dum chão situados na dita vila.

Sabhã quantos esta carta de venda virem⁺ Como Eu Gonçale esteuez E Eu Maria perez Sua molher que moramos /² Em castel branco A uos Gil afonso E A uosa molher Catalina domjgiz outrosj moradores na dita vjla fazemos carta /³ de vjndjccõ E de perdurauel ffirmjdom dhũa casa E dhũa chão que esta trela dita casa como djz⁺ o dito /⁴ chao derejto⁺ pelas esquinas das paredes da dita casa que nos Auemos na dita ujlã na trauesa da /⁵ Rua do AResajo E parte a dita casa E chao da hũa parte cõ nosco vendedores E da outra parte cõ Joham⁺ /⁶ barata E cõ Ereos de domjgos Crimẽte⁵²⁴ E cõ lourenço mãtejgas E cõ todos os outros quaees⁺ quer⁺ cõ que a dita /⁷ cassa E chao de derejto⁺ deuã de partyr vendemos E outorgamos A uos ditos cõpradores a dita casa E chao /⁸ como dito he cõ todas suas Emtradas E sejdã E derejtos E pertenças por precço çerto que nos de uos Reçebe/⁹mos cõuẽ a saber quarenta⁵²⁵ libras de dinhejros portugees⁵²⁶ desta boa moeda que se ora core de que nos somos /¹⁰ bem pagados E bem Emtreges E se nos vendedores a uos cõpradores esta venda Em cõçelho outor/¹¹gar nõ quissermos ou nõ podermos que uola cõponhamos Em dobro E quanto Em Ela ffor feyto E mẽ/¹²lhorado E pejetemos Ao Senhor da tera cem marauidis E a dita venda seer firmj E estauel Pera todo /¹³ ssempre E per esta carta uos mẽtemos Em pose corpora{ro}l posisam da dita casa E chao que uos asy /¹⁴ vendemos que a posades Auer ljure mẽte pera todo Sempre sem Embargo de nẽnhũa pesoa ffejta a carta /¹⁵ na dita ujlã Ante⁺ as casas de Gil vaasqujz vjnte E sete djas de Julho da Era de Mjll E quatro /¹⁶ çentos⁺ E vjnte E quatro anos testemunhas Gil vaasqujz E afonso durãjz comẽdador do Rodam E vaasco esteuez es/¹⁷cudejro E outros E Eu vaas[co] Crimẽte tabaljõ DEl Rey ãna dita ujlã de castel branco que esta /¹⁸ carta per outorgamẽto dos ssobre ditos Gonçalo esteuez E Sua molher escriuj E meu Sjnãl Aqui ffjz /¹⁹ que taL he •

pagou vj ssoldos

⁵²⁴ Desenvolvido a partir de “r” sobre-escrito, que aparece com o significado de *ir/ri* nos docs. deste tabelião (apenas neste nome) e no do último tabelião do *corpus*, que também é de Castelo Branco (em variadas formas, incluindo este nome). — O caso repete-se no presente doc. e no outro deste tabelião, não sendo destacado em nota.

⁵²⁵ Desenvolvido apenas a partir do sinal de *ua/etc..*

⁵²⁶ Desenvolvido a partir do sinal de *ar/etc..*

Castelo Branco
Maço 5, 512

19/XII/1386

Venda de “digo” Gonçalves escudeiro e Maria Lopes, sua mulher, moradores em Castelo Branco, a D. Juça mercador e sua mulher D.^a Clara, judeus e moradores na mesma vila, de metade duma casa na dita vila.

Sabhã quantos esta carta de venda virem⁺ Como Eu digo gonçalluez escudejro E Eu Maria lopez⁺ Sua molher que /² moramos Em castel branco A uos dom⁺ Juça mercador E A uosa molher dona crara Judeus outrosy moradores na dita /³ ujlla fazemos carta de vendjcçõ E de perdurauel firmjdom dhua meatade dhũa casa que nos Auẽmos na /⁴ dita ujla de castel branco que esta na Rua que chamã do Caualejro que parte dhũa parte cõ vaasco Crimẽte tabaljõ /⁵ E da outra parte cõ a casa de vaasco domjgiz filho do carasco E pela Rua do cõçelho E cõ todolos outros quaees⁺ /⁶ quer⁺ cõ que a dita meatade que nos Auemos na dita casa de derejto⁺ deua E AJa de partyr vendemos E ou⁷ torgamos A uos ditos cõpradores a meatade da dita casa como dito he cõ todas suas êtradas E ssejdas /⁸ E derejtos⁺ E pertenças per onde as nos Aujamos E per onde as uos mjlhor poderdes Auer por precço çerto /⁹ que nos de uos . Reçebemos cõuẽ A saber quatro çententas libras de dinhejrros portugees ⁵²⁷ desta boa moeda /¹⁰ husauel que se ora core Em este Rejno de que nos somos bem pagados E bem Emtreges dos quaees⁺ /¹¹ dinhejrros se o dito digo gonçalluez deu por Emtrege E os Reçebeu da maoo do dito dom Juça Em hũu saco presente⁺ /¹² mjl dito tabaljõ E as Testemunhas Adeante⁺ escritas E se nos vendedores A uos cõpradores esta uẽda Em /¹³ cõçelho outorgar nõ quisermos ou nõ podermos que uos cõpanhamos a dita uenda Em dobro E quanto /¹⁴ Em Ela for ffejto E mëlhorado E pejtemos Ao Senhor da tera Cem marauidis E a dita uenda seer firmj /¹⁵ E estauel pera todo Sempre E per esta carta uos metemos Em pose corporal posisam da dita mea /¹⁶ de casa que uos Asy vendemos que uola posades Auer ljure mẽte pera todo Sempre pera uos E pera /¹⁷ todos uosos deçendentes que de poujs de uos veerem E que uola posades vender E dar E doar E fa¹⁸ zer dEla come de uosa cousa propea E pormetemos A nonca Jr cõtra esta uenda⁺ Em nẽnhũa /¹⁹ gisa⁺ E posto que o façamos mãdamos que nos nõ ualha feita a carta na dita ujla de castel branco nas /²⁰ casas do dito digo gonçalluez dez E nõue djas de dezenbro da Era de Mill E quatro çentos⁺ E vjnte /²¹ quatro Anos⁺ Testemunhas aluaro gil⁺ E Saluador fernãdez escudejro de Rouj ⁵²⁸ vaasquiz E Martj calaça E vaasco achego /²² E esteua perez dos aluarinhos E Johã frechejro homes do dito digo gonçalluez E ou[t]ros E Eu vaasco Crimẽte⁺ /²³ Tabaljõ dEll Rey Emna dita ujlla de castel branco que esta carta per mãdado E [o]utorgamẽto do dito digo /²⁴ gonçalluez E Sua molher escriu E meu Sjnal Aqui ffjz que tal he •

pagou x ssoldos

⁵²⁷ Desenvolvido a partir do símbolo de *ar/etc.*.

⁵²⁸ Ou poderemos ter aqui, no seguimento de “de poujs” da l. 17, “Rouj⁺” = moderno ‘Rui’ (questão de leitura alternativa, portanto)? (A representação com o do que hoje se escreve ‘Rui’, nome que tudo indica ser um derivado proclítico de ‘Rodrigo’, era perfeitamente comum na época; era, aliás, o regular, segundo J. P. Machado, *Dic. Onom.*, s.v..) Note-se que temos um “Roy vaasquiz” no primeiro documento do tabelião Gonçalo Esteves, também de Castelo Branco (doc. 81, de 20/03/1351; l. 21, testemunhas).

XIX. Documento com o sinal de Afonso Anes, tabelião em Castelo Branco.

99⁵²⁹

Castelo Branco

3/VII/1397

Maço 6, 608

Testamento de Maria Afonso, moradora em Castelo Branco e mãe, entre outros, do mestre da Ordem de Avis (o qual designa seu testamenteiro).

Em nome de deus Amẽ Saybhã todos quantos este testamẽto virem Como Eu marya affonso madre do /² meestre davjs morador ẽ Castel brãco Jazendo doente Com todo meu ssysso E meu ẽtendjmento /³ qual mo deus deu temendo deus E o dja de mjna⁺ morte ffaço meu testamẽto per esta gjssa que sse adeante /⁴ ssegue primeiramente mando a mjna⁺ alma a deus E a ssanta marya ssua madre E mãdo deytar o /⁵ meu Corpo dentro ẽna eygreja de Santa marya Com mjna⁺ avoo⁺ dona Esteuaynha⁺ E mando /⁶ Com meu Corpo a dita Eygreja v libras E por ffalhas⁺ hũ quartoiro de trigo E hũ puçal de vjnhho a /⁷ byca E por trezessymo tres libras E a candea E alanpada hũ meo alqueire dazeyte E outro tanto a ssam mjgel /⁸ E mãdo por hũa mjssa pressente v libras E mãdo a todollos Clerygos que me ffezerem onrras E djsserem mjsas /⁹ ssete libras a cada hũ E sse nõ djsserem mjssas v libras a cada hũu Jtem mando a meus affjlhados⁺ xx ssoldos /¹⁰ a cada hũu ¶ Jtem mandome hobaradar hũ ano⁺ Cada domáá Com hũ meo alqueire de trigo E dous /¹¹ ssoldos de vjnhho⁺ cada dja E candea que avonde E mando que me hobrade marya lourenço molher⁺ molher⁺ que ffoy /¹² de martj calaça E por affam⁺ que tomara mandolhe⁺ a mjna⁺ alguba morada E o meu mantom hir/¹³ mão da alguba E hũu quartoiro de pam meado E hũ par de Çapatras de Cordouã Jtem mãdo /¹⁴ a marya domjgiz madre de gonçallo meiryinho⁺ por sserujço que me ffez a mjna⁺ alguba vermelha⁺ Jtem /¹⁵ mando quarẽta varras de burel Cosseyto E talhado a probres Jtem mando que dem a probres⁺ hũu /¹⁶ moyo⁺ de pam meado ẽ grão Jtem mando affonso perjz clerygo que cante hũ ano⁺ mjssa cada /¹⁷ dja ẽ ssanta marya de Castello por mjna⁺ alma⁺ E por as almas de meu padre E de mj/¹⁸ nha⁺ madre E de meus ffjlhos⁺ E meu marydo E meus avoos⁺ E mãdolhe⁺ por este anal /¹⁹ as mjnhas⁺ Cassas que Eu Conprey de dom Juça Judeu que partem cõ vaasco Crimente⁵³⁰ E /²⁰ cõ⁵³¹ vaasco domjgiz Carassco E pella Rua prubryca⁵³² Jtem lhe mãdo que El aja estas cassas por suas propyas /²¹ pera todo ssempre pera ssy E pera todos sseus Erdeiros E que ffaça dellas E ẽ Ellas como de suas /²² Coussas propyas pella gjssa E cõdjções que sson⁺ contjudas ẽ hũ estromento que lhe dello ffjz / Jtem mando /²³ aos ffrades de ssam ffrãçjsco de Coujlhã hũ quartoiro de trigo por amor de deus Jtem mãdo as /²⁴ donas de Santa Clara da guarda xx libras Jtem mando a margaryda anes mjna⁺ Criada por /²⁵ sserujço que me ffez v^C libras E mãdo a cataljna trezentas libras Jtem mando que sse algem /²⁶ veer E ffezer Çerto que lhe deuo algũa Coussa que lho pagem per meus bẽes E outro ssy por que Eu /²⁷ ssõ çerta que Eu ouue de meu ffjlho o meestre daujs hũus Çjnquoenta moyos de Çenteo ẽ /²⁸ Seendo Ell Comẽdador de ssam⁺ vjçẽte E mãdo que lho⁺ pagem ou a valja del que valjam a /²⁹ quatro

⁵²⁹ Tem edição em: Castelo Branco, Manuel da Silva. «Uma Genealogia Medieval», em *Estudos de Castelo Branco*, 48-49. 1974 (Abril-Junho), Castelo Branco: s.n..

⁵³⁰ Cf. o que foi dito na primeira nota do doc. 97 (primeiro doc. do tabelião Vasco Clemente); no presente doc., também não se destacam em nota os casos do tipo referido.

⁵³¹ “cõ” acrescentado pela mesma mão, na margem.

⁵³² Desenvolvido a partir do símbolo de *ar*/etc.; leitura alternativa, naturalmente, mero “pubryca”.

ssoldos o alqueire da boa moeda E outro ssoo çerta que ha dez E ssejs ou dez E ssete anos⁺ que Rodrigo /³⁰ anes meu marydo sse ffjnou E meu ffjlho⁺ o meestre davjs nũa ouue partjlha⁺ dos bẽes /³¹ que lhe açonteçerõ da parte de sseu padre Eu ouue os novos E Rendas todo este /³² tempo E por que affomsso Rodrigjz E gjl⁺ Rodrigjz ouuerom quinhẽtas quinhentas libras de boa /³³ moeda ẽ Cassamento E o meestre nenhũa Coussa mando que sse ffaça Sobre esto o que ffor /³⁴ Dereyto E Razom Esto mandey poer ẽ meu testamẽto pera sseerem per el çertos meus /³⁵ Erdeiros do ffeyto da verdade E mando a margarjda anes mjnha⁺ Criada Este meu mã/³⁶ tom nouo do aujto Jtem mãdo que o meu testamẽteiro tome mjl libras ẽ dinheiros E que ffaça /³⁷ per elles mjnha⁺ onrra E sse algũa Coussa Remeçer destas mjl libras mando que o meu /³⁸ testamẽteiro os de por deus E por mjnha⁺ alma onde El vir que conpre E mando /³⁹ que dem a vaasco vjçẽte quando cantar mjssa x libras pera ajuda de ssua onrra Jtem mãdo /⁴⁰ que ponhã este tapete ẽ Santa marya E Rogo a meu ffjlho⁺ E meu Senhor o meestre /⁴¹ davjs que sseja meu testamẽteiro E que ffaça conprir o meu testamẽto Como per m̃ he⁺ /⁴² mandado E na parte dafonsso perjz o clerygo deylhe⁺ as cassas mjnhas⁺ que estam ẽ esta ujlla /⁴³ por hũ anal Segũdo he Cuntjudo ẽ hũ estromento ffeyto per affonsso anes tabaljõ E mãdo que lhe⁺ /⁴⁴ nõ vão Contra esto por que mjnha⁺ voontade que as aja // E Reuogo todollos⁺ outros testamẽ/⁴⁵tos E mandas E coudjçjllos⁺ que Ey ffeytos assy per escrito Come per pallaura ante deste E este /⁴⁶ sseja ffirme E estauel pera todo ssenpre por que Esta he a mjnha⁺ prestumeira voontade ffeyto /⁴⁷ na dita ujlla nas Cassas de vaasco Crimente tres djas de Julho⁺ Era de mjl E quatro çẽ/⁴⁸tos E trinta E v anos⁺ testemunhas djogo gonçalluez E aluaro Lourenço E vaasco fferrnandez⁵³³ E Steuã vaasquez⁵³⁴ E Johã ve/⁴⁹egas E outros Eu affomsso anes tabaljom dEll Rey ẽna dita ujlla que per mãdado E /⁵⁰ E outorgamẽto da dita marya affonsso este testamẽto escriuj E aqui meu ssjnal ffjz que tal /⁵¹ he⁺ ●

⁵³³ Desenvolvido a partir do símbolo de ar/ua/etc..

⁵³⁴ Desenvolvido a partir do símbolo de ar/ua/etc..

SECÇÃO B

*Estudo linguístico do corpus*⁵³⁵

I. Fonética

1. Vocalismo

Há alguns factos-base respeitantes ao vocalismo da língua antiga que é importante ter em conta previamente à análise linguística do nosso *corpus*.

1] O sistema vocálico tónico comumente aceite para o galego-português é o seguinte: /i,e,ε,a,ɔ,o,u/; é, portanto, um sistema quase igual ao do português actual, apenas diferindo na falta de /ɐ/. Esse fonema tem, de resto, pouco rendimento, pois depende apenas das oposições entre as primeiras pessoas do plural do presente do indicativo e do pretérito perfeito do indicativo dos verbos da 1.^a conjugação: *amamos* vs. *amámos*. Note-se também que, se o dialecto normativo tem esta oposição, na maior parte dos outros dialectos da língua (assim como no português do Brasil e no galego) ela não é utilizada; aí pronuncia-se a vogal sempre aberta ou sempre fechada, consoante o idioma ou a zona.⁵³⁶

Retiro de Castro 2006:145 o seguinte quadro, que sistematiza os vocalismos tónicos do português padrão actual (séc. XXI) e do galego-português (séc. XIII):

séc. XXI			séc. XIII		
palatais	mediais	velares	palatais	mediais	velares
i		u	i		u
e	ɐ	o	e		o
ε	a	ɔ	ε	a	ɔ

⁵³⁵ Os trechos ou formas que serão citados do *corpus* terão a referência do documento a que pertencem, composta pelo número do mesmo no *corpus*, pela sua data e, sempre que relevante, pelo tabelião autor e pelo lugar de produção. Este pode vir abreviado, havendo a considerar os seguintes códigos: CB = Castelo Branco; CN = Castelo Novo; SVB = São Vicente da Beira; Pr = Proença. Ex.: “forma”, doc. 1 (Domingos Viegas, 1274, SVB).

A indicação da(s) linha(s) em que os trechos ou formas citados a partir do *corpus* estão inseridos nos respectivos documentos não surge por defeito; só em casos em que tal se apresente relevante para a discussão. (A referida indicação, como está explicitado nas normas de transcrição, é concretizada por meio de uma barra diagonal com o número da linha em posição superior, e.g. “/18” = linha 18.)

A quantidade das vogais latinas é marcada da forma tradicional: vogal com o símbolo ˉ por cima é longa, com o símbolo ˘ é breve; ex.: Ā, Ā. As formas latinas são transcritas em maiúsculo; ex.: EXEMPLUM (ou EXEMPLU-, simbolizando a queda que o -M do acusativo sofreu em latim vulgar).

⁵³⁶ O sistema vocálico tónico da língua portuguesa é definido tradicionalmente como conservador, pois, na maior parte dos dialectos, não só evoluiu pouco da sua fase inicial para a actual como aquela fase era a manutenção do sistema do baixo latim, que já não tinha as distinções de quantidade do latim clássico. A correspondência do sistema português / baixo latino com o latino clássico é a seguinte: /i/ < /ī/; /e/ < /ī/, /ē/ e ainda do ditongo /oe/; /ε/ < /ē/ e do ditongo /ae/; /a/ (de que veio depois, na nossa língua, /ɐ/) < /ā/, /ā/; /ɔ/ < /ō/; /o/ < /ō/, /ū/; /u/ < /ū/.

No vocalismo átono as coisas já são diferentes, havendo importantes diferenças entre o sistema actual e o antigo. Veremos mais uma vez os quadros de Castro 2006:146:

537

Vogais átonas não-finais

séc. XXI			séc. XIII		
palatais	mediais	velares	palatais	mediais	velares
i	ə	u	i		u
	ɐ		e		o
				a	

Vogais átonas finais

séc. XXI			séc. XIII		
palatais	mediais	velares	palatais	mediais	velares
	ə	u	i		u
	ɐ		e		o
				a	

A respeito das nasais há menos diferenças; quadros de Castro 2006:146-147:

Vogais nasais não-finais

séc. XXI			séc. XIII		
palatais	mediais	velares	palatais	mediais	velares
ĩ		ũ	ĩ		ũ
ẽ	ẽ	õ	ẽ	ẽ	õ

Vogais nasais finais

séc. XXI			séc. XIII		
palatais	mediais	velares	palatais	mediais	velares
ĩ		ũ	ĩ		ũ
	ẽ	õ	ẽ	ẽ	õ

As semivogais eram as mesmas de hoje: [j], semivogal palatal; [w], semivogal velar.

Considerando o sistema vocálico no seu todo, verificamos que o da língua antiga era muito mais uniforme do que o actual.

Para explicações complementares, remeto para as obras de especialidade; aqui interessa-nos apenas ficar com a sistematização que vimos. Note-se no entanto de passagem que disporem os dois sistemas, antigo e actual, das mesmas vogais, não significa apresentarem essas vogais nas mesmas palavras; assim, p. ex., no séc. XIII a

⁵³⁷ O símbolo [ə] que Castro utiliza equivale ao [i] da nossa notação fonética.

vogal [õ] final existia em palavras em que hoje não existe, como *amarõ* = actual ‘amaram’, *razõ* = ‘razão’, da mesma forma que o actual [õ] final ainda não o era em português antigo por estar em hiato: *bõo* = ‘bom’, etc.. Inventário de vogais é uma coisa, distribuição dessas mesmas vogais é outra — como é necessário entender à luz da diacronia.

2] Para representar as vogais dispunha o sistema ortográfico antigo de recursos herdados da tradição latina e já muito parecidos com os actuais; assim, havia <i,j,y> para representar [i] e [j], e <h> para este (como em “Sabham” = Sab[j]am < SAPIĀNT); <e> para [e] e [ɛ]; <a> para [a]; <o> para [o] e [ɔ]; <u> para [u] e [w]. As vogais nasais eram representadas pelos grafemas respectivos adicionados de <n> ou <m> ou traço sobreposto com valor de til; e.g. “sempre”, “senpre”, “sẽpre”.

Esse é o sistema básico. Casos excepcionais ou a representação por meio de abreviaturas têm de ser considerados à parte, no decurso da análise das situações concretas.

1.1. A

1] A tónico.

1-1] A grafia de *a* tónico é, de forma totalmente consistente, próprio *a*; isto indica, como é óbvio, manutenção do timbre *a*. Esse timbre seria, por defeito, o esperado *a* aberto; mas, antes de consoante nasal heterossilábica (e.g. *cama*, *cana*, *banha*), dado o quadro tão estável que os primeiros gramáticos — os quais remetem para a língua da corte do séc. XVI — nos dão acerca da pronúncia fechada (cf. a este respeito as sistematizações feitas por Castro 2006:193-194 e Maia 1986 (1997:310-313)), podemos, como faz Teyssier 1980 (2001:25), colocar a questão de se não se poderia encontrar já no português antigo essa pronúncia fechada.

O fenómeno do fechamento de *á* nesse contexto estará associado a uma contaminação da consoante nasal, que, nasalizando mais ou menos incisivamente a vogal antecedente, provoca o seu fechamento (o que de maneira nenhuma é de estranhar pois, nas línguas do mundo, a nasalidade tende a fechar as vogais). Algo parecido com isto disse já Viana 1892 (1973:246), reportando-se à “pronúncia do português do centro do reino no tempo de Camões”: “É muito de presumir que as vogaes finaes de syllaba tónica antes da consoante inicial nasal da syllaba seguinte fossem nasaes, como o são na Beira Alta e Algarve; assim, *c a m a*, *p e n a*, *s a n h a*, *l e n h o*, *c i m o*, *d o n o*, *f u m o* devíam proferir-se *cãma*, *pẽna*, *sãha*, *lẽnho*, *cĩmo*, *dõno*, *fũmo*”.⁵³⁸ Maia 1986 (1997:313,n.1), que também cita esta passagem de G. Viana, acrescenta pertinentemente que “o facto de estas pronúncias com vogais nasalizadas estarem mais ou menos generalizadas no português do Brasil leva a supor que eram bastante frequentes no século XVI [...]”.

No Sueste da Beira, a nasalização de vogal por consoante nasal seguinte heterossilábica dá-se hoje muito incisivamente (cf. **Capítulo I, Secção B, I. Fonética, 1.7, §1-a**), o que pode ajudar à ideia de que em português antigo essa pronúncia já estaria,

⁵³⁸ Essa vogal acompanharia portanto a pronúncia de próprio *ã* (i.e. antes de consoante nasal homossilábica ou intervocálica latina), já fechado em port. antigo.

no mínimo, em fase de formação. Não se trataria, contudo, de uma nasalização tão incisiva como a de *ã* seguido de nasal homossilábica ou intervocálica latina (consoante que desapareceu ou atenuou); antes de um espraçamento, menos incisivo (e sentido como tal pelos próprios falantes), da nasalidade — uma vogal mais nasalizada do que nasal, como ainda hoje pode suceder. Será por isso que os textos antigos, representando muito mais vogais nesse contexto com marcas de nasalidade (e.g. *dõna*, *Eãnes*), não representam, nem de perto, todos os casos em que se pode supor haver alguma nasalidade. Cf. ainda o §1 de 1.6 adiante.

1-2] Três casos particulares merecem comentário:

1) Em “...dhũu chãoo *que esta trela dita casa...*” (texto 97, 1386), em que “trela” está por ‘trala’ = ‘trás a’, temos apenas um exemplo da substituição que por vezes se dá na linguagem popular do elemento de composição ‘tra(s)’ / ‘trans’ por ‘tre(s)’; e.g. ‘tre(s)lado’, ‘tresfigurar’, ‘tresantontem’, etc.. No nosso *corpus*, vemos que era de facto uma alternância que existia, não uma utilização em regime de exclusividade de uma das hipóteses: “Tras As Casas” (86, 1363), “Tras as Cassas” (72, 1354), etc.. É TRANS, preposição latina que regia acusativo, que origina quer ‘trás’ quer os elementos de composição referidos (e que já em latim podia ser utilizada em composição, havendo também disponível a forma TRA- para o processo); ‘trans’ é evolução culta ou semi-culta.

2) Já em “fficor” (59, 1333), por ‘ficar’, o facto é meramente gráfico, i.e. o autor, basicamente, esqueceu-se de escrever a perna do *a*; não é fenómeno estranho na época, devido à proximidade gráfica entre <o> e <a> (facto exponencial nalgumas *scriptae*, nas quais é por vezes extremamente difícil distinguir entre os dois grafemas; o texto em causa, todavia, não se insere nesse tipo).

3) Nota ainda para alguns casos de “pora” = ‘pera’, ‘para’, forma que deveria estar mais bem assinalada nos dicionários. Provém de PRO AD, e está registada nas primeiras fases do galego-português e não só: cf. Corominas 1980-1991, s.v. «para»; segundo esse autor e mais (cf. *id.*), é *pora*, e não *pera* (< PER AD), o étimo do port. e cast. ‘para’. No nosso *corpus*, temos 6 casos de *pora*, todos com a grafia acima citada e em textos do tabelião Pedro Moniz: 4 (de 1287), 3x no 5 (1290), 6 (1292), 7 (1292). Pode também relacionar-se com esses casos o primeiro de *pera* no tabelião A. Clemente: “pera⁺” (57, 1333), sendo a abreviatura não desenvolvida um “r” sobrescrito, indicando “por”; pode denunciar alguma hesitação. Essa hesitação não se verifica mais, por outro lado, entre os muitos casos de *pera* de que dispomos nos textos desse tabelião.

Quanto a *para*, não dispomos de casos; já o mesmo não se passa com *pera*, que surge logo no texto 1 (D. Viegas, 1374) e está, naturalmente, representado de forma plena ao longo do *corpus*. Nos textos de P. Moniz, significativamente, não encontramos *pera*, só *pora*.

2] A átono.

2-1] Temos aqui uma situação parecida à que foi vista a respeito do tónico quando antes de consoante nasal iniciadora de sílaba: é forçoso colocar a questão de se já no português antigo existiria a pronúncia fechada de *a* átono, pois os primeiros gramáticos mostram que, pelo menos na língua da corte de 1500’, o sistema estaria já estabilizado no seu estado actual (cf. a respeito do que dizem esses gramáticos a excelente análise de Maia 1986 (1997:327-329)). Como é sabido, temos nesse sistema, como regra geral, uma pronúncia fechada ([ɐ]) para *a* simples etimológico e uma pronúncia aberta ([a]) para *a*

proveniente da crase de dois *a*; e.g. *p[a]deiro* (< *PANATARIU-) vs. *m[ɐ]deira* (< MATĚŘĀ-).⁵³⁹

Aqui, contudo, o português do Brasil complica o cenário: se é um facto que, na generalidade — pelo menos — dos dialectos do português europeu, a pronúncia de *a* átono corresponde à da Norma, no Brasil ela é, em termos genéricos, aberta — o que nos pode levar a supor que esta pronúncia existiria ao menos ainda em alguns dialectos portugueses quando se levou a língua para esse território. No galego actual, *a* átono apresenta também uma realização aberta; no entanto, Clarinda Maia, que conhece bem a língua galega em todas as suas sincronias, desconfia do valor dessa evidência para a reconstrução de estados pretéritos da língua:

O facto de em galego actual o *a* nas posições átonas manter o seu timbre próprio [...], embora com realizações mais frouxas do que em sílaba tónica, não é um argumento que possa invocar-se para comprovar decisivamente que no antigo galego-português o referido fonema não tinha um timbre fechado e fortemente relaxado como ocorre no português. É necessário ter presente que, desde há alguns séculos, o galego esteve sujeito à influência do castelhano que, neste caso concreto, bem poderá ter contribuído para fazer penetrar na língua realizações mais abertas e articulatoriamente menos frouxas. (Maia 1986 (1997:331))

As grafias, com apenas *a* para representar a vogal, são opacas e não nos ajudam a resolver o dilema. Estamos também numa época em que os hiatos etimológicos tão caracterizadores do port. antigo ainda se fazem sentir, pelo que a análise gráfica de casos como a contracção da preposição ‘a’ com o artigo definido feminino ou com formas de demonstrativos (i.e. ‘à(s)’, ‘àquele(s)’, etc.), que apresentam um *a* átono aberto, não se apresenta da maior fiabilidade. De qualquer das formas, deve observar-se que há alternância nos casos mencionados e as formas contractas estão registadas desde cedo⁵⁴⁰: podemos ter a contracção da preposição com o artigo já no séc. XIII (e.g. “...E quē isto nō quiser téer peyte a parte obidiŷente . L . libras...”, texto 20, 1299), mas casos de representação de dupla vogal são banais ao longo do *corpus* (e.g. “...que áá morte da dita Maria ...”, 33, 1312); temos a contracção em ‘àquele’ na primeira metade do XIV (e.g. “...A uoss e aqueless que de uos uéér...”, 39, 1327), mas variados casos de grafia dupla daí para a frente (e.g. “...ffezesse ssaber ao dito Comēdador oú aaqueles ...”, 75, 1359). O objectivo seria, evidentemente, entender nesses casos de representação de vogal dupla uma representação do timbre aberto da forma já contraída; mas, como foi referido, tal não pode ser feito para a época que estudamos. Para além disso, não dispomos no *corpus* de dados relacionáveis que produzam lições a este respeito.

Feito o balanço da informação, é naturalmente difícil estipular qual seria o timbre de *a* átono na época, quer falemos da região que aqui estudamos ou de qualquer outra do português. Talvez se possa supor que, em certos dialectos (nos correspondentes à Norma ou não só), se verificaria já pelo menos algum fechamento, o que explicaria o quadro estável que os gramáticos quinhentistas nos dão; noutros dialectos, haveria ainda uma pronúncia fundamentalmente aberta, que se generalizaria no Brasil depois. Quais seriam

⁵³⁹ Esta duplicidade é a mesma das outras vogais: *pr[ɛ]gar* (< PRAEDĪCĀRE) vs. *pr[i]gar*, ant. *pr[e]gar* (< PLĪCĀRE); *c[ɔ]rar* (< COLORĀRE) vs. *m[u]rar*, ant. *m[o]rar* (< MORĀRE).

⁵⁴⁰ Uma nota lateral que serve para exemplificar a necessidade de, no estudo das línguas, dos dialectos, etc., se buscar sempre aumentar os *corpora*, metódica e sucessivamente: Maia 1986 (1997:336), após não ter notado formas com contracção nos textos portugueses, por oposição aos galegos, em que já as pudera notar em documentos do séc. XIII, mostra-se, naturalmente, surpreendida; os nossos dados vêm relativizar essa ausência nos textos portugueses.

esses dialectos, é questão que não estamos em condições de desenvolver aqui; mas, no que respeita ao Sueste da Beira, por não ser das mais distantes da área geográfica em que a Norma se baseia, não é absurdo admitir que pertencesse já à área da pronúncia fechada.

Se se supuser que *a* átono já era fechado no port. antigo, é necessário estipular uma reconversão feita no Brasil. Révah 1958 tem a esse respeito uma proposta interessante: abordando não só a vogal *a*, conclui que

[...] dans de nombreux de cas, les pré-toniques brésiliennes actu[e]lles sont dues à un mouvement de restauration qui s'appuie:

a) dans les classes populaires et cultivés sur l'existence de corrélations entre formes morphologiques diverses où la voyelle est tantôt accentuée, tantôt pré-tonique [e.g. f[a]llo ~ f[ɐ]lar: o a aberto estender-se-ia ao território do fechado] ;

b) dans les classes cultivés sur le désir de rendre la prononciation plus conforme à la graphie.

Dans une vaste zone du Brésil, le mouvement de restauration a dépassé son objectif et a abouti à la formation de voyelles pré-toniques de timbre ouvert. (Révah 1958:398)

Apesar de a primeira hipótese — a da convivência entre variantes (mais) abertas e (mais) fechadas em port. antigo — se apresentar mais provável, uma resposta definitiva está fora do alcance deste trabalho.

2-2] Há ainda a comentar alguns casos particulares de alterações em *a* átono, pré-tónico ou pós-tónico; representam modificações contextuais e / ou esporádicas, que não são mais do que excepções que confirmam a regra da manutenção do timbre do *a* átono.

Há várias passagens a *e* explicáveis por fenómenos específicos de assimilação, dissimilação ou metátese.

‘Tabelião’ surge muitas vezes como *tabaliom*, em que o *e* se assimila ao *a*; a forma “Tebelyō” (textos 37 e 38, ambos de F. Soares e de 1325) atesta o processo inverso e, pelo seu grau marcadamente inferior de frequência, dever-se-á a hiper correcção. Relacionáveis são os casos “sauestãez” = ‘Sebastiães’ e “Sauestááo” = ‘Sebastião’ (81, G. Esteves, 1351); *Savast-*, com *e* assimilado a *a*, é a realização mais frequente.

‘Soalheira’ (nome de uma localidade do actual concelho do Fundão) aparece sempre com *e* na pré-tónica: “soeleira” (4, P. Moniz, 1287), “ssoelheyra” (42, A. Domingues, 1329), “soelheyra” (72, A. Clemente, 1354), “Soelheyra” (78, id., 1363), “soeleira” (87, D. Miguens, 1363), id. (88, id., id.), “ssoelheira” (94, G. Martins, 1376), “ssoelheyra⁺ [...]” (95, id., id.). A origem do nome está, tudo o indica, no substantivo feminino ‘soalheira’, que por sua vez deriva de ‘soalho’ (o qual pode ter significado semelhante) + ‘-eiro’; este ‘soalho’ vem, segundo Machado 2003 e Cunha 2000, s.v., do lat. *SOLAC(Ū)LU-, diminutivo de SOL, SOLIS = ‘sol’, mas Nascentes 1966, s.v., entende-o como derivado regressivo de ‘soalhar’, que vem “De um lat. *solic’lare, derivado de *soliculu*, *soliclu*, dim. afetivo de *sol* (cf. fr. *soleil*), através das formas *solelhar, *soelhar.” As formas que encontramos no nosso *corpus* favorecem a etimologia de Nascentes, pelo que não podemos atestar nelas uma assimilação de *a* à lateral palatal.

Já temos uma inquestionável assimilação a uma palatal, nomeadamente à vogal *i*, em ‘saídas’ nos dois textos de V. Clemente, em que o *a* pré-tónico surge grafado como *e*: “sejdas” (97, 1386), “ssejdas” (98, id.).

Machado 1993, s.v. «Alpedrinha», explica esse topónimo (vila perto do Fundão) como “Forma híbrida de *al-* (art. árabe) e *pedrinha*, do lat. *petrīnea*, der. de *petra*, «pedra» (há o top. *Ponte Pedrinha*, Vouzela)”. Depois de o atestar para o séc. XIII, acrescenta: “Atribuíram-lhe o nome latinizante de *Petratinia*, porque seria arrabalde de *Petrata* (Carvalhal Redondo); do mesmo modo se julgou tratar-se do dimin. de *Alpreade* ou *Alpreada* (Fundão).” No s.v. «Alpreade», depois de abonar a forma *Alpreada* para 1186 no foral da Covilhã, diz o A. que “Também ocorre a var. *Alpereade*”; tira a etimologia desse topónimo do artigo árabe *al-* + “*preada* < lat. **plenāta*, de *plena*, «cheia», donde o port. *prea*, *preia*”. No nosso *corpus* registamos duas variantes para ‘Alpedrinha’: “Alpreedinha” no 77 (A. Clemente, SVB, 1363) e “dalpeyrediha” e “Alpeyrediha”, no 80 (M. Anes, CN, 1342). A primeira aponta claramente para que o étimo esteja no diminutivo de ‘Alpreada/e’, contra a hipótese de Machado, e legitima a existência de *Alpereada/e*, que o mesmo refere.⁵⁴¹ Quanto à segunda, poderia, em teoria, apontar para PETRATINIA (com vocalização da oclusiva antes da vibrante e *a* > *e* por assimilação) mas, de acordo com a outra variante do *corpus* (que é de sincronia muito próxima), representará mais uma vez um diminutivo de ‘Alpreada/e’; teria havido uma antecipação do segundo *e* para junto do primeiro *e*, semivocalizando aquele por dissimilação. Tudo isto depois de uma assimilação do *a* ao *e* com que contactava (o que registamos no texto 77), i.e. ... > *Alpereed(inha)* (a variante do texto 77) > *Alpeered(inha)* > *Alpeired(inha)*). Há portanto aqui uma assimilação de *a* a um *e* antecedente com que contacta.

No texto 96 (J. E(A)nes, 1377), temos vários *e* por *a*: (i) “lãpeda” = ‘lâmpada’ é resultado de dissimilação; (ii) já “Testemêtejro” (3x) e “Testemêtejros” (2x), por ‘testamenteiro(s)’, são resultado de assimilação — ou de influxo de ‘testemunho’ e correlatos, conquanto possa haver uma influência simultânea dos dois factores —, assim como “Testemêto”. Note-se que há “Testamêto” (3x), o que demonstra as hesitações da língua.

Em “estalegeiro” (35, 1319; derivado de ‘estalagem’), que está pelo actual ‘estalajadeiro’, temos uma assimilação à palatal *e* / ou ao *e* tónico seguinte. Note-se que *estale(a)geiro* é o derivado regular de *estalagem*; *estalajadeiro* surge por influxo de formas como *hospedeiro* e *pousadeiro* (tal como Vasconcelos 1911 (1966:193-194, n.1) refere). O Dicionário de Moraes, 10.^a ed., regista «Estalageiro», referindo apenas que é “Forma preferível a *estalajadeiro*”.

Os casos “enparar”, do 57 (1333, A. Clemente), e “ẽparar”, do 71 (1351, id.), ambos por ‘amparar’ (< *ANTEPARĀRE, de PARĀRE), parecem exemplificar uma certa tendência que ainda hoje as nasais átonas *ã*, *ẽ* e *ĩ* sofrem na língua corrente para alternar, numa espécie de confusão, embora relativamente esporádica; cf. a este respeito o que se disse no **Capítulo I, Secção B, I. Fonética**, §4 da vogal *a* e ainda o que se diz adiante no §2-1 da vogal *e*, não esquecendo que o fenómeno já tem sido notado em port. antigo (cf. Maia 1986 (1997:373-374)).

No texto 80 (1342), está a seguinte passagem: “...Mateus esteuẽes E Meteus eanes ...”; “Meteus” será assimilação à tónica ou mero lapso de escrita (também numa espécie de *assimilação* à vogal que iria escrever seguidamente). A origem do nome está, como diz Machado 1993, no “gr. *Matthaĩos*, pelo lat. *Matthaeus*, ao lado de *Mattheũs*, aquele está relacionado com o hebr. *Matathiah* [...]”. O -s, como o A. também refere, mostra ser forma entrada por via culta.

⁵⁴¹ Uma outra hipótese seria desenvolver apenas “Alpreedinha”, que, dados os procedimentos de escrita da época, está muito longe de ser impossível; mas, à luz dos factos, é claramente “Alpereedinha” a melhor solução.

O nome ‘Bartolomeu’ surge de forma regular no *corpus* como *Bertolameu*⁵⁴², podendo querer explicar-se o *e* por dissimilação do *a* seguinte, que por sua vez teria surgido por dissimilação do *o* anterior. Dada a regularidade mencionada, em “Bertolmeu” (88, 1363; depois de “bertolameu”, e num tabelião que tem, noutros textos, várias ocorrências de *Bartolameu*⁵⁴³), se a síncope for mais do que gráfica, é *a* que está em causa.

Síncope é o que sofreram *comprar* e derivados (< COMPARARE), mas no port. antigo ainda se encontram formas sem essa elisão. No nosso *corpus* temos três casos, todos em textos do tabelião P. Moniz: “cõparadores” (3, 1285), “cõparadures” (4, 1287), “cõparadores” (6, 1292). As formas com síncope, todavia, dominam esmagadoramente, e temos já “cõprador” no 2.º texto (1283, J. Domingues).

Pode também haver casos de aférese, como sucede ainda hoje na linguagem popular; p. ex., o verbo ‘aparecer’ surge várias vezes sem o *a-* (e.g. “pareceu” (2x) e “Pariça”, no 71, A. Clemente, 1351). É a esse respeito interessante o caso “<a>Pareçya” (89, D. Miguens, 1366), onde se vê a correcção de uma primeira forma sem *a-* (o símbolo < > denota segmento entrelinhado). Alguns casos de aférese são, de resto, hiper correcções por influxo de próprios casos de próclise, que, tanto na língua antiga como nas fases posteriores, é fenómeno mais frequente. Exs. de próclise no *corpus* são *arromper*, *arroto* (i.e. o particípio do verbo *arromper*), que surgem várias vezes.⁵⁴⁴

Voltando à supressão de sons. É muito curiosa a apócope de *a* na palavra ‘casa’ quando inserida em certas expressões fixas, concretamente locuções que exprimem o lugar. Antes de vermos os casos, deve referir-se que é forma já registada em muitos textos medievais galego-portugueses e espanhóis, surgindo em mais contextos do que as locuções que veremos; trata-se de um fenómeno fundamentalmente de próclise, possibilitado pela repetição constante da palavra em expressões estereotipadas.⁵⁴⁵ Para abonações do fenómeno, cf. o inventário feito por Maia 1986 (1997:519-520) (que, contudo, apenas registou no seu *corpus* três exemplos, todos num texto de Ourense de 1281); também hoje essa forma apocopada de ‘casa’ existe quer em galego (cf. id.) quer na fronteira de Trás-os-Montes (cf. Santos 1967:282, que Maia também refere). As abonações do nosso *corpus* são:

Tabelião	Texto (data), forma
Francisco Soares (SVB)	37 (1325), “ffeita ante cass Martj domjgiz”; 38 (1325), “ffeita ante cass Domjgos esteuéez”
Afonso Domingues (SVB)	40 (1328), “ffeyta ffoy ã ssan viçete da beyra ante Cass de mj Tabeliõ”; 41 (1328), “ffeyta foy en sã viçete da beyra ante cass de mj Tabeliõ”; 43 (1332), “ffejta ffoj ena dita villa ante cass de mj Tabeljõ”; 46 (1335), “ffejta ãna dita villa ante cass de mj

⁵⁴² Temos, como realização diferente, apenas “Bartholameu”, logo no 1.º texto (1274). A realização *Bertolameu* é mais do que frequente na língua antiga (cf. e.g. Machado 1993, Vasconcelos 1931:84-85) e chegou até aos dias de hoje na linguagem popular (cf. e.g. Teixeira 1910:112 (Moncorvo), Ribeiro 1930:225 (Turquel)). *Bertolomeu* é uma variante também antiga; cf. e.g. Machado 1983, s.v..

⁵⁴³ Concretamente: “bertolameu” (2x), “bertolameu” (87, 1363); “bertolameu” (89, 1366).

⁵⁴⁴ Observe-se lateralmente que antes de *r* múltiplo, que no port. ant. era alveolar (hoje, conquanto o não seja na Norma, ainda o é na maior parte dos dialectos), é muito natural a prótese; isto para fazer o arranque de um som articulatoriamente dos mais difíceis.

⁵⁴⁵ Encontram-se casos semelhantes, respeitando a outras palavras, no *corpus*; cf. a esse respeito adiante **II. Morfo-Sintaxe, 2.3. Verbos irregulares**, alínea c-2, ponto 14. ‘Receber’.

	Tabeljõ
Pedro Gonçalves (Pr)	55 (1331), “feyta a carta en Proêça encas de m̃j tabeliõ”
Martim Jordão (CB)	79 (1333), “[ffeyta A carta] en cas do dito váásquez”

Existe ainda no texto 42, de A. Domingues (1329), o que na transcrição ficou como “ante case ⁵⁴⁶ de mj Tabeliõ”. É inevitavelmente um caso de dúvida: o tabelião pode ter, influenciado pela palavra que acabara de escrever, resolvido o que sentiria como anormalidade em ‘casa’ por meio de um *e*, da mesma forma que o sinal de abreviatura pode ser apenas *supérfluo* (como acontece amiúde na época, inclusive em textos do próprio tabelião). Mais rebuscado é, como se anota na transcrição, interpretar naquele traço sobreposto uma abreviatura de *a*; para além do nexa com o que se tinha acabado de escrever, seria um procedimento de abreviatura mais do que excepcional. Assim, tirar valor linguístico do apenas possível *-e* é mais do que problemático. ⁵⁴⁷

Uma leitura dos casos registados mostra que o fenómeno (apenas o fenómeno que está indubitavelmente avalizado, ou seja, a apócope), na sua variante escrita, está restrito às décadas de 1320’ e 1330’ e a duas expressões fixas e no singular (ocorrendo por outro lado em tabeliões de mais de uma localidade). Em sentido oposto, são imensas — 89 — as ocorrências de ‘casa’, sem apócope, no *corpus*; no singular ou no plural, em locativos exactamente iguais aos que vimos registarem o fenómeno ou em estruturas diversas, em textos dos mesmos tabeliões em que vimos os casos ou noutros, nos textos mais antigos ou nos mais recentes. Podemos exemplificar esse ponto com duas relações:

a) A lista das restantes ocorrências de ‘casa’ nos textos do tabelião A. Domingues, o único dos quatro tabeliões em que registámos o fenómeno que abona a forma plena de ‘casa’: texto 39 (1327), “todo o deryto *que* eles An en hua<s> cassass na dita vila”, “ffeyta a carta en cassa de m̃j Tabeliõ”; 44 (1333), “ffejta ffoj ã cassa dos ditos uêdedores”; 45 (1334), “ffejta ffoj ã cassa do dito uêdedor”; 47 (1335), “ffejta ffoj ãna dita villa ã cassa dos ditos cõpradoress”; 48 (1336), “ffejta ffoj ãna dita uilla ã cassa de Sauasscháó”; 49 (1339), “ffejta ffoj ã cassa de mj Tabeljõ”; 50 (1342), “ffejta ã cassa de mj Tabeljõ”; 51 (1342), “ffejta ã casa de mj Tabeljõ”; 52 (1343), “ffejta ffoj ã casa da dita uêdedor”; 53 (1349), “ffazemoss carta de uêdjõ *e* de perduRavil ffjrmjdóe de todaLass erdadess *e* vjnhas *e* cassass *e* Aruoress *e* possjssóess”, “ffejta ffoj ã cassa de mj TabeLjõ”; 54 (1350), “ffejta ffoj ã cassa doss ditos uêdedoress”.

⁵⁴⁶ Leitura alternativa: “cas⁺”; a expressão ‘ante cas’, com ou sem o *e* de ‘ante’ abreviado, surge noutros textos do tabelião. O sinal de abreviatura em questão é um traço sobreposto. Interpretar “casa” é claramente mais rebuscado.

⁵⁴⁷ Isso não obstante sabermos que há actualmente realizações de *-a* como *-e* no SE da Beira: cf. o **Capítulo I, Secção B, I. Fonética**, §6 da vogal *a*, onde se pode ver que aquelas realizações têm distribuições contextuais que não abrangem o *-a* de ‘casa’; no citado § se menciona também a passagem a *-e* que o *-a* final átono sofreu por defeito em asturiano e leonês e zonas portuguesas sujeitas à sua influência. Notaremos ainda a este propósito que Maia 1986 tem uma situação parecida com a nossa: ao comentar o caso “esta carte” = ‘esta carta’, que registou num documento de La Guardia (Pontevedra, Galiza) feito em 1269 e é a única forma do seu *corpus* com *-e* por *-a*, não pode deixar de concluir: “Fica, contudo, a dúvida de saber se se trata de um lapso do copista, uma vez que nem neste nem noutros documentos se registam outras formas com a mesma alteração, ou se, pelo contrário, estaremos em presença de um leonesismo” (Maia 1986 (1997:520)). O nosso caso ainda é mais duvidoso, como vimos.

b) A lista de todas as ocorrências de ‘casa’ nos textos do tabelião Antoninho Clemente, contemporâneo e da mesma localidade de Afonso Domingues; é o tabelião de que dispomos de mais textos (23) e, neles, encontram-se as expressões ‘ante casa’ e ‘em casa’ (as únicas em que registámos a apócope). Texto 56 (1332), “ffeita nas Cassass de Domjgas martíjz”; 57 (1333), “ffeita em cassa de Rodrigo anes”; 58 (1333), “ffeita ante cassa dos uendedores”; 59 (1333), “ffeita ante casa da uêdedor”; 60 (1333), “ffeito nas Cassas que fforõ do dito Sauaschãõ domjgiz”; 62 (1334), “ffeita em casa dos uêdedores”; 63 (1335), “ffeita em casa da uendedor”; 64 (1335), “ffeita ã cassa dos uendedores”; 65 (1336), “ffeita ante casa do dito domjgos perez”; 66 (1338), “ffeito em casa do dito Lourêço domjgyz”; 69 (1347), “A meyatade dũa Cassa que eu ey ... a qual Cassa parte cõ A ffamelaria ... uêdo a uos a dita meyatade da dita Cassa pera ssenpre”, “Johãne do ssouto da Cassa e Eu Antonjnho Crimête”; 70 (1348), “E da outra parte cõ a Cassa que ffoj do Albardeyró e cõmo emTesta pola Cassa de Diego”, “iaz asso as Cassas de Rodrigeanes”; 71 (1351), “bêes Mouees⁺ e rraiz de vynhas e Cassas e herdades”; 72 (1354), “ffeita a carta nos cortynhaays de Tras as Cassas do dito Rodrigeanes”; 73 (1354), “Estando ante as Cassas de Rodrigeanes”; 74 (1354), “Estando ante as Cassas qe fforom de vaasco perez”; 75 (1359), “ante as Cassas de Rodrigeanes”; 77 (1363), “chãõ qe esta asso Casa de domjgos de uóuga”, “ffeito nas Cassas do dito Steuã anes”.

Posto tudo isto, coloca-se a questão: poderia o fenómeno existir, na região, em épocas que não as décadas de 1320’ e 1330’? Naturalmente, podia: sabemos que, da linguagem escrita à linguagem oral, vai tendencialmente uma certa decalagem. No entanto, os dados apontam, claramente, para que não fosse fenómeno com grande vitalidade na região; sugerem até que se trata de um empréstimo de outra região / outra norma escrita, nem se tratando, possivelmente, de forma oral corrente no SE Beirão.

Temos assim colocado em grande relatividade o único — e já por isso pouco significativo — caso de redução de *-a* átono no *corpus*.

Dois casos de *o* por *a* também não parecem ter grande valor: 1) ‘Salário’ pode surgir com *o* na pré-tónica: “ssolayro” (66, A. Clemente, 1338) e “ssolayros” (75, id., 1359, havendo, na linha seguinte, “ssalaio”); apesar de a motivação do *o* por *a* ser algo obscura (influxo ou derivação de SOLĀRIUM = imposto sobre o direito de terra ou predial?), não é alteração importante, até porque tem sido notado para o port. antigo (cf. e.g. Machado 2003, s.v. «salário») ⁵⁴⁸. — 2) “fozer” no 91 (A. Peres, 1359) será apenas lapso de redacção, num escriba que, como acontece em certas *scriptae* da época, tem os “o” e “a” minúsculos muito parecidos.

1.2. E

1] A velarização de *e* tónico será, dos principais fenómenos dialectais que se encontram no dialecto contemporâneo do Sueste Beirão, um dos que, a verificar-se já no período arcaico, mais se esperariam encontrar na linguagem do *corpus*; a semelhança do *e* velarizado com o *a* (fechado) produz essa expectativa. Por outro lado, as realizações de [æ] ou quase que se encontram hoje na região correspondendo ao *e* aberto da Norma

⁵⁴⁸ E, pelo menos em algumas regiões, parece ter chegado ao port. contemporâneo; cf., para o Alentejo, Pires 1907:242, que regista a forma a par de *selairo*.

também poderão criar expectativas de surgir evidenciadas na linguagem escrita da época por meio do grafema <a>. Mas tais expectativas saem defraudadas, pois há pouco a comentar acerca de *e* tónico, aberto ou fechado.

Em “Diago” = ‘Diogo’, ‘Diego’, que surge no texto 40 (1328), regista-se apenas a sobrevivência do *a* do étimo (DIDACUS), que já não era muito comum nesta época mas tem sido atestada (cf. e.g. Machado 1993, s.v. «Diogo»). No texto 98 (1386), o nome do vendedor aparece sempre (5x) como “**di**go gonçalluez”, certamente por ‘Diogo / Diego’, numa variante curiosa que talvez se deva a confusão provocada pelas duas ou mais formas que o nome podia oferecer; sendo de ter em conta, por outro lado, que o *i* era originalmente a tónica⁵⁴⁹.

A respeito da elevação do *e* dos demonstrativos neutros para *i* — *esso* > *isso*, *esto* > *isto*, *aquelo* > *aquilo*, *aquesto* > *aquisto* —, que é definida dominantemente como um fenómeno de metafonia (devido ao fechamento da vogal final; cf. e.g. Silva 2008, I:378 e Williams 1938 (1961:107); ter em atenção contudo esta última referência, p. 162, nota A, acerca de opiniões divergentes), dispomos dos dados que se sistematizam a seguir.

esto / isto		
Tabeliães	Tipo esto	Tipo isto
Domingos Viegas (SVB)	Texto 1 (1274), “desto”	
Pedro (E)Anes (SVB)		Texto 20 (1299), “isto”; 22 (1299), “isto”
Estêvão Peres (SVB)	“esto” nos docs. 30 (1311), 31 (1311), 32 (1311), e 33 (1312), neste 2x; ainda “ssobresto” no 33	
Antoninho Clemente (SVB)	57 (1333), “esto” 2x; 60 (1333), “esto” 4x; 66 (1338), “desto”; 70 (1348), “desto”; 71 (1351), “esto” 8x e “eesto” ⁵⁵⁰ ; 73 (1354), “esto”; 75 (1359), “esto” 5x e “eesto”; 77 (1363), “esto” 2x	
Martim Anes (CN)	80 (1342), “esto” 2x	
Gonçalo Esteves (CB)	81 (1351), “esto”, “desto”; 82 (1358), “esto”	
Domingos Miguens (SVB)	83 (1355), “esto”; 85 (1361), “desto”; 87 (1363), “desto”; 89 (1366), “esto”, “desto”	
Antoninho Peres (CN)	91 (1359), “esto”	
Afonso Anes (CB)	99 (1397), “esto”, “Esto”, “esto”	

⁵⁴⁹ Cf. a respeito de ‘Diogo’ e correlatos (como o patronímico ‘Dias’ < *Diaz*), para começar: Machado, *op. cit.*, Nunes 1934:95-96, Vasconcelos 1928c:passim.

⁵⁵⁰ Significando este último ‘em esto’: “...Eu Tabelyõ ssobre dito *que eesto pressente ffoy e A pitição de Rodrigeanes* este *stromêto escriuy* ...”. O mesmo há a dizer acerca do caso idêntico do texto 75 a seguir.

aquelo / aquilo		
Tabeliães	Tipo <i>aquel</i> o	Tipo <i>aquilo</i>
Pedro (E)Anes (SVB)		Texto 24 (1302), “aquillo”
Antoninho Clemente (SVB)	Texto 58 (1333), “daquelo”; 59 (1333), “daquelo”; 60 (1333), “aquelo”; 71 (1351), “aquelo”; 75 (1359), “aqelo”, “daqelo”	
Martim Anes (CN)	80 (1342), “aqelo”	
Gonçalo Esteves (CB)	81 (1351), “aquelo”	
João (E)Anes (SVB)	96 (1377), “aquello” ⁵⁵¹	

Parece portanto haver uma marcada preferência lexical por parte de cada indivíduo, pois apenas nos textos de um tabelião surgem formas com *i* e não há alternâncias de formas em textos do mesmo tabelião.

São, em todo o caso, dados que vão de encontro ao que Silva 2008, II:378 diz:

Entre os séculos XIII e XV, as formas metafonizadas — *isto*, *aquisto*, *isso*, *aquisso* e *aquilo* — começam a aparecer. A sua frequência é sempre muito inferior à da forma etimológica, varia de um documento para outro, mas, no curso da história, vieram a desbancar as etimológicas (com / e /), embora essas ainda remanesçam em dialectos rurais conservadores do Norte de Portugal, pelo menos.

2] Há mais considerações a fazer sobre o *e* átono.

2-1] No que concerne ao inicial absoluto, a grafia <e> é mais do que dominante, mas os casos “hrças” que surgem no tabelião Antoninho Clemente (docs. 66 (1338), 2x; 67 (1342), 2x; 71 (1351), 5x⁵⁵¹), e “Intêdimêto” do texto 96 (J. (E)Anes, 1377), parecem representar já no período arcaico uma tendência para a subida, para *i*, do *e* átono inicial, oral e nasal — que é o que se verifica hoje na região (**Cap. I, Secção B, I. Fonética**, §§3 e 5 da vogal *e*). A representação de ‘irmão’ (que vem do lat. GERMĀNUS e que, nas fases mais recuadas da língua, podia surgir com *e-* ou com *i-*⁵⁵²) exclusivamente com *i-* (a primeira atestação surge no doc. 11, de 1294) vai no mesmo sentido. Em ‘igreja’ (< ECCLESĪA) também há *i-*, a par de *e-* e *ei-* (realizações atestadas desde muito cedo na língua; cf. e.g. Machado 2003, s.v. «igreja», onde se nota ser *ei-* o etimológico, por vocalização do primeiro [k]): 1) “igreja” (34, 1317), “igreja” (61, 1333), “jgreia”, “Jgreia” (77, 1363); 2) “Egreja” 2x (96, 1377); 3) “eygreja”, “Eygreja” (99, 1397). Note-se que a grafia com *i-* surge como a mais arcaica.

Tais factos, sobretudo os primeiros, apontam, no mínimo, para um timbre muito fechado de *e-*, regular ou apenas possível; esse *e-* poderia ser tido como mais fraco, o que explica o uso de <h> em ‘heranças’: o grafema <h> era no período medieval mais utilizado para representar a semivogal palatal do que próprio *i*.

Já a realização de *e-* átono como *ei-*, aspecto que tem sido apontado para o português antigo em alguns casos (cf. Silva 2008, II:498), apenas ocorre no *corpus* em ‘igreja’, da forma já vista (e com o étimo e extensão na língua vistos). Não são portanto

⁵⁵¹ Pode-se notar que temos, no mesmo tabelião, “Erça” no 78 (1363).

⁵⁵² É um exemplo Maia 1986 (1997), que atesta ‘irmão’ com *e-* até ao início do séc. XIV.

dados que possam ser utilizados para confirmar, no que ao SE da Beira diz respeito, a ideia expressa por Maia 1986 (1997:357) ao tratar as representações gráficas de *e* em posição átona:

As formas com ditongo inicial *ei-* (ou *ey-*), ainda que não muito numerosas, são indício de uma tendência que, manifestando-se ainda actualmente em mirandês [...], no asturiano ocidental [...] e nalguns falares trasmontanos em contacto com falares leoneses [...], existiu também em antigo galego-português [...]: trata-se da tendência para introduzir o ditongo *ei* no início de palavra, devido à grande vitalidade do referido ditongo nesses idiomas e à elevada frequência de palavras por ele iniciadas⁵⁵³.

Sem querermos desenvolver aqui essa ideia para outras representações do português antigo, lembramos que o étimo de pelo menos algumas formas que têm sido utilizadas como exemplo concludente de introdução de *ei-* na língua apontará para ditongo originário; cf. e.g. Vasconcelos 1928a:349.

Em “auãielhos” (75, 1359) (< EVANGĚLĪU-), forma plenamente documentada na língua antiga, teremos assimilação parcial do *e-* à vogal seguinte (cf. Huber 1933 (2006:147)). A preposição ‘entre’ (< ĪTER), isolada ou em compostos (i.e. ‘entrelinha’), surge sempre com *a*, o que, embora noutra medida, pode exemplificar já na época a confusão que amiúde se regista hoje, na linguagem corrente, entre *ã* e *ẽ* (e *ĩ*) átonos (cf. a esse respeito o **Cap. I, Secção B, I. Fonética**, §4 da vogal *a* e também, no presente capítulo, atrás o §2 da vogal *a*).⁵⁵⁴

Em “ianes” (92, 1366, único texto do tabelião Vasco Domingues), o *e* = “i” (é o nome ‘Eanes’ que está em causa) está em posição inicial absoluta, mas a alteração fonética que certamente se verifica — apesar de termos, logo a seguir, “Rodrygyãnes” — deve-se à vogal estar antecedendo imediatamente outra vogal. É um indício do facto que ainda hoje se verifica: a realização de *e* originário como [i] ou [j] em contacto com tónica seguinte de timbre diferente. Há mais indícios deste fenómeno no *corpus*:

- (1) “ffreixial” 2x no 66 (A. Clemente, 1338).
- (2) Em docs. de G. Martins (todos de 1376): “Rodrygyãnes” e “uyer” (93), “Rodrygyãnes” (94), “Rodrygyãnes” (95).
- (3) “contjudas” e “Cuntjudo” no 99 (A. Anes, 1397)⁵⁵⁵.
- (4) No 98 (V. Clemente, 1386) temos “propea”, que denota uma hiper-correcção surgida na sequência de indistinção entre *ea* e *ia*: o primeiro já podia ser realizado [ia], juntando-se ao segundo.
- (5) No texto 49 (A. Domingues, 1339) há “ffrejxheaL” e “ffrejxheal”, que não fazem mais do que patentear uma solução intermédia entre a representação pura do fenómeno e a conservação do estado anterior. O grafema <h>, usado comumente na época para representar a semivogal palatal, não deixa dúvidas quanto à

⁵⁵³ “Essa explicação dada por Menéndez Pidal (cf. *El dialecto leonês*, Oviedo, 1962, p. 46 e 49), tanto em relação às palavras começadas por *ei* em vez de *i-* ou *e-* como às que se iniciam por *ou* em vez de *u-*, ou o parece perfeitamente aceitável e, por esse motivo, tem encontrado eco noutros trabalhos [...]”

⁵⁵⁴ Vasconcelos 1905a:69-70 não vê aí a explicação para a forma *antre*, mas Corominas 1980-1991, s.v. «entre», admite uma modificação fonética do tipo.

⁵⁵⁵ Estes casos são mais bem justificados pelo referido processo do que por mera assimilação à vogal alta que se segue. ‘Conteúdo’ é palavra que, no *corpus*, surge antes sempre com *e*; o último caso é “Côteudas” (89, 1366), havendo no mesmo texto “Côteudo”. De resto, temos mais alguns casos: “côteudo” (56, 1332; 2x), “côteudo” (61, 1333), “côteudo” 3x, “côteudas” (71, 1351), “côteudo” (81, 1351), “Côteudas” (83, 1355); podem também citar-se “teuda” e “teudos” no 60 (1333).

existência do fenómeno (que, como se vê em (1), está atestado na mesma palavra em texto de 1338 de outro tabelião, também de S. Vicente da Beira); mas o <e> junto ao <h> constitui uma representação híbrida que pode indicar que ainda se está numa fase inicial do fenómeno — o que concorda com os dados, pois apenas dispomos de uma atestação cronologicamente anterior.

Vê-se pelos dados que (i) o fenómeno é próprio do séc. XIV; (ii) o primeiro caso citado é do segundo quartel, mas a presença do fenómeno sobe claramente na segunda metade. Não obstante, a representação gráfica dominante de *e* + vogal que não *i* continuará sempre a ser <e>. Sendo verdade que o fenómeno não se impôs de um momento para o outro e que pode ter havido variedades linguísticas em conflito, esse conservadorismo deve interpretar-se mais como ortográfico do que como propriamente oral. Ainda hoje, por exemplo, ‘Eanes’ ou ‘conteúdo’ têm <e>.

Maia 1986 (1997:369) situa o fenómeno, na região que estuda, mais cedo: no mínimo o séc. XIII, ou seja, desde quando tem documentos.

Com possíveis lições para o que temos estado a ver se apresentam os interessantes casos de *e* = “*i*” que nos aparecem no *corpus* em certas palavras gramaticais:

a) No texto do tabelião Vasco Domingues (92, de 1366), a conjunção ‘*e*’ surge, para além dos casos em que fica abreviada, com três grafias: “*e*”, “*E*” e “*i*”; a última grafia é exclusiva desse texto. Segue a relação dos casos de ‘*e*’ no texto de V. Domingues:

- (1) Grafia “*e*”: 2 casos: l. 7 “...ssomos bẽ pagados **e** Por ãde aiades ...”; l. 13 “...aluaro perjz **e** martj anes grego ...”.
- (2) Grafia “*E*”: 7 casos: l. 2 “...vêdemo a uos Rodrigeanes **E** a vossa molher...”; l. 4 “...da outra parte cõ erréeos de johã ssimoez do bareirro **E** pelo Cume Contra o bareirro...”; l. 8 “...que a dicta vêda dessffazer quisser **E** a noss vêdedores ã cõçelho outorgar nõ qujssermos ...”; l. 10 “<**E** peitarmos ao Senhor da tera cem⁺ marauidis> **E** a uêda ffficar ffirme”; l. 12 “...vaassco Lourẽço **E** aluaro perjz ...”; l. 13 “...martj anes grego **E** domjgos ssancho **E** outros ...”.
- (3) Grafia “*i*”: 6 casos: l. 4 “...parte cõ vossco Cõpradores de duas partes **i** da outra parte cõ ...”; l. 5 “...cõ ãtradas **i** cõ ssajdas ...”; l. 7 “...aiades vos **i** quẽ [...] de uos ffor...”; l. 12 “...Era mjL **i** quatro çetos **i** quatro anos ...”; “...esta carta escriuj⁺ **i** ã ella meu ssinaL ffiz⁺ ...”.
- (4) Nos desenvolvimentos, dada esta alternância, segui o critério de fazer como está na última lição do documento. São 5 os casos: l. 6 “...*i* cõ todas ssas perteeças...”; l. 7 “...ssẽpre *i* sse algẽ véér ...”; l. 10 “...*E* quãto ffor melhorada ...”, “<**E** peitarmos ao Senhor da tera cem⁺ marauidis>”; l. 13 “...*E* Eu vaassco domjgiz tabelyo ...”.

Tem sido definida como origem da pronúncia [i]/[j]) da conjunção ‘*e*’, palavra átona, o seu posicionamento antes de vogal, generalizando-se depois essa pronúncia a todo o uso da conjunção (verificando-se primeiramente, portanto, a pronúncia [e])⁵⁵⁶. Se

⁵⁵⁶ Veja-se o seguinte passo de Leite de Vasconcelos na *Revista de Filologia e História*, I, p. 32, «Algo de Gramática», citado por Machado 2003, s.v. «e»: “[...] a conjunção portuguesa *e* soa hoje *i*, mas deve, em português antigo, ter tido o som de *ê* ou *é*: cfr. *ê* em galego, *é* em espanhol antes de palavras que comecem por *i*, *et* em francês, *e* (*et*, *ez*, *es*, etc.) em provençal, *e* e *ed* em italiano. Suponho que temos um vestígio da antiga pronúncia portuguesa na familiar locução beirã «um *tudenada* entre dois pratos», que corresponde à espanhola «*nada* entre dos platos», que querem dizer «pouca cousa». Quanto a mim, *tudenada* corresponde

se aceitar essa etimologia, que parece muito razoável, duas hipóteses emergem para explicar o facto de nos dados acima citados “i” e “E” surgirem independentemente de estarem antes de vogal ou de consoante⁵⁵⁷:⁵⁵⁸ (i) já havia algum tempo que a elevação do *e* da conjunção se dera, e consequentemente o fenómeno geral da elevação de *e* antes de vogal tónica; (ii) aquelas grafias prendem-se, na verdade, com a subida de *e* inicial absoluto. Dado que a grafia com *i* para a conjunção ‘e’ é excepcional no *corpus*, qualquer destas hipóteses demonstra — mais uma vez — a falibilidade da representação gráfica (medieval, no caso) dos sons.

Não é necessário entrar no dilema de escolher uma dessas hipóteses: porque não ver uma verificação das duas, na sequência — e com realizações fonéticas paralelas — do que já vimos para o *e* pré-tónico inicial absoluto e para o interior? Podemos ter aqui, dessa forma, mais uma atestação da realização (mais) fechada de *e* pré-tónico contextual (i.e. não geral).

b) Mais duvidosa é a representação da preposição ‘em’ com *i*, que surge no *corpus* em alguns casos e alterna com a grafia com *e*:

Tabelião	Formas com <i>e</i>	Formas com <i>i</i>
Domingos Viegas (SVB)	Texto 1 (1274), “ <i>e</i> cõ todas sas entradas <i>ĩ</i> mõte en fonte”, “ <i>que</i> nos auemos En termo”, “E se nos en cõcelho ñõ <i>queremos</i> ”, “Reynaua en Portugal”	Texto 1 (1274), “ <i>e</i> cõ todas sas entradas <i>ĩ</i> mõte e en fonte”
Pedro Moniz (SVB)	3 (1285), “a par da cabeça da zebreyra en logar <i>que</i> chamã”, “ <i>tabeliunt en</i> san vicête”	3 (1285), “ Jn nome de deus eu”, “cãto demãdar tãto <i>ĩ</i> duplo a uos cõpona e se nos <i>ĩ</i> Concelo ñõ <i>quisermos</i> ”; 4 (1287), “erdade <i>que</i> nos auemos <i>ĩ</i> termo de san vicête <i>ĩ</i> loguar <i>que</i> dizê”, “cãto demãdar tãto <i>ĩ</i> [du]bro a uos cõpona”; 5 (1290), “ JN nome de deus amen . eu”, “erdade <i>que</i> nos auemos <i>ĩ</i> termo de san uicête <i>ĩ</i> loguar <i>que</i> dizê”, “cãto demãdar tãto <i>ĩ</i> dubro a uos cõpona”, “e se uos nos <i>ĩ</i> Concello ñõ <i>quisermos</i> ”; 6 (1292), “ Jn nome de deus amen . eu”, “ <i>que</i> eu ey <i>ĩ</i> termo de san uicête <i>ĩ</i> loguar <i>que</i> dizê”,

a *tud’e nada* onde o *e* devia soar *ê*, pois só por ele se explica o *e* surdo de *tudenada*. A conjunção portuguesa *e* outrora soava *i* somente antes de vogal (cfr. *di ontem*, por *de ontem*), mantendo-se a primitiva pronúncia (*é*, *ê*) antes de consoante (cfr. *de ti*); depois a pronúncia *i* generalizou-se a todos os casos, isto é: quer antes de vogal, quer também antes de consoante. Em *tudenada* perdera-se a consciência de que o *e* era conjunção, porque esta expressão apareceu ao espírito como se fosse palavra simples, em que o *e* tinha o valor de qualquer *e* interior, sem que houvesse motivo especial para se mudar em *i*”.

⁵⁵⁷ Pelo contrário, “E” até surge preferencialmente antes de vogal, e “i” antes de consoante. Já “e” só surge antes de consoante, mas apenas tem dois casos; certamente também poderia aparecer antes de vogal.

⁵⁵⁸ Ambas as hipóteses consideram, necessariamente, nexos históricos entre a grafia “i” para a conjunção e a pronúncia que se viria a generalizar.

		“Reynaua ī portugal”; 7 (1292), “ Jn nome de deus amen Eu” (cancelado pelo autor), “ Jn nome de deus amen eu”, “erdade <i>que</i> nos aueemos ī termo”, “Reynaua ī Portugal”

As formas com *i* surgem no 1.º e 3.º tabeliões do *corpus* — notando-se que o 2.º, ao contrário deles e dos próximos, não é de S. Vicente da Beira mas de Castelo Novo —, ainda no séc. XIII. Ou seja, ainda em época em que o latim salpicava frequentemente, e em uso indiscriminado ou quase indiscriminado, os textos escritos em português. Por isto, é claro que se tem de assumir como boa hipótese o tratarem-se de meros latinismos; nas expressões do tipo de “Jn nome de deus...”, tal apresenta-se ainda mais provável, pois os textos da época (como se vê em vários dos do *corpus*) começavam muitas vezes pelo equivalente latino do tipo citado: “Jn nomine domini”, “Jn dei nomine” ou similar.

Por outro lado, mais uma vez as formas podem aparecer antes de vogal ou de consoante, tal como as formas com *e*; sendo curioso referir que, se no texto de Domingos Viegas há alternância entre *em* e *im* — com privilégio da primeira —, nos de Pedro Moniz há clara preferência pela segunda, que é a exclusiva a partir do texto 4.

Ora, se os escribas conheciam perfeitamente a forma *em*, porque é que também utilizavam *im*, numa palavra de uso banal? Podemos ver aqui algum fenómeno de *e* já mais fechado, antevendo a realização que hoje é regular na zona? Os dados que temos visto neste § podem permiti-lo. No entanto, dada a cronologia das formas — que, convém não esquecer-lo, se inserem em textos com latinismos —, as grafias em *im* devem ser interpretadas como reais latinismos. Esses latinismos poderiam, de facto, ser facilitados por um putativo timbre mais fechado do *ẽ*; mas esse timbre continuaria a ser fundamentalmente *ẽ*, vindo daí a norma posterior em *em*.

Isso a não ser que essa norma *e* / ou realizações com a vogal menos subida seja(m) totalmente estranha(s) à região, coisa que não podemos verificar e, pelo menos para o segundo caso, se afigura naturalmente remoto: pelos latinismos que se notam noutros textos da época, e nos mesmos, e pela ausência de dados linguísticos semelhantes para este período restrito.

c) Faremos, por último, referência ao facto de no texto 95 (G. Martins, 1376) se utilizar para grafar ‘que’ — tanto conjunção como pronome —, para além do processo normal “*q̄*” (que se desenvolve “*que*”), um sinal que se tem de desenvolver como “*qui*”⁵⁵⁹. A relação dos casos é a seguinte:

- (1) Forma “*que*”: 5 casos: l. 6 “...derrejto⁺ [...] **que** eu ey...”; l. 7 “...derreyto⁺ [...] **que** eu ey...”; l. 11 “...Por Preco certo⁺ [...] **que** eu de uos Receby⁺...”; ls. 13 e 14: “...partem⁺ cõ uosco Cõpradores *E* cõ todolos outros cõ **que** de derreyto⁺ [...] deuẽ de partyr **que** vos *E* quẽ de uos ffor perra⁺ [...] Todo ssemPre⁺...”.

⁵⁵⁹ Não se pode representar esse sinal aqui, mas pode referir-se que se trata do sinal que, vindo ou não na continuação da perna do “*q̄*”, se coloca verticalmente, embora ligeiramente curvo, por cima da letra; é o símbolo que Nunes 1981:11, alínea e, ilustra, aplicando-lhe o significado que foi desenvolvido na transcrição. É portanto o sinal de abreviação de *ir/ri*/etc..

- (2) Forma “*qui*”: 3 casos: l. 4 “...emtemdêdo⁺ [...] **qui** era⁺ [...] Maa prol vêêdo A uos...”; l. 8 “...erdades **qui** fforõ de domygos ...”; l. 26 “...Meu synal ffyz **qui** tal he⁺...”.

Como deve ser interpretada esta aparente alternância livre (em que, tal como no caso da alínea *a*, qualquer das formas pode aparecer antes de vogal ou consoante)? Alguma informação tem primeiramente de ser acrescentada: (i) nos outros dois textos deste tabelião — ambos anteriores —, ‘que’ ocorre sempre com a grafia “*que*” (num total de 20 casos, havendo 7 no primeiro texto; a forma aparece antes de vogal e de consoante, e em contexto de pronome como de conjunção); (ii) os textos deste tabelião são especialmente complexos do ponto de vista gráfico, com muitas abreviaturas *supérfluas*. Sendo assim, é difícil, por um lado, atribuir grande significado linguístico às formas com *i*; mas, por outro, é difícil não atribuir *qualquer* significado linguístico a essas formas pois, como já foi visto, estamos a considerar uma época em que já se notam casos de elevação de *e* e um tabelião cujos textos atestam a elevação de *e* antes de tónica.

Temos assim um caso parecido com o da alínea *a*, embora com a importante nuance do perfil scriptológico / paleográfico problemático, por assim dizer, dos textos agora considerados. É, no entanto, muito aceitável — parece-me que o mais correcto — ver, no fundo daquela grafia da conjunção (*e*, bem assim, da sua própria alternância), em maior ou menor medida, todos os aspectos que vimos neste § (com todas as questões que necessariamente ficam em aberto).

2-2] De resto, e voltando ao *e* pré-tónico estritamente interior de palavra, a representação apresenta-se, por defeito, como <e>, sem oscilações gráficas (como p. ex. síncope) que possam permitir ver já algum enfraquecimento conducente à realização de tipo *schwa* que hoje temos e que tem sido balizada para muito depois do período de que nos ocupamos.⁵⁶⁰ Teyssier 1980 (2001:62) diz que “uma coisa parece pelo menos segura: o [i] pretónico, tão característico da língua contemporânea de Portugal, surgiu no século XVIII, provavelmente depois de 1750”⁵⁶¹; Castro 2006:194-5 revê o problema desta forma, tratando em simultâneo a elevação de *e* e o pré-tónicos (o que, apesar de ser historicamente atractivo, pode dar azo a alguma confusão⁵⁶²):

Merecem particular atenção os casos de *pregar* (< PLĪCARE) e *morar* [*I.e. as vogais átonas pré-tónicas [e] e [o] tomadas em sentido geral*], cujas vogais pré-tónicas sofreram uma elevação para /ə/ e /u/ respectivamente, sem que a grafia denuncie tal facto. Esta elevação deu-se na totalidade do território português, o que, em princípio, apontaria para uma datação antiga do fenómeno, que teria permitido essa difusão completa. Mas a conservação das átonas não elevadas no português do Brasil e nos crioulos de base portuguesa parece sugerir que, pelo contrário, as duas vogais não sofreram alteração até muito tarde, possivelmente até depois das maciças deslocações de colonos portugueses para o Brasil, ordenadas pelo marquês de Pombal.

⁵⁶⁰ ‘Pardieiro’ (< *PARETINĀRĪU- < *PARIETINĀRĪU-, segundo Machado 2003 “derivado de *parietīnu*-, «de parede» (vj. o galego *pardineiro* e *pardeiro*”) surge sempre com o primeiro *e* do étimo já sincopado, correspondendo portanto à forma que é geral no português (para atestações do período arcaico ainda com essa vogal, cf. Machado 2003 e Houaiss 2001, s.vv.); é caso sem valor para as questões que estamos a ver.

⁵⁶¹ Adapte a notação fonética do autor à que aqui utilizamos.

⁵⁶² Para além da diferença básica entre as vogais, é importante observar que a centralização de *e* dá azo a uma nova vogal na língua — com a consequente ausência de símbolo gráfico —, ao contrário da elevação de *o*.

É convicção de Paul Teyssier (1982:61-62) que a elevação das vogais pré-tónicas mediais se generalizou no português europeu durante a segunda metade do séc. XVIII. Teyssier evoca o testemunho do ortógrafo Luís do Monte Carmelo, que em 1767 condena grafias como *cutovelo*, *murar*, *partagem*, *tucar*, *xuver*, as quais só seriam possíveis se a elevação estivesse muito difundida. Mas o que isto indica, principalmente, é que o processo que conduziu à difusão deste fenómeno estava em marcha há algum tempo. O próprio Teyssier descobriu, numa gramática manuscrita de 1682, a informação, destinada a leitores franceses, de que o podia soar «quelquefois comme *ou*, comme s’il y avoit *courtat*». Mas há exemplos ainda mais antigos: grafias como *escumugado* (< EXCÔMMÛNICĀTU) e *consuantes* (< CONSŌNANTES) encontram-se em documentos de escribas inábeis, portanto altamente propensos a reflectir na sua escrita traços da oralidade tal como a percebem, datados respectivamente de 1617-1620 e de 1645 (publicados por Marquilhas 2000: 270 e 278). A estes casos, que indiciam uma elevação [o > u] na primeira metade do séc. XVII, Marquilhas adiciona argumentos a favor de uma paralela elevação [e > ə] no mesmo século (Marquilhas 2000: 259-261). Estamos, pois, diante de um problema que merece mais estudo.

Uma coisa, contudo, se apresenta certa: para o português antigo propriamente dito — i.e. para as primeiras fases da língua escrita, o período de que nos ocupamos neste trabalho —, não se pode ainda hoje afirmar que a realização de *e* pré-tónico como vogal central já se verificava.

Mas, se o *e* pré-tónico interior era ainda [e] (ou uma variante mais fraca, devido ao seu carácter átono, mas ainda fundamentalmente correspondente a esse timbre), ele estava sujeito a condicionamentos contextuais. Já vimos a elevação por contacto com vogal, mas há mais.

O mais notório, com grande força no *corpus* que estudamos, era a harmonia vocálica com um *i* tónico seguinte separado por consoante; é um fenómeno que parece aumentar de intensidade com o decorrer do tempo, apresentando-se mais sensível a partir de meados do século XIV. São alguns exemplos: “diujã” (70, 1348), “Pariçia” (71, 1351; entre casos de “pareçeu”), “pidiã”, “pidirõ”, “pitiçõ” (id.), “pidio”, “pidido” (73, 1354), “ssigio”, “pidia”, “pidido”, “pidio”, “páriçia” (75, 1359), “EspíçiaL” (89, 1366). Essa saliência do fenómeno estaria generalizada no português medieval: cf. Silva 2008, II:499 e Maia 1986 (1997:362-366), que refere um aumento de intensidade nos sécs. XV e XVI. Tal aumento vai de encontro aos dados do nosso *corpus*, que apontam um sentido crescente ao fenómeno.

Também se dá a assimilação a *i* pré-tónico seguinte, aparentemente de forma menos intensa; e.g. “obidiĵente” (20, 1299), “obydiēte” (60, 1333), “vjndjççõ” (97, 1386). É fenómeno paralelo ao anterior, que também sido notado para o port. antigo (cf., para dados concretos relativos à zona primacial do port. antigo, o Noroeste, Maia 1986 (1997:366)).

Devidos a dissimilação são os casos de *Crimente* por *Cremente*, sendo a primeira forma de cariz arcaizante e a segunda modernizante (indo portanto no sentido do que temos actualmente).⁵⁶³ Formas derivadas de TESTĪMŌNĪUM que têm *i* grafado na pré-tónica (e.g. “testimuo”, texto 22, 1299; “Testymũio”, 10, 1293; são formas que estão bem atestadas para o port. antigo), ou são latinismos, o que é favorecido pelo facto de serem formas claramente arcaizantes (i. é, formas que remetem para os textos mais recuados no

⁵⁶³ O melhor exemplo disto está nos textos do tabelião Antoninho Clemente, em que há uma correspondência cronológica quase absoluta entre a época dos textos e as grafias *Crimente* ou *Cremente* (que são as únicas que surgem para o nome): o primeiro tipo surge nos textos 56 – 70 e 72 – 75, ao passo que o segundo surge nos 71 e 76-78.

tempo); ou representam assimilação à tónica, que é normalmente alta, ou dissimilação com o *e* anterior. *Possissom* = ‘possessão’ (< POSSESSIONE-), forma mais do que corrente em port. antigo e também representada no nosso *corpus*, será erudita, pois não tem palatalização do grupo *SSJ* (cf. Huber 1933 (2006:120)); mas o *i* por *e* talvez possa na mesma ser explicado por simplificação de *ei*, advindo da antecipação da semivogal, em certos contextos (cf. Williams 1938 (1961:55)).

De passagem a *o* ou *u* por contacto com consoante labial, recolhi “purgamjnho” (73 e 74, 1354; ambos os docs. de A. Clemente), “purgaminho” (83, 1355; D. Miguens) e nenhum caso dessa palavra com *e*. A forma *porgaminho* / *purgaminho* está plenamente atestada na língua da época, assim como o processo geral de evolução para *o* ou *u* de *e* átono por contacto com labial; é aliás um fenómeno que chegou à generalidade dos dialectos portugueses contemporâneos (cf. Vasconcelos 1901 (1970:103)), incluindo os do Sueste da Beira (cf. atrás o **Capítulo I, Secção B, I. Fonética**, §3 da vogal *e*).

Também esporádicos são os casos de elevação do *e* por contacto com consoante palatal: “mylhor” (35, 1319), “mjlor” (98, 1386), e várias representações de *Geral(do)* / *Gerald*es como *Giral(do)* / *Girald*es (que são exclusivas no *corpus*).

Outras assimilações ocasionais são *tabaliom* e *Sabastião*, que surgem várias vezes no *corpus*.⁵⁶⁴

Em formas do tipo de *sateenta* e *sasseenta*, que são frequentes, o *e* passa a *a* por influência da sibilante ou por dissimilação com a vogal seguinte. Em “Sessasenta” (15, 1298), temos a hesitação entre *e* e *a* espelhada.

Para “pora” = ‘pera’, ‘para’, cf. atrás o §1-2 da vogal *a*.

3] Em posição pós-tónica, *e* apresenta consistentemente <*e*> (remetendo portanto para *e*), aparte casos especiais que veremos.

A posição final absoluta, devido à relação com *-i* átono e, secundariamente, aos casos de grafia com *i* que se registaram no *corpus* — “çinqui” (61, 1333), “ffirmy” (79, 1333), e “liury” (80, 1342) —, coloca algumas questões interessantes; é desenvolvida adiante em 1.3, quando se tratar o *-i* átono. De resto, poderá merecer referência aqui apenas o facto de ‘vale’ poder vir com ou sem ou sem *-e*. A apócope — i.e. a queda após *l* em palavra frequentemente utilizada com sentido proclítico — é fenómeno banal quer na linguagem contemporânea quer na antiga, com o qual qualquer falante do português está familiarizado desde a primeira hora.

No que concerne à posição pós-tónica interior, devem ser citadas: em primeiro lugar, as formas “eanos” (6, 1292) e “pedreans” (18, 1299; está em final de linha), que são, entre as inúmeras vezes que o nome ‘(e)anes’ surge no *corpus* com as vogais esperadas, casos meramente gráficos — erros —, e não propriamente linguísticos; em segundo e último lugar, entre fonética e morfologia, a alternância *-vel* / *-vil*, que é vulgar no port. antigo (cf. a esse respeito Cardeira 2005:221-246). Dispomos dos seguintes casos relevantes para essa questão:

Tabeliões	Formas com <i>-vel</i>	Formas com <i>-vil</i>
Domingos Viegas (SVB)	Texto 1 (1274), “perdurauel”	

⁵⁶⁴ No §2-2 da vogal *a* ficaram citados “Tebelyõ” (37 e 38, ambos de 1325 e Francisco Soares) e “sauestãez” e “Sauestááo” (81, 1351), que ilustram evoluções diferentes destas palavras; mas os tipos *tabaliom* e *Sabastião* são de longe os mais frequentes, como seria de esperar.

Pedro (E)Anes (SVB)		Texto 20 (1299), “estauil”; 23 (1301), “estauil”
Estêvão Peres (SVB)		29 (1311), “stauil”; 33 (1312), “mouil” (2x)
Afonso Domingues (SVB)		40 (1328), “perdurauil”, “mouil”, “estauil”; 41 (1328), “perdurauil”, “estauil”; 42 (1329), “perdurauyl”, “estauil”; 43 (1332), “perdurauil”, “estauil”; 44 (1333), “perdurauil”, “stauil”; 45 (1334), “perdurauil”, “stauil”; 46 (1335), “perdurauil”, “stauil”; 47 (1335), “perdurauil”, “stauil”; 48 (1336), “perdurauil”, “stauil”; 49 (1339), “perdurauil”, “stauil”; 50 (1342), “perduravil”, “stavil”; 51 (1342), “perduravil”, “stavil”; 52 (1343), “perdurauil”, “stauil”; 53 (1349), “perduRavil”, “sstavil”; 54 (1350), “perduRavjL”, “stavjL”
Antoninho Clemente (SVB)	60 (1333), “amjgaueL”; 65 (1336), “estaueL”	57 (1333), “estauil”; 71 (1351), “estaujL”, “amygaujl”, “EstaujL”
Martim Jordão (CB)	79 (1333), “perdurauel”, “estaueL”	
Martim Anes (CN)	80 (1342), “estaueL”	
Gonçalo Esteves (CB)		81 (1351), “estauiL”; 82 (1358), “estauiL”
Domingos Miguens (SVB)		“Estauil” nos textos 84 (1357), 86 (1363), 87 (1363), 88 (1363), e 89 (1366)
Antoninho Peres (CN)		91 (1359), “estauilL”
Vasco Domingues (SVB)		92 (1366), “estaujL”
Gonçalo Martins (SVB)	94 (1376), “stauel”; 95 (1376), “stauel”	
Vasco Clemente (CB)	97 (1386), “perdurauel”, “estaueL”; 98 (1386), “perdurauel”, “husauel”, “estaueL”	
Afonso Anes (CB)	99 (1397), “estaueL”	

Como se vê, os dois tipos de forma aparecem desde sempre; mas *-vil* domina durante a maior parte do período considerado, parecendo a predominância actual vir a desenhar-se no final. Tal cronologia do sucesso de *-vel* estaria genericamente de acordo com o que tem sido observado (cf. esp. Cardeira 2005:239-241).

Sobre a evolução para [j] de *e* arcaico em contacto com tónica devido a queda de consoante sonora intervocálica (i.e. QUALES > *quaes* > *quais*, SOLES > *sóes* > *sóis*, etc.), cf. **1.9.2. Ditongações**, §1.

1.3. I

1] Não há fenómenos significativos nesta vogal quando em posição tónica ou pré-tónica; em posição pós-tónica, interessa fundamentalmente o que trataremos no § seguinte.

2] O fenómeno mais importante a respeito da vogal *i* é o desaparecimento de [i] final átono (proveniente de *i* longo latino), que subsistiu plenamente nas primeiras fases do português arcaico (e lhe dá um carácter imediatamente distintivo aos olhos de um falante da Norma moderna) e sofreu depois diversos resultados que levaram à sua desapareição quase total. Segundo Williams 1938 (1961:61), o *i* final átono teve em português quatro resultados: a fusão com a vogal anterior, quando esta é um *i* tónico (e.g. VĪDĪ > *vii* > *vi*); a passagem a semivogal, quando está em hiato com uma vogal tónica de timbre diferente (e.g. AMĀUĪ > *amai* > *amei* ⁵⁶⁵); a apócope, quando antecedido de *c*, *s* ou *l* simples (e.g. FĒCĪ > *fiz*; PŌSUĪ > **posi* > *pus*; SALĪ (imperativo, na 2.^a pessoa do singular) > *sal*); e a passagem a *e*, no resto dos casos (e.g. ĪLLĪ > *lhe*, HABUĪ > *houve*) ⁵⁶⁶. Para este ponto, apenas nos interessam os terceiro e quarto resultados, devendo observar-se primeiramente que a vogal em causa não é muito frequente na língua; apenas ocorre em certas formas verbais e certos pronomes, numerais e advérbios ⁵⁶⁷.

Passamos a ver os resultados que o nosso *corpus* permite.

a) Formas verbais — Seriam relevantes as formas da 1.^a e da 2.^a pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo, mas só dispomos de casos com a 1.^a. Aí se vêem os seguintes dados:

Tabelião	Texto (com data) e forma
Domingos Viegas (SVB)	1 (1274) “pussj”
Julião Domingues (CN)	2 (1283) “pugj”
Pedro Moniz (SVB)	3 (1285) “fizj”, 4 (1287) “fiz”, 5 (1290) “fizj” 2x, 6 (1292) “fiz”, 7 (1292) “fiz”
Pedro (E)Anes (SVB)	8 (1293) “pusi”, 9 (1293) “pugj”, 10 (1293) “pugi”, 11 (1294)

⁵⁶⁵ Como Williams nota, é importante ter presente que “Se a vogal tónica era *e* e o hiato decorria da queda do *n*, o [j] do *ẽi* resultante caía: *uẽnĩ* (segunda pessoa do singular do imperativo) > **vẽi* > *vem*.”

⁵⁶⁶ Acrescenta Williams que “Essa modificação não se completou até o início do século XIV”.

⁵⁶⁷ Isto em toda a românia ocidental, como não deixa de lembrar Maia 1986 (1997:521).

	“pugi”, 12 (1296) “pugi”, 13 (1297) “pusi”, 14 (1297) “pusi”, 15 (1298) “pussi”, 16 (1298) “pugi”, 17 (1298) “pugi”, 18 (1299) “pugi”, 19 (1299) “pugi”, 20 (1299) “pussi”, 21 (1299) “pusi”, 22 (1299) “pusi”, 23 (1301) “pusi”, 24 (1302) “pussi”, 25 (1304) “pussi”
Estêvão Peres (SVB)	26 (1306), 27 (1307), 28 (1308), 29 (1311), 30 (1311), 31 (1311), 32 (1311), 33 (1312), todos apenas com “pugj”
Francisco Soares (SVB)	35 (1319) “ffij”, 36 (1320) “ffiz”, 37 (1325) “ffiz”, 38 (1325) “ffiz”
Afonso Domingues (SVB)	39 (1327), 40 (1328), 41 (1328), 42 (1329), 43 (1332), 44 (1333), 45 (1334), 46 (1335), 47 (1335), 48 (1336), 49 (1339), 50 (1342), 52 (1342), apenas com “ffiz”; 51 (1342) “[ffi]z”; 53 (1349) e 54 (1350), “ffjz”
Pedro Gonçalves (Pr)	55 (1331) “ffiz”
Antoninho Clemente (SVB)	56 (1332), 57 (1333), 58 (1333), 59 (1333), 61 (1333), apenas “pugj”; 60 (1333), 62 (1334), 63 (1335), 64 (1335), 65 (1336), 66 (1338), 67 (1342), 68 (1342), 69 (1347), 70 (1348), 71 (1351), 72 (1354), 73 (1354), 74 (1354), 75 (1359), 76 (1360), 77 (1363), 78 (1363), apenas “ffiz”
Martim Jordão (CB)	79 (1333) “ffiz”
Martim Anes (CN)	80 (1342) “[ffi]z”
Gonçalo Esteves (CB)	81 (1351) e 82 (1358), “ffiz”
Domingos Miguens (SVB)	83 (1355), 84 (1357), 85 (1361), 86 (1364), 87 (1363), 88 (1363), 89 (1366), apenas “ffiz” ⁵⁶⁸ ; 90 (1368) “fiz”
Antoninho Peres (CN)	91 (1359) “fiz”
Vasco Domingues (SVB)	92 (1366) “ffiz”
Gonçalo Martins (SVB)	93 (1376), 94 (1376), 95 (1376), todos com “ffyz”
João (E)Anes (SVB)	96 (1377) “ffjz” ⁺ , “ouue”
Vasco Clemente (CB)	97 (1386) e 98 (1386), “ffjz”
Afonso Anes (CB)	99 (1397) “ffjz” 2x, “ouue” 2x

Nota-se já no final do séc. XIII a tendência para o desaparecimento do *-i* (com os três casos de P. Moniz), mas a vogal consegue persistir até 1333 (textos de A. Clemente). As formas com *-e* de que dispomos — em ‘houve’, textos 96 (1376) e 99 (1397) — concordam com essa cronologia, pois surgem no final do séc. XIV.

Em ‘houve’ o *-e* é o esperado (é o resultado que vigorou), do mesmo modo que nas outras formas relevantes que o *corpus* apresenta para o desaparecimento de *-i* átono — ‘fiz’ e ‘pus’ — só há apócope (mais uma vez o resultado que vigorou). A ausência de atestações de *-e* nesse tipo de formas parece, no entanto, ser um traço do galego-português de cá do rio Minho: Maia 1986 (1997:522) regista formas com *-e* do tipo em documentos da Galiza, ao passo que em Portugal só “aparecem ou formas em *-i* ou formas com perda da vogal final” (formas essas “também documentadas a norte do Minho”, como seria de esperar).

⁵⁶⁸ Apresentando o caso do 86 um traço sobreposto não desenvolvido (ou seja, na transcrição, a forma “ffiz”⁺).

b) Formas pronominais — Dispomos de casos respeitantes ao actual ‘lhe(s)’ (< ILLĪ(S)): ⁵⁶⁹

Tabelião	Texto (com data) e forma
Domingos Viegas (SVB)	1 (1274) “lhj” (P)
Estêvão Peres (SVB)	33 (1312) “lhj” (P), “lj” (P), “ljs” (P)
Francisco Soares (SVB)	34 (1317) “lhi” 2x (sempre P)
Antoninho Clemente (SVB)	57 (1333) “lhis” 7x (4x P), “lhela” ⁵⁷⁰ , “lhela” (P ⁵⁷¹); 61 (1333) “lhj”, “lhis”; 70 (1348) “lhis” 2x (sempre P); 71 (1351) “lhi” (P), “lhis” 3x (sempre P ⁵⁷²), “lhj” 2x (sempre P); 73 (1354) “lhj” 2x (sempre P); 74 (1354) “lhj” (P); 75 (1359) “lhj” 4x (sempre P ⁵⁷³); 77 (1363) “lhj” 3x (2x P), “lhy”
Domingos Miguens (SVB)	83 (1355) “lhj” 6x (4x P ⁵⁷⁴), “lhjs” (P); 85 (1361) 2x “lhj” (sempre P), “lhe” (P); 86 (1363) “lhjs” (P); 87 (1363) “lhj” (P); 89 (1366) “lhj” (P)
João (E)Anes (SVB)	96 (1377) “lhj” 6x (3x P), “lhjs” 3x (1x P)
Afonso Anes (CB)	99 (1397) “lhe” 8x (5x P ⁵⁷⁵)

Vemos nos dados que -e por -i já ocorre no segundo quartel do XIV: no texto 57, (A. Clemente), de 1333, há “lhela” 2x (1 em próclise); a vogal etimológica domina até 1377 (inclusive), apenas contrariada pelo caso “lhe” do texto 85 (D. Miguens), de 1361; depois de 1377 apenas há dados para o último texto do *corpus* (99, A. Anes, 1397), onde só se encontra -e. Os casos de 1333 podem ser particularidades, devido à sua forma específica — com conservação do *l* originário do clítico ‘a’ —, mas não deixam de atestar o fenómeno; o facto de apenas ocorrer mais uma forma com -e antes do último texto do *corpus* mostra a dimensão esporádica que o fenómeno teve durante todo ou quase todo o séc. XIV.

Em Maia 1986 (1997:521) vemos que -e por -i neste pronome é, logo desde o início da produção escrita, mais forte na Galiza do que para cá do rio Minho, sendo mesmo exclusivo, no *corpus* analisado pela autora, no Norte e Este da província espanhola.

c) Temos ainda o numeral ‘vinte’, com a vogal em posição final e, quando se trata de número composto (e.g. vinte e um), com a copulativa expressa (ou seja, excluindo os casos em que houve contracção com a copulativa, fenómeno no qual não podemos avaliar que vogal estaria no numeral), em vários casos; sempre com a grafia -e:

⁵⁶⁹ Os casos que estão em posição proclítica são seguidos de um “P” entre parênteses; os que estão em posição enclítica não são destacados. — Não indico formas contractas como “lha” (= ‘lhe’ + ‘a’), etc., pois não interessam ao que estamos a ver.

⁵⁷⁰ O pronome está no plural, sendo o “l” antes de “a” o resultado da assimilação do *s* com o *l* originário do pronome acusativo ‘a’.

⁵⁷¹ Afora o facto de estar em próclise, é caso igual ao da nota anterior.

⁵⁷² Um dos casos tem traço sobreposto não desenvolvido.

⁵⁷³ O último caso tem plica no “j”.

⁵⁷⁴ Numa das vezes, o *i* surge antes de pronome junto: “deffẽdeulho”. À frente no texto, no entanto, surge “lho”, agora em próclise.

⁵⁷⁵ Quatro dos casos têm traço sobreposto não desenvolvido.

Tabelião	Texto (com data) e forma
Francisco Soares (SVB)	37 (1325) “vīte e quatro”, 38 (1325) “vīte e noue”
Afonso Domingues (SVB)	40 (1328) “vījnte e douss”, 41 (1328) “vījnte e Çinque”, 45 (1334) “vījnte e noue”, 50 (1342) “vījnte e Çinque”, “vījnte e tres”, 51 (1342) “vījnte e dous”, 53 (1349) “vījnte e dous”, 54 (1350) “vījnte”, “vījnte e tres”
Pedro Gonçalves (Pr)	55 (1331) “Vijnte”
Antoninho Clemente (SVB)	58 (1333), “vījnte e dous”, 59 (1333) “vijnte ⁺ e dous”, 68 (1342) “vijnte e quatro ⁺ ”, 69 (1347) “vijnte e noue”, 71 (1351) “vijnte e oyto”, “vijnte ⁺ e Çinque”, “vijnte e oyto”, 77 (1363) “vynte”, “vynte e dous”
Martim Jordão (CB)	79 (1333) “vijte e çinque”
Martim Anes (CN)	80 (1342) “vijnte E oyto”
Gonçalo Esteves (CB)	81 (1351) “vjnte”, 82 (1358) “vynte”
Domingos Miguens (SVB)	83 (1355) “vinte E quatro”, 90 (1368) “vinte E duuas”, “uinte E seis”
Gonçalo Martins (SVB)	94 (1376) “uÿte ⁺ ”, 95 (1376) “vÿte”
Vasco Clemente (CB)	97 (1386) “vjnte E sete”, “vjnte E quatro”

Deve observar-se, apesar da representação consistente de <e>, que a primeira abonação só surge em 1325.

C. Maia, ao tratar *e* e *i* finais átonos, concluiu:

[...] conheceu a região que nos ocupa uma distinção inicial entre /i/ e /e/, que representam respectivamente o resultado da evolução dos fonemas do latim clássico /ī/ e /[ē, ĕ], ĭ/. O fonema /i/ encontrámo-lo ainda representado nalgumas formas; pelo contrário, as palavras que em latim terminavam em -ē, -ĕ ou -ĭ terminariam inicialmente em -e. Uma confirmação indirecta de tal facto encontra-se na ausência de metafoia na terceira pessoa do pretérito perfeito por oposição à primeira pessoa, onde, como vimos, a vogal tónica se fechou por influência de -i: *fiz/fez, pude/pôde, pus/pôs*, etc.

O certo, porém, é que desde muito cedo, /i/ e /e/ finais se fundiram num único fonema, uma vez que a oposição não tinha, neste contexto, qualquer valor distintivo. Como vimos, desde o século XIII ⁵⁷⁶ algumas palavras que terminavam em -i proveniente de -ī passam a ocorrer também com -e. O fonema resultante dessa fusão admitiria diferentes realizações fonéticas, ora [-e], ora [-i] ⁵⁷⁷, ora timbres intermédios entre as duas vogais. [Atesta] essa fusão dos dois fonemas e a realização como [i] na zona estudada a grafia de algumas formas que, de acordo com a sua proveniência etimológica, deveriam terminar em -e e aparecem na grafia com -i: *fiquy, fiqui, fyqy* (3.^a pessoa do singular do presente do

⁵⁷⁶ “Segundo Huber (cf. [Gramática do Português Antigo, 1933], p. 81, § 153), a distinção mantinha-se ainda no século XIV. Os materiais gráficos por mim recolhidos permitem situar a fusão dos dois fonemas em período anterior, uma vez que já no século XIII as formas podiam terminar em -i ou -e.”

⁵⁷⁷ “Essas realizações encontram-se ainda no português do Brasil e em muitas variedades regionais do português e em parte dos crioulos. Sobre este assunto, veja-se José G. Herculano de Carvalho, *Nota sobre o vocalismo antigo português: valor dos grafemas e e o em sílaba átona*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XII, Coimbra, 1962, sobretudo p. 17-23. A propósito da ocorrência de realizações idênticas em galego, veja-se, atrás, p. 376, n. 1.”

indicativo de *ficar*), *diffi* (3.^a pessoa do singular do pretérito perfeito de *dizer*), *fyrmy*, *nommj*, *nomj*, *libris* ‘livres’, etc. [...]. Grafias deste tipo predominam sobretudo nos documentos da província de Orense e, muito especialmente, nos de Pontevedra. (Maia 1986 (1997:523))

No nosso *corpus*, apenas encontramos formas esporádicas de *-e* representado como *-i*: “*çinqui*” (61, 1333), “*ffirmy*” (79, 1333), “*liury*” (80, 1342), a par de variadas formas em que essas palavras surgem com a vogal etimológica; de resto, como já se referiu no §3 de 1.2, onde se citaram esses casos, a representação de *-e* átono é, muito consistentemente, <e>. Dessa forma, é muito difícil supor realizações livres de [i] e [e] para o <e> final. Olhando isoladamente para aqueles três casos, o mais fácil é mesmo supor uma harmonia vocálica com a tónica (fenómeno que, para o pré-tónico, é, como vimos no §2-2 de 1.2, muito saliente nos dados; sendo de notar também que a maioria dos casos que Maia aduz têm *i* na tónica), ou uma atitude hiper-correctiva por parte de um escriba que já não tinha *-i*⁵⁷⁸. Ter-se-ia assim, em posição final, [e], que já existia etimologicamente e para o qual veio a convergir o anterior *i*; esse [e] poderia, como refere Teyssier 1980 (2001:25), ter já uma pronúncia “breve” e “muito fechada” — facilitando grafias em *i* e antecipando o resultado que se conhece —, mas não seria, aparte possíveis exceções, ainda um verdadeiro *i* ou uma verdadeira vogal central. É certo, por outro lado, que não devemos sobrestimar as grafias dos textos; mas, para os nossos dados, não ter, quanto à regularidade fundamental, uma visão cautelosa como a de Teyssier 1980 (2001:60) seria imprudente:⁵⁷⁹

Para certos historiadores da língua, a pronúncia de *-o* e *-e* como [u] e [i] em posição átona final, cujos testemunhos mais antigos datam da primeira metade do século XVIII [NB: por testemunhos entendam-se referências de obras metalinguísticas, que o A. cita nas pp. anteriores] , deve ser recuada para uma época bem anterior, pelo menos até o século XVI. Alguns vão mesmo além dessa data e lembram a existência de certa grafia em *-u* no galego-português medieval (ver p. 25)[...] Pensamos [...] que no português do século XVI a realização dessas vogais era [o] e [e], como ainda hoje permanece em galego. Tratava-se de um [o] e de um [e] muito fechados, que a deriva da língua ia levando para um grau de fechamento e brevidade cada vez maior. Como existiam, nessa posição, apenas três fonemas e como não havia, consequentemente, nenhum meio de opor [o] a [u] /e/ a /i/, os falantes lusófonos, durante largo tempo, não tiveram consciência dessa deriva, e foi necessário esperar pela primeira metade do século XVIII para que certos observadores notassem que se pronunciavam [u] e [i]. Daí em diante, a realização [u] para a vogal escrita *-o* é definitiva. Mas a realização [i] para a que se escreve *-e* será em Portugal, na língua comum, uma simples etapa intermediária para o [i] contemporâneo, que deve ter aparecido na segunda metade do século XVIII.

Uma observação cronológica se deve acrescentar ao que vimos: os dados do nosso *corpus* não permitem situar o fim da oposição *-i/-e* no final do século XIII, mas apenas já no XIV, concordando com a visão tradicional (que já vimos referida por Williams, indo Huber 1933 (2006:93) no mesmo sentido), ou até colocando-a mais tardia (i.e. depois do

⁵⁷⁸ I. é, não conhecendo já a regularidade do *i* final, aplicaria *i* a palavras que o não tinham, pois era o que fazia para os restantes casos em que escrevia aquela vogal em posição final — esses casos teriam a pronúncia *e*.

⁵⁷⁹ O A. trata conjuntamente a elevação de *-e* e *-o* átonos conjuntamente, como é frequente na literatura. — Modificam-se os símbolos fonéticos, nos casos necessários, para o alfabeto fonético aqui utilizado.

início do XIV).⁵⁸⁰ Sendo de referir também que os próprios dados que Maia aduz só o permitem situar no final do XIII para lá do Minho, ou seja, na Galiza.

3] A forma “lydmos”, do texto 96 (1377, J. (E)Anes), representará a síncope do *i* pós-tónico de ‘lídimo’ — forma que ainda hoje o português tem e é derivado semi-culto de LEGĪTĪMU- (v. p. ex. Corominas 1980-1991, s.v. «lindo») —, como se pode ver, inclusive, pelo contexto: “... e pera seer guardada hjgualdade antre os meus Erdejros meus fjlhos⁺ e meus netos Todos lydmos e erdeiros deCraro em este meu Testamêto ...”. Não é de estranhar, na língua, a síncope de pós-tónicas não finais, pois é conhecida a tendência para reduzir as palavras esdrúxulas a graves (e.g. linguagem popular *árvore* > *arve*, *álamo* > *almo*, etc.).

Essa síncope pode ser um passo a caminho da forma ‘lindo’ e, nesse sentido, a forma do nosso *corpus* apresenta-se importante. Com efeito, a etimologia de ‘lindo’ ainda hoje não é pacífica, havendo quem a tire de LIMPĪDU- (como Machado 2003, s.v.)⁵⁸¹ e quem a tire de ‘lídimo’; neste segundo grupo há quem proponha a evolução *lídimo* > *límido* > *limdo* > *lindo* (como Cuervo 1902:10-11) e quem proponha *lídimo* > *lidmo* > *limdo* > *lindo* (como Corominas, *loc. cit.*; é esta a etimologia que tem vingado neste grupo).

Todavia, se exemplos de *lindo* com o significado de ‘legítimo’ / ‘lídimo’ estão documentados em textos antigos, tanto espanhóis como galegos e portugueses (v. p. ex. Cuervo 1902:5ss., Corominas, *loc. cit.*, Nascentes 1952-1955, s.v., Lorenzo 1977, s.v. «lijdemo, lijdemo»), a forma *lidmo*, intermédia no processo de evolução, não parece ter sido até hoje encontrada (v. as *op. cit.*, a par de Cunha 2000, s.v.; nos AA. que a citam, *lidmo* surge sempre como reconstrução).

Assim, podemos atestar esse putativo ‘elo perdido’⁵⁸², favorecendo a evolução a partir de ‘lídimo’ (e não ‘límpido’) e, aí, a partir de *lidmo* (e não *límido*). Por outro lado, perde força a hipótese de Corominas de que o ‘lindo’ português é castelhanismo, pois é em português que se atesta o estágio intermédio.

Outros casos específicos envolvendo a vogal *i*, quando não final, podem ainda merecer referência.

1) Os casos “rrenuço” (texto 57, A. Clemente, 1333) e “Renuçamos” (80, M. Anes, 1342) remetem para *renuçar*, que é mera variante do erudito *renunciar* (ambos < RENUNTIARE). *Renuçar* segue a lei geral de que o grupo latino [tj] precedido de consoante evoluiu para ç (cf. e.g. Williams 1938 (1961:90)); já o desaparecimento da nasal se pode explicar por dissimilação do *n* anterior. Que *renuçar* existia à época ao lado de *renunciar*, está atestado na literatura (cf. e.g. Houaiss 2001 ou Machado 2003, s.vv.) e também no nosso *corpus*: no doc. 60, do mesmo tabelião do 57, há “rrenuçyou”, “rrenuçyarõ”. A inexistência de *n*, contudo, mostra que se partiu de *renuçar* para adoptar a variante erudita, com hesitação, ou que se deu também nessa variante a dissimilação de *n*, numa forma que encaixaria no tipo *semi-erudito*.

2) No texto 69, “cõmeço”. O *e*, ao invés do *i*, é a evolução foneticamente regular do étimo, que era formado por MĒCUM (i.e. MĒ, ablativo de EGO = ‘eu’, + CUM = ‘com’).

⁵⁸⁰ Vai sem dizer que o nosso *corpus* só pode comprometer directamente a linguagem da região a que pertence.

⁵⁸¹ Nem sempre se apresenta o processo por que essa evolução passou; assim está Machado, que apenas indica vir a forma da referida palavra latina. Nunes 1895:303 considera ter havido a queda da sílaba *lim(pi)do*, embora não fique claro se de uma vez só.

⁵⁸² É claro que não podemos ter a certeza de se a forma em questão é um mero erro de escrita; mas, por tudo o que vimos, tal apresenta-se extremamente remoto.

A essa palavra adjunziu-se depois *com*, pleonasticamente, pois o anterior *com* estava agora oculto sob a forma *-go*. Como refere Houaiss 2001, s.v. «comigo», “é possível que tal uso pleonástico tenha ocorrido no lat.vulg. **cumecum*, dado o fato de ocorrer tb. em esp. *comigo*, no it. ant. *commeco* e no velhoto *konmaik*”. O aparecimento de *i* explica-se por influência da forma relacionável *mi* (i.e. o actual ‘mim’). Em português antigo tínhamos ainda as formas com *i* e com *e*, e com *com-* e sem *com-* (cf. e.g. Williams 1938 (1961:150)): *meço*, *começo*, *migo*, *comigo*; ou seja, ainda se estava em fase de transição para o que temos hoje, e a forma que vimos no nosso *corpus* atesta apenas isso. Em idêntica situação estavam os actuais ‘contigo’ e ‘consigo’, que vêm respectivamente de *TECUM* e *SECUM*, também com *e* longo, e têm uma história paralela à de ‘comigo’ (cf. Williams: *id.*).

Referência ainda para o facto de, na forma citada do nosso *corpus*, o *o* ser nasal; apesar de não corresponder à Norma (onde a nasalidade se absorveu no *m* seguinte), essa pronúncia sobreviveu até ao português contemporâneo em alguns dialectos portugueses (do Sul, segundo Vasconcelos 1901 (1970:107); não tenho registo desse facto na linguagem do Sueste da Beira), por influxo das correlatas ‘contigo’, ‘consigo’ ou até de qualquer palavra iniciada por *com-* ou antecedida sintacticamente da mesma partícula.

3) Nos textos 37 e 38 (ambos de 1325 e de Francisco Soares), ‘sinal’ surge sem ‘i’, com a forma “ssnal” em ambos os casos; a tratar-se de redução do *i* pré-tónico, será caso esporádico, mas parece mais tratar-se de um fenómeno eminentemente gráfico, e não linguístico. Com efeito, o sinal do tabelião é desenhado entre “ss” e “nal”, e o autor, se não escreveu mesmo a vogal, tendo esta sido sobrescrita pelo sinal, pode ter optado por omiti-la por falta de espaço ou até por mera idiossincrasia. Os textos 37 e 38 são os últimos do referido tabelião; a forma ‘sinal’ aparece em todos os outros seus textos, e nunca apresenta redução de *i*. ‘Sinal’ é também forma mais do que corrente no *corpus* — todos os textos têm o sinal do tabelião — e, com a excepção dos citados dois casos, não apresenta particularidades dignas de nota.

4) “Setemas” = ‘sétimas’, texto 75 (1359), com *e* onde hoje temos *i*, representa apenas a evolução regular do *i* breve do étimo (SEPTĪMU-), não obstante a variante com *i* ser a mais corrente na época. A variante com *e*, contudo, também seria bem conhecida; cf. Machado 2003, s.v., Lorenzo 1977, s.v. «Seteno, Setimo». Como refere Machado, “[*é*]timo parece forma culta, pois houve as formas *seitemo* e *sétimo*”. A ausência do *i* proveniente do *p* (que é a evolução esperada, cf. Williams 1938 (1961:95)) pode ser explicável, como já tem sido proposto, por influxo de ‘sete’.

5) O *e* por *i* em “propea” = ‘própria’, do texto 98 (1386), representa um fenómeno que diz verdadeiramente respeito à vogal *e* e não a *i*: está tratado no §2-1 da vogal *e* atrás. A ausência do segundo *r* na palavra, para além de ser perfeitamente comum no *corpus* e na língua portuguesa em geral, não interessa para a vogal *i*.

Já “propa”, do 68 (1342), é mero esquecimento de grafar o *i*, no que seria a redacção de “propia”, a forma que os textos do tabelião em causa (A. Clemente) apresentam para ‘prop-’.

1.4. O

1] Em algumas palavras corresponde, a *o* fechado tónico etimológico, <u>. É esse um facto que tem sido notado para o português antigo, especialmente para o início da

época de escrita em português, em que a grafia ainda estava muito hesitante. Por isso, o fenómeno tem sido explicado sobretudo como latinismo gráfico — i. é, patenteia o abrigo que, naqueles tempos em que pelas primeiras vezes se tentava escrever numa língua recente, se procurava na tradição latina. Maia 1986 (1997:391ss.), ao analisar o mesmo fenómeno no seu *corpus* — que só regista em documentos da Galiza (cf. a esse respeito o que a A. diz a p. 393) e, com excepção de um caso particular, apenas em textos do séc. XIII —, refere pertinentemente o valor dúplice de <o> — que tanto se pode referir a o fechado como aberto — como um factor que pode ajudar a explicar o fenómeno; e acrescenta:⁵⁸³

Seja qual for a explicação que se aceite, parece certo que o facto de se estar numa época em que a grafia ainda não se tinha fixado ajuda a explicar a hesitação, no interior do mesmo texto, entre formas com diferentes grafias. Assim, o documento 1267 O[rense] 52 regista *mõgef* e *mũgef* e o documento 1290 P[ontevedra] 106 assinala *mõge* e *mũge*. Além disso, nesse período impunha-se muito intensamente a força da tradição latina: sobre cada notário pesava fortemente a influência do latim jurídico em que até então eram redigidos os documentos notariais. Daí que as formas latinas ou de pretensa aparência latina fossem sentidas pelos escribas como mais cultas, o que levava a introduzi-las nos documentos; isto, naturalmente, associado à força do hábito de redigir documentos naquela língua, o que podia, nalguns casos, fazer com que escapassem, em textos romances, algumas palavras latinas ou com essa aparência. Creio, pois, que algumas formas têm essa explicação: os textos em que ocorrem contêm outras formas latinas ou pseudo-latinas. [...]

Noutros casos, não pode excluir-se a possibilidade de as formas grafadas com *u* corresponderem a autênticas formas da língua falada. Refiro-me especialmente àquelas formas onde a vizinhança de determinados sons pode ter condicionado a passagem de [o] a [u] [...]. (Maia 1986 (1997:394-395))

Vemos portanto que, apesar de poderem ser conjecturadas explicações mais ou menos satisfatórias e de a sua presença não se fazer sentir com a maior força, o fenómeno de *u* por *o* em textos do port. antigo não é transparente; cada caso é um caso. Comentaremos seguidamente os dados que o nosso *corpus* apresenta a respeito do assunto.

As formas que nos interessam são:

- (1) Tipo *dubr-* / *dupl-*: texto 3 (1285), “duplo” = ‘dobro’; 5 (1293), 9 (1293), 67 (1342), “dubro” = ‘dobro’; 10 (1293), 13 (1297), 14 (1297), 15 (1298), 16 (1298), 17 (1298), 19 (1299), 21 (1299), “dubre” / “dubre” (esta última variante nos textos 15, 16, 17, 21) = ‘dobre’.
- (2) Texto 3 (1285), 2x “Mayur” = ‘Maior’ (nome próprio, do latim MAIŌR; “na origem epiteto”, como refere Vasconcelos 1928c:47).
- (3) Texto 3 (1285), “Priul” = ‘Prior’; 4 (1287), “[pri]ul”.
- (4) Texto 4 (1287), “cõparadures” = ‘comparadores’, i.e. o actual ‘compradores’.
- (5) Texto 9 (1293), “Lubu” = ‘Lobo’ (sobrenome).
- (6) Texto 3 (1285), “tabaliũ” = ‘tabaliom’ = ‘tabelião’.
- (7) Texto 4 (1287), “frutuso”; 6 (1292) “ffrutuso”. Não temos aqui meros esquecimentos de grafar o “o”, mas sim, ao invés do apelido ‘Frutuoso’, o também conhecido ‘Frutoso’. Esta última forma, de resto, aparece pouco depois, no texto 18

⁵⁸³ Adapto a notação fonética da A..

(1299, tabelião P. (E)Anes), sob a forma mais esperada para a época: “fruytoso”, com *ui* conservado.

Com exceção de “dubro” no texto 67, as formas restringem-se a documentos do século XIII. E estão restritas a três tabeliões: Antoninho Clemente tem apenas o texto 67, Pedro (E)Anes os 9, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 19 e 21 e Pedro Moniz os restantes: 3, 4, 5 e 6; é também este tabelião quem apresenta maior variedade de casos.

Outros dois pontos prévios devem ser mencionados. Em primeiro lugar, que o facto de aparecerem estas formas com *u* de maneira nenhuma quer dizer que não possamos encontrar, em textos do mesmo tabelião ou da mesma época, formas com o esperado *o*: cf. e.g. “Mayor” no texto 6 (1292), de P. Moniz, “priol” no 5, 6 e 7 do mesmo tabelião, ou “dobro” no 70 (1348) e no 71 (1351), de A. Clemente (a par de “dobre” no 57, 1333).⁵⁸⁴ Em segundo lugar, que pelo menos quase todas as formas que registamos no nosso *corpus* também já foram notadas noutros textos da época; cf. e.g. Maia 1986 (1997:391ss.), quer nos casos notados no seu *corpus*, a que faz referência no corpo do texto, quer noutros, que cita em notas.

O que se pode então concluir da análise dos dados? Com uma situação temporal tão bem definida dos casos, temos necessariamente, na sequência do que já foi visto, como explicação principal o eco da tradição escrita latina.

Depois, como ficou dito, cada caso é um caso e podemos ter, *a priori*, tanto (i) fenómenos efectivamente linguísticos como (ii) fenómenos apenas gráficos como ainda (iii) um misto dos dois. Pode ver-se, por exemplo, nos casos *dubr-*, depois de verificar o caso “duplo” do texto 3 — que surge na expressão “...tãto ã duplo a uos cõpona...” —, meros latinismos; mas, ao verificar o caso “dubro” no 67, já em meados do séc. XIV, podemos pressupor um efectivo fechamento do *o* (mesmo que não chegue a próprio [u]), por efeito da consoante labial seguinte (como admite, de resto, Maia 1986 (1997:395)); pode favorecer esta hipótese o facto de encontrarmos “dobro” entre os casos do séc. XIII e o texto 67, nomeadamente no 29 (1311, E. Peres) e várias vezes em Afonso Domingues. Já em “Lubu”, apesar da labial, parece mais claro o factor latinismo; em “tabaliũ”, apesar do contacto com a semivogal palatal, que favorece o fechamento em certos casos (cf. e.g. MŪLTU- > arc. *moito* > *muito*), também parece mais convincente a explicação de latinismo, pois é forma que surge num tabelião em cujos textos, nos outros casos em que essa palavra ocorre, é utilizado “tblnt” para a grafar (remetendo portanto para a terminação latina -UNT; o “t” vem maiúsculo no texto 4). Etc..

Seja como for, dada a localização temporal restrita dos casos — em palavras que, de resto, virão a ser escritas com o previsível *o*, como se atesta, para todas, no *corpus* — e o seu baixo número, é forçoso admitir, como se disse, que a explicação dominante para os casos é a influência latina; i.e. são, por defeito, latinismos.

Ressalta de tudo isto que, se quisermos ver já na época casos de fechamento de *o* como os que existem hoje na linguagem da região (cf. o **Capítulo I, Secção B, I. Fonética**, §§1 e 2 de 1.4), os dados são, no mínimo, demasiado escassos e duvidosos.

2] Vemos nos dados que o fechamento de [o] para [u] por influência de *i* próximo (semivogal ou vogal) ainda se apresentava na linguagem da época em fase de transição, mais ou menos concluída.

⁵⁸⁴ Notamos aqui, portanto, a alternância que também vimos C. Maia notar.

a) Quando o *i* é uma semivogal final, há apenas a considerar a variação ‘foi’ / ‘fui’ na 1.^a pessoa do pretérito perfeito do indicativo do verbo ‘ser’ (< FŨI): 1) Variante com *o*: “foy” (texto 3, P. Moniz, 1285), e “ffoy” em vários textos de A. Clemente (59 (1333), 63 (1335), 68 (1342), 69 (1347), 71 (1351), 75 (1359)). 2) Variante com *u*: “ffuj” (26, E. Peres, 1306), “ffuj” (31, id., 1311), “ffuj” 2x (30, id., 1311), “ffuj” (32, id., 1311), “ffuj” (33, id., 1312), “ffuy” (41, A. Domingues, 1328), “ffuj” (46, id., 1335), “ffuj” (52, id., 1343), “ffuy” (55, P. Gonçalves, 1331), “ffuy” (83, D. Miguens, 1355). Observa-se portanto que as duas possibilidades existem desde bastante cedo, embora se verifique ainda na época a mera alternância entre elas; a estabilização ainda estaria para vir. De notar também que não há sobreposição de formas no mesmo tabelião, i.e. não podemos encontrar *foi* e *fui* em textos do mesmo tabelião.

A referida variação deve todavia ser considerada num contexto mais amplo, pois já foi notada *troca* total de ‘foi’ e ‘fui’ — i.e. não só o uso de *foi* para a 1.^a pessoa como o de *fui* para a 3.^a — para o port. antigo e para alguns dialectos contemporâneos.⁵⁸⁵ Mas não se pode deixar de notar que essa troca não se apresenta sensível nem no *corpus* — ou seja, não se encontra *fui* para a 3.^a pessoa, que surge mais de 50 vezes, de 1294 (texto 11) a 1397 (último texto) — nem no dialecto actual da região; e os dados que vemos seguidamente parecem valorizar os presentes.

b) As variações *moito(a, etc.)* / *muito(...)* representam o contexto derivado de -LT-, com a semivogal em interior de palavra, e mostram-nos casos que, *grosso modo*, vão no mesmo sentido do que se atestou a respeito de *foi* / *fui*. Com efeito, existem as duas possibilidades desde cedo mas, apesar de a variante com *u* ser mais frequente, não se pode descortinar ainda, com segurança, uma estabilização. — 1) Variante com *o*: “moytas” (71, A. Clemente, 1351). — 2) Variante com *u*: “múytas” (33, E. Peres, 1312), “muitos” (83, D. Miguens, 1355), “mujto” (96, J. (E)Anes, 1377).

É interessante constatar que mais uma vez não há sobreposição de formas num mesmo tabelião; mais do que isso, vemos tabeliões — E. Peres e D. Miguens — que atestavam *u* na alínea anterior a atestá-lo também aqui e, simetricamente, um outro tabelião — A. Clemente — que atestava *o* a fazê-lo mais uma vez aqui. Nota-se uma certa coerência, portanto, com Antoninho Clemente a aparecer como mais conservador.

Este maior conservadorismo de A. Clemente, a par da maior variedade de tabeliões em que verificámos, nesta e na alínea anterior, as formas com *u*, pode evidenciar alguma preferência por essas mesmas formas; mas não mais do que isso, pois *o* ainda continuaria com vitalidade. O que passamos a ver também o evidencia.

⁵⁸⁵ Cf. p. ex. Williams 1938 (1961:243): “A confusão de *fui* com *foi* foi comum no português arcaico e ainda o é em certos dialetos”, remetendo para Lang 1894:114. Por seu lado, Leite de Vasconcelos, na *Esquisse*, refere: “foi, 1^{re} pers., et fui, 3^e pers., dans le Nord et dans le Centre” (Vasconcelos 1901 (1970 :116)).

Têm sido feitas tentativas para explicar o *u* da 1.^a pessoa como etimológico: na latinidade vulgar, FŨI teria passado a *FŨI (cf. um levantamento dessas teorias em Maia 1986 (1997:823ss.)). Todavia, se essa hipótese confere com a maior parte das línguas românicas, fica, no caso do português, por explicar o *o* que se regista na 1.^a pessoa; seria estranho passar-se de um estágio com distinção entre a 1.^a e 3.^a pessoas — *fui* ~ *foi* — para um estágio de indistinção, ainda para mais quando se explica bem a evolução *o* > *u* na 1.^a pessoa por assimilação. Também os casos de *fui* para a 3.^a pessoa se podem explicar por esse condicionamento fonético, não vingando a mudança devido à necessidade de se manter a distinção entre as duas pessoas verbais.

Os dados do nosso *corpus* fornecem um argumento a favor da etimologia FŨI, pois não apresentam uso de *fui* para a 3.^a pessoa (citarei dados no seguimento do texto).

O caso “ffroitoso” (apelido ‘Frutoso’), texto 63 (A. Clemente, 1335), remete para *froito* e demonstra extensão analógica da variação *oi / ui* a palavras que não têm razão para isso, i.e. já têm *ui* etimológico (pois < FRŪCTU, com *u* longo).⁵⁸⁶ Maia 1986 (1997:557-560) só regista como significativa esta confusão em documentos da Galiza, o que vai em coerência com os resultados da análise que faz à variação *oi / ui* em derivados de -ŪLT-: aí, notou desde muito cedo (desde o séc. XIII), nos documentos portugueses, uma clara preferência pelas formas com *u*, e o inverso na Galiza. Conclui a A.: “É interessante observar que os textos medievais anunciam já uma diferença que viria a consolidar-se entre o português e o galego: em português acabaram por generalizar-se as formas com inflexão [*de o pela semivogal, i.e. a sua subida para ui*], ao passo que na maior parte das variedades galegas e no galego literário são usuais as formas não inflexionadas, embora dialectalmente existam formas idênticas às do português [...]” (Maia 1986 1997:558)). É também interessante observar que, no nosso *corpus*, não podemos verificar a mesma preferência que Maia verificou no Noroeste.

c) Quanto a *o > u* em palavras esdrúxulas que contêm *i* na penúltima sílaba, há no *corpus* a considerar sobretudo o caso de ‘dúvida’, em que temos a seguinte variação: 1) “douyda” (60, A. Clemente, 1333); 2) “duujda” (57, A. Clemente, 1333), “duujda” (96, J. (E)Anes, 1377). Mais uma vez, não se consegue determinar uma estabilização, embora a variante com *u* seja, aparentemente, privilegiada. Para além disso, há mesmo, ao contrário do que vimos nas duas alíneas anteriores — que, diversamente, envolviam contacto com semivogal —, sobreposição de formas num mesmo tabelião: A. Clemente, que não obstante pode surgir, à semelhança das alíneas anteriores, como conservador (pois tem ainda a forma original, que aliás surge depois da outra variante).

Para além deste caso, também se poderá querer incluir o de variação semelhante, com *u* e *o* tónicos, em ‘público’; mas aí, devido ao influxo erudito que a palavra teve na língua (pois também entrou por essa via na língua, como mostram grafias como “publico” em período medieval, a par de outras como “puluego”), é difícil distinguir se a substituição da variante com *o* pela com *u* se deve a influxo erudito ou ao próprio fenómeno fonético que estamos a ver. Além disso, deve observar-se que a existência de *o* pode não ser etimológica mas apenas resultado de confusão entre *o* e *u* por influência do referido fenómeno fonético; ou seja, o fenómeno existiria, mas estávamos a ver uma hiper-correcção causada por ele, e não própria evolução de *o* para *u* por influxo do *i* da sílaba seguinte. Isto porque o *u* é o etimológico em ‘público’, pois temos na origem PŪBLĪCU-, com *u* longo (e a existência de formas como “puluego” atesta a sua existência desde sempre na língua). A variante com *o* também está registada desde cedo e pode dever-se, como refere Corominas 1980-1991, s.v. «Público», “a la natural etimología popular que relacionaba con el lat. *populus*”. No entanto, uma evolução inteiramente popular exigiria *e* por *i* na penúltima sílaba, para além de, pelo menos, a sonorização do [k] intervocálico (como temos no citado caso de “puluego”). A aceitar-se a ideia de Corominas, deverá conjecturar-se uma evolução mista, com mais de uma variante para ‘público’ ao mesmo tempo desde cedo na língua; pelo menos certas delas com origem erudita.

Se, no entanto, quisermos ver os resultados que o nosso *corpus* oferece para essa palavra, temos que: 1) para a variante com *o*, registamos “pobríco” (55, P. Gonçalves, 1331), e “pobrica” (73, A. Clemente, 1354); 2) já as formas com *u* são muitas e ficam mais bem sistematizadas na seguinte tabela:

⁵⁸⁶ Há “ffruytos” 2x no 81 (G. Esteves, 1351), para além dos casos registados no n.º 7 das formas notadas no § anterior.

Tabelião	Forma, texto, data
Pedro E(A)nes	“pu[l]uega” (8, 1293) e “puluega” nos 9 (1293), 13 (1297) e 17 (1298)
Estêvão Peres	“publica” (26, 1306), “publicas” (29, 1311) e “publico” nos 29 (1311), 30 (1311), 31 (1311), 32 (1311) e 33 (1312)
Francisco Soares	“puluega” (37, 1325)
Afonso Domingues	“puluega” nos 46 (1335), 47 (1335) e 49 (1339)
Antoninho Clemente	“puluega” nos 64 (1335) e 70 (1348), “pubrico” nos 73 (1354) e 74 (1354)
Afonso Anes	“prubryca” ⁵⁸⁷ no 99 (1397)

Observamos uma clara dominância das formas com *u* mas, na sequência do que já vimos sobre o processo etimológico da palavra, tal deve ser menos valorizado do que o seu estrito valor proporcional; os casos de “public-” em E. Peres, entre os de “puluega” nos tabeliões próximos, são exemplo da influência culta da palavra. Com variantes tão diferentes, o que temos é, na verdade, mais do que uma mera concorrência entre *u* e *o* tónicos, a coexistência de pelo menos duas palavras distintamente tomadas para o que hoje designamos com apenas uma palavra; o protagonismo aí é lexical, não fonológico.

Mas, para a alternância que verificamos em A. Clemente (“pobrica” vs. “pubrico”, inclusive no mesmo texto), podemos ver a própria variação que aqui nos interessa; nesse caso, juntamente com o exemplo registado em P. Gonçalves, não conseguimos descortinar ainda a estabilização da língua — como no que temos observado neste §.

Por último, consideraremos o fechamento de *o* nos derivados ou correlatos de TĚSTĚMŮNĚU-. Trata-se de um caso à parte porque essas palavras podem vir quer com semivogal palatal (e.g. *testemõio* / *testemũio*) quer com consoante palatal (e.g. *testemounho* / *testemunho*); a primeira solução trata o N originário como intervocálico e encontra, na língua medieval, paralelo noutros casos (e.g. *Jũio* ‘Junho’)⁵⁸⁸. Tanto a consoante palatal como o iode são os desencadeadores do fechamento do *o*.

Vamos ver os resultados, não sem antes alertar para que, no que respeita ao pormenor, eles não são tão confiáveis como se desejaria. Isto porque (i) parece haver alguma confusão / hesitação na escolha da forma fundamental das palavras em causa, com os consequentes resultados na grafia (surgindo por vezes com formas bizarras); e (ii) não há lições no *corpus* para o actual ‘testemunhas’, que surge sempre abreviado. No entanto, uma vez que as regras de transcrição da edição denunciam os desenvolvimentos (surgem com itálico), coloco na tabela seguinte todos os casos que possam interessar.

Tabeliões	Formas com o	Formas com u
Julião Domingues (CN)	Texto 2 (1283), “ <i>Testemõias</i> ”, “ <i>testemõio</i> ”	

⁵⁸⁷ Desenvolvido a partir do símbolo tradicional de *ar*/etc.; leitura alternativa, naturalmente, mero “*pubryca*”.

⁵⁸⁸ A evolução do grupo latino -NĬ- está tratada adiante em 2.4 §1.

Pedro Moniz (SVB)		Temos apenas o caso “ <i>testimũias</i> ”, em todos os textos e com a frequência: texto 3 (1285), 3x ⁵⁸⁹ ; 4 (1287), 1x; 5 (1290), 2x; 6 (1292), 1x; 7 (1292), 1x
Pedro E(A)nes (SVB)		8 (1293), “ <i>testimũhas</i> ”; 9 (1293), “ <i>testimũhas</i> ”, “ <i>testimũio</i> ”; 10 (1293), “ <i>testimũhas</i> ”, “ <i>Testymũio</i> ”; 11 (1294), “ <i>testimũhas</i> ”, “ <i>testimũio</i> ”; 12 (1296), “ <i>testimũhas</i> ”, “ <i>testymũio</i> ”; 13 (1297), “ <i>testimũhas</i> ”; 14 (1297), “ <i>Testimũhas</i> ”, “ <i>Testimũio</i> ”; 15 (1298), “ <i>Testimũhas</i> ”, “ <i>testymũio</i> ”; 16 (1298), “ <i>Testimũhas</i> ”; 17 (1298), “ <i>Testimũhas</i> ”, “ <i>Testimũio</i> ”; 18 (1299), “ <i>testimũhas</i> ”, “ <i>testimũio</i> ”; 19 (1299), “ <i>testimũhas</i> ”; 20 (1299), “ <i>Testimũhas</i> ”; 21 (1299), “ <i>Testimũhas</i> ”; 22 (1299), “ <i>testimuo</i> ”, “ <i>testimũhas</i> ”; 23 (1301), “ <i>Testimũho</i> ”, “ <i>Testimũhas</i> ”, “ <i>testimũho</i> ”; 24 (1302), “ <i>testimũhas</i> ”, “ <i>testimũho</i> ”, “ <i>testimũhas</i> ”, “ <i>testimũho</i> ”; 25 (1304), “ <i>testimũhas</i> ”
Estêvão Peres (SVB)		Dispomos de “ <i>testemũyas</i> ” uma vez nos textos: 26 (1306), 27 (1307), 28 (1308), 29 (1311) ⁵⁹⁰ , 30 (1311), 31 (1311) e 32 (1311); no 33 (1312), há “ <i>testemũyas</i> ”, “ <i>testemũyo</i> ”, “ <i>testemũyas</i> ”
Francisco Soares (SVB)		34 (1317), “ <i>testemuyo</i> ”, “ <i>Testemuyas</i> ”, “ <i>testemuyo</i> ”, “ <i>estestemuyo</i> ” ⁵⁹¹ ; nos restantes textos — 35 (1319), 36 (1320), 37 (1325), 38 (1325) —, apenas “ <i>Testemuyas</i> ”, 1x
Afonso Domingues (SVB)		Temos apenas o caso “ <i>testemunhas</i> ”, uma vez em cada texto do tabelião: ⁵⁹² 39 (1327), 40 (1328), 41 (1328),

⁵⁸⁹ Na segunda das ocorrências com a letra inicial maiúscula.

⁵⁹⁰ Aqui com letra inicial maiúscula.

⁵⁹¹ I. é, ‘este testemunho’.

⁵⁹² No 44, a letra inicial é maiúscula.

		42 (1329), 43 (1332), 44 (1333), 45 (1334), 46 (1335), 47 (1335), 48 (1336), 49 (1339), 50 (1342), 51 (1342), 52 (1343), 53 (1349), 54 (1350)
Pedro Gonçalves (Pr)		55 (1331), “testemunhas”, “testemunho”
Antoninho Clemente (SVB)		Dispomos de “testemunho” no 66 (1338) e de “testemunhas” em todos os textos do tabelião, com a seguinte frequência: 56 (1332), 2x; 57 (1333), 1x ⁵⁹³ ; 58 (1333), 1x; 59 (1333), 1x; 60 (1333), 1x ⁵⁹⁴ ; 61 (1333), 1x; 62 (1334), 1x; 63 (1335), 1x; 64 (1335), 1x; 65 (1336), 1x; 66 (1338), 1x; 67 (1342), 1x; 68 (1342), 1x; 69 (1347), 1x; 70 (1348), 1x; 71 (1351), 4x; 72 (1354), 1x; 73 (1354), 1x reconstituído (“[testemunhas]”) e 1x normal; 74 (1354), 2x; 75 (1359), 1x; 76 (1360), 1x; 77 (1363), 1x; 78 (1363), 1x
Martim Jordão (CB)		79 (1333), “Testemunhas”
Martim Anes (CN)		80 (1342), “testemuyhas”, “testemuyho”
Gonçalo Esteves (CB)		81 (1351), “testemunho”, “testemunhas”; 82 (1358), “testemunhas”
Domingos Miguens (SVB)		83 (1355), “Testemunhas”; 84 (1357), “testemunhas”; 85 (1361), “testemunhas”; 86 (1363), “testemunhas”; 87 (1363), “Testemunhos”, “testemunhas”; 88 (1363), “Testemunhas”; 89 (1366), “Testemunhas”, “Testemunhas”, “Testemunhos”, “Testemunhas”; 90 (1368), “Testemunhas”
Antoninho Peres (CN)		91 (1359), “testemunhas”
Vasco Domingues (SVB)		92 (1366), “testemunhas”
Gonçalo Martins (SVB)		“testemunhas” 1x em cada texto: 93 (1376), 94 (1376), 95 (1376)

⁵⁹³ Com maiúscula inicial.

⁵⁹⁴ Com maiúscula inicial.

João E(A)nes (SVB)		96 (1377), “Testemunhas”
Vasco Clemente (CB)		97 (1386), “testemunhas”; 98 (1386), “Testemunhas” 2x
Afonso Anes (CB)		99 (1397), “testemunhas”

Apesar das aludidas dificuldades de interpretação, é fácil concluir que a resolução com *u* se apresentava já no primeiro quartel do séc. XIV estabilizada. No final do XIII, apesar da variação que ainda encontramos, essa resolução já levaria a palma.

3] Ainda a respeito do *o* tónico, cf., para as variantes de ‘Diogo’ / ‘Diego’, o que se referiu atrás no §1 da vogal *e*.

4] Passamos a ver o *o* pré-tónico, que tem um certo paralelo com *e*.

No que respeita ao inicial absoluto, há a notar apenas a sua manutenção geral.

4-1] O interior mantém-se também regularmente, mas com mais oscilações.⁵⁹⁵ Apenas uma, no entanto, é verdadeiramente significativa para o sistema: a elevação, para *u* (ou próximo), quando na sílaba seguinte está um *i* ou um *u* (que, normalmente, são tónicos); uma harmonia vocálica, portanto. Há a citar os seguintes casos:

a) Para o *o* nasal, “Cuntjudo” no texto 99 (A. Anes, 1397).

b) Para o oral, “custume” (33, E. Peres, 1312), “Custume” (57, 1333, e 71, 1351; ambos de A. Clemente), “Cuuylháá” (81, G. Esteves, 1351), “purtugéeses” (id.), “purtugeesses” (82, id., 1358), “outuridade” (83, D. Miguens, 1355), “Curtinháães” (84, id., 1357), “fremusinho” (89, id., 1366), “outuridade” (90, id., 1368), “Pusisom” (id.), e o tipo *muynhos*, 14 vezes nos textos de G. Martins (93, 94 e 95, todos de 1376).

Há ainda “(Martjn) Juidã”, nome do tabelião do documento 79 (1333), no que será ‘(Martim) Jordão’. Sendo o étimo desse nome JORDĀNE- (cf. Machado 1993, s.vv. «Jordão»), podemos supor a seguinte evolução: *Jordam* > *Joidam* (com vocalização da vibrante) > *Juidam*, atestando-se o fenómeno que estamos a ver. Mas não podemos ter a certeza desse processo, pois estão atestadas para as primeiras fases da língua grafias com *u* na pré-tónica: *Jurdanus*, *Jurdam*, inclusive *Jurdana* para o feminino (cf. Cortesão 1912:185, Machado 1993, loc. cit.). Apesar de não parecer provável, também não se pode negar uma hipótese de lapso de escrita em que o escriba troca o <i> pelo <r>.

Para a possibilidade de as grafias com <o> na pré-tónica que surgem no *corpus* para ‘juiz’ e ‘Luzia’ atestarem (i) hiper-correcção devida ao fenómeno que estamos a ver ou (ii) que existiu verdadeiro *o* num estágio anterior nessas palavras (sendo portanto o *u* devido ao referido fenómeno), cf. adiante o §3 da vogal *u* (onde também se aborda o caso ‘juízo’, que se relaciona com ‘juiz’). No §2-3 de 1.9.3 é discutida a forma “assoborgiã” (texto 65, A. Clemente, 1336), para a qual se dão duas hipóteses prováveis: corresponde a ‘a-sob Borguinha’ ou corresponde a ‘a-sob Burguinha’. Se se verificar a segunda hipótese, temos uma atestação indirecta, por via de uma hiper-correcção, do fenómeno

⁵⁹⁵ A respeito de um pseudo-caso de ditongação em *ou* — *couquinho* —, cf. o §3 da vogal *u* adiante.

que estamos a ver: tentando fugir ao fenómeno, o escriba aplica a correcção a uma forma que não tem próprio *o*, mas *u*.

Não é este um traço que, nas representações gráficas, atinja a regularidade⁵⁹⁶, e só apresenta índices significativos de frequência a partir de meados do séc. XIV. Maia 1986 (1997:401-402), contudo, regista o fenómeno, quer para a Galiza quer para o Noroeste português, a partir já do séc. XIII.

De qualquer forma, é um traço que acaba por ser naturalmente importante para o sistema, pelo que se pode colocar uma questão: está aqui o mote para o fechamento geral do *o* pré-tónico em *u*, que se deu posteriormente?⁵⁹⁷

4-2] Como vimos, Maia 1986 notou o fechamento contextual (i.e. quando há vogal alta na sílaba seguinte) para o Noroeste e para a Galiza, mas só aqui registou o fenómeno com forte intensidade. Notou também (cf. p. 533 e também 402), apenas para a Galiza, a ocorrência do fenómeno quando havia a semivogal palatal na sílaba seguinte (e.g. *Nogueira*). No nosso *corpus*, encontramos dois casos que poderiam inserir-se nesse tipo, mas o quadro é mais problemático.

O primeiro caso é “Sueyro” (texto 14, 1297); não parece, pela sua situação temporal, representar o fenómeno, mas somente a grafia antiga, aparentemente latinizada, do nome (que é de etimologia obscura; cf. sobre isso Vasconcelos 1928c:40 e Machado 1993, s.v. «Soeiro»).

O segundo é “(Migéél) bugeyro” (30, E. Peres, 1311); se estiver por ‘Bogueiro’ (de ‘boga’ (peixe) ou de ‘Bogas-de-Baixo’ / ‘Bogas-de-Cima’, localidades actuais do concelho do Fundão), representará uma subida do *o*; subida que, por outro lado, se pode dever não a influxo da semivogal mas da labial antecedente. Não é absolutamente claro, contudo, que o caso esteja por ‘bogueiro’, pois surge pouco antes no *corpus* (texto 3, P. Moniz, 1285) um “Migeel bugieyro”, juiz de S. Vicente; esse caso respeita bem a cronologia dos acontecimentos, pois na forma citada do texto 30 o que temos é “...Eu vicête mjpgééz que ffuj ‘ ffillo ‘ de Migéél bugeyro ...” (ou seja, tratando-se do mesmo indivíduo, este tinha de ter falecido à data do texto 30, que já é de 1311). Assim teríamos em causa, na origem, ‘Bugieiro’, de ‘bugio’ ou de ‘Bugia’ (topónimo em vários locais do Alentejo, incluindo no concelho de Portalegre; cf. Machado 1993, s.v. «Bugia²»); tal facto, permitindo uma subida de *o* (cf. atestações da palavra com *o* em Machado 2003, s.v. «Bugia, bugio», etc.), muda radicalmente o contexto, pois passamos a ter *i* no ataque silábico. Para complicar ainda mais as coisas, temos no texto 39 (A. Domingues, 1327), na menção dos bens transaccionados, referida a “coyrella do ssouto que ffoy do bugeyro” — que pode muito bem corresponder ao “bugeyro” do 30, pois o que o seu filho vende é uma courela de vinha no Souto. Apesar de qualquer das duas hipóteses aplicar nomes perfeitamente possíveis em português, ao termos os dados todos em consideração é, naturalmente, mais provável que seja a hipótese ‘Bogueiro’ a verificada, pois seria no mínimo irregular a eliminação do *i* de ‘Bugieiro’; mas os dados são demasiado escassos para uma atestação certa do fenómeno em causa na região.

4-3] Há mais alguns casos, ocasionais, de aparente *o* > *u* no *corpus*, que não respeitam ao fenómeno contextual que acabamos de ver mas — como seria de esperar —

⁵⁹⁶ É um bom exemplo a forma “contjudas” no 99, antes do já citado “Cuntjudo”.

⁵⁹⁷ Cf. a respeito da cronologia desse processo Castro 194-195, excerto citado atrás no §2-2 da vogal *e*.

não têm sempre uma explicação linear; podem prender-se com causas propriamente linguísticas, meramente (orto)gráficas ou um misto das duas. Vamos ver caso a caso.

1) Temos várias ocorrências de *dubr-* (i.e. formas de ‘dobr(ar)’): “dubleemos” (texto 1, D. Viegas, 1274), “dubrada” (2, J. Domingues, 1283), “dubrado” (3, P. Moniz, 1285), “dubrada” (5, id., 1290), “dubrada” (8, P. E(A)nes, 1293), id. (9, id., id.), id. (10, id. id.), id. (25, id., 1304), “dubrada” (36, F. Soares, 1320), id. (37, id., 1325), “dubrado” (38, id., id.), “dubrada” (56, A. Clemente, 1332), id. (58, id., 1333), id. (59, id., id.), id. (62, id., 1334), id. (63, id., 1335), id. (64, id., id.), id. (68, id., 1342), id. (69, id., 1347), id. (72, id., 1354), id. (76, id., 1360), id. (78, id., 1363), id. (81, G. Esteves, 1351), id. (82, id., 1358), id. (91, A. Peres, 1359). Este caso tem uma explicação paralela à das formas, vistas no §1 atrás, em que há o por *u* tónico no mesmo verbo; cf. o que lá foi dito.

2) “Su esta (condiçõ...)” (20, P. E(A)nes, 1299) = ‘sob esta (condição...)’ parece ser latinismo, nomeadamente influência da fórmula correspondente latina. A forma antiga da preposição SUB era, não ‘sob’, como hoje, mas ‘so’ (com a normal apócope do -b).

3) Já “Guncalo” (7, P. Moniz, 1292), é certamente uso da antiga grafia.

4-4] Tal como se vê no §2-2 da vogal *a*, o nome ‘Bartolomeu’ surge regularmente com o tipo *Bertolameu* — uma vez *Bartolameu*, logo no texto 1 —, ou seja, com *a* na pré-tónica; é caso de dissimilação, muito corrente na língua antiga. Como também se vê no citado §, no caso “Bertolmeu”, que surge depois de “bertolameu” no 88 (1363) e num tabelião (D. Miguens) cujos textos apresentam vários casos de *Bertolameu*, a haver alguma verdadeira síncope vocálica (ou seja, a não se tratar de um mero lapso de escrita), é de *a*, pois é essa a vogal do nome.

Em “Çeremenho” (76, 1360) e “Ceromenho” (86, 1363), pelo actual ‘Soromenho’ (que deriva do substantivo comum com o mesmo nome), não devemos supor na base *o*, ou seja, uma passagem de *o* a *e* (que seria, aliás, um mero fenómeno de assimilação): cf. o que diz Vasconcelos 1924:40-41 (onde se mostram, entre outras, as formas *cermeño*, do espanhol, e o correspondente do port. antigo, *cermenho*). A etimologia da palavra, contudo, ainda hoje não está totalmente esclarecida.

O tipo *prestumeiro* ‘postumeiro’ / ‘postimeiro’ surge no *corpus* e está bem atestado para a língua antiga (cf. e.g. Houaiss 2001, s.v. «postumeiro», Machado 2003, s.v. «postrimeiro», Lorenzo 1997, s.v. «postremeyro, postrimeyro»). O étimo é o latim POSTRĒMUS (= último), que dá *POSTREMĀRĪU- > *postremeiro* (Machado, id., Corominas 1980-1991, s.v. «Postrimero»). O caminho mais fácil da origem para *prestumeiro* é: *postremeiro* > *prestomeiro* (com antecipação do *r* para a sílaba inicial, como no antónimo *primeiro*⁵⁹⁸, dando-se também metátese, ao mesmo tempo ou não, de *e* e *o*) > *prestumeiro* (com fechamento de *o* por contacto com a labial); mas naturalmente outras soluções se podem admitir, numa palavra que apresenta muitas variantes (cf. sobretudo Machado e Lorenzo, id.), o que demonstra alguma confusão.

‘Roborar’ (< ROBORĀRE) tem regularmente dissimilação de *o* para *e*; é quase sempre no primeiro *o* que se dá o processo.⁵⁹⁹ Apenas no texto 4 (1287) registei alteração na segunda sílaba: “roberamos”, que é forma excepcional também nos textos desse tabelião (P. Moniz). Neles temos: “reuoramos”, “reuora”, “reuorar”, “reuorarõ”, “reuorou”, “reuorou” (3, 1285); “reuoro” (6, 1292); e ainda o único caso sem dissimilação

⁵⁹⁸ É, de resto, por influxo de *primeiro* — concretamente *primero* — que Corominas explica o *i* de *postrimero*.

⁵⁹⁹ Ainda hoje ‘reborar’ está dicionarizado, cf. e.g. *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto Editora, ed. de 2006. Com efeito, é forma muito estendida na língua, inclusive na arcaica.

que encontrei do verbo, “roboramos” (5, 1290). Tudo isto junto parece revelar alguma confusão nessa palavra, provavelmente por influência do latim: os dois casos excepcionais surgem com o *b* do étimo, não *v*.

5] Para o *o* átono final, a grafia é mais do que consistentemente <*o*>.

5-1] Apenas temos, para além de casos excepcionais de <*e*>, que veremos adiante, <*u*> em: 1) “Lubu” (doc. 9, 1293), caso que já foi comentado a respeito do *o* tónico e tem evidente aspecto latino. A começar pela época — ainda se está no início da prática de escrita regular em português —, para a qual têm sido notadas grafias do tipo que devem ser interpretadas como latinismos gráficos (cf. e.g. Maia 1986 (1997:408ss.); as grafias com *o* vieram a generalizar-se depois dessa fase, que termina por volta do início do séc. XIV). — 2) “tātu”, com leitura alternativa “atātu” (1, 1274), que tem a mesma interpretação do caso anterior.

Isto remete, claramente, para uma realização do tipo de *o* — i.e. [o], mais ou menos fechado —, indo de encontro à visão tradicional da literatura (cf. e.g. Silva 2008, II:496-497 e Teyssier 1980 (2001:60, passo citado atrás no §2 da vogal *i*, ou também p. 24)). De facto, tem em conta toda esta regularidade é difícil, à primeira vista, supor que os escribas não entendessem aquela vogal final como *o*.⁶⁰⁰

Todavia, Maia 1986 (1997:408ss.), ao analisar o seu *corpus*, chega a conclusões que nos podem influenciar. Lembra a autora primeiro uma conhecida hipótese acerca da distinção entre *Ũ* e *Õ* finais no português, dando seguidamente o mote para as suas ideias:⁶⁰¹

No que se refere aos resultados das vogais latinas *Ũ* e *Õ* da sílaba final, tem-se habitualmente afirmado que a Península Ibérica se encontra dividida em duas partes: por um lado, uma zona ocidental em que se enquadram Portugal, a Galiza, Astúrias e Espanha ocidental, onde se mantêm distintos os resultados de *-Ũ* e *-Õ* latinos; por outro, as restantes regiões peninsulares onde se perdeu a distinção entre essas duas vogais, uma vez que ambas se fundiram em *-o* [...]. Representa este estado o espanhol — resultante do antigo dialecto de Castela-a-Velha —, onde terminam sempre em [o] as palavras que representam tanto as formas latinas terminadas em *-Ũ* como em *-Õ*. Assim acontece, por exemplo, com as formas de singular e do plural de substantivos e adjectivos masculinos.

Tal divisão, ainda que sugestiva e divulgada por ilustres romanistas, parece-me não se ajustar totalmente à realidade, sobretudo no que se refere a Portugal e à Galiza. [...]

[...] também em relação ao período arcaico, a afirmação acima citada não é totalmente rigorosa. A distinção entre [-u] < *Ũ* e [-o] < *Õ* não se terá criado e mantido em todo o território que veio a fazer parte de Portugal. Tudo leva a crer que ela existiu desde o início nos territórios a sul do Douro: aí, por exemplo, os substantivos e adjectivos terminariam no singular em [-u]⁶⁰² e no plural em [-o]s. E, assim, o [-u] do singular, ao influenciar metafonicamente [...] as vogais tónicas *e* e *o*, criou um processo de flexão interna, de alternância vocálica, dentro da língua: *p[o]rco* / *p[ɔ]rcos*; *[o]vo* / *[ɔ]vos*; mas

⁶⁰⁰ Vogal que hoje se pronuncia na maior parte do país [u] (mais ou menos enfraquecido), mas no Sueste da Beira admite várias realizações (cf. o **Cap. I, Secção B, I. Fonética**, §3 da vogal *o*).

⁶⁰¹ Tanto neste excerto como nos que cito a seguir da mesma obra, adapto alguns símbolos fonéticos à notação aqui utilizada.

⁶⁰² “Ao fazer esta afirmação, baseio-me sobretudo no carácter consumado e estabilizado das alternâncias vocálicas resultantes do processo histórico da metafonía exercida por [-u], que já apresentava a língua do Centro do País no séc. XVI. [...]”

também *p[o]rco* / *p[ɔ]rca*, *canc[e]lo* / *canc[ɛ]la*; *trav[e]sso* / *trav[ɛ]ssa*⁶⁰³. Tudo leva a crer que a norte daquele rio — e de modo muito particular na parte mais setentrional, isto é, no território correspondente à actual província do Minho —, fosse [o] o resultado quer de -Ū quer de -Ō latinos⁶⁰⁴. (Maia 1986 (1997:412-416))

A A. usa então dos materiais do seu *corpus*, sempre com referência à situação actual, para corroborar a tese. Cumpre também referir que já nas pp. anteriores a A. tinha notado, no seu *corpus* e noutros textos de port. ant. publicados, a par do uso regular de <o>, o uso esporádico, fundamentalmente em textos mais antigos, de <u> para grafar as vogais provenientes quer de Ū quer de Ō; são dados, assim, que não indicam distinção entre as duas proveniências, e que não têm de indicar que já na época a pronúncia geral era *u* (como a própria A., necessariamente, conclui). Antes se assemelham a influências da tradição escrita latina, atenuada progressivamente com o incremento da aplicação escrita das línguas novilatinas.⁶⁰⁵

Voltando à questão principal: o que está aqui em causa é, portanto, a metafonía: a realização [u] final surge indexada a, e justificada por ela⁶⁰⁶. Sem metafonía há, na origem, [o], mas, como a A. refere no passo em que conclui o seu raciocínio, cedo essa realização teria começado a convergir em [u] nas regiões em que hoje se verifica esta pronúncia e não só:

Em relação às formas de singular de substantivos e adjectivos e à primeira pessoa de plural de formas verbais, o resultado mais frequente na região estudada seria [o], embora se possa também admitir com bastante segurança que noutras zonas fosse [u] [...]. As formas de plural, assim como a primeira pessoa do presente do indicativo ou certas formas conjuncionais como, por ex., *pero*, terminariam originalmente em [o]. Neste último caso, ou seja, em formas em que a vogal da sílaba final representa Ō do latim, é de supor que nalgumas zonas, pelo menos desde o século XIII, tivesse começado a fundir-se com [-u] < Ū, certamente em virtude da proximidade dos dois sons. Desse modo se explicam grafias como *caualeyruf*, *uelhuf*, *muytuf*, ou *peru* etc. [...]. Não pode pensar-se que essas formas sejam apenas o resultado da atracção gráfica exercida pelas formas com [-u] < Ū, uma vez que, no caso de formas com esta proveniência, as grafias com *-u* são, como vimos, muito raras [...]. Tal explicação seria de admitir no caso de as formas gráficas em *-u* com a

⁶⁰³ “Os gramáticos do séc. XVI, que representam a língua culta do Centro do País e muito particularmente a língua da corte, apresentam-nos já, sob este aspecto, uma situação verdadeiramente moderna: as alternâncias entre [o] e [ɔ] e entre [e] e [ɛ] são as mesmas do português actual. [...]”

⁶⁰⁴ “A mesma opinião é defendida por SERAFIM DA SILVA NETO, *História da língua portuguesa*. 2.^a edição aumentada. Rio de Janeiro (Livros de Portugal), 1970, p. 615, n. 60: «(...) A nosso ver o facto que torna plausível a existência de uma zona em que se pronunciava -o final é a existência de uma área onde não se deu a metafonía: assim em Ponte de Lima *obo* (ovo) e *osso*, em Parada do Monte *porco*, no concelho de Melgaço, *obo*, *porco*, *grosso*, *corno*, *torno*, em Castro Laboreiro *grosso*, *osso*, em Vila Nova da Cerveira *ovo*, *osso*, *olho* (vj. Leite de Vasconcelos, in *Opúsculos*, II, págs. 262, 303, 321 e 460). Também no trasmontano há uma área em que não observou a metafonía. (...)». E, mais adiante (p. 616), ao referir-se à pronúncia carioca, afirma o seguinte: «Assim, é bastante provável que a pronúncia carioca (e da maior parte do Brasil) represente a conservação duma pronúncia antiga, muito difundida em Portugal, embora não se exclua a possibilidade de haver, em dialectos portugueses, a pronúncia -o final, acaso também reflectida em falares brasileiros e ultramarinos». [...]”

⁶⁰⁵ Grafias com *u* aparecem inclusive em regiões para lá da nossa fronteira que tinham indiscutivelmente [o], como refere a própria Maia 1986 (1997:411).

⁶⁰⁶ Como refere a A. a p. 417, ao comentar as alternâncias *i-e* nos demonstrativos neutros na parte meridional de Entre-Douro-e-Minho: “A coexistência, nesta zona, de formas com *e* e com *i* na sílaba tónica desde o séc. XIII parece permitir concluir que, ao lado de [-o], a vogal da sílaba final podia também apresentar-se como [-u]. De facto, *i* tónico de formas como *aquifto*, *ifto* não pode explicar-se doutro modo senão como o resultado da acção metafónica exercida por [-u].”

proveniência indicada serem particularmente abundantes [...]. Isso significaria que, pelo menos desde o século XIII, -os do plural de substantivos e adjectivos, assim como -o da primeira pessoa do presente do indicativo ou de algumas formas conjuncionais (por exemplo, *pero*) se realizava ou podia realizar-se como [u] ⁶⁰⁷. Este dado é importante, pois permite concluir que a metafonía produzida por [-u] é anterior ao século XIII. Aliás, as formas pronominais atrás indicadas, que representam formas latinas de neutro (cf. *ifto*, *aqui/to*, *aquillo*, etc.) ⁶⁰⁸, confirmam essa suposição. (Maia 1986 (1997:419-421))

Isto implica um confronto claro com as grafias que os escribas nos dão, pois, como vimos, é precisamente *o* que se generaliza; mas, antes de continuarmos, devem ser ressaltados dois pontos:

- (i) Não está aqui em causa uma distinção plena entre os derivados de Û e Ō integrantes de sílaba final átona, pois a terminação verbal -*mos*, que vem de -MŪS, não respeita à metafonía; apenas está em causa uma distinção das referidas vogais em posição final absoluta. Para além disto, temos Ō final átono na 1.^a pessoa do presente do indicativo (e.g. AMŌ > *amo*), no gerúndio e em certas formas “conjuncionais” (como refere Maia 1986 (1997:412); e.g. *pero* < PER HOC).
- (ii) No que respeita à região aqui em estudo, o fenómeno de metafonía, tal como entendido nas passagens citadas, para além de ser actualmente regular — ao contrário, portanto, de certas regiões a Norte —, já tem registos claros no nosso *corpus* desde o séc. XIII; nomeadamente nas formas neutras dos demonstrativos, como se vê na descrição que se fez acima no §1 da vogal *e*. No entanto, as formas com <e> dominam de forma esmagadora, sugerindo, claramente, que o processo ainda não estava plenamente estabilizado. — Para ‘tudo’ (arc. ‘todo’, pois < TŌTU), por outro lado, não se encontram formas com <u>; já grafias com <o> estão bem atestadas ao longo do *corpus*, a última das quais no texto 96 (1377).

Tem então a hipótese — sem dúvida atractiva — a que Maia dá seguimento força para contrariar de forma tão veemente os dados que as grafias nos dão — exponencialmente na nossa região, praticamente sem atestações de <u>? É esta uma questão demasiado complexa para desenvolver, com o pormenor necessário, neste estudo. É no entanto necessário fazer algumas observações e tentar apresentar o quadro mais provável que ressalta dos nossos dados.

Em primeiro lugar, é necessário colocar a questão de se a metafonía exige próprio [u] na sílaba final. Ao equacionar-se a resposta, não se pode esquecer que a metafonía, em português, não é um processo absolutamente fonológico; tem também uma importante carga analógico-morfológica, como lembra Williams 1938 (1961:106):

⁶⁰⁷ “Na Galiza, veio a generalizar-se a pronúncia [-o], quer por propagação do timbre mais frequente nessa região, quer em virtude da interferência entre galego e castelhano produzida sobretudo a partir dos séculos XIV e XV.”

⁶⁰⁸ “Sobre a cronologia da metafonía produzida por -u pouco mais se poderá adiantar: ela deve ter-se produzido em data anterior ao século XIII. Com os dados agora disponíveis não é possível, de momento, precisar mais. É provável que, se um estudo idêntico ao que empreendi para esta região vier a ser feito para a zona central e meridional de Portugal, permita reunir dados mais precisos. De qualquer modo, o século XIII, apontado como termo *ad quem* da metafonía produzida por -u é um dado novo que até este momento não tinha sido indicado. As informações anteriormente apresentadas sobre o referido processo metafónico eram bastante mais vagas. O que já se tinha afirmado era que a metafonía era anterior à transformação de [-o] em [-u]. [...]”

Em português, a metafonía não é um fenómeno fonológico independente; está indissoluvelmente associado com a flexão [...]. Parece ter ocorrido principalmente onde a discriminação ou diferenciação flexional acrescida parecia ser sentida como necessária. [...] Não houve metafonía em palavras invariáveis, e. g., *l[ɔ]go* (de *lõgo* [...]). E frequentemente não ocorreu metafonía onde não houve risco de ambigüidade, e. g., *dó* (de *dõlum* [...]), mas *avô* (de *auõlum*), por causa de *avó*. Por essa sua função de suplementar flexão já existente, a metafonía é a menos consistente das modificações fonológicas portuguesas e a que sofre mais interferência de outras forças, particularmente da analogia.

Também por isto, não parece absolutamente necessária uma pronúncia de próprio [u] para provocar a metafonía; um *o* final muito fechado (podendo chegar ocasionalmente a *u*?), que revelaria uma tendência genética da língua, ou parte dela, para elevar essa vogal, talvez pudesse bastar.

Em segundo lugar, assumindo a convergência de [o] em [u] tal como a vimos na citada hipótese, como explicar tão flagrante divergência de grafias? Porque é que, precisamente na altura em que essa convergência se dá, se deixa de utilizar <u> — que já era utilizado apenas esporadicamente — e se adopta uma perfeita regularidade de <o>? Porque é que os escribas representavam a generalidade ou muitas das mudanças fonéticas e não esta? Porque é que mostravam a elevação de *e* em *aquesto* / *aquistó* e não mostravam o *u* que desencadearia o fenómeno? Parece claro que, se os escribas utilizavam *o* como utilizavam, é porque, de alguma forma, havia *o* como realização disponível.

Mas qual seria o efectivo estatuto dessa realização? A realização única? Apenas a realização principal? Ou, a Sul do Douro, nem isso?, i.e. apenas representava uma prática, meramente gráfica ou também oral mas sempre restrita, filiada no Noroeste (onde já vimos que a situação a respeito da metafonía e da própria representação da vogal é diferente) e que a Sul do Douro (em sentido lato, evidentemente) não se adoptava mais do que na escrita ou em determinados níveis sociolinguísticos (elevados na hierarquia)?

Na região que nos concerne directamente e cujos dados analisamos — o canto inferior direito do clássico Centro do país —, parece plausível que se verificaria o seguinte quadro: havia uma oscilação entre [o] e [u], sendo o timbre essencial o primeiro mas tendo a vogal uma pronúncia relativamente enfraquecida e fechada. Mesmo com tudo o que vimos, o grande argumento para considerar que [u] não era realização plena na região é o facto de se verificar hoje em certas áreas da mesma uma realização do tipo de [o] (**Cap. I, Secção B, I. Fonética**, §3 da vogal *o*) — que será certamente autóctone e não se pode explicar sem recurso à fase antiga da língua. Em princípio, seria mesmo essa a realização regular na época do *corpus*, pois corresponde perfeitamente à pronúncia fechada de [o] que acabámos de definir; ou seja, há um paralelo manifesto entre o que se pode ouvir hoje na região e o que se pode conjecturar para o port. antigo da mesma região.

5-2] Devem ainda referir-se a respeito das representações de *o* átono final no *corpus* as já mencionadas grafias esporádicas de <e>. Apesar de ser atractivo relacionar essas grafias com o conhecido fenómeno da apócope ou redução a *schwa* do *o* átono final no dialecto actual da região, é necessário ter presente que tais representações têm sido notadas por todo o português antigo. Williams 1938 (1961:62), depois de referir que “[*o*] final do lat. vulg. às vezes torna-se [*e*]” e aduzir os respectivos exemplos, expõe a explicação tradicional: “Essa modificação tem sido atribuída à influência de outros

advérbios, como *onde* (de *ũnde*) e *tarde* (de *tarde*), particularmente em expressões aliterativas como *tarde* ou *toste*, e à influência de palavras francesas ou provençais”.

No entanto, Maia 1986 (1997:526-527), aceitando uma hipótese analógica do tipo da referida por Williams para *come* “como”⁶⁰⁹, forma que regista no seu *corpus*, propõe, para casos (que também registou) como “dite” = ‘dito’, “mééjme” = ‘mesmo’, etc., uma hipótese de influência directa (ou seja, sem depender da mediação da via literária) galo-românica. Mais uma vez vamos ver o essencial nas próprias palavras da A.:

[...] -o mantém-se de modo habitual no domínio linguístico galego-português; a alteração de -o em -e parece, portanto, estranha à fonética histórica galego-portuguesa. É muito provável que se trate de formas devidas a influência galo-românica, senão totalmente generalizadas e integradas na fala das regiões onde se situam os documentos em que ocorrem, pelo menos caracterizadoras da linguagem dos notários ou escribas desses textos. Como é sabido, a imigração ultra-pirenaica foi, na Península Ibérica, muito acentuada, tendo atingido o seu apogeu entre o século XI e o século XIII [...]. Nalgumas regiões peninsulares essa influência foi particularmente intensa, tendo tido alguns documentos redactores ou escribas com essa procedência. Conforme salienta Rafael Lapesa, «en Navarra y Jaca, las dos principales entradas de la inmigración, hay muchas escrituras y algunos fueros en gascón o provenzal. En otras regiones se encuentran documentos aislados como el Fuero de Avilés (hacia 1155) o el de Valfermoso de las Monjas (1189), escritos en un lenguaje extraño que mezcla dialectalismos asturianos o alcarreños con rasgos provenzales: sus redactores o copistas eran sin duda ultramontanos que intentaban acomodarse al romance de su nueva residencia, sin lograrlo aún completamente. También el *Auto de los Reyes Magos*, compuesto en la misma época, muestra en sus rimas se obra de un gascón que pretendía escribir en castellano»⁶¹⁰.

Mas, a par desses casos particularmente expressivos, verificou-se também que os escribas autóctones, quando rodeados de notários e clérigos “francos”, com os quais conviviam habitualmente, não puderam deixar de sofrer a sua influência, a qual se manifestou em várias particularidades de carácter gráfico e linguístico que afloram nos textos ou documentos que escreveram.

É fácil compreender o influxo que os “francos” tiveram em todas as camadas da sociedade, se se tiver em conta que as colónias de populações ultra-pirenaicas não só eram muito numerosas, como gozavam de grande prestígio, sobretudo no ambiente senhorial e eclesiástico⁶¹¹.

Creio que as formas acima referidas devem ser, portanto, interpretadas como uma manifestação da influência das línguas galo-românicas, onde -o final se perdia ou era substituído por -e de apoio depois de determinados grupos consonânticos.

Parece apoiar esta interpretação a forma *Malatt* usada como apelido (cf. «Lopo *Malatt*») num documento orensano do século XIII (1290 [...]), a qual revela mesmo a perda da vogal -o. Essa forma, agora transformada em apelido, deve aproximar-se de uma outra acima registada, *malatef*, usada como substantivo comum, como variante de *malato(s)* ‘leproso(s)’ [...].

Lorenzo 1987:473, em artigo de recensão a Maia 1986, relativiza os dados da A., embora não conteste a presença de influência galo-românica na região e a possibilidade de alguns dos dados de Maia para a atestação dessa influência:

⁶⁰⁹ I. é, uma analogia com outros advérbios com -e, que Huber 1933 (2006:94-95), citado pela A., já tinha proposto para esse e para os casos de “*farte* ‘bastante’ < *fartu* [...]” e “*toste* ‘em breve’ (ao lado de *tosto* < *tostu*)”.

⁶¹⁰ “[RAFAEL LAPESA, *Historia de la lengua española*. 7.^a ed., Madrid (Escelicer), 1968], p. 142-143. [...]”

⁶¹¹ “IDEM, *ibidem*, 7.^a ed., p. 144 [...]”

Nas ps. 526-527 refírese [Maia] ás formas *come*, *dite*, *duple*, *Giralde*, *mijsme*, *mãde*, *malates*, *meesme*, *Nune*, *Pere* e *tode*, onde aparece -e en lugar de -o, que se documentan unha soa vez, agás *meesme* (2) e *come* (varias). Esta última pode ser por analoxía cos adverbios terminados en -e, para as outras “é muito provável que se trate de formas devidas a influência galo-românica, senão totalmente generalizadas e integradas na fala das regiões onde se situam os documentos em que ocorrem, pelo menos caracterizadoras da linguagem dos notários ou escribas desses textos”. Que hai influencia galorromânica no occidente ninguén o discute, o que pasa é que a maior parte destas palabras non son as máis idóneas para falarmos desa influencia. Deixando a un lado os casos de *malate[s]* e *meesme* ou *mijsme*, que son os únicos que se poderían admitir, os restantes non teñen nada que ver co francés. As formas illadas *dite*, *duple*, *mãde* e *tode* son erros evidentes e no caso de *tode* ela mesma di que “não é muito clara a leitura da última vogal” (p. 167). Por outra banda, as lecturas “Nunes Anes” e “Giralde Steueez” son falsas e hai que interpretar “Nun’Eanes” e “Girald’Esteueez”, aínda que no manuscrito estean separadas e coa vocal *e* unida á primeira palabra ou se repita a vocal como en “Pere Eannes”, que, de ser certa, só poderíamos interpretar como asimilación do -o ó e- seguinte.

A cuestión respeitante a “Nune Anes” e “Giralde Steueez” é sem dúbida correcta, mas parece excesiva a opinión de que “As formas illadas *dite*, *duple*, *mãde* e *tode* son erros evidentes”: poden ser erros mas lições lingüísticas na mesma (ou seja, não apenas lições gráficas), indo de encontro aos casos de *malates*, *meesme*, *mijsme*. Está-se, no entanto, no domínio da incerteza.

No caso do noso *corpus*, a cuestión da influencia francesa é especialmente pertinente, pois está incluído en zona de Reconquista e organización territorial por parte de ordens militares francesas (Templo / Cristo e Hospital). No entanto, os exemplos de -e por -o non se destacan de outros dados que têm sido notados; antes polo contrario.

Temos como principais exemplos o tipo *come* ‘como’, que está bem registado ao longo do *corpus*⁶¹², e, parece, “(Affonso perez) piquite” (72, 1354). Essa forma estará por ‘pequito’ (com a elevação do *e* pré-tónico segundo a regra de assimilação que vimos ao tratar a vogal *e* atrás), que o Dicionário de Moraes, s.v., regista como “s. m. *Provinc. tras.* O mesmo que *periquito*. || *Bras.* Pequenino”. É apelido ainda hoje em uso (também conhecido através da figura pública Pequito Rebelo, membro destacado do Integralismo Lusitano da década de 1920’) e Machado 1993, s.v., regista-o (classificado como antigo alcunho), a par do topónimo de idêntica forma e dele derivado; propõe como etimologia: “Dimin. do adj. *peco*? Alteração do esp. *Paquito*, dimin. de *Paco*?”. Cf. também: “piquitu” como diminutivo de ‘bico’ (i.e. ‘biquito’) na região de Xalma (Vasconcelos 1933:216-217); “pequito” como “periquito” em Vila Real (Pereira 1912:114).

Casos como “Rodrjgue eanes”, “Reymõde eanes” ou “Gonçale esteuéez”, representados ao longo do *corpus*, não devem ser inseridos neste fenómeno pois, tal como vimos Lorenzo explicar, o -e do nome próprio advém originariamente de assimilação ao nome que se lhe segue, dando-se a confusão consecutiva; o tipo “Rodrjgue anes”, também abundantemente atestado no *corpus*, é análogo e pode representar uma fase do processo (pois *Ioanes* > *Eanes* > *Anes*, como é sabido). Uma prova de que não temos nesses casos a passagem sistemática do -o átono a -e está em que eles apenas acontecem quando o -o originário está antes de nomes que se inician por uma vogal que podem dispensar na escrita e / ou na oralidade; v.g. texto 81 (1351) “gonçale esteuéez” (2x) vs. “gonçalo

⁶¹² O primeiro caso está no texto 10 (1293), sendo frequente daí em diante.

martjz” e “*gonçalo affonsso*”. No texto 82 (1358), do mesmo tabelião (G. Esteves), surge inclusive “*goncalo esteuééz*” — já sem o fenómeno.

O tipo *cinque* = moderno ‘cinco’ está bem abonado no *corpus* e também não pertence aqui, pois é a forma arcaica e etimológica do numeral, que vem do latim vulgar CĪNQUE < lat. clássico QUĪNQUE (por dissimilação dos dois grupos *qu-*); o -o surge por influxo de ‘quatro’.⁶¹³ Também “*Nouẽmbrre*” (37, F. Soares, 1325) deve ser entendido como a forma arcaica / etimológica do nome, que tem um processo semelhante ao de ‘cinco’: o étimo é NOVEMBRE-, sendo o -o actual influxo dos outros meses acabados em -o; é no entanto forma já arcaizante para a época⁶¹⁴, como se vê no próprio *corpus*: temos “*Nouẽbro*” (10, P. E(A)nes, 1293; é próprio o sobrescrito que está desenvolvido), “*Nouẽbro*” (76, A. Clemente, 1360), “*nouẽbro*” (85, D. Miguens, 1361).

Tal escassez de casos não favorece, para os nossos dados, a hipótese de influência galo-românica. Não deixa de ser significativo, numa região com tamanha importância de estruturas de colonização e administração francesas (a questão das ordens militares já referida), que não se verifiquem nos textos dados que beneficiem uma hipótese desse tipo; ou seja, que os documentos do SE da Beira não apresentem com especial acuidade uma situação linguística de influência galo-românica que tem sido notada para outras regiões do Ocidente.

1.5. U

1] Pouco há a dizer sobre *u* tónico. Referência especial apenas para as grafias de ‘Junho’ nos textos 58 (1333) e 59 (id.), ambos do tabelião Antoninho Clemente: respectivamente “*jujnh*” e “*juynh*”. O que devemos ver aí é uma sobrevivência do *i* do étimo (JŪNĪU-; sobrevivência essa facilitada pelo contexto de *-unh-*, como em ‘testemunho’, que tem variações problemáticas (cf. o §2-c da vogal *o*?), e não: (i) uma inserção de semivogal entre a tónica e consoante palatal, de que não teríamos mais exemplos⁶¹⁵; nem (ii) algum tipo de grafia de um putativo *u* palatal (que é um dos principais traços dos dialectos contemporâneos da região). Grafias do tipo de *ui* para representar *u* palatal são intuitivamente aceitáveis por falantes sem conhecimento especializado de linguística; no ILB, por exemplo, estão atestadas: cf. Maia 1977:140.

Pode ainda interessar a esse respeito citar as restantes grafias de ‘Junho’ no *corpus*: 43 (1332, A. Domingues), “*Junho*”; 49 (1339, id.), id.; 79 (1333, M. Jordão), “*Junho*⁺”; 88 (1363, D. Miguens), “*Junho*”. Sempre sem indícios de *i*.

2] A respeito da cronologia da passagem a *u* de *o* tónico etimológico por influxo de *i* (e, num caso, também *n* palatal), cf. o §2 da vogal *o*.

⁶¹³ Nos textos 27 e 31 (E. Peres, 1307 e 1311), temos o que se desenvolve respectivamente como “*çinquem*” e “*Çinquem*”, com aparente *e* nasal final. Esse *ẽ* explica-se facilmente por assimilação ao *ĩ* tónico, mas o fenómeno pode muito bem ser apenas gráfico: uso misto das abreviaturas de ‘quem’ e ‘que’.

⁶¹⁴ Parece ser forma com mais vida no galego, onde inclusive se manteve como normativa na época moderna (cf. Lorenzo 1977, s.v. «Nouembre, Noudenbro»). O espanhol tem a forma *Noviembre*, que naturalmente se relaciona.

⁶¹⁵ Há um caso possivelmente relacionável em “*Esteuaynha*⁺” (99, A. Anes) mas, como se refere adiante em 2.4, §3, o *i* deve ser a tónica ou, não se verificando tal (o que é remoto), devemos ver aqui também uma sobrevivência do iode etimológico.

3] No que toca ao *u* átono, também não há muito a destacar; a grafia mais do que regular é <u>, remetendo para o esperado [u]. Há apenas a comentar casos excepcionais.

‘Tutor’ pode aparecer com dissimilação: “titor” (85, 1361), “tytor” (95, 1376).⁶¹⁶ “Totor” (72, 1354) representará o fenómeno contrário, com assimilação à tónica. Alguma oscilação nesta palavra, portanto.

O caso “(bertolameu) Couqiynho” (89, D, Miguens, 1366) não deve ser confundido com o que apareceu pouco antes “(Pedro) Cuqinho” (77, A. Clemente, 1363); ou seja, não devemos ver aqui o mesmo nome e, logo, uma atestação, nessa sincronia, da alternância *ou / o* (/ *u*) que tem sido registada, de forma aparentemente esporádica, para a pré-tónica inicial absoluta, sobretudo quando está uma vogal alta na sílaba seguinte (cf. Silva 2008, II: 499-500, Maia 1986 (1997:397-399), Nunes 1919 (1960:82-83)). “Couqiynho” deve ser interpretado como apelido-alcunho relacionado com “Coiquinho”, vocábulo registado por Moreno 1899:40: “Logar de reunião para a má lingua. Uma pharmacia é quasi sempre o *coiquinho* d’uma terra pequena”; no Dicionário de Moraes, 10.^a ed., temos os s.vv. «Coiquinho»: “[...] *Provinc. tras.* Lugar em que se juntam pessoas para murmurar da vida alheia; soalheiro”; e «Coiquinhar»: “[...] (de *coiquinho*). *Provinc. tras.* Murmurar da vida alheia; dizer mal de alguém”. Machado 1993 tem o s.v. «Couquinho», em que mais uma vez se vê a ligação ao Nordeste: “*top.* Torre de Moncorvo (Quinta do *Couquinho*). Será *Couquinho* por *Coquinho*?”.

Interessantes são também os casos “Joyz” (4, P. Moniz, 1287) e “ioíz” (5, id., 1290) = ‘juiz’ (< JŪDĪCEM, ou seja, com um esperado *u*). No mesmo tabelião temos, logo no seu primeiro texto (3, 1285), “Juyz”; como atestação anterior a essas, encontra-se no primeiro texto do *corpus* (D. Viegas, 1274) “Juíz”, e depois seguem-se sempre formas com “u”: “Juíz” (1, D. Viegas, 1274), “Jujz” (45, A. Domingues, 1334), “Juiz” (55, P. Gonçalves, 1331), “juiz” (57, A. Clemente, 1333), id. (60, id., id.), “juíz” (id.), “Juiz” (63, id., 1335), “juiz” (73, id., 1354), “Juiz” (80, M. Anes, 1342), “Juiz⁺” (83, D. Miguens, 1355), id. (90, id., 1368), “Juyz” (94, G. Martins, 1376); e no plural: “Juizes” 2x (74, A. Clemente, 1354), “Juizes⁺” 4x (83, D. Miguens, 1355).

Com semelhante atestação de formas com *u* — inclusive no mesmo tabelião —, é fácil explicar o fenómeno das formas com *o* por mera hiper-correcção do fenómeno visto no §4-1 da vogal *o* atrás (i.e. a elevação de *o* pré-tónico para *u* por influência de vogal alta na sílaba seguinte).

Mas vale a pena lembrar o processo etimológico de ‘juiz’, que, seguindo a leis gerais, seria ‘juez’ (devido ao *u* longo e ao *i* breve; forma como a do espanhol). Considerando o *u* o esperado, há a explicar duas coisas: o *i* e o acento nesse mesmo *i* (pois JŪDĪCEM é acentuado na primeira sílaba). Williams 1938 (1961:46) propõe: “O *i* de *siso* (de *seso* [Com e fechado, que o A. nota por meio de um sinal que não podemos reproduzir] < *sensum*) e o *i* e o acento de *juiz* (de *iūdīcem*) deveram-se provavelmente à influência de *juízo* [...]; que êsse acento é um desenvolvimento precoce se vê da rima *juyz: fiz* (C[ancioneiro da J[V[aticana, ed. de Monaci], n. 1 023)”. E como se explica o *i* de ‘juízo’, que tem na origem JŪDĪCIUM? Williams refere-se-lhe mais à frente: ‘juízo’ “provém não de *iūdīcium* mas de **iūdīcium*, forma esta influenciada pelo sufixo *-īcium*.” Outra pergunta nos permite dar mais um passo: quando se deu aquela alteração em

⁶¹⁶ Encontra-se nos textos antigos, além dos tipos *tutor* e *titor*, ainda *tetor*; cf. atestações dos três tipos em Machado 2003, s.vv. «tutor», «tutoria», Houaiss 2001, s.vv. id., Viterbo (Fiúza) 1966, s.v. «tétor», etc.. *Titor* chegou até à linguagem popular contemporânea: Pires 1907:245 atesta-o para Elvas, Ribeiro 1930:241 para Turquel.

JŪDĪCEM? Williams não o refere, mas Machado 2003, ao tratar o étimo de ‘juiz’, é da opinião de que a palavra vem “Do lat. *jūd[ī]ce-*, tornado certamente **jūdīce-* na latinidade vulgar”; Machado não cita nenhuma hipótese de influxo de ‘juízo’, como a de Williams, mas as duas hipóteses não colidem necessariamente. Posto tudo isto, pode colocar-se a questão de se aquelas grafias de ‘juiz’ com *o*, ocorridas tão cedo na língua e atestadas em mais registos do português antigo ⁶¹⁷, traduzem um *u* breve latino que teria mudado por acção da mudança que pode ter ocorrido, nessa época, no *i* breve (para *i* longo) da sílaba seguinte; assim, *o* seria o etimológico e *u* teria surgido por acção da vogal posterior, encaixando perfeitamente — ou quase, porque seria de longe a primeira atestação — no fenómeno de harmonização vocálica de *o* pré-tónico que vimos no citado §4-1 da vogal *o*. Os dados de que dispomos não nos permitem dizer mais do que isto, numa questão que entronca em várias outras e conduz a outro tipo de estudo.

Quanto a ‘juízo’, hipóteses semelhantes podem ser formuladas para explicar as grafias de *o* pré-tónico que surgem na mesma fase da língua. O facto de o nosso *corpus* apenas ter grafias com *u* pode, em teoria, favorecer a hipótese da hiper-correcção, mas é, na verdade, pouco significativo. Os casos de ‘juízo’ no *corpus* são: “juizo” 2x (80, M. Anes, 1342) e, relacionalmente, “preJuizo” (75, A. Clemente, 1359); trata-se de uma palavra com um índice de ocorrência baixo.

Temos ainda um caso similar nas representações do nome ‘Luzia’: “Lozia” (35, F. Soares, 1319), a par de grafias com *u*: “Luzia” (24, P. E(A)nes, 1302), “Luzya⁺” (94, G. Martins, 1376). O étimo é LŪCĪA, feminino de LŪCĪUS e acentuado, divergentemente do português, na primeira sílaba; pelo menos por isto e pelo *i* português correspondente ao *i* breve latino, a etimologia não é elementar. Sendo assim, Vasconcelos 1928c:61-62 considera o nome um empréstimo do italiano:

[...] por causa do acento no *i*, na nossa palavra, temos de admitir que esta nos veio directamente do italiano *Lucia*, propagada com o culto da santa ou das santas assim chamadas. O *c* intervocálico mudou-se em *z* por influência de *luz*. No *Martyrologio* (séc. XVI) figuram quatro santas de nome *Luzia*. Em Gil Vicente, III, 121, também *Luzia*. Várias povoações do N. e S. de Portugal têm o mesmo nome, o que mostra a importância do culto. A par com *Luzia* usamos *Lúcia*, forma literaria e moderna, tomada directamente do latim, como fem. De *Lucio* e equivalente àquela [...].

Nunes 1935:52, depois de referir que *Luzia* é forma “de carácter popular e já bastante antiga entre nós”, tira o nome de LŪCĪNA (da mesma família de LUCIUS, etc.), no que tem contra si a ausência de nasalidade na palavra desde sempre. Já Machado 1993, s.v. «Luzia», diz que o nome vem “Do lat. *Lucia* com desloc. de acento e grafia ant. com *z*, por influência de *luz*, do lat. *lux*, *lucis*; o culto de Santa *Luzia* (a quem se deve a divulgação do nome) a invoca contra as doenças dos olhos.” ⁶¹⁸

Se não se admitir, para explicar o *i*, a teoria de Leite de Vasconcelos ou uma origem portuguesa mas, pelo menos, semi-erudita do nome, pode admitir-se uma mudança de quantidade, na latinidade, semelhante à que se viu para *juiz*. Isso leva-nos a colocar a mesma questão a respeito de uma possível mudança de quantidade no *u*, o que por sua vez pode impor um *o* pré-tónico como etimológico; a elevação para *u* seria explicada,

⁶¹⁷ Sem grandes preocupações de exaustividade, vejam-se por exemplo Machado 2003, s.v., Lorenzo 1977, s.v. «Juyz»; com registos remetendo sempre para as fases mais pretéritas.

⁶¹⁸ Esta relação com os olhos favorece, claro está, a relação com *luz*.

naturalmente, da mesma maneira que para *juiz*.⁶¹⁹ Por outro lado, também se pode admitir a hipótese de hiper-correcção do fenómeno de *o* pré-tónico > *u* por influência de vogal alta seguinte como muito boa e possivelmente mais fácil. É uma questão que não podemos estender aqui, e os nossos dados não dão indicações tão convictas quanto seria desejável nesse sentido.

A respeito da possibilidade de “assoborgã” (65, A. Clemente, 1336) estar por ‘a-sob Burguinha’ e representar por isso uma hiper-correcção do fenómeno visto no §4-1 da vogal *o*, cf. o que se diz na alínea *b* desse §.

1.6. Nasalização de vogal por contacto com consoante nasal

1] A nasalização de vogal tónica por contacto com consoante nasal seguinte em ataque silábico (e.g. *cãma*, *lêsha*, *dôno*) é um fenómeno saliente na linguagem de hoje do SE Beirão (**Capítulo I, Secção B, I. Fonética, 1.7, §1-a**). No port. antigo, esse fenómeno, pelas grafias que aparecem nos textos, também se daria pelo menos com muito maior frequência do que actualmente se dá na Norma (cf. Castro 2006:146).

No nosso *corpus*, o fenómeno não aparece com muita saliência, conquanto seja notório amiúde. Pode isso indicar que o fenómeno era menos incisivo na época? Ou apenas se deve ao facto de essa nasalização não ser tão saliente como a das vogais que foram nasalizadas por consoante nasal seguinte homossilábica ou intervocálica latina (e.g. *canto*, *mão*)? Veja-se a este respeito o que ficou dito sobre o fenómeno no §1-1 da vogal *a*.

Nesse seguimento, diremos: é verdade que não podemos saber se o fenómeno se daria no português antigo da mesma forma em que se dá hoje mas, pelo menos em alguma medida, já se daria. Essa medida (i) seria superior ao que as grafias deixam transparecer pois, vendo os casos significativos que surgem nos textos, devemos conjecturar mais nasalizações de vogal por contacto com nasal heterossilábica do que os textos ostentam explicitamente; no entanto, (ii) seria provavelmente inferior à que temos na fase contemporânea, pois o nível de nasalidade com que vemos hoje as vogais em questão não é tão inferior ao das vogais *puramente* nasais que justifique uma diferença tão grande nas grafias (i.e. na frequência com que os casos surgem atestados). Tratar-se-ia, portanto, de um fenómeno já com uma presença manifesta na linguagem da região, mas com um ou dois passos para dar em direcção ao estágio em que se encontra na época contemporânea.

Uma análise de textos actuais ou recentes de crianças da região em fase de aprendizagem da língua escrita pode, todavia, trazer mais luz a esta questão. Se tiverem na sua linguagem o fenómeno da nasalização de vogal por consoante nasal seguinte em ataque, qual é a relação da presença desse fenómeno na escrita *versus* o das vogais nasais ‘tradicionais’?

A nasalização de vogal átona por contacto com consoante nasal seguinte em ataque (e.g. *bãñãna*) é menos incisiva e apenas esporádica hoje (**Cap. I, § citado**), observação que o *corpus* confere para a época arcaica.

⁶¹⁹ Tanto esse *i* longo como o acento podem estar relacionados com *MARĪA*, a principal santa de todas e figura mais do que popular na cultura portuguesa como românica em geral.

2] O mesmo que se acaba de dizer para a nasalização de vogal átona por contacto com consoante nasal heterossilábica pode ser dito a respeito da nasalização de vogal, tónica ou átona, por contacto com consoante nasal antecedente: esporádica hoje na região (**Capítulo I, Secção B, I. Fonética, §1-b de 1.7**) e, pelo que vemos no *corpus*, também na Idade Média.

Tal como foi notado para o dialecto contemporâneo, é sobretudo com *m* que o fenómeno se dá: e.g. “mêlhorado” (texto 97, 1386), *Mil* em vários textos.

Como é sabido, nas palavras de uso intensivo ‘muito’ (< MULTUM) e ‘mim’ (< lat. vulg. MĪ < MĪHI) o fenómeno deu-se na língua arcaica e chegou até hoje, apenas sendo consagrado, na ortografia oficial, no segundo caso.

No nosso *corpus*, não temos exemplos de ‘mui(to)’ com *u* (ou *o*, que também pode aparecer em port. ant.) nasal; a palavra surge nos seguintes casos: “múytas” (33, E. Peres, 1312), “moytas” (71, A. Clemente, 1351), “muitos” (83, D. Miguens, 1355), “mujto”⁶²⁰ (96, J. E(A)nes, 1377⁶²⁰).

Já para ‘mim’, vemos a nasalidade surgir com o decurso do tempo; podemos sistematizar os dados na seguinte tabela:

Tabelião	Formas sem nasalidade	Formas com nasalidade
Pedro Moniz (SVB)	Texto 3 (1285), “mj” 3x; 4 (1287), “mj”	
Pedro E(A)nes (SVB)	20 (1299), “mj” seguido de “mj” 5x; 24 (1302), “mj” 2x	
Estêvão Peres (SVB)		Texto 33 (1312), “mj̃” 2x
Francisco Soares (SVB)		34 (1317), “mj̃” 2x
Afonso Domingues (SVB)	40 (1328), “mj” 3x; 41 (1328), “mj”; 42 (1329), “mj”; 43 (1332), “mj”; 44 (1333), “mj”; 46 (1335), “mj” 2x; 49 (1339), “mj”; 50 (1342), “mj”; 51 (1342), “mj”; 53 (1349), “mj”; 54 (1350), “mj”	39 (1327), “mj̃”
Pedro Gonçalves (Pr)		55 (1331), “mj̃” 2x
Antoninho Clemente (SVB)		56 (1332), “mj̃”; 57 (1333), “mj̃” 3x; 71 (1351), “mj̃” 3x; 73 (1354), “mj̃”, “mỹ”, “mj̃”; 74 (1354), “mj̃” 3x; 78 (1363), “mj̃”
Gonçalo Esteves (CB)		81 (1351), “mỹ” 2x
Domingos Miguens (SVB)	84 (1357), “my” 2x; 88 (1363), “my”	83 (1355), “mj̃” 3x ⁶²¹ ; 85 (1361), “mj̃”; 86 (1363), “mj̃” 2x; 89 (1366), “mj̃” 3x; 90 (1368), “mỹ”
Antoninho Peres (CN)		91 (1359), “mj̃”

⁶²⁰ Com o sinal “+” está, como é explicitado nas normas de transcrição da edição, indicado um traço sobreposto não desenvolvido. Não foi desenvolvido — não sendo portanto considerado como indicativo de nasalidade — devido à sua identificação com procedimentos de escrita análogos do mesmo autor.

⁶²¹ E ainda “[mj̃]”, ou seja, a forma numa reconstrução.

João E(A)nes (SVB)		96 (1377), “mj̃” 2x
Vasco Clemente (CB)		98 (1386), “mj̃”
Afonso Anes (CB)		99 (1397), “mj̃”

É significativo notar que os textos de um mesmo tabelião apresentam, em geral, uma escolha uniforme. Apenas A. Domingues e D. Miguens demonstram alternância, devendo essa coexistência de variantes, pelo menos no segundo caso, ser mais gráfica do que linguística; não só pela época em que se insere mas também pelo facto de as formas sem nasalidade serem grafadas com “y”. Com efeito, nos textos desse tabelião não há, com a excepção do caso “mj̃” no seu último texto, “y”, final ou não final, com nasalidade gráfica; para além de ‘mim’, os casos em que tal poderia acontecer são as ocorrências do nome ‘Martim’, que surge sempre com “y” e sem a nasalidade (o patronímico correspondente, ‘Martins’, surge normalmente com nasalidade e sempre com “i”; para ‘Martim’, por isso e não só, dificilmente se aceitará que não tivesse nasalidade oral). A forma “mj̃” do texto 90, por seu lado, não invalida nada do que se disse — até porque surge no último texto do tabelião.

Para os textos de A. Domingues, pode-se pensar que atestam apenas a variação, normal, do período de estabelecimento do fenómeno. Dessa forma — e não esquecendo que a nasalidade está atestada logo no primeiro texto desse tabelião —, não repugnaria pensar que pelo menos algumas das formas sem nasalidade gráfica estejam apenas a ocultar o que na oralidade seria mais frequente; dá força a essa ideia a ocorrência exclusiva de formas com nasalidade em tabeliões seus contemporâneos (inclusive da mesma localidade, como A. Clemente).

Assim, verificamos que as formas com nasalidade estão atestadas nos inícios do séc. XIV e se consolidaram rapidamente.

1.7. Terminações nasais

1] A terminação *-ẽ(ẽn,en)*, grafada na ortografia actual , não apresenta ainda evidências de adjunção da semivogal paragógica ao *e* final nasal, que hoje se verifica na língua (i.e. *homẽi / homãĩ*); a sua representação é sempre com traço sobreposto ou *e +* consoante nasal, não deixando entrever nenhuma glide paragógica.

2] Passamos às terminações *-õ(õn,on)*, *-ã(ãn,an)*, *-ão*, que, como é sabido, se registam no port. antigo e são o resultado directo da evolução de certas terminações latinas, tónicas ou átonas e de palavras gramaticais ou lexicais ⁶²². Na maior parte do domínio do português, essas terminações viriam a convergir no ditongo [ẽw], que é o filho directo do anterior dissilábico *-ão*.

Na segunda metade do século XV, a partir do que se pode deduzir das rimas do *Cancioneiro Geral* de Resende, o fenómeno já estaria, na Norma, consumado (o primeiro a dizê-lo foi Vasconcelos 1911 (1966:132-133)). No século XIV já se vêem, sem margem para dúvida, atestações de confusão gráfica que demonstram o fenómeno já em curso (acentuando-se essa confusão, como seria de esperar, no século seguinte), mas também

⁶²² Para um esquema completo destas etimologias, v. Cardeira 2005:113-114.

têm sido defendidos para o XIII casos semelhantes (cf. apresentação e discussão dos principais casos em Lorenzo 1988:321-324 e Cardeira 2005:120ss.).

O nosso *corpus* fornece algumas informações interessantes a respeito deste fenómeno. Dividiremos os resultados em *a)* verbos e *b)* outras palavras.

a) Verbos — O único fenómeno que podemos ver com total certeza é, na sua primeira fase, a realização da 3.^a pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo com -ã em vez do etimológico -õ; e.g. AMAUERUNT > *amarom* > *amaram* (sem ditongo, i.e. do tipo [ẽ]). Isto leva a uma identificação daquele tempo com o mais-que-perfeito (AMAUERANT > *amaram*) — identificação que não é de estranhar, por duas razões. Acima de tudo, o significado dos dois tempos é muitas vezes tão próximo que se torna virtualmente impossível distinguir se estamos na presença de um ou de outro (ou se devemos utilizar um ou outro); e é significativo que hoje se verifique em parte da região, na 1.^a pessoa do plural, similar identificação do perfeito com o mais-que-perfeito (cf. **Capítulo I, Secção B, II. Morfo-Sintaxe, 3. Verbos, §7**). Deverá estar aqui a origem desse fenómeno que hoje tão saliente é.

Para além disso, se virmos os paradigmas do perfeito e do mais-que-perfeito, e.g. respectivamente:

- amei, amaste, amou, amámos, amastes, arc. amarom;

- amara, amaras, amara, amáramos, amáreis, amaram,

é notória, por um lado, a dissonância da terminação *-ar-om* no primeiro tempo, ao contrário do que se passa com a relacionável *-ar-am* no segundo.

Devido a estes factos, e à menor dúvida de interpretação de perfeito quando temos nos textos uma forma em -õ do que em relação a uma interpretação de mais-que-perfeito quando a forma é em -ã⁶²³, deve considerar-se que o fenómeno começa por uma passagem do perfeito ao mais-que-perfeito. Em rigor, haverá sempre, desde o início, alguma confusão e é natural — até pelo próprio fenómeno da convergência de ambas as terminações em -ão que entretanto se desenvolve — que surjam mais-que-perfeitos com -õ; mas o fenómeno de base, como é tradição referir-se na literatura⁶²⁴, é a incorporação (ao nível da forma, i.e. realização fonética) do perfeito, na 3.^a pessoa plural, no mais-que-perfeito. Depois, as duas terminações / formas deixaram de se distinguir.

Incluindo os casos terminados em -õ e os em -ã, os dados que vemos no *corpus* são os seguintes:⁶²⁵

Tabelião	Casos (com texto e data)	
	em -õ	em -ã
D. Viegas (SVB)	1 caso: “forõ” (texto 1, 1274)	—
J. Domingues (CN)	—	—
P. Moniz (SVB)	4 casos: “derõ” 2x, “reuorarõ” (3, 1285); “pagarõ” (5, 1290)	—

⁶²³ Na verdade, e considerando o *corpus* na sua totalidade, é muito claro, para certas formas em -ã, que é o perfeito que está subjacente, o mesmo já não se podendo dizer, pelo menos com a mesma frequência, para formas em -õ com relação ao mais-que-perfeito.

⁶²⁴ Este fenómeno está abundantemente registado para o português antigo; cf. e.g. o capítulo que Cardeira 2005 dedica às «Sequências nasalizadas em contexto final (convergência em -ão)» (pp. 113-174), com várias atestações e discussões de casos problemáticos (da sua obra e não só).

⁶²⁵ Ressalta do que já foi dito que nos convém registar todos os casos de possível perfeito ou mais-que-perfeito, que é o que se faz tabela seguinte.

P. E(A)nes (SVB)	4 casos: “forõ” nos 22 (1299) e 23 (1301); “partirõ”, “mãdarom” (24, 1302)	—
E. Peres (SVB)	17 casos: “fforõ” nos 26 (1306), 28 (1308), 30 (1311), 32 (1311) e 33 (1312), no qual ainda há: “descêderõ”, “fıcarõ”, “ueerõ”, “aqueecerõ”, “ouuerõ”, “mãdarõ” 2x, “outorgarõ” 2x, “rrelinquirõ”, “cõprarõ”, “aqueéecerõ”	1 caso: “ffıcarã” (33, 1312)
F. Soares (SVB)	—	4 casos: “uêderã” 3x, “conhoçerã” (34, 1317)
A. Domingues (SVB)	—	10 casos: “aquaeçerã”, “fforã” (39, 1327); “ffıcarã”, “acaeçerã” repetem-se uma vez cada nos 40 (1328), 44 (1333) e 52 (1343); no 54 (1350), “ffıcaRã” e “acaeçerrã”
P. Gonçalves (Pr)	—	—
A. Clemente (SVB)	32 casos: “fforõ” (57, 1333); “fforõ” 2x, “ffıcarõ” 2x, “rrenucyarõ”, “outorgarõ” 2x, “mãdarõ” (60, 1333); “aqueecerõ” (66, 1338); “ffezerõ”, “aquaeecerom”, “uêderõ” 2x, “Reçeberom”, “ueerõ”, “ouuerõ”, “prometerõ”, “pidirõ”, “rrogarõ” (71, 1351); “aqueecerõ” (72, 1354); “fforom”, “mostrarõ”, “ffezerõ” (74, 1354); “fforõ”, “Jurarõ”, “hussarõ”, “ouuerõ” (75, 1359); “fforõ” 2x, “ffıcarõ”, “aquaeecerom” (78, 1363)	—
M. Jordão (CB)	—	—
M. Anes (CN)	—	1 caso: “forã” (80, 1342)
G. Esteves (CB)	3 casos: “fıcarõ”, “acaeçerõ”, “ssayrõ” (81, 1351)	—
D. Miguens (SVB)	—	8 casos: “forã” 3x nos 85 (1361) e 87 (1363), e 1x nos 88 (1363) e 89 (1366)
A. Peres (CN)	—	—
V. Domingues (SVB)	—	—
G. Martins (SVB)	3 casos: “ffomrom ⁺ ”, “aqueecerõ” (94, 1376); “fforõ” (95, 1376)	1 caso: “forã” (94, 1376)
J. E(A)nes (SVB)	—	—
V. Clemente (CB)	—	—
A. Anes (CB)	2 casos: “açonteçerõ”, “ouuerom” (99, 1397)	—

Ao confrontarem-se os casos com o seu contexto (para o que se remete para a edição dos documentos), pode ver-se que o caso em -ã de E. Peres tem tudo para ser mais-que-perfeito. Em F. Soares o panorama é, ainda, demasiado duvidoso, mas, em A. Domingues (i. é, no segundo quartel do séc. XIV), o fenómeno da realização do perfeito como mais-que-perfeito já parece perfeitamente atestado (sobretudo comparando contextos semelhantes em textos que não são desse tabelião). Depois disso, ainda há menos dúvidas: p. ex. um caso como “forã”, no doc. de M. Anes, só pode ser perfeito.⁶²⁶

Seja como for, toda esta dificuldade em distinguir entre mais-que-perfeito e perfeito só nos ajuda a compreender como e porquê o fenómeno surge.

Afora esse fenómeno, há a notar nos verbos apenas dois casos específicos.

1) O mais do que problemático “*buscõ” no doc. 83 (D. Miguens, 1355), que surge no seguinte contexto: “Sabhã todos Como⁺ vinte E quatro dyas dagosto da Era de MiL /² E Trezêtos E noueêta E Tres Anos En⁺ sã uiçête da beira Eno Adro da dicta vila /³ 627 *buscõ *enda fazer Cõçelho ssêdo no dicto Logo ...”. A leitura é extremamente dificultada, da forma que ficou explicitada em nota na própria transcrição; nem com recurso à lâmpada de ultra-violetas foi possível adoptar uma leitura segura. Trabalhando com o que foi possível descortinar, considerar-se-á “enda” como ‘ende a’, com normal contracção do -e; nesse seguimento, e dados o contexto e as estruturas que vemos em documentos de tipo idêntico (que adoptam, naturalmente, o mesmo tipo de protocolo), será mais fácil considerar “buscõ” como *buscarõ* em que foi esquecido um sinal de abreviatura de *ar.* É muito mais natural aqui o perfeito do que o presente, o qual seria, aliás, assaz estranho.

2) No último texto do *corpus* (99, A. Anes, 1397), temos “vão” = 3.^a pessoa do plural do presente do conjuntivo.⁶²⁸ O étimo será UADANT, a respectiva forma do verbo UADĒRE, o qual, juntamente com os também latinos ĪRE e ESSE, formou o português ‘ir’ (Williams 1938 (1961:230), etc.). Assim, apresenta-se de imediato provável ver aqui já a convergência de -am em -ão; no entanto, este verbo apresenta alguns problemas etimológicos.

Cardeira 2005, no estudo detalhado que faz da convergência em -ão, trata a forma da 3.^a pessoa do plural do presente do indicativo desse verbo à parte:

Williams (1986: §157.2) [NB: a obra que citámos acima] acrescenta a este grupo [NB: o grupo das terminações verbais latinas -UNT, que deram em português -õ] a forma do indicativo presente do verbo *ir*, *vão*, propondo para ela o étimo VADUNT e atribuindo-lhe uma importante influência analógica na convergência em -ão na flexão verbal. [...] Do étimo VADUNT discorda Inês Louro (1952: 47-49) [NB: Louro, José Inês. «Origem e flexão de alguns nomes portugueses em -ão.» 1952, in Boletim de Filologia, XXIII, 37-65.] que, fundamentando-se nas grafias *van*, *vaam* e *vã* das *Cantigas de Santa Maria* e dos *Cancioneiros da Ajuda* e da *Biblioteca Nacional*, propõe um étimo *VADENT ou *VANT, étimo aceite a partir de então por autores como Azevedo Ferreira (1987: 425). No entanto, um trabalho recente de Antonino Silva ao apresentar, sem discussão, VADUNT como étimo do presente (Silva 1998: 40 e 76 n. 2) [NB: Silva, Antonino da Conceição de Almeida e. O sistema verbal do português arcaico. O papel da analogia na regularização dos paradigmas verbais do português arcaico da segunda fase. 1998, Dissertação de Mestrado

⁶²⁶ Como já ficou dito, é claro que, a haver mudança de significado nas formas em -õ (ou seja, a sua interpretação como mais-que-perfeito), esse é um fenómeno subordinado à passagem do perfeito a -ã; o desfiar das formas relevantes ao longo do *corpus* assim o indica claramente.

⁶²⁷ O que, de forma duvidosa, se transcreve a seguir como “buscõ enda”, está junto no ms. no que parece ser “buscõenda”; insere-se em parte manchada; há dúvidas de leitura sobretudo no “n” e no “a”, o que, sem mais, transforma em duvidosa toda a leitura.

⁶²⁸ O contexto completo: “... E mado que lhe⁺ nõ vão Contra esto ...”.

em Liguística Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra.] vem mostrar que a questão não está encerrada: a predominância de formas da 3.^a pessoa plural do verbo *ir* com terminação *-am* que encontra nos textos que analisa, do século XIV ao XVI, explica-a este autor como resultado da influência analógica exercida pelas restantes formas do presente terminadas em *-am*; não teria sido *vão* que produziu analogia mas, pelo contrário, seria uma forma que sofreu modificação por influência analógica das terminações regulares do presente. Uma vez que não são consensuais nem a origem nem a evolução desta forma, prefiro tratá-la, aqui, à parte. (*Cardeira 2005:113-114, n. 1*)

O étimo UADUNT é, de facto, problemático, pois, como o próprio Williams refere (*op. cit.*:182), “a terminação *-unt* no presente do indicativo desapareceu regularmente na Península Ibérica”. O A. tinha chegado a esse étimo devido ao “uso constante da grafia *vaão* nos documentos medievais [...] contrastando com o uso constante de grafias como *dam, estam, ham, vaam* (subjuntivo) e *som*” (*id.*:181).

Para o conjuntivo *vão*, no entanto, ou se supõe alguma analogia ou confusão ocorrida num verbo com um trajecto especial, ou fica aparente que já lá está o fenómeno da convergência em *-ão*; devido à identidade do paradigma do conjuntivo, afigura-se mais provável a segunda hipótese.

Existe ainda, por outro lado, mais um dado importante: o facto de se verificar hoje na linguagem (de parte) da região a ditongação de *ã* final tónico (cf. **Cap. I, Secção B, I. Fonética**, §8 da vogal *a*). É virtualmente impossível saber se um caso como o citado *vão* representa esse fenómeno ou o fenómeno geral do português de unificação de *-ã* e *-õ* em *-ão*. Mas, como aquele é um fenómeno muito pouco incisivo e, para todos os efeitos, dialectal em todas as sincronias do português — fugindo portanto à norma escrita de qualquer época —, devemos admitir que qualquer caso que encontremos no nosso *corpus* de *-ão* onde se poderia ou deveria esperar *-ã* respeita, por defeito, ao fenómeno da unificação de *-ã* e *-õ* em *-ão* — que é *superior* na língua e a respeito do qual há também, no *corpus*, casos a comentar em que é *-õ* e *-ão* que vêm à baila — e não ao fenómeno actual de *-ã* tónico > *-ão*. Outro argumento a favor dessa visão é o facto de a origem do actual *-ã* > *-ão* poder estar precisamente naquele fenómeno geral do português: assim, a atestação de um no *corpus* não exclui a atestação de outro.

b) Outras palavras — Aqui, apenas podemos observar possíveis casos esporádicos, uns mais, outros menos problemáticos, de confusão ou realização não etimológica nas terminações. Respeitam somente a palavras nominais (verificando-se portanto a terminação etimológica nas palavras gramaticais relevantes, como p. ex. *tam* < TAM ou TAN(TUM), *nom* < NON), e remetem de regra para *-ã* ou *-õ* etimológicos (ou seja, excluem maioritariamente *-ão* etimológico).

Um ponto prévio importante: para alguns casos — aqueles em que se pode conjecturar a substituição de *ã* final tónico por *ão* —, releva o que se disse no final do comentário ao último caso da alínea *a* (ponto 2, caso “*vão*”). Utilizaremos o raciocínio aí exposto na interpretação dos casos relevantes que nos surgem nesta alínea, ou seja, assumiremos por princípio que *-ão* tónico por *-ã* no *corpus* respeita ao fenómeno geral da unificação das terminações nasais *-ã*, *-õ* e *-ão* e não ao fenómeno dialectal contemporâneo de *-ã* tónico > *-ão*.

Passamos a ver os casos concretos e o que deles pode ser deduzido.

1) Deparamo-nos logo no primeiro texto do *corpus* (D. Viegas, 1274) com um caso difícil: o nome próprio “Johãmo” (contexto: “... heréés *que* forõ de Johãmo do Adro ...”). O mais provável é deduzir ‘João’, que vem do lat. JÖHANNĒ- (com origem primeira no grego, cf. Machado 1993, s.v.) e, na língua antiga, podia aparecer sob as

formas *Joane* (o derivado directo daquele étimo) ou *Jo(h)am* (resultante da colocação de *Joane* em próclise e habitualmente grafado “Joham” ou “Johã”). No *corpus*, o tipo *Jo(h)am* está abundantemente registado — era nome dos mais frequentes na Idade Média —, e sempre com a terminação etimológica. Caso se trate desse nome, então, é possível que tenhamos o “m” como mera representação da nasalidade (o traço sobreposto ‘supérfluo’ não seria nada incomum para a escrita da época) e o “o” final já atestando a convergência *-ã > -ão*. A própria escrita do “m” atestaria hesitação e insegurança no fenómeno, que ainda não estaria totalmente estabilizado. Mas, como já foi dito, a verdade é que, a estar atestada no *corpus*, a convergência em *-ão* ainda não se apresenta muito incisiva.

Outra hipótese é o “h” representar a semivogal palatal (como era corrente na escrita medieval), o “m” ter a mesma função referida na hipótese anterior e verificar-se o nome ‘Julião’, que era grafado na época como “Joyão” ou similar (no texto 2, temos “Joyao” representando o nome do tabelião). Ou verifica-se um simples lapso do autor? De forma nenhuma é este, portanto, um caso seguro.

2) No texto 55 (P. Gonçalves, 1331), temos “Steuão”; apesar de, no resto do *corpus*, quer antes quer depois do texto 55, o nome (que corresponde ao actual ‘Estêvão’), abundantemente atestado, surgir sempre com *a* no final (de acordo com o tipo fundamental *Steuam*, ou seja, sem o ditongo *-ão*), e de ser esta a grafia típica da época (o nome era muito frequente), a verdade é que: (i) o étimo é o greco-latino STEPHANUS (cf. e.g. Vasconcelos 1928c:46), e (ii) formas com *-o* estão razoavelmente registadas para o galego-português desde cedo.

Assim, Maia 1986 (1997:592-3) indica três casos de “Eſteuão” para documentos da Galiza de 1276, 1296 e 1302; para um documento da Maia (Douro Litoral) de 1345, indica o caso “Steuão”, mas é um desenvolvimento: “Steuão”, como se pode ver no próprio documento. A A. regista também formas com *-áo* e *-ao* para o séc. XIII na Galiza; e entre os sécs. XIII-XV regista, para essa região e para Portugal, formas sem *a*, i.e. com *-ão*, *-õ*, *-óó*, *-o*.⁶²⁹ Em Portugal, no entanto, as formas com *-ã* parecem ser as preferidas, como se deduz da frequência dos exemplos aduzidos; estão registadas desde o séc. XIII, ou seja, o princípio do *corpus* e da fase escrita da língua.

A razão de STEPHANU- > *Stevam*, sem ditongo, não é clara (origem castelhana?), mas desde sempre que estas formas estão registadas. Em todo o caso, não surpreenderia uma evolução particular nesse nome, pois as formas sem *a* que vimos, registadas tão cedo, também representam evoluções particulares.

3) Evolução particular pode também ter tido o substantivo ‘afã’, segundo Cardeira 2005, que justifica o facto de ter excluído esse vocábulo da análise estatística da convergência das terminações nasais em *-ão* pela informação etimológica que a literatura nos proporciona:

Tanto Machado (1995, s. v. *afã*), como Cunha (1987, s. v. *afanar*) e Corominas (1990, s. v. *afanar*) [NB: os dicionários etimológicos de José P. Machado, A. Geraldo da Cunha e Corominas] derivam esta palavra do latim *AFFANNARE, comum aos principais romances do ocidente e de origem incerta (talvez de AFFANNAE), mas com provável influência do provençal *afan* ou *affan*, e registam *afan*, *affam* no século XIII. Machado

⁶²⁹ Pelo menos as formas com vogal dupla dependem, como a própria autora não deixa de referir, de prévio *-ão*, dando-se depois a assimilação da primeira vogal à segunda.

No nosso *corpus*, temos um caso de *-óó*: “Sauass/¹⁴cóó” = ‘Sebastião’, no texto 48 (A. Domingues, 1336). É uma verdadeira excepção, não só no *corpus*, como também nos textos desse tabelião, onde a terminação *-ão* está bem atestada (inclusive no mesmo nome, que também surge no mesmo texto, depois do caso citado) e sempre com *-áo*.

refere, ainda, as variantes *afom*, no *Nobiliário do Conde D. Pedro, afão*, na *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes, e a mais recente *afano*. Louro (1952: 41) [NB: Louro, José Inês. «Origem e flexão de alguns nomes portugueses em -ão.» 1952, in *Boletim de Filologia, XXIII*, 37-65.] inclui este vocábulo no conjunto de palavras que entraram no português através do provençal. (Cardeira 2005:136, n. 43)

E. Cardeira regista “affan” para um documento do Noroeste de 1328 (p. 136), e “affom” para um documento da região de Lisboa de 1383 (2 ocorrências; p. 141).

No nosso *corpus*, igualmente se encontra alternância; mas é mais significativa, pois também ocorre no mesmo tabelião: no texto 61 (A. Clemente, 1333), encontramos “affom” (l. 9) e “affam” (l. 18), e no 77 (id., 1363) “Affam⁺” 2x. No que toca a outros tabeliões, temos “afan”, “afã” e “affã” no 96 (J. (E)Anes, 1377), e “affam⁺” no 99 (A. Anes, 1397). Possa ou não possa este vocábulo representar o fenómeno da convergência em -ão, encontramos nele alternância.

4) Alternância é também o que se nos depara em ‘são’ (forma proclítica de *santo* < SANCTU-) no tabelião G. Esteves: “sson” uma linha depois de “ssam” no doc. 82 (1358), enquanto no outro texto do mesmo tabelião (81, 1351) apareceu “ssam” duas vezes. Sabendo: (i) que ‘são’ com a pronúncia *sã*, sem ditongo, ainda se conserva hoje em dialectos portugueses (em todo o país ou quase; a conservação de tal pronúncia deve-se à próclise em que a palavra surge por defeito); (ii) que a mesma palavra ocorre inúmeras vezes no *corpus* — pois é parte integrante do nome da localidade em que a maior parte dos documentos foram produzidos, S. Vicente da Beira —, nunca falhando a grafia, para além daquele caso, à etimologia; e (iii) que na escrita da época “o” e “a” minúsculos podiam, em escrita descuidada / rápida, ficar indistintos, — temos necessariamente de admitir que possa ter havido em “sson” mero lapso gráfico. No entanto, “sson”, com “n”, não deve ser confundido com “ssam”, com “m”, que é o que aparece no mesmo tabelião. A isto não obsta o facto de a palavra surgir maioritariamente com -n no *corpus*:

Relação absoluta e percentual das grafias de ‘são’ (substantivo) no <i>corpus</i> (afora “sson”)	
“(s)sam”, “Sam”	71 casos ⁶³⁰ , 32,27 %
“(s)sã”, “Sã”	44 casos, 20 %
“(s)san”, “San”	105 casos ⁶³¹ , 47,73

Qualquer grafia pode surgir em qualquer época, mas o tipo com -n está concentrado no primeiro terço do *corpus*.

Parece portanto muito possível que o caso “sson” tenha valor linguístico; pelo menos, ignorado não pode ser. ⁶³²

5) Do doc. 94 (G. Martins, 1376) consta o seguinte segmento: “...outro ssy oss quinhoys que nos auemos de uasche anes nosso Jrmãã ⁶³³ E outrossy ...”. É problemático ver aqui, em “Jrmãã”, algum facto linguístico — nomeadamente confusão na terminação -ão. É mais fácil, *a priori*, tratar-se apenas de algum fenómeno relacionado com o próprio

⁶³⁰ 6 casos têm traço sobreposto não desenvolvido, i.e. “(s)sam⁺”, “Sam⁺”.

⁶³¹ 1 caso tem traço sobreposto não desenvolvido: “san⁺”.

⁶³² Note-se que o tabelião em causa não é de S. Vicente da Beira mas de Castelo Branco.

⁶³³ Leituras alternativas: “Jrmãa”, remotamente “Jrmãão”. Temos apenas o traço sobreposto, na continuação da perna do último “a”.

processo de escrita (como esquecimento do “o” de ‘irmão’, uso incomum do sinal de abreviatura, etc.). Não temos outras lições da terminação -ão nos textos desse tabelião mas, no resto do *corpus*, a sua conservação é perfeitamente geral. Os dois “a” tanto podem remeter para essa terminação (pois a sua representação através de “ãão” era frequente na escrita da época, do *corpus* ou não) como para ‘irmã’, que os tem etimológicos (pois < GERMANA, fem. de GERMANU > *irmão*); não nos podemos esquecer de que estamos no séc. XIV, época em que os hiatos ainda se faziam sentir.

De qualquer modo, é um caso que não pode ser desconsiderado.

6) Passamos a ver o caso “posisam”, que aparece uma vez em cada um dos dois textos de V. Clemente (97 e 98, ambos de 1386). O étimo é POSSESSIO-, que resulta em -õ. Há aqui, portanto, um facto de interesse, até porque vemos a mesma palavra antes no *corpus* com a terminação etimológica, nomeadamente nos casos “posisom”, do doc. 80 (M. Anes, CN, 1342), e “Pusisom”, do 90 (D. Miguens, SVB, 1368).

7) Concluiremos esta relação com três topónimos problemáticos. Em primeiro lugar, “Rodam” = actual ‘Ródão’, que surge, tal como uma das ocorrências de “posisam”, no 97. Tratando do nome “Ródano”, rio da França (nessa língua, *Rhône*), Machado 1993 diz que ele provém “do lat. *Rhōdānus*, de origem obscura, talvez céltica e, neste caso, de *rho*, «rio», e *dan*, «rápido»: rio caudaloso, como é o *Ródano* no seu curso superior. [...] A mais antiga referência que conheço está no séc. XIII, em *St. Maria*, escrito *Rodão* [...] e *Rodan* [...]”. Para o topónimo português “Ródão”, propõe: “Tratar-se-á de nome comum, ant., tornado top.? [...] Está ligado a voc. pré-romano, talvez celta ou pré-celta, o m.q. aparece em *Ródano* [...]”? Note-se que o nosso rio Tejo também em parte é caudaloso, como o fr. [...] Era um dos nomes pré-romanos do Tejo. [...] Proveniente de idioma pré-celta, *Ródão* significaria «rio violento» e o nome do rio pode aparecer em regiões diversas. [...] Creio que alguns dos citados top. port. resultam de transplantação do primitivo.” Termina atestando *Rodano* e *Rotano* para 1186 nos *Portugaliae Mon. Hist.*.

A etimologia é, portanto, obscura. No entanto, *Rodam*, sem aparente ditongo, é o esperado à luz da teoria céltica, que é forte; ainda para mais quando, sendo essa teoria particularmente pertinente para o francês, sabemos que as Ordens do Templo / Cristo e Hospital — com raízes precisamente nesse país — foram os líderes colonizadores da Reconquista no Sueste da Beira. Nesse sentido, o caso que registamos no nosso texto pode favorecer essa teoria. Qualquer variação na terminação também está prevista por Machado, que a atesta, como vimos, para o séc. XIII. Ainda cumpre dizer que, a haver algum fenómeno em “Rodam” no 97 (i. é, uma falha na etimologia que ateste o fenómeno da convergência em -ão), tal não seria propriamente surpreendente, depois do que vimos para “posisam” no mesmo tabelião.

8) O segundo topónimo é o actual ‘Montalvão’ ao pé de Nisa, que surge no texto 89 (D. Miguens, 1366) como “monte Aluã” e “monte Aluã”. A grafia do autor do documento sai valorizada pelo facto de, como se vê na sua leitura, lhe ter sido mostrada uma procuração feita pelo tabelião de Nisa, em Montalvão, a pedido de indivíduo dessa terra.

Nascentes 1952-1955, s.v. «Montalvão», diz que se trata de “top[ô]nimo importado”, acrescentando: “Existe forma correspondente em esp.: *Montalbán*, *Montalván*; em fr. *Montauban*; em it. *Montalbano*. Do lat. *Monte Albanu*. No sul de Portugal existe o topónimo *Montalvo* e seu diminutivo *Montalvinho*, de modo que não é impossível que pudesse haver também o aumentativo [...]”. Machado 1993, s.v. «Montalvão¹», pega na deixa e, depois de atestar o topónimo *Montalvão* para vários sítios do país e *Montalbán* para a Galiza (Lugo), expõe que “Não parece, evidentemente, de aceitar a origem no lat. *Monte Albanu* [...], nem em qualquer dos equivalentes esp. *Montalbán* e *Montalván*. A presença de *Montalvo* em vários sítios e de *Montalvinho* [...]

faz crer em formação port.: aglutinação de *Monte alvão*, este aument. de *alvo*”. Por sua vez, Vasconcelos 1928c:289 refere, ao dar exemplos de “apelidos de estirpe francesa e actualmente em uso, que ascendem ao sec. XVI, ou que pelo menos se podem já então documentar”, o caso “*Montalvão*, adaptação portuguesa de *Mont’ Auban*, de um debuxador que esteve em Lisboa [...]”.

Pelo que vemos no nosso *corpus*, a etimologia espanhola ou a francesa saem favorecidas; particularmente a segunda, devido às razões históricas que se invocaram ao falar de *Ródão* atrás (i.e. o influxo das ordens militares francesas na região). De resto, *Montalvo* (com *Montalvinho*) não tem de apontar para origem portuguesa, pois pode tratar-se de etimologia popular.

Não há portanto, à luz do que conhecemos, razões para ver em *Monte Alvã* do doc. 89 um fenómeno de mudança na terminação nasal.

9) Por fim, há a considerar “pedrogão”, do texto 65 (A. Clemente, 1336), que está obviamente por ‘Pedrógão’ (na região representado pelo menos em Pedrógão de São Pedro, freguesia do concelho de Penamacor, e Pedrógão Pequeno, freguesia do concelho da Sertã).

Vasconcelos 1935:194-195 propõe uma etimologia que ele próprio reconhece como problemática. Inclui *Pedrógão* numa lista de “Nomes átonos em -ão formados analógicamente” (p. 193) ⁶³⁴, derivando, dessa forma, aquela forma de *Pedrogo*, que também se encontra na toponímia portuguesa: “Parece que *Pedrogo* será a forma primitiva, pois *Pedrógano*, no século XIII, nas *Leges*, pág. 528 (ap. Cortesão, *Onomastico medieval*), o dá a entender; cf. *Pedrogal*, nome de uma courela no concelho e freguesia de Mértola; *Pedrogos*, no concelho de Vila-Verde; *Pedroqueira*, nos concelhos de Pombal e Sertã.” *Pedrogo* viria de *PETRŌCUS, composto por: PETRA ‘pedra’, “para o que concorre o uso do artigo [o A. antes tinha referido que ‘Pedrógão’ e ‘Pedrogo’ são normalmente enunciados como ‘o Pedrógão / Pedrogo’, com artigo, o que aponta para uma origem de substantivo comum], e o dar-se a um penedo o nome de o *Pedrogo* [algo que o A. antes tinha referido]”; e pelo “sufixo ibérico -oc-, que, ao que parece, desempenhou função na nossa idade-média, empregado como desinência patronímica [...], o que não é o nosso caso, mas que anteriormente deve ter tido carácter adjectival [...]”.

Machado 1993, s.v. «Pedrógão», não é convencido pela teoria de Leite — desde logo porque, como diz, a relação entre *Pedrogo* e *Pedrógão* não é clara — e considera a etimologia de *Pedrógão* (tal como, depreende-se, a de *Pedrogo*) obscura. Deixa no entanto uma sugestão:

Para os *Pedrógão* da Estremadura e da Beira Baixa, situados, mais ou menos, na mesma faixa de paralelos, poderia aventar-se origem pré-celta, ou celta, ligada ao ant. povo dos *Dráganes* (ou *Drágnas*) [...], indicando a cabeça ou extremidade (celta *pen*) do seu território. Para o etn. ser masculino talvez, em lat. popular, dissessem, no acusativo pl., **Drágnas*, cujo sing. seria **Dráganum*. Assim teríamos **Pendráganum*. Cf. galês *Pendragon*, «cabeça de dragão», cognome do rei Uther, pai do rei Artur [...]. O *n* da primeira sílaba desapareceria por dissimilação com o da última. Quando latinizado o top., o -á- passaria a -ó-, dando assim a aparência de voc. lat. composto de *petro* (por *petra*, «pedra, rochedo») e *cānum* > port. *cão*, «branco». Apesar de todas as suas evoluções fonéticas e semânticas, esta palavra composta teria mantido a acentuação celta. Vimos antes as ant. formas *Pedrogano* e *Petroganum*, esta latinizada [o A. fala depois de ter atestado *Petraganum* para 1135, *Pedrogano* para 1204 e *Petroganum* para 1206.] . Já tinha o

⁶³⁴ Como, segundo exemplos do A., *morango* > *morangão*, *frango* > *frangão*, etc..

sentido de «pedra esbranquiçada», «rocha branca», quando da invasão muçulmana (séc. VIII). Os vários topónimos *Alqueidão* significam o mesmo [...]. A actual freg. de *Pedrogão* (Torres Novas), nas abas da serra de Aire, era designada por *Alqueidão* ou *Alqueidão da Serra*, por esse lugar vizinho ser a sede da freg. até 1876.

Apesar de quer a hipótese de Leite de Vasconcelos quer a de J. Pedro Machado serem interessantes, é óbvio — e os próprios para isso alertam — que é tudo incerto. Ora, com uma etimologia obscura, e registando nós *Pedrogão* numa época e num tabelião em que as grafias etimológicas para as terminações em causa são ainda regulares ou absolutas, é claro que, por muito que haja etimologias — como as duas citadas — que impliquem que -ão não seja o esperado, devemos, por básica cautela, considerar a referida forma como demasiado duvidosa para poder atestar o fenómeno que nos prende agora. Aliás, a forma que registamos obriga a uma revisão das referidas teorias, precisamente por essa regularidade.

Podemos então ter, nestes casos de variação nas terminações de verbos e de nomes, atestações do fenómeno da convergência em -ão? Ou apenas uma certa variação de base nessas terminações, que desde cedo, por um ou outro factor, estariam sujeitas a alguma *confusão*?

Como já ficou dito, têm sido apontados possíveis casos de confusão / variação nas terminações em causa desde o século XIII, os quais se adensam no XIV, ficando a confusão muito evidente — devido a aumentar exponencialmente — na segunda metade desse século e no decurso do seguinte (cf. Cardeira 2005:113-174, capítulo já citado «Sequências nasalizadas em contexto final (convergência em -ão)»). Isto evidencia o processo da convergência em -ão a decorrer, pelo menos, a partir da segunda metade do XIV.

Nessa sequência, e sabendo que a confusão entre perfeito e mais-que-perfeito, no *corpus*, surge e se adensa ao longo do séc. XIV, é provável que ao menos casos como “posisam” (alínea *b*) ou “vão” (alínea *a*), dos últimos vinte anos do mesmo século, atestem já o processo de convergência em curso.

A análise estatística parece dar força a essa suposição. Se fizermos uma relação absoluta das terminações no *corpus*, por tabelião, teremos o quadro seguinte, do qual excludo: (i) todos os casos de perfeito ou mais-que-perfeito, devido ao que vimos na alínea *a* atrás (onde se apresentou, também sob a forma de tabela, o inventário das respectivas formas); (ii) todos os casos específicos de provável ou improvável variação nas terminações que foram analisados na alínea *b*.⁶³⁵

⁶³⁵ Onde na tabela se lê “FN”, “FV” e “PG”, entendam-se: formas nominais, formas verbais e palavras gramaticais. — Os números correspondem à frequência absoluta com que surgem casos das respectivas terminações. Se um caso / uma palavra se repete, é contabilizado o número de vezes correspondente; e.g. no tabelião x ocorre três vezes “san”: são contabilizados três casos em -ã para esse tabelião. — Ao lado do número em que cada terminação surge em cada tabelião, vai, entre parêntesis, a data da(s) sua(s) ocorrência(s).

Tabelião	Terminação - <i>õ</i>			Terminação - <i>ã</i>			Terminação - <i>ão</i>		
	FN ⁶³⁶	FV	PG ⁶³⁷	FN	FV	PG ⁶³⁸	FN	FV	PG
D. Viegas (SVB)	3 (1274)	—	3 (1274)	8 (1274)	1 (1274)	—	1 (1274)	—	—
J. Domingues (CN)	1 (1285)	—	3 (1285)	3 (1283)	—	—	—	—	—
P. Moniz (SVB)	5 (1285-1292)	—	4 (1285-1290)	41 (1285-1292)	2 (1285-1290)	—	5 (1285-1292)	—	—
P. (E)Anes (SVB)	34 (1293-1304)	2 (1302)	14 (1293-1304)	78 (1293-1304)	17 (1293-1304)	—	12 (1293-1302)	—	—
E. Peres (SVB)	13 (1306-1312)	3 (1308-1312)	17 (1306-1312)	48 (1306-1312)	7 (1311-1312)	—	13 (1306-1312)	—	—
F. Soares (SVB)	7 (1317-1325)	—	8 (1320-1325)	32 (1317-1325)	6 (1317-1320)	—	4 (1317-1319)	—	—
A. Domingues (SVB)	46 (1327-1350)	1 (1327)	30 (1328-1350)	71 (1327-1350)	34 (1327-1350)	—	11 (1328-1350) ⁶³⁹	—	—
P. Gonçalves (Pr)	2 (1331)	—	3 (1331)	4 (1331)	1 (1331)	—	—	—	—
A. Clemente (SVB)	72 (1332-1363)	9 (1333-1359)	42 (1332-1363)	137 (1332-1363)	52 (1332-1363)	—	34 (1332-1363)	—	—
M. Jordão (CB)	2 (1333)	—	2 (1333)	6 (1333)	—	—	1 (1333)	—	—
M. Anes (CN)	3 (1342)	1 (1342)	2 (1342)	5 (1342)	2 (1342)	—	—	—	—
G. Esteves (CB)	5 (1351-1358)	—	4 (1351-1358)	14 (1351-1358)	3 (1351-1358)	—	1 (1351)	—	—

⁶³⁶ Não incluí nos dados a palavra ‘dom’ (= D. Afonso, etc.), que conservou a pronúncia -*õ*, mas convém fazer a relação da sua ocorrência. Assim, o caso surge: 4 vezes em D. Viegas (1274); 2 vezes em J. Domingues (1285); 19 vezes em P. Moniz (1285-1292); 2 vezes em V. Clemente (1386); 1 vez em A. Anes (1397). — Por outro lado, incluí os casos em que -UDINE já se converteu em -*õ* (cf. a respeito desse fenómeno o §3 adiante).

⁶³⁷ Não está incluído nos dados ‘com’, que manteve -*õ*. Relação da sua ocorrência: 8 vezes em D. Viegas (1274); 4 vezes em J. Domingues (1285); 14 vezes em P. Moniz (1285-1292); 56 vezes em P. (E)Anes (1293-1304); 33 vezes em E. Peres (1306-1312); 22 vezes em F. Soares (1317-1325); 78 vezes em A. Domingues (1327-1350); 5 vezes em P. Gonçalves (1331); 96 vezes em A. Clemente (1332-1363); 4 vezes em M. Jordão (1333); 5 vezes em M. Anes (1342); 8 vezes em G. Esteves (1351-1358); 44 vezes em D. Miguens (1357-1368); 2 vezes em A. Peres (1359); 5 vezes em V. Domingues (1366); 16 vezes em G. Martins (1376); 7 vezes em J. (E)Anes (1377); 12 vezes em V. Clemente (1386); 6 vezes em A. Anes (1397). — Refira-se também que todos os casos de palavras gramaticais registados para esta terminação dizem respeito a *nom*, i.e. ‘não’ (< NON).

⁶³⁸ Há apenas -*ã* no *corpus*, em palavras gramaticais, na forma ‘também’, i.e. *tam* + bem, que pode aparecer *tam bem*, separado, ou *tambem*, junto. Como a pronúncia de -*ã*, sem ditongo, foi conservada pela língua, não incluí o caso nos dados. Surge: 1 vez em E. Peres (1312); 16 vezes em A. Domingues (1327-1350); 4 vezes em A. Clemente (1332-1359); 1 vez em D. Miguens (1355); 2 vezes em A. Peres (1359); 1 vez em G. Martins (1376).

⁶³⁹ Não incluí o caso “Sauasscóó”, do 48, que já foi tratado em nota atrás neste §.

D. Miguens (SVB)	38 (1355-1368)	—	19 (1355-1368)	50 (1355-1368)	11 (1355-1366)	—	7 (1355-1368)	—	—
A. Peres (CN)	3 (1359)	—	2 (1359)	3 (1359)	1 (1359)	—	—	—	—
V. Domingues (SVB)	2 (1366)	—	3 (1366)	3 (1366)	—	—	—	—	—
G. Martins (SVB)	9 (1376)	—	8 (1376)	11 (1376)	6 (1376)	—	—	—	—
J. (E)Anes (SVB)	4 (1377)	1 (1377)	3 (1377)	7 (1377)	4 (1377)	—	—	—	—
V. Clemente (CB)	8 (1386)	—	5 (1386)	3 (1386)	4 (1386)	—	7 (1386)	—	—
A. Anes (CB)	4 (1397)	1 (1397)	2 (1397)	9 (1397)	4 (1397)	—	2 (1397)	—	—

Os casos verdadeiramente significativos de que dispomos — que não se prendem com o fenómeno da confusão entre perfeito e mais-que-perfeito, o qual tem um carácter autónomo e tem de ser considerado à parte — são, na aparência, muito escassos. Mas se considerarmos, de todos os que vimos, os seguintes como os principais: “affom” (A. Clemente, 61, 1333), “sson” (G. Esteves, 82, 1358), “posisam” (V. Clemente, 97 e 98, 1386), e “vão” (A. Anes, 99, 1397), — teremos, de acordo com a tabela acima, as seguintes relações:

I. “affom”

1. Valor percentual no total das palavras nominais da terminação *-ã* de A. Clemente: 0,72%.
2. Valor percentual no total das palavras lexicais (nominais + verbais) e gramaticais da terminação *-ã* de A. Clemente: (i) com expurgo de ‘também’: 0,53%; (ii) sem expurgo de ‘também’: 0,52%.
3. Valor percentual no total das palavras lexicais (nominais + verbais) e gramaticais de todas as terminações de A. Clemente: (i) com expurgo de ‘com’ e ‘também’: 0,29%; (ii) sem expurgo daquelas palavras: 0,22%. — Juntando a esta variável os casos que a tabela acima não considera, i.e. os 32 casos de *-õ* filiáveis no pretérito perfeito que estão citados na tabela da alínea *a* e “pedrogõ” (doc. 65, 1336), tratado na alínea *b*, as percentagens mudam respectivamente para: (i) 0,26% e (ii) 0,21%.

II. “sson”

1. Valor percentual no total das palavras nominais da terminação *-ã* de G. Esteves: 6,67%.
2. Valor percentual no total das palavras lexicais (nominais + verbais) e gramaticais da terminação *-ã* de G. Esteves: 5,56%.
3. Valor percentual no total das palavras lexicais (nominais + verbais) e gramaticais de todas as terminações de G. Esteves: (i) com expurgo de ‘com’: 3,57%; (ii) sem expurgo daquela palavra: 2,78%. — Juntando a esta variável os casos que a tabela acima não considera, i.e. os 3 casos de *-õ* filiáveis no pretérito perfeito que estão citados na tabela da alínea *a*, as percentagens mudam respectivamente para: (i) 3,23% e (ii) 2,56%.

III. “posisam”

1. Valor percentual no total das palavras nominais da terminação -õ de V. Clemente: (i) com expurgo de ‘dom’: 20%; (ii) sem expurgo de ‘dom’: 16,67%.
2. Valor percentual no total das palavras lexicais (nominais + verbais) e gramaticais da terminação -õ de V. Clemente: (i) com expurgo de ‘dom’ e ‘com’: 13,33%; (ii) sem expurgo de ‘dom’ e ‘com’: 6,9%.
3. Valor percentual no total das palavras lexicais (nominais + verbais) e gramaticais de todas as terminações de V. Clemente: (i) com expurgo de ‘dom’ e ‘com’: 6,9%; (ii) sem expurgo daquelas palavras: 4,65%. — Juntando a esta variável o caso que a tabela acima não considera, i.e. “Rodam” (97, 1386), tratado na alínea *b*, as percentagens mudam respectivamente para: (i) 6,67% e (ii) 4,55%.

IV. “vão”

1. Valor percentual no total das palavras verbais da terminação -ã de A. Anes: 20%.
2. Valor percentual no total das palavras lexicais (nominais + verbais) e gramaticais da terminação -ã de A. Anes: 7,14%.
3. Valor percentual no total das palavras lexicais (nominais + verbais) e gramaticais de todas as terminações de A. Anes: (i) com expurgo de ‘dom’ e ‘com’: 4,35%; (ii) sem expurgo daquelas palavras: 3,33%. — Juntando a esta variável os casos que a tabela acima não considera, i.e. os 2 casos de -õ filiáveis no pretérito perfeito citados na tabela da alínea *a*, as percentagens mudam respectivamente para: (i) 4% e (ii) 3,13%.

Tendo em conta a cronologia da produção documental de que dispomos para os tabeliões em causa:

- Antoninho Clemente, 1332-1363;
- Gonçalo Esteves, 1351-1358;
- Vasco Clemente, 1386;
- Afonso Anes, 1397,

os dados parecem apontar para uma subida do fenómeno na segunda metade do séc. XIV, tal como no resto da língua e com percentagens aparentadas (cf. Cardeira 2005:113-174, esp. 162 ss.).

Mas, perante números absolutos tão baixos, temos de ser cautelosos (apesar de representarem o mesmo em termos de percentagem, não é a mesma coisa ter, por exemplo, 1 em 10 do que ter 10 em 100); temos de dizer que, em rigor: (i) se é provável, dado o que se vê no resto do port. antigo (e lembramos que o *corpus* que E. Cardeira estuda abrange quase todo o país), que tenhamos no nosso *corpus* já evidências do processo de convergência em -ão (com os casos “posisam” e “vão” à cabeça), (ii) só poderemos ter a certeza do comportamento das terminações em causa, no Sueste Beirão e no período que abrange o nosso *corpus*, estudando documentos dessa região que pertençam ao século seguinte — ou seja, avançando cronologicamente a análise das terminações -ã, -õ e -ão na linguagem antiga da região.

Esta posição não é demasiado defensiva ainda por outra razão, que já referimos superficialmente: os dados da língua antiga indicam que havia, nas terminações em causa, uma certa variação de base — i. é, que se verificava desde sempre ou muito cedo ou, pelo menos, uma variação em que incorriam certas palavras que representam casos à parte. Como não entender assim um caso como *Estevão* / *Estevam*, que tem o percurso que vimos? Ou a confusão entre perfeito e mais-que-perfeito, que também vimos? Outros

exemplos podem ser dados, como a relação entre as formas antigas *tabeliom* / *tabeliam* (< TABELLIONE-) e *escrivam* / *escrivom* (< SCRIBANU-, através do provençal *escriv(b)an*); cf. Cardeira 2005:136-137, Maia 1986 (1997:603).

Essa variação era potenciada pela semelhança fónica entre -*õ* e -*ã*, por um lado, e -*ão* e -*ã*, por outro; sobretudo entre as duas primeiras, que é onde se verifica o essencial da variação gráfica que atesta a convergência em -*ão* a partir de certa altura. De facto, não só a terminação -*ão* não sofre, na grafia dos sécs. XIII-XV, grande variação, como as terminações -*õ* e -*ã* alternam sobretudo entre elas, e não com -*ão*; é isso que mostram os dados de Esperança Cardeira (cf. Cardeira 2005:162 ss., esp. 174).

Estará aí a origem do fenómeno da convergência de -*õ* e -*ã* em -*ão*, que, devido ao seu carácter de simplificação de paradigmas, me parece evidente ser um fenómeno de matriz fundamentalmente analógica (tenha ou não o concurso de factores fonéticos). Partindo de uma certa variação de base em algumas formas das três terminações — sobretudo -*õ* e -*ã* e sobretudo nas terminações da 3.^a pessoa do plural do perfeito e do mais-que-perfeito —, convergiu-se tudo em -*ão* (provavelmente quando este já era ditongo, pois a sua relação com aquelas terminações seria então maior).

Porquê -*ão*? Porque, ao contrário das outras duas, é ditongo e não monotongo; é a mais distinta e a que foge ao problema das duas outras. E porque é que, no Noroeste, temos a convergência em -*õ* / -*ou*? Se esta terminação não resulta de dissimilação de -*ão* (tendo assim aquela região, até certa altura, uma evolução semelhante à da Norma e de quase todo o país), não é difícil admitir que o Noroeste, confrontado com a mesma confusão nas terminações, tenha reagido conservadoramente. É conhecido o carácter conservador dos dialectos setentrionais portugueses, e a verdade é que a conservação de -*õ* não seria muito diferente do que se passou no sistema das sibilantes, em que a maior parte do Noroeste (tal como da Beira Alta e parte do Norte da Beira Litoral) simplificou o sistema, mas nas áptico-alveolares; isto ao contrário do Sul, que simplificou nas pré-dorso-dentais (as quais formam o resultado das africadas [ts] e [dz]).

O facto de, como mostra Cardeira 2005:171-172, a confusão crescer no início do processo mais rapidamente nas formas átonas (que dependem fundamentalmente das formas verbais) favorece a hipótese que colocámos, por dois caminhos: a definição da confusão perfeito / mais-que-perfeito como vector de elevada importância, e a *indistincção* fonética.

Não precisa o fenómeno da convergência em -*ão* de hipóteses complexas para ser explicado.

Faremos ainda uma nota a respeito da proveniência geográfica do fenómeno, questão sobre que os dados do nosso *corpus* não fornecem informação satisfatoriamente conclusiva. Isto apesar de: (i) se se verificar o cenário mais provável — o de que já vemos no final do séc. XIV o fenómeno em curso —, o SE Beirão apresentar, em termos gerais, um comportamento que não se destaca do quadro geral da época; (ii) ser curioso notar que, dos quatro casos que destacámos acima como os mais prováveis de representarem o fenómeno — “affom”, “son”, “posisam”, “vão” —, três pertencem a tabeliães de Castelo Branco (os últimos três). Com efeito, se o fenómeno for exterior à região, é mais fácil vê-lo a entrar por um aglomerado urbano importante, como Castelo Branco (apesar de, na Idade Média, essa localidade não ter a importância, na região e no país, que tem hoje), do que por S. Vicente da Beira, Castelo Novo ou Proença-a-Velha; mas é necessário ter presente que só dispomos, para as duas últimas décadas do séc. XIV, de textos de Castelo Branco, o que relativiza a questão.

Devido ao carácter simplificador de paradigmas que o fenómeno tem (pois converge três terminações diferentes numa), alguns autores têm-lhe aventado uma origem meridional (cf. sobretudo Neto 1952 (1986:377-379 e 488-490)); ou seja, o traço teria a

sua origem numa região de colonização, em que o galego-português era uma língua trazida pela nova força dominante — logo, como qualquer língua que é adoptada por falantes de outras línguas, sujeita a processos de simplificação. No entanto, Cardeira 2005, no seu *corpus* tão representativo, não encontra diferenças significativas de variação nas grafias entre o Norte e o Sul (v. Cardeira 2005:124 ss.). Temos aqui, portanto, uma questão que necessita de mais estudo.

3] A terminação latina -UDINE deu primeiramente na língua -õe, e depois, por influxo dos substantivos em -om (< -ONE), mais numerosos e frequentes, converteu-se nessa mesma terminação.⁶⁴⁰

No nosso *corpus*, temos “firmidon” < FIRMITUDINE já no primeiro texto (1274, D. Viegas), o que demonstra que o fenómeno já se fazia sentir desde cedo. Não obstante, a terminação -õe ainda resiste durante algum tempo. Nos textos do tabelião A. Domingues, encontramos 15 casos da palavra atrás citada (do texto 40 ao 54, i. é, de 1328 a 1350), sempre com -õe (quase sempre com plicas e nunca com traço sobreposto ou consoante nasal), e no texto de M. Jordão (79, 1333) há “ffirmidoen” (em que se vê que já existia ditongo, pela colocação da marca de nasalidade a seguir ao <e>). Nos dois textos de V. Clemente (97 e 98, 1386), por outro lado, já só encontramos, na mesma palavra, -om. Os exemplos relevantes no *corpus* ficam por aqui.

Maia 1986 (1997:609) obtém materiais muito semelhantes para o Noroeste, na medida em que nota a passagem a -om cedo, mas ainda a conservação de -õe até meados do séc. XIV (os seus dados não vão além disso para este traço); apenas o exemplo mais recuado que tem de simplificação em -om — “firmidom”, num doc. do Minho de 1303 (que, tal como no nosso *corpus*, é o primeiro exemplo da terminação que regista) — é algo posterior ao nosso, que é de 1274. Cardeira 2005, por outro lado, mostra a conservação de -õe até ao séc. XV; os dados que obtém a respeito de -UDINE são sistematizados da seguinte forma:

Para a etimologia -UDINE regista-se variação, durante o século XIV, entre as grafias <-õe> e <-om>: a primeira forma terminada em <-om>, grafia que demonstra a confluência deste nomes com os de base -ONE, ocorre em 1357 (*firmidom*⁶⁴¹) nos *Documentos dos mosteiros da região de Lisboa*, embora <-õe> ainda continue a registar-se na segunda metade do século seguinte (em 1431, no *Livro Verde da Universidade de Coimbra*, *firmidooe*; em 1441, nos *Documentos dos mosteiros do Noroeste*, *ffirmjdoem*). A partir de 1400 começamos, também, a encontrar nomes de base -UDINE com a terminação gráfica <-am>: o primeiro exemplos, *seruidam*, data de 1414, nos *Capítulos de Cortes*. Mas é apenas no *Livro da Cartuxa* que ocorre, para estes nomes, a grafia <-ão> (*mansydão*, *multidão*) em variação com <-om>. (Cardeira 2005:163)

4] Os plurais correspondentes à terminações que estamos a ver conservam a etimologia regularmente, como era de esperar.

Apenas há a notar dois casos, em textos do tabelião D. Miguens, que parecem atestar já o plural -ões < -ões — fenómeno que se verifica hoje na região, cf. **Cap. I, Secção B, II. Morfo-Sintaxe**, §2-d de 1. São os casos: “Tabelyôs” (83, 1355), “quinhos” (= ‘quinhões’; 87, 1363). Em “quinhos”, a ausência de representação da nasalidade será apenas fenómeno gráfico (como a linguagem da região ainda hoje o indica); a ausência de

⁶⁴⁰ Os nomes de etimologia -UDINE foram, assim, também considerados no § anterior; aqui, tratamos esses nomes à parte devido ao seu específico percurso evolutivo.

⁶⁴¹ “Mas lembremos que Clarinda Maia (1986:609) regista a mesma forma *firmidom* logo em 1303.” — No *corpus* do SE da Beira tal fenómeno está atestado para mais cedo, como já se referiu.

representação da nasalidade, na escrita medieval, é bastante comum, para a generalidade dos contextos.

Antes e depois dos textos desse tabelião, temos o plural *-ões* várias vezes documentado, sempre com o hiato ou já ditongo etimológicos. Igualmente o temos dessa forma representado em textos do mesmo tabelião: “Juridiçóões” (2x no 83, de 1355 — o mesmo texto de “Tabelyões”), “diuisões” (89, 1366); mas isto, naturalmente, não pode invalidar o raciocínio de ligação ao presente que acima fizemos. Será muito raro, a existir, o fenómeno que foge à Norma e transparece na ortografia de forma absoluta, ou seja, sem qualquer variação.

Como teria surgido a forma *-ões*? Maia 1986 (1997:607-608), notando fenómeno semelhante em textos galegos antigos — nomeadamente plurais de *-ONE* com as grafias *-õos*, *-õons*, *-ons* e *-oos* — e fazendo a necessária correspondência com a actualidade — pois verificam-se hoje, no galego, plurais em *-óys* e *-ós* —, propõe os seguintes processos para o fenómeno: *-ões* > *-õos* > *-õs* > *-óys*, para esse resultado, e *-ões* > *-oes* > *-oos* > *-ós*, para o outro. A razão para os estádios intermédios com o duplo está nas grafias medievais, como a própria refere: “Em virtude do conhecimento das variantes gráficas medievais *-õos* e *-õons*, não me parece aceitável a explicação proposta por V. García de Diego sobre as formas modernas em *-óys*: segundo o Autor, trata-se de uma formação analógica, conforme o padrão geral, sobre as formas do singular em *-óy*. Veja-se V. García de Diego, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 89” (Maia 1986 (1997:608,n.2)). No nosso caso, porém, não estando as grafias com o duplo representadas sem a segunda vogal etimológica do hiato ou ditongo (i.e. e.g. “diuisões”, e não “diuisõs”), sai favorecida uma explicação de tipo analógico — provavelmente, influxo do singular em *-õ*.

A referida grafia de o duplo, sempre com a última vogal do ditongo / hiato, não pode apontar para uma evolução como a que Maia deduz para os seus materiais (que são diferentes); é fenómeno que não tem a ver com isto. Com efeito, para além de a representação da última vogal do hiato / ditongo indicar claramente a sua manutenção, a grafia de vogal dupla tem de ser contextualizada no campo geral da representação de vogais nasais duplas não etimológicas; esse é um processo, em termos gerais, muito comum não só na escrita da época como no *corpus*, e parece apontar no sentido da resolução do hiato etimológico já em ditongo (ou seja, p. ex., <mão> = *māw*, <diuisões> = *divisõs*). Cf. a respeito desse fenómeno 1.9.2, §2.

Também não temos de filiar o fenómeno dos plurais em *-ões* do SE Beirão no galego, pois é sabido que, nos dialectos continentais, ele também se verifica no Algarve (cf. e.g. Maia 1986 (1997:608(-609),n.3)).

1.8. Ditongos

1.8.1. Ditongos *ei* e *eu*

1] Monotongação de *ei* — Trata-se de um fenómeno, como é sabido, que se verifica hoje em dia no Sul e parte do Centro do país, incluindo a região que aqui se trata (v. a respeito da isófona da monotongação em Portugal atrás o **Anexo II** da **Introdução**, e a respeito da monotongação de *ei* no SE da Beira o **Capítulo I, Secção B, I. Fonética**, §5

de 1.6). Por isso e pelo facto de, nos textos antigos, a conservação do ditongo ser regular, é o Sul apontado tradicionalmente como o foco originário da monotongação.

A data em que o fenómeno se teria dado — ou começado a dar — é obscura e dificultada pelo facto de a Norma não o ter aceite (pois em Lisboa o primeiro elemento do ditongo dissimilou-se para *a* fechado, resultando daí [ɐj]). Teyssier 1980 (2001:64), citando o facto de uma personagem alentejana (um marujo) de uma peça de teatro de 1769, *Entremez do barbeiro pobre*, dizer *sardenhero* três vezes e uma vez *sardinheiro* (reportando-nos sempre à versão editada, como é óbvio), mostra-nos que a monotongação já ocorria no português de setecentos. Cintra 1970 (1983:48) acredita mesmo que a expansão da monotongação de *ei* em direcção do Norte (tal como a de *ou*), “talvez iniciada durante os séculos XIII-XIV, certamente se acentuou quando, em fins deste último século e na primeira parte do seguinte, a população do Sul do país, sobretudo do Alentejo, adquiriu papel preponderante nos exércitos e na corte de D. João I”. Antes destes dois autores, num passo bem lembrado por Maia 1986 (1997:540,n.2), já Vasconcelos 1901 (1970:93) tinha lançado que “En ce qui concerne la date à laquelle le phénomène de la simplification commence à s’accomplir, je dirai qu’il y a des faits qui permettent de la faire remonter au XVII^e siècle; mais on pourra encore la reculer”.

Nos textos antigos, como já foi dito, a conservação do ditongo é mais do que maioritária; há apenas — possíveis — casos esporádicos de *ei* > *e*, os principais dos quais são citados por Maia 1986 (1997:534-547) e Cardeira / Fernandes 1997:61⁶⁴². Assim, Maia regista no seu *corpus* alguns casos, sempre apenas para textos da Galiza e nunca do lado português, desde o séc. XIII; alguns são apontados como possíveis castelhanismos, outros ficam sem explicação aparente. Ferreira 1987:326 nota “lexar” 12x contra “leyxar” 53x, “primero” 1x contra “primeyro” 38x, e “tercer” 6x contra “terceyro” 12x, sem apontar explicação; Cardeira / Fernandes 1997:61, n. 6, aponta, para o primeiro caso, o problema da consoante palatal seguinte (questão a que voltaremos), sendo que “os restantes dois casos podem ser, parece-nos, interpretados como resultantes da utilização de abreviaturas”; deve acrescentar-se que pode também haver influxo castelhano, devido à origem do texto. Num documento de 1296 lavrado no mosteiro de Chelas (publicado primeiramente em Azevedo 1906:274 e recentemente reeditado em Martins 2001:375), há: “mostero” 5x, “douTeru”, “gera” (por ‘geira’?) e “primero”.⁶⁴³ Em Iria 1956 (documentos algarvios), encontramos “forobera” (p. 438, aparentemente por ‘Farrobeira’, topónimo; doc. de 1412). E, ainda a respeito do Sul, Cardeira / Fernandes 1997:61 registam, nas *Actas das Vereações de Loulé*, “quarta fera” para 1385, “pexoteiro” para 1394 e “tendo colheto” e “figeras” para 1408; o primeiro lexema surge isolado no texto, mas há 5 casos de “colheito/a/s” e 10 de “figeira/s”.

Para os casos seguidos de consoante palatal, pode arranjar-se uma explicação à parte, na medida em que é possível que o iode tenha sido incorporado na consoante⁶⁴⁴;

⁶⁴² Embora não se encontrem todos em cada obra, a primeira porque houve avanços depois da sua publicação. É de salientar por outro lado que, se bem que se saiba (pois é evidente) que a regularidade dos textos antigos é a representação do ditongo *ei* com grafia explícita de ditongo, falta um estudo profundo das oscilações gráficas que podem remeter para monotongo; ou seja, falta um apanhado razoável das grafias de *ei* num *corpus* volumoso de textos antigos.

⁶⁴³ Maia 1986 (1997:340,n.2) cita esses casos apenas a partir do artigo de P. Azevedo, naturalmente. Como o A. não indica os desenvolvimentos, Maia tem naturais cautelas ao citá-los; mas vemos pela edição de Martins que são fiáveis, sem desenvolvimentos.

⁶⁴⁴ Como referem Cardeira / Fernandes 1997:61, “A forma *pexoteiro* pode ser associada a exemplos, mais ou menos singulares, de monotongações bastante antigas. Basta lembrar a oscilação *lexar* ~ *lecxasē* presente na *Notícia de Torto*, ou *beigio* ~ *beio*, no *Testamento de Afonso II*. Esta alternância pode ser interpretada como uma monotongação condicionada pela palatal seguinte ou como um mero recurso gráfico (CASTRO, 1991, 211 e 223) [...]. Se aceitarmos a hipótese da monotongação, então teremos de admitir que

mas, para casos como “figeras”, etc., uma explicação do tipo não pode ser equacionada. Aí, ou a questão é gráfica ou há mesmo monotongação.⁶⁴⁵ E é claro que, para os casos do Sul, é mais do que atractivo estabelecer relação entre o que se verifica hoje e o que os textos podem atestar.

No nosso *corpus*, não obstante a representação com ditongo ser no quadro geral, concordando com a escrita da época, a dominante, também encontramos alguns casos de putativa monotongação (e mais uma vez com amplitude contextual). Devem ser divididos em dois grandes grupos:⁶⁴⁶

a) Casos que apresentam a grafia <e>, que são os mais antigos.

1) “pete” = ‘peite’, 3.^a pessoa do presente do conjuntivo (< *PACTET, de *PACTARE) 3x em P. Moniz (SVB), concretamente nos textos 5 (1290), 6 (1292) e 7 (1292). Não há mais formas desse verbo em textos desse tabelião; no resto do *corpus*, há vários casos, que se sistematizam na tabela a seguir:

Tabelião	Infinitivos	Presente do Conjuntivo				Pret. Imp. Conj.
		P1 ⁶⁴⁷	P3	P4	P6	
J. Domingues (CN)				“pectemos”, texto 2 (1283)		
P. (E)Anes (SVB)			“peyte”, 8 (1293), 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23 (1301)			
E. Peres (SVB)			“peyte”, 29 (1311)			“peytasse”, 33 (1312)
F. Soares (SVB)		“peite”, 37 (1325), 38 (id.)		“peytemoss”, 36 (1320)		
A. Domingues (SVB)			“peyte”, 39 (1327), 40 (1328)		“peytê”, 41 (1328), 42 (1329); “pejtê”, sempre do 43 (1332) ao 54 (1350)	

pexoteiro possa continuar uma tendência já antiga do português arcaico, no sentido da redução do ditongo condicionada pelo contexto consonântico.” Note-se no entanto que “pexoteiro” apresenta ditongo na penúltima sílaba, em que não há palatal.

⁶⁴⁵ Sendo de notar que os casos não se restringem a um contexto específico: estão representados os grupos latinos -ARIU, -CT-, etc..

⁶⁴⁶ Como seria de esperar, e em nada obsta à análise que iremos fazer, todos os tabeliões cujos textos serão mencionados apresentam variados casos de ditongo *ei*, em variados contextos e com grafia explícita (i.e. não implicando desenvolvimentos).

⁶⁴⁷ = 1.^a pessoa.

P. Gonçalves (Pr)	“peytar”, 55 (1331)					
A. Clemente (SVB)		“peyte”, 59 (1333), 68 (1342), 69 (1347)	“peyte”, 61 (1333); “peite”, 67 (1342)	“peitemos”, 56 (1332); “peytemos”, 58 (1333); “peytemos”, 72 (1354); “peytemos”, 76 (1360); “peytémos”, 78 (1363)		“peytasse”, 60 (1333), 71 (1351)
G. Esteves (CB)			“peyte”, 81 (1351), 82 (1358)			
D. Miguens (SVB)	“peitarmos”, 84 (1357); “Peitarmos”, 86 (1363); “Pitarmos”, 87 (1363), 88 (id.), 89 (1366), 90 (1368)					
A. Peres (CN)			“peite”, 91 (1359)			
V. Domingues (SVB)	“peitarmos” ⁶⁴⁸ , “pejtarmos”, 92 (1366)					
G. Martins (SVB)	“peytarMos”, 95 (1376)					
V. Clemente (CB)				“pejtemos”, 97 (1386), 98 (1386)		

Como se vê, a representação explícita do ditongo é muito frequente, tanto no séc. XIII como no XIV. Afora essa representação, destacam-se os casos com “i” em D. Miguens e o caso com “ect” em J. Domingues. Os primeiros representarão, certamente, a monotongação, mas devem ser integrados num contexto mais amplo; serão vistos na alínea *b* a seguir. Já a forma “pectemos” (que é cronologicamente coincidente com as formas “pete” de P. Moniz), apresenta tão-somente uma grafia, <ect>, que se encontra facilmente nos textos antigos ⁶⁴⁹ para o segmento fónico *eit* quando derivado do(s) grupo(s) latino(s) A/E+CT ⁶⁵⁰; não indica nenhum fenómeno no ditongo, apenas uma prática de escrita latinizante.

⁶⁴⁸ Em segmento acrescentado na entrelinha.

⁶⁴⁹ V. p. ex. Huber 1933 (2006:46).

⁶⁵⁰ Não fugindo o nosso *corpus* à regra, onde surge sobretudo no participio de ‘fazer’: ‘feito’ < FACTU-.

Todavia, o caso “pectemos” é o mote para se colocar uma questão pertinente mas dificilmente resolúvel: é “pete” forma influenciada por esse tipo de grafias, ou seja, representam as ocorrências de “pete” = ‘peite’ que se encontram no *corpus* apenas uma influência de grafias do tipo <ect> (em que o grupo *ct* corresponde à etimologia)?⁶⁵¹ Só nos poderemos aproximar da resposta ao considerarmos o *corpus* no seu todo, o que faremos adiante.

Refira-se ainda que há um caso de <ect> nos textos do mesmo tabelião que tem “pete”: “derecto”, no texto 6 (1292). É precisamente essa palavra que nos ocupa no segundo caso que há a notar nesta alínea.

2) “dereto” (2x) e “deretoss” (2x) = ‘direito(s)’ (< DIRECTU-) no 35 (F. Soares (SVB), 1319). Nesse texto, aparece também “dereito⁺” (1x e depois dos outros casos). Palavra muito frequente em textos do tipo dos que estudamos, ‘dereito’, com ditongo explícito, está muito bem abonado do princípio ao fim do *corpus*.

Para “dereto(ss)”, aplica-se o mesmo raciocínio e repete-se a questão que colocámos a respeito de “pete”.

3) Em A. Clemente (SVB), há “ssex” = ‘seis’ (< SEX) no 56 (1332) e “lex” = ‘leis’ (< LEX, LEGES) no 57 (1333). Relacionam-se, no mesmo tabelião: (i) para *sex*, “sseix” nos 64, 66, 69, 70, 72 (2x), 77 e 78 (abrangendo o período 1335-1363), tal como “sseis” nos 61 (5x), 63, 72 (alternando neste texto com “sseix”, portanto; abrangendo o período 1333-1354); (ii) para *lex*, “ley” no próprio 57.

Representam as formas “ssex” e “lex”, como o ajudam a ver as outras ocorrências das mesmas palavras em textos do mesmo tabelião, mera assimilação do -s à glide palatal⁶⁵²; não apresentam nenhuma lição para o comportamento geral do ditongo *ei*.

4) Também não parece ter grande valor “ssesmo” = ‘sesmo’, que surge no 82 (1358, G. Esteves (CB)). A forma virá de *SEXĪMUS, por analogia com SEPTĪMUS, como ensina Vasconcelos 1911 (1966:276); na língua antiga, havia também *seismo*, com ditongo, mas *sesmo* está plenamente registado para a época (cf. e.g. *id.*). Se a pos-tónica medial de *SEXĪMU- caiu, *sesmo* seria o esperado (Williams 1938 (1961:87), Huber 1936 (2006:123)); o *i* do ditongo surgiria por influência de *seis*, tal como no arc. *seisto* a par de *sesto* (< SEXTUS; Williams 1938 (1961:143), Huber 1936 (2006:123)). Se não, *sesmo* apresentar-se-á sempre como caso particular, pois, como foi dito, é forma corrente na época; pode-se supor influência do próximo *sesto*, sem ditongo.

5) Mais problemáticas ainda são certas formas que encontramos para a 3.^a pessoa do presente do conjuntivo do verbo ‘querer’ (‘queira’), nomeadamente: (i) no texto 2 (J. Domingues (CN), 1283), “qera”; (ii) “quera” (ou seja, com desenvolvimento de abreviatura) nos textos, todos de E. Peres (SVB), 26 (1306), 27, 28, 30, 31 e 32 (1311).

Nos textos desses tabeliões, não há mais lições para o ditongo *ei* nesse verbo ou seus compostos; mas, no *corpus*, há: (i) também para a P3 do presente do conjuntivo: “queira”, texto 1 (D. Viegas, SVB, 1274); “queyra” no 39 (A. Domingues (SVB), 1327) e no 40 (*id.*, 1328); “queira” no 55 (P. Gonçalves (Pr), 1331); “quaeyra” no 57 (A. Clemente (SVB), 1333); “quira” no 90 (D. Miguens (SVB), 1368). (ii) para a P6 do mesmo tempo e modo: em primeiro lugar, em textos de A. Domingues (SVB): “queyrã” 41 (1328), 42 (1329); “quej[r]ã”, 43 (1332); “quejrã”, 44 (1333), 45 (1334), 46 (1335), 47 (*id.*), 48 (1336), 49 (1339), 50 (1342), 51 (1342), 52 (1343); “quejRã”, 53 (1349);

⁶⁵¹ É nesse caso, evidentemente, que está a forma “pettar” = ‘peitar’ de que o Viterbo, s.v., aponta a existência em doc. do séc. XIII ou XIV.

⁶⁵² Tal assimilação da sibilante à palatal era corrente na época: cf. e.g. Huber 1936 (2006:123), “seix” / “seis”.

“quejrã”, 54 (1350); em segundo lugar, encontra-se o composto “requeirã” no 89 (D. Miguens (SVB), 1366).

Do caso “queira”, que tem de ser inserido noutra contexto, ocupar-nos-emos mais à frente; quanto ao caso “*quaeyra*”, tem, para todos os efeitos, o ditongo, mas a sua forma idiossincrática (próxima do étimo, QUAERERE) representa apenas um fenómeno scriptológico, e não propriamente linguístico (cf. a esse respeito adiante **II. Morfo-Sintaxe, 2.3. Verbos irregulares**, alínea *c-2*, sub-ponto dos verbos ‘querer’, ‘requerer’).

Posto isto, a) conhecendo-se a realização actual da forma verbal relevante ‘queira’ (tradicionalmente visto como derivação de *QUAERĪAT, de QUAERERE (Williams 1938 (1961:237), etc.)), b) tendo em conta as lições que se podem colher no *corpus* e c) sabendo que essas lições, com ditongo, correspondem ao que se encontra normalmente nos textos antigos, — parece que as formas de J. Domingues e E. Peres representam a monotongação de *ei*. Todavia, o uso de formas como essas, posto que muito menos frequente, tem também sido atestado para a língua antiga e terá, na sua base, certamente uma explicação analógica (não fonética). Atente-se no que Piel 1944 (1989:223, n. 15) diz a esse respeito: A forma *queiro* (= P1 do pres. do ind. do verbo ‘querer’) “alterna em textos antigos com *quero*, o mesmo sucedendo com *quera* e *queira*. Se admitirmos que as formas com *ei* são analógicas a *feiro*, *feira* [formas antigas de *ferir* < FERIRE], não precisamos de recorrer aos étimos hipotéticos *QUAERIO, *-IAM, por QUAERO, -AM”. Note-se ainda hoje a conservação de ‘requeiro’, e não ‘requero’, para o composto ‘requerer’. Está em causa nas formas do tipo de *quera*, portanto, um fenómeno de relação entre diferentes paradigmas de um mesmo verbo, tenha ou não a explicação de Piel validade; dessa forma, só com lições laterais muito significativas — acima de tudo boa atestação de monotongação de *ei* — se poderá ver nas formas *quera* do nosso *corpus* uma verdadeira representação de *ei* > *e*. Mais uma vez se sente a necessidade de ficar claro o quadro geral do *corpus* a respeito da evolução de *ei*.

b) Casos que apresentam a grafia <i>, que são mais tardios — Aparecem todos em textos de Domingos Miguens, tabelião de S. Vicente da Beira de que dispomos de documentos para o período 1355-1368 (docs. 83-90 do *corpus*).⁶⁵³ Temos: “uerdadiro” no 83, “Çapatiro” no 86, “Pitarmos” no 87, no 88, no 89 e no 90, e “queira” no 90. E há ainda, no 83, a confusão em “deirito”⁺, por ‘direito’; escrevi em nota a seguir a essa forma na transcrição: “O que temos é “deirito” com um “r” sobrescrito, o qual tem início por cima do “e”. O caso — que, evidentemente, está por ‘direito’ e representa uma confusão — pode dar azo a várias leituras. Temos a forma “dereito” na l. 41.”

Todas as palavras citadas têm outras lições em textos do mesmo tabelião, apresentando sempre ditongo: a respeito de ‘direito’, há, para além do caso já mencionado do 83, “dereito” no 86, “dereitos” 2x e “dereito” 4x no 87, e “dereito” e “dereitos” no 88; no 84, há “peitarmos” e no 86 “Peitarmos”; no 89, “uerdadeiro”; também no 89, “requeirã”; e ainda no 89, “Çapateiro”, a par de “çapateiro” no 90.

Não obstante essa documentação suplementar em D. Miguens, é claro, dada a densidade dos casos, que temos nos seus textos já a monotongação de *ei* atestada. E, aqui, as questões que colocámos a respeito de ‘direito’, ‘queira’ e ‘peite’ na alínea *a* não têm pertinência.

Mas porque é que as formas desse tabelião apresentam *i* onde se esperaria *e*? Relembrando: (i) que se nota hoje em boa parte da região como timbre do monotongo um

⁶⁵³ Como veremos em **1.8.2**, também para os ditongos *ou* e *oi* D. Miguens representa um marco.

e médio (**Cap. I, Secção B, I. Fonética, 1.6, §5**), por oposição ao dominante no Sul, que é o *normal* [e] da língua (mais fechado); e (ii) que, em sentido mais geral, a monotongação não parece, pelo que se observa no panorama dos dialectos portugueses contemporâneos, ser autóctone no Sueste da Beira (cf. o citado § do **Cap. I**), — poderemos pensar que havia na época uma expansão da monotongação do Sul na zona, sendo assim o timbre do monotongo, mais fechado, transcrito com um símbolo gráfico que remete para uma vogal mais fechada. Ou, por outro lado, as referidas formas patentearão apenas uma representação específica de um fenómeno que, então como hoje, fugia da Norma? No estado actual dos conhecimentos sobre o port. antigo, não é possível responder satisfatoriamente a essa questão; faltam estudos de *corpora* da época que abranjam regiões dialectais afastadas da Norma de então, particularmente, neste caso, do Sul do país.

O valor dos casos da alínea *a* pode sofrer ainda, para além do que é possível supor a partir do seu desfasamento com os casos da alínea *b*, a ameaça de uma importante questão de fundo. Lembramos primeiro três pontos:

1. Nas palavras de Cintra 1970 (1983:37), “A notável particularidade fonética das línguas do extremo ocidental da Península Ibérica que, de um ponto de vista românico geral”, é a conservação do ditongo *ei* (a par de *ou*), segmento(s) fonético(s) que apresenta(m) os elementos componentes articulatoriamente muito próximos.
2. O carácter muito conservador — começando pelo ditongo *ei* — dos romances moçárabes, que ocupavam a zona do país onde hoje a monotongação é um facto, como mais uma vez refere e tenta explicar Cintra 1970 (1983:48):

O foco ocidental de monotongação, como no-lo faz ver claramente a actual distribuição geográfica, estava situado no sul do que, a partir dos sécs. XII-XIII, veio a ser o território português. Quando surgiu esse foco? A partir de quando se fez sentir a sua acção? Só talvez o estudo de documentos notariais, se os houver em número suficiente lavrados nestas regiões do sul na época que nos interessa, poderá fornecer a resposta a estas perguntas. O facto, estranhado por Paiva Boléo (*B[oletim]d[e]F[ilologia]*, XII, 1951, p. 35), de a monotongação surgir precisamente na região onde se presume ter existido uma camada de população moçárabe, cujo romance tinha, conforme demonstrou Menéndez Pidal, como um dos seus traços mais característicos a manutenção dos ditongos, *ai*, *ei*, *au*, *ou*, explica-se, segundo creio, por, no destino linguístico de toda esta zona meridional do território português, assim como no da oriental que a prolonga, ter pesado, muito mais do que a existência do chamado substrato moçárabe (certamente pouco denso na maioria da sua extensão), a própria circunstância de se tratar de uma zona de colonização, de repovoamento, feito com gente de várias origens — propícia, como todas as zonas de características semelhantes, à aceitação e à propagação de inovações.

3. Por último, os casos dispersos de putativa monotongação de *ei* que, apesar de tudo, vão aparecendo em textos antigos galego-portugueses não conotados com o Sul (como os de Maia 1986 ou Ferreira 1987, que acima citámos).

Assim: poder-se-á admitir a existência de focos mais ou menos isolados de monotongação na área originariamente galego-portuguesa? Esses focos não teriam vingado, mas tal representaria apenas uma reacção conservadora de uma área dialectal; nada de estranho, ainda para mais na área em questão. A Sul, a monotongação vingaria, num raciocínio

semelhante ao de Cintra, pela tendência de inovação — e simplificação — que a linguagem adquiriu nas zonas de colonização linguística.

Se a monotongação for originária do Norte, explica-se com maior facilidade o conservantismo aludido no ponto 2. No entanto, para dialectos moçárabes do lado de lá da fronteira, de Toledo e de Granada, notou Gamés de Fuentes 1983:77-79 e 225-226 a possibilidade de monotongação de *ai* em *e* (a par do necessário estágio intermédio, *ei*). Por outro lado ainda, de acordo com o ponto 1, a monotongação não poderá ser surpreendente em nenhuma região — tanto no Norte como no Sul. Temos portanto que, apesar de a visão tradicional — a de que, no Norte, não havia monotongação, com um nexos claro e importante com o que se verifica hoje — continuar a prevalecer, está aqui uma questão que merece mais estudo.

Para o que nos interessa agora, diremos que, verificando-se a possibilidade de monotongação nos dialectos levados para as zonas de colonização, as formas relevantes da alínea *a*, se representarem efectiva monotongação, podem representar não apenas já a regularidade actual, mas também meras realizações esporádicas como se poderia verificar a Norte; neste caso, D. Miguens apresentar-se-ia como atestador do início do fenómeno.

Feitas estas considerações, que julgo necessárias para uma correcta interpretação dos nossos dados, pode, em jeito de conclusão, fazer-se a seguinte sistematização:

- (i) Temos, indubitavelmente, a monotongação de *ei* já atestada em documentos produzidos no Sueste da Beira em meados do séc. XIV (por via dos textos de D. Miguens, tabelião em S. Vicente da Beira; dados da alínea *b*).
- (ii) Para antes disso (dados da alínea *a*), não obstante ser, à partida, atractivo estabelecer um nexos entre os casos que se afiguram válidos — fundamentalmente os dois primeiros da citada alínea — e os dados posteriores (D. Miguens e / ou linguagem actual da região), o panorama é demasiado incerto. É verdade que não é o facto de serem poucos que elimina, à partida, os referidos casos, pois *a*) contrariavam a norma escrita e *b*) depois de D. Miguens, também não temos o fenómeno nas grafias; mas essa diminuta frequência tem de ser considerada em simultâneo com todas as questões laterais que há a considerar (à cabeça das quais a questão das grafias do tipo <ect>) e que não permitem certezas. Talvez o adensamento da malha de estudos linguísticos e afins de *corpora* medievais pertencentes a várias regiões do país traga contributos para o esclarecimento dessa questão (como de tantas outras).
- (iii) Com este panorama nebuloso, os textos de D. Miguens ficam algo isolados; não se pode saber até que ponto eles representam a efectiva linguagem da região ou apenas a linguagem de determinado indivíduo vindo de outra região do país — com toda a probabilidade o Sul — em que a monotongação se daria na época. Torna-se aqui necessário analisar documentos produzidos no SE Beirão depois de 1400 (que é, *grosso modo*, o limite do nosso *corpus*).
- (iv) Todavia, o que é certo é que temos, para todos os efeitos, atestação de monotongação em documentos produzidos no SE Beirão já no séc. XIV. Enquanto não podemos aprofundar a questão colocada no ponto anterior, é com isso que jogamos: pelo que, por maioria de razão, consideraremos que está já atestado o fenómeno da monotongação de *ei*, na região em estudo, para o pleno português antigo. Continuando a não serem atestados focos de monotongação no Norte para a época (numa correspondência com a actualidade), tal traço, em alturas tão remotas, no SE da Beira é um claro filizador meridional da sua linguagem.

1'] Quanto a *eu*, apesar de se dar hoje monotongação em certos casos (**Cap. I, Secção B, 1.6**, §7), não se registam abonações do fenómeno no *corpus*.

Casos de originário EU- átono > *ou* (> *o*), no port. antigo (como na actualidade) e em mais dialectos do que o da região aqui em estudo, são referidos adiante no §1 de **1.8.2 Ditongos *ou* e *oi***.

2] A realização *ai* em vez de *ei*, seja originária ou posterior à evolução *ai* > *ei*, resultante da tendência que ainda hoje se verifica na linguagem popular de antecipação da glide para junto da tónica, só se verifica em palavras filiadas na língua escrita: “*Trijnta trairo*” (i.e. ‘trintário’) no 61 (A. Clemente, 1333), “*ssolayro*” (i.e. ‘salário’) no 66 (id., 1338), “*ssolayros*” (e “*salaio*”) no 75 (id., 1359), “*Trijnta nayro*”, “*calandayro*”, “*vnjuerssayro*” e “*vnyuersayro*” no 77 (id., 1363), “*trintajro*” no 96 (J. (E)Anes, 1377).

3] No texto 10 (P. (E)Anes, 1293), encontramos o excerto: “E se Algê da ma parte e da outra uêér que este **mey** feyto quíser brítar”. Apesar do que vem a seguir a *mei* (outro segmento *ei*), é provável que tenhamos aí efectivo *ei* por *eu*. É fenómeno registado, sobretudo nos pronomes ‘eu, meu, teu, seu’, para o galego antigo e actual e para o português (apenas do Norte e do Centro?) desde a sua fase arcaica até, pelo menos, ao séc. XVIII: cf. Maia 1986 (1997:545-546).

No nosso *corpus* apenas há um caso, o que demonstra um estatuto muito alternativo das formas com *ei*; de facto, no próprio texto 10 aparece, na última linha, “meu” — e encontramos quase 200 formas de *meu(s)* no *corpus*, como se pode ver adiante em **II. Morfo-Sintaxe, 4. Possessivos**. Maia também regista apenas um caso, para o galego e para 1258.

Propõe a A. (pp. 546-547) como causa do fenómeno a alternância que se verificava, em galego-português, entre *eu* e *ei* em palavras com os grupos latinos -CT- e -PT- (e.g. *preceuto* / *preceito* < PRAECEPTU-); “A vocalização em [j] deve ter sido o resultado tradicional, ao passo que a vocalização em [w] representaria o resultado de uma evolução de carácter culto ou semi-culto.” Conclui que se substituiria *eu* por *ei*, e não o inverso, por o segundo, ao contrário do primeiro, ser muito frequente no sistema. É uma explicação perfeitamente aceitável, mas o fenómeno pode ser mais fonético e popular do que isso, com mera substituição de uma semivogal alta por outra também alta, (muito) mais frequente do que ela.

4] A respeito de *ei* onde se poderiam esperar *e-* ou *i-* átonos, cf. o §2-1 da vogal *e*.

1.8.2. Ditongos *ou* e *oi*

1] O ditongo *ou* é representado ao longo de todo o *corpus*, de forma muito regular, com a grafia etimológica: <ou>.

Também não se nota no *corpus*, pelo menos de forma significativa, expansão de *ou* ou *oi* a formas com *o* (*u*) simples etimológico — fenómeno que, como se referiu no §3 da vogal *u*, tem sido notado, em certas circunstâncias e de forma aparentemente esporádica, para a língua medieval (cf. Silva 2008, II: 499-500, Maia 1986 (1997:397-399), Nunes 1919 (1960:82-83)). Em proporções significativas e acompanhado de omissões de *ou* etimológico, tal fenómeno poderia ser uma atestação indirecta, por confusão, de

monotongação desse ditongo já na época (hoje dá-se a monotongação de forma regular antes de consoante: cf. o **Cap. I, Secção B, I. Fonética, 1.6**, §13-a). Há a citar a respeito da possível expansão de *ou* / *oi* apenas os casos de “Couqiynho” do texto 89 (D. Miguens, 1366), que já foi comentado no §3 da vogal *u*, e “coudjcjllos⁺” do 99 (A. Anes, 1397). Esta forma está por ‘codicilos’ < CŌDĪCILLU-, dim. de CODEX, tendo assim um ditongo, à primeira vista, problemático. O Dicionário de Moraes, 10.^a ed., regista, a par de ‘codicilo’, também ‘coudicilho’ (“o mesmo que *codicilo*”, com atestação das Ordenações Afonsinas), que pode, com o *l* palatal, apontar para uma origem espanhola; e, com efeito, Pottier 1956:88 regista “cobdeçillo” para essa língua, em 1374, como Corominas 1980-1991, s.v. «Código», lembra. Com vocalização da labial, teríamos *coudicilho* ou *coudicilo*, que é para o que a forma do nosso *corpus* remete (pois duplo <l> já não era grafia para *l* palatal ⁶⁵⁴); não causa estranheza não haver *l* palatal, pois tratar-se-á de uma palavra de via erudita, e não podemos afastar a hipótese de que a palavra é (também) portuguesa.

De semelhante regularidade já não se pode falar a respeito de *oi* originário. Como as questões envolvendo um envolvem também o outro ditongo (devido à sua conhecida relação de alternância ⁶⁵⁵), tratá-los-emos conjuntamente, para o que há a dividir o *corpus* em duas fases: antes e depois de Domingos Miguens, tabelião de S. Vicente da Beira com produção escrita entre 1355 e 1368 (docs. 83-90). ⁶⁵⁶

Nos tabeliões cronologicamente ordenados antes desse tabelião, para além da de *ou*, a representação de *oi* é regularmente a etimológica: <oi/j/y>. Ou seja: não só não se regista sensível monotongação em *ou*, como também não se regista alternância para além da esperada (questão a que voltaremos) entre os dois ditongos. Isto entre as muitas dezenas em que qualquer dos dois ditongos surge (mais frequente *ou*, como seria de esperar; em números redondos, temos que *ou* supera as sete centenas e meia de ocorrências, e *oi* a centena e meia).

Há apenas algumas excepções, aparentes ou reais, que se explicarão por razões linguísticas ou gráficas (incluindo aqui questões que se prendam com a tradição escrita, como o uso de latinismos).

É claramente o último caso que se verifica em: 1) “Lauriceyro” (a par de “Louriçal”) no texto 1 (1274, D. Viegas), e 2) “laurical” no 4 (1287, P. Moniz) e “Laurêco” 2x no 7 (1292, id.). De facto, apesar de a passagem AU > *ou* não ser dos fenómenos mais antigos da língua ⁶⁵⁷, e de poder ainda ser conservado o estádio *au* em certos dialectos conservadores do Noroeste da Península ⁶⁵⁸, é evidente, pelo resto dos textos dos tabeliões em causa e de outros próximos, que *au* é mero latinismo; para além da verificação das mesmas palavras em que vimos <au> com <ou> em textos dos mesmos

⁶⁵⁴ Cf. a respeito das grafias de *l* palatal adiante o ponto 2.4, §2.

⁶⁵⁵ Veja-se por exemplo o que a esse respeito ficou dito na **Introdução**, ponto 2. **Inclusão numa região idiossincrática**, §2, ponto 4.1 da «Esquematização das características destacadas da “Variedade da Beira Baixa e Alto Alentejo” referidas na literatura».

⁶⁵⁶ Também para o ditongo *ei*, como se viu no §1 de 1.8.1, D. Miguens representa uma clivagem no *corpus*; mas no caso desse ditongo, como se verá, de forma mais singular.

⁶⁵⁷ Como refere Cintra 1970 (1983:45) apoiado nas *Orígenes* de Menéndez Pidal (3.^a ed., p. 93, n. 1), *ou* começa a aparecer documentado em textos do Ocidente peninsular nos inícios do século XI.

⁶⁵⁸ Fora de Portugal; cf. Maia 1986 (1997:549-550). A realização *au* em Portugal, que tem, ao contrário de alguns dos referidos dialectos, a fechado, dever-se-á, provavelmente, a dissimilação, para conservar o ditongo (cf. e.g. Cintra 1970 (1983:49)).

tabeliões ou de outros próximos (é exemplo o já referido “LouriçaL” a par de “Lauriceyro” em D. Viegas), são abundantes os casos de regular *ou* naqueles tabeliões ⁶⁵⁹.

Já remetem para efectiva monotongação os casos “OLaya” (texto 9, 1293, P. (E)Anes), “Olalha” (64, A. Clemente, 1335; e 79, M. Jordão, 1333), pois são ambas formas derivadas de EULALIA: cf. Vasconcelos 1911 (1966:267), Nunes 1919 (1960:78, 109 (n. 3), 142 e 143). O ditongo é aqui derivado de EU átono inicial, e não AU, o que o torna um caso particular e o distancia da regularidade que estamos a ver; com efeito, formas com EU- átono estão registadas com monotongo o desde os primórdios da língua (muito antes do século XI; cf. e.g. Nunes, *op. cit.*, e Huber 1936 (2006:75)). Não obstante também se registar na época a grafia <ou>, remetendo para o ditongo que será o necessário estágio intermediário entre EU e o, é a grafia <o> a mais frequente (cf. *id.*). O ditongo *ou* nessas formas nunca foi, todavia, totalmente apagado; ainda no português contemporâneo se registam na linguagem popular, em zonas de conservação de *ou*, formas do tipo com o ditongo ⁶⁶⁰.

Em P. (E)Anes surgem, além de *Olaia*, mais alguns casos relevantes para a questão da monotongação:

- (1) O verbo ‘ouvir’ surge sempre sem ditongo gráfico: “ouirê” nos textos 9, 11-13 e 15, 16 e 18-23 (abrangendo os anos 1293-1301), a par de “ourê” no 14 (1297). Sendo mais do que provável que neste último caso haja apenas o esquecimento de escrever o <i> a seguir aos dois traços do <u> ⁶⁶¹, nos outros a forma é etimologicamente justificada, ou seja, não representa monotongação. Isto porque AUDIRE, o étimo, com a queda que se verificou no -D-, deu regularmente *ouir*, que é a forma atestada nos citados exemplos (e não *ovir*); a labial v, que dá a forma *ouvir*, desenvolveu-se depois, no seguimento da semivogal velar, para desfazer a sequência vogal-glide-vogal (evolução que também se deu em outras palavras; cf. Huber 1936 (2006:156)). — Não a registamos no nosso *corpus* (não a podemos deduzir do caso “ourê”, no seguimento do que ficou dito), mas existia na época também a variante *oir*, sem ditongo. No entanto, quer uma quer outra seriam já, na parte portuguesa do domínio galego-português, marcadas, dominando nos textos *ouvir*; na Galiza, já era preferida a forma *oir*, que aí veio a vingar (cf. e.g. os dados de Maia 1986 (1997:550-551)). — Ainda é de referir sobre o nosso *corpus* que não encontramos o verbo ‘ouvir’ antes de P. (E)Anes, e depois ele surge sempre (com a excepção de um caso no texto 83, de que falaremos no § seguinte) com a forma actual.
- (2) Um caso parecido é o de “ouerdes” = ‘houverdes’ no texto 20 (1299). Esperar-se-ia, segundo as regras gerais da evolução da língua, uma antecipação da glide velar do étimo (tema do Perfeito HABU-), formando ditongo: *houver*, *houveres*, *houvermos*, etc.; *houvesse*, *houvesses*, etc.. Mas: (i) a ausência de ditongo em *houv-* não foi desconhecida da língua antiga, embora pareça ter sido rara (v. p. ex. Huber 1936 (2006:238), Nunes 1919 (1960:326, n.2 ⁶⁶²)); (ii) no resto do *corpus*, encontramos sempre as formas relevantes do verbo ‘haver’ com ditongo, nas seguintes

⁶⁵⁹ Assim, o texto 1, de D. Viegas, tem 14 casos de *ou* com a grafia esperada, e os textos de P. Moniz (3-7) têm 19 casos.

⁶⁶⁰ Cf. e.g. “Oufâmia” = Eufêmia para Ervedosa do Douro em Azevedo 1929:194. Isto por oposição a formas com o monotongo nas zonas em que *ou* não logrou conservar-se; assim p. ex. “Ôfemia” = Eufêmia, “Ôfrasia” = Eufrásia, “Ôgenia” = Eugénia (junto com “Ôlalia” e “Ôlaia” = Eulália) em Pires 1907:97.

⁶⁶¹ Lembre-se que o <i> da escrita antiga não tinha pinta por cima; era constituído apenas por um traço vertical, do tipo “i”.

⁶⁶² Nunes faz menção às formas do tipo *oesse*, *oer* utilizadas pelos trovadores, embora “com muito menos frequência” do que as formas com ditongo.

atestações: “ouuerõ”, “ouuessen” no 33 (E. Peres, 1312); “ouuesse”, “ouuessem”, “ouuesse” no 60 (A. Clemente, 1333), “ouuemos” no 64 (id., 1335), “ouuesse” no 66 (id., 1338), “ouuessem”, “ouuerõ” no 71 (id., 1351), “ouuesém”, “ouuerõ” no 75 (id., 1359); “ouuessẽ” no 83 (D. Miguens, 1355); “ouue”, “ouuessemos” no 94 (G. Martins, 1376); “ouue” no 96 (J. (E)Anes, 1377); e “ouue” 3x, “ouuerom” no 99 (A. Anes, 1397). Por tudo isto, não se pode ter a mínima segurança em supor que o citado caso do texto 20 representa efectiva monotongação fonológica de *ou*; a probabilidade está do lado de 1) termos representada a forma sem ditongo (que pode sofrer influência de *ovir*, forma que já comentámos e se verifica no mesmo tabelião) ou 2) termos apenas um lapso gráfico, esquecendo-se o escriba de redigir um segundo <u> (fenómeno que, sendo intuitivamente fácil de perceber, não é, expectavelmente, desconhecido da escrita medieval).

- (3) Apresenta-se segura a hipótese gráfica para explicar a forma “o/⁹tra” que surge no 23 (1301): na mudança de linha, houve esquecimento do “u”. Reforçam esta ideia os restantes 17 casos de ‘outro’, sempre com ditongo, que surgem em textos do mesmo tabelião — inclusive “outros” também no 23 —, para além das dezenas mais de casos da mesma palavra ao longo do *corpus*, também sempre com ditongo.

Referência apenas para mais um caso em que se pode querer ver alguma monotongação na fase pré-D. Miguens: “de pos” = ‘depois’ no texto 80 (1342, M. Anes). No nosso *corpus*, é a única vez que ‘pois’ surge sem ditongo: há casos dessa palavra, junta ou não a ‘de’, nos textos 33 (1312, E. Peres; 5x), 34 (1317, F. Soares), 57 (1333, A. Clemente), 60 (1333, id.) e 98 (1386, V. Clemente), e surge sempre grafado o *i*. Trata-se de um lexema com uma etimologia obscura (tradicionalmente atribuída a (DE +) POST), de que Castro 2006:123-124, ao comentar a variação “depos” / “depois” dos manuscritos, respectivamente, de Lisboa e Toledo do Testamento de D. Afonso II (feito em 1214), num caso que se relaciona com o que temos no nosso *corpus*, faz o inventário crítico das propostas explicativas que têm surgido ao longo dos tempos. Termina concluindo que a forma do manuscrito de Lisboa, que tem um copista, segundo o A. vinha traçando, de perfil conservador, “é perfeitamente consistente com um étimo DE-POST, de onde port. *depós*, como *após*, além do cast. *después* (cujo ditongo necessita de um *Ô* breve tónico latino). Esta contínua e documentada ausência de iode levaria a encarar o seu aparecimento no m[anuscrito de] T[oledo] como uma inovação em fase de expansão [...]” e favorecendo a etimologia POST, que Williams 1938 (1961:102) prefere. Não deixa Castro de abordar uma questão necessária: “Claro que isto não resolve o problema, mas apenas o transfere para outro campo; seria preciso talvez admitir uma evolução como esta: POST > pōs > pos > pōws > pojs. Ou seja, o iode surgiria no âmbito da oscilação entre os ditongos [ow] e [oj], ficando por explicar o aparecimento de [ow]”. Para além de ser problemático o aparecimento de *ou*, que tem, muito ao contrário de *oi*, falta de atestações, também o é ligar o surgimento do iode à oscilação *ou* / *oi*, na medida em que a antiguidade de *pois* remete para uma época em que essa confusão se dava sobretudo no grupo latino -CT- (e.g. *Oitubro* / *Outubro*).

De todo o modo, parece claro que a realização sem ditongo que encontramos no tabelião Martim Anes — no qual, já agora, também encontramos o ditongo *oi*, em “oyto” e “oyteêta” — será a conservação do suposto étimo; tal como acontece nas formas portuguesas e castelhana citadas por Castro e tal como está bem registado para a época medieval (v. p. ex. Nunes 1929:27). Não podemos, portanto, ver na referida forma monotongação de *ou* ou *oi*.

Posto tudo isto, não parece que possamos deduzir, já neste período, o fenómeno da monotongação de *ou* na região.

Antes de passarmos a ver o segundo período definido — pós-D. Miguens —, reportar-nos-emos à alternância *oi* / *ou*, que se nota, no período que estamos a ver, nas formas: “Oytubro⁺” do texto 19 (P. (E)Anes, 1299) *versus* “doutubro” do 52 (A. Domingues, 1343). É fenómeno — até pelo diminuto número em que ocorre — que não se apresenta significativo, dado que o grupo latino OCT (pois < OCTÖBER) evolucionou, na língua, sobretudo para *oit* mas também para *out*; v. p. ex. Maia 1986 (1997:560ss.), onde também se nota a alternância em ‘Outubro’, quer para o *corpus* da A. quer para outros, e onde se propõe que a evolução para *oi* seria o resultado tradicional por oposição a *ou*, “o resultado de uma evolução de carácter culto ou semi-culto” (p. 564). Essa alternância é fenómeno muito antigo na língua, como a A. não deixa de salientar.

2] Passamos para o segundo período definido: o período pós-Domingos Miguens (tabelião de S. Vicente da Beira, com produção escrita no *corpus* entre 1355 e 1368 (docs. 83-90)).

Esse tabelião marca uma nova fase porque é nos seus textos que, pela primeira vez, se vê a grafia *oui* para o ditongo *oi*; isto por oposição ao ditongo *ou*, que, como foi referido no § anterior, continua a surgir sempre com a grafia etimológica (<ou>). A esse respeito, muito dificilmente será excepção o caso “ouir”, do texto 83 (D. Miguens, 1355): aí, se não houver lapso de escrita, teremos representada a forma *ouir*, que também notámos em P. (E)Anes (cf. o § anterior). Favorecem a hipótese do lapso de escrita: (i) o encontrar-se no mesmo texto “ouuidor”, a par de “ouuydor” 2x no 85, do mesmo tabelião; (ii) o facto de, entre P. (E)Anes e este tabelião, o verbo surgir várias vezes e sempre com ditongo gráfico. Todavia, nunca seria impossível que a variante *ouir* ainda se fizesse sentir.

Como também referimos no § anterior, continua a não se notar alguma espécie de expansão de *ou* ou *oi* a formas que não apresentam nenhum dos dois ditongos como etimológicos — o que se poderia esperar como atestação indirecta da monotongação de *ou* já em curso.

O foco incide, portanto, sobre *oi*. Nas largas dezenas de vezes em que esse ditongo surge em tabeliões ordenados no *corpus* (o qual tem uma disposição que obedece a critérios cronológicos) anteriormente a D. Miguens, nunca ele surge com a grafia *oui*; e nesse tabelião e nos que se lhe seguem, temos:⁶⁶³

Tabelião	Formas com a grafia ‘etimológica’	Formas com a grafia “ouj”
Domingos Miguens (SVB)	Texto 83 (1355), “doiro”	83 (1355), “fouy”, “ffouy”; 84 (1357), “fouy”; 85 (1361), “ouiteêta”, “ouitééta”, “fouy”; 86 (1363), “(dez) oito”; 87 (1363), “Couirelas”; 88 (1363), “(dez) oito”; 89 (1366), “fouy”, “Couirela”, “Couirela”, “fouy”

⁶⁶³ Incluo os casos de tritongo originário, que se resumem à palavra ‘moio’.

Antoninho Peres (CN)	91 (1359), “dojtubro”	—
Vasco Domingues (SVB)	—	—
Gonçalo Martins (SVB)	—	—
João E(A)nes (SVB)	96 (1377), “mojo”	—
Vasco Clemente (CB)	—	98 (1386), “de poujs”, e ainda o possível “Rouj ⁺ ”: cf. o que notei na respectiva transcrição (l. 21)
Afonso Anes (CB)	99 (1397), “ffoy”, “moyo ⁺ ”, “moyos”	—

É de notar que o caso “doiro” do 83, que surge na designação “Gonçaleanes Lobo Coregedor Por El Rey Antre doiro e teyo” e é o único em que não temos a grafia *oui* em D. Miguens, surge na carta, exterior à região, que está incorporada no documento e que não figura na nossa transcrição (cf. l. 10 do texto; a citada carta foi originalmente dada em Trancoso). A referida forma não é, assim, absolutamente fiável (não obstante ser a primeira vez que o ditongo surge no texto).

Passamos então à necessária questão: o que querem dizer aquelas formas com *oui* no lugar de *oi* etimológico? ⁶⁶⁴ O que significa esta idiossincrasia de *oi*? Há duas grandes hipóteses mas, antes de as vermos, cumpre ressaltar que a grafia *oui* não é inteiramente desconhecida do português antigo; assim cita Silva 2008, II:507 um caso para o *Orto do Esposo*: “Uma curiosidade gráfica do *Orto do Esposo*, textos dos fins de século XIV, indica talvez a dúvida do escriba diante de duas possibilidades de realização: há nesse texto 6 ocorrências de *noyte* (< lat. *nocte*) e 1 de *nouyte*.” No entanto, é grafia rara na época.

a) A primeira hipótese é a de que as grafias em causa atestam apenas alternância ou concorrência entre *ou* e *oi*. Trata-se de uma hipótese que se pode dividir em duas vertentes.

Recordaremos primeiramente o esquema geográfico que Cintra 1970 (1983:44-45) fez para a alternância *ou* / *oi* no português contemporâneo (baseando-se nos inquéritos que fez, “em toda a extensão do território português”, para o Atlas Linguístico da Península Ibérica). Referindo primeiramente que essa alternância é, na linguagem popular ‘genuína’, lexical (e não fonética ou fonológica): ⁶⁶⁵

[...] parece-me necessário afastar a noção [...] de que, em qualquer falar regional, [ow] ou [o] alterne com [oj] em certas palavras. Essa alternância que em alguns casos existe realmente na língua corrente das cidades, julgo-a desconhecida da linguagem das aldeias. Diz-se nelas *cousa* ou *coisa*, *touro* ou *toiro*, *outro* ou *oitro*, *outeiro* ou *oiteiro*. A situação é portanto perfeitamente idêntica neste aspecto à que Amadeu Amaral descrevia para um

⁶⁶⁴ Que em casos como “ouiteêta” ou “ouito” é o ditongo *oi* que está latente (e não *ou*, que também poderia advir do etimológico OCT), provam-no os factos de essas palavras surgirem regularmente no *corpus*, aparte esses casos, com *oi* e a extensão da grafia a ‘foi’, em que nunca houve nem há alternância na língua; isto para além de não haver semelhante grafia em todos os outros casos (que ultrapassam largamente a centena) em que os tabeliões em causa representam próprio *ou*. Com efeito, *ou* é, neles, representado com a grafia etimológica; para *oi*, está reservada a grafia *oui*.

⁶⁶⁵ Modifico a notação fonética do autor para a que utilizamos neste trabalho.

falar brasileiro — o caipira — «os vocábulos ... são pronunciados de um só modo» (*O Dialecto Caipira*, São Paulo, 1955, p. 50) e não essencialmente diversa, como as incompletas descrições dos filólogos portugueses o fizeram crer ao autor dessa interessante monografia.

, passa o A. a indicar a distribuição geográfica do comportamento *ou* / *oi*:

É ainda idêntica noutro aspecto: creio que não há nenhum falar português em que o ditongo [oj] não exista, a par de [ow] ou do [o] proveniente da sua monotongação, pelo menos em algumas das palavras em que o *i* é etimológico [...]; o que há é falares em que [oj] não só se manteve nos casos em que era etimológico, mas aparece em grau maior ou menor nos casos em que se esperaria [ow] ou [o], outros em que se observa a situação inversa. A distinção que me parece necessária é a distinção entre falares e zonas linguísticas em que predomina [oj], seja qual for a etimologia, e falares e zonas em que predomina [ow] ou [o]; entre falares e zonas, portanto, em que se ouve *oiro*, *toiro*, *foice*, *oitro*, *roipa*, *oiteiro*, ainda que num ou noutro caso apareça [ow] ou [o], e outros em que se ouve *ouro*, *touro*, *fouce*, *outro*, *roupa*, *outeiro*, ou *ôro*, *tôro*, *fôce*, *ôtro*, *ôteiro*, *rôpa*, embora algumas palavras apresentem [oj]. Ora, esta distinção não só é possível, como necessária.

Desde já posso indicar, embora de uma maneira vaga, qual a região em que me parece registar-se o predomínio de [oj] ou, para falar mais exactamente, em que são numerosas as zonas em que [oj] é particularmente abundante: essa região é o centro de Portugal, a zona de entre Douro e Tejo, isto é, a zona que tem sido atravessada durante os últimos séculos, na direcção este-oeste, e segundo paralelos cada vez mais altos, pela fronteira da monotongação de [ow], hoje já vizinha da linha do Douro. Em contraste com esta zona central, a maior parte do norte de Portugal (parecem exceptuar-se algumas partes de Trás-os-Montes) e a Galiza conservam o ditongo [ow] (a não ser nos casos em que [oj] é etimológico, quando, como diz Paiva Boléo, o não estendem a estes últimos). A sul do Tejo, predomina a monotongação em [o], embora não sejam raras formas isoladas em [oj].

A grande expansão da variante [oj] parece-me característica dos falares populares regionais de uma zona de fronteira entre a região em que se produz a monotongação e aquela em que se conserva o ditongo (nas suas variantes [ow] ou [ɐw]).

(Depois de passar pela “língua comum” e pela “literária”, que apresentam características especiais, o A. termina (pp. 45-46) referindo a reprodução da situação portuguesa no Ocidente das Astúrias (“[...] num reduzido território das Astúrias reproduzem-se as condições que, de forma menos clara, e espalhadas por um território maior, vamos encontrar em Portugal”).)

Apesar de, hoje, o dialecto do Sueste da Beira primar pela monotongação (como Cintra, *op. cit.*, também refere), podemos ver, de acordo com o esquema de Cintra, a consistente grafia *oui* como uma evidência da pressão de *oi* sobre *ou*. Sendo este o mais frequente (ou sentido como o mais prestigiado), e talvez por percepção do fenómeno que estava a acontecer, optar-se-ia, hypercorrectamente e ao menos na grafia, por incorporar *ou* em *oi*.⁶⁶⁶

Tal processo estaria possivelmente ligado à monotongação de *ou* (logo, prendendo-se com uma reacção a ela) pois, como Cintra, *op. cit.*:50-52 refere, a prevalência de *oi* sobre *ou*, que se verifica em falares encravados entre a conservação e a monotongação, representará uma fuga, por diferenciação articulatória, a essa mesma monotongação. Tal recurso, que representa um processo surpreendente e provavelmente sem paralelo na

⁶⁶⁶ Ter-se-ia sempre na base, como já foi dito, uma relação entre *ou* e *oi*.

língua — pela diferenciação profunda que se deu na glide —, teria sido proporcionado pela alternância já existente entre *oi* e *ou*; segundo Cintra, provavelmente com base na confusão documentada entre as terminações -AURU > -ouro e -(TORIU) > -(d)ouro e na duplicidade de resultados provenientes da vocalização de certas consoantes (como -CT-, que já vimos). Em suma, nas próprias palavras do A.:

Teria havido assim, para certa zona do vocabulário, aquela fase longa de hesitação entre formas representantes de camadas diversas — *coiro* / *couro*, *Doiro* / *Douro*, *fouce* / *foice*, *courela* / *coirela*, *outeiro* / *oiteiro* — que Menéndez Pidal ensinou a distinguir no processo de produção e expansão de qualquer fenómeno fonético. Essa hesitação ter-se-ia comunicado em maior ou menor grau às palavras em que *ou* tinha outras origens. Mas o factor decisivo na expansão de *oi* teria sido a tendência a evitar a fusão dos elementos do ditongo, exercendo-se principalmente no falar popular de zonas ameaçadas pela aproximação de uma corrente monotongadora. Só essa tendência me parece susceptível de explicar a extraordinária frequência de *oi* por *ou* em certas linguagens regionais, que está certamente na origem da abundante penetração do fenómeno na linguagem literária. (Cintra 1970 (1983:52))

Cintra (p. 48) sugere como início da corrente monotongadora os séculos XIII-XIV, acentuando-se o fenómeno com a aquisição de preponderância da população do Sul do país na estrutura social do reino na sequência da instauração da dinastia avintina; é cronologia que coincide, portanto, com os dados do *corpus* que analisamos.

Deve notar-se, porém, que monotongação transparente de *ou* — i.e. grafias de *o* simples para palavras com o ditongo etimológico — não é fenómeno que tenha sido registado de forma significativa em textos antigos. Teyssier 1980 (2001:52) aponta o início do fenómeno, “provavelmente”, para o século XVII. Por sua vez, Cardeira / Fernandes 1997, que põem o fenómeno à prova nas actas das vereações de Loulé de 1384 a 1408 (*corpus* do Sul do país, ou seja, da putativa área da origem do fenómeno), não registam nem grafias do tipo nem confusão significativa entre *oi* e *ou* (a qual poderia levar à suposição de prevalência do primeiro, logo a uma evidência de monotongação em curso); cf. Cardeira / Fernandes 59-60.

Em todo o caso, é importante lembrar que tem sido dito (cf. Maia 1986 (1997:567)) que a alternância *oi* / *ou*, registada para toda a língua da época medieval, se incrementa, em termos gerais, a partir do final do XIV-princípios do XV; paralelamente à sobreposição do Sul em relação ao Norte na estrutura social do país, portanto.

No nosso *corpus*, o caso “Courela” 2x no texto 92 (V. Domingues, 1366) pode apontar para essa cronologia: sendo o étimo QUADRELLA, com *oi* etimológico, a palavra aparece várias vezes e em vários tabeliães antes no *corpus* e sempre com *oi*. Nos textos do período pré-D. Miguens, como vimos no § anterior, não há confusão significativa entre *ou* e *oi*; mas deve ser notado que a variação *courela* / *coirela* está registada desde o século XIII (Maia 1986 (1997:566-567)), o que torna aquela ideia incerta.

Já “dojtubro”, do 91 (A. Peres, 1359), prende-se com o que vimos no final do § anterior, i. é, com a alternância de resultados do grupo latino OCT, que desde sempre se verifica na língua.

Passamos à segunda vertente enquadrável na hipótese que estamos a ver: sabendo que tem sido verificada, na actual área portuguesa de conservação de *ou*, a aparente expansão de *ou* a formas de *oi* (cf. e.g. Cintra 1970 (1983:44-45), passo citado acima e não só), veremos nas grafias em causa apenas o mesmo fenómeno — sem tentativa de

reação a uma tendência de imposição de *oi*. Tal visão, que se pode querer mais simples do que a da primeira vertente, poderia facilmente representar, de igual modo, uma relação de alternância e concorrência entre os dois ditongos, assim como, possivelmente, um esforço de conservação de *ou*. Isto tem mais fácil transferência para os dialectos contemporâneos do Sueste da Beira, onde não é *oi* que adquire um papel saliente mas sim a monotongação — que se dá em *ou*, e não em *oi*.

b) A segunda hipótese é a de que as grafias em causa atestam o *o* palatal do ditongo. I. é, havendo *o* palatal em *ou*, como ainda hoje temos, adoptar-se-ia o grafema <ou> para representar o mesmo som no ditongo *oi*, para onde, como também observamos hoje, ele se pode estender.⁶⁶⁷ Um som único e claramente distinto, um grafema único e claramente distinto — uma forma *rudimentar* de representar a palatalização do *o* do(s) ditongo(s).

Também esta hipótese convive com a possibilidade de se verificar já a monotongação. Tal como na hipótese anterior, contudo, a falta de atestações da resolução do ditongo, quer para o *corpus* quer para a época em termos gerais, dificulta uma suposição de — pelo menos — forte tendência monotongadora na linguagem que tinha acesso à escrita.⁶⁶⁸

Ao optarmos pela segunda hipótese, fica por explicar porque é que só em D. Miguens (segunda metade do séc. XIV) é que se teria começado a notar graficamente o *o* palatal. Pois um traço como o *o* palatal da região — a par de outros como o *u* palatal, ou a velarização do *e* —, para se verificar já à época daquele tabelião, terá a sua origem, se não em substrato celta, em princípio na formatação linguística decorrente do movimento (repovoador) da Reconquista, que na região foi tutelado pelas Ordens Militares do Templo e do Hospital (de origem francesa, em cuja língua se verificam os caracteres); remetendo provavelmente, portanto, para uma época anterior aos textos de D. Miguens.⁶⁶⁹ Várias questões se colocam, porém.

Nessa sequência, pode ser mais simples optar pela primeira hipótese, que tem a vantagem de representar tão-somente um traço linguístico paralelo à restante linguagem da época (i.e. o crescimento da concorrência *oi* / *ou* a par da possível do movimento de monotongação), assim como pode ter legitimação em factos observados em linguagens próximas na época contemporânea (i.e. a tendência dominante de um dos ditongos). Ajuda a primeira hipótese também o facto de a grafia *oui* ocorrer tanto em formas tónicas como átonas do ditongo, pois hoje observamos que a palatalização do ditongo átono não é regular em toda ou quase toda a região.

Por outro lado, a segunda hipótese dar-se-á melhor com uma putativa idiossincrasia do uso extremo da grafia *oui* do nosso *corpus* — até porque representar a modificação ou alternância *ou* / *oi* (seja um ou outro *o* prevalente) por meio de um grafia compósita como

⁶⁶⁷ Cf. a respeito da presença de *o* palatal nos ditongos *ou* e *oi* na linguagem actual do SE da Beira o **Cap. I, Secção B, I. Fonética, 1.6**, §13-b e 14-b. — A hipótese que acabámos de referir representa portanto, tal como a primeira (alínea a), uma relação de proximidade entre *ou* e *oi*; mas vai para além disso.

⁶⁶⁸ Para o caso dos textos de D. Miguens a falta de evidências de monotongação é ainda mais significativa, pois, no caso da relacionável monotongação de *ei*, essas evidências já ocorrem (cf. **1.8.1**, §1).

⁶⁶⁹ Quer a hipótese do substrato quer a do superstrato têm sido defendidas por autores diversos; cf. para uma primeira abordagem o que Cintra 1970 (1983:52-54), partindo do *o* palatal do ditongo *ou*, refere. — Já na **Introdução** (ponto 2. **Inclusão numa área dialectal idiossincrática**, §3), reportando-nos não ao *o* palatal em específico mas a mais caracteres destacados da linguagem actual do SE Beirão, nos referimos a essas duas hipóteses explicativas. É esta uma questão, no entanto, de que nos ocuparemos com mais detalhe na **Conclusão**.

oui será sempre um estratagema obscuro. Seria sem dúvida mais fácil fazer o que é corrente nos textos antigos: *courela* / *coirela*, *outo* / *oito*, e não as inovações *couirela*, *ouito* (que, lembramos, ocorrem apenas no sítio de *oi*).

Será sempre difícil — no mínimo — optar com segurança por uma hipótese; e, para o fazer, será necessário um estudo profundo e mais abrangente, em termos geográficos e cronológicos, do que o que cabe agora. No que toca à questão da origem dos fenómenos distintivos da linguagem contemporânea da região (entre os quais se inclui, muito naturalmente, o *o* palatal), voltaremos à discussão, como já foi referido, adiante na **Conclusão**.

1.8.3. Outros ditongos

1] “Classulas” = ‘Cláusulas’ < CLAUSŪLA, do texto 71 (A. Clemente, 1351), pode representar já na época a tendência que hoje se verifica no Sueste da Beira, e não só, para a redução do ditongo [aw] em posição coberta (e.g. *pázinho* = ‘pauzinho’, *Àgusta* = ‘Augusta’; cf. a respeito do fenómeno **Cap. I, Secção B, I. Fonética**, §4 de **1.6**).

De resto, a respeito de *au*, regista-se a ocorrência, como é bem conhecido para a língua arcaica, em palavras eruditas ou semi-eruditas em que o não temos hoje (sobretudo nos grupos latinos -CT- e -PT-): cf. e.g. “*contrauto*” = ‘contracto’ < CONTRĀCTU (texto 24, P. (E)Anes, 1302), “*Auçõ*” < ACTIŌNE- (71, A. Clemente, 1351), “*bautista*” < BAPTISTA (75, id., 1359), “*Bautista*” (83, D. Miguens, 1355). “*oucõ*” = ‘acção’, no 93 e no 94 (ambos G. Martins, 1376), com a passagem *au* > *ou*, exemplifica a vitalidade e antiguidade de algumas destas formas na língua.

2] A respeito da adopção do ditongo tónico *oi* em formas que tinham *ui* etimológico, veja-se o §2 da vogal *o*.

1.9. Hiatos

Um dos fenómenos mais distintivos do português antigo é a existência de toda uma série de hiatos provenientes da queda de consoantes intervocálicas latinas (cf. Teyssier 1980 (2001:28-29 e 40-45) e Castro 2006:158-161); essas consoantes são sobretudo -G- (e.g. LEGĚRE > *leer*), -D- (CREDO > *creo*), -L- (PALŪMBU- > *paombo* > *poombo*) e -N- (MANU- > *mão*), a queda de estas duas sendo já exclusiva do período galego-português.

Como tem sido dito, todavia, a maior parte desses hiatos — devido à sua própria natureza instável —, cedo — desde os finais do séc. XIII, pelo menos — começa a ser resolvida pela língua, por meio de três grandes processos: a crase (quando as duas vogais em contacto eram, ou passaram a ser, articulatoriamente idênticas), a ditongação (quando uma das vogais podia evoluir para semivogal) e a epêntese (de uma semivogal ou de uma consoante nasal).

Segundo Teyssier (1980 (2001:45)), esses processos estariam já, na sua maioria, resolvidos na viragem do século XV para o XVI, restando fundamentalmente as epênteses

de (i) *m*, em *ũa* > *uma* e (ii) iode, em *eo* (e.g. *creo* > *creio*) e *ea* (*crea* > *creia*). Para o primeiro caso, diz Teyssier que a forma actual apenas “se generaliza nas grafias do século XVIII”; com efeito, os factos de ainda hoje no Brasil e em certos dialectos continentais se verificar a pronúncia *ũa* e de uma epêntese de *m* ser um fenómeno facilmente transferível para a escrita dão força à ideia de evolução mais tardia dessa sequência — pelo menos em parte dos dialectos. Quanto ao segundo caso, o da evolução de *eo,ea*, refere o A. que as formas actuais “aparecem esporadicamente desde o século XVI, mas [...] só vão predominar definitivamente na língua escrita no século XIX”; como diz Castro 2006:160, “parece difícil acompanhar datação tão tardia, que só valeria aliás para a língua escrita”. Evoca Castro, em seguida, um passo de Cardeira 2005 em que a autora faz notar palavras de Fernão de Oliveira, na sua Gramática, que sugerem que o fenómeno estaria já resolvido no séc. XVI — apontando para que o mesmo tivesse uma sincronia mais antiga: “[...] quando Fernão de Oliveira, em meados do século XVI propõe uma utilização específica para o grafema <y>, a de representar a semivogal palatal, exemplifica-a precisamente com formas como *meio*, *seio*: «a qual letra a mim me parece ser .y. e não .i. vogal porque ella não faz syllaba por si» (cap. XIV)” (p. 88; cf. também pp. 37 e 103); voltaremos a esta questão ao tratar o fenómeno (não esquecendo que o caso *meio* (< MĚDĪU-) é, necessariamente, problemático).

Voltando à mecânica dos processos de resolução dos hiatos: servir-nos-emos aqui, para a abordagem que faremos aos fenómenos, da sistematização que Castro 2006:159 apresenta na seguinte tabela:

monotongação	crase de vogais idênticas	dolore > do-or > dor
	assimilação > crase	palumbu > pa-ombo > poombo > pombo
ditongação	semivocalização > ditongação	De-us > Dews > Dews
epêntese	epêntese voc. > ditongação	credo > cre-o > creio
	epêntese cons.	vinu > vī-u > vinho una > ũ-a > uma

Para explicações complementares, cf. os passos citados de Castro 2006 e Teyssier 2001.

Nos sub-capítulos que se seguem, vamos apresentar os dados que o nosso *corpus* fornece. Não sem antes lembrar, porém, que, para os fenómenos de resolução dos hiatos que envolvem crase ou ditongação de vogais do hiato, os textos poéticos são, de longe, o melhor material; isto porque, aí, a escansão dos versos permite obviar à opacidade das grafias, que se faz sentir nos hiatos de forma aguda. Como refere Cardeira 2005:86-87, ao justificar o facto de não escolher aqueles dois processos de resolução de hiatos como variáveis do seu estudo (que incide na época em que esses processos ocorreram):

Evanildo Bechara (1991: 70-71) aponta a eliminação dos hiatos através da crase como um dos fenómenos balizadores entre a fase arcaica e a fase arcaica média e afirma que este processo ocorreu a partir da segunda metade do século XV. Alerta, no entanto, para a dificuldade que os convencionalismos ortográficos levantam na observação deste fenómeno em textos em prosa. Clarinda Maia (1994: 52-54), ao estudar o *Tratado de Tordesilhas*, depara com um problema muito comum em textos desta época: de facto, a duplicação gráfica de vogais pode ocorrer sem justificação etimológica. Não saberemos,

portanto, na análise de um texto em prosa, se uma duplicação vocálica corresponde a um hiato, à tonicidade de uma vogal ou um convencionalismo gráfico. E a mesma questão se coloca perante hiatos que se solucionam através de semivocalização de um dos elementos, uma vez que em formas como *sinaes*, a grafia *-aes* pode representar já um ditongo, apesar de o conservadorismo gráfico manter um grafema <e> que correspondeu a vogal em hiato. Em suma: o estudo da eliminação de encontros vocálicos por meio de crase ou de semivocalização deve fazer-se, preferencialmente, com base num *corpus* constituído por textos poéticos, que facultarão, para além de uma análise grafemática, o recurso à rima e à métrica.

Todavia, alguma coisa se pode aprender a esse respeito em textos como os aqui editados; e, num trabalho da natureza do nosso, é naturalmente indispensável ver que tipo de informação eles contêm.

Por razões óbvias, só se consideram aqui os hiatos numa perspectiva intra-palavra, i. é, são excluídos os encontros vocálicos que se ocasionam em fonética sintáctica; devido à consciência morfológica que condiciona a prosódia e naturalmente se faz sentir na ortografia, o estudo dessa questão deve ter um enquadramento diferente. Aí, a poesia adquire um papel absolutamente decisivo, pois, através do estudo da métrica, poderá permitir abordar o assunto de forma minimamente satisfatória. Tem de se ter em conta, no entanto, a idiossincrasia da construção frásica poética, que tem condicionantes rítmicas diferentes das da língua normal.⁶⁷⁰

Farei a respeito desta questão, no entanto, duas pequenas notas: (i) não se verifica no *corpus* qualquer vestígio da inserção da glide palatal em encontros como ‘a [j] água’, fenómeno tão saliente hoje na linguagem da região; (ii) já se encontra a contracção da preposição da preposição ‘a’ com o artigo definido feminino no final do séc. XIII (que hoje grafamos ‘à’, como em ‘Fui à rua’): e.g. nos textos de P. (E)Anes “peyte a parte obidiŷente” (20, 1299), “e sayrmos todos a demãda desa erdade e a todo feyto” (22, 1299). Como se verá, também já podemos verificar no final do séc. XIII o craseamento dos hiatos intra-palavra no *corpus* (fenómeno relacionável com (ii)) e não se encontra ainda atestada epêntese em formas como *creio,creia* (fenómeno relacionável com (i)); uma correspondência cronológica, portanto.

1.9.1. Crases (i.e. monotongações)

1] O nosso *corpus* apresenta as informações que sistematizaremos, sob a forma de tabela, a seguir. No entanto, faremos notar previamente que num fenómeno como este, estudado em 99 documentos, alguns casos de dúvida surgem, i. é, alguns problemas etimológicos se colocam — pois nem todas as palavras têm etimologias claras e / ou processos evolutivos normais e transparentes. Não podemos fazer alusão a todos esses casos⁶⁷¹, mas o essencial fica dito em dois pontos: (i) quando há dúvida razoável, rejeita-

⁶⁷⁰ Veja-se, a respeito dos hiatos em fonética sintáctica na poesia, Massini-Cagliari 2001, que, num *corpus* de 50 cantigas de amor do Cancioneiro da Ajuda e 50 de amigo do Cancioneiro da Biblioteca Nacional, conclui serem os casos de manutenção de hiatos em fonética sintáctica, quando não exigidos por regras linguísticas interferentes, absolutamente excepcionais; ou seja, os processos de sândi externo são a regularidade.

⁶⁷¹ Um exemplo é a interpretação da palavra ‘além’, que surge no *corpus* em três casos: com *a* duplo em “dAalêtejo”, no texto 43 (1332, A. Domingues); e com *a* simples em “...(Entesta ã Çima Pelo Cume de fremusinho E) alê (da ribeira Parte Cõ hos CõPradores)...”, no 89 (1366, D. Miguens), e “...(iaz) Alê (do

se o caso; (ii) não foram, na verdade, muitos os casos nessa situação, não se apresentando significativos à luz dos outros dados obtidos.

O artigo indefinido masculino é discriminado na tabela que veremos seguidamente, pois é palavra extremamente frequente no *corpus* e, com a colaboração decisiva do facto de ser uma palavra gramatical frequentemente proclítica, tem tido abundantes registos com vogal simples já no séc. XIII (i.e. *(h)ũ*, não *(h)ũu*; o étimo é, como se sabe, UNU-; cf. e.g. Maia 1986 (1997:614), já com atestações nos meados daquele séc. para a Galiza. No nosso *corpus*, a primeira vez que esse artigo surge simplificado é no texto 82 (G. Esteves, 1358); mas, como já se referiu, (i) sendo palavra tão frequente e (ii) com o que tem sido notado noutros textos, (iii) juntamente com o facto de já se registar o craseamento de hiatos pelo menos desde os finais do séc. XIII (no nosso *corpus*, o que veremos, como no port. antigo em geral, o que já foi visto) e (iv) fazendo sentido, devido ao seu tipo de palavra (gramatical e frequentemente proclítica), que seja uma base avançada de simplificação dos hiatos, — (v) julguei prudente não deixar passar os casos do artigo indefinido masculino, plural ou singular, de forma oculta. Mesmo não surgindo sempre em contexto puramente átono no *corpus*, coloco (na sequência do que vimos) todas as ocorrências dessa palavra debaixo da variável da atonicidade; qualquer problema será obviado pelo facto de essas ocorrências estarem discriminadas. Considero tanto as formas simples — *(h)ũ(u)(s)* — como as complexas — *algũ(u)(s)*, etc..

Já a assimilação prévia das vogais em hiato não é considerada na tabela, pois as vogais originariamente diferentes que poderiam transparecer tal divergência no timbre para a grafia dos textos⁶⁷² apresentam-se, de uma forma geral, com grafia idêntica — i.e. tanto quanto os textos nos dizem, assimiladas no timbre — ao longo de todo o *corpus*. Há as seguintes excepções: “remaeceu” (texto 3, P. Moniz, 1285), “baesteiro” (5, id., 1290), “quaraenta” (24 e 25, P. (E)Anes, 1302 e 1304) e várias formas de *acaecer* nos textos 39, 40, 44, 52, 54 (todos de A. Domingues, de 1327-1350), 79 (M. Jordão, 1333) e 81 (G. Esteves, 1351); para além dos problemáticos, por dependerem de um desenvolvimento (o símbolo de *ua/etc.* posposto à forma), “aquaeecerom” nos 71 e 78 (A. Clemente, 1351 e 1363). São todas estas formas que surgem a par de outras, respeitantes à mesma palavra ou a contextos semelhantes, já com assimilação em textos de cronologia idêntica ou até anterior: cf. e.g. no primeiro texto do *corpus* (D. Viegas, 1274) “migeeyz”, “migéeyç”, “Migeel”, “pááez” 2x, “pááiz” 2x, “remééçeu” (do verbo *remaecer*, tal como o caso que se citou do texto 3); “Migeel”, “migueez” e “paez” nos textos de P. Moniz (o mesmo de “remaeceu” e “baesteiro” acima citados); “Teeyga”, “vaasco”, *Paai* e “paez” nos textos de P. (E)Anes (o mesmo de “quaraenta”); vários casos de “quareêta” e *aqueecer* nos

ribeiro de sãta margarida)...”, no 90 (id., 1368). Podemos ver no primeiro caso um exemplo de um processo de grafia de *a* (átono) aberto por meio de duplo “a”, com todas as consequências que daí derivam? Ou é nos outros dois casos que nos devemos focar, atestando eles simplificação de hiatos para D. Miguens?

A verdade é que não devemos utilizar nenhum dos três casos, pois ‘além’ tem uma evolução etimológica complexa. Se Cunha 2000, s.v. «além», a tira de (AD +) İLLİNC, Corominas 1980-1991, s.v. «allá», já apenas de İLLİNC; e, se é verdade que grafias dessa palavra com o encontro *aa-* (com óbvia origem na junção da preposição (AD) com o advérbio (İLLINC), como não deixa de notar Nunes 1919 (1960:343, n. 4)) têm sido registadas desde muito cedo na língua (séc. XI, segundo Machado 2003, s.v.; no s.v. «além-mar», regista o A. o caso “dáálem (mar)...” para 1282; e não se deve esquecer a pronúncia actual com *a* aberto), — o inverso, ou seja, grafias com *a-* simples, também desde cedo se atesta (cf. e.g. Maia 1986 (1997:866)). O factor aqui em jogo é a preposição AD > *a*, como está bom de ver.

⁶⁷² Estou a referir-me ao facto de, p. ex. em MICAEL > *Migael* > *Miguel* > *Miguel*, o estádio em que as vogais ainda se distinguem ser transponível para a grafia, ao contrário de p. ex. SĖDĖNDUM > *seendo* > *sendo*, em que a primeira vogal do hiato tinha etimologicamente um timbre mais aberto (correspondente a [e]) do que a segunda, que, nasal ou não, era etimologicamente um *e* fechado. No primeiro caso, uma vez que os timbres diferentes têm diferentes grafemas, a sua representação nos textos é, em princípio, transparente; no segundo caso, uma vez que só há um <e>, já não há distinção gráfica.

textos de E. Peres (que tem a sua produção escrita no *corpus* localizada entre 1306 e 1312), etc..

Qualquer das formas citadas acima sem vogais assimiladas deverá a sua conservação, certamente, a um uso especializado, i.e. dependerá do seu uso na palavra escrita. Particularmente no caso *acaecer*, cuja conservação até tão tarde será notoriamente efeito do facto de esse verbo fazer parte do léxico de especialidade do tipo de documentos que analisamos (na medida em que é utilizado sistematicamente para se referir ao herdamento de bens).

Passamos a ver a sistematização dos dados.

Tabelião	Manutenção gráfica das vogais etimológicas								Crase gráfica das vogais etimológicas							
	Uma das vogais é tónica			Ambas as vogais são átonas					Uma das vogais é tónica			Ambas as vogais são átonas				
	VA ⁶⁷⁴	VP ⁶⁷⁵	VL ⁶⁷⁶	VA ⁶⁷⁷	VP	AIM ⁶⁷³		VL	VA	VP	VL	VA	VP	AIM		VL
						VA	VP ⁶⁷⁸							VA	VP	
D. Viegas (SVB)	12 (1274)	85,71	7	2 (1274)	14,29	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—
J. Domingues (CN)	2 (1283)	100	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P. Moniz (SVB)	17 (1285-1292)	68	6	5 (1285-1292)	20	2 (1285-1292)	8	4	1 (1287)	4	1	2 (1287, 1292)	8	—	—	1
P. (E)Anes (SVB)	36 (1293-1304)	50,7	12	9 (1294-1304)	12,68	9 (1294-1304)	12,68	1	25 (1293-1304)	35,21	3	1 (1304)	1,41	—	—	1
E. Peres (SVB)	52 (1306-1312)	67,53	16	23 (1306-1312)	29,87	1 (1312)	1,3	7	2 (1312)	2,6	1	—	—	—	—	—
F. Soares (SVB)	24 (1317-1325)	60	8	7 (1319-1325)	17,5	3 (1319, 1325)	7,5	3	7 (1317-1325)	17,5	4	2 (1319)	5	—	—	1
A. Domingues (SVB)	78 (1327-1350)	75,73	17	18 (1327-1350)	17,48	8 (1327-1343)	7,77	4	7 (1328-1350)	6,8	3	—	—	—	—	—
P. Gonçalves (Pr)	8 (1331)	100	8	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
A. Clemente (SVB)	200 (1332-1363)	65,15	36	99 (1332-1363)	32,25	55 (1332-1363)	17,92	14	8 (1332-1363)	2,61	6	—	—	—	—	—
M. Jordão (CB)	8 (1333)	72,73	5	3 (1333)	27,27	2 (1333)	18,18	2	—	—	—	—	—	—	—	—
M. Anes (CN)	8 (1342)	53,33	7	6 (1342)	40	—	—	3	—	—	—	1 (1342)	6,67	—	—	1
G. Esteves	22	68,75	11	5	15,63	—	—	2	4	12,5	2	1	3,13	1	3,13	1

⁶⁷³ = Artigo Indefinido Masculino, no plural e no singular.

⁶⁷⁴ = Valor Absoluto.

⁶⁷⁵ = Valor Percentual.

⁶⁷⁶ = Variação Lexical, i.e. o número de palavras diferentes que formam o valor absoluto e, correspondentemente, o valor percentual. Isto porque nem todos os casos que formam estes dois valores representam palavras diferentes, mas sim repetições da mesma palavra. — As várias flexões em que um verbo pode surgir são contabilizadas apenas como uma unidade lexical / palavra, assim como um nome e o seu patronímico (e.g. *Miguel* / *Migueiz*) e o artigo indefinido masculino e os seus compostos.

⁶⁷⁷ O valor absoluto das formas átonas inclui o das formas do artigo indefinido masculino.

⁶⁷⁸ O valor percentual que se dá das formas do artigo indefinido masculino corresponde à percentagem dentro de todas as formas relevantes, átonas ou tónicas, e não apenas átonas.

(CB)	(1351-1358)			(1351-1358)					(1351-1358)			(1358)		(1358)		
D. Miguens (SVB)	64 (1355-1368)	53,33	22	23 (1355-1368)	19,17	14 (1355-1368)	11,67	7	30 (1355-1368)	25	10	3 (1355, 1363)	2,5	—	—	3
A. Peres (CN)	1 (1359)	20	1	—	—	—	—	—	4 (1359)	80	4	—	—	—	—	—
V. Domingues (SVB)	5 (1366)	100	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
G. Martins (SVB)	4 (1376)	18,18	2	2 (1376)	9,09	—	—	1	11 (1376)	50	5	5 (1376)	22,73	—	—	2
J. (E)Anes (SVB)	13 (1377)	39,39	10	15 (1377)	45,45	13 (1377)	39,39	3	4 (1377)	12,12	4	1 (1377)	3,03	—	—	1
V. Clemente (CB)	11 (1386)	47,83	2	2 (1386)	8,7	2 (1386)	8,7	1	6 (1386)	26,09	3	4 (1386)	17,39	—	—	2
A. Anes (CB)	18 (1397)	39,13	6	8 (1397)	17,39	5 (1397)	10,87	3	7 (1397)	15,22	5	13 (1397)	28,26	12 (1397)	26,09	2

Se quisermos ver apenas as percentagens *cegas*, teremos a tabela que se segue. Mas devemos ter sempre presente o índice de variação lexical discriminado na tabela anterior (coluna «VL»), pois a uma percentagem elevada pode corresponder apenas a repetição de uma ou pouco mais palavras. É bem disso exemplo o tabelião P. (E)Anes, em cujos textos, do final do séc. XIII, vemos a significativa percentagem de 35,21 de formas tónicas com grafia de crase; mas essa quantidade está dependente apenas de 3 casos lexicais, ao contrário dos 50,7 de grafias de tónicas sem crase, que estão dependentes de 12 casos lexicais diferentes.

Tabelião	Formas com hiato etimológico: percentagem	Formas com crase: percentagem
D. Viegas (SVB)	100 (1274)	—
J. Domingues (CN)	100 (1283)	—
P. Moniz (SVB)	88 (1285-1292)	12 (1287,1292)
P. (E)Anes (SVB)	63,38 (1293-1304)	36,62 (1293-1304)
E. Peres (SVB)	97,4 (1306-1312)	2,6 (1312)
F. Soares (SVB)	77,5 (1317-1325)	22,5 (1317-1325)
A. Domingues (SVB)	93,21 (1325-1350)	6,8 (1328-1350)
P. Gonçalves (Pr)	100 (1331)	—
A. Clemente (SVB)	97,4 (1332-1363)	2,61 (1332-1363)
M. Jordão (CB)	100 (1333)	—
M. Anes (CN)	93,33 (1342)	6,67 (1342)
G. Esteves (CB)	84,38 (1351-1358)	15,63 (1351-1358)
D. Miguens (SVB)	72,5 (1355-1368)	27,5 (1355-1368)
A. Peres (CN)	20 (1359)	80 (1359)
V. Domingues (SVB)	100 (1366)	—
G. Martins (SVB)	27,27 (1376)	72,73 (1376)
J. (E)Anes (SVB)	84,84 (1377)	15,15 (1377)

V. Clemente (CB)	56,53 (1386)	43,48 (1386)
A. Anes (CB)	56,52 (1397)	43,48 (1397)

É interessante observar que não se nota, em nenhum tabelião, uma inversão de tendência no decurso da sua produção escrita, i. é, o seu perfil é sempre o mesmo no decurso cronológico dos seus documentos.

Mas, em termos gerais, o que nos dizem os dados que estamos a ver sobre o comportamento dos hiatos? Para respondermos a isso, temos também de ver outro facto importante: a ocorrência de hiatos não etimológicos (que denota, *a priori*, *confusão* nos hiatos), sistematizada na tabela seguinte (com os mesmos formalismos que vimos utilizando). Mais uma vez é importante não nos ficarmos apenas por números totais: a maior parte dos casos de hiatos não etimológicos que surgem nos textos respeitam a segmentos que, a partir de certa altura, resultaram em ditongos; nomeadamente os segmentos etimológicos *ae* (> [aj], e.g. *Paez* (> *Paiz*) > *Paiz*), *ãe* (> [ẽj], e.g. *Durãez* > *Durãiz*), *ao* (> [aw], e.g. *mao* > *mau*), *ão* (> [ẽw], e.g. *mão* > *mãu*) e *õe* (> [õj], e.g. *Simõe* > *Simõiz*). Estes casos apenas surgem em contexto tónico (ou melhor: no caso das palavras gramaticais, com a tonicidade que elas podem ter), com a última vogal (etimológica) do hiato (etimológico) sempre na última sílaba, e poderão significar que esse hiato já tinha, pelo menos, começado a ser ditongado; mas essa é uma questão que aqui apenas nos interessa superficialmente — na medida em que pode atestar já a resolução dos hiatos em questão, que não passa pela crase mas mostra grafias de hiatos não etimológicos — e a que voltaremos onde ela tem de ser desenvolvida: em 1.9.2, onde tratamos da resolução de hiatos por meio de ditongações. Em todo o caso, convém ter sempre presente, na análise das crases, que esse tipo de contexto pode representar um fenómeno à parte.

Tabelião	Hiatos: grafias não etimológicas											
	Casos envolvendo segmentos que se ditongaram ⁶⁷⁹						Restantes casos					
	Duplica-se a vogal tónica			Duplica-se a átona			Contexto tónico			Contexto átono ⁶⁸⁰		
	VA	VP	VL	VA	VP	VL	VA	VP	VL	VA	VP	VL
D. Viegas (SVB)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
J. Domingues (CN)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
P. Moniz (SVB)	—	—	—	—	—	—	¹ (1292)	100	1	—	—	—
P. (E)Anes (SVB)	10 (1293-1302)	83,33	5	—	—	—	¹ (1299)	8,33	1	¹ (1299)	8,33	1
E. Peres (SVB)	14 (1306-1312)	100	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—
F. Soares (SVB)	1 (1319)	12,5	1	² (1319,	25	2	³ (1325)	37,5	2	² (1325)	25	1

⁶⁷⁹ Como já foi referido, estes casos surgem apenas em contexto tónico (ou pseudo-tónico, no caso das palavras gramaticais).

⁶⁸⁰ São colocados aqui os casos em que o hiato não etimológico corresponde à duplicação da vogal tónica das palavras gramaticais, as quais podem não ter acento na frase; no entanto, devido ao seu estatuto mais ou menos ambíguo, esses casos são sempre discriminados em nota.

				1320)								
A. Domingues (SVB)	1 (1328)	14,29	1	3 (1333-1342)	42,86	2	—	—	—	3 (1328-1349)	42,86	2
P. Gonçalves (Pr)	1 (1331)	100	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
A. Clemente (SVB)	73 (1332-1363)	97,33	12	—	—	—	2 (1351)	2,67	1	—	—	—
M. Jordão (CB)	1 (1333)	100	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
M. Anes (CN)	1 (1342)	100	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
G. Esteves (CB)	2 (1351)	50	1	2 (1351)	50	1	—	—	—	—	—	—
D. Miguens (SVB)	18 (1355-1368)	60	8	—	—	—	4 (1355-1366)	13,33	3	8 (1355-1368) ⁶⁸¹	26,67	2
A. Peres (CN)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
V. Domingues (SVB)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1 (1366)	100	1
G. Martins (SVB)	—	—	—	—	—	—	2 (1376)	16,67	2	10 (1376) ⁶⁸²	83,33	10
J. (E)Anes (SVB)	1 (1377)	100	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
V. Clemente (CB)	—	—	—	11 (1386)	100	4	—	—	—	—	—	—
A. Anes (CB)	—	—	—	—	—	—	1 (1397)	100	1	—	—	—

Se quisermos integrar todos os casos de representação gráfica de hiatos, etimológicos e não etimológicos, para analisar a sua relação percentual, teremos a tabela seguinte.

⁶⁸¹ Estão aqui inseridos, na variável da atonicidade, cinco casos do artigo indefinido feminino sob a forma “hũa”, coerentemente com o que se fez na primeira tabela (em que as formas do artigo indefinido masculino também foram colocadas na coluna das formas átonas; cf. o que se disse atrás a esse respeito). Os restantes três casos correspondem ao numeral “duas”, que, seguindo idêntico procedimento, foram colocados também aqui. (Não se estranhe casos de palavras gramaticais sem acento autônomo não serem destacados, na coluna «Casos envolvendo segmentos que se ditongaram», como ocorrências em formas átonas; aí, depois do que ficou dito, não interessa considerar a distinção tonicidade / atonicidade (o que aumentaria consideravelmente a complexidade da tabela), mas sim as grafias nos ditongos em questão.)

⁶⁸² Palavras gramaticais: “hoo⁺” (= ‘o’), “quatroo”, “e/³²esta” (com a óbvia questão da mudança de linha), “bêe”, “Maa” (forma átona do possessivo feminino, i.e. ‘ma’).

Tabelião	Formas com hiato etimológico: percentagem		Formas com crase: percentagem		Formas com hiato não etimológico: percentagem	
	P1 ⁶⁸³	P2 ⁶⁸⁴	P1	P2	P1	P2
D. Viegas (SVB)	100 (1274)	100 (1274)	—	—	—	—
J. Domingues (CN)	100 (1283)	100 (1283)	—	—	—	—
P. Moniz (SVB)	84,62 (1285-1292)	84,62 (1285-1292)	11,54 (1287,1292)	11,54 (1287,1292)	3,85 (1292)	3,85 (1292)
P. (E)Anes (SVB)	61,64 (1293-1304)	54,22 (1293-1304)	35,62 (1293-1304)	31,33 (1293-1304)	2,74 (1299)	14,46 (1293-1302)
E. Peres (SVB)	97,4 (1306-1312)	82,42 (1306-1312)	2,6 (1312)	2,2 (1312)	—	15,38 (1306-1312)
F. Soares (SVB)	68,89 (1317-1325)	64,58 (1317-1325)	20 (1317-1325)	18,75 (1317-1325)	11,11 (1325)	16,67 (1319-1325)
A. Domingues (SVB)	90,57 (1327-1350)	87,27 (1327-1350)	6,6 (1328-1350)	6,36 (1328-1350)	2,83 (1328-1349)	6,36 (1328-1349)
P. Gonçalves (Pr)	100 (1331)	88,89 (1331)	—	—	—	11,11 (1331)
A. Clemente (SVB)	96,76 (1332-1363)	78,27 (1332-1363)	2,59 (1332-1363)	2,09 (1332-1363)	0,65 (1351)	19,63 (1332-1363)
M. Jordão (CB)	100 (1333)	91,67 (1333)	—	—	—	8,33 (1333)
M. Anes (CN)	93,33 (1342)	87,5 (1342)	6,67 (1342)	6,25 (1342)	—	6,25 (1342)
G. Esteves (CB)	84,38 (1351-1358)	75 (1351-1358)	15,63 (1351-1358)	13,89 (1351-1358)	—	11,11 (1351)
D. Miguens (SVB)	65,91 (1355-1368)	58 (1355-1368)	25 (1355-1368)	22 (1355-1368)	9,09 (1355-1368)	20 (1355-1368)

⁶⁸³ Percentagem que não inclui os casos de duplicação não etimológica de vogal em segmento que ditongou na língua (ou seja, não inclui os «Casos envolvendo segmentos que se ditongaram» da tabela anterior).

⁶⁸⁴ Percentagem que inclui os casos de duplicação não etimológica de vogal em segmento que ditongou na língua (ou seja, inclui os «Casos envolvendo segmentos que se ditongaram» da tabela anterior).

A. Peres (CN)	20 (1359)	20 (1359)	80 (1359)	80 (1359)	—	—
V. Domingues (SVB)	83,33 (1366)	83,33 (1366)	—	—	16,67 (1366)	16,67 (1366)
G. Martins (SVB)	17,65 (1376)	17,65 (1376)	47,06 (1376)	47,06 (1376)	35,29 (1376)	35,29 (1376)
J. (E)Anes (SVB)	84,85 (1377)	82,35 (1377)	15,15 (1377)	14,71 (1377)	—	2,94 (1377)
V. Clemente (CB)	56,52 (1386)	38,24 (1386)	43,48 (1386)	29,41 (1386)	—	32,35 (1386)
A. Anes (CB)	55,32 (1397)	55,32 (1397)	42,55 (1397)	42,55 (1397)	2,13 (1397)	2,13 (1397)

Podemos tirar duas principais conclusões de todos estes dados: (i) o processo de simplificação (craseamento) já se verificava no final do séc. XIII no Sueste da Beira, correspondendo ao que tem sido notado para a generalidade do português antigo; (ii) a língua ainda procurou conservar os hiatos durante todo o século seguinte, ao menos na escrita — o que corresponde, igualmente, ao que tem sido notado para a época.

Mas até que ponto era essa conservação artificial, ou seja, até que ponto espelhava a realidade? Quando vemos tabeliões como A. Domingues e A. Clemente, que abrangem no conjunto o segundo e o terceiro quartéis do séc. XIV e que, tendo o maior número de casos com hiatos, quer na frequência quer na variedade, apresentarem tão expressivas percentagens de conservação do sistema etimológico, pensamos que esse mesmo sistema teria de, nalguma medida, estar ainda em uso.

Se analisarmos as ocorrências de hiatos (mantidos, resolvidos ou não etimológicos) apenas sob o ponto de vista da variedade lexical — i.e. considerando não a frequência dos casos mas apenas a variedade de palavras em que ocorrem —, podemos observar as percentagens das formas conservadoras, em termos gerais, diminuir, como se vê na tabela seguinte (que, para o efeito da relação variedade lexical vs. frequência, deve ser confrontada com a anterior).

Hiatos: variedade lexical ⁶⁸⁵											
Tabelião	Conservação de hiato			Craseamento de hiato			Hiato não etimológico				
							Casos de ditongação		Restantes casos		
	VA	VP1	VP2	VA	VP1	VP2	VA	VP	VA	VP1	VP2
D. Viegas (SVB)	9 (1274)	100	100	—	—	—	—	—	—	—	—
J. Domingues (CN)	1 (1283)	100	100	—	—	—	—	—	—	—	—
P. Moniz (SVB)	10 (1285-1292)	76,92	76,92	2 (1287,1292)	15,38	15,38	—	—	1 (1292)	7,69	7,69
P. (E)Anes (SVB)	13 (1293-1304)	68,42	54,17	4 (1293-1304)	21,05	16,67	5 (1293-1302)	20,83	2 (1299)	10,53	8,33
E. Peres (SVB)	23 (1306-1312)	95,83	85,19	1 (1312)	4,17	3,7	3 (1306-1312)	11,11	—	—	—
F. Soares (SVB)	11 (1317-1325)	57,89	50	5 (1317-1325)	26,32	22,73	3 (1319, 1320)	13,64	3 (1325)	15,79	13,64
A. Domingues (SVB)	21 (1327-1350)	80,77	72,41	3 (1328-1350)	11,54	10,34	3 (1328-1342)	10,34	2 (1328-1349)	7,69	6,9
P. Gonçalves (Pr)	8 (1331)	100	88,89	—	—	—	1 (1331)	11,11	—	—	—
A. Clemente (SVB)	50 (1332-1363)	87,72	72,46	6 (1332-1363)	10,53	8,7	12 (1332-1363)	17,39	1 (1351)	1,75	1,45
M. Jordão (CB)	7 (1333)	100	87,5	—	—	—	1 (1333)	12,5	—	—	—
M. Anes (CN)	10 (1342)	90,91	83,33	1 (1342)	9,1	8,33	1 (1342)	8,33	—	—	—
G. Esteves (CB)	13 (1351-1358)	81,25	72,22	3 (1351-1358)	18,75	16,67	2 (1351)	11,11	—	—	—
D. Miguens (SVB)	29 (1355-1368)	61,7	52,73	13 (1355-1368)	27,66	23,64	8 (1355-1368)	14,55	5 (1355-1368)	10,64	9,09
A. Peres (CN)	1 (1359)	20	20	4 (1359)	80	80	—	—	—	—	—
V. Domingues (SVB)	3 (1366)	75	75	—	—	—	—	—	1 (1366)	25	25
G. Martins (SVB)	3 (1376)	13,64	13,64	7 (1376)	31,82	31,82	—	—	12 (1376)	54,55	54,55
J. (E)Anes (SVB)	13 (1377)	72,22	68,42	5 (1377)	27,78	26,32	1 (1377)	5,26	—	—	—
V. Clemente (CB)	3 (1386)	37,5	25	5 (1386)	62,5	41,67	4 (1386)	33,33	—	—	—
A. Anes (CB)	9 (1397)	52,94	52,94	7 (1397)	41,18	41,18	—	—	1 (1397)	5,88	5,88

⁶⁸⁵ Na presente tabela consideramos, não a frequência de hiatos (já resolvidos ou não), mas a variação lexical subjacente a essa frequência; i. é, apenas o número de palavras diferentes (segundo os critérios atrás enunciados, ao tratar esta variável noutro âmbito) que correspondem aos valores de frequência que temos vindo a ver. O formalismo é o mesmo das tabelas anteriores, onde VP1 corresponde ao valor percentual que não inclui os casos de vogal dupla não etimológica em contexto que deu ditongo na língua, e VP2 corresponde ao valor percentual que inclui esses casos (incluindo, portanto, todos os casos de hiatos não etimológicos). A coluna «Casos de ditongação» apenas tem VP (= Valor Percentual), sem VP1 e VP2, porque corresponde precisamente aos casos que não são considerados no cálculo do VP1.

Quer isto dizer que há mais resolução de hiatos do que a mera ocorrência quantitativa deixa entrever; essa ocorrência quantitativa nunca deve ser subvalorizada — pois uma ocorrência é uma ocorrência —, mas a variedade lexical será mais indicativa do grau de abrangência que o fenómeno atingiria na linguagem.⁶⁸⁶ Assim, podemos pensar duas vezes ao ver o tabelião V. Clemente, na tabela que apenas leva em conta a frequência dos casos, com 56,52% de conservação dos hiatos (excluindo os casos envolvendo ditongação), pois na consideração da variação lexical a maioria inverte-se para apenas 37,5%.

Isto ajuda-nos a deduzir menos conservadorismo nos hiatos no final do séc. XIV, na medida em que V. Clemente, o penúltimo tabelião do *corpus*, escreve em 1386. Depois dele, A. Anes apresenta, quer na tabela anterior quer nesta, uma maioria muito relativa de hiatos conservados (pouco mais de 50%), demonstrando que o sistema antigo já estava em acelerado processo de desaparecimento. Fá-lo-ia certamente no século seguinte (para que não dispomos de dados), tal como no resto do país.

No entanto, e voltando a A. Domingues e A. Clemente, os dois tabeliões mais representativos do *corpus* para a frequência e para a variação lexical: quer numa quer noutra tabela, quer considerando apenas a frequência quer considerando a variação lexical, a verdade é que eles apresentam percentagens fortemente dominantes de conservadorismo; no que são acompanhados pela maioria dos tabeliões do *corpus*.

Procurando responder a esta e a outras questões, penso que se poderá sistematizar o quadro geral da forma seguinte: (i) Já na primeira metade do séc. XIV (pelo menos) o craseamento seria, em certos dialectos ou sociolectos, o regular; é isso que devemos depreender quando vemos nos textos do tabelião F. Soares, que abrangem o período 1317-1325, a relação percentual constante da última tabela (com uma conservação de hiato que, na melhor das hipóteses, não chega aos 60%), juntamente com os flagrantes casos não etimológicos “ssabéér”, “qisséér” e “qisséér” (todos no texto 36, de 1320). (ii) Tentar-se-ia preservar o sistema de hiatos em idiomas conservadores, mas esse sistema, de forma natural, tenderia a perder força com o passar dos anos. Vemos isso no *corpus*, e temos no tabelião G. Martins (cujos três textos no *corpus* foram feitos em 1376) um exemplo exponencial de que, para muitos falantes, o sistema referido já não existia: observam-se nos seus textos as percentagens tão claras de resolução de hiatos que podem ser vistas nas tabelas anteriores, a par de, mais uma vez, flagrantes — e variados — casos não etimológicos: “hoo⁺” (= ‘o’), “partees”, “aquecessem⁺”, “deuêê”, “emtregees⁺”, “bêe”, “Maa” (= forma átona do possessivo feminino) “vêêdo” (= ‘vendo’), “teraa⁺” (= ‘terra’), etc..

O texto de J. (E)Anes (77, 1377), que se segue aos de G. Martins e é de um tabelião da mesma localidade⁶⁸⁷, exemplificará, nas suas percentagens tão elevadas de manutenção de hiatos, a conservação forçada, minoritária ou contra a corrente do antigo sistema.

⁶⁸⁶ A variedade lexical, ao contrário da estrita observação da frequência, não está tão sujeita a inflações artificiais como p. ex. certo apelido, com conservação de hiato, ser mais frequente na região do que outros que apresentem os hiatos resolvidos. Quem diz mais frequente na região diz mais frequente no tipo de texto, devido a características acidentais como p. ex. o facto de certo indivíduo ser um grande proprietário na região e surgir recorrentemente, com o nome grafado com hiato, nos textos, por via da definição das confrontações dos terrenos vendidos; etc..

⁶⁸⁷ Aproveito a deixa para referir que não podemos constatar, no *corpus*, variação inter-localidades significativa para este fenómeno.

2] E quanto aos contextos: deu-se o craseamento dos hiatos primeiro em contexto tónico, em contexto átono ou nos dois ao mesmo tempo? Já vimos dados que podem apontar nalgum sentido, mas necessitamos de informações mais precisas. É o que se procura na tabela seguinte, em que são apresentadas as percentagens do craseamento e da conservação dos hiatos em sílabas tónicas e átonas.

Excluem-se desses dados as ocorrências de palavras gramaticais, devido à sua ambiguidade fundamental no que respeita ao factor acento; igualmente se excluem os casos de hiatos não etimológicos, devido ao seu carácter intrinsecamente irregular e psicológico. As percentagens apresentadas na tabela respeitam apenas, como é natural, à proporção dentro de cada contexto, tónico ou átono; ou seja, não se juntam as ocorrências átonas com as tónicas num único bolo, pois assim não perceberíamos a dimensão do fenómeno dentro de cada contexto (antes no conjunto dos dois, o que, devido à maior ocorrência de palavras relevantes para o fenómeno no contexto tónico, inquinaria os dados na direcção desse contexto).

Tabelião	Contexto tónico				Contexto átono				Divergência entre os dois contextos ⁶⁸⁸	
	Hiato conservado		Hiato craseado		Hiato conservado		Hiato craseado			
	PF ⁶⁸⁹	PL ⁶⁹⁰	PF	PL	PF	PL	PF	PL	PF	PL
D. Viegas (SVB)	100 (1274)	100 (1274)	—	—	100 (1274)	100 (1274)	—	—	=	=
J. Domingues (CN)	100 (1283)	100 (1283)	—	—	—	—	—	—	—	—
P. Moniz (SVB)	94,44 (1285-1292)	85,71 (1285-1292)	5,56 (1287)	14,29 (1287)	60 (1285, 1290)	75 (1285, 1290)	40 (1287, 1292)	25 (1287, 1292)	↓34,44	↓10,71
P. (E)Anes (SVB)	59,02 (1293-1304)	80 (1293-1304)	40,98 (1293-1304)	20 (1293-1304)	—	—	100 (1304)	100 (1304)	↓59,02	↓80
E. Peres (SVB)	96,3 (1306-1312)	94,12 (1306-1312)	3,7 (1312)	5,88 (1312)	100 (1306-1312)	100 (1306-1312)	—	—	↑3,7	↑5,88
F. Soares (SVB)	77,42 (1317-1325)	66,67 (1317-1325)	22,58 (1317-1325)	33,33 (1317-1325)	66,67 (1319-1325)	66,67 (1319-1325)	33,33 (1319)	33,33 (1319)	↓10,75	=
A. Domingues (SVB)	91,76 (1327-1350)	85 (1327-1350)	8,24 (1328-1350)	15 (1328-1350)	100 (1327-1350)	100 (1327-1350)	—	—	↑8,24	↑15
P. Goncalves	100	100	—	—	—	—	—	—	—	—

⁶⁸⁸ A análise faz-se pela perspectiva do craseamento e da sílaba tónica; o símbolo “↑” indica divergência positiva de craseamento no contexto tónico e o símbolo “↓” indica divergência negativa de craseamento no mesmo contexto. E.g. “↑23” indica que a incidência do craseamento é, no contexto tónico, 23 pontos percentuais superior ao que se verifica no contexto átono (correspondendo, p. ex., a um craseamento de 73% no contexto tónico *versus* um de 50% no átono). O símbolo “=” indica, naturalmente, que não há divergência, e o travessão significa que não pode haver comparação (por não haver formas relevantes para pelo menos um dos contextos).

⁶⁸⁹ = *Percentagem da Frequência cega dos casos*, i.e. a percentagem que considera todas as ocorrências de casos relevantes para os hiatos, independentemente de serem repetições da mesma palavra; assim, se determinada palavra relevante para o fenómeno em questão surge cinco vezes nos textos de um mesmo tabelião, contam-se cinco casos para o inventário.

⁶⁹⁰ = *Percentagem Lexical*, i.e. a percentagem que considera apenas as ocorrências de palavras diferentes (que sejam relevantes para o fenómeno tratado), e não a putativa repetição das mesmas; assim, se determinada palavra surge cinco vezes nos textos de um mesmo tabelião, é apenas contado um caso. Quer esta percentagem quer a PF foram utilizadas nas análises que fizemos no §1, e a distinção entre *palavras diferentes* (apenas aplicada na PL) é feita com base nos critérios aí enunciados.

(Pr)	(1331)	(1331)								
A. Clemente (SVB)	96,15 (1332-1363)	85,71 (1332-1363)	3,85 (1332-1363)	14,29 (1332-1363)	100 (1333-1363)	100 (1333-1363)	—	—	↑3,85	↑14,29
M. Jordão (CB)	100 (1333)	100 (1333)	—	—	100 (1333)	100 (1333)	—	—	=	=
M. Anes (CN)	100 (1342)	100 (1342)	—	—	85,71 (1342)	75 (1342)	14,29 (1342)	25 (1342)	↓14,29	↓25
G. Esteves (CB)	84,62 (1351-1358)	84,62 (1351-1358)	15,38 (1351-1358)	15,38 (1351-1358)	100 (1351-1358)	100 (1351-1358)	—	—	↑15,38	↑15,38
D. Miguens (SVB)	68,09 (1355-1368)	68,75 (1355-1368)	31,91 (1355-1368)	31,25 (1355-1368)	75 (1355-1366)	66,67 (1355-1366)	25 (1355, 1363)	33,33 (1355, 1363)	↑6,91	↓2,08
A. Peres (CN)	20 (1359)	20 (1359)	80 (1359)	80 (1359)	—	—	—	—	—	—
V. Domingues (SVB)	100 (1366)	100 (1366)	—	—	—	—	—	—	—	—
G. Martins (SVB)	26,67 (1376)	28,57 (1376)	73,33 (1376)	71,43 (1376)	28,57 (1376)	33,33 (1376)	71,43 (1376)	66,67 (1376)	↑1,9	↑4,76
J. (E)Anes (SVB)	76,47 (1377)	71,43 (1377)	23,53 (1377)	28,57 (1377)	66,67 (1377)	66,67 (1377)	33,33 (1377)	33,33 (1377)	↓9,8	↓4,76
V. Clemente (CB)	64,71 (1386)	40 (1386)	35,29 (1386)	60 (1386)	—	—	100 (1386)	100 (1386)	↓64,71	↓40
A. Anes (CB)	72 (1397)	54,55 (1397)	28 (1397)	45,45 (1397)	75 (1397)	66,67 (1397)	25 (1397)	33,33 (1397)	↑3	↑12,12

No seguimento do que foi dito no §1, poderemos ver em F. Soares um marco indicativo de que o craseamento dos hiatos já tinha estatuto pleno em certos dialectos ou sociolectos; assim, podemos querer ver a maior incidência do fenómeno, até esse tabelião (nos textos mais antigos, portanto), em contexto átono (com a excepção de E. Peres, que porém tem uma divergência bastante baixa, a menor do grupo) como um indício de que foi precisamente nesse contexto que tudo começou. Com efeito, já tem sido sugerido que o craseamento teria começado pelo contexto átono: cf. Silva 2008, II:506, que nota nos *Diálogos de São Gregório* (séc. XIV) uma divergência de 0,3% de representação de hiato etimológico com uma só vogal em contexto tónico vs. 72% no átono.

Depois de F. Soares, há uma pura alternância nos dados, pois tanto nos aparece privilégio do contexto átono como do tónico. Mas aí o fenómeno já teria adquirido o seu lugar na linguagem; genericamente, alternaria entre *lectos* / idiomas, não funcionava já como uma inovação dependente da aplicação de determinada regra.

Os dados não são inteiramente claros, mas é essa uma hipótese que se apresenta muito razoável.

1.9.2. Ditongações

Só trataremos aqui das ditongações que concirnam a ditongos decrescentes; as que respeitam a (possíveis) ditongos crescentes (e.g. *E-anes* > [j]anes, *voar* > v[w]ar), devido à problematidade da realização das respectivas sequências como ditongos ⁶⁹¹,

⁶⁹¹ Ou seja, *i* ou *u*, seguidos de vogal, podem ser realizados como semivogais ou vogais. Apesar de a literatura nem sempre se lhe referir, é esse um facto bem conhecido (cf. e.g. Mateus / Andrade 2000:48ss.).

pertencem, quando há alguma informação a discriminar, aos sub-capítulos atrás em que as vogais são tratadas autonomamente.

1] Como se pode ver adiante em **II. Morfo-Sintaxe**, ponto 2.1, não é possível notar ainda, na linguagem da região, a síncope do *d* intervocálico de certas formas verbais da 2.^a pessoa do plural (e.g. *amades*). Começaremos assim por ver as ditongações que as palavras terminadas por *l* no singular podiam sofrer no plural: e.g. *QUALES* > *quaes* > *quais*, por oposição ao singular *qual*.

É esse um fenómeno que, no port. antigo em geral, se vai atestando esporadicamente a partir dos finais do séc. XIII e, pelo que se pode ver no *Cancioneiro Geral* de Resende e na Gramática de Fernão de Oliveira, já estava perfeitamente estável no XVI. A partir da segunda metade do XIV e, aparentemente, primeiro no Sul, o fenómeno já estaria, no entanto, em processo de regularização. Os exemplos de ditongação começam pelas formas em *-al* no singular, depois pelas em *-el* e finalmente por *-ol* e *-ul* (as quais são muito mais raras nos textos); cf. a respeito de todo este fenómeno Cardeira 2005:221-246 e, para as atestações, Carvalho 1996:140 (*apud* Cardeira).

No nosso *corpus* há apenas, para o que aqui nos interessa, dados respeitantes a lexemas com o singular em *-al* e *-el*.

Para o primeiro caso, os dados apresentam as grafias que se sistematizam na tabela a seguir. Notar-se-á previamente, contudo, que a grande maioria dos casos respeita ao pronome ‘qual’; quando há casos que não respeitam a esse pronome, faz-se nota de rodapé no quadrado respectivo a indicar as ocorrências.

Tabelião	Grafias sem ditongo aparente			Grafias com ditongo explícito	
	Tipo <i>-aes</i>	Tipo <i>-aees</i>	Tipo <i>-aaes</i>	Tipo <i>-ais</i>	Tipo <i>-aais</i>
E. Peres (SVB)	2x (1306, 1311)	—	—	—	—
A. Domingues (SVB)	4x (1327, 1328)	1x (1333)	—	—	—
A. Clemente (SVB)	—	—	—	—	17x (1333-1368) ⁶⁹²
G. Esteves (CB)	—	2x (1351)	—	—	—
D. Miguens (SVB)	—	—	3x (1355-1366) ⁶⁹³	8x (1355-1360)	—
G. Martins (SVB)	—	—	—	6x (1376)	—
V. Clemente (CB)	—	3x (1386)	—	—	—

⁶⁹² 5 casos que não respeitam a ‘qual’: “*cortynhááys*” (1336), “*Carualhaays*” (1342), “*cortynhaays*” (1354), “*ssynaays*” (1354), “*cortynhááis*” (1363).

⁶⁹³ Nenhum dos casos se prende com ‘qual’: “*Crimináaes*” (1355), “*Curtinháaes*” (1357), “*Táaes*” (1366).

Temos portanto a realização ditongada muito bem registada a partir do segundo quartel do séc. XIV: à luz dos dados, podemos mesmo inferir que seria essa a realização regular do anterior hiato a partir dessa época. A. Clemente é o marco e, depois dele, surgem vários casos de grafia com *e*; são casos que, estando em minoria (alternando inclusive, num tabelião, com representações com o transparente *i*) e surgindo sempre em grafias de hiatos não etimológicos (*-aees* ou *-aaes*), não têm, claramente, valor de fidedignidade para uma interpretação de hiato na língua falada. Esse estágio já havia passado, e o ditongo era agora, pelo menos nos dialectos não conservadores, a realidade.

Pode querer interpretar-se também assim o caso em *-aees* que se regista em A. Domingues e ocorre em 1333 — sendo, portanto, plenamente contemporâneo de A. Clemente. Nesse sentido, seria A. Domingues quem, à luz das grafias, se apresenta como o registo de transição; antes de A. Domingues, apenas há *-aes*, grafia que nele domina (4 contra 1) mas existe a par de uma outra, não etimológica, que se trataria de uma atestação indirecta de que o hiato já se fazia desaparecer. No que pode ser significativo, o tipo *-aes* é registado, nesse tabelião, apenas antes do caso de *-aees*, que é o último.

Outra hipótese seria interpretar a referida forma em *-aees* como mera confusão decorrente do craseamento de vogais iguais em hiato etimológico; com efeito, nesse tabelião verificam-se dois casos de “*paééz*” (textos 45 e 51, respectivamente de 1334 e 1342), a par de três (46, 47 e 54, i.e. 1335-1350) em que o mesmo nome surge apenas com *-ae-*. Esta última grafia representa crase, pois o nome é patronímico de *Paaio* (< PELAGIU), e a grafia em *-aéé* podia ser apenas uma tentativa falhada de conservar a etimologia.

Em rigor, devido ao recuado da época, não podemos ter a certeza de qual hipótese se trataria. Mas uma coisa é certa: em A. Clemente, que é contemporâneo de A. Domingues (mesmo que provavelmente mais novo, pois tem a sua produção documental mais tardia), o fenómeno da ditongação já se verifica.

Deixando de lado as questões de datação — em que por vezes podemos ser demasiado exigentes, na medida em que estão em causa fenómenos linguísticos, que, por definição, não têm mudanças lineares e perfeitamente balizadas no tempo —, é necessário referir que nunca nos deveríamos deixar impressionar pelas grafias com *e*, pois é conhecido o carácter conservador da tradição escrita. É, aliás, pertinente lembrar que E. Cardeira, no seu *corpus* (cf. Cardeira 2005:221-246, o passo em que trata os plurais de *-l*), regista um aumento de frequência de grafias com *e* no séc. XV, depois de grafias com ditongo estarem bem atestadas para o final do século anterior; ou seja, regista o aumento das grafias com conservação de *e* à medida que, presumivelmente, o fenómeno da ditongação ganha espaço:

Se nos últimos anos do século XIV os grafemas revelavam casos de ditongação e crase, ao longo de todo o século seguinte a grafia parece ter-se tornado tendencialmente menos transparente no que se refere à aplicação destas regras. [...] No entanto, a persistência de uma grafia conservadora não deve enganar-nos. Quando Fernão de Oliveira fala dos plurais de lexemas de singular em *-l* (cap. XLV), diz: «Dey a estes nomes no plural estes ditongos .ay. e .oy. cõ .i. e não .e. porque as minhas orelhas assi o julgão.» Era hábito, portanto, grafar os ditongos com <*e*>. É este um bom exemplo de como as grafias podem manter uma tradição que deixou de corresponder à realidade oral. (Cardeira 2005:246)

Voltando ao nosso *corpus*: tal testemunho tão incisivo de ditongação no Sueste da Beira para o primeiro quartel do séc. XIV parece, na sequência do que já foi visto, pôr essa região à frente pelo menos da maior parte da produção escrita de então. É verdade,

no entanto, que este fenómeno ainda necessita de mais estudo para a primeira metade do séc. XIV.

Para as palavras com *-el* no singular, as grafias não patenteiam ditongação, apenas a conservação do hiato: para além de “ssemelhauées” no texto 60 (A. Clemente, 1333), temos o tipo *mouees* nos 60 (2x), 66 (A. Clemente, 1338), 71 (2x; id., 1351), 77 (id., 1363) e 81 (G. Esteves, 1351). Sendo possível que houvesse a ditongação na oralidade — seguindo idêntico processo nos plurais de *-al* e apresentando a grafia o carácter conservador já visto —, não a temos de julgar necessária, pois, como ficou dito no início deste §, a ditongação nesse contexto tem sido registada mais tardiamente. Para *-el* paroxítono (o que está em causa nos casos do nosso *corpus*), Cardeira 2005:221-246 (esp. 245) só a regista na primeira metade do séc. XV.

2] Há dados a comentar ainda acerca dos (hoje) ditongos nasais, embora aqui o quadro seja mais complexo.

a) Veremos primeiramente *õe*.

Quando derivado de *-UDINE*, dispomos do actual ‘firmidão’ (< *FIRMITUDINE*-, arc. *firmidõe* / *firmidom*⁶⁹⁴), nas seguintes formas que para aqui são relevantes: 1) Nos textos de A. Domingues, há 15 vezes o tipo *firmidoe* / *firmidóé* (de 1328 a 1350, do texto 40 ao 54), nunca se verificando, portanto, representação explícita da nasalidade; as plicas, que apesar de representarem originalmente uma pronúncia hiática de duas vogais (i.e. em sílabas diferentes) podem também, na época dos casos citados, representar a nasalidade, só não surgem em dois casos (docs. 42 e 49, respectivamente 1329 e 1339). 2) Em M. Jordão (doc. 79, 1333), “ffirmidoen”, que atesta a ditongação (pois a indicação de nasalidade no final, e não na nasal etimológica, assim o demonstra). Essa atestação de ditongação, para a época de A. Domingues, ajuda a ver as plicas do tipo 1 como indicativos de nasalidade, pelo que, também nesse tabelião, se verificaria ditongo. Mesmo que não, teremos sempre aqui, mercê de M. Jordão, o ditongo atestado para o segundo quartel do século XIV.

Quando a derivação é de *-ONE*- (e.g. ‘quinhões’) há, como seria de esperar, mais formas nos textos. Temos apenas um caso de representação explícita de ditongo: “quinhoy” no 94 (1376), do tabelião G. Martins (que, vimos no § anterior, tinha bem representada a ditongação nos plurais de *-al*). Depois desse caso de G. Martins, há “cõdjções” no 99 (A. Anes, 1397); e, para trás, há várias ocorrências de representação com *e*: “quinhõões” no 20 (P. (E)Anes, 1299), “diuissóões” no 24 (id., 1302), “razóes” no 33 (E. Peres, 1312), “possjssóéss” no 53 (A. Domingues, 1349), “doações” no 57 (A. Clemente, 1333), “quinhoes” 2x no 64 (id., 1335), “qinhoes” 2x no 72 (id., 1354), “póóem”⁶⁹⁵ no 75 (id., 1359), “Juridiçóões” 2x no 83 (D. Miguens, 1355), “diuisõões” no 89 (id., 1366⁶⁹⁶).

Os casos de vogal dupla não etimológica, que começam a surgir na transição do séc. XIII para o XIV, serão, em princípio, testemunhos indirectos de que o hiato já desaparecia, i.e. já passava a ditongo. Com efeito: (i) essas grafias aumentam com o

⁶⁹⁴ Não nos interessa aqui a incorporação das formas derivadas de *-UDINE*, que resultaram em *-õe*, no tipo *-om*, que deriva de *-ONE* e era mais numeroso na língua; para essa questão, ver atrás 1.7, §3.

⁶⁹⁵ De **PONENT*, por *PONUNT* (de *PONĒRE*): Williams 1938 (1961:179-180).

⁶⁹⁶ Neste tabelião, encontram-se ainda dois casos em que nem o *e* etimológico nem a posterior semivogal estão representados: “Tabelyõs” (83, 1355) e “quinhos” (87, 1363). São casos que remetem para outro fenómeno, tal como está tratado no §4 do sub-capítulo 1.7 atrás.

passar do tempo, até alturas muito próximas do caso com grafia explícita de ditongo registado em G. Martins; e (ii) vimos no § anterior, ao tratar os plurais de palavras em *-l* no singular, grafias do mesmo tipo claramente filiadas na época de ditongo (a começar por A. Clemente, o tabelião que primeiro atesta o ditongo explicitamente para esse fenómeno). Ou seja, grafias do mesmo tipo das que vemos agora para *õe* e que, num fenómeno plenamente relacionável — a ditongação nos plurais de *-l* —, nós sabemos, com a ajuda das grafias explícitas que se registam a seu par, patentearmos uma desconexão entre o sistema do escriba — que já não tem hiato — e o sistema antigo — que tem hiato mas que o escriba (já) não sabe concretizar em grafia ⁶⁹⁷. Quanto à possibilidade de *e* grafar a semivogal, não necessitamos acrescentar nada ao que ficou dito, com a ajuda de Cardeira 2005, no § anterior.

Testemunho indirecto de ditongo nasal pode também ser o citado “possjssóess” de A. Domingues, com plicas sobre *o* e *e*: tenha-se presente o que se disse a respeito desse tipo de grafias ao tratar os derivados de *-UDINE* no início desta alínea.

Referência ainda para “ssimoez” (V. Domingues, 1366), de *SIMON* + o patronímico *-ICI*. Voltaremos a este patronímico a seguir.

b) Bastante complexo é o estudo de *ãe*, pois todos os exemplos de que podemos dispor se prendem com o patronímico etimológico *-ICI* (segundo Vasconcelos 1928c:123, “pelo menos, em certos casos”, o primeiro *i* era breve; cf. a respeito deste patronímico em termos gerais, para começar, Vasconcelos 1928c:112ss.). Esse patronímico deu, na primeira época da língua, várias formas: (citando Vasconcelos 1928c:112) “*-ici*, *-izi*, *-iz* (= *-INZ*, *-ins*), *-ez*, *-es*”, sendo as formas com consoante final as típicas do português da fase escrita (ou seja, do séc. XIII em diante). A variação *-iz* / *-ez* era frequentíssima nos sécs. XIII-XIV, sendo a primeira variante de timbre arcaizante, por oposição à segunda (hoje escrita *es*, e.g. ‘Simões’, ‘Gomes’), que vingou no XIV ou no XV.

Por isto, é muito difícil — se possível — aferir, para certo período, se, numa forma como *Estevãiz* (patronímico de *Stevam*), temos aí já a ditongação. Todavia, em certos casos, o perfil do autor do texto em relação a fenómenos diferentes mas relacionáveis, e a grafia do referido patronímico, pode dar lições importantes.

Dessa forma, vamos ver o que é possível inferir dos textos a respeito deste ponto. Como fenómeno relacionável que é, veremos incluído nesta alínea o segmento *-ae-* / *-ai-*, oral, também em patronímico (e.g. *Paez* / *Paaiz*, patronímico de *Paaio* < *PELAGIU*). Os casos relevantes são: ⁶⁹⁸

Tabelião	Com vogal <i>e</i>	Com vogal <i>i</i>
D. Viegas (SVB)	“ <u>pááez</u> ” 2x (texto 1, 1274)	“steuaiz”, “ <u>pááiz</u> ” 2x (texto 1, 1274)
P. Moniz (SVB)	“ <u>paez</u> ” (4, 1287)	“steuaíz” (6, 1292)
P. E(A)nes	“ <u>paez</u> ” 2x, “esteuae” (8, 1293);	“sauaschayz” (8, 1293); “esteuaiz”

⁶⁹⁷ Daí também a alternância entre as grafias *-aes*, *-aes*, *-ais* (cf. o § anterior, tabela aí apresentada). Refira-se ainda que esse tipo de grafias, com vogal dupla não etimológica em segmento que ditongou na língua, surge amiúde nos textos do período arcaico (sobretudo com o avançar do séc. XIV), e já vários AA. o têm visto como atestações implícitas do desaparecimento do hiato; cf. e.g. Maia 1986 (1997:592&606-607), Cardeira / Fernandes 1997:58.

⁶⁹⁸ Para facilidade de interpretação, os casos que não remetem para nasalidade etimológica ficam sublinhados; e.g. “pááiz” vs. “sauaschays” (patronímico de *Savaschão* = ‘Sebastião’).

(SVB)	“esteuaez” (9, 1293); “esteuaez” 2x (10, 1293); “ <u>paez</u> ” (11, 1294); “ <u>paez</u> ” (13, 1297); “esteuaez” (14, 1297); “esteuaez” (15, 1298); “esteuaez” (16, 1298); “sauaschaez”, “esteuaez” (17, 1298); “ <u>paez</u> ” (21, 1299); “esteuaez” 2x (22, 1299); “ <u>paez</u> ” 3x (23, 1301)	(14, 1297)
F. Soares (SVB)	“ssauaschaez” (35, 1319); “duraééz” (36, 1320)	—
A. Domingues (SVB)	“ssauaschães” (39, 1327); “ssauasschãães” (41, 1328); “ <u>paééz</u> ” (45, 1334); “ <u>páéz</u> ” (46, 1335); “ <u>paes</u> ” (47, 1335); “ <u>paééz</u> ” (51, 1342); “cljsstouáéz” (53, 1349); “ <u>páéz</u> ” (54, 1350)	—
P. Gonçalves (Pr)	“sauastãez” (55, 1331)	—
A. Clemente (SVB)	“vyuiááez” 2x, “ssauaschááez”, “ <u>paez</u> ” (56, 1332); “ssauaschããez” 3x (57, 1333); “ssauaschááez” (59, 1333); “ssauaschááez” (60, 1333); “ssauaschããez” (61, 1333)	“ssauaschaayz”, “ssauaschaajz” (56, 1332); “ssauaschááiz” 2x, “ssauaschaaiiz” (60, 1333); “ssauaschãiz” (61, 1333); “ <u>pááiz</u> ” 2x (64, 1335); “durããiz” (65, 1336); “ssauasthaiz” (67, 1342); “ssauasthaayz”, “sauasthããiz”, “sauastha ⁶⁹⁹ ááy” (70, 1348); “ <u>paiiz</u> ” (71, 1351); “uyuiááiz” (77, 1363)
M. Jordão (CB)	“sauaschaaes” (79, 1333)	—
M. Anes (CN)	“sauaschaaes” (80, 1342)	—
G. Esteves (CB)	“sauestããez” (81, 1351)	—
D. Miguens (SVB)	“ssauastããez” (83, 1355); “sauastaaez”, “sauastááez” (87, 1363)	—
V. Clemente (CB)	—	“durãjz” (97, 1386)

Para podermos interpretar estes dados é necessário ver qual seria o perfil dos tabeliões em relação à grafia do patronímico *-iz/-ez* (*-is*, *-ez*). É o que se apresenta agora, conquanto sob a forma de uma estatística elementar: não tem em conta a repetição de uma mesma palavra, os desenvolvimentos de abreviaturas, etc.. Mas permite-nos ver o que para aqui nos interessa.

⁶⁹⁹ Buraco no pergaminho, que, pela forma como a palavra foi escrita, se vê ser anterior à feitura do instrumento.

Tabelião	Grafias							
	Tipo -iz ⁷⁰⁰				Tipo -ez			
	Depois de vogal		Depois de consoante		Depois de vogal		Depois de consoante	
	Valor absoluto ⁷⁰¹	Valor percentual ⁷⁰²	Valor absoluto	Valor percentual	Valor absoluto	Valor percentual	Valor absoluto	Valor percentual
D. Viegas (SVB)	4 (1274)	30,77	6 (1274)	46,15	2 (1274)	15,38	1 (1274)	7,69
J. Domingues (CN)	—	—	2 (1283)	100	—	—	—	—
P. Moniz (SVB)	1 (1292)	2,94	15 (1285-1292)	44,12	2 (1287, 1290)	5,88	16 (1285-1292)	47,06
P. (E)Anes (SVB)	2 (1293, 1297)	2,33	64 (1293-1304)	74,42	19 (1293-1301)	22,09	1 (1304)	1,16
E. Peres (SVB)	12 (1306-1312)	22,64	22 (1306-1312)	41,51	1 (1311)	1,89	18 (1306-1312)	33,96
F. Soares (SVB)	—	—	29 (1317-1325)	76,32	8 (1319-1325)	21,05	1 (1319)	2,63
A. Domingues (SVB)	—	—	45 (1327-1350)	75	14 (1327-1350)	23,33	1 (1350)	1,67
P. Gonçalves (Pr)	—	—	3 (1331)	42,86	1 (1331)	14,29	3 (1331)	42,86
A. Clemente (SVB)	15 (1332-1363)	8,82	79 (1332-1363)	46,47	23 (1332-1363)	13,53	53 (1333-1363)	31,18
M. Jordão (CB)	—	—	1 (1333)	33,33	—	—	2 (1333)	66,67
M. Anes (CN)	—	—	3 (1342)	42,86	4 (1342)	57,14	—	—
G. Esteves (CB)	—	—	4 (1351-1358)	18,18	6 (1351-1358)	27,27	12 (1351-1358)	54,55
D. Miguens (SVB)	—	—	32 (1355-1368)	49,23	25 (1355-1368)	38,46	8 (1355-1366)	12,31
A. Peres (CN)	—	—	2 (1359)	66,67	—	—	1 (1359)	33,33
V. Domingues	—	—	3 (1366)	75	1 (1366)	25	—	—

⁷⁰⁰ O caso ‘Martins’ não é contabilizado, devido à sua evolução específica: a crase do *i* de ‘Martim’ com o *i* do sufixo. É nome muito frequente no *corpus*, em toda a sua extensão diacrónica, tal como na época em geral. — Igualmente não é contabilizado o caso ‘Moniz’, patronímico de MUNNIU (MONNIU), que aparece desde sempre na língua com apenas uma vogal na sílaba final (cf. Machado 1993, s.v.) e remete para uma crase entre a tónica e a vogal do sufixo. Apenas há sete casos desse nome no *corpus*: seis correspondentes aos textos do tabelião Pedro Moniz (3-7, de 1285 a 1292), ou seja, à enunciação do seu nome, e sempre com as formas “moníz” ou “moniz”; e um no texto 28 (E. Peres, 1308) (que, aparecendo no contexto “casas que fforõ de Pedro moníz” (em S. Vicente da Beira), faz admitir como provável que seja o mesmo Pedro Moniz quem está em causa (o qual tinha sido tabelião de S. Vicente da Beira)).

⁷⁰¹ Entre parênteses, surgem as datações dos exemplos.

⁷⁰² Os valores percentuais referem-se, naturalmente, ao número de casos que se encontram nos textos de cada tabelião, e não a outros números.

(SVB)								
G. Martins (SVB)	—	—	4 (1376)	36,36	—	—	7 (1376)	63,63
J. (E)Anes (SVB)	—	—	1 (1377)	12,5	1 (1377)	12,5	6 (1377)	75
V. Clemente (CB)	1 (1386)	5,56	5 (1386)	27,78	—	—	12 (1386)	66,67
A. Anes (CB)	—	—	6 (1397)	66,67	—	—	3 (1397)	33,33

Conjugando os dados das duas tabelas com o que vimos no §1 (sobre os plurais de formas em *-l* no singular, fenómeno relacionável), o tabelião A. Clemente aparece-nos como um ponto de destaque. Isto porque: (i) os doze casos de *-iz* depois de vogal no tabelião E. Peres dizem todos respeito à forma “steuijz” / “steuíjz” (por isso, ou seja, por não respeitarem a possível ditongação, não foram colocados na primeira tabela); (ii) depois desse tabelião, é A. Clemente o que apresenta o maior número de formas de *-iz* depois de vogal, com boa variedade de palavras e, inclusive, com variação entre *-iz* e *-ez* na mesma palavra (como se pôde ver na primeira tabela); (iii) lembrando que vimos na alínea anterior, para a época de A. Clemente, evidências de ditongação em *õe* e que foi em A. Clemente que vimos primeiramente a representação explícita e regular de ditongação nos lexemas de singular em *-l* (cf. o § anterior), apresenta-se mais do que provável termos neste tabelião evidências da ditongação nestas formas com patronímico.

E antes de A. Clemente: podem os casos de *-iz* que vimos na primeira tabela atestar já o processo da ditongação? Ou apenas a mera adjunção desse sufixo a uma vogal (como poderia perfeitamente ser a uma consoante)?

É virtualmente impossível responder de forma satisfatória a essa questão, pois os exemplos de possível ditongação antes de A. Clemente remetem para o séc. XIII, época em que a variante *-iz* ainda tinha grande vitalidade — seria mesmo a dominante. Com efeito, o que o *corpus* nos dá a entender, numa abordagem não só quantitativa (a que temos na tabela anterior) como ainda qualitativa, é que, até A. Clemente, *-iz* era favorecido depois de consoante, ao passo que, depois de vogal, *-ez* já era uma alternativa muito válida; depois de A. Clemente, como a estatística da tabela apenas em parte deixa ver, *-ez* ganha força a seguir a consoante e passa a ser o principal recurso nesse contexto: as ocorrências de *-iz* depois de consoante ficam muito restritas a casos como “*doiz*” → “*dominguiz*”, “*roiz*” → “*rodriguiz*”, em que o *i* do sufixo não é absolutamente transparente, ao passo que *-ez* adquire polivalência e deixa de ficar dependente do caso “*pez*” (com traço cortando o “*p*”) → “*perez*”.⁷⁰³

⁷⁰³ Que sirvam de exemplos destas dependências: (i) Nos textos de P. Moniz (séc. XIII), todas as 16 ocorrências de *-ez* depois de consoante (que perfazem 47,06% do total) se prendem com o caso *perez*; as 15, no mesmo contexto, de *-iz* (44,12%) apresentam polivalência e indicam que era distintamente esse o sufixo privilegiado. (ii) No sentido contrário: nos textos de D. Miguens (posterior a A. Clemente), dos 32 casos de *-iz* depois de consoante (49,23%), 20 respeitam a “*dom̃giz*” (como se vê pelo itálico, trata-se de um desenvolvimento do tipo do acima referido) e os restantes 12 a “*periz*” ou “*Periz*” (em que o facto de ‘Peres’ vir agora com *-iz* talvez seja significativo); ao passo que os 8 de *-ez* (apenas 12,31%) são muito variados (e nem colocam problemas de desenvolvimentos): “*ssoarez*”, “*Rodriguez*” 2x, “*gomez*”, “*gonçaluez*”, “*uasqez*”, “*mẽẽdez*”, “*fernandez*”.

A variante *-iz* era assim, nos finais do séc. XIII, uma entidade plenamente autónoma; podia perfeitamente surgir posposta a uma vogal sem qualquer regra de ditongação em causa.

Por outro lado, já há no final do séc. XIII, e continua a haver até A. Clemente, a par dos exemplos de *ai* propriamente dito, grafias com uma das vogais do hiato originário — quer *a/ã* quer *e* — duplicada contra a etimologia: “sauaschaaez” (P. (E)Anes, 17, 1298), “duraééz” (F. Soares, 36, 1320), “ssauasschãães” (A. Domingues, 41, 1328), “paééz” (id., 45, 1334; 51, 1342).

Estes casos podem representar apenas confusão decorrente do processo de craseamento dos hiatos, fenómeno que já se verificava no séc. XIII (cf. a esse respeito **1.9.1**), como, de resto, a primeira tabela desta alínea deixa ver; cf. e.g. “paez” < *Paaez* várias vezes em P. (E)Anes. Assim se leria, p. ex., “paééz” em A. Domingues — em que o autor saberia que havia uma vogal dupla etimológica, mas não qual. Casos que não tinham vogal dupla etimológica (como “sauaschaaez” < *Sebastiãez*, patronímico de ‘Sebastião’) poderiam vir por influxo.

Mas a verdade é que este tipo de grafia se intensificará com o andar do tempo (inclusive em A. Clemente), tal como se verifica com outros ditongos, e, no seguimento do que verificámos para ditongos inteiramente relacionáveis na alínea anterior e no § anterior (e do que verificaremos na alínea c), poderemos interpretá-lo como uma atestação indirecta de que o hiato etimológico já desaparecia, em direcção à pronúncia ditongada, na língua oral.

Temos aqui, necessariamente, incertezas procedentes mas, pelo menos no ditongo nasal — cuja pronúncia não poderia ser confundida com a do oral —, a hipótese de relação com outros ditongos surge-nos imediatamente como a mais acertada; dificilmente se veria aqui uma ilha em relação aos outros casos. Dessa forma, será significativo que, depois de A. Clemente, as grafias com geminação não etimológica se verifiquem praticamente na exclusividade; há apenas a excepção “durâjz” no ante-penúltimo texto do *corpus* (como podemos ver na primeira tabela acima), que, para todos os efeitos, tem *-iz* depois de vogal numa época em que *-ez* já era o principal patronímico (ou seja, é possível que surgisse por influxo da ditongação ⁷⁰⁴).

O segmento oral (i.e. *ae*) é mais problemático porque os dados são escassos: só temos putativas atestações de ditongação no nome *Paaez*, que tem vogal geminada etimológica (logo, é um item sujeito a especiais confusões por influxo da regra de craseamento). O problema coloca-se apenas em dois casos, ambos do tabelião A. Domingues, que, como vimos em **1.9.1**, já se insere plenamente na época de craseamento dos hiatos mas apresenta ainda níveis muito elevados de conservação dos mesmos. Não obstante, já se verifica nele crase em *Paaez* (cf. a primeira tabela), pelo que os citados dois casos podem facilmente ser apenas confusão.

É claro por outro lado que, dada a época em que se verificam esses casos (segundo quartel do séc. XIV, a época da produção escrita de A. Domingues), é naturalmente possível, pelo que vemos em fenómenos relacionáveis (os plurais de lexemas em *-l*, que vimos no § anterior, e o que se trata neste §), assim como no que estamos a tratar (pelas atestações de A. Clemente), que os mesmos casos possam representar a ditongação. Verdade é que não podemos ter, por um lado ou por outro, uma perspectiva segura.

⁷⁰⁴ Olhando para a segunda tabela atrás, e apercebendo-nos do perfil do tabelião em causa (V. Clemente, com a sua produção escrita localizada em 1386), é essa a ideia que fica. Mas a verdade é que o caso surge, no texto, imediatamente depois de outro patronímico com *-iz*: “... *testemunhas* Gil **vaasqujz** *E* afomso **durâjz** comêdador do Rodam *E* ...”. O sufixo surge, no primeiro patronímico, depois de consoante, mas poderia perfeitamente exercer influência sobre o patronímico que se seguiu; o caso é, assim, de dúvida.

Em todo o caso, teremos — mais uma vez — a ditongação de *ãe* e *ae* como fenómeno corrente na língua já no primeiro quartel do séc. XIV (mercê dos dados de A. Clemente). É óbvio que não podemos excluir a alternância, durante algum período, entre realizações hiáticas e realizações ditongadas (que dialectos conservadores granjeassem conservar o sistema antigo durante certo tempo, e que isso chegasse à escrita, seria algo perfeitamente normal); mas a língua já não era a mesma.

A opacidade da ortografia depois disso — leia-se a sistemática grafia de *e* onde poderia estar a glide, que é, inclusive, a norma que hoje utilizamos — não nos deve surpreender, na sequência do que foi referido sobre esta questão no final do §1. A tradição etimológica pesa sempre muito na língua escrita.

c) Por último, ver-se-á o segmento *ão*, em que mais uma vez não dispomos de um quadro transparente. De facto, podemos encontrar vários tipos de grafias para esse segmento, que surge sempre na terminação tónica -ANU; não se nota nenhum caso, contudo, de grafia com *u* final — ou seja, não se nota nenhum exemplar explícito de ditongação. Sistematizaremos as grafias na seguinte tabela:⁷⁰⁵

Tabelião	Grafias etimológicas: <ão> (, <ao>, <áo>)	Grafias não etimológicas	
		Com duplicação da vogal tónica: <ãão> (, <aa>, <áo>)	Com duplicação da vogal final: <ão> (, <ao>, <áo>)
D. Viegas (SVB)	2 (1274)	—	—
J. Domingues (CN)	1 (1283)	—	—
P. Moniz (SVB)	8 (1285-1292)	—	—
P. (E)Anes (SVB)	6 (1296-1302)	8 (1293-1299)	—
E. Peres (SVB)	—	13 (1306-1312)	—
F. Soares (SVB)	2 (1317,1319)	1 (1319)	1 (1319)
A. Domingues (SVB)	9 (1328-1350)	—	—
P. Gonçalves (Pr)	—	1 (1331)	—
A. Clemente (SVB)	—	36 (1332-1363)	—
M. Jordão (CB)	—	1 (1333)	—
G. Esteves (CB)	—	1 (1351)	—
D. Miguens (SVB)	—	9 (1355-1368)	—
J. (E)Anes (SVB)	—	1 (1377)	—
V. Clemente (CB)	—	—	7 (1386)
A. Anes (CB)	3 (1397)	—	—

É difícil que as grafias não etimológicas, que se incrementam com o andar do tempo, não representem indirectamente a resolução do hiato etimológico, i.e. a contracção de duas sílabas numa só por meio da ditongação; a duplicação de uma das vogais seria uma

⁷⁰⁵ Considero tanto os casos de singular como os de plural.

tentativa artificial, ou hiper-correcta, de alegar um hiato.⁷⁰⁶ Tal conclusão justifica-se por si própria, mas sai fortalecida pelo que vimos nas alíneas anteriores e no §1, em fenómenos que se têm de relacionar.

3] Os dados apontam portanto para que as ditongações, em termos genéricos, se tenham estabilizado, ao menos em linguagens não arcaizantes / conservadoras, no decurso do séc. XIV, provavelmente já na primeira metade (e podendo o processo vir, pelo menos em certos casos, do séc. XIII).

1.9.3. *Epênteses*

1] Trataremos primeiro da epêntese de semivogal palatal, que se deu nos grupos tónicos *eo* e *ea*; e.g. CREDO > *creo* > *creio*, CENA > *cẽa* > *cea* > *ceia*, etc..⁷⁰⁷ É este um fenómeno, como vimos na nota introdutória de 1.9 (cf. também Cardeira 2005:102-103, que inclui referências a outros estudos), a que tem sido atribuída uma sincronia já inserida no final, ou fora mesmo, do período arcaico propriamente dito: tradicionalmente, aponta-se o séc. XVI como o marco inicial do fenómeno.

Mas, como também vimos, certa passagem da Gramática de Fernão de Oliveira, que Cardeira cita, parece apontar para um desenvolvimento mais antigo do fenómeno. E os dados que a A. recolhe, ao tratar o fenómeno para o português médio (Cardeira 2005:101-112), mostram que ele ocorre desde mais cedo do que tem sido notado; como a própria refere na síntese dos mesmos:

Em resumo: a inserção de glide anti-hiática regista-se desde o último quartel do século XIV. A grafia não acompanha, contudo, a resolução do hiato; tanto em cartas régias como em documentos notariais (da região norte ou sul) e em textos de cariz literário, a grafia tradicional <eo, ea> tende a conservar-se. Quer isto dizer que ou as formas hiáticas continuaram, durante o século XV e ainda no século seguinte, a alternar com as formas tritongadas, ou se trata, aqui, de um caso de enquistamento de uma grafia que, apesar de não corresponder à realização oral, criou fortes raízes na tradição escrita. Mas, mesmo que até 1500 as formas hiáticas se revelem, na documentação observada, quase uma constante, é importante realçar que o tritongo se regista desde os finais do século XIV. Esta observação contraria a afirmação de Teyssier (1982:45) de que o iode surge «esporadicamente desde o século XVI». (Cardeira 2005:109-110)

A A. continua, salientando uma provável filiação geográfica do traço:

Note-se que as formas tritongadas aqui atestadas ocorrem exclusivamente em textos provenientes do sul de Portugal: será esta uma inovação de origem meridional com dificuldade de penetração na língua da corte e no *português comum*? Uma vez que estas formas não ocorrem com muita frequência na documentação, será desejável que um estudo alicerçado num *corpus* substancialmente mais vasto do que o agora seleccionado venha responder a estas questões. Limito-me, aqui, a levantar a hipótese, com base nos dados que

⁷⁰⁶ Maia 1986 (1997:592) pensa o mesmo acerca de casos idênticos que regista no seu *corpus*.

⁷⁰⁷ Quando átonos, os grupos tiveram evolução diferente: o *e* subiu e passou a [i] ou [j]; e.g. CENARE > *cẽar* > *cear* > *c[i/j]ar*.

recolhi, de que a resolução deste tipo de hiato tenha sido bastante mais precoce do que poderíamos supor.

E os nossos dados? Por falta de filiação com o Sul — sempre interessante — ou não, o facto é que, no nosso *corpus*, o fenómeno não se evidencia nas grafias, i. é, apesar de uma ou outra questão, que veremos a seguir, não há atestações inequívocas de inserção de iode; isto apesar dos mais de 50 casos em que poderia ficar abonado.

Dispomos dos seguintes casos, para os textos dos seguintes tabeliões:

Tabelião	Representações com o hiato etimológico
Pedro E(A)nes (SVB)	Texto 9 (1293), “tereo”, “tereo”, “tereo”, “ereos”, “tereo”; 17 (1298), “Tereo”, “Tereo”; 22 (1299), “sea”; 23 (1301), “pea”, “ereos”; 24 (1302), “ereos”, “tereo”, “tereo”
Estêvão Peres (SVB)	33 (1312), “pea”
Francisco Soares (SVB)	35 (1319), “ereoss”; 36 (1320), “ereos”
Afonso Domingues (SVB)	42 (1329), “eréós”; 49 (1339), “eréós”; 51 (1342), “eréóss”, “eréóss”, “eréóss”; 52 (1343), “eréóss”, “eréós”; 53 (1349), “eRéós”, “eréós”
Antoninho Clemente (SVB)	57 (1333), “pea”, “pea”; 60 (1333), “ueo”, “pea”, “pea”, “pea”, “pea”; 61 (1333), “cãdea”, “cãdea”; 70 (1348), “pea”; 71, “pea”; 77 (1363), “cãdea”, “cãdea”, “cãdea”
Martim Anes (CN)	80 (1342), “pea”, “pea”
Domingos Miguens (SVB)	88 (1363), “fééo”
João E(A)nes (SVB)	96 (1377), “Colmea”, “Centeo”, “cãdea”, “Colmea”, “Cãdea”, “Çenteo”, “pea”
Vasco Clemente (CB)	97 (1386), “Ereos”
Afonso Anes (CB)	99 (1397), “cãdea”, “cãdea”, “Çenteo”

Como se vê, são bastantes, e registadas até tarde, as hipóteses de ocorrência do fenómeno.

Não foi incluído nesses dados o caso ‘meio’, que pode aparecer, no nosso *corpus* e no port. antigo em geral, como *meo* ou *meio*; o seu étimo é MĚDIŮ-, o que torna a semivogal etimológica, e formas com o tritongo estão registadas desde sempre. E. Cardeira é da mesma opinião, e trata assim esse caso para o seu *corpus*:

Williams (1986: §89.5.A) afirma que em algumas poucas palavras «*d* mais iode se tornaram *i* [j]» e exemplifica precisamente com MĚDIŮ- > *meio*; mas Nunes (1989: 102 e 145) entende que -*d*- foi tratado, neste caso, como intervocálico. O que é certo é que as variantes *meo*, *meio* teriam, a julgar pelas atestações, alternado desde cedo: tanto A. G. Cunha (1987, s. v. *medio*) como Machado (1995, s. v. *meia* e *meio*) encontram *meio*, *meyo*, *meo* desde o século XIII. As duas variantes resultariam, assim, de diferentes tratamentos do étimo, uma conservando o iode, a outra perdendo-o por um processo assimilatório, mas reinserindo-o, mais tarde, para desfazer o hiato assim criado. Significa isto que quando nos encontramos perante as formas *meio*, *a*, *meya* do *Livro da Cartuxa* não podemos, com certeza, decidir se elas são a antiga variante que conservou a semivogal ou já a resolução de um hiato.

O mesmo se aplica à variação *meo/ meio* de outros textos, como os *Documentos Históricos da Cidade de Évora* (1355-1470): a variante que representa o hiato regista-se, nestes *Documentos*, entre 1361 e 1421, enquanto *meio*, *meyo* ocorrem em 1449 e 1470. No *Livro Verde da Universidade de Coimbra* *meo* surge em 1397 e 1416 e *meio* em 1420 e 1442 (e *permejo* em 1398). Não se regista alternância das duas formas no mesmo documento, apesar de ambas poderem ocorrer, como se vê, sensivelmente na mesma época. Verifica-se também ausência de alternância das duas formas nos *Documentos da região de Lisboa*: enquanto *meio* ocorre entre 1357 e 1447, *meo*, com apenas 3 ocorrências, só surge num documento de 1472. Nos *Documentos do Noroeste*, *meio* ocorre desde 1353 até 1458, e *meo* entre 1406 e 1480; mas a variação nunca se regista num mesmo documento. O facto de as variantes nunca ocorrerem no mesmo documento parece indiciar uma variação que permite escolhas individuais. Nas cartas de *Capítulos de Cortes* analisadas também encontro *meo* (2 ocorrências, em 1427), *mea* (2, em 1448) e *meyo* (1, em 1436), *meio* (1, em 1444). Também na amostra observada no texto *Vida e feitos de Júlio César* se regista a variação *meo ~ meio*, embora a semivogal anti-hiática não ocorra em nenhuma outra forma

708

Parece plausível admitir que as duas variantes — com ou sem semivogal — tenham ocorrido na língua desde o século XIII e que quando este tipo de hiatos aceitou a inserção do iode a grafia em que ele estava já representado tenha tendido a generalizar-se. Contudo, como é também aceitável que o iode estivesse já presente, no século XV, na oralidade, em formas que conservam a antiga grafia <eo>, é possível que nessa época a forma gráfica <meo> correspondesse já a realização de um tritongo. (Cardeira 2005:104-105)

Antes de vermos os resultados do nosso *corpus* para ‘meio’, relacionamo-lo com palavras correlatas em que, posto que o *e* seja átono, podemos ver dados que interessem: refiro-me, particularmente, a ‘mear’ (< MEDĪARE ou já de *meio*) e aos correspondentes antigos de ‘metade’ (< MEDIETATE-), i.e. *meiatade*, etc.; tudo isto está abonado com tritongo desde os primórdios da língua. Esperança Cardeira trata os dois casos também para o seu *corpus*, sistematizando as etimologias; para o primeiro, após notar a “variação *meado ~ meyado*” para os documentos notariais que estuda (parte de Martins 2001, cf. p. 76), refere (também a p. 105):

Mear deriva ou de MEDĪARE, ou já do português *meio / meo*. Assim, tal como teria existido a variação *meo ~ meio*, existiria também uma variação *mear ~ meiar*, resolvendo-se o hiato, na primeira forma, por semivocalização do /e/ átono. Machado (1995, s. v. *meado*) regista, em 1130 a forma *meyadum*. Nos *Documentos da região de Lisboa* *meyado* surge em 1357 e 1381; a partir de 1414 só ocorre *meado*, o que poderá indiciar uma escolha da forma com semivocalização.

Para o segundo caso, escreve (p. 107):

Ocorre, ainda, nas *Actas [das Vereações de Loulé]*, outro dos sub-corpus não literários que a A. trata, a forma *meatade*, que regista 7 ocorrências. Nunes (1989: 216 n. 2) refere as formas *meiadade* (< MEDIETATE-), *meetade* (< *MEITADE < ME(D)I(E)TATE-, com o ditongo a impedir o abrandamento do -t- intervocálico) e *meiatade* (resultante da influência de *meitade* em *meiadade*). J. P. Machado (1995, s. v. *metade*) acrescenta a estas ainda outras variantes: *mediadade* (a forma mais antiga, atestada em 978), *meadade*, *meyadade*, *meyedade*. Em sua opinião, do étimo MEDIETATE- formaram-se duas séries de vocábulos, uma com o normal abrandamento da oclusiva intervocálica, e outra, de que metade é

⁷⁰⁸ “Recolhi um total de 14 formas hiáticas da flexão nominal ou verbal; a acrescentar a estas, regista-se a variação *meo,a* (5) ~ *meio,a* (3).”

representante, em que -t- sofreu tratamento semiculto «devido ao seu emprego frequente em documentos tabeliônicos».

Se no *Livro da Cartuxa*, nas *Actas das Vereações de Loulé*, nos *Documentos do Noroeste* e nas *Vidas de Santos* a variante *meatade* é a única representada, já no *Livro Verde metade* é a forma exclusiva, entre 1379 e 1443 (7 ocorrências), pelo menos nas cópias dos documentos, já que num original de uma carta de doação do Infante D. Henrique, de 1431, também editado por Madahil, a uma forma *metade* da cópia corresponde *meetade*. Por outro lado, nos *Documentos Históricos da Cidade de Évora metade* (9), *meetade* (5) alternam com *meyadade* (1); esta última ocorre apenas em documento de 1376, enquanto as outras duas surgem entre 1436 e 1470. Nos *Documentos da região de Lisboa* alternam as formas *meatade* (13, em 1385, 1391, 1412 e 1422) ~ *meadade* (1, em 1367) ~ *meyatade* (3, em 1381) ~ *meetade* (8, em 1414 e 1447) e *matade* (2, em 1383). Se as variantes não alternam no mesmo documento, parecendo resultar a escolha de uma preferência do escrevente, alternam em documentos diferentes da mesma época; no entanto, à medida que nos aproximamos do final da primeira metade do século XV, a forma *meetade* parece ganhar terreno. Também nas cartas régias dos *Capítulos de Cortes* se registam as variantes *meetade* (2 ocorrências, em 1442), *meijatade* (1, em 1444) e *metade* (4, em 1449).

Para o fenómeno que aqui nos interessa, a presença ou não de glide, teremos que associar estas formas à variação *meo/ meio*: tal como para estas formas, existem atestações das variantes com e sem iode desde o século XIII.

Quanto ao que o *corpus* aqui editado atesta, temos os dados sistematizados na tabela a seguir ⁷⁰⁹, e ainda o caso “meyogoo⁺”, que surge no texto 73 (1354, A. Clemente). É forma, segundo Michaelis 1895:148-150 (que Machado 2003, s.v. «meogo», aproveita), derivada de MEDIŌ LOCULŌ, já havendo atestadas, a partir do séc. XIII, formas com apenas um o no final (a par das com -oo, que se extinguem pela altura em que se dá a crase nos hiatos do tipo), assim como a realização com tritongo (a par da sem tritongo); cf. id., Michaelis e Machado, e ainda Michaelis 1910:244-247. O significado de ‘meogo’ é, fundamentalmente, o mesmo de ‘meio’, substantivo; e o acento está, previsivelmente, no primeiro o.

Tabelião	Casos de ‘meio’	Casos correlatos de ‘meio’	
		‘Mear’	Correspondentes antigos de ‘metade’
Pedro Moniz (SVB)	Texto 5 (1290), “meio”; 6 (1292), “meio”		5 (1285), “meiadade”
Pedro E(A)nes (SVB)	8 (1293), “meyo”; 11 (1294), “Meyo” 2x; 18 (1299), “Meio”; 19 (1299), “meyo”; 22 (1299), “meyo” 2x		
Estêvão Peres (SVB)	26 (1306), “meyo” 2x; 33 (1312), “meyo” 2x, “meio”		29 (1311), “meyadade” 3x; 33 (1312), “meyadade”
Afonso Domingues (SVB)	40 (1328), “meya”; 54 (1350), “mejo”		51 (1342), “ <u>meatade</u> ”; 54

⁷⁰⁹ Os casos sem tritongo ficam sublinhados.

			(1350), “ <u>meatade</u> ” 2x
Antoninho Clemente (SVB)	58 (1333), “mêyo”; 61 (1333), “mêyo”, “mêyos” 2x; 69 (1347), “meya”; 76 (1360), “mêya”; 77 (1363), “mêyo”, “mêyo”	61 (1333), “mêyado”, “meyado”; 77 (1363), “meyado”	69 (1347), “meyatade”; 74 (1354), “mêyatade”
Domingos Miguens (SVB)	87 (1363), “(Per)meyo”		87 (1363), “ <u>meatade</u> ” 3x
João E(A)nes (SVB)	96 (1377), “mejo” ⁺		96 (1377), “mejatade” ⁺ 2x
Vasco Clemente (CB)	98 (1386), “ <u>mea</u> ”		98 (1386), “ <u>meatade</u> ” 3x
Afonso Anes (CB)	99 (1397), “ <u>meo</u> ” 2x	99 (1397), “ <u>meado</u> ” 2x	

É curioso notar que, em *meio*, as formas com hiato só surgem nos últimos textos e em tabeliões de Castelo Branco, atestando o *corpus* claramente, por outro lado, o carácter etimológico do tritongo. Aquela sincronia tardia das formas com hiato leva, naturalmente, a que se coloque a questão de se elas não representam um influxo *negativo* do já decorrente fenómeno da epêntese de iode em *eo,ea*; mas não nos podemos esquecer do que tem sido atestado para a língua — com o hiato a aparecer desde sempre, como vimos. Assim, mais desenvolvimentos a respeito dessa questão só podem ser feitos com o alargar cronológico de um *corpus* do Sueste Beirão.

As formas átonas também podem relativizar aquelas grafias com hiato, pois, aí, o hiato surge mais cedo: “meatade” 3x em textos de A. Domingues. Daí para a frente, vemos alternância entre os dois tipos de solução, mas é claro no *corpus* que a solução com tritongo é a mais arcaica. E, neste tipo de formas, a solução com hiato não aparece apenas em Castelo Branco.

Por último, é de ressaltar que, para uma mesma palavra, não vemos variação tritongo ~ hiato em textos de um mesmo tabelião; isto vai de encontro à ideia de “escolhas individuais” que vimos E. Cardeira referir mais de uma vez. Já a respeito da mesma variação atinente a todas as três palavras (as três colunas da tabela), só a notamos em A. Domingues e D. Miguens.

Pela mesma razão de ‘meio’, não foi incluído nos dados o caso “Correia” (texto 74, A. Clemente, 1354); o étimo é CORRĪGIA-, que dá ao tritongo valor etimológico. Tal como para ‘meio’, estão atestadas desde cedo formas com ou sem tritongo (cf. e.g. Machado 2003, s.v. «correia», Gonçalves / Ramos 1985:329, Houaiss 2001, s.v. «correia»).⁷¹⁰

⁷¹⁰ Esta alternância entre realizações com hiato ou tritongo, em formas que apresentam este último como legítimo ou necessário às leis da evolução da língua, é naturalmente interessante, pois permite levantar questões acerca da origem e evolução do fenómeno da epêntese de iode nos grupos tónicos *eo,ea*. Não é ponto que possamos desenvolver aqui (pois não podemos apresentar um panorama suficientemente abrangente e simultaneamente detalhado), mas não deixamos de dizer que, se o fenómeno tem um aspecto tão fonético — inserção de glide anti-hiática —, pode ter contributos analógicos; nomeadamente, *meo*, *correa* podem sofrer influxo das numerosas formas com *eo,ea* etimológicos e devolver esse influxo, pois o tritongo, nesses primeiros casos, nunca desapareceu (e a primeira palavra é extremamente frequente na

Pegaremos agora num caso que foi registado na primeira tabela: “fééo”, do texto 88 (1363, D. Miguens). Parece estar por ‘feito’ (< FOEDU-), não sendo o hiato, portanto, etimológico.⁷¹¹ Tem sido referida a possibilidade de a grafia <ee>, etimológica ou não, representar um fonético [ej] pois, em fenómenos como o que estamos a ver e na evolução dos plurais de palavras com -l no singular, é observada amiúde, nos textos antigos, alternância entre <ei> (o resultado final) e <ee> (que, sendo o etimológico em muitos casos, noutros não o é); cf. Cardeira 2005:105-6, que, com dados significativos — como a variação *areea* ~ *areia* (< ARĒNA), que apresenta uma cronologia predominantemente avançada —, assim o admite.

No nosso caso, porém, afigura-se muito difícil tal interpretação, pois (i) não temos a mencionada alternância — ou seja, não temos evidências palpáveis da semivogal epentética — e (ii) há mais casos de hiatos de vogais de timbre idêntico não etimológicos em textos de D. Miguens. Com efeito, esse tabelião parece inserir-se já bem na época do craseamento desses hiatos (fenómeno tratado em 1.9.1) — sendo aquele tipo de confusão mais do que natural, como é notado, em geral, nos textos da época.

Relacionam-se com esse caso as formas: “ereeos” (82, G. Esteves, 1358), “Erééos” (87, D. Miguens, 1363), “Erééos” (90, id., 1368), “errééos” (92, V. Domingues, 1366) e “ereeos” (96, J. E(A)nes, 1377); são formas, como se vê pela primeira tabela, que se registam no *corpus* a par de *ereos* — embora não alternem em textos de um mesmo tabelião. O seu significado é basicamente o mesmo de ‘herdeiro’.

Aqui, contudo, não podemos saber se o hiato *ee* é etimológico ou não. Isto porque havia no port. antigo, para além de ‘herdeiro’ (< HEREDITĀRIŪ-), ‘heree’ (< HĒRĒDE-), ambas com o mesmo significado fundamental. A forma *ereeo* (hoje escrita ‘heréu’, cf. Machado 2003, s.v.), que, segundo Corominas 1980-1991, s.v. «heredad», vem para o português do catalão *ereu* (por força do prestígio da tradição notarial catalã), poderia ter sofrido influência, ao entrar na língua, do anterior *ereee*; mesmo que já existisse na língua — opinião perfilhada por Machado, que admite um étimo “**hērēdu-*, em vez de *hērēde-*” —, poderia, aliás, sofrer a mesma influência.

De todo o modo, note-se que o caso *ereeo* é, no *corpus*, já tardio; ou seja, identificável, cronologicamente, com a época do craseamento nos hiatos. E não seria impossível que exercesse influência em “fééo”.

Terminamos a referência ao fenómeno da epêntese de semivogal em *eo,ea* tónicos ressaltando o facto de não registarmos, no *corpus*, atestações explícitas da nasalidade que, em certas palavras com esse grupo, é etimológica (e.g. CENTĒNU- > *centêo* > *centeo* > *centeio*). É um facto interessante, dado que, apesar de se registar desaparecimento dessa nasalidade desde o século XIII, o seu fim definitivo na língua (aparte naturais excepções), com base nos textos que têm sido publicados, só será de situar no século XV ou, quando muito, no final do XIV (cf. Williams 1938 (1961:84) e Cardeira 2005:102 e 107, caso “convêo”, de 1408). No nosso *corpus*, há muitos casos — e registados já no XIII — em que essa nasalidade é etimológica, o que esbate o facto de a representação gráfica da nasalidade, na escrita medieval, não ser sempre concretizada. Tal ausência total de representação explícita da nasalidade dá ao nosso *corpus* um carácter único ou pelo menos destacado.

língua, como os nossos dados exemplificam). Tal fricção, a existir, seria apenas um exemplo de como o *sistema* é decomponível mas cujas partes só fazem sentido — só se realizam — no todo.

⁷¹¹ O contexto completo do caso é: “Pero fééo de Castelbrãqo”, como uma das testemunhas enunciadas no diploma.

2] Passaremos agora às epênteses consonânticas, sobre o que há a considerar, de acordo com o esquema introdutório que se fez no início de 1.9, dois tipos: a de *n* palatal entre vogal palatal e outra vogal, e a de *m*, no grupo *ũa*.

2-1] Vamos ver primeiro o segundo tipo de epêntese, que se restringe no dialecto normativo a ‘uma’ e correlatos (‘alguma’, etc.; cf. Williams 1938 (1961:83), que também cita a forma *luma* = ‘lua’, para certos dialectos portugueses, a partir de outras obras; Houaiss 2001 também regista *luma* para o Brasil).

Como seria de esperar (tendo presente o que se disse no esquema introdutório de 1.9), no *corpus* não encontramos ainda o tipo *uma* (i.e. a epêntese). Dos 110 casos em que ‘uma’ surge no *corpus* — no singular ou no plural, de forma isolada ou em composição (i.e. ‘duma’, ‘alguma’, etc.) —, a sua representação é sempre, com a excepção de três casos, com traço sobreposto (a remeter claramente, portanto, para a nasalidade não consonantal).

Os três casos excepcionais são: “dunha” (texto 4, P. Moniz, 1287), “hua<s>” (39, A. Domingues, 1327) e “dhua” (98, V. Clemente, 1386). Apenas o primeiro, como se vê, pode ter interesse; os outros dois representam apenas *esquecimento* de marcação gráfica da nasalidade, algo que acontece amiúde na escrita medieval⁷¹².

E o caso “dunha” tem, de facto, interesse. Maia 1986 (1997:306,n.3), reportando-se às formas *ũa*, *dũa*, *cũa* = ‘com uma’, *algũnas*, *ũa*, *ũa*, *pãm*, que regista em textos galegos desde o séc. XIII (e estão mencionadas também a p. 306), diz que “estas e outras formas idênticas teriam na língua da época uma pronúncia do tipo [ũɲa], [kũɲa], [dũɲa], que ainda vive no galego actual e na linguagem popular portuguesa de algumas regiões”. Por outro lado, na p. 578 cita as formas *algũnas*, *pẽna*, *perfõnas*, *ũa* e *ũa*, também registadas em textos da Galiza desde o séc. XIII, e refere que as mesmas “parecem dever ser interpretadas como o resultado de uma contaminação dos dois processos gráficos mais frequentes para representar a nasalidade proveniente da síncope de *-n-*, sendo um deles a sua transcrição por um til e outro por *-n-*”. Abaixo na mesma página, a A. cita *affunhado* e *affunhadas* (de AD-SUB-UNARE > arc. *assũar* = ‘reunir’), que encontra em documentos de 1313 do Douro Litoral, como exemplo de algumas formas que registou, no lado português, “em que *n*, representação gráfica da nasalidade da vogal anterior, é seguido de *h*, muito provavelmente indicador de hiato”. Nessas formas, portanto, o <*n*> representaria apenas a nasalidade, do mesmo modo que aconteceria, por defeito, em *personas*, *una*, etc., formas entre muitas outras do tipo que estão, em termos gerais, registadas para os textos antigos galego-portugueses (sobretudo nas fases mais recuadas da língua e, nos textos propriamente portugueses, com menor frequência; cf. a esse respeito, incluindo mais exemplos, Maia 1986 (1997:576-581)). Nas palavras da A.:

[...] parece poder concluir-se que *n*, que surge de modo esporádico nalgumas palavras registadas em textos de Portugal e, de modo mais intenso, em documentos escritos na Galiza, sobretudo nos correspondentes ao período mais antigo, era um signo gráfico para representar a nasalidade da vogal anterior. Durante algum tempo, *-n-* e til foram processos gráficos equivalentes, embora o segundo fosse muito mais frequente que o primeiro. [...]

Suponho, porém, que, ao lado desse valor, o grafema *n* poderia representar também uma consoante nasal alveolar. Isso aconteceria muito particularmente com as formas registadas em textos do século XV e XVI, muito afectados pela influência castelhana; mas

⁷¹² Ou em qualquer outra escrita, como é natural; mas, como se sabe, na escrita medieval era relativamente comum, e em certos casos lexicais por vezes mesmo sistemático, omitir-se a representação gráfica da nasalidade.

é possível que também algumas formas idênticas de textos dos séculos XIII e XIV sejam castelhanismos. De facto, como tive oportunidade de salientar a propósito de outras particularidades de carácter fonético, já desde o século XIII que a influência castelhana se fazia sentir na Galiza [...]. (Maia 1986 (1997:580))

Na p. 612(-613), n.3, quando o assunto volta à liça, a A. retorna ao que tratou na p. 306 e deixa, por assim dizer, a questão final; falando do artido indefinido feminino, refere:

No galego actual assim como na linguagem popular portuguesa de algumas regiões, especialmente do Norte do País, a vogal que precedia *-n-* etimológico é seguida de nasalidade velar: [ũ̃ja]; no português culto, desenvolveu-se, pelo contrário, uma nasal bilabial: *uma*. No período que nos ocupa, a vogal que antecedia *-n-* etimológico era apenas uma vogal nasal ou seria já seguida de nasalidade velar, à semelhança do que acontece no galego actual e na linguagem popular portuguesa? As grafias *niũha* e *niumha* (cf., adiante, p. 614) e *unha*, *unhas* (cf. V. GARCÍA DE DIEGO, *Elementos de gramática histórica gallega*. Burgos, 1909, p. 96 e 106) parecem fazer crer que a nasalidade velar já se havia desenvolvido.

Machado 2003, s.v. «um», regista também *unha* no Cancioneiro da Biblioteca Nacional.

Por outro lado, uma certa “hesitação inicial” no emprego de <nh> está registada para a época de introdução dessa grafia e do paralelo <lh>⁷¹³. Serve de exemplo um documento régio de Coimbra de 1269, em que Cintra encontra “non seulement *uenha*, *castanhas*, *mealhadas*, mais aussi *asnho* (pour *asno*), *almedinha* (pour *almedina*), *ennho* (pour *enno*), *venherẽ* (sûrement pour *vêherẽ* ou *vêerẽ*), ce qu’on doit certainement expliquer comme conséquence de l’hésitation initiale dans l’emploi des nouvelles graphies” (Cintra 1963:64).⁷¹⁴

É claro que temos na determinação do valor das formas *unha* = ‘uma’ um problema muito complexo. No caso do nosso *corpus*, se o tomarmos isoladamente, é improvável que em “dunha” o <nh> não represente uma articulação consonantal, pois esse seria o único caso do tipo; iria, portanto, contra todos os procedimentos que encontramos no *corpus*.

Se nos reportarmos ao tabelião em cujos textos encontramos o caso (P. Moniz, docs. 3-7), verificamos que já é utilizada a grafia <nh> para o *n* palatal; aliás, se descontarmos o caso que acabámos de citar, ela só é usada para “Godinha” (texto 7, 1292), que forma um caso de epêntese (concretamente de *n* palatal, fenómeno que veremos adiante). Nos outros casos (que são 17 e ocorrem em todos os textos citados), a grafia de *n* palatal é mero <n>. Dados sugestivos, portanto: pode ser <nh> a grafia para casos de *n* epentético? Parece ser muito forçado fazer tal interpretação, pois não se encontra paralelo no *corpus*. Para além disso, a haver epêntese de *n* em *ũa* será,

⁷¹³ Como refere Cintra 1963, as grafias <nh> e <lh>, que representam as palatais nasal e lateral na tradição portuguesa (e que a fazem língua distinguir-se das outras ortografias ibéricas), têm origem na Provença e são introduzidas em Portugal no reinado de D. Afonso, que foi conde em França. Os primeiros casos estão registados a partir de 1265.

⁷¹⁴ O uso de <lh> para representar apenas /l/, e não /ʎ/, está atestado para a mesma época: cf. exemplos em Cintra 1963:66-69 e Maia 1986 (1997:495), que vão do Norte ao Sul. Refere C. Maia que “Essas formas [...] são reveladoras de uma certa insegurança e indecisão no uso da nova grafia *lh*, importada da Provença, para representar a lateral palatal. No período de introdução e difusão dessa nova grafia, os escribas hesitam entre os grafemas do antigo sistema que representam as palatais — neste caso, a lateral palatal — e as grafias recém-importadas e, por vezes, usam estas com outro valor” (Maia 1986 (1997:495)). — No nosso *corpus*, não encontramos esse uso.

teoricamente, de *n* velar ([ŋ]), pois é esse o contexto (do mesmo modo que se insere [ɲ] e.g. em *vão*, em que é uma vogal palatal que antecede a epêntese).

Em todo o caso, continua a parecer difícil <nh> não remeter para uma epêntese, ainda para mais quando sabemos que a forma em questão, *unha* = ‘uma’, existe hoje pelo menos no galego (que, para todos os efeitos, forma a maior parte da área geográfica inicial da língua). Mais do que estabelecer uma conexão com essa forma do galego, vale a pena, aliás, colocar a seguinte questão: sabendo que, na época em que estamos (finais do séc. XIII), os hiatos antigos começavam a ser desfeitos e muito particularmente, pelo que se vê nos textos, a epêntese de *n* palatal estava — como veremos —, a dar os primeiros passos (pelo menos na língua escrita), pode ter-se ensaiado também um *n* epentético para o hiato *ũa*, tal como se fez para *ĩa,ão*? Como já foi dito, esse *n* seria velarizado devido ao contexto (e estão aí as formas do galego para o provar).

Um factor favorável à persistência dessa solução fundamentalmente apenas no galego seria o facto de (como também se verá) as epênteses de *n* palatal terem aparentemente nessa zona a sua origem e se apresentarem aí, no início do processo, mais incisivas. Não estranharia também uma sobrevivência daquela solução de *ũ[ŋ]a* apenas no artigo indefinido feminino e seus derivados: afinal, é também apenas nesses lexemas que a epêntese de *m* vingou, não só no dialecto normativo como em quase todos os dialectos portugueses.

2-2] Eis a distribuição dos resultados do artigo indefinido feminino e correlatos por tabelião:⁷¹⁵

1. Domingos Viegas (SVB; apenas 1 doc., de 1274): 1x. — “nê hũa”
2. Julião Domingues (CN; apenas 1 doc., de 1283): 1x. — “dũa”.
3. Pedro Moniz (SVB): para além da já mencionada excepção do texto 4 (1287), 1x nos 5 (1290) e 7 (1292). — “dũa”, “dũa” (para além de “dunha” no 4).
4. Pedro E(A)nes (SVB): 14x, do 8 (1293) ao 20 (1299).
5. Estêvão Peres (SVB): 7x, do 26 (1306) ao 33 (1312). — “dũa” (26, 28, 33), “nêhũa” (33, 2x).
6. Francisco Soares (SVB): 3x, do 35 (1319) ao 37 (1325). — “nê hũa” (35).
7. Afonso Domingues (SVB): para além da já mencionada excepção do 39 (1327), 9x, do 39 ao 51 (1342). — “dũa” (41, 42, 48, 49, 50, 51).
8. Antoninho Clemente (SVB): 43x, do 56 (1332) ao 77 (1363). — “nê hũa” (57 (5x), 60 (2x), 61, 65, 77), “nêhũa” (57), “dũa” (64, 69, 77 (2x)), “algũa” (57, 70).
9. Martim Anes (CN; apenas 1 doc., de 1342): 2x.
10. Gonçalo Esteves (CB): 1x nos 81 (1351) e 82 (1358).
11. Domingos Miguens (SVB): 6x, do 83 (1355) ao 89 (1366).⁷¹⁶
12. Vasco Domingues (SVB; apenas 1 doc., de 1366): 1x.
13. João E(A)nes (SVB; apenas 1 doc., de 1377): 6x. — “algũa”.

⁷¹⁵ Menciono apenas os tabeliões em cujos textos há resultados. Discrimino as formas em que ‘uma’ surge em composição, originária do latim ou não, com outra palavra; i. é, ‘alguma’, ‘duma’ e ‘nenhuma’ (incluo aqui ‘nem uma’, ou seja, com as duas palavras originais separadas; ‘de uma’ não surge no *corpus*).

⁷¹⁶ Com excepção de um caso (o primeiro dos dois que há no 83), a forma tem sempre *u* duplo: “hũa”. Mas isso, para além de poder ser influência da grafia do correspondente masculino (“hũu”), é fenómeno que se prende com a questão das crases (nomeadamente com a confusão que já se faria sentir nas vogais de timbre idêntico em contacto), que vimos em 1.9.1.

14. Vasco Clemente (CB): para além da já mencionada excepção do 98 (1386), 3x no 97 (1386) e 3x no 98. — “dhũa” (97, 98 (2x)), “nẽnhũa” (97), “nẽnhũa” (98) (para além de “dhua” no 98).
15. Afonso Anes (CB; apenas 1 doc., de 1397): 4x. — “algũa” (2x), “nenhũa”.

Não espanta que tenhamos muitas atestações para a época, com óptima multiplicidade de autores, pois estão em causa palavras muito frequentes na língua.

Existe ainda o hiato *ũa* em “cabrũas” (A. Clemente, 61 (1333) e 77 (1363)) e “cabrrũas” (J. E(A)nes, 96 (1377)), sempre como qualificativo de “çapatas”; é o feminino de ‘cabrum’ (< CAPRUNUS, -A, -UM), que já Viterbo regista: “**CABRUA** e *Cabrana*. Toda a peleteria de cabra ou de bode. *Pidimos a V. A., que nom dees Alvaraes, para poderem carregar Cabrũa*. Documento da Câmara do Porto de 1466. Ainda hoje dizemos *gado cabrum* aquele cujas peles se chamavam *cabrũa*” (Viterbo (Fiúza) 1966, s.v.). O Dicionário de Moraes¹⁰ regista 1) “cabrua”: “s. f. Pele de cabra ou de bode: [citação da abonação de Viterbo]. || Cf. *Cabrũa*. || Adj. f. de *cabrum*.”; “cabrũa”: “adj. f. Ant. Dizia-se da pele de cabra. Cf. Bento Pereira, *Tesouro*, 32. || Obs. Deve ser *cabrũa*, não *cabruã*, como registam alguns dicionários; é o mesmo e evolução de *cabrana*. || Cf. *cabrua*.”; e 2) “cabruna”: “adj. f. de *cabrum*. O mesmo que *cabrũa* (q. v.): «As peles *cabrunas* com que se cobriam», Luís Marinho de Azevedo, *Auto de Lisboa*, 185.” Se a forma *cabrana* for real na linguagem popular, ou está aqui algum *n* velar do tipo do que se referiu para ‘uma’, ou terá origem erudita ou espanhola, em cuja língua também existe (cf. e.g. Corominas 1980-1991, s.v. «cabra»; é claramente remota a hipótese de motivação analógica da forma portuguesa), pois o -N- intervocálico não se desenvolveria posteriormente.

A esse respeito, é importante o comentário que faz o maior conhecedor de sempre dos dialectos portugueses, Leite de Vasconcelos, nas suas «Observações ao “Elucidario” do P. ^e Santa Rosa de Viterbo», ao citado s.v. dessa obra: “**cabrua** e **cabrana**. — O segundo vocabulo entenda-se *cabrũa*; o primeiro póde ser tambem *cabrũa*, fôrma conservada sob influencia de *cabrum*” (Vasconcelos 1927b:130).

De resto, não encontramos mais hiatos *ua* ou *ũa* no *corpus*.

2-3] Trataremos agora do segundo tipo de epêntese definido: a epêntese de *n* palatal, para a qual relevam fundamentalmente as sequências tónicas *ïo* e *ïa* (cf. Teyssier 1980 (2001:41), Williams 1938 (1961:82-83)).

Afora essas sequências, temos de interesse: 1) o caso ‘dinheiro’ (DENARĪU- > arc. *dẽiro*), que, apesar de ser frequente no *corpus*, surge sempre abreviado — não apresentando portanto lições para o fenómeno; 2) “ordynhar” (< ORDĪNĀRE), no texto 77 (1363, A. Clemente); e 3) o caso ‘nenhum’, que só surge com grafia de *n* palatal no texto 98 (1386, V. Clemente): “nẽnhũa”.⁷¹⁷ Antes dessa forma, temos variadas atestações (18) da composição etimológica “nẽ hũu/a” (que surge normalmente com os dois elementos separados graficamente, i.e. não “nẽhũu”), sempre sem grafia que remeta para *n* palatal, do texto 1 (1274) ao 77 (1363); isto para além de “nhũa” no 97, que é do mesmo ano e do mesmo tabelião do 98, tendo sido por isso desenvolvido na transcrição “nẽnhũa”. No 99 e último texto (1397, A. Anes), encontra-se também “nhũa”; foi desenvolvido “nenhũa”, seguindo as lições do *corpus* e da época. Como veremos, a

⁷¹⁷ A respeito do problemático caso “dunha” = ‘duma’ do texto 4 (1287, P. Moniz), com a questão de poder atestar um *n* velar epentético, cf. o §2-1.

epêntese de *n* palatal em ‘nenhum’ apresenta-se no *corpus* muito mais tardia do que a epêntese em *ão/a*.

É o caso das sequências *ão/ã* que passamos a ver, onde há a distinguir três tipos fundamentais de tabeliões: aqueles em cujos textos se encontram apenas grafias que remetem para a conservação do hiato etimológico; aqueles em que se nota alternância gráfica que remete para alternância fonética entre conservação do hiato etimológico e epêntese de *n* palatal; e aqueles em que se notam apenas grafias que remetem para *n* palatal.⁷¹⁸ Vamos primeiramente ver os dados de forma isolada e depois tentar retirar conclusões.⁷¹⁹

a) Tabeliões pertencentes ao primeiro tipo enunciado são: D. Viegas (SVB; apenas 1 texto, o primeiro do *corpus*, de 1274), com 1 caso (“moyos” = ‘moinhos’); F. Soares (SVB; textos 34-38, de 1317 a 1325), com 1 caso (“Moños”), no 35 (1319); M. Jordão (CB; apenas 1 texto, de 1333), com 3 casos (“Moño”, “Moños”, “Moño”), no 79.

A situação apresenta-se mais complicada no tabelião M. Anes (CN; apenas texto 80, de 1342). Se considerarmos todo o *n* palatal⁷²⁰, temos os seguintes casos nesse texto: “Antoníha”, “vínha”, “vîha”, “antoniho”, “vîha”, “vîha”, “vîa”, “vîha”, “gaanhados”, “gaanhar”, “vîha”, “vîha”, “Senhor”, “dalpeyredîha”, “Alpeyredîha”, “Senhor”, “testemuyho”, “testemuyhas”. Os casos “Antoníha”, “antoniho”, “dalpeyredîha” e “Alpeyredîha”⁷²¹ são os únicos representantes em que se não espera um *n* palatal etimológico — ou seja, são os únicos representantes regulares do contexto da epêntese de *n* palatal —, e não se nota neles representação explícita dessa consoante.

No entanto, encontramos “vîha” 6x e “vîa”, a par da esperada forma com a consoante: “vínha”. Três hipóteses se colocam: (i) pondo de parte a forma “vîa”, em que é demasiado rebuscado interpretar uma grafia de consoante, temos nos casos de “vîha” uma grafia de traço sobreposto *com valor de til / nasalidade*, + <h>, para representar a nasal palatal⁷²²; (ii) temos um mero influxo de *vão*, em que o hiato é etimológico (pois < UINU-); (iii) não temos uma grafia da nasal palatal, mas acabamos por ter uma demonstração, directa ou indirecta, do processo da epêntese.

Partindo da terceira hipótese: A haver uma demonstração directa, em ‘vínha’ o N, excepcionalmente, tinha sido tratado como intervocálico, tendo portanto sincopado em vez de palatalizado, como acontece com outras palavras no *corpus* e na época em geral, e estaria agora a sofrer a normal epêntese que a terminação *-ão,ã* sofreu⁷²³. É de notar que,

⁷¹⁸ Não tenho casos respeitantes ao fenómeno que estamos a ver apenas no tabelião J. Domingues (CN; texto 2, de 1283).

⁷¹⁹ Não são incluídas nestes dados as formas do tipo *Maria*, que, em abstracto, tanto podem representar uma pronúncia — ou apenas grafia — desnasalada do arcaico *Marîa*, depois *Marinha* (que tem na origem o adjectivo MARINUS, tal como refere, p. ex., Nunes 1935:58), como podem representar o próprio ‘Maria’, nome popular entre nós desde cedo (é o nome da mãe de Jesus). Isto em abstracto, como disse, pois grafias dos hiatos *ão, ã* sem nasalação são, no nosso *corpus*, muito raras, e a forma *Maria*, sem nasalação, já não o é (e pode facilmente alternar, em textos dum mesmo tabelião, com as formas *Marîa / Marinha*). É evidente que as formas *Maria* são demasiado incertas para poderem ser utilizadas com propriedade.

⁷²⁰ I.e. considerando tanto os casos que estariam sujeitos à epêntese como aqueles em que temos *n* palatal ‘etimológico’ (que vem sobretudo do grupo latino N + iode; e.g. VINĒA- > *vinha*, QUĪNĪONE- > *quinhão*).

⁷²¹ Para a etimologia de ‘Alpedrinha’, nome de vila perto do Fundão, cf. atrás o §2-2 da vogal *a*.

⁷²² Já alguns autores têm interpretado esta grafia desse modo; cf. e.g. Cintra 1963:66. Nessa interpretação, portanto, o ‘til’ remete directamente para <n>.

⁷²³ A respeito da síncope de N seguido de suposto iode, cf. adiante o §1 de 2.4; é um fenómeno que, embora esporádico, se pode encontrar na linguagem da época. No texto que nos prende agora, nota-se também um caso explícito e outro implícito desse fenómeno: “testemuyho” e “testemuyhas”.

caindo o N, se esperaria *vĩa*, e não *vĩa*, que é o que temos no texto; e, de facto, encontramos a primeira forma — através de “vĩhia”, 3x — no texto 37 (1325, F. Soares). No entanto, o tipo *vĩa* pode ser explicado por influxo de *vĩõ*.

A haver uma demonstração indirecta, temos apenas que o autor, tendo consciência do processo da epêntese de [ɲ] em *-ĩa*, assume uma atitude hipercorrecta e corta a consoante onde não o deveria fazer: *vinha*, que ao nível fonético não se distingue de *-inha* epentética (e pode ainda sofrer influxo de *vĩõ* / *vinho*). Isto depois de, na primeira vez em que aquela palavra surge no texto, ter representado explicitamente a consoante (como se pode ver na lista citada acima).

Quanto à primeira hipótese, diremos que, dada a época em que estamos (meados do séc. XIV), em que a grafia <nh> para representar o *n* palatal já estava perfeitamente generalizada no *corpus* e no país em geral, é difícil admitir uma representação dessa consoante por meio de traço sobreposto com valor de til / nasalidade + <h>⁷²⁴. Essa grafia seria própria de uma fase de introdução de <nh>, ou seja, denotaria desconhecimento ou uma certa “hesitação inicial” no seu emprego⁷²⁵. Para além disso: (i) encontramos “vĩa”, “Antonĩa” e “antoniho” no texto, onde não se pode interpretar a consoante (antes o uso de <h> para marcar o hiato, tal como pode acontecer numa forma como “vĩha”); (ii) próprio <nh> é bastante utilizado no texto, nomeadamente — sublinhe-se — em todos os casos *pacíficos* de [ɲ] (i.e. excluindo ‘vinha’, em que, como já foi referido, pode haver alguma excepção, motivada ou não por influxo de *vĩõ* / *vinho*, e “testemuyho” / “testemuyhas”, em que é claro que o N sincopou e ficou o Ĩ, numa sequência fonológica de três vogais); (iii) o paralelo <lh> está já perfeitamente estabilizado neste tabelião (apenas é utilizada essa grafia para representar o *l* palatal); (iv) a grafia de til + <h> para representar uma própria consoante é sempre, por razões óbvias, problemática, e não encontramos evidências seguras dela no resto do *corpus*. Com efeito, há alguma ocorrência de til + <h> em textos de tabeliões que também atestam a epêntese, mas de uma época em que o fenómeno não estaria ainda concluído (v. a esse respeito a alínea seguinte); e há ocorrência da mesma grafia em casos que envolvem, não o *n* palatal epentético, mas o etimológico, em que não se pode interpretar a consoante (como p. ex. o citado “vĩhia” do texto 37).

A segunda hipótese, *a priori*, é também plausível; mas, como veremos, por meados do séc. XIV o fenómeno da epêntese de [ɲ] nas terminações *-ĩõ,ĩa* já tinha uma grande dimensão na língua, estando concluído ou quase. Pelo que se afigura improvável que o autor do texto ainda não apresentasse na sua linguagem, em alguma extensão, o fenómeno.

Não podemos, portanto, concluir com segurança o que o texto 80 nos conta a respeito do processo da epêntese de *n* palatal; mas, a julgar pela época, talvez manifeste efectivamente, através da variação na palavra ‘vinha’, esse processo em curso. Nesse caso, o tabelião respectivo pertencerá à alínea seguinte.

⁷²⁴ A respeito da história da grafia <nh>, cf. adiante 2.4, §2; essa grafia, juntamente com <lh>, foi introduzida em Portugal pela chancelaria de Afonso III, a partir de 1265, e expandiu-se rapidamente no país. No nosso *corpus*, já desde o princípio do séc. XIV (concretamente a partir dos textos de E. Peres, que vão de 1306 a 1312) que <nh> é a grafia exclusiva, ou praticamente exclusiva, para a nasal palatal (há apenas um caso de <n> para 1327, entre centenas de <nh>). O paralelo <lh> é fundamentalmente contemporâneo.

⁷²⁵ “Hesitação inicial” é a expressão utilizada por Cintra 1963:64 a respeito de casos relativamente diferentes mas também *irregulares* de emprego de <nh>, nomeadamente o uso dessa grafia com o valor aparente de apenas nasalidade vocálica; esse passo de Cintra 1963 está citado no §2-1 atrás.

b) Para além do aparente caso de M. Anes, denotam intermitência entre epêntese e conservação do hiato: P. Moniz (SVB; textos 3-7, de 1285 a 1292), P. E(A)nes (SVB; textos 8-25, de 1293 a 1304), E. Peres (SVB; textos 26-33, de 1306 a 1312) e A. Clemente (SVB; textos 56-78, de 1332 a 1363). É mais fácil ver os dados numa tabela: ⁷²⁶

Tabelião	Representações remetendo para o hiato etimológico	Representações remetendo para a epêntese
Pedro Moniz	Texto 3 (1285), “reyxiho”, “ <i>Marĩa</i> ”; 4 (1287), “ <i>Marĩa</i> ”; 5 (1290), “ <i>marĩa</i> ”, “ <i>Marĩa</i> ”, “ <i>Marĩa</i> ”, “moços”; 6 (1292), “ <i>Marĩa</i> ”, “Moïho”, “moïhos”, “moïo”, “moïo”; 7 (1292), “ <i>Marĩa</i> ”	Texto 7 (1292), “Godinha”
Pedro E(A)nes	8 (1293), “ <i>Marĩa</i> ”; 10 (1293), “ <i>Marĩa</i> ”; 11 (1294), “uizios”; 12 (1296), “sobrão”, “ <i>Marĩa</i> ”, “ <i>Marĩa</i> ”; 13 (1297), “ <i>Marĩa</i> ”; 15 (1298), “ <i>Marĩa</i> ”; 16 (1298), “ <i>Marĩa</i> ”, “ <i>Marĩa</i> ”; 17 (1298), “sobrão”, “ <i>Marĩa</i> ”; 18 (1299), “Moços”; 19 (1299), “ssobrão”; 20 (1299), “gallia”; 21 (1299), “ <i>Marĩa</i> ”; 23 (1301), “tãamos”	20 (1299), “vinho”, “linho” ⁷²⁶
Estêvão Peres	26 (1306), “mãa”; 30 (1311), “mãa”; 31 (1311), “mãa”, “dalmuças”	29 (1311), “Marinha”, “almoynhãs”; 33 (1312), “ssobrinho”, “ssobrinho”, “ssobrinho”, “sobrinho”, “ssobrinho”, “ssobrinho”
Antoninho Clemente	65 (1336), “assoborgia”; 68 (1342), “Antonjo”; 70 (1348), “Antonjo”; 71 (1351), “Antonjo”, “Antonjo”; 72 (1354), “Antonjo”; 73 (1354), “Antonjo”; 74 (1354), “Antonjo”; 76 (1360), “Antonjo”; 77 (1363), “Antonjo”, “Antonjo”; 78 (1363), “Antonjo”	56 (1332), “Antonjnh”, “Moynho”, “Antonjnh”; 57 (1333), “Camjnh”, “camjnh”, “Moinhos”, “Antonjnh”; 58 (1333), “dalmoyinha”, “Marinha”, “Antonjnh”; 59 (1333), “dalmoyinha”, “Marinha”, “mjnh”, “Antonjnh”; 60 (1333), “Antonynh”, “nynh”; 61 (1333), “vinho”, “vinho”, “vinho”, “vinho”, “Antonynh”, “perelynh”; 62 (1334), “dalmoyinha”, “Almoyinha”, “Antonynh”; 63 (1335), “Moinho”, “Moinho”, “minha”, “Antonynh”; 64 (1335), “Antonjnh”; 65 (1336), “Moynho”, “moynhos”, “moynho”, “ssobrinho”, “Antonjnh”, “cortynhááys”; 66

⁷²⁶ Note-se que alguns casos representam desenvolvimentos de abreviaturas; esses casos estão discriminados por meio de itálico, tal como nas transcrições.

		(1338), “Antonjinho”, “Curtinho”; 67 (1342), “Marinha”, “mjnha”, “Antonjinho”; 68 (1342), “mjnha”, “tynhalhas”, “tynhalhas”, “tinhalhas”; 69 (1347), “mjnha”, “Antonjinho”; 70 (1348), “Perelynho”; 72 (1354), “Moynhos”, “Moynhos”, “Moynhos”, “cortynhaays”; 73 (1354), “Moynhos”, “purgamjinho”; 74 (1354), “vyzinhos”, “purgamjinho”, “Tynha”; 75 (1359), “Antonjinho”, “poyinha”; 77 (1363), “vinho”, “vinho”, “vinho”, “ssobrinho”, “Cuqinho”, “cortynháais”; 78 (1363), “Mojnhos”, “Moynhos”, “Moynhos”

Vimos na alínea anterior que se pode querer interpretar a grafia de traço sobreposto com valor de til / nasalidade + <h> como representação, através de um *imperfeito* <nh>, da nasal palatal. Em formas que se prendem com o *n* palatal epentético, essa grafia surge, para além do tabelião M. Anes, cujos resultados discutimos na citada alínea, em alguns casos de P. Moniz (cf. a tabela anterior). No entanto, quer nesse tabelião quer nos que se seguem imediatamente, encontramos representações em que a consoante não deve ser interpretada (com a mera sobreposição de traço sobreposto indicativo de nasalidade à vogal nasal etimológica), a par de casos de grafias semelhantes em palavras com *n* palatal etimológico em que também não se pode interpretar o fonema (e.g. os casos de “vîhia” citados na alínea anterior na discussão acerca de M. Anes; para um tratamento desenvolvido da realização de *n* palatal etimológico, cf. adiante 2.4, §1). Além disso, os casos de representação explícita da consoante nasal epentética são ainda muito poucos na época de P. Moniz (apenas um caso, nos textos de P. Moniz).

Assim, devemos interpretar que, na época de P. Moniz, o fenómeno da epêntese ainda não estava concluído — o que corresponde à visão geral que tem sido dada para a língua, questão a que voltaremos — e que não temos razões para interpretar a grafia de traço sobreposto + <h> como representante efectiva de [ɲ].

Note-se ainda a este respeito que (i) apenas se encontrando, através de “Godinha”, um caso de alegado *n* palatal epentético em P. Moniz; e (ii) que o outro caso da grafia <nh> nos seus textos é a problemática forma <dunha> = ‘duma’, que foi tratada no §2-1, — se pode querer relativizar o verdadeiro valor do citado “Godinha” como atestação do fenómeno da epêntese de [ɲ]. No entanto, pelo que foi referido a respeito de “dunha”, e pelos casos claros de epêntese que podem ser encontrados pela mesma época de P. Moniz — não só no nosso *corpus* (o que se vê na tabela) como no resto da língua (o que veremos) —, é notório que devemos interpretar “Godinha” como efectiva evidência do fenómeno. Será assim a primeira ocorrência no nosso *corpus*.

c) Por último, já só atestam a epêntese (sendo a grafia do *n* palatal sempre <nh>, nunca desenvolvido) os seguintes tabeliões: A. Domingues (SVB; textos 39-54, de 1327 a

1350), com 22 casos, do texto 39 ao 54 ⁷²⁷; P. Gonçalves (Pr; apenas 1 texto, de 1331), com 1 caso, no 55; Gonçalo Esteves (CB; dois textos, de 1351 e 1358), com 1 caso, no 81 (1351); Domingos Miguens (SVB; textos 83-90, de 1355 a 1368), com 25 casos, do 83 ao 90; Antoninho Peres (CN; apenas 1 texto, de 1359), com 6 casos, no 91; Vasco Domingues (SVB; apenas 1 texto, de 1366), com 2 casos, no 92; Gonçalo Martins (SVB; textos 93-95, de 1376), com 15 casos, do 93 ao 95; J. E(A)nes (SVB; apenas 1 texto, de 1377), com 22 casos, no 96; V. Clemente (CB; dois textos, de 1386), com 1 caso, no 98; e A. Anes (CB; apenas 1 texto, de 1397), com 19 casos, no 99.

O que podemos, então, concluir destes dados? Em primeiro lugar (com a ajuda do uso do dígrafo <nh> que vemos nos tabeliões do *corpus* para *n* palatal ‘etimológico’), que o fenómeno da epêntese de *n* palatal para desfazer os hiatos *ïo, ã* já se verificava na região no último quartel do século XIII — o limite mínimo do nosso *corpus*. Em segundo lugar, que houve ainda uma certa alternância entre a solução etimológica e a epêntese durante algum tempo — alternância que, como refere Silva 2008,II:518, ainda hoje ocorre no português do Brasil.

Mas quando acabou essa alternância, ou seja, quando é que o sistema linguístico da região se fixou na regularidade que temos hoje? Naturalmente, é impossível saber isso com exactidão. Nos tabeliões P. Moniz, P. E(A)nes e, seguramente também, E. Peres, é necessário admitir alternância — o que, associando o único caso relevante registado em F. Soares, que apresenta hiato, nos faz reportar ao período que vai até ao final do primeiro quartel do séc. XIV. Como se viu na alínea *a*, também é provável que em M. Anes haja essa alternância — o que nos faz remeter até 1342 —, mesmo que se verifique em tabeliões com textos anteriores aos dele uma estabilização do fenómeno.

Em A. Clemente, todavia, o caso é mais complicado. Por um lado, esse tabelião é fundamentalmente contemporâneo de A. Domingues (até ligeiramente desfasado para depois), que apresenta a elucidativa regularidade que vimos na alínea *c* atrás, assim como é contemporâneo de outros tabeliões que apresentam já, claramente, o mesmo tipo de regularidade; mas também M. Anes é coevo deles todos.

Mais significativo é que os textos do próprio A. Clemente apresentem uma estatística desequilibrada: (i) 12 grafias remetendo para hiato contra 68 remetendo para epêntese ⁷²⁸; e (ii) dos 12 casos com grafia de hiato registados nesse tabelião, 11 representam o seu nome próprio, que surge com grafia de *n* palatal em todos os textos anteriores àqueles em que surge a outra grafia, e ainda nos dois intercalados. I.e.: ‘Antoninho’ surge com grafia de *n* palatal nos textos 56-67, 69 e 75, e com grafia de hiato nos 68, 70-74 e 76-78 (estando o nome representado, portanto, em todos os textos do tabelião, e sendo de ressaltar que a grafia de hiato é tardia nos textos). O restante caso com grafia de hiato é o complicado “assoborgia”, que parece estar por ‘a-sob Borginha’

⁷²⁷ No 54, há ainda “Antonho”, na seguinte expressão: “...assj como parte cõ Antonho clemête e cõ ...”. O “Antonho clemête” será, certamente, o tabelião seu contemporâneo Antoninho Clemente, tal como o “Antonjinho clemête” de outro texto de A. Domingues (45, 1334): “...assj como parte hũa delas cõ ... e cõ ... e cõ Antonjinho clemête e cõ...”. Desta forma, devemos ver no caso do 54 algum lapso gráfico, se não representar a evolução popular António > *Antonho*, com a palatalização de *n* + iode segundo se deu na evolução normal da língua. Tal fenómeno está bem representado não só na linguagem popular contemporânea do país em geral como na do SE Beirão: cf. o que se diz no **Cap. I, Secção B, I. Fonética, 2.2.3, §2.**

⁷²⁸ Sendo que há apenas três casos de desenvolvimentos (“vinho” 3x no 77, de 1363), os quais, por outro lado, são perfeitamente seguros, pois a mesma palavra surge por extenso em texto anterior do tabelião.

ou ‘a-sob Burguinha’ ⁷²⁹. É forma específica e pode facilmente remeter para uma realização fonética arcaizante.

Posto isto, a admitirmos variação em A. Clemente, será uma variação sem dúvida significativa, a qual tem ainda o condão de relativizar as grafias que remetem para *n* palatal. De facto, ao analisarmos um fenómeno de mudança temos normalmente uma tendência para valorizar mais as grafias que apresentam o estágio final do que as que representam o estágio inicial, caindo por vezes em sobre- e sub-valorizações; é um facto que os fenómenos estão sujeitos a resistências de vários tipos, a maior das quais a sua filiação geográfica.

Esta questão da filiação geográfica é relevante para o que estamos a ver, pois o fenómeno da epêntese anti-hiática de *n* palatal tem sido filiado no Norte da zona galego-portuguesa, mais precisamente na Galiza: cf. Cintra 1959:276-283, que Cardeira 2005:87 também cita. Os dados de Maia 1986 (1997:599-602) parecem ir de acordo a essa ideia:

No que se refere à cronologia do fenómeno, os textos galegos oferecem materiais abundantes deste tipo de formas [NB: as formas cuja grafia apresenta a epêntese anti-hiática de *n* palatal] desde meados do século XIII, meio século antes do aparecimento nos documentos portugueses que estudei. Efectivamente [...], desde 1258 [...] que há grafias inequívocas da existência da consoante palatal anti-hiática; pelo contrário, na região de Entre-Douro-e-Minho o mais antigo texto em que esta se regista é de 1315 [...]. Além disso, as grafias do tipo *-ia*, *-io* ainda se encontram em documentos portugueses de meados do século XIV [...], ao passo que, na Galiza, a única forma encontrada em data que transcende o século XIII se encontra registada num documento de princípios do século seguinte ([...] 1315 [...]). Esta comparação parece permitir concluir que o desenvolvimento da nasal palatal se consumou na Galiza mais cedo do que em Portugal, mesmo numa região tão intimamente aparentada com aquela como era a zona compreendida entre o Minho e o Douro ⁷³⁰. (Maia 1986 (1997:600))

Ao atestarmos tão claramente a epêntese no nosso *corpus* (de região afastada das de Maia) para o séc. XIII, relativizamos a conclusão do corpo do texto da A. e valorizamos a ideia da sua prudente nota de rodapé. Assim, tanto A. Clemente como M. Anes e pelo menos alguns tabeliães anteriores podem apresentar apenas conservadorismo gráfico — servindo o primeiro de bom exemplo disso mesmo.

No entanto, parece difícil não admitir uma alternância no fenómeno, na generalidade ou em algumas das regiões do país, até, pelo menos, ao segundo quartel do século XIV. Por duas razões principais.

Em primeiro lugar, é para isso que os textos portugueses do tempo, na generalidade, gráfica e directamente remetem: para além do que temos no nosso *corpus* e no de Maia, cf. e.g. Silva 1989:82-83, que se refere ao texto trecentista dos *Diálogos de S. Gregório*. Na sua obra de 2008, a A. retoma a questão:

No *corpus* trecentista dos *Diálogos de S. Gregório* [...], convivem as três grafias, variando sua frequência (*-io*, *-ia*, 17%; *-iho*, *-iha*, 73%; *-inho*, *-inha*[,], 10%). Nesse texto ocorrem as três grafias para um mesmo vocábulo: <vão>, <vinho>, <viho>, <agã>,

⁷²⁹ Tanto ‘Borginho’ = diminutivo de ‘Borges’, como ‘burga’, feminino de ‘burgo’, estão registados para a língua antiga (cf. Machado 1993, s.vv.). Asso = ‘a-sob’ é forma básica, que está também várias vezes registada no nosso *corpus*.

⁷³⁰ “Também não pode pôr-se de parte a hipótese de, em Portugal, as antigas grafias terem sobrevivido até mais tarde, tendo a nasal palatal, já existente na pronúncia, demorado mais tempo a fixar-se na grafia.”

<agiha>, <aginha>. Essa grafia variável informa sobre a possível indecisão do escriba medieval diante das possibilidades gráficas que conhecia e também sobre a possibilidade de conviverem então uma realização com consoante palatal e outra sem variação, que na actualidade também se verifica na fala — [vïu, vinu], por exemplo. (Silva 2008, II:518)

É certo que deveremos considerar as grafias, em certos casos, conservadoras e opacas; mas a ausência de grafia explícita de *n* palatal existe demasiado para não se supor alguma transferência para a realidade.

A segunda razão é que o *n* palatal etimológico (derivado predominantemente de *N* + iode latino) é muito bem representado nas grafias já na época em que temos dúvidas acerca do epentético; é sem dúvida mais fácil explicar esse desfasamento com o facto de o *n* palatal epentético ainda não estar totalmente estabilizado.

Voltando à época em que se teria dado essa estabilização, e portanto à questão do valor linguístico da alternância gráfica patente nos textos de A. Clemente: Apesar de os casos de grafia de hiato em textos desse tabelião poderem facilmente ser idiosincrasias sem valor linguístico significativo, a verdade é que, previsivelmente, não podemos dar uma resposta definitiva; mas não será muito arriscado dizer que, se esse tabelião representa mesmo alternância entre as duas soluções, seria já da(s) última(s) geração(ões) a fazê-lo: já na altura de A. Clemente a pronúncia com hiato, a conservar-se, seria arcaizante. Cardeira 2005, no seu abrangente *corpus*, encontra dados que o podem favorecer: “Nos textos que servem aqui de amostra para a primeira metade do século XV a observação deste fenómeno não se revelou produtiva: a quase exclusividade das grafias <-inho>, <-inha> mostra bem que a inserção da palatal anti-hiática já se tinha fixado e que a grafia que a representa já tinha sido aceite.” (Cardeira 2005:87).

De qualquer das formas, embora problemático, não parece totalmente impossível que A. Clemente abone, nos seus textos, real alternância na sua língua falada. Isto porque os textos deste tabelião apresentam (e.g. nas sibilantes) uma linguagem genericamente conservadora, quando comparada com outros tabeliões seus contemporâneos, e porque não apresentam uma escrita que se possa considerar menos cuidada do que a média da época (antes pelo contrário). Com efeito, A. Clemente apresentou-se-me sempre, ao longo da feitura da edição, como um representante de bom nível do notariado da época e da região; quiçá um mestre na zona, o que a abrangência da sua produção documental (única no *corpus*) assinalaria. Se A. Clemente apresentar alternância, poderá concordar com o que se deve deduzir de M. Anes (que está circunscrito a 1342, não podendo nós, portanto, saber da sua sincronia exacta) e de outros textos da época.

(Tudo isto permite, assim, que permaneça a ideia da filiação galega do fenómeno da epêntese de *n* palatal.)

2. Consonantismo

O sistema fonológico do português antigo dispunha de mais consoantes do que o actual. Castro 2006:144 apresenta o seguinte inventário de fonemas consonânticos para o séc. XIII:⁷³¹

	labiais		dentais		alveolares		palatais		velares	
oclusivas	p	b	t	d					k	g
africadas			ts	dʒ			tʃ	dʒ		
fricativas	f	v			ʃ	ʒ	ʃ	ʒ		
nasais		m				n		ɲ		
laterais						l		ʎ		
vibrantes						r, ʀ				
	surdas	sonoras	surdas	sonoras	surda	sonoras	surdas	sonoras	surda	sonora

Da mesma obra retiro o sistema do português actual (séc. XXI):⁷³²

	labiais		dentais		alveolares		palatais		velares		uvular
oclusivas	p	b	t	d					k	g	
africadas											
fricativas	f	v	s	z			ʃ	ʒ			
nasais		m				n		ɲ			
laterais						l		ʎ			
vibrantes						r					R
	surdas	sonoras	surdas	sonoras	surdas	sonoras	surda	sonoras	surda	sonora	sonora

Um ou outro ponto do sistema do português antigo não é inteiramente pacífico na tradição de estudo, o que não se estranha devido aos problemas que temos em chegar até essa linguagem. Não deixaremos de abordar esses pontos menos claros na discussão que se passa a fazer sobre o referido sistema, à luz do nosso *corpus*.

2.1. Labiais b e v

1] Alternância entre *b* e *v* — Não se nota confusão nas labiais *b* e *v*, que se apresentam de forma salientemente regular, respectivamente, com as grafias e <u,v>.

O estado de língua dos documentos é portanto o normativo, não transparecendo alguns fenómenos de confusão e betacismo que notámos no dialecto contemporâneo da

⁷³¹ Modifico ligeiramente a tabela que o A. apresenta; factos significativos a notar: (i) o A. inclui neste sistema as duas “semiconsoantes” (= semivogais ou glides) que o port. antigo tinha e se conservaram, sem modificações, até hoje: [i,w]; aqui, consideraremos apenas as consoantes ‘puras’. (ii) O símbolo da vibrante múltipla é modificado para o alfabeto fonético que aqui se utiliza. — Vai sem dizer que o sistema consonântico a que o quadro se reporta é o normativo, e não os de eventuais dialectos.

⁷³² Com fundo cinzento ponho as áreas em que houve alteração de uma sincronia para a outra.

região; cf. a respeito do estado actual de *b* e *v* no Sueste da Beira o **Capítulo I, Secção B, I. Fonética**, §2 de 2.1. Mais afastada do sistema normativo encontra Clarinda Maia a região que estuda, notando confusão em *b-v* desde o séc. XIII para o Noroeste e para a Galiza e concluindo que já nessa época se dava o betacismo que depois (a partir dos gramáticos quinhentistas, no caso da parte portuguesa) viria a ser conhecido para toda a zona: cf. Maia 1986 (1997:472-485). Interessante é também a dificuldade do escriba da *Notícia de Torto* (texto, como é conhecido, feito cerca de 1214, provavelmente na região de Braga) em grafar *f* e *v*: cf. a esse respeito Castro 2006:141-142.

Alguns casos particulares:

1) A forma “puluega” = ‘pública’ < PÚBLICA- surge nove vezes no *corpus*, nomeadamente nos docs.: 9 (1293, P. (E)Anes), 13 (1297, id.), 17 (1298, id.), 37 (1325, F. Soares), 46 (1335, A. Domingues), 47 (id., id.), 49 (1339, id.), 64 (1335, A. Clemente) e 70 (1348, id.); o contexto é sempre *carreira* ou *rua puluega*. Trata-se de uma das muitas variantes que aquele étimo adquiriu no port. antigo; Machado 2003, s.v. «público», atesta, para além de *pulvego* e *publico*, ainda *pubrico*, *puplico*, *poblico*, *pobligo*, *pobrico*, *problico*, *pruvico*, *provico*, *probico*, *prupico*, *puprico*, *pluplico*, *proplico* e *proprico* (sempre esdrúxulas), algumas das quais também se verificam no nosso *corpus* (estão discriminadas atrás na alínea *c* do §2 do sub-capítulo da vogal *o*)⁷³³. A variante que vingou, ‘público’, é obviamente culta. Já *pulvego* parece ser popular ou semi-popular (com o *i* breve latino a evoluir para o correspondente *e* em português, a par da sonorização do -C-), evoluindo o grupo -LB-, depois da necessária metátese PUBLICU > **pulbicu*-, para *lv* (metátese idêntica à de, p. ex., SIB(I)LU- > *silvo*; cf. a esse respeito Huber 1933 (2006:154), que vê o fenómeno como regular). Essa evolução de *b* em *v* foi o processo normal daquele grupo (Williams 1938 (1961:100-101), Nunes 1919 (1960:128-131), Huber 1933 (2006:102)): cf. e.g. ALBU- > *alvo*, ALBORE- > *alvor*, ARBĪTRU- > *arc. álvdro*.

2) Também no grupo -RB- a labial evoluiu para fricativa (cf. Williams, Nunes e Huber, *op. cit.*, inclusive para exemplos), e é apenas isso que representa o tipo *vervo* (< UERBU-), que é comum na época (cf. e.g. Lorenzo 1977, s.v. «ueruo») e surge nos documentos aqui estudados quatro vezes: duas vezes em cada um dos docs. 74 (1354, A. Clemente) e 83 (1355, D. Miguens), sempre sob a forma “ueruo” (e não tem companhia de outros derivados daquele étimo, ou seja, não há o tipo *verbo*, que é forma erudita e também existia plenamente no port. antigo).

3) O caso “carpalho”, no texto 65 (A. Clemente, 1336⁷³⁴), é o apelido que Machado 1993, s.v. «Carpalho²», regista para 1416, “provavelmente antiga alcunha”, e deriva de «Carpalho¹», topónimo em Leiria; aí diz sobre a sua derivação: “Origem obscura, mas, se as aparências não iludem, o elemento básico seria *carp*-, talvez nome de vegetal”. Há

⁷³³ Há mais do que uma variante inclusive nas expressões em que surge “puluega”: cf. “rrua publica” no 26 (1306, E. Peres), “carreyras publicas” no 30 (1311, id.), “Rua *prubryca*” no 99 (1397, A. Anes). A variante *prubrica*, que vemos no último texto do *corpus*, note-se, não está registada por Machado; deve ter-se presente a nota de rodapé que fiz sobre a referida forma na transcrição: “Desenvolvido a partir do símbolo tradicional de *ar*/etc.; leitura alternativa, naturalmente, mero “*pubryca*”, — mas “*prubryca*” é sempre forma mais do que legítima, como é evidente.

Acrescente-se ainda que não há mais casos da expressão *rua / carreira* + PÚBLICA no *corpus*, pelo que não se vê sobreposição de *pulvega* com outra variante, nessa expressão, em textos de um mesmo tabelião — o que não é de estranhar. Já sobreposição ao nível geral, i.e. em qualquer contexto, podemos-la encontrar em A. Clemente, em que há *pubrico*, *pobrica* e *pulvega* (para a discriminação dos casos, cf. a já citada alínea *c* do §2 da vogal *o* atrás). Tudo isto demonstra que, posto que um mesmo étimo tenha variantes, elas não têm de ocorrer em variação livre.

⁷³⁴ O contexto é: “...e entesta cõ carpalho [e] do outro cabo ã fffondo ãtesta cõ...”.

muitas hipóteses de derivação ⁷³⁵, mas é pertinente lembrar o que Corominas 1980-1991, s.v. «Carba» — que define como: “salmantino, ’matorral espeso de robles bastos’, ’lugar donde sesteia el ganado’, voz prerromana, de la cual proceden el portugués y gallego *carvalho* (-llo), leonês *carvayo*, -*ajo*, ’roble’” —, refere para o Galego:

En relación con este gall.-port. *carvalho* y, más intimamente, con el vasco *karbaza*, ’tallo, tronco’, Castres *garbasso* ’roble joven’, salm. *carbizo* ’roble basto’, y acaso también com CARPINUS (vid. CARPE), debe de estar el gall. dial. *carpanza* ’estepa del hipocisto’, semejante a una carrasca y con rosa blanca y hoja ancha, que Sarmiento describe y dibuja en 1754, habiéndola visto, y oído el nombre, en Vilela (Bierzo gallego); en Galicia dan el nombre de *carpaza*, sin *n*, a la urce rastrera, planta diferente (Cat. Voces Gall. 37).

2] Grafias de *v* — Notando-se que quer <u> quer <v> (as duas grafias por que aquela consoante é representada no *corpus*) surgem dos primeiros aos últimos textos, é também verdade que <v> tem tendência a aumentar com o passar do tempo. Isto está de acordo, em traços gerais, com o que Maia 1986 (1997:472ss.) regista para textos galegos e portugueses de características semelhantes aos aqui editados, assim como está de acordo o facto de qualquer das duas grafias poder surgir em posição inicial ou medial (os contextos em que a consoante ocorre).

Não obstante, a tendência de aumento de <v> que aqui registamos não é tão forte que, ao findar o período para que dispomos de textos (o último é de 1397), <u> esteja estigmatizado; pelo contrário, essa variante é ainda plenamente utilizada, no mínimo tão válida como <v>. Mais uma vez os dados não são afastados dos de Maia 1986 (1997:472ss.), pois a A. diz precisamente que “embora haja exemplos de *v* desde o século XIII, é sobretudo a partir do séc. XV que as formas com *v* se multiplicam” (p. 474); na p. anterior, tinha já escrito que “*u* é bastante mais frequente que *v*”.

Um exemplo desse estatuto primordial de <u> no nosso *corpus* é que <v> nunca chega a ser muito frequente em posição medial. Com efeito, o primeiro caso de <v> em posição verdadeiramente medial é “almocreve”, no texto 29 (1311, E. Peres); disse verdadeiramente medial, porque antes desse caso há “cōven”, no 9 (P. (E)Anes, 1293) — onde, na realidade, <v>, devido à mudança de linha, está no início de novo processo de escrita / de nova unidade ou palavra gráfica. Depois do caso do doc. 29, há várias ocorrências de <v> medial (duas dezenas), ao longo de todo o período remanescente, mas, como já foi referido, sempre muito mais raro do que <u>. Isso e mais do que vimos concorda com os dados cronologicamente subsequentes de Cardeira 1990, que respeitam a textos emanados do *scriptorium* do mosteiro de Alcobaça no segundo quartel do séc. XV: a A. nota (*passim*) que a grafia <v> para representar /v/ (ou /u/) apenas ocorre em posição inicial de palavra; em posição interior, é <u> a grafia exclusiva (mais uma vez dos dois fonemas), que concorre com <v> em posição inicial (sem uma preferência clara por parte do todo do *scriptorium*).

Essa preferência incisiva de <u> em posição medial não tem, naturalmente, nenhum valor linguístico; antes dependerá de preferências gráficas, ou seja, hábitos de escrita, processos scriptológicos. De facto, o <v> medieval, com o seu desenho mais ou menos alongado, ajusta-se pior à posição interior de palavra do que <u>.

Na tabela seguinte apresento o evoluir das duas grafias de /v/ ao longo do *corpus*:

⁷³⁵ Como o apelido “Carpelho”, que Machado, *id.*, também regista e de que diz: “Antiga alcunha. Estará por *carapelho*, designação popular do *carapau*, que também se usa como apelido”.

Tabelião	<u>	<v>
D. Viegas (SVB) (1 doc., 1274) ⁷³⁶	87,5%	12,5%
J. Domingues (CN) (1, 1283)	85,71	14,29
P. Moniz (SVB) (5, 1285-1292)	87,6	12,4
P. (E)Anes (SVB) (18, 1293-1304)	75,48	24,52
E. Peres (SVB) (8, 1306-1312)	84,82	15,18
F. Soares (SVB) (5, 1317-1325)	77,67	22,33
A. Domingues (SVB) (16, 1327-1350)	79,68	20,32
P. Gonçalves (Pr) (1, 1331)	76,67	23,33
A. Clemente (SVB) (23, 1332-1363)	79,2	20,8
M. Jordão (CB) (1, 1333)	72	28
M. Anes (CN) (1, 1342)	64,29	35,71
G. Esteves (CB) (2, 1351-1358)	47,37	52,63
D. Miguens (SVB) (8, 1355-1368)	87,29	12,71
A. Peres (CN) (1, 1359)	93,75	6,25
V. Domingues (SVB) (1, 1366)	42,42	57,58
G. Martins (SVB) (3, 1376)	82,88	17,12
J. (E)Anes (SVB) (1, 1377)	87,5	12,5
V. Clemente (CB) (2, 1386)	71,15	28,85
A. Anes (CB) (1, 1397)	46,15	53,85

Como apêndice à tabela, notaremos que a década de 1350' é uma espécie de marco. De facto, o primeiro texto em que há uma equivalência na frequência das duas grafias é o 73 (1354, 18.º de 23 textos de A. Clemente, que tem a sua produção entre 1332 e 1363), com 6 ocorrências para cada. No texto seguinte, do mesmo ano e do mesmo tabelião, as percentagens continuam muito próximas: 11x <u> vs. 10x <v>. Mas no que se segue (1359, id.), já volta a aparecer uma percentagem típica para as duas grafias: 71,43% para <u> contra 28,57% de <v> (representando 25 vs. 10 em termos de ocorrências). O padrão de domínio claro de <u> continua nos restantes textos desse tabelião (que vão de 1360 a 1363), mas o próximo tabelião que representa a década de 1350', G. Esteves (1351-1358, 2 textos), é o primeiro a apresentar uma maioria de uso de <v>.

Depois de G. Esteves, há a mesma reacção de <u> que parece existir nos últimos textos de A. Clemente, mas com mais dois tabeliões (V. Domingues e A. Anes, com um texto cada, respectivamente de 1366 e 1397) em que <v> suplanta <u>; posto que lentamente e contra um uso de <u> que se manterá muito forte até ao final do *corpus*, <v> vai claramente ganhando terreno.

⁷³⁶ Dentro dos últimos parênteses surgem (i) o número de docs. que cada tabelião tem no *corpus* e (ii) a datação desse(s) mesmo(s) documento(s). Quer <u> quer <v> surgem em todos os docs. do *corpus*, o que se deve ao facto de /v/ ser muito frequente (por isso dispensei na tabela a indicação do número absoluto das ocorrências de cada grafema por tabelião). O número de docs. de que dispomos para cada tabelião é indicado por razões óbvias: um tabelião com 10 textos é mais representativo do que um com apenas um texto.

Exemplo daquela aparente reacção de <u> são os textos de D. Miguens, outro tabelião que representa a década de 1350' (com a produção dos seus 8 docs. localizada entre 1355 e 1368); cf. primeiramente a sistematização dos dados:

Textos do tabelião D. Miguens	<u>	<v>
83 (1355)	73,33%	26,67%
84 (1357)	60,61	39,39
85 (1361)	92,31	7,69
86 (1363)	90	10
87 (1363)	96,15	3,85
88 (1363)	86,21	13,79
89 (1366)	97,92	2,08
90 (1368)	97,56	2,44

É sem dúvida muito interessante a forma como <v> cresce ao longo de 1350' e desce abruptamente, para um domínio esmagador de <u>, na década seguinte.

O restante tabelião do *corpus* que representa a década de 1350', A. Peres (1 texto, 1359), apresenta uma percentagem condizente com o que vamos encontrar depois — logo depois, uma vez que o texto é de 1359 (i.e. já do final da década).

Várias questões de natureza eminentemente scriptológica, assim, se levantam; para as resolver — e, naturalmente, para se poder afastar com certeza a hipótese de que demos de frente com algumas coincidências —, será necessário estudar aprofundadamente todo este ponto das grafias de /v/ à luz de uma comparação entre *corpora* de diferentes proveniências.

É curioso notar também, numa análise dos dados sistematizados na primeira tabela, que os tabeliões de Castelo Branco têm, em termos gerais (embora por não muita diferença), maior ocorrência de <v> do que os das outras localidades (S. Vicente da Beira, Castelo Novo e Proença(-a-Velha)); alguma tradição scriptológica? Ou alguma influência de um centro exterior?

Uma nota lateral ainda para os casos “vnjuerssayro” e “vnyuersayro”, que ocorrem no 77 (1363, A. Clemente) e em que se vê que o grafema <v> também podia ter referência vocálica (simetricamente a <u>, que também apresentava referência consonântica). No entanto, de tão excepcionais que são, os dois casos citados mostram que aquele uso de <v> não era corrente na região, aparecendo só numa palavra isolada e que, certamente, era frequente ter <v> por [u] e <u> por [v] — surgindo <v> mais uma vez em início de palavra. Em mais um caso notamos dados próximos dos de C. Maia: para representar a vogal [u], a A. apenas regista o possível emprego de <v> nos documentos da Galiza: “Nos documentos portugueses analisados [o fonema /u/] aparece sempre representado por *u*, ao passo que na Galiza, em qualquer época e região abrangida pelo presente estudo, pode surgir também o grafema *v*, embora com uma frequência incomparavelmente menor que *u*. Relativamente aos documentos galegos, *u* e *v* são, pois, sob o aspecto considerado, grafemas equivalentes” (Maia 1986 (1997:425)).

2.2. Sistema de sibilantes, I: africadas pré-dorso-dentais e fricativas ápico-alveolares

1] Do sistema medieval de quatro elementos — /ts,dz/, vindos sobretudo de K e T latinos, e /ʃ,z/, vindos do S da mesma língua —, sobraram-nos para a língua contemporânea importantes diferenças ao nível dos dialectos; cf. o que se disse sobre o assunto no **Capítulo I, Secção B, 2.2.1**, início do §1, onde se vê que passa no Sueste da Beira uma isófona importante: a isófona que deixa a Norte os dialectos portugueses que conservam as sibilantes ápico-alveolares⁷³⁷.

Muito tem sido dito acerca da evolução do sistema de sibilantes, que é um dos fenómenos mais estudados da história da língua e, como Lorenzo 1995:231 refere, “un dos problemas máis apaixonantes da fonética histórica romance, con grande incidencia na Romania Occidental e, de maneira particular para nós, na zona occidental da Península Ibérica”. Por isso apenas destacarei, numa espécie de síntese crítica, os principais pontos que têm ressaltado dos estudos e se prendem com o que aqui nos interessa:

- (i) A grafia normal das sibilantes no português antigo era: <c,ç> para a pré-dorso-dental surda, <z> para a sonora⁷³⁸; <s>, singelo ou duplo, para as ápico-alveolares, sem distinção absoluta entre a sonora e a surda.⁷³⁹ Um sistema parecido ao que temos hoje.
- (ii) Distingua-se, assim, a etimologia na escrita — e.g. ‘cozer’ vs. ‘coser’, ‘passo’ vs. ‘paço’ —, mas estão atestados exemplos de confusão desde a segunda metade do século XIII, do Norte ao Sul do país e na Galiza; cf. principalmente Cintra 1963:72-75, Maia 1986 (1997:438-468), Cardeira / Fernandes 1997:61-62, Cardeira 2003:passim; os exemplos dizem respeito tanto à substituição de z/c/ç por s como ao inverso. Essa confusão atestará a perda do elemento oclusivo das africadas pré-dorso-dentais, que se aproximaram das fricativas ápico-alveolares; anteriormente, os seus modos de articulação muito diferentes deixavam as quatro consoantes bem distintas, mas agora, todas fricativas e com pontos de articulação próximos, estão sujeitas a confusão. — Deixemos de parte a evolução na Galiza, a que voltaremos, e concentremo-nos na que se deu em Portugal.
- (iii) Um sistema de quatro fricativas — o mesmo do Norte Interior de hoje — pode ser encontrado, portanto, já no séc. XIII, mas, com maior ou menor confusão, a simplificação em apenas dois elementos só parece ter-se dado no dialecto padrão nos finais do séc. XVI: por um lado, as confusões gráficas mantêm-se esporádicas até essa época; por outro, Fernão de Oliveira, na primeira Gramática do português, ainda distingue claramente os quatro elementos anteriores, ao passo que o seu sucessor João de Barros nada diz sobre isso. É só com Pero de Magalhães de Gândavo e Duarte Nunes de Leão, na parte final do XVI, que vemos gramáticos e

⁷³⁷ Foi essa a isófona que Lindley Cintra, na *Nova Proposta*, utilizou para delimitar os dois grandes grupos de dialectos da língua: vejam-se os **Anexos I e II** da **Introdução** atrás, assim como o seu ponto **1. Região de transição**.

⁷³⁸ Isto numa visão simplificada, correspondente ao período de estabilização ortográfica que ocorre do final do séc. XIII para o início do XIV (que é fundamentalmente o que nos interessa aqui). Em todo o caso, voltaremos a esta questão.

⁷³⁹ Trataremos no § seguinte das grafias das ápico-alveolares, para tentar esclarecer o que o nosso *corpus* nos pode dizer a respeito de possíveis variações na representação de /ʃ/ e /z/. Tem ressaltado na literatura a questão de se se praticava, em alguma medida, uma distinção gráfica entre esses dois fonemas semelhante à actual: <ss> para o surdo, <s> para o sonoro.

ortografistas atestarem o fenómeno. Cf. sobretudo Teyssier 1980 (2001:49-51) e Castro 2006:162&188-192.

- (iv) Se em Portugal o panorama actual apresenta o Nordeste com um sistema conservador que guarda as antigas distinções etimológicas e o resto do país com um outro que as simplifica apenas num par (com escolhas diferentes), as regiões linguísticas confinantes com Portugal também apresentam algum interesse. Todos tiveram, a dada altura, o mesmo sistema primitivo de /tʰ, dʰ/ e /ʃ, z/, mas foi quando as africadas se simplificaram (o que, segundo Lorenzo 1995:232, se deu em todas as regiões ao mesmo tempo) que foram tomadas opções diferentes. No domínio castelhano, todas as sibilantes ensurdeceram mas: a) no castelhano propriamente dito, a distinção etimológica fundamental manteve-se: /ʃ, z/ medievais evoluíram para /ʃ/, e /s, z/ para a inter-dental /θ/; é fácil de ver que a passagem da antiga pré-dorso-dental a inter-dental é uma estratégia, por meio de alargamento da diferença articulatória, de manutenção da distinção etimológica. b) Numa extensa zona da Andaluzia, deu-se uma convergência na articulação pré-dorso-dental — como no português centro-meridional —, passando /ʃ, z/ e /s, z/ a apenas /s/. Na parte ocidental da Galiza deu-se, maioritariamente, o mesmo que na Andaluzia, embora também haja zonas em que a simplificação se deu em direcção à apical (ficando-se, portanto, com apenas /ʃ/) e outras em que se conservou a distinção /ʃ/~s/; já na parte oriental (maior do que a ocidental), verifica-se o mesmo que no castelhano. Para o percurso destas evoluções, v., para começar, Maia 1986 (1997:438-468 (esp., para o galego, 449-450)) e Lorenzo 1995:232-233 (que retoma muito do que já no seu artigo de recensão a Maia 1986 havia dito: Lorenzo 1987:463-465). — Destaca-se assim o facto de só em Portugal — e em todo o Portugal — se ter conservado a articulação sonora, igualmente como o de os dialectos portugueses do Norte Interior representarem um intervalo entre as zonas de simplificação da Galiza e as do resto do país.
- (v) Voltando ao quadro português: O facto de a convergência só se ter concretizado na Norma no séc. XVI não impede, naturalmente, que já houvesse regiões em que a simplificação tinha ocorrido, coexistindo assim vários sistemas (como diz Lorenzo 1995:236, referindo-se fundamentalmente ao Galego). A clivagem entre documentação literária e documentação não literária é, a este respeito, sugestiva: como Cardeira 2003:142 nota e não é totalmente de estranhar, a ocorrência de confusão é muito maior, durante todo o período medieval, na documentação não literária, por oposição à literária. Nesta, mais culta, cuidada e com o apoio de um conhecimento superior do latim (ou seja, da etimologia), as confusões eram mais evitadas — sendo, genericamente, muito raras ou inexistentes —, mas podiam verificar-se na mesma na oralidade — como os documentos não literários estão aí para mostrar. Isto mostra a relatividade da língua escrita, que não tem de deixar transparecer a oralidade; com efeito, embora o paralelismo não possa ser absoluto, não devemos esquecer-nos de que, hoje em dia, se distingue a etimologia das sibilantes na escrita, em contraste flagrante com o que se passa na oralidade da maior parte do país (ou seja, excluindo o Nordeste e incluindo a Norma e os principais núcleos urbanos): o que conta aqui é a aquisição da norma escrita. A influência do segmento normativo da língua escrita — o qual é natural corresponder à escrita mais culta (e / ou tradicional) verificada no sector geográfico que ostente mais prestígio (e / ou maior legitimação) para o efeito — é, sem dúvida, um factor muito importante a considerar. É claro, por outro lado, que a relatividade da língua escrita se coloca na análise de todos os fenómenos linguísticos para que não tenhamos dados explícitos; mas também é claro que nuns se coloca mais do que

noutros, como claro é que a evolução do sistema de sibilantes pertence aos primeiros (por força fundamentalmente das confusões gráficas que se registam, com tanta legitimação fonético-fonológica e dialectológica, e da clivagem tão forte entre textos literários e não literários). — Assim, mesmo que devamos, em princípio, aceitar que o sistema de sibilantes só adoptou a simplificação que se conhece, no dialecto-padrão, no séc. XVI, devemos, quanto a outras variedades da língua, estar de mente especialmente aberta — quer para um lado quer para o outro.

Apesar de muito já se ter escrito a respeito da evolução das sibilantes na língua, ainda muito falta estudar, pois existe uma grande lacuna ao nível do estudo de *corpora* de regiões dialectais que não compreendam as áreas de Lisboa e Noroeste (estudo que, na sequência do que vimos, é muito importante para a compreensão do processo evolutivo das sibilantes). Observaremos a seguir o contributo dos nossos dados.

Os seguintes casos atestam transparentemente troca de sibilantes, remetendo para confusão e, portanto, para um estado de língua já sem as africadas. Não se encontram exemplos em posição inicial de palavra.

Tabelião	Posição medial	Posição final
D. Viegas (SVB; 1 doc., 1274)	—	—
J. Domingues (CN; 1 doc., 1283)	—	—
P. Moniz (SVB; 5 docs., 1285-1292)	—	—
P. (E)Anes (SVB; 18 docs., 1293-1304)	—	—
E. Peres (SVB; 8 docs., 1306-1312)	—	—
F. Soares (SVB; 5 docs., 1317-1325)	“qizer” 2x (1325)	—
A. Domingues (SVB; 16 docs., 1327-1350)	“Reçaluada”, “couzass” 2x, “ssuzo” 3x (1327); “couzass”, “quyzer” (1328); “couzass”, “quyzer” (1328); “quyzer” (1329); “qujzermos” (1332); “qujzermos”, “vjzeu” (1333); “qujzer” (1334); “gozêdo”, “qujzer” (1335); “gozêdo”, “qujzer” (1335); “qujzermoss” (1336); “qujzermoss” (1339); “qujzer”, “mãço” (1342); “qujzer” (1342); “qujzermos” (1343); “qujzermoss” (1349); “qujzer”, “qujzermoss” (1350)	“yas”, “ssauaschães” (1327); “rays” (1328); “ssauasschãães” (1328); “paes ⁺ ” (1335)
P. Gonçalves (Pr; 1 doc., 1331)	—	—
A. Clemente (SVB; 23 docs., 1332-1363)	—	—
M. Jordão (CB; 1 doc., 1333)	—	—
M. Anes (CN; 1 doc., 1342)	“prezêtes”	“esteuêes” 2x,

		“esteuêes”, “sauaschaaes”
G. Esteves (CB; 2 docs., 1351-1358)	—	—
D. Miguens (SVB; 8 docs., 1355-1368)	“Prezêça” (1366)	—
A. Peres (CN; 1 doc., 1359)	—	—
V. Domingues (SVB; 1 doc., 1366)	—	—
G. Martins (SVB; 3 docs., 1376)	“dazcarygo” ⁷⁴⁰	—
J. (E)Anes (SVB; 1 doc., 1377)	—	—
V. Clemente (CB; 2 docs., 1386)	—	—
A. Anes (CB; 1 doc., 1397)	—	—

Outros casos apresentam uma grafia *estranha* para as sibilantes, i.e. apresentam uma grafia que foge à regra geral de: (i) <c,ç> para [ts]/[s] e <z> para [dz]/[z], (ii) <s,ss> para [ʃ] e [ʒ], e que pode levantar questões acerca da pronúncia das consoantes.⁷⁴⁰ Há seis tipos diferentes a considerar.

a) Uso de <ch> — Há apenas uma ocorrência desta grafia: “(n)hno do) achor”, caso que surge no único texto do tabelião V. Domingues (SVB, 92, 1366) e está pelo topónimo ‘Ninho do Açor’, localidade da zona. ‘Açor’ vem do lat. ACCEPTORE-: cf. documentação, indicações e referências sobre a evolução em Corominas 1980-1991, s.v. «azor», Nascentes 1952-1955, s.v. «açor», Machado 2003, s.v. «açor», Viterbo (Fiúza) 1966, s.v. «Açores», Vasconcelos 1892b:289, n.1, Lorenzo 1977, s.vv. «açor¹» e «açor²»; alguns destes AA. citam “nidum de açor” (ou “azor”?), i.e. o topónimo aqui em causa, já no Foral de Idanha-a-Velha de 1229 (*Portugaliae Monumenta Historica, Leges et Cons.*, I^{IV}:615). Não se encontram, como seria de esperar, formas com <ch>.

No nosso *corpus*, ‘açor’ aparece mais três vezes, todas no topónimo, no doc. 53 (A. Domingues, 1349) e sob a forma “(n)hno do) açor”. Certamente o autor do texto 92, tentando grafar a africada pré-dorso-dental, que era um fonema de que a língua que passava à escrita já não dispunha mas que ainda se faria sentir de algum modo no

⁷⁴⁰ Nos textos mais antigos (*grosso modo* até à viragem do séc. XIII para o XIV), <z> pode representar [ts]/[s] — cf. “vizête” no texto 11 (P. (E)Anes, 1294) —, assim como <c,ç> podem representar o par sonoro — cf. “facer” e “ffaçemos” no texto 1 (D. Viegas, 1274) —, embora em regime excepcional. Como Maia 1986 (1997:439ss.) refere, a distinção gráfica entre [ts]/[s] e [dz]/[z] só ganha cariz absoluto na nossa ortografia na passagem do séc. XIII para o XIV, seguindo idêntico processo de outras ortografias ibéricas (e que surge no decurso da adopção da ortografia francesa sobre o substrato visigótico; cf. a esse respeito Menéndez Pidal 1926 (1980:63-66)). Até à época referida, é possível, nos textos galego-portugueses, encontrar semelhança de grafias entre aquelas consoantes, mais ou menos frequente; sendo no nosso *corpus* já pouco frequente.

A questão que acabamos de ver não interessa, evidentemente, para a confusão nas sibilantes, pois não representa nenhum fenómeno. Em igual caso está a alternância mais ou menos livre entre <c> e <ç> antes de *e, i* e *a, o, u*: é possível encontrar em toda a época quer <ç> antes das vogais palatais quer <c> antes das não palatais para representar a pré-dorso-dental; cf. no nosso *corpus* p. ex. “Çenteo”, “çertas”, “çertos” no último doc. (99, 1397, A. Anes) e “reçebemos”, “reméçeu” “façer” no primeiro (1274, D. Viegas), variados casos de “c” antes de vogal não palatal nos textos de P. Moniz (3-7, 1285-1292) e “côdjções” no último doc., etc; para exemplos nos textos de Maia 1986 (1997), cf. pp. 442-3 e 451.

No entanto, se <c> pode representar normalmente a oclusiva velar surda antes de *a, o, u*, já <ç> só pode representar essa consoante em regime tão excepcional que, em princípio, nos remete para algum tipo de irregularidade ou lapso de escrita; cf. no nosso *corpus* “vaças” no 34 (F. Soares, 1317), “açoiteçerõ” no 99 (A. Anes, 1397); significativamente, C. Maia não regista este uso no extenso *corpus* que analisa (cf. as grafias que a A. encontra para [k] a pp. 430-431 (e para os de [g] pp. 437-438)). Para um desenvolvimento desta questão, que se prende com as grafias de /k/, cf. adiante a alínea *b* do §3 de 2.6.

panorama do falante, socorreu-se do grafema do som mais próximo: a africada palatal surda.⁷⁴¹

Ficaremos, assim, com mais uma atestação indirecta da supressão das africadas pré-dorsais na língua. Que ainda se fizessem sentir pelo menos em alguns dialectos, sendo importante, não é, por outro lado, propriamente surpreendente: não só se estava ainda em época recuada, como é sabido que os traços fonéticos não desaparecem de um dia para o outro. Para além disso (e mais significativo ainda), chegaram até à época contemporânea, na linguagem da região (mais propriamente em Monsanto), vestígios da africada pré-dorsal sonora em alguns numerais, como notámos no §1'-c do **Cap. I, Secção B, I. Fonética, 2.2.1.**

b) Uso de <sc> — Temos duas ocorrências desta grafia; em ambas, de acordo com o étimo, se esperaria apenas uma africada ou fricativa pré-dorso-dental: “cõposisçóm” no doc. 33 (E. Peres, 1312) e “susçessores” no 55 (P. Gonçalves, 1331). C. Maia nota um caso semelhante, mas em documento galego (Pontevedra): “seruisço” em 1299 (Maia 1986 (1997:442)); aduz ainda exemplos da mesma grafia referenciados por Menéndez Pidal 1926 (1980:67) e Alvar 1953:77 para respectivamente um documento castelhano e documentos aragoneses do séc. XII. Para a A., a grafia <sc> “parece fazer referência ao carácter africado da pré-dorsal surda” (Maia 1986 (1997:442)). Cardeira 2003:133 encontra um caso parecido: <sc> em “posciçom” num documento de Lisboa de 1297; conhecendo os dados e a opinião de Maia, a A. refere que em “*posciçom* (<POSSESSIONE-), no entanto, <sc> não poderá ser interpretado do mesmo modo [de Maia 1986 (1997)], uma vez que corresponderia etimologicamente a uma apicoalveolar surda” (Cardeira 2003:134-135). De facto, se o caso representar efectivamente confusão nas sibilantes, como outros da mesma época que a A. regista (cf. p. 133), pode ser uma tentativa forçada e artificial de representar o som etimológico, ou seja, a africada; como pode não o ser.

Menéndez Pidal 1926 (1980:67) tem mais lições importantes; para além de um caso de <sc> — “Masçanares” num doc. de 1114 de Oña —, já referenciado, são citados pelo A., para a fase muito antiga que estuda (e respeitando ao lado de lá da fronteira), outros de grafias combinadas na representação de etimológica africada pré-dorso-dental surda: <cc>, <zz>, <sz>, <zc>, <cz>, <s> seguido do grafema que combinava um <z> com um <c>, ligando o primeiro à parte inferior deste (trata-se esse grafema do antecessor, de origem visigótica, do que viria a ser <ç>), e o inverso, ou seja, o proto-ç seguido de <s>. Podemos ter, de facto, na grafia <sc> (ou <sc>) mais uma forma antiga de representação da africada, que era som inexistente no latim e é natural desse azo a várias grafias antes de uma fixação uniformizadora.

Todavia, a verdade é que não podemos concluir nada de seguro dos casos que encontramos, nos nossos textos, das grafias *mistas* <sc> e <sc>, que surgem em tão poucos casos e em palavras que fazem parte do léxico corrente dos textos notariais (como que *léxico de especialidade*, mas longe de ser *de exclusividade*). Não se pode dizer que seja impossível atestarem uma confusão nas sibilantes, pois estão para a mesma época registados casos dessa confusão; nessa ordem de ideias, <sc> e <sc> representariam como

⁷⁴¹ Não podemos tirar nenhuma lição do caso de <çh> que Maia 1986 (1997:451), uma única vez, nota nos seus dados: “arçhidiago” em documento de 1411 de Valença do Minho. Essa forma está condicionada pelo étimo (lat. ecles. ARCHIDIACÔNU-) e pela variante erudita ‘arquidiácono’; estão, expectavelmente, registadas variantes com <ch> para época: Houaiss 2001, p. ex., regista, s.v. «arcediago», “archidiagóo” para 1274 e “archidiacono” para 1423.

que uma hesitação na escolha ou identificação da sibilante. Pode acontecer, mas insiste-se que é tudo demasiado opaco.

c) Uso de <çç> — Nos textos do tabelião V. Clemente (97 e 98, 1386), há 4 ocorrências dessa grafia: “vjndjcçõ” no 97, “vendjcçõ” no 98 e “precço” nos dois. Isto a par de muitos <c> e <ç> simples.

Pode ser dito para esta grafia, que se insere no tipo das grafias duplas que Menéndez Pidal 1926 (1980:67) cita e vimos na alínea anterior, fundamentalmente o mesmo que se disse para a dessa alínea: pode ser uma forma de grafar a africada, mas os casos são tão excepcionais que podem não remeter para nada significativo.

No entanto, aqui, devido ao carácter cronologicamente avançado dos exemplos, é ainda mais problemático aferir se há algum facto importante: sendo difícil ver confusão nas sibilantes, pois <c> e <ç> são grafemas das pré-dorsais, pode todavia haver uma representação forçada da africada surda, que pelo menos certos dialectos já teriam simplificado. De facto, já muito antes de 1386 se pode registar confusão gráfica nas sibilantes, o que remete claramente para um estado de língua em que as africadas já tinham sido simplificadas.

d) Uso de <çc> — No doc. 24 (P. (E)Anes, 1302), há “acaçceu”, do verbo arcaico ‘acaecer’ < *ACCADESCĒRE. Coloca-se a possibilidade de haver uma representação do s já assimilado articulatoriamente ao c, mas ainda com uma posição métrica; i.e. uma representação em que uma dupla articulação consonântica ainda se fazia sentir.

Em todas as outras formas de verbos derivados do sufixo incoativo latino - (E)SCĒRE que se encontram no *corpus* e em que ao radical se segue uma vogal palatal, temos sempre representações com uma só consoante: -(e)cer, que é o resultado normal em português. Citem-se, p. ex., as restantes ocorrências de ‘acaecer’: ⁷⁴² “aqueecerõ” (texto 33, E. Peres, 1312), “aquéeçer” (id.), “aquéeçesse” (id.), “aquéeçerõ” (id.), “aqéeçeo” (35, F. Soares, 1319), “aquaeçerã” (39, A. Domingues, 1327), “acaecerã” (40, id., 1328), “acaecerã” (44, id., 1333), “acaecerã” (52, id., 1343), “acaecerã” (54, id., 1350), “aqueecerõ” (66, A. Clemente, 1338), “daqueecer⁺” (id), “aquaeecerom” (71, id., 1351), “aqueecerõ” (72, id., 1354), “aquaeecerom” (78, id., 1363), “Acaeçu⁺” (79, M. Jordão, 1333), “acaecerõ” (81, G. Esteves, 1351), “aqueecerõ⁺” (94, G. Martins, 1376), “aqueecessem⁺ 743” (id.), “daqueecer⁺” (id.), “aqueecessem⁺ 744” (id.), “daqueecer⁺” (id.).

Não é porém impossível que em P. (E)Anes, tabelião com textos de fins do séc. XIII-inícios do séc. XIV, ainda se note algum eco, pelo menos gráfico, da dupla articulação ⁷⁴⁵. Mas a verdade é que a ausência, injustificável do ponto de vista

⁷⁴² Todas as formas com verbos derivados de -ESCĒRE que podem ser encontradas no *corpus* estão citadas adiante em **II. Morfo-Sintaxe, 2.3**, alínea **a**, onde se faz uma análise da conjugação desses verbos.

⁷⁴³ Três abreviaturas não desenvolvidas, todas traços de significação geral; apenas o “a” não está coberto.

⁷⁴⁴ Duas abreviaturas não desenvolvidas, ambas traços de significação geral: o primeiro sobre “quec” e o segundo feito na continuação da última perna do “m” (abrangendo desse modo o segmento “em”).

⁷⁴⁵ Com base num vasto *corpus* documental estendido dos primeiros textos escritos em português ao séc. XIX, Costa 2007, estudando a evolução do segmento -sce/i- na diacronia da língua, nota que já no início da produção escrita as grafias que remetem para uma realização consonântica simplificada (/ts/ ou /s/) são marcadamente as dominantes. Grafias que podem remeter para uma conservação da dupla articulação (entre as quais se incluem um caso de <çc> — a variante gráfica do nosso *corpus* que comentamos nesta alínea —, no verbo ‘pertencer’, que o A. regista em doc. do Minho do séc. XV (p. 129)) vão aparecendo amiúde, distinguindo-se duas fases: (i) do séc. XIII para o XV diminuem, e (ii) a partir do XVI, na sequência do revivalismo latinista do Renascimento, aumentam. Nesta segunda fase há, como seria de esperar, menos

fonológico, do *e* etimológico faz com que em “acaçceu” se afigure provável termos apenas algum lapso de escrita e / ou confusão linguística. A confusão linguística dever-se-ia a uma hesitação entre uma representação do hiato etimológico (que daria uma forma do tipo *acaeeceu*), uma representação já com a primeira vogal do hiato assimilada (tipo de *aquececu*) ou até uma representação com o hiato já resolvido (*aqueceu*). À luz do que se encontra no *corpus* a respeito do processo de tratamento desse tipo de hiatos — v. sobre isso atrás 1.9.1 —, as três opções (-ae-, -ee- ou -e-) seriam possíveis (sobretudo as primeiras duas); alternância essa propícia a hesitações, claro está.

Um lapso de escrita seria justificado pelo facto de na escrita antiga a vogal <e> poder ser cedilhada, posto que raramente; facto ainda mais relevante sabendo que <e> e <c> podiam ser nessa escrita extremamente semelhantes. No nosso *corpus*, apenas temos um exemplo de <e> cedilhado, e ocorre precisamente quando a vogal está junto de <c>: “rreçebj” no 26 (E. Peres, 1306).

e) Uso de <t> — Surge nos textos de apenas três tabeliões, apresentando-se como uma possibilidade de grafia do sufixo patronímico -iz. Trata-se, portanto, de uma grafia exclusiva da posição final de vocábulo, restrita a um tipo lexical bem determinado e que não surge em regime de exclusividade — antes é muito esporádica no conjunto do *corpus*.

Os casos, num total de 38, são: 1) texto do tabelião D. Viegas (1, 1274): “gõçaluit” 2x; 2) P. Moniz: *martijt* 6x, “domĩguit” 2x no texto 3 (1285); 3) A. Domingues: “giraldit” 2x no 39 (1327), “giraldit” e “bernalnit” no 40 (1328), “domjgit” e “gyraldit” no 42 (1329), “domjgit” 2x no 43 (1332), “Rodrijgit” e “domjgit” no 46 (1335), “giraldit” e “domjgit” no 47 (1335), “domjgit” 2x no 48 (1336), “domjgit” 2x, “gjalnit”, “mééndit” e “domjgit” no 49 (1339), “gõçaluit” no 50 (1342), “domjgit” no 51 (1342), “domjgit” 3x no 53 (1349), “domjgit” 4x no 54 (1350).

Maia 1986 (1997:454-455), depois de ter assinalado confusão nas sibilantes desde o séc. XIII em textos da Galiza (incluindo a posição final), aponta alguns casos da grafia <t> em textos da mesma proveniência do séc. XIII, os quais surgem apenas, tal como no nosso *corpus*, no patronímico (em contexto etimológico da africada pré-dorsal sonora, portanto). Essas formas, “relativamente poucas”, são: “Rodriguit”, em documento de 1262 de Nendos (Corunha); “Domĩgit”, 1269, La Guardia (Pontevedra); “Pelaet”, 1267, Orcellón (Ourense). Depois discriminar os casos, a A. indica mais formas de patronímicos com aquela grafia, a partir de colecções de documentos antigos galegos, castelhanos e aragoneses (cf. Maia 1986 (1997:454-455,n.3)); cita seguidamente duas tentativas autorizadas de explicação dessa grafia, embora se prendam fundamentalmente com além-fronteira. Por um lado, o seguinte passo de Alonso 1969:92-93:

variantes gráficas (o que é distinto de *menor variação gráfica*); as grafias que podem remeter para dupla articulação são fundamentalmente <sc> ou <sc̃>.

Todavia, nunca na história da língua o segmento -sc-, quer apenas ortográfico quer propriamente fonético, logrou estar perto da vitória. A isso não será alheio, como ressalta Costa, o facto de a pronúncia correspondente ser, ao nível articulatorio, problemática (na fonética normal do português, [ʃ]). Por isso mesmo, hoje em dia decorre na língua uma mudança que simplifica o segmento em mero [ʃ]: e.g. “na[ʃ]er” = ‘nascer’. Como essa é a realização da Norma, também a variante antiga [s] (“na[s]er”), que ainda vive em dialectos, está a ser por ela substituída — sendo assim a referida mudança, embora por causas diferentes, transversal aos dialectos portugueses contemporâneos. Costa 2007:155-204, com base em materiais do Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza, também estuda esses dialectos.

[...] en la triple grafía -z, -s y -t del siglo XIII podrá verse una real instabilidade de la pronunciación, como hace E. C. Hills, *Spanish patronimics in -z*, en *Rev. Hisp.*, 1926, página 15; o más probablemente, los tanteos de los escribas por representar con las letras a mano un sonido peculiar que no era como la z (pues era sordo), ni como la t (pues era fricativo, a veces quizá africado), ni como la s (pues era ápicodental), ni como la ç (pues era «floxó»); pero hemos de ver también una preocupación etimologista, por decirlo así, de los escribas, un resabio de las redacciones latinas, puesto que la triple grafía sólo se daba en los patronímicos: no se escribían en el siglo XIII ni *crus* ni *crut* por *cruz* (sólo excepcionalmente se recogen antes *alhot* por *alfoz*, siglo XI, o *at* por *haz* de mieses, siglo XII).

Por outro, a opinião de Menéndez Pidal de que o uso de <t> onde se esperaria <z>, que acontece sobretudo nas formas patronímicas, surgiria na sequência duma “gran analogía de la t final con la z”, a qual se devia ao facto de quer t quer d poderem ter não só um valor oclusivo como também um fricativo (cf. M. Pidal 1944:223-225). A opinião da própria C. Maia vai no sentido de que o uso de <t> seja “uma tentativa de representar a consoante africana da sílaba final” (p. 455).

Também já Leite de Vasconcelos, nas *Lições de Filologia Portuguesa*, comentando formas patronímicas medievais galegas e portuguesas com -<t> — esta grafia também surge amiúde em textos portugueses antigos, não sendo o nosso *corpus* singularidade —, considerou estar na presença de uma forma de grafar a africana: pronunciando-se, no uso *escolar* do latim, -T como [d], utilizou-se aquele símbolo para representar o análogo -z (cf. Vasconcelos 1911 (1966:206&457)).

De facto, com uma dependência clara dos patronímicos e um uso que parece cingir-se à preferência do escriba — é isso que os dados, em termos gerais, indicam, sendo a grafia em questão fundamentalmente rara e sem aparente nexos com a confusão transparente de sibilantes —, é-se levado a crer que -<t> é um modo de grafia da africana que se especializou nas referidas formas nominais (que são por natureza distintas).

No nosso *corpus*, o uso dessa grafia pode ser dividido em dois tipos. Em primeiro lugar, o dos primeiros textos em que o atestamos, ou seja, dos tabeliães D. Viegas e P. Moniz. São textos da fase mais antiga do *corpus* e ainda distantes, por algumas décadas, dos primeiros casos de confusão que, no mesmo *corpus*, podemos atestar com segurança nas sibilantes (cf. a tabela acima); ver no uso de <t> confusão nas sibilantes nesses textos vai declaradamente contra o que o resto dos dados nos mostra.⁷⁴⁶

O segundo tipo é formado pelos casos que atestamos em A. Domingues, que surgem mais de quarenta anos depois dos últimos casos do primeiro tipo. Os textos de A. Domingues são, de todo o *corpus*, os que mais confusão nas sibilantes apresentam, e deixam claro que as africanas já não estavam no sistema fonológico de quem os escrevia. O uso de <t> poderia, aí, ser um estratagema hiper-correcto de representar a africana, devido ao ênfase que, com essa grafia, se coloca no elemento oclusivo. Isto pode ser favorecido pelo facto de, nesses textos, se ver também o uso de <s> por <z> — ou seja, uma confusão transparente — no patronímico.

⁷⁴⁶ E para textos tão antigos, ainda anteriores à plena fixação da ortografia, seria mais fácil supor transferência imediata da oralidade para a escrita do que para os textos do séc. XIV avançado e por aí diante; i. é, se se verificasse confusão nas sibilantes na língua oral dos autores, e essa confusão fosse contra a ortografia tradicional ou normativa, seria, *a priori*, mais fácil vê-la surgir nos textos mais antigos do que naqueles em que a escrita em português já está estabilizada e em que a influência normativa tem já o caminho batido.

É este o quadro mais provável, mas uma coisa é certa: não se pode concluir com segurança confusão nas sibilantes a partir do uso de <t>.

f) Uso de <x> — Em textos de A. Clemente, duas palavras, ‘leis’ e ‘seis’, surgem com <x> em posição final, em vez do esperado <s>. São 10 as ocorrências: “ssex” no 56 (1332), “lex” no 57 (1333), “sseix” nos 64 (1335), 66 (1338), 69 (1347), 70 (1348), 72 (2x; 1354) e 77 (1363), e “sseyx” no 78 (1363). Nos textos do mesmo tabelião, há “ley” no mesmo em que há “lex”, distinguindo-se portanto entre o singular e o plural; e há “sseis” nos 61 (5x; 1333), 63 (1335) e 72, no qual se encontra, inclusive na mesma expressão (“dez e sseis ssoldos”), “sseix” (“dez e sseix ssoldos”), a par de outra ocorrência com <x> na semelhante “sseix ssoldos” (a variante com <s> surge no texto antes das que têm <x>).

Dadas tais variações e a ocorrência de “lex” em vez de *leges* no plural, é difícil ver aqui meros latinismos; antes teremos uma palatalização do -s. De acordo com a profunda escassez de ocorrências da grafia em causa no *corpus* — que acontece, inclusive, num tabelião cujos textos não denunciam confusão nas sibilantes⁷⁴⁷ —, essa palatalização tem tudo para ser contextual, pois a sibilante está sempre, ou esteve, em contacto com a semivogal palatal. É uma palatalização semelhante à que vemos em palavras como *bexiga*, *perrexil*, etc..⁷⁴⁸ Com efeito, não é de estranhar a palatalização de s por contacto com vogais ou semivogal palatais na língua antiga (cf. e.g. Nunes 1919 (1960:116)), tal como ainda hoje em dialectos que conservam as apicais (cf. Vasconcelos 1901 (1970:98)).

Não parece, portanto, que se possa ver nos casos citados já a palatalização geral da fricativa em coda, que hoje caracteriza os dialectos portugueses em que convergiram as sibilantes pré-dorsais e as apicais nas primeiras (como na Norma).

Esse fenómeno, de cariz meridional, ter-se-á desenvolvido na Norma entre os sécs. XVI e XVIII, i. é, entre a presumível data da convergência das sibilantes e a das primeiras referências à palatalização da sibilante implosiva: cf. Teyssier 1980 (2001:54-56) e Castro 2006:199-200⁷⁴⁹. Facto importante para esta teoria é o de que, no Brasil — povoado a partir do séc. XVI —, a palatalização só se dá no dialecto do Rio de Janeiro e em outros que o adoptam como norma (Castro 2006:199); ora tudo indica, como referem Cunha 1974:335 (*apud* Maia 1986 (1997:463)) e Lipski 1975:216-218, que esse fenómeno tenha sido levado para aí quando a corte portuguesa se mudou para o Rio, devido ao conflito napoleónico, no princípio do séc. XIX (ficando até ao advento do liberalismo). O fenómeno já tinha, então, o seu lugar na norma portuguesa.

No entanto, Maia 1986 (1997:460-464), depois de já ter notado confusão entre <z,c,ç> e <s,ss> em documentos galegos a partir do séc. XIII, aborda alguns casos que,

⁷⁴⁷ Ressalte-se também que A. Clemente é o tabelião que mais textos tem no *corpus*: 23, que vão de 1332 a 1363. Pela mesma época e na mesma localidade (S. Vicente da Beira), escrevia o tabelião cujos textos mais casos de confusão nas sibilantes ostentam: A. Domingues, com 16 textos, de 1327 a 1350.

⁷⁴⁸ São estas palavras do port. antigo, como se sabe. No nosso *corpus*, surge *perrexil* (do provençal *pe(i)ressil*, por sua vez do lat. *PETRISILLU-; cf. Machado 2003, s.v., Houaiss 2001, s.v., Corominas 1980-1991, s.v. «piedra»), sob a forma “Pjrixil”, no texto 68 (1342), de A. Clemente, tal como os casos de palatalização de -s acima vistos.

⁷⁴⁹ A primeira referência conhecida à palatalização da sibilante em coda é de Luís António Verney, no *Verdadeiro Método de Estudar*, em 1746: “O que eu sei é que a pronúncia portuguesa acaba em x todas as palavras que acabam em s; quero dizer que todo o s final pronunciam como x, de que não quero outra prova mais que cada um observe como pronuncia o s final, e que diferença tem do s que pronunciam no meio das dicções. [...] Observo que não só o s final se pronuncia como x, mas também o z final, o que V.P. pode ver em Diz, Luiz, Fiz etc.” (Verney 1746 (1949:77-78), *apud* Maia 1986 (1997:463-464)).

“de modo muito esporádico”, regista nos seus dados de <x> em posição final; encontra-os também a partir do séc. XIII, mas em documentos portugueses e galegos. Aduz a A. exemplos similares de outros documentos da época e, lembrando que já Nunes 1928,I:364-365, depois de registar casos do tipo, tinha admitido essa hipótese, vê com bons olhos a possibilidade de estar já em marcha na época galego-portuguesa a unificação numa fricativa palatal das sibilantes implosivas. Contudo, todos os exemplos válidos que regista apresentam a sibilante em contacto com uma vogal ou semivogal palatal, para além de poderem ter outro tipo de explicação. Lorenzo 1987:475-476, depois de resumir os dados de Maia, explica isso mesmo:

[Maia 1986:461-464] refírese á posible palatalización de s final e cita as grafías *extraya*, *Lixbõa*, *fex*, que aparecen unha vez, así como *fix* e *sex* en dúas ocasións, se bem recoñece que *extraya* e *sex* poden estar condicionados polo étimo latino. Cita aínda a presenza de x noutros textos, en casos como *laix*, *poix*, *quix*, *Lixbõa*, *seix*, e o exemplo *dou chumaços*, xunto a *dous façeyroós*, nun documento galego, coa supresión do s, que “só se explica se a sua realização fosse palatal” (p. 462). Lembra que xa Nunes (en 1928) afirmou que as grafías -s, -z e -x correspondían a un son idéntico, posiblemente de tipo palatal, pois ríman nunha cantiga *fiz*, *quix* e *prix*, e noutras composicións aparecen as grafías *fix*, *quis*, *pris*. Nas [*Cantigas de Santa Maria de Afonso X*] aparecen *quix*, *fix*, *prix* e *dix*. Por iso lle parece “muito verosímil que, desde o período galego-português, -s, -z e -x em final de palavra tivessem (ou, melhor, pudessem ter) pronúncia palatal, do mesmo modo que -s e -x quando a entrar uma sílaba interior” (p. 462). Por isso rechaza a idea de Révah e outros autores, que sitúan o fenómeno como posterior ó séc. XVI e con orixe no S. do país. O primeiro dato seguro que conseguiu atopar é de 1746, mais o fenómeno tivo que empezar a xestarse moito antes e “[A]s grafías galego-portuguesas atrás apontadas parecem autorizar-nos a formular a hipótese de que já então estava em incubação a substituição da pronúncia alveolar pela palatal que viria a triunfar no português e que deixaria também alguns vestígios, mais ou menos isolados, na Galiza” (p. 464). É difícil poder admitir que estes exemplos medievais coa grafía x indiquen os primeiros casos de palatalización do s, hoxe geral no portugués ^[750] e con escasa vitalidade nalgunha zona dialectal galega, posto que, practicamente, todos eles teñen outra xustificación. As formas *Lixbõa*, *sex* e *extraya* están condicionadas pola etimoloxía e as formas verbais do tipo *quix*, *fix*, *prix*, *dix* (antecedentes do galego moderno *quixen*, *fixen*, *dixen*) débense á palatalización medieval orixinada polo -i final, xa que, ó lado de *quis*, *fis*, *pris*, xorden as formas *quigi*, *quige*, *figi*, *fige*, etc. Por contaminación das dúas aparecen *quix*, *fix*, etc., pois en posición final hai neutralización xorda / sonora. Na 3.^a persoa houbo acción analóxica da 1.^a, pasando *fez* a *fex*, como no galego pasou *fezo* a *fixo*.

O caso “dou chumaços” (de documento galego de 1278), apesar do contexto: “[...] e mando y conmigo meu leyto con una cóçedra e con dou chumaços e dous façeyroós [...]” (Ferro Couselo 1967:doc. 24, *apud* Maia 1986 (1997:462,n.3)), — também não é, naturalmente, fiável, pois pode perfeitamente ter havido esquecimento de grafar o <s>. Para além disso, a africada /tʃ/, que o Galego ainda hoje tem e é o esperado em ‘chumaço’ (pois <PLUMACIU-), dificilmente se poderia confundir com a fricativa.

Maia regista os tipos *sex* e *seix*, que também encontramos no nosso corpus. Cardeira 2003 também o faz, assim como *leix*; regista a autora os seguintes casos de <x> final: “crux” (docs. da região do Noroeste de 1274 e 1287), “mayx” (NO, 1288), “sex”

⁷⁵⁰ A palatalização da(s) sibilante(s) em coda não é propriamente geral no português, pois nos dialectos que conservaram as apicais — em regime de exclusividade ou não — ela não se deu, pelo menos de regra; cf. a esse respeito, p. ex., Vasconcelos 1901 (1970:97). É natural no entanto que, por influxo da Norma, a palatalização vá avançando, paralelamente ou não ao avanço do sistema de exclusividade pré-dorso-dental.

(NO, 1295; região de Lisboa, 1297, 1298, 1299, 1341, 1426), “seix” (NO, 1350, 3x), “leyx” (NO, 1513). Também confusão nas sibilantes está atestada pela A. desde o séc. XIII, a qual, comentando os dados que recolhe para o XIV, admite a hipótese de a palatalização se verificar já na época:

Embora sem revelar tendência crescente, a documentação do século XIV, proveniente quer do Noroeste quer da região de Lisboa, continua, pois, a apresentar com regularidade uma variação gráfica que parece apontar no sentido de uma indistinção entre sibilantes predorsodentais e apicoalveolares. E, se atentarmos na grafia que ocorre em *seix* (Noroeste, 1350), poderemos mesmo alargar essa indistinção à palatal. Este grafema <-x> surgia já na documentação do século anterior (Noroeste e Lisboa) e, segundo Rosa Virgínia Mattos e Silva (1989:93-94), que refere a alternância de <-s>, <-z> e <-x> no adjectivo *simples* nos *Diálogos de S. Gregório*, de meados do século XIV, regista-se também em textos de cariz literário. Só a análise de mais textos coevos poderá, alargando o número de exemplos deste tipo, vir a confirmar a hipótese da palatalização. (Cardeira 2003:137)

Todavia, os casos que Cardeira regista envolvem todos, excepto um, contacto com vogal ou semivogal palatal; a excepção é “cru^x”, que surge duas vezes no séc. XIII. Para forma tão isolada e de sincronia tão recuada, é muito mais fácil supor-se latinismo gráfico (hipótese que a própria A. admite, p. 135).

Note-se ainda neste âmbito o caso “oseus” = ‘os seus’ (tudo junto no ms., naturalmente), que surge num dos últimos textos do *corpus*: 96, J. (E)Anes, 1377, — e que, pela redução que indica, aponta claramente para a etimológica articulação ápico-alveolar. Como indica Vasconcelos 1901 (1970:77), que atesta o fenómeno para a época contemporânea, é este um facto linguístico que só ocorre em dialectos que não palatalizam as sibilantes finais (i.e. aqueles que conservam as apicais, em regime de exclusividade ou não).

Posto tudo isto, não parece que tenhamos a palatalização da(s) sibilante(s) em coda já atestada para a época antiga, muito menos no nosso *corpus*. A não ser, claro, que a origem do processo esteja nos casos específicos e contextuais que vimos.

E, olhando sobretudo para as formas *sex* e *lex*, pode já estar aqui o processo de absorção da glide palatal na sibilante que se dá hoje de forma incisiva na região: *poje* = ‘pois’, *taje* = ‘tais’, etc.; cf. a respeito desse fenómeno o **Capítulo I, Secção B, I. Fonética, 2.2.1, §2.**

Vemos agora quadro geral dos nossos dados:

- (i) Não se encontram evidências da palatalização da(s) sibilante(s) em coda; apenas casos que têm tudo para ser contextuais e se apresentam excepcionais.
- (ii) Temos atestações inequívocas de confusão nas sibilantes a partir da década de 20 do séc. XIV. É portanto por esta altura que temos de assumir a passagem das africadas /ts, dz/ a /s, z/ — ou seja, o desafricamento das pré-dorsais. Se não houvesse esta evolução, não haveria confusão; e, se tivesse acontecido antes, deveríamos tê-la atestada antes no *corpus*, assim como ela está atestada para outras regiões a partir da segunda metade do séc. XIII.
- (iii) As confusões gráficas são sempre esporádicas e, mesmo depois de as atestarmos, a maioria dos tabeliões que se seguem não ostentam nos seus textos confusão. Isto não tem de mostrar uma plena sobrevivência das africadas na linguagem de quem escrevia — até pelos casos que, apesar de tudo, vamos encontrando ao longo do

corpus —, mas antes, pelo menos na maioria dos casos, a influência da ortografia tradicional (que conserva as distinções etimológicas).

- (iv) Tal transformação não quer dizer que as africadas não sobrevivessem em dialectos mais conservadores: não só sabemos que, em termos gerais, os traços fonéticos não desaparecem repentinamente, como a sobrevivência de [dz] em certos numerais, ainda hoje, na linguagem da região (**Cap. I, Secção B, I. Fonética, 2.2.1, §1'-c**) está aí para o ilustrar para o fenómeno em questão; para além disso, o caso registado na alínea *a* representaria certamente um eco da pronúncia africada. O uso reiterado de <t> em patronímicos que se nota em textos de A. Domingues, que são os que mais atestam a confusão nas sibilantes, pode ir no mesmo sentido.
- (v) O sistema dominante, no entanto, já não teria os fonemas /t͡s, d͡z/. Teria já um sistema simplificado, como hoje se nota na linguagem da região? ⁷⁵¹ Ou teria o sistema de quatro elementos (/s, z/, /ʃ, ʒ/) que se supõe ter vigorado no país até ao séc. XVI, e ainda hoje se encontra em parte dele? É difícil dizer, pois a norma escrita que, apesar de tudo, existia era exterior à região. A clara menor atestação de confusão que se dá a seguir a A. Domingues, em cujos textos a confusão está tão bem representada, indicará uma reacção gráfica, ao invés de uma reacção efectiva das distinções etimológicas; mas não temos como saber, efectivamente, o que se verificava na linguagem da região. Integrando, como é necessário que se faça, a linguagem medieval do SE da Beira no resto do português da época; e lembrando-nos dos ecos que ainda hoje encontramos da pronúncia africada, a par da semelhante sobrevivência que pelo menos o caso da alínea *a* atestará, — somos levados a dizer que provavelmente existiu durante algum tempo o sistema de quatro sibilantes. Em exclusividade? Não necessariamente, como é óbvio; talvez “não provavelmente”.
- (vi) Uma vez que os primeiros indícios de confusão se encontram, no nosso *corpus*, já bem dentro do séc. XIV — por oposição ao que tem sido notado para outras regiões do país, em que a mesma confusão está atestada já no séc. XIII —, o fenómeno não parece ser autóctone. Mais uma razão para considerarmos que os fonemas africados ainda puderam resistir, durante algum tempo, aqui e ali; e para crermos que, acompanhando o que parece ter-se verificado na linguagem geral da época, os mesmos dialectos da zona que admitiram aquela inovação tenham ficado com o sistema de quatro consoantes.
- (vii) Comentando a tabela que se construiu acima, em que se registam os casos certos de confusão de sibilantes do *corpus*, é curioso notar que, quando a sibilante está em posição inicial de sílaba, a substituição se dá sempre na direcção da pré-dorsal (i.e. trata-se sempre de uma ‘troca’ de *s* por *z/ç*, e não o inverso); e que, quando a sibilante está em posição final de sílaba, só por uma vez ela se dá na direcção da pré-dorsal — por sinal, no único caso em interior de palavra (“dazcarygo⁺” em texto de G. Martins (1376), que está por ‘de Ascarigo’). Esta divergência não tem de ser significativa, pois não está registado para a época algo semelhante; antes se regista normalmente confusão nos dois sentidos, sem contextualização especial. Mas se tal divergência fosse significativa, podia indicar uma preferência contextual do fenómeno; tal como podia indicar a adopção de uma solução — gráfica ou não só — de compromisso que permita fazer face a uma confusão muito acentuada: ‘em caso de dúvida, vai *z/ç* para início de sílaba e *s* para final’. São estas questões, à luz

⁷⁵¹ Cf. a respeito dos sistemas de sibilantes que se encontram hoje no Sueste da Beira o **Cap. I, Secção B, I. Fonética, 2.2.1, §1**. Numa parte da região há um sistema só de apicais, na outra só de pré-dorsais.

dos conhecimentos actuais, especulativas; e, mesmo que traduzam uma realidade, não invalidam o que se disse para trás.

- (viii) Por último, diremos que não se regista uma clara preferência contextual, entre início e final de sílaba (ou de palavra), da confusão. Já tem sido defendido que a confusão partiu da posição final de palavra, mas a verdade é que, nos *corpora* antigos da língua, continuamos a não ter dados que o demonstrem.

2] Tem sido notado por alguns AA. que a grafia fundamental da sibilante áptico-alveolar surda intervocálica nos textos antigos era <ss>, e <s> a da correspondente sonora; praticar-se-ia então, embora não com absoluta regularidade, a mesma distinção que a ortografia de hoje prescreve.

Vamos ver o que se passa no nosso *corpus*, dando privilégio, ao contrário da tradição, a uma análise pormenorizada de dados quantitativos. Para tal, é apresentada nas tabelas seguintes uma relação das grafias das sibilantes áptico-alveolares, segundo os vários contextos em que podem ocorrer.⁷⁵²

Para além dos contextos incluídos na primeira tabela, a sibilante apical surda pode surgir, em início de sílaba e dentro de palavra, depois de consoante — mas apenas em dois casos no *corpus*: “vnjuerssayro” e “vnyuersayro” no texto 77 (A. Clemente, 1363). Com alternância entre grafia singela e grafia dupla, portanto.

Grafias de /s/ em posição inicial de sílaba no corpus												
Tabelião	Início de palavra						Dentro de palavra					
	Antes de consoante			Antes de vogal			Entre vogal nasal e outra vogal ⁷⁵³			Entre vogal oral e outra vogal		
	<S>	<s>	<ss>	<S>	<s>	<ss>	<S>	<s>	<ss>	<S>	<s>	<ss>
D. Viegas (SVB; 1 doc., 1274)	66,67	33,33	—	18,75	81,25	—	—	100	—	—	—	100
J. Domingues (CN; 1 doc., 1283)	—	—	—	14,29	71,43	14,29	—	100	—	—	—	100

⁷⁵² No seguimento do que já foi dito, há três variantes gráficas a considerar: minúsculo simples — <s> —, minúsculo dobrado — <ss> — e maiúsculo — <S> —, que não surge dobrado. Não se distinguem diferentes tipos de <s> minúsculo ou maiúsculo (sendo que só o <s> caudato surge dobrado). Não são considerados os casos em que a letra foi desenvolvida (discriminados na transcrição com itálico) ou reconstituída (por mancha, buraco no pergaminho, etc.; discriminados com colchetes na transcrição), assim como os em que há leitura duvidosa (com asterisco na transcrição). — Também não considere o caso “ssoldos”, que é escrito nos mss. por meio de dois <s> caudatos cortados por um traço diagonal (cf. vários exemplos facsimilados de textos da época em B. Nunes 1981:80); isto devido à ambiguidade de desenvolvimento, pois o segundo <s> pode representar o s do plural ou um segundo <s> inicial (a transcrição que se adopta, como o exemplo acima deixa ver). Por arrasto, também não considere o caso “soldos”, em que figura apenas um <s> (sempre caudato). — Os casos em que a letra foi cancelada pelo autor (marcados com chavetas na transcrição) são analisados caso a caso, pois o cancelamento pode não ter a ver com a representação do(s) som(ns) aqui em causa.

Devido à elevada frequência das sibilantes áptico-alveolares na língua, não são apresentados valores absolutos das ocorrências, apenas percentagens; pela mesma razão, as percentagens não descem ao valor de cada texto singular, mas consideram apenas a totalidade de ocorrências nos textos ou texto de cada tabelião.

Note-se ainda que, por vezes, é extremamente difícil (ou mesmo virtualmente impossível) distinguir um <s> caudato singelo de um duplo, devido ao desenho que a letra adopta (questão que favorece o procedimento seguido para ‘soldos’). É este um carácter geral da escrita antiga, como é sabido.

⁷⁵³ Considero este contexto à parte devido à possibilidade de articulação da consoante nasal e à possibilidade de essa consoante surgir propriamente escrita (i.e. não abreviada), o que torna a ocorrência de s, no que à grafia diz respeito, não intervocálica.

P. Moniz (SVB; 5 docs., 1285-1292)	50	50	—	10,61	81,82	7,58	—	—	—	—	29,17	70,83
P. (E)Anes (SVB; 18 docs., 1293-1304)	100	—	—	18,09	79,4	2,51	—	66,67	33,33	—	75	25
E. Peres (SVB; 8 docs., 1306-1312)	51,85	44,44	3,7	12	42,4	45,6	—	100	—	—	60	40
F. Soares (SVB; 5 docs., 1317-1325)	100	—	—	10,29	5,88	83,82	—	—	100	—	37,5	62,5
A. Domingues (SVB; 16 docs., 1327-1350)	31,82	59,09	9,09	4,51	11,48	84,02	—	100	—	—	17,19	82,81
P. Gonçalves (Pr; 1 doc., 1331)	100	—	—	6,25	12,5	81,25	—	—	—	—	—	100
A. Clemente (SVB; 23 docs., 1332-1363)	58,49	41,51	—	16,48	14,23	69,29	—	31,25	68,75	—	12,63	87,37
M. Jordão (CB; 1 doc., 1333)	50	50	—	—	—	100	—	—	—	—	25	75
M. Anes (CN; 1 doc., 1342)	—	100	—	17,39	56,52	26,09	—	—	100	—	61,54	38,46
G. Esteves (CB; 2 docs., 1351-1358)	—	—	100	12,82	7,69	79,49	—	—	100	—	16,67	83,33
D. Miguens (SVB; 8 docs., 1355-1368)	—	100	—	10,63	73,75	15,63	—	100	—	—	77,42	22,58
A. Peres (CN; 1 doc., 1359)	—	—	—	6,67	93,33	—	—	50	50	—	33,33	66,67
V. Domingues (SVB; 1 doc., 1366)	—	—	—	12,5	6,25	81,25	—	—	—	—	—	100
G. Martins (SVB; 3 docs., 1376)	—	100	—	8,33	6,25	85,42	—	—	—	—	4,55	95,45
J. (E)Anes (SVB; 1 doc., 1377)	—	—	—	—	100	—	—	100	—	—	92,86	7,14
V. Clemente (CB; 2 docs., 1386)	—	—	—	41,18	50	8,82	—	—	—	—	100	—
A. Anes (CB; 1 doc., 1397)	100	—	—	18,6	4,65	76,74	—	—	—	—	12,5	87,5

Grafias de /s/ em posição final de sílaba no <i>corpus</i>						
Tabelião	Dentro de palavra			Fim de palavra		
	<S>	<s>	<ss>	<S>	<s>	<ss>
D. Viegas (SVB; 1 doc., 1274)	—	100	—	—	100	—
J. Domingues (CN; 1 doc., 1283)	—	100	—	—	100	—
P. Moniz (SVB; 5 docs., 1285-1292)	—	100	—	—	100	—
P. (E)Anes (SVB; 18 docs., 1293-1304)	—	99,45	0,55	—	99,75	0,25
E. Peres (SVB; 8 docs., 1306-1312)	—	97,18	2,82	—	100	—
F. Soares (SVB; 5 docs., 1317-1325)	—	88,24	11,76	—	42,11	57,89
A. Domingues (SVB; 16 docs., 1327-1350)	—	75	25	—	53,27	46,73
P. Gonçalves (Pr; 1 doc., 1331)	—	90,91	9,09	—	100	—
A. Clemente (SVB; 23 docs., 1332-1363)	—	99,25	0,75	—	99,12	0,88

M. Jordão (CB; 1 doc., 1333)	—	100	—	—	100	—
M. Anes (CN; 1 doc., 1342)	—	94,44	5,56	—	100	—
G. Esteves (CB; 2 docs., 1351-1358)	—	100	—	0,64	99,36	—
D. Miguens (SVB; 8 docs., 1355-1368)	—	100	—	—	100	—
A. Peres (CN; 1 doc., 1359)	—	100	—	—	100	—
V. Domingues (SVB; 1 doc., 1366)	—	36,36	63,64	—	98,04	1,96
G. Martins (SVB; 3 docs., 1376)	—	100	—	—	92,77	7,23
J. (E)Anes (SVB; 1 doc., 1377)	—	100	—	—	100	—
V. Clemente (CB; 2 docs., 1386)	—	100	—	—	100	—
A. Anes (CB; 1 doc., 1397)	—	97,78	2,22	—	100	—

Grafias de /z/ no corpus ⁷⁵⁴			
Tabelião	<S>	<s>	<ss>
D. Viegas (SVB; 1 doc., 1274)	—	85,71	14,29
J. Domingues (CN; 1 doc., 1283)	—	100	—
P. Moniz (SVB; 5 docs., 1285-1292)	—	100	—
P. (E)Anes (SVB; 18 docs., 1293-1304)	—	82,81	17,19
E. Peres (SVB; 8 docs., 1306-1312)	—	62,96	37,04
F. Soares (SVB; 5 docs., 1317-1325)	—	28,57	71,43
A. Domingues (SVB; 16 docs., 1327-1350)	—	33,33	66,67
P. Gonçalves (Pr; 1 doc., 1331)	—	—	100
A. Clemente (SVB; 23 docs., 1332-1363)	—	28,95	71,05
M. Jordão (CB; 1 doc., 1333)	—	—	100
M. Anes (CN; 1 doc., 1342)	—	50	50
G. Esteves (CB; 2 docs., 1351-1358)	—	16,67	83,33
D. Miguens (SVB; 8 docs., 1355-1368)	—	94,23	5,77
A. Peres (CN; 1 doc., 1359)	—	75	25
V. Domingues (SVB; 1 doc., 1366)	—	—	100
G. Martins (SVB; 3 docs., 1376)	—	5	95
J. (E)Anes (SVB; 1 doc., 1377)	—	100	—
V. Clemente (CB; 2 docs., 1386)	—	90	10
A. Anes (CB; 1 doc., 1397)	—	—	100

Analisando os dados no seu todo — e excluindo da questão o contexto de /s/ entre vogal nasal e outra vogal, devido ao que já se disse em nota à primeira tabela, ao facto de esse fonema ser aí exclusivo e de, conseqüentemente, nem na ortografia actual haver <ss> para esse contexto —, constatamos que não havia, na escrita da época, uma imposição normativa da distinção entre os dois fonemas apicais em contexto intervocálico.

Tendo presente que não se nota <S> para o contexto em causa, a seguinte relação, dividida em dois pontos e quatro sub-pontos, também o deixa ver:

1.1 Tabeliões cujos textos apresentam mais <ss> do que <s> para representar /s/ entre vogal oral e outra vogal:

- 1.1.1 D. Viegas (1 doc., 1274), 100%.
- 1.1.2 J. Domingues (1 doc., 1283), 100%.
- 1.1.3 P. Moniz (5 docs., 1285-1292), 70,83%.

⁷⁵⁴ Apenas ocorre em posição inicial de sílaba, entre vogal oral e outra vogal.

- 1.1.4 F. Soares (5 docs., 1317-1325), 62,5%.
- 1.1.5 A. Domingues (16 docs., 1327-1350), 82,81%.
- 1.1.6 P. Gonçalves (1 doc., 1331), 100%.
- 1.1.7 A. Clemente (23 docs., 1332-1363), 87,37%.
- 1.1.8 M. Jordão (1 doc., 1333), 75%.
- 1.1.9 G. Esteves (2 docs., 1351-1358), 83,33%.
- 1.1.10 A. Peres (1 doc., 1359), 66,67%.
- 1.1.11 V. Domingues (1 doc., 1366), 100%.
- 1.1.12 G. Martins (3 docs., 1376), 95,45%.
- 1.1.13 A. Anes (1 doc., 1397), 87,5%.

1.2 Tabeliões cujos textos apresentam mais <s> do que <ss> para representar /s/ entre vogal oral e outra vogal:

- 1.2.1 P. (E)Anes (18 docs., 1293-1304), 75%.
- 1.2.2 E. Peres (8 docs., 1306-1312), 60%.
- 1.2.3 M. Anes (1 doc., 1342), 61,54%.
- 1.2.4 D. Miguens (8 docs., 1355-1368), 77,42%.
- 1.2.5 J. (E)Anes (1 doc., 1377), 92,86%.
- 1.2.6 V. Clemente (2 docs., 1386), 100%.

Como se vê, há ocorrências dos dois padrões em qualquer época (e em tabeliões de mais de uma localidade, para a consulta das quais remeto para as tabelas acima). O primeiro padrão, contudo, é mais frequente: tem mais do dobro dos tabeliões do segundo. Numa análise mais relativa, fazendo percentagens de percentagens, vemos que a percentagem média do 1.º grupo é de 85,5%, e a do 2.º grupo 77,8%; é um dado que também aponta para maior facilidade de ocorrência de <ss> no referido contexto.

Em todo o caso, continua a ser notório que não fazia parte das regras da boa escrita uma distinção entre -/s/- e -/z/-. Isso é mais visível ainda se observarmos a perspectiva inversa, i.e. as grafias de /z/:

2.1 Tabeliões cujos textos apresentam mais <s> do que <ss> para representar /z/:

- 2.1.1 D. Viegas (1 doc., 1274), 85,71%.
- 2.1.2 J. Domingues (1 doc., 1283), 100%.
- 2.1.3 P. Moniz (5 docs., 1285-1292), 100%.
- 2.1.4 P. (E)Anes (18 docs., 1293-1304), 82,81%.
- 2.1.5 E. Peres (8 docs., 1306-1312), 62,96%.
- 2.1.6 D. Miguens (8 docs., 1355-1368), 94,23%.
- 2.1.7 A. Peres (1 doc., 1359), 75%.
- 2.1.8 J. (E)Anes (1 doc., 1377), 100%.
- 2.1.9 V. Clemente (2 docs., 1386), 90%.

2.2 Tabeliões cujos textos apresentam mais <ss> do que <s> para representar /z/:

- 2.2.1 F. Soares (5 docs., 1317-1325), 71,43%.
- 2.2.2 A. Domingues (16 docs., 1327-1350), 66,67%.
- 2.2.3 P. Gonçalves (1 doc., 1331), 100%.
- 2.2.4 A. Clemente (23 docs., 1332-1363), 71,05%.

- 2.2.5 M. Jordão (1 doc., 1333), 100%.
- 2.2.6 G. Esteves (2 docs., 1351-1358), 83,33%.
- 2.2.7 V. Domingues (1 doc., 1366), 100%.
- 2.2.8 G. Martins (3 docs., 1376), 95%.
- 2.2.9 A. Anes (1 doc., 1397), 100%.

2.3 Tabelião em cujo texto há tanto <s> como <ss> para representar /z/: M. Anes (1342).

Aqui os dados ainda são mais concludentes: há um empate entre o número de tabeliões cujos textos aplicam mais <s> e o de tabeliões cujos textos preferem a grafia dupla: 9 para cada lado. No que toca às percentagens médias, há mais um empate: 87,86% no primeiro grupo e 87,5 no segundo; e é curioso também notar um empate no uso das grafias <s> e <ss> no tabelião M. Anes.

Outro facto interessante é o de o segundo grupo — o de tabeliões com preferência de <ss> para /z/ — ter mais textos do que o primeiro: 53 contra 45. Para além disso há, embora de forma equilibrada, mais tabeliões cujos textos apresentam uma percentagem de 100% de <ss> para representar /z/ do que aqueles que têm idêntica percentagem de <s> para representar o mesmo fonema: 4 (P. Gonçalves, M. Jordão, V. Domingues e A. Anes) contra 3 (J. Domingues, P. Moniz e J. (E)Anes). Por outro lado — mas numa variável menos importante —, a relação quantitativa inverte-se se considerarmos o número de textos: aqueles 4 tabeliões representam 4 textos e estes três 7.

No entanto, os dados que temos estado a ver, se mostram a ausência de distinção normativa e normalizada, na época, entre /s/ e /z/ intervocálicos, não colocam em jogo um factor importante: a variação da representação desses fonemas, nesse contexto, nos textos de um mesmo tabelião (pois só vimos variações entre tabeliões). Só uma sistematização que exponha essa variação nos permitirá tirar as ideias definitivas; é o que passamos a ver.

1.1 Tabeliões cujos textos apresentam uma percentagem maior de <s> para representar /z/ do que para representar /s/ entre vogal oral e outra vogal:

- 1.1.1 D. Viegas (1 doc., 1274): 85,71% vs. 0%.
- 1.1.2 J. Domingues (1 doc., 1283): 100% vs. 0%.
- 1.1.3 P. Moniz (5 docs., 1285-1292): 100% vs. 29,17%.
- 1.1.4 P. (E)Anes (18 docs., 1293-1304): 82,81% vs. 75%.
- 1.1.5 E. Peres (5 docs., 1306-1312): 62,96% vs. 60%.
- 1.1.6 A. Domingues (16 docs., 1327-1350): 33,33% vs. 17,19%.
- 1.1.7 A. Clemente (23 docs., 1332-1363): 28,95% vs. 12,63%.
- 1.1.8 D. Miguens (8 docs., 1355-1368): 94,23% vs. 77,42%.
- 1.1.9 A. Peres (1 doc., 1359): 75% vs. 33,33%.
- 1.1.10 G. Martins (3 docs., 1376): 5 vs. 4,55%.
- 1.1.11 J. (E)Anes (1 doc., 1377): 100% vs. 92,86%.

1.2 Tabeliões cujos textos apresentam uma percentagem menor de <s> para representar /z/ do que para representar /s/ entre vogal oral e outra vogal:

- 1.2.1 F. Soares (5 docs., 1317-1325): 28,57% vs. 37,5%.
- 1.2.2 M. Jordão (1 doc., 1333): 0% vs. 25%.
- 1.2.3 M. Anes (1 doc., 1342): 50% vs. 61,54%.

- 1.2.4 V. Clemente (2 docs., 1386): 90% vs. 100%.
- 1.2.5 A. Anes (1 doc., 1397): 0% vs. 12,5%.

1.3 Tabeliões cujos textos apresentam percentagens idênticas de <s> para representar /z/ e /ʒ/ entre vogal oral e outra vogal:

- 1.3.1 P. Gonçalves (1 doc., 1331), 0%.
- 1.3.2 G. Esteves (2 docs., 1351-1358): 16,67%.
- 1.3.3 V. Domingues (1 doc., 1366): 0%.

Temos portanto 11 tabeliões que usam <s> preferencialmente para -/z/- e <ss> para -/ʒ/- contra 5 que apresentam o padrão inverso (e inverso também à norma ortográfica que ficou consagrada). Esse número será mais equilibrado se tirarmos dois tabeliões do primeiro grupo que apresentam uma diferença insignificativa entre os dois usos: E. Peres e G. Martins. Assim, teríamos 9 contra 5 — em todo o caso, ainda uma maioria folgada.

A diferença média entre os dois usos — i.e. entre as duas formas possíveis de representar o mesmo som, seja ele /ʒ/ ou /z/ — é maior no primeiro grupo: 33,26% aí — 40,27%, se retirarmos E. Peres e G. Martins —, contra 13,59% no segundo.

Tudo isto são dados que apontam para o que pode ser o segundo factor principal da análise que temos vindo a fazer: apesar de não haver no *corpus* uma distinção “normativa e normalizada” entre /z/ e /ʒ/ entre vogal oral e outra vogal (ou seja, no contexto em que as duas consoantes se opõem), a maioria dos textos, ao longo de toda a época, prefere <s> para a primeira consoante e <ss> para a segunda. Quer isto dizer que, não se podendo falar em regras gerais, se pode falar numa certa consciência distintiva dos dois sons, que se praticaria mais ou menos arbitrariamente na escrita?

Em princípio, e dadas as relações quantitativas que pudemos observar, sim; essa distinção era e é intuitiva — pois o s surdo é mais *forte* do que o sonoro, sendo fácil de compreender uma grafia dupla para aquele —, e podia até levar a relações de nexo com a etimologia (sabendo nós da presença dominante do latim, ainda na época, nas diversas manifestações intelectuais e culturais). Mas, por outro lado, não era sentida como necessária. Para isso concorreriam certamente os seguintes factores: a elevada proximidade entre os dois sons; o facto de /ʒ/ ser extremamente frequente em posição final de palavra (pois forma o plural) e, consequentemente, passar com elevada frequência a /z/ na fonética sintáctica; a forte limitação contextual de /z/, que só surge entre vogal oral e outra vogal.

A verdade é que a tradição nunca dispôs de um grafema exclusivo para /z/; e aplicar uma distinção entre os dois fonemas (que têm a mesma articulação) apenas com base numa variante combinatória de um (ou mais) grafema(s)⁷⁵⁵, e não com base em grafemas distintos, constituiria um procedimento excepcional.⁷⁵⁶

Havia portanto alguma consciência distintiva de /ʒ/ e /z/, consciência essa que passava amiudadamente à escrita mas que era subordinada — estava num plano inferior — às preferências gráficas dos escribas na representação dos sons. No domínio dessas preferências, observa-se que <ss> tem uma ocorrência notoriamente diminuta em início

⁷⁵⁵ Estou a referir-me ao facto de não haver só um <s>, maiúsculo ou minúsculo, na escrita antiga: no que toca ao minúsculo, havia o <s> caudato, o <s> sigmático, etc.. Dentro de palavra (que inclui a posição intervocálica, o contexto em que /ʒ/ e /z/ podiam colidir), surge comumente o caudato.

⁷⁵⁶ Todos os outros pares mínimos da língua tinham à partida grafemas próprios, com a excepção das africadas pré-dorso-dentais; mesmo estas, todavia, obtiveram essa distinção gráfica de forma plenamente regular ainda muito cedo, já no final do séc. XIII / início do XIV (como se viu no § anterior).

de palavra antes de consoante e, em termos gerais, em final de sílaba — usa-se tendencialmente antes de vogal, portanto. Já <s> é eclético, e surge bem em qualquer contexto — é a variante fundamental. A variante maiúscula está essencialmente restrita ao início de palavra e a nomes próprios ou expressões de destaque (como “Sabham todos...”, expressão típica de início de documento, “Senhor(es)...”, etc.).

Fora de questão está a hipótese de haver identificação entre /ʃ/ e /z/, devido ao que conhecemos para as fases posteriores da língua e seus dialectos, para as outras línguas novilatinas, etc..

2.3. Sistema de sibilantes, II: africadas e fricativas palatais

A respeito do fenómeno geral de desenvolvimento de semivogal entre vogal tónica e consoante palatal, cf. adiante o §3 de 2.4.

1] Surdas — Foi já depois do port. antigo que [tʃ] se converteu em [ʃ] na zona da Norma. Os gramáticos quinhentistas usam plenamente a distinção /tʃ/~ʃ/, e os exemplos de confusão gráfica entre os dois sons começam a surgir no séc. XVII; aparentemente, é no séc. XVIII que a fusão [tʃ] > [ʃ] se estabiliza na referida zona, embora seja apenas no XIX que a pronúncia da africada começa a ser encarada por todos os gramáticos como dialectal. A antiga distinção entre a africada e a fricativa, concretizada na escrita desde o séc. XIII na aplicação respectivamente de <ch> e <x>, sobrevive ainda hoje, embora como traço marcado, em parte do Norte e Interior Centro do país; nessa zona se inclui o Sueste da Beira, como se pode ver no **Capítulo I, Secção B, I. Fonética, 2.3, §2-a** (onde se citam referências a respeito da isófona geral do traço em Portugal na língua contemporânea). Sobre a evolução de [tʃ], v. Teyssier 1980 (2001:53-54), Pinto 1981, Prista 1994 e Castro 2006:198-199.

Por tudo isto, é perfeitamente natural que no *corpus* se verifique ainda plenamente a distinção etimológica entre os dois fonemas, que se grafam, também expectavelmente, sempre como <ch> e <x>. No §2 de 2.6 adiante são discutidos dois casos em que <c> não deve ser interpretado como representação da africada.

2] Sonoras — O estatuto da africada palatal sonora na língua antiga não se tem afigurado claro. Sabemos que, no português quinhentista, a fusão desse som com a fricativa palatal sonora já se tinha dado, pelo que informa Fernão de Oliveira na sua Gramática (Oliveira 1536 (2000:97), *apud* Silva 2008,II:551). Por outro lado, como refere Silva 2008,II:550-551, as grafias utilizadas nos textos antigos para representar quer a africada quer a fricativa eram genericamente as mesmas: “Ao contrário do que ocorre com <ch> e <x>, a grafia medieval, embora prefira o <i, y, j> para representar a constrictiva também utiliza o <g>. Assim, aparecem no período arcaico os grafemas <gⁱ, yy, gh, i, j, y e g> na grafia de palavras cujos étimos justificam constrictivas [e] africadas. Por via da análise da escrita é, portanto, difícil afirmar se haveria uma articulação africada sonora no período arcaico.”

No nosso *corpus*, encontramos a mesma polivalência, existindo, por um lado, <g> e, por outro, <i, j, y>; cf. e.g. “Tareiga” (texto 71, 1351, 2x) para a fricativa etimológica, e “gêro” (36, 1320) para a africada; “Egreja” (96, 1377), “igreja” (34, 1317), “Tarejya”

(47, 1335) para a fricativa, “ienro” (21, 1299), “Jenro” (15, 1298; do mesmo tabelião do anterior ex.), “sseyra” (82, 1358) para a africada.⁷⁵⁷

Maia 1986 (1997:470-471&503), para além de registar a mesma polivalência gráfica, faz notar um facto significativo: encontrando-se em textos galegos já desde o séc. XIII o ensurdecimento das fricativas que é típico dessa língua, a grafia utilizada para representar africadas palatais etimológicas já desvozeadas é <x> — grafia de [ʃ] — e não <ch> — a grafia do par mínimo de [dʒ], ou seja, [ʃ]. A conclusão apresenta-se, pelo menos em parte, clara:

No que se refere à africada pré-palatal [sonora], não se encontram na grafia dos textos estudados indícios de que ela se tivesse transformado já em fricativa. Contudo, pode aceitar-se com bastante segurança que já no século XIII se tinha iniciado — ou estava mesmo consumado — o processo de transformação da africada /dʒ/ na fricativa /ʃ/⁷⁵⁸, uma vez que algumas formas da Galiza que sofreram o ensurdecimento oferecem o grafema x [ʃ] e não ch [ʃ], como certamente aconteceria se a consoante tivesse ainda carácter africado [...]. Não há nenhum motivo que leve a crer que, sob este aspecto, houvesse alguma diferença entre a língua falada a norte e a sul do Minho. (Maia 1986 (1997:503); *modifiquei os símbolos fonéticos para os aqui utilizados*)

Todos estes dados são significativos, mas Castro 2006:142-143, comentando a *Notícia de Torto*, demonstra a existência de [dʒ] para os inícios do séc. XIII no Noroeste⁷⁵⁹. Isto porque o escriba utiliza, para grafar [ʃ], sempre e apenas as grafias que utiliza para onde se esperaria [dʒ] etimológico. Conclui o A. que “isto prova a existência autónoma da africada sonora na língua da época, ou no dialecto local: de facto, se se confundisse com a fricativa [ʃ], não haveria nenhum motivo para serem as suas grafias escolhidas pelo escriba para representar [ʃ], pois então o som mais próximo deste seria a africada predorsal surda [tʃ], cujas grafias, na *Notícia*, são <c> e <z>” (Castro 2006:143). Na verdade, tal facto não tem necessariamente de provar que não havia confusão ou variação entre [dʒ] e [ʃ] (ou seja, que o processo de simplificação não poderia estar em curso), mas prova sem dúvida que [dʒ] se verificava na língua.

Quando se deu a simplificação definitiva? Como já se referiu, é desconhecido, mas, na região que aqui estudamos, sabemos que ela (obviamente na linguagem popular) não se deu: como ficou dito no **Capítulo I, Secção B, I. Fonética**, §2-b de 2.3, ainda hoje, num arcaísmo notável e quase exclusivo no português europeu, podemos ouvir no Sueste da Beira a africada palatal sonora. Devido ao seu carácter muito marcado, não podemos averiguar, sem um estudo de proximidade dedicado ao traço, do verdadeiro estatuto da consoante; i.e. se está nalgum tipo de variação com [ʃ] ou se é verdadeiro fonema. Tudo leva a crer no entanto que, paralelamente ao que se passa com /tʃ/~tʃ/, temos aqui a conservação da antiga distinção da língua.

⁷⁵⁷ Citem-se também os casos “Jorgue” e “Gorgue” = ‘Jorge’, que surgem em textos de P. Moniz localizados entre 1287 e 1292 (no texto 4 a primeira forma, nos textos 5, 6 e 7 a segunda) e exemplificam a variação que pode existir entre <gu> / <g>: cf. sobre isso 2.6, §3-b.

⁷⁵⁸ “Não pode também pôr-se de parte a possibilidade de que, embora pelo menos desde o século XIII, a africada se tenha transformado em fricativa, [dʒ] e [ʃ] tenham coexistido durante muito tempo como variantes do mesmo fonema. Situação idêntica parece ter-se estabelecido na evolução do castelhano. [...]”

⁷⁵⁹ Ou seja, na área original da língua. (É sabido que a *Notícia* é texto de cerca de 1214, produzido muito provavelmente na zona de Braga.)

2.4. Restantes palatais: /ɣ/ e /j/

1] Tratámos no §2-3 de 1.9.3 do *n* palatal epentético, que foi formado já no período da língua, mas esta dipunha, vindo da origem, do mesmo fonema /ɲ/, sobretudo derivado do grupo latino N + iode (e.g. SENĬORE- > *senhor*). No nosso *corpus*, dispomos de muitos casos com essa proveniência, sendo o resultado regular, como se esperaria, o fonema mencionado. Também expectavelmente — à luz do que tem sido registado para a época em termos gerais —, alguns casos há, por outro lado, em que a consoante foi tratada como intervocálica, pelo que nasalizou a vogal precedente e sincopou, como aconteceu regularmente com N entre vogais no galego-português.

Esses casos são, no todo do *corpus*, claramente minoritários, mas não deixam de ser importantes. Vamos ver os resultados, por ordem cronológica de tabeliões:

1. No texto 1, de D. Viegas (1274), aparece apenas a palatalização: “vinas”, “estrãna”, “senor”, “Sẽnores”⁷⁶⁰.
2. No texto 2 (J. Domingues, 1283), temos a palatalização e síncope em iguais proporções (dando igual valor ao desenvolvimento de ‘testemunhas’): “ssennor”, “Sẽnores” vs. “Testemõias”, “testemõio”.
3. Nos textos do terceiro tabelião (P. Moniz, 1285-1292), encontram-se 16 ocorrências de palatalização contra 8 de síncope (e quer uma quer outra solução surgem em todos os textos). Todavia, aquelas dizem respeito a vários casos lexicais, enquanto estas apenas são formadas pela repetição de “testimũias” (sempre desenvolvido, portanto, podendo também aparecer com maiúscula inicial).
4. Nos textos de P. (E)Anes (1293-1304), há 37 ocorrências de palatalização (que vão do primeiro ao último texto e respeitam a vários casos lexicais) contra: “Jũyo” (= ‘Junho’) no 24 (1302); “dastrãya” (= ‘da estranha’) no 25 (1304); e ainda 32 casos de ‘testemunhas’ ou ‘testemunho’, do primeiro ao último texto e com mais do que uma solução: “testimũhas” (8, 1293), “testimũhas”, “testimũio” (9, 1293), “testimũhas”, “Testymũio” (10, 1293), “testimũhas”, “testimũio” (11, 1294), “testimũhas”, “testymũio” (12, 1296), “testimũhas” (13, 1297), “Testimũhas”, “Testimũio” (14, 1297), “Testimũhas”, “testymũio” (15, 1298), “Testimũhas” (16, 1298), “Testimũhas”, “Testimũio” (17, 1298), “testimũhas”, “testimũio” (18, 1299), “testimũhas” (19, 1299), “Testimũhas” (20, 1299), “Testimũhas” (21, 1299), “testimuo”, “testimũhas” (22, 1299), “Testimũho”, “Testimũhas”, “testimũho” (23, 1301), “testimũhas”, “testimũho”, “testimũhas”, “testimũho” (24, 1302), “testimũhas” (25, 1304). É notória uma certa confusão nestas palavras, a qual acaba por dificultar a tarefa do transcritor.
5. Nos textos de E. Peres (1306-1312), temos 23 palatalizações, do primeiro ao penúltimo texto (de 1311), contra 9 ocorrências de “testemũyas”, do primeiro ao último texto (podendo surgir com maiúscula inicial), e 1 de “testemũyo”, sem desenvolvimento e no último texto. Entre as ocorrências de palatalização, note-se várias vezes “estrãna”, palavra que surgiu com síncope no tabelião anterior.
6. Nos textos de F. Soares (1317-1325), acontecem 7 palatalizações (1320-1325), entre as quais se destaca “Jũnho”, que surgiu em P. (E)Anes com síncope, contra: “vĩhia” (= ‘vinha’) 3x no 37 (1325); “Testemuyas” em todos os textos; “testemuyo”

⁷⁶⁰ Leituras alternativas, posto que menos prováveis: “Señores”, “Senõres”.

3x no primeiro texto (numa delas integrando a expressão “estestemuyo”, ou seja, ‘este testemunho’).

7. Daqui para a frente — i.e. a partir do segundo quartel do séc. XIV —, desaparecem as síncope e surgem apenas as palatalizações, em perto de três centenas de ocorrências. Mas com uma exceção pelo meio: o texto do tabelião M. Anes (80, 1342), que apresenta: “vínha”, “vīha”, “vīha”, “vīha”, “vīa”, “vīha”, “gaanhados”, “gaanhar”, “vīha”, “vīha”, “Senhor”, “Senhor”, “testemuyho”, “testemuyhas”. A não ser no caso de “vínha”, a exceção numa palavra em que a ausência de representação do *n* palatal é de longe o mais frequente e cuja alternância pode remeter para o fenómeno do [ɲ] epentético ⁷⁶¹, apenas se atesta essa consoante quando NJ antecede vogal tónica.

Na sequência do que vimos ao tratar o fenómeno da epêntese de *n* palatal no §2-3 de **1.9.3**, podemos constatar agora uma coincidência geral entre a conclusão desse fenómeno e o desaparecimento dos casos em que NJ foi tratado como intervocálico (os quais, geralmente, ficavam com uma sequência de três vogais fonológicas, como *testemũio*, *estrãia*). Não é de estranhar; avançando a epêntese de *n* palatal, formas como *testemũio*, etc. facilmente foram sentidas como estranhas e incluídas na mesma corrente.

Como já foi referido, casos como os que vimos em que N + suposto iode sincopou — não havendo portanto próprio iode, mas pronúncia vocálica —, em vez de palatalizar, têm sido registados um pouco por toda a linguagem da época (posto que sempre em clara minoria). Dá-se o mesmo, embora com menor frequência, no grupo paralelo -LJ-.

O nosso *corpus* corresponde a esse padrão, uma vez que temos “Joyao” e “Joyãa” (< JULIANU-, A-) no texto 2 (J. Domingues, 1283) e “OLaya” (< EULALIA-) no 9 (1293, P. (E)Anes), a par de cerca de 700 casos de palatalização, do primeiro ao último texto ⁷⁶².

Quando se tenta dar uma explicação comum aos vários casos que se integram nessa espécie de síncope irregular de N e L (o que, em princípio, deve ser feito), a ideia geralmente defendida é a de que estão em causa palavras mais ou menos eruditas ou então, no caso de L + pseudo-iode em verbos (e.g. *saio* e não *salho* de ‘sair’ < SALĪRE), um fenómeno analógico. ⁷⁶³ No entanto, pelo menos para uma forma como “vīhia”, que registamos três vezes num texto de 1325 (cf. n.º 6 atrás) e apresenta a conservação da postónica (marcando o <h> o hiato, como era comum na época), tal tipo de explicação é inverosímil. É mais fácil ver que, tal como se verifica hoje, se verificava também na origem uma certa dificuldade de os ditongos crescentes (ao contrário dos decrescentes) alcançarem estatuto pleno: é sabido que /i/ e /u/ átonos (os casos possíveis de semivogal), quando seguidos de vogal, alternam na língua entre uma realização semivocálica e uma realização vocálica (e.g. *farmácja* / *farmácia*, donde o acento gráfico no *a*); cf. a esse

⁷⁶¹ Isso através da terminação -*ïo,ĩa*; abordámos com algum desenvolvimento essa questão na alínea *a* do §2-3 de **1.9.3**.

⁷⁶² Nesses casos de palatalização se inclui “Olalha”, que surge no 64 (A. Clemente, 1335) e no 79 (M. Jordão, 1333) e é também representante de EULALIA-.

⁷⁶³ Esta visão foi defendida por H. de Carvalho já em 1955, contestando a ideia de Lütke 1953 de que casos como esses representam a conservação de uma fase linguística anterior em que o *i* não teria semivocalizado. Para os exemplos principais de queda de N e de L antes de pseudo-iode, cf. Carvalho e Lütke, *loc. cit.*, assim como Maia 1986 (1997:623-626) (que cita e segue Carvalho na explicação).

respeito Mateus / Andrade 2000:48ss.. Essa volatilidade da sequência /i,u/ + vogal poderia ter originado as alternâncias que se conhecem.⁷⁶⁴

Favorece esta hipótese o facto de a síncope se dar, quase sempre, quando ao grupo em questão se segue vogal átona (e.g. UINEA > *vi(i)a*), por oposição a quando se segue uma vogal tónica; neste contexto, devido à intensidade colocada na tónica, a vogal que a antecede mais facilmente enfraquece e se incorpora — palatalizando-a — na consoante (e.g. MULIERE- > *mulher*). Mais uma vez, no entanto, o carácter irregular dos putativos ditongos crescentes se faz manifestar e não dá espaço para regras perfeitas: basta ver o caso de síncope em “Joyão”, “Joyãa” que registámos para o texto 2 do *corpus*.

2] Passamos a analisar a ortografia de /ʎ/ e /ɲ/, que puderam até certa época, no nosso *corpus* como nos textos antigos portugueses (e não só) em geral, ser representados por mais de uma grafia. A história das grafias desses fonemas é de grande importância para a história linguístico-ortográfica do português pois, como Cintra 1963 declarada e acertadamente insiste, foi quando se introduziram, na chancelaria do reinado de D. Afonso III, os dígrafos <lh> e <nh> para representar os referidos fonemas, que a ortografia portuguesa ganhou um carácter individual em relação às suas congêneres ibéricas.⁷⁶⁵ Nem no galego, língua irmã ou mesma, mas já então separada politicamente, se adoptaram aquelas grafias, que vieram de França (mais concretamente da Provença) com o Rei (que foi conde nesse país).⁷⁶⁶

As grafias <lh> e <nh> estão registadas em Portugal a partir de 1265, na dita chancelaria, onde o seu uso rapidamente incrementa e passa a dominar (cf. Cintra 1963:63ss.): “C’est donc entre 1265 et 1275 qu’on peut placer la réforme orthographique dans la Chancellerie royale” (id.:64). Também em termos geográficos as novas grafias tiveram rápida propagação, sobretudo, segundo observa Cintra, nas zonas de repovoamento e reconquista mais recente, que mais facilmente aceitavam inovações concernentes à linguagem (cf. Cintra:63ss., esp. 71-72).

Vamos ver os dados que o nosso *corpus* apresenta e colocá-los no devido panorama. Na tabela seguinte apresenta-se uma sistematização geral, por meio de dados percentuais, do percurso evolutivo das grafias que essas consoantes podem apresentar no *corpus*, resultados que depois comentaremos. Excluem-se daqui os casos em que se nota uma grafia constando de traço sobreposto com valor de til / nasalidade + <h>, e.g. “moïho” < MOLĪNU-, “vīhia”. As formas dessas que envolvem *n* palatal etimológico podem ser vistas atrás neste §, onde é fácil concluir que não podem ser indicativas de consoante nasal; as que envolvem *n* palatal epentético estão citadas nas alíneas *a* e *b* do §2-3 de 1.9.3, onde se estudou o fenómeno da referida epêntese e se concluiu que, tal como acontece em grafias como “moïo” (ou até “moio”, “moiho”, sem representação da

⁷⁶⁴ No caso “Olaya” < EULALIA-, que acima citámos, pode ver-se um problema na manutenção do primeiro L a par da queda do segundo; mas deve-se notar que o primeiro L segue um ditongo decrescente originário (EU- > Ou- > Olaia), deixando de estar em contexto intervocálico.

⁷⁶⁵ Antes de <lh> e <nh>, usavam-se <l>, <ll>, , <n>, <nn>, <ñ>, <ni>, etc.; cf. Maia 1986 (1997:486-500) e Cintra 1963. Naturalmente, essas grafias não desapareceram todas ao mesmo tempo, tal como o não fizeram de uma assentada assim que <lh> e <nh> foram introduzidos. Voltaremos a esta questão ao comentarmos os dados que o nosso *corpus* fornece.

⁷⁶⁶ Para uma história de toda esta questão envolvendo as grafias de /ʎ/ e /ɲ/ e a história da ortografia antiga do português, cf. Cintra 1963, trabalho ainda hoje basilar.

nasalidade etimológica), não são também indicativas de [ɲ] ⁷⁶⁷. O <h> estará aí a marcar o hiato, como era então uso comum.

Tabelião ⁷⁶⁸	Grafias de /ɲ/			Grafias de /ʎ/		
	<n>	<nn>	<nh>	<l>	<ll>	<lh>
D. Viegas (SVB; 1 doc., 1274)	100% ⁷⁶⁹	—	—	—	80%	20%
J. Domingues (CN; 1 doc., 1283)	50	50	—	—	100	—
P. Moniz (SVB; 5 docs., 1285-1292)	94,44	—	5,56 ⁷⁷⁰	79,17	12,5	8,33
P. (E)Anes (SVB; 18 docs., 1293-1304)	63,16	—	36,84	25,45	14,55	60
E. Peres (SVB; 8 docs., 1306-1312)	—	—	100	—	53,49	46,51
F. Soares (SVB; 5 docs., 1317-1325)	—	—	100	—	—	100
A. Domingues (SVB; 16 docs., 1327-1350)	1,03	—	98,97	—	—	100
P. Gonçalves (Pr; 1 doc., 1331)	—	—	100	—	—	100
A. Clemente (SVB; 23 docs., 1332-1363)	—	—	100	—	—	100
M. Jordão (CB; 1 doc., 1333)	—	—	100	—	—	100
M. Anes (CN; 1 doc., 1342)	—	—	100	—	—	100
G. Esteves (CB; 2 docs., 1351-1358)	—	—	100	—	—	100
D. Miguens (SVB; 8 docs., 1355-1368)	—	—	100	4,17	—	95,83
A. Peres (CN; 1 doc., 1359)	—	—	100	—	—	100
V. Domingues (SVB; 1 doc., 1366)	—	—	100	—	—	100
G. Martins (SVB; 3 docs., 1376)	—	—	100	—	—	100
J. (E)Anes (SVB; 1 doc., 1377)	—	—	100	—	—	100
V. Clemente (CB; 2 docs., 1386)	—	—	100	—	—	100
A. Anes (CB; 1 doc., 1397)	—	—	100	—	—	100

É pertinente juntar a esta tabela algumas notas, que dão o mote aos comentários mais importantes a fazer.

⁷⁶⁷ Obviamente, isto não quer dizer que por trás dessas grafias não pudesse, na oralidade, existir efectivamente a consoante; apenas que não se estava a representar a consoante na escrita. De facto, uma coisa é o que se fala e outra o que se representa, ou pretende representar, na escrita.

⁷⁶⁸ Tanto /ɲ/ como /ʎ/ são fonemas muito frequentes na língua, e aparecem em quase todos os textos do *corpus*; por esse motivo, discrimino as datações nesta tabela apenas no âmbito da indicação da cronologia para que temos textos de cada tabelião. — Também devido a essa frequência elevada, não se indica o número absoluto de casos relevantes que se encontram em cada texto ou em cada tabelião. — Por outro lado, indica-se o número de textos de que dispomos para cada tabelião, pois há grandes disparidades de volume de produção documental entre tabeliões (assim, p. ex., se há vários tabeliões de que apenas temos um texto, outros há com mais de 15). — Não incluo aqui os casos que resultam de desenvolvimento de abreviaturas (e.g. *dr̃o* → *dinheiro*), pois não temos uma grafia atestada. Essa questão apenas se coloca a respeito de <nh>.

⁷⁶⁹ Um dos casos tem como leitura alternativa — menos provável, como defino na transcrição — um <ñ>, que daria as percentagens: <n>, 75%; <ñ>, 25%. Esse <ñ> seria único no *corpus*, mas não representa uma grafia propriamente estranha, noutras regiões, para a época (cf. e.g. Cintra 1963:66 e Maia 1986 (1997:488-489); tal como Maia frisa, <ñ> pode ser interpretado como uma variante de <nn>, grafia que também ocorre amiúde nos textos portugueses antigos).

⁷⁷⁰ Não é contabilizado aqui o caso “dunha” = ‘duma’, de que falámos no §2-1 de 1.9.3 e que, a remeter para uma consoante articulada, fá-lo-á em princípio para uma nasal velar. De resto, <nh> remete sempre para [ɲ], tal como <lh> para [ʎ].

Ressaltaremos em primeiro lugar que a grafia <nn> é extremamente rara no *corpus*, pois apenas está registada em “ssennor”, no texto 2 (J. Domingues, 1283). Como é evidente pela tabela, apenas há mais um caso de *n* palatal nesse tabelião, nomeadamente “Sñores”, com <n>. Como já ficou dito em nota de rodapé, <nn> representando *n* palatal não é, na época, uma grafia estranha, mas também não é muito frequente. Assim, Cintra 1963:63 considera-a “rara” nos documentos da chancelaria de Afonso III que analisa, ao mesmo tempo que Maia 1986 (1997:488-489) identicamente a considera “rara” para os documentos portugueses que estuda (a par de <ñ>, interpretada como sua variante); no caso dos documentos galegos, a A. nota <nn> com pouca frequência e <ñ> já mais usada (mais uma vez não dispomos de dados exactos, i. é, não dispomos de uma relação quantitativa). Em todo o caso, não ficamos surpreendidos por apenas encontrarmos um caso de <nn> no nosso *corpus*, entre cerca de cinco centenas de representações de /p/.

A grafia actual desse fonema, <nh>, surge pela primeira vez no texto 7 (1292, P. Moniz), representando um caso de epêntese: “Godinha”; isto para além do já citado “dunha” = ‘duma’, do texto 4 (1287, id.), cujo verdadeiro valor é difícil decifrar mas, a representar uma consoante articulada, estará em causa, tudo o indica, uma nasal velar: [ŋ].
771

A referida grafia rapidamente ganha força, e em E. Peres (1306-1312) já está estabilizada. Daí para a frente, em cerca de quatro centenas de casos, apenas um foge à regra: “quynõ” no 39, de 1327 e primeiro texto de A. Domingues (SVB), e onde surge também “quynhõ”, com <nh>. Esse tabelião, que tem 16 textos no *corpus*, apresenta mais quase uma centena de casos de <nh>.

Não se devem contabilizar como excepção a <nh> depois de E. Peres os casos “(Antoninho martiz) frãquino” e “(johã) crespino”, que surgem no texto 90 (1368, D. Miguens); representarão, não *Crespinho* ou *Franquinho*, mas os nomes ‘Crispino’ e ‘Franquino’, que chegaram até hoje (cf. Machado 1993, s.vv.). O primeiro descende de CRISPĪNUS, originariamente cognome romano derivado de CRISPUS (cf. Vasconcelos 1928c:343); o segundo pode ser derivado latinizado de ‘Franco’.

O dígrafo <lh> surge mais cedo, mas estabiliza-se mais tarde. Temos ocorrências logo no primeiro texto do *corpus* (1274, D. Viegas): “cõcelho”, “lhj” contra 8 de <ll>: “moller” 2x, “fillos” 2x, “ouelleiro” 3x, “mellorada”. No entanto, é só em F. Soares (1317-1325) que a grafia estabiliza no patamar absoluto que se seguiria.

Depois disso há apenas três excepções, todas respeitantes à forma “soeieira” e com presença em textos de D. Miguens: 2x no 87 (1363) e 1x no 88 (id.); isto contra 69 casos de <lh> nesse tabelião, mostrando bem o carácter excepcional daquela(s) forma(s). “soeieira” está pelo actual ‘Soalheira’, nome de vila perto do Fundão, e, como parece, corresponderá ao substantivo feminino ‘soalheira’, representando assim uma derivação de ‘soalho’ + o sufixo *-eiro*; por isso, terá sempre *l* palatal, como se vê na nota etimológica que fizemos a respeito desta palavra no §2-2 da vogal *a*. De resto, e como se cita nessa nota, ‘Soelheira’ aparece mais vezes no *corpus*, antes e depois dos casos de D. Miguens: “soeieira” (4, P. Moniz, 1287), “ssoelheyra” (42, A. Domingues, 1329), “soelheyra” (72,

771 “Godinha” representa um caso de epêntese de *n* palatal — o único registado nos textos do respectivo tabelião —, e “dunha” pode também representar um caso de epêntese, em princípio *n* velar. Já foi referida, ao tratar especificamente do caso “dunha” no §2-1 de 1.9.3 (sub-ponto em que são estudadas as epênteses semivocálicas ou consonânticas que desfizeram hiatos da língua antiga), a questão de <nh> poder estar associado a *n* epentético, palatal e / ou velar; mas a verdade é que, nos outros tabeliões no *corpus* em que se verifica <nh> em regime não exclusivo, não há qualquer restrição ou elemento que aponte minimamente para isso (releva para o assunto sobretudo P. (E)Anes, pois nos textos do outro tabelião em que se encontra tal alternância, A. Domingues, apenas não há <nh> num caso residual, que comentaremos).

A. Clemente, 1354), “Soelheyra” (78, id., 1363), “ssoelheira” (94, G. Martins, 1376), “ssoelheyra⁺ [...]” (95, id., id.). Só no primeiro caso não há grafia explícita de [ʎ], mas estamos numa época em que <lh> ainda está muito longe de estabilizar e num tabelião em que <l>, a grafia apresentada, tem um domínio de mais de três quartos das ocorrências da referida consoante (como está na tabela acima). É portanto claro que devemos interpretar “soeleira” em D. Miguens como uma exceção à regra da grafia já há muito estável de [ʎ] como <lh>.

O carácter mais resistente de <lh> à estabilização é interessante, pois mostra-nos que <lh> e <nh>, sendo grafias de percurso fundamentalmente paralelo e origem semelhante, não se devem no entanto emparelhar em absoluto.

Relevante pode ser também o facto de não encontrarmos as grafias e <ni> no *corpus*, que são, a par de <l> e <n>, as principais grafias das primeiras fases da escrita (i.e. antes da reforma da chancelaria de Afonso III) e se extinguiram mais depressa do que aquelas; cf. Cintra 1963:62-63 e ainda Maia 1986 (1997:486-487&497-498) que, tendo textos para Portugal a partir de 1281, já não as regista, ao contrário de <l> e <n> (e ao contrário da Galiza, em que nota ainda alguns casos daquelas grafias). A ausência de e <ni> no nosso *corpus* aponta para que o Sueste Beirão não estivesse desfasado, ou pelo menos não fosse arcaizante, no tocante às correntes ortográficas de então.

Já no que respeita ao modo e à rapidez da progressão de <lh> e <nh> — como já ficou dito, é apontada como característica dessas grafias uma rápida difusão, mais incisiva nas regiões centro-meridionais —, não dispomos na tradição dos estudos da língua antiga de dados quantitativos densos e pormenorizados (e que desçam ao detalhe de considerar separadas as formas com desenvolvimento de abreviaturas, as quais necessitam, por outro lado, de procedimentos de transcrição sempre muito conservadores), não sendo possível fazer observações com a pertinência necessária. Se quisermos elaborar com base nos dados subjectivos de Maia 1986 (1997:486-493&497-500) (respeitantes ao Noroeste) e Cintra 1963:62-71 (respeitantes à maior parte das regiões do país), a expansão das referidas grafias no Sueste da Beira parece ser relativamente lenta, apontando, em sentido contrário à ausência de e <ni>, para o conhecido carácter periférico que essa região apresenta hoje; mas, como foi referido, não podemos dar passos certos a este respeito.

3] Desenvolvimento de semivogal palatal entre vogal tónica (excepto *i*) e consoante palatal — Este fenómeno, que ocorre na linguagem contemporânea do Sueste Beirão (cf. **Capítulo I, Secção B, I. Fonética, 2.3, §4**), não se pode abonar no *corpus*.

Há a comentar apenas três casos, que se dividem em dois grupos: (i) “jujnho” e “juynho”, respectivamente nos textos 58 e 59, ambos de 1333 e do tabelião Antoninho Clemente; (ii) “Esteuaynha⁺”, no 99 (A. Anes, 1397). Os casos do primeiro grupo foram já comentados no §1 de 1.5. No terceiro caso, a existência de semivogal é só aparente, pois o *i* deveria ser a tónica (cf. Nunes 1934:119, Vasconcelos 1928c:46 e Vasconcelos 1931:264-265), devendo supor-se um étimo STEPHANINA- (de STEPHANUS, que deu ‘Estêvão’): cf. Vasconcelos, 2 *op. cit.*. Se não se verificasse essa hipótese, deveria contudo ver-se na semivogal uma continuação da semivogal etimológica, tal como para “jujnho” / “juynho”.

2.5. Restantes líquidas: /l/, /r/, /ʀ/.

1] Só no âmbito da vibrante múltipla, como se viu nas tabelas do início de 2. **Consonantismo**, houve evolução do português antigo para o actual, ao passar-se da articulação alveolar para a uvular. Mesmo essa, contudo, escapa ao nosso âmbito, pois constitui um fenómeno muito recente na língua (para além de que se conserva a antiga articulação na linguagem do SE Beirão de hoje: **Capítulo I, Secção B, I. Fonética, 2. Consonantismo**, §2).

É aliás um dos poucos fenómenos que se deram ou estão a dar na Norma desde que a linguística científica foi inaugurada em Portugal. Podemos ver parte do seu percurso através dos trabalhos do ilustre foneticista Gonçalves Viana, como nota Teyssier 1980 (2001:65). Em 1883, assinala Viana em Lisboa uma variação entre a pronúncia alveolar e a uvular, mas sendo esta meramente uma variante individual: “[l’] ancipite centrale vibrante *rr*] est prononcée un peu plus en arrière que *r* simple, et est généralement linguale. On trouvera individuellement des *r* vibrantes uvulaires, même parmi les gens qui prononcent *r* simple comme une linguale” (Viana 1883 (1973:102), *apud* Teyssier 1980 (2001:107)). 20 mais tarde, a pronúncia uvular é ainda encarada como “viciosa”, mas está em claro processo de expansão: “La prononciation uvulaire de *rr*, mais non pas de *-r-*, [...] se répand de plus en plus dans les villes. Cependant, on la regarde encore comme vicieuse, le *rr* apical étant toujours préférable au grasseyement du [ʀ], qui individuellement est plus profond qu’en français ou en allemand” (Viana 1903:19, *apud* Teyssier 1980 (2001:107)). Quanto à actualidade, diz Teyssier que a pronúncia uvular “é geral em Lisboa e largamente adoptada no resto do País, sem que tenha, apesar disso, suplantado a antiga articulação apical” (Teyssier 1980 (2001:65)).

A grafia de *r* no nosso *corpus*, múltiplo ou simples, é <r>, que pode ser simples ou duplo para qualquer dos sons, para além de maiúsculo. Não há, ao longo de toda a época, regras absolutas de distinção entre a vibrante múltipla e a simples na ortografia, mas há mais a dizer sobre isso. Nas tabelas seguintes apresenta-se uma relação das grafias de *r*, múltiplo e simples, no *corpus*.⁷⁷²

⁷⁷² Consideram-se três variantes gráficas: minúsculo simples — <r> —, minúsculo dobrado — <rr> — e maiúsculo — <R>. Só o <r> caudato, que é minúsculo, pode surgir dobrado. Não se distinguem diferentes tipos de <r> minúsculo ou maiúsculo. Não se consideram os casos em que a letra foi desenvolvida (marcados na transcrição com itálico) ou reconstituída (por mancha, buraco no pergaminho, etc.; marcados com colchetes na transcrição); os casos em que a letra foi cancelada pelo escriba (marcados com chavetas na transcrição) são analisados caso a caso, pois o cancelamento pode nada ter a ver com a escrita da vibrante. Como as vibrantes são sons muito frequentes, não apresento valores absolutos das ocorrências, apenas percentagens; pela mesma razão, as percentagens não descem ao valor de cada texto singular, mas consideram apenas a totalidade de ocorrências nos textos — ou texto, nalguns casos — de cada tabelião.

Grafias da vibrante múltipla									
Tabelião	Início de palavra			Dentro de palavra ⁷⁷³					
				Depois de vogal oral			Depois de vogal nasal ⁷⁷⁴		
	<r>	<rr>	<R>	<r>	<rr>	<R>	<r>	<rr>	<R>
D. Viegas (SVB; 1 doc., 1274)	71,43	14,29	14,29	—	100	—	—	—	—
J. Domingues (CN; 1 doc., 1283)	60	20	20	—	100	—	—	—	—
P. Moniz (SVB; 5 docs., 1285-1292)	76,67	—	23,33	11,11	88,89	—	—	—	—
P. (E)Anes (SVB; 18 docs., 1293-1304)	90,32	—	9,68	100	—	—	100	—	—
E. Peres (SVB; 8 docs., 1306-1312)	—	78,26	21,74	—	100	—	—	—	—
F. Soares (SVB; 5 docs., 1317-1325)	61,9	23,81	14,29	100	—	—	100	—	—
A. Domingues (SVB; 16 docs., 1327-1350)	24,39	—	75,61	41,67	8,33	50	100	—	—
P. Gonçalves (Pr; 1 doc., 1331)	—	42,86	57,14	—	100	—	—	—	—
A. Clemente (SVB; 23 docs., 1332-1363)	—	34,42	65,58	2,78	83,33	13,89	—	93,33	6,67
M. Jordão (CB; 1 doc., 1333)	—	40	60	—	—	—	—	—	—
M. Anes (CN; 1 doc., 1342)	—	71,43	28,57	—	100	—	—	100	—
G. Esteves (CB; 2 docs., 1351-1358)	—	—	100	—	—	100	—	—	—
D. Miguens (SVB; 8 docs., 1355-1368)	10,34	—	89,66	64,29	35,71	—	100	—	—
A. Peres (CN; 1 doc., 1359)	20	—	80	—	—	—	—	—	—
V. Domingues (SVB; 1 doc., 1366)	—	—	100	100	—	—	—	—	—
G. Martins (SVB; 3 docs., 1376)	—	—	100	100	—	—	50	—	50
J. (E)Anes (SVB; 1 doc., 1377)	6,67	—	93,33	100	—	—	—	100	—
V. Clemente (CB; 2 docs., 1386)	—	—	100	83,33	—	16,67	—	—	—
A. Anes (CB; 1 doc., 1397)	—	—	100	100	—	—	—	100	—

⁷⁷³ Para além dos dois contextos aqui incluídos, a vibrante múltipla pode ainda surgir, dentro de palavra, depois de consoante (e.g. ‘desregrado’); não encontrei no nosso *corpus*, contudo, exemplos dessa ocorrência. (Para o inventário dos contextos em que as vibrantes podem surgir, cf. Mateus / Andrade 2000:15.)

⁷⁷⁴ Só a vibrante múltipla pode ocorrer entre vogal nasal e vogal oral (e.g. ‘honra’); devido às conhecidas questões de (i) esse ser um contexto verdadeiramente intervocálico ou não (por poder estar lá, apenas no nível fonológico ou também no fonético, uma própria consoante nasal) e (ii) a consoante nasal etimológica poder ser representada, na grafia medieval, explicitamente (i.e. não por meio de traço sobreposto), considero à parte a grafia de *r* múltiplo no contexto referido.

Grafias da vibrante simples												
Tabelião	Em início de sílaba						Em final de sílaba					
	Entre vogais			Em grupo consonântico			Dentro de palavra ⁷⁷⁵			Final de palavra		
	<r>	<rr>	<R>	<r>	<rr>	<R>	<r>	<rr>	<R>	<r>	<rr>	<R>
D. Viegas (SVB; 1 doc., 1274)	100	—	—	100	—	—	100	—	—	100	—	—
J. Domingues (CN; 1 doc., 1283)	100	—	—	100	—	—	100	—	—	100	—	—
P. Moniz (SVB; 5 docs., 1285-1292)	100	—	—	100	—	—	100	—	—	100	—	—
P. (E)Anes (SVB; 18 docs., 1293-1304)	100	—	—	100	—	—	100	—	—	100	—	—
E. Peres (SVB; 8 docs., 1306-1312)	100	—	—	100	—	—	100	—	—	100	—	—
F. Soares (SVB; 5 docs., 1317-1325)	98,75	1,25	—	96,97	3,03	—	100	—	—	97,67	2,33	—
A. Domingues (SVB; 16 docs., 1327-1350)	87,39	1,5	11,11	100	—	—	100	—	—	100	—	—
P. Gonçalves (Pr; 1 doc., 1331)	100	—	—	100	—	—	100	—	—	100	—	—
A. Clemente (SVB; 23 docs., 1332-1363)	99,78	0,22	—	100	—	—	97,64	2,36	—	100	—	—
M. Jordão (CB; 1 doc., 1333)	100	—	—	100	—	—	100	—	—	100	—	—
M. Anes (CN; 1 doc., 1342)	100	—	—	100	—	—	100	—	—	100	—	—
G. Esteves (CB; 2 docs., 1351-1358)	100	—	—	100	—	—	100	—	—	100	—	—
D. Miguens (SVB; 8 docs., 1355-1368)	100	—	—	100	—	—	100	—	—	100	—	—
A. Peres (CN; 1 doc., 1359)	100	—	—	100	—	—	100	—	—	100	—	—
V. Domingues (SVB; 1 doc., 1366)	86,36	13,64	—	100	—	—	83,33	16,67	—	100	—	—
G. Martins (SVB; 3 docs., 1376)	81,33	18,67	—	100	—	—	97,83	2,17	—	100	—	—

⁷⁷⁵ Como ficou dito no **Capítulo I, Secção B, I. Fonética, 2.2.2, §2-a**, o *r*, antes de *n* e *l*, pode apresentar-se hoje na linguagem do SE Beirão como vibrante múltipla; optei por não considerar essa questão aqui pois na Norma a realização é diferente (verifica-se aí o *r* simples). Em todo o caso, a grafia de *r* antes de *n* e *l* não se distingue, no *corpus*, da de *r* em coda antes de outra consoante qualquer.

J. (E)Anes (SVB; 1 doc., 1377)	92,86	7,14	—	70,83	29,17	—	100	—	—	100	—	—
V. Clemente (CB; 2 docs., 1386)	95,45	4,55	—	100	—	—	100	—	—	100	—	—
A. Anes (CB; 1 doc., 1397)	96,97	3,03	—	100	—	—	92,86	7,14	—	100	—	—

Notam-se nos dados dois grandes períodos ortográficos respeitantes à grafia de *r*, divididos por um eixo temporal situado sensivelmente no segundo quartel / em meados do séc. XIV.

1. Até essa época, sendo <R> conhecido para grafar a vibrante múltipla inicial de palavra, ainda não tem estatuto maioritário; é algo que ganha claramente no segundo período. Por outro lado, essa é, no *corpus*, uma grafia muito rara para representar a vibrante simples inicial de sílaba: só aparece nos textos de A. Domingues, e sempre em contexto intervocálico (deixando de fora os casos em que surge em grupo consonântico, portanto). Essas ocorrências, no entanto, são significativas, pois é precisamente nesse tabelião que pela primeira vez <R> tem estatuto maioritário na representação da vibrante múltipla no contexto referido (obtendo depois o aludido estatuto regular). Para além disso, <R> representando a simples inicial de sílaba é procedimento que aparece sobretudo nos textos mais tardios desse tabelião, assim como é nessa fase que o uso do mesmo grafema para a múltipla inicial de palavra se intensifica.

Também em A. Clemente (1332-1363) se vê o incremento de <R> para representar [r̄] inicial a partir da mesma época (nos seus primeiros textos, <rr> ainda é muito utilizado). Por outro lado, nos textos de M. Jordão e P. Gonçalves, da década de 1330, já se nota um uso maioritário de <R> para representar essa consoante, embora ainda longe das percentagens esmagadoras que se seguirão; e, por outro lado ainda, no texto de M. Anes (1342) ainda se vê um estatuto minoritário de <R>. O quadro geral é, assim, o seguinte: houve uma mudança de procedimentos pelo segundo quartel do séc. XIV, altura em que se passa a fazer mais uso de <R>; os textos de A. Domingues representam paradigmaticamente, com as normais variações desse tipo de período, uma transição.

2. Onde /r̄/ e /r/ se podem cruzar é em posição intervocálica; e aí, mais uma vez, pode ser observada uma clivagem entre a primeira e a segunda metade do XIV. Até essa época, a múltipla é grafada normalmente — com as excepções que vemos na primeira tabela — por meio do correspondente <r> duplo, mas depois passa a ter como grafema regular <r> simples⁷⁷⁶. No que toca a [r] intervocálico, apresentando sempre como grafia normal <r> simples, é todavia na segunda metade do XIV que mais casos de <rr> aparecem (é a partir de V. Domingues (1366) que as percentagens deixam de ser residuais).

3. Em termos gerais — i.e. considerando todos os contextos —, é aliás na segunda metade do XIV que mais frequentemente podemos notar <rr> para representar [r]. Mais

⁷⁷⁶ Não devemos deixar-nos enganar pelas boas frequências que, na segunda metade do XIV, podemos encontrar de <rr> para representar a múltipla entre vogal nasal e outra vogal (cf. a primeira tabela): esse contexto é incomparavelmente menos frequente do que aquele em que é uma vogal oral que antecede a vibrante.

do que isso: é nessa época que mais frequentemente podemos encontrar exceções à regra geral de uso de <r> para [r]. Isto porque só temos <R> (ou seja, nem <r> nem <rr>) para representar essa consoante nos casos de A. Domingues em que o grafema corresponde a [r] inicial de sílaba.

Talvez não por coincidência, contudo, as primeiras exceções, respeitando a todos os contextos menos à posição final de sílaba em interior de palavra, surgem precisamente no último texto de F. Soares; ou seja, em 1325, à entrada do segundo quartel — que é o limite geral mínimo que definimos para o fim do primeiro *período ortográfico*. Já as primeiras exceções do uso de <r> em posição final de sílaba interior de palavra, aparecem em texto de A. Clemente de 1354 (72)⁷⁷⁷; à entrada, portanto, da segunda metade do séc. XIV, na etapa definida como limite geral máximo do final do primeiro período.

4. Com a sua regular representação por meio de <r> simples minúsculo, ao longo de toda a época, a vibrante simples apresenta-se menos variável na sua grafia do que a múltipla. Esta apresenta importantes inflexões da primeira para a segunda metade do séc. XIV; tal como apresenta, intrinsecamente — i.e. afora a(s) referida(s) fase(s) de mudança —, representações gráficas menos regulares. Isto é visível exemplarmente nos textos mais antigos.

Em todo o caso, quer as grafias da vibrante múltipla quer as da vibrante simples têm divergências significativas entre os dois períodos referidos.

Há algumas similaridades entre a evolução das grafias das vibrantes e as de /l/, que é o que tratamos a seguir.

2] O L intervocálico latino, consoante da maior importância na história da língua, não se apresenta conservado, como seria de esperar.

Quanto ao *l* final de sílaba, tem sido discutido se já no port. antigo ele teria (ou poderia ter) pronúncia velar. Há vários argumentos de natureza apenas linguística que podem ser mobilizados para favorecer essa tese — como os de Maia 1986 (1997:496-497) (com a bibliografia aí citada), que consistentemente a defende —, assim como há um possível argumento ortográfico que tem sido utilizado: a frequente representação, em textos antigos, de *l* em final de sílaba por meio de <ll>, contra a frequente representação de *l* em início de sílaba por meio de simples <l>. Essa variação, dizem autores como Vasconcelos 1889:64-65, Huber 1933 (2006:141) ou Williams 1938 (1961:39), atestaria já então a pronúncia velarizada do *l* em final de sílaba — diferente da do *l* nas outras circunstâncias.

A questão continua em aberto, pois os dados linguísticos não são totalmente seguros e a questão ortográfica — que é o único ponto que respeita propriamente à língua antiga — não está suficientemente estudada (basicamente porque não se procuram com a devida atenção dados quantitativos precisos). Na linguagem contemporânea da região aqui em estudo, sabemos que a pronúncia velarizada do *l* não é fenómeno próprio, antes se mantendo regularmente (tal como p. ex. no espanhol) a realização alveolar em todos os contextos (cf. **Capítulo I, Secção B, I. Fonética**, §1 de 2.2.2). Mas é óbvio que temos de ver o que os textos antigos nos dizem.

⁷⁷⁷ Essas exceções são, concretamente, a repetição de “fferrnandiz”; é certo que se trata de um desenvolvimento de abreviatura, mas os dois <r> estão lá e significam na mesma o fenómeno.

Apresenta-se nas tabelas seguintes uma relação das representações gráficas de /l/ no nosso *corpus*; na primeira figura o contexto inicial de sílaba e na segunda o contexto final de sílaba.⁷⁷⁸ Para além dos contextos indicados na primeira tabela, /l/ pode ocorrer, em posição inicial de sílaba, depois de consoante; no nosso *corpus*, só há um caso: “pirliteyro”, no 23 (P. (E)Anes, 1301). Assim, a tabela vai diminuída deste contexto.

Grafias de /l/ em posição inicial de sílaba									
Tabelião	Início de palavra			Entre vogais			Em grupo consonântico		
	<l>	<ll>	<L>	<l>	<ll>	<L>	<l>	<ll>	<L>
D. Viegas (SVB; 1 doc., 1274)	—	—	100	100	—	—	100	—	—
J. Domingues (CN; 1 doc., 1283)	100	—	—	100	—	—	100	—	—
P. Moniz (SVB; 5 docs., 1285-1292)	71,43	—	28,57	100	—	—	100	—	—
P. (E)Anes (SVB; 18 docs., 1293-1304)	50	—	50	51,79	46,43	1,79	100	—	—
E. Peres (SVB; 8 docs., 1306-1312)	33,33	—	66,67	93,55	6,45	—	100	—	—
F. Soares (SVB; 5 docs., 1317-1325)	42,86	—	57,14	82,14	17,86	—	100	—	—
A. Domingues (SVB; 16 docs., 1327-1350)	45,16	6,45	48,39	48,45	42,24	9,32	100	—	—
P. Gonçalves (Pr; 1 doc., 1331)	80	—	20	100	—	—	100	—	—
A. Clemente (SVB; 23 docs., 1332-1363)	76,92	—	23,08	99,32	0,68	—	100	—	—
M. Jordão (CB; 1 doc., 1333)	100	—	—	100	—	—	—	—	—
M. Anes (CN; 1 doc., 1342)	75	—	25	53,85	30,77	15,38	—	—	—
G. Esteves (CB; 2 docs., 1351-1358)	100	—	—	100	—	—	—	—	—
D. Miguens (SVB; 8 docs., 1355-1368)	15,15	—	84,85	96,64	—	3,36	—	—	—
A. Peres (CN; 1 doc., 1359)	—	—	—	100	—	—	—	—	—
V. Domingues (SVB; 1 doc., 1366)	33,33	—	66,67	55,56	44,44	—	—	—	—

⁷⁷⁸ Há três variantes gráficas a considerar: minúsculo simples — <l> —, minúsculo dobrado — <ll> — e maiúsculo — <L> —, que não surge dobrado. Não se distinguem diferentes tipos de <l> minúsculo ou maiúsculo. Não se consideram os casos em que a letra foi desenvolvida (marcados na transcrição com *italico*) ou reconstituída (por mancha, buraco no pergaminho, etc.; estão marcados com colchetes na transcrição); os casos em que a letra foi cancelada pelo escriba (assinalados com chavetas na transcrição) são analisados caso a caso, pois o cancelamento pode nada ter a ver com a representação do(s) som(ns) aqui em causa. Devido à elevada frequência de /l/ na língua, não se apresentam valores absolutos das ocorrências, apenas percentagens; pela mesma razão, as percentagens não descem ao valor de cada texto singular, mas consideram apenas a totalidade de ocorrências nos textos — ou texto, nalguns casos — de cada tabelião.

G. Martins (SVB; 3 docs., 1376)	60	—	40	94,74	—	5,26	—	—	—
J. (E)Anes (SVB; 1 doc., 1377)	100	—	—	10	90	—	100	—	—
V. Clemente (CB; 2 docs., 1386)	100	—	—	92,86	7,14	—	—	—	—
A. Anes (CB; 1 doc., 1397)	92,86	—	7,14	28,57	71,43	—	100	—	—

Grafias de /l/ em posição final de sílaba						
Tabelião	Dentro de palavra			Fim de palavra		
	<l>	<ll>	<L>	<l>	<ll>	<L>
D. Viegas (SVB; 1 doc., 1274)	100	—	—	83,33	—	16,67
J. Domingues (CN; 1 doc., 1283)	100	—	—	100	—	—
P. Moniz (SVB; 5 docs., 1285-1292)	100	—	—	100	—	—
P. (E)Anes (SVB; 18 docs., 1293-1304)	100	—	—	100	—	—
E. Peres (SVB; 8 docs., 1306-1312)	100	—	—	100	—	—
F. Soares (SVB; 5 docs., 1317-1325)	100	—	—	96,15	—	3,85
A. Domingues (SVB; 16 docs., 1327-1350)	100	—	—	89,83	—	10,17
P. Gonçalves (Pr; 1 doc., 1331)	100	—	—	100	—	—
A. Clemente (SVB; 23 docs., 1332-1363)	98,68	—	1,32	78,92	13,25	7,83
M. Jordão (CB; 1 doc., 1333)	100	—	—	100	—	—
M. Anes (CN; 1 doc., 1342)	100	—	—	60	10	30
G. Esteves (CB; 2 docs., 1351-1358)	100	—	—	15	—	85
D. Miguens (SVB; 8 docs., 1355-1368)	100	—	—	40	—	60
A. Peres (CN; 1 doc., 1359)	—	—	—	44,44	11,11	44,44
V. Domingues (SVB; 1 doc., 1366)	100	—	—	16,67	—	83,33
G. Martins (SVB; 3 docs., 1376)	87,5	—	12,5	83,33	—	16,67
J. (E)Anes (SVB; 1 doc., 1377)	100	—	—	100	—	—
V. Clemente (CB; 2 docs., 1386)	37,5	62,5	—	84	12	4
A. Anes (CB; 1 doc., 1397)	93,33	6,67	—	90	10	—

Ressaltam das tabelas os seguintes elementos fundamentais:

1. Não dispomos de elementos, nos nossos dados, que apontem para uma realização velarizada de /l/ em posição final de sílaba, por oposição a quando está em posição inicial de sílaba. Com efeito, não se consegue descortinar uma verdadeira distinção de grafias entre os contextos, pois: (i) <ll> aparece com facilidade em posição intervocálica (desde cedo e ao longo de toda a época); (ii) <ll> aparece pouco em posição final de sílaba, tanto dentro como fora de palavra; (iii) há uma clara discrepância quantitativa e qualitativa entre as ocorrências de <ll> em posição final de sílaba quando em interior de palavra e na mesma posição quando em final de palavra: só nos últimos dois tabeliões aparecem casos do primeiro contexto, enquanto casos do segundo surgem não só em mais tabeliões como desde muito mais cedo (meados do séc. XIV, com os textos de A. Clemente).

As ocorrências de <ll> em posição intervocálica surgem, nos textos mais antigos, sempre ou quase sempre em contexto etimológico (e.g. “villa”, “elle”, em que os dois l têm legitimação etimológica, pois < VĪLLA-, ĪLLE-). Nos textos mais recentes, por outro lado, começam a surgir com facilidade quer em contexto etimológico quer fora dele (dá-se isso nos textos de J. (E)Anes (1377) e A. Anes (1397)). Relembrando o facto de <ll> em posição final de sílaba interior surgir apenas em textos recentes, os elementos que estamos a ver não permitem desvalorizar as ocorrências de <ll> em posição intervocálica (alegando que se trata de facto à parte e baseado na etimologia) para dizer que as

ocorrências da mesma grafia em posição final de sílaba remetem de facto para *l* velarizado.

Também não permitem seguir semelhante raciocínio os seguintes factos: (i) tal como seria de esperar, <ll> nunca chega a ser a grafia exclusiva de palavras com -*ll*-etimológico, ou seja, há uma verdadeira alternância entre <ll> e <l> para o contexto intervocálico; (ii) como já foi referido, em posição final de sílaba a ocorrência de <ll> é, em termos genéricos, claramente secundária. Com efeito, apenas em V. Clemente há uma percentagem elevada dessa grafia nesse contexto, mas, significativamente, é apenas no contexto interior de palavra que isso se dá; em contexto final de palavra, <ll> tem, nos textos do mesmo tabelião, uma percentagem muito mais diminuída, correspondendo aos valores normais de <ll> em contexto final de sílaba no *corpus* (em final ou dentro de palavra).

2. Ressalta do que acabamos de ver que <ll> ganha maior abrangência de uso na segunda metade do séc. XIV. Se analisarmos o comportamento de <L>, parece dar-se algo análogo.

De facto, se se verifica desde sempre o uso frequente de <L> em posição inicial de palavra (aparecendo mais, já então, em nomes próprios); se nunca atinge grandes proporções o seu uso em posição intervocálica; e se nunca ocorre em grupo consonântico (como <ll>, de resto), — temos que, se nos reportarmos ao contexto final de sílaba (interior ou final de palavra), há um certo incremento no referido período.

Cingindo a análise ao contexto interior de palavra, as ocorrências só surgem na segunda metade do XIV. Cumpre acrescentar a este respeito que, por um lado, é verdade que só essas ocorrências só se dão em dois tabeliões, são muito esporádicas — aos 1,32% de A. Clemente e 12,5% de G. Martins corresponde apenas um caso em cada um deles — e uma delas pode até ser vista como problemática: o caso de A. Clemente é “saL/¹⁷geyro” (texto 78, 1363), em que, havendo uma mudança de linha, o <L> fica no final da palavra gráfica (ou seja, não ficando no final da palavra gramatical, fica no entanto no final de uma unidade gráfica). No entanto, deve dar-se valor — se não todo, pelo menos algum — a essa forma, pois casos desses há mais no *corpus*, e sem grafia semelhante ⁷⁷⁹. Igualmente a forma de G. Martins — “aLgem⁺”, no 94 (1376) — tem de ser valorizada. Assim, se o que temos de certo é que (i) os únicos casos de <L> final de sílaba interior surgem na segunda metade do XIV e (ii) a percentagem de G. Martins não deixa de ser um valor relevante, então temos de dar ao fenómeno consideração plena.

Já no contexto final de palavra, se o uso de <L> é conhecido desde sempre, também não passa despercebido que é só na segunda metade do XIV que ele atinge frequências elevadas — chegando mesmo a dominar esmagadoramente em certos casos. É curioso assinalar, por outro lado, que essa tendência se esbate nos últimos tabeliões do *corpus* (a partir de G. Martins, 1376); fica a questão de saber se é tendência que se manteve, mas, para todos os efeitos, há uma importante diminuição de uso.

3. Todas estas mudanças ortográficas na segunda metade do séc. XIV são ainda mais interessantes porque também pudemos constatar, para alturas parecidas, mudanças importantes nas representações ortográficas das vibrantes (cf. o § anterior). E também aqui vemos os últimos textos de A. Domingues sugerirem um período de inovação ortográfica.

⁷⁷⁹ Analisando apenas as grafias de *l*, conto mais três, todos antes do citado: “goncal/¹¹uiz” no texto 4 (1287, P. Moniz), “caual/⁴eyro” no 23 (1301, P. (E)Anes) e “giral/¹²dez” no 55 (1331, P. Gonçalves).

No caso das grafias de *r*, constatámos nesses textos uma representação exemplar da transição para um uso diferente de <R>. No caso de *l*, é nos dois últimos textos (53 e 54, 1349 e 1350 respectivamente) que aparecem todos os exemplos de <L> intervocálico de que dispomos para esse tabelião, suplantando mesmo, notoriamente, as ocorrências conjuntas de <l> e <ll> para o mesmo contexto ⁷⁸⁰; de igual forma, é nos últimos dois textos que <L> final de palavra mais surge, chegando a suplantar, no último texto, os casos de <l> (que é a única alternativa, nesse tabelião, para esse contexto) ⁷⁸¹. No contexto inicial de palavra — o outro em que há <L> nos textos de A. Domingues —, não se manifesta incremento significativo de <L> nos últimos textos, mas esse já era — ao contrário dos outros — um contexto comum para <L> (sobretudo em nomes próprios, como já foi dito).

Vemos portanto, no decurso cronológico dos textos de A. Domingues — que partem de 1327 e terminam em 1350 —, variações que apontam para um período de introdução de um uso que será típico da época que se segue; e a verdade é que outros elementos vão no mesmo sentido, nomeadamente a respeito da grafia de /l/ final. Há a notar, em primeiro lugar, que nos textos de A. Clemente (56-78, 1332-1363), dos 13 casos de <L> que podemos encontrar, 1 surge no texto 58, que é de 1358, e os outros 12 do 67 ao último — i.e. de 1342 a 1363, integrando-se no período em que começamos a ver as inflexões em A. Domingues. Também é em A. Clemente que vemos o primeiro caso de <L> em final de sílaba interior de palavra (texto 78, 1363).

Em segundo lugar, a ausência de <L> final no texto de P. Gonçalves, que é de 1331, e no de M. Jordão, de 1333, *versus* a existência muito significativa — a primeira vez em que passa a dezena percentual, chegando aos 30% — no texto de M. Anes, de 1342, parece apontar no mesmo sentido: no final da primeira metade do séc. XIV começam a aparecer certos procedimentos que se intensificarão na metade seguinte, e textos que abrangem o segundo quartel do XIV, como os de A. Domingues e A. Clemente, mostrarão o processo. A seguir a M. Anes seguem-se várias percentagens muito significativas — na maior parte dos casos com um domínio claro — de <L> final (cf. a segunda tabela atrás).

3] Do que acabámos de ver ressalta a questão: inclui-se a expansão de uso de <L> e <R> na segunda metade do séc. XIV num processo mais vasto de expansão de uso das letras maiúsculas em geral? Ou é uma idiossincrasia daqueles grafemas? Ou, por último, emparelha com outras letras, mas num comportamento que não é geral? Para fornecer uma resposta segura, é necessário um estudo muito detalhado — e de cariz paleográfico — dos processos de escrita em questão, estudo que foge ao âmbito deste trabalho.

No entanto, uma análise genérica da ocorrência percentual das maiúsculas ao longo do *corpus* — o mesmo é dizer, uma primeira achega à questão — não indica uma evolução sensível e geral do uso das maiúsculas. É isso que se apresenta na tabela seguinte, donde consta uma relação, sem olhar a contextos, da percentagem de ocorrência de cada letra nas suas formas maiúscula e minúscula, assim como médias gerais: ⁷⁸²

⁷⁸⁰ Temos, no texto 53, 2 casos de <l> e 3 de <ll> contra 8 de <L>; no 54, 1 caso de <l> e 2 de <ll> contra 7 de <L>.

⁷⁸¹ Até ao texto 53 encontram-se, nos textos de A. Domingues, 3 casos de <L> para a posição final de sílaba em fim de palavra (com o primeiro exemplo já no primeiro texto), contra 99 de <l> no mesmo contexto; no 53, há 3 casos de <L> contra 5 de <l>, e no 54 há 6 casos de <L> contra 2 de <l>.

⁷⁸² Seguindo as normas de transcrição do *corpus*, as letras semi-maiúsculas, comuns na escrita medieval, são agrupadas junto com as maiúsculas. Não considero os casos em que a letra faz parte de uma abreviatura desenvolvida (que surgem a itálico na transcrição).

Relação percentual das ocorrências das variantes minúscula e maiúscula de cada letra no <i>corpus</i>																
Tabelião	A		B		C		D		E		F		G		H	
	M ⁷⁸³	m ⁷⁸⁴	M	m	M	m	M	m	M	m	M	m	M	m	M	m
D. Viegas (SVB; 1 doc., 1274)	4,52	95,48	11,11	88,89	13,51	86,49	8,57	91,43	7,06	92,94	—	100	—	100	—	100
J. Domingues (CN; 1 doc., 1283)	2,17	97,83	—	100	20	80	—	100	1,04	98,96	—	100	—	100	—	100
P. Moniz (SVB; 5 docs., 1285-1292)	5,87	94,13	7,69	92,31	25	75	9,36	90,64	1,82	98,18	—	100	12,73	87,27	—	100
P. (E)Anes (SVB; 18 docs., 1293-1304)	0,94	99,06	—	100	25,3	74,7	7,75	92,25	4,57	95,43	—	100	4,72	95,28	—	100
E. Peres (SVB; 8 docs., 1306- 1312)	1,89	98,11	—	100	10,62	89,38	2,87	97,13	3,24	96,76	—	100	—	100	—	100
F. Soares (SVB; 5 docs., 1317-1325)	—	100	—	100	6,74	93,26	8,66	91,34	3,49	96,51	—	100	1,96	98,04	—	100
A. Domingues (SVB; 16 docs., 1327-1350)	5,69	94,31	1,2	98,8	3,52	96,48	1,73	98,27	2,57	97,43	—	100	5,36	94,64	—	100
P. Gonçalves (Pr; 1 doc., 1331)	3,5	96,5	18,18	81,82	—	100	2,86	97,14	3,4	96,6	—	100	—	100	—	100
A. Clemente (SVB; 23 docs., 1332-1363)	3,07	96,93	0,33	99,67	17,7	82,3	1,02	98,98	7,31	92,69	—	100	5,38	94,62	—	100
M. Jordão (CB; 1 doc., 1333)	17,5	82,5	—	100	13,64	86,36	—	100	4,49	95,51	—	100	12,5	87,5	—	100
M. Anes (CN; 1 doc., 1342)	2,36	97,64	9,09	90,91	11,11	88,89	3,23	96,77	6,42	93,58	—	100	—	100	—	100
G. Esteves (CB; 2 docs., 1351-1358)	1,05	98,95	2,86	97,14	22,03	77,97	0,6	99,4	3,75	96,25	—	100	2,33	97,67	—	100
D. Miguens (SVB; 8 docs., 1355-1368)	12,22	87,78	3,88	96,12	30,05	69,95	3,38	96,62	21,37	78,63	—	100	4,35	95,65	—	100
A. Peres (CN; 1 doc., 1359)	5,31	94,69	—	100	—	100	—	100	3,81	96,19	—	100	—	100	—	100
V. Domingues (SVB; 1 doc., 1366)	—	100	—	100	13,33	86,67	—	100	9,86	90,14	—	100	—	100	—	100
G. Martins (SVB; 3 docs., 1376)	7,91	92,09	—	100	10,22	89,78	—	100	0,55	99,45	—	100	—	100	—	100
J. (E)Anes (SVB; 1 doc., 1377)	0,49	99,51	—	100	46,77	53,23	—	100	5,57	94,43	—	100	—	100	—	100
V. Clemente (CB; 2 docs., 1386)	6,77	93,23	—	100	7,96	92,04	0,47	99,53	12,24	87,76	—	100	13,89	86,11	—	100
A. Anes (CB; 1 doc., 1397)	0,24	99,76	—	100	49,28	50,72	0,52	99,48	18,18	81,82	—	100	—	100	—	100
	I		J		K		L		M		N		O		P	
	M	m	M	m	M	m	M	m	M	m	M	m	M	m	M	m
D. Viegas (SVB; 1 doc.,	—	100	50	50	100	—	6,98	93,02	17,24	82,76	1,92	98,08	1,3	98,7	6,67	93,33

⁷⁸³ = Grafia maiúscula (percentagem da).

⁷⁸⁴ = Grafia minúscula (percentagem da).

1274)																	
J. Domingues (CN; 1 doc., 1283)	—	100	50	50	—	100	—	100	19,35	80,65	—	100	—	100	—	100	
P. Moniz (SVB; 5 docs., 1285-1292)	—	100	58,46	41,54	—	100	2,56	97,44	19,8	80,2	0,65	99,35	0,51	99,49	19,64	80,36	
P. (E)Anes (SVB; 18 docs., 1293-1304)	—	100	51,43	48,57	—	—	4,31	95,69	17,35	82,65	0,48	99,52	0,29	99,71	10,07	89,93	
E. Peres (SVB; 8 docs., 1306- 1312)	—	100	31,87	68,13	—	—	1,96	98,04	18,1	81,9	0,41	99,59	—	100	7,51	92,49	
F. Soares (SVB; 5 docs., 1317-1325)	—	100	40	60	—	—	4,55	95,45	17,32	82,68	0,91	99,09	0,23	99,77	8,57	91,43	
A. Domingues (SVB; 16 docs., 1327-1350)	—	100	9,96	90,04	—	—	7,95	92,05	11,95	88,05	—	100	—	100	6,98	93,02	
P. Gonçalves (Pr; 1 doc., 1331)	—	100	28,57	71,43	—	—	3,85	96,15	21,62	78,38	—	100	0,81	99,19	23,53	76,47	
A. Clemente (SVB; 23 docs., 1332-1363)	—	100	21,85	78,15	—	—	3,61	96,39	11,65	88,35	0,52	99,48	0,09	99,91	3,36	96,64	
M. Jordão (CB; 1 doc., 1333)	—	100	30	70	—	—	—	100	21,43	78,57	—	100	1,15	98,85	—	100	
M. Anes (CN; 1 doc., 1342)	—	100	30	70	—	—	15,79	84,21	16,95	83,05	3,57	96,43	—	100	—	100	
G. Esteves (CB; 2 docs., 1351-1358)	—	100	47,83	52,17	—	—	30,36	69,64	6,67	93,33	—	100	—	100	2,5	97,5	
D. Miguens (SVB; 8 docs., 1355-1368)	—	100	23,17	76,83	—	—	23,57	76,43	5,48	94,52	0,28	99,72	0,07	99,93	56,02	43,98	
A. Peres (CN; 1 doc., 1359)	—	100	11,11	88,89	—	—	19,05	80,95	5,13	94,87	—	100	—	100	—	100	
V. Domingues (SVB; 1 doc., 1366)	—	100	—	100	—	—	25	75	—	100	—	100	—	100	16,67	83,33	
G. Martins (SVB; 3 docs., 1376)	—	100	60,87	39,13	—	—	13,79	86,21	25	75	—	100	—	100	4,11	95,89	
J. (E)Anes (SVB; 1 doc., 1377)	—	100	4,31	95,69	—	—	—	100	—	100	—	100	0,33	99,67	—	100	
V. Clemente (CB; 2 docs., 1386)	—	100	12,12	87,88	—	—	1,09	98,91	3,76	96,24	—	100	—	100	1,39	98,61	
A. Anes (CB; 1 doc., 1397)	—	100	17,14	82,86	—	—	0,86	99,14	—	100	—	100	—	100	—	100	
	<i>Q</i>		<i>R</i>		<i>S</i>		<i>T</i>		<i>U</i>		<i>V</i>		<i>X</i>		<i>Y</i>		
	M	m	M	m	M	m	M	m	M	m	M	m	M	m	M	m	
D. Viegas (SVB; 1 doc., 1274)	7,69	92,31	1,49	98,51	5,56	94,44	1,49	98,51	—	100	—	100	—	100	—	100	
J. Domingues (CN; 1 doc., 1283)	—	100	1,64	98,36	1,92	98,08	2,7	97,3	—	100	—	100	—	100	—	100	
P. Moniz (SVB; 5 docs., 1285-1292)	—	100	2,68	97,32	3,47	96,53	1	99	—	100	—	100	—	100	—	100	
P. (E)Anes (SVB; 18 docs., 1293-1304)	0,67	99,33	0,61	99,39	4,11	95,89	6,67	99,33	—	100	—	100	—	100	—	100	

E. Peres (SVB; 8 docs., 1306-1312)	—	100	1,71	98,29	5	95	2,49	97,51	—	100	—	100	—	100	—	100
F. Soares (SVB; 5 docs., 1317-1325)	—	100	1,33	98,67	2,2	97,8	6,76	93,24	—	100	—	100	—	100	—	100
A. Domingues (SVB; 16 docs., 1327-1350)	—	100	11,65	88,35	0,92	99,08	3,15	96,85	—	100	—	100	—	100	—	100
P. Gonçalves (Pr; 1 doc., 1331)	—	100	5,19	94,81	2,41	97,59	—	100	—	100	14,29	85,71	—	100	—	100
A. Clemente (SVB; 23 docs., 1332-1363)	0,17	99,83	8,07	91,93	3,88	96,12	5,69	94,31	—	100	—	100	—	100	—	100
M. Jordão (CB; 1 doc., 1333)	—	100	10,34	89,66	1,19	98,81	4,76	95,24	—	100	—	100	—	100	—	100
M. Anes (CN; 1 doc., 1342)	—	100	2,6	97,4	2,48	97,52	4,17	95,83	—	100	—	100	—	100	—	100
G. Esteves (CB; 2 docs., 1351-1358)	—	100	21,3	78,7	1,95	98,05	2,76	97,24	—	100	—	100	—	100	—	100
D. Miguens (SVB; 8 docs., 1355-1368)	—	100	7,8	92,2	1,85	98,15	9,17	90,83	—	100	—	100	—	100	—	100
A. Peres (CN; 1 doc., 1359)	—	100	9,09	90,91	0,85	99,15	—	100	—	100	—	100	—	100	—	100
V. Domingues (SVB; 1 doc., 1366)	—	100	4,94	95,06	1,82	98,18	—	100	—	100	—	100	—	100	—	100
G. Martins (SVB; 3 docs., 1376)	—	100	5,18	94,82	0,85	99,15	2,7	97,3	—	100	—	100	—	100	—	100
J. (E)Anes (SVB; 1 doc., 1377)	—	100	12,73	87,27	—	100	16,05	83,95	—	100	—	100	—	100	—	100
V. Clemente (CB; 2 docs., 1386)	—	100	8,45	91,55	5,45	94,55	1,69	98,31	—	100	—	100	—	100	—	100
A. Anes (CB; 1 doc., 1397)	—	100	8,33	91,67	3,17	96,83	—	100	—	100	—	100	—	100	—	100
							Z		MÉDIA TOTAL POR TABELÃO ⁷⁸⁵				MÉDIA TOTAL DO CORPUS			
							M	m	M	m	4,52 M; 95,48 m					
D. Viegas (SVB; 1 doc., 1274)							—	100	5,21	94,79						
J. Domingues (CN; 1 doc., 1283)							—	100	2,92	97,08						
P. Moniz (SVB; 5 docs., 1285-1292)							—	100	6	94						
P. (E)Anes (SVB; 18 docs., 1293-1304)							—	100	4,75	95,25						
E. Peres (SVB; 8 docs., 1306-1312)							—	100	3,34	96,66						
F. Soares (SVB; 5 docs., 1317-1325)							—	100	3,31	96,69						
A. Domingues (SVB; 16 docs., 1327-1350)							—	100	3,32	96,68						
P. Gonçalves (Pr; 1 doc., 1331)							—	100	3,76	96,24						
A. Clemente (SVB; 23 docs., 1332-1363)							—	100	3,91	96,09						
M. Jordão (CB; 1 doc., 1333)							—	100	5,38	94,62						
M. Anes (CN; 1 doc., 1342)							—	100	3,62	96,38						
G. Esteves (CB; 2 docs., 1351-1358)							—	100	4,06	95,94						
D. Miguens (SVB; 8 docs., 1355-1368)							—	100	9,24	90,76						
A. Peres (CN; 1 doc., 1359)							—	100	2,22	97,78						
V. Domingues (SVB; 1 doc., 1366)							—	100	3,44	96,56						
G. Martins (SVB; 3 docs., 1376)							—	100	3,59	96,41						
J. (E)Anes (SVB; 1 doc., 1377)							—	100	3,52	96,48						
V. Clemente (CB; 2 docs., 1386)							—	100	4,46	95,54						

⁷⁸⁵ Incluem-se aqui todas as letras.

A. Anes (CB; 1 doc., 1397)	—	100	4,68	95,32	

Os dados apontam para que *cada letra seja uma letra*, com as suas idiossincrasias; casos há que não registam evoluções, a par de outros que as sofrem, inclusive na mesma época que <L> e <R> (i.e. segundo quartel / meados do séc. XIV; está nessa situação <M>, que sofre nessa altura um decréscimo de uso — em sentido contrário, portanto, a <L> e <R>). Igualmente, cada autor é um autor, e os textos de D. Miguens destacam-se pelo seu maior uso de maiúsculas (mais do dobro da média).

Enfatizo, contudo, o carácter primário (no sentido de primeira e limitada achega) dos dados que acabamos de ver; e relembro que não foram considerados os desenvolvimentos de abreviaturas, os quais se podem querer identificar com as minúsculas.

4] As líquidas caracterizam-se nas línguas do mundo por serem consoantes instáveis por natureza; são sujeitas, com relativa facilidade, a fenómenos esporádicos do tipo de metáteses, elisões, etc., ou a *confusões* puras entre elas. Numa língua de carácter tão oral como o português medieval, é de esperar que fenómenos como esses mais facilmente surjam, o que, de facto, acontece. E é também mais fácil vê-los nos textos antigos devido ao carácter mais fonético da ortografia de então (para o que contribui decisivamente, como é natural, o facto de ser recente a representação escrita da língua, também ela relativamente recente). O nosso *corpus* não foge à regra; citarei apenas alguns exemplos.

No grupo oclusiva surda + vibrante, há alguma tendência para passar a última a lateral; são exemplo as várias ocorrências de *esclever* = ‘escrever’ nos textos de A. Domingues (que tem os textos 39-54 no *corpus*, situados entre 1327 e 1350⁷⁸⁶), tal como “cõplados” no texto 71 (A. Clemente, 1351), “cõpladores” no 76 (id., 1360), “plado” = ‘prado’ no 77 (id., 1363).

Embora não tantas como na linguagem popular de hoje em dia, também se encontram no *corpus* algumas metáteses, como vários casos de *púlvega* = ‘pública’ (estão citados no §1 de 2.1 atrás), “Plubico” no 19 (P. (E)Anes, 1299), “coylbãão” = ‘coimbrão’ no 18 (P. (E)Anes, 1299; por oposição a “coybrãos” no 12 (1296), do mesmo tabelião), etc..

A vibrante desaparece num ou noutro caso, como: “Rodíge anes” (= *Rodrigue Anes*), no 80 (M. Anes, 1342), “Rodjgez” no 96 (J. (E)Anes, 1377); “propia” = ‘própria’, que aparece no mesmo texto, assim como, com algumas variações (incluindo a realização no género masculino), mais vezes no *corpus*; “Regas” = ‘regras’ (no sentido de ‘linhas de escrita’) no 90 (D. Miguens, 1368) e no 92 (V. Domingues, 1366); “ssalaio” = ‘salário’ no 75 (A. Clemente, 1359)⁷⁸⁷. Nem sempre a grafia representará um verdadeiro fenómeno linguístico, mas apenas mero lapso de escrita. É um bom exemplo de lapso de escrita o caso “Rodjgez” no 96, pois surge antes e depois de vários “Rodrjgez” (com o “r” abreviado), assim como depois de “Rodrige” e antes de três “Rodrjge” (mais uma vez com o “r” abreviado); provavelmente, o lapso consistiu em esquecerimento de grafar o sinal de abreviatura de *r*, que é o procedimento normal do escriba para o nome. Sobre a

⁷⁸⁶ Concretamente, temos “escreuy” no primeiro texto do tabelião e depois “esscleuy”, “esscleuj” ou “escleuj” nos restantes.

⁷⁸⁷ Isto depois de, na linha anterior, o autor ter feito “ssolayros”, e de no texto 66 (1338) ter feito “ssolayro”. Para a etimologia desta palavra, cf. atrás neste trabalho o §2-2 do sub-cap. da vogal *a*.

possibilidade de o caso “Regas” se dever à sua ocorrência numa expressão particular, cf. adiante **II. Morfo-Sintaxe, 2.3**, alínea **c**, ponto do verbo ‘receber’.

O nome do autor (tabelião) do texto 79 (1333) é “*Martjn Juidã*”, i.e. ‘Martim Jordão’, havendo vocalização do *r* implosivo (se não erro de escrita com <i> por <r>, o que parece menos provável; a etimologia deste nome foi tratada no §4-1 do sub-cap. da vogal *o* atrás).

Ressalta dos dados maior instabilidade da vibrante simples, o que, devido ao seu conhecido carácter *quase-vocálico* (v. p. ex. a aplicação da regra de lenição de consoantes latinas entre vogal e R, como em *pedra* < PETRA-), não é de estranhar.

2.6. Restantes consoantes: /p/, /t/, /d/, /k/, /g/, /f/, /m/, /n/

Há menos a dizer a respeito dos restantes fonemas consonânticos. Todos eles se apresentam fundamentalmente estáveis e se mantiveram até à linguagem actual.

1] A grafia de *p* é sempre <p>, nunca dobrado (e normalmente minúsculo, como seria de esperar).

2] Também se apresentam estáveis linguística e ortograficamente *t* e *d*, com as representações respectivas <t> e <d>.

A primeira, contudo, apresenta <t> dobrado — obviamente sem valor linguístico — num caso: “*estta*”, texto 15 (P. (E)Anes, 1298). O escriba, em vez de fazer a ligatura entre o <s> caudato e o <t> seguinte que é frequente na escrita antiga (e surge no mesmo texto), acabou por escrever dois próprios <t> a seguir ao <s> (o que, graficamente, é próximo).

Noutro caso há <th>: “*Bartholameu*” no 1.º texto do *corpus* (D. Viegas, 1274). A grafia é etimológica; a origem do nome é semítica e também no latim, tal como no grego, se utiliza <th>: cf. discussão da etimologia e atestações medievais (e não só) com <th> (e outras variantes) em Vasconcelos 1928c:55, Vasconcelos 1931:84&85, Nunes 1934:58, Nascentes 1966, s.v., Machado 1993, s.v..

Encontramos ainda <th> no *corpus* em formas de ‘Sebastião’ e seu patronímico, ‘Sebastiães’. Aí coloca-se a dúvida de se o <h> está pela glide palatal (como podia acontecer na escrita medieval) ou há mesmo <th> = [t] como em “*Bartholameu*”. O *corpus* tem grande variedade de formas para estes dois nomes, que são frequentes; nas tabelas a seguir apresentam-se essas formas.

Buscando uma conclusão, é de supor que <th> representa, nas formas em causa, mero [t], uma vez que não encontramos no *corpus* formas do tipo de *Sebasti-*, com *i* explícito, e encontramos sempre, ao longo de todas as atestações, formas do tipo de *Savast-*, sem qualquer *i*. A grafia <th> não tem aqui justificação etimológica, pois o étimo é SEBASTIĀNU-, que deu regularmente na língua antiga (ou só no galego antigo, como vê Huber 1933 (2006:113)) *Savaschão* > *Savachão*, como CRISTIĀNU- deu *crischão* > *crichão*, etc. (cf. Vasconcelos 1911 (1966:268, nota), Nunes 1919 (1960:143-144), Vasconcelos 1931:126&127, Nunes 1936:155-156); mas formas deste tipo, com <th> sem justificação etimológica, têm sido atestadas para a língua antiga.

Maia 1986 (1997:428) cita várias no seu *corpus* — quase todas dos sécs. XV e XVI —, assim como de Domincovich 1948:76&100, Roberts 1940:2[-3] e Pensado Tomé 1962:26. Nesta última referência se apoia para uma possível explicação deste tipo de formas (lembrando que o carácter tardio das formas que encontra no seu *corpus* a favorece): devem-se a uma mudança linguística que tira significado a um anterior e diferente uso de <h>. Diz Pensado Tomé 1962:26, comentando o seu texto, que a respeito da grafia de *t* y *d* “Solamente hay que notar la caprichosa grafia *theër*, cuya *h* carece de valor fonético y puede explicarse por la primitiva función antihiática que parece haber tenido la *h*, la cual primeramente estaría colocada entre las dos vocales y luego pasaría —una vez perdido el valor susodicho— a colocarse a continuación de la *t*-.” Pode até supor-se — exponencialmente com formas mais antigas, como as que registamos no nosso *corpus* — um mero uso fundamentalmente indefinido de <h>, que era (como hoje), a não ser na grafia das palatais, uma letra ‘muda’; com um uso pouco claro, e com uma legitimação etimológica derivada essencialmente de uma língua — a grega — que poucos escribas medievais conheciam bem, facilmente essa letra estaria sujeita a indecisões e variações de uso. E a verdade é que o uso de <h> era na ortografia antiga, com excepção das palatais, fundamentalmente vacilante (com variações como *hoje* / *oje*, *tehor* / *teor*, etc.).

Para além destas questões, sendo uma realização com próprio *i* erudita ou semi-erudita, (i) esperar-se-ia uma grafia condizente — com o *i* explicitamente grafado —, e (ii) não se esperaria uma forma com *e* > *a* por assimilação e *v*, por assimilação lenitiva — que é o que encontramos nas formas com *-sth*-. Ou seja, estas formas, afora a questão do <h>, encaixam-se perfeitamente no paradigma das formas vernáculas.

Formas de ‘Sebastião’ no <i>corpus</i>					
Tabelião	Com -sc-	Com -sch-	Com -st-	Com -sth-	Formas desenvolvidas
D. Viegas			“Sauastao” (texto 1, 1274)		
J. Domingues			“Sauastao” (2, 1283)		
P. Moniz			“Sauastao” nos 5 (1290), 6 (1292) e 7 (1292)		
P. (E)Anes	“Sauascaao” (8, 1293)	“Sauaschão” nos 8 (1293), 12 (1296) e 13 (1297); “Sauaschaao” no 17 (1298); “Sauaschão” nos 22 (1299) e 24 (1302); “Sauaschao” no 24			
E. Peres				“Sauasthaa” (27, 1307); “Sauasthááo” 4x no 33 (1312)	“Sauasthááo” no 26 (1306) e 3x no 33 (1312)

F. Soares		“Sauaschao” (35, 1319)	“Sauastao” (34, 1317)		
A. Domingues	“Sauasscóó” (48, 1336)	“Sauasscháó” (40, 1328); “ssaváásscháó” (41, 1328); “Sauasscháó” (48, 1336)			“Saváásscháó” (42, 1329)
A. Clemente		“Sauascháão” nos 56 (2x; 1332), 57 (1333), 60 (1333) e 61 (1333)		“Sauasthãão” nos 66 (1338), 68 (2x; 1342) 69 (1347) e 70 (1348)	“Sauascháão” nos 57 (1333), 59 (2x; 1333), 60 (9x; 1333), 64 (1335); “Sauasthãão” no 68 (1342)
M. Jordão			“ssauastãão” (79, 1333)		
G. Esteves			“Sauestááo” (81, 1351)		
D. Miguens			“sauastááo”, “sauastãão” (87, 1363)		

Formas de ‘Sebastiães’ no corpus			
Tabelião	Com -sch-	Com -st-	Com -sth-
P. (E)Anes	“sauaschayz” (texto 8, 1293), “sauaschaez” (17, 1298)		
F. Soares	“ssauaschaez” (35, 1317)		“ssauasthééz” (37, 1325)
A. Domingues	“ssauascháes” (39, 1327); “ssauasscháães” (41, 1328)		
P. Gonçalves		“sauastãez” (55, 1331)	
A. Clemente	“ssauaschááez”, “ssauaschaayz”, “ssauaschaajz” no 56 (1332); “ssauascháãez” 3x no 57 (1333); “ssauaschááez” no 59 (1333); “ssauaschááiz” 2x, “ssauaschááez”, “ssauaschaaiiz” no 60 (1333); “ssauascháiz”, “ssauascháãez” no 61 (1333)		“ssauasthaiz” no 66 (1338); “ssauasthaayz”, “sauasthããiz”, “sauastha ⁷⁸⁸ ááy” no 70 (1348)
M. Anes	“sauaschaez” (80, 1342)		
G. Esteves		“sauestããez” (81, 1351)	
D. Miguens		“ssauastããez” (83, 1355); “sauastaez”,	

⁷⁸⁸ Buraco no pergaminho, que, pela forma como a palavra foi escrita, se vê ser anterior à feitura do instrumento.

		“sauastááez” (87, 1363)	

O patronímico tem menos variantes; aí não há formas abreviadas nem formas com -sc-. Não é fácil justificar estas últimas, que são muito raras (apenas dois casos); podem dever-se a confusão entre <t> e <c> ou a esquecimento de grafar o <h>, embora o segundo caso — “Sauasscóo”, em texto de 1336 —, em que deve ter havido assimilação do ã ao o final, sugira uma variante da língua falada ⁷⁸⁹. Podia ser mais uma variante oral, entre as com mero [t] e [ʃ]. Nesse sentido, as formas com -sch- que surgem nos mesmos tabeliões em que surge -sc- (ou até noutros) podem atestar o uso de <ch> para representar [k], que se verifica de modo esporádico no *corpus* (cf. sobre isso o § seguinte).

Seja como for, não parece plausível que haja o uso de <ch> para representar [k] em formas a que não se aplique a questão referida, pois está em causa identificação com as formas com africada (que têm justificação etimológica, como já se viu), e também não parece plausível o uso de <c> para representar [ʃ] nos dois casos de -sc- (não se encontra esse uso no *corpus*; a respeito da grafia da africada palatal surda, cf. o §1 de 2.3 atrás).

É interessante notar ainda que há alternância entre soluções possíveis em produções documentais de um mesmo tabelião. E apenas há intermediação de formas nos textos de A. Domingues, na medida em que: (i) a forma “Sauascóo” surge duas linhas antes da última forma que se regista nesse tabelião, “Sauasscháó”, e depois das outras que se podem ver nas tabelas e têm também -sch-; (ii) por outro lado, a forma “Sauascáo”, em P. (E)Anes, é a primeira de todas que nos seus textos se registam, e nos restantes tabeliões em que há alternância, F. Soares e A. Clemente, consegue-se ver bem na tabela, pela discriminação dos textos, a ausência de passos atrás.

3] Oclusivas velares — A sonora pode ser representada por <g> e <gu> e a surda apresenta mais grafias: <q>, <qu>, <c>, <ch> e <k>. Veremos as duas consoantes em conjunto, pois há a considerar questões linguísticas e ortográficas conexas. Devem distinguir-se dois contextos: antes de *e* e *i* e antes de *a*, *o* e *u* (i.e. antes das vogais não recuadas ou palatais e antes das vogais recuadas ou não palatais).

a) Antes de *e* e *i* — Com a excepção de um caso de <ch> (“uasche anes” no texto 94, de 1376 e G. Martins), /k/ pode aparecer representado por <q> e <qu>; já /g/ pode surgir apenas como <g> ou <gu>. Sistematizo as ocorrências de <qu>, <q> e <gu>, <g> na tabela seguinte ⁷⁹⁰:

Tabelião	/k/				/g/			
	N.º de evidências antes de <i>e</i>		N.º de evidências antes de <i>i</i>		N.º de evidências antes de <i>e</i>		N.º de evidências antes de <i>i</i>	
	<qu>	<q>	<qu>	<q>	<gu>	<g>	<gu>	<g>
D. Viegas (SVB; 1 doc., 1274)	1	—	—	—	2	3	—	2
J. Domingues (CN; 1)	—	4	—	1	—	1	—	2

⁷⁸⁹ Não encontro outras formas com essa assimilação no *corpus*, mas podemos ver várias para a língua antiga em Maia 1986 (1997:593); não está aí representado o nome ‘Sebastião’, mas isso, naturalmente, não é muito relevante.

⁷⁹⁰ Apenas considero os casos em que os segmentos estão explicitamente escritos nos documentos, ou seja, não estão abreviados ou invalidados sob outra forma qualquer.

doc., 1283)								
P. Moniz (SVB; 5 docs., 1285-1292)	—	—	—	—	14 (1285-1292)	1 (1285)	4 (1285, 1290)	—
P. (E)Anes (SVB; 18 docs., 1293-1304)	7 (1293-1301)	1 (1299)	—	—	—	18 (1293-1304)	—	13 (1293-1299)
E. Peres (SVB; 8 docs., 1306-1312)	—	—	—	—	—	10 (1306-1311)	—	—
F. Soares (SVB; 5 docs., 1317-1325)	—	3 (1317-1320)	—	3 (1320-1325)	—	7 (1317-1325)	—	—
A. Domingues (SVB; 16 docs., 1327-1350)	56 (1327-1350)	—	19 (1327-1343)	—	50 (1327-1350)	1 (1327)	—	20 (1328-1350)
P. Gonçalves (Pr; 1 doc., 1331)	—	—	—	—	1	2	—	—
A. Clemente (SVB; 23 docs., 1332-1363)	2 (1338)	1 (1354)	—	13 (1351-1354)	—	56 (1332-1363)	—	7 (1333-1363)
M. Jordão (CB; 1 doc., 1333)	—	—	—	—	—	1	—	—
M. Anes (CN; 1 doc., 1342)	—	1	—	1	—	3	—	—
G. Esteves (CB; 2 docs., 1351-1358)	2 (1351-1358)	—	—	—	—	15 (1351-1358)	—	—
D. Miguens (SVB; 8 docs., 1355-1368)	—	10 (1355-1368)	21 (1355-1368)	1 (1366)	—	45 (1355-1368)	—	3 (1355, 1357)
A. Peres (CN; 1 doc., 1359)	1	—	—	—	—	2	—	—
V. Domingues (SVB; 1 doc., 1366)	—	—	—	2	—	2	—	—
G. Martins (SVB; 3 docs., 1376)	14	—	—	—	1 ⁷⁹¹	7	—	3
J. (E)Anes (SVB; 1 doc., 1377)	—	—	—	—	—	10	—	—
V. Clemente (CB; 2 docs., 1386)	2	—	—	—	—	5	—	1
A. Anes (CB; 1 doc., 1397)	—	—	—	—	1	4	—	2

Se observarmos os dados respeitantes a /k/, constatamos que a escolha de um dos dois processos (i.e. a opção entre a utilização de <u> mudo ou não) sob regime exclusivo acontece normalmente, mas não sempre. O mesmo pode ser dito para a equivalência entre o contexto antes de *e* e o antes de *i*: normalmente utiliza-se o mesmo processo antes das duas vogais, mas pode haver diferenças. Nas evidências disponíveis, e considerando a variação entre tabeliões, a grafia <qu> domina claramente antes de *e*, invertendo-se os papéis antes de *i*. Há também a destacar os textos de A. Clemente, ao longo dos quais há mudança de preferência de <qu> para <q>; essa mudança dá-se no início da década de 1350’.

Se virarmos a atenção para os dados de /g/, podemos verificar que é também normal, mas não absoluto, haver uma opção exclusiva, quer entre a utilização de grafia com <u> mudo ou sem ele, quer entre os dois contextos diferentes: antes de *e* ou *i*. Agora,

⁷⁹¹ Este caso aparece no último texto, depois de um de <g> antes de *e* e outro de <g> antes de *i*; a respeito dos outros dois textos desse tabelião: há três casos de <g> antes de *e* e um de <g> antes de *i* em cada.

no entanto, há um domínio esmagador de um dos processos gráficos: <g> é o preferido por quase todos os tabeliões, e o único mesmo a partir de meados do séc. XIV.

Tal facto não deixa de ser curioso, pois <g>, ao contrário de <q>, podia — tal como hoje — ter outro valor fonético, por sinal muito frequente: a africada ou fricativa palatal (e.g. “genro”, etc.). Ou seja, levando em consideração apenas factores de ordem linguística — ou, melhor, fazendo uma transferência imediata entre a língua e a sua representação escrita — seria, *a priori*, mais fácil esperar uma maior difusão de <gu> do que de <qu>; o mesmo é dizer: uma menor difusão de <g> do que de <q>. Dados como estes lembram-nos de que uma coisa é a ortografia, a escrita, e outra a língua.

Outro facto merece ser posto em relevo: a maior ocorrência do <u> mudo antes de *e* do que de *i*, quer depois de *g* quer depois de *k*.

b) Antes de *a*, *o* e *u* — A sonora pode surgir apenas como <g> ou <gu>. Quanto à surda, a grafia normal é, como expectável, <c>; e.g. “carta”, “comprar”, “curtinhal”. Mas há ainda <ç>, <k>, <ch>, <q> e <qu>.

1) A grafia <ç> dá-se em “vaças”, do texto 34 (F. Soares, 1317) e “açoiteçerõ”, do 99 (A. Anes, 1397). Não obstante a possível analogia com o uso de <c> para representar quer a africada / fricativa pré-dorso-dental quer a oclusiva velar surda, a verdade é que <ç> representando esta última consoante é uso tão excepcional (Maia 1986 (1997), p. ex., nem a regista no seu *corpus*) que parece irregular, i.e. dever-se a algum lapso de escrita; o caso “açoiteçerõ” é muito facilmente explicado desse modo. Lorenzo 1985:148, por outro lado, vê o fenómeno de forma diferente. Depois de atestar três casos semelhantes na *Cronica Troiana* (açalço por *acalço*, marços por *marcos* e çômeçarõ por *cômeçarõ*), diz que este “É un fenómeno que se dá con certa frecuencia nos textos medievais. O feito de se utilizar a grafia *ça*, *çe*, *çi*, *ço*, *çu* co valor de [ts] e que poida alternar com *c* en *ce*, *ci*, sen que cambie a pronuncia, leva a que, ultracorrectamente, poidan aparecer casos de *ca*, *co*, *cu* con este mesmo valor e non co que lle corresponde de [k]. É o mesmo que sucede cando se utiliza *g* ante *a*, *o*, *u* co valor de [ʒ].”⁷⁹²

2) A grafia <k> aparece apenas nos três primeiros tabeliões do *corpus*: “Karta” no texto 1 (D. Viegas, 1274), “karta” 5x no 2 (J. Domingues, 1283), e “karta” 3x no 6 e 2x no 7 (ambos de P. Moniz e de 1292). É, portanto, grafia de cariz arcaizante e muito contextualizada: apenas surge num caso lexical. Este carácter arcaico e pouco frequente da grafia concorda com o que tem sido notado para os *corpora* antigos galego-portugueses: cf. e.g. Maia 1986 (1997:430), contendo bibliografia.

3) Já <ch> surge nos seguintes casos: “Orracha” no texto 1 (D. Viegas, 1274); “frãcho” no 2 (J. Domingues, 1283); “cõ uoscho” no 4, “cõ uoscho” no 6 (P. Moniz, 1287 e 1292); “charnecho” e “charnecho⁺” no 94, “charnecho” no 95 (G. Martins, 1376; entre os dois casos do 94 há “charneco”, tal como há mais no *corpus* essa palavra com uma grafia do tipo); no § anterior vimos a possibilidade de haver mais casos de <ch> para representar [k], nomeadamente nos nomes ‘Sebastião’ e ‘Sebastiães’.

É <ch> uma grafia, posto que também rara e tendo uma presença mais significativa nos textos mais antigos, com maior abrangência temporal do que <k>. Maia 1986 (1997:431) também a regista: “O grafema *ch* com o referido valor é [...] raro e aparece não só em palavras de origem grega (cf. *choro* [doc. do Minho de 1331]), como também noutras formas: *merchador* ([doc. da província da Corunha (Galiza) de 1282]) [*m*]erchante ([doc. da província de Lugo (Galiza) de 1453])”; em *merchante*, contudo, <ch> dificilmente representará a oclusiva velar surda, pois a palavra vem do francês (cf.

⁷⁹² Alterei a notação fonética do A. para a que utilizamos aqui.

e.g. Machado 2003, s.v. «marchante», que segue Corominas 1980-1991, s.v. «marcar»), que, nesse contexto, não tem essa consoante mas próprio *ch* como o etimológico. Em ‘mercador’ pode dar-se influxo do francês, mas é difícil sabê-lo, pois a língua tinha a palavra, derivada de MERCATORE- (cf. Machado 2003, s.v. «mercador»).

4) No que toca a <gu> e <qu> não é fácil, devido à conhecida variabilidade no tratamento dos grupos latinos QU e GU (assim como o W germânico) antes de vogal não palatal (v. a esse respeito Nunes 1919 (1960:98-99) e Huber 1933 (2006:105-108)), fazer interpretações certas de se <qu> / <gu> está por [k] / [g] ou por próprio [kw] / [gw]. Assim, por exemplo, vemos “gardẽ” = ‘guardem’ a par de “guardada” no texto 96 (J. (E)Anes, 1377).⁷⁹³

O citado caso “gardẽ” é o único exemplo certo que encontrei no *corpus* de uma forma com redução de GU que não vingou na língua (pois vingou ‘guardar’, com a manutenção do grupo etimológico). Para QU há a notar mais casos: “cãto” no texto 1 (D. Viegas, 1274); e, em textos de P. Moniz, “cãto” 2x, “cãdo” 3x e “cando” no 3 (1285), “cãto” no 4 (1287), “cãto” e “cãtos” no 5 (1290). Os casos não são portanto muitos e concentram-se na sua maior parte na fase mais antiga; no deve e haver geral do *corpus*, o comportamento da linguagem não apresenta factos muito salientes a este respeito, deixando antever uma correspondência linear com o sistema que viria a vingar no português.

Atestam seguramente o uso de <qu> e <gu> para representar meramente /k/ e /g/ as seguintes formas: em textos de P. Moniz, “loguar” no 4 (1287), “loguar” e “outorguar” no 5 (1290), “loguar” e “outorguado” no 6 (1292); “qua” ou “quã” (por ‘ca’, conjunção) no 1 (D. Viegas, 1274), “aquaeçerã” no 39 (A. Domingues, 1327) (que surge a par de, em textos do mesmo tabelião: (i) “acaçerã” nos 40 (1328), 44 (1333) e 52 (1343), e (ii) “acaçerrã” no 54 (1350)).

Os seguintes casos não são tão lineares:

- (1) “auguas” e “augua” no 5 (P. Moniz, 1290), podendo haver, tal como hoje se encontra na linguagem da região, um vestígio de *u* no seu sítio de origem, i.e. uma forma do tipo de [áwɣwɐ] (cf. a respeito desse fenómeno hoje em dia na região o **Cap. I, Secção B, I. Fonética**, §15-b de 1.6).
- (2) As ocorrências de *quatorze*: “quatorze” no 42 (A. Domingues, 1329), “quatorze” nos 72, 73 e 75 (textos de A. Clemente, os dois primeiros de 1354 e o outro de 1359), “quatorze” no 94 (G. Martins, 1376) e “quatorze” nos 93 e 95 (id., id.). ‘Quatorze’, com <qu>, só foi eliminado da ortografia portuguesa em tempos recentes, passando a vingar ‘catorze’.
- (3) “Çinquoêta” no 43 (A. Domingues, 1332). Representa já o estágio final ou a fase em que o *a*, por assimilação a *u*, já passou a *o* mas aquele ainda não desapareceu? Em princípio representava já o estágio final, na medida em que (i) há “Çinquoêta”, transparentemente sem *u*, antes no *corpus* (texto 33, E. Peres, 1312), assim como “Çinquoêta” para a mesma época de A. Domingues (61, A. Clemente, 1333); (ii) estão atestados casos sem *u* já desde o séc. XIII na língua (cf. e.g. as atestações que Houaiss 2001, s.v., e Lorenzo 1977, s.v. «Çinquaenta, ...», dão); (iii) nos textos do tabelião em causa não há outros casos de mero <q> para representar a oclusiva velar surda antes de vogal.

⁷⁹³ Toda esta variabilidade dificulta, naturalmente, o desenvolvimento de abreviaturas onde ele não é transparente; pode haver *ua* ou *a*, *uo* ou *o*. Veremos a seguir alguns casos desses.

- (4) Raciocínio semelhante se aplica a “Çinquoẽta” no 55 (P. Gonçalves, 1331) e “Çjnquoenta” no 99 (A. Anes, 1397), mas agora com ainda mais um factor de relatividade: não dispomos de lições, nos textos desses tabeliães, sobre o desenvolvimento de <u> depois de <q> quando em causa está /k/, sem a vogal semivogal velar; não podemos ter certezas, portanto, de se o “u” desenvolvido estaria na forma extensa.
- (5) Por último, os seguintes casos, em que o desenvolvimento de abreviatura tem tudo para estar correcto (pelo que se vê nos restantes procedimentos de escrita do tabelião em causa), não terão validade de pronúncia, i.e. o *a* é artificial: “quaeyra” = ‘queira’ no 57 (A. Clemente, 1333) e “aquaeçerom” nos 71 e 78 (id., 1351 e 1363). A abreviação do *a* no primeiro caso dever-se-á certamente ao étimo (QUAERERE), pois *querer*, com AE monotongado, era já desde a latindade a forma da língua. Em “aquaeçerom”, para além de o étimo (como refere Machado 2003, s.v., lat. vulgar *ACCADESCERE, derivado de CADERE por CADESCERE) também o ter, deve haver hesitação entre a representação da primeira vogal do hiato como *a* — o estádio anterior, atestado em formas como as que já citámos para A. Domingues — ou *e*, já com assimilação — que já se havia dado na língua.

Não merecem referência na lista anterior os casos “*guanhados*” e “*guanhar*”, que se registam uma vez cada nos dois textos de G. Esteves (81 e 82, 1351 e 1358) e remetem para a acima referida variabilidade de tratamento de GU e QU (e W germânico) antes de vogal não palatal: *guanhar*, a par de *ganhar*, era forma da língua antiga. A respeito do étimo, que não é transparente, e de abonações das duas variantes, cf., entre outros, os respectivos s.vv. de Machado 2003, Corominas 1980-1991, Cunha 2000 e Nascentes 1952-1955.

É de notar, por outro lado, que nem todos os casos de <gu> ou <qu> por presumível /g/ ou /k/ remetem necessariamente para um fenómeno de variação linguística; pode verificar-se apenas interferência dos diferentes valores possíveis de <g> / <gu> e <q> / <qu> antes de vogal palatal e antes de vogal não palatal (devendo-se lembrar, para <g>, a faculdade de representar a africada e a fricativa palatais antes de vogal não palatal, como ficou dito no §2 de 2.3). Isso mesmo nos mostram as variações que sempre vamos encontrando entre <q>, <qu> e <g>, <gu> para representar /k/ e /g/ antes de vogal palatal (o que se tratou na alínea *a* atrás), contexto em que o valor fonético é pacífico; e também as seguintes formas que, em textos de P. Moniz, encontramos para o nome ‘Jorge’: “Jorgue” no 4 (1287) e “Gorgue” uma vez em cada um dos 5, 6 e 7 (de 1290, o primeiro, de 1292, os outros). É nítida aí a presença da mencionada polivalência gráfica, exponencialmente em “Gorgue”.

5) Resta-nos fazer referência ao uso de mero <q>. Encontramo-lo apenas em textos de dois tabeliães situados bem dentro do séc. XIV: (i) “Çinquoẽta” no 61 (A. Clemente, 1333), e por isso “Çinquoenta”, sem “u” desenvolvido, nos 60 (1333) e 71 (1351), do mesmo tabelião; (ii) vários casos em textos de D. Miguens: “váásqo” (86, 1363), “cõuosqo”, “Cõuosqo” 2x e “charneqo” (87, 1363), “Castelbrãqo” (88, 1363), “uáásqo” 2x, “uasqo”, “váásqo” (89, 1366).

4] Não há nada de especial a dizer sobre as nasais labial e alveolar (sendo que, como se esperaria, o N intervocálico se apresenta sincopado). A grafia de /m/ é <m> — havendo a destacar o caso excepcional de <mh>, em “Comho” do texto 11 (P. (E)Anes,

1294) ⁷⁹⁴ —, e a de /n/ é <n>. Esta última surge dobrada em “Annos” nos textos 30 (1311), 31 (id.) e 32, todos três do tabelião E. Peres, de 1311 e escritos no mesmo pergaminho; e há ainda <gn> em “ssygnaL” nos 81 e 82 (os dois textos que temos de G. Esteves, respectivamente de 1351 e 1358), “ssignal” no 79 (único texto de M. Jordão, 1333) e “signal” no 91 (único texto de A. Peres, 1359). Quer <nn> quer <gn> estão de acordo com o étimo (SIGNALIS, ANNUS) e representam apenas latinismos.

5] Há a ver, por último, /f/. A sua grafia é sempre <f>, singelo ou duplo, e nunca maiúsculo. A realização <f> ou <ff> varia consoante os escribas e as épocas e não tem valor linguístico.

É apresentada na tabela seguinte apresenta a relação das grafias de /f/ ao longo do *corpus*. ⁷⁹⁵ Para além dos contextos indicados na tabela, /f/ pode surgir em grupo consonântico dentro de palavra, mas apenas se regista um caso: “cõffrades” no texto 77 (A. Clemente, 1363).

Tabelião	Início de palavra				Dentro de palavra				Média total	
	Antes de vogal		Em grupo consonântico		Entre vogais		Depois de consoante			
	<f>	<ff>	<f>	<ff>	<f>	<ff>	<f>	<ff>	<f>	<ff>
D. Viegas (SVB; 1 doc., 1274)	76,92	23,08	—	—	50	50	—	—	73,33	26,67
J. Domingues (CN; 1 doc., 1283)	60	40	—	100	100	—	—	—	62,5	37,5
P. Moniz (SVB; 5 docs., 1285-1292)	93,1	6,9	50	50	100	—	—	—	89,47	10,53
P. (E)Anes (SVB; 18 docs., 1293-1304)	54,79	45,21	16,67	83,33	100	—	100	—	53,09	46,91
E. Peres (SVB; 8 docs., 1306-1312)	8,51	91,49	—	100	—	100	—	100	7,55	92,45
F. Soares (SVB; 5 docs., 1317-1325)	—	100	—	100	100	—	—	100	2,7	97,3
A. Domingues (SVB; 16 docs., 1327-1350)	7,1	92,9	—	100	11,63	88,37	18,75	81,25	8,76	91,24
P. Gonçalves (Pr; 1 doc., 1331)	30,77	69,23	—	—	—	100	—	100	25	75
A. Clemente (SVB; 23 docs., 1332-1363)	—	100	—	100	1,72	98,28	—	100	0,29	99,71
M. Jordão (CB; 1 doc., 1333)	—	100	—	—	—	100	—	—	—	100
M. Anes (CN; 1 doc., 1342)	42,86	57,14	—	—	—	100	—	—	30	70
G. Esteves (CB; 2 docs., 1351-1358)	6,67	93,33	—	100	—	100	—	100	4,17	95,83

⁷⁹⁴ Um uso *mudo* do <h> não é de estranhar, na sequência do que é visto em mais de um ponto deste sub-capítulo do **Consonantismo** (e.g. as grafias <ch> para representar mero [k]).

⁷⁹⁵ Não se distinguem diferentes tipos de <f>. Não se consideram os casos em que a letra foi desenvolvida a partir de abreviatura (marcados na transcrição com *italico*) ou reconstituída (por mancha, buraco no pergaminho, etc.; marcados com colchetes na transcrição); os casos em que a letra foi cancelada pelo escriba (marcados com chavetas na transcrição) são analisados caso a caso, pois o cancelamento pode não ter a ver com a representação do som [f]. Devido à elevada frequência de /f/ na língua, não são apresentados valores absolutos das ocorrências, apenas percentagens; pela mesma razão, as percentagens não descem ao valor de cada texto singular, mas consideram apenas a totalidade de ocorrências nos textos — ou texto, nalguns casos — de cada tabelião.

D. Miguens (SVB; 8 docs., 1355-1368)	62,11	37,89	62,5	37,5	52	48	100	—	62,22	37,78
A. Peres (CN; 1 doc., 1359)	100	—	100	—	100	—	—	—	100	—
V. Domingues (SVB; 1 doc., 1366)	—	100	—	—	—	100	—	100	—	100
G. Martins (SVB; 3 docs., 1376)	—	100	—	100	—	100	—	100	—	100
J. (E)Anes (SVB; 1 doc., 1377)	50	50	—	—	43,75	56,25	—	—	46,88	53,13
V. Clemente (CB; 2 docs., 1386)	66,67	33,33	100	—	100	—	—	—	71,43	28,57
A. Anes (CB; 1 doc., 1397)	—	100	—	100	11,11	88,89	—	—	2,78	97,22

Como se pode observar, <f> domina até ao princípio do séc. XIV, dando-se então uma viragem notória a favor de <ff>; o marco é E. Peres, em cujos textos se vê pela primeira vez <ff> mais frequente do que <f>. Depois, <ff> obtém um domínio que chega a ser esmagador (e com uma dimensão que, antes, <f> não chegou a obter). Isto até à segunda metade do referido século, altura em que <f> recupera alguma força e chega a dominar em alguns tabeliães; o marco é, agora, D. Miguens, em cujos textos vemos primeiramente retornar um domínio da grafia singela. Pode ver-se esse processo, aliás, no decurso cronológico da produção documental do tabelião, pois começa por dominar nos primeiros textos <ff> e depois passa para cima <f>. No entanto, quer uma quer outra grafia estão bem representadas ao longo de todos esses textos. Sistematiza-se assim a ocorrência de <f> e <ff> em D. Miguens, numa tabela de carácter idêntico ao da que já se viu:

Documentos 796	Início de palavra				Dentro de palavra				Média total	
	Antes de vogal		Em grupo consonântico		Entre vogais		Depois de consoante			
	<f>	<ff>	<f>	<ff>	<f>	<ff>	<f>	<ff>	<f>	<ff>
83 (1355)	30,77	69,23	—	100	14,29	85,71	—	—	23,81	76,19
84 (1357)	11,11	88,89	—	—	50	50	100	—	25	75
85 (1361)	62,5	37,5	—	100	66,67	33,33	100	—	57,14	42,86
86 (1363)	11,11	88,89	—	—	33,33	66,67	100	—	23,08	76,92
87 (1363)	64,29	35,71	100	—	100	—	100	—	72,22	27,78
88 (1363)	90	10	100	—	50	50	100	—	86,67	13,33
89 (1366)	95,24	4,76	100	—	66,67	33,33	100	—	88,89	11,11
90 (1368)	100	—	100	—	100	—	100	—	100	—

Vê-se claramente a mudança de hábitos de escrita ao longo da produção documental deste tabelião.

Voltando às considerações gerais sobre o *corpus*: Apesar da inflexão que se dá na segunda metade do séc. XIV (ou seja, a partir de D. Miguens), não há uma prevalência de <f>; a grafia dupla e a singela alternam de forma mais livre nessa época, mas é mesmo <ff> que domina em mais tabeliães. Isto concorda com o panorama total do *corpus*, pois (i) há 12 tabeliães em que <ff> é mais frequente contra 7 em que é <f> mais frequente, e, num âmbito mais relativo, (ii) é <ff> que, na soma de todas as ocorrências em todos os

⁷⁹⁶ Todos os textos têm, para além do sinal do tabelião, indicação explícita de que foi ele que os escreveu.

documentos, predomina, com um total de 77,92 contra 22,08 de <f>. ⁷⁹⁷ Este domínio diverge do que Maia 1986 (1997:472) refere para o seu *corpus*: <f> é “mais frequente” do que <ff>. ⁷⁹⁸

Não é possível constatar, com segurança, algum facto linguístico nas variações que se podem observar entre as duas grafias nos diferentes contextos. A principal variação é a frequente ocorrência de <f> intervocálico acima da média geral de um tabelião para esse grafema (ou seja, a ocorrência percentual mais frequente de <f> entre vogais do que na percentagem resultante da soma de todas as ocorrências, em todos os contextos, num determinado tabelião); pode colocar-se a questão de tal representar um carácter mais brando de /f/ entre vogais (i.e. uma lenição assimilatória), por oposição à posição inicial de vocábulo, mas o panorama dos dados não favorece esse tipo de interpretação. Com efeito, vemos esse fenómeno apenas em alguns tabeliões, ao mesmo tempo que muitos outros não hesitam em dar 100% de <ff> a esse contexto e outros há em que <f> intervocálico surge mesmo abaixo da média geral do grafema — são, aliás, 7 contra os 8 em que <f> intervocálico surge acima da média. Para além disso, não encontramos nos dados confusão entre /f/ e /v/ (que seria atestada pela troca de grafias desses dois fonemas).

Não obstante seja atractivo ver, nas ocorrências acima da média de <f> intervocálico, uma identificação com um carácter mais brando de /f/ nesse contexto — sobretudo nos textos mais antigos, em que a ortografia poderia, em suposição, ser mais fonética —, a verdade é que, pelo menos em termos gerais, a variação entre <f> e <ff> será apenas ortográfica — i.e. sujeita às preferências dos escribas e / ou das épocas —, de acordo com o que tem sido notado para os *corpora* da época em termos gerais. Isto é particularmente visível na grande oscilação que pode haver entre escribas — ou até mesmo num próprio escriba, como tivemos oportunidade de ver para D. Miguens.

⁷⁹⁷ “Âmbito mais relativo” devido à desproporção que existe entre o número de documentos de que dispomos para cada tabelião; aqui, desequilibram fortemente a balança os 23 e 16 textos que existem no *corpus* de, respectivamente, A. Clemente e A. Domingues, tabeliões que apresentam claro domínio de <ff>.

⁷⁹⁸ Note-se lateralmente que a A. regista ainda, para representar a fricativa labiodental surda, o grafema <ph>, “de modo esporádico” e “em palavras de origem grega” (Maia 1986 (1997:472)); no nosso *corpus*, não há essa grafia.

II. Morfo-Sintaxe

1. Preliminar

1] São tratados neste ponto da «Morfo-Sintaxe» apenas os principais fenómenos, na sequência do que tem sido notado pelos estudos de história da língua portuguesa e do que os objectivos deste trabalho requerem e permitem se aborde com um mínimo de precisão.

799

Merecem, contudo, uma nota os traços seguintes, que são mais ou menos salientes na linguagem actual da região em estudo e, não sendo impossíveis — podem ser mesmo fáceis — de encontrar nos textos antigos, nos mostram, em todo o caso, um contínuo entre as duas épocas. O objectivo é apenas exemplificar esse contínuo, atestando os traços já na fase arcaica da língua; não se pretende averiguar de eventuais áreas dialectais nessa época, o que estaria para lá dos limites deste estudo (infelizmente, nem seria possível na sua plenitude, pois faltam os *corpora*, editados e / ou estudados, de muitas áreas portuguesas).

1) Em primeiro lugar, a ditongação da contracção da preposição ‘a’ com o artigo definido masculino — i.e. ‘ao’ — em *ou*. É fenómeno que registei, para a linguagem actual da região, em Malpica do Tejo (**Capítulo I, Secção B, I. Fonética, 1.6. Ditongos, hiatos**, §13), e que se encontra em textos de dois tabeliães do *corpus*: D. Viegas (texto 1, 1274) e P. Moniz (textos 3, 5, 6 e 7, 1285-1292), primeiro e terceiro tabeliães. É, portanto, fenómeno arcaico no *corpus*, que só se regista no séc. XIII. Huber 1933 (2006:162), todavia, refere-o “na *Regra de S. Bento*, num documento de Lisboa de 1281, no *C[ancioneiro] G[eral]*”. Os exemplos do nosso *corpus* são: “e ou senhor da terra”, texto 1; “ou senhor da terra”, 3; “pete ou senhor da terra”, 5, 6 e 7. Trata-se sempre, portanto, da mesma estrutura fundamental. D. Viegas só tem no *corpus* o texto 1; P. Moniz tem ainda o 4, mas aí não aparece a estrutura em que aquela ditongação está atestada (ou, melhor, aparece, mas em latim).

É interessante ainda registar que no segundo tabelião do *corpus* — J. Domingues, texto 2, 1283 — surge, sem representação da ditongação, a mesma estrutura em que podemos atestar ditongação nos outros dois tabeliães: “e ao ssenhor da terra”. J. Domingues é tabelião de Castelo Novo, ao passo que D. Viegas e P. Moniz são tabeliães de S. Vicente da Beira; no entanto, em P. (E)Anes, também de S. Vicente da Beira e o quarto tabelião do *corpus*, já aparece a referida estrutura sem ditongação: e.g. texto 8 (1293) “peyte ao senhor da terra”.

2) Em segundo lugar, referiremos o uso do infinitivo pelo imperativo, que hoje se pode encontrar como expressão normal do imperativo em parte do Sueste da Beira (**Cap. I, Secção B, II. Morfo-Sintaxe, 3. Verbos**, §10), ao passo que na Norma, posto que seja conhecido, é de âmbito muito mais restrito (a respeito de tal uso na Norma, v., para começar, Cunha / Cintra 1984:474ss.). É frequente ao longo de todo o *corpus*, e.g.: “e se nos alguê demãdar este erdamento **sairmos** anbos a ela”, texto 5 (P. Moniz, 1290); “e se os ñ poderemos chegar **auerdes** uos pela nosa vina do Outeyro outro tanto *quãto* eles leuarẽ desta erdade”, 18 (P. (E)Anes, 1299); “Su esta condiçõ *que* uos ou quẽ de uos for

⁷⁹⁹ Vai sem dizer que, se não trato especificamente de determinado fenómeno saliente da linguagem do Sueste Beirão de hoje em dia que, reconhecidamente, também o seria na antiga — e.g. a uniformização das terminações verbais nasais em *-em*, como em *andem* = ‘andam’ —, é porque ele não foi registado no *corpus*.

de mj ou a quẽ de mj ffor de seys quinhõões hũu do pã e de vinho e de linho⁺ e do al que deus hy der E **dardes** mj de fforo en cada hũu ano por natal hũu almude de Trigo e hũa gallia e x . ouos . E se ouerdes a uender ou enprazar esta erdade **dar** della a tal homẽ que de a mj este foro cada ano e saluo en san viçete e nõ seia ffreyre nõ caualeyro nõ crerigo nõ outro homẽ se nõ a tal que de este fforo sen contenda E outro sy uos **aronperdes** desta herdade tanta cada ano en que caba hũa Teeyga de pã en sementeira . E uos ou quen⁺ essa Erdade teuer **receber me** ela mj ou quẽ de mj ffor come Senhor . E quẽ isto nõ quizer téer peyte a parte obidiçente . L . libras e o ffeyto **seer** estauil”, 20 (P. (E)Anes, 1299); “e todauya o escanbho **sséer** ffirme pera ssẽpre”, 39 (A. Domingues, 1327); “E ao senhor da terra **peytar** outro tãto e a carta **fficar** en sa rreuora”, 55 (P. Gonçalves, 1331); “e a ueda **fficar** ffirme”, 56 (A. Clemente, 1332); “e se uola nos ẽ juizo ou ffora de juizo outorgar nõ qissermos ou deffender nõ podermos pella dita pea **séermos** nos cõdanados E ao Senhor da terra çẽ **marauids** E a dita venda **seer** firme E estauel pera todo ssenpre”, 80 (M. Anes, 1342); “e se Algẽ véer da nosa parte ou da estranha qe esta veda desfazer quizer E nos vedores ẽ Cõçelho⁺ outorgar nõ quisermos ou deffeder nõ podermos **Cõpoermos** A uos A dicta veda en dobro quanto ffor melhorada e **peitarmos** Ao Senhor⁺ da Tera Cem⁺ **marauidis** E a ueda **fficar** ffirme Estauil”, 84 (D. Miguens, 1357); “i sse algẽ véer da nossa parte ou da estranha que a dicta veda dessffazer quizer E a noss vedores ẽ cõçelho outorgar nõ quissermos ou deffeder nõ Podermos **cõpoermos** a uos a dicta veda ẽ dobro E quãto ffor melhorada <E **peitarmos** ao Senhor da tera cem⁺ **marauidis**> E a ueda **fficar** ffirme estauil pera ssẽpre”, 92 (V. Domingues, 1366); “E sse alguẽ da nossa ou da stranha parte esta nossa carta desffazer⁺ [...] quizer⁺ [...] E eu em⁺ Cõçelho outorgar⁺ [...] nõ quizer⁺ [...] ou deffeder nõ poder cõponhamos A uos cõpradores⁺ [...] a dyta⁺ veda dobrada E quanto⁺ ffor Melhorada E **peytarMos** Ao Senhor da teraa⁺ [...] Cem⁺ **marauidis** E a dyta⁺ ueda **ffycar** ffirme E stauel perra⁺ [...] todo ssenpre⁺ [...]”, 95 (G. Martins, 1376); “E a dita venda **seer** firmj E estauel Pera todo ssenpre”, 97 (V. Clemente, 1386).

Atestações de tal uso na língua antiga podem ser encontrados em Moreira 1907 (1922:99) (citando o *Leal Conselheiro*, de el-rei D. Duarte), Brandão 1963:444 (citando Gil Vicente), Maia 1986 (1997:763-766) (citando docs. notariais dos sécs. XIII-XV), etc..

3) Em terceiro lugar, há a considerar o uso da preposição em locativos estáticos que indicam nomes de sítios, como: “hũu Mato o qual e a par de aribeira doclessa **aoss Moĩoss nossos e de Durã domjgiz**”, 35 (F. Soares, 1319); “o quynhõ dúú lagar que eu ey **áo {lagar} Rybeyro de ssã Domjgos**”, 42 (A. Domingues, 1329); “hũa Coyrela de vynha que Eu ey **ao lagar que ffoy de Perelynho**”, 70 (A. Clemente, 1348). É fenómeno que, apesar de hoje se usar na Norma (e.g. ‘ao Rossio’, ‘ao Chiado’), não é fácil de encontrar nos dialectos; o Sueste da Beira é, contudo, um caso à parte, pois já ficou visto que ele foi notado lá para a presente sincronia (**Cap. I, Secção B, II. Morfo-Sintaxe, 5. Preposições, §2-b**). Fica agora também registado para a língua antiga.

Não é fácil, contudo, encontrá-lo mencionado noutros estudos para essa sincronia; assim, não encontro referências ao fenómeno em Huber 1933 (2006) (nas gramáticas históricas de Williams e Nunes também não, mas aí este tipo de fenómeno não é abordado), Dias 1918 (1970), Maia 1986 (1997), Cepeda 1962, Verdelho 1994, Silva 1989 & 2008 (Lorenzo 1985 e Ferreira 1987 não abordam este tipo de questão). Deve-se essa falta de informação apenas a ser a sintaxe uma área pouco estudada ou a ser o fenómeno mesmo muito raro? Verdade é que há referências suficientes para mostrar que o traço existe desde sempre na língua; de facto, uma rápida e superficial consulta dos verbetes respeitantes à preposição ‘a’ de Lorenzo 1977 mostra-nos várias ocorrências da estrutura em questão na *Tradução Galega*: “... armousse el et toda sua conpañã, por yr

dar fazenda aos mouros, os quaes veerõ de Gormas, *que estauã ao Vaao de Castaiar* por passar da outra parte” (Lorenzo 1975:164,ls.20-22), “Et, senhor, se uos dizedes de nõ, eu uos darey lide campal em Paris, **a Peti Ponte**” (*id.*:697,ls.12-13), “Et, en c[õ]batendo o castelo de Tiriana, asi coõmo auedes oydo ena estoria, hũu dia **aas barreiras de Triana**, este jnfãõ, de *que* dissemos, et *Garçia Peres* de Uargas et outros caualeyros, recudirõ os mouros de Triana ...” (*id.*:876,ls.20-25). A p. 44 de Nunes 1932a (informação colhida em Moreira 2005, s.v.), num excerto do 2.^o *Livro de Linhagens* (que o A. data de “talvez antes de 1325”), pode ler-se: “... e el foi-se estar a ãa fonte, que estava preto do castelo”⁸⁰⁰. Moreira 1907 (1922:133-134), por seu lado, não deixa de notar:

Como vimos acima, o lugar onde exprime-se geralmente com a preposição *em*.

Quando se quer designar a proximidade, emprega-se às vezes a preposição *a*, que d’este modo tem o mesmo valor que *ad* já tinha em latim v. g.: «estar á janella».

Notaremos que em Lisboa se usa esta preposição em uma accepção semelhante, em casos em que todavia não é empregada no norte do país [NB: *Júlio Moreira era portuense: cf. a «Prefação» feita por J. Leite de Vasconcelos, seu amigo, ao segundo volume dos Estudos: Moreira 1913:Vss.*]. Assim diz-se alli: «mora *ao* Carmo», «*ao* Rocio», etc.; no Porto dir-se-ha: «mora *no* Carmo», «mora *ao* pé do Carmo», «*proximo* do Carmo, etc». Este uso da preposição *a* é já antigo, como se vê no seguinte passo de Gil Vicente, vol. III, p. 89:

E quando estava
Hũa moça que casava
Na rua pera ir casar,
E a coitada que chegava,
A folia começava
De cantar:
Hũa moça tão ferosa,
Que vivia alli Á SÉ...

Num âmbito já não propriamente arcaico — no sentido de *português arcaico*, com a cronologia que lhe é tradicionalmente atribuída — mas não distante, podem citar-se Brandão 1963:556, que exemplifica o fenómeno com citações de Fr. Pantaleão de Aveiro (a partir do *Itinerário da Terra Santa*, com 1.^a edição em 1593⁸⁰¹) e D. Francisco Manuel de Melo (1608-1666); ou o Dicionário de Morais¹⁰, s.v., que dá também um exemplo de Fr. Aveiro. Said Ali 1971:211 trata apenas o emprego genérico de ‘a’ com valor estático, sem se deter no tipo particular de estrutura que aqui nos interessa, mas encontra um importante nexu românico:

Com o sentido de lugar onde, isto é, denotando, não a direção em que se encaminha o movimento, e sim o ponto terminal, já se usava *ad* [NB: *AD é o étimo principal da preposição ‘a’*] no latim vulgar e ocorrem, até, alguns exemplos deste gênero em Varro e Tito Lívio. O emprego em francês de *à* com os nomes de cidades filia-se a esta prática antiga. Em português não podemos dizer senão com a preposição *a*: *ir com a trouxa às*

⁸⁰⁰ Nunes retira o excerto dos *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores* (vol. I, fasc. II), pp. 180-181, corrigindo alguns erros da edição, onde a passagem que nos interessa está sob a forma: “... e el foice estar a huma fonte que estava perto do castello” (p. 180).

⁸⁰¹ O A. utiliza a 7.^a edição — 1927, Coimbra, Imprensa da Universidade, «revista e prefaciada por António Baião» —, que se baseia na 1.^a. Conhece-se pouco da vida de Pantaleão de Aveiro, como se vê na «Introdução» dessa obra; pouco mais se sabe do que, nos inícios de 1560’ (1561 ou 1563), ele partiu, de Lisboa, para ir visitar os lugares santos da cristandade. Sabe-se também que o livro obteve licença real de publicação em 1583.

costas, trazer o colar ao pescoço, estar alguém à cabeceira, à mesa, etc. Com outra qualquer partícula se alteraria aqui o conceito da situação.

4) Fenómeno que surge a cada passo nos textos antigos é a chamada interpolação de constituintes entre um pronome pessoal átono pré-verbal e o verbo de que é argumento (e.g. ‘o livro que lhe eu dei’). A Norma perdeu, a partir do séc. XVI, essa possibilidade, obrigando à adjunção do pronome (‘o livro que eu lhe dei’) ⁸⁰², mas ainda hoje é possível encontrar estruturas desse tipo nos dialectos — entre os quais se inclui o da região em estudo, como se pode ver no **Cap. I, Secção B, II. Morfo-Sintaxe, 2. Pronomes e Artigos**, §2-g. Dessa forma, é mais do que natural encontrar estruturas como as seguintes no *corpus* (apenas cito alguns dos exemplos mais interessantes): “e a nos em cõçelho outorgar nõ quisermos ou deffender nõ podermos”, 64 (A. Clemente, 1335); “doaçõ que vos nos deles ffazemos”, 81 (G. Esteves, 1351); “hũua procuraçõ ffecta Per Domjgos mjpgẽz Ta[belyõ] En qe me Per Ela he dado Poder Pera uẽder os nosos Béés”, 86 (D. Miguens, 1363); “dos quaees⁺ dinhejrros se o dito digo gonçalluez deu por Emtrege”, 98 (V. Clemente, 1386). É visível a grande liberdade de que a língua antiga gozava na interpolação de constituintes entre o pronome e o verbo.

5) Na forma “colemos”, que se regista no segundo sub-documento do que está classificado no *corpus* com o n.º 5 (tabela P. Moniz, 1290), parece registar-se já um fenómeno que se encontra sem grande dificuldade nos dialectos contemporâneos portugueses, de Norte a Sul e incluindo o que aqui estudamos (**Cap. I, Secção B, II. Morfo-Sintaxe, 3. Verbos**, §3-a): a passagem, nos verbos da 1.ª conjugação, da vogal temática do presente do indicativo na 1.ª pessoa do plural a *e*; i.e. “colemos” = normativo ‘colamos’. Como se vê no contexto, que se cita a seguir, pode haver influência do conjuntivo (modo onde o *e* seria regular) do enunciado em que a forma em questão está encaixada; mas aquele é, regularmente, contexto de indicativo: “Conoscam câtos esta carta deste erdamento uirẽ como /² eu ⁸⁰³. Durã domiũiz e mha moler Marĩa . martijz **colemos** a esta erdade . Domĩgos domiũiz e ssa moler Marĩa . bertolameu . *que* a aiamos Per meio . porque eles . pagarõ . ende a meiadade dos . marauidis testimũias ...”. Em texto também do séc. XIII, Ferreira 1987:431 (abonação na p. 271, l. 257) regista um caso análogo: “Se algũa molher *per culpa que* faça for iulgada [...] *pera* morte ou a pẽa de seu corpo e for *prenhy*, nõ seya iustiçada nõ aya pẽa nenhũa ata *que* seya parida. Pero [...] se diuida algũa *deuer* e nõ ouuer onde a pagar, **mandemos** [...] *que* a recabedẽ *per* prison ou *per* guysa *que* seya sen pẽa do corpo ata *que* pague [...] o que *deue* [...]”. A forma *mandamos*, como seria de esperar, é a mais frequente: tem 107 ocorrências contra 1 de *mandemos*. ⁸⁰⁴

6) Por último, será interessante referir que as formas chamadas ‘reforçadas’ dos demonstrativos que não perduraram na língua normativa para além da sua fase arcaica

⁸⁰² A sintaxe geral dos clíticos, que sofreu mudanças importantes ao longo da história da língua, não é objecto de estudo deste trabalho, devido à sua elevada complexidade e ao extenso número de variáveis que há a considerar para um tratamento rigoroso da questão (pelo menos no âmbito deste trabalho). Para uma introdução à sintaxe contemporânea dos clíticos, leia-se Mateus *et al.* 2003:847ss.; para uma introdução ao percurso diacrónico, vejam-se: a sistematização de Castro 2006:195-198, Martins 2002:262-271 e Silva 2008,II:422-482. Recurso fundamental para um desenvolvimento da questão é Martins 1994.

⁸⁰³ Antes de “eu” mas não propriamente à margem (i.e. surge dentro da mancha do texto), está o que se afigura como um “o” sobrescrito e de tamanho reduzido, sem significado aparente.

⁸⁰⁴ Refira-se ainda que Ferreira vê como possíveis explicações para a forma citada o ser um regionalismo ou um leonesismo.

(i.e. *aqueste(s)(a(s))* / *aquisto*, *aqueste(s)(a(s))* / *aquisso* ⁸⁰⁵), tão salientes na linguagem actual da região (**Cap. I, Secção B, II. Morfo-Sintaxe, 2. Pronomes e Artigos, §3-a**), não se encontram no *corpus*. Em termos gerais, poderemos dizer que o tipo *aqueste* é perfeitamente corrente nos textos antigos, ao passo que o tipo *aqueste* é raro. ⁸⁰⁶ Indo de encontro a esse padrão, Maia 1986 (1997:683ss.), num *corpus* constituído, tal como o nosso, por documentos notariais, atesta bem as formas do tipo *aqueste*, mas não atesta as do tipo *aqueste*.

2] Como é natural, há alguns fenómenos eminentemente morfo-sintácticos que podem colocar ou dependem de questões fonéticas relevantes e foram já abordados na parte **I. Fonética**. Os principais são:

a) Respeitando a palavras gramaticais — 1) A forma “cõmeço” = actual ‘comigo’, que se regista num texto do *corpus* (69, A. Clemente, 1347), tratada no §3 da vogal *i*; 2) as chamadas formas metafónicas dos pronomes demonstrativos (*isto* < *esto*, etc.), tratadas no §1 da vogal *e*; 3) a passagem do pronome clítico ‘lhi’ (a forma etimológica) a ‘lhe’, inserida em questão tratada no §2 da vogal *i*; 4) o surgimento de ‘nenhum’, i.e. a epêntese do *n* palatal na forma originalmente dúplice ‘nem + um’, tratado no §2-3 do ponto **1.9.3. Epênteses**; 5) a nasalização que se deu em ‘mim’ e ‘muito’, tratada no §2 de **1.6. Nasalização de vogal por contacto com consoante nasal**; 6) a realização / representação da preposição ‘em’ com *i*, tratada no §2-1 da vogal *e*; 7) as formas do actual ‘para’, tratadas no §1-2 da vogal *a*; 8) a origem e variantes do advérbio ‘depois’, abordadas no §1 de **1.8.2 Ditongos ou e oi**.

b) Respeitando a palavras lexicais — 1) A alternância entre os sufixos *-vil* / *-vel*, tratada no §3 da vogal *e*; 2) os plurais em *-õs*, tratados no §4 do ponto **1.7. Terminações nasais**; 3) a confusão entre o pretérito perfeito e o mais-que-perfeito na 6.^a pessoa verbal, tratada no §2 do mesmo ponto **1.7**; 4) a conservação de *-i* átono em formas verbais do tipo de *pusi* / *pugi*, tratada no §2 da vogal *i*.

2. Verbos

2.1. Manutenção ou síncope do *d* intervocálico da 5.^a pessoa verbal

Um dos fenómenos mais destacados do português antigo é a queda do *d* intervocálico que existia na 2.^a pessoa do plural da maior parte dos tempos verbais da voz activa, provindo do correspondente *-T-* latino: e.g. *amades* < *AMATIS*. Bechara 1991:70 considera este traço mesmo como “o fenómeno balizador por excelência” da passagem do “período arcaico” para o “arcaico médio” (i.e. a fase de reconfiguração da língua, no séc.

⁸⁰⁵ As outras formas reforçadas, *aquelo* etc., perduraram na sequência da especialização das correspondentes formas não reforçadas, *ele* etc., no papel de pronomes pessoais.

⁸⁰⁶ A respeito das formas reforçadas dos demonstrativos, v., para começar, Nunes 1919 (1960:245ss.), Huber 1933 (2006:192-194), Williams 1938 (1961:161-163), Vasconcelos 1911 (1966:52-53) e Silva 2008, I:376-388.

XV e primeira metade do XVI, em que esta sai do seu estágio propriamente arcaico e que antecede a sua configuração “moderna”).

Apenas no pretérito perfeito o latim não tinha, na voz activa, -T- intervocálico na desinência da P5 (sendo aí a desinência -ISTIS, que deu *amastes*); no futuro do conjuntivo e no infinitivo flexionado, a pós-tónica caiu e o -T- > -d- sobreviveu (*amardes*, para os dois casos) mas, nos tempos restantes, a consoante ficou efectivamente intervocálica, vindo a cair a certa altura na língua medieval. O hiato resultante foi resolvido regularmente por meio de ditongação (*amais* = am[‘aj]s < *ama(d)es*), embora, como lembra Castro 2006:155, “uma outra solução (*vendês [por vendeis < vendedes]*), resultante da crase das duas vogais, tenha sido experimentada durante algum tempo e pareça subsistir a nível dialectal”. Para uma visão detalhada e sistematizadora deste fenómeno, que tem uma matriz morfológica (pois a queda do -d- não se dá noutros contextos, como p. ex. nos participios passados, ou em substantivos, etc.), cf. Castro 2006:155-158 e Cardeira 2005:175-201.

Quando se deu o fenómeno? Tradicionalmente aponta-se o séc. XV, mas Cardeira 2005:175ss. e Carvalho 1996:35-43 (*apud* Cardeira) atestam casos esporádicos de síncope desde os finais do séc. XIII, sobretudo a partir da segunda metade do XIV. No entanto, a verdade é que a mudança definitiva, na língua escrita, só se deu no XV: é só nesse século que o fenómeno atinge frequências elevadas e, no *corpus* de Cardeira, é entre os anos de 1410 e 1430 que a percentagem de formas sincopadas passa a barreira dos 50%; “Nos anos seguintes, embora ainda se registem formas plenas, elas tornar-se-ão cada vez mais raras” (Cardeira 2005:201).

No nosso *corpus*, temos várias ocorrências de formas verbais relevantes, com uma cronologia abrangente, e em nenhuma delas se verifica a síncope. Os contextos, contudo, não são os mais variados, pois as formas pertencem em larga maioria (4 para 5) ao caso (*h*)*ajades* (= actual ‘hajais’, do presente do conjuntivo), que é uma expressão típica dos documentos transferidores de propriedade. Sistematizaremos os dados da seguinte forma:

Tabelião	Caso (<i>h</i>)<i>ajades</i>	Outros
D. Viegas	1x (1274)	—
P. Moniz	4x (1287-1292)	—
P. (E)Anes	—	“auedes” (1301)
E. Peres	1x (1311)	“posades” (1307)
A. Domingues	15 (1327-1350)	—
P. Gonçalves	1x (1331)	—
A. Clemente	8x (1335-1363)	“deuedes”, “posades” (1338)
M. Anes	1x (1342)	“ffaçades” (1342)
G. Esteves	1x (1351)	—
D. Miguens	7x (1357-1368)	“filhedes”, “façades” (1368)
V. Domingues	1x (1366)	—
G. Martins	4x (1376)	“ffyllhedes” (1376)
V. Clemente	—	“posades” 3x (1386)
<i>Total</i>	44	11
	55	

Não sendo os casos mais abundantes, também não são os mais limitados; por isso, tudo aponta para que a linguagem do SE Beirão, se já sincopasse o *d* intervocálico das P5 dos verbos, ainda não o fizesse com um estatuto suficiente para passar para a língua escrita.

Essa passagem para a língua escrita é que poderia ser difícil, pois os documentos notariais têm-se revelado extremamente conservadores neste fenómeno. E. Cardeira registou uma disparidade extrema entre os dados dos documentos notariais que analisou (da região de Lisboa e do Noroeste) e outros textos: se os primeiros, para o período 1425-1450 (lembre-se o que se referiu sobre o período 1410-1430), registam uma percentagem média de formas sincopadas que não chega aos 20%, o *Livro da Cartuxa* e os *Documentos Históricos da Cidade de Évora* chegam-se aos 100% e os *Capítulos de Cortes* e o *Livro Verde da Universidade de Coimbra* aos 80% (cf. Cardeira 2005:186-188, esp. figura da p. 187).⁸⁰⁷ A A. conclui, perante esta disparidade, que os “Documentos notariais, pela fixidez da sua forma, apresentarão maior resistência a qualquer inovação” (p. 188).

Em todo o caso, pode dizer-se que o Sueste da Beira, ao não apresentar nenhum caso de síncope, não estava na crista da onda; i. é, os documentos medievais da região não a mostram inovadora, antes pelo contrário (pois já se encontram casos esporádicos de síncope para a época dos documentos).

2.2. Participípios

1] Não menos característico da língua antiga do que o traço visto em 2.1 é a existência da terminação *-udo* (< -ŪTU-) para os participípios passados fracos (i.e. acentuados na terminação) dos verbos da 2.^a conjugação, de que hoje apenas dispomos de alguns restos: o substantivo ‘conteúdo’ (de ‘conter’), o apelido ‘Temudo’ (de ‘temer’), a expressão fixa ‘teúda e manteúda’ (de ‘ter e manter’, i.e. ‘tida e mantida’), etc.. Na 1.^a e na 3.^a conjugações, os participípios já eram como hoje: *-ado* (< -ĀTU-) e *-ido* (< -ĪTU-), respectivamente⁸⁰⁸; foi na última que os participípios da 2.^a conjugação se incorporaram.

Já se encontram casos de *-ido* por *-udo* nos sécs. XII e XIII, mas ainda esporádicos; no século seguinte *-ido* ganha espaço, mas é apenas no XV que vence na língua normativa, com maiores ou menores (é mais este o caso) excepções no séc. seguinte. Para um estudo da evolução de *-udo* > *-ido*, com os exemplos que suportam a cronologia indicada — que incluem o levantamento das formas relevantes dos primeiros monumentos escritos em português —, cf. Cardeira 2005:203-219, Barros 2000:93-173 (tb 381ss.) e Carvalho 1996:76-81&101-102 (*apud* Cardeira).⁸⁰⁹

⁸⁰⁷ As *Vidas de Santos* apresentaram uma percentagem próxima dos 0%, com apenas uma forma sincopada, mas tal dever-se-á, certamente, ao facto de serem uma cópia de um texto do XIV. Refira-se ainda que, das referidas percentagens, foram extraídos os casos *sabede* e *al nom façades*, por serem expressões estereotipadas.

⁸⁰⁸ Havia contudo um verbo da 3.^a conjugação com *-udo*: *vũudo* ou *vẽudo*, de *vũir* = ‘vir’; essa forma foi depois suplantada por *vindo* < **uenitum*, o regular. Cf. a esse respeito Nunes 1919 (1960:316, n. 2), Williams 1938 (1961:189) e Piel 1944 (1989:238, n.60).

⁸⁰⁹ É Barros 2000:113 que cita o único exemplo conhecido de *-ido* por *-udo* para o séc. XII: a forma “sabido” (de ‘saber’) que surge num documento, escrito em latim romanceado, do Mosteiro de S. Salvador de Moreira (região da Maia), de 1170, e citado por Martins / Albino 1998:114. Essa forma inclui-se num excerto utilizado pelas AA. para exemplificar o carácter híbrido latino-romance que se encontra frequentemente em textos da época: “et sedeant quitos de totas calumnias et totos seruitios et de portadigos.

O nosso *corpus* apresenta poucos dados a respeito do fenómeno. Encontramos a seguintes lições para as formas em questão, e nenhuma com *-ido*: (i) textos de A. Clemente: “cõteudo” 2x (56, 1332), “teuda”, “teudos” (60, 1333), “cõteudo” (61, 1333), “auudos” (70, 1348), “cõteudo” 3x, “cõteudas” (71, 1351), “leuda” (73, 1354), “leuda” (74, 1354); (ii) G. Esteves, 81 (1351), “cõteudo”; (iii) textos de D. Miguens: “Cõteudas” (83, 1355), “Cõteudo”, “(so) Estabeleçudos”, “Cõteudas” (89, 1366); (iv) J. (E)Anes, 96 (1377), “soestabelleçudos”; (v) A. Anes, 99 (1397), “contjudas”, “Cuntjudo”.

Outra forma merece destaque: no texto 34 (F. Soares, 1317), há um “Domjgos **ardido**”. A palavra ‘ardido’, aqui como alcunho, pode ter dois significados, ‘queimado’ ou ‘audaz’. No primeiro caso será particípio do verbo ‘arder’, representando portanto uma passagem *-udo* > *-ido*. No segundo caso terá a sua origem no francês ‘hardi’, particípio passado de um fr. antigo *hardir*, por sua vez derivado do germânico **hardjan* ‘tornar duro’, segundo Cunha 2000, s.v. «ardido²»; já antes, com base nos *Romanisches Etymologisches Wörterbuch* de Meyer-Lübke, tinha Nascentes 1952-1955, s.v. «ardido», dito que a origem é o “franco *hardjan*, endurecer, através do fr. *hardi* (M. Lübke, *REW*, 4042, aliás para o prov., o it. e o esp. ant.). Não é preciso apelar para um possível verbo *ardir*, como faz A. Coelho [, *Dicionário manual etimológico da língua portuguesa*].”

Para o espanhol ‘ardido’, que tem significado semelhante ao port., diz Corominas 1980-1991, s.v., ter sido “tomado conjuntamente del fr. *hardi* y del cat. *ardit* [...], derivados del frâncico **HARDJAN* ‘endurecer’ (alem. *härten*, derivado de *hart*, gót. *hardus* ‘duro’))”, expondo depois as razões que o levam a crer na dupla etimologia. O A. duvida de que a origem de *hardi* esteja em *hardir*: será antes este derivado daquele, que provirá “del particípio frâncico **HARDID*, mas bién que del infinitivo correspondiente”.

Lorenzo 1977, s.v., aponta como processo etimológico: “del fr. *hardi* (part. del ant. *hardir* frâncico **HARDJAN* ‘tornar duro’; véase [...]. La penetración debió darse a través del prov. ant. *ardit* y pudo existir contaminación de *ardido*, de *arder*).” A contaminação a partir de ‘ardido’ part. de ‘arder’ não faz muito sentido, pois ‘ardido’ = ‘audaz’ chegou-nos antes da regular passagem de *-udo* a *-ido* (ou seja, numa época em que o particípio de ‘arder’ tinha ainda a forma *ardudo*, e não já *ardido*); o próprio A. nos indica exs. de ‘ardido’ = ‘audaz’ já no séc. XIII. Etimologia parecida está em Machado 2003, s.v. «ardido²»: “Talvez [provenha ‘ardido’ = audaz] do fr. *hardi*, contaminado por *ardido* [= ‘queimado’]; o fr. *hardi* será «part. passé d’un ancien verbe **hardir* «rendre dur», de l’adj. *hard*»” (o texto citado é do *Dictionnaire Etymologique de la Langue Française* de Bloch & Wartburg, s.v. «hardi»). Para atestações antigas, quer no espanhol quer no português antigos, de ‘ardido’ = ‘audaz’ e derivados, cf. as citadas obras, assim como Viterbo (Fiúza) 1966, s.v. «ardidez» (com nota do editor crítico).

Curioso é que os AA. mencionados não citem o substantivo regressivo “ardir” que se regista no *Livro de Esopo*, editado por Leite de Vasconcelos na *Revista Lusitana*, VIII (Vasconcelos 1905b) e estudado no vol. seguinte (Vasconcelos 1906), no seguinte passo: “— Ó astroso uilão, como ás tu tanto **ardir** de fallar e de te parares no camynho per omde ey d’amdar?” (fábula XXIX, l. 9: Vasconcelos 1905b:123).⁸¹⁰ Trata-se o texto, segundo o editor, de uma cópia feita no séc. XV de um original do séc. XIV (cf. Vasconcelos 1906:66-67). De “ardir” diz Leite o seguinte, no «Vocabulário» que integra o referido estudo (Vasconcelos 1906:9):

nisi merda in boca. aut rauso. aud homicidium aut furto **sabido** quomodo non perca casa. A rumper et beuer aquas et montes per ubi potuerit” (negrito meu). Encontra-se uma imagem do doc. a p. 119 de Martins / Albino, onde se pode confirmar que a leitura não sofre dúvidas.

⁸¹⁰ Seis linhas adiante (mesma pág., mesma fábula), podemos encontrar o substantivo “ardimento”, em “ardimento de fallar”.

ardir, atrevimento, ousadia, audácia [...] A palavra *ardir* creio que não foi ainda registada nos nossos dicionários; pelo menos não vem no *Elucidario*, nem nos Dicionários da Academia, de Moraes, [de Cândido de Figueiredo], de Cortesão. Propriamente *ardir* é verbo, mas está aqui em accepção de substantivo (verbo substantivado). — Cfr. fr. ant. *hardir* e mod. *enhardir*; ital. *ardire*. De origem germanica: cfr. got. *h a r d u s* «rude», «aspero»; all. *h a r t* «duro», «forte».

O caso ‘ardir’ pode, portanto, trazer outra luz à complexa etimologia de ‘ardido’; mas será sempre difícil distinguir se ‘ardido’ vem de ‘ardir’ ou o contrário, pois são ambas palavras do mesmo lema e tudo indica que estrangeirismos. Refira-se ainda que os dicionários continuam a não registar ‘ardir’, posto que registem os correlatos ‘ardido’, ‘ardimento’, etc.: assim estão, por exemplo, o Moraes na sua 10.^a edição ou o *Dicionário da Língua Portuguesa Arcaica* de Zenóbia C. Moreira.

Seja como for, o que nos interessa retirar da ocorrência de ‘ardido’ no nosso *corpus* é o seguinte: (i) o significado será, claramente — ainda mais se tivermos em conta a data da ocorrência —, ‘audaz’, e não participio de ‘arder’; (ii) pelo que não se pode constatar uma passagem *-udo* > *-ido*.

Voltando aos casos de próprios participios de verbos da 2.^a conjugação: Os dados são ainda mais pobres se tivermos em conta que quase todos são derivados, primários ou secundários, de ‘ter’ (‘têr’, na sua forma mais antiga), nomeadamente nas formas *conteúdo* e *teúdo*; posto que modificadas no emprego, ambas as formas sobreviveram até hoje, como já ficou dito. Para além disso, Cardeira 2005:206 ss. que, pela mesma razão, na sua análise expurga ou discrimina sistematicamente os derivados de ‘ter’, demonstra o efeito distorcedor que essas mesmas formas podem originar, sobretudo em textos do tipo que aqui utilizamos:

Se compararmos o conjunto de documentos literários/não literários [*que a A. analisa*], na primeira metade do século XV, não notaremos diferença significativa entre ambos: enquanto o conjunto da documentação literária apresenta 76,1 % de formas terminadas em *-ido*, a documentação não literária regista 74,7 %.

[...] E, curiosamente, se na comparação entre documentação literária / não literária não expurgarmos as fórmulas *con/de/man/re/teudo* poderemos observar que enquanto nos textos literários a tendência aponta, visivelmente, para a substituição do antigo participio, com apenas 32,2 % de participios em *-udo*, os documentos não literários conservam ainda, entre 1400 e 1450, uma variação em que a terminação mais frequente é *-udo* (63,7 %).

De facto, era esperável que os documentos não literários, sendo mais formalizantes, apresentassem uma mais elevada percentagem de formas cristalizadas.

Em suma: excluindo determinadas fórmulas petrificadas, mais frequentes em documentos de tipo notarial que em textos literários, a difusão deste processo inovador apresenta-se sensivelmente igual em ambos os conjuntos de documentos. Uma conclusão se impõe: o tipo de documentos não literários que observámos, por recorrerem abundantemente a fórmulas fixas, tornam-se aparentemente avessos à aceitação de inovações. Mas, se excluirmos essas fórmulas, a inovação está lá presente, tão presente como nos textos literários. (Cardeira 2005:216)

São sem dúvida informações significativas, que apresentam um interesse que vai para além do estrito fenómeno aqui em estudo.

Outro ponto pode ainda relativizar a ausência de *-ido* no nosso *corpus*: o contexto fonético em que ocorre *-udo*. Carvalho 1996 101-102 (*apud* Cardeira 2005:217) defende

que a evolução *-udo* > *-ido* deve considerar três diferentes grupos de participípios, que não a sofreram ao mesmo tempo: o primeiro grupo, composto pelas formas em que *-udo* estava precedido dos fonemas alveolares /s/, /z/, /r/, dentais /t/, /d/ e palatais /ʃ/, /ʒ/ e /ʎ/, sofreu o processo em primeiro lugar; o fenómeno propagar-se-ia então às formas em que a terminação estava precedida dos fonemas labiodentais /f/, /v/ e bilabiais /p/, /b/, /m/; por fim, o processo chegaria às formas em que a terminação estava precedida de vogal, ou seja, estava em hiato: *caer*, *creer*, *leer*, *raer*, *teer*, *traer*, *veer* (e seus compostos). Diz Carvalho 1996:102:

É, de facto, inquestionável que a propagação analógica das formas em *-ido* começou no primeiro grupo participial, registando-se, regularmente, a partir de meados do século XIV. [...] Quanto ao segundo grupo participial, as formas modernas começaram a propagar-se no segundo quartel do século XV, generalizando-se nos últimos anos deste século. [...] No século XVI apenas persistem nos textos os participípios arcaicos dos verbos *creer*, *leer* e *teer* (e seus compostos).

Teríamos, assim, uma mudança analógica — i.e. morfológica, pois atinge apenas a terminação *-udo* — condicionada foneticamente; no primeiro grupo, a passagem *u* > *i* é articulatoriamente propiciada e assim sucessivamente nos outros dois grupos. É este um ponto importante, pois até então o fenómeno tinha sido encarado apenas sob uma perspectiva morfológica; assim está por ex. Piel 1944 (1989:237-238), para quem a evolução *-udo* > *-ido* se deve “ao facto de a maioria dos verbos caracterizados antigamente [pela desinência *-udo*] terem um pretérito em *-i*, vogal que penetrou analogicamente no participípio”.

E a verdade é que E. Cardeira, no seu *corpus*, pode confirmar os pontos basilares da hipótese de M. J. Carvalho (cf. Cardeira 2005:217-219): o primeiro grupo participial atinge cerca de 50% de *-ido* na segunda metade do séc. XIV, aumentando no séc. seguinte até atingir 100% no terceiro quartel; o segundo grupo apresenta 25% no terceiro quartel do XIV, ultrapassando os 50% apenas no segundo quartel do XV; no que toca ao terceiro grupo, os dados são, após o expurgo de *ter* e derivados, muito limitados, mas podem ver-se: (i) exemplos de *-ido* já na segunda metade do XIV (o início do período que o estudo de Cardeira cobre), (ii) o seu aumento no segundo quartel do XV, (iii) mas a variação continua acentuada até 1475, quando ainda não se verifica escolha clara de uma das terminações.

Como a A. não deixa de notar, todavia, “se o contexto fonético parece ter determinado a difusão da substituição de *-udo* por *-ido*, o início do processo atingiu todo o tipo de verbos [...]” (Cardeira 2005:219); com efeito, entre os primeiros exemplos registados de *-udo* > *-ido* estão formas dos três grupos participiais: “quando aprofundamos a análise e observamos os primeiros exemplos de novos participípios verificamos que eles se registam não só em verbos com fonema palatal, alveolar ou dental, mas também em verbos incluídos no segundo grupo, com fricativa labiodental (*auijdo*, em 1296) ou oclusiva bilabial (*ssabidos*, em 1288, *sabido* e *recebido*, em finais do século XIII) e, até mesmo em verbos da terceira fase, em que existiu hiato (*retidos*, em 1254)⁸¹¹” (Cardeira 2005:218).

Ora, cumula tudo isto no facto de no nosso *corpus* quase todas as formas pertencerem ao terceiro grupo de Carvalho, a par de um caso do segundo grupo — “auudos” (70, 1348) — e dois do primeiro — “(so) Estabeleçudos” (89, 1366),

⁸¹¹ “Exemplos fornecidos por Carvalho 1996.”

“soestabelleçudos” (96, 1377). Não são, portanto, os dados em que mais se pode exigir a substituição por *-ido*.

Barros 2000:383 ss. prefere ver como origem da mudança *-udo* > *-ido* um influxo da passagem da 2.^a para a 3.^a conjugação (com a correspondente mudança no particípio) que alguns verbos sofreram na língua antiga, vindo a mudança, provavelmente, do castelhano (tendo-nos chegado, principalmente, por via do galego — que tinha maior relação externa com o castelhano — e da lírica galego-portuguesa, “socialmente peninsular”), língua em que essa passagem de verbos da 2.^a para a 3.^a conjugação foi mais intensa e a mudança geral *-udo* > *-ido*, que também se verificou, se deu mais cedo. A A. não pôde ensaiar uma comparação rigorosa e sistemática dos dados que regista — e que abrangem um maior período cronológico do que os de Cardeira —, apresentando, a pp. 396-397, um comentário desenvolvido, sem dados estatísticos, a esse respeito; nas suas informações, não se pode ver uma oposição ao condicionamento fonético discutido, antes certos factos que vão no mesmo sentido. Tal oposição, no entanto, nunca seria necessária do ponto de vista teórico para aceitar a hipótese do influxo da mudança de verbos da 2.^a para a 3.^a conjugação.

Se todas estas questões são importantes para definir a forma como devemos olhar para os dados do nosso *corpus* a respeito de tão marcante fenómeno da língua antiga, nunca seria porém um facto notável, tendo em conta a época e os exemplares tão escassos que podemos encontrar, o não haver *-ido* por *-udo* no mesmo — que termina no final do séc. XIV. Sirva de exemplo que nos *corpora* até hoje estudados que são mais parecidos com o nosso — Maia 1986 (1997) e Martins 2001 (/ 1994⁸¹²) —, se encontram: (i) no de Maia, até ao séc. XV, apenas dois exemplos de *-udo* > *-ido*, em documentos galegos de 1292 e 1399 (cf. Maia 1986 (1997:749,n.1))⁸¹³; (ii) no de Martins, nenhum exemplo (cf. Barros 2000:93ss.).

Deve ficar dito, por outro lado, que o nosso *corpus* não se apresenta inovador, i. é, se se destacar por alguma coisa é por conservadorismo ou correspondência com o primeiro estado de língua.

1'] As outras conjugações apresentam sempre *-ado* e *-ido*, como seria de esperar.

2] Também típicos da língua antiga são os particípios passados fortes “Tolheyto” (= ‘tolhido’), doc. 75 (A. Clemente, 1359), “Coseito” (= ‘cosido’), 96 (J. (E)Anes, 1377) e “Cosseyto” (id.), 99 (A. Anes, 1397). O segundo foi ainda usado no séc. XVI por João de Barros, nas *Décadas*, como refere, com citações, Said Ali 1971:153. Lorenzo 1977, s.v. «toller», regista o primeiro até ao séc. XVI, a partir de um ex. do Dicionário de Moraes, e diz que “Hoy se conserva en el Miño port. y en zonas galls.; no es general en gall., pues en parte del territorio se usa *tullido*”; e Barros 2000:273 acrescenta: “[...] já no decurso deste trabalho ouvimos esse particípio a uma jovem licenciada de Torre de D. Chama (Bragança), quando, tendo feito um movimento e sentido o braço preso, desabafou, já recuperada: “Pensei que tinha ficado *tolheita*!”. Noutras regiões de Trás-os-Montes dir-

⁸¹² Martins 1994 é a tese de doutoramento da A., que apresenta, como anexo documental, a primeira versão do *corpus* que viria a ser publicado em Martins 2001.

⁸¹³ Não é legítimo ver nessa maior atestação em textos galegos pura e simplesmente uma maior presença do fenómeno em terras de Galiza, pois em Maia 1986 há muitos mais textos galegos (e desde mais cedo) do que portugueses: um total de 136 contra 32, correspondendo, até 1400, a 101 contra 22. Não se pode, portanto, exigir aos textos portugueses desse período que apresentem atestações do fenómeno: nos galegos, há uma atestação para cada 51 textos, e os portugueses não chegam, no seu total, a metade desse valor.

se-ia, porém, sempre *tolhida*”. Não é, naturalmente, de estranhar a sobrevivência, em dialectos, de formas que a língua-padrão rejeitou há muito.

‘Tolheito’ e ‘coseito’ são, tal como ‘cozeito’ = ‘cozido’, formações analógicas tiradas da relação com participípios em que havia etimológico -ECTU- > -eito, como *ereito* < ERECTU-, *beeito* < BENEDICTU-, *colheito* < COLLECTU- (com *lh* por influxo do radical); cf. a esse respeito Nunes 1919 (1960:317-318), Huber 1933 (2006:214), Williams 1938 (1961:190) e sobretudo Piel 1944 (1989:238). Para um tratamento detalhado e assente em recolha sistemática de dados em *corpora* da língua antiga dos participípios fortes em geral, cf. o mais recente Barros 2000, retomado em parte em Barros 2002.

Pelo menos na 1.^a conjugação, a língua conhece também, desde sempre, os participípios passados fortes “truncados”, que são formados juntando -o(s), -a(s), -e(s) ao radical: e.g. ‘pago’, ‘encarregue’. Sobre o assunto v., para além das duas referências de Barros já citadas, fundamentalmente Piel 1944 (1989:238-239) que, na esteira de outros autores e acompanhado por Barros 2002:55, explica a formação desses participípios como seguindo uma tendência que já no latim se verificava. Notem-se, no entanto, ainda dois aspectos, no seguimento de Piel e Said Ali 1966:147-154: (i) a geração de participípios truncados tem-se verificado ao longo de toda a diacronia da língua⁸¹⁴, como é ex. ‘gasto’, que só a partir do séc. XVIII surge como participípio e hoje domina mesmo; (ii) as formas em -e, na sequência do que já nota Vasconcelos 1896b:133, devem vir por influxo de adjectivos em -e, como ‘livre’ ou ‘alegre, que são correspondidos de uma forma participial *regular* (no caso, ‘livrado’ e ‘alegrado’) e podem ser utilizados como participípio.

No *corpus* aqui em estudo, temos um bom exemplo desse recurso na forma: “...nos damos deles por **entregos**...”, que surge no texto 66 (A. Clemente, 1338); *entregos* está por *entregado* ou *entregue*, ambas as formas registadas para a época, inclusive no nosso *corpus*, assim como *entrego*.⁸¹⁵

3] Seguindo a latina, a língua antiga dispunha de próprio participípio presente, ex.: “...**dorminte** em casa...”, onde hoje se usaria o gerúndio ou uma forma perifrástica.

De acordo com Williams 1938 (1961:191), o participípio presente persistiu até ao séc. XVI. Piel 1944 (1989:220) considera que “A decadência do participípio presente parece ter-se produzido nos meados ou fins do séc. XIV”; apresenta o A. como evidência, partindo das três versões da *Regra de São Bento* estudadas por Nunes 1922-1926, o facto de, na primeira versão, de princípios do séc. XIV (ou mesmo do séc. anterior, como crê Piel) e a mais antiga conhecida em português, haver participípios presentes, “com frequência e com nítido valor verbal” — ao contrário das outras duas versões, posteriores a 1400. “Onde a mais antiga diz *estante*, *dizente*, *dorminte*, estas empregam invariavelmente *estando*, *dizendo*, *dormindo* [...], a não ser que recorram a uma oração relativa com *que*”. No entanto, como continua o A., “É natural que a língua não eliminasse simultaneamente

⁸¹⁴ Barros 2000 (e 2002) atesta muito bem esse recurso para a língua antiga, que é a época a que se dedica.

⁸¹⁵ V. p. ex. para *entregado* Maia 1986 (1997:753) e Barros 2002:58, e para *entregue* Houaiss 2001, s.v. «entregue» e Barros 2002:58; ou, no nosso *corpus*, e em textos do mesmo tabelião em que encontramos “entregos”: “...sse deu delas por **entrege** e bem pagado polo dito Rodrigeanes...” no 71 (1351) e “...do qual preço ssomos pagados e **entreges**...” no 72 (1354). Encontrei ainda “entreges” no 81 (G. Esteves, 1351), “êtreges” no 82 (id., 1358), “êtreges⁺” no 93 (G. Martins, 1376), “emtregees⁺” no 94 (id., id.), “Emtreges” no 97 (V. Clemente, 1386), “Emtreges” e “Emtrege” no 98 (id., id.). Não encontrei *entregado* no *corpus*, o que demonstra já uma escolha clara, respeitante a esta forma participial, na época. — A respeito de *entrego*, v. Maia 1986 (1997:754) ou Barros 2002:58.

todos os participípios em *-ante*, *-ente*, *-inte* (que reflectem o acusativo do participípio em *-ANS*, *-ENS*, *-IENS*), e ainda no séc. XVI Garcia da Orta podia escrever *estante em Goa*.”

A evolução normal dessas formas participiais foi a passagem a adjectivos ou substantivos e, num ou noutro caso, a preposições; o seu lugar foi tomado sobretudo pelo gerúndio. Sobre a evolução do participípio presente na língua e das reminiscências que dele se encontram na fase contemporânea, cf. principalmente Vasconcelos 1911 (1966:183&69), Moreira 1907 (1922:101ss.), Williams 1938 (1961:191) e Piel 1944 (1989:220).

É portanto natural que também possamos encontrar formas de participípio presente ao longo do nosso *corpus*, como “rreçebentes” no doc. 57 (A. Clemente, 1333; o contexto é o seguinte: “...porẽ lhis dou e dóó e Outorgo pera ssenpre por auir dErdade a eles **rreçebentes** por ssj e por sseus Erdeiros *que* depois poderẽ sséer toda a Erdade *que* Eu ey ...”) e *vertente*, que ocorre várias vezes, do princípio ao fim do *corpus*: “cume **uertête** Agua”, texto 1 (D. Viegas, 1274); “penedos dos moÿos uelos auguas **uertêtes** descontra fontáá pora ocresa”, 5 (P. Moniz, 1290); “mõte **uertente** agua a esa vina”, 8 (P. (E)Anes, 1293); “**vertente** auguas do ramalooso”, 18 (id., 1299); “parte cõ ... e per o cume de val de ssando **uertête** agua pera o njnho do açor ... e da outra per o cume do baRejRo e cõ eréós de Pedro mouRo **uertête** agua pera o njnho do açor”, 53 (A. Domingues, 1349); “Cume Contra o bareirro agua **vertête** pera a djta⁺ Errdade”, 92 (V. Domingues, 1366); “cume **uertemtaguas**^{+ 816} *contra* ocresa”, 94 (G. Martins, 1376).

2.3. Verbos irregulares

É sabido que vários verbos irregulares ou de paradigma especial sofreram, no decurso da fase dita arcaica da língua, mudanças analógicas, com o natural fito de regularização. Maia 1995:23ss. utiliza mesmo alguns deles para formar um dos nove “parâmetros essenciais”, no que à fonética e à morfologia diz respeito, do estado de língua do português arcaico (i.e. os principais traços daquelas áreas gramaticais que permitem representar, por contraste com o moderno, o português arcaico / antigo). O traço é concretamente, tal como definido pela A.:⁸¹⁷

a existência, nalguns verbos, de um lexema para a primeira pessoa do presente do indicativo e de todas as pessoas do presente do conjuntivo oposto ao lexema de todas as restantes formas dos outros tempos do perfeito e do não-perfeito. Entre esses verbos se incluem: a) aqueles cujo lexema da primeira pessoa do presente do indicativo e de todas as pessoas do presente do conjuntivo termina em sibilante (/ts/ e depois /s/) resultante da palatalização do grupo formado pela consoante final do lexema latino seguida de semivogal anterior: *ardeo*→*arço*; *audio*→*ouço*; *metio*→*meço*; *mentio*→*menço*; *petio*→*peço*; *perdeo*→*perço*; b) aqueles verbos historicamente representantes de verbos latinos cujo lexema terminava no sufixo derivacional incoativo *-scere*. Em virtude do contexto fónico, na primeira pessoa do presente do indicativo e em todas as pessoas do presente do conjuntivo mantiveram-se as formas etimológicas, cujo lexema termina em consoante velar /k/: *conhosco*, *conhosca*, *empeesca*, *nasco*, etc. (Maia 1995:24-25)

⁸¹⁶ Duas abreviaturas não desenvolvidas, ambas traços de significação geral: o primeiro, na continuação da última perna do “m”, abrangendo “em”; o segundo sobre as três últimas letras.

⁸¹⁷ Modifico os símbolos fonéticos utilizados pela A. para os aqui utilizados.

Dá-se então, num processo que, quando concluído, já deixou para trás o estado de língua do port. arcaico,

a eliminação da variação do lexema que opunha a primeira pessoa do presente do indicativo e todas as pessoas do presente do conjuntivo aos restantes tempos do perfeito e do não-perfeito. Em consequência dessa alteração, verifica-se a regularização dos paradigmas verbais. (Maia 1995:26)

Note-se todavia que o verbo ‘arder’, que Maia cita, não tinha o perfeito igual ao paradigma principal (o correspondente ao infinitivo), pois o radical etimológico do perfeito desse verbo era *ars-*: *arsi* = ‘ardi’, *arseste* = ‘ardeste’, *arsera* = ‘ardera’, etc. (v. p. ex. Nunes 1919 (1960:323)).

Os verbos irregulares, tomados em sentido geral, apresentam ainda outro interesse no âmbito do assunto que nos ocupa: sendo uma das áreas mais difíceis da língua, em que as excepções — que necessitam de plena aquisição lexical, pois não se podem tirar lições das regras do idioma — são o *facto actuante*, será interessante ver como os textos de uma zona de colonização linguística os representavam.

Assim, passamos a ver os principais verbos irregulares que figuram no nosso *corpus*.⁸¹⁸

⁸¹⁸ Esclarecimento da expressão “principais”: devido às imensas particularidades da irregularidade verbal no português (tanto numa visão sincrónica como diacrónica), um estudo totalmente abrangente dessa mesma irregularidade exigiria uma “teoria” geral da conjugação verbal do nosso *corpus* e do port. antigo e moderno em geral, com as necessárias referências aos dialectos; com tantas excepções e opacidades que se verificam nessa área da língua, e com a falta de dados que ainda se faz sentir para todas as épocas, é esse um estudo que não pode ser levado a cabo com o necessário rigor neste trabalho. Assim, não se tenta seguidamente essa “teoria” e, após análise das formas que surgem no *corpus*, foi considerado tratarem-se apenas os verbos que não se cinjam às seguintes questões (as quais podem ser consideradas tanto isolada como cumulativamente): (i) putativa existência, na sua conjugação, de um particípio passado irregular (relembro a esse respeito que os particípios foram já tratados neste trabalho, em 2.2); (ii) putativa existência, em certas formas, de apócope vocálica a seguir às consoantes que podiam travar sílaba (há demasiadas falhas na literatura a propósito deste assunto; todavia, exemplos fáceis de dar do mesmo, que figuram respectivamente em Nunes 1919 (1960:322 e 337), são os verbos: ‘amparar’, que fazia a 3.ª pessoa do conjuntivo *ampar*, ou o verbo ‘guarir’, que fazia o futuro do indicativo *guarrei*, *guarrás*, etc.); (iii) fechamento, por metafonía, das vogais tónicas *e* e *o* abertos do radical (e.g. o verbo ‘verter’, que apenas releva para a questão da divergência ‘v[e]rto’~‘v[ɛ]rtes’, etc.; é esta uma questão que respeita apenas a verbos integrados na 2.ª conjugação). Como é sabido, não são estas as principais questões oferecidas pelo panorama da irregularidade verbal no português; no caso da terceira, a irregularidade é mesmo aparente, pois a evolução metafónica tem por base regras fonéticas, e as grafias, necessariamente — pois não distinguem entre *e* ou *o* abertos e fechados —, não deixam, por norma, transparecer o fenómeno.

Algumas formalidades que serão seguidas: 1- Na citação de formas de base participial, distingo apenas aquelas que surgem em contexto nominal, i.e. não distingo as que surgem em contexto verbal das que surgem em contexto adjectival; isto porque é por vezes difícil, se não virtualmente impossível, fazer uma distinção exacta desses dois tipos de uso — quer do ponto de vista do linguista quer do ponto de vista do falante. — Igualmente, as formas de base participial, uma vez que já foram alvo de tratamento sistemático neste trabalho, merecerão comentário apenas em casos que interessem estritamente para o que nos ocupa neste sub-capítulo. — Não considero aqui eventuais formas participiais “truncadas”, nem formas adjectivais ou substantivais correlatas (i.e. do tipo *salvo*, etc.).

2- As formas de infinitivo e de presente do conjuntivo, surjam ou não em contexto de imperativo, vão citadas apenas como tal. Igualmente todas as formas de infinitivo, flexionado ou não-flexionado, vão citadas apenas como infinitivo.

3- Só são feitos comentários a respeito de verbos que apresentem formas de interesse para o confronto de estados de língua antigo / moderno que nos ocupa aqui; para os que não apresentam formas desse tipo, apenas apresento a relação das ocorrências no *corpus*.

a) Verbos derivados do sufixo incoativo latino -(E)SCĒRE (ou já do seu representante português, -(e)cer).

Dispomos no *corpus* das formas que se sistematizam a seguir.

Formas do presente do conjuntivo ou da 1.ª pessoa do presente do indicativo:

1. ‘aparecer / parecer’: “paresca” (61, A. Clemente, 1333).
2. ‘conhecer’: “Conoscam” (texto 5, P. Moniz, 1290), “Conhoscam” (23, P. (E)Anes, 1301), “Conhosco” (85, D. Miguens, 1361).
3. ‘des(a)gradecer’: “desgradescã” (57, A. Clemente, 1333).

Outras formas:

1. ‘acaecer’: “acaçceu” (24, P. (E)Anes, 1302), “aqueecerõ” (33, E. Peres, 1312), “aquéeçer” (id.), “aquéeçesse” (id.), “aquéeçerõ” (id.), “aqéeçeo” (35, F. Soares, 1319), “aquaeçerã” (39, A. Domingues, 1327), “acaecerã” (40, id., 1328), “acaecerã” (44, id., 1333), “acaecerã” (52, id., 1343), “acaecerã” (54, id., 1350), “aqueecerõ” (66, A. Clemente, 1338), “daqueecer⁺” (id.), “aquaeecerom” (71, id., 1351), “aqueecerõ” (72, id., 1354), “aquaeecerom” (78, id., 1363), “Acaeçeu⁺” (79, M. Jordão, 1333), “acaecerõ” (81, G. Esteves, 1351), “aqueecerõ⁺” (94, G. Martins, 1376), “aqueceessem^{+ 819}” (id.), “daqueecer⁺” (id.), “aqueceessem^{+ 820}” (id.), “daqueecer⁺” (id.).
2. ‘acontecer’: “açonteçerõ” (99, A. Anes, 1397).
3. ‘aparecer / parecer’: “pareçeu” 2x (71, A. Clemente, 1351), “Pariçia” (id.), “páriçia” (75, id., 1359), “pareçya” 3x (83, D. Miguens, 1355), “<a>Pareçya” (89, id., 1366).
4. ‘conhecer’: “conhoçemos” (29, E. Peres, 1311), “conhoçerã” (34, F. Soares, 1317), “conhociã” (id.), “conhoçendo” (57, A. Clemente, 1333).
5. ‘obedecer’: “obidiçente” (20, P. (E)Anes, 1299), “obydiête” (60, A. Clemente, 1333).
6. ‘pertencer’: “pertêçyã” (75, A. Clemente, 1359), “perteeçem” (78, A. Clemente, 1363), “Pertêçyã” (83, D. Miguens, 1355), “Pertêçe” (id.), “pertêçẽ” (87, id., 1363), “Pertêçẽ” 2x (88, id.), “perçe” (91, A. Peres, 1359).
7. ‘recrescer’: “Recreçessem” (71, A. Clemente, 1359), “Recreçer” (id.).
8. ‘remanescer’: “reméeçeu” (1, D. Viegas, 1274), “remaeceu” (3, P. Moniz, 1285), “Remeçer” (99, A. Anes, 1397).
9. ‘soestabelecer’: “so Estabeleçudos” (contexto nominal; 89, D. Miguens, 1366), “soestabelleçer” (96, J. (E)Anes, 1377), “soestabelleçudos” (contexto nominal; id.).

Há ainda a considerar aqui o verbo ‘jazer’ (< JACĒRE), que, por analogia com os verbos derivados de -ESCĒRE ou (como admite, a par da citada hipótese, Huber 1933

4- As formas de confusão entre o perfeito e o mais-que-perfeito na 3.ª pessoa do plural vão citadas apenas tendo em conta a sua forma, i.e. *foram* é sempre colocado no lote dos mais-que-perfeitos e *forom* no lote dos perfeitos; para um tratamento do referido fenómeno, remeto para o §2 do ponto 1.7. **Terminações nasais** (i.e. onde nesse ponto se trata a convergência das terminações -õ, -ã, -ão).

⁸¹⁹ Três abreviaturas não desenvolvidas, todas traços de significação geral; apenas o “a” não está coberto.

⁸²⁰ Duas abreviaturas não desenvolvidas, ambas traços de significação geral: o primeiro sobre “quec” e o segundo feito na continuação da última perna do “m” (abrangendo desse modo o segmento “em”).

(2006:219)) por influxo de *nacer* = ‘nascer’, adoptou no presente do indicativo e no presente do conjuntivo, a par da conjugação etimológica, um paradigma igual ao dos referidos verbos: *jasco, jasca, jascas*, etc. (a par de *jaço, jaca, jacas*, etc.). No perfeito também havia um radical destacado: o (já de si irregular) etimológico *jou(ue)* < JACU(Ī) foi substituído por *jouv(e)*, aparentemente por analogia com *houve*. Tudo isto a par do futuro *jarei, jarás*, etc. (convivendo com *jazerei, jazerás*, etc.); cf. a respeito do verbo ‘jazer’ Nunes 1919 (1960:326-327), Huber 1933 (2006:passim), Williams 1938 (1961:231) e Piel 1944 (1989:passim), com informações que se complementam.

No nosso *corpus*, não encontramos lições para qualquer desses pontos, pois apenas se encontram formas do gerúndio e da 3.^a e da 6.^a pessoas do presente do indicativo: “yas” (39, A. Domingues, 1327), “yaz” (51, id., 1342), “yaz” (54, id., 1350), “iaz” (56, A. Clemente, 1332), “iaz” (65, id., 1336), “iazẽ” (id.), “iaz” (70, id., 1348), “iaz” (72, id., 1354), “iaz” (80, M. Anes, 1342), “jaz” (89, D. Miguens, 1366), “iaz” (id.), “iaz” 2x (90, id., 1368), “Jaz” (96, J. (E)Anes, 1377), “Jazendo” (99, A. Anes, 1397).

No que toca ao quadro geral dos dados (i.e. considerando todos os verbos), verifica-se portanto que, nas poucas ocorrências relevantes de que dispomos, se conservam sempre as formas etimológicas do presente — ou seja, as realizações integram-se plenamente no port. antigo.

Deveria esperar-se já a regularização que entretanto se veio a dar? ou, melhor, fuge o *corpus* à norma da época? A resposta será negativa, pois as formas do *corpus* não ultrapassam 1361; compare-se com Maia 1986 (1997:732), que nota, em textos galegos e portugueses, a conservação das formas etimológicas até ao séc. XV⁸²¹. Apenas no séc. XVI, num documento província da Corunha de 1516, encontra uma forma regularizada: “enpeça” (de ‘empecer’ < IMPEDISCĒRE).

Podemos ainda observar nos dados que, com excepção do caso “acaçceu”, do texto 24, o grupo originário -SC-, quando seguido de vogal palatal, se apresenta sempre com grafias que remetem transparentemente para o resultado normal em português: *-(e)cer*, com uma só consoante (as pronúncias com *-(e)scer*, i.e. com duas consoantes, são de origem erudita). Tanto o citado caso excepcional como a grafia geral dos verbos derivados de -(E)SCĒRE foram já tratados em **I. Fonética, 2.2**, §1-d (onde se trata do sistema de sibilantes não palatais).

b) Verbos em -ear e -iar.

Os verbos em *-ear* sofrem a inserção da semivogal palatal nas formas rizotónicas, advindo daí irregularidade no paradigma; eg. ‘cear’: *ceio, ceias, ceia*, mas *ceamos, ceais*, e ainda *ceiam*. Essa semivogal tem uma dependência histórica que se situa já no quadro do português: no final do port. antigo, os encontros vocálicos tónicos *eo, ea* (com o acento no *e*) sofreram a epêntese de [j], para formar tritongos e quebrar precisamente a sequência vogal + vogal, de que as línguas do mundo tendem a não gostar. Tratámos desse fenómeno no §1 de **I. Fonética, 1.9.3**, onde se viu que, no nosso *corpus*, ainda não se encontram atestações do fenómeno; assim, não há irregularidades a investigar nesse tipo de verbos.

O mesmo pode ser dito a respeito dos verbos em *-iar*, cuja irregularidade dependeria do mesmo fenómeno. Nesses verbos, contudo, a inserção de [j] é excepcional e surgiu por influxo dos verbos em *-ear*; influxo esse que só se pode ter dado quando o *e*

⁸²¹ Como é sabido, a regularização que ocorreu no português moderno também se deu no galego moderno. O espanhol não a sofreu, mas no leonês, confinante com a área inicial do galego-português, ela também ocorreu (v. p. ex. Piel 1944 (1989:225)).

átono em contacto com vogal tónica seguinte já se tinha elevado para *i*⁸²². Ou seja, quando os segmentos *-ear* e *-iar* se igualaram na pronúncia — em [i'ar] ou [j'ár] —, passou a poder existir confusão entre verbos com infinitivo terminado nesses segmentos. É por isso que, pelo menos na linguagem popular, se pode facilmente ouvir hoje em dia, (i) não só alguns verbos em *-iar* recebendo epêntese da semivogal, mas (ii) também alguns em *-ear* sem a mesma epêntese; qualquer falante da língua, de resto, já terá sentido, numa ou noutra ocasião, alguma dificuldade na conjugação desses verbos.

O primeiro tipo de influxo (*-ear* > *-iar*) foi aceite, em alguns verbos, pela norma literária (cf. uma lista para a actualidade em Cunha / Cintra 1984:421-423), mas o segundo (*-iar* > *-ear*) só tem hoje lugar assente na linguagem popular; são exemplos: (i) do primeiro tipo, ‘ansiar’, que faz *anseio* e não *ansio*, etc.; (ii) do segundo tipo, ‘nomear’, que Vasconcelos 1901 (1970:117) regista, sem indicação de localidade — pois dá o fenómeno como transversal à linguagem popular —, com a forma *nomia* = nomeia.

Em suma: o nosso *corpus* insere-se num estado de língua em que ainda não se pode verificar confusão, a respeito da inserção de epêntese de semivogal para desfazer os hiatos *eo,ea*, entre os verbos *-ear* e *-iar*. Não obstante, deixarei aqui citadas todas as lições de que dispomos para verbos desses tipos.

b-1) Em *-ear* há apenas lições para participios passados ou adjectivos correlatos:

1. ‘Mear’.

1) Em textos de A. Clemente, “mêyado” e “meyado”, 61 (1333), “meyado”, 77 (1363). — 2) No texto de A. Anes — 99, 1397 —, “meado” 2x.

O [j] que os casos de A. Clemente atestam está apenas de acordo com o étimo, que é *MEDIARE* ou já o português ‘meio’. A discrepância desses casos com os de A. Anes também não tem de revelar nada de significativo para a epêntese de glide em *eo,ea*; esses casos estão comentados no já citado §1 de **I. Fonética, 1.9.3**, onde se trata o referido traço.

2. ‘Nomear’.

1) “nomeados” nos textos 1 (D. Viegas, 1274) e 3 (P. Moniz, 1285). — 2) “nomeado” do texto 40 ao 44 e do 46 ao 54 (todos de A. Domingues, perfazendo a época 1328-1350). No texto 45, do mesmo tabelião e de 1334, surge “nomeada”, mas por erro: a expressão é “preço nomeada”, onde deveria estar o masculino. É nessa expressão, de resto, que surgem todos os casos de “nomeado” que se atestam em textos desse tabelião.

b-2) Em *-iar* há:

1. ‘Criar’.

Apenas se encontra o substantivo cognato ‘criado’: “criado”, 75 (A. Clemente, 1359); “criada”, 85 (D. Miguens, 1361); “Criada” 2x, 99 (A. Anes, 1397).

2. ‘Escambiar’.

⁸²² A respeito desse fenómeno, de que dispomos de algumas atestações no *corpus*, cf. atrás o §2 da vogal *e*.

1.^a pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo: “Escanbhey”, 77 (A. Clemente, 1363).

3. ‘Renunciar’.

1) Textos de A. Clemente: 1.^a pessoa do singular do presente do indicativo: “rrenuço”, 57 (1333); 3.^a pessoa do singular e 3.^a pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo: “rrenuçyou”, “rrenuçyarõ”, 60 (1333). — 2) Texto de M. Anes: 80, 1342: 1.^a pessoa do plural “Renuçamos”.

A ausência de *i* a seguir à sibilante em certas formas e a ausência de nasalidade no *u* não representam nenhum facto estranho e foram já tratadas no §3 da vogal *i*.

c) Outros verbos.

c-1) 1.^a Conjugação.⁸²³

1. ‘Dar’.

Verbo ‘dar’					
Tabelião	Infinitivos	Presente do Indicativo			
		P1	P3	P4	P6
J. Domingues	“dar”, 2 (1283)				
P. (E)Anes	“dar”, 11 (1294), 20 (1299) “dardes”, 20 (1299)	“dou”, 20 (1299)		“Damos”, 23 (1301)	
F. Soares	“dar”, 36 (1320), 37 (1325), “darr”, 38 (id.)			“damoss” 2x, 35 (1319)	
A. Domingues				“damoss”, 39 (1327)	
P. Gonçalves	“dar”, 55 (1331)				
A. Clemente	“dar”, 56 (1332), 58, 60, 62, 70, 75 (1359)	“dou”, 57 (3x; 1333), 59, 70 (3x), 77 (1363)		“damos”, “damos”, 65 (1336); “damos”, “damos”, “damos” 2x, 66 (1338); “damos”, 70 (1348)	“dam”, 75 (1359)
M. Anes				“damos”, 80 (1342)	
D. Miguens	“dar”, 83 (1355), 85 (2x; 1361), 89 (1366)		“da”, 89 (1366)		
J. (E)Anes		“dou”, 96 (1377)			
V. Clemente	“dar”, 98 (1386)				

⁸²³ O verbo ‘dobrar’ surge várias vezes na *corpus* com “u” no radical, tanto tónico como átono, mas isso não respeita à questão da irregularidade verbal; esse facto está tratado atrás nos §§ 1 e 4-3 da vogal *o*. (Lembre-se a esse respeito que a metafoia verbal — i.e. o fechamento da vogal tónica do radical por assimilação a vogal ou semivogal seguinte — só se deu nos verbos da 2.^a e da 3.^a conjugação; assim temos, p. ex., c[‘o]mo ~ c[‘o]mes, etc., e d[‘u]rmo ~ d[‘o]rmes, etc., vs. l[‘ε]vo = l[‘ε]vas, etc..)

Tabelião	Presente do Conjuntivo		Condicional, P3	Pretérito Imperfeito do Indicativo, P3
	P3	P6		
P. (E)Anes	“de” 3x, 20 (1299)			
A. Clemente		“denos” (i.e. ‘dêem-nos’), “denlha” (i.e. ‘dêem-lha’), “dem” 3x, 77 (1363)	“daria”, 71 (1351)	“daua”, 56 (1332)
G. Esteves	“de”, 81 (1351)			
J. (E)Anes		“dê”, 96 (1377)		
A. Anes	“de”, 99 (1397)	“dem” 2x, 99 (1397)		
Tabelião	Pretérito Imperfeito do Conjuntivo			
	P1	P3	P6	
E. Peres			“desen”, 33 (1312)	
F. Soares	“dese”, 34 (1317)		“desê”, 34 (1317)	
A. Clemente	“desse”, 73 (1354), 74 (id.)	“desse”, 73 (2x; 1354), 75 (2x; 1359)	“dessem” 2x, 71 (1351)	
D. Miguens	“dese” 2x, “desse”, 83 (1355); “desse”, 85 (1361)		“desê”, “dessê” 2x, 83 (1355)	
Tabelião	Pretérito Perfeito do Indicativo			
	P1	P3 ⁸²⁴	P4	P6
P. Moniz				“derô” 2x, 3 (1285)
P. (E)Anes		“deu”, 20 (1299), 22 (id.)		
E. Peres			“demos”, 29 (1311)	
F. Soares	“dey”, 34 (1317)			
A. Clemente		“deu” 2x, 71 (1351)	“demos”, 66 (1338)	
J. (E)Anes	“dej” 2x, “dei” 2x, “dej”, 96 (1377)			
V. Clemente		“deu”, 98 (1386)		
A. Anes	“dey”, 99 (1397)	“deu”, 99 (1397)		
Tabelião	Futuro do Conjuntivo, P3		Particípio Passado	
P. (E)Anes	“der”, 20 (1299)			
E. Peres			“dado”, 33 (1312)	
A. Clemente			“dado”, 70 (1348) “dados”, 75 (1359), 77 (1363) “dadas” 2x, 75 (1359)	
D. Miguens			“dadas”, 85 (1361) “dado”, 86 (1363)	

As formas da P6 do pres. conj., de acordo com o étimo (lat. DENT), têm sempre apenas um e, e não os dois da linguagem actual (‘dêem’); é essa a forma da época, tendo-se o

⁸²⁴ Para além das formas a seguir notadas, há o pret. perf. ind., P3, etimológico no nome ‘Deus-o-deu’ / ‘Deulodeu’ nas seguintes formas: “Deuss lo deu”, texto 37 (F. Soares, 1325); “deulodeu”, 41 (A. Domingues, 1328).

segundo *e* desenvolvido depois por analogia com a restante conjugação do pres. conj. desse verbo e com formas de outros verbos em que havia um segundo *e* etimológico (e.g. ‘crêem’, de ‘crer’). Cf. Williams 1938 (1961:226&179), Vasconcelos 1911 (1966:88)).

2. ‘Estar’.

Verbo ‘estar’					
Tabelião	Presente do Indicativo		Pret. Imp. Ind., P3	Pret. Imp. Conj., P6	Gerúndio
	P3	P6			
A. Domingues	“esta”, 54 (1350)				
A. Clemente	“esta”, 63 (1335), 70, 76, 77 (1363)		“estaua”, 75 (1359)	“esteuesem”, 75 (1359)	“Estando”, 73 (1354), 74 (1354)
D. Miguens	“esta”, 84 (1357)			“esteuesê”, 83	
G. Martins		“stã”, 93 (1376); “stã”, “stam”, 94 (1376)			
J. (E)Anes		“estã”, 96 (1377)			
V. Clemente	“esta”, 97 (1386), 98 (id.)				
A. Anes		“estam”, 99 (1397)			

Encontra-se ainda o substantivo ‘estado’ no texto 83 (D. Miguens, 1355): “... dysse A mĩ Domjgos mlgêz Tabyõ qe Pressente ssya qe dese o **Estado** Ao dicto Comêdador ...”.

Há a comentar nestes dados:

(i) Pode observar-se, nas duas formas do imperfeito do conjuntivo de que dispomos, que o *e* do radical ainda não tinha sofrido, não só nesse tempo como em todos os derivados do Perfectum latino, a acção analógica da P1 do pretérito perfeito (i.e. ‘estive’; as pessoas verbais que sofreram o influxo da primeira foram: todas com a excepção da terceira no pret. perf.; todas nos tempos afins). Não se pronunciava ainda *estivesse*, *estiveste*, *estivera*, etc., mas mantinham-se as realizações derivadas das normais leis fonéticas: ‘estevesse’, ‘esteveste’, ‘estevera’, etc.. É este, como se vê nos textos da época, o pleno estado de língua contemporâneo do *corpus*; cf. o que a esse respeito é dito nos comentários ao verbo ‘fazer’ a seguir, com as referências aí citadas. Para referências específicas sobre a conjugação antiga do verbo ‘estar’, vejam-se, entre outros, Nunes 1919 (1960:322) e a documentação de Maia 1986 (1997:784-788).

(ii) Também de acordo com a língua da época, vemos, através das formas do imperfeito do conjuntivo, que os derivados do Perfectum se realizavam normalmente como *este(i)v-*, e não *este(i)d-*, que seria a evolução normal do étimo: STĒT-. Formas directamente evolucionadas do perfeito latino estão registadas, apenas em algumas flexões, para a época (cf. Nunes cit., Huber 1933 (2006: 247), Williams 1938 (1961:228), Piel 1944 (1989:231-232)); já então a conjugação normal do perfeito e tempos afins de

‘estar’ tinha o mesmo radical de hoje, que terá vindo por analogia de ‘ter’—‘tiv-’ (Piel 1944 (1989:231)).

c-2) 2.^a Conjugação.⁸²⁵

1. ‘(A)prazer’.

Verbo ‘(a)prazer’		
Tabelião	Futuro do Conjuntivo, P3	Pretérito Perfeito do Indicativo, P3
D. Viegas		“plougue”, 1 (1274)
P. Moniz		“aprougue”, 3 (1285); “aprougue”, 4 (1287), 5 (1290), 6 (1292), 7 (id.)
P. Gonçalves		“Aprouge”, 55 (1331)
M. Anes	“aprouger”, 80 (1342)	

Os dois tempos apresentam as formas mais arcaicas, que eram as derivadas imediatas do tema do Perfectum latino: PLACU(I); a forma que temos hoje, *prouv-*, “deve ter-se formado, como *jouve*, *trouve*, por analogia com *ouve* [i.e. o perf. de ‘haver’]” (Huber 1933 (2006:246). Huber (*id.*) nota essa forma somente a partir do séc. XIV.

Nos dados de Maia 1986 (1997:805-806), podemos vê-la já no XIII, mas apenas em documentos galegos e de forma esporádica; em docs. portugueses, só surge no XV. Para além disso, tanto em docs. galegos como portugueses *prougu-* é a forma dominante até esse século; no XV o verbo não surge em doc. galegos, ao contrário dos portugueses, e, se bem que em regime excepcional, está atestada a forma *prougu-* (1448, forma “prouger” em documento da Maia (Douro Litoral)). Nos *Diálogos de S. Gregório* (séc. XIV), Silva 1989:374 também apenas nota *prougu-*.

Não é, portanto, um facto estranho que no nosso *corpus*, em dados que não passam de 1342, só se note *prougu-*.

2. ‘Benzer’.

Apenas se encontram formas deste verbo em antropónimos derivados do participio passado, em formas que correspondem ao nome próprio actual ‘Bento’ e ao patronímico ‘Bentes’: 1) Docs. do tabelião P. Moniz: “Beyto”, 4 (1287), “Beito”, 6 (1292). “beitiz”, 5 (1290). — 2) P. (E)Anes: “beytiz”, 25 (1304). — 3) E. Peres: “beeytíz”, 32 (1311); “béeytiz”, 33 (1312). — 4) A. Domingues: “Béénto”, 44 (1333), 53 (1349). “bééntíjz”, 53 (1349). — 5) A. Clemente: “bêeto”, 56 (1332), 62 (1334).

O étimo por detrás de ambos os tipos de forma é o lat. BENEDĬCTU-, representando os casos do *corpus*, meramente, as evoluções que a linguagem da época sofreu a respeito (Williams 1938 (1961:222-223 & 94), etc.).

3. ‘Caber’.

Dispomos apenas de duas formas: o infinitivo “caber”, no texto 33 (E. Peres, 1312) e a 3.^a pessoa do presente do conjuntivo “caba”, no 20 (P. (E)Anes, 1299).

⁸²⁵ Incluem-se aqui o verbo ‘pôr’ e derivados, que têm na origem o latino PONĒRE e o antigo português *põer* / *poer*.

Esta última, que está pelo etimológico CAPIAT > *cábia* (forma antiga) > *caiba* (a forma que vingou, que aparece já na língua antiga), é analógica do infinitivo. Facilmente podemos ouvir hoje esse tipo de processo na linguagem popular ⁸²⁶, não sendo de estranhar que também se registre na língua antiga — pois o problema é o mesmo, e respeita aos *fundamentais* da linguagem. Trata-se de uma exceção que não pode ser depreendida, tem de ser aprendida (ou seja, para o efeito da flexão não é regular, tem de derivar do nível lexical) e, mesmo depois de aprendida, pode ser *deitada fora*, em benefício da economia do sistema.

Para o análogo verbo ‘saber’, o radical *sab-*, no presente do conjuntivo, já foi copiosamente registado em textos medievais galegos e portugueses: cf. o que Maia 1986 (1997:811), que também o assinala no seu *corpus*, refere sobre isso. ⁸²⁷ No nosso *corpus*, contudo, não registamos esse tipo de processo no verbo ‘saber’ (cf. para a flexão desse verbo adiante o ponto 15).

4. ‘Crer’.

“creendo”, gerúndio, texto 71 (A. Clemente, 1351).

5. ‘Dizer’, ‘contradizer’, ‘condizer’ ⁸²⁸.

Verbos ‘dizer’, ‘contradizer’, ‘condizer’					
Tabelião	Infinitivo	Gerúndio	Presente do Indicativo		
			P3	P4	P6
P. Moniz					“dizê”, sempre do 4 (1287) ao 7 (1292)
F. Soares		“dizêdo”, 34 (1317)			
A. Clemente	“contra dizer”, 65 (1336) “dizer”, 71 (1351)	“dizêdo”, 71 (1351)	“diz”, 77 (1363)		“dizê”, 75 (1359)
D. Miguens	“dizer” 2x, 89 (1366)		“diz ⁺ ”, 90 (1368)	“dizemos”, 90 (1368)	
G. Martins			“dyz ⁺ ”, 93 (1376)		
V. Clemente			“djz ⁺ ”, 97		

⁸²⁶ Cf. (i) para a região aqui em estudo, o que se disse atrás no **Capítulo I, Secção B, II. Morfo-Sintaxe, 3. Verbos**, §11-g, onde se indica a existência do processo nos verbos ‘caber’ e ‘saber’ (que tem um paradigma semelhante àquele); (ii) para outras regiões, p. ex. “cábom” = ‘caibam’ registado em Cabanas da Conceição (Tavira, Algarve) por Vasconcelos 1896c:329, “cabo” = ‘caibo’ registado em Trancoso (Guarda, Beira Alta) por Santos 1899:171.

⁸²⁷ Outro exemplo, que Maia não poderia conhecer, se pode acrescentar em texto do séc. XIII: “...el rey de seu offiço **sabba** uerdade...”, registado por Ferreira 1987:432 (abonação na p. 302, l. 1066). Coloca-se, naturalmente, a questão de o duplo “bb” não ser leitura incorrecta de “bh”, em que o iode estaria representado, como era corrente, por <h> (letra com uma grafia, genericamente, próxima de); mas o A. encontra no texto, para o mesmo tempo, uma grande multiplicidade de grafias, entre as quais se incluem “sabbia” e várias de “bh” seguidas de representação explícita do iode: cf. o vol. II, p. 260, s.v. «saber».

⁸²⁸ Este verbo só surge nos dados como adjectivo derivado do particípio passado.

			(1386)		
Tabelião	Presente do Conjuntivo, P3	Condicional, P3	Pretérito Imperfeito do Indicativo		
			P3	P6	
E. Peres			“dizía”, “dizya”, 33 (1312)		
A. Clemente	“diga” 2x, 77 (1363)		“dizia”, 71 (1351), 75 (2x; 1359)	“dizyã” 2x, 71 (1351)	
D. Miguens		“diria”, 89 (1366)			
Tabelião	Pret. Perf. Ind., P3	Pret. Mais-que-perf. Ind., P3	Futuro do Conjuntivo		
			P3	P6	
F. Soares	“dise” 2x, 34 (1317)				
A. Clemente	“disse” 3x, 75 (1359)	“dissera”, 71 (1351)	“disef”, 77 (1363)		
D. Miguens	“dise”, “dysse”, “disse”, 83 (1355)				
J. (E)Anes				“djserẽ”, “djsserẽ”, 96 (1377)	
A. Anes				“djsserem” 2x, 99 (1397)	
Tabelião	Particípio Passado / correlatos ⁸²⁹				
D. Viegas	“dito” ⁸³⁰ , “ditos”, 1 (1274)				
P. Moniz	“dicta”, 4 (1287); “dita”, 6 (1292)				
P. (E)Anes	“dito” ⁺ , 22 (1299), 24 (1302)				
E. Peres	“ditos”, 26 (1306), 33 (4x; 1312). “dito”, 27 (1307), 28, 33 (16x; 1312). “dita”, 28 (1308), 29, 31, 33 (6x; 1312). “ditas”, 33 (2x; 1312) “côditos”, 33 (1312)				
F. Soares	“dita”, 34 (1317), 35, 36 (2x), 37 (2x), 38 (1325). “ditos” ⁺ , “ditos”, 34 (1317); “ditoss” 3x, 35 (1319), “ditos”, 36 (1320). “dito”, 34 (3x; 1317), 35, 37, 38 (2x; 1325)				
A. Domingues	“dita”, sempre do 39 (1327) ao 54 (1350) ⁸³¹ . “ditos”, 39 (2x; 1327), 40, 41, 42, 43 (3x), 44 (3x), 47 (3x), 48 (2x), 49 (2x), 52 (3x), 53 (2x), 54 (5x; 1350). “ditas”, 39 (1327), 41, 44, 45, 52, 53, 54 (1350). “dito”, 40 (3x; 1328), 42 (2x),				

⁸²⁹ As expressões fixas ‘suso dita’, ‘sobredita’ apenas são discriminadas como tal quando os dois componentes surgem sem separação gráfica no ms.. I. é, se há no ms. “sobre dita”, fica na tabela apenas “dita”; se há “sobredita”, fica “sobredita” na tabela. Quando há uma translineação a separar as duas palavras (i.e. “sobre / dita”), elas são consideradas como separadas — que é a grafia, de longe, normal das referidas expressões.

⁸³⁰ Em contexto aparentemente nominal: “... Agades uos essa uêda assj cõmo é de suso o **dito** pera todo tẽpo ...”.

⁸³¹ Um total de 66 ocorrências, com a seguinte relação de frequência: 39, 5x; 40, 1x; 41, 5x; 42, 4x; 43, 4x; 44, 4x; 45, 3x; 46, 8x; 47, 6x; 48, 5x; 49, 2x; 50, 3x; 51, 5x; 52, 4x; 53, 4x; 54, 3x.

	43, 45 (6x), 49, 50 (2x), 51 (2x), 54 (2x; 1350)
P. Gonçalves	“dito”, “dita” 4x, 55 (1331)
A. Clemente	“dito” no 71 (1359) e “dito” nos 56 (3x; 1332), 57 (1333), 58 (id.), 59 (id.), 60 (13x; id.), 61 (1333), 62 (1334), 63 (1335), 65 (7x; 1336), 66 (5x; 1338), 68 (2x; 1342), 70 (5x; 1348), 71 (28x, antes e depois do caso “dito” atrás citado; 1351), 72 (12x; 1354), 73 (6x; id.), 74 (1354), 75 (19x ⁸³² ; 1359), 76 (1360), 77 (2x; 1363), 78 (3x; id.). “dita”, 56 (2x; 1332), 57 (2x), 59 (2x), 60 (7x ⁸³³), 63, 66 (5x), 67, 68, 69 (3x), 70 (2x), 71 (16x), 72, 73 (5x), 74 (4x), 75, 77 (4x; 1363). “ditos”, 56 (1332), 57 (2x), 60 (8x), 64, 65 (2x), 66 (2x), 67, 70 (3x), 71 (8x), 72 (4x), 74, 77, 78 (2x; 1363). “ditas”, 58 (1333), 59, 66, 70, 71 (6x)
M. Jordão	“dito” 3x, “dita” 2x (uma das quais em segmento reconstruído), 79 (1333)
M. Anes	“dita” 12x, “ditos” 4x, “dito”, 80 (1342)
G. Esteves	“dito”, 81 (7x; 1351), 82 (4x; 1358). “dita”, 81 (4x; 1351), 82 (5x; 1358). “ditos” 4x, 81 (1351)
D. Miguens	“dita” no 84 (1357) e “dicta” nos 83 (9x; 1355), 84 (2x, sempre depois do caso atrás citado; 1357), 85 (3x; 1361), 86 (6x; 1363), 87 (5x; id.), 88 (2x; id.), 89 (14x; 1366). 90 (3x; 1368). “dicto”, 83 (20x; 1355), 85 (4x), 87 (4x), 88 (2x), 89 (6x; 1366). “dictas”, 83 (2x; 1355), 85 (1x), 87 (1x), 89 (2x; 1366). “dictos”, 83 (3x; 1355), 84 (2x), 87 (3x), 88 (5x), 89, 90 (3x; 1368)
A. Peres	“ditos” 3x, “dita” 3x, 91 (1359)
V. Domingues	“dita ⁺ ”, “dicta”, “djta ⁺ ”, “dita ⁺ ” 2x, “dicta” 2x, “dita ⁺ ”, 92 (1366)
G. Martins	“dytos ⁺ ”, 93 (1376); “dytos” 4x, 94 (1376). “dyto ⁺ ” 3x, 93 (1376); “dyto” 4x, “dyto”, 94 (1376); “dyto ⁺ ” 3x, 95 (1376). “dytas”, 93 (1376); “dytas”, 94 (1376); “dytas ⁺ ”, 95 (1376). “dyta ⁺ ” 2x, 93 (1376); “dyta” 5x, 94 (1376); “dyta ⁺ ” 2x, 95 (1376)
J. (E)Anes	“dita” 6x, “ditos”, “dito” 9x, “ditas” 3x, 96 (1377)
V. Clemente	“dita”, 97 (11x; 1386), 98 (10x; id.). “dito”, 97 (2x; 1386), 98 (7x; id.). “ditos”, 97 (2x; 1386), 98 (1386)
A. Anes	“dita” 3x, 99 (1397)

Não se encontra nos dados a variante *dix-*, que tem sido registada, em regime secundário, na língua antiga para o perfeito e tempos afins (v. p. ex. Maia 1986 (1997:781-782), Nunes 1919 (1960:325), Michaelis 1920:29-30). Essa variante, com a sibilante palatalizada pelo contacto com as duas vogais palatais, sobreviveu até à época contemporânea, sobretudo no Norte e Centro (Vasconcelos 1901 (1970:115), Nunes 1919 (1960:325,n.1)), e parece ter sido variante dialectal também já no port. antigo (Silva 2008,I:419). Seria traço de cariz setentrional, à semelhança do fenómeno geral de palatalização de sibilante por contacto com vogal palatal ainda hoje (Vasconcelos 1901 (1970:98)⁸³⁴).

O nosso *corpus* parece, portanto, ter um carácter meridional — ou, melhor, não-setentrional.

6. ‘Doer’.

⁸³² Um dos casos foi reconstruído pela transcrição: “[dito]”.

⁸³³ Num dos casos, “ssobredita”.

⁸³⁴ Por lapso, o A. cita entre os exemplos do fenómeno, cuja área refere apenas como “o Norte”, a forma “dixe = disse”, posto que, como já foi citado, note *dix-* (com os exs.: *dixe*, *dixera*, *dixesse*) para o Norte e Centro a p. 115.

Só se encontra no *corpus* o adjectivo, correlato do particípio presente (que ainda se usava na fase mais antiga da língua, como ficou visto no §3 de 2.2), “doente”, no texto 99 (A. Anes, 1397).

7. ‘Fazer’, ‘desfazer’.

Verbos ‘fazer’, ‘desfazer’					
Tabelião	Infinitivo	Gerúndio	Presente do Indicativo		
			P1	P3	P4
D. Viegas	“facer”, “façer”, 1 (1274)				“ffaçemos”, 1 (1274)
J. Domingues					“ff[azemos]”
P. Moniz	“fazer”, 5 (1290)		“faço”, 4 (1287), 6 (1292)		“fazemos”, 3 (1285), 5, 7 (1292)
P. (E)Anes	“fazerdes”, 11 (1294) “fazer” ou “ffazer”, 22 (1299), 23, 24 (1302) “desfazer”, 16 (1298)				
E. Peres	“desffazer”, 29 (1311)				
A. Domingues	“ffazer” ou “fazer”, 40 (1328), 41 (id.), 42 (1329), 43 (1332), 44 (1333), 45 (1334), 46 (1335), 47 (id.), 48 (1336); “ffazer”, 49 (1339); “ffazer” ou “fazer”, 50 (1342), 51 (id.), 52 (1343), 53 (1349), 54 (1350) “dessffazer” ou “desfazer” ou “desffazer”, sempre do 39 (1327) ao 54		“ffaço”, 40 (1328), 41, 42, 45, 46, 50, 51 (1342)		“ffazemoss” ou “ffazemos”, 39 (1327), 43, 44, 47, 48, 49, 52, 53, 54 (1350)
P. Gonçalves	“ffazer” 2x, 55 (1331)				
A. Clemente	“ffazer”, 57 (3x; 1333), 58, 65, 71 (2x), 75, 77, 78 (1363) “ffazerdes”, 59 (1333), 68 (1342) “ffazerê”, 70 (1348),	“ffazêdo”, 57 (1333)	“ffaço”, 57 (1333), 77 (1363)	“ffaz”, 61 (1333), 77 (1363)	
M. Jordão					“ffazemos”, 79 (1333)
M. Anes	“ffazer”, 80 (1342)				
G. Esteves	“ffazermos”, 81				“ffazemos”, 81

	(1351)				(1351), 82 (1358)
D. Miguens	“ffazer”, “ffazer”, 83 (1355); “ffazer” ou “fazer”, 86 (1363), 87 (id.), 89 (2x; 1366) “desfazer”, 84 (1357); “desfazer”, 86 (1363), 87 (id.), 88 (id.), 89 (1366), 90 (1368)				
A. Peres	“fazer”, “fozer”, 91 (1359)				
V. Domingues	“dessffazer”, 92 (1366)				
G. Martins	“ffazer ^{+ 835} ”, 93 (1376); “ffazer”, 2x, 94 (1376); “ffazer ^{+ 836} ”, 95 (1376) “desffazer ^{+ 837} ”, 93 (1376); “desffazer ^{+ 838} ”, 95 (1376)				
J. (E)Anes			“faço” 3x, 96 (1377)		
V. Clemente	“fazer”, 98 (1386)				“fazemos”, 97 (1386); “fazemos”, 98 (1386)
A. Anes			“ffaço”, 99 (1397)		
Tabelião	Presente do Conjuntivo				Condicional, P3
	P3	P4	P5	P6	
E. Peres					“ffarya”, 33 (1312)
F. Soares				“ffaça”, 35 (1319)	
A. Clemente	“ffaça”, 70 (1348), 77 (2x ⁸³⁹ ; 1363)			“ffaça”, 77 (1363)	“ffaria”, 71 (1351)
M. Anes			“ffaçades”, 80 (1342)		
D. Miguens	“faça”, 87 (1363), 89 (1366)		“façades”, 90 (1368)		“farya”, 89 (1366)
V. Clemente		“façamos”, 98 (1386)			
A. Anes	“ffaça” 4x, 99 (1397)				

⁸³⁵ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *er*/etc. (por cima de “ze”).

⁸³⁶ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *er*/etc. (por cima de “zer”).

⁸³⁷ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *er*/etc. (por cima do “z”).

⁸³⁸ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *er*/etc. (por cima de “zer”).

⁸³⁹ Na primeira ocorrência, “ffaçame”, com o clítico junto no ms..

Tabelião	Pretérito Imperfeito do Indicativo, P3	Pretérito Imperfeito do Conjuntivo			
		P1	P3	P6	
E. Peres		“fhezessende” ⁸⁴⁰ , 33 (1312)			
A. Clemente	“ffazia” 2x, 71 (1351)	“fhezesse”, 61 (1333)	“fhezesse”, 60 (1333), 66, 71, 75 (2x; 1359)	“fhezessem” ou “fhezese”, 60 (1333), 71, 75 (1359)	
Tabelião	Pretérito Perfeito do Indicativo				Pret. Mais-que-perf. Ind., P3
	P1	P3	P4	P6	
P. Moniz	“fizj”, 3 (1285); “fiz”, 4 (1287); “fizj” 2x, 5 (1290); “fiz”, 6 (1292), 7 (id.)				
F. Soares	“ffigj”, 35 (1319); “ffiz”, 36 (1320), 37 (1325), 38 (1325)		“fhezemoss”, 35 (1319)		“fhezera”, 34 (1317)
A. Domingues	“ffiz”, sempre do 39 (1327) ao 52 (1343) ⁸⁴¹ ; “ffjz”, 53 (1349), 54 (1350)				
P. Gonçalves	“ffiz”, 55 (1331)				
A. Clemente	“ffiz”, 60 (1333) e sempre do 62 (1334) ao 78 (1363)	“fhez”, 73 (1354), 75 (1359)		“fhezere”, 71 (1351), 74 (1354)	“fhezera” 2x, 71 (1351)
M. Jordão	“ffiz”, 79 (1333)				
M. Anes	“[ffiz]”, 80 (1342)				
G. Esteves	“ffiz”, 81 (1351), 82 (1358)				
D. Miguens	“ffiz”, 83 (1355), 84 (1357), 85 (1361); “ffiz ⁺ ”, 86 (1363); “ffiz”, 87 (1363), 88 (id.), 89 (1366); “fiz ⁺ ”, 90 (1368)	“fhez”, 83 (1355); “fez”, 89 (1366)			
A. Peres	“fiz”, 91 (1359)				
V. Domingues	“ffiz ⁺ ”, 92 (1366)				
G. Martins	“ffyz”, sempre do 93 (1376) ao 95 (id.)				
J. (E)Anes	“ffjz ⁺ ”, 96 (1377)	“fhez”, 96 (1377)			
V. Clemente	“ffjz”, 97 (1386), 98 (id.)				
A. Anes	“ffjz” 2x, 99 (1397)	“fhez” 2x, 99 (1397)			

⁸⁴⁰ I.e. ‘fizesse ende’.

⁸⁴¹ No 49, o caso ocorre duas vezes, mas uma delas inserido em segmento cancelado; no 51, parte do caso está reconstruído: “[ffiz]z”.

Tabelião	Futuro do Conjuntivo		Particípios / formas correlatas ⁸⁴²
	P3	P6	
D. Viegas			“ <u>feyto</u> ”, “ffeyta”, 1 (1274)
J. Domingues			“feita”, 2 (1283)
P. Moniz			“feyta” 2x, 3 (1285); “feita”, 4 (1287); “feita”, “f* ei <ei>ta” ⁸⁴³ , 5 (1290); “feita”, 6 (1292); “feita”, 7 (1292)
P. (E)Anes			(i) (Part. ou Adj.) “(f)feyta(s)”, sempre do 8 (1293) ao 23 ⁸⁴⁴ (1301) e no 25 (1304); (ii) (Nome) “(f)feyto”, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 17, 19, 20, 21, 22, 23 ⁸⁴⁵ , 25
E. Peres			“ffeyta”, 26 (1306); “ffeyta”, 27 (1307); “ffeyta”, 28 (1308), 29 (1311), 30 (1311), 31 (1311), 32 (1311); “ffeyto” 2x, 33 (1312)
F. Soares			“ffeyto”, 34 (1317); “ffeyta”, 35 (1319); “ffeyta”, 36 (1320); “ffeyta”, 37 (1325), 38 (1325)
A. Domingues			“ffeyta”, 39 (1327), 40 (1328), 41 (1328), 42 (1329); “ffeyta”, 43 (1332), 44 (1333), 45 (1334), 46 (1335), 47 (id.), 48 (1336), 49 (1339), 50 (1342), 51 (id.), 52 (1343), 53 (1349), 54 (1350)
P. Gonçalves			“feyta”, “ffeyto”, “feyta”, 55 (1331)
A. Clemente	“ffezer”, 77 (1363)	“ffezerê”, 61 (1333)	(i) (Part. ou Adj.) “ffeyta(s)” ou “ffeyto(s)”, sempre do 56 (1332) ao 72 (1354) e do 75 (1359) ao 78 (1363) ⁸⁴⁶ , (ii) (Nome) “de ffeyto”, 57 (1333); “de ffeyto”, 66 (1338); “ffeyto” 2x, 71 (1351), “ffeytos”, 75 (1359)
M. Jordão			“[ffeyta ...]”, 79 (1333)
M. Anes			“ffeyta”, 80 (1342)
G. Esteves			“ffeyta” 2x, 81 (1351); “ffeyta”, 82 (1358)
D. Miguens			(i) (Part. ou Adj.) “(f)fecto(s)” ou “(f)fecta”, sempre do 83 (1355) ao 90 (1368) ⁸⁴⁷ ; (ii) (Nome) “ffecto”, 83
A. Peres			“feitos”, “feita” 2x, 91 (1359)
V. Domingues			“ffecta”, 92 (1366)
G. Martins			“de ffeyto+ ⁸⁴⁸ ”, “ffeytos+ ⁸⁴⁹ ”, “de ffeyto”, “de ffeyto+ ⁸⁵⁰ ”, “ffecta”, 93 (1376); “ffeytos” 2x, “ffeyto”, “ffeyta”, 94 (1376); “ffeytos”, “ffeyta”, 95 (1376)
J. (E)Anes			“ffeyta”, 96 (1377)
V. Clemente			“(f)feyto” ou “(f)feyta”, 97 (2x; 1386), 98 (id.; id.)
A. Anes	“ffezer”, 99 (1397)	“ffezerem”, 99 (1397)	“ffeyto”, “(f)feyto(s)” 3x, 99 (1397)

⁸⁴² Apesar de poder derivar do substantivo latino FACTUM, ponho aqui também os casos de ‘feito’ substantivo, devido à evidente relação entre as formas; esses casos vão contudo discriminados com sublinhado.

⁸⁴³ A dúvida respeita apenas (i) a se o segmento considerado como borrado o está efectivamente e (ii) à leitura da(s) letra(s) que o integra(m).

⁸⁴⁴ 2x no 11.

⁸⁴⁵ Aqui cancelado pelo escriba (“{feyto}”) pois, ao ter escrito “feyto”, enganou-se: a palavra que devia utilizar era “escambo” (i.e. ‘escambo’). O cancelamento não respeita, portanto, ao que aqui nos interessa, sendo a forma plenamente utilizável.

⁸⁴⁶ Nos seguintes textos há mais do que um caso: 56 (3), 57 (2), 60 (3), 65 (2), 71 (4), 77 (2), 78 (2).

⁸⁴⁷ Mais do que um caso nos seguintes textos: 86 (2), 87 (2), 89 (4).

⁸⁴⁸ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ir*/etc. (por cima do “y”).

⁸⁴⁹ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ir*/etc. (por cima do “y”).

⁸⁵⁰ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ir*/etc. (por cima do “y”).

Há a notar fundamentalmente o facto de ainda não se encontrar a inflexão *e > i* do radical das formas derivadas do Perfectum; i.e. as formas relevantes do perfeito e tempos afins apresentam *fez-*, e não *fiz-*, o que veio a acontecer por analogia com a P1 do pret. perf.: *fezer* e não *fizer*, *fezemos* e não *fizemos*, *fezera* e não *fizera*, etc.. Insere-se o *corpus*, perfeitamente, no padrão da época; v. p. ex. Piel 1944 (1989:231) e Maia 1986 (1997:794-795&367-368&747-749), que, analisando documentos que vão do séc. XIII ao XVI, apenas encontra um exemplo de *e > i* em verbos deste tipo (‘estar’, ‘ter’, etc.): o fut. do conj. “fizer” em doc. da Maia (Douro Litoral) de 1454. A fixação do padrão moderno, no tocante a estes verbos, só se dá depois do séc. XV.

Por outro lado, a 1.^a pessoa já tinha sofrido a inflexão *e > i* do radical, num processo metafónico: do étimo FĒCĪ veio primeiro *fezi* (atestado em textos antigos), e depois *fizi*, por influxo da vogal final.⁸⁵¹ Mais uma vez os dados se inserem no padrão da época; comparem-se, por exemplo, os dados de Huber 1933 (2006:243) e Maia 1986 (1997:793) (que atesta apenas formas com *i* para o seu *corpus*, já desde meados do séc. XIII).

Outras notas: (i) no primeiro tabelião do *corpus* (D. Viegas, texto 1, 1274), o verbo surge sempre com <c,ç>: “facer”, “façer” e “ffaçemos”; tal facto é apenas gráfico, e não propriamente linguístico: respeita a não estar ainda plenamente fixada, na época do tabelião, a distinção gráfica entre as africadas pré-dorsais surda e sonora.⁸⁵² — (ii) A forma “fozer”, que surge a par de “fazer” no texto 91 (A. Peres, 1359), já foi abordada neste capítulo no §2-2 da vogal *a* (parte **I. Fonética**), onde se tratam alguns casos específicos de grafias de *a* átono que, pela sua natureza, merecem destaque; conforme aí se diz, essa forma representará apenas um lapso de escrita, num texto (o único de que dispomos para aquele tabelião) em que os “o” e “a” minúsculos são muito semelhantes (facto que não é estranho na escrita da época).

8. ‘Haver’.

Verbo ‘haver’					
Tabelião	Infinitivos	Presente do Indicativo			
		P1	P3	P4	P6
D. Viegas				“auemos”, 1 (1274)	
J. Domingues				“auemos”, 2 (1283)	
P. Moniz		“ey”, 6 (1292)		“auemos”, 3 (2x; 1285), 4 (1287), 5 (1290); “aue/emos” ⁸⁵³ , 7 (1292)	
P. (E)Anes	“auedes”, 18 (1299)	“ey”, 10 (1293), 19, 20 (1299)		“auemos”, 9 (1293), 12 (1296), 15 (1298), 16 (id.), 17 (id.), 18 (1299); “auemos”, 21 (1299); “auemos”, 25 (1304)	“auedes”, 23 (1301)

⁸⁵¹ O *-i* dessa forma verbal, como se pode ver na tabela acima, mostra tendência para cair desde cedo, e não sobrevive no *corpus* para além de 1319; para uma necessária visão mais geral da evolução de *-i* final átono, cf., no entanto, o §2 da vogal *i* atrás em **I. Fonética**.

⁸⁵² A evolução e a grafia dessas consoantes estão tratadas em **I. Fonética, 2.2**.

⁸⁵³ Ou seja, os dois “e” estão separados por mudança de linha.

E. Peres	“auer” 2x, 33 (1312) “aueren” (i.e. ‘haverem-no’), 33 (1312)	“ey”, 26 (1306)		“auemos”, 27 (1307)	
F. Soares	“áuer”, “auer” 2x, 35 (1319)	“ey ⁺ ”, 37 (1325); “ei”, 38 (1325)		“auemoss”, 35 (1319), “auemos”, 36 (1320)	
A. Domingues	“auer”, sempre do 39 (1327) ao 48 e do 50 ao 54 (1350) ⁸⁵⁴	“ey”, 40 (1328), 41 (id.), 42 (1329); “ej”, 45 (1334), 50 (1342), 51 (id.)		“auemoss” 3x, 39 (1327); “Auemos” ou “Auemoss”, 43 (2x; 1332), 44 (1333), 46 (1335), 47 (id.), 48 (1336), 49 (1339), 52 (1343), 53 (1349), 54 (1350)	“An”, “an”, 39 (1327)
P. Gonçalves	“auer”, 55 (1331)	“ey”, 55 (1331)			
A. Clemente	“áuer”, “auer”, 56 (1332); “áuer”, “auer” 5x, 57 (1333); “auer” 2x, 60 (1333); “áuer”, “auer”, 63 (1335); “áuer”, 65 (1336); “auer”, 66 (3x; 1338), 67 (1342), 68 (id.), 70 (2x; 1348); “auer”, “auer”, 75 (1359); “auer”, 78 (1363) “auerem”, 57 (1333); “auerê” 3x, 75 (1359)	“ey”, 57 (3x; 1333), 59 (1333), 63 (2x; id.), 67 (2x; 1342), 68 (1342), 69 (1347), 70 (1348), 77 (6x; 1363)	“ha”, 57 (1333), 77 (1363)	“auemos”, 58 (1333), 62 (1334), 64 (1335); “auemos”, 65 (1336); “auêmos”, 78 (1363)	“am” 2x, “am ⁺ ”, 75 (1359)
M. Jordão				“Auemos”, 79 (1333)	
M. Anes				“auemos” 2x, 80 (1342)	
G. Esteves	“auer”, 81 (1351)			“auemos”, 81 (1351), 82 (1358)	
D. Miguens	“auer”, 87 (1363)			“Auemos”, 84 (1357), 86 ⁸⁵⁵ , 87 (4x), 88 (1363)	“Am ⁺ ”, 89 (1366)
A. Peres	“auer”, 91 (1359)			“auemos” 2x, 91 (1359)	
V. Domingues				“auemos”, 92 (1366)	
G. Martins	“Auer ⁺ ⁸⁵⁶ ”, “Auer”, 93 (1376); “auer ⁺ ⁸⁵⁷ ”, “auer”, 94 (1376); “Auer”, “auer”, 95 (1376)	“ey” 2x, “ey ⁺ ⁸⁵⁸ ”, 95 (1376)		“Auemos”, “Auêmos”, 93 (1376); “auemos” 3x, 94 (1376)	
J. (E)Anes		“ej”, 96 (1377)		“auemos” 3x, 96 (1377)	
V. Clemente	“Auer”, 97 (1386), 98 (2x;			“Auêmos”, 97 (1386);	

⁸⁵⁴ Nos textos 40, 52, 53 e 54 o caso surge 3 vezes; nos outros textos, 2 vezes. Um total de 34 ocorrências.

⁸⁵⁵ Aqui com as letras “mo” reconstruídas.

⁸⁵⁶ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *er/etc.* (por cima do “u”).

⁸⁵⁷ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *er/etc.* (por cima do “e”).

⁸⁵⁸ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ir/etc.* (por cima das duas letras).

	id.)			“Auêmos”, “Auemos”, 98 (1386)	
A. Anes		“Ey”, 99 (1397)	“ha”, 99 (1397)		
Tabelião	Presente do Conjuntivo				
	P1	P3	P4	P5	P6
D. Viegas				“Agades”, 1 (1274)	
P. Moniz			“aiamos”, 5 (1290)	“aiades”, sempre do 4 (1287) ao 7 (1292)	
P. (E)Anes			“aiamos”, 22 (1299)		
E. Peres				“aiades”, 28 (1308)	
F. Soares					“aiã”, 35 (1319)
A. Domingues				“ayadess” ou “ayades”, 39 (1327), 40 (1328), 41 (id.), 42 (1329), 43 (1332); “ajadess” ou “ajades”, 44 (1333), 45 (1334), 46 (1335), 47 (id.), 48 (1336); “ayadess”, 50 (1342); “ajadess”, 51 (1342), 52 (1343), 53 (1349), 54 (1350)	
P. Gonçalves				“Aiades”, 55 (1331)	
A. Clemente	“aia”, 68 (1342)	“aia” 2x, 77 (1363)		“aiades”, 64 (1335), 66, 67, 68, 69, 72, 76, 78 (1363)	“aiã”, 57 (1333)
M. Anes				“aiades”, 80 (1342)	
G. Esteves				“ayades”, 81 (1351)	
D. Miguens				“Ayades”, 84 (1357); “Ajades”, 86 (1363); “Ayades”, “Ajades”, 87 (1363); “Ayades”, 88 (1363), 89 (1366); “Aiades”, 90 (1368)	
V. Domingues				“aiades”, 92 (1366)	
G. Martins				“AJades”, 93 (1376); “aJades” 2x, 94 (1376); “AJades ⁺ ”, 95 (1376)	
V. Clemente		“AJa”, 98 (1386)			

A. Anes		“aja” 2x, 99 (1397)				
Tabelião	Pretérito Imperfeito do Indicativo			Pretérito Imperfeito do Conjuntivo		
	P3	P4	P6	P3	P4	P6
P. (E)Anes	“auya”, 24 (1302)		“auĩã”, 24 (1302)			
E. Peres	“auía”, 33 (1312)					“ouuessen”, 33 (1312)
F. Soares	“auya”, 35 (1319)	“auyamoss”, 35 (1319)				
A. Domingues	“avja”, 54 (1350)					
A. Clemente	“auya”, 56 (1332); “auya”, “auja”, 60 (1333); “auya”, “Auya”, 71 (1351); “Auya” 2x, 72 (1354)		“auyã”, 56 (1332); “Aujã”, 70 (1348); “aujã”, 71 (1351)	“ouuesse” 2x, 60 (1333), 66 (1338)		“ouuessem”, 60 (1333), 71 (1351); “ouuesem”, 75 (1359)
D. Miguens	“Auya”, 83 (1355)	“Auyamos”, 86 (1363)	“Auyã”, 83 (1355)			“ouuessẽ”, 83 (1355)
G. Martins	“auya ⁺ ”, 94 (1376)				“ouuessemos”, 94 (1376)	
V. Clemente		“Aujamos”, 98 (1386)				
Tabelião	Pretérito Perfeito do Indicativo					
	P1	P3	P4	P6		
E. Peres				“ouuerõ”, 33 (1312)		
A. Clemente			“ouuemos”, 64 (1335)	“ouuerõ”, 71 (1351), 75 (1359)		
G. Martins		“ouue”, 94 (1376)				
J. (E)Anes	“ouue”, 96 (1377)					
A. Anes	“ouue” 2x, 99 (1397)	“ouue”, 99 (1397)		“ouuerom”, 99 (1397)		
Tabelião	Futuro do Ind., P1		Futuro do Conj., P5		Particípio Passado	
P. (E)Anes			“ouerdes”, 20 (1299)			
A. Clemente	“auerey”, 57 (1333)				“auudos”, 70 (1348)	

O caso “ouerdes”, do texto 20 (P. (E)Anes, 1299), já foi comentado neste capítulo no §1 de **I. Fonética, 1.8.2. Ditongos ou e oi**: representará, com toda a probabilidade, ou uma variante do verbo ‘haver’ sem ditongo, que já foi atestada para a época, ou um lapso gráfico.

Já a forma “Auẽmos”, que surge nos tabeliões G. Martins (1376) e V. Clemente (1386) em alternância com formas sem representação de nasalidade no e (“Auemos”, “auemos”), patenteia apenas representação esporádica do fenómeno fonético da nasalização de vogal oral por contacto com consoante nasal seguinte heterossilábica; esse fenómeno foi tratado no §1 de **I. Fonética, 1.6. Nasalização de vogal por contacto com consoante nasal**.

9. ‘Ler’.

Dispomos apenas de lições para o infinitivo e para o particípio passado, sem nada de significativo a observar.

Infinitivo: (i) texto de P. Gonçalves (55, 1331): “léér”; (ii) A. Clemente: “léér”, 73 e 74 (ambos de 1354); (iii) D. Miguens: “Leer⁺”, 83 (1355), “Léér”, 89 (1366).

Particípio passado: “leuda”, nos já citados 73 e 74.

10. ‘Morrer’.

Para este verbo, evoluído do depoente latino clássico MORĬOR pelo vulgar MORĚRE, apenas dispomos de duas lições no *corpus*: a 3.^a pessoa do singular do pretérito mais-que-perfeito: “morrera” no texto 33 (E. Peres, 1312); e a forma adjectival, correlata do particípio passado: “morto”, também no 33. Não fornece o *corpus*, portanto, lições para as irregularidades do verbo, que se situavam, para além do particípio passado, nos tempos do não-perfeito (cf. a respeito da sua conjugação Nunes 1919 (1960:329), Williams 1938 (1961:232-233), Huber 1933 (2006:214, 219, 231, 235)).

11. ‘Poder’.

Verbo ‘poder’						
Tabelião	Presente do Indicativo		Presente do Conjuntivo			
	P3	P4	P1	P3	P5	P6
D. Viegas		“podemos”, 1 (1274)				
E. Peres					“posades”, 27 (1307)	
A. Clemente	“pode”, 71 (1351)		“possa”, 57 (1333)	“possa”, 61 (1333), 65 (1336)	“possades”, 66 (1338)	“possã”, “possam” 2x, 57 (1333)
D. Miguens	“Pode”, 89 (1366)			“Posa”, 89 (1366)		
J. (E)Anes						“posã”, “posam”, “posã”, 96 (1377)
V. Clemente					“posades”, 97 (1386), 98 (2x; id.)	
Tabelião	Condicional		Pret. Imp. Ind., P3	Pret. Imperfeito Conjuntivo		Pret. Mais-que-perf. Ind., P3
	P3	P6		P3	P6	
E. Peres					“podessen”, 33 (1312)	
A. Clemente	“poderia”, 57 (1333)	“poderiã”, 60 (1333)	“podya”, 71 (1351)	“podesse”, 60 (1333), 71 (1351)		“podera”, 60 (1333)
D. Miguens					“Podessê”, 83 (1355)	

Tabelião	Futuro do Conjuntivo				
	P1	P3	P4	P5	P6
J. Domingues			“podermos”, 2 (1283)		
P. Moniz			“podermos”, 5 (1290)		
P. (E)Anes	“poder”, 10 (1293)		“podermos”, 8 (1293), 9 (id.); “podermos”, 18 (1299), 25 (1304)		
E. Peres	“poder”, 26 (1306), 30, 31 (1311)		“podermos”, 27 (1307); “podermos”, 28 (1308); “podermos”, 32 (1311)		
F. Soares	“poder”, 37 (1325), 38 (id.)		“podermoss”, 36 (1320)		“poderê”, 35 (1319)
A. Domingues	“poder”, 40 (1328); “poder”, 41 (1328); “poder”, 42 (1329); “poder”, 45 (1334), 46 (1335), 47 (id.), 50 (1342), 51 (id.)		“podermos” ou “podermoss”, 43 (1332), 44, 48, 49, 52, 53, 54 (1350)	“poderdess”, 39 (1327); “poderdess” ou “poderdes”, 40 (1328), 41 (id.), 42 (1329); “poderdes”, 43 (1332), 44 (1333); “poderdes”, 45 (1334); “poderdess”, 46 (1335); “poderdess”, 47 (1335), “poderdes”, 48 (1336); “poderdess”, 50 (1342); “poderdess”, 51 (1342); “poderdes” ou “poderdess”, 52 (1343), 53 (1349), 54 (1350)	
P. Gonçalves	“poder”, 55 (1331)			“poderdes”, 55 (1331)	
A. Clemente	“poder”, 59 (1333), 63, 68, 69 (1347)		“podermos”, 56 (1332), 58 (1333), 62 (1334), 64 (1335), 72 (1354), 76 (1360); “podermos”, 78 (1363)	“poderdes”, 63 (1335), 66 (2x), 67, 68 (1342)	“poderê” 2x, 57 (1333)
M. Jordão			“podermos”, 79 (1333)		
M. Anes			“podermos”, 80 (1342)		
G. Esteves			“podermos”, 81 (1351), 82 (1358)		
D. Miguens			“podermos”, 84		

			(1357); “Podermos”, 86 (1363), 87 (id.), 88 (id.), 89 (1366), 90 (1368)		
A. Peres			“podermos”, 91 (1359)		
V. Domingues			“Podermos”, 92 (1366)		
G. Martins	“poder”, 95 (1376)		“podermos”, 93 (1376), 94 (id.)	“poderdes”, 94 (1376)	
J. (E)Anes		“poder”, 96 (1377)			
V. Clemente			“podermos”, 97 (1386); “podermos”, 98 (1386)	“poderdes”, 98 (1386)	

Há a notar a conservação do *o* do radical nas formas derivadas do Perfectum, de que temos muitos exemplos: *podesse* e ainda não *pudesse*, *podera* e ainda não *pudera*, *poder* e ainda não *puder*, etc.. O estado de língua do *corpus* insere-se perfeitamente no estado de língua arcaico português; foi só a partir do séc. XV que se deu a passagem da referida vogal para *u*, por influência do *u* da 1.^a pessoa do pret. perfeito do ind.. Esse processo analógico, que se deu também noutros verbos — ‘pôr’, ‘estar’, ‘fazer’, ‘ter’, etc. (nos últimos tendo a mudança fónica sido *e > i*) —, apenas não afectou a 3.^a pessoa do mesmo tempo. Cf. a respeito desse fenómeno e da conjugação antiga do perfeito e tempos afins de ‘poder’, entre outras obras, Maia 1986 (1997:747-749&802-803), Nunes 1919 (1960:310-311&328-329) e Huber 1933 (2006:233&238&247-248&250).

12. ‘Pôr’, ‘compôr’.

Verbos ‘pôr’, ‘compôr’			
Tabelião	Infinitivos	Presente do Indicativo	
		P4	P6
A. Domingues	“cõpoer”, 40 (1328); “cõpoer”, 41 (1328), 42 (1329), 45 (1334), 46 (1335), 50 (1342); “cõpoer”, 51 (1342) “cõpoermos”, 43 (1332), 44 (1333); “cõpoermoss”, 47 (1335); “cõpoermoss”, 48 (1336); “cõpoermos” ou “cõpoermoss”, 49 (1339), 52 (1343), 53 (1349), 54 (1350)		
A. Clemente	“poerê”, 75 (1359) “cõpoer”, 71 (1351)		“póóem”, 75 (1359)
M. Anes		“poemoLo”, 80 (1342)	

D. Miguens	“Cõpoermos”, 84 (1357); “CõPoermos”, 86 (1363), 87 (id.); “cõpoermos”, 88 (1363); “CõPoermos”, 89 (1366); “Cõpoermos”, 90 (1368)		
A. Peres	“cõpoermos”, 91 (1359)		
V. Domingues	“cõpoermos”, 92 (1366)		
A. Anes	“poer”, 99 (1397)		

Tabelião	Presente do Conjuntivo			
	P1	P3	P4	P6
P. Moniz		“cõpona”, 3 (1285), 4 (1287); “cõpona”, 5 (1290)	“coponamos”, 3 (1285); “cõponamos”, 5 (1290)	
P. (E)Anes		“cõpona”, 9 (1293)	“cõponamos”, 8 (1293), 9 (id.); “cõponhamos”, 10 (1293); “cõponamos”, 25 (1304)	
E. Peres	“cõponha”, 26 (1306), “cõponháa” (= ‘componha-a’), 30 (1311), 31 (id.)	“cõponháa” (= ‘componha-a’), 29 (1311)	“cõponhamola”, 27 (1307); “cõponhamola”, 28 (1308)	“cõponham”, 32 (1311)
F. Soares	“cõponha”, 37 (1325), 38 (id.)		“cõponhamoss”, 36 (1320)	
A. Domingues				“cõponhã”, sempre do 40 (1328) ao 54 (1350)
P. Gonçalves	“cõponha”, 55 (1331)			
A. Clemente	“cõponha”, 59 (1333); “conponha”, 63 (1335); “cõponha”, 68 (1342), 69 (1347)	“cõponha”, 67 (1342)	“cõponhamos”, 56 (1332), 58, 62, 64, 72, 76, 78 (1363)	
M. Jordão			“cõponhamos”, 79 (1333)	
G. Esteves			“cõponhamos”, 81 (1351), 82 (1358)	
G. Martins			“cõponhãmos”, 93 (1376);	

			“cõponhamos”, 94 (1376), 95 (id.)	
V. Clemente			“cõponhamos”, 97 (1386); “cõpanhamos”, 98 (1386)	
A. Anes				“ponhã”, 99 (1397)
Tabelião	Pret. Imp. Ind., P3	Pret. Imp. Conj., P6	Pret. Perf. Ind., P1	Particípio Passado ⁸⁵⁹
D. Viegas			“pussj”, 1 (1274)	
J. Domingues			“pugj”, 2 (1283)	
P. (E)Anes			“pusi”, 8 (1293); “pugi”, 9 (1293), 10 (id.), 11 (1294), 12 (1296); “pusi” ou “pussi”, 13 (1297), 14 (id.), 15 (1298); “pugi”, 16 (1298), 17 (id.), 18 (1299), 19 (id.); “pussi” ou “pusi”, 20 (1299), 21 (id.), 22 (id.), 23 (1301), 24 (1302), 25 (1304)	
E. Peres			“pugj”, sempre do 26 (1306) ao 33 (1312)	
A. Clemente	“poynha”, 75 (1359)		“pugj”, 56 (1332), 57, 58, 59, 61 (1333)	“posto”, 75 (1359) “ <u>posto que</u> ”, 71 (1351)
D. Miguens		“Posesê”, 83 (1355)		“ <u>Posto qe</u> ”, 87 (1363)
V. Clemente				“ <u>posto que</u> ”, 98 (1386)

Há a comentar os seguintes factos.

(i) Verifica-se, de acordo com o padrão da época, que a vogal tónica da 1.^a pessoa do pretérito perfeito do indicativo já tinha sofrido o fechamento *o > u* provocado pela vogal final *-i* (i.e. *posi > pusi*); todos os exemplos apresentam a grafia “u” para essa vogal. Maia 1986 (1997:804) regista, para documentos da actual província do Minho de 1281, 1303 e 1317 ainda formas com “o”: “pogj” (para o primeiro e o terceiro) e “pogy” (para o segundo). Mas são já excepções, pois desde também o séc. XIII que a A., no

⁸⁵⁹ Adiciono a esta tabela as ocorrências da locução ‘posto que’, que deixo porém sublinhadas.

conjunto dos documentos galegos e portugueses que edita, nota as formas com “u” como a regra.

(i') A respeito do *i* final nas referidas formas, cf. **I. Fonética**, §2 da vogal *i*, onde se tratou o fenómeno fonético que fornece a explicação: a conservação / supressão do -*i* átono na língua antiga.

(ii) Apesar de a P1 do pret. perf. já ter a vogal *u* no radical, as formas da P2 e das P4-6 do mesmo tempo e de todas as P dos outros tempos evoluídos do Perfectum ainda não tinham sofrido a passagem analógica *o* > *u* (i.e. *puseram*, *pusesse*, etc. por influxo de *pus*); é isso que vemos na única forma relevante que encontramos nos nossos dados: “Posesê”, em texto de D. Miguens de 1355. Mais uma vez o facto concorda com o estado normal do português antigo: cf. a esse respeito o que ficou dito no comentário ao verbo ‘poder’ (ponto 11) e, para elencos da conjugação antiga do verbo ‘pôr’ no perfeito e tempos afins, Maia 1986 (1997:804-805), Nunes 1919 (1960:329), Huber 1933 (2006:233 & 238 & 245 & 250).

(iii) A forma da 3.^a pessoa do pret. imperfeito do ind. de que dispomos — “poynha”, 75 (A. Clemente, 1359) —, ainda com a conservação do *i* (< **ponia* < PONEBAT) e, igualmente, com o *o* resistindo ao fechamento apesar do contacto com a vogal alta seguinte, não representa mais do que o estado de língua antigo: v. p. ex. Piel 1944 (1989:228), Huber 1933 (2006:237&77).

(iv) No infinitivo, verifica-se a conservação do *e* etimológico: (*cô*)*poer*. Era esta a forma da altura; só no séc. XVI é que a realização actual *pôr* tomou o lugar da anterior (cf. abundante documentação em Lorenzo 1977, s.v. «Poer»). Assim, Machado 2003, s.v. «pôr», refere que até ao séc. XVI só encontra *poer* (ou a variante mais antiga *põer*, com conservação da nasalidade etimológica), e que a partir do mesmo século só encontra *pôr*.

É interessante, a este respeito, confrontar dois passos dos dois primeiros gramáticos portugueses que vão em sentido contrário. Diz Fernão de Oliveira no cap. XLVII da sua Gramática, ao abordar certas irregularidades verbais, que “este verbo ponho pões. faz o seu infinitiuo ã .or. dizêdo .por. o qual todauia ja fez poer e ainda o assi ouuimos a alghũs velhos” (Oliveira 1536 (1988)). João de Barros porém indica, no capítulo «Das formações» da Gramática que trouxe a lume quatro anos depois de F. de Oliveira: “Os vérbos da segunda conjugaçám fázem no infinitivo em *er* e fórmam o primeiro presente acreçentando-lhe [...] *o*, em lugar de *er*, como: cometer, cometo [...]. Tiram-se desta régra muitos que séguem diferentes formações como: poer, com seus compóstos, ca dizemos: ponho, componho, anteponho, proponho. [...]” (Barros 1539-1540 (1971:344)). Não obstante o carácter mais conservador de J. de Barros, cujos trabalhos têm uma índole primordialmente pedagoga e apologético-moralista, é claro que a mudança *poer* > *pôr* ainda não estava consumada. E mais interessante ainda é o parecer contrário dos dois mestres quando é sabido que F. de Oliveira foi preceptor dos filhos de J. de Barros.

(v') Insere-se no processo geral *poer* > *pôr*, entre outras formas, a P4 do presente do indicativo, de que dispomos de uma ocorrência no *corpus*: “poemoLo” no texto 80 (1342), expectavelmente com *e*.

(vi) “cõponhãmos”, que surge, a par de “cõponhamos”, no tabelião G. Martins (docs. apenas de 1376), representará apenas uma nasalização da vogal por contacto com a consoante nasal seguinte. A respeito desse tipo de ocorrência, que é esporádico, no *corpus*, cf. atrás **I. Fonética**, 1.6, §1.

(vii) Mero lapso de escrita (antecipação do que iria escrever seguidamente) será a forma “cõpanhamos”, que encontramos no segundo texto de V. Clemente (98, 1386); no

anterior (mesmo ano), há a normal “cõponhamos” (que tem variadíssimas atestações no *corpus*, como se pode ver na tabela).

13. ‘Querer’, ‘requerer’.

Verbos ‘querer’, ‘requerer’					
Tabelião	Presente do Indicativo			Presente do Conjuntivo	
	P3 ⁸⁶⁰	P4	P6	P3	P6
D. Viegas		“queremos”, 1 (1274)		“queira”, 1 (1274)	
J. Domingues				“qera”, 2 (1283)	
E. Peres	“u quer que”, 27 (1307); “qual / quer maneyra” ⁸⁶¹ , “q{ua}ue qual quer das partes”, 33 (1312)			“quera”, 26 (1306), 27, 28, 30, 31, 32 (1311)	
F. Soares	“u qer qe”, 35 (1319)				
A. Domingues	“quaL quer de noss”, 39 (1327); “quẽ quer que”, sempre do 40 (1328) ao 54 (1350)			“queyra”, 39 (1327), 40 (1328)	“queyrã”, 41 (1328), 42 (1329); “quej[r]ã”, 43 (1332); “quejrã”, 44 (1333), 45 (1334), 46 (1335), 47 (id.), 48 (1336), 49 (1339), 50 (1342), 51 (1342), 52 (1343); “quejRã”, 53 (1349); “quejrã”, 54 (1350)
P. Gonçalves	“quẽ quer que”, “u quer que”, 55 (1331)			“queira”, 55 (1331)	
A. Clemente	“qual quer que”, 57 (1333); “de qual natura quer”, “qual quer deles”, 60 (1333); “qual quer que”, 61 (1333); “hu quer que”, “per qual gissa quer”, “quaais ⁺ quer Justiças”, 66 (1338); “hu quer que”, 67 (1342); “outras quaays quer”, 68 (1342); “qual quer que”, 71 (1351); “per quaL gissa qer” (1363), 77		“qerem”, 75 (1359)	“quaeyra”, 57	
M. Anes	“doutra pesoa qual qer”, “qẽ qer qe”, 80 (1342)				
D. Miguens	“Como ⁺ qer qe” 2x,			“quira”, 90 (1368)	“requeirã”, 89

⁸⁶⁰ Só dispomos nesta forma verbal do verbo ‘querer’, que surge sempre incluído em expressões fixas como ‘qualquer’, ‘como quer que’, etc.. Todavia (e como se vê pelos exemplos), pelos menos no caso de ‘qualquer’ a expressão ainda não era totalmente fixa, ou seja, as palavras componentes ainda conservavam alguma independência; assim, podemos ver surgir, p. ex., ‘per qual maneira quer’, e não necessariamente ‘per qualquer maneira’.

⁸⁶¹ Ou seja, os dois elementos estão separados por mudança de linha.

	83 (1355)				(1366)
G. Martins	“doutras” ⁸⁶² partees quays quer”, “de qual” ⁸⁶³ quer” parte quer” que”, 94 (1376)				
V. Clemente	“todolos outros quaees” quer”, 97 (1386); “todolos outros quaees” / quer”, 98 (1386)				

Tabelião	Pret. Imp. Conj., P3	Futuro do Conjuntivo				
		P1	P3	P4	P5	P6
J. Domingues				“quisermos”, 2 (1283)		
P. Moniz			“quiser”, 3 (1285)	“quisermos”, 3 (1285), 5 (1290)		
P. (E)Anes		“quiser”, 10 (1293)	“quiser” ou “quisser”, 8 (1293), 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 25 (1304)	“quisermos”, 8 (1293), 9 (id.); “quisermos”, 25 (1304)	“quiserdes”, 11 (1294)	
E. Peres	“quissese”, 33 (1312)	“quisser”, 26 (1306), 30, 31 (1311)	“quisser”, 29 (1311)	“quissermos” ou “quisermos”, 27 (1307), 28, 32 (1311)		
F. Soares		“qisséer”, 37 (1325); “qizer”, 38 (1325)	“qiser”, 36 (1320); “qisséer”, 37 (1325); “qizer”, 38 (1325)	“qissermos”, 36 (1320)		
A. Domingues		“quyzer”, 40 (1328), 41 (id.), 42 (1329); “qujzer”, 45 (1334), 46 (1335), 47 (id.), 50 (1342), 51 (id.)	“qujzer”, 54 (1350)	“qujzermos” ou “qujzermoss”, 43 (1332), 44 (1333), 48 (1336), 49 (1339), 52 (1343); “qujzermoss”, 53 (1349); “qujzermoss”, 54 (1350)		
P. Gonçalves		“quisser”, 55 (1331)				
A. Clemente		“quisser” ou “quiser”, 59 (1333), 63, 68, 69 (1347)	“quisser”, 56 (1332); “quisser”, 58 (1333); “quiser”, 59 (1333); “quisser”, 61	“quissermos” ou “quisermos”, 56 (1332), 58 (1333), 62 (1334), 64 (1335);		“quisserem” 2x, 57 (1333)

⁸⁶² Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ar*/etc. (por cima do “r”).

⁸⁶³ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ua*/etc. (por cima do “q”).

			(1333); “quiser”, 62 (1334), 63 (1335); “quiser” ou “quisser”, 64 (1335), 67 (1342), 68 (id.), 69 (1347), 70 (1348); “qiser”, 72 (1354); “qiser” ou “quisser”, 76 (1360), 77 (1363), 78 (id.)	“qisermos”, 72 (1354); “qisermos”, 76 (1360), 78 (1363)		
M. Jordão				“quissermos”, 79 (1333)		
M. Anes				“quissermos”, 80 (1342)		
G. Esteves				“quissermos”, 81 (1351), 82 (1358)		
D. Miguens	“quisesse”, 83 (1355)		“quiser”, 83 (1355), 84 (1357), 86 (1363), 87 (id.); “quyser”, 88 (1363); “quiser”, 89 (1366)	“quissermos”, 84 (1357), 86, 87, 88, 89 ⁸⁶⁴ , 90 (1368)		
A. Peres				“quissermos”, 91 (1359)		
V. Domingues			“quisser”, 92 (1366)	“qujssermos”, 92 (1366)		
G. Martins		“quisser” ^{+ 865} , 95 (1376)	“quisser” ^{+ 866} , 93 (1376); “quisser”, 94 (1376); “quisser” ^{+ 867} , 95 (1376)	“quissermos”, 93 (1376); “quissermos”, 94 (1376)		
V. Clemente				“quissermos”, 97 (1386); “quissermos”, 98 (1386)		

(i) Tenha tal sucedido por desenvolvimento fonético regular, como defende Williams 1938 (1961:238), ou por analogia com a P1 do pret. perf. (*quis*, com *i* tónico por metafonia do *-i* final do perfeito: **quesi* > *quisi* > *quis*), à semelhança dos verbos ‘estar’, ‘fazer’, etc. (que apresentam o mesmo processo metafónico na P1 do pret. perf.), tal como defendem Nunes 1919 (1960:311) ou Piel 1944 (1989:233)), a verdade é que desde os primeiros textos da língua que as formas do perfeito e tempos afins do verbo ‘querer’ apresentam mais do que normalmente a vogal *i* no radical: *quisera*, *quisesse*, *quiserem*, etc.. Difere o verbo, assim, dos referidos ‘estar’, ‘fazer’, etc., que (cf. o que se disse sobre

⁸⁶⁴ Aqui parte da palavra necessitou ser reconstruída na transcrição: “quise[rmos]”.

⁸⁶⁵ Abreviatura não desenvolvida: traço cortando os “s”, que simboliza *er/etc.*.

⁸⁶⁶ Abreviatura não desenvolvida: traço cortando os “s”, que simboliza *er/etc.*.

⁸⁶⁷ Abreviatura não desenvolvida: traço cortando os “s”, que simboliza *er/etc.*.

o assunto no ponto do verbo ‘fazer’ atrás) só apresentam essa mudança — e neles o caso é claramente analógico, e não fonético — a partir do séc. XV. Difere ‘querer’ desses verbos, ainda, pelo facto de o processo ter também afectado a P3 do pret. perf.: temos *quis* aí para ‘querer’, mas *fez* (~ *fiz*, *fizera*, etc.) para ‘fazer’, *esteve* (~ *estive*, *estivera*, etc.) para ‘estar’, etc..

Em todo o caso, o que nos interessa notar aqui é que o nosso *corpus* se insere perfeitamente no estado de língua da época: nas formas de que dispomos do pret. imperfeito do conj. e do fut. do conj. (as únicas em que, nos nossos dados, o perfeito e / ou tempos afins estão representados), há sempre *i* no radical (*quisesse*, etc.).

(ii) As formas do pres. do conj. sem ditongo, que se encontram no texto de J. Domingues e em textos de E. Peres (aqui tendo como base apenas formas com desenvolvimento de abreviatura), são similares a outras já notadas para a língua antiga e foram tratadas em **I. Fonética, 1.8.1. Ditongos *ei* e *eu***, §1; podendo respeitar à monotongação de *ei*, parece antes mais provável respeitarem ao paradigma *quer-* (e não *queir-*) para o conjuntivo.

(iii) O caso “*quira*”, de D. Miguens, respeita apenas a um fenómeno fonético e está tratado no mesmo sítio.

(iv) Já a forma “*quaeyra*” (pres. do conj.), registada em A. Clemente, é fenómeno meramente gráfico ou latinismo. O sinal de abreviatura que figura no ms. é o de *ua*/etc., que está, como seria de esperar, posposto ao “*q*”; a essa letra segue-se, sem espaço, o resto da palavra: “*eyra*”. Poderia ter sido desenvolvido apenas “*queyra*” mas, devido ao uso de não só essa, como todas as abreviaturas, ser bastante regular nos textos do tabelião em causa — assim como nos dos seus contemporâneos —, optei por fazer desenvolvimento linear.

14. ‘Receber’.

Verbo ‘receber’					
Tabelião	Infinitivo	Gerúndio	Pres. Ind., P6	Fut. Conj., P5	Pret. Mais-que-perf., P3
P. (E)Anes	“receber”, 20 (1299)				
A. Clemente		“reçebendoos”, 66 (1338)	“Reçebem”, 75 (1359) “rreçebem”, 75 (1359)	“rreçeberdes”, 66 (1338)	
D. Miguens	“[Reçe]ber”, 86 (1363)				“Reçebera”, 85 (1361)
Pretérito Perfeito do Indicativo					
Tabelião	Pretérito Perfeito do Indicativo				Particípio Presente
	P1	P3	P4	P6	
D. Viegas			“reçebemos”, 1 (1274)		
J. Domingues			“reçebemos”, 2 (1283)		
P. Moniz	“recebj”, 4 (1287), 6 (1292)		“reçebemos”, 3 (1285), 5, 7 (1292)		
P. (E)Anes	“recebj”, 10 (1293); “recebj”, 11 (1294); “reçebj”, 19		“reçebemos”, 8 (1293), 9 (id.); “reçebemos”, 12 (1296);		

	(1299)		“reçebemos”, 13 (1297), 14 (id.); “reçebemos”, 15 (1298); “reçebemos”, 16 (1298), 17 (id.); “reçebos”, 18 (1299); “réébos”, 21 (1299); “reçebemos”, 22 (1299); “reçebemos” ⁸⁶⁸ , 25 (1304)		
E. Peres	“rreçebj”, 26 (1306); “rrecej”, 30 (1311), “rreçebj”, 31 (id.)		“rreçebemos”, 27 (1307), 28, 29, 32 (1311)		
F. Soares	“reçebi”, 37 (1325), 38 (id.)		“reçebemoss”, 35 (1319), “rreçebemoss”, 36 (1320)		
A. Domingues	“Reçeby”, 40 (1328); “reçeby”, 41 (1328); “Reçebj”, 42 (1329), 45 (1334), 46 (1335), 50 (1342), 51 (1342)		“Reçebemos”, 43 (1332), 44 (1333), 47 (1335); “reçebemos”, 48 (1336), “reçebemoss”, 49 (1339); “Recebemos”, 52 (1343), “Reçebemoss”, 53 (1349), 54 (1350)		
P. Gonçalves	“Reçebj”, 55 (1331)				
A. Clemente	“rreçeby”, 59 (1333); “rreçebj”, 63 (1335); “Reçeby”, 68 (1342); “Reçebj”, 69 (1347)	“rreçebou”, 71 (1351)	“rreçebemos”, 56 (1332); “rreçebemos”, 58 (1333); “rreçebemos”, 62 (1334), 64 (1335), 67 (1342); “Reçebemos”, 72 (1354), 76 (1360); “Reçebemos”, 78 (1363)	“Reçeberom”, 71 (1351)	“rreçebentes”, 57 (1333)
M. Jordão			“Recebemos”, 79 (1333)		
M. Anes			“rreçebemos”, 80 (1342)		
G. Esteves			“Reçebemos”, 81 (1351), “Recebemos”, 82 (1358)		
D. Miguens	“Receby”, “Reçeby”, 85 (2x; 1361); “[R]eçeby”, “Reçeby”, 86 (1363), “Reçeby”, 89 (1366)		“Reçebemos”, 84 (1357), 87 (2x; 1363), 88 (1363), 90 (1368)		
A. Peres			“Recebemos”, 91		

⁸⁶⁸ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ir/ri/etc.* (por cima do 2.º “e”).

			(1359)		
V. Domingues			“Recebemos”, 92 (1366)		
G. Martins	“Receby ⁺ ”, 95 (1376)		“Recebemos”, 93 (1376), 94 (id.)		
J. (E)Anes		“Recebeu”, 96 (1377)			
V. Clemente		“Recebeu”, 98 (1386)	“Recebemos”, 97 (1386), 98 (id.)		

Há a destacar duas formas da 1.^a pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo, ambas em textos do tabelião P. (E)Anes: “recebos”, 18 (1299); “réebos”, 21 (1299). Nesse tabelião, a forma “reçebemos⁸⁶⁹”, 25 (1304), também merece um destaque, embora secundário: a sua particularidade respeita a uma abreviatura aparentemente supérflua, o que não é um facto propriamente estranho na escrita da época nem no *corpus*, mas (i) é esse o único caso de abreviatura supérflua de significado específico (i.e. excluindo o traço sobreposto, que tem significação geral) que se encontra em textos do tabelião e, não se pode ignorar, (ii) surge numa palavra em que se registaram já factos anómalos em textos do mesmo tabelião.

O que também surge em textos desse tabelião, antes e depois dos dois principais casos referidos, é a representação normal da forma verbal em questão, com uma frequência claramente maioritária: 9 vezes (cf. a tabela acima). Para além disso, surgem no *corpus*, antes e depois dos textos de P. (E)Anes, mais de 40 casos da mesma forma verbal com a representação normal (estão abrangidos o primeiro e o penúltimo doc. do *corpus*). Temos portanto que essa representação, ou seja, a forma *normal* do verbo, era perfeitamente conhecida dos autores materiais dos docs. do nosso *corpus*; e seria sempre muito improvável que o não fosse, pois está em causa verbo muito frequente na língua, tanto na antiga como na moderna — ainda para mais na notarial, que lida com a transmissão de bens — e sempre regular na forma em questão (sendo o tipo *recebemos* o resultado linear da evolução do étimo, o verbo latino RECIPĒRE)⁸⁷⁰.

É precisamente por essa elevada frequência, exponenciada na linguagem notarial, que explico aquelas formas singulares dos textos de P. (E)Anes: fazendo parte do léxico de especialidade dos notários e integrada em expressões fixas que eram repetidas como ‘ladainhas’ pelos mesmos, a palavra facilmente adquiria uma ou mais formas reduzidas e / ou idiossincráticas. Encontram-se casos semelhantes no *corpus*:

1) A apócope do *-a* de ‘casa’ na expressão fixa ‘[feita a carta / feito o instrumento, etc.] ante / em **cas** de [indivíduo(s) X]’. Tratámos este facto com detalhe em **I. Fonética, 1.1** (sub-cap. da vogal *a*), §2-2.

2) O caso: “nospeito Antre duuas Regas hu diz⁺ A uos ca Eu tabelyõ o scriuy”, que surge no final do texto 90 (D. Miguens, 1368), separado da mancha do texto principal, e faz alusão a duas palavras que surgem entrelinhadas na linha 2 do documento — “A uos” —, as quais o tabelião declara terem sido acrescentadas por ele. Deve ler-se, portanto, ‘não suspeito [seja] entre duas regras [= linhas] onde diz A vós, pois eu tabelião o

⁸⁶⁹ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ir/ri*/etc. (por cima do 2.º “e”).

⁸⁷⁰ Com “sempre regular na forma em questão” quero apenas ressaltar que, havendo irregularidades nesse verbo, elas não se prendiam com a 1.^a pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo, que é o que nos ocupa. Prendiam-se com a 1.^a pessoa do singular do presente do indicativo e com todas as pessoas do presente do conjuntivo, que, como resultado do étimo, tinham *recébio* e *recébia*, *recébias*, etc.; entretanto, o paradigma do verbo foi regularizado, como tantos ao longo da evolução da língua. Cf. a respeito da conjugação desse verbo, entre outros, Nunes 1919 (1960:331).

escrevi’. Saltam à vista as expressões “nospeito” — que envolve a contracção de ‘nom’ e ‘sospeito’, as formas antigas e etimológicas de ‘não’ e ‘suspeito’ — e “Regas” — que envolve a síncope da vibrante simples. Se para esta se tem de admitir a possibilidade de ser apenas mais um dos casos esporádicos de omissão de *r* em ataque silábico que registamos no *corpus*⁸⁷¹ — embora, em rigor, não se possa separá-lo do contexto em que ocorre —, para a primeira expressão é clara a sua dependência desse mesmo contexto — um contexto de expressão estereotipada de linguagem notarial, como ficou dito.

Encontram-se no *corpus* dois segmentos semelhantes ao do texto 90: “nõ sosspeito huu diz⁺ antre duas Regas pejtarmos ao Senhor da tera çem⁺ narauidis Eu tabelio o esscriuj⁺”, texto 92 (V. Domingues, 1366)⁸⁷²; “hu⁺ dyz⁺ erdades namtre lynha⁺ nõ sseJa ssospeyto ca⁺ eu tabelyõ hoo⁺ escreuy⁺”, texto 93 (G. Martins, 1376)⁸⁷³. O primeiro atesta mais uma vez a omissão do *r* simples de ‘regras’; e os dois atestam a bondade da interpretação que fizemos no tocante à redução de ‘nom sospeito’.

3) A variante *outor* do infinitivo do verbo ‘outorgar’, que encontramos nos textos de um mesmo tabelião e sempre na mesma expressão. Vejam-se primeiro todos os exemplos desse verbo no *corpus*:

Verbo ‘outorgar’				
Tabelião	Infinitivo	Presente do Indicativo		
		P1	P3	P4 ⁸⁷⁴
D. Viegas	“outorgar”, 1 (1274)			“outorgamos”, 1 (1274)
J. Domingues	“outorgar”, 2 (1283)			
P. Moniz	“outorgar”, 3 (1285); “outorguar”, 5 (1290)			
P. (E)Anes	“outorgar”, 8 (1293), 9, 10, 23, 25 (1304)			“outorgamos”, 23 (1301)
E. Peres	“outorgar”, 26 (1306), 27 (1307), 28 (1308); “outorgar”, 30 (1311); “outorgar”, 31 (1311), 32 (id.)			“outorgamos”, 29 (1311)
F. Soares	“outorgar”, 36 (1320), 37, 38 (1325)			“outorgamoss” 2x, 35 (1319)
A. Domingues	“outor”, 40 (1328); “outor”, sempre do 41 (1328) ao 54 (1350) ⁸⁷⁵			
P. Gonçalves	“outorgar”, 55 (1331)	“outorgo”, 55 (1331)		
A. Clemente	“outorgar”, 56 (1332); “outorgar”, 58 (1333), 59 (id.), 62 (1334), 63 (1335), 64 (id.), 68 (1342), 69 (1347), 72 (1354); “outorgar”, 76 (1360); “outorgar”, 78 (1363)	“Outorgo”, “outorgo” 2x, 57 (1333); “outorgo”, 61 (1333), , 70 (2x; 1348), 77 (1363)		“outorgamos”, “outorgamos”, 65 (1336); “outorgamos”, 66 (2x; 1338), 70 (2x; 1348)

⁸⁷¹ Cf. a esse respeito o §4 de **I. Fonética, 2.5**.

⁸⁷² Onde se deve entender: ‘não suspeito [seja] onde diz entre duas regras *pejtarmos ao senhor da terra cem maravedis* [pois] eu tabelião o escrevi’.

⁸⁷³ Onde se deve entender: ‘onde diz *erdades* na entrelinha não seja suspeito pois eu tabelião o escrevi’.

⁸⁷⁴ Devido à indistinção gráfica entre o presente do indicativo e o pretérito perfeito do indicativo nesta pessoa verbal, alguns casos há em que se pode observar ambiguidade entre uma ou outra interpretações; após análise das ocorrências, optei por interpretar o presente do indicativo como o tempo por defeito, apenas integrando as formas no pretérito perfeito quando há razões explícitas para tal.

⁸⁷⁵ No 51, o primeiro “o” está em segmento reconstruído, devido a ilegibilidade, pela transcrição: “[o]utor”.

M. Jordão	“ou]/torgar” ⁸⁷⁶ , 79 (1333)			
M. Anes	“outorgar”, 80 (1342)			“outorgamos”, “outorgamoLa” ⁸⁷⁷ , 80 (1342)
G. Esteves	“outorgar”, 81 (1351), 82 (1358)			“outorgamos”, 81 (2x; 1351), 82 (1358)
D. Miguens	“outorgar”, 84 (1357), 86 (1363), 87 (id.), 88 (id.); “ouTorgar”, 89 (1366); “outorgar”, 90 (1368)		“outorga”, 89 (1366)	“outorgamos”, 87 (1363), 90 (1368)
A. Peres	“outorgar”, 91 (1359)			“outorgamola” ⁸⁷⁸ , 91 (1359)
V. Domingues	“outorgar”, 92 (1366)			
G. Martins	“outorgar”, 93 (1376); “outorgar” ⁸⁷⁹ , 94 (1376), 95 (id.)			“outorgamos”, 94 (1376)
J. (E)Anes		“ou/Torgo” ⁸⁸⁰ , 96 (1377)		
V. Clemente	“outorgar”, 97 (1386); “outorgar”, 98 (1386)			“outorgamos”, 97 (1386), 98 (id.)

Tabelião	Pretérito Perfeito do Indicativo				Particípio Passado
	P1	P3	P4 ⁸⁸¹	P6	
D. Viegas					“outorgado”, 1 (1274)
P. Moniz					“outorguado”, 6 (1292). “outorgada”, 7 (1292)
E. Peres				“outorgarō” 2x, 33 (1312)	
A. Domingues	“outorguey”, 40 (1328); “outorguey”, 41 (1328); “outorguej”, 42 (1329), 45 (1334), 46 (1335), 50 (1342), 51 (id.)		“outorgamos” ou “outorgamos”, 43 (1332), 44 (1333), 47 (1335), 48 (1336), 49 (1339), 52 (1343); “outorgamos”, 53 (1349); “outorgamos”, 54 (1350)		
A. Clemente		“outorgou”, 60 (1333), 71 (1351)		“outorgarō” 2x, 60 (1333)	

A variante *outor*, que tem um total de 15 ocorrências, está restrita aos textos de A. Domingues (segundo quartel do séc. XIV) e à mesma expressão, que é: ‘... e se a vós em concelho **outor** não quiser(mos) ou defender não puder(mos) a dita venda, compor(mos)-

⁸⁷⁶ I. é, o segmento “ou” faz parte de segmento reconstruído, o qual está em final de linha.

⁸⁷⁷ I. é, ‘outorgamo-la’.

⁸⁷⁸ I. é, ‘outorgamo-la’.

⁸⁷⁹ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ua*/etc. (por cima do “g”).

⁸⁸⁰ I. é, o segmento “Torgo” surge a seguir a mudança de linha, o que pode explicar a maiúscula.

⁸⁸¹ Cf. a nota da mesma pessoa verbal no presente do indicativo atrás.

vo-la eu(nós) dobrada e quanto mais for melhorada(o) ...’⁸⁸². A redução, que se dá por próclise, é facilitada decisivamente por se tratar de um infinitivo, que não tem marca de pessoa, número ou tempo.

O verbo ‘outorgar’ aparece sem redução em textos do mesmo tabelião, concretamente na 1.^a pessoa do singular e do plural do pretérito perfeito. Temos aqui, mais uma vez, 15 ocorrências, que estão nos mesmos textos de *outor* e surgem sempre numa mesma expressão, a qual ocorre sempre a seguir à expressão em que *outor* vem incluído. A expressão em causa é: ‘eu dito(a) vendedor (e nós ditos vendedores) esta carta mandei (mandámos) fazer e outorguei-a (outorgámo-la) por roborada’. É claro que aqui dificilmente se reduziria o verbo, devido à carga informativa que tem (pois é um pretérito perfeito, com as inerentes marcas de pessoa, número e tempo-modo-aspecto).

O infinitivo de ‘outorgar’, sem redução, está perfeitamente atestado ao longo do *corpus*; sendo de notar, aliás, que surge sempre em expressões fundamentalmente idênticas àquela em que surge *outor* em A. Domingues. A repetição desse tipo de expressão não é de estranhar, pois estamos a falar de documentos notariais, que têm fórmulas e dispositivos estereotipados.

15. ‘Saber’.

Verbo ‘saber’		
Tabelião	Infinitivo	Presente do Conjuntivo, P6
D. Viegas	“saber”, 1 (1274)	
J. Domingues	“saber”, 2 (1283)	
P. Moniz	“saber”, 5 (1290); “saber”, 6 (1292); “saber”, 7 (1292)	
P. (E)Anes	“saber”, 9 (1293), 15, 17, 21 (1299)	“Sabhã”, 9 (1293), 11 (1294), 12 (1296), 13 (1297), 14 (id.), 15 (1298), 16 (id.), 17 (id.), 18 (1299), 19 (id.), 20 (id.); “Sabha”, 21 (1299); “Sabhã”, 22 (1299), 24 (1302), 25 (1304)
E. Peres		“Sabhã”, 33 (1312)
F. Soares	“ssaber”, 36 (1320); “ssabээр”, 37 (1325); “ssaber”, 38 (1325)	“Sabhã”, 34 (1317), 35 (1319)
A. Domingues	“ssaber”, 40 (1328), 41 (id.); “ssaber”, 42 (1329), 43 (1332), 44 (1333); “ssaber”, 45 (1334); “ssaber”, 46 (1335), 47 (id.), 48 (1336), 49 (1339); “ssaber”, 50 (1342); “ssa/[b]er”, 51 (1342); “ssaber”, 52 (1343); “saber”, 53 (1349); “ssaber”, 54 (1350)	
P. Gonçalves	“ssaber”, 55 (1331)	“Sabhã”, 55 (1331)
A. Clemente	“ssaber” ou “saber”, 56 (1332), 58 (1333), 59 (id.), 60 (id.), 63 (1335), 67 (1342), 68 (id.); “ssaber”, 72	“Sabhã”, 57 (1333); “Sabham ⁺ ”, 60 (1333); “Sabhã”, 65 (1336), 66 (1338), 70 (1348), 71 (2x; 1351), 73

⁸⁸² No texto 50 está omitido ‘a dita venda’.

	(1354), 75 (1359)	(1354), 74 (id.), 75 (1359)
M. Anes		“Sabhã”, 80 (1342)
G. Esteves	“ssaber”, 81 (1351)	“SAbhã”, 81 (1351); “Sabhã”, 82 (1358)
D. Miguens	“saber”, 83 (1355), 84, 86, 87, 88, 89, 90 (1368)	“Sabhã”, 83 (1355), 85 ⁸⁸³ (1361), 89 (1366)
A. Peres		“Sabhã”, 91 (1359)
V. Domingues	“ssaber”, 92 (1366)	
G. Martins	“ssaber”, 93 (1376), 94 (id.), 95 (id.)	“Sabhã”, 93 (1376), 94 (id.), 95 (id.)
V. Clemente	“saber”, 97 (1386), 98 (id.)	“Sabhã”, 97 (1386), 98 (id.)
A. Anes		“Saybhã”, 99 (1397)

As formas do presente do conjuntivo surgem sempre, com excepção do último caso, com grafia indicativa de manutenção do iode no sítio originário: SAPIANT > *sabiam*.⁸⁸⁴ No último caso — “Saybhã” —, encontra-se já uma evidência do processo de mudança em direcção à forma actual (‘saibam’): quer a pronúncia fosse efectivamente *saibiam*, como defende Maia 1986 (1997:809-810,n.4) para esse tipo de representação, quer se tratasse apenas de forma gráfica, como defende Nunes 1919 (1960:331,n.2), é claro — como não deixam de referir os dois AA. — que há ali um resultado do cruzamento entre a forma antiga e a que viria vingar. Como se referiu, trata-se de uma evidência do novo estado de língua.

Temos a primeira evidência desse processo, portanto, apenas em doc. de 1397. Comparativamente a outras informações sobre a língua antiga, que o situam no final do séc. XIII ou entre essa altura e a primeira metade do XIV (cf. Williams 1938 (1961:42, que cita trabalho de Carolina M. de Vasconcelos), Maia 1986 (1997:809)), o processo parece apresentar-se no nosso *corpus* tardio; no entanto, os dados não são plenamente conclusivos, necessitando-se de mais informação. Assim, p. ex., Maia 1986 (1997:809) nota que as formas com a conservação do iode a seguir à consoante labial “surgem, em geral, durante o século XIII e a primeira metade do século XIV, só ultrapassando excepcionalmente este período”, abonando em seguida esse tipo de formas; todavia, só assinala formas com antecipação do iode a partir do séc. XV (e sempre em docs. portugueses), e assinala formas do tipo misto (ou seja, como as do último doc. do nosso *corpus*) até 1472 (e também, fundamentalmente, em docs. portugueses).

O que se afigura é, portanto, que a cronologia da antecipação do iode não está ainda suficientemente estabelecida. Questão essa que, note-se, deve ser tratada com especial cuidado em documentos como os que se estudam neste trabalho: todas as ocorrências que temos da P6 do pres. do conjuntivo se inserem nas expressões iniciais estereotipadas — logo, terreno mais fértil para o conservadorismo linguístico —, e muito frequentes em documentos notariais da época, ‘Saibam todos (quantos) este instrumento / esta carta virem e ouvirem...’, ‘Saibam todos que / como...’ ou similares.

Referência apenas lateral merece a forma “Sabha”, sem representação de nasalidade, em texto de P. (E)Anes de 1299: é evidente que se trata de mero esquecimento — que não se pode considerar muito raro na escrita da época — de grafar a nasalidade etimológica, a qual sobreviveu na língua em geral e no dialecto da região e

⁸⁸³ Aqui em segmento reconstruído.

⁸⁸⁴ Usava-se na escrita medieval correntemente o <h> para representar a semivogal [j].

está totalmente registada nos outros exemplos dessa forma verbal que o *corpus* apresenta (incluindo textos do mesmo tabelião).

16. ‘Ser’.

Verbo ‘ser’						
Tabelião	Infinitivo	Gerúndio	Presente do Indicativo			
			P1	P3	P4	P6
D. Viegas				“é” 2x, 1 (1274)		
P. (E)Anes	“seer”, 20 (1299)		“sóó”, 10 (1293), 19 (1299); “são”, 11 (1294)	“he”, 11 (1294); “e”, 12 (1296); “he”, 13 (1297), 14 (id.), 17 (1298); “e”, 18 (1299), 19 (id.); “he”, 23 (1301); “hé”, 24 (1302)	“somos”, 8 (1293), 12 (1296); “somos”, 13 (1297), 14 (id.); “somos”, 15 (1298), 16 (id.), 17 (id.); “somos”, 21 (1299), 25 (1304)	“son” 2x, 24 (1302)
E. Peres		“sseêdo”, 33 (1312)		“e”, 26 (1306), 27, 28 (2x), 29, 30, 31, 32, 33 (3x; 1312)		“son”, 28 (1308); “sson”, 29 (1311), 33 (1312)
F. Soares				“he”, 34 (1317); “e” 2x, 35 (1319), 36 (1320); “he”, 37 (1325); “e ⁺ ”, 38 (1325)		
A. Domingues	“sséér” ou “séér”, 39 (1327), 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54 (1350)			“he”, 1x sempre do 39 (1327) ao 54 (1350)		“sson”, 39 (1327)
P. Gonçalves				“he”, 55 (1331)		
A. Clemente	“sséérem”, “sséér”, “sseer”, “seer”, “sséér”, 57 (1333); “sseer”, 60 (3x; 1333), 71 (1351); “sséér”, 75 (1359), 77 (1363)	“sseendo”, 71 (2x; 1351), 72, 75 (1359)	“sóó”, 56 (1332), 63 (1335)	“he”, 56 (2x; 1332), 57 (1333), 58 (2x; 1333), 59 (2x; 1333), 60 (2x; 1333); “he” 2x, “e” 61 (1333); “he”, 62 (1334), 63 (1335), 64 (1335); “e”, 65; “he”, 66 (1338), 67 (1342), 68 (2x; 1342); “he”, 69 (1347), 70 (1348); “he”, “he”, “he” 3x, 71 (1351); “he”, 72 (1354), 73 (2x; 1354); “he”, 74	“somos”, 56 (1332); “ssomos”, 58 (1333), 62 (1334), 72 (1354)	“ssom” ou “som”, 57 (1333), 66, 71 (3x), 72, 75 (3x; 1359)

				(2x; 1354), 75 (2x; 1359), 76 (1360); “he” 3x, “he”, 77 (1363); “he”, 78 (1363)		
M. Jordão				“he” 2x, 79 (1333)		
M. Anes	“séermos”, “seer”, 80 (1342)			“he”, 80 (1342)	“somos”, 80 (1342)	“son”, 80 (1342)
G. Esteves				“he”, 81 (3x; 1351), 82 (2x; 1358)	“ssomos”, 81 (1351), 82 (1358)	
D. Miguens		“ssêdo”, 83 (1355)	“são”, 85 (1361); “sóo”, 89 (1366)	“he”, 83 (2x; 1355), 84, 85, 86 (2x), 87, 88 (2x), 89 (3x), 90 (1368)	“somos”, 84 (1357), 87, 88, 90 (1368)	“som ⁺ ”, 87 (1363)
A. Peres				“he”, 91 (1359)	“somos”, 91 (1359)	
V. Domingues				“he”, 92 (1366)	“ssomos”, 92 (1366)	
G. Martins		“sseêdo”, 95 (1376)		“he ⁺ ”, 93 (1376), 94 (2x), 95 (1376)	“ssomos”, 93 (1376), 94 (id.)	
J. (E)Anes	“seer”, “seerê”, 96 (1377)			“he”, “see”, “he” 2x, 96 (1377)		“som”, 96 (1377)
V. Clemente	“seer”, 97 (1386) e 98 (id.)			“he”, “he”, 97 (1386); “he” 2x, 98 (1386)	“somos”, 97 (1386); “somos”, 98 (1386)	
A. Anes	“sseerem”, 99 (1397)	“Seendo”, 99 (1397)	“ssôo”, “ssoo”, 99 (1397)	“he ⁺ ”, “he” 2x, “he ⁺ ”, 99 (1397)		“sson ⁺ ”, 99 (1397)

Tabelião	Presente do Conjuntivo		Pret. Imperfeito do Ind.		Pretérito Imperfeito do Conjuntivo		
	P3	P6	P3	P6	P3	P4	P6
D. Viegas	“seia”, 1 (1274)						
P. (E)Anes	“seia”, 20 (1299), 23 (1301)						
E. Peres	“seia”, 29 (1311)		“era” 3x, 33 (1312)	“erã”, 33 (1312)	“fosse” 2x, 33 (1312)		
A. Domingues	“seya”, 40 (1328)						
A. Clemente	“sseia” 2x, 77 (1363)	“sseiam”, 60 (1333); “sseiã”, 61 (1333); “sseiam”, 66 (1338), 77 (2x; 1363)	“hera”, 56 (1332); “era”, 60 (1333), 66 (1338), 71 (2x; 1351), 73 (1354); “Era”, “era”, 74 (1354); “Era”, “era” 4x, 75 (1359)	“ssyam”, 56 (1332); “erã” 4x, 71 (1351)	“ffose”, “ffosse”, 71 (1351)	“fossemos”, 66 (1338)	“ffosem”, 75 (1359)

M. Jordão	“sseia”, 79 (1333)						
G. Esteves	“sseyã” 81 (1351), 82 (1358)						
D. Miguens		“seyã”, 89 (1366)	“Era”, “sya”, “Era”, “ssya”, 83 (1355)	“ssyã” 2x, 83 (1355); “syã”, 89 (1366)	“fose”, 89 (1366)		
A. Peres	“seia”, 91 (1359)						
G. Martins	“sseJa”, 93 (1376)		“era” ⁸⁸⁵ , 95 (1376)				
A. Anes	“sseja” 2x, 99 (1397)						
Tabelião	Pretérito Perfeito do Indicativo			Pret. Mais-que-Perf. Ind.		Futuro do Conjuntivo ⁸⁸⁶	
	P1	P3	P6	P3	P6	P3	P6
D. Viegas			“forõ”, 1 (1274)			“for”, 1 (1274)	
J. Domingues						“for”, 2 (1283)	
P. Moniz	“foy”, 3 (1285)					“for”, 3 (1285), 5 (1290)	
P. (E)Anes		“foy”, 11 (1294); “ffoy” 2x, 24 (1302)	“forõ”, 22 (1299), 23 (1301)			“for” ou “ffor”, 9 (1293), 11, 20 (4x), 23 (1301)	“forẽ”, 18 (1299)
E. Peres	“ffuj”, 26 (1306); “ffuj”, 30 (2x; 1311), 31 (id.), 32 (id.); “ffuj”, 33 (1312)	“ffoy”, 33 (1312)	“fforõ”, 26 (1306), 28, 30, 32, 33 (1312)	“ffora” 2x, “seuera”, 33 (1312)		“ffor”, 29 (1311), 30, 32 (1311)	
F. Soares		“ffoi”, 35 (1319)					
A. Domingues	“ffuy”, 41 (1328); “ffuj”, 46 (1335), 52 (1343)	“ffoy”, 39 (1327), 40 (1328); “ffoy”, 41 (1328); “foy”, 41 (1328); “ffoy”, 42 (1329); “ffoj”, 43 (1332), 44 (1333), 45 (1334), 46 (1335), 47 (2x; 1335), 48 (1336), 49			“fforã”, 39 (1327)	“ffor” ou “for”, 1x sempre do 40 (1328) ao 54 (1350)	

⁸⁸⁵ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ar*/etc. (por cima das duas últimas letras).

⁸⁸⁶ Incluo aqui todos os casos em que pode haver, por remota que seja, qualquer ambiguidade entre uma interpretação de verbo ‘ir’ e uma interpretação de verbo ‘ser’ (o futuro do conjuntivo é igual nesses dois verbos).

		(2x; 1339); “ffoj”, “foj”, 51 (1342); “ffoj”, 52 (1343), 53 (2x; 1349), 54 (2x; 1350)					
P. Gonçalves	“ffuy”, 55 (1331)	“ffoy” 2x, 55 (1331)				“for”, 55 (1331)	
A. Clemente	“ffoy”, 59 (1333), 63, 68, 69, 71, 75 (1359)	“ffoy”, 57 (1333), 60 (1333), 64 (2x; 1335), 65 (1336), 66 (2x; 1338); “ffoj”, “ffoy” 2x, “ffoj”, “ffoy”, 68 (1342); “ffoy”, “ffoj”, “ffoy” 2x, 70 (1348); “ffoy”, 71 (1351), 72 (2x; 1354), 76 (1360), 77 (1363), 78 (1363)	“fforô”, 57 (1333), 60 (2x; 1333); “fforom”, 74 (1354); “fforô”, 75 (1359), 78 (1363)	“ffora”, 56 (1332), 71 (1351)		“ffor”, 56 (1332), 58 (2x), 59, 62 (2x), 63, 64, 66, 67, 68, 69 (2x), 70 (2x), 72 (2x), 76 (2x), 77, 78 (2x; 1363)	“fforê”, 64 (1335), 70, 77 (1363)
M. Jordão						“ffor”, 79 (1333)	
M. Anes					“forã”, 80 (1342)	“for”, 80 (1342)	
G. Esteves						“ffor”, 81 (1351), 82 (1358)	
D. Miguens	“ffuy”, 83 (1355)	“fouy” ou “ffouy”, 83 (1355), 84, 85, 89 (2x; 1366)			“forã”, 85 (3x; 1361), 87 (3x; 1363), 89 (1366)	“ffor” ou “for”, 84 (2x; 1357), 86 (2x), 87 (2x), 88 (2x), 89 (3x), 90 (3x; 1368)	
A. Peres						“for”, 91 (1359)	
V. Domingues						“ffor” 2x, 92 (1366)	
G. Martins			“ffomrom” ⁸⁸⁷ , 94 (1376); “fforô”, 95 (1376)		“fforã”, 94 (1376)	“ffor”, 93 (1376), 94, 95 (2x; 1376)	
J. (E)Anes							“fforê”, “forê”, 96 (1377)
V. Clemente						“ffor”, 97 (1386); “for”, 98 (1386)	

⁸⁸⁷ Duas abreviaturas não desenvolvidas: ambas traços de significação geral, feitos na continuação da última perna dos “m”.

A. Anes		“ffoy”, 99 (1397)				“ffor”, 99 (1397)	

Há a destacar os seguintes factos:

(i) O verbo ‘ser’, como há muito foi demonstrado, é o resultado da fusão de dois verbos latinos, ESSE e SEDĒRE (cf. a respeito da evolução do verbo ‘ser’, entre outros, Nunes 1919 (1960:296-297, 312-316 e 331-332) e Williams 1938 (1961:241-243)). Ao contrário de hoje, na língua antiga (ultrapassando o séc. XIV, que é quando o nosso *corpus* termina) as formas derivadas de SEDĒRE ainda estavam plenamente representadas na conjugação; ou seja, ainda havia um paradigma total derivado daquele verbo e uma maior convivência do duplo étimo. No *corpus* vemos alguns exemplos de formas que se extinguíram, nomeadamente na P3 do pres. ind. (“see” no 96 (1377)), nas P3 e P6 do pret. imp. ind. (respectivamente: “sya” e “ssya”, 83 (1355); “ssyam”, 56 (1332), “ssyã” 2x, 83 (1355), “syã”, 89 (1366)) e na P3 do pret. mais-que-perf. (“seuera”, 33 (1312)). A maior proximidade com a etimologia, no entanto, fazia-se sentir também ao nível semântico, podendo as formas derivadas de SEDERE — verbo latino que significava primitivamente ‘estar sentado’ — ter um valor identificável com ‘estar’ ou mesmo ‘estar sentado’; no nosso *corpus*, também podemos ver isso nas citadas formas.

(ii) A forma “seuera” (texto 33, E. Peres, 1312) denuncia a manutenção, no paradigma derivado de SEDERE, do *e* do radical nas formas relevantes derivadas do Perfectum; ou seja, nota-se a ausência de *e > i* no radical de 1) P2 e P4-P6 do pret. perf. e 2) de todas as outras pessoas dos tempos afins, mudança que se dará por analogia com a P1 do pret. perf. (‘sive’). É o que se espera para a época: cf. o que ficou dito a esse respeito nos comentários ao análogo verbo ‘fazer’.

(iii) A realização da P1 do pres. ind. é sempre *são* ou *soo*, com vogal dupla; plenamente atestada na época, dever-se-á a um -o paragógico no etimológico *sō* < SUM por analogia com outros verbos (cf. Nunes 1919 (1960:296-297), Williams 1938 (1961:242), com referências). Tem paralelo no italiano *sono*.

Ainda não se encontra portanto ‘sou’, o que, segundo as indicações de Nunes 1919 (1960:297), se torna necessário: diz o A. que só a partir do séc. XVI surge aquela forma, a qual terá sido originada por analogia com ‘estou’ (e ‘dou’ e ‘vou’) ou por fechamento e ditongação do -o de ‘são’ (cf. Nunes, id., Piel 1944 (1989:225-226)). Convém lembrar a esse propósito um passo célebre da Gramática de Fernão de Oliveira em que se descreve, para o séc. XVI bem avançado (a obra é de 1536), o que seria certamente ainda um estágio fundamental de oscilação, entre várias realizações, da referida pessoa verbal:

Nos generos dos verbos não temos mais *que* hũa so voz acabada em .o. pequeno: como ensino. amo. e ando: a qual serue como digo em todos os verbos tirando algũs poucos como são estes [...] e mais o verbo sustãtiuo o qual hũs pronũçiã em .om. como som. e outros em ou. como .sou. e outros em .ão. como são. e tãbẽ outros *que* eu mais fauoreço em .o. pequeno como .so. no parecer da premeira pro[n]ũciação cõ .o. e .m. *que* diz som. he o mui nobre johã de barros e a rezão *que* da por si e esta: *que* de som. mais perto vê a formaçã do seu plural o qual diz .somos. com tudo sendo eu moço pequeno fui criado em são domingos Deuora [entenda-se: de Évora] onde fazião zõbaria de mÿ os da terra porque o eu assi pronũciaua segũdo *que* o aprendera na beira [i.e. a província da Beira]. (*Oliveira 1536 (1988:cap. XLVII)*)

Ao português contemporâneo essa oscilação chegou apenas em variantes dialectais muito restritas; assim, Vasconcelos 1901 (1970:116) regista *são* e *som* para a zona de Coimbra, e *som* para o Algarve.

(iv) Da realização da P1 do pret. perf. igual à P3 — i.e. *foi* —, que encontramos nos tabeliões P. Moniz e A. Clemente, já tratámos, em **I. Fonética**, no §2 da vogal *o*; é fenómeno também corrente na época, que se inserirá em âmbito gramatical mais vasto (concretamente, no fechamento de *o* por influxo de *i*). Não se inserem nesse fenómeno as representações da P3 como *foui* em D. Miguens (o que se pode ver imediatamente pela atestação de *fui* para a P1 nesse tabelião); também pertencem a outro âmbito gramatical (aos ditongos *ou* e *oi*), de que tratámos em **I, 1.8.2**.

17. ‘Ter’, ‘conter’, ‘deter’, ‘manter’.

Verbos ‘ter’, ‘conter’, ‘deter’, ‘manter’					
Tabelião	Infinitivo	Gerúndio	Presente do Indicativo		
			P1	P3	P4
P. (E)Anes	“téér”, 20 (1299); “teer”, 22 (1299)				“teemos”, “téemos”, 23 (1301)
A. Clemente	“téér”, 60 (1333)		“tenho”, 65 (1336), 77 (2x; 1363)		
G. Martins		“Temdo ⁺ ”, 95 (1376)		“tem ⁺ ”, 94 (1376)	
Tabelião	Presente do Conjuntivo		Pret. Imperfeito Ind.		
	P3	P6	P3	P4	
P. (E)Anes				“tíamos”, 23 (1301)	
A. Clemente	“tenha” 2x, 61 (1333), “Tenha”, 77 (1363)	“detenhã”, 66 (1338)	“Tynha”, 74 (1354)		
D. Miguens			“Tinha”, 85 (1361)		
J. (E)Anes	“Tenha ⁺ ”, 96 (1377)				
Tabelião	Pret. Imperfeito do Conjuntivo		Futuro do Conjuntivo, P3	Particípios / correlatos	
	P3	P6			
P. (E)Anes			“teuer”, 20 (1299)		
A. Clemente	“teuesse”, 60 (1333)	“mãteuesem”, 71 (1351)		“côteudo”, 56 (2x; 1332), 61 (1333), 71 (3x; 1351); “côteudas”, 71 (1351) “teuda”, “teudos”, 60 (1333) “têête”, “têêtes”, 66 (1338)	
G. Esteves				“côteudo”, 81 (1351)	
D. Miguens		“Teuessê”, 83 (1355)		“Côteudas”, 83 (1355); “Côteudo”, “Côteudas”, 89 (1366)	
A. Anes				“contjudas”, “Cuntjudo”, 99 (1397)	

As formas do pret. imperfeito do conj. e do futuro do conj. mostram-nos que o *e* do radical das formas relevantes que evoluíram a partir do Perfectum ainda não tinha sofrido a inflexão para *i* (as formas relevantes são (i) as P2 e P4-P6 do pret. perf., e (ii) todas as pessoas dos outros tempos com aquela origem). É este o padrão da época, não só para este verbo como para os que sofreram idêntico processo: cf. o que se disse no comentário ao verbo ‘fazer’. Para documentação que respeita especificamente ao processo evolutivo do verbo ‘ter’ e compostos, v., para começar, Nunes 1919 (1960:332-333) e Maia 1986 (1997:836-841).

18. ‘Trazer’.

Duas formas: “Tragiã”, 3.^a pessoa do plural do pretérito imperfeito do indicativo, texto 71 (A. Clemente, 1351); “Trago”, 1.^a pessoa do singular do presente do indicativo, texto 77 (A. Clemente, 1363).

A forma “Tragiã” remete para o infinitivo *trager* (com africada ou fricativa palatal, e não oclusiva velar surda), que era a forma normal, ao menos na linguagem escrita, no primeiro período da língua; cf. Maia 1986 (1997:842ss.), Williams 1938 (1961:245), que servem também de introdução ao complexo processo evolutivo desse verbo (não só no português, como no quadro românico; o étimo primeiro, nesse quadro, é o latim clássico TRAHĒRE⁸⁸⁸).

19. ‘Valer’.

Verbo ‘valer’						
Tabelião	Infinitivo	Pres. Conj., P3	Pret. Imp. Ind.		Pret. Imp. Conj., P6	Fut. Conj., P6
			P3	P6		
E. Peres	“ualer”, 33 (1312)		“ualia”, 33 (1312)			
A. Clemente	“ualer”, 60 (1333), 71 (1351)	“ualha”, 61 (2x; 1333), 77 (1363)	“ualya”, 71 (1351)	“ualyã”, 71 (1351)	“ualessen”, 71 (1351)	
G. Esteves						“valerem”, “valerê”, 81 (1351)
D. Miguens			“ualha”, 87 (1363)			
J. (E)Anes			“ualha ⁺ ”, 96 (1377)			
V. Clemente			“ualha”, 98 (1386)			
A. Anes				“valjam”, 99 (1397)		

⁸⁸⁸ Cf. também a respeito da etimologia do verbo ‘trazer’ a nota que se fez no **Capítulo I, Secção B, II. Morfo-Sintaxe, 3. Verbos**, §11-i.

Este verbo deriva de VALÊRE, cujo tema do perfeito, VALUI, deu em antigo português *valv-* (i.e. *valvi* e não *vali*, *valveste* e não *valeste*, etc.). Todavia, o tema *valv-* já desde o início da produção escrita pode surgir substituído pelo analógico *val-*, que lhe tomou o lugar; isto dá-se exponencialmente no pretérito perfeito (em que quase não há atestações de *valv-*), enquanto nos tempos afins a conservação de *valv-* está mais atestada e dura pelo menos até ao séc. XV — embora, como se referiu, esteja o analógico *val-* atestado desde sempre, e em bom regime.⁸⁸⁹

No nosso *corpus*, dispomos apenas de formas afins do perfeito — pret. imp. conj. e fut. conj., em dados de meados do séc. XIV —, onde se vê unicamente o radical analógico. Na sequência do que foi dito, tal paradigma não é de estranhar. No entanto, os dados apresentam um confronto interessante com os de Maia 1986 (1997:850), que também apenas registou, para o perfeito e tempos afins, formas do pret. imp. conj. (1 caso da P3 e outro da P6) e do fut. conj. (três casos da P3), mas com paradigma oposto ao nosso: em dados que vão do final do séc. XIII até meados do XV, e que respeitam apenas a documentos galegos, existe apenas *valv-*, e não *val-*. De qualquer modo, que não devemos sobrevalorizar essa divergência — apoiada em documentos que, não se esqueça, respeitam somente ao lado de lá da fronteira — mostra-nos o facto de, em texto do séc. XIII, Ferreira 1987, II, s.v. «Ualer», notar apenas *val-*; a documentação é composta por oito formas de fut. conj. e uma de pret. imp. conj., representados respectivamente como *ualese* e *ualer*.

20. ‘Ver’.

Verbo ‘ver’					
Tabelião	Gerúndio	Pret. Imp. Conj., P3	Pret. Perf. Ind., P1	Futuro do Conjuntivo	
				P3	P6
P. Moniz			“uifj”, 3 (1285)		“uirẽ”, 5 (1290)
P. (E)Anes					“virẽ” ou “uirẽ”, 9 (1293), 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23 (1301)
E. Peres					“uirẽ”, 33 (1312)
F. Soares					“virẽ”, 34 (1317), 35 (1319)
P. Gonçalves					“uirẽ”, 55 (1331)
A. Clemente	“ueendo”, 73 (1354)	“visse”, 75 (1359)	“vy”, 56 (1332)		“virem”, 57 (1333); “virẽ”, 65 (1336); “vyrẽ”, 70 (1348)
M. Anes					“virẽ”, 80 (1342)
G. Esteves					“vyrẽ”, 82 (1358)
A. Peres					“virẽ”, 91 (1359)
G. Martins					“vyrẽ”, 93 (1376); “virem”, 94 (1376); “virẽ”, 95 (1376)

⁸⁸⁹ Cf. a respeito da evolução do perfeito e tempos afins de ‘valer’ Williams 1938 (1961:247) e, para documentação do período mais antigo, entre outros, Mettmann 1972, s.v. «valer», Michaelis 1920:91, Lorenzo 1977, s.v. «valer». Na *Vida e Feitos de D. João II* (Garcia de Resende, 1.^a ed. em 1545), já só se encontra *val-*: cf. Verdelho 1994:838, 3.^a col..

V. Clemente					“virem ⁺ ”, 97 (1386), 98 (id.)
A. Anes				“vir”, 99 (1397)	“virem”, 99 (1397)

c-3) 3.^a Conjugação.

1. ‘Abrir’.

Encontram-se lições para: 1) A 3.^a pessoa do plural do pretérito imperfeito do conjuntivo: “abrissem”, texto 71 (A. Clemente, 1351). 2) O particípio passado forte: “aberta”, 74 (A. Clemente, 1354); “Aberta” 2x, 83 (D. Miguens, 1355).

2. ‘Cair’.

Apenas a 3.^a pessoa do pretérito mais-que-perfeito do indicativo: “Cayra”, texto 66 (A. Clemente, 1338).

3. ‘Cumprir’.

Verbo ‘cumprir’					
Tabelião	Infinitivo	Pres. Ind., P3	Pres. Conj., P6	Pret. Imp. Conj., P3	Particípio Passado / Correlatos
E. Peres	“cõprir”, 33 (1312)				
A. Domingues	“cõprir”, 50 (1342)				
A. Clemente			“conpram”, 61 (1333); “cõplã” 2x, 77 (1363)		“conprido”, 56 (1332); “cõprido”, 71 (1351), 77 (2x; 1363). “conprida mête”, 56 (1333); “cõprida mête”, 59 (1333); “cõpridamête”, 71 (1351)
D. Miguens				“cõprise”, 83 (1355)	“CõPrido”, 89 (1366)
J. (E)Anes	“Cõprir” 2x, “cõprir”, 96 (1377)				“Cõprido”, 96 (1377)
A. Anes	“conprir”, 99 (1397)	“conpre”, 99 (1397)			

As formas que notamos, sempre com o no radical, inserem-se no padrão da época; não se tinha ainda concretizado a generalização do u: cf. o que a esse respeito dizem Nunes 1919 (1960:336), Williams 1938 (1961:219), Maia 1986 (1997:402-403).

4. ‘Ir’.

Verbo 'ir'				
Tabelião	Infinitivo	Pres. Ind., P3	Pres. Conj., P6	Imp. Conj., P3
P. (E)Anes		"uaj", 24 (1302)		
E. Peres				"ffosse", 33 (1312)
A. Domingues		"uaj", 51 (1342)		
A. Clemente	"hir", 57 (1333), 60, 61, 71, 77 (1363)	"uay", 57 (1333)		"ffosse", 60 (1333), 71 (1351)
D. Miguens		"uay", 89 (1366)		
V. Clemente	"Jr", 98 (1386)			
A. Anes			"vão", 99 (1397)	

À parte estas formas, há ainda alguns casos de futuro do conjuntivo em que pode haver (nalguns há mesmo) ambiguidade entre uma interpretação de verbo 'ir' e uma interpretação de verbo 'ser'; isto devido à igualdade de paradigma desses dois verbos. Esses casos estão incluídos na tabela do verbo 'ser' atrás (alínea c-2, ponto 16), e não apresentam particularidades morfológicas; por isso e para não repetir os dados, deixo essas formas apenas nessa tabela.

5. 'Ouvir'.

Verbo 'ouvir'			
Tabelião	Infinitivo	Gerúndio	Futuro do Conj., P6
P. (E)Anes			"ouirẽ", 9 (1293), 11 (1294), 12 (1296), 13 (1297); "ourẽ", 14 (1297); "ouirẽ", 15 (1298), 16 (id.), 18 (1299), 19 (id.), 20 (id.), 21 (id.), 22 (id.), 23 (1301)
E. Peres			"ouuirẽ", 33 (1312)
F. Soares			"ouuyrẽ", 34 (1317)
P. Gonçalves			"ouuirẽ", 55 (1331)
A. Clemente		"ouuĩdo", 75 (1359)	
D. Miguens	"ouir", 83 (1355)		

Os casos que se registam em P. (E)Anes e D. Miguens foram já tratados nos §§1 e 2 de **I. Fonética, 1.8.2. Ditongos ou e oi**, onde se vê que têm justificação etimológica: representam, pelo menos os de P. (E)Anes, o tipo [ow'ir], atestado em textos da época e que foi o resultado primeiro de AUDĪRE, o étimo (tendo-se depois o [v] desenvolvido, no seguimento da semivogal velar, para evitar a sequência de três segmentos de base vocálica). O caso de D. Miguens representará esse tipo ou algum lapso gráfico, conforme ficou dito no citado §2.

6. ‘Parir’.

Dispomos apenas do adjetivo correlato “(uacas) paridas”, no texto 96 (J. (E)Anes, 1377); sem lições relevantes, portanto.

7. ‘Partir’.

Verbo ‘partir’				
Tabelião	Infinitivo	Presente do Indicativo		Pres. Conj., P3
		P3	P6	
D. Viegas		“parte”, 1 (1274)		
J. Domingues		“parte”, 2 (1283)		
P. Moniz		“parte”, sempre do 4 (1287) ao 7 (1292)		
P. (E)Anes	“partir”, 24 (1302)	“parte”, 8 (1293), 9, 10, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24 (2x), 25 (1304)	“partem”, 16 (1298)	
E. Peres		“parte”, 26 (1306), 30, 32 (1311)	“parten”, 28 (1308), 31 (1311)	
F. Soares		“parte”, 37 (1325), 38 (id.)	“parten”, 54 (1350)	
A. Domingues		“parte”, 39 (1327), 41 (1328), 42 (1329), 45 (2x; 1334), 46 (1335), 47 (id.), 48 (1336), 49 (1339), 50 (1342), 51 (id.), 52 (1343); “parte”, 53 (1349); “parte”, 54 (1350)		
P. Gonçalves				“parta” 2x, 55 (1331)
A. Clemente	“partir”, “partirê”, 71 (1351)	“parte”, 57 (1333), 58 (2x), 59 (2x), 62, 64, 65, 68 (3x), 69, 70 (3x), 76, 77 (2x; 1363)	“partem”, 65 (1336), 78 (1363)	
M. Jordão		“parte”, 79 (1333)		
M. Anes		“parte”, 80 (1342)		
G. Esteves	“partyr”, 82 (1358)	“parte”, 82 (1358)		
D. Miguens		“Parte”, 86 (1363); “Parte”, 89 (2x; 1366), 90 (2x; 1368)	“partê”, 84 (1357); “parte”, 87 (1363)	

A. Peres			“partẽ”, 91 (1359)	
V. Domingues		“parte”, 92 (1366)		
G. Martins	“partir”, 93 (1376); “partyr”, 95 (1376)		“partẽ”, 93 (1376); “partem”, 94 (1376), 95 (id.)	
J. (E)Anes		“parte”, 96 (1377)		
V. Clemente	“partyr”, 97 (1386), 98 (id.)	“parte”, 97 (1386), 98 (id.)		
A. Anes			“partem”, 99 (1397)	

Tabelião	Pretérito Perfeito do Indicativo, P6	Particípio Passado / Correlatos
P. (E)Anes	“partirõ”, 24 (1302)	“partidas”, 22 (1299), 23 (1301). “partido” 2x, 24 (1302). “partidos”, 24 (1302). Note-se ainda o topónimo “mal partida”, 22 (1299)
A. Clemente		“partidos”, 60 (1333)
J. (E)Anes		Apenas há a notar os topónimos “mal partida” e “partjda”, 96 (1377)

O verbo ‘partir’, derivado de PARTĪRE, devia ter ficado na 1.^a pessoa do presente do indicativo e em todas as pessoas do presente do conjuntivo com um radical *parç-*, oposto a *part-* de todas as outras formas, devido ao iode que aquelas formas tinham no latim vulgar. Assim, ter-se-ia *parço* (< PARTĪO), mas *partes*, *parte*, etc. (PARTĪS, PARTĪT, etc.); e *parça*, *parças*, *parça*, *parçamos*, *parçades*, *parçam* (PARTĪAM, PARTĪAS, PARTĪAT, PARTĪAMUS, PARTĪATIS, PARTĪANT). Ficaria à imagem do correlato arc. *parçoeiro* (= participante) < PARTĪONARIUM (cf. Corominas 1980-1991, s.v. «Parte»), ou de verbos como ‘sentir’, ‘mentir’ (< SENTĪRE, MENTĪRE), que tinham na fase mais antiga da língua *senço* e *menço* (< SENTĪO e MENTĪO) vs. *sentes* e *mentes* (< SENTĪS e MENTĪS), *sente* e *mente* (< SENTĪT e MENTĪT), etc.; e *sença* e *mença* (< SENTĪAM, MENTĪAM), *senças* e *menças* (< SENTĪAS, MENTĪAS), etc..⁸⁹⁰

Ficaria portanto o verbo ‘partir’ de acordo com a normal evolução fonética do grupo latino [tj]. Todavia, já nos textos antigos ele aparece sempre com a conjugação, regular, actual⁸⁹¹. Dessa forma, os dois casos de “parta” = P3 do pres. conj. em P. Gonçalves (as lições de que dispomos para essa questão) estão apenas de acordo com a língua normal da época.

A ausência de representação de nasalidade na forma “parte” = P6 do pres. ind. do texto 87 (D. Miguens), que surge a par de “partẽ” em texto do mesmo tabelião (84) e de vários outros casos no *corpus* com a esperada representação de nasalidade, deve-se apenas, como é evidente, a lapso de escrita.

⁸⁹⁰ Esses verbos foram depois regularizados, como se sabe; mas outros conservaram irregularidades análogas, como *peço*, *peça*, *peças*, etc., de *pedir* < *PETĪRE. Já acima, no início deste sub-capítulo, nos ocupámos deste assunto.

⁸⁹¹ Cf. abundante documentação de ‘partir’ na antiga língua em Michaelis 1920:64, Magne 1944, s.v., Nunes 1928,III (1973), s.v., Nunes 1932b (1972), s.v., Lapa 1965 (1970), s.v., Mettmann 1972, s.v., Lorenzo 1977, s.v., Ferreira 1987,II, s.v..

8. ‘Pedir’.

Verbo ‘pedir’						
Tabelião	Pret. Imp. Ind.		Pret. Imp. Conj., P3	Pret. Perf. Ind.		Particípio Passado
	P3	P6		P3	P6	
E. Peres	“pedia”, 33 (1312)					
F. Soares				“pedio”, 34 (1317)		
A. Clemente	“pidia”, 75 (1359)	“pidiã”, 71 (1351)		“pidio”, 73 (1354), 74, 75 (1359)	“pidirõ”, 71 (1351)	“pidido”, 73 (1354), 75 (1359)
D. Miguens			“pidise”, 83 (1355)	“Pidyo”, 83 (2x; 1355), 85 (1361)		

As formas com *i*, átono, no radical respeitam apenas ao fenómeno fonológico da elevação de *e* pré-tónico por harmonia vocálica com *i* tónico seguinte antecedido de consoante, que foi tratado em **I. Fonética**, §2-2 da vogal *e*.

9. ‘Relinquir’.

Apenas uma forma: a 3.^a pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo “rrelinquirõ”, texto 33 (E. Peres, 1312).

10. ‘Sair’.

Dispomos de: 1) Infinitivo: “sairmos”, texto 5 (P. Moniz, 1290); “sayrmos”, 22 (P. (E)Anes, 1299). 2) Pretérito perfeito do indicativo, 6.^a pessoa: “ssayrõ”, 81 (G. Esteves, 1351).

Há ainda o substantivo cognato ‘saídas’, em variadas atestações:

Substantivo ‘saída(s)’	
Tabelião	Formas
P. (E)Anes	“saydas”, 14 (1297), 15, 16, 17, 19, 21, 23, “ssaydas”, 25 (1304)
F. Soares	“ssaidass”, 36 (1320), “ssaidas”, 37, 38 (1325)
A. Domingues	“ssaydass”, 39 (1327), “ssaydas”, 40 (1328), 41 (id.), 42 (1329); “ssajdas”, “sajdas” ou “ssajdass” nos 43 (1332), 44 (1333), 45 (1334), 46 (1335), 47 (id.), 48 (1336), 50 (1342), 51 (id.), 52 (1343), 53 (1349), 54 (1350)
P. Gonçalves	“saidas”, 55 (1331)
A. Clemente	“ssaidas”, 56 (1332), 57 (1333), 58 (id.), 59 (id.), 62 (1334), 63 (1335), 64 (id.), 68 (1342), 69 (1347); “ssaydas”, 72 (1354), 76 (1360), 78 (1363)
M. Jordão	“ssaydas”, 79 (1333)
M. Anes	“saidas”, 80 (1342)
G. Esteves	“ssaydas”, 81 (1351), 82 (1358)

D. Miguens	“saidas”, 84 (1357); “say/[da]s” ⁸⁹² , 86 (1363); “saidas”, 87 (1363), 88 (id.), 89 (1366), 90 (1368)
A. Peres	“saidas”, 91 (1359)
V. Domingues	“ssajdas”, 92 (1366)
G. Martins	“ssaydas”, 94 (1376); “ssaydas” ⁸⁹³ , 95 (1376)
J. (E)Anes	“saidas”, 96 (1377)
V. Clemente	“sejdas”, 97 (1386), “ssejdas”, 98 (id.)

As formas que notamos em V. Clemente foram já comentadas em **I. Fonética**, §2-2 da vogal *a* e representam um caso esporádico de assimilação do *a* pré-tónico ao *i* tónico com que está em contacto.

11. ‘Seguir’.

Encontram-se as seguintes formas no *corpus*: 1) Presente do indicativo, P3: “ssege”, textos 75 e 77 (ambos de A. Clemente, 1359 e 1363), “ssegue”, 99 (A. Anes, 1397). 2) Pretérito perfeito do indicativo, P3: “ssigio”, no já citado 75. O *i* pré-tónico nesta forma prende-se com o fenómeno fonológico da elevação de *e* átono por assimilação a *i* tónico seguinte, tratado em **I. Fonética**, §2-2 da vogal *e*. No resto, temos as derivações normais.

12. ‘Servir’.

Há o infinitivo “ssiruir”, no texto 83 (D. Miguens, 1355). O *i* pré-tónico tem a mesma explicação de forma análoga do verbo ‘seguir’ que foi citada no ponto 2) do parágrafo anterior.

Para além disso, cite-se o apelido ‘Servido’ (forma correlata do particípio passado), que surge sob as formas “Seruido” e “seruido”, respectivamente nos textos 12 e 22 (ambos de P. (E)Anes, 1296 e 1299).

13. ‘vir’, ‘avir’, ‘convir’.

Verbos ‘vir’, ‘avir’, ‘convir’					
Tabelião	Infinitivo	Presente do Indicativo, P3	Presente do Conjuntivo		Futuro do Indicativo, P3
			P1	P3	
D. Viegas		“cõuē”, 1 (1274)			
J. Domingues		“cõuē”, 2 (1283)			
P. Moniz		“cõuem”, 5 (1290); “cõuē”, 6 (1292), 7 (id.)			
P. (E)Anes		“cõven”, 9 (1293); “cõuē”, 15 (1298), 17 (id.), 21 (1299)			
F. Soares		“cõuē”, 36 (1320), 37, 38 (1325)			
A. Domingues	“víjr”, 54 (1350)	“cõuē”, sempre do 40 (1328) ao 54 (1350) “uē”, 48			

⁸⁹² I.e. há um segmento reconstruído, “da”, a seguir a uma mudança de linha.

⁸⁹³ Abreviatura não desenvolvida: sinal de *ir*/etc. (por cima do “y”).

		(1336), 50, 51 (1342)			
P. Gonçalves		“cōuen”, 55 (1331)			
A. Clemente	“vījr”, 57 (1333), 60 (id.) “avījr”, 71 (1351)	“cōuem”, 56 (1332); “cōuē”, 58 (1333); “cōuem”, 59 (1333), 60 (id.); “comuē”, 63 (1335); “cōuē”, 67 (1342), 68 (id.), 72 (1354) “uē”, 68 (1342)	“uenha”, 57 (1333)	“uenha”, 77 (1363)	“uira”, 60 (1333); “uirá”, 71 (1351)
G. Esteves		“cōuem”, 81 (1351)			
D. Miguens		“Cōuē” ou “cōuē”, 83 (1355), 84, 86, 87, 88, 89, 90 (1368)			
V. Domingues		“cōuē”			
G. Martins		“cōuē”, 93 (1376), 94 (id.); “Cōvē”, 95 (1376)			
J. (E)Anes	“vyr”, 96 (1377)			“auenhase ⁺ ”, 96 (1377)	
V. Clemente		“cōuē”, 97 (1386), 98 (id.)			

Tabelião	Futuro do Conjuntivo			Pret. Perfeito do Indicativo		Pret. Mais- que-perf. Ind., P3
	P1	P3	P6	P3	P6	
D. Viegas		“uээр”, 1 (1274)				
J. Domingues		“ueer”, 2 (1283)				
P. (E)Anes		“uээр”, 8 (1293), 9 (id.), 10 (id.); “ueer”, 12 (1296); “uээр”, 13 (1297), 14 (id.), 15 (1298), 16 (id.), 17 (id.), 19 (1299), 21 (id.), 23 (1301), 25 (1304)				
E. Peres		“uээр”, 26 (1306), 27, 28, 30, 31, 32 (1311)			“ueerō”, 33 (1312)	“uээра”, 33 (1312)
F. Soares		“uээр”, 36 (1320), 37, 38 (1325)				
A. Domingues		“uээр”, 39 (1327), 40 (1328), 41 (id.), 42 (id.); “ueer”, 43	“uээрē”, 39 (2x; 1327), 40 (1328); “uээрē”, “ueerē”, 41			

		(1332); “ueer”, 44 (1333); “ueer”, “uéér”, 45 (1334); “ueer” 2x, 46 (1335); “uéér”, “ueer”, 47 (1335); “uéér”, 48 (2x; 1336), 49 (1339); “ueer”, “uéér”, 50 (1342); “ueer”, “uéér”, 51 (1342); “uéér” 2x, 52 (1343); “véér”, “uéér”, 53 (1349); “uéér”, 54 (1350)	(1328); “uéérê”, 42 (1329); “ueerê”, 51 (1342); “uéérê”, 53 (1349); “uééRê”, 54 (1350)			
P. Gonçalves		“uéér”, 55 (1331)				
A. Clemente	“uéér”, 57 (1333)	“ueer”, 56 (1332), 58 (1333), 59 (id.); “uéér”, 62 (1334), 63 (1335), 64 (1335); “ueer ⁺ ”, 67 (1342), 68 (id.); “uéér”, 69 (1347); “ueer”, 72 (1354); “uéér”, 76 (1360); “ueer ⁺ ”, 77 (1363); “uéér”, 78 (1363)	“uéérem”, 59 (1333); “ueerê”, 63 (1335), 70 (1348)	“ueo”, 60 (1333)	“ueerô”, 71 (1351)	
M. Anes			“veerê”, 80 (1342)			
G. Esteves		“veer”, 81 (1351), 82 (1358)				
D. Miguens		“véér”, 84 (1357); “ueer ⁺ ”, 86 (1363), 87 (id.); “uéér”, 88 (1363); “ueer ⁺ ”, 89 (1366); “uéér”, 90 (1368)				
V. Domingues		“véér”, 92 (1366)				
G. Martins		“uyer”, 94 (1376)				
V. Clemente			“veerem”, 98 (1386)			
A. Anes		“veer”, 99 (1397)				

(i) A forma “*uyer*” (G. Martins, 94, 1376) representa a evolução do *e* para [j]/[i] em contacto com tónica de timbre mais aberto (Williams 1938 (1961:249), etc.), fenómeno que pertence à fonética / fonologia e foi tratado em **I. Fonética**, §2-1 da vogal *e*.

(ii) No futuro do indicativo, as duas formas de que dispomos apresentam, não a variante com síncope da vogal pré-tónica e assimilação do *n* ao *r* (i.e. *VENIRE-AIO > *venrei* > *verrei*, etc.⁸⁹⁴), mas a variante analógica do infinitivo, que com aquela coexistia (embora, parece, de forma genericamente subalterna) na língua antiga (Nunes 1919 (1960:341), Huber 1933 (2006:231), Williams 1938 (1961:249)) e, como é sabido, veio a tomar o seu lugar⁸⁹⁵.

Em termos gerais, pode dizer-se que os dados do nosso *corpus*, no que respeita aos verbos irregulares, mostram uma língua que não só (i) se insere perfeitamente no que é o português (antigo, no caso) como (ii) não se apresenta inovadora nos processos de regularização que a língua viria, no decurso da sua história, a sofrer. Em área gramatical tão problemática — no sentido da aquisição como no da própria evolução da língua —, isso não deixa de ser da maior importância; é óptima prova de que o Sueste da Beira, área de colonização linguística, era já nos sécs. XIII e XIV, não apenas membro de pleno direito da comunidade linguística galego-portuguesa mas, mais do que isso, estava já plenamente sujeito à Norma dessa mesma comunidade — a qual, então como hoje, lhe ficava estranha geograficamente.

Farei ainda uma nota particular sobre os perfeitos fortes de 3.^a pessoa do singular com *-o*, e.g. *quiso* = ‘quis’, *fezo* = ‘fez’. Este tipo de formas, que vingou no galego moderno e que o português moderno não tem, já desde o início da produção escrita galego-portuguesa distinguia a linguagem falada na Galiza da falada em Portugal: ali eram essas formas muito frequentes, mesmo dominantes, ao passo que aqui eram extremamente raras (v. a esse respeito o que Maia 1986 (1997:745-747), com bibliografia, diz). No nosso *corpus* não há nenhuma forma dessas, o que vai de encontro ao que tem sido notado e, para todos os efeitos, demarca a linguagem do SE Beirão da da Galiza.

3. Género

1] Há algumas divergências significativas ao nível do género dos nomes e adjetivos entre a língua antiga e a moderna; tanto ao nível lexical — p. ex., ‘fim’ era feminino e ‘linhagem’ masculino — como propriamente gramatical — os nomes em *-or* e *-ol*, p. ex., eram uniformes, quer dizer, a terminação era a mesma para o masculino e para o feminino. A respeito da questão das divergências no sistema de género entre a língua antiga e a moderna, que envolve vários sub-pontos e muitos casos estritamente lexicais, v., para começar, Cardeira 2005:91-96 (o estudo de pesquisa mais completo), Nunes 1919 (1960:221-226) (a visão geral, de um ponto de vista gramatical, mais completa), Silva 2008,I:356-362 (que sistematiza o contributo dos primeiros dois gramáticos portugueses a respeito do assunto) e Williams 1938 (1961:132-133) (que apresenta importantes

⁸⁹⁴ Cf. a respeito desse fenómeno, que encontra paralelo em outros verbos, Nunes 1919 (1960:320-321), Huber 1933 (2006:231), Williams 1938 (1961:211-212), Piel 1944 (1989:236).

⁸⁹⁵ Tal como nos outros verbos em que se tinha dado processo análogo; cf. a esse respeito as referências citadas na nota anterior.

referências precisas). A maior parte dos factos (pelo menos os respeitantes a mudanças estruturais, i.e. abstraindo dos casos lexicais) ter-se-á concretizado pelo séc. XVI ou seguintes, embora possam constituir uma tendência mais antiga ⁸⁹⁶; e, naturalmente, estamos aqui a falar, por defeito, de mudanças analógicas.

Passamos a ver os dados do nosso *corpus*.

Não se encontram nomes em *-or* já com o *-a* do feminino. Há as seguintes evidências de *-or* feminino: “eu Costâçafonsso **morador** ã ssan viçete”, texto 38 (F. Soares, 1325); “Eu dita **uêdedor** esta carta mãdey ffazer”, 41 (A. Domingues, 1328) ⁸⁹⁷; “mj dita **uêdedor**”, 44 (id., 1333); “eu dita **uêdedor**”, “da dita **uêdedor**”, 46 (id., 1335); “da dita **uêdedor**”, 52 (id., 1343); “da **uêdedor**”, 59 (A. Clemente, 1333); “da **uendedor**”, 63 (id., 1335); “Margaridaffonsso **morador** em Couylhã”, 71 (id., 1351); “Eu *marya* affonsso madre do meestre davjs **morador** ã Castel brãco”, 99 (A. Anes, 1397). Temos, portanto, atestações desde a terceira década do séc. XIV até ao fim do *corpus* (o texto 99 é o último).

Não há evidências de *-ol* feminino, pelo que não podemos averiguar de uma putativa inserção de *-a* nesse contexto para formar o feminino na época. Dada a lição do relacionável *-or*, todavia, é provável que esse fenómeno ainda não se verificasse.

Também não se encontram nos dados palavras acabadas em *-ês* que eram uniformes na língua antiga e depois adquiriram *-a* para o feminino (como ‘português’, que antes servia para os dois géneros e hoje tem o paradigma ‘português’, m. / ‘portuguesa’, f.); como não se encontram palavras então variáveis e hoje invariáveis ou uniformes (e.g. ‘cortês’).

Não registei substantivos em *-agem*, continuando os dados a serem pobres ao nível lexical: não se encontram palavras como ‘fim’, que no port. antigo ocorria como feminino (‘a fim’; tal como no francês actual), ou o feminino de ‘comum’, que era na língua antiga ‘comũa’.

‘Árvore’ resultou feminino normalmente na língua, inclusivamente na arcaica, mas estão para esta época registadas ocorrências como masculino (cf. Nunes 1919 (1960:221, n. 3) e Machado 2003, s.v. «árvore»). No *corpus* aqui em estudo, a palavra surge sempre como feminino: “sas aruores” no doc. 8 (2x) e no 17 (ambos do tabelião P. (E)Anes, o primeiro de 1293 e o segundo de 1298).

‘Firme’, que no port. antigo também podia surgir com *-o*, é palavra muito frequente no *corpus* (há um total de 51 ocorrências), surgindo sempre com *-e* ou, raramente, com *-i*, e ainda mais raramente com *ĩ*. ⁸⁹⁸ A lista das suas ocorrências é a seguinte: 1) Em cada um dos 16 textos do tabelião A. Domingues (39-54, abrangendo 1327-1350) há uma ocorrência de *firme*, com *-e*. 2) Em vários textos de A. Clemente há também *firme*, com *-e*, num total de 16 ocorrências (textos: 56, 57, 58, 59, 60 (2x), 61, 62, 65, 67, 69, 71 (3x), 72 e 76, que vão de 1332 a 1354). 3) No texto 79 (1333), de M. Jordão, há “ffirmy”, ou seja a variante com *-i*. 4) No texto 80 (1342), de M. Anes, há mais uma vez a variante com *-e*. 5) Em cada um dos dois textos de G. Esteves (81-82, 1351 e 1358) há duas

⁸⁹⁶ São também processos que encontram paralelos noutros idiomas românicos; cf. a esse respeito, para começar, Menéndez Pidal 1904 (1982:219-220).

⁸⁹⁷ Atrás no mesmo texto, há a estrutura ambígua “eu *Marya martijz* mulher que ffuy de deulodeu **morador** ã ssan viçete da beyra”; ‘morador’ pode estar a referir-se a Maria Martins ou a Deulodeu. Não considero este tipo de caso.

⁸⁹⁸ A elevada frequência de ‘firme’ no *corpus* deve-se à sua ocorrência na expressão fixa de que o contrato celebrado *seja firme e estável*....

ocorrências de *firme*⁸⁹⁹. 6) Igualmente há *firme*, 5 vezes, em textos de D. Miguens (textos 84, 86, 87, 88⁹⁰⁰ e 89, de 1357 a 1366). 7) *Firme* continua no 91 (A. Peres, 1359). 8) Também no 92 (V. Domingues, 1366). 9) E uma vez em cada dos três textos de G. Martins (93-95, 1376). 10) Nos dois textos de V. Clemente (97 e 98, 1386) há “firmj”, uma vez em cada. 11) E, por último, volta a haver *firme* no último texto do *corpus* (99, A. Anes, 1397). As variações *e-i-ĩ* são questões de fonética, e não interessam para aqui (respeitam à alternância *-e / -i* átonos, que anda a par da evolução *-i > -e*, e à nasalização de vogal por contacto com consoante nasal antecedente).

Interessa a questão de haver, como já se disse, *firimo* (ou *fermo*), também adjectivo, na língua antiga. Tem-se tirado essa forma do latim FĪRMU- (e.g. Nunes 1919 (1960:224)), adjectivo de 1.^a classe, numa etimologia que parece pacífica. Todavia, noutro âmbito tem-se tirado *firme* de *firimo* (e.g., mais uma vez, Nunes, passo cit.), vendo-se assim a variação *firme-firimo*, que culmina com a vitória do primeiro, como um exemplo de mudança estrutural — i.e. flexional — no género gramatical: um adjectivo biforme passa a uniforme, numa reformulação da língua. Esse processo dever-se-ia, como refere Nunes 1919 (1960:224), a analogia com outras formas terminadas em *-e*, e, indica o mesmo A., houve apenas dois adjectivos a sofrê-lo: para além de *firme*, *contente*, que tem o latim CONTENTU- e surge na língua antiga também como *contento*. Não há no nosso *corpus* ‘contente’.

Não é claro, porém, que *firme* tenha a origem referida, na sequência das informações que vemos nas obras etimológicas. Assim, Machado 2003, s.v. «firme», vê a origem da palavra no “lat. *firme*, adv., «solidamente, fortemente, firmemente»”, continuando: “creio ser fácil, pelo menos neste caso, passar do sentido adverbial para o adjectival, pelo que seria possív[e]l a confusão semântica entre esse voc. e o adj. *firmu* [...]”; atesta depois *firme* para 1255. O A., todavia, atesta *firimo* apenas para 1873 (s.v. «firimo»), quando se sabe que existia já na língua antiga.

Nascentes 1952-1955, s.v. «firme», faz uma espécie de síntese das opiniões existentes à data e dá uma útil perspectiva pan-românica: “[‘Firme’ vem] Do lat. *firme* (M. Lübke, REW, 3320, *Romania*, XIII, 289); esp. *firme*, it. *fermo* (do lat. *firmu*), fr. *ferme*. M. Lübke, não acha necessário o lat. *firmitas* (*Revue Hispanique*, V, 417). Cornu, *Port. Spr.*, § 304, Nunes, *Gram. Hist. Port.*, 70, aceitam a forma derivada da segunda classe latina de adjectivos e citam o arc. *fermo*.” Nascentes 1966, s.v. «firme», perde clareza e traz uma formulação ambígua: diz o A. que a palavra vem “Do lat. *firmu*, através do arc. *fermo* (cf. *enfermo*); no lat. vulg. *firme*.” A remissão para ‘enfermo’ é pertinente, pois essa palavra tem tudo para ser derivada do lat. IN FĪRMU- = “que não está firme”, como diz o A..

⁸⁹⁹ Estes casos merecem uma nota. Os contextos são os seguintes: 81-1, “ffazermos a dita venda ffirme E ssaa”; 81-2, “E a dita venda sseya ffirme estauyL”; 82-1, “ffazemos a dita venda ffirme E ssaa”; 82-2, “E a dita venda sseya ffirme estauyL”. Considerando apenas os segundos casos de cada um dos textos, poder-se-ia ver uma ambiguidade na significação do *-e* de *firme*: pode representar apenas, numa elisão de fonética sintáctica, a conjunção ‘e’, que não surge explícita; não se poderia saber assim, em rigor, se haveria *firimo* ou *firme* (ou *firmi*) subjacente. Mas é claro que essa questão é supérflua, pois: (i) há *firme*, com *-e*, nos mesmos textos; (ii) a haver um fenómeno de fonética sintáctica, ele será sempre, certamente, respeitante a ‘estável’, que é a palavra que se segue e que, devido ao *s-* impuro (< STABĪLE-), surge frequentemente na época (também no *corpus*) representada apenas como *stável*; haveria assim uma contracção da conjunção com o *e-* daquela palavra. No entanto, temos aqui formas fundamentalmente ambíguas, até, possivelmente na língua de quem escrevia.

⁹⁰⁰ O caso deste texto é: “E a uêda ficar firme Estauil”; é similar aos de G. Esteves comentados na nota anterior, e há a dizer a respeito dele essencialmente o mesmo.

Por seu lado, Cunha 2000, s.v. «firme», refere como étimo o “lat. vulg. *fīrmīs* (cláss. *fīrmus*)”. Lorenzo 1977, s.v. «firme», tem opinião fundamentalmente coincidente: vem a palavra “del lat. vulg. *FĪRMĪS*, en lugar de *FĪRMUS*”, remetendo o A. para Nascentes e Corominas. O primeiro já vimos, e este diz, na edição que aqui utilizamos (1980-1991), que é posterior ao citado trabalho de R. Lorenzo, efectivamente que o étimo é o “lat. vulg. *FĪRMIS*, lat. *FĪRMUS*”; dá como primeira documentação um texto de 1100, depois o *Cantar de Mío Cid*, e acrescenta algumas informações importantes: é palavra “Frecuente y popular en todas las épocas”; “La forma *FIRMIS* se halla en la Ítala, e *infirmis* [relembre-se o que foi notado a respeito de ‘enfermo’, ao vermos as opiniões de A. Nascentes] es aún más frecuente en textos vulgares: ambas se deben al influjo de los opuestos *fortis* [...], *debilis*, etc. [...]; el neutro *firme* se halla también en los *Hermeneuta Vaticana*, glosario antiguo conservado en ms. del S. X [...]. El mismo origen tienen el port. *firme* [...]”; “La I larga está documentada por la grafía com *i longa* en varias inscripciones latinas [...]”; “Los demás romances tienen formas procedentes de *FĪRMUS*, también documentado por inscripciones y gramáticos”; “comp. *ENFERMO*”, s.v. onde o A. diz que a palavra é um “descendiente semiculto de lat. *ĪNFĪRMUS* ‘débil, endeble’, ‘impotente’, ‘enfermo’, derivado de *FĪRMUS* ‘firme’” e que, tendo a primeira atestação num “anónimo mozárabe del siglo XI”, de que dá referência, está atestada em muitos autores medievais.

Também Leite de Vasconcelos se ocupou desta etimologia⁹⁰¹, e dá legitimidade à variante com -e. Numa “nota filológica” intitulada “**Firmis*” (Vasconcelos 1898:422), diz: “A par de **fīrmus*, que explica o port. arc. *fermo*, o ital. *fermo*, o catal. *ferm*, e o fr. arc. *ferm* e mod. *ferme*, parece que existia no lat. vulg. da Iberia **fīrmis*, que explica o port. e hesp. *firme*. A existencia de **fīrmis* é confirmada pelo adverbio classico *firmiter*. O adj. **fīrmis* podia ter-se formado de *firmitas*, pois que o suffixo -*t* a *t* - (*firmitatem*) tanto se junta a *th*. em -*o* (*firmitas*, de *firmus*; *aequitas*, de *aequus*), como a *th*. em -*i* (*crudelitas*, de *crudelis*; *similitas*, de *similis*). Temos pois **fīrmis* : *firmitas* :: *crudelis* : *crudelitas*. Outra prova da existencia de **fīrmis* está em *infirmis*, archivado por H. Rönsch, *Itala und Vulgata*, Marburg, 1875, p. 274”.

Sem querer resolver a etimologia de ‘firme’, que já vimos ser complexa e nos levaria a uma dispersão prolongada (pois várias questões paralelas há a tratar), o que nos interessa extrair destas informações é o seguinte:

- (i) De maneira nenhuma é claro que *firme* venha de *firmo* ou de *FIRMU*-. Antes parece provável, na sequência do que vimos, que venha do latim vulgar *FIRME*-⁹⁰². Para essa ideia concorre a grande atestação de *firme* desde cedo, quer em português quer noutras línguas românicas; *firmo* ou *fermo*, por outro lado, parece ser raro na língua portuguesa, sendo pouco frequentes as atestações explícitas (ou seja, descontando as meras referências à existência da forma)⁹⁰³. No nosso *corpus* essa variante também nunca surge, por oposição aos 51 representantes de *firme*. — Em todo o caso, se há *firmo* ou *fermo* na língua antiga (e se há *enfermo*), tem de se admitir uma hipótese de empréstimo de outra língua, o qual nos chegaria provavelmente por via da linguagem notarial — onde, como já ficou dito, o emprego de *firme*, devido ao

⁹⁰¹ Informação colhida em Nascentes e Corominas.

⁹⁰² Esta opinião é também a seguida pela maior parte dos dicionários portugueses generalistas mais importantes; assim estão o Houaiss, o Aurélio, o Dicionário da Academia ou o Dicionário da Porto Editora.

⁹⁰³ O exaustivo trabalho de Lorenzo 1977, p. ex., não cita *firmo* / *fermo*, ao contrário de variados casos de *firme* (desde o séc. XIII).

seu uso na expressão estereotipada e recorrente *seja / fique firme e estável*, é muito frequente.

- (ii) Não podemos, portanto, atestar variação e mudança estrutural de género, a partir de *firme*, no *corpus* em estudo. Nem qualquer outro tipo de variação, pois nunca há *firmo*.

Por último, no que respeita ao género das formas em *-nte*, que é terminação frequente, ao longo de todo o *corpus*, no feminino e no masculino (mais neste), e em substantivos como adjectivos, também não se encontra oscilação de género: sempre há *-e*. Não encontrei no feminino palavras como ‘infante’ ou ‘parente’, em que vingou na língua um *-a* para esse género: ‘infanta’, ‘parenta’; cf. a esse respeito Cunha / Cintra 1984:195.

Os dados do nosso *corpus* respeitantes às mudanças de género que se processaram na língua antiga não são, como se vê, ricos⁹⁰⁴. Os poucos de que dispomos apontam para um estado de língua plenamente arcaico, o que, dada a já mencionada cronologia da maior parte dos processos, não surpreende.

Assim parece estar também o *corpus* de Maia 1986, que tal como o nosso é baseado em documentos notariais. Comentando apenas as formas em *-or*, a A. nota a adjunção de *-a* somente no séc. XV (Maia 1986 (1997:658-659)): há *prior* no feminino em documento galego de 1283 e *priora* a partir de 1414; *senhor* pode vir no feminino ainda no final do XV, mas já surge *senhora* em doc. português de 1448, assim como depois. De resto, a palavra *senhor(a)* foi, segundo Cardeira 2005:95-96, o elo de tracção da mudança das palavras em *-or* (i.e. da adopção da regra de adjunção de *-a* para o feminino); fazendo uma visão de conjunto dos dados que analisou, refere a A.:

No que diz respeito aos nomes terminados em *-or*, a forma *senhora* parece ter sido determinante, como precursora, da evolução que consistiu na adjunção de *-a* para marcar o feminino. De facto, surge assim já nos *Cancioneiros* (alternando, embora, com *a senhor*). Nos textos que aqui analisei registam-se, no total, 24 ocorrências entre cerca de 1430 e 1494, sempre com *-a*. Esta sistematicidade contrasta com a também sistemática ausência de *-a* nos outros femininos de nomes em *-or* (um total de 20 ocorrências, sendo apenas uma delas anterior ao século XV). Pode pensar-se na hipótese de a adjunção de *-a* ter-se iniciado em forma tão frequente na língua como *senhor/senhora* e que essa forma, precisamente pela sua frequência, possa ter contribuído para a expansão do fenómeno a nomes do mesmo tipo.

Trata-se, sem dúvida, de uma hipótese muito forte; à luz dos dados de que dispomos, parece certa.

2] Sabendo-se que o género neutro, conservado em formas dos pronomes demonstrativos, desapareceu logo no romance nos substantivos e nos adjectivos, os seguintes dois casos devem ser interpretados como meros lapsos de escrita ou — fundamentalmente o primeiro — particularidades devidas a influência latina: “...e **desto preço** ñẽ hũa rrem ñõ reméêceu por dar”, texto 1 (D. Viegas, 1274); “ssobre **esto ffeito**”, no 71 (A. Clemente, 1351).

⁹⁰⁴ Dado o tipo do *corpus* (constituído por documentos notariais), isto não é de estranhar: a riqueza léxica não é uma das características dos mesmos. Num *corpus* mais variado, chegou Cardeira 2005:96-97 a resultados semelhantes, embora com mais dados.

Menéndez Pidal 1926 (1980:347) cita um caso parecido ao primeiro para um documento de 1115 de Carrión (entre León e Burgos), propondo como causa da particularidade (o sistema de género espanhol é idêntico ao português neste aspecto) algo que, sendo já de si muito razoável, o contexto latino do documento favorece: “El singular masculino con -o final aparece en esta frase: «et *essto* precio nobis et uobis bene complacui, esstas ereditates inter isstos terminos» [...]; creo que esa -o final es debida a influencias de las frases latinas «isto precio», «de isto precio», corrientes en los diplomas”. O nosso primeiro caso é igual às expressões referidas por Pidal e, se está em documento plenamente vernáculo (ao contrário do de Pidal), não deixa de ser verdade que está em documento de uma data ainda muito recuada, em que a influência latina se fazia sentir com muita facilidade (pode ver-se essa influência em mais de um passo do documento); a explicação de Pidal é, de facto, aplicável. Se não se aceitar essa explicação, entende-se que deve ter havido, por parte do escriba, uma *antecipação* do que iria escrever (daí a vogal -o). Parece aliás mais provável uma explicação deste tipo, devido ao carácter consistentemente vernáculo (i. é, português) que o documento, apesar de tudo, apresenta.

No caso do texto 71, a hipótese de influência latina é ainda mais inverosímil; aí, certamente, ou se deu uma antecipação igual à referida ou foi decidido escrever *feito* depois de já se ter escrito *esto*, que o substituiria (ou seja, substituiria o seu emprego e o do conceito respectivo, pois ‘feito’ não tem género neutro). O contexto desse caso é: “E durãdo ssobre **esto** ffeito perante o dito Johã da Ramada alcalde as ditas partes de sseu plazer e de ssas liures uoõtades pera partirẽ demãda e contêda que antre eles pola dita rrazõ Auya E podya Recreçer E outrossj perdas e Custas e danos ueerõ a atal auêẽça e amygauij cõpossiçõ que...”.

Os pronomes demonstrativos apresentam-se estáveis, no que concerne às questões que podem envolver as formas citadas, desde sempre na língua (tal como em espanhol, de resto). Assim, não se citam casos do tipo dos vistos nas gramáticas históricas de J. J. Nunes, J. Huber e E. Williams, em obras também de carácter geral como Vasconcelos 1911 (1966), Silva 2008 ou Teyssier 1980 (2001), nos estudos de *corpora* antigos de Maia 1986 (1997), Ferreira 1987, Silva 1989 ou Cepeda 1962, nos glossários de Lorenzo 1977, Mettmann 1972, Magne 1944, Lapa 1965 (1970), Nunes 1928,III (1973) e 1932b (1972) ou Michaelis 1920, no dicionário etimológico de J. P. Machado, nos *Estudos* de J. Moreira, na *Sintaxe histórica* de Epifânio S. Dias, etc., etc..

4. Pronomes possessivos

Apesar de o sistema de pronomes possessivos medieval não ser, na sua estrutura, muito diferente do que temos hoje, há alguns pontos importantes a considerar na comparação dos dois estados de língua; da morfologia à sintaxe. Para descrições introdutórias dos dois sistemas, vejam-se: para o sistema antigo, Nunes 1919 (1960:242-245), Huber 1933 (2006:191-192), Williams 1938 (1961:159-160) e Silva 2008, I:388-392; para o actual, Cunha / Cintra 1984:318-327 (que contudo deve ser lido com cuidado, num ou noutro ponto, por um falante do português europeu), Cuesta / Luz 1971 (1980:396-397 e 499-502) e, para adicionais informações de natureza sintáctica, Mateus *et al.*:349-351.

O nosso *corpus* apresenta 817 ocorrências de pronomes possessivos, dos quais 30 (3,67 %) são pronomes substantivos e os restantes pronomes adjectivos. Não é esta uma clivagem quantitativa de estranhar, pois os pronomes adjectivos têm sempre muito mais frequência na língua.

Esses mais de 800 casos ocorrem nas seguintes variantes gráficas:⁹⁰⁵

		Um possuidor		Mais do que um possuidor	
		Um objecto	Mais do que um objecto	Um objecto	Mais do que um objecto
1. ^a pessoa	masc.	mey, meu, Meu, meú	meus, meús	noso, Noso, nosso, nosso ⁺	nosos, nossos
	fem.	ma, Maa, mha, Mha, mha ⁺ , mĩa, minha, mjnha, mjnha ⁺	mhas, mhas ⁺ , mhass, mjnhas	nosa, nossa	nosas, nosass, nossas, nossass
2. ^a pessoa	masc.			uosso	uosos, uosos, uossos, uossos
	fem.			uosa, uossa, vossa	
3. ^a pessoa	masc.	seu, sseu	seus, seus, sseus	sseu	seus, seus ⁹⁰⁶ , sseus, sseus
	fem.	sa, ssa, sua, Sua, ssua, ssua ⁺	sas, ssas, ssass, suas	ssa, sa	sas, ssa, ssas, ssass, suas

É claro que boa parte das variações registadas não tem significado linguístico; assim estão alternâncias como a existência de um ou dois <s>, a de maiúscula ou minúscula, etc.. Há mais variantes gráficas do que próprias pronúncias.

Isso também se vê na relação parcial seguinte, em que se apresentam, para as formas que nos interessa sistematizar já: (i) as variantes ordenadas por frequência; (ii) o raio temporal de cada variante; (iii) no caso das variantes atestadas apenas em texto(s) de um tabelião, também o nome do respectivo tabelião e o(s) texto(s) em causa.

⁹⁰⁵ Apresento as formas por ordem alfabética; a cronologia e o peso de cada variante serão abordados depois. — Como se pode ver nas normas de transcrição da edição de documentos antigos que se apresenta neste trabalho (**Secção A** do presente capítulo, **Introdução**, ponto **2. Características da edição e normas de transcrição**), os segmentos em itálico são desenvolvidos (i.e. estão representados com abreviaturas no manuscrito) e o sinal “⁺” que surge a seguir a algumas formas indica que no manuscrito está um traço sobreposto que não foi desenvolvido.

⁹⁰⁶ Incluo aqui o caso “oseus” = ‘os seus’ que surge no texto 96 (1377): “...elles⁺ ou oseus soestabelleçudos ...”. As possíveis lições deste caso para a pronúncia das sibilantes foram tratadas no §1 de **I. Fonética, 2.2.**

Tipo actual	VG ⁹⁰⁷	FA ⁹⁰⁸	FP ⁹⁰⁹	RT ⁹¹⁰	Tipo actual	VG	FA	FP	RT
<i>meu</i>	meu	163	97,02	1274-1397 ⁹¹¹	<i>meus</i>	meus	28	96,55	1333-1397
	Meu	3	1,79	1376 ⁹¹²					
	mey	1	0,6	1293 ⁹¹³	<i>meús</i>	meús	1	3,45	1363 ⁹¹⁴
	meú	1	0,6	1351 ⁹¹⁵					
<i>minha</i>	→Há uma divergência estrutural no que respeita à ocorrência de formas tónicas e átonas; este tipo será tratado adiante				<i>minhas</i>	→Aplica-se o que disse para o singular			
<i>nosso</i>	nosso	32	68,09	1293-1376	<i>nossos</i>	nossos	10	62,5	1292-1358
	noso	13	27,66	1293-1377		nosos	6	37,5	1338-1363
	Noso	1	2,13	1342 ⁹¹⁶					
	nosso ⁺	1	2,13	1376 ⁹¹⁷					
<i>nossa</i>	nosa	28	60,87	1293-1368	<i>nossas</i>	nosas	7	43,75	1287-1349
						nossas	4	25	1274-1290
	nossa	18	39,13	1274-1376		nossass	3	18,75	1327-1350 ⁹¹⁸
						nosass	2	12,5	1335-1339 ⁹¹⁹
<i>teu</i>	→Não se encontra no corpus				<i>teus</i>	→ Não se encontra no corpus			
<i>tua</i>	→ Não se encontra no corpus				<i>tuas</i>	→ Não se encontra no corpus			
<i>vosso</i>	uosso	2	100	1333 ⁹²⁰	<i>vossos</i>	uossos	2	40	1331-1342

⁹⁰⁷ = Variante gráfica.

⁹⁰⁸ = Frequência absoluta, ou seja, o número absoluto de casos que se encontram para cada variante no *corpus*.

⁹⁰⁹ = Frequência percentual.

⁹¹⁰ = Raio temporal, i.e. a data da primeira e da última ocorrência da variante. Quando a variante ocorre apenas em texto(s) de um tabelião, indica-se em nota o nome deste e o número daquele(s).

⁹¹¹ Abrange portanto todo o período cronológico do *corpus*.

⁹¹² G. Martins, textos 93 e 95.

⁹¹³ P. (E)Anes, 10.

⁹¹⁴ A. Clemente, 77.

⁹¹⁵ A. Clemente, 71.

⁹¹⁶ M. Anes, 80.

⁹¹⁷ G. Martins, 94.

⁹¹⁸ A. Domingues, 39, 46 e 54.

⁹¹⁹ A. Domingues, 47 e 49.

⁹²⁰ A. Clemente, 58 e 59.

						uossos	1	20	1311 ₉₂₁
						uosos	1	20	1311 ₉₂₂
						uosos	1	20	1386 ₉₂₃
vossa	uosa	40	58,82	1285-1386	vossas	→Não se encontra no corpus			
	uossa	27	39,71	1274-1376					
	vossa	1	1,47	1366 ₉₂₄					
seu = 1 possuidor, 1 objecto	sseu	31	51,67	1287-1377	seus = 1 possuidor, mais do que 1 objecto	sseus	5	41,67	1319-1397
						seus	4	33,33	1359-1377
	seu	29	48,33	1311-1397		seus	3	25	1290-1366
sua = 1 possuidor, 1 objecto	→Há uma divergência estrutural no que respeita à ocorrência de formas tónicas e átonas; este tipo será tratado adiante				suas = 1 possuidor, mais do que 1 objecto	→Aplica-se o que se disse para o singular			
seu = mais do que 1 possuidor, 1 objecto	sseu	11	100	1312-1359	seus = mais do que 1 possuidor, mais do que 1 objecto	sseus	3	42,86	1333-1359 ₉₂₅
						seus	2	28,57	1351 ₉₂₆
						sseus	1	14,29	1307 ₉₂₇
						seus	1	14,29	1312 ₉₂₈
sua = mais do que 1 possuidor, 1 objecto	→Há uma divergência estrutural no que respeita à ocorrência de formas tónicas e átonas; este tipo será tratado adiante				suas = mais do que 1 possuidor, mais do que 1 objecto	→Aplica-se o que se disse para o singular			

Deve ainda notar-se que os tipos vosso,-os,-a (não há vossas no *corpus*) não remetem sempre, no contexto, para mais do que um possuidor: é algo de esperar, pois

⁹²¹ E. Peres, 30.

⁹²² E. Peres, 31.

⁹²³ V. Clemente, 98.

⁹²⁴ V. Domingues, 92.

⁹²⁵ A. Clemente, 57 e 75.

⁹²⁶ A. Clemente, 71.

⁹²⁷ E. Peres, 27.

⁹²⁸ E. Peres, 33.

corresponde a uso semelhante de ‘vós’. Graças à muito frequente expressão: ‘eu(/nós) ... vendo(/emos) a vos ... e a vossa mulher ...’, o tipo *vossa* tem mesmo na maior parte das vezes referência a apenas um possuidor: 91,04 %. Quanto a *vosso* e *vossos*, o panorama também não é muito diferente: o primeiro aparece sempre referido a um possuidor, e o segundo 60 % das vezes.

Na primeira pessoa do plural, “nosso” (2x), “nosso⁺” e “nossa” surgem, no texto 94 (G. Martins, 1376), indicando a *extensão de posse* de pai, mãe e irmão de um homem à sua esposa: “[...] eu Johã anes charnecho E eu domýgas pez ssua⁺ Molher [...] uêdemus a uos oss dytos muynhos E erdades [...] oss quays a nos aqueecerõ⁺ da parte de **nosso** padre E de **nossa** madre⁺ [...] nastassya⁺ Johãnes E de Joham pez charneco E outro ssy oss quinhoys que nos auemos de uasche anes **nosso** Jrmãã [...] E outrossy uos uêdenos todo o deryto dos dytos muynhos E erdades [...] oss quays nos auemos da parte de Johã pez charnecho⁺ **nosso**⁺ padre [...]”.

Passamos agora a ver os fenómenos que merecem análise à parte.

a) Possessivos femininos átonos e tónicos — A fase mais antiga da língua distinguia regularmente os possessivos femininos correspondentes aos actuais ‘minha(s)’, ‘tua(s)’ e ‘sua(s)’ quando ocorriam em posição proclítica (átona, portanto) dos restantes contextos (concretamente, em posição absoluta ou substantiva e em posição de posposição, como em, respectivamente, ‘aquele é o teu’, ‘casas minhas’). Os proclíticos tinham uma realização reduzida — ou enfraquecida —, os segundos uma realização plena — ou não enfraquecida. As realizações dos proclíticos eram: (i) *mja(s)* ou *ma(s)*, (ii) *ta(s)*, (iii) *sa(s)*; e as dos outros: (i) *mia(s)*, que passou sucessivamente a *mãa* (por nasalização do *m-*, como em *muito* ou *mãe*) e *minha* (como em *vinho*, *rainha*), (ii) *tua(s)* e (iii) *sua(s)*.⁹²⁹

O que a língua perdeu foram, portanto, as formas reduzidas. Percebe-se a causa do fenómeno: as formas plenas — ou seja, as etimológicas —, que nunca terão sido totalmente excluídas da língua em contexto proclítico (voltaremos a esta questão), ocorriam em mais contextos; eram, em suma, as principais. Daí a sua imposição.

No nosso *corpus*, encontramos os dados seguintes, que veremos, numa primeira fase, por pessoa gramatical.

Pronome possessivo de 1. ^a pessoa feminino, um possuidor (actuais ‘minha’, ‘minhas’): grafias por tabelião			
Tabelião	Posição não-proclítica ⁹³⁰	Posição proclítica	
	Um objecto	Um objecto	Mais do que um objecto
D. Viegas		mha (1x, 1274)	
J. Domingues		mha (1x, 1283)	
P. Moniz		mha (6x, 1285-1292)	
P. (E)Anes		mha (1x, 1299), mha ⁺ (6x, 1297-1304), ma (11x, 1293-1301)	
E. Peres	mãa (3x, 1306-1311)	mha (9x, 1307-1312)	
F. Soares		mha (3x, 1319-1320)	

⁹²⁹ A tudo isto podia corresponder, naturalmente, mais do que uma grafia.

⁹³⁰ Para este contexto, apenas se encontram formas com referência a um só objecto *possuído*.

A. Domingues		mha (6x, 1328-1342), Mha (3x, 1328-1342)	mhass (1x, 1334)
P. Gonçalves		mha (1x, 1331)	mhas (1x, 1331)
A. Clemente	mjnha (4x, 1333-1347), minha (1x, 1335)	mha (17x, 1332-1363)	
M. Jordão		mha (1x, 1333)	
D. Miguens		mha (6x, 1363-1366), mha ⁺ (1x, 1366)	
G. Martins		Maa (1x, 1376)	
J. (E)Anes		mjnha⁺ (16x, 1377)	mhas ⁺ (2x, 1377)
A. Anes	mjnhas⁺ (1x, 1397)	mjnha⁺ (12x, 1397)	mjnhas⁺ (1x, 1397)

Como se pode observar, as formas fracas nunca ocupam uma posição de forma forte, ou seja, uma posição absoluta ou de posposição. Confrontando as formas que, até meados do séc. XIV, encontramos nesse contexto de possessivos de 1.^a pessoa-feminino-um possuidor com as que encontramos em contexto proclítico, fica patente a existência do sistema contextual de formas fracas ≠ formas fortes ou plenas.

No contexto em que houve mudanças na língua, o proclítico, observa-se que a forma plena, já mudada em *minha* (pois já se tinha dado a epêntese de *n* palatal, fenómeno fonético geral tratado em **I. Fonética, 1.9.3, §2-3**), começa a ocorrer em 1377 (texto de J. (E)Anes, n.º 96 da edição), já de modo quase exclusivo. Assim, as últimas atestações de formas fracas são também de 1377, no mesmo texto em que temos *minha* em posição proclítica. Nesse texto, vemos apenas a forma forte para o singular e a fraca *mhas* para o plural, pelo que o antigo sistema parece ter resistido mais neste número. No último tabelião do *corpus* (A. Anes), já só há a forma forte para os dois números.

Temos assim que o nosso *corpus*, no final do séc. XIV, já não apresenta formas fracas — i. é, já apresenta a mudança consumada nas formas da 1.^a pessoa. Só avançando o espectro cronológico de documentação antiga do Sueste da Beira se poderá confirmar se a mudança estava efectivamente consumada, mas, a verificar-se tal rapidez, deve-se ter cuidado com as interpretações; ainda mais quando sabemos que a linguagem escrita é, em geral, mais conservadora do que a oral. Voltaremos à questão da cronologia mais à frente.

Certas variações apresentadas pelo *corpus* merecem ainda uma referência.

Em primeiro lugar, é de assinalar que o tipo *ma*, com a elisão da semivogal palatal, não vingou na linguagem da região: é *mja*, representado pelas variantes em que ao “m” se segue um “h” (representando a semivogal, como era comum na época), que domina esmagadoramente. De facto, apenas notamos *ma* em textos de 1293-1301, do tabelião P. (E)Anes — onde concorre com *mja* —, e, tudo o indica, no texto 95 (1376), de G. Martins; aqui encontramos a forma “Maa”, em que o duplo “a” resulta de confusão nos encontros vocálicos (cf. a respeito desse fenómeno **I. Fonética, 1.9.1, §1**), podendo também haver contribuição de, certamente, estarmos numa época em que o possessivo fraco já seria marcado. Não há *ma* no plural, mas os textos em que esse tipo surge não apresentam quaisquer formas do possessivo feminino de 1.^a pessoa e um possuidor no plural.

A menor ocorrência do tipo *ma* no *corpus* de maneira nenhuma surpreende; já Huber 1933 (2006:191), por exemplo, diz que “*ma* é mais rara do que *mha*”.

Em segundo e último lugar, mencionem-se as formas “mha⁺” e “mhas⁺”, que surgem, a primeira, em textos de 1297-1304 (P. (E)Anes) e 1366 (D. Miguens), e a segunda em 1377 (J. (E)Anes). O sinal “⁺” indica, como já foi referido, que no manuscrito

está um traço sobreposto que não se desenvolveu na transcrição; não se pode ver aí uma representação de nasalidade na semivogal palatal, que está representada pelo “h”, mas apenas um traço sobreposto *supérfluo* que, em alguns escribas, surge frequentemente a seguir a esse mesmo grafema. Há bastantes exemplos no *corpus*, a começar pelos textos dos tabeliões em que há “mha⁺”, “mhas⁺”; mas basta ver que no texto de J. (E)Anes, onde “mhas⁺” é atestado, o referido traço sobreposto surge em todos os 16 casos de “mjnhã”, assim como, no último texto do *corpus* (A. Anes), surge em todos os 14 casos de “mjnhã” / “mjnhas”.

Não dispomos na nossa documentação de exemplos de possessivos de 2.^a pessoa e um possuidor; os exemplos com a 3.^a pessoa são sistematizados a seguir.

Pronome possessivo de 3. ^a pessoa feminino, um possuidor (actuais ‘sua’, ‘suas’): grafias por tabelião			
Tabelião	Posição não-proclítica ⁹³¹	Posição proclítica	
	Mais do que um objecto	Um objecto	Mais do que um objecto
P. Moniz		ssa (3x, 1285-1290)	ssas (1x, 1292)
P. (E)Anes		sa (7x, 1294-1302)	sas (12x, 1293-1304)
E. Peres		ssa (7x, 1311-1312), sa (13x, 1308-1312)	ssas (1x, 1311)
F. Soares		ssa (1x, 1325)	ssas (3x, 1320-1325)
A. Domingues		ssa (15x, 1327-1350), ssua (1x, 1350)	ssas (1x, 1342), sas (2x, 1336-1342), ssas (4x, 1332-1342)
P. Gonçalves		sa (1x, 1331)	sas (1x, 1331)
A. Clemente		ssa (26x, 1332-1363), sa (10x, 1335-1363), ssua (2x, 1354)	ssas (11x, 1332-1363), sas (1x, 1360)
M. Jordão			ssas (2x, 1333)
M. Anes		ssa (1x, 1342)	ssas (1x, 1342), sas (1x, 1342)
G. Esteves		ssa (1x, 1358)	ssas (4x, 1351-1358)
D. Miguens		sa (8x, 1357-1368)	sas (3x, 1363-1368)
A. Peres		sa (1x, 1359)	sas (1x, 1359)
V. Domingues		ssa (1x, 1366)	ssas (1x, 1366)
G. Martins		ssua (1x, 1376), ssua⁺ (3x, 1376)	
J. (E)Anes		sua (2x, 1377)	
V. Clemente		Sua (4x, 1386)	suas (1x, 1386)
A. Anes	suas (1x, 1397)	ssua (2x, 1397)	suas (1x, 1397)

A mudança neste possessivo começa a evidenciar-se nos textos em meados do séc. XIV, mas ainda de forma muito minoritária. Na década de 1370’, dá-se uma viragem radical e instantânea.

Assim, em textos de A. Domingues e A. Clemente observa-se “ssua” três vezes em contexto fraco, respectivamente em 1350 (1x) e 1354 (2x); mas, nos textos desses

⁹³¹ Para este contexto, não se encontram formas com referência a um só objecto.

tabeliões, a forma reduzida *sa(s)* domina ainda de modo quase absoluto. Até à década de 1370' só dispomos desses três exemplos de mudança, mas dá-se então a mencionada viragem: a partir de G. Martins (1376) nunca mais há *sa*, só *sua*. A mudança aparece-nos então como consumada (e é já nesse estado de língua que nos surge o único exemplo de que dispomos deste possessivo em contexto forte).

Mais uma vez a rapidez da mudança é suspeita; se o fenómeno é autóctone, torna-se claro que a linguagem escrita, como é seu timbre, já há algum tempo resistia à mudança. Essa resistência, a existir, certamente teria sido potenciada pela ocorrência do possessivo feminino de 3.^a pessoa, singular ou não, na expressão estereotipada — logo, dada a maior conservação — ‘vendo (dou, outorgo) a vós ... a(s) propriedade(s) X cõ (todas) sas entradas e saídas e pertenças ...’; é esta uma expressão muito frequente no *corpus*, pois faz parte do discurso fixo dos documentos antigos de transferência de propriedade. Voltaremos contudo a esta questão.

Também de forma paralela ao possessivo de 1.^a pessoa, verifica-se aqui uma aparente maior resistência à mudança por parte do plural: até à fase de viragem que se referiu, não há exemplos do processo em formas de plural, ao contrário do singular. Isto dá-nos o mote para vermos o que falta: os possessivos de 3.^a pessoa e mais do que um possuidor, que utilizam as mesmas formas morfológicas — *sa(s)*, *sua(s)* — e têm de ser enquadrados no mesmo raciocínio.

Aí, como se pode observar na tabela seguinte, dominam as formas no plural, não sendo de estranhar que só se veja a mudança na década de 1380'; já as formas de singular só estão atestadas até 1351, pelo que não se estranha a ausência de *sua* em contexto proclítico. Mas, mais do que isso, vemos ainda a forma fraca *sas* em G. Martins, tabelião em que, no singular, já só se encontra a forma forte *sua* (como se viu na tabela anterior): mais uma vez o fenómeno se apresenta desfasado no singular e no plural.

Pronome possessivo de 3. ^a pessoa feminino, mais do que um possuidor (actuais ‘sua’, ‘suas’): grafias por tabelião		
Tabelião	Posição proclítica ⁹³²	
	Um objecto	Mais do que um objecto
D. Viegas		<i>sas</i> (2x, 1274)
P. Moniz		<i>ssas</i> (1x, 1285)
P. (E)Anes		<i>sas</i> (2x, 1297-1298)
E. Peres		<i>sas</i> (3x, 1306-1311)
F. Soares	<i>ssa</i> (1x, 1319)	<i>ssas</i> (1x, 1319)
A. Domingues		<i>sas</i> (2x, 1334-1343), <i>ssas</i> (3x, 1327-1334), <i>ssass</i> (12x, 1327-1350), <i>ssa</i> (1x, 1328) ⁹³³
A. Clemente	<i>ssa</i> (5x, 1333-1351), <i>sa</i> (1x, 1351)	<i>ssas</i> (9x, 1333-1359)
D. Miguens		<i>sas</i> (2x, 1357-1368)
G. Martins		<i>ssas</i> (4x, 1376)
V. Clemente		<i>suas</i> (1x, 1386)

⁹³² Apenas se encontram formas nesta posição.

⁹³³ Esta forma, que é única nos textos, é claramente um mero lapso de escrita, como o próprio contexto o deixa perceber: “*que uoss e aqueless que de uoss ueerẽ ayadess ass ditas couzass cõ ssass êtradas e cõ ssass ssaydas e cõ tossdass ssa pertéencass*” (texto 41).

Podemos portanto constatar que no nosso *corpus* o fenómeno da substituição dos pronomes possessivos femininos fracos pelos fortes teve, de forma geral no sistema, maior resistência no plural — ou, se se quiser, houve menor propensão à mudança nesse contexto. Daí se pode inferir que o processo se iniciou, ou adquiriu a sua plena força expansiva, no singular.

É natural que o plural, em que, devido à flexão, há maior consciência por parte do falante, apresente menor propensão à mudança. Assim, por exemplo, noutro tipo de fenómeno, mas também concernente aos possessivos, Cintra 1959:404&405 (cf. também 409-410) regista, nos Foros de Castelo Bom e Cáceres, menor ocorrência no plural da substituição, nas formas do masculino de 3.^a pessoa, de *so(s)* por *su(s)* (importada do feminino).

O processo também parece ter-se iniciado na 3.^a pessoa — ou ocorrido de forma mais incisiva aí — pois, por um lado, os primeiros exemplos de mudança ocorrem nessa pessoa, e por outro, no tabelião G. Martins, se vemos já *sua* em contexto fraco, vemos ainda, por via de “Maa”, uma representação de *ma*. Pode obstar-se ao primeiro argumento que o possessivo de 3.^a pessoa é mais frequente do que o de 1.^a, o que é verdade. No entanto, também é verdade que, até à década de 1370’, há três vezes mais exemplos de mudança nas formas de 3.^a pessoa (3 casos contra nenhum na 1.^a pessoa), num volume quantitativo que não chega ao triplo do das outras formas: concretamente, há (em contexto proclítico, o que nos interessa) 75 casos de formas de possessivos femininos de 1.^a pessoa-um possuidor (73 com referência a um objecto e 2 com referência a mais do que um objecto) contra 193 formas de possessivos femininos de 3.^a pessoa-um ou mais possuidores (149 com referência a um objecto e 44 com referência a mais do que um objecto). Isto dá um rácio de 2,57 a favor destes últimos, que, para chegarem ao triplo de ocorrências dos primeiros, teriam de apresentar um valor absoluto de 225 (e não 193, menos 32).

De qualquer das formas, há uma data crítica para todo o processo de substituição das antigas formas átonas pelas tónicas: a década de 1370’, ou, se se preferir, o último quartel do séc. XIV; é nessa altura que, quase instantaneamente, transparece dos textos o sistema actual. Abona a favor do qualificativo “crítico” o facto de, precisamente no início dessa fase, se verificarem ainda os ligeiros desfasamentos entre 1.^a e 3.^a pessoas e singular e plural que já foram referidos.

A mudança tão rápida que ressalta dos dados é suspeita. Fazem falta documentos da região na continuação do final do séc. XIV (o limite superior da nossa documentação), mas, não os tendo, devemos elaborar com aquilo de que dispomos — que também não é sofrível nem propicia informações pouco claras. Nesse sentido, parece-me claro que devemos concluir que o fenómeno de substituição das formas átonas de possessivos femininos não é autóctone na região.

Isso por uma principal razão: o nosso *corpus* surge nitidamente desfasado do que tem sido apontado para os diferentes *corpora* da época em que o fenómeno tem sido estudado. Assim, a ocorrência das formas plenas em contexto proclítico está amplamente registada para o séc. XIII — embora em regime minoritário —, do mesmo modo que um estágio muito avançado ou quase concluído do traço está registado para a primeira metade do XIV.

Principais referências dessa cronologia (referir-me-ei sempre ao contexto proclítico): 1) Ferreira 1987:392-393, com dados que respeitam ao final do século XIII, atesta 5 vezes a forma fraca da 3.^a pessoa contra 305 vezes da forma forte. O A. não encontra no texto que analisa formas de possessivos de 2.^a pessoa nem femininos de 1.^a, qualquer que seja o contexto; só pode dispor de informações válidas, portanto, para a 3.^a

pessoa. — 2) Maia 1986 (1997:679) diz: “Os textos estudados revelam ainda a sobrevivência das formas átonas femininas (*ma, mha, fa, fha, ffa, fas, faf*) durante o século XIII e inícios do século XIV; contudo, já desde essa época, as formas tónicas têm tendência para substituir as átonas, começando a surgir em qualquer contexto”. — 3) Em termos mais gerais, os levantamentos que Carvalho 1996:103ss. (*apud* Cardeira 2005) e Cardeira 2005:247-248 fazem do fenómeno em textos do port. antigo indicam o seguinte processo: já desde o séc. XIII as formas plenas podem surgir em contexto proclítico, mas ainda de forma esporádica; no séc. XIV essa frequência aumenta, e ao virar para o XV a substituição já estava, genericamente, quase consumada ou, pelo menos, muito avançada. — 4) Quanto aos próprios dados do *corpus* (muito abrangente em termos geográficos e com início pelos anos de 1350') que Cardeira 2005 estuda (cf. pp. 250-270 e 282-284), pode-se observar como principal facto que, na documentação não literária, já no início da segunda metade do séc. XIV se encontra maior ocorrência da forma forte da 3.^a pessoa (a mais frequente) em contexto proclítico — o que, naturalmente, mostra que “já antes de 1350 se tinha verificado a inversão da tendência no uso de pronomes átonos / tónicos *sa / sua* em função adjectiva” (Cardeira 2005:282). Todavia, ainda no séc. XV pode ocorrer a forma átona, o que não é estranho ⁹³⁴. Para a 2.^a pessoa, os dados da A. são muito diminutos — apenas respeitam a textos literários do séc. XV, onde se vê que a variante átona ainda pode ocorrer —, e para a 1.^a pessoa apenas é registada a variante átona em documentos de mosteiros do Noroeste e de Lisboa (i.e. os documentos editados por Martins 2001), onde domina até ao princípio do séc. XV (cf. pp. 284-285). Retomaremos a seguir a questão da variação entre pessoas.

O percurso cronológico do fenómeno no nosso *corpus* é, portanto, completamente diferente do padrão que acabamos de ver. Há a notar sobretudo: (i) não temos exemplos de mudança antes de 1350, quando a tendência já estava invertida noutros *corpora*; (ii) mesmo então os exemplos de mudança são esporádicos, até 20 anos depois, (iii) quando se dá uma mudança absoluta de paradigma de um momento para o outro. São, portanto, dados que indicam claramente que o Sueste da Beira importou o fenómeno.

A origem do traço, por outro lado, não está ainda estabelecida. Cardeira 2005:257-258 nota, nos documentos notariais de Martins 2001, dados que apontam para uma origem setentrional; mas, a pp. 265-267, estende o *corpus* e fica com conclusões opostas. É necessário mais estudo.

Quanto à origem gramatical, tudo indica, pelo menos ao nível do desenvolvimento significativo do traço, estar na 3.^a pessoa, mesmo que aqui as formas átonas, em dados como os de Cardeira 2005, resistam mais. Cardeira 2005:257, 267 e 284-285 fornece informações que vão nesse sentido, propondo uma explicação que parece acertada:

Que as formas átonas sobrevivem ainda na primeira metade do século XV, verificámo-lo no *corpus* do *Livro da Cartuxa* e nas *Vidas de Santos*, em que *sa(s)* ocorre ainda a par de *ta*; *mha* regista, nesta data, apenas uma ocorrência nos documentos notariais. Talvez *sa(s)* / *sua(s)*, porventura por ser uma forma mais frequente [...], tenha proporcionado uma maior alternância, permitindo por um lado uma substituição que se inicia mais cedo e, por outro, uma mais longa permanência na língua. (Cardeira 2005:267)

O nosso *corpus*, filiado numa região em que o fenómeno não é autóctone, vai no mesmo sentido dessas proposições, pois o fenómeno começa pela 3.^a pessoa, quer em termos relativos quer em termos absolutos (como já vimos). A maior — e diminuta — resistência

⁹³⁴ Já Nunes 1919 (1960:244) diz que ainda se podem encontrar as formas fracas no século XV.

que parece haver da 1.^a pessoa só se pode dever precisamente a essa origem; como se está em zona de importação do traço, e não de origem do mesmo, não há razão para resistência superior da 3.^a pessoa, por onde ele começou. De facto, se ele era adoptado, era prestigiado.

Essa mesma data de adopção do fenómeno pelo SE da Beira pode fornecer uma lição para a data em que ele terá vingado na norma — ou numa das normas — linguística(s) do país; como por outras palavras ficou já dito, só um traço com capacidade de imposição social é adoptado por um dialecto. Assim, a “data crítica” de 1370’ (data-base, como é óbvio) pode representar também um marco no português geral (que inclui, necessariamente, o escrito e o oral); os dados de outros *corpora* de maneira nenhuma o invalidam.

a’) Nos outros possessivos não se encontra distinção entre o contexto tónico e o átono, como seria de esperar.

b) Formas particulares de possessivos masculinos.

b-1) ‘Meu, teu, seu’ — Estas formas derivam dos latinos MĚU-, TŮU- e SŮU-, que evoluíram primeiramente, segundo as leis fonéticas da língua, para o sistema *meu, tou, sou*. Esse sistema encontra-se ainda no português antigo, mas já menos frequentemente do que o actual (Nunes 1919 (1960:242, n.3) considera que teve maior dimensão no galego); este deve-se a influência analógica da 1.^a pessoa sobre as outras, já no latim vulgar (cf. e.g. Nunes 1919 (1960:242)), e cedo ficou como o sistema exclusivo da língua padrão. No nosso *corpus*, como se pode ver na primeira tabela apresentada neste ponto 4, apenas encontramos o segundo sistema.

Encontramos, por outro lado, “mey” = *meu*: cf. a esse respeito **I. Fonética, 1.8.1. Ditongos *ei* e *eu***, §3, onde se tratou a questão.

b-2) ‘Nosso’ — Deriva esta forma do latim NŎSTRU-, em modos que não estão claros⁹³⁵. Segundo Vasconcelos 1896b:275-276 deu-se uma redução proclítica, mas Huber 1933 (2006:110), relacionando a evolução da palavra portuguesa com a de outras espanholas, prefere uma evolução assimilatória -STR- > -ss-; Williams 1938 (1961:160) defende como étimo imediato *NŎSSU-, devido a influxo do pronome pessoal NŎS e, na existência do o breve, a NŎSTRU-.

A par de ‘nosso’ dispunha a língua antiga, apenas na referência a Deus, de ‘nostro’: concretamente na expressão ‘nostro senhor’. É forma de evidente cariz eclesiástico. No nosso *corpus* não se encontra essa expressão — nem referências a Deus com possessivos —, pelo que não podemos averiguar da existência de *nostro*.

O tipo *nosso*, por outro lado, está plenamente atestado no *corpus*, como se viu na primeira tabela do presente ponto 4. **Pronomes possessivos**. Ocorre inclusive, tal como era expectável, na expressão ‘nosso senhor’ quando não referida a Deus: “Eu Affonso dom̃g̃jz Tabeliõ de nosso ssenhor el Rey”, 39 (A. Domingues, 1327), estrutura repetida com ligeiras variações gráficas em outros textos do mesmo tabelião: 40 (de 1328), 41, 44, 45, 46 e 47 (de 1335); “eu Martim anes Tabeliõ de Noso Senhor El rrey”, 80 (M. Anes, 1342); “hũã carta de noso Senhor⁺ El Rey”, 83 (D. Miguens, 1355).

⁹³⁵ A evolução de *nosso* é paralela à de *vosso*, que provém não do latim clássico VESTRU-, mas de VOSTRU-, que tomou o seu lugar por analogia com NOSTRU-.

c) Posposição do pronome adjectivo — Tal como na língua contemporânea, o emprego do possessivo posposto era raro no português antigo. Assim, por exemplo, Maia 1986 (1997:679) nota que o possessivo adjectivo “surge, de modo quase geral, anteposto ao substantivo”; a A., curiosamente, só regista exemplos de posposição em documentos da Galiza. Silva 2008,I:391 também nota que “A posição normal do possessivo no sintagma nominal explícito é antes do nome que determina”.

Na documentação do Sueste da Beira encontrei apenas dois exemplos de posposição, entre os 787 de formas de possessivos adjectivos que se encontram no total: “aoss Moïoss nossos *e* de Durã *domjgiz*”, texto 35 (F. Soares, 1319); “deylhe⁺ as cassas mjnhas⁺ *que* *estam* *ẽ* *esta* *ujlla*”, 97 (A. Anes, 1397). São formas que se distribuem num espectro cronológico largo.

Representam 0,25 % do total de possessivos adjectivos, uma percentagem ligeiramente abaixo das médias registadas por Cardeira 2005:270, mas com uma divergência inconcludente:

Inconclusiva é [...] a análise da posposição do possessivo ao nome: no conjunto parece haver um ligeiro aumento do recurso a esta construção no século XV (1,3 %, enquanto até 1400 a posposição representa apenas 0,8 %), mas a diferença não é significativa. Se analisarmos, aliás, os documentos separadamente, verificaremos que em nenhum deles a posposição chega a atingir os dois pontos percentuais. (Cardeira 2005:270)

d) Uso do artigo definido, e do indefinido e dos demonstrativos, em anteposição ao possessivo — No português antigo, o possessivo tinha maior carga referencial e utilizava-se muito menos o artigo definido do que hoje; era aliás mais frequente o seu não emprego (adiante veremos referências a este respeito).

Ao considerarmos essa questão, devemos ainda ter presentes outros tipos de determinantes que, por um lado, acrescentam informação relevante e, por outro, não co-ocorrem com o artigo definido ou entre eles, a saber: os demonstrativos e os artigos indefinidos. São soluções frequentes no nosso *corpus*.

Passamos a ver os dados do *corpus*, procurando simplificar ao máximo uma análise que é inevitavelmente complexa.

Combinação do pronome possessivo com artigos e demonstrativos: percentagens ⁹³⁶							
Tabelião	Formas ⁹³⁷	Pronome adjetivo				Pronome substantivo	
		C / AD ⁹³⁸	C / AI ⁹³⁹	C / Dem ⁹⁴⁰	Isolado ⁹⁴¹	C / AD	Isolado ⁹⁴²
D. Viegas (1 doc., 1274)	meu meus	0 —	0 —	0 —	100 —	— —	— —
	mã, minha minhas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	mja, ma mjas	0 —	0 —	0 —	100 —	— —	— —
	seu seus	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sua suas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sa sas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	nosso nossos	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	nossa nossas	100 0	0 0	0 0	0 100	— —	— —
	vosso vossos	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	vossa	0	0	0	100	—	—
	seu seus	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sua suas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sa sas	— 0	— 0	— 0	— 100	— —	— —
	TOTAL	14,29	0	0	85,71	—	—
J. Domingues (1 doc., 1283)	meu meus	0 —	0 —	100 —	0 —	— —	— —
	mã, minha minhas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	mja, ma mjas	0 —	0 —	0 —	100 —	— —	— —
	seu seus	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sua suas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sa sas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	nosso nossos	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	nossa nossas	— 0	— 0	— 0	— 100	— —	— —
	vosso vossos	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	vossa	0	0	0	100	—	—
	seu seus	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sua suas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sa sas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	TOTAL	0	0	25	75	—	—
P. Moniz (5 docs., 1285-1292)	meu meus	9,09 —	0 —	0 —	90,91 —	— —	— —
	mã, minha minhas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	mja, ma mjas	0 —	0 —	0 —	100 —	— —	— —
	seu seus	0 0	0 0	0 0	100 100	— —	— —
	sua suas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sa sas	0 0	0 0	0 0	100 100	— —	— —
	nosso nossos	— 0	— 0	— 0	— 100	— —	— —
	nossa nossas	— 0	— 0	— 0	— 100	— —	— —
	vosso vossos	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	vossa	0	0	0	100	—	—
	seu seus	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sua suas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sa sas	— 0	— 0	— 0	— 100	— —	— —
	TOTAL	2,86	0	0	97,14	—	—
P. (E)Anes (18	meu meus	0 —	0 —	95,45 —	4,55 —	— —	— —

⁹³⁶ Uma vez que os pronomes possessivos são frequentes, não discrimino os textos nem as datas exactas em que ocorrem; discrimino apenas o respectivo tabelião, o número de documentos que ele tem no *corpus* e a sua época de produção documental. O sinal “—” indica que não se aplicam percentagens por não haver ocorrências da forma em questão.

⁹³⁷ Incluem-se aqui apenas as formas que se registam no *corpus*, que não esgotam o sistema de possessivos do português; cf. a esse respeito a primeira tabela acima.

⁹³⁸ = Com artigo definido.

⁹³⁹ = Com artigo indefinido.

⁹⁴⁰ = Com pronome demonstrativo.

⁹⁴¹ I.e. ocorre sem as três classes gramaticais anteriores.

⁹⁴² O pronome possessivo substantivo não co-ocorre com os artigos indefinidos nem com os pronomes demonstrativos.

docs., 1293-1304)	mã, minha minhas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	mja, ma mjas	11,76 —	0 —	0 —	88,24 —	— —	— —
	seu seus	0 —	0 —	0 —	100 —	— —	— —
	sua suas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sa sas	0 0	0 0	0 0	100 100	— —	— —
	nosso nossos	25 —	0 —	75 —	0 —	— —	— —
	nossa nossas	84,62 —	0 —	15,38 —	0 —	— —	— —
	vosso vossos	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	vossa	0	5,88	0	94,12	—	—
	seu seus	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sua suas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sa sas	— 0	— 0	— 0	— 100	— —	— —
	TOTAL	14,95	0,93	29,91	54,21	—	—
E. Peres (8 docs., 1306-1312)	meu meus	0 —	0 —	100 —	0 —	— —	— —
	mã, minha minhas	— —	— —	— —	— —	100 —	0 —
	mja, ma mjas	0 —	0 —	0 —	100 —	— —	— —
	seu seus	28,57 —	14,29 —	0 —	57,14 —	— —	— —
	sua suas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sa sas	20 0	0 0	10 0	70 100	— —	— —
	nosso nossos	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	nossa nossas	100 —	0 —	0 —	0 —	100 —	0 —
	vosso vossos	— 0	— 0	— 0	— 100	— —	— —
	vossa	0	0	0	100	—	—
	seu seus	0 50	0 0	0 0	100 50	— —	— —
	sua suas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sa sas	— 0	— 0	— 0	— 100	— —	— —
	TOTAL	13,33	1,67	16,67	68,33	100	0
F. Soares (5 docs., 1317-1325)	meu meus	16,67 —	0 —	66,67 —	16,67 —	— —	— —
	mã, minha minhas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	mja, ma mjas	0 —	0 —	0 —	100 —	— —	— —
	seu seus	50 0	0 0	0 0	50 100	— —	— —
	sua suas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sa sas	0 0	0 0	0 0	100 100	— —	— —
	nosso nossos	0 100	0 0	100 0	0 0	— —	— —
	nossa nossas	0 —	0 —	0 —	100 —	— —	— —
	vosso vossos	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	vossa	0	0	0	100	—	—
	seu seus	— —	— —	— —	— —	0 —	100 —
	sua suas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sa sas	0 0	0 0	0 0	100 100	— —	— —
	TOTAL	11,11	0	18,52	70,37	0	100
A. Domingues (16 docs., 1327-1350)	meu meus	5,88 —	0 —	94,12 —	0 —	— —	— —
	mã, minha minhas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	mja, ma mjas	44,44 100	0 0	0 0	55,56 0	— —	— —
	seu seus	0 —	0 —	0 —	100 —	— —	— —
	sua suas	0 —	0 —	0 —	100 —	— —	— —
	sa sas	0 0	0 0	0 0	100 100	— —	— —
	nosso nossos	36,36 —	0 —	0 —	63,64 —	— —	— —
	nossa nossas	— 100	— 0	— 0	— 0	— —	— —
	vosso vossos	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	vossa	0	0	0	100	—	—
	seu seus	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sua suas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sa sas	— 0	— 0	— 0	— 100	— —	— —
	TOTAL	21,65	0	16,49	61,86	—	—
P. Gonçalves (1 doc., 1331)	meu meus	0 —	0 —	50 —	50 —	— —	— —
	mã, minha minhas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	mja, ma mjas	100 0	0 0	0 0	0 100	— —	— —
	seu seus	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sua suas	— —	— —	— —	— —	— —	— —

	sa sas	0 0	0 0	0 0	100 100	— —	— —
	nosso nossos	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	nossa nossas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	vosso vossos	— 0	— 0	— 0	— 100	— —	— —
	vossa	—	—	—	—	—	—
	seu seus	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sua suas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sa sas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	TOTAL	14,29	0	14,29	71,43	—	—
A. Clemente (23 docs., 1332-1363)	meu meus	16,28 50	0 0	13,95 0	69,77 50	— —	— —
	mã, minha minhas	— —	— —	— —	— —	— 100	— 0
	mja, ma mjas	11,76 —	0 —	0 —	88,24 —	— —	— —
	seu seus	21,21 50	0 0	0 0	78,79 50	— —	— —
	sua suas	0 —	0 —	0 —	100 —	— —	— —
	sa sas	32,43 0	0 0	0 0	67,57 100	— —	— —
	nosso nossos	50 25	0 0	12,5 0	37,5 75	— —	— —
	nossa nossas	66,67 —	0 —	0 —	33,33 —	100 —	0 —
	vosso vossos	— —	— —	— —	— —	0 —	100 —
	vossa	0	0	0	100	—	—
	seu seus	50 0	0 0	0 0	50 100	20 0	80 100
	sua suas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sa sas	0 0	0 0	0 0	100 100	— —	— —
	TOTAL	22,07	0	3,29	74,65	63,16	36,84
M. Jordão (1 doc., 1333)	meu meus	0 —	0 —	0 —	100 —	— —	— —
	mã, minha minhas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	mja, ma mjas	0 —	0 —	0 —	100 —	— —	— —
	seu seus	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sua suas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sa sas	— 0	— 0	— 0	— 100	— —	— —
	nosso nossos	100 —	0 —	0 —	0 —	— —	— —
	nossa nossas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	vosso vossos	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	vossa	—	—	—	—	—	—
	seu seus	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sua suas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sa sas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	TOTAL	33,33	0	0	66,67	—	—
M. Anes (1 doc., 1342)	meu meus	100 —	0 —	0 —	0 —	— —	— —
	mã, minha minhas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	mja, ma mjas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	seu seus	— 0	— 0	— 0	— 100	— —	— —
	sua suas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sa sas	0 0	0 0	0 0	100 100	— —	— —
	nosso nossos	0 0	0 0	0 0	100 100	— —	— —
	nossa nossas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	vosso vossos	— 0	— 0	— 0	— 100	— —	— —
	vossa	0	0	0	100	—	—
	seu seus	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sua suas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sa sas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	TOTAL	10	0	0	90	—	—
G. Esteves (2 docs., 1351-1358)	meu meus	0 —	0 —	0 —	100 —	— —	— —
	mã, minha minhas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	mja, ma mjas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	seu seus	0 —	0 —	0 —	100 —	— —	— —
	sua suas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sa sas	100 0	0 0	0 0	0 100	— —	— —
	nosso nossos	75 33,33	0 0	0 0	25 66,67	— —	— —
	nossa nossas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	vosso vossos	— —	— —	— —	— —	— —	— —

	vossa	0	0	0	100	—	—
	seu seus	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sua suas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sa sas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	TOTAL	29,41	0	0	70,59	—	—
D. Miguens (8 docs., 1355-1368)	meu meus	0 —	0 —	0 —	100 —	— —	— —
	mã, minha minhas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	mja, ma mjas	85,71 —	0 —	0 —	14,29 —	— —	— —
	seu seus	57,14 50	0 0	0 0	42,86 50	— —	— —
	sua suas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sa sas	12,5 0	0 0	0 0	87,5 100	— —	— —
	nosso nossos	50 100	0 0	0 0	50 0	— —	— —
	nossa nossas	75 —	0 —	25 —	0 —	100 —	0 —
	vosso vossos	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	vossa	0	0	0	100	—	—
	seu seus	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sua suas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sa sas	— 0	— 0	— 0	— 100	— —	— —
	TOTAL	37,04	0	3,7	59,26	100	0
A. Peres (1 doc., 1359)	meu meus	0 —	0 —	0 —	100 —	— —	— —
	mã, minha minhas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	mja, ma mjas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	seu seus	— 0	— 0	— 0	— 100	— —	— —
	sua suas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sa sas	0 0	0 0	0 0	100 100	— —	— —
	nosso nossos	100 0	0 0	0 0	0 100	— —	— —
	nossa nossas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	vosso vossos	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	vossa	0	0	0	100	—	—
	seu seus	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sua suas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sa sas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	TOTAL	30	0	0	70	—	—
V. Domingues (1 doc., 1366)	meu meus	0 —	0 —	0 —	100 —	— —	— —
	mã, minha minhas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	mja, ma mjas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	seu seus	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sua suas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sa sas	0 0	0 0	0 0	100 100	— —	— —
	nosso nossos	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	nossa nossas	100 —	0 —	0 —	0 —	— —	— —
	vosso vossos	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	vossa	0	0	0	100	—	—
	seu seus	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sua suas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sa sas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	TOTAL	20	0	0	80	—	—
G. Martins (3 docs., 1376)	meu meus	50 —	0 —	0 —	50 —	— —	— —
	mã, minha minhas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	mja, ma mjas	0 —	0 —	0 —	100 —	— —	— —
	seu seus	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sua suas	0 —	0 —	0 —	100 —	— —	— —
	sa sas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	nosso nossos	0 —	0 —	25 —	75 —	— —	— —
	nossa nossas	25 —	0 —	50 —	25 —	100 —	0 —
	vosso vossos	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	vossa	0	0	0	100	—	—
	seu seus	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sua suas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sa sas	— 0	— 0	— 0	— 100	— —	— —

	TOTAL	16	0	12	72	100	0
J. (E)Anes (1 doc., 1377)	meu meus	26,67 50	0 0	6,67 0	66,67 50	— —	— —
	mã, minha minhas	31,25 —	0 —	0 —	68,75 —	— —	— —
	mja, ma mjas	— 0	— 0	— 0	— 100	— —	— —
	seu seus	— 50	— 0	— 0	— 50	— —	— —
	sua suas	0 —	0 —	0 —	100 —	— —	— —
	sa sas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	nosso nossos	100 —	0 —	0 —	0 —	— —	— —
	nossa nossas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	vosso vossos	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	vossa	—	—	—	—	—	—
	seu seus	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sua suas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sa sas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	TOTAL	31,82	0	2,27	65,91	—	—
V. Clemente (2 docs., 1386)	meu meus	0 —	0 —	0 —	100 —	— —	— —
	mã, minha minhas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	mja, ma mjas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	seu seus	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sua suas	0 0	0 0	0 0	100 100	— —	— —
	sa sas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	nosso nossos	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	nossa nossas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	vosso vossos	— 0	— 0	— 0	— 100	— —	— —
	vossa	0	0	0	100	—	—
	seu seus	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sua suas	— 0	— 0	— 0	— 100	— —	— —
	sa sas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	TOTAL	0	0	0	100	—	—
A. Anes (1 doc., 1397)	meu meus	25 0	0 0	5 0	70 100	— —	— —
	mã, minha minhas	30,77 100	0 0	0 0	69,23 0	— —	— —
	mja, ma mjas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	seu seus	0 0	0 0	0 0	100 100	— —	— —
	sua suas	0 0	0 0	0 0	100 100	— 0	— 100
	sa sas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	nosso nossos	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	nossa nossas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	vosso vossos	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	vossa	— —	— —	— —	— —	—	—
	seu seus	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sua suas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	sa sas	— —	— —	— —	— —	— —	— —
	TOTAL	22,73	0	2,27	75	0	100
TOTAL DO CORPUS		20,15	0,26	10,08	69,52	70	30

Muito haveria para explicar a partir destas informações, mas os estudos de linguística histórica não apresentam tradicionalmente baterias de dados do tipo. Podemos, no entanto, ficar com o que mais nos interessa aqui:

- (i) É claro o contraste entre os pronomes substantivos e os pronomes adjetivos; pode ver-se no total do *corpus* que aqueles apresentam um total de 70 % de uso de artigo definido, enquanto estes apresentam perto da mesma percentagem para a ausência dos determinantes. Quando faz as vezes do substantivo — ou seja, quando não é adjectivo / determinante —, o pronome tem maior necessidade de determinação, o que é de esperar.

- (ii) Nunca se registando uma curva evolutiva acentuada, há algum aumento do uso do artigo definido junto de pronome adjectivo no séc. XIV, pois os primeiros tabeliões apresentam consistentemente percentagens abaixo da média. O demonstrativo, pelo contrário, decresce de uso no mesmo período, mas sem se notar uma correspondência absoluta entre os tabeliões com pouco uso de artigo definido e os com maior uso de demonstrativo. De resto, não há factos significativos a notar na evolução no comportamento da determinação considerada nos dois tipos de pronome possessivo. — Assim, o paradigma de todo o nosso *corpus* é o de um estado de língua verdadeiramente arcaico: por um lado, pode observar-se ainda a diminuta ocorrência de determinação do pronome possessivo adjectivo; por outro lado (e com ligação a isso), há ainda a clara distinção entre pronome substantivo e pronome adjectivo. Os dados do *corpus* inserem-se, quer do ponto de vista qualitativo quer do quantitativo, no comportamento padronizado da língua da época, como se pode ver em Cardeira 2005:251-252 e 268-270 e Costa 2002:289 (*apud* Silva 2008, I:392).
- (iii) Nenhum dos três determinantes apresenta um contexto especialmente restrito de ocorrência, estando naturalmente disponíveis para o uso conjunto com qualquer tipo de possessivo; os dados a respeito do artigo indefinido são particularmente limitados, mas é claro que é isso que devemos tirar do quadro geral. Também não é de estranhar que o uso do artigo definido seja, de longe, o mais frequente dos três.

e) Reforço (/ pleonismo) da posse — Referem Cunha / Cintra 1984:322 que “O valor possessivo [dos pronomes possessivos] nem sempre é suficientemente forte. Quando há necessidade de realçar a ideia de posse — quer visando à clareza, quer à ênfase —, costuma-se reforçá-los: a) com a palavra *próprio* ou *mesmo* [...] b) com as expressões *dele(s)*, *dela(s)*, no caso do possessivo de 3.^a pessoa [...]”. Serão exemplos básicos do primeiro tipo “o seu próprio / mesmo livro”, “o seu livro dele”. O segundo tipo, que hoje, na verdade, praticamente não se usa em português padrão europeu⁹⁴³ — utiliza-se, fundamentalmente, a mera substituição do pronome possessivo pela expressão secundária, i.e. “o livro dele” —, tem relação com a ambiguidade fundamental que há no sistema de possessivos de 3.^a pessoa. Ambiguidade essa que se deve ao facto de o paradigma, para além de ser o mesmo para o plural e para o singular, ser o mesmo para o sujeito ou para o complemento da frase; assim, uma frase como a seguinte é ambígua: “A Ana deu ao Pedro o seu caderno.”⁹⁴⁴

Na língua antiga, contudo, a referida estrutura surgia mais facilmente; Huber 1933 (2006:191), p. ex., aponta-a como frequente. Cardeira 2005 nota a esse respeito, em dois momentos:

[...] construções pleonásticas do tipo *sa madre dela*, encontradas com frequência quer por Azevedo Ferreira ou Rosa Virgínia Mattos e Silva (em textos dos séculos XIII e XIV), quer por Clarinda Maia (séculos XIII a XVI). O facto de não se registar no *Livro da Cartuxa* — nem na amostra observada do *Leal Conselheiro* — nenhuma construção

⁹⁴³ Na *Esquise*, apresenta Leite de Vasconcelos o fenómeno como típico do Alentejo (Vasconcelos 1901 (1970:121)).

⁹⁴⁴ No latim, de cuja língua todos os pronomes e artigos portugueses são originários, não havia, como é sabido, aquele problema. Se a referência fosse feita ao sujeito da frase utilizar-se-ia SUUS,-A,-UM, mas se fosse referido o complemento seria utilizado o genitivo do pronome IS,EA,ID, que não chegou ao português: ANNA PETRO DEDIT SUUM QUATERNUM = A Ana deu ao Pedro o seu (de Ana) caderno (i. é, *deu ao Pedro o caderno dela*); mas ANNA PETRO DEDIT EJUS QUATERNUM = A Ana deu ao Pedro o seu (de Pedro) caderno (*deu ao Pedro o caderno dele*).

pleonástica poderá ser indício de que este tipo de reforço está, na língua da corte do século XV, a cair em desuso. (Cardeira 2005:251)

A análise das raras construções de tipo pleonástico, com especificação de um possuidor (*em sua vida delle*, etc. [NB: *Aqui se incluem não só estruturas com o sintagma 'de + pronome', como também estruturas com o nome explícito, i.e. 'de + indivíduo(s) X'; e.g. 'seu procurador do dito...']*) não mostrou [...] evolução significativa: no conjunto, os documentos registam 0,5 % desta forma de reforço até 1400 [*recorde-se que os dados que a A. recolhe se iniciam em meados do séc. XIV*] e 0,2 % entre 1400 e 1450. Note-se, no entanto, que, à excepção dos documentos dos mosteiros da região de Lisboa, toda a restante documentação revela uma tendência, embora ligeira, no sentido do decréscimo do uso desta construção. E note-se, ainda, que os textos de cariz literário não parecem sentir necessidade deste tipo de reforço, reservado para os documentos não literários, que exigem maior carga informativa. (Cardeira 2005:270)

O nosso *corpus* apresenta valores abaixo do que à luz das observações feitas pela literatura seria de esperar: um total de 0,37 %, materializado em (i) dois casos de reforço com pronome: “de sseu plazer deles”, texto 71 (A. Clemente, 1351), “e a sa morte dela”, 77 (id., 1363), e (ii) um caso de reforço com nome explícito: “sa mulher do dicto marty sauastááz”, 87 (D. Miguens, 1363). A cronologia das ocorrências é fundamentalmente a mesma: anos 1350’-1360’ (ou, se se quiser, início da segunda metade do séc. XIV), portanto longe de qualquer extremidade do período abrangido pelo *corpus* e num sub-período concentrado.

Note-se ainda a respeito desses três casos: (i) no primeiro, o contexto é de clara ambiguidade, no segundo já menos (cf. os próprios documentos, editados atrás na **Secção A** deste capítulo); (ii) no terceiro, há a possibilidade de ter havido erro ou hesitação do autor, pois o contexto é o seguinte: “Enome de deus Amê Eu sauastááo johanes Eu dona Antoninha sa mulher Eu Marty sauastaaez ffilho do dicto sauastão johanes Eu domjgas Antoninha sa mulher do dicto marty sauastááz ...”; é possível que o autor escrevesse, por automatismo, ‘sa mulher’ — pois é essa uma expressão típica da enunciação dos sujeitos femininos nos documentos do tipo (logo, do protocolo desses documentos, na medida em que os cônjuges, actuais ou falecidos, dos sujeitos eram por defeito indicados; é do protocolo do documento 87 que a citada expressão é retirada, como se pode ver pela expressão inicial) —, e depois entendesse a pouca clareza da frase, aplicando-lhe a explicitação do significado.⁹⁴⁵ De qualquer das formas, o possessivo não está cancelado, pelo que não podemos desprezar o caso.

As construções correspondentes sem redundância são sempre, muito naturalmente, as mais frequentes; e.g., para o tipo *seu X dele*: “a posse deles”, 60 (A. Clemente, 1333), “o Tralado dela”, 74 (id., 1354), “os cõffrades dela”, 77 (id., 1363), “os Moordomos dela”, id., “ou parte deles”, 89 (D. Miguens, 1366), etc..

Em construções como as que se citam a seguir, que não são incomuns no *corpus*, também há, em rigor, pleonismo ou redundância (no pronome possessivo ou no verbo da oração relativa, embora mais naturalmente no primeiro). No entanto, a duplicação da indicação de posse pode surgir por uma sentida necessidade de precisão ou reforço (que, como já vimos, pode ser aguda em documentos do tipo dos aqui estudados). Vejam-se os exemplos: “faço karta de meu quinõ dũu Moïho que eu ey ã termo de san uicête”, 6 (P.

⁹⁴⁵ No texto 52 (A. Domingues, 1343) há um caso, também no protocolo, que se pode querer relacionar: “Enome de deus Amê eu *Domjgas* ioanes⁺ e Eu Martjnh⁺ sseu ffilho mulher que ffuj de Pero esturáo moradores ã ssan vjçête da bejra...”.

Moniz, 1292); “o nosso erdamêto *que* auemos en san viçente no boldrõ”, 9 (P. (E)Anes, 1293); “todo o meu dereito de hũu herdamêto *qe* ei . no ParaL”, 38 (F. Soares, 1325); “todo o nosso dereito dass erdadess *e* dass vinhas⁺ *que* noss auemoss ã termho da dita vila”, “cõ todo o nosso dereito *que* noss auemoss na coyrella do ssouto *que* ffoy do bogeyro”, 39 (A. Domingues, 1327), “todo o nosso deRejto dúú pardejro *que* nos Auemos ã hũa ssessega dúú mojnho *que* nos Auemoss a par da dita villa”, 43 (id., 1332); “a dita Maria perez rrenuçyou todo o sseu dereito *que* ela podera auer cõtra oss ditos bẽes”, 60 (A. Clemente, 1333), “todo o meu dereito *que* eu ey e de dereito deuo á áuer em hũu Moynho rribado”, 63 (id., 1335), “todo o nosso dereito *que* auemos e de dereito deuemos á áuer assj ffeito come por ffazer aRoto e por aRonper em hũa ssesega dũu Moynho rribado”, 65 (id., 1336), “mãdo *qe* todolos outros meus bẽes *qe* eu ey Assj Mouees⁺ come de rraiz”, 77 (id., 1363), “todo o nosso dereito *qe* nos auẽmos e de dereito deuemos dauer”, 78 (id., 1363); “ffazemos carta de uẽdicon *e* de perdurauel ffirmidoen de todo o nosso deryto de ssessega dũu Moỹo *que* nos Auemos ãno dito logo de ssam viçẽte”, 79 (M. Jordão, 1333); “toda A nosa Parte *qe* nos Auemos enos moinhos docresa”, 88 (D. Miguens, 1363); “todo o nosso deryto *que* nos auemos *E* de deryto deuíamos dauer nos moinhos docressa”, “todo o nosso deryto *que* nos auemos na herdade”, 91 (A. Peres, 1359); “Todo o meu derrejto⁺ *que* eu ey *E* de derreyto⁺ deuo Auer emnos Muynhos⁺ docressa⁺”, “Todo o meu derreyto⁺ *que* eu ey nas erdades”, 95 (G. Martins, 1376); “do noso fforno *que* ambos auemos”, 96 (J. (E)Anes, 1377).

Sem pronome possessivo, também se podem encontrar estruturas do tipo das que temos estado a ver: “da qual carta o teor dela tal he”, 73 (A. Clemente, 1354); “da qual carta o tehor dela de ueruo A ueruo Tal he”, 83 (D. Miguens, 1355).

No que toca ao uso de ‘próprio’ e ‘mesmo’, temos os dados seguintes:

1) ‘Próprio’ — “cõ nossas Maos *proprias*”, 1 (D. Viegas, 1274); “cõ mha mááo *propria*”, 29, 30, 31, 32 e 33 (E. Peres, 1311 e, no caso do último, 1312); “toda ssa *propria* uõtade”, 35 (F. Soares, 1319); “come daquelo *que* uosso *propio* he”, 58 e 59 (A. Clemente, 1333), “come de todo aquelo *que* sseu *propio* era”, 60 (id., id.), “come de uossa Coussa *propa*”, 68 (id., 1342), “come de ssa Couse *propia*”, 70 (id., 1348), “come seus *propios*”, 71 (id., 1351); “come de uossa *propia* posísom”, 80 (M. Anes, 1342); “Come de uosa *Propia* Pusisom”, 90 (D. Miguens, 1368); “come de uosa couse *propea*”, 98 (V. Clemente, 1386); “aja estas cassas por suas *propyas*”, “como de suas Coussas *propyas*”, 99 (A. Anes, 1397).

Pode ver-se que, ao contrário de hoje, ‘próprio’ surge normalmente colocado depois do nome e não junto ao possessivo anteposto; assim, por exemplo, “cõ nossas Maos *proprias*” (primeiro caso citado), onde hoje diríamos “com nossas próprias mãos”.

2) ‘Mesmo’ — Apenas registei um caso, em pronome substantivo: “come de sseu *méésom*”, 57 (A. Clemente, 1333).

Todas estas informações nos mostram que o valor dos pronomes possessivos não é tão forte que não seja amiúde reforçado; por efectiva necessidade de desambiguação ou já por ênfase, e na língua antiga como na actual, embora mais vincadamente na primeira.

CONCLUSÃO

O necessário pendor descritivo deste trabalho faz com que ele valha, mais do que tudo, pelos caminhos que pode facilitar para o conhecimento da história linguística do Sueste da Beira e de Portugal em geral, e não tanto pelas conclusões definitivas ou pseudo-definitivas que se possam apresentar já aqui. Na verdade, o que faz falta no estudo da língua portuguesa na sua perspectiva histórica, como em tanto outro lado da ciência tomada em geral, é concluir o tempo das primeiras sínteses (que, naturalmente, não deixam de desempenhar um papel de grande importância) e partir para uma nova fase de recolha, mais extensa, de dados e factos que permita fazer sínteses mais evoluídas e menos interpretativas.

É claro contudo que se extraem do que foi visto nos capítulos anteriores, em conjunto com a **Introdução**, alguns pontos relevantes, que importa abordar. Partiremos da seguinte sistematização:

1. No estudo da linguagem contemporânea do SE Beirão (**Capítulo I**) podem observar-se:
 - 1.1. A confirmação dos dois aspectos que, vimos na **Introdução**, ressaltam da literatura como as marcas definidoras da identidade da linguagem da região no panorama dialectal português: a) é uma variedade de transição, b) incluída em área dialectal muito destacada.
 - 1.2. Diferenças importantes entre sub-regiões.
 - 1.3. Mais semelhanças com outras variedades dialectais portuguesas destacadas do conjunto do que as que têm sido apontadas pelos estudos de panorama / classificação dialectal.
2. No estudo da linguagem antiga (**Capítulo II**) há a assinalar, primeiramente, uma plena pertença do SE da Beira à comunidade linguística galego-portuguesa já nos sécs. XIII-XIV (incluindo portanto a era do início da produção escrita regular do português). Num segundo passo, há a considerar alguns aspectos específicos de história da língua (onde se inclui a dialectologia).

Vamos analisar estes pontos e o nexa que eles constituem.

1] Confirmação dos dois aspectos que ressaltam da literatura como as marcas definidoras da identidade da linguagem da região no panorama dialectal português: a) é uma variedade de transição, b) incluída em área dialectal muito destacada.

Tal como na **Introdução**, estes aspectos são fáceis de compreender.

a) O carácter transicional do SE Beirão faz-se sentir ao nível internacional (fronteira com o espanhol) como ao nacional (charneira Norte-Sul).

A respeito da transição internacional, temos a notar a ausência de presença gramaticalmente significativa do espanhol no português contemporâneo da região. Isto concorda com a estabilidade territorial que é conhecida para o português — paralela à

estabilidade do território político — na sua diacronia e concorda também, noutro sentido, com a distribuição geral português-espanhol ao longo do eixo fronteiro do Centro Interior (e não só): observa-se mais presença geográfica do português do lado de lá da fronteira (por meio de comunidades luso-falantes estabelecidas, há mais ou menos tempo, em território político espanhol) do que do castelhano ou outra língua estrangeira do lado de cá.

A transição nacional faz-se sentir a cada passo. Pelo menos a maioria dos fenómenos que mais claramente dividem os dialectos do Norte dos do Sul adquirem no SE Beirão os valores típicos do Norte e do Sul e / ou um meio-termo entre os dois tipos; e.g. a articulação das sibilantes não palatais (que existem sob a forma apical no Norte da região e sob a forma pré-dorsal no Sul, além de se verificar alternância em uma ou outra localidade), as monotongações de *ei* e *ou* (que não são tão incisivas como no Sul do país mas, ao contrário do Norte, fazem-se sentir), a confusão *b~v* ou a relacionada fusão dos dois fonemas em apenas *b* (que não são próprias do Sul e no SE Beirão têm muito menor presença do que no Norte), a realização proclítica da partícula ‘não’ (que se encontra no SE da Beira quer como *num* ou *nu* — as formas típicas do Norte — quer como *na’* ou *nã’* — as formas do Sul), etc..

b) A inclusão em área dialectal destacada também não sofre contestação. Encontrámos na região todos os traços que a tradição da «Nova Proposta» (i. é, Cintra 1971 e seguidores) aponta como típicos da variedade dialectal muito idiossincrática em que o SE da Beira se insere: a Variedade da Beira Baixa e Alto Alentejo. Mesmo que não se adopte a classificação da «Nova Proposta», não se pode deixar de reconhecer que os traços em causa conferem àquela variedade um carácter mais do que distinto no panorama dialectal português.

2] *Diferenças importantes entre sub-regiões.*

O Sueste da Beira segmenta-se dialectologicamente em duas áreas fundamentais: Este e Oeste. Num âmbito complementar, surge a necessária divisão Norte-Sul.

2-1] Verifica-se repetida e consistentemente, em fenómenos dialectais dos mais significativos e não só, uma divergência Este-Oeste na linguagem do Sueste da Beira; é aí que está, sem margem para dúvidas, a divergência normal que sofrem os falares da região.

Os seguintes exemplos são os mais importantes:⁹⁴⁶

1. Fonética
- 1.1. Vocalismo
- 1.1.1. Palatalização de *a* tónico (1.1, §5): o fenómeno, marcado em geral, aumenta de intensidade nas zonas da raia e apresenta-se especialmente ténue em Isna (Oeste).
- 1.1.2. Velarização de *e* tónico fechado (1.2, §1-a): desaparece em Salvaterra do Extremo e Rosmaninhal, terras da raia do Erges (extremo Leste).

⁹⁴⁶ Citarei o § e o sub-capítulo em que cada fenómeno foi tratado no **Capítulo I, Secção B**: dispensar-me-ei de referir constantemente esses mesmos capítulo e secção. Todos os fenómenos respeitantes à fonética estão incluídos na parte **I**, e os respeitantes à morfo-sintaxe na parte **II**; também me dispensarei de pôr remissão para essas partes.

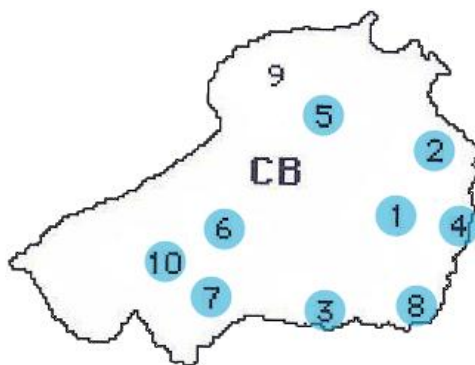
- 1.1.3. Velarização de *e* tónico aberto (1.2, §2-a): verifica-se em Alcongosta e Isna, de forma saliente, e na Foz do Cobreão, menos. Não se verifica portanto no Oriente.
- 1.1.4. Ditongação de *e* tónico fechado não-final em *ei* (1.2, §1-b): Centro e Oeste da região, sobretudo em Cardoso e Alcongosta.
- 1.1.5. Ditongação de *e* tónico aberto não-final em *éi* (1.2, §2-c): Centro e Oeste da região, sobretudo em Cardoso.
- 1.1.6. Ditongação de *e* tónico nasal não-final em *êi* (1.2, §4): idem.
- 1.1.7. Realizações de *e* nasal final, átono (nas formas verbais) e tónico (em todas as formas) (1.2, §§4 e 5): *ãi* a Ocidente, *êi* e *ẽ* com mais extensão: Oriente e expansão no Centro. Monsanto, a Norte, estabelece a transição Oriente → Ocidente e a Foz do Cobreão, a Sul, estabelece a transição Ocidente → Oriente.
- 1.1.8. Fechamento dos dois *o*'s tónicos (1.4, §1): não obstante ter como focos de máxima intensidade uma terra do Este (Idanha-a-Nova) e outra do Oeste (Isna), desaparece na raia do Erges.
- 1.1.9. Monotongação de *ei* (1.6, §5): 1) excepto Isna e Foz do Cobreão, localidades do Oeste mas apontadas a Sul, fenómeno menos incisivo na zona ocidental, 2) onde (agora já em termos genéricos) é possível ouvir a pronúncia [ej], como na Norma.
- 1.1.10. Realização do ditongo *ou*, monotongado ou não, com *o* palatal (1.6, §13): 1) contexto tónico: maior expoente em Isna (Ocidente), que parece ser acompanhada pela terra próxima da Foz do Cobreão; 2) contexto átono: os dados são mais claros: continua o maior expoente em Isna, e há uma notória menor incidência a Oriente: concelhos de Penamacor, Idanha-a-Nova e ainda a localidade de Malpica do Tejo.
- 1.1.11. A realização do ditongo *oi* com *o* palatal (1.6, §14) acompanha a do ditongo *ou*.
- 1.1.12. Paragógica de semivogal ou vogal átona (1.7, §5): Alcongosta e Isna.
- 1.2. Consonantismo
- 1.2.1. Desenvolvimento de semivogal velar entre consoante labial e vogal tónica (2.1, §1-a): há uma divisão geral: eixo Alcongosta-Foz do Cobreão (cariz ocidental), por um lado, restantes áreas (cariz oriental), por outro.
- 1.2.2. Articulação de *l* diferente da da Norma (2.2.2, §1-a): notória perda de força no Ocidente.
- 1.2.3. Vibrante múltipla em coda antes de *n* (2.2.2, §2-a)⁹⁴⁷: 1) Clivagem entre o Ocidente e o Oriente, que parece concretizar-se numa individualidade do concelho de Idanha-a-Nova. 2) No concelho de Idanha, o fenómeno surge com ligeira preferência em sílaba tónica; na outra zona, surge com marcada preferência em sílaba átona.
- 1.2.4. Conservação da africada palatal surda (2.3, §2-a): aumenta em direcção à raia, onde pode ainda apresentar um registo de uso banal; no Ocidente, pelo contrário, tem uma presença por norma escassa, sobretudo em Alcongosta e Isna.
- 1.2.5. Conservação da africada palatal sonora (2.3, §2-b): tal como o par surdo, aumenta notoriamente de intensidade em direcção a Este.
2. Morfo-Sintaxe
- 2.1. Terminações verbais *-am* e *-em* (3, §4)⁹⁴⁸: há três grupos na região: 1) concelho de Idanha-a-Nova, 2) Malpica do Tejo e 3) eixo Alcongosta-Foz do Cobreão, que

⁹⁴⁷ O tratamento deste fenómeno faz uso de dados estatísticos que não podem compreender nem o inquérito do ALEPG de Malpica do Tejo nem os dados recolhidos *in loco*.

⁹⁴⁸ Há a considerar tanto a evolução *-am* > *-em* como o inverso.

- podem ser simplificados em dois: concelho de Idanha e Malpica do Tejo (coerência oriental), por um lado, e a parte ocidental, por outro.
- 2.2. Perfeitos nasalados (3, §5): registados em Cardosa, Isna e Foz do Córão, portanto no Ocidente.
 - 2.3. Substituição do pretérito perfeito pelo pretérito mais-que-perfeito (3, §7): foge ao Oriente: sem mencionar a literatura, atestámos o fenómeno em Alcongosta, Cardosa, Isna, Foz do Córão e Malpica do Tejo; muito raro na última, plenamente regular nas outras. Malpica representa assim uma transição para o concelho de Idanha-a-Nova (o mesmo é dizer: para a zona que se coloca mais a Oriente), a área onde o fenómeno não foi assinalado.
 - 2.4. Infinitivo pelo imperativo (3, §10): timbre oriental.
 - 2.5. Construção “á que” por ‘é que’ (3, §11-h-2): timbre oriental; registada nos inquéritos do ALEPG de Salvaterra do Extremo, Idanha-a-Nova, Rosmaninhal, Malpica do Tejo e Foz do Córão. Apenas a Foz do Córão se situa plenamente a Oeste.

A divergência Este-Oeste adquire, no que não é de estranhar, um cariz contínuo. Ou seja, não há uma linha de corte absoluta e profunda entre uma *zona branca* e uma *zona preta*; antes há diversos matizes de cinzento. Mas não é por isso que deixamos, por utilidade e simplificação, de definir, com maior ou menor margem de erro, as áreas pertinentes. Reproduzo aqui o mapa, já visto no **Cap. I, Secção A** a par de um mapa mais geral, dos inquéritos do ALEPG utilizados neste trabalho, que formam o grosso dos materiais em que assenta a descrição da linguagem contemporânea do Sueste da Beira feita nesse capítulo:



*Mapa do distrito de Castelo Branco e inquéritos do ALEPG que lhe pertencem. Com destaque estão os inquéritos utilizados neste trabalho:*⁹⁴⁹ 1- Idanha-a-Nova; 2- Monsanto; 3- Malpica do Tejo; 4- Salvaterra do Extremo; 5- Alcongosta; 6- Cardosa; 7- Foz do Córão; 8- Rosmaninhal; 10- Isna. O número 9 corresponde ao inquérito de Unhais da Serra.

Como se pode ver, os pontos de Idanha-a-Nova, Monsanto, Salvaterra e Rosmaninhal, todos pertencentes ao concelho de Idanha-a-Nova, localizam-se distintamente a Este; os pontos de Cardosa, Isna e Foz do Córão a Oeste; e os pontos de Alcongosta e Malpica do Tejo num eixo central. Mas, nos nossos dados, Alcongosta emparelha consistentemente com o Oeste e Malpica com o Este. Uma segmentação macro

⁹⁴⁹ A numeração está feita com base na ordem cronológica em que os inquéritos foram realizados.

das áreas Este e Oeste do Sueste da Beira feita a partir dos materiais do ALEPG ficará assim definida como:

1. Este = pontos de Idanha, Monsanto, Salvaterra, Rosmaninhal (todos os quatro pertencentes ao concelho de Idanha) e Malpica (conc. de Castelo Branco);
2. Oeste = pontos de Alcongosta (conc. do Fundão), Cardoso (conc. de Oleiros, mas aproximando-se do de C. Branco), Isna (conc. de Oleiros) e Foz do Córrego (conc. de Vila Velha de Ródão).

Os dados de que dispomos a respeito do concelho de Penamacor não são tão abundantes, mas permitem-nos sem grandes dúvidas inserir todo o concelho, por defeito, no Este.

Pela inclusão de Alcongosta no Oeste e de Malpica do Tejo no Este, pode perceber-se que o primeiro tem mais presença a Norte e o segundo a Sul. É um aspecto que concorda com a geografia da região, pois a Oeste e a Norte o relevo é de regra mais acidentado, com várias serras de boa altitude, e a Este e a Sul forma-se uma coerência de relevo mais pacífico.

Para a zona entre Alcongosta e Malpica não temos dados abundantes mas, pelas informações recolhidas *in loco* e pelas disponíveis no inquérito do ALEPG de Cardoso (que contém dados respeitantes a essa zona), vemos que emparelha fundamentalmente com o Ocidente e não com o Oriente. Verifica-se portanto que o Oeste se expande mais para o Centro exacto (i.e. o Centro entre o Norte e o Sul) do SE da Beira do que o Este, que, de acordo com o que vimos anteriormente, fica definido como ligado a Sul.

Os pontos mais próximos da raia do Erges — Salvaterra e Rosmaninhal — assumem um carácter destacado, merecendo lugar à parte no todo do Este; Malpica, pela transição que amiúde estabelece com o Oeste e pelo carácter idiossincrático que também apresenta em vários pontos, forma outro sub-grupo; o resto do concelho de Idanha e o concelho de Penamacor ficam assim emparelhados no restante sub-grupo do Este.

No Oeste não se encontram personalidades tão vincadas como no Este.

2-2] A divisão Este-Oeste, que adopta uma perspectiva intra-região, i.e. uma perspectiva fundada, acima de tudo, na consideração da linguagem do Sueste da Beira em si mesma — embora, naturalmente, partindo do conhecimento dos traços que mais destaque conferem a essa região no panorama dialectal português —, é complementada por uma divisão que adopta uma perspectiva diferente; uma perspectiva que se funda em primeiro lugar nos traços que mais podem relacionar a linguagem da região com os principais grupos dialectais do português, ou seja, uma abordagem direccionada para os parentescos dialectológicos gerais portugueses.

Aqui, a divisão é, por tudo o que se viu no §1-a acima e no ponto 1 da **Introdução** — e por tudo o que se conhece da dialectologia portuguesa —, Norte-Sul.

Na esteira de Cintra 1971, utiliza-se normalmente um traço específico para segmentar os dialectos portugueses em dois grandes grupos: “setentrionais” e “centro-meridionais” (os termos são de Cintra, que considerou não haver necessidade de identificação de um Centro, mas sim de um Norte e de um Centro-Sul — de apenas duas grandes áreas dialectais portuguesas, portanto). Esse traço é a conservação de sibilantes áptico-alveolares, que se verifica nos dialectos setentrionais, por oposição à convergência das mesmas nas pré-dorso-dentais, que se encontra nos dialectos centro-meridionais.

O Sueste da Beira, como região de transição que é, apresenta os dois tipos. Pode ver-se a descrição completa do complexo perfil do traço na região no **Capítulo I, Secção B, I. Fonética, 2.2.1, §1**; uma visão simplificada é a seguinte. São zonas de sibilantes apicais os pontos de inquérito do ALEPG de Alcongosta, Monsanto e Salvaterra do Extremo; são zonas de articulação pré-dorsal os pontos de Isna, Foz do Cobreão, Malpica do Tejo, Rosmaninhal e Idanha-a-Nova; é pura zona de transição o ponto de Cardoso, posto que o sistema representativo da estrita localidade de Cardoso seja o das pré-dorsais. As informações recolhidas *in loco* concordam com as áreas que se podem definir a partir do ALEPG; há a particularizar o caso de Penamacor, cujas localidades pertencem na totalidade ao sistema de apicais.

Outros casos de divergência Norte-Sul na região em estudo podem ser citados, como:⁹⁵⁰

1. Apócope ou evolução para vogal neutra do *o* átono final (**I, 1.4, §3**): fenómeno registado nos inquéritos de Cardoso (pouco), Isna, Foz do Cobreão (expoente máximo), Malpica do Tejo e Idanha-a-Nova (pouco); é traço apontado a Sul.
2. A nasalização das átonas finais (**I, 1.7, §2**), fenómeno sulista no país, mostra que o Este da região em estudo é mais sulista do que o Oeste (ponto que já aqui ressaltámos).
3. Desenvolvimento de *n* entre verbo terminado por vogal ou ditongo nasais e vogal oral (**I, 1.7, §4**): perde força no Norte e, secundariamente, também no Oeste; já ficou visto que o Norte tem um padrão de afinidade com o Oeste e o Sul com o Este.
4. Vogal paragógica de sibilante (**I, 2.2.1, §2**): pelo menos o sub-tipo que respeita a quando a sibilante é antecédida de vogal ou da semivogal velar tem distribuição que se liga com o Norte, por via de uma relação com a área das sibilantes apicais.
5. Redução de ‘estar’ a ‘tar’ (**II, 3, §11-c**): fenómeno típico das zonas a Sul; parece haver uma relação com a zona de sibilantes pré-dorsais.

Podem definir-se as áreas Norte e Sul da região, numa visão simplificada, do seguinte modo: as zonas de sibilantes apicais pertencem a Norte e as zonas de sibilantes pré-dorso-dentais pertencem a Sul. Utiliza-se portanto o mesmo procedimento de Cintra 1971; quem tem contacto com a realidade dialectológica (e etnográfica em sentido geral) portuguesa percebe que, se não acertou totalmente na escolha — o que não estamos em condições de tentar decidir aqui —, Cintra pelo menos ficou muito perto.

2-3] A definição de outras sub-áreas obriga a um tipo de estudo que não se pode levar a cabo já neste trabalho.

Noutro âmbito, é de acrescentar que a zona Este do SE Beirão — exponencialmente em direcção à raia — pode ser definida como a mais conservadora linguisticamente. É aí que, em termos gerais, os traços mais marcados e arcaizantes (quer o sejam efectivamente na cronologia quer sejam apenas assim percebidos pelos falantes) tendem a ter maior presença; são exemplos concludentes a palatalização de *á*, a conservação das duas africadas palatais e a conservação da pronúncia [o] para o *o* átono final.

⁹⁵⁰ Todos os fenómenos a seguir referenciados têm remissão entre parênteses para o sítio em que foram tratados; esse sítio faz sempre parte da **Secção B do Capítulo I**, facto que me dispense de indicar.

Por outro lado, a extensão que, apesar de tudo, traços como as conservações de [ɔ] para -o e da africada palatal sonora atingem na região dá um timbre arcaizante à linguagem sueste-beirã. Isso concorda com os elementos etnográficos gerais que se conhecem, os quais dizem que o Sueste da Beira é região arcaizante e remota: cf. o que se disse sobre o assunto na **Introdução**, ponto 1. Aí também se vê outro aspecto muito intuitivo: faz sentido que o expoente do arcaísmo linguístico da região se registe em direcção à raia, que é a zona mais afastada dos principais centros do país (situados no litoral) e que tem parentesco de Norte a Sul do país, onde a raia do Este forma uma coerência de conservadorismo.

3] *Mais semelhanças com outras variedades dialectais portuguesas destacadas do conjunto do que as que têm sido apontadas pelos estudos de panorama / classificação dialectal.*

Como ficou dito na **Introdução** (ponto 2. **Inclusão numa área dialectal idiossincrática**, §3), no parentesco que se pode estabelecer, ao nível dos caracteres destacados, entre a variedade do Centro-Interior e outras do espaço português, há a considerar fundamentalmente, de acordo com os estudos de panorama dos dialectos portugueses, as variedades do Barlavento Algarvio e de S. Miguel dos Açores.

Já no mesmo sítio da **Introdução** vimos um excerto de Ferreira / Carrilho / Lobo / Saramago / Segura da Cruz 1996:496 em que se faz uma exposição sintética dos principais caracteres destacados da linguagem do Barlavento Algarvio. Observa-se, nesse e nos mais significativos estudos do tipo (Cintra 1971, Segura / Saramago 2001, etc.), que o lugar proeminente do Barlavento no panorama dialectal português provém, antes de mais, de uma evolução em cadeia do seu sistema vocálico tónico. O estudo recente de Segura / Saramago 2001:227 apresenta a visão mais actual e completa da questão:⁹⁵¹

Na variedade do Barlavento do Algarve [...] constata-se uma deslocação em cadeia das vogais acentuadas:

- abertura e abaixamento das vogais anteriores: [i] em certos contextos (nasais e vibrantes) é pronunciado quase como [e], [e] é realizado como [ɛ], fazendo surgir uma vogal extremamente aberta, [æ], a corresponder a [ɛ];
- velarização da vogal central [a] que é pronunciada muito próxima de [ɔ];
- o timbre do [ɔ] aproxima-se do do [o];
- palatalização de [u] em [y], como na variedade de Castelo Branco e Portalegre.

Outros aspectos salientes desta variedade são:

- redução do ditongo acentuado, em posição final, [ɛw] a [æ];
- ditongação da vogal final acentuada [a] que é realizada como [aw];
- desaparecimento de [u] e de [i] final não acentuados, grafados respectivamente -o e -e.

Exemplos desta variedade no excerto exemplificativo:

Sagres:

⁹⁵¹ Este estudo, como foi ressaltado no *Esquema* presente na **Introdução**, ponto 2, §2, utiliza alguns dados do ALEPG. Deve também ter-se em conta, no que respeita à linguagem do Barlavento, que a autora parcial do estudo Luísa Segura da Cruz é uma conhecedora em profundidade do assunto, devido, desde logo, à sua tese de doutoramento: Segura da Cruz 1987.

seda [s'eðɐ], *salema* [səl'ɛmɐ];
erva ['ærvɐ];
mar [m'ɔr], *Sagres* [s'ɔgriʃ];
tudo [t'yð];
chapéu [ʃɐp'æ];
água-má ['ɔwɣɐ m'aw].

Para o Centro-Interior não tem sido assinalado um deslocamento em cadeia como o do Barlavento. No **Capítulo I** vimos contudo alguns aspectos que, se não podem atestar um sistema totalmente identificado com o do Barlavento, apresentam analogias importantes que acabam por expandir as semelhanças entre as duas variedades para lá do que tem sido notado: basicamente, a palatalização de *u* e a redução de *o* átono final. Assim, podem ver-se:⁹⁵²

1. A velarização não contextual de *a* tónico (**1.1**, §2-*a*), com presença não geral mas bem estendida na região. O timbre da vogal não é tão velarizado como no Barlavento, de acordo com as descrições que têm sido feitas deste sistema.
2. O fechamento, não total, dos dois *o*'s tónicos (**1.4**, §1), também com uma presença bem estendida na região. O fenómeno tem uma relação próxima com a guturalização do falar.
3. A abertura, em direcção a [æ], do *e* aberto (**1.2**, §2-*b*), mais uma vez com uma presença estendida na região.
4. Embora restrita à vogal dos ditongos *ei* e *eu* e com analogia com o que se verifica em várias outras regiões do país, há, para todos os efeitos, a pronúncia mais aberta de *e* fechado (**1.6**, §§5 e 7).
5. Na vogal *i* (**1.3**, §1), embora diminutamente, ficou registado um fenómeno que dá a essa vogal uma relação com o *i* do Barlavento.

Para além desses aspectos, pudemos registar, tal como para o Barlavento, o traço destacado da ditongação da vogal final acentuada *a* em *au* (**1.1**, §7) e o também digno de nota, embora menos importante, da palatalização do *-o* átono final ([ù]; **1.4**, §3-*b*).

Se deixarmos os estudos de panorama de parte e analisarmos os estudos parcelares, podemos ver para a parte Sul da variedade do Centro-Interior — a zona de Portalegre — referenciados fenómenos análogos aos que vimos para o Sueste da Beira.

Assim, por exemplo, Baptista 1967 nota para Escusa (Marvão, perto da fronteira), para além das esperadas velarização de *e* fechado e palatalizações de *u*, *a* (contextual) e *ou/oi*, a velarização de *a* tónico oral “junto de consoante labial, velar e nasal” (p. 13); a maior abertura de *e* aberto (“O *e* tónico aberto apresenta um timbre mais aberto do que o *e* do português padrão, sobretudo quando seguido das consoantes *k*, *l* e *r*” (pp. 16-17)); a maior abertura de *i*, em alguns casos (“De um modo geral, o *i* tónico apresenta um timbre idêntico ao do português padrão: [exemplifica com ‘trigo’, ‘farinha’ e ‘milho’]. Nalguns casos, porém, verifica-se um matiz levemente aberto e posterior [...], exemplificando com ‘pina’, ‘bonito’, ‘preguiça’ e ‘dia’]” (p. 18)); o fechamento de *o* aberto, também de forma aparentemente ocasional (“O *o* tónico aberto é, geralmente, idêntico ao do português padrão: [exemplifica com ‘bota’, ‘velhote’ e ‘escola’]. Todavia, apresenta, por vezes, tendência para o fechamento que o aproxima do timbre do *o* castelhano [exemplifica com ‘picota’, ‘porta’ e ‘capote’].” (p. 19)); em regime análogo, o fechamento de *o* fechado

⁹⁵² Todas as remissões seguintes são feitas para o **Cap. I, Secção B, I. Fonética**.

(“Paralelamente ao que se passa com o o tónico aberto, o o tónico fechado apresenta, não raro, um timbre duplamente fechado, sobretudo quando junto de consoante labial [...], exemplificando com ‘poço’, ‘raposa’ e ‘sopa’]” (p. 20)).

Para Nisa, assinala Carreiro 1948, além das palatalizações de *u*, *ou/oi* e *a* (contextual), a abertura de *e* tónico aberto (“O *é* medial em sílaba livre é muito aberto soando com[o] o *a* inglês de *bad*” (p. 10)) e ainda a de *e* fechado, a par da labialização / velarização: “Ao *ê* tónico fechado da linguagem literária correspondem duas pronúncias distintas. Na primeira, que suponho a típica e tradicional, soa precisamente como o *e* aberto [...], exemplificando com ‘acende(r)’ (i.e. com a apócope de *-r*), ‘borboleta’, ‘berço’, ‘cabeça’, ‘cepa’, ‘cepo’, ‘cozer’, ‘esterco’, ‘estrela’, ‘fazer’, ‘mês’, ‘muleta’, ‘nêspêra’, ‘pêsego’, ‘refêgo’, ‘rego’, ‘seco’, ‘sexta’, ‘terça’, ‘três’ e ‘verga’]. [...] Na segunda, que revela, possivelmente, uma tendência para a correcção é ditongado [NB: também o *e* aberto, quando em pronúncia enfática, pode sofrer ditongação, sem se alterar o timbre mais aberto (p. 10)] e, além disso, labializado, isto é, pronunciado com arredondamento e projecção dos lábios para diante, chegando a soar quase *ói*. [...], exemplificando com ‘aceso’, ‘aquele’, ‘bacelo’, ‘cabeça’, ‘cesto’, ‘coelho’, ‘dedo’, ‘despesa’, ‘ele’, ‘Devesa’, ‘fecho’, ‘ligeireza’, ‘mesma’, ‘negra’, ‘parelha’, ‘picareta’, ‘seco’, ‘seda’, ‘Teresa’ e ‘vejo’]” (pp. 11-12). Igualmente em Nisa, notou Leite de Vasconcelos a abertura dos dois *e*’s, aberto e fechado (mas neste em direcção de *e* médio, e não da identificação plena com o *e* aberto), assim como na localidade próxima de Tolosa (cf. Florêncio 2001 (2005:32-33)⁹⁵³). Em Tolosa, registou ainda a velarização de *a* em ‘cá’ (cf. id.:32) e a abertura de *i* em ‘vive’ (id.:35).

Recorde-se também que em falares portugueses de Espanha confinantes com o Sul do distrito de Castelo Branco e com o de Portalegre foram notadas, para além de outros caracteres salientes do lado de cá da fronteira como as palatalizações de *u* e *ou*, pelo menos alguma velarização de *a* e alguma abertura de *e* aberto: cf. a **Introdução**, ponto 3, esp. §7.

Constata-se portanto que, se as semelhanças tradicionalmente assinaladas entre o Barlavento Algarvio e o Centro-Interior — no que aqui nos interessa directamente, o Sueste da Beira — são muito sugestivas acerca de uma possível afinidade linguística primitiva das duas regiões (tenha-se presente o que se disse sobre o assunto na **Introdução**, ponto 2, §3, questão a que voltaremos no §5 adiante), com mais relevância se apresenta essa questão quando se supre a lacuna de conhecer em profundidade a linguagem do SE Beirão. Ainda mais favorecida se apresenta a tese da afinidade primitiva (quer ela corresponda a uma unidade linguística original da extensa região que separa o Centro-Interior do Barlavento Algarvio, quer corresponda tão-somente a uma dependência histórica de uma das duas variedades em relação à outra⁹⁵⁴).

Com S. Miguel dos Açores as semelhanças do Sueste da Beira ainda são mais agudas. Segura / Saramago 2001:229 caracterizam assim aquela variedade:

Um falante continental ou madeirense, quando se fala de dialectos açorianos, relaciona de imediato essa designação com os dialectos falados em São Miguel. Tal facto

⁹⁵³ Florêncio 2001 (2005) faz a sistematização dos dados, publicados ou inéditos, que Leite de Vasconcelos recolheu no Alentejo; uns têm carácter extenso, outros compreendem apenas pequenas notas, baseadas em passagens breves pelas localidades.

⁹⁵⁴ O linguista português Lindley Cintra defendia, como veremos no §5, uma teoria que explicava a origem da variedade dialectal idiossincrática do Barlavento a partir de uma colonização linguística feita por gente originária do Centro-Interior.

está indubitavelmente ligado à especificidade que eles apresentam relativamente aos restantes dialectos insulares e continentais.

Em São Miguel constata-se, relativamente ao sistema vocálico acentuado, uma evolução em cadeia. Assim:

- [i] é realizado com maior abertura e abaixamento [ɪ], ou seja, quase como [e];
- [e] labializa em [œ];
- [ɛ] é realizado como [æ];
- [a] velariza em [ɒ];
- [ɔ] é realizado com maior fechamento, ou seja, como [o];
- [o] é pronunciado como [u];
- [u] palataliza, sendo realizado como [y].

Quanto aos ditongos, [ej] monotonga em [e] e [ow] palataliza em [ø].

Algumas destas modificações verificam-se, se bem que de modo não completamente concordante, nas variedades do Barlavento Algarvio e de Castelo Branco e Portalegre.

[...]

Exemplos recolhidos nos textos orais:

Ponta Garça (São Miguel):

rodinha [ruð'ɪnɐ];
verga [v'ærgɐ], *dedos* [d'æðuʃ], *fazer* [fɛz'æ], *novelo* [nuv'ælu];
dessas [d'æseʃ];
traz [tr'ɔʃ];
maçaroca [mæse'oke];
senhor [sɪn'ur], *novo* [n'uɔi];
fuso [f'yzu], *tudo* [t'yði], *cintura* [sɪt'yɾɐ];
cheguei [ʃɪ'ɣe];
morou [mur'ø].

No que não cola totalmente à linguagem do Sueste da Beira, a variedade de S. Miguel parece, em quase todos ou mesmo todos os seus traços destacados, ser uma mera exponenciação (i.e. uma *agravação*), facilitada pelo contexto insular, dessa linguagem.

4] Nos textos antigos editados e estudados no **Capítulo II**, podemos ver uma *plena pertença do SE da Beira à comunidade linguística galego-portuguesa já nos sécs. XIII-XIV (incluindo portanto a era do início da produção escrita regular do português)*. Não se encontram aí caracteres notáveis que, no fundamental, afastem linguística ou ortograficamente o SE da Beira da norma geral conhecida para a época. Na verdade, a região não se apresenta inovadora ou singular, mas sim genericamente conservadora — i. é, conservadora do modelo ou padrão antes estabelecido. São exemplos dessa pertença consistente / conservadora ao sistema linguístico estabelecido os sub-sistemas de sibilantes apicais e pré-dorsais (**Cap. II, Secção B, I. Fonética, 2.2, §1**), dos pronomes possessivos (**II. Morfo-Sintaxe, 4**) ou dos verbos irregulares (**2.3**); os verbos irregulares são, como disse no citado ponto, uma área muito sensível da língua, em que a correspondência com a norma é extremamente significativa.

A plena integração da produção escrita — e será acima de tudo no plano da escrita que, naturalmente, nos devemos colocar: pelas condições históricas gerais da época que consideramos (Idade Média) mas, mais do que isso, por princípio linguístico geral (sabendo que há sempre muita vida para além da norma escrita / ortográfica) — do SE da

Beira no sistema português desde a época da produção escrita regular nessa língua tem importância. Mostra uma eficaz expansão daquele sistema (originário do Noroeste) logo em épocas muito remotas a uma região de colonização, que na época contemporânea apresenta uma linguagem muito destacada do panorama da língua e, como veremos no §5, já na fase antiga teria pelo menos alguns dos traços que lhe conferem esse destaque.

Por outro lado, a posição conservadora ou não-inovadora do SE da Beira de imediato nos documentos medievais põe em evidência o seu carácter de região dialectal e não normativa (pois é de uma região normativa que partem as inovações que outras regiões seguem); facto também interessante por expor o processo de *normativização* — melhor: *standardização*, *padronização*, mas não necessariamente *generalização* de um modelo cultural imposto deliberadamente (e pedagogicamente, se se quiser) pelo estado central — da língua desde o início da sua concretização codificada (entenda-se escrita).⁹⁵⁵

Isso não quer dizer, é claro, que as particularidades dialectais que necessariamente se formavam e consolidavam não possam ser evidenciadas nos textos antigos; o grande exemplo no nosso *corpus* é a monotongação de *ei*, que surge, pelo menos, já na década de 1350' (cf. a respeito desse fenómeno o **Cap. II, Secção B, I. Fonética, 1.8.1**). Mas a verdade é que a produção escrita sofre já na época arcaica forte *standardização*, facto que o *corpus* aqui editado demonstra de forma importante, pois: (i) tem um bom raio temporal; (ii) pertence a uma região claramente de periferia que, de resto, esteve no processo da Reconquista (com a associada reorganização territorial, o repovoamento, etc.) sob a influência de instituições estrangeiras (as Ordens Militares do Templo (depois Cristo) e do Hospital, com origem em França, país de prestígio cultural); (iii) podemos

⁹⁵⁵ Esse é um aspecto que distingue o lado galego da língua do lado português desde muito cedo, como se pode ver em Maia 1986 (1997:892), que estudou o assunto com detalhe: “Uma das tendências que, de modo singular, dominava nos documentos galegos é o acentuado polimorfismo [...], em contra[s]te com a orientação para uma maior estabilidade e para uma relativa “nívelação” da linguagem dos documentos de Portugal. Ao percorrê-los, tem-se a sensação de que na língua desta região se estava a operar um processo de selecção das variantes correspondentes a diferentes possibilidades expressivas, o qual se traduzia na eliminação das formas mais arcaicas. A linguagem dos documentos de Portugal revela uma maior selecção das formas linguísticas utilizadas, facto que contrasta com a maior instabilidade e flutuação da zona galega.” A pp. 924-925, diz ainda a A.: “Nalguns casos, a diferença entre a linguagem dos documentos da Galiza e de Portugal resulta do facto de os notários ou escribas da Galiza revelarem mais intensamente particularidades da língua falada da região do que os tabeliães de Portugal. Efectivamente, os documentos da região portuguesa deixam transparecer uma linguagem mais nivelada, aflorando neles muito menos particularidades regionais do que nos da região galega. Os notários portugueses dão a impressão de sofrerem a pressão de um tipo de linguagem que usufruía de maior prestígio e que os levava a evitar certos traços da linguagem falada da região. É provável que alguns deles conhecessem a linguagem utilizada na documentação dimanada da Chancelaria Real [...]. Parece, além disso, provável que a situação sociolinguística de algumas particularidades fosse diferente na Galiza e na região do Noroeste de Portugal: para os notários que conheciam uma forma de linguagem mais prestigiada, certos traços da linguagem da região teriam já uma sensível conotação sociolinguística, sendo sentidos como demasiado regionais ou mesmo como populares, o que os levaria a evitar o seu emprego nos documentos que fixavam por escrito.” É claro que toda esta divergência entre Portugal e Galiza está ligada ao facto de no primeiro o (original) galego-português se constituir em língua nacional e na segunda, pelo contrário, aquela língua se ir subalternizando por força do domínio leonês-castelhano.

É portanto exagerado ligar a existência de um padrão linguístico no português a depois do português antigo / finais ou fora da Idade Média, como se pode observar com facilidade na literatura. O que se pode ter passado nessa altura é, devido a condições sociais gerais ou colaterais (como a maior capacidade centralizadora do monarca e da sua corte, o surgimento do Humanismo, o ganhar de força das línguas românicas como instrumentos de cultura — com o consequente acréscimo de interesse no estudo e na codificação —, etc.), um acentuar qualitativo e quantitativo (um passo à frente) da padronização, da *standardização* da língua. Considerando-se sempre, sobretudo, a língua escrita, na sequência do que já foi dito.

saber que já se verificaria na época pelo menos parte dos traços que hoje conferem um carácter tão destacado à linguagem da região.

Não está aí, contudo, um facto surpreendente, pois já tem sido notada, quer no âmbito de estudos de caso quer no de visões de panorama, uma standardização linguístico-ortográfica (i.e. uma nivelação e uniformização da linguagem e da escrita dos documentos) do português desde muito cedo; veja-se por exemplo o que Martins 2001:26 refere a propósito da imposição da *scripta* da chancelaria régia na segunda metade do séc. XIII:

A comparação desta *scripta* [NB: a *scripta* de documentos particulares escritos em português até meados do séc. XIII] com a *scripta* do Testamento de Afonso II (que pouco se afasta da dos documentos em português da Chancelaria de Afonso III) permitiu-me identificar duas tradições de *scripta* romance, bem diferenciadas, em Portugal, na segunda metade do século XII e primeira metade do século XIII: uma *scripta* conservadora, ou não-estabilizada, representada pelos documentos particulares, e uma *scripta* inovadora, ou estabilizada, que se teria desenvolvido no âmbito da chancelaria régia, só vindo a propagar-se à documentação particular na segunda metade do século XIII. A partir desse momento, a *scripta* da chancelaria régia, pelo poder que lhe advinha do local de onde emanava e da sua maior consistência, teria sido tomada como modelo ao nível da produção particular; a sua difusão precoce teria aliás contrariado o desenvolvimento de *scriptae* portuguesas regionais. Cabe lembrar a este propósito o estudo de Luís Filipe Lindley Cintra (1963) sobre a difusão das grafias ‘lh’ e ‘nh’. Traçando o progressivo alastramento destas grafias a partir da corte, Lindley Cintra mostrou como a sua imposição foi irresistível, a ponto de antes de terminado o século XIII terem feito desaparecer as antigas representações gráficas das consoantes palatais, lateral e nasal (isto é, ‘l’, ‘li’, ‘ll’; ‘n’, ‘ni’, ‘gn’, ‘nn’). Podemos ver no processo descrito por Lindley Cintra uma manifestação pontual, mas muito óbvia, do processo de expansão e generalização da *scripta* portuguesa elaborada na chancelaria régia.

Apesar da grande fenda histórica que nos separa, a situação da época não era tão diferente da contemporânea como se poderia pensar.

O nosso *corpus* vem assim fortalecer uma visão pessimista da possibilidade de transferência dialectal para a língua escrita (já) na época arcaica. Como diz Castro 2006:80, “a confiança na eficácia directa e imediata do documento como retrato da língua não é, hoje, tão absoluta como era no tempo de Menéndez Pidal, topicalizando no grande filólogo uma atitude científica que influenciou profundamente, e por gerações, a linguística histórica não só de Espanha como também de Portugal [...]”. Diremos que aquela confiança, se tem descido em geral, tem de descer ainda mais ao estudar-se a língua no âmbito dialectal, e não já nas grandes variedades normativas.

Não deixa, porém, de ser importante que apareçam novos estudos extensos de *corpora* antigos filiados em regiões ainda não estudadas (que são quase todas), para se aprofundarem aquela e outras questões fundamentais relativas à língua antiga que ressaltam do trabalho já feito. Uma questão importante é a definição pormenorizada, tão exacta quanto possível, das fases de evolução e mudança que a língua medieval sofreu ao longo de todo o seu percurso, quer ao nível do estabelecimento de geovariantes como de cronovariantes (variantes que devem ser observadas tanto no nível meramente ortográfico como no propriamente linguístico, pois ambos os planos permitem abordar a evolução — geográfica e cronológica — da língua). Com um conjunto de documentos (necessariamente não-literários, os que, por defeito, permitem controlar de forma satisfatória as variáveis data e local) que cobrissem as várias regiões do país, poderia chegar-se a uma história quantitativa e qualitativa que, para além de dar uma resposta

que nunca foi dada a tantas perguntas que pendem, se justifica por si própria e permite dar um quadro inovador da evolução linguística — no caso — portuguesa. No âmbito dessa história, que pode e deve ser estendida para lá da língua medieval, é possível que se encontre a necessidade de formular uma nova, mais exacta e detalhada, proposta de periodização da língua, sabendo-se que as propostas existentes ainda são demasiado abstractas e subjectivas.⁹⁵⁶ Um projecto de cartografia das várias fases da língua que tivesse os objectivos mencionados seria certamente um contributo interessante; se os estudiosos do português têm já ao seu dispor, para a fase contemporânea, um projecto do calibre do Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza, pode seguir-se o exemplo e fazer-se algo parecido para outras épocas.

Um exemplo de questão pendente no âmbito da periodização da língua é a caracterização do séc. XIV, que sucede à fase mais antiga da língua histórica (i.e. literária) e antecede a fase de evolução acelerada do séc. XV.⁹⁵⁷ Tem-se apontado cada vez mais como foco do séc. XIV o seu momento final, coincidente com o início da dinastia de Avis. Essa dinastia, que surge na sequência da crise de 1383-1385 e representa um marco político-social do processo de ascensão do Sul ou Centro-Sul ao domínio da nação, terá, naturalmente, um papel importante na evolução linguística do séc. XV; mas é verdade, por outro lado, que tanto as condições sociais que provocam aquela crise começam décadas antes como pelo menos alguns dos fenómenos linguísticos que

⁹⁵⁶ Um dos principais problemas da metodologia tradicional de definição de períodos ou fases na história das línguas é a aplicação desproporcionada que coloca nos factores extra-linguísticos. Uma história da língua deve, acima de tudo, apontar à evolução propriamente linguística e não, como tantas vezes acontece, virar o foco para a História geral — área que o linguista não pode dominar tão bem como a própria evolução linguística (correndo o risco de utilizar, acriticamente, supostos consensos dos historiadores, e de ter uma visão incompleta) e área também mais subjectiva por natureza (facto que, na compartimentação de unidades vastas, é consideravelmente prejudicial). A história da língua deve justificar-se e apoiar-se, por princípio, nos fenómenos linguísticos em si mesmos, exaustivamente descritos; deve *existir* principalmente nesse âmbito, vindo as correntes históricas gerais como complemento (necessário). A interpretação deve ser, empenhadamente, reduzida ao mínimo, pois deve ser assumida como uma espécie de «mal necessário», um nível de entendimento em que as divergências são a norma (ou são exponencialmente a norma).

⁹⁵⁷ Na chamada escola de Lisboa (tendo como vector inicial Lindley Cintra), esta fase corresponde ao período do *português médio*. A classificação dessa fase, que tem um óbvio carácter transicional — e uma duração muito curta, de cerca de 50 anos: cf. e.g. Cardeira 2010, esp. p. 92 —, como um período linguístico em si parece contudo exagerada. Será mais razoável considerar essa fase como um *sub-período* do *português antigo* (como fazem, de resto, alguns autores; cf. mais uma vez Cardeira 2010:75-81). Por inércia, o português antigo dura até se estabelecer o novo estado de língua fundamental — de acordo com a escola de Lisboa, o do *português clássico*, sécs. XVI-XVIII. A entender-se uma etapa crítica final, teremos aí o *português antigo final* ou parecido. Tal visão apresenta explicitamente o carácter de continuidade que é indispensável fazer ressaltar no português antigo / médio; pois as grandes linhas de sentido do português médio — como a principal, a deslocação para o Sul do centro de gravidade do reino — vêm de bem antes de 1400.

O que também me parece um exagero, mas mais comum, é a atribuição de uma importância indevida, por excesso, à sincronia linguística correspondente ao português médio / séc. XV (onde se podem incluir também o final do XIV e o princípio do XVI). Ou, por outra: a diminuição da importância da evolução do português nos sécs. XVI-XVIII. Sabemos que o séc. XV foi de grande importância, mas é nos sécs. XVI-XVIII que se situam evoluções linguísticas tão decisivas (algumas delas fundamentais para a identidade do português europeu) como a simplificação do sistema de sibilantes, a palatalização dos *s, z* implosivos, a elevação e centralização das átonas pré-tónicas, a perda da última africada da língua (a africada palatal sonora), a fixação do padrão de colocação dos clíticos na frase, etc.. E é nos sécs. XVI-XVIII que se situam factores culturais tão importantes — com transposição linguística muito significativa — como o auge e a decadência do império, o expoente do humanismo e do renascentismo, o abafamento do país pela Inquisição, etc.. Creio que não se deve ver naquela fase do final da Idade Média uma linear anunciação da língua moderna; ainda muito havia para fazer. Pode dizer-se que, se a língua que Fernão de Oliveira descreve em 1536 na sua *Gramática da Linguagem Portuguesa* — marco inicial do português clássico — é muito diferente da de D. Afonso Henriques, é também muito diferente da contemporânea.

adquirem protagonismo no século seguinte podem ser mapeados para antes. Paul Teyssier, entre outros, via mais cedo — nos meados do XIV — o início de um novo período da língua:

Por volta de 1350, no momento em que se extingue a escola literária galego-portuguesa, as consequências do deslocamento para o Sul do centro de gravidade do reino independente de Portugal vêem à tona. O português, já separado do galego por uma fronteira política, torna-se a língua de um país cuja capital — ou seja, a cidade onde geralmente reside o rei — é Lisboa. Embora o rei e a corte se desloquem frequentemente, a sua «área de percurso» situa-se agora num território delimitado por Coimbra ao norte e Évora ao sul. É nesta parte do reino que estão implantadas as instituições que desempenham papel cultural mais importante, tais como os Mosteiros de Alcobaça e o de Santa Cruz de Coimbra e a Universidade, que, fundada em Lisboa em 1288 ou 1290, depois transferida para Coimbra e, em outras ocasiões, novamente para Lisboa, foi, por fim, definitivamente instalada em Coimbra em 1357. Residência privilegiada do rei, Lisboa é também a cidade mais povoada e o primeiro porto do País. E o eixo Lisboa-Coimbra passa a formar desde então o centro do domínio da língua portuguesa. É, pois, a partir dessa região, antes moçárabe, que o português moderno vai constituir-se, longe da Galiza e das províncias setentrionais em que deitava raízes. É daí que partirão as inovações destinadas a permanecer, é aí onde se situará a norma. (Teyssier 1980 (2001:35))

Boa parte deste fundo tem um contributo de relevo da nova dinastia de Avis; mas Teyssier não põe nela a charneira da nova fase da língua.

No nosso *corpus*, a fase crítica por excelência está situada no eixo 2.º—3.º quartéis do séc. XIV; fica favorecida uma visão que dê realce ao desenvolvimento do pleno séc. XIV (e não ao seu momento final), o que, naturalmente, não implica nem uma menor consideração do XV nem uma quebra de continuidade entre o XIV e o XV. Deve também ter-se em conta que não dispomos no *corpus* de um número abundante de documentos para o final do XIV e ainda que o último documento é de 1397; com essas condicionantes, embora o caminho fundamental deva ficar indicado — uma fase crucial localizada no eixo temporal definido —, as inferências não podem ser as mais abrangentes. Pode em todo o caso dizer-se que a linguagem e ortografia do *corpus*, tomado em si mesmo, se divide em dois estádios ou momentos fundamentais: antes e depois do eixo temporal 2.º—3.º quartéis do séc. XIV, que se centraliza nos meados da centúria.

Os exemplos mais importantes de fenómenos que têm um marco situado no eixo temporal referido são: os fechamentos de *e* e *o* átonos condicionados por vogal da sílaba seguinte (**Capítulo II, Secção B, I. Fonética**, respectivamente: **1.2**, §2-2; **1.4**, §4-1); a monotongação de *ei*, numa representação incontestável e singular (**1.8.1**, §1); a grafia <oui> para o ditongo *oi* (**1.8.2**); a ditongação nos plurais de *-al* (**1.9.2**, §1) e restante grupo *-ae-* e correspondente nasal *-ãe-* (id., §2-*b*); as grafias de *v* (**2.1**, §2); a confusão nas sibilantes da zona alveo-dental (**2.2**, §1); as grafias de *r* (**2.5**, §1) e *l* (id., §2); as grafias de *f* (**2.6**, §5); de forma menos evidente, a substituição das formas fracas dos pronomes possessivos femininos pelas fortes (**II. Morfo-Sintaxe, 4-a**).

Cumprir fazer uma última nota para referir o facto de não se terem registado no *corpus* diferenças verdadeiramente significativas entre as localidades de produção dos documentos; mas com a decisiva ressalva da enorme discrepância de volume de dados e documentos de que dispomos para S. Vicente da Beira (89 docs.) *versus* as outras localidades: Castelo Branco (6), Castelo Novo (3) e Proença-a-Velha (1). Como está discriminado no **Cap. II, Secção A, Introdução**, ponto 1, §3, essa discrepância também

se aplica, embora de forma menos acentuada, ao número de tabeliões autores dos documentos: num total de 19 tabeliões, 11 (= 60%) são de S. Vicente, 4 de C. Branco, 3 de C. Novo e, naturalmente, 1 de Proença. Os dados estão, portanto, muito inquinados a favor de S. Vicente da Beira; sendo contudo claro que, à luz da standardização da língua antiga a que já aludimos, também não são de esperar grandes divergências geográficas.

Há a indicar fundamentalmente, no que toca às diferenças — menores, como ficou dito — registadas entre localidades: a possibilidade, lógica mas especulativa e impossível de verificar, de a unificação das terminações *-ã* e *-õ* em *-ão* ter entrado por Castelo Branco (**Cap. II, Secção B, I. Fonética, 1.7, §2**); na representação da fricativa lábio-dental sonora, o maior grau de <v> (e não <u>, a alternativa), embora não numa discrepância enorme, em textos de Castelo Branco (**2.1, §2**); a representação da preposição ‘em’ como *in* / *ĩ* surge apenas nos textos de D. Viegas (texto 1, de 1274) e P. Moniz (3-7, 1285-1292), ambos de S. Vicente da Beira, e não no exacto contemporâneo e intercalado J. Domingues (2, 1283), de Castelo Novo (**1.2, §2-1-b**).

5] Os textos antigos não são portanto, pelo menos por agora, uma fonte copiosa para o conhecimento da(s) variedade(s) dialecta(is) faladas nos inícios do quadro português. O mesmo é dizer que o *corpus* que editámos e estudámos não permite, por si próprio, avanços seguros na questão da origem — substrato? superstrato? mudanças exclusivamente internas do sistema? — dos traços destacados da linguagem contemporânea do Sueste Beirão (questão que foi referida no §3 do ponto 2 da **Introdução**). É evidente que não é por não termos registado esses traços que eles deixavam de existir no período medieval — podemos mesmo deduzir para alguns deles, como se verá, que se verificavam já nesse período.

A linguagem actual, por outro lado, pode fornecer, apesar do grande intervalo temporal que a separa do primeiro período do português, mais pistas para a questão da origem dos traços destacados; ainda mais se conjugada com a análise da língua antiga (tomada quer em sentido dialectal, quer em sentido geral). Deve contudo ter-se presente que aquela questão continua muito especulativa; a variedade de hipóteses que têm surgido, com grandes diferenças entre elas, torna-o muito evidente⁹⁵⁸. Entre outros, os seguintes pontos têm de ser aclarados:⁹⁵⁹

a) A distribuição geográfica dos fenómenos destacados no panorama português (pelo menos europeu).

⁹⁵⁸ Veja-se p. ex. para a questão da origem do *u* palatal, normalmente tido na literatura como o traço mais característico da linguagem da região (e da relacionável do Barlavento Algarvio), a sistematização que Segura da Cruz 1987:263ss. faz das hipóteses explicativas, tanto no que toca à origem do traço no quadro português, como no quadro mais geral da România. Pois há *u* palatal, além de Portugal, com uma extensão significativa na România: “[ü] cobre uma extensa área contínua constituída pela quase totalidade da Galo-România (apenas se excluem duas áreas limítrofes, o valão oriental [NB: na Bélgica] e o catalão de França, e alguns pontos do domínio franco-provençal) a Reto-România [NB: na Suíça] e parte da Alta Itália; em território italiano, [ü] ocorre ainda em alguns pontos dos Abruzzos e da Calábria” (Segura da Cruz 1987:302; cf. também 303, onde está o mapa correspondente).

Em trabalhos também recentes, Santos 1997 e 2003, Capítulo I da Parte II, analisando três fenómenos de palatalização vocálica — *a*, *o* e *u* palatais — que se dão em território português, aborda a sua origem e os seus paralelos românicos (que se encontram para lá dos Pirenéus, com maior expressão, mas não exclusivamente, no domínio Galo-Românico). (A própria Segura da Cruz 1987 faz também a geografia românica de outros fenómenos que encontra no Barlavento: abertura de *e* fechado (p. 120, n. 1), abertura de *e* aberto (p. 148, n. 1) e velarização de *a* (pp. 157-161&177, com mapas).)

⁹⁵⁹ Tendo em consideração que a bibliografia é muito reduzida.

Com efeito, as distribuições tradicionais, que foram decisivas na formação de boa parte das hipóteses explicativas da origem desses fenómenos, têm vindo a ser revistas pelos estudos dialectológicos parcelares que sucessivamente são produzidos (embora em número escasso, o que torna aquelas revisões também incompletas). Para combater esse carácter provisório da distribuição dos fenómenos e proporcionar uma visão de panorama será da maior importância a conclusão do ALEPG, como nota Segura da Cruz 1987:302 a respeito do *u* palatal.

Um bom exemplo é precisamente a geografia da palatalização mais ou menos intensa de *u* tónico, fenómeno tradicionalmente localizado no Centro-Interior, no Barlavento Algarvio e nas ilhas de S. Miguel dos Açores e da Madeira mas que, na verdade, tem sido assinalado por vários autores em várias outras zonas do país, do Norte ao Sul (com destaque para a zona de Coimbra, que pode formar uma coerência com a Beira Baixa; cf. a respeito das áreas de ocorrência de *u* palatal no país, sobretudo, Segura da Cruz 1987:290-302, com mapas, e Santos 2003:121&124 (mapa), que acrescenta dados do ILB relativos à zona de Coimbra).

Para a palatalização da vogal do ditongo *ou* (e correlato *oi*) podem fazer-se observações parecidas: veja-se p. ex. a atestação do fenómeno no Barlavento, embora com pouca extensão geográfica e com uma distribuição contextual sem correspondência perfeita, por Segura da Cruz 1987:204-208 ou, para a zona de Coimbra, por Santos 2003:124 (devendo ter-se em conta o facto, por vezes esquecido, de que o fenómeno também foi atestado para o Norte do país (Trás-os-Montes e Entre-Douro-e-Minho, pelo menos) por Vasconcelos 1901 (1970:91)).

Fenómenos integrantes do que é tradicionalmente considerado um deslocamento em cadeia do vocalismo acentuado do Barlavento Algarvio (que já vimos no §3) e que podem ter paralelos no Centro-Interior apresentam presenças mais estendidas geograficamente, como a abertura de *e* fechado ou o fechamento de *o* aberto. Vejam-se por exemplo, para o extremo Sul, as relações, com mapas e bibliografia (é fundamental a utilização de Maia 1975 e Hammarström 1953), de Segura da Cruz 1987:100-106 (para a abertura de *e* fechado, que, em maior ou menor grau, se dá na grande parte do Algarve, embora com maior intensidade no Barlavento, e em parte do Baixo Alentejo) e 181 (para o fechamento de *o* aberto, que será mais ou menos geral no Algarve).

A palatalização de *a* tónico é outro bom exemplo. Embora haja inegavelmente um núcleo no Centro-Interior em que o traço atinge o seu expoente máximo, têm sido assinaladas, de forma mais ou menos intensa e com maior ou menor coerência, ao nível dos contextos, com o que se verifica naquela região, palatalizações de *a* tónico do Norte ao Sul do país (vejam-se, entre outros: a relação, meramente exemplificativa, de Fernández González 1995:54-57; Martins / Vitorino 1989:342-343)⁹⁶⁰.

b) Pelo menos alguns aspectos da história lexical, toponímica e antroponímica das variedades em questão, ainda muito pouco conhecidas (tal como as do português em geral).

Por exemplo, Herculano de Carvalho, estudando as designações do mangel e suas partes no sistema galego-português, notou, numa área do Centro-Interior de Portugal com

⁹⁶⁰ Não figura nas relações dos artigos citados, mas deve também assinalar-se a respeito da geografia da palatalização de *á* que no Algarve, incluindo a zona do Barlavento, onde se fala uma variedade com semelhanças tão importantes com a de Castelo Branco-Portalegre, foram registadas ocorrências que, não obstante não serem totalmente regulares e coerentes, se podem querer relacionar com o que se passa nessa região: cf. Nunes 1902:35, Maia 1975:46 e Segura da Cruz 1987:164-166.

fortes analogias com a que esteve a cargo, no processo de reconquista dos sécs. XII e XIII, das ordens militares do Templo e do Hospital, uma sub-zona lexical, entre outras (cf. Carvalho 1953:297-313, esp. 308-310).⁹⁶¹ Se se estender a questão e se verificar que os templários e hospitalários protagonizaram importante e abrangente influência no léxico do Centro-Interior, mais fácil se torna aceitar uma influência similar no sistema propriamente gramatical da região. Ou seja, mais fácil se torna admitir a sugestiva hipótese de Lindley Cintra de que pelo menos alguns dos caracteres destacados da Variedade da Beira Baixa e Alto Alentejo — que tanto destaque têm do português *normal* e tantas similaridades apresentam com o francês (tendo-se presente que as ordens do Templo e do Hospital eram originárias de França) — têm origem precisamente em superstrato templário e hospitalário.⁹⁶²

Por outro lado, o próprio Lindley Cintra, no seu estudo basilar sobre as «Áreas Lexicais no Território Português», não corrobora aquele e outros resultados de H. de Carvalho (cf. Cintra 1962 (1983:90)). Tal como o próprio não deixa de salientar, são utilizados por Cintra como objecto de estudo conceitos não perfeitamente comparáveis com os estudados por Carvalho — pois têm pouca variedade de significantes no português —, assim como materiais assentes numa representação geográfica menos densa; não há portanto confronto pleno com os dados de H. de Carvalho⁹⁶³, mas não deixa de estar aí um ponto relevante.

c) Faz-se sentir também a necessidade de estudos etnográficos e históricos. Se p. ex. (i) se quiser aceitar a razoável hipótese, proposta por Lindley Cintra e mencionada na alínea anterior, de que a origem de pelo menos parte dos caracteres destacados da Variedade da Beira Baixa e Alto Alentejo está em superstrato francês, (ii) teoria que explica as similaridades relevantes que se estabelecem entre essa variedade e a do Barlavento Algarvio por um movimento de repovoamento desta região por parte de colonos provenientes do Centro-Interior (o Algarve foi terra da Ordem de Cristo, sucessora do Templo), — (iii) é necessário empreender pesquisas históricas de profundidade para verificar e conhecer tanto quanto possível os movimentos recolonizadores que estão por trás dos dois processos (o essencial que se conhece até hoje não permite ideias conclusivas).⁹⁶⁴

⁹⁶¹ Outro aspecto notado por Herculano de Carvalho (cf. p. 311) que é interessante para o que aqui nos ocupa é a aparente (“os elementos são escassos para o ajuizarmos com precisão”) divisão do Algarve num Ocidente (i.e. Barlavento, “que neste particular só se pode entender até Silves”) conservador e um Oriente (Sotavento) mais inovador; divisão essa tanto linguística (no âmbito em que o A. a estuda, o lexical) como etnográfica. O Barlavento, como já vimos, tem importantes semelhanças, ao nível da fonética, com o Centro-Interior.

⁹⁶² A hipótese de Cintra foi já citada na **Introdução**, ponto 2, §3. Apresentaremos desenvolvimento e bibliografia mais rica na alínea c a seguir.

⁹⁶³ “Não se pode evidentemente deduzir deste facto que [os aspectos notados por H. de Carvalho] não sejam fundamentais. Temos simplesmente de reconhecer que os tipos de estruturação do léxico variam muito, conforme os conceitos ou «sentidos» estudados, e que é muito difícil, se não impossível, estabelecer neste domínio, à semelhança do que se faz com base na fonética, a existência de princípios gerais ou que se aproximem da generalidade” (Cintra 1962 (1983:90)).

⁹⁶⁴ Cf. a respeito da hipótese de Cintra: o seu artigo de 1970 (1983:53-54), que aborda apenas a origem dos traços do Centro-Interior; e para a relação de parentesco entre essa região e o Barlavento, Segura da Cruz 1987:270, discípula de Cintra (Cintra não retomou, em estudo publicado, a hipótese do artigo referido, mas continuou discutindo essa hipótese nas suas aulas; pelo que atestam antigos discípulos seus, favorecê-la-ia mesmo, como já atrás se disse). Nessa passagem, inserida em parte em que é discutida a origem específica do *u* palatal, L. Segura da Cruz afirma: “O Prof. Lindley Cintra nos seus cursos de Linguística Portuguesa e Românica punha como hipótese explicativa da passagem de *u* > *ü* em território português a influência cultural tardia exercida pelos colonizadores das ordens religioso-militares de origem galo-românica —

Mas a descrição que vimos da linguagem actual no **Capítulo I** tem, como se disse, lições de interesse para a questão da origem dos traços destacados. E, em conjunto com o estudo da linguagem antiga do **Capítulo II**, fornece também algumas lições para a datação desses fenómenos. Passamos a ver esses aspectos.⁹⁶⁵

1. Palatalização contextual de *a* tónico (1.1, §5) — Fenómeno especialmente marcado, mesmo no conjunto dos mais destacados da linguagem do Sueste da Beira. Dá-se em toda a região, mas mais nas zonas da raia; e particularmente menos em Isna (Oeste da região).

O facto de o *i* ou o *u* (vogais e semivogais) pré-tónicos que despoletam o fenómeno poderem pertencer aos antigos ditongos que monotongaram, desaparecendo portanto o *i/u*, mostra que a palatalização é anterior a essas monotongações. Para o ditongo *ou* o panorama histórico é nebuloso (a começar na própria cronologia da monotongação na língua normativa; direi mais sobre o assunto no ponto 6 adiante); mas, para o ditongo *ei*, pudemos no **Capítulo II, Secção B, I. Fonética, 1.8.1**, §1 atestar a monotongação, sem dúvidas, em textos produzidos no Sueste da Beira nas décadas de 1350' e 1360' (havendo questões a respeito de textos mais antigos). Apesar do carácter isolado do tabelião cujos textos representam a monotongação, que não deixámos de referir no citado passo, tem de se admitir como base, a partir destes dados, que a palatalização de *á* é fenómeno que já se verificava no séc. XIV.

Concorda com essa datação o facto de a regra contextual da palatalização de *á* (i) distinguir [i]/[j] etimológico (contexto em que se aplica) de [i]/[j] proveniente da elevação de *e* átono, (ii) com a excepção de quando o [i]/[j] está imediatamente antes do *a* (aqui aplica-se, seja ou não o *i* etimológico). No **Capítulo II, Secção B, I. Fonética, 1.2**, §2-1, vemos já, a partir do segundo quartel do séc. XIV, formas com elevação de *e* átono quer inicial antes de consoante quer inicial ou interior antes de vogal. O *e* átono interior antes de consoante, que evoluiu para vogal neutra, é representado como <e> (afora variantes contextuais), o que concorda com a datação, posterior ao século XVI, que tem sido atribuída a esse fenómeno (cf. sobre o assunto o que se diz no §2-2 do citado passo do **Cap. II**).

Templários e Hospitalários. Essas ordens, a quem foram doadas terras pelos primeiros reis de Portugal, tiveram a seu cargo a defesa e o repovoamento da maior parte da Beira Baixa e do Alto Alentejo. Os topónimos Proença-a-Nova, Proença-a-Velha, Tolosa e Nisa, que recordam as terras de origem dos povoadores, atestam a presença e importância das referidas ordens naquela região. Desta mesma região (Beira Baixa – Alto Alentejo) seriam oriundos os colonos que posteriormente povoaram o extremo sudoeste do Algarve (actual concelho de Vila do Bispo), região até então erma e que sempre se conservou muito pouco povoada. A proveniência dos colonos do Algarve encontraria a sua explicação no facto de esta província pertencer à Ordem de Cristo, fundada em 1319 e herdeira da Ordem do Templo, após a extinção desta no início do séc. XIV (1311)". Entre as principais questões com que essa hipótese tem de lidar está a indexação de *u* palatal às ordens francesas: tem sido assinalada essa vogal ou próxima em zonas que fogem à área de influência daquelas ordens (veja-se p. ex. a já citada Segura da Cruz 1987:290-302; veja-se também, na mesma obra, a p. 275 a reprodução, extraída de Marques 1985:143, de uma figura do historiador Rui de Azevedo em que é feita a geografia das "Doações às ordens religiosas-militares no Centro e Sul de Portugal"; os dados de Azevedo mantêm-se fundamentalmente actuais; para o Norte do país, onde, como se sabe, a presença das ordens militares foi muito menor, pode ver-se o mapa da p. 139 de Fernandes / Oliveira 2005 (mapa elaborado a partir de Barroca 2002, mapas vários), que respeita a todo o país).

⁹⁶⁵ Todos os pontos a seguir discriminados partem, por defeito, do **Capítulo I, Secção B, I. Fonética**; referirei apenas, para cada um, o § e o sub-ponto em que é tratado. O que é aduzido a partir do **Capítulo II** tem referência total e explícita.

Embora nos remeta para uma época posterior, também releva para a datação da palatalização de *á* a distinção, paralela à de *e* pré-tónico, que a sua regra faz de [u]/[w] etimológico *versus* [u]/[w] não etimológico (proveniente da elevação de *o* átono): só com o primeiro o fenómeno se dá, o que mostra que se desenvolveu antes de o [o] átono pré-tónico ter elevado para [u]. Essa elevação terá ocorrido, na língua normativa, entre os sécs. XVI-XVII e XVIII (cf. Castro 2006:194-195). No *corpus* antigo também não encontramos evidências da elevação de [o] átono pré-tónico (cf. a respeito de *o* pré-tónico no *corpus* o **Cap. II, Secção B, I. Fonética, 1.4, §4**).

2. Palatalização não contextual de *a* tónico oral aberto (**1.1, §2**) — Fenómeno verificado apenas na zona de Alcongosta e, provavelmente, na de Cardosa. É portanto um traço que exclui o Este da região ⁹⁶⁶.

O fenómeno pode ter a sua origem numa generalização do complexo fenómeno da palatalização contextual de *á*, que tem uma presença muito superior na região.

3. Velarização de *e* tónico, fechado e aberto (**1.2, §§1-a e 2-a**) — Traço dos mais marcados, exponencialmente no *e* aberto. A velarização de *e* fechado perde força, muito claramente, no extremo Este do SE Beirão (eixo Salvaterra do Extremo—Rosmaninhal). A velarização de *e* aberto exclui todo o Este; apenas Alcongosta, Isna e, menos, Foz do Cobrão são terras do fenómeno. ⁹⁶⁷

O facto de os *e*'s resultantes da palatalização de *á* não velarizarem mostra que a velarização de *e* é anterior à palatalização de *a*. Nessa sequência, de acordo com o que se viu sobre a datação da palatalização de *a* no ponto 1, pode dizer-se que a velarização de *e* já se verificava no séc. XIV.

4. Realizações do *o* átono final (**1.4, §3**) — Malpica do Tejo é um ponto muito individualizado, pois foi aí que ocorreram a realização como *u* palatal ([ù]) e a realização como *i* ([i]). No panorama da região, há a notar o confronto entre a conservação do timbre etimológico *o* ([o]) e a apócope ou passagem a vogal neutra ([ɨ]). A apócope / neutralização é um fenómeno de cariz Sul-Occidental / Central; a conservação do timbre *o* representa um fundo mais estendido na região, mas apaga-se no raio de acção da apócope / neutralização e apresentou-se particularmente saliente em Salvaterra do Extremo, na raia do Erges (extremo Este do Sueste da Beira).

5. Palatalização de *u* tónico (**1.5, §1**) — Regista-se em toda a região, mas (i) de forma particularmente incisiva em Cardosa, (ii) de forma particularmente débil na Foz do Cobrão e (iii) embora não tanto como na Foz, de forma também mais fraca em Salvaterra do Extremo e Rosmaninhal.

6. Palatalização, com ou sem monotongação, da vogal dos ditongos *ou* e *oi* (**1.6, §§13 e 14**) — Dá-se em toda a região e atinge o expoente máximo em Isna. No contexto

⁹⁶⁶ Como se viu no §2-1 desta **Conclusão**, há dois grandes grupos dialectológicos no Sueste Beirão: o do Oeste, de que fazem parte Cardosa e Alcongosta, e o do Este.

⁹⁶⁷ Fica portanto de fora, no Grupo Ocidental (§2-1 desta **Conclusão**), Cardosa, que tem uma posição mais ou menos central.

tónico, o fenómeno parece ser mais intenso, a seguir a Isna, na Foz do Cobreão (que é perto). No contexto átono, perde claramente força no Grupo Oriental.

O facto de a palatalização afectar apenas o *o* de *ou* / *oi*, e não o *o* geral, mostra que ela é anterior à monotongação de *ou*, que só começa a ocorrer na Norma, segundo Teyssier 1980 (2001:52), no séc. XVII, embora o quadro seja mais complicado do que isso; pode ver-se, para aprofundar a questão, o que ficou notado no estudo de *ou* e *oi* do *corpus* antigo do **Capítulo II: Secção B, I. Fonética, 1.8.2.**

7. Velarização e abertura de *i* tónico (que se pode associar a um fenómeno específico de ditongação) (1.3, §1) — Dados escassos, mas houve protagonismo da zona oriental.

8. Abertura da vogal dos ditongos *ei* e *eu*, monotongados ou não, numa vogal semelhante a *e* médio (1.6, §§5 e 7) ⁹⁶⁸ — Tem presença estendida na região, parecendo ser mais forte no Este.

9. Abertura de *e* tónico aberto (1.2, §2-b) — Presença também estendida na região, embora perca força na raia do Erges.

10. Velarização de *a* tónico aberto (1.1, §2) — Desaparece nos extremos Norte, Este e Sul.

11. Fechamento de *o* tónico, aberto e fechado (1.4, §1) — Tem presença estendida na região mas desaparece no extremo Este.

Há a retirar várias conclusões de todos estes aspectos, sendo as principais:

1) Se todos os traços têm de ser considerados no seu conjunto, i. é, tendo em conta o papel que desempenham no sistema linguístico, a sua geografia actual permite ver que eles não são todos iguais nem absolutamente paralelos. Há discrepâncias muito significativas,

2) Que fornecem pistas também significativas — embora longe de serem conclusivas — para a origem dos traços.

Essas pistas agregam-se principalmente na distinção Oeste-Este, que já vimos, no §2-1, ser a distinção dialectológica primordial dos falares do Sueste da Beira. É no Oeste da região que vemos a maioria dos traços destacados ganhar força e no Este, particularmente no seu extremo, vemos o processo contrário. A palatalização contextual de *á* é a grande excepção (para além da conservação do timbre *o* para o *o* átono final, que a literatura não apresenta como traço destacado), o que é uma prova do que se disse em 1). ⁹⁶⁹

⁹⁶⁸ Este fenómeno tem analogia com o que se passa em várias outras zonas do país, mas deve figurar nesta enumeração devido ao impacto que, para todos os efeitos, tem na estrutura vocálica da região, a qual apresenta outras alterações importantes e, essas sim, muito destacadas no panorama dialectal português.

⁹⁶⁹ A respeito desse fenómeno lembrarei, de resto, o grande paralelo que tem com o “galego-leonês” do Valle de Ancares, onde se verifica a palatalização de *a* numa distribuição contextual muito próxima (veja-se sobre o assunto, para começar, Fernández González 1995:59-65, com bibliografia). As outras palatalizações, assim como a generalidade dos traços destacados do Centro-Interior português, não têm

3) A perda de força em direcção a Este ou a exclusão da sua parte extrema em alguns dos principais traços (como a velarização dos *e*'s) podem desfavorecer uma teoria que veja em substrato (celta, segundo a tradição) a origem da generalidade das idiossincrasias dialectais da região, pois está no Este, exponencialmente no extremo Este, a sua área linguística mais conservadora (§2-3). Com efeito, se os traços se devem a substrato seria, por princípio, de esperar que eles não abrandassem consistentemente em direcção à área linguística mais conservadora, a qual não deixa de fazer plena parte da região sub-dialectal idiossincrática do Sueste Beirão (pois aí se registam traços como as palatalizações de *u* ou *ou/oi*, por exemplo). Tais diferenças explicam-se, de facto, mais facilmente a partir de uma formação com origem em período histórico (galego-)português, numa região (se se quiser, incluindo-se todo o distrito de Castelo Branco) que faz sentido geográfico (como se disse na **Introdução**, está fechada por rios a Este e Sul e por montanhas e rio a Norte e Oeste) e que desde cedo tem a fronteira política consolidada.

A ausência dos traços nos falares espanhóis próximos vai, naturalmente, no mesmo sentido: com uma formação de substrato poder-se-iam esperar as palatalizações, etc. naqueles falares, o que não acontece.

Mas é claro que várias questões ficam por resolver, a começar pelo povoamento histórico do SE da Beira (onde ganha destaque um aspecto: as diferenças geográficas entre Oeste — que é montanhoso — e Este — que antecede já a planície alentejana). Os conhecimentos actuais sobre os movimentos de povoamento em Portugal são muito insuficientes para se abordar aqui o tema.

4) Um facto particular que se apresenta interessante e parece também desfavorecer a tese do substrato é a grande debilidade da palatalização de *u* na Foz do Cobre, que é, de todas as terras de que utilizamos dados, a mais próxima do que Cintra definiu como o centro da área do fenómeno — Montalvão, no concelho de Nisa⁹⁷⁰. Ou temos na Foz um avanço mais forte da Norma (quer ele se deva ou não a factores históricos particulares de povoamento) ou pode estar aqui uma evidência de que (i) a palatalização de *u* não é autóctone nos dialectos de Castelo Branco-Portalegre e (ii) a sua difusão se processou não a partir de um centro único, mas de mais. Tal diferença tão substantiva entre a zona da Foz do Cobre e, por um lado, a de Montalvão, por outro o resto do SE da Beira, é, *a priori*, mais difícil de explicar a partir de uma formação de substrato do que a partir de uma formação posterior ao estabelecimento da língua (seja essa formação devida a superstrato ou a factores exclusivamente internos do sistema).

5) Pudemos, conjugando o sistema linguístico actual do Sueste Beirão com o que é possível reconstruir do antigo, verificar que a palatalização de *á* e a velarização dos dois *e*'s se davam já no séc. XIV. Se isso se pode constatar para fenómenos que apresentam discrepâncias regionais significativas (sobretudo as velarizações, que excluem mesmo

paralelo nos falares espanhóis vizinhos. Não é, por isso e pelas diferentes distribuições no português, difícil de admitir para a palatalização de *a* uma origem diferente da das outras palatalizações (*u* e *ou/oi*).

⁹⁷⁰ Cintra faz essa definição na *Nova Proposta* (Cintra 1971 (1983:156, n. 6)), onde diz, ao enumerar os pontos do ALPI (projecto em cujas campanhas de recolha de inquéritos participou e cujos dados formam a base da *Nova Proposta*) em que registou a palatalização de *u*, que, no ponto de Montalvão, ela é “muito acentuada; poderia indicar-se como centro da região”. Pelo menos perto do centro geográfico da área do fenómeno está, e mais ainda, a Foz do Cobre: cf. a isófona de *u* palatal traçada por Cintra no mapa 2 da *Nova Proposta* (Cintra 1971 (1983:162-163)), reproduzido neste trabalho como **Anexo I da Introdução**.

Note-se por outro lado que Cintra não regista o fenómeno para o Rosmaninhal (em cujo inquérito do ALPI participou, como está no Mapa 5 da obra), terra que os dados do ALEPG, que também fez aí um inquérito, mostram claramente pertencer à área de *u* palatal; mas que pertence a uma zona em que, de facto, o traço perde força.

certas zonas), não é difícil supor, para fenómenos como as palatalizações de *u* e *ou/oi*, que se verificam em toda a região, uma existência já naquela época. Concorde com isso o timbre arcaizante que a linguagem do Sueste Beirão, em sentido geral, tem (§2-3; atente-se também no que aí se diz sobre a etnografia geral da região).

Nada disso tem de favorecer a tese do substrato, pois a mais importante hipótese de superstrato, que já foi referida, assenta em influxo linguístico francês protagonizado pelas ordens militares (Templo (→ Cristo) e Hospital) que se encarregaram da reconquista e colonização do Sueste da Beira no início da nacionalidade; plenamente dentro de um intervalo temporal que tenha o séc. XIV como limite, portanto.

6) Quem estuda a linguagem actual do Sueste da Beira não pode deixar de observar, para além da alternância geográfica de boa parte dos principais fenómenos, o carácter aparentemente *inconclusivo*, *inacabado* que, numa visão de conjunto (i.e. sistémica), alguns deles parecem ter. Refiro-me, principalmente, às alterações nas regiões de articulação das vogais tónicas que apresentam analogias com um deslocamento em cadeia como o que é citado na literatura para o Barlavento do Algarve e não são tradicionalmente considerados fenómenos destacados do Centro-Interior: a velarização de *a*, o fechamento dos dois *o*'s, a abertura de *e* aberto e as próprias velarização (com abertura) de *i* e abertura do *e* de *ei,eu*. Se se pretender ver no conjunto destas alterações um deslocamento em cadeia, não se pode deixar de notar o carácter brando e, como dizia, aparentemente inacabado da generalidade deles: o *a* velariza mas não chega bem a *o* aberto; os *o*'s fecham mas pouco; o *e* aberto abre, mas também não o faz totalmente; e nos outros casos ainda é mais evidente. No que toca aos traços tradicionalmente destacados pelos estudos de panorama, também não se pode esquecer, pelo menos, a tenuidade da palatalização de *u*.

Esse panorama faz lembrar o que Göran Hammarström e Helmut Lüdtkke, embora não com assento nos melhores dados, notaram no Barlavento do Algarve e no Centro-Interior. Hammarström 1953:148 defende que a palatalização de *u* (que, no seu entender, se trata propriamente de um processo de labialização) registada no Barlavento é um fenómeno recente, a partir do facto de ter observado as realizações mais anteriores de *u* nos jovens e do carácter instável do fenómeno (coexiste com *u* puramente velar), dizendo supletivamente que “on a l'impression d'une transformation non encore achevée”. Lüdtkke 1957:109 considera que na região de Castelo Branco e Idanha-a-Nova está em desenvolvimento um deslocamento em cadeia do vocalismo tónico à semelhança do do Barlavento.

É difícil, pela sua distribuição geográfica estendida, admitir que os traços em causa, na sua generalidade, são recentes, não sendo assim também fácil admitir que eles estavam até há pouco tempo (não estando já por influência da Norma, que é evidente) em pleno desenvolvimento. Para além disso, deve ter-se em conta que o mencionado carácter *brando* dos fenómenos não tem de representar um *handicap* por si só, assim como se deve ter presente o que se notou na alínea *a*: há fenómenos idênticos ou relacionáveis noutras zonas do país, em áreas de distribuição que não são coincidentes. A isso acresce a grande saliência de praticamente todos esses fenómenos no dialecto ilhéu de S. Miguel (lembrando que a colonização dos arquipélagos começou no séc. XV). E recorde-se o que se disse no ponto 1): não obstante a visão sistémica que se deve ter, é muito notório que os fenómenos não pertencem todos ao mesmo padrão.

Uma formação recente da maioria dos traços destacados do SE da Beira joga a favor, por outro lado, do panorama que se conhece dos falares portugueses que, a partir de Espanha, confinam com a região sub-dialectal do Centro-Interior; como vimos no ponto 3 da **Introdução**, os traços destacados dessa região parecem perder força naqueles falares.

É decisivo, contudo, reconhecer que o que se sabe desses falares ainda é manifestamente insuficiente — como ficou ressaltado no passo citado — e não se podem fazer extrapolações, a partir desse conhecimento, com o objectivo de reconstruir a história dos traços referidos no lado português.

7) Em suma: os traços destacados do Sueste da Beira parecem ter, em geral, uma formação antiga (comprovada para a velarização dos *e*'s e para a palatalização contextual do *á*), contudo não de substrato. A sua origem continua, no entanto, uma questão em aberto (com destaque para os problemas da reconstrução do povoamento histórico).

ANEXOS GERAIS

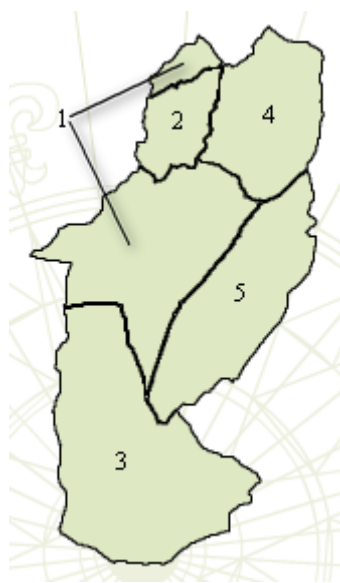
I — MAPA DOS MUNICÍPIOS DO DISTRITO DE CASTELO BRANCO ⁹⁷¹



⁹⁷¹ Extraído de <http://www.mapadeportugal.net>.

II — MAPAS DAS FREGUESIAS DOS MUNICÍPIOS DO DISTRITO DE CASTELO BRANCO ⁹⁷²

Belmonte

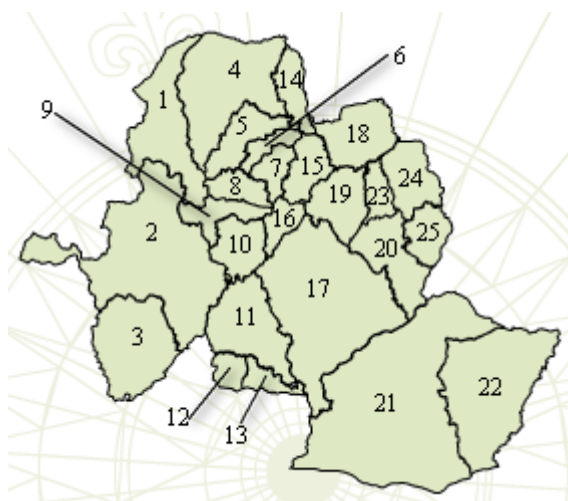


Legenda:

- 1- Belmonte
- 2- Colmeal da Torre
- 3- Caria
- 4- Maçainhas
- 5- Inguias

⁹⁷² Extraídos e adaptados de <http://www.freguesias.pt> .

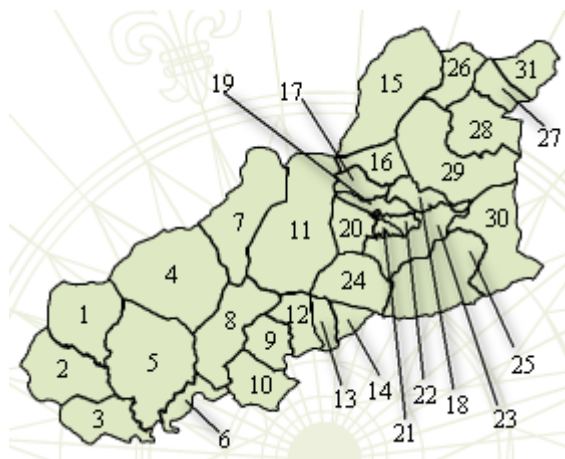
Castelo Branco



Legenda:

1- Alameda	14- Lourçal do Campo
2- Sarzedas	15- Póvoa de Rio de Moinhos
3- Santo André das Tojeiras	16- Cafede
4- São Vicente da Beira	17- Castelo Branco
5- Sobral do Campo	18- Lardosa
6- Ninho do Açor	19- Alcains
7- Tinalhas	20- Escalos de Baixo
8- Freixial do Campo	21- Malpica do Tejo
9- Juncal do Campo	22- Monforte da Beira
10- Salgueiro do Campo	23- Escalos de Cima
11- Benquerenças	24- Lousa
12- Retaxo	25- Mata
13- Cebolais de Cima	

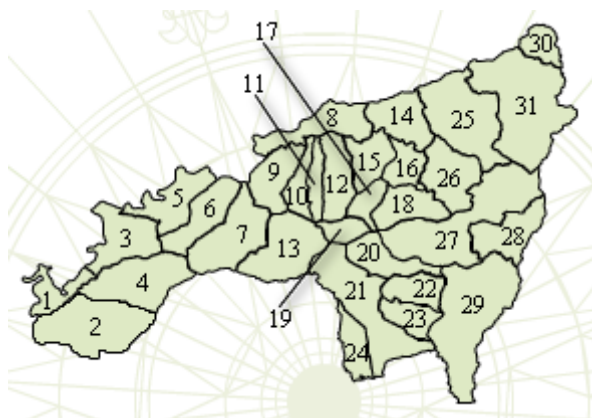
Covilhã



Legenda:

1- Sobral de São Miguel	17- Cantar-Galo
2- São Jorge da Beira	18- Canhoso
3- Aldeia de São Francisco de Assis	19- Covilhã (Conceição)
4- Erada	20- Covilhã (São Martinho)
5- Casegas	21- Covilhã (Santa Maria)
6- Ourondo	22- Covilhã (São Pedro)
7- Unhais da Serra	23- Boidobra
8- Paul	24- Tortosendo
9- Coutada	25- Ferro
10- Barco	26- Sarzedo
11- Cortes do Meio	27- Aldeia do Souto
12- Peso	28- Orjais
13- Vales do Rio	29- Teixoso
14- Dominguiço	30- Peraboa
15- Verdelhos	31- Vale Formoso
16- Vila do Carvalho	

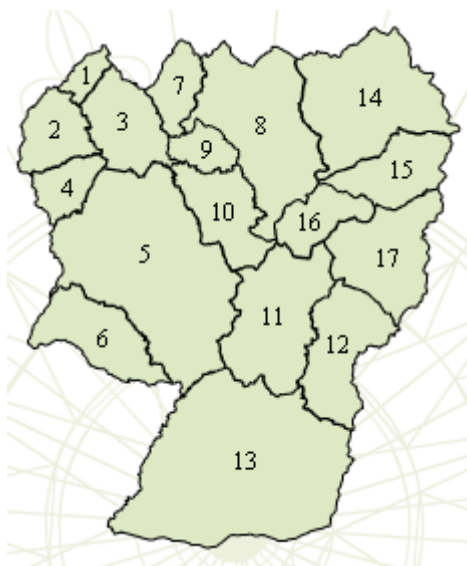
Fundão



Legenda:

1- Janeiro de Cima	17- Donas
2- Bogas-de-Baixo	18- Alcaide
3- Barroca	19- Alcongosta
4- Bogas-de-Cima	20- Alpedrinha
5- Silvaes	21- Castelo Novo
6- Lavacolhos	22- Póvoa de Atalaia
7- Castelejo	23- Atalaia do Campo
8- Alcaria	24- Soalheira
9- Telhado	25- Capinha
10- Aldeia Nova do Cabo	26- Enxames
11- Aldeia de Joanes	27- Vale de Prazeres
12- Fundão	28- Mata da Rainha
13- Souto da Casa	29- Orca
14- Pero Viseu	30- Escarigo
15- Valverde	31- Salgueiro
16- Fatela	

Idanha-a-Nova



Legenda:

1- Aldeia de Santa Margarida	10- Alcafozes
2- São Miguel de Acha	11- Zebreira
3- Proença-a-Velha	12- Segura
4- Oledo	13- Rosmaninhal
5- Idanha-a-Nova	14- Penha Garcia
6- Ladoeiro	15- Monfortinho
7- Medelim	16- Toulões
8- Monsanto	17- Salvaterra do Extremo
9- Idanha-a-Velha	

Oleiros



Legenda:

1- Madeirã	7- Isna
2- Sobral	8- Cambas
3- Mosteiro	9- Estreito
4- Álvaro	10- Orvalho
5- Amieira	11- Vilar Barroco
6- Oleiros	12- Sarnadas de São Simão

Penamacor



Legenda:

1- Benquerença	7- Bemposta
2- Vale da Senhora da Póvoa	8- Águas
3- Meimoa	9- Aldeia do Bispo
4- Meimão	10- Aldeia de João Pires
5- Penamacor	11- Aranhas
6- Pedrógão	12- Salvador

Proença-a-Nova



Legenda:

- 1- Proença-a-Nova
- 2- Sobreira Formosa
- 3- Alvito da Beira
- 4- Montes da Senhora
- 5- Peral
- 6- São Pedro do Esteval

Sertã



Legenda:

1- Cernache do Bonjardim	8- Cumeada
2- Nesperal	9- Marmeleiro
3- Palhais	10- Pedrógão Pequeno
4- Castelo	11- Troviscal
5- Carvalhal	12- Figueiredo
6- Cabeçudo	13- Ermida
7- Sertã	14- Várzea dos Cavaleiros

Vila de Rei



Legenda:

1- Fundada

2- São João do Peso

3- Vila de Rei

Vila Velha de Ródão



Legenda:

1- Fratel

2- Vila Velha de Ródão

3- Sarnadas de Ródão

4- Perais

REFERÊNCIAS CITADAS

- Alonso, Amado. *De la Pronunciación Medieval a la Moderna en Español. Ultimado y Dispuesto para la Imprenta por Rafael Lapesa*. Vol. II. 1969, Madrid (Espanha): Gredos.
- Alvar, Manuel. «Estudios sobre el Dialecto Aragonés en la Edad Media», em: *Pirineos — Revista del Instituto de Estudios Pirenaicos*, 27. 1953, Instituto de Estudios Pirenaicos.
- Alves, A. Alfredo. «Notas sobre a Linguagem Vulgar de Aldeia de Santa Margarida (Beira-Baixa)», em: *Revista Lusitana*, II. 1892, Porto: Livraria Portuense.
- Amaral, Carlos A. Monteiro do. «Tradições Populares e Linguagem de Atalaia», em: *Revista Lusitana*, XI. 1908, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Atlas Lingüístico de la Península Ibérica*, I — *Fonética*. 1962, Madrid (Espanha): Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- Aurélio Buarque de H. Ferreira. *Novo Aurélio Século XXI: o Dicionário da Língua Portuguesa*. 3.^a edição totalmente revista e ampliada, 1999, Rio de Janeiro (Brasil): Nova Fronteira.
- Aveiro, Fr. Pantaleão de. *Itinerario da Terra Sancta, e suas Particularidades. Composto por Fr. Pantaleão de Aveiro*. 7.^a edição conforme à primeira, revista e prefaciada por António Baião. 1927, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Azevedo, Celestino Soares de. «Ervedosa», em: *Revista Lusitana*, XXVII. 1929, Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Azevedo, Pedro A. de. «Documentos Portugueses do Mosteiro de Chellas», em: *Revista Lusitana*, IX. 1906, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Baptista, Cândida da Saudade Costa. *O Falar da Escusa*. Dissertação, inédita, de licenciatura em Filologia Românica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 1967.
- Barreiros, Fernando Braga. «Vocabulário Barrosão (conclusão)», em: *Revista Lusitana*, XXXV. 1937, Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Barreto, António Pedrosa. *Memorial ou História dos Banhos da Fonte Santa de Monfortinho (1862) (Treslado e Prefácio do Dr. José Lopes Dias, Delegado de Saúde de Castelo Branco)*. 1950, 1.^a edição; 1960, 2.^a edição. Porto: Tipografia Sequeira, l.^{da}.
- Barroca, Mário Jorge. «Os Castelos das Ordens Militares em Portugal (sécs. XII a XIV)», em: *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500). Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. 2002, Lisboa: Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela.
- Barros, Anabela. *O Particípio Passado. Aspectos da sua Morfologia do Século XIII ao Século XVI*. Dissertação, inédita, de mestrado em Linguística Histórica, Linguística Românica e Crítica Textual apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2000.
- . «A Adopção de Particípios Passados Fortes por Verbos da 1.^a Conjugação», em: *Actas do XVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. 2002, Lisboa: A.P.L..

- Barros, João de. *Gramática da Língua Portuguesa. Cartinha, Gramática, Diálogo em Louvor da nossa Linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha* (1539-1540). *Reprodução Facsimilada, Leitura, Introdução e Anotações por Maria L. C. Buescu*. 1971, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Bechara, Evanildo. «As Fases da Língua Portuguesa Escrita», em: *Actes du XVIII^e Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*, vol. III. 1991, Tübingen (Alemanha): Max Niemeyer.
- Belo, Aníbal da Cunha. «Como se Fala na minha Terra (Gavião de Ródão)», em: *Estudos de Castelo Branco*, 19 (1966), 20 (1966), 26 (1968), 32 (1970). Castelo Branco, s.n..
- Bernardo, Maria Clara R. / Montenegro, Helena M.. *O Falar Micaelense. Fonética e Léxico*. 2003, Viseu: João Azevedo Editor.
- Bloch, Oscar / Wartburg, W. von. *Dictionnaire Etymologique de la Langue Française*. 3.^a edição refundida por Wartburg, 1960, Paris (França): Presses Universitaires de France.
- Boléo, Manuel de Paiva / Silva, Maria Helena Santos. «O «Mapa dos Dialectos e Falares de Portugal Continental»». Versão primeira em: *Boletim de Filologia*, XX. 1962, Lisboa: Centro de Estudos Filológicos. Versão revista e aditada em Boléo, Manuel de P.. *Estudos de Linguística Portuguesa e Românica*, vol. I — *Dialectologia e História da Língua*, t. I. 1974, Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Boléo, Manuel de Paiva. «O Estudo dos Dialectos e Falares Portugueses (um Inquérito Linguístico)». 1942, Coimbra: Universidade de Coimbra. Reed. em *Estudos de Linguística Portuguesa e Românica*, vol. I *Dialectologia e História da Língua*, t. I. 1974a, Coimbra: Universidade de Coimbra.
- . «O Interesse Científico da Linguagem Popular», em: *Estudos de Linguística Portuguesa e Românica*, vol. I *Dialectologia e História da Língua*, t. I. 1974b, Coimbra: Universidade de Coimbra.
- . «Anexo I — Lista Alfabética dos Vocábulos do Questionário do Inquérito Linguístico e Aditamentos Posteriores», «publicada agora pela primeira vez», em: *Estudos de Linguística Portuguesa e Românica*, vol. I *Dialectologia e História da Língua*, t. II. 1974c, Coimbra: Universidade de Coimbra.
- . «Anexo II — Mapa de Portugal Continental e Ilhas Adjacentes e Lista das Povoações nele Inscritas», com a informação «publica-se pela primeira vez o mapa dos inquéritos relativos à Madeira e Açores», em: *Estudos de Linguística Portuguesa e Românica*, vol. I *Dialectologia e História da Língua*, t. II. 1974d, Coimbra: Universidade de Coimbra.
- . «Dialectologia e História da Língua. Isoglossas Portuguesas», em: *Estudos de Linguística Portuguesa e Românica*, vol. I *Dialectologia e História da Língua*, t. I. 1974e, Coimbra: Universidade de Coimbra.
- . *Inquérito Linguístico. Questionário*. 3.^a edição, 1978, Aveiro.
- Borges Nunes, E.. *Álbum de Paleografia Portuguesa*. 1969, Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- . *Abreviaturas Paleográficas Portuguesas*. 3.^a edição, 1981, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Bouvier, Jean-Claude. *Les Parlers Provençaux de la Drôme. Étude de Géographie Phonétique*. 1976, Paris (França): Librairie C. Klincksieck.

- Braga, Franklim Costa. *Quadrazais. Etnografia e Linguagem*. Dissertação, inédita, de licenciatura em Filologia Românica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 1971.
- Branco, Alice P.. Covilhã. *Contribuição para o Estudo da Linguagem, Etnografia e Folclore do Concelho*. Dissertação, inédita, em Filologia Românica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 1966.
- Brandão, Cláudio. *Sintaxe Clássica Portuguesa*. 1963, Belo Horizonte (Brasil): Imprensa da Universidade de Minas Gerais, edição do autor.
- Brissos, Fernando. «Dialectologia do Sueste da Beira (a partir dos Materiais do ALEPG): Primeira Aproximação». Artigo, dependente de *poster* com o mesmo título, apresentado juntamente com o mesmo na Sessão de Estudantes do 75.º Aniversário do Centro Linguístico da Universidade de Lisboa: 2007. Disponível *online* em: <http://www.clul.ul.pt/artigos.php>.
- Buescu, Maria Leonor Carvalhão. *Monsanto. Etnografia e Linguagem* (1958). 2.ª edição, [1984], Lisboa: Editorial Presença.
- Cardeira, Esperança / Fernandes, Maria Alice. «Aspectos do Português Algarvio na Transição do século XIV para o XV», em: *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, II. 1997, Lisboa: A.P.L..
- Cardeira, Esperança. *Contributo para o Estudo da Norma Ortográfica no Scriptorium de Alcobaça (1431-1446)*. Trabalho de Síntese. Prova de Capacidade Científica. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 1990, inédito.
- . «Alguns Dados sobre o Sistema de Sibilantes do Português», em: *Razões e Emoção. Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Helena Mira Mateus*. Vol. I. 2003, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- . *Entre o Português Antigo e o Português Clássico*. 2005, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- . «Português Médio: uma Fase de Transição ou uma Transição de Fase?», em: *Diacrítica*, 24/1. 2010, Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos.
- Carrasco González, Juan M.. «Los Asentamientos Alentejanos en la Frontera Extremeña en el Siglo XX: Pervivencia y Desarrollo de las Hablas Portuguesas en Extremadura», em: Cayetano Rosado, Moisés (coord.). *Encuentro “Relaciones Alentejo-Extremadura en el Siglo XX”*, número monográfico extraordinário de *O Pelourinho*. 1996a, Badajoz (Espanha): Excmo. Ayto. de Badajoz / Caja de Ahorros de Badajoz.
- . «Hablas y Dialectos Portugueses o Galaico-Portugueses en Extremadura (Parte I: Grupos Dialectales. Clasificación de las Hablas de Jálama)», em: *Anuario de Estudios Filológicos*, XIX. 1996b, Cáceres (Espanha): Universidad de Extremadura.
- . «Hablas y Dialectos Portugueses o Galaico-Portugueses en Extremadura (Parte II y Última: Otras Hablas Fronterizas; Conclusiones)», em: *Anuario de Estudios Filológicos*, XX. 1997, Cáceres (Espanha): Universidad de Extremadura.
- . «Las Hablas de Jálama entre los Dialectos Fronterizos Extremeños», em: *Actas del I Congreso sobre A Fala (20 y 21 de Mayo de 1999, Eljas - San Martín de Trevejo - Valverde del Fresno)*. 2000, Mérida (Espanha): Editora Regional de Extremadura.

- . «La Frontera Lingüística Hispano-Portuguesa en la Provincia de Badajoz», em: *Revista de Filología Románica*, XVIII. 2001, Madrid (Espanha): Universidad Complutense.
- . «Evolución de las Hablas Fronterizas Luso-Extremeñas desde Medios del Siglo XX: Uso y Pervivencia del Dialecto», em: *Revista de Estudios Extremeños*, LXII, N.º II. 2006, Badajoz (Espanha): Diputación de Badajoz.
- Carreiro, Maria E. Ventura. *Monografia Linguística de Nisa*. Dissertação, inédita, de licenciatura em Filologia Românica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 1948.
- Carvalho, José Herculano de. *Coisas e Palavras. Alguns Problemas Etnográficos e Linguísticos Relacionados com os Primitivos Sistemas de Debulha na Península Ibérica*. 1953, Coimbra. Separata de *Biblos*, XXIX.
- . «Comentários às «Notas de Paleontologia Linguística» de Helmut Lüdtke (B. F., XIV): 1 — A Evolução do Grupo -NU- Latino; 2 — A Evolução do Grupo -LI- em Português», em: *Boletim de Filologia*, XV. 1955, Lisboa: Centro de Estudos Filológicos.
- Carvalho, Maria José. *Do Português Arcaico ao Português Moderno. Contributos para uma Nova Proposta de Periodização*. Dissertação, inédita, de mestrado em Linguística Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 1996.
- Castelo Branco, Manuel da Silva. «Uma Genealogia Medieval», em: *Estudos de Castelo Branco*, 48-49. 1974 (Abril-Junho), Castelo Branco: s.n..
- Castro, Ivo. *Introdução à História do Português*. 2.^a edição revista e muito ampliada, 2006, Lisboa: Edições Colibri.
- Cepeda, Isabel Vilar. *A Linguagem da «Imitação de Cristo» (Versão Portuguesa de João Álvares)*. 1962, Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- Cintra, Luís Lindley. *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo. Seu Confronto com a dos Foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre. Contribuição para o Estudo do Leonês e do Galego-Português do Séc. XIII*. 1959, Lisboa: Centro de Estudos Filológicos.
- . «Une Frontière Lexicale et Phonétique dans le Domaine Linguistique Portugais» (1961), em: *Estudos de Dialectologia Portuguesa*. 1983, Lisboa: Sá da Costa Editora.
- . «Áreas Lexicais no Território Português» (1962), em: *Estudos de Dialectologia Portuguesa*. 1983, Lisboa: Sá da Costa Editora.
- . «Observations sur l'Orthographe et la Langue de Quelques Textes non Littéraires Galiciens-Portugais de la Seconde Moitié du XIII^e Siècle», em: *Revue de Linguistique Romane*, XXVII. 1963, Société de Linguistique Romane.
- . «Os Ditongos Decrescentes ou e ei: Esquema de um Estudo Sincrónico e Diacrónico» (1970), em: *Estudos de Dialectologia Portuguesa*. 1983, Lisboa: Sá da Costa Editora.
- . «Nova Proposta de Classificação dos Dialectos Galego-Portugueses» (1971), em: *Estudos de Dialectologia Portuguesa*. 1983, Lisboa: Sá da Costa Editora.
- Coelho, F. Adolfo. *Dicionário Manual Etimológico da Língua Portuguesa*. S.d., Lisboa: P. Plantier.
- Cordeiro, Adelino. *A Língua e a Literatura Popular de Penamacor: da Etnografia da Beira*. 1939, s.l.: s.n..

- Corominas, Joan. *Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico*. Com a colaboração de José A. Pascual. 1980-1991, Madrid (Espanha): Gredos.
- Cortesão, António Augusto. *Onomástico Medieval Português*. 1912, Lisboa: Imprensa Nacional. (Separata do *Archeologo Português*, vol. VIIIss..)
- Costa, Iraneide. «O Uso do Artigo Definido diante de Nome Próprio de Pessoa e de Possessivo», em: *O Português Quinhentista: Estudos Linguísticos*. 2002, Salvador (Brasil): EDUFBA / UEFS.
- Costa, João V. Oliveira da. *A Evolução Gráfica e Fonológica da Sequência <-s.c(e/i)-> dos Verbos Latinos*. Dissertação, inédita, de mestrado em Linguística Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2007.
- Costas González, Xosé E.. «Valverdeiro, Lagarteiro e Mañego: O “Galego do Val do Río Ellas (Cáceres)”», em: Fernández Rei, Francisco / Santamarina Fernández, Antón (eds.). *Estudios de Sociolingüística Románica. Linguae e Variedades Minorizadas*. 1999, Santiago de Compostela (Espanha): Universidad de Santiago de Compostela.
- Cuervo, R. J.. «Lindo», em: *Revue Hispanique*, IX. 1902, Paris (França): Alphonse Picard et Fils.
- Cuesta, Pilar Vázquez / Luz, Maria A. Mendes da. *Gramática da Língua Portuguesa* (1949). 2.^a edição aumentada, 1961, Madrid (Espanha): Gredos. 3.^a edição corrigida e aumentada, 1971; tradução de Ana M. Brito e Gabriela de Matos, 1980, Lisboa: Edições 70.
- Cunha, António Geraldo da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 2.^a ed. rev. e acresc., 2000, [Rio de Janeiro]: Nova Fronteira.
- Cunha, Celso / Cintra, Luís L.. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 1984, Lisboa: Edições Sá da Costa.
- Cunha, Celso. «Le Polymorphisme du Portugais du Brésil et ses Causes: le Cas du /s/ Implosif». Sep. de *Cultura Neolatina*, vol. 34, n.^{os} 3-4. 1974, [Modena (Itália)]: s.n..
- Dias, Epifânio da Silva. *Syntaxe Historica Portuguesa* (1918). 5.^a edição, 1970, Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Dicionário da Língua Portuguesa*. 2006, Porto: Porto Editora.
- Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*. 2001, Lisboa: Verbo.
- Domincovich, Ruth. *Portuguese Orthography to 1500*. 1948, Filadélfia (E.U.A.): University of Pennsylvania.
- Duarte, Luiz Fagundes. *Os Documentos em Português da Chancelaria de D. Afonso III: Edição*. Dissertação, inédita, de mestrado em Linguística Portuguesa Histórica apresentada à Faculdade de Letras de Universidade de Lisboa. 1986.
- Duarte, Maria Clementina. *Alguns Aspectos Geográficos da Dialectologia Portuguesa. Isófonas e Isoglossas*. Dissertação, inédita, de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 1950.
- Emiliano, António de Albuquerque. *Latim e Romance em Documentação Notarial da Segunda Metade do Século XI. Análise Scripto-Linguística de Textos Provenientes do “Territorium Bracarense” (Liber Fidei, 1050-1110)*. Dissertação de doutoramento em Linguística apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 1995.
- Félix, José Maria. «Linguagem que Vai Passando», cap. de: *Vila de Rei e o seu Concelho: Apontamentos para a sua História*. 1985, Vila de Rei: edição da Câmara Municipal.

- Fernandes, Isabel C. Ferreira / Oliveira, Luís Filipe. «As Ordens Militares no Reino de Portugal», em: Novoa Portela, Feliciano / Ayala Martínez, Carlos de (coords.). *As Ordens Militares na Europa Medieval*. 2005, Lisboa: Chaves Ferreira.
- Ferreira, José de Azevedo. *Afonso X. Foro Real*. 2 vols.. 1987, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Ferreira, Manuela Barros / Carrilho, Ernestina / Lobo, Maria / Saramago, João / Segura da Cruz, Luísa. «Variação Linguística: Perspectiva Dialectológica», em: Faria, Isabel Hub / Pedro, Emília Ribeiro / Duarte, Inês / Gouveia, Carlos A. M. (orgs.). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. 1996, Lisboa: Caminho.
- Ferreira, Manuela Barros. «Aspectos Conservadores e Inovadores do Sistema Vocálico de Vila Franca do Campo, S. Miguel, Açores». Inédito.
- . «Dialectologia da Área Galego-Portuguesa», em: *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*. 1992, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- . «Le Domaine Portugais», em: *Atlas Linguistique Roman (ALiR)*, I — *Présentation*. 1996, Roma (Itália): Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, Libreria dello Stato.
- Ferro Couselo, Xesús. *A Vida e a Fala dos Devanceiros: Escolma de Documentos em Galego dos Séculos XIII ao XVI*. 1967, [Vigo (Espanha)]: Galaxia.
- Fernández González, José R.. «La Inflexión /a/ > /e/ en la Romania. El Fenómeno en la Beira Baixa Portuguesa y en el Valle de Ancares (León)», em: *Revista Portuguesa de Filologia*, XX. 1992-1995, Coimbra: Instituto de Língua e Literatura Portuguesas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Florêncio, Manuela. *Dialecto Alentejano: Contributos para o seu Estudo* (2001). 2.^a edição, 2005, Lisboa: Edições Colibri.
- Gamés de Fuentes, Álvaro. *Dialectología Mozárabe*. 1983, Madrid (Espanha): Gredos.
- Gargallo Gil, José E.. «Gallego-Portugués, Iberorromance. La Fala en su Contexto Románico Peninsular», em: *Limite*, I. 2007, Cáceres (Espanha): Servicio de Publicaciones, Universidad de Extremadura (versão online a partir de: <http://www.revistalimite.es/volumen1.html>).
- Girão, Aristides de Amorim. *Atlas de Portugal. Publicação Comemorativa do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*. 2.^a edição, 1958, Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos (Fac. de Letras).
- Gonçalves, Elsa / Ramos, Maria Ana. *A Lírica Galego-Portuguesa (Textos Escolhidos)*. 2.^a edição, 1985, Lisboa: Editorial Comunicação.
- Gonçalves, Maria Filomena. *Recolha de um Falar de Bogas-de-Baixo*. 1989, [Évora]: s.n..
- Gottschalk, Maria Filipa. «Trabalhos Preparatórios para o ALEPG». Separata de *Actas del V Congreso Internacional de Estudios Lingüísticos del Mediterráneo*. 1977, Madrid (Espanha): s.n..
- Hammarström, Göran. *Étude de Phonétique Auditive sur les Parlers de l'Algarve*. 1953, Uppsala-Estocolmo (Suécia): Almqvist & Wiksells Boktryckeri Aktiebolag.
- Houaiss, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 2001, Rio de Janeiro (Brasil): Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia.
- Huber, Joseph. *Gramática do Português Antigo* (1933). 2.^a edição, tradução de Maria Manuela G. Delille, 2006, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Iria, Alberto. *Descobrimentos Portugueses. O Algarve e os Descobrimentos*. Vol. II., t. II. 1956, Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- Julião, António Malcata. *Apontamentos para a Monografia de Zebreira*. Dissertação, inédita, de licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 1958.
- Lang, Henry R.. *Das Liederbuch des Königs Denis von Portugal*. 1894, Halle (Alemanha): Max Niemeyer.
- Lapa, Manuel Rodrigues. *Cantigas d'Escarnho e de Mal Dizer dos Cancioneiros Medievais Galego-Portugueses* (1965). 2.^a edição, revista e acrescentada, 1970, [Vigo (Espanha)]: Galaxia.
- Leitão, João Maria. *O Falar e o Cantar em Monforte da Beira*. 2001, Lisboa: s.n..
- Lipski, John. «External History and Linguistic Change: Brazilian Portuguese -S», em: *Luso-Brazilian Review*, 12. 1975, Madison (E.U.A.): University of Wisconsin.
- Lorenzo, Ramón. *La Traducción Gallega de la Cronica General y de la Cronica de Castilla. Edición Crítica Anotada, con Introducción, Índice Onomástico y Glosario*. I — *Introducción, Texto Anotado e Índice Onomástico* (1975); II — *Glosario* (1977). Orense (Espanha): Instituto de Estudos Orensanos «Padre Feijoo».
- . *Cronica Troiana. Introducción e Texto de Ramón Lorenzo*. 1985, A Coruña (Espanha): Real Academia Galega.
- . «Algunhas Consideracións sobre a *História do Galego-Português* de Clarinda de Azevedo Maia», em: *Verba*, 14. 1987, Santiago de Compostela (Espanha): Universidade de Santiago de Compostela.
- . «Consideracións sobre as Vocais Nasais e o Ditongo -ão en Portugués», em: *Homenagem a Joseph M. Piel por Ocasão do seu 85.º Aniversário*. 1988, Tübingen (Alemanha): Max Niemeyer.
- . «Algúns Datos sobre a Evolución das Sibilantes Medievais», em: *Miscelânea de Estudos Linguísticos, Filológicos e Literários In Memoriam Celso Cunha*. 1995, Rio de Janeiro (Brasil): Nova Fronteira.
- Lüdtke, Helmut. «Notas de Paleontologia Linguística: 1 — A Evolução do Grupo -NU-Latino; 2 — A Evolução do Grupo -LI- em Português; 3 — *Fazer/far-, dizer/dir-* e a Origem do Futuro Românico», em: *Boletim de Filologia*, XIV. 1953, Lisboa: Centro de Estudos Filológicos.
- . «Beiträge zur Lautlehre Portugiesischer Mundarten», em: *Miscelânea Homenaje a André Martinet: Estruturalismo e Historia*, t. I. 1957, La Laguna (Espanha): Universidad de La Laguna.
- Machado, José Pedro. *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*. 2.^a edição, 1993, Lisboa: Livros Horizonte.
- . *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 8.^a edição, 2003, Lisboa: Livros Horizonte.
- Magne, Augusto. *A Demanda do Santo Graal*. Vol. III — *Glossário*. 1944, Rio de Janeiro (Brasil): Imprensa Nacional.
- Maia, Clarinda de Azevedo. *Os Falares do Algarve (Inovação e Conservação)*. Separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, v. XVII, t. I e II. 1975, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

- . *Os Falares Fronteiriços do Concelho do Sabugal e da Vizinha Região de Xalma e Alamedilla*. 1977, Coimbra: Instituto de Estudos Românicos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- . «Geografia Dialectal e História do Português: Resultados da Terminação Latina - ANA», em: *Biblos*, LVII. 1981, Coimbra: Universidade de Coimbra.
- . *História do Galego-Português. Estado Linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o Século XIII ao Século XVI (Com Referência à Situação do Galego Moderno)* (1986). 1997, 2.^a edição (reimpressão da 1.^a), [Lisboa]: Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- . «Sociolinguística Histórica e Periodização Linguística. Algumas Reflexões sobre a Distinção entre Português Arcaico e Português Moderno», em: *Diacrítica*, 10. 1995, Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos.
- Marcelo, M. Lopes. *Beira Baixa — A Memória e o Olhar*. 1993, Lisboa: Presença.
- Marques, A. H. de Oliveira. *História de Portugal*, vol. I — *Das Origens ao Renascimento*. 1985, 12.^a edição, Lisboa: Palas Editores.
- Marquilhas, Rita. *A Faculdade das Letras. Leitura e Escrita em Portugal no Séc. XVII*. 2000, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Martins, Ana Maria / Albino, Cristina. «Sobre a Primitiva Produção Documental em Português: Notícia de uma *Notícia de Auer*», em: *Homenaxe a Ramón Lorenzo*, I. 1998, Vigo (Espanha): Galaxia.
- Martins, Ana Maria / Saramago, João. «As Sibilantes em Português: um Estudo de Geografia Linguística e de Fonética Experimental», em: *Actas do XIX Congreso Internacional de Lingüística e Filoloxía Románicas (Universidad de Santiago de Compostela, 1989)*. 1993, A Coruña (Espanha): Fundación «Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa».
- Martins, Ana Maria / Vitorino, Gabriela. «Palatalisation et Vélarisation Conditionnées de la Voyelle Tonique dans certains Dialectes Portugais. Évolutions Identiques dans l'Espace Roman», em: *Espaces Romains (Études de Dialectologie et de Géolinguistique Offertes à Gaston Tuailon)*, II. 1989, Grenoble (França): Ellug.
- Martins, Ana Maria. *Clíticos na História do Português*. Dissertação, inédita, de doutoramento em Linguística Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 1994.
- . *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa. Da Produção Primitiva ao Século XVI*. 2001, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- . «Mudança Sintáctica e História da Língua Portuguesa», em: *Actas do Encontro "História da Língua e História da Gramática"*. 2002, Braga: Universidade do Minho.
- . «Dialectos Portugueses», em: *História da Língua Portuguesa em Linha*, Centro Virtual Camões (Instituto Camões, Lisboa), <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/bases-tematicas/historia-da-lingua-portuguesa.html> . Consulta: 04/2007.
- Martins, Maria J. Dias. *Etnografia, Linguagem e Folclore de uma Pequena Região da Beira Baixa (Póvoa de Atalaia, Alcongosta, Tinalhas e Sobral do Campo)*. Dissertação, inédita, para licenciatura em Filologia Românica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 1954.

- Massini-Cagliari, Gladis. «Elisão nas Cantigas Profanas Galego-Portuguesas: Processo Obrigatório ou Opcional?», em: *Atas do IV Encontro Internacional de Estudos Medievais*. 2001, Belo Horizonte (Brasil): PUC / FAPEMIG / CNPQ.
- Mateus, Maria Helena / Andrade, Ernesto d'. *The Phonology of Portuguese*. 2000, Oxford (Inglaterra): Oxford University Press.
- Mateus, Maria Helena / Brito, Ana Maria / Duarte, Inês / Faria, Isabel Hub; & Frota, Sónia / Matos, Gabriela / Oliveira, Fátima / Vigário, Marina / Villalva, Alina. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5.^a edição, revista e aumentada, 2003, Lisboa: Caminho.
- Matias, Maria de F. Rezende. «A Agonia do Português em Olivença», em: *Revista de Filología Románica*, XVIII. 2001, Madrid (Espanha): Universidad Complutense.
- Mattoso, José / Daveau, Suzanne / Belo, Duarte. *Portugal — O Sabor da Terra: Beira Baixa*. 1997, s.l.: Círculo de Leitores / Pavilhão de Portugal da Expo '98.
- Medeiros, Maria de Jesus Chichorro de. *A Linguagem Micaelense em alguns dos seus Aspectos*. Dissertação, inédita, de licenciatura em Filologia Românica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 1964.
- Mettmann, Walter. *Afonso X, O Sábio. Cantigas de Santa Maria*. Vol. IV — *Glossário*. 1972, Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis.
- Michaelis de Vasconcelos, Carolina. «Fragmentos Etymologicos», em: *Revista Lusitana*, III. 1895, Porto: Livraria Portuense.
- . «Mestre Giraldo e os seus Tratados de Alveitaria e Cetraria», em: *Revista Lusitana*, XIII. 1910, [Lisboa]: Imprensa Nacional de Lisboa.
- . «Glossario do Cancioneiro da Ajuda», em: *Revista Lusitana*, XXIII. 1920, Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Montero Curiel, Pilar. *El Extremeño*. 2006, Madrid (Espanha): Arco Libros.
- Morais Silva, Antonio de. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Actualizado por Augusto Moreno, Cardoso Júnior e José Pedro Machado. 10.^a ed. rev. corr. muito aum., 1949-1959, Lisboa: Confluência.
- Moreira, Júlio. *Estudos da Língua Portuguesa*. I — *Subsidios para a Syntaxe Historica e Popular* (1907, 2.^a ed. 1922); II — *Obra Póstuma* (1913). Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Moreira, Zenóbia Collares. *Dicionário da Língua Portuguesa Arcaica*. 2005, Natal (Brasil): Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Moreno, Augusto C.. «Vocabulario Trasmontano», em: *Revista Lusitana*, V. 1899, Lisboa: Antiga Casa Bertrand.
- Nascentes, Antenor. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguêsa*. 1952-1955, Rio de Janeiro (Brasil): Francisco Alves.
- . *Dicionário Etimológico Resumido*. 1966, Rio de Janeiro (Brasil): Instituto Nacional do Livro.
- Neto, Serafim da Silva. *História da Língua Portuguesa* (1952). 4.^a edição, 1986, Rio de Janeiro (Brasil): Presença.
- Netto, Maria Teresa. *A Linguagem dos Pescadores e Lavradores do Concelho de Vila do Conde*. Sep. da *Revista Portuguesa de Filologia*, I-II. 1949, Coimbra: Casa do Castelo, Editora.
- Nunes, José Joaquim. «Phonetica Historica Portuguesa», em: *Revista Lusitana*, III. 1895, Porto: Livraria Portuense.

- . «Dialectos Algarvios (Lingoagem do Bárlavento)», em: *Revista Lusitana*, VII. 1902, Lisboa: Antiga Casa Bertrand.
- . *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa (Fonética e Morfologia)* (1919). 6.^a edição, 1960, Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- . «Evolução da Língua Portuguesa, Exemplificada em duas Lições principalmente da mesma Versão da Regra de S. Bento e ainda nos Fragmentos da mais Antiga que se Conhece», em: *Boletim da Classe de Letras (Antigo Boletim da Segunda Classe)*, vols. XIV (1922), XV (1922) e XVI (1926). Coimbra: Imprensa da Universidade.
- . *Cantigas d'Amigo dos Trovadores Galego-Portugueses. Edição Crítica Acompanhada de Introdução, Comentário, Variantes e Glossário. Vol. I — Introdução*. 1928, Coimbra: Imprensa da Universidade. Vol. III — *Comentário, Variantes e Glossário* (1928). 1973, Lisboa: Centro do Livro Brasileiro.
- . «Contribuição para um Dicionário da Língua Portuguesa Arcaica», em: *Revista Lusitana*, XXVII. 1929, Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- . *Florilégio da Literatura Portuguesa Arcaica. Trechos Colligidos em Obras Escritas desde o Comêço do Século XIII até os Primeiros Anos do Século XVI*. 1932a, Lisboa: Imprensa Nacional.
- . *Cantigas d'Amor dos Trovadores Galego-Portugueses. Edição Crítica Acompanhada de Introdução, Comentário, Variantes, e Glossário* (1932b). 1972, Lisboa: Centro do Livro Brasileiro.
- . «Os Nomes de Baptismo», em: *Revista Lusitana*, vols.: XXXI (1933), XXXII (continuação) (1934), XXXIII (continuação) (1935), XXXIV (continuação) (1936), XXXV (conclusão) (1937). Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Oliveira, Fernão de. *Gramática da Linguagem Portuguesa* (1536). 1988, edição fac-similada (2.^a ed.), Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de Estado da Cultura, Biblioteca Nacional.
- . *Gramática da Linguagem Portuguesa* (1536). *Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção*. 2000, Lisboa: [Academia das Ciências].
- Oliveira, Luís Filipe. *A Coroa, os Mestres e os Comendadores. As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*. 2009, s.l.: Universidade do Algarve.
- Ossenkop, Christina. «La Situación Lingüística Actual de las Variedades Portuguesas en la Franja Fronteriza de Valencia de Alcántara», em: *Revista de Estudios Extremeños*, LXII, N.º II. 2006, Badajoz (Espanha): Diputación de Badajoz.
- Peixoto, Maria Ermelinda. *Germil. Notas Etnográficas e Linguagem*. Dissertação, inédita, de licenciatura em Filologia Românica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 1968.
- Pensado Tomé, José L.. «Fragmento de un “Livro de Tristán” Galaico-Portugues». (Anexo 14 de *Cuadernos de Estudios Gallegos*.) 1962, Santiago de Compostela (Espanha): Instituto P. Sarmiento de Estudios Galegos.
- Pereira, A. Gomes. «Tradições Populares e Linguagem de Villa Real», em: *Revista Lusitana*, XII. 1909, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Menéndez Pidal, Ramón. *Manual de Gramática Histórica Española* (1904). 17.^a edição, 1982, Madrid (Espanha): Espasa-Calpe.
- . *Orígenes del Español: Estado Lingüístico de la Península Ibérica hasta el Siglo XI* (1926). 9.^a edição de acordo com a 3.^a muito corrigida e adicionada, 1980, Madrid (Espanha): Espasa-Calpe.

- . *Cantar de Mio Cid. Texto, Gramática y Vocabulário*. Vol. I — *Crítica del Texto y Gramática*. 1944, Madrid (Espanha): Espasa-Calpe.
- Piel, Joseph-M.. «A Flexão Verbal do Português (Estudo de Morfologia Histórica)» (1944), em: *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*. 1989, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Pimentel, D. João Maria Pereira d'Amaral e. *Memorias da Villa de Oleiros e do seu Concelho*. 1881, Angra do Heroísmo: Typ. da Virgem Immaculada.
- Pinheirinho, José A. dos Santos. *Rosmaninhal. Passado e Presente. Da Antiga Vila Raiana da Beira Baixa*. 2001, s.l.: Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.
- Pinto, Adelina Angélica. «A Neutralização da Oposição Fonológica v/b em Português: Estudo Sincrónico e Diacrónico», em: *Biblos*, LVI. 1980, Universidade de Coimbra.
- . «A Africada č em Português: Estudo Sincrónico e Diacrónico», em: *Boletim de Filologia*, XXVI. 1981, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.
- Pires, A. Thomás. «Vocabulario Alemtejano», em: *Revista Lusitana*, X. 1907, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Portugaliae Monumenta Historica, Leges et Consuetudines*, vol. I, fasc. IV. 1864, Olisipone: Typis Academicis.
- Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, vol. I, fasc. II. 1860, Olisipone: Typis Academicis.
- Pottier, B.. Recensão: «J. Corominas, *Diccionario Crítico Etimológico de la Lengua Castellana*, Volumen II, CH-K, Madrid, Editorial Gredos, et Berna, A. Francke AG, [1955], 1081 p.». Em: *Bulletin Hispanique*, LVIII. 1956, Bordéus: Férat & Fils.
- Prista, Luís. «Tentativa de Cenário para t̃ > š̃», em: *Variação Linguística no Espaço, no Tempo e na Sociedade*. 1994, Lisboa: A.P.L..
- Questionário Linguístico*. Publicações do Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza, 1974, Lisboa: Instituto de Linguística. 3 vols..
- Révah, I. S.. «L'Évolution de la Prononciation au Portugal et au Brésil du XVI^e Siècle à nos Jours», em: *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro: Realizado em Salvador, no Quadro das Comemorações do X Aniversário da Criação da Universidade da Bahia, de 5 a 12 de Setembro de 1956*. 1958, Rio de Janeiro (Brasil): Ministério da Educação e Cultura.
- Ribeiro, José Diogo. «Linguagem Popular de Turquel», em: *Revista Lusitana*, XXVIII. 1930, Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- Ribeiro, Orlando. *A Cultura do Trigo no Sueste da Beira. Aspectos e Problemas Geográficos*. Separata do *Boletim da Federação Nacional dos Produtores de Trigo*, 2.º semestre 1943 – n.º 5. 1944, Lisboa: Império.
- . *Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico* (1945). 7.^a edição, 1998, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Roberts, Kimberley S.. *Orthography, Phonology and Word Study of the Leal Conselheiro*. 1940, Filadélfia (E.U.A.): University of Pennsylvania.
- Said Ali, Manuel. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Estabelecimento do texto, revisão, notas e índices de Maximiano de Carvalho e Silva. 7.^a ed. aum. de *Lexicologia e Formação de Palavras e Sintaxe do Português Histórico*, [1971], Rio de Janeiro (Brasil): Melhoramentos.

- Santos, Felício dos. «Lingoagem Popular de Trancoso», em: *Revista Lusitana*, V. 1899, Lisboa: Antiga Casa Bertrand.
- Santos, Isabel Almeida. «Fenómenos de Palatalização Vocálica na România: Valor Dialectal em Território Português (Continental)», em: *Actas do XII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, II. 1997, Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística.
- . *Variação Linguística em Espaço Rural. A Vogal [ü] numa Comunidade do Baixo Mondego*. 2003, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Santos, José A.. *Regionalização. Processo Histórico*. 1985, Lisboa: Livros Horizonte.
- Santos, Maria J. de Moura. *Os Falares Fronteiriços de Trás-os-Montes*. Sep. da *Revista Portuguesa de Filologia*, XII, XIII e XIV. 1967, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Românicos.
- Saramago, João. «O Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza (ALEPG)». Separata de *Estudis Romànics*, XXVIII. 2006, Barcelona (Espanha): Institut d'Estudis Catalans.
- Segura (da Cruz), Luísa / Saramago, João. «Variedades Dialectais Portuguesas», em: *Caminhos do Português*. 2001, Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Segura da Cruz, M. Luísa. *A Fronteira Dialectal do Barlavento do Algarve*. Dissertação, inédita, em Linguística Portuguesa para acesso à categoria de investigador auxiliar (equivalente a doutoramento) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 1987.
- . *O Falar de Odeleite*. 1991, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.
- Silva, Maria João Oliveira e. «A Comenda de S. Vicente da Beira da Ordem de Avis (1330-1384)», em: *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 4. 2006, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Silva, Rosa V. Mattos e. *Estruturas Trecentistas: Elementos para uma Gramática do Português Arcaico*. 1989, Lisboa: Imprensa Nacional.
- . *O Português Arcaico. Uma Aproximação*. 2 vols.. 2008, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Sousa, Bernardo Vasconcelos e (Dir.) / Pina, Isabel Castro / Andrade, Maria Filomena / Santos, Maria L. F. de O. Silva. *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento — Guia Histórico*. 2005, Lisboa: Livros Horizonte.
- Teixeira, Abade Tavares. «Vocabulário Trasmontano (do Concelho de Moncorvo)», em: *Revista Lusitana*, XIII. 1910, [Lisboa]: Imprensa Nacional de Lisboa.
- Teyssier, Paul. *História da Língua Portuguesa* (1980). Tradução portuguesa de Celso Cunha. 8.^a edição, 2001, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Vasconcelos, José Leite de. «Uma Particularidade Fonética: é = á», sub-art. de «Dialectos Beirões (Contribuições para o Estudo da Dialectologia Portuguesa)», em: *Revista de Estudos Livres*, II, 1884-1885. Com separata: 1884, Porto: Tipografia de Silva Teixeira. Reed. em 1985: *Opúsculos*, VI (ref. adiante).
- . «Lingoagem Popular de Castello-Rodrigo», sub-art. de «Dialectos Beirões (Contribuições para o Estudo da Dialectologia Portuguesa)», em: *Revista de Estudos Livres*, II, 1884-1885. Com separata: 1884, Porto, Tipografia de Silva Teixeira. Reed. em 1985: *Opúsculos*, VI (ref. adiante).
- . «Para a Historia do L», em: *Revista Lusitana*, I. 1889, Porto: Livraria Portuense.

- . «Dialectos Alemtejanos», em: *Revista Lusitana*, II. 1892a, Porto: Livraria Portuense.
- . «Dialectos Açoreanos», em: *Revista Lusitana*, II. 1892b, Porto: Livraria Portuense.
- . «Carta Dialectologica do Continente Português», em: Ferreira-Deusdado, Manuel A.. *Chorographia de Portugal*. 1893, Lisboa: Guillard, Aillaud & C.^{ia}. Separata em 1897: *Mappa Dialectologico do Continente Português (Precedido de uma Classificação Summária das Linguas por A. R. Gonçalves Vianna)*. Lisboa: Guillard, Aillaud & C.^{ia}. Reed. em 1929: *Opúsculos*, IV (ref. adiante).
- . «Dialectos Alemtejanos», em: *Revista Lusitana*, IV. 1896a, Lisboa: Antiga Casa Bertrand.
- . «Noticias Philologicas», em: *Revista Lusitana*, IV. 1896b, Lisboa: Antiga Casa Bertrand.
- . «Dialectos Algarvios», em: *Revista Lusitana*, IV. 1896c, Lisboa: Antiga Casa Bertrand.
- . «Notas Philologicas. II», em: *Revue Hispanique*, V. 1898, Paris (França): Alphonse Picard et Fils.
- . *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*. Tese de Doutoramento Apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Paris. 1901, Paris (França): Aillaud. 2.^a edição com aditamentos e correcções do autor, preparada, com base no exemplar conservado no Museu Etnológico «Dr. Leite de Vasconcellos», por Maria Adelaide Valle Cintra, 1970, Lisboa: Centro de Estudos Filológicos. 3.^a edição, fac-simile da anterior, 1987, Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.
- . «Notas Philologicas», em: *Revista Lusitana*, VIII. 1905a, Lisboa: Antiga Casa Bertrand.
- . «Fabulario Português», em: *Revista Lusitana*, VIII (1905b, Lisboa: Antiga Casa Bertrand) e IX (conclusão) (1906, Lisboa: Imprensa Nacional).
- . *Lições de Filologia de Portuguesa* (1911). 4.^a edição enriquecida com notas do autor, prefaciada e anotada por Serafim da Silva Neto, 1966, Rio de Janeiro (Brasil): Livros de Portugal.
- . (Anrique da Mota). *Farsa do Alfaiate: uma das mais Antigas Peças do Teatro Português. Seu Autor: Anrique da Mota. Agora Prefaciada e Anotada por J. Leite de Vasconcellos*. 1924, Lisboa: Lusitania.
- . *De Terra em Terra. Excursões Arqueológico-Etnográficas através de Portugal (Norte, Centro, e Sul)*. Vol. I, 1927a, Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.
- . «Observações ao “Elucidario” do P.^e Santa Rosa de Viterbo», em: *Revista Lusitana*, XXVI. 1927b, Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- . *Opúsculos*, vols.: I — *Filologia, Parte I*, 1928a, Coimbra, Imprensa da Universidade; II — *Dialectologia, Parte I*, 1928b, id.; III — *Onomatologia*, 1931, id.; IV — *Filologia, Parte II*, 1929, id.; V — *Etnologia, Parte I*, 1938, id.; VI — *Dialectologia, Parte II*, organizado por Maria Adelaide Valle Cintra, 1985, Lisboa, Imprensa Nacional.
- . *Antroponímia Portuguesa. Tratado Comparativo da Origem, Significação, Classificação e Vida do Conjunto dos Nomes Próprios, Sobrenomes e Apelidos, Usados por nós desde a Idade-Média até hoje*. 1928c, Lisboa: Imprensa Nacional.
- . «Português Dialectal da Região de Xalma (Hespanha)», em: *Revista Lusitana*, XXXI. 1933, Lisboa: Livraria Clássica Editora.

- . *Etnografia Portuguesa: Tentame de Sistematização*. 10 vols., 1933-1988, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- . «Ementas Gramaticais», em: *Revista Lusitana*, XXXII (1934), XXXIII (continuação) (1935). Ambas: Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- Verdelho, Evelina. *Livro das Obras de Garcia de Resende. Edição Crítica, Estudo Textológico e Linguístico*. 1994, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Verney, Luis António. *Verdadeiro Método de Estudar* (1746). *Edição organizada pelo prof. António Salgado Júnior*. Vol. I — *Estudos Linguísticos*, 1949, Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- Viana, A. Gonçalves. «Essai de Phonétique et de Phonologie de la Langue Portugaise: d'après le Dialecte Actuel de Lisbonne» (1883), em: *Estudos de Fonética Portuguesa*. (Prefácio de Luís F. Lindley Cintra; introdução de José A. Peral Ribeiro.) 1973, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- . «Materiaes para o Estudo dos Dialectos Portugueses. IV. Notas sôbre a Fonética Dialectal de Ponta-Delgada», em: *Revista Lusitana*, I. 1889, Porto: Livraria Portuense.
- . «Exposição da Pronuncia Normal Portuguesa para Uso de Nacionaes e Estrangeiros» (1892), em: *Estudos de Fonética Portuguesa*. (Prefácio de Luís F. Lindley Cintra; introdução de José A. Peral Ribeiro.) 1973, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- . *Portugais. Phonétique et Phonologie. Morphologie. Textes*. 1903, Leipzig (Alemanha): Teubner.
- Vilhena, Maria da Conceição. *Falares de Herrera e Cedillo*. 2000, Mérida (Espanha): Junta de Extremadura.
- Viterbo, Fr. Joaquim de Santa Rosa de. *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal antigamente se Usaram e que hoje regularmente se Ignoram... / Edição Crítica Baseada nos Manuscritos e Originais de Viterbo por Mário Fiúza*. 1966, Porto: Livraria Civilização.
- Viudas Camarasa, Antonio / Ariza Viguera, Manuel / Salvador Plans, Antonio. *El Habla en Extremadura*. 1987, Salamanca (Espanha): Editora Regional de Extremadura.
- Viudas Camarasa, Antonio. *Diccionario Extremeño*. 1980, Cáceres (Espanha): Universidad de Extremadura.
- . «Un Habla de Transición: el Dialecto de San Martín de Trevejo», em: *Lletres Asturianas*, IV. 1982, Oviedo (Espanha): Academia de la Lingua Asturiana.
- Williams, Edwin B.. *Do Latim ao Português. Fonologia e Morfologia Históricas da Língua Portuguesa* (1938). Traduzido por Antônio Houaiss, 1961, Rio de Janeiro (Brasil): Instituto Nacional do Livro.

Páginas Web:

Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza:

<http://www.clul.ul.pt/pt/investigacao/205-linguistic-and-ethnographic-atlas-of-portugal-and-galicia-alepg?showall=1>

Mapa dos municípios do distrito de Castelo Branco: <http://www.mapadeportugal.net> .

Mapas das freguesias dos municípios do distrito de Castelo Branco:

<http://www.freguesias.pt> .

ÍNDICE

Resumo e Palavras-chave / Abstract and Keywords	3
Agradecimentos	5
Notas Prévias	7
§1	7
§2	7
§3	10
Introdução	13
1. Região de transição	13
2. Inclusão numa área dialectal idiossincrática	14
§1	14
§2	15
§3	25
3. Apontamento sobre os falares de Espanha confinantes com o Sueste Beirão .	27
§1	27
§2	28
§3	29
§4	30
§5	30
§6	33
§7	35
§8	36
Anexos à Introdução	37
I — Mapa 2 «Classificação dos dialectos galego-portugueses» de Cintra 1971	38
II — Mapa 1 «Alguns traços fonéticos diferenciadores dos dialectos galego-portugueses» de Cintra 1971	39
III — Mapa 1 «Falares de fronteira da Extremadura [Espanha]. Grupos dialectais» de Carrasco 1996b.....	40
IV — Mapa 4 «Classificação dos dialectos galego-portugueses falados na fronteira da Extremadura [Espanha]» de Carrasco 1997	41
Capítulo I — Linguagem Contemporânea do Sueste da Beira	43
Secção A — Elementos formais: natureza dos dados, metodologia, objectivos, procedimentos	43
§1	43
§2	43
§3	53
Secção B — Descrição linguística	55
I. Fonética	56
1. Vocalismo	56
1.1. A	56
§1	56
§2	57

§3	59
§4	59
§5	60
§6	63
§7	64
§8	65
1.2. E	67
§1	67
§2	69
§3	71
§4	72
§5	73
1.3. I	75
§1	75
§2	77
1.4. O	78
§1	78
§2	79
§3	79
§3'	85
§4	86
§5	86
§6	86
1.5. U	87
§1	87
§1'	88
§2	88
1.6. Ditongos, hiatos	91
§1	91
§2	91
§3	92
§3'	92
§4	92
§4'	92
§5	93
§5'	94
§6	94
§7	94
§8	94
§9	95
§10	95
§11	95
§12	96
§13	96

§14	98
§14'	100
§14''	100
§15	100
§16	101
1.7. Outros fenómenos respeitantes a vogais	102
§1	102
§2	102
§3	103
§3'	104
§4	104
§4'	105
§5	105
2. Consonantismo	105
§1	105
§1'	106
§2	106
§3	106
2.1. Labiais	106
§1	106
§2	108
2.2. Alveolares, dentais	119
2.2.1. Sibilantes	119
§1	119
§1'	121
§2	123
§3	125
2.2.2. Líquidas (i.e. laterais e vibrantes)	125
§1	126
§2	127
§3	133
2.2.3. Restantes consoantes da zona alveo-dental	134
§1	134
§2	134
2.3. Palatais	134
§1	134
§2	136
§3	139
§4	139
2.4. Velares	140
§1	140
§2	142
II. Morfo-Sintaxe	143
1. Nomes e Adjectivos	143

§1	143
§2	143
§3	145
2. Pronomes e Artigos	145
§1	145
§2	146
§3	149
3. Verbos	151
§1	151
§2	152
§3	153
§4	154
§5	157
§6	158
§7	158
§8	159
§9	159
§10	160
§11	160
4. Advérbios	164
§1	164
§2	164
5. Preposições	165
§1	165
§2	165
6. Conjunções	167
§1	167
§2	167
7. Outros	168
§1	168
§2	168
Anexo ao Capítulo I — Dialectologia do Sueste da Beira em Leite de Vasconcelos	169
Nota introdutória	169
I. Papel da linguagem do Sueste da Beira nas propostas de classificação dialectal de Leite de Vasconcelos	170
II. Sistematização dos dados linguísticos dos <i>Opúsculos</i>, VI relativos ao distrito de Castelo Branco	172
1. Natureza dos dados	172
1.1. Natureza geral dos dados	172
1.2. Natureza específica dos dados	174
2. Sistematização dos dados propriamente dita	176
2.1. Procedimentos	176
2.2. Fonética	177
2.2.1. Vocalismo	177

2.2.1.1. Vogal <i>a</i>	177
§1	177
§2	178
§3	179
§4	179
2.2.1.2. Vogal <i>e</i>	179
§1	179
§2	180
§3	180
§4	180
§5	180
§6	182
§7	182
2.2.1.3. Vogal <i>i</i>	182
2.2.1.4. Vogal <i>o</i>	182
§1	183
§2	183
§3	183
2.2.1.5. Vogal <i>u</i>	183
§1	183
§2	184
2.2.1.6. Ditongos, hiatos	184
§1	184
§2	186
§3	187
§4	187
§5	188
§6	189
2.2.2. Consonantismo	189
§1	189
§2	191
§3	191
§4	191
§5	192
2.3. Morfologia	192
§1	192
§2	192
§3	192
§4	195
§5	195
2.4. Sintaxe	195
§1	195
§2	195
§3	196

2.5. Nota final	196
Capítulo II — Linguagem Antiga do Sueste da Beira	197
Secção A — Edição de documentos antigos do Sueste da Beira	198
A. Introdução	198
1. Notícia da edição e do <i>corpus</i>	198
§1	198
§2	200
§3	202
§4	205
§5	205
2. Características da edição e normas de transcrição	207
B. Documentos	221
Secção B — Estudo linguístico do <i>corpus</i>	301
I. Fonética	301
1. Vocalismo	301
§1	301
§2	303
1.1. A	303
§1	303
§2	304
1.2. E	310
§1	310
§2	312
§3	319
1.3. I	321
§1	321
§2	321
§3	326
1.4. O	327
§1	327
§2	329
§3	335
§4	335
§5	338
1.5. U	344
§1	344
§2	344
§3	345
1.6. Nasalização de vogal por contacto com consoante nasal .	347
§1	347
§2	348
1.7. Terminações nasais	349
§1	349
§2	349

§3	363
§4	363
1.8. Ditongos	364
1.8.1. Ditongos <i>ei</i> e <i>eu</i>	364
§1	364
§1'	372
§2	372
§3	372
§4	372
1.8.2. Ditongos <i>ou</i> e <i>oi</i>	372
§1	372
§2	376
1.8.3. Outros ditongos	381
§1	381
§2	381
1.9. Hiatos	381
1.9.1. Crases (i.e. monotongações)	383
§1	383
§2	393
1.9.2. Ditongações	394
§1	395
§2	397
§3	404
1.9.3. Epênteses	404
§1	404
§2	410
2. Consonantismo	421
2.1. Labiais <i>b</i> e <i>v</i>	421
§1	421
§2	423
2.2. Sistema de sibilantes, I: africadas pré-dorso-dentais e fricativas ápico-alveolares	426
§1	426
§2	438
2.3. Sistema de sibilantes, II: africadas e fricativas palatais ..	444
§1	444
§2	444
2.4. Restantes palatais: /ʎ/ e /ɲ/	446
§1	446
§2	448
§3	451
2.5. Restantes líquidas: /l/, /r/, /ʀ/	452
§1	452
§2	456

§3	460
§4	464
2.6. Restantes consoantes: /p/, /t/, /d/, /k/, /g/, /f/, /m/, /n/	465
§1	465
§2	465
§3	468
§4	472
§5	473
II. Morfo-Sintaxe	476
1. Preliminar	476
§1	476
§2	480
2. Verbos	480
2.1. Manutenção ou síncope do <i>d</i> intervocálico da 5.^a pessoa verbal	480
2.2. Particípios	482
§1	482
§1'	486
§2	486
§3	487
2.3. Verbos irregulares	488
a) Verbos derivados do sufixo incoativo latino - (E)SCĒRE (ou já do seu representante português, - (e)cer)	490
b) Verbos em -ear e -iar	491
b-1) Em -ear	492
b-2) Em -iar	492
c) Outros verbos	493
c-1) 1.^a Conjugação	493
c-2) 2.^a Conjugação	496
c-3) 3.^a Conjugação	532
3. Género	540
§1	540
§2	544
4. Pronomes possessivos	545
a) Possessivos femininos átonos e tónicos	549
b) Formas particulares de possessivos masculinos	555
c) Posposição do pronome adjectivo	556
d) Uso do artigo definido, e do indefinido e dos demonstrativos, em anteposição ao possessivo	556
e) Reforço (/ pleonismo) da posse	562
Conclusão	565
§1	565
§2	566
§3	571

§4	574
§5	579
Anexos Gerais	589
I — Mapa dos municípios do distrito de Castelo Branco	590
II — Mapas das freguesias dos municípios do distrito de Castelo Branco	591
Referências Citadas	603
Índice	617